



Sumário

Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Poder Legislativo.....	4
Atos do Congresso Nacional.....	4
Presidência da República.....	4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	45
Ministério da Cidadania.....	45
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.....	49
Ministério das Comunicações.....	54
Ministério da Defesa.....	55
Ministério do Desenvolvimento Regional.....	61
Ministério da Economia.....	63
Ministério da Educação.....	226
Ministério da Infraestrutura.....	265
Ministério da Justiça e Segurança Pública.....	267
Ministério do Meio Ambiente.....	273
Ministério de Minas e Energia.....	275
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.....	290
Ministério das Relações Exteriores.....	292
Ministério da Saúde.....	300
Ministério do Turismo.....	316
Ministério Público da União.....	323
Poder Judiciário.....	324
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	330

.....Esta edição completa do DOU é composta de 333 páginas.....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.133	
ORIGEM	: ADI - 13061 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S)	: PARTIDO DA REPÚBLICA - PR
ADV.(A/S)	: WLADIMIR SÉRGIO REALE (003803/RJ)
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S)	: CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S)	: JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC)
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (18970/BA, 05939/DF, 385604/SP)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S)	: DAMARES MEDINA (14489/DF)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S)	: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR (8735A/AL, 11555/DF, 31025/GO, 117278/MG, 11555-A/PB, 6057/PI, 153885/RJ, 78892A/RS, 40868/SC, 299060/SP)
ADV.(A/S)	: ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO (6045-B/PI)
ADV.(A/S)	: MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF)
ADV.(A/S)	: RENATO BORGES BARROS (19275/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelos *amici curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL e Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou prejudicada a ação relativamente ao artigo 40, *caput*, e ao § 1º do artigo 149, ambos da Constituição Federal, alterados pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003; e também quanto ao artigo 4º, *caput*, parágrafo único e incisos I e II, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Votou o Presidente. Após os votos da Relatora e do Senhor Ministro Luiz Fux, julgando improcedente a ação quanto ao artigo 40, § 7º, incisos I e II da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e os votos da Relatora e dos demais Ministros, dando pela improcedência da ação quanto ao artigo 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, em virtude da edição da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, julgou prejudicada a ação quanto ao art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto ora reajustado da Ministra Cármen Lúcia (Relatora). Por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não votou, neste ponto, o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder a cadeira do Ministro Cezar Peluso. afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS. ARTS. 40, CAPUT - EXPRESSÕES 'E SOLIDÁRIO' E 'E INATIVOS E DOS PENSIONISTAS' -, § 7º, INC. I E II, E § 18, E 149, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA; E ART. 4º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, INC. I E II, DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/2003. IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DE CONTRARIEDADE AO ART. 5º, CAPUT, INC. XXXVI E LIV E § 2º, C/C O ART. 40, § 12, ART. 150, INC. II, ART. 195, INC. II, C/C ART. 60, § 4º, INC. I E IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.**

1. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3.105/DF e 3.128/DF, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da cobrança da contribuição previdenciária instituída no *caput* do art. 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e declarou a inconstitucionalidade das expressões "*cinquenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*", contidas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003: prejuízo do pedido quanto ao art. 40, *caput*, da Constituição da República e ao art. 4º, *caput* e parágrafo único, inc. I e II, da Emenda Constitucional n. 41/2003.

2. A Emenda Constitucional n. 103/2019 alterou substancialmente a norma do § 7º do art. 40 da Constituição, acarretando a perda superveniente do objeto: pedido prejudicado nessa parte.

3. A discriminação determinada pelo art. 40, § 18, da Constituição da República, segundo a qual incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias e pensões que excederem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social configura situação justificadamente favorável àqueles que já recebiam benefícios quando do advento da Emenda Constitucional n. 41/2003, incluídos no rol dos contribuintes (Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3.105/DF e 3.128/DF): improcedência do pedido nessa parte.

5. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.138, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do art. 149, § 1º, da Constituição da República: prejuízo do pedido quanto a essa norma.

6. *Ação julgada prejudicada quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade das normas postas no art. 40, caput e § 7º, incs. I e II, e 149, § 1º, da Constituição da República e no art. 4º, caput, parágrafo único, inc. I e II, da Emenda Constitucional n. 41/2003, e improcedente quanto à norma do art. 40, § 18, da Constituição da República.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.143 (2)

ORIGEM	: ADI - 15952 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: ARY DURVAL RAPANELLI (55224/SP)
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S)	: CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S)	: JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S)	: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR (8735A/AL, 11555/DF, 31025/GO, 117278/MG, 11555-A/PB, 6057/PI, 153885/RJ, 78892A/RS, 40868/SC, 299060/SP)
ADV.(A/S)	: ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO (6045-B/PI)
ADV.(A/S)	: MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP)
ADV.(A/S)	: RENATO BORGES BARROS (19275/DF)
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S)	: CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela requerente, o Dr. Ary Durval Rapanelli; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelos *amici curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL e Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, não conheceu da ação relativamente ao artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Votou o Presidente. Também por unanimidade julgou o Tribunal prejudicada a ação quanto ao artigo 40, *caput*, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e quanto ao artigo 4º, parágrafo único e incisos I e II da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora. Votou o Presidente. Após os votos da Relatora e do Senhor Ministro Luiz Fux, julgando improcedente a ação quanto ao artigo 40, § 7º, incisos I e II da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e os votos da Relatora e dos demais Ministros, dando pela improcedência da ação quanto ao artigo 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, em virtude da edição da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, julgou prejudicada a ação quanto ao art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto ora reajustado da Ministra Cármen Lúcia (Relatora). Por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não votou, neste ponto, o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder a cadeira do Ministro Cezar Peluso. afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS. ART. 40, CAPUT, § 7º, INC. I E II, § 18, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ARTS. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. I E II, E 5º DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/2003. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AOS ARTS. 5º, CAPUT, INC. XXXVI, 37, INC. XV, 60, § 4º, INC. IV, 150, INC. II E IV, E 195, INC. II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.**

1. Ausência de argumentação da Autora quanto à inconstitucionalidade do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003: ação não conhecida nessa parte (art. 3º da Lei n. 9.868/1999).

2. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3.105/DF e 3.128/DF, o Supremo Tribunal Federal reconheceu constitucional a cobrança da contribuição previdenciária instituída no *caput* do art. 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e declarou a inconstitucionalidade das expressões "*cinquenta por cento do*" e "*sessenta por cento do*", contidas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 4º da Emenda Constitucional n. 41/2003: prejuízo do pedido quanto ao art. 40, *caput*, da Constituição da República e ao art. 4º, *caput* e parágrafo único, inc. I e II, da Emenda Constitucional n. 41/2003. '



3. A Emenda Constitucional n. 103/2019 alterou substancialmente a norma do § 7º do art. 40 da Constituição, acarretando a perda superveniente do objeto: pedido prejudicado nessa parte.

4. A discriminação determinada pelo art. 40, § 18, da Constituição da República, segundo a qual incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadorias e pensões que excederem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social configura situação justificadamente favorável àqueles que já recebiam benefícios quando do advento da Emenda Constitucional n. 41/2003, incluídos no rol dos contribuintes (Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3.105/DF e 3.128/DF): improcedência do pedido nessa parte.

5. Ação não conhecida quanto ao art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003; julgada prejudicada quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade das normas postas no art. 40, caput e § 7º, incs. I e II, da Constituição da República e no art. 4º, parágrafo único, inc. I e II, da Emenda Constitucional n. 41/2003 e improcedente quanto à norma do art. 40, § 18, da Constituição da República.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.976(3)

ORIGEM	: ADI - 169319 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S)	: PEDRO GORDILHO (138/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta de inconstitucionalidade, por perda de objeto, ante a revogação expressa do artigo 27, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e do artigo 1º, § 1º, da Resolução nº 395/2007 daquele Tribunal. Na parte conhecida, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 62 da Constituição do Estado de São Paulo, por ofensa aos artigos 96, I, a, e 99 da Constituição da República, e declarou não recepcionado pela Constituição de 1988 o artigo 102 da Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35/1979), para que não subsista a interpretação segundo a qual apenas os desembargadores mais antigos possam concorrer aos cargos diretivos das Cortes, devendo a matéria, em razão da autonomia dos tribunais, consagrada nos artigos 93, I, a e 99, da Constituição Federal, ser remetida à disciplina regimental de cada Corte, nos termos do voto do Relator e dos votos proferidos. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 25.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS DIRETIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. NORMAS REGIMENTAIS REVOGADAS. PERDA DE OBJETO. ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CANDIDATOS RESTRITOS AOS INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 96, I, A, E AO ART. 99, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ADI JULGADA PROCEDENTE. ART. 102, DA LOMAN NÃO RECEPCIONADO.

I - A revogação expressa do artigo 27, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do artigo 1º. § 1º, da Resolução n.º 395/2007, daquela Corte, prejudica a análise da arguição de inconstitucionalidade quanto a estes dispositivos, por perda superveniente de objeto. Ação direta parcialmente conhecida.

II - A escolha dos órgãos diretivos compete privativamente ao próprio tribunal, nos termos do artigo 96, I, 'a', e artigo 99, da Carta Magna, em homenagem à autonomia administrativa

III - Matéria sujeita à disciplina por normas regimentais, não recepcionado o artigo 102, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LCp 35/1979), na parte em que restringe aos Juízes mais antigos o universo daqueles aptos a concorrer aos cargos de direção.

IV - Ação direta parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada procedente.

V - Segurança concedida no MS 32.451/DF, confirmando-se a medida cautelar e cassando a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências 005039- 51.2013.2.00.0000, restabelecendo a eficácia da Resolução 606/2013 do Órgão Especial do TJSP e julgando prejudicados os agravos regimentais interpostos no feito.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.351(4)

ORIGEM	: ADI - 4351 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO - CNTUR
ADV.(A/S)	: NELSON LUIZ PINTO (60275/SP) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S)	: ORLANDO SPINETTI DE SANTA RITA MATTA (27957/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE CONTROLE DO TABAGISMO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E DOS DIREITOS HUMANOS - ACT
ADV.(A/S)	: CLARISSA MENEZES HOMSI (131179/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S)	: AGILBERTO SERODIO (10675/DF) E OUTRO(S) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ABRESI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GASTRONOMIA, HOSPEDAGEM E TURISMO
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS ROSA (0256203B/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER
ADV.(A/S)	: LUÍS RENATO VEDOVATO (142128/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA
CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. FEDERALISMO COOPERATIVO. ART. 24 CF. DISCIPLINA DE FUMÍGENOS EM AMBIENTES COLETIVOS FECHADOS. ATUAÇÃO DOS ESTADOS PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA MAIS RESTRITIVA, EM ATENÇÃO ÀS PECULIARIDADES LOCAIS. CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS À SAÚDE E DO CONSUMIDOR. SOLUÇÃO LEGISLATIVA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL DO CONFLITOS ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E ECONÔMICAS FUNDAMENTAIS (LIVRE COMÉRCIO E LIVRE INICIATIVA). PRECEDENTES JUDICIAIS.

1. No modelo federativo brasileiro, estabelecidas pela União as normas gerais para disciplinar sobre proteção à saúde e responsabilidade por dano ao consumidor, aos Estados compete, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender as peculiaridades locais, respeitados os critérios **(i)** da preponderância do interesse local, **(ii)** do esaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais - até mesmo para se prevenirem conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares - e **(iii)** da vedação da proteção insuficiente.

2. A Lei n. 9.294/1996 retira a possibilidade dos Estados e dos Municípios de legislares de forma a permitir a utilização de produtos fumígenos em circunstâncias diversas das por ela indicadas. Remanesce à competência suplementar dos entes federados estaduais disciplinar os ambientes em que é proibido o consumo de tais produtos, sem que tal regulação implique inobservância dos parâmetros estabelecidos na Lei n. 9.294/1996. Cumpre assinalar, quanto ao ponto, que essa política pública, inclusive, atende o *critério dos deveres fundamentais de proteção aos direitos*.

3. Legitimidade da Lei n. 16.239/2009 do Estado do Paraná, que estabeleceu restrições quanto ao consumo de produtos com potencial risco à saúde e à segurança dos consumidores. Solução legislativa que atende o postulado da proporcionalidade, ao não impor restrições que violem o núcleo das liberdades individuais e econômicas fundamentais.

4. Aplicação ao caso do precedente formado na ADI 4.306 (Relator Ministro Edson Fachin, Tribunal Pleno, unanimidade, DJ 19.2.2020).

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.353(5)

ORIGEM	: ADI - 4353 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S)	: ORLANDO SPINETTI DE SANTA RITA MATTA (27957/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE CONTROLE DO TABAGISMO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E DOS DIREITOS HUMANOS - ACT
ADV.(A/S)	: CLARISSA MENEZES HOMSI (131179/SP)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S)	: AGILBERTO SERÓDIO (10765/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GASTRONOMIA, HOSPEDAGEM E TURISMO - ABRESI
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS ROSA (0256203B/SP)
AM. CURIAE.	: FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER
ADV.(A/S)	: LUÍS RENATO VEDOVATO (142128/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA
CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. FEDERALISMO COOPERATIVO. ART. 24 CF. DISCIPLINA DE FUMÍGENOS EM AMBIENTES COLETIVOS FECHADOS. ATUAÇÃO DOS ESTADOS PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA MAIS RESTRITIVA, EM ATENÇÃO ÀS PECULIARIDADES LOCAIS. CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS À SAÚDE E DO CONSUMIDOR. SOLUÇÃO LEGISLATIVA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL DO CONFLITOS ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E ECONÔMICAS FUNDAMENTAIS (LIVRE COMÉRCIO E LIVRE INICIATIVA). PRECEDENTES JUDICIAIS.

1. No modelo federativo brasileiro, estabelecidas pela União as normas gerais para disciplinar sobre proteção à saúde e responsabilidade por dano ao consumidor, aos Estados compete, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender as peculiaridades locais, respeitados os critérios **(i)** da preponderância do interesse local, **(ii)** do esaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais - até mesmo para se prevenirem conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares - e **(iii)** da vedação da proteção insuficiente.

2. A Lei n. 9.294/1996 retira a possibilidade dos Estados e dos Municípios de legislares de forma a permitir a utilização de produtos fumígenos em circunstâncias diversas das por ela indicadas. Remanesce à competência suplementar dos entes federados estaduais disciplinar os ambientes em que é proibido o consumo de tais produtos, sem que tal regulação implique inobservância dos parâmetros estabelecidos na Lei n. 9.294/1996. Cumpre assinalar, quanto ao ponto, que essa política pública, inclusive, atende o *critério dos deveres fundamentais de proteção aos direitos*.

3. Legitimidade da Lei n. 16.239/2009 do Estado do Paraná, que estabeleceu restrições quanto ao consumo de produtos com potencial risco à saúde e à segurança dos consumidores. Solução legislativa que atende o postulado da proporcionalidade, ao não impor restrições que violem o núcleo das liberdades individuais e econômicas fundamentais.

4. Aplicação ao caso do precedente formado na ADI 4.306 (Relator Ministro Edson Fachin, Tribunal Pleno, unanimidade, DJ 19.2.2020).

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.635(6)

ORIGEM	: ADI - 4635 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU

Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO

Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA

Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152020093000002

www.in.gov.br

ouvidoria@in.gov.br

SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF

CNPJ: 04196645/0001-00

Fone: (61) 3441-9450

2

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : YURI CARAJELES COV (131223/SP)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP
ADV.(A/S) : CAIO CESAR BRAGA RUOTOLO (140212/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, nessa extensão, julgou procedente o pedido formulado, para, em interpretação conforme à Constituição, afastar qualquer exegese que, fundada nos arts. 84-B, II, e 112, ambos da Lei paulista nº 6.374/89, torne possível a edição de atos normativos, por parte do Estado de São Paulo e de seu Governador, que outorguem benefícios fiscais ou financeiros, bem assim incentivos compensatórios pontuais, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus tributário, em matéria de ICMS, sem que tais medidas sejam precedidas da necessária celebração de convênio no âmbito do CONFAZ, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - SUPERVENIÊNCIA DE DECRETO ESTADUAL QUE REVOGOU, PARCIALMENTE, OS PRECEITOS NORMATIVOS IMPUGNADOS - CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE PARCIAL DA AÇÃO DIRETA - PRECEDENTES - ICMS - "GUERRA FISCAL" - CONCESSÃO UNILATERAL DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS - NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA DA RESERVA CONSTITUCIONAL DE CONVÊNIO COMO PRESSUPOSTO LEGITIMADOR DA OUTORGA, PELO ESTADO-MEMBRO OU PELO DISTRITO FEDERAL, DE TAIS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS - MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE DEFERIDA PELO PLENÁRIO DESTA SUPREMA CORTE - REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA - PRECEDENTES - AÇÃO DIRETA CONHECIDA EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, JULGADA PROCEDENTE, CONFIRMANDO OS TERMOS DA MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA.**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.087 (7)

ORIGEM : ADI - 5087 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : SINDIFERN - SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : FÁBIO LUIZ MONTE DE HOLLANDA (331A/RN) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes, Relator, que confirmava a medida cautelar e julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 31 do ADCT do Estado do Rio Grande do Norte, com redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional Estadual 11/2013, bem como a inconstitucionalidade material em relação ao trecho da norma impugnada "bem como o adicional por tempo de serviço e outras vantagens pessoais percebidos até 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003", pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Dias Toffoli (Presidente) e Luiz Fux. Presidência do Ministro Celso de Mello. Plenário, 11.04.2019.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, confirmou a medida cautelar e julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 31 do ADCT do Estado do Rio Grande do Norte, com redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional Estadual 11/2013, bem como a inconstitucionalidade material em relação ao trecho da norma impugnada "bem como o adicional por tempo de serviço e outras vantagens pessoais percebidos até 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda à Constituição Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003", nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 19.12.2019.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMENDA CONSTITUCIONAL 11/2013 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA PARLAMENTAR QUE ALTERE REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL RECONHECIDA. EC 41/2003. EFICÁCIA IMEDIATA DO TETO REMUNERATÓRIO. TEMAS 480 E 257 DA REPERCUSSÃO GERAL. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL RECONHECIDA. PROCEDÊNCIA.

1. A jurisprudência desta CORTE assegura a possibilidade de os parlamentares apresentarem emendas a projetos de lei de iniciativa exclusiva de outro Poder, desde que delas não resulte "aumento de despesa pública, observada ainda a pertinência temática, a harmonia e a simetria à proposta inicial" (ADI 2.350, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ de 30/4/2004).

2. Emenda parlamentar apresentada extrapolou o domínio temático da proposição original apresentada pelo Poder Executivo. A questão tratada na proposta original enviada à Assembleia local tinha como escopo adequar o teto remuneratório dos servidores públicos estaduais ao modelo estabelecido pela Constituição Federal, matéria essa que, conforme o art. 61, § 1º, II, *a*, da Constituição Federal, seria da iniciativa privativa da Chefia do Poder Executivo.

3. Possui eficácia imediata a redação do art. 37, XI, da Constituição Federal, inclusive para período anterior à promulgação da EC 41/2003. Entendimento firmado em sede de repercussão geral. Temas 480 e 257.

4. Medida Cautelar confirmada e Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.113 (8)

ORIGEM : 6113 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CLINICAS DE VACINAS
ADV.(A/S) : RODRIGO MARCAL ROCHA (31578/DF)
INTDO.(A/S) : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli (Presidente), Gilmar Mendes e Edson Fachin, que convertiam o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito e conheciam parcialmente da ação direta quanto às normas constantes do inc. I do art. 1º, do art. 2º, *caput* e §§ 1º ao 3º do art. 3º, e dos arts. 4º e 13 da Lei distrital nº 6.159/2018 e, nesta parte, julgavam parcialmente procedente o pedido para declarar inconstitucional a expressão "ou no da Sociedade Brasileira de Imunização - SBIm", prevista no *caput* do art. 3º da Lei n. 6.159/2018 do Distrito Federal, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 20.3.2020 a 26.3.2020.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito e conheceu parcialmente da ação direta quanto às normas constantes do inc. I do art. 1º, do art. 2º, *caput* e §§ 1º ao 3º do art. 3º, e dos arts. 4º e 13 da Lei distrital nº 6.159/2018 e, nesta parte, julgou parcialmente procedente o pedido para declarar inconstitucional a expressão "ou no da Sociedade Brasileira de Imunização - SBIm", prevista no *caput* do art. 3º da Lei nº 6.159/2018 do Distrito Federal, nos termos do voto da Relatora. Impedido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 12.6.2020 a 19.6.2020.

EMENTA: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 6.159/2018 DO DISTRITO FEDERAL. SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS FARMACÊUTICOS PERMITIDOS A FARMÁCIAS E DROGARIAS NO DISTRITO FEDERAL. LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA LIMITADA ÀS NORMAS REFERENTES A SERVIÇOS DE VACINAÇÃO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA LEGISLAR SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. INC. XII DO ART. 24 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA CONHECIDA EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.**

1. Proposta de conversão de julgamento de medida cautelar em julgamento definitivo de mérito: ausência de complexidade da questão de direito e instrução dos autos. Precedentes.

2. Há legitimidade ativa das entidades de classe de alcance nacional para o ajuizamento de ação de controle abstrato, se existente pertinência temática entre os objetivos institucionais e o conteúdo material dos textos normativos impugnados. Precedentes.

3. Pertinência temática limitada, no caso, às normas referentes à regulação dos serviços de vacinação, não abrangendo a íntegra do conteúdo normativo questionado. Precedentes.

4. Na competência legislativa concorrente, compete à União a edição de normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal o exercício de competência legislativa suplementar, afeiçoando a legislação estadual ou distrital às peculiaridades locais (art. 24 da Constituição da República).

5. Invade a competência legislativa da União dispositivo de lei distrital pelo qual se dispensa prescrição médica para aplicação de vacinas em hipótese não prevista nas normas gerais de caráter nacional que tratam sobre o assunto.

6. Ação direta parcialmente conhecida e, nesta parte, julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucional a expressão "ou no da Sociedade Brasileira de Imunização - SBIm", prevista no caput do art. 3º da Lei n. 6.159/2018 do Distrito Federal.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.934 (9)

ORIGEM : ADI - 4934 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ICMS - CONCESSÃO DE ISENÇÃO E DE OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO EM CONVÊNIO INTERESTADUAL CELEBRADO NO ÂMBITO DO CONFAZ - ALEGADA TRANSGRESSÃO À RESERVA DE CONVÊNIO INSCRITA NO ART. 155, § 2º, INCISO XII, ALÍNEA "G", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - SUPERVENIENTE EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017, QUE AUTORIZOU OS ESTADOS- MEMBROS E O DISTRITO FEDERAL, EM COMUM ACORDO, A PERDOAREM OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE CONCESSÕES UNILATERAIS DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS E A REINSTITUÍ-LOS SOB A ÉGIDE DO NOVO CONVÊNIO INTERESTADUAL - OBSERVÂNCIA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE TODOS OS REQUISITOS E CONDIÇÕES NECESSÁRIOS AO RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO FISCAL QUESTIONADO NESTA AÇÃO DIRETA (LC Nº 160/2017 E CONVÊNIO ICMS Nº 19/2017) - MODIFICAÇÃO DO QUADRO NORMATIVO SUBJACENTE AO PRESENTE LITÍGIO CONSTITUCIONAL - HIPÓTESE DE PREJUDICIALIDADE - EXTINÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AÇÃO DIRETA JULGADA PREJUDICADA - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE AGRAVO CONTRA ESSA DECISÃO - RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.**

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.709 (10)

ORIGEM : 00057613020171000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : GUSTAVO LUIZ SIMOES (33658/DF, 40837/GO)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, acolheu os embargos de declaração quanto à necessária modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, no caso, para assentar a validade dos atos normativos praticados com base na Lei nº 13.502/2017 e na medida provisória que lhe deu origem, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 27 DA LEI Nº 9.868/1999. PROCESSO LEGISLATIVO. MEDIDA PROVISÓRIA. ESTABELECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS. OFENSA AO ART. 62, *CAPUT* e §§ 3º e 10, CF. REQUISITOS PROCEDIMENTAIS. REJEIÇÃO E REVOGAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA COMO CATEGORIAS DE FATO JURÍDICO EQUIVALENTES E ABRANGIDAS NA VEDAÇÃO DE REEDIÇÃO NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA. INTERPRETAÇÃO DO §10 DO ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. TUTELA DA SEGURANÇA JURÍDICA DOS ATOS E DA CONFIANÇA LEGÍTIMA DOS JURISDICIONADOS NOS ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS. PRECEDENTES JUDICIAIS.

1. Verificadas razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, nos termos do que prescreve o art. 27 da Lei nº 9.868/1999, cumpre ao Supremo Tribunal Federal harmonizar o princípio da nulidade da norma inconstitucional com a exigência de preservação - considerado o aspecto temporal, histórico e irreversível da realidade -, de outros preceitos constitucionais, como a segurança jurídica, a confiança legítima e a boa-fé objetiva.

2. A confiança justificada e a segurança jurídica dos atos administrativos respaldados na MP nº 782/2017 e na Lei nº 13.502/2017, impõe a incidência do art. 27 da Lei nº 9.868/1999.

3. Restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, de modo a assegurar a perfectibilidade dos atos administrativos praticados desde a entrada em vigência da MP nº 782, em 31.05.2017, até a suspensão da eficácia da Lei 13.502/2017, fruto de sua conversão, pela MP nº 870/2019, em 1º.01.2019. Precedentes judiciais.

4. Embargos de declaração acolhidos para fins de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 41 (11)

ORIGEM : ADPF - 53086 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO (4107/DF)
AGDO.(A/S) : CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.



EMENTA
AGRAVO REGIMENTAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FEDERAL. IMPUGNAÇÃO DO PROVIMENTO 612/1998 DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. AUSÊNCIA. AJUIZAMENTO SIMULTÂNEO DE DISTINTAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO PARA IMPUGNAR O MESMO ATO NORMATIVO. NORMATIVIDADE PRIMÁRIA DO ATO INSUFICIENTE. IDONEIDADE PARA O MANEJO DE INSTRUMENTOS PROCESSUAIS ORDINÁRIOS. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.064, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

Art. 2º O art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

"Art. 32.
.....

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
André Luiz de Almeida Mendonça

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 128, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 972, de 26 de maio de 2020**, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 23 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 29 de setembro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 129, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 973, de 27 de maio de 2020**, que "Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 29 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 551, de 29 de setembro de 2020. Indicação à Câmara dos Deputados dos Senhores Deputados Luiz Eduardo Carneiro da Silva de Souza Lima, Giovanni Cherini, Joaquim Passarinho Pinto de Souza Porto, Alberto Barros Cavalcante Neto, Greyce de Queiroz Elias, Luiz Augusto Carvalho Ribeiro Filho, Antonio da Cruz Filgueira Neto, Hilkea Carla de Souza Medeiros Lima, Paulo Velloso Dantas Azi e Lucio Antonio Mosquini para exercerem a função de Vice-Líder do Governo, e solicitação da dispensa dos Senhores Deputados Guilherme Muraro Derrite, Carlos Roberto Coelho de Mattos Júnior, Luiz Armando Schroeder Reis, Eros Ferreira Biondini, Diego Alexsander Goncalo Paula Garcia, Aline Sleutjes, Caroline Rodrigues de Toni e Carla Zambelli Salgado da referida função.

Nº 552, de 29 de setembro de 2020. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020.

Nº 553, de 29 de setembro de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional dos textos dos Protocolos à Convenção de Aviação Civil Internacional, adotados por ocasião da 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Canada, em 6 de outubro de 2016.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 42, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inciso VI, do ANEXO I, do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, e considerando o disposto no art. 12 do Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar, conforme Anexo, a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes do ITI e da ICP-Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 30 de setembro de 2020.

CARLOS ROBERTO FORTNER

ANEXO

LISTAGEM DE ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES DO ITI E DA ICP-BRASIL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS:

NÚMERO	DESCRIÇÃO
IN nº 03-2006, de 14/02/2006	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-10.03
IN nº 05 - 2006, de 18/05/2006	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-04.01
IN nº 06 -2006, de 18/05/2006	Aprova os Adendos de Documentos da ICP-Brasil
IN nº 08-2006, de 18/05/2006	Estabelece as regras de adaptação, pelas entidades da ICP-Brasil de acordo com as Resoluções de nº 38 a 45
IN nº 10-2006, de 15/09/2006	Aprova a versão 1.1 do DOC-ICP-03.01
IN nº 02-2007, de 11/12/2007	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-10.02
IN nº 03-2007, de 11/12/2007	Aprova a versão 3.0 do DOC-ICP-10.03 e dá outras providências.
IN nº 04-2007, de 11/12/2007	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-10.04
IN nº 05-2007, de 11/12/2007	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-10.05
IN nº 06-2007, de 11/12/2007	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-10.06
IN nº 01-2008, de 18/04/2008	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-05.01
IN nº 02-2008, de 31/07/2008	Altera o documento Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP-Brasil DOC-ICP-03.01
IN nº 03-2008, de 22/10/2008	Altera o documento DOC ICP 01.01 versão 1.1
IN nº 01-2009, de 09/01/2009	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-15.01
IN nº 02-2009, de 09/01/2009	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-15.02
IN nº 03-2009, de 09/01/2009	Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-15.03
IN nº 04-2009, de 28/01/2009	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-04.01
IN nº 05-2009, de 29/04/2009	Dispõe sobre os critérios para atualização da cadeia de certificados no repositório da AC Raiz
IN nº 06-2009, de 13/10/2009	Aprova a versão 2.1 do DOC-ICP-04.01 Atribuição de OID na ICP- Brasil
IN nº 07-2009, de 18/11/2009	Aprova a V2.0 do ADE-ICP-08.A e ADE-ICP-08.B, e V1.0 do ADE-ICP-08.C, ADE-ICP-08.D, ADE-ICP-08.E, ADE-ICP-08.F, ADE-ICP-08.G e ADE-ICP-08.H.
IN nº 01-2010, de 31/03/2010	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-15.01
IN nº 02-2010, de 31/03/2010	Aprova a versão 2.0 do DOC-ICP-15.02
IN nº 04-2010, de 23/04/2010	Aprova o manual de condutas técnicas nº10, vol I e II
IN nº 05-2010, de 23/04/2010	Aprova o do manual de condutas técnicas nº11, vol I e II
IN nº 06-2010, de 17/05/2010	Aprova a versão 2.2 do documento atribuição de OID na ICP-Brasil, doc-04.01
IN nº 07-2010, de 05/08/2010	Publica os valores de <i>hash</i> das políticas de assinatura digital da ICP-Brasil
IN nº 08-2010, de 01/10/2010	Aprova e autoriza a disponibilização no sítio do ITI, os DOC-ICP-01.01 em sua versão 2.1; DOC-ICP-10.02 em sua versão 3.0; DOC-ICP-10.07 em sua versão 1.0.



IN nº 09-2010, de 17/11/2010	Aprova e autoriza a disponibilização, no sítio do ITI, do documento DOC-ICP-03.01 em sua versão 1.4
IN nº 10-2010, de 26/11/2010	Trata da equiparação dos entes inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, para fins de emissão de certificados digitais na ICP-Brasil.
IN nº 11-2010, de 02/12/2010	Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de softwares de assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil e dá outras providências.
IN nº 02-2011, de 09/08/2011	Trata da uniformização dos requisitos necessários à emissão de certificados digitais de pessoas jurídicas para os condomínios.
IN nº 03-2011, de 09/11/2011	Trata da análise e depósito de código-fonte nos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital, no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 04-2011, de 09/11/2011	Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil e dá outras providências.
IN nº 03-2012, de 22/03/12	Aprova a versão 5.0 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 05-2012, de 25/05/2012	Aprova a versão 1.5 do documento procedimentos administrativos para homologação na ICP-Brasil (DOC-ICP-03.01).
IN nº 07-2012, de 25/05/12	Aprova a versão 1.0 do adendo modelo de comunicação de indicio ou fraude na emissão de certificado digital na ICP-Brasil (ADE-ICP-03.H).
IN nº 08-2012, de 05/07/12	Aprova a versão 2.1 do documento requisitos para geração e verificação de assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.01).
IN nº 09-2012, de 05/07/12	Aprova a versão 2.1 do documento perfil de uso geral para assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.02).
IN nº 10-2012, de 05/07/12	Aprova a versão 6.0 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 11-2012, de 05/07/12	Aprova a versão 2.3 do documento atribuição de OID na ICP-Brasil (DOC-ICP-04.01).
IN nº 12-2012, de 05/07/12	Aprova a versão 2.12 do documento esquema de OID na ICP-Brasil (ADE-ICP-04.01).
IN nº 13-2012, de 19/09/2012	Aprova a versão 2.13 do documento esquema de OID na ICP-Brasil (ADE-ICP-04.01).
IN nº 14-2012, de 19/09/2012	Aprova a versão 6.1 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 15-2012, de 27/12/12	Aprova a versão 1.0 do documento perfil de uso geral e requisitos para geração e verificação de certificados de atributo na ICP-Brasil (DOC-ICP-16.01).
IN nº 01-2014, de 04/06/2014	Regulamenta a criptografia de curvas elípticas <i>brainpool</i> para geração de chaves assimétricas no âmbito da ICP-Brasil (DOC-ICP-01.01).
IN nº 02-2014, de 04/06/2014	Procedimentos para homologação de equipamentos não contemplados nos manuais de conduta técnica, no âmbito da ICP-Brasil (DOC-ICP-10.08).
IN nº 03-2014, de 10/07/2014	Esclarece a manutenção de SHA1 e o tamanho de chaves RSA para preservar compatibilidade com certificados emitidos antes de 2012.
IN nº 04-2014, de 17/12/2014	Aprova a versão 4.0 do Manual de Condutas Técnicas nº 01 volumes I e II referentes a homologação de cartões criptográficos no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 01-2015, de 24/03/2015	Orienta transição do processo de homologação e aprova a versão 3.3 do documento regulamento para procedimentos administrativos para homologação na ICP-Brasil (DOC-ICP-10.01).
IN nº 02-2015, de 23/06/2015	Cria a versão 1.0 do Documento Procedimentos para Identificação do Requerente e Comunicação de Irregularidades no Processo de Emissão de Um Certificado Digital ICP-Brasil (DOC-ICP-05.02).
IN nº 03-2015, de 25/08/2015	Aprova a versão 2.6 do documento padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil (DOC-ICP-01.01).
IN nº 04-2015, de 25/08/2015	Aprova a versão 1.1 do documento procedimentos para identificação do requerente e comunicação de irregularidades no processo de emissão de um certificado digital ICP-Brasil (DOC-ICP-05.02).
IN nº 05-2015, de 25/08/2015	Aprova a Versão 3.0 do Documento Requisitos Para Geração e Verificação de Assinaturas Digitais Na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.01).
IN nº 06-2015, de 25/08/2015	Aprova a Versão 3.0 do Documento Perfil de Uso Geral Para Assinaturas Digitais Na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.02).
IN nº 07-2015, de 25/08/2015	Aprova a Versão 7.0 do Documento Requisitos das Políticas de Assinatura Digital Na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 08-2015, de 10/12/015	Suplementa os Procedimentos Para Identificação Biométrica Na ICP-Brasil.
IN nº 09-2015, de 07/12/2015	Disciplina a utilização da hora pelas autoridades certificadoras de primeiro nível pertencentes à infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil por meio do serviço <i>Network Time Protocol</i> - NTP.
IN nº 01-2016, de 31/03/2016	Altera requisitos de segurança para PSBIO, procedimento para identificação do requerente e comunicação de irregularidades no processo de emissão de um certificado digital ICP-Brasil.
IN nº 02-2016, de 31/03/2016	Aprova versão 3.1 do documento atribuição de OID da ICP-Brasil (DOC-ICP-04.01).
IN nº 03-2016, de 01/06/2016	Aprova a versão 7.1 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03) e a versão 3.1 do documento perfil de uso geral para assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.02).
IN nº 04-2016, de 07/06/2016	Altera os parâmetros mínimos para coleta das biometrias no processo de emissão de um certificado digital ICP-Brasil.
IN nº 05-2016, de 15/07/2016	Institui o Fluxo Simplificado de Comunicação - FSC no âmbito da ICP-Brasil, e dá outras providências.
IN nº 06-2016, de 15/07/2016	Aprova a versão 7.2 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 08-2016, de 10/08/2016	Institui o cadastro nacional de nomenclaturas - CNN/ICP-Brasil de observância obrigatória para todas as entidades integrantes da ICP-Brasil.
IN nº 09-2016, de 13/09/2016	Complementa informações para a geração do IDN.
IN nº 10-2016, de 16/09/2016	Aprova a versão 3.2 do documento atribuição de OID da ICP-Brasil (DOC-ICP-04.01).
IN nº 11-2016, de 13/10/2016	Aprova a versão 1.1 do documento perfil de uso geral e requisitos para geração e verificação de certificados de atributo na ICP-Brasil (DOC-16.01).
IN nº 12-2016, de 03/11/2016	Estabelece Critérios Operacionais à Instrução Normativa nº 07, de 15 de julho de 2016, que cria a Versão 1.0 do Documento Requisitos Adicionais para Aderência aos Programas de Raízes Confiáveis dos Fornecedores de Internet (DOC-ICP-01.02).
IN nº 13-2016, de 21/11/2016	Atualiza os Procedimentos para Gerenciamento da Chave Simétrica para Geração do IDN.
IN nº 03-2017, de 23/02/2017	Aprova a versão 7.3 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP-Brasil (DOC-ICP-15.03).
IN nº 05-2017, de 19/06/2017	Atualiza os formatos e padrões das mensagens para os serviços do diretório de registros biométricos da ICP-Brasil.
IN nº 06-2017, de 11/08/2017	Disposições para validação de solicitação de certificados para servidores públicos da ativa e militares da União.
IN nº 07-2017, de 21/08/2017	Aprova a versão 4.2 do manual de conduta técnica 1 (MCT - 01) requisitos, materiais e documentos técnicos para homologação de cartões criptográficos (<i>smart cards</i>) no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 08-2017, de 26/09/2017	Aprova novas versões dos manuais de conduta técnica MCT 02 - requisitos, materiais e documentos técnicos para homologação de leitoras de cartões inteligentes no âmbito da ICP-Brasil, MCT 03 - requisitos, materiais e documentos técnicos para homologação de <i>tokens</i> criptográficos no âmbito da ICP-Brasil e MCT 07 - requisitos, materiais e documentos técnicos para homologação de módulos de segurança criptográfica (MSC) no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 09-2017, de 13/11/2017	Institui cadastro de agente de registro da ICP-Brasil, aprova seu manual de instrução e dá outras providências.
IN nº 10-2017, de 15/12/17	Cria o DOC-ICP-17.01 - procedimentos operacionais mínimos para os prestadores de serviço de confiança da ICP-Brasil.
IN nº 11-2017, de 18/12/17	Altera itens do DOC-ICP-05.03, versão 1.5, para atualização dos procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil e dá outras providências.
IN nº 01-2018, de 26/01/2018	Altera itens do DOC-ICP-05.03, versão 1.6, para atualização dos procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil.
IN nº 02-2018, de 02/02/2018	Altera os parágrafos 2º e 4º do art. 2º da Instrução Normativa Nº 09, de 13 de novembro de 2017.
IN nº 03-2018, de 20/02/2018	Altera o 3º do DOC-ICP-05.03, versão 1.7.
IN nº 04-2018, de 28/02/2018	Altera o Art. 3º da Instrução Normativa nº 9, de 13 de novembro de 2017 e dá outras Providências.
IN nº 05-2018, de 06/04/2018	Altera o Item 4.2.1 do DOC-ICP-03.01 e cria o Campo de Coordenada Geográfica Nos Formulários ADE-ICP-03.F e ADE-ICP-03.J e determina formato para informar latitude e longitude.
IN nº 06-2018, de 16/04/2018	Inclui o item 6.4 no DOC-ICP-17.01, referente a requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas.
IN nº 07-2018, de 14/05/2018	Inclui o arco de OID referente a Declarações de Práticas de Prestador de Serviço de Confiança no documento de atribuição de OID (DOC-ICP-04.01).
IN nº 08-2018, de 29/05/2018	Altera o DOC-ICP-15.03 para incluir novas versões de políticas e atualizar as tabelas de atributos das políticas de assinatura padrão ICP-Brasil.
IN nº 09-2018,de 29/08/2018	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1o da Instrução Normativa nº 02, de 09 de agosto de 2011, que trata dos requisitos para emissão de certificados digitais para condomínios. IN nº 02-2011 - Consolidada
IN nº 11-2018, de 19/09/2018	Amplia a obrigação de uso de georreferenciamento para todas as estações de trabalho das autoridades de registro.
IN nº 14-2018, de 09/11/2018	Regulamenta novas curvas elípticas e algoritmos de resumo (<i>hash</i>) no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 15-2018, de 26/11/2018	Altera o DOC-ICP-01.01 para atualizar os Algoritmos e as Suítes de Assinatura e definir parâmetros para a curva E521.
IN nº 01-2019,de 11/02/2019	Amplia a validade da chave criptográfica simétrica empregada para geração de IDN.
IN nº 02-2019, de 12/03/2019	Atualiza requisitos para serviços de confiança de uso de chaves criptográficas e inclui a definição da Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - LPSC no âmbito da ICP-Brasil.
IN nº 03-2019, de 04/04/2019	Atualiza os requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas.
IN nº 04-2019, de 26/04/2019	Altera o item 2.2.6 do DOC-ICP-05.02, que trata da solicitação de certificado para servidores públicos federais da ativa e militares da União.
IN nº 05-2019, de 16/07/2019	Regulamenta o envio de certificados digitais, dos arquivos biométricos e demais informações sobre suas emissões ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI. Anexo 1 IN nº 05/2019 Consolidada
IN nº 06-2019, de 05/08/2019	Altera a Instrução Normativa nº 05, de 16 de julho de 2019.
IN nº 07-2019, de 30/10/2019	Altera os itens 6.4 e 6.5.7 do DOC-ICP-17.01, que tratam dos requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas e da Lista de Prestador de Serviço de Confiança.
IN nº 08-2019, de 31/10/2019	Altera o DOC-ICP-01.01 para retirar dos Algoritmos e Suítes de Assinatura a função <i>hash</i> SHA-1 e os algoritmos criptográficos RSA 1024 bits para certificados de usuário final e RSA 2048 bits para certificados de AC.
IN nº 01-2020, de 22/01/2020	Revoga a Instrução Normativa nº 13, de 23 de outubro de 2018.
IN nº 02-2020, de 20/03/2020	Estabelece os procedimentos de confirmação de cadastro de requerente de certificado digital por meio de videoconferência.



IN nº 03-2020, de 03/04/2020	Estabelece os procedimentos de submissão, análise, aprovação e publicação das Políticas de Segurança (PS), das Políticas de Certificados (PC), Políticas de Carimbo do Tempo (PCT) e das Declarações de Práticas das Autoridades Certificadoras (AC), das Autoridades de Carimbo do Tempo (ACT) e dos Prestadores de Serviço de Confiança (PSC), no âmbito da ICP Brasil.
IN nº 04-2020, de 07/04/2020	Estabelece critérios para a comprovação do poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
IN nº 05-2020, de 20/04/2020	Amplia o rol de pessoas jurídicas alcançadas pelo disposto na Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, às associações sem fins lucrativos, organizações religiosas e fundações.
IN nº 06-2020, de 12/05/2020	Acrescenta o arco de OID para identificação de documentos digitais no Documento de Atribuição de OID na ICP-Brasil - DOC-04.01.
IN nº 07-2020, de 29/05/2020	Altera o tempo de armazenamento dos logs, trilhas de auditorias e imagens.
IN nº 08-2020, de 30/06/2020	Altera a Instrução Normativa 02, de 20 de março de 2020, para adiar o prazo que estabelece.

PORTARIAS:	
NÚMERO	DESCRIÇÃO
Portaria CGPOA nº 96, de 08/12/2011	Disciplina utilização de vagas no Estacionamento do ITI.
Portaria CGPOA nº 13, de 14/03/2012	Disciplina utilização de vagas no Estacionamento do ITI.
Portaria nº 71, de 08/10/13	Instituir, no âmbito desta Autarquia, Norma de Utilização de Videoconferência, conforme estabelecido no Anexo desta Portaria.
Portaria CGPOA nº 73, de 27/09/2012	Estabelece fluxo formal de movimentação patrimonial de bens de informática.
Portaria CGPOA nº 67, de 25/09/2013	Confirmar o Pregão Eletrônico como modalidade priorizada a ser utilizada no ITI.
Portaria CGPOA nº 71, de 08/10/2013	Instituir norma de utilização de videoconferência.
Portaria CGPOA nº 09, de 12/03/2014	Requisições de materiais e movimentação de bens no ITI.
Portaria CGPOA nº 11, de 07/04/2014	Estabelece rotinas de procedimentos administrativos a serem observadas pela Comissão Permanente de Licitações/CPL e Pregoeiros designados, com base no que consta recomendado no subitem 1.3 do relatório que trata da Apresentação de Fatos apurados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, decorrente da análise das contas desta autarquia referentes ao exercício 2013, objeto da Ordem de Serviço nº 003/2014.
Portaria CGPOA nº 25, de 27/06/2014	Recomendações a CPL para, a cada exercício, observar.
Portaria CGPOA nº 54, de 03/11/14	Considerando que esta autarquia não possui quadro próprio de pessoal. Considerando que o quadro efetivo atualmente lotado nesta autarquia é insuficiente, do ponto de vista quantitativo, para atender as diversificadas demandas contratuais que exigem designação de fiscal de contratos.
Portaria CGPOA nº 14, de 28/05/15	Informar aos usuários do serviço de passagens aéreas, nos trechos nacionais e de urgência, que a partir do dia 27 de maio de 2015, as requisições de passagens passaram a seguir rigorosamente o que preconiza as orientações vigentes, estando as emissões de passagens condicionadas a compra diretamente efetuada com cartão de crédito corporativo específico para essa tarefa, disponível nesta autarquia junto a área de contabilidade
Portaria CGPOA nº 79, de 23/12/2014	Estabelecer normas e procedimentos de contingência com vistas a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura logística do ITI.
Portaria CGPOA nº 111, de 06/08/2018	Estabelecer os procedimentos para utilização das salas de reunião no âmbito do edifício Sede do ITI.
Portaria DAFN nº 1, de 03/07/2013	Instituir procedimento padrão para extração de arquivos da IN 06/2012.
Portaria DINFRA nº 1, de 27/06/2013	Estabelece competências da CGSI e CGO.
Portaria DINFRA nº 2, de 27/06/2013	Estabelecer as atribuições para o desempenho de atividades atinentes aos papéis abaixo descritos, quanto à gestão e operação da Autoridade Certificadora Raiz - AC-Raiz da ICP-Brasil
Portaria PRESIDÊNCIA nº 38, de 21/06/2005	Conceitos e definições para utilização de veículos oficiais.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 44, de 18/08/2005	Conceitos e definições sobre almoxarifado, patrimônio e recebimento de materiais e bens patrimoniais.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 11, de 28/04/2006	Estabelece procedimentos para utilização de Crachás no ITI
Portaria PRESIDÊNCIA nº 39, de 18/12/2009	Estabelece diretrizes, procedimentos e responsabilidades na utilização de aparelhos celulares disponibilizados pelo ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 13, de 07/02/2010	Designa servidores, mas estabelece procedimentos e normas para o Contrato 04/2007 - LSI-TEC/LEA
Portaria PRESIDÊNCIA nº 16, de 19/11/2010	Aprova o Regimento Interno do Comitê Estratégico de TI- CETI e aprova o Plano Diretor de Tecnologia a Informação - PDTI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 48, de 18/10/2011	Aprova novo Regimento Interno do Comitê Estratégico de Tecnologia a Informação - CETI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 01, de 19/01/2012	Dispõe sobre normas e procedimentos de segurança adotados nas dependências do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 11, de 09/03/12	Implementar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 11, de 09/09/12	Implementar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI/PR.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 25, de 15/05/12	Classificar as informações contidas nesta Portaria, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, nos seguintes termos: Art. 1o Classificar como secretos os documentos elencados no Anexo 1 desta Portaria.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 30, de 20/07/2012	Estabelecer norma de segurança para uso de dispositivos móveis no ITI/PR
Portaria PRESIDÊNCIA nº 35, de 27/09/2012	Instituir norma regulamentadora de acesso lógico à rede de dados do ITI/PR
Portaria PRESIDÊNCIA nº 37, de 20/11/2012	Estabelece processo forma de desenvolvimento de software no âmbito do ITI /PR.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 07, de 05/02/2013	Disciplinar toda sistemática aplicável, conceitos e os procedimentos para gerenciamento de documentos, assim como a utilização dos serviços de protocolo, no âmbito desta Autarquia.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 29, de 11/06/13	Dispõe sobre a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Portaria PRESIDÊNCIA nº 03, 31/01/14	Baixar as seguintes Normas Gerais para o uso adequado, racional, controlado e legal de veículos oficiais no âmbito do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 09, de 25/04/2014	Estabelece norma e procedimentos para fiscalização de contratos.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 11, de 08/05/2014	Padronizar procedimentos, diretrizes e responsabilidades sobre fiscalização de contratos.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 19, de 29/07/2015	Baixar as seguintes Normas Gerais para uso adequado, racional, controlado e legal de veículos oficiais no âmbito do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 24, de 30/11/15	Os modelos padronizados de contrato, edital e termo de referência disponibilizados no site da AGU, no endereço eletrônico http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265 , deverão ser adotados por todos os órgãos desta Autarquia.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 02, de 05/05/16	Estabelece a certificação digital da Carteira de Identificação Estudantil - CIE
Portaria PRESIDÊNCIA nº 10, de 15/08/2016	Estabelece procedimentos para utilização do SEI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 16, de 11/04/2017	O processo e o procedimento de credenciamento, manutenção de credenciamento e descredenciamento dos Prestadores de Serviços de Certificação da ICP-Brasil.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 25, de 13/06/17	Designa os detentores da chave criptográfica de ativação da AC Raiz da ICP-Brasil.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 33, de 20/06/2017	Institui o Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital - CGRC-GD, no âmbito do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 40, de 13/07/2017	Aprova Regimento de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 60, de 21/11/17	Alterações promovidas na Estrutura Regimental do ITI dos servidores.

Portaria PRESIDÊNCIA nº 66, de 20/12/17	Estabelece os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Revoga Portaria 10, de 15/08/2016
Portaria PRESIDÊNCIA nº 15, de 09/02/2018	Regulamenta horário de atendimento do setor de Protocolo do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 16, de 09/02/2018	Dispõe sobre Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 20, de 28/02/2018	Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
Portaria PRESIDÊNCIA nº 30, de 23/03/2018	Estabelece as normas de utilização dos meios de comunicação telefônica fixa e móvel, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 40, de 28/06/2018	Institui a Política de Gestão de Riscos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 55, de 17/09/2018	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS no âmbito do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 62, de 04/10/2018	Institui o Comitê de Governança do Planejamento Estratégico 2019-2022 do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 10, de 28/02/2019	Altera disposições da Portaria nº79, de 31 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 12, de 26/03/2019	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e comunicações do ITI para o período 2019-2020.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 14, de 15/04/2019	Aprova o Plano de Integridade e <i>Compliance</i> do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, e dá outras providências.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 15, de 16/04/2019	Altera o inciso VI do art. 27 do Anexo da Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2019, que aprovou o Regimento Interno do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 18, de 24/04/2019	Altera disposições da Portaria nº20, de 28 de fevereiro de 2018 - Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 22, de 09/05/2019	Estabelece os procedimentos relativos aos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 27, de 27/05/2019	Altera disposições da Portaria nº 79, de 31 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 28, de 27/05/2019	Altera disposições do Anexo da Portaria nº4, de 13 de junho de 2017, Regimento o Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital - CGRC-GD.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 29, de 27/05/2019	Dispõe sobre a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 31, de 06/06/2019	Altera Portaria 18, do Regimento Interno.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 32, de 14/06/2019	Institui a Comissão de Ética dos Agentes Públicos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - CEITI
Portaria PRESIDÊNCIA nº 33, de 14/06/2019	Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do ITI.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 39, de 04/07/2019	O art. 1º da Portaria nº 25, de 13 de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:
Portaria PRESIDÊNCIA nº 51, de 27/08/2019	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 58, de 04/10/2019	Estabelece prazos para a análise das solicitações de credenciamento.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 58, de 04/10/2019	Estabelece os prazos para a análise das solicitações de credenciamento e revoga a Portaria nº50, de 22 e agosto de 2018.
Portaria PRESIDÊNCIA nº 59, de 04/10/2019	Aprova a revisão do Planejamento Estratégico 2019-2022.



Portaria PROCURADORIA nº 03, de 02/07/2013	Dispõe sobre as manifestações jurídicas da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI..
Portaria PROCURADORIA nº 04, de 18/09/2013	Dispõe sobre manifestações jurídicas da Procuradoria Federal Especializada do ITI.
Portaria PROCURADORIA nº 04, de 02/07/13	Dispõe sobre as manifestações jurídicas da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.
Portaria PROCURADORIA nº 04, de 02/10/2014	Dispõe sobre manifestações jurídicas da Procuradoria Federal Especializada do ITI.

RESOLUÇÕES:	
NÚMERO	DESCRIÇÃO
Resolução nº 03, de 25/11/2001	Designa Comissão para auditar a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviços.
Resolução nº 05, de 22/11/2001	Aprova o Relatório de auditoria da AC Raiz.
Resolução nº 15, de 10/06/2002	Estabelece as diretrizes para sincronização de frequência e de tempo na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Resolução nº 20, de 08/05/2003	Determina o desenvolvimento de uma plataforma criptográfica aberta, voltada à operação da AC Raiz.
Resolução nº 29, de 23/01/2003	Designa Comissão para realizar auditoria pré-operacional da AC Raiz.
Resolução nº 33, de 21/10/2004	Delega a AC Raiz da ICP-Brasil atribuição para suplementar as normas do Comitê Gestor e dá outras providências.
Resolução nº 39, de 18/04/2006	Aprova a versão 2.0 da Política de Segurança da ICP-Brasil.
Resolução nº 41, de 18/04/2006	Aprova a versão 2.0 dos Requisitos Mínimos para as políticas de certificado na ICP-Brasil.
Resolução nº 42, de 18/04/2006	Aprova a versão 2.0 dos Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.
Resolução nº 44, de 18/04/2006	Aprova a versão 2.0 dos Critérios e Procedimentos para Realização de Auditorias nas Entidades da ICP-Brasil.
Resolução nº 45, de 18/04/2006	Aprova a versão 2.0 dos Critérios e Procedimentos para fiscalização das Entidades Integrantes da ICP-Brasil.
Resolução nº 47, de 03/12/2007	Aprova a versão 3.0 dos Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-Brasil.
Resolução nº 48, de 03/12/2007	Altera os Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.
Resolução nº 49, de 03/06/2008	Aprova a versão 3.0 da Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
Resolução nº 50, de 28/11/2008	Altera a Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
Resolução nº 51, de 28/11/2008	Altera a Política de Segurança da ICP-Brasil.
Resolução nº 52, de 28/11/2008	Altera os critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.
Resolução nº 53, de 28/11/2008	Altera os requisitos mínimos para as políticas de certificado na ICP-Brasil.
Resolução nº 54, de 20/11/2008	Altera os requisitos mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.
Resolução nº 55, de 28/11/2008	Aprova a versão 3.0 das diretrizes da política tarifária da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
Resolução nº 57, de 28/11/2008	Altera os critérios e procedimentos para fiscalização das entidades integrantes da ICP-Brasil.
Resolução nº 58, de 28/11/2008	Aprova a versão 1.0 do documento Visão Geral do Sistema de Carimbos do Tempo na ICP-Brasil.
Resolução nº 59, de 28/11/2008	Aprova a versão 1.0 do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.
Resolução nº 60, de 28/11/2008	Aprova a versão 1.0 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.
Resolução nº 61, de 28/11/2008	Aprova a versão 1.0 do documento Procedimentos para Auditoria do Tempo na ICP-Brasil.
Resolução nº 62, de 09/01/2009	Aprova a versão 1.0 do documento Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil.- DOC-ICP-15
Resolução nº 64, de 14/04/2009	Aprova a execução de auditoria no ambiente operacional na Autoridade Certificadora raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviço de suporte de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira no exercício de 2010.
Resolução nº 65, de 09/06/2009	Aprova a versão 2.0 do documento Padrões e Algoritmo criptográficos da ICP-BRASIL, e o plano de migração relacionado.
Resolução nº 66, de 09/06/2009	Aprova a versão 3.1 dos Requisitos Mínimos para a Declaração de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.
Resolução nº 67, de 09/06/2009	Aprova a versão 4.1 dos Critérios e Procedimentos para Credenciamento da Entidade Integrantes da ICP-Brasil.
Resolução nº 68, de 13/10/2009	Altera os prazos contidos no plano de adoção de novos padrões criptográficos - anexo II da Resolução Nº 65.
Resolução nº 69, de 13/10/2009	Aprova a versão 1.1 dos normativos de carimbo do tempo no âmbito da da ICP-Brasil: DOC-ICP-11, DOC-ICP-12, DOC-ICP-13 e DOC-ICP-14.
Resolução nº 70, de 18/11/2009	Aprova a versão 4.2 do DOC-ICP-03.
Resolução nº 71, de 18/11/2009	Altera o prazo especificado no art. 2º da Resolução nº 62, publicada em 09 de janeiro de 2009.
Resolução nº 72, de 18/11/2019	Aprova a versão 4.0 dos Critérios e Procedimentos para realização de auditorias nas entidades da ICP-Brasil (DOC-ICP-08)
Resolução nº 73, de 24/11/2009	Aprova a versão 2.0 dos termos de titularidade de incapazes, pessoa física e pessoa jurídica na ICP-Brasil.
Resolução nº 74, de 24/11/2009	Aprova a versão 3.2 do DOC-ICP-05, versão 4.3 do DOC-ICP-03 e versão 1.3 do DOC-ICP-03.01.
Resolução nº 75, de 31/03/2010	Aprova a versão 3.3 do documento de requisitos mínimos para as declarações de práticas de certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil (DOC-ICP-05).
Resolução nº 76, de 31/03/2010	Aprova a versão 2.0 do documento Visão Geral sobre as assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15).
Resolução nº 77, de 32/03/2010	Aprova a versão 3.1 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil (DOC-ICP-04).
Resolução nº 78, de 31/03/2010	Aprova a versão 1.2 do documento de Visão Geral do Sistema de Carimbos do Tempo na ICP-Brasil (DOC-ICP-11).
Resolução nº 79, de 28/05/2010	Aprova a versão 3.4 do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil (DOC-ICP-05).
Resolução nº 81, de 17/06/2010	Aprova a versão 4.1 do documento Declaração de Práticas de Certificação da autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 82, de 20/07/2010	Aprova a versão 1.0 do documento Manual de uso da marca da ICP-Brasil, e a gestão de conteúdo do sítio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Resolução nº 83, de 12/08/2010	Aprova a versão 4.4 do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-Brasil (DOC-ICP-03).
Resolução nº 84, de 17/11/2010	Aprova a versão 3.2 do DOC-ICP4 e a versão 3.5 do DOC-ICP-05, cujas alterações se referem aos procedimentos para a emissão de certificados digitais que integram o documento de Registro de Identidade Civil - RIC.
Resolução nº 85, de 09/11/2011	Estabelece condição transitória para o requisito de obrigatoriedade de homologação ICP-Brasil para equipamentos de Certificação Digital.
Resolução nº 86, de 06/12/2011	Aprova a versão 4.5 do documento Critérios e Procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil (DOC-ICP-03).
Resolução nº 87, de 19/04/2012	Aprova a versão 4.0 do documento Requisitos Mínimos para as políticas de certificado na ICP-Brasil (DOC-ICP-04).
Resolução nº 88, de 25/05/2012	Aprova a versão 4.6 do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil (DOC-ICP-03).
Resolução nº 89, de 05/07/2012	Estabelece condição transitória para o requisito de obrigatoriedade de homologação ICP-Brasil para equipamentos de certificação digital.
Resolução nº 90, de 05/07/2012	Aprova a versão 3.6 do DOC-ICP-05 e a versão 1.6 do DOC-ICP-03.01.
Resolução nº 91, de 05/07/2012	Aprova a versão 5.0 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil (DOC-ICP-04).
Resolução nº 92, de 05/07/2012	Aprova a versão 2.1 do documento visão geral sobre assinaturas digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15).
Resolução nº 93, de 05/07/2012	Estabelece o documento visão geral sobre Certificado de Atributo versão 1.0 para a ICP-Brasil (DOC-ICP-16).
Resolução nº 94, de 27/09/2012	Aprova a versão 4.2 do documento Declaração de Práticas de Certificação da autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 95, de 27/09/2012	Aprova a versão 5.1 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil (DOC-ICP-04).
Resolução nº 96, de 27/09/2012	Aprova a versão 3.0 do documento Regulamento para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil (DOC-ICP-10)
Resolução nº 98, de 25/06/2013	Aprova a versão 2.0 do documento 'Manual de Uso da Marca ICP-Brasil'.
Resolução nº 99, de 09/10/2013	Amplia prazo de validade de certificados das hierarquias da ICP-Brasil que implementam exclusivamente algoritmos de curvas elípticas.
Resolução nº 100, de 09/10/2013	Altera a resolução Nº 96 de 27 de setembro de 2012, que aprova o regulamento para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital, no âmbito da ICP-Brasil (DOC-ICP-10).
Resolução nº 101, de 09/10/2013	Autoriza procedimento específico para atendimento à emissão de certificados digitais para assinar digitalmente os documentos de viagem de brasileiros.
Resolução nº 102, de 29/04/2014	Aprova a versão 4.7 do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil (DOC-ICP-03).
Resolução nº 103, de 29/04/2014	Aprova a versão 5.3 do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil (DOC-ICP-04).
Resolução nº 104, de 23/04/2015	Aprova a versão 4.4 do documento Declaração de Práticas de Certificação da autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 105, de 25/08/2015	Convalida a Resolução nº 104 que aprovou a versão 4.4 do documento Declaração de Práticas de Certificação da autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 106, de 25/08/2015	Aprova contratação de empresa de auditoria independente para auditar o ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz.

Resolução nº 107, de 25/08/2015	Aprova a versão 3.8 do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil.
Resolução nº 108, de 25/08/2015	Aprova a versão 4.8 do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil (DOC-ICP-03).
Resolução nº 109, de 25/08/2015	Aprova a versão 3.0 do Documento Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil (DOC-ICP-15), que regulamenta o Padrão de Assinatura Digital PAdES ICP-Brasil.
Resolução nº 110, de 30/09/2015	Aprova a versão 2.0 do documento Diretrizes para Sincronização de Frequência e de tempo na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (DOC-ICP-07) e revoga a Resolução nº 16, de 10 de junho de 2002.
Resolução nº 111, de 30/09/2015	Aprova a versão 1.3 do documento Visão Geral do sistema de carimbos do tempo na ICP-Brasil (DOC-ICP-11).
Resolução nº 112, de 30/09/2015	Aprova a versão 1.2 dos documentos 12, 13 e 14 da ICP-Brasil.
Resolução nº 113, de 20/09/2015	Altera a Resolução nº 107, de 25 de agosto de 2015, que aprovou a versão 3.8 do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil (DOC-ICP-05).
Resolução nº 114, de 20/09/2015	Aprova a versão 4.9 do DOC-ICP-03 que cria o processo de credenciamento do PSBIO; Aprova a versão 3.9 do DOC-ICP-05 que cria o sistema biométrico da ICP-Brasil; Aprova a versão 4.1 do DOC-ICP-08, que estabelece os processos de auditoria; Aprova a versão 3.1 do DOC-ICP-09 que estabelece os critérios de fiscalização. Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-05.03 que estabelece os procedimentos para identificação biométrica na ICP-Brasil. Aprova a versão 1.0 do DOC-ICP-03.02 que estabelece os requisitos mínimos de segurança no PSBIO.
Resolução nº 115, de 11/12/2015	Aprova a Criação no Âmbito da ICP-Brasil da Política de Certificado a CF-e-SAT para Uso Exclusivo em Equipamentos SAT.
Resolução nº 116, de 09/12/2015	Aprova a versão 4.5 do Documento Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 117, de 09/12/2015	Aprova o Relatório de Auditoria Independente realizada no ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte - PSS.
Resolução nº 118, de 09/12/2015	Aprova a retirada do campo AIA da LCR e define a obrigatoriedade de dois pontos de obtenção da LCR em novas cadeias de Certificação Digital ICP-Brasil.
Resolução nº 119, de 06/07/2017	Aprova a obrigatoriedade de realização de auditorias <i>Webtrust</i> para Autoridades Certificadoras - ACs que emitem certificados para usuários finais e de implementação de respostas OSCP para ACs que emitem certificados do tipo SSL/TLS nas cadeias de certificado digital ICP-Brasil.
Resolução nº 120, de 06/07/2017	Altera os artigos 4º, 10 e 11 e inclui o artigo 14-A, do Regimento Interno do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
Resolução nº 121, de 06/07/2017	Aprova os procedimentos para emissão de certificados digitais para servidores públicos da ativa e militares da União.
Resolução nº 122, de 06/07/2017	Aprova a prorrogação dos prazos de adequação das entidades ao Sistema Biométrico da ICP-Brasil.
Resolução nº 123, de 06/07/2017	Atualiza os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil, os requisitos mínimos para as políticas de certificado na ICP-Brasil e os procedimentos para gerenciamento da chave simétrica para geração de IDN.
Resolução nº 124, de 13/09/2017	Altera a Configuração do Propósito de Uso Para Certificados do Tipo a CF-e-SAT.
Resolução nº 125, de 13/09/2017	Aprova Ajustes Redacionais No DOC-ICP-03.
Resolução nº 126, de 13/09/2017	Aprova Ajustes Redacionais No DOC-ICP-09.
Resolução nº 127, de 13/09/2017	Aprova a Versão 3.1 do DOC-ICP-10 - Regulamento Para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital No Âmbito da ICP-Brasil.
Resolução nº 128, de 13/09/2017	Aprova a Obrigatoriedade de Implementação da Extensão <i>Subject Alternative Name</i> para Certificados do Tipo SSL/TLS.
Resolução nº 129, de 13/09/2017	Aprova o Relatório de Auditoria Independente Realizada no Ambiente Operacional da Autoridade Certificadora Raiz (AC RAIZ) e seu Prestador De Serviço de Suporte.
Resolução nº 130, 19/09/2017	Institui as instalações técnicas secundárias, disciplina os procedimentos de validação externa no âmbito da ICP-Brasil e dá outras providências.
Resolução nº 131, de 10/11/2017	Inclui itens no DOC-ICP-05, versão 4.3, no DOC-ICP-05.02, versão 1.5 e dá outras providências.
Resolução nº 132, de 10/11/2017	Cria o DOC-ICP-17 que institui o prestador de serviço de confiança para armazenamento de chaves privadas de usuários finais e serviços de assinatura digital no âmbito da ICP-Brasil e dá outras providências.
Resolução nº 133, de 07/12/2017	Altera itens do DOC-ICP-03, versão 5.2, para modificação nos procedimentos de extinção de instalação técnica de ar e descredenciamento de AR e PSS.
Resolução nº 134, de 07/12/2017	Altera itens do DOC-ICP-03, versão 5.2, para modificação nos critérios para abertura e encerramento de posto provisório.
Resolução nº 135, de 08/03/2018	Aprova o relatório de auditoria independente realizada no ambiente operacional da autoridade certificadora raiz (AC Raiz) e seu prestador de serviço de suporte.
Resolução nº 136, de 08/03/2018	Aprova os procedimentos para criação do termo de titularidade digital na ICP-Brasil.
Resolução nº 137, de 08/03/2018	Aprova o regimento interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de chaves públicas Brasileira - CG ICP-Brasil.
Resolução nº 138, de 02/04/2018	Altera a extensão " <i>subject alternative name</i> " para certificados de equipamento A CF-e-SAT.
Resolução nº 139, de 03/07/2018	Aprova a criação da política de certificado para objetos metrológicos - OM-BR no âmbito da ICP-Brasil.
Resolução nº 140, de 03/07/2018	Altera o DOC-ICP-10 e o DOC-ICP-10.01, que conceituam laboratório de ensaios e auditoria - LEA.
Resolução nº 141, de 03/07/2018	Altera o DOC-ICP-04 e DOC-ICP 05.02 para contemplar os servidores públicos dos estados e do Distrito Federal nos procedimentos específicos de emissão de certificados digitais.
Resolução nº 142, de 22/08/2018	Define a data da próxima reunião ordinária do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
Resolução nº 143, de 06/09/2018	Aprova a versão 4.6 do documento declaração de práticas de certificação da autoridade certificadora raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01).
Resolução nº 144, de 07/11/2018	Estabelece novos requisitos para abertura de postos provisórios e atualiza o endereço eletrônico utilizado no procedimento de credenciamento simplificado.
Resolução nº 145, de 07/11/2018	Altera o item 7.5 do DOC-ICP-08, que trata de requisitos para auditoria independente.
Resolução nº 146, de 07/11/2018	Regulamenta requisitos específicos para conformidade ao Programa <i>WebTrust</i> de Princípios e Critérios para Autoridades de Certificação.
Resolução nº 147, de 07/11/2018	Aprova a versão 4.7 do documento declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01)
Resolução nº 148, de 07/11/2018	Estabelece critério para a qualificação econômico-financeira de entidades sem fins lucrativos.
Resolução nº 149, de 07/11/2018	Atualiza os parâmetros para habilitação econômico-financeira e as diretrizes da política tarifária no âmbito da ICP-Brasil.
Resolução nº 150, de 07/11/2018	Inclui no certificado digital o CNPJ da Autoridade de Registro onde ocorreu a identificação presencial.
Resolução nº 151, de 30/05/2019	Regulamenta requisitos para conformidade ao Programa <i>WebTrust</i> de Princípios e Critérios para as entidades da ICP-Brasil e simplifica processos da ICP-Brasil
Resolução nº 152, de 13/08/2019	Altera a Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01), para complementar requisitos <i>WebTrust</i> .
Resolução nº 153, de 17/09/2019	Aprova a Versão 5.1 do DOC-ICP-05, cujas alterações se referem aos procedimentos para emissão de certificados digitais para servidores públicos federais.
Resolução nº 154, de 01/12/2019	Prorroga o prazo previsto para a conclusão da transferência dos dossiês para o ambiente de AC e dá outras providências.
Resolução nº 155, de 03/12/2019	Altera o procedimento de identificação e as previsões de entidades para execução de auditorias operacionais; atualiza as responsabilidades em caso de encerramento de atividade de AC e da homologação de equipamentos; e define regras de validação do alvará no Carimbo do Tempo.
Resolução nº 156, de 07/02/2020	Aprova a versão 7.1 do DOC-ICP-04 e a versão 5.4 do DOC-ICP-05, cujas alterações se referem aos procedimentos para emissão de certificados digitais pelos conselhos de classes profissionais instituídos por lei.
Resolução nº 157, de 07/02/2020	Autoriza à AC Raiz a gerir a identidade visual da ICP-Brasil.
Resolução nº 158, de 07/02/2020	Aprova os Relatórios de Auditoria Independente realizada no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.
Resolução nº 159, de 07/02/2020	Aprova a contratação de empresa de auditoria independente para auditar o ambiente operacional da AC Raiz.
Resolução nº 160, de 17/04/2020	Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).
Resolução nº 161, de 17/04/2020	Dispõe acerca dos procedimentos para revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto, de competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
Resolução nº 162, de 17/04/2020	Consolidação dos Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil.
Resolução nº 163, de 17/04/2020	Delega à Autoridade Certificadora da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil as atribuições que especifica e traz outras disposições.
Resolução nº 164, de 17/04/2020	Altera o tempo de armazenamento do vídeo resultante da gravação 24x7.
Resolução nº 165, de 17/04/2020	Altera a Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
Resolução nº 166, de 17/04/2020	Altera a alternativa ao parecer do contador sobre a qualificação econômico-financeira para Autoridade de Registro.
Resolução nº 167, de 17/04/2020	Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado.
Resolução nº 168, de 17/04/2020	Ampliação dos prazos para as providências após a notificação do deferimento de AC e ACT.
Resolução nº 169, de 17/04/2020	Inclui no certificado digital a informação de como foi realizada a identificação do titular.
Resolução nº 170, de 23/04/2020	Estabelece os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência.
Resolução nº 176, de 21/09/2020	Altera o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) para regulamentar a realização de sessões por videoconferência



DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR YATTA CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo nº 00100.001673/2020-19.
DEFIRO o credenciamento da AR ARGOR CERTIFICADORA DIGITAL. Processo nº 00100.001666/2020-17.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 84, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, para os fins do disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo a esta Portaria, a listagem dos atos normativos inferiores a decretos vigentes no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, que serão objeto de revisão e consolidação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

ANEXO I

Revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto (art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e art. 8º da Portaria SG/PR nº 67, de 2 de setembro de 2020)			
Fase de triagem			
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO			
Espécie de ato	Número	Data	Matéria/Ementa (se houver)
Resolução	1	13/09/2000	Estabelece procedimentos para apresentação de informações, sobre situação patrimonial, pelas autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal.
Resolução	2	24/10/2000	Regula a participação de autoridade pública abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal em seminários e outros eventos.
Resolução	3	23/11/2000	Regras sobre tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.
Resolução	6	25/07/2001	Dá nova redação ao item III da Resolução nº 3, de 23 de novembro de 2000.
Resolução	7	14/02/2002	Regula a participação de autoridade pública submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal em atividades de natureza político-eleitoral.
Portaria Ciset	13	10/07/2002	Aprova os mapas de acompanhamento dos dispêndios ocorridos nos deslocamentos do PR e comitiva em Campanha ou evento eleitoral.
Resolução	8	25/09/2003	Identifica situações que suscitam conflito de interesses e dispõe sobre o modo de preveni-los.
Resolução	10	29/09/2008	Estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para as Comissões de Ética instituídas pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, com as alterações estabelecidas pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.
Norma de Organização Ciset/CC	1	10/10/2008	Estabelece rotinas e procedimentos a serem adotados pelos servidores da Secretaria de Controle Interno/PR com vistas à alimentação e consulta do Sistema Integrado de Informações de Controle - SIC.
Norma de Execução Ciset/CC	1	12/02/2009	Disciplina os procedimentos para realização dos trabalhos de Auditoria de Gestão - AG no âmbito da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República - Ciset-CC/PR.
Norma de Execução Ciset/CC	2	08/04/2009	Disciplina os procedimentos para a realização dos trabalhos de Auditoria de Monitoramento (AM) junto às Unidades Jurisdicionadas (UJ) à Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República - Ciset/CC-PR.
Norma de Execução Ciset/CC	3	09/04/2009	Disciplina os procedimentos para a realização dos trabalhos de Auditoria Especial (AE) junto às Unidades Jurisdicionadas (UJ) à Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República - Ciset/CC-PR.
Portaria Ciset/CC	13	23/04/2009	Institui o CTA-PR - Comitê Técnico de Auditoria.
Norma de Execução Ciset/CC	4	24/04/2009	Disciplina as rotinas operacionais relativas ao planejamento e a execução das ações de fiscalização por parte da Coordenação-Geral de Fiscalização de Programas de Governo e de Atos de Pessoal - COFIP.
Portaria Ciset/CC	20	19/05/2009	Estabelece o planejamento, proposições e execuções de metas.
Portaria Ciset/CC	40	20/08/2009	Aprova Regimento Interno do Comitê Técnico de Auditoria-CTA/PR.
Portaria Ciset/CC	41	27/08/2009	Dispõe sobre denúncias associadas a exercício de cargo no âmbito da Ciset/PR.
Norma de Execução Ciset/CC	1	05/02/2010	Disciplina as rotinas operacionais relativas ao planejamento das ações sistemáticas desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Fiscalização de Programas de Governo e de Atos de Pessoal - COFIG.
Portaria Ciset/SG	7	22/06/2011	Tornar o Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle - SEMAC como a ferramenta de controle da execução das atividades desempenhadas no âmbito desta Secretaria de Controle Interno.
Instrução Normativa Ciset/SG	1	06/07/2012	Dispõe sobre a metodologia a ser utilizada para as apurações, as cobranças e os ressarcimentos devidos pelo partido político ou coligação partidária, em razão do uso de transporte oficial pelo Presidente da República em campanhas e eventos.
Portaria Ciset/SG	6	25/07/2014	Disciplina as rotinas operacionais relativas ao Plano de Providências Permanente, no âmbito das Unidades Jurisdicionadas desta Ciset.
Portaria SG	20	12/08/2014	Delega competência à Secretária de Controle Interno da Presidência da República para firmar Termo de Cooperação Técnica e Operacional com a Advocacia-Geral da União-AGU, objetivando a disponibilização à Unidade Setorial de Controle Interno da Presidência da República do Sistema de Inteligência Jurídica - SAPIENS, gerenciador eletrônico de documentos, para uso no desempenho de suas atribuições institucionais.
Portaria Ciset/SG	11	26/09/2014	Disciplina os procedimentos, regras e diretrizes a serem observadas na gestão e disponibilização de documentos e informações decorrentes de ações de controle, no âmbito da Secretaria de Controle Interno/Ciset/SG-PR e dá outras providências.
Portaria Ciset/SG	7	13/04/2015	Delega competência à Controladoria-Geral da União da Presidência da República para atuar como Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal.
Portaria Ciset/SG	19	28/09/2015	Disciplina as rotinas operacionais relativas ao exame das inconsistências apontadas pelo Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal da Controladoria Geral da União.
Instrução Normativa Ciset/SEGOV	2	21/10/2015	Define e estabelece normativo sobre recebimento, trâmite, triagem e tratamento de denúncias no âmbito da Ciset/SG/PR.
Portaria Ciset/SG	7	24/02/2016	Delega competência a Imprensa Nacional para atuar como seccional do sistema de contabilidade federal.
Portaria Ciset/SEGOV	14	04/04/2016	Delega competência a SAC/PR - para atuar como seccional do sistema de contabilidade federal.
Portaria Ciset/SG	20	29/04/2016	Detalha e distribui as competências previstas no Decreto nº 8.579 de 2015, relativamente às Coordenações-Gerais de Auditoria e Planejamento, de Auditoria e Contabilidade e de Auditoria e de Fiscalização de Atos de Pessoal da Secretaria de Controle Interno.
Portaria Ciset/SEGOV	1	16/01/2017	Delega competência à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para atuar como Órgão Seccional do Sistema de Contabilidade Federal.
Portaria Ciset	11	17/04/2017	Aprova o Manual de Redação e Padronização de Documentos Oficiais da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República Ciset/SG-PR.
Portaria Ciset/SG	21	28/06/2017	Dispõe sobre a implantação da unidade de Ouvidoria no âmbito dos órgãos e entidades vinculados à Presidência da República e da Vice Presidência.
Portaria Ciset/SG	33	01/09/2017	Disciplina os conteúdos passíveis de serem contemplados no escopo das ações de controle sob responsabilidade da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.
Portaria Ciset/SG	43	25/09/2017	Define diretrizes gerais para a realização de serviços de consultoria e atendimento a consultas técnicas formuladas por gestores públicos dos órgãos e entidades submetidos ao âmbito de atuação da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (Ciset/Presidência).
Resolução	11	11/11/2017	Dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos dos Agentes Públicos mencionados nos incisos I a IV do art.2º da Lei 12.813, de 16 de maio de 2013.
Resolução	12	19/11/2018	Dispõe sobre a apresentação de Declaração Confidencial de Informações - DCI.
Resolução	13	18/12/2018	Dispõe sobre o envio de informações, pelas Comissões de Ética, para compor o banco de dados de sanções previsto no art. 22 do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Portaria Ciset/SG	14	31/05/2019	Dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informação - SEI e do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.
Resolução	14	25/03/2020	Dispõe sobre a realização de sessões da Comissão de Ética Pública - CEP em ambiente virtual e sobre o julgamento de processos em lista.
Portaria Ciset	5	02/07/2020	Dispõe sobre a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares e do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados no âmbito da Presidência e Vice-Presidência da República.
Portaria Ciset	6	07/08/2020	Regulamenta as atividades de correição no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.
Portaria Ciset	7	10/08/2020	Aprova o Guia de Orientação Correcional da Corregedoria da Presidência da República e da Atividade Correcional.
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO			
Portaria	612	30/12/1997	Estabelece as peculiaridades da Presidência da República na concessão de suprimento de fundos.
Norma Administrativa	5	fevereiro, 1998	Definir diretrizes, responsabilidades e procedimentos para aquisição ou assinatura de publicações oficiais e de natureza técnica, necessárias ao serviço, e de revistas, jornais e periódicos informativos.
Norma Administrativa	I-601	agosto, 2000	Estabelece critérios e procedimentos para elaboração, atualização, alteração, aprovação e publicação de normas técnicas e administrativas, no âmbito da Secretaria de Administração (SA).
Norma Administrativa	III-201	março, 2001	Disciplina a requisição de passagens e a concessão de diárias, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	VIII-403	abril, 2001	Define diretrizes, responsabilidades e procedimentos para transmissão, encaminhamento e processamento de mensagens telegráficas e de fac-símile, nacionais e internacionais, por meio eletrônico.
Norma Administrativa	VIII-402	abril, 2001	Estabelece os procedimentos relativos aos serviços prestados pela: a) Central de Informações (CEINF) e Central de Atendimento Telefônico (CAT).
Norma Administrativa	VII-201	maio, 2001	Estabelece critérios para a utilização e controle do uso de imóveis residenciais funcionais, administrados pela Casa Civil da Presidência da República, de forma a padronizar procedimentos e facilitar a aplicação interna da legislação sobre o assunto.
Norma Administrativa	IX-201	maio, 2001	Regulamenta procedimentos básicos de manutenções prediais, mecânicas e elétricas do complexo predial da Presidência da República (PR), a cargo da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA).
Norma Administrativa	IX-101	maio, 2001	Regulamenta os procedimentos para a elaboração e desenvolvimento de projetos e obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e paisagismo, a serem executados nas edificações sob a administração da Presidência da República (PR), bem como especificações de mobiliário e equipamentos eletromecânicos.
Norma Administrativa	X-407	maio, 2001	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos à utilização, distribuição e devolução de aparelhos de som, televisão, videocassete e "digital video disc" (DVD).
Norma Administrativa	X-408	julho, 2001	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos à utilização, distribuição e devolução de refrigerador, frigobar e freezer.
Norma Administrativa	VI-101	setembro, 2001	Estabelece procedimentos para a solicitação de serviços e materiais permanentes e/ou de consumo, de qualquer natureza ou para qualquer destinação, com a finalidade de: a) simplificar e automatizar os processos operacionais de aquisição e requisição de materiais e contratação de serviços e treinamentos. b) centralizar e padronizar as solicitações de materiais, contratação de serviços e treinamentos; c) informar, com precisão, à Coordenação de Licitação e Contrato (COLIC) e, por conseguinte, aos potenciais fornecedores, a descrição inequívoca dos materiais, serviços e treinamentos requeridos na Presidência da República (PR).
Norma Administrativa	III-202	junho, 2002	Regula a concessão, aplicação e comprovação de Suprimento de Fundos, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	III-203	novembro, 2002	Estabelece a conformidade diária e de suporte documental, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	XI-001	dezembro, 2002	Estabelece as normas gerais de ação (NGA) para as viagens presidenciais em território nacional, visando uniformizar procedimentos.
Norma Administrativa	X-301	dezembro, 2002	Define diretrizes, responsabilidades e procedimentos para racionalizar e otimizar a utilização dos serviços de reprografia realizados na Central de Reprografia da CODOC.
Norma Administrativa	X-202	22/09/2005	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos aos serviços de copa realizados fora do ambiente dos restaurantes localizados no Anexo IV do Palácio do Planalto.
Norma Administrativa	VIII-404 Rev. 01	agosto, 2010	Estabelece procedimentos quanto à solicitação, aprovação e utilização do auditório e das salas de reuniões, localizados no andar térreo do Anexo I do Palácio do Planalto, a cargo da Coordenação-Geral de Operações (COPER) da Diretoria de Telecomunicações (DITEL).
Norma Administrativa	V-101	abril, 2011	Estabelece conceitos, diretrizes e procedimentos para a execução da atividade de Especificação de Material na Presidência da República (PR), a cargo da Coordenação de Suprimento e Patrimônio (COSUP), da Diretoria de Recursos Logísticos (DIALOG).
Norma Administrativa	V-401	abril, 2011	Estabelece conceitos, diretrizes e procedimentos para a execução da atividade de Armazenamento de Material na Presidência da República (PR), a cargo da Coordenação de Suprimento e Patrimônio (COSUP) da Diretoria de Recursos Logísticos (DIALOG).
Norma Administrativa	XI-301	dezembro, 2012	Estabelece critérios e procedimentos para disponibilizar meios de telecomunicações e contra medidas eletrônicas por ocasião das viagens e eventos presidenciais.
Norma Administrativa	VII-101	20/12/2013	Estabelece diretrizes e procedimentos relativos à destinação dos recursos financeiros referentes à coleta de moedas lançadas por visitantes nas fontes e lagos artificiais de imóveis de propriedade da Presidência da República (PR).
Instrução Normativa	1	27/03/2014	Estabelece regras de limites de concessão e de utilização de OBK Câmbio (aquisição de moeda estrangeira) nos suprimentos de fundos, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	VIII-102 Rev. 01	março, 2014	Estabelece padrões e procedimentos gerais para o uso seguro do acesso remoto à Rede de Dados PR administrada pela DITEC, bem como delinear as responsabilidades dos usuários desse serviço, em cumprimento à Política de Segurança de Tecnologia da Informação da Presidência da República (PSTI).
Norma Administrativa	VIII-104	março, 2014	Disciplina as ações referentes à gestão de incidentes de segurança em rede que tenham como origem ou destino a Rede Computacional da Presidência da República (Rede PR) gerenciada pela DITEC.
Norma Administrativa	VIII-201 Rev. 02	março, 2014	Padroniza o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas, considerando as diretrizes para sistemas seguros, no âmbito da Presidência da República (PR).
Instrução Normativa	2	10/06/2014	Define e estabelece procedimento para a concessão de seguro de assistência em viagem internacional, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	VIII-501 Rev. 02	setembro, 2014	Estabelece procedimentos relativos à solicitação e emissão de certificados digitais no âmbito da ACPR.
Norma Administrativa	I-401	10/10/2014	Estabelece os conceitos, diretrizes, regime jurídico-administrativo e procedimentos relativos aos agentes honoríficos e outros agentes colaboradores convocados, designados ou nomeados, no âmbito da Presidência da República, para exercer função ou atividade voluntária, cujo apoio e/ou provimento de meios administrativos esteja sob a responsabilidade da Secretaria de Administração (SA).
Portaria SG	34	novembro, 2014	Institui o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República - CEGP/PR.
Norma Administrativa	VIII-105	novembro, 2014	Estabelece diretrizes para atuação dos profissionais de Segurança da Informação (SI) na DITEC.
Portaria SG	34	06/11/2014	Institui o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República - CEGP/PR.
Norma Administrativa	IV-202 Rev. 02	24/12/2014	Estabelece as regras e os procedimentos relativos à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas em exercício nos órgãos integrantes da Presidência da República (PR).
Norma Administrativa	IV-302 Rev. 04	dezembro, 2014	Uniformiza e disciplina a rotina e o atendimento médico, odontológico e de apoio clínico, realizados pela Coordenação de Saúde (COSAU) da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), bem como a assistência direta à saúde do Presidente e do Vice-Presidente da República.
Norma Administrativa	VIII-103 Rev. 02	dezembro, 2014	Estabelece diretrizes complementares e afins à Política de Segurança de Tecnologia da Informação (PSTI) da Presidência da República (PR), fornecendo orientações sobre os procedimentos adequados para proteção das informações armazenadas e processadas, em meio eletrônico, no âmbito de abrangência da referida política.
Norma Administrativa	VIII-101 Rev. 05	dezembro, 2014	Estabelece procedimentos para o uso seguro dos recursos computacionais, bem como determinar os deveres e responsabilidades em cumprimento à Política de Segurança de Tecnologia da Informação (PSTI) da Presidência da República (PR).
Norma Administrativa	IV-201 Rev. 01	dezembro, 2014	Estabelece procedimentos operacionais relativos ao estágio não obrigatório remunerado na PR e delimitar atribuições sobre o Programa de Estágio Supervisionado na Presidência da República, de forma a propiciar aos estudantes de nível superior complementação de ensino e aprendizagem, sob a responsabilidade da Secretaria de Administração.
Portaria SE/SG	364	20/07/2015	Designa os membros, titulares e suplentes, indicados pelos respectivos Secretários-Executivos dos órgãos envolvidos, para integrar o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República.
Portaria SE/SG	364	julho, 2015	Designa os membros, titulares e suplentes, indicados pelos respectivos Secretários-Executivos dos órgãos envolvidos, para integrar o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas da Presidência da República.
Norma Administrativa	VIII-106	26/10/2015	Estabelece diretrizes para o uso seguro de mídias removíveis e dispositivos móveis no âmbito da rede de dados, voz e imagem da Presidência da República (PR).
Norma Administrativa	I-402	06/11/2015	Estabelece diretrizes de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) para a criação, administração e gestão de perfis oficiais nas redes sociais, no âmbito dos órgãos que compõem o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República (CGTI/PR).
Instrução Normativa	1	06/01/2016	Define e estabelece critérios para cessão de uso, administração e reserva dos imóveis residenciais funcionais administrados pela Secretaria de Governo da Presidência da República.



Norma Administrativa	IV-301 Rev. 02	04/02/2016	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos à administração e à utilização da Praça de Esportes, bem como disciplinar as práticas das atividades físicas e desportivas na Presidência da República.
Norma Administrativa	VII-102	11/03/2016	Estabelece e aperfeiçoar os critérios para cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais ociosos, recuperáveis, antieconômicos, irrecuperáveis e inservíveis no âmbito da Presidência da República (PR), de modo a padronizar e atualizar procedimentos.
Instrução Normativa	2	05/04/2016	Define e estabelece procedimento na utilização de telefones celulares funcionais e outros dispositivos eletrônicos, no âmbito da Presidência da República.
Portaria	69	16/06/2016	Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e dá outras providências.
Portaria	70	16/06/2016	Institui o Núcleo de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e dá outras providências.
Norma Administrativa	X-303	24/08/2016	Estabelece diretrizes e instruções para o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações na Presidência da República (SEI-PR).
Instrução Normativa	3	02/12/2016	Estabelece critérios de transição para o meio eletrônico dos processos administrativos e documentos físicos em tramitação no sistema SADWEB.
Instrução Normativa	1	20/03/2017	Altera a Instrução Normativa nº 03 de dezembro de 2016 que estabelece critérios de transição para o meio eletrônico dos processos administrativos e documentos físicos em tramitação no sistema SADWEB.
Norma Administrativa	IV-103 - Revisão 01	23/03/2017	Estabelece critérios e procedimentos para emissão e utilização de crachás de identificação para pessoas que acessem ou desempenhem suas atividades regulares nas dependências dos palácios presidenciais, residências, representações ou escritórios da PR ou VPR, bem como dos Broches Institucionais para agentes públicos militares e civis internos.
Norma Administrativa	IV-102- Revisão 01	março, 2017	Estabelece critérios e procedimentos para emissão e utilização de Cartão de Identidade Funcional para os agentes públicos militares e civis internos, em exercício em órgãos da Presidência da República e da Vice - Presidência da República, que desempenhem suas atividades regulares nas dependências dos palácios presidenciais, residências, representações ou escritórios da PR ou da VPR.
Norma Administrativa	X-201 Rev. 01	07/06/2017	Estabelece diretrizes e regulamenta o fornecimento de alimentação, estabelecendo responsabilidades e procedimentos, no âmbito da Presidência da República (PR) e da Vice-Presidência da República (VPR), salvaguardando a aplicação eficiente e racional dos recursos públicos, propiciar maior eficácia na gestão, incluindo a adoção de medidas e incorporação de ferramentas gerenciais de controle consistentes que privilegiem a transparência.
Instrução Normativa	2	14/09/2017	Institui os procedimentos aplicáveis à publicação de atos no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço da Presidência da República.
Resolução CGD	2	27/09/2017	Institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República - PG TIC/PR.
Norma Administrativa	VI-201 Rev. 02	13/10/2017	Regulamenta a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos e de outros instrumentos congêneres realizados no âmbito da Presidência da República - PR, incluindo o controle, o acompanhamento, o gerenciamento de riscos e a fiscalização da execução das obrigações contratuais.
Instrução Normativa	1	13/10/2017	Estabelece critérios sobre conduta e dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art.7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito da Presidência da República.
Instrução Normativa	3	13/11/2017	Regulamenta os arts. 2º e 9º do Decreto nº 6.381, de 27 de fevereiro de 2008 e dá outras providências.
Portaria	612	dezembro, 2017	Estabelece as peculiaridades da Presidência da República na concessão de suprimento de fundos.
Norma Administrativa	VIII-301	23/01/2018	Regulamenta o uso do serviço de impressão no âmbito da Presidência da República (PR).
Instrução Normativa	1	24/01/2018	Define e estabelece procedimentos e critérios para desfazimento de bens móveis por meio do chamamento público no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.
Instrução Normativa	2	17/04/2018	Altera a Instrução Normativa nº 02, de 14 de setembro de 2017, que institui os procedimentos aplicáveis à publicação de atos no Boletim Eletrônico de Pessoal e de Serviço da Presidência da República.
Portaria	70	13/06/2018	Institui o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	IV-302 Rev. 01	Junho, 2018	Estabelece critérios para o funcionamento da Biblioteca da Presidência da República.
Instrução Normativa	3	03/07/2018	Estabelece medidas de governança para os procedimentos de transferência de recursos orçamentários e financeiros, mediante a descentralização de crédito no âmbito da Presidência da República.
Resolução CGD	10	22/08/2018	Estabelece diretrizes de governança para iniciativas de desenvolvimento de sistemas de informação, no âmbito das unidades que compõem o Comitê de Governança Digital a Presidência da República, e define critérios de priorização para essas iniciativas.
Portaria	91	27/08/2018	Institui o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT, no âmbito da Presidência da República.
Norma Complementar	1	agosto, 2018	Estabelece diretrizes para as ações de gestão de Segurança da Informação realizadas pela Secretaria de Administração (SA), no âmbito de sua atuação, inclusive dos ativos de informação produzidos e/ou decorrentes de relacionamentos formais de órgãos da Presidência da República com pessoas físicas, outros órgãos públicos ou entidades públicas ou privadas.
Norma Complementar	2	agosto, 2018	Estabelece procedimentos de segurança para o armazenamento, acesso, transporte e transmissão das informações de acesso restrito, em meio físico ou lógico, no âmbito de atuação da Secretaria de Administração da Presidência da República.
Norma Complementar	3	agosto, 2018	Estabelece requisitos de segurança da informação em relacionamentos com entidades externas à Presidência da República (PR), firmados ou geridos pela Secretaria de Administração (SA).
Portaria	91	agosto, 2018	Institui o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT, no âmbito da Presidência da República.
Norma Administrativa	X-401 Rev. 03	05/09/2018	Estabelece regras de utilização dos estacionamentos existentes na área do Palácio do Planalto (PP) e seus Anexos.
Portaria SG	59	09/11/2018	Define as diretrizes e estratégias para implantar a Política de Gestão de Bens Históricos e Artísticos - PGBHA, no âmbito da Presidência da República - PR e na Vice-Presidência da República - VPR.
Portaria SG	60	13/11/2018	Institui a Política de Gestão de Bens Móveis no âmbito da Presidência da República.
Portaria	118	13/11/2019	Dispõe sobre o calendário e as orientações a respeito do encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2019.
Portaria	118	dezembro, 2018	Dispõe sobre o calendário e as orientações a respeito do encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2019.
Norma Administrativa	X-105 Rev. 04	dezembro, 2018	Estabelece critérios para o uso de veículos oficiais no âmbito da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República.
Norma Administrativa	X-402. Rev.02	dezembro, 2018	Estabelece critérios e procedimentos a serem observados para o fornecimento de cartões de visita institucionais para servidores da Presidência da República.
Regimento Interno	S/N	dezembro, 2018	Institui o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Mensuração de Custos da Presidência da República.
Norma Administrativa	VI-102	abril, 2019	Estabelece diretrizes e procedimentos gerais para a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito de cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG da Presidência da República - PR.
Norma Administrativa	VII-103 Rev 02	abril, 2019	Estabelece critérios e métodos para a gestão, controle, movimentação e administração dos bens permanentes móveis e intangíveis destinados da Presidência da República (PR) e de terceiros que estejam sob custódia da PR.
Norma Administrativa	VIII-406	junho, 2019	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos à utilização da telefonia fixa: ramais telefônicos e linhas convencionais para atender às necessidades de serviços a cargo dos órgãos da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República.
Norma Administrativa	VIII-405	junho, 2019	Estabelece diretrizes, responsabilidades e procedimentos para a utilização dos serviços de telefonia móvel e dispositivos de acesso móvel à internet, disponibilizados para atender às necessidades de serviços a cargo dos órgãos da Presidência da República e, excepcionalmente, da Vice-Presidência da República.
Resolução CGD	4	05/06/2020	Institui a Política de Segurança da Informação em meios tecnológicos da PR.
Norma Administrativa	X-409	24/06/2020	Regula o acesso do público em geral nas dependências do Palácio do Planalto (PP) e Anexos.
SECRETARIA ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO			
Portaria Interministerial SEME/SGPR SGD/SEGG/ME	1	07/08/2020	Estabelece parâmetros para acompanhamento da execução da Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e aprova planos de Transformação Digital.
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS			
Portaria	2	07/11/2001	Delega competências no âmbito da Subchefia para Assuntos Jurídicos.
Portaria	434	20/06/2005	Dispõe sobre a criação, a organização e as competências do Centro de Estudos da Subchefia para Assuntos Jurídicos.
Portaria	1492	05/10/2011	Estabelece a política de uso do conteúdo do Portal da Legislação da Presidência da República.
Portaria	1	22/01/2018	Subdelega competência para interromper férias dos servidores da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.



SECRETARIA-EXECUTIVA			
Portaria Interministerial SG/GSI	2	15/02/2017	Dispõe sobre os modelos, as características e os demais critérios para a emissão e o uso do cartão de identidade funcional para os agentes públicos militares e civis em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República, que desempenhem suas atividades regulares nas dependências dos palácios presidenciais, residências, representações ou escritórios da Presidência e Vice-Presidência da República.
Portaria SG	3	15/2/2017	Delega ao Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República a competência de autorizar os serviços de comunicação de voz por meio de telefonia móvel e de dados por meio dos dispositivos do tipo celular, tablet e modem.
Portaria SG	59	11/10/2017	Institui a Política de Gestão de Riscos - PGR da Secretaria-Geral da Presidência da Republica - SG/PR
Portaria SG	7	14/03/2018	Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.
Portaria SG	36	17/07/2018	Subdelega a competência para autorizar afastamentos do País no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.
Portaria SG	37	17/07/2018	Delega competência ao Secretário-Executivo para, observada a legislação vigente, designar os substitutos dos servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e dos ocupantes de cargo de Natureza Especial.
Portaria SG	17	09/04/2019	Institui o Comitê de Governança Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República - CGI-SG
Portaria SG	30	03/10/2019	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República para aprovar e enviar o Plano Anual de Contratações, exercício 2020.
Portaria SG	31	03/10/2019	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, para realizar encaminhamento de pedidos de consulta e prestação de esclarecimentos por meio do Sinc.
Portaria SG	32	03/10/2019	Subdelega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República para, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, a prática de atos DAS, GR, FCT, GSISTE E GSISP, Grupos de Trabalhos e substitutos.
Portaria SG	50	20/11/2019	Delega competência ao Diretor-Geral da Imprensa Nacional da Secretaria-Geral da Presidência da República para, no âmbito da Imprensa Nacional, a prática de atos administrativos e orçamentários.
Portaria SG	59	17/12/2019	Delega para celebrar novos contratos e prorrogação dos em vigor.
Portaria SG	60	17/12/2019	Delega competência para concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores da Secretaria-Geral.
Portaria SG	8	17/03/2020	Estabelece o regime de trabalho remoto, em caráter temporário e excepcional, quanto ao exercício de atividades por servidores e empregados públicos dos órgãos da Presidência da República em razão do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID19).
Portaria SG	9	17/03/2020	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República para conceder autorizações complementares de regime de jornada de trabalho remoto.
Portaria SG	10	19/03/2020	Delega competência ao Secretário-Executivo para a prática de atos de gestão da Imprensa Nacional.
Portaria SG	16	18/04/2020	Delega competência ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República para autorizar despesas com diárias e passagens.
Portaria Interministerial	23	27/04/2020	Institui Grupo de Trabalho para Eficiência do Patrimônio Público, encarregado de estudar e propor ações para modernização e melhoria da eficiência do uso e da destinação do patrimônio imobiliário da União.
Portaria SG	24	29/04/2020	Designa os nomes das subunidades que compõem a estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, bem como suas respectivas siglas e hierarquia, em conformidade com o Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019.
IMPrensa Nacional			
Portaria	120	02/06/2003	Estabelece diretrizes para atendimento às necessidades de recursos humanos das áreas da estrutura administrativa da Imprensa Nacional.
Portaria	238	02/10/2003	Estabelece diretrizes para tramitação de processos entre a IN e os órgãos da Casa Civil da Presidência da República.
Portaria	24	05/03/2004	Dispõe sobre a suspensão temporária e a redistribuição de servidores aos órgãos de origem.
Portaria	38	09/02/2007	Define a circulação do Boletim de Serviço da Imprensa Nacional.
Portaria	67	03/03/2009	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Imprensa Nacional CPAD/IN.
Norma	203	08/07/2009	Regulamenta o uso dos espaços e instalações do Auditório D. João VI.
Portaria	300	06/11/2009	Institui a criação da Assessoria de Planejamento e Modernização APLAM.
Portaria	350	18/12/2009	Dispõe sobre competências atribuídas à Coordenação de Orçamento e Finanças - Cofin.
Portaria	14	14/01/2010	Delega competência ao Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Imprensa Nacional para assinar as folhas de Registro de Frequência dos servidores em exercício no Gabinete da Diretoria Geral.
Portaria	64	03/03/2010	Designa atribuições à Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação Coged.
Portaria	127	06/05/2010	Dispõe sobre a exigência de utilização de trajes adequados nas dependências da Imprensa Nacional.
Portaria	8	10/01/2011	Cria o Complexo Cultural da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, compreendendo as atividades do Auditório D. João VI e do Museu da Imprensa.
Portaria	203	11/09/2015	Aprova a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas MDS da Imprensa Nacional.
Portaria	275	08/09/2016	Aprova a Norma nº 1/2016, que estabelece procedimentos Programa Anual de Férias.
Portaria	317	17/10/2016	Cria o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação CETIC no âmbito da Imprensa Nacional.
Portaria	20	01/02/2017	Fixa valor para publicação no Diário Oficial da União.
Portaria	63	22/03/2017	Aprova o Regulamento da Creche Leôncio Correia da Imprensa Nacional.
Portaria	102	15/05/2017	Institui a Biblioteca Digital Machado de Assis (BiDMA) a ser constituída pelo acervo digitalizado da Biblioteca Machado de Assis da Imprensa Nacional.
Portaria	227	22/08/2017	Estabelece procedimentos acerca da tramitação de Nota Fiscal e Fatura.
Portaria	313	05/12/2017	Institui a Ouvidoria no âmbito da Imprensa Nacional e aprovar seu Regimento Interno.
Portaria	315	05/12/2017	Cria a Comissão de Avaliação e Validação (CAV).
Portaria	316	05/12/2017	Estabelece a Ouvidoria da Imprensa Nacional como unidade responsável para gerenciar SIC.
Portaria	318	06/12/2017	Estabelece as normas para o funcionamento e a tramitação de demandas do Sistema de Informações ao Cidadão no âmbito da administração central da Imprensa Nacional (SICIN).
Portaria	15	31/01/2018	Estabelece o horário de funcionamento da Imprensa Nacional e controle de assiduidade dos servidores.
Portaria	56	08/03/2018	Republica a Norma nº II/2006, que dispõe sobre a utilização das vagas no estacionamento interno da Imprensa Nacional.
Portaria	77	27/03/2018	Aprova o modelo institucional da gestão por processos na Imprensa Nacional.
Portaria	165	14/05/2018	Institui os perfis da Imprensa Nacional nas seguintes redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram.
Portaria	224	20/07/2018	Aprova a Norma nº I/2018, que estabelece diretrizes de acompanhamento e fiscalização dos contratos, convênios no âmbito da Imprensa Nacional.
Portaria	231	27/07/2018	Institui o Comitê Gestor das Informações Oficiais na Imprensa Nacional.
Portaria	234	01/08/2018	Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles no âmbito da Imprensa Nacional.
Portaria	238	06/08/2018	Define a rotina de impressão e a guarda de exemplares do Diário Oficial da União DOU.
Portaria	262	03/09/2018	Institui a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da Imprensa Nacional.
Portaria	283	02/10/2018	Dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União.
Portaria	290	18/10/2018	Publica o Regimento Interno do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC da Imprensa Nacional.
Portaria	293	25/10/2018	Institui o Plano de Dados Abertos da Imprensa Nacional (PDA/IN), para o período 2018/2020.
Portaria	33	21/01/2019	Institui o Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Imprensa Nacional.
Portaria	95	28/02/2019	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC/IN, na Imprensa Nacional.
Portaria	103	14/03/2019	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Imprensa Nacional (PDTIC/IN), para o período 2019/2021.
Portaria	207	24/10/2019	Altera a Portaria nº 283, de 02, de outubro de 2018, que dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no DOU.
Portaria	10	28/01/2020	Aprova procedimentos relacionados ao planejamento das contratações da Imprensa Nacional.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA AGU Nº 357, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Publica a listagem dos atos normativos expedidos pelo Advogado-Geral da União.

O ADOVAGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em cumprimento ao disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 00400.001106/2020-70, resolve:

Art. 1º Esta Portaria publica a listagem dos atos normativos expedidos pelo Advogado-Geral da União, na forma do Anexo.

§ 1º A listagem dos atos normativos vigentes de que trata o caput se subdivide em:

- I - Atos Regimentais;
- II- Instruções Normativas;
- III - Portarias;
- IV - Ordens de Serviço;
- V - Portarias Conjuntas; e
- VI - Resoluções.

§ 2º Na fase da revisão de que trata o art. 11 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, serão identificados os atos relacionados no Anexo que devam ser revogados nos termos do art. 8º do mesmo Decreto.

§ 3º Os atos listados na forma do Anexo desta Portaria não incluem os referenciados no § 2º, art. 1º, do Decreto nº 10.139, de 2019, bem como os relativos a criação, transformação e extinção de unidades.

Art. 2º. Caberá à Procuradoria-Geral da União, à Procurador-Geral Federal, à Consultoria-Geral da União e à Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União fazer o levantamento e listar os atos normativos de seus órgãos e unidades descentralizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

ANEXO

LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO VIGENTES NESTA DATA
(Art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28.11.2019, com a redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)
ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

GERAL	ATO/NÚMERO/DATA	EMENTA/ASSUNTO/VERBETE	PUBLICAÇÃO
I - Atos Regimentais			
1	Ato Regimental nº 3, de 10/04/2002	Dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento dos Núcleos de Assessoramento Jurídico, bem como as atribuições de seus titulares e demais dirigentes.	DOU de 25.4.2002.
2	Ato Regimental nº 5, de 19/06/2002	Dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral da União, bem como as atribuições de seu titular e demais dirigentes.	DOU de 21.6.2002.
3	Ato Regimental nº 6, de 19/06/2002	Aprova o anexo Regimento Interno da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e respectivas Consultorias Jurídicas Adjuntas.	DOU de 21.6.2002.
4	Ato Regimental nº 8, de 27/12/2002	Representação judicial e extrajudicial da União, de suas autarquias e fundações e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, de competência da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.	DOU de 30.12.2002.
5	Ato Regimental nº 2, de 15/08/2005	Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola da Advocacia-Geral da União.	DOU de 16.8.2005. [Retificado o inciso VI do art. 17 no DOU de 17.8.2005.]
6	Ato Regimental nº 3, de 19/08/2005	Dispõe sobre a organização e funcionamento da Secretaria-Geral de Contencioso, órgão subordinado diretamente ao Advogado-Geral da União.	DOU de 22.8.2005. [Republicado em 26.8.2005.]
7	Ato Regimental nº 2, de 12/06/2007	Dispõe sobre a alteração da competência, estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atribuições definidas pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.	DOU de 14.6.2007.
8	Ato Regimental nº 3, de 15/08/2007	Cria a Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União, junto ao Gabinete do Advogado Geral da União.	DOU de 21.8.2007.
9	Ato Regimental nº 5, de 27/09/2007	Dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União e as atribuições de seu titular e demais dirigentes.	DOU de 28.9.2007.
10	Ato Regimental nº 1, de 02/07/2008	Dispõe sobre a edição e a aplicação de Súmulas da Advocacia-Geral da União.	DOU de 3.7.2008.
11	Ato Regimental nº 1, de 05/10/2012	Dispõe sobre a aplicação do art. 75 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, para a apuração de falta funcional cometida por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil.	DOU de 8.10.2012.
12	Ato Regimental nº 1, de 22/03/2019	Disciplina, no âmbito da Consultoria-Geral da União, a constituição das Câmaras Nacionais temáticas, e a delegação e dispensa de aprovação de manifestações jurídicas nas Consultorias Jurídicas junto a Ministérios ou órgãos assemelhados e Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no Município de São José dos Campos.	DOU de 25.3.2019 (Retificado o art. 12-A no D.O.U. de 17.6.2019).
13	Ato Regimental nº 1, de 27/04/2020	Aprova o Regimento Interno da Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União e sua estrutura de cargos e funções, e dá outras providências.	DOU de 29.4.2020.
14	Ato Regimental nº 2, de 27/04/2020	Aprova o Regimento Interno da Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União e sua estrutura de cargos e funções, conforme anexos.	DOU de 29.4.2020.
II - Instruções Normativas			
15	Instrução Normativa nº 1, de 19/07/1996	Denunciação à lide de servidores grevistas.	D. O. de 23.7.1996
16	Instrução Normativa nº 3, de 25/06/1997	Não propositura de ação ou de interposição de recurso quando o crédito for de valor até R\$ 1.000,00.	D. O. de 27.6.1997
17	Instrução Normativa nº 4, de 10/12/1998	Apuração de irregularidade em autarquia ou fundação por determinação do Advogado-Geral da União.	D. O. de 14.12.1998
18	Instrução Normativa nº 5, de 10/12/1998	Indicação de nome para cargo de Chefia de órgão jurídico de autarquia ou fundação.	D. O. de 14.12.1998
19	Instrução Normativa nº 6, de 22/01/1999	Disciplina os procedimentos relativos às transposições de cargos do art. 19-A da Lei nº 9.028/1995.	D. O. de 26.1.1999
20	Instrução Normativa nº 7, de 10/02/1999	Disciplina a apresentação das situações remanescentes das transposições do art. 19 da Lei nº 9.028/1995.	D. O. de 12.2.1999
21	Instrução Normativa nº 8, de 30/03/2000	Anuênio. Tempo de serviço de celetista. Não interposição e desistência de recursos judiciais.	D. O. de 31.3.2000.
22	Instrução Normativa nº 9, de 03/03/2000	Contribuição Seguridade Social de julho a outubro de 1994.	D. O. de 31.3.2000. [Retificação no D. O. de 03.04.2000.]
23	Instrução Normativa nº 10, de 23/10/2000	Tempo de serviço de celetista. Licença prêmio.	D. O. de 26.10.2000.
24	Instrução Normativa nº 11, de 26/01/2001	Decisão conforme a lei e a jurisprudência. Dispensa de recurso.	D. O. de 29.1.2001.
25	Instrução Normativa nº 12, de 04/09/2001	Acórdão conforme a lei e a jurisprudência. Dispensa recurso.	D. O. de 6.9.2001.
26	Instrução Normativa nº 14, de 19/12/2001	Revogação do art. 2º da Lei nº 9.783/99. Extinção de feitos.	D. O. de 21.12.2001.
27	Instrução Normativa nº 1, de 19/07/2004	Tempo de serviço de celetista prestado em condições perigosas ou insalubres – averbação.	D. O. de 20.7.2004.
28	Instrução Normativa nº 3, de 19/07/2004	Reajuste de 28,86%. Não interposição e desistência de recursos judiciais.	D. O. de 26.7.2004.
29	Instrução Normativa nº 4, de 19/07/2004	Pressupostos processuais – inobservância. Não interposição e desistência de recursos.	D. O. de 26.7.2004.
30	Instrução Normativa nº 5, de 19/07/2004	Índice de 3,17%. Não interposição e desistência de recursos judiciais.	D. O. de 26.7.2004.
31	Instrução Normativa nº 6, de 19/07/2004	Extintos aldeamentos indígenas – não reivindicação do domínio pela União	D. O. de 26.7.2004.
32	Instrução Normativa nº 7, de 19/07/2004	Remessa necessária nos embargos à execução opostos pela Fazenda Pública.	D. O. de 26.7.2004.
33	Instrução Normativa nº 8, de 19/07/2004	Remessa necessária em decisão monocrática – art.557 do CPC.	D. O. de 26.7.2004.

34	Instrução Normativa nº 9, de 19/07/2004	Competência de vara federal de capital de estado-membro para julgar benefício previdenciário.	D. O. de 26.7.2004.
35	Instrução Normativa nº 10, de 19/07/2004	Estágio probatório – desistência por servidor estável e retorno ao cargo anterior.	D. O. de 26.7.2004.
36	Instrução Normativa nº 11, de 19/07/2004	Percentual de 11,98% – servidores do Judiciário e do Ministério público.	D. O. de 26.7.2004.
37	Instrução Normativa nº 12, de 19/07/2004	Policiais Civis dos extintos Territórios – gratificações da Lei nº 9.266, de 1996 [art. 4º].	D. O. de 26.7.2004.
38	Instrução Normativa nº 1, de 06/01/2005	Disciplina os procedimentos operacionais para recebimento de bens móveis por doação, no âmbito da Advocacia-Geral da União - AGU, sem prejuízo das normas vigentes.	D. O. de 7.1.2005.
39	Instrução Normativa nº 2, de 27/09/2005	Pensão militar de companheira(o). Não interposição e desistência de recursos judiciais.	D. O. de 28.9.2005.
40	Instrução Normativa nº 3, de 27/09/2005	Pensão de ex-combatente. Falecimento da mãe. Reversão à filha. Não interposição e desistência de recursos judiciais.	D. O. de 28.9.2005.
41	Instrução Normativa nº 1, de 13/02/2006	Nulidade de notificação de imposição de penalidade e de cobrança de multa de trânsito sem que tenha havido a prévia notificação do cometimento da infração.	D. O. de 14.1.2006.
42	Instrução Normativa nº 2, de 05/05/2006	Prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público.	D. O. de 9.5.2006.
43	Instrução Normativa nº 3, de 30/06/2006	Intervenção da União em ações judiciais do Sistema Financeiro Habitacional – SFH.	D. O. de 4.7.2006.
44	Instrução Normativa nº 4, de 01/08/2006	Pensão especial de ex-combatente cumulada com benefícios previdenciários.	D. O. de 2.8.2006.
45	Instrução Normativa nº 5, de 01/08/2006	Servidor inativo. Contribuição social.	D. O. de 2.8.2006.
46	Instrução Normativa nº 6, de 01/09/2006	Funcionamento de supermercados aos domingos e feriados.	D. O. de 5.9.2006.
47	Instrução Normativa nº 7, de 06/10/2006	Aforamento de ação contra a União também na capital de Estado-membro.	D. O. de 9.10.2006.
48	Instrução Normativa nº 2, de 06/02/2007	Contribuições previdenciárias. Aplicação da Taxa SELIC.	D. O. de 8.2.2007.
49	Instrução Normativa nº 3, de 06/02/2007	Certidão positiva de débito com efeito de negativa.	D. O. de 8.2.2007.
50	Instrução Normativa nº 4, de 16/02/2007	Incidência de multa fiscal sobre massa falida.	D. O. de 22.2.2007.
51	Instrução Normativa nº 5, de 21/06/2007.	Não interposição de recurso das decisões que acolherem embargos de terceiro opostos na execução fiscal por promitente-comprador titular de compromisso de compra e venda, registrado ou não.	D. O. de 22.6.2007.
52	Instrução Normativa nº 1, de 30/09/2009	Disciplina os concursos públicos de provas e títulos e avaliação em programa de formação destinados ao provimento de cargos da Carreira de Procurador Federal.	D. O. de 1º.10.2009.
53	Instrução Normativa nº 1, de 04/10/2011	Autoriza a não interposição de recurso das decisões judiciais que concederem a Gratificação de Desempenho da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST.	D. O. de 5.10.2011.
54	Instrução Normativa nº 2, de 04/10/2011	Autoriza a não interposição de recurso das decisões judiciais que reconheçam a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Gratificação de Produção Suplementar - GPS.	D. O. de 5.10.2011.
55	Instrução Normativa nº 3, de 04/10/2011	Autoriza a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB.	D. O. de 5.10.2011.
56	Instrução Normativa nº 4, de 04/10/2011	Autoriza a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST.	D. O. de 5.10.2011.
57	Instrução Normativa nº 1, de 05/07/2012	Ocupação das faixas de domínio de rodovias, ferrovias e de terrenos de domínio público federal pelas concessionárias de energia elétrica.	D. O. de 9.7.2012.
58	Instrução Normativa nº 2, de 03/12/2012	Pensão especial de ex-combatente, prevista no art. 53, inciso II, do ADCT.	D. O. de 4.12.2012.
59	Instrução Normativa nº 3, de 03/12/2012	Artigo 8º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, e pagamento retroativo do reajuste de 3,17%, a partir de janeiro de 1995. Renúncia tácita à prescrição por parte da Administração Pública Federal quanto ao citado índice	D. O. de 4.12.2012.
60	Instrução Normativa nº 4, de 03/12/2012	Extensão aos aposentados e pensionistas de gratificação de desempenho quanto a período em que não tiver sido regulamentada até o início dos efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação individualizada dos servidores em atividade.	D. O. de 4.12.2012.
61	Instrução Normativa nº 2, de 09/07/2014	Autoriza a desistência e a não interposição de recursos das decisões judiciais que, conferindo interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003, determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93, nos casos que especifica.	D. O. de 11.7.2014. (Republicada no D. O. de 16.7.2014).
62	Instrução Normativa nº 3, de 29/07/2014.	Remuneração dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional no período compreendido entre 1º/3/2002 e 25/6/2002.	D. O. de 30.7.2014.
63	Instrução Normativa nº 4, de 17/11/2014.	Autoriza desistência e não interposição de recursos de decisões judiciais que determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993, utilizando como fundamento único a comprovação da miserabilidade.	D. O. de 19.11.2014.

III - Portarias

64	Portaria nº 15, de 23/04/1993	Institui o Boletim de Serviço da AGU.	D.O.U. de 13.5.1993.
65	Portaria nº 42, de 11/08/1993	Estabelece normas para recebimento, autuação, movimentação, juntada, divulgação, expedição, arquivamento, fornecimento de certidões e cópias de processos e documentos na AGU.	B. S. Extraordinário de 11.8.1993.
66	Portaria nº 1035, de 09/10/2000	Autoriza formalização de transação ou acordo em causas de pequeno valor do INSS.	D.O.U. de 13.10.2000.
67	Portaria nº 737, de 09/08/2001	Autoriza, no âmbito da AGU, o uso de chancela mecânica na expedição de documentos em série ou de emissão repetitiva.	D.O.U. de 13.08.2001.
68	Portaria nº 219, de 26/03/2002	Disciplina o afastamento de membro da AGU para realizar curso de aperfeiçoamento e estudos.	D.O.U. de 28.3.2002.

69	Portaria nº 538, de 09/07/2002	Disciplina o fornecimento de informações sobre atos de competência do Advogado-Geral da União.	D.O.U. de 15.7.2002.
70	Portaria nº 567, de 26/07/2002	declara extintas Gratificações de Representação de Gabinete - GRs e Gratificações Temporárias - GTs.	D.O.U. de 29.7.2002.
71	Portaria nº 577, de 07/08/2002	Determina a observância do Manual de Redação da Presidência da República.	D.O.U. de 8.8.2002.
72	Portaria nº 628, de 21/08/2002	Publica nomes dos servidores que passaram a integrar o quadro da AGU e divulga os quantitativos das Gratificações de Representação de Gabinete - GRs e das Gratificações Temporárias GTs não extintas.	D.O.U. de 22.8.2002.
73	Portaria nº 670, de 12/09/2002	Estabelece características para a carteira de identidade funcional de Advogado da União e de Procurador Federal.	D.O.U. de 13.9.2002.
74	Portaria nº 728, de 09/10/2002	Delega competência ao Procurador-Geral Federal.	D.O.U. de 16.10.2002.
75	Portaria nº 746, de 28/10/2002	Institui o Protocolo Central Unificado no edifício sede da AGU.	D.O.U. de 30.10.2002.
76	Portaria nº 828, de 27/12/2002	declara transposições de cargos e seus titulares para Carreiras da AGU e incumbe a Secretaria-Geral da AGU a divulgação dos nomes dos transpostos	D.O.U. de 30.12.2002.
77	Portaria nº 87, de 17/02/2003	Estabelece critérios de relevância para acompanhamento especial de ações judiciais.	D.O.U. de 18.2.2003.
78	Portaria nº 225, de 12/05/2003	Dispõe sobre a lotação de portador de deficiência no âmbito da AGU.	D.O.U. de 15.5.2003.
79	Portaria nº 342, de 07/07/2003	Dispõe sobre estágio confirmatório e probatório de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador Federal.	D.O.U. de 8.7.2003.
80	Portaria nº 436, de 06/08/2004	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais perante o STF e Tribunais Superiores.	D.O.U. de 9.8.2004.
81	Portaria nº 450, de 11/08/2004	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados do Ceará e de Minas Gerais e nas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.	D.O.U. de 13.8.2004.
82	Portaria nº 732, de 20/12/2004	Dispõe sobre a expedição e o arquivamento de parecer, nota ou informação.	D.O.U. de 23.12.2004.
83	Portaria nº 34, de 10/01/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado da Bahia.	D.O.U. de 13.1.2005.
84	Portaria nº 63, de 20/01/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Rio Grande do Norte.	D.O.U. de 21.1.2005.
85	Portaria nº 147, de 04/03/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais na 1ª Região.	D.O.U. de 8.3.2005.
86	Portaria nº 608, de 08/07/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Espírito Santo.	D.O.U. de 12.7.2005. [Retificada a data da Portaria no D.O.U. de 13.7.2005.]
87	Portaria nº 956, de 14/10/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Mato Grosso do Sul.	D.O.U. de 18.10.2005.
88	Portaria nº 1165, de 16/12/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Paraná.	D.O.U. de 20.12.2005.
89	Portaria nº 1166, de 16/12/2005	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado de Santa Catarina.	D.O.U. de 20.12.2005.
90	Portaria nº 1052, de 08/11/2006	Autorização para realizar transação judicial - Aplicação da diferença de 3,17%.	D.O.U. de 9.11.2006.
91	Portaria nº 1053, de 08/11/2006	Autorização para realizar transação judicial - Diferença de 28,86%.	D.O.U. de 9.11.2006.
92	Portaria nº 1057, de 08/11/2006	Determina o assessoramento jurídico ao Centro Espacial de Cachoeira Paulista e à Escola de Especialistas de Aeronáutica em Guaratinguetá/SP.	D.O.U. de 10.11.2006.



93	Portaria nº 1149, de 27/11/2006	Dispõe sobre a utilização do Sistema Demandas, para a prestação de informações relacionadas à atividade correicional.	D.O.U. de 29.11.2006.
94	Portaria nº 1164, de 30/11/2006	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Pará.	D.O.U. de 4.12.2006.
95	Portaria nº 1165, de 30/11/2006	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado de Alagoas.	D.O.U. de 4.12.2006.
96	Portaria nº 109, de 30/01/2007	Atuação de órgãos jurídicos nos Juizados Especiais Federais.	D.O.U. de 31.1.2007.
97	Portaria nº 476, de 16/05/2007	Delega competência ao Substituto do Advogado-Geral da União e ao Secretário-Geral de Contencioso para atuar perante o Supremo Tribunal Federal.	D.O.U. de 17.5.2007.
98	Portaria nº 487, de 18/05/2007	Dispõe sobre a carteira de identidade funcional de membros da Advocacia-Geral da União e dos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.22943, de 6 de setembro de 2001.	D.O.U. de 22.5.2007.
99	Portaria nº 490, de 21/05/2007	Dispõe sobre a assunção de processos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, e dá outras providências.	D.O.U. de 22.5.2007.
100	Portaria nº 578, de 12/06/2007	Subdelega competência ao Diretor da Escola da AGU.	D.O.U. de 13.6.2007.
101	Portaria nº 603, de 18/06/2007	Institui Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - GEPAC/AGU.	D.O.U. de 19.6.2007.
102	Portaria nº 896, de 03/08/2007	Constitui Grupo de Trabalho Permanente - GTP/PA para examinar dominialidade de imóveis no Estado do Pará e propor ações anulatórias de títulos e de registros imobiliários.	D.O.U. de 6.8.2007.
103	Portaria nº 1277, de 27/09/2007	Dispõe sobre a formação de cadastro de servidores que poderão ser designados para atuar, em regime de mutirão e em caso de comprovada necessidade, na solução de demandas em massa surgidas no âmbito da Consultoria-Geral da União, das Consultorias Jurídicas dos Ministérios ou órgãos equivalentes e dos Núcleos de Assessoramento Jurídico.	D.O.U. de 28.9.2007.
104	Portaria nº 1281, de 27/09/2007	Dispõe sobre o deslinde, em sede administrativa, de controvérsias de natureza jurídica entre órgãos e entidades da Administração Federal, no âmbito da Advocacia-Geral da União. [Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF]	D.O.U. de 28.9.2007.
105	Portaria nº 1436, de 26/10/2007	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados do Acre, de Goiás e de Sergipe.	D.O.U. de 30.10.2007.
106	Portaria nº 1707, de 14/12/2007	Dispõe sobre as atividades de tecnologia da informação desenvolvidas no âmbito da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	D.O.U. de 20.12.2007.
107	Portaria nº 75, de 17/01/2008	Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais nas execuções de contribuições sociais decorrentes da condenação da União, suas autarquias e fundações na Justiça do Trabalho.	D.O.U. de 18.1.2008.
108	Portaria nº 157, de 14/02/2008	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Piauí.	D.O.U. de 18.2.2008.
109	Portaria nº 158, de 14/02/2008	Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Tocantins.	D.O.U. de 18.02.2008.
110	Portaria nº 163, de 15/02/2008	Atribui à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - no Estado do Amazonas.	D.O.U. de 19.02.2008.
111	Portaria nº 319, de 14/03/2008	Dispõe sobre a manutenção dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 18.3.2008.
112	Portaria nº 418, de 31/03/2008	Assunção pela Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, em caráter exclusivo, da representação judicial de autarquias e fundações.	D.O.U. de 1º.4.2008.
113	Portaria nº 423, de 31/03/2008	Dispõe sobre as solicitações de aquisições de bens e contratações de serviços afetos à área de tecnologia da informação e dá outras providências.	D.O.U. de 2.4.2008.
114	Portaria nº 759, de 09/06/2008	Autoriza o pagamento de despesas com suprimento de fundos, por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, na modalidade de saque, nas condições que especifica.	D.O.U. de 10.6.2008.
115	Portaria nº 910, de 04/07/2008	Estabelece procedimentos para a concessão de audiências a particulares no âmbito da Advocacia-Geral da União e dos órgãos a ela vinculados.	D.O.U. de 7.7.2008.
116	Portaria nº 1001, de 11/07/2008	Assunção de representação judicial pelo Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Campina Grande/PB.	D.O.U. de 15.7.2008.
117	Portaria nº 1002, de 11/07/2008	Assunção pelas Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e de Rondônia, em caráter exclusivo, da representação judicial de autarquias e fundações.	D.O.U. de 15.7.2008.
118	Portaria nº 1021, de 15/07/2008	Assunção de representação judicial pelo Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Uberaba/MG.	D.O.U. de 16.7.2008.
119	Portaria nº 1047, de 21/07/2008	Constitui Comissão de Sistematização Jurídica - CSJ, para assistir o Advogado-Geral da União sobre a atuação jurídica dos órgãos da AGU e da PFG.	D.O.U. de 22.7.2008.
120	Portaria nº 1099, de 28/07/2008	Dispõe sobre a conciliação, em sede administrativa e no âmbito da Advocacia-Geral da União, das controvérsias de natureza jurídica entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal.	D.O.U. de 29.7.2008.
121	Portaria nº 1175, de 15/08/2008	Aprova o Manual de Instalação de unidades da Advocacia-Geral da União.	B. S. Nº 34, de 22.8.2008.
122	Portaria nº 1350, de 18/09/2008	Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 19.9.2008.
123	Portaria nº 1547, de 29/10/2008	Dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências.	D.O.U. de 31.10.2008. (Replicado no D.O.U. de 3.11.2008)
124	Portaria nº 1790, de 22/12/2008	Dispõe sobre a concessão da indenização de transporte regulamentada pelo Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999, no âmbito da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF.	B. S. nº 52, de 26.12.2008.
125	Portaria nº 1862, de 31/12/2008	Dispõe sobre a solicitação e participação em audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal por integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.	D.O.U. de 2.1.2009.
126	Portaria nº 121, de 26/01/2009	Dispõe sobre o assessoramento jurídico ao Instituto de Controle do Espaço Aéreo - ICEA, ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI e ao Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, bem como aos seus respectivos titulares.	D.O.U. de 28.1.2009.
127	Portaria nº 407, de 23/03/2009	Constitui o Grupo Permanente de Representação da Advocacia-Geral da União na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.	D.O.U. de 24.3.2009.
128	Portaria nº 527, de 14/04/2009	Disciplina a realização de audiências e consultas públicas em processos administrativos que estejam sob apreciação dos órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF, cujo objeto verse sobre matéria de alta complexidade, com repercussão geral e de interesse público relevante.	D.O.U. de 15.4.2009.
129	Portaria nº 690, de 20/05/2009	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na elaboração e celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.	D.O.U. de 22.5.2009.
130	Portaria nº 758, de 09/06/2009	Dispõe sobre o exercício da advocacia pro bono por ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central ou integrante dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.	D.O.U. de 10.6.2009.
131	Portaria nº 990, de 16/07/2009	Delega a competência prevista no art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Advogado-Geral da União Substituto, ao Secretário-Geral de Contencioso, ao Procurador-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.	D.O.U. de 20.7.2009.
132	Portaria nº 1280, de 09/09/2009	Dispõe sobre a atualização de informações curriculares de servidores e membros da Advocacia-Geral da União - AGU - e da Procuradoria-Geral Federal - PGF - no sistema "Banco de Talentos".	D.O.U. de 10.9.2009.
133	Portaria nº 1292, de 11/09/2009	Dispõe sobre as unidades de difícil provimento da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	D.O.U. de 14.9.2009.
134	Portaria nº 1294, de 11/09/2009	Determina a verificação do enquadramento de ações judiciais constantes dos registros da Advocacia-Geral da União às situações descritas nos pareceres normativos e nas súmulas do Advogado-Geral da União e dá outras providências.	D.O.U. de 14.9.2009.
135	Portaria nº 1399, de 05/10/2009	Dispõe sobre as manifestações jurídicas dos órgãos de direção superior e de execução da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.	D.O.U. de 13.10.2009.
136	Portaria nº 1443, de 08/10/2009	Dispõe sobre a logomarca da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	D.O.U. de 13.10.2009.
137	Portaria nº 1595, de 29/10/2009	Assessoramento jurídico às Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados de Rondônia e Acre.	D.O.U. de 30.10.2009.



138	Portaria nº 1643, de 19/11/2009	Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a função de órgão consultivo do Advogado-Geral da União e dá outras providências.	D.O.U. de 20.11.2009.
139	Portaria nº 1665, de 03/12/2009	Dispõe sobre o Curso de Formação dos Advogados da União nomeados em virtude de aprovação em concurso público.	D.O.U. de 4.12.2009.
140	Portaria nº 538, de 03/05/2010	Dispõe sobre a eleição dos membros do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União representantes das Carreiras de Advogado da União e Procurador da Fazenda Nacional.	D.O.U. de 5.5.2010.
141	Portaria nº 828, de 18/06/2010	Define a competência dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em razão da criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e disciplina no seu âmbito o disposto no art. 56 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.	D.O.U. de 21.6.2010.
142	Portaria nº 839, de 18/06/2010	Disciplina e estabelece critérios para a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal na defesa de direitos indígenas.	D.O.U. de 21.6.2010.
143	Portaria nº 1016, de 30/06/2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da Administração Federal junto ao Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	D.O.U. de 1º.7.2010.
144	Portaria nº 1046, de 06/07/2010	Dispõe sobre a desistência de recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.	D.O.U. de 8.7.2010.
145	Portaria nº 1.269, de 09/09/2010	Constitui o Grupo Permanente de Representação da Advocacia-Geral da União na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - Enasp.	D.O.U. de 10.9.2009.
146	Portaria nº 1397, de 16/09/2010	Delega ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil as competências previstas no caput e no § 1º do art.1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	D.O.U. de 20.9.2010.
147	Portaria nº 55, de 27/01/2011	Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União relativamente ao disposto no art. 12, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.	D.O.U. de 9.2.2011.
148	Portaria nº 218, de 19/05/2011	Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União relativamente ao disposto no art. 31,§ 4º, combinado com o § 1º, da Lei nº 12.269, de 11 de junho de 2010.	D.O.U. de 20.5.2011.
149	Portaria nº 248, de 02/06/2011	Dispõe sobre os requisitos para instalação de novas Procuradorias-Seccionais da União e Procuradorias-Seccionais Federais, e dá outras providências.	D.O.U. de 3.6.2011.
150	Portaria nº 260, de 10/06/2011	Dispõe sobre a Comissão Gestora, institui as Sub-Comissões do Programa A3P-AGU e dá outras providências.	D.O.U. de 13.6.2011.
151	Portaria nº 282, de 16/06/2011	Regulamenta o Programa de Estágio no âmbito da Advocacia-Geral da União, divulga o quantitativo de vagas de estágio e dá outras providências.	B. S. Edição Extraordinária nº 26, de 16.6.2011.
152	Portaria nº 298, 03/06/2011	Institui o Comitê Gestor de Gênero e Raça no âmbito da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 29.6.2011.
153	Portaria nº 307, de 13/07/2011	Delega competência à Procuradora-Geral da União para firmar e aprovar a respectiva minuta padrão de acordo de cooperação com órgãos do Poder Judiciário objetivando o estabelecimento das rotinas e procedimentos necessários à comunicação dos atos judiciais de interesse das Procuradorias da União, com a utilização, para remessa de autos processuais e documentos, dos serviços postais prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	D.O.U. de 14.7.2011.
154	Portaria nº 377, de 25/08/2011	Regulamenta o art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 (incluído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), e determina outras providências.	D.O.U. de 29.8.2011.
155	Portaria nº 449, de 22/10/2011	Autoriza a realização de acordos, em juízo, para terminar litígios, nas causas de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito do projeto de conciliações prévias e em execução fiscal, da Procuradoria-Geral Federal aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.	D.O.U. de 24.10.2011.
156	Portaria nº 514, de 09/11/2011	Regulamenta o procedimento de adjudicação de bens imóveis em ações judiciais propostas pela União e pelas Autarquias e Fundações Públicas Federais.	D.O.U. de 10.11.2011.
157	Portaria nº 573, de 15/12/2011	Dispõe sobre providências para controle do exercício de cargos em comissão e outras situações geradoras de exercício divergente da lotação por Advogados da União e Procuradores Federais.	D.O.U. de 16.12.2011.
158	Portaria nº 596, de 29/12/2011	Dispõe sobre a identificação dos subscritores de documentos no âmbito da Advocacia-Geral da União.	B. S. nº 52, de 30.12.2011.
159	Portaria nº 22, de 12/01/2012	Estabelece regras a serem observadas pelos integrantes de carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União, inclusive da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central, na atuação em comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.	D.O.U. de 13.1.2012.
160	Portaria nº 70, de 14/02/2012	Cessão e requisição de servidores do quadro da AGU.	D.O.U. de 15.2.2012 (Republicada em 4.5.2012).
161	Portaria nº 76, de 16/02/2012	Atribui à Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União a função de Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal.	D.O.U. de 22.2.2012.
162	Portaria nº 124, de 28/03/2012	Regula a publicação de conteúdos institucionais nos sítios de internet e intranet da Advocacia-Geral da União, bem como nas redes sociais e demais serviços de publicação de conteúdos disponíveis na rede mundial de computadores, e dá outras providências.	D.O.U. de 30.3.2012.
163	Portaria nº 178, de 07/05/2012	Dispõe sobre a eleição dos membros do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União representantes de carreiras e seus suplentes.	D.O.U. de 9.5.2012.
164	Portaria nº 190, de 10/05/2012	Institui o Programa AGU Mais Vida no âmbito da Advocacia Geral da União e Procuradoria Geral Federal.	D.O.U. de 11.5.2012.
165	Portaria nº 204, de 24/05/2012	Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem utilizados no monitoramento dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais.	D.O.U. de 25.5.2012.
166	Portaria nº 281, de 27/06/2012	Institui a Premiação por Reconhecimento Profissional, as referências elogiosas e concessão de elogios aos membros das carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, e servidores administrativos no âmbito da Advocacia Geral da União.	D.O.U. de 29.6.2012.
167	Portaria nº 303, de 16/07/2012	Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.	D.O.U. de 17.7.2012.
168	Portaria nº 304, de 17/07/2012	Delega competência ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal (EAGU), para praticar atos de credenciamento junto ao Ministério da Educação, referentes aos projetos pedagógicos promovidos pela Escola da AGU.	D.O.U. de 19.7.2012.
169	Portaria nº 322, de 07/08/2012	Aprova o Regimento Interno do Conselho da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Vitor Nunes Leal.	D.O.U. de 8.8.2012.
170	Portaria nº 345, de 14/08/2012	Atribui competência de assessoramento ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União e ao Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União quanto a concessão e prorrogação de licença para tratar de assuntos particulares, de licença incentivada sem remuneração e licença capacitação.	D.O.U. de 20.8.2012. (*) Republicada no D.O.U. de 15 de agosto de 2012, Seção 1, pag. 7.
171	Portaria nº 382, de 23/08/2012	Altera a forma de assessoramento jurídico da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e revoga a Portaria nº 1.280, de 27 de setembro de 2007, e dá outras providências.	D.O.U. de 24.8.2012.
172	Portaria nº 402, de 06/09/2012	Regulamenta o Decreto nº 7.737, de 25 de maio de 2012. Publicação das listas de antiguidades nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.	D.O.U. de 10.9.2012.
173	Portaria nº 411, de 13/09/2012	Dispõe sobre a intervenção da União, das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	D.O.U. de 14.9.2012.
174	Portaria nº 561, de 04/12/2012	Disciplina a realização de consultas, reuniões e audiências solicitadas a órgãos da Advocacia-Geral da União ou a seus órgãos vinculados por outros órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União ou dos Estados, pelo Ministério Público e Municípios.	D.O.U. de 5.12.2012.
175	Portaria nº 562, de 04/12/2012	Dispõe sobre a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.	D.O.U. de 5.12.2012 (Retificada no D.O.U. de 19.12.2012).
176	Portaria nº 564, de 04/12/2012	Disposições sobre nomeação ou designação para ocupar cargos comissionados, funções de confiança e gratificações, bem como para seus substitutos, e autorizações de cessão e requisição de servidores, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.	D.O.U. de 5.12.2012.



177	Portaria nº 24, de 22/01/2013	Aprova a Política de Segurança da Informação e das Comunicações da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.	D.O.U. de 23.1.2013.
178	Portaria nº 46, de 13/02/2013	Dispõe sobre a desistência e a não interposição de recursos em trâmite na Justiça do Trabalho em que a Procuradoria-Geral Federal atua em razão da competência prevista no art. 16, § 3º, II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.	D.O.U. de 14.2.2013.
179	Portaria nº 93, de 04/04/2013	Disciplina os concursos públicos de provas e títulos para o ingresso na Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.	D.O.U. de 5.4.2013.
180	Portaria nº 98, de 09/04/2013	Delega a competência prevista no caput do art. 3º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Procurador-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.	D.O.U. de 10.4.2013
181	Portaria nº 102, de 12/04/2013	Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sobre a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, instituída pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e sobre a Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE, instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no âmbito da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 15.4.2013(Retificada no D.O.U. de 17.4.2013).
182	Portaria nº 250, de 17/07/2013	Dispõe sobre os procedimentos para a concessão de Progressão Funcional por Capacitação Profissional, por Mérito Profissional, bem como do Incentivo à Qualificação aos servidores do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União, oriundos das Instituições Federais de Ensino - IFES, enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE.	D.O.U. de 18.7.2013.
183	Portaria nº 348, de 16/09/2013	Dispõe sobre a competência da Procuradoria-Geral da União para a inscrição, no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, dos responsáveis/devedores inadimplentes em relação às multas administrativas aplicadas pelo TCU.	D.O.U. de 18.9.2013.
184	Portaria nº 354, de 23/09/2013	Dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC nas hipóteses previstas no art. 2º do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, a servidores públicos federais quando convidados pela Escola da AGU.	D.O.U. de 24.9.2013.
185	Portaria nº 399, de 01/11/2013	Dispõe sobre a promoção dos membros da Carreira de Procurador Federal nas respectivas Categorias, e dá outras providências.	D.O.U. de 4.11.2013 (Retificada no D.O.U. de 6.11.2013).
186	Portaria nº 415, de 14/11/2013	Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral de Consultoria.	D.O.U. de 18.11.2013.
187	Portaria nº 464, de 12/12/2013	Aprova o Regimento Interno da Ouvidoria da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.	D.O.U. de 13.12.2013.
188	Portaria nº 125, de 30/04/2014	Institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, no âmbito da Advocacia-Geral da União, seu Comitê Gestor Nacional e aprova o Regimento Interno deste.	BS nº 17 - Suplemento A, de 2.5.2014.
189	Portaria nº 247, de 14/07/2014	Regulamenta o parcelamento extraordinário de que trata o art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em virtude da edição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e da Medida Provisória n.º 651, de 9 de julho de 2014, e dá outras providências.	D.O.U. de 15.7.2014.
190	Portaria nº 360, de 30/09/2014	Representação judicial da União - definição de competência de Procuradoria da União e da Fazenda Nacional.	D.O.U. de 1º.10.2014.
191	Portaria nº 460, de 15/12/2014	Dispõe sobre o cálculo das vagas a serem ofertadas nas promoções dos Membros das Carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal nas respectivas categorias, e dá outras providências.	D.O.U. de 16.12.2014 (Retificada no D.O.U. de 21.7.2015).
192	Portaria nº 40, de 10/02/2015	Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.	(*) Republicada no D.O.U. de 26.10.2018, com as alterações inseridas pela Portaria nº 318, de 25 de outubro de 2018, conforme previsto no art.3º daquela Portaria.
193	Portaria nº 94, de 27/03/2015	Institui o Projeto "AGU nas Universidades" e dá outras providências.	D.O.U. de 30.3.2015.
194	Portaria nº 207, de 30/06/2015	Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva em todas as redações de atos normativos, editais e documentos oficiais, no âmbito da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.	D.O.U. de 1º.7.2015.
195	Portaria nº 217, de 09/07/2015	Dispõe sobre o processo de autorização e contratação e a orientação jurídica de advogados e especialistas visando à defesa da República Federativa do Brasil em foro estrangeiro.	D.O.U. de 10.7.2015.
196	Portaria nº 446, de 21/10/2015	Dispõe sobre a consolidação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela atividade de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.	D.O.U. de 4.11.2015.
197	Portaria nº 506, de 01/12/2015	Lotação de Advogados da União na Consultoria-Geral da União.	D.O.U. de 2.12.2015.(*) (Republicada no D.O.U. de 3.12.2015,e retificado o art. 2º no D.O.U. de 4.12.2015).
198	Portaria nº 511, de 04/12/2015	Estabelece a solução de atuação estratégico-jurídica LABORATÓRIO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - LABRA/AGU, no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	D.O.U. de 7.12.2015.
199	Portaria nº 520, de 18/12/2015	Estabelece prazo para que os Advogados da União em exercício nas Consultorias Jurídicas e Assessorias Jurídicas dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República manifestem interesse em integrar grupo especial constituído no âmbito da Consultoria-Geral da União.	DOU de 21.12.2015 e BSE nº 50, Suplemento A, de 18.12.2015.
200	Portaria nº 108, de 26/02/2016	Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Advogado-Geral da União.	BSE nº 9, Suplemento de 1º.3.2016.
201	Portaria nº 112, de 29/02/2016	Dispõe sobre o gerenciamento dos serviços gerais em unidades da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 3.3.2016.
202	Portaria nº 487, de 27/07/2016	Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso e dá outras providências.	D.O.U. de 28.7.2016.
203	Portaria nº 488, de 27/07/2016	Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso e dá outras providências no âmbito da Procuradoria Geral Federal.	D.O.U. de 28.7.2016.
204	Portaria nº 502, de 02/08/2016	Eleição de representantes do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA).	D.O.U. de 5.8.2016.
205	Portaria nº 529, de 23/08/2016	Regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento de acesso à informação e estabelece diretrizes relativas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública e à gestão da informação de natureza restrita e classificada, para atender o disposto na Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012	D.O.U. de 24.8.2016.
206	Portaria nº 549, de 29/08/2016	Estabelecer as diretrizes para participação em Processo Seletivo de Financiamento pela Advocacia-Geral da União de Cursos de Pós-Graduação para os membros das carreiras jurídicas e os servidores administrativos e dá outras providências.	D.O.U. de 30.8.2016.
207	Portaria nº 655, de 07/11/2016	Aprova o Regimento Interno da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal.	BS Nº 45, DE 7.11.2016.
208	Portaria nº 658, de 08/11/2016	Estabelece, no âmbito da Advocacia-Geral da União, medidas de racionalização de gasto público na utilização de serviços de comunicação de voz, em conformidade com o Decreto nº 8.540/2015.	BSE-Suplemento nº 45, de 9.11.2016.
209	Portaria nº 54, de 09/02/2017	Aprova o Manual de Normas Técnicas para Publicação no Boletim de Serviço Eletrônico da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 15.2.2017.
210	Portaria nº 117, de 24/03/2017	Regula, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, os procedimentos relativos à gestão de contas inativas de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.	D.O.U. de 27.3.2017.
211	Portaria nº 191, de 22/05/2017	Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para apreciação dos requerimentos de concessão de licença capacitação e dá outras providências.	BSE nº 21, de 22.5.2017.
212	Portaria nº 288, de 28/07/2017	Estabelece indicadores de desempenho para aferição da eficiência na atuação consultiva e extrajudicial da Advocacia-Geral da União.	Os Anexos estão publicados no BSE Nº 31, de 31.7.2017.
213	Portaria nº 301, de 10/08/2017	Dispõe sobre o funcionamento dos Órgãos da Advocacia-Geral da União no dia 11 de agosto, estabelecido como ponto facultativo.	BSE Nº 32, Suplemento B, de 10.8.2017.
214	Portaria nº 308, de 22/08/2017	Institui o Programa Para Sempre AGU no âmbito da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 23.8.2017.
215	Portaria nº 326, de 19/09/2017	Dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso GECC, mantendo valores adequados ao orçamento da Advocacia-Geral da União.	BSE Suplemento nº 38, de 19.9.2017.
216	Portaria nº 337, de 29/09/2017	Estabelece objetivos e diretrizes para a formulação de política para inclusão de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nas unidades da Advocacia-Geral da União - AGU.	D.O.U. de 2.10.2017.



217	Portaria nº 375, de 10/11/2017	Institui a Política de Uso do sisLABRA Sistema de Auxílio à Identificação e Localização de Pessoas e Patrimônio do Laboratório de Recuperação de Ativos da Advocacia-Geral da União - LABRA/AGU e demais procedimentos.	D.O.U. de 13.11.2017.
218	Portaria nº 400, de 01/12/2017	Estabelece procedimentos para restituição ou retificação de valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU, decorrentes da atuação judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 4.12.2017.
219	Portaria nº 401, de 01/12/2017	Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos ocupantes dos cargos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil e dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.	D.O.U. de 4.12.2017.
220	Portaria nº 414, de 19/12/2017	Institui o Sistema de Governança Corporativa, a Política de Governança de Processos de Trabalho, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.	D.O.U. de 20.12.2017.
221	Portaria nº 125, de 08/05/2018	Institui a Política e o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nas unidades da Advocacia-Geral da União - AGU.	D.O.U. de 9.5.2018.
222	Portaria nº 248, de 10/08/2018	Estabelece o Termo de Ajustamento de Conduta como meio alternativo à instauração de processo disciplinar nas hipóteses de irregularidades de menor potencial ofensivo.	Suplemento B do BSE Nº 32, de 10.8.2019
223	Portaria nº 254, de 17/08/2018	Conflito de interesses entre dois ou mais órgãos ou instituições da União.	D.O.U. de 29.8.2018.
224	Portaria nº 293, de 27/09/2018	Dispõe sobre o assessoramento jurídico prestado pelos órgãos da Advocacia-Geral da União nos processos e atos administrativos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.	D.O.U. de 28.9.2018.
225	Portaria nº 312, de 16/10/2018	Disciplina o teletrabalho para o desempenho das atribuições institucionais dos membros das carreiras jurídicas de Advogado da União e de Procurador Federal, e dá outras providências.	Suplemento do BSE Nº 42, de 16.10.2018.
226	Portaria nº 324, de 29/10/2018	Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal para análise de precatórios a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual - LOA.	D.O.U. de 30.10.2018.
227	Portaria nº 345, de 29/11/2018	Implementa o Programa de Integridade da Advocacia-Geral da União.	D. O. U. de 30.11.2018.
228	Portaria nº 377, de 19/12/2018	Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos servidores administrativos em exercício na Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 20.12.2018.
229	Portaria nº 5, de 07/01/2019	Dispõe sobre a Assessoria Especial para Assuntos de Pesquisa e Informações Estratégicas.	Boletim de Serviço nº 1, de 7.1.2019.
230	Portaria nº 8, de 08/01/2019	Dispõe sobre as incumbências de assessoramento dos Adjuntos do Advogado-Geral da União.	Suplemento A do BS nº 1, de 9.1.2019.
231	Portaria nº 79, de 28/01/2019	Define os ÓRGÃOS DE LOTAÇÃO/EXERCÍCIO de Advogados da União, e dá outras providências.	Boletim de Serviço nº 4, de 28.1.2019.
232	Portaria nº 129, de 12/02/2019	Dispõe sobre a indicação de Procuradores Federais, estáveis no serviço público, em exercício na Procuradoria-Geral Federal, que participarão de atividades de natureza correicional da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	D. O. U. de 13.2.2019.
233	Portaria nº 180, de 07/03/2019	Dispõe sobre a criação de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União para a atuação nas demandas judiciais sobre a PEC nº 06/2019, que modifica o sistema de previdência social.	D.O U. de 11.3.2019.
234	Portaria nº 193, de 15/03/2019	Delegação de poderes para a prática de atos processuais perante o Supremo Tribunal Federal.	D. O. U. de 19.3.2019.
235	Portaria nº 198, de 21/03/2019	Encerra as atividades, no âmbito da Advocacia-Geral da União, do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU).	D.O.U. de 22.3.2019.
236	Portaria nº 205, de 28/03/2019	Estabelece parâmetros para seleção de Advogados da União lotados na Consultoria-Geral da União, nas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, na Assessoria Jurídica junto à Agência Brasileira de Inteligência e nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados para atuarem no Grupo Permanente de Atuação Proativa da Procuradoria-Geral da União, instituído pela Portaria PGU nº 15, de 25 de setembro de 2008.	D. O. U. de 29.3.2019.
237	Portaria nº 210, de 28/03/2019	Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral de Administração.	D. O. U. de 1º.4.2019.
238	Portaria nº 213, de 29/03/2019	Estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de citações, intimações e notificações efetivadas em desacordo com o disposto nos arts. 35, 36 e 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.	D.O.U. de 1º.4.2019.
239	Portaria nº 215, de 01/04/2019	Estabelece a Política de Segurança Institucional da Advocacia-Geral da União.	D. O. U. de 3.4.2019.
240	Portaria nº 218, de 04/04/2019	Dispõe sobre a realização de acordos ou transações nas ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O.U. de 5.4.2019.
241	Portaria nº 276, de 14/05/2019	Delega competências no âmbito do Plano Anual de Contratações da Advocacia-Geral da União.	D. O. U. de 15.5.2019.
242	Portaria nº 319, de 13/06/2019	Dispõe sobre a instituição de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para acompanhamento e atuação nas demandas judiciais que tenham por objeto políticas públicas de infraestrutura levadas a efeito pela administração pública federal em todo o território nacional.	D.O.U. de 14.06.2019.
243	Portaria nº 350, de 27/06/2019	Delega competência ao Secretário-Geral de Administração para os fins que especifica.	D.O.U. de 28.6.2019.
244	Portaria nº 411, de 12/08/2019	Regulamenta a participação da Advocacia-Geral da União - AGU no processo de negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência a que se refere a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada por meio do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e dá outras providências.	BSE Nº 32 - Suplemento, de 13.8.2019.
245	Portaria nº 428, de 28/08/2019	Disciplina os procedimentos relativos à representação judicial dos agentes públicos de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal.	D.O.U. de 29.8.2019.
246	Portaria nº 458, de 17/09/2019	Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União, instituída pelo Decreto nº 8.625, de 30 de dezembro de 2015.	Suplemento do BSE nº 37, de 17.9.2019.
247	Portaria nº 469, de 24/09/2019	Institui Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para atuação especializada nas demandas judiciais que tenham por objeto a defesa de políticas públicas ambientais prioritárias da União, IBAMA e ICMBio nos estados que compõem a Amazônia Legal.	D.O.U. de 25.9.2019.
248	Portaria nº 471, de 26/09/2019	Regulamenta o disposto nos artigos 20, 21 e 22 da Lei nº 13.606, de 9 janeiro de 2018 - liquidação das dívidas originárias de operações de crédito.	D.O.U. de 27.9.2019.
249	Portaria nº 537, de 12/11/2019	Edita os Anexos II a XVIII da Portaria AGU nº 458, de 17 de setembro de 2019, e dá outras providências.	Suplemento do BSE nº 45, de 12.11.2019.
250	Portaria nº 548, de 20/11/2019	Institui os colegiados da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal e altera a Portaria AGU nº 655, de 7 novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal e dá outras providências.	Os dispositivos alterados por este artigo já foram incorporados à Portaria nº 655, de 7.11.2016.
251	Portaria nº 585, de 20/12/2019	Designa substituto para o Corregedor-Geral da Advocacia da União.	D.O.U. de 23.12.2019.
252	Portaria nº 589, de 24/12/2019	Dispõe, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sobre horários de funcionamento e de atendimento das unidades, jornada de trabalho, controle de frequência, compensação de horário, banco de horas e acumulação de cargos, funções e empregos relativos aos servidores administrativos, e dá outras providências.	BSE/Suplemento nº 51, de 24.12.2019.
253	Portaria nº 3, de 03/01/2020	Estabelece nomenclatura oficial de órgãos e cargos da Advocacia-Geral da União, nos idiomas inglês, espanhol e francês.	BSE nº 1, de 06.01.2020.
254	Portaria nº 12, de 16/01/2020	Delega a competência prevista no prevista no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Consultor-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.	D.O.U. de 17.1.2020.
255	Portaria nº 14, de 23/01/2020	Cria as Consultorias Jurídicas da União Especializadas Virtuais (e-CJUs) para atuar no âmbito da competência das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.	D.O.U. de 24.1.2020.
256	Portaria nº 27, de 05/02/2020	Designa substituto eventual do Procurador-Geral da União.	D.O.U. de 7.2.2020.
257	Portaria nº 32, de 14/02/2020	Dispõe sobre as hipóteses de cessões de Advogados da União e de Procuradores Federais.	D.O.U. de 17.2.2020.
258	Portaria nº 48, de 18/02/2020	Altera a estrutura da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	Suplemento A do BSE Nº 07, de 19.2.2020.



259	Portaria nº 53, de 27/02/2020	Estabelece a competência do Corregedor-Geral da Advocacia da União, em relação aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais, enquanto estiverem à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, para definir suas unidades organizacionais e bases territoriais de atuação, e dá outras providências.	Suplemento do BSE Nº 08, de 27.2.2020.
260	Portaria nº 61, de 28/02/2020	Regulamenta o Programa de Trabalho Não-Presencial para os servidores administrativos em exercício na Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	Suplemento A do BSE Nº 08, de 28.2.2020.
261	Portaria nº 84, de 17/03/2020	Dispõe sobre medidas de proteção e redução de riscos para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).	Suplemento do BSE Nº 11, de 17 de março de 2020.
262	Portaria nº 85, de 18/03/2020	Dispõe sobre a colaboração da Consultoria-Geral da União à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para prestação de consultoria e assessoramento jurídicos no que concerne às ações da referida Pasta Governamental de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19 e dá outras providências.	Suplemento A do BSE Nº 11, de 18 de março de 2020.
263	Portaria nº 112, de 03/04/2020	Responsável pelo expediente da Procuradoria-Geral Federal nos afastamentos concomitantes do Procurador-Geral Federal e de seu substituto.	D.O.U. de 6.4.2020.
264	Portaria nº 130, de 17/04/2020	Alocação das Funções Comissionadas do Poder Executivo e dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior, integrantes da Estrutura Regimental da Advocacia- Geral da União.	Suplemento C do BSE Nº 15, de 17 de abril de 2020 e DOU de 21.5.2020.
265	Portaria nº 134, de 27/04/2020	Institui a Política de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União.	D.O.U. de 29.4.2020.
266	Portaria nº 156, de 29/04/2020	Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.	Suplemento A do BSE Nº 17, de 29 de abril de 2020.
267	Portaria nº 173, de 15/05/2020	Delega a competência para autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios judiciais ou extrajudiciais às autoridades que menciona, e dá outras providências.	D.O.U. de 18.5.2020 (Republicada no D.O.U. de 22.5.2020).
268	Portaria nº 249, de 08/07/2020	Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.	DOU de 9.7.2020.
269	Portaria nº 295, de 18/08/2020.	Proceder à alocação da Função Comissionada do Poder Executivo de Coordenador, código FCPE 101.3, integrante da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União	DOU de 21.8.2020.
270	Portaria nº 317, de 28/08/2020.	Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Infraestrutura.	DOU de 31.08.2020.
271	Portaria nº 338, de 17/09/2020	Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.	DOU de 18.09.2020.
272	Portaria nº 346, de 24/09/2020	Dispõe sobre o procedimento prévio ao ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	DOU de 25.9.2020.

IV - Ordens de Serviço

273	Ordem de Serviço nº 1, de 20 de maio de 2008.	Remaneja para a Procuradoria-Geral Federal as 60 (sessenta) Gratificações Temporárias (GT) que estavam vagas em 20 de dezembro de 2007.	DOU de 21.05.2008.

V - Portarias Conjuntas

274	Portaria Conjunta n º 93, de 16/10/2003	Constitui Comissão de Contencioso Judicial CC para assistir o Advogado-Geral da União e a Procuradora-Geral Federal quanto à atuação integrada da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.	DOU de 20.10.2003
275	Portaria Interministerial nº 72, de 09/01/2004	Cria Grupo de Trabalho permanente com a finalidade de propor e avaliar procedimentos especiais de controle de ingresso de estrangeiro no território nacional, baseados em critérios de reciprocidade de tratamento a brasileiros no exterior.	DOU de 12.01.2004
276	Portaria Conjunta n º 1, de 27/10/2005	Dispõe sobre a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal entre o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e a Advocacia-Geral da União.	DOU de 28.10.2005
277	Portaria Conjunta n º 56, de 04/11/2005	Dispõe sobre atuação da AGU e do INCRA nas ações expropriatórias ajuizadas com fundamento no art. 243 da Constituição Federal e na Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991 [Glebas nas quais localizadas plantas psicotrópicas].	DOU de 9.11.2005
278	Portaria Interministerial MPS/AGU n º 28, de 25/01/2006	Autoriza a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos de decisão judicial que determinar a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição anteriores aos 12 últimos pelos índices da ORTN/OTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977), no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988, desde que respeitadas as regras próprias da prescrição.	DOU de 26.1.2006
279	Portaria Interministerial MPS/AGU n º 16, de 08/05/2006	Autorização para realizar transação judicial para extinguir processos judiciais que tenham por objeto a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos, pelos índices da ORTN/OTN, no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço, posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988.	DOU de 10.5.2006.
280	Portaria Interministerial MF/MPS/AGU n º 45, de 05/03/2008	Dispõe sobre a fixação de exercício na Procuradoria-Geral Federal dos servidores descritos no caput do art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.	DOU de 7.3.2008.
281	Portaria Interministerial AGU/MPS n º 8, de 03/06/2008	Institui o Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	DOU de 5.6.2008.
282	Portaria Interministerial AGU/MPS n º 9, de 03/06/2008	Dispõe sobre o uso de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social pela Advocacia-Geral da União.	DOU de 5.6.2008.
283	Portaria Interministerial AGU/MPS n º 10, de 03/06/2008	Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS.	DOU de 5.6.2008.
284	Portaria Interministerial AGU/MF n º 16, de 30/07/2008	Indicação de Advogados da União e Procuradores da Fazenda Nacional para formação de quadro que deverá se dedicar exclusivamente às atividades que lhes forem atribuídas pela Corregedoria, seja de natureza disciplinar ou correicional.	DOU de 31.7.2008.
285	Portaria Interministerial/ MF/AGU n º 221, de 19/05/2009	Dispõe sobre a distribuição dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional nas respectivas Categorias.	DOU de 2.6.2009.
286	Portaria Interministerial AGU/MF/BC n º 19, de 02/06/2009	Dispõe sobre o registro das atividades funcionais dos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e dos integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.	DOU de 3.6.2009.
287	Portaria Interministerial AGU/MF/BC n º 20, de 02/06/2009	Dispõe sobre o exercício da atividade de magistério por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e pelos integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.	DOU de 3.6.2009.
288	Portaria Interministerial AGU/MPO n º 35, de 19/08/2009	Dispõe sobre a requisição das informações necessárias à defesa da União, suas autarquias e fundações, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio eletrônico.	DOU de 20.8.2009.
289	Portaria Interministerial AGU/MF n º 16, de 17/05/2010	Dispõe sobre o exercício provisório e a colaboração temporária de Procuradores da Fazenda Nacional em órgãos da Advocacia-Geral da União.	DOU de 20.5.2010.
290	Portaria MF n º 320, de 18/05/2010	Unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de difícil provimento.	DOU de 20.5.2010.



291	Portaria Interministerial MF/AGU n.º 574-A, de 20/12/2010	Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	DOU de 4.1.2011.
292	Portaria Interministerial MF/AGU n.º 517, de 22/11/2011	Dispõe sobre os critérios disciplinadores do concurso de remoção, a pedido, dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.	DOU de 24.11.2011.
293	Portaria Conjunta/AGU/PGF n.º 28, de 03/12/2013	Disciplina, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os grupos virtuais de discussão referentes às suas áreas de atuação.	DOU de 5.12.2013
294	Portaria Interministerial AGU/MDA n.º 4, de 25/02/2014	Regulamenta a aplicação do Parecer GQ-22, de 1994 e do Parecer nº GQ-181, de 1998, às situações jurídicas aperfeiçoadas antes da publicação do Parecer AGU/LA 01/2010.	DOU de 26.2.2014.
295	Portaria Conjunta/AGU/MDA n.º 12, de 21/05/2014	Regulamenta o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em favor do Programa Nacional de Reforma Agrária em execuções propostas pela União ou por Autarquias e Fundações Públicas Federais.	DOU de 22.5.2014.
296	Portaria Conjunta n.º 5, de 07/03/2015	Institui Grupo Permanente de Defesa de Prerrogativas Funcionais dos Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central e dá outras providências.	DOU de 30.3.2015.
297	Portaria Interministerial n.º 435, de 24/12/2018	Estabelece normas para o procedimento de cessão de membros de carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União para empresas estatais federais dependentes, e dá outras providências.	DOU de 26.12.2018.
298	Portaria Conjunta n.º 4, de 23/09/2019	Define os procedimentos para negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito da Controladoria-Geral da União e dispõe sobre a participação da Advocacia-Geral da União.	DOU de 13/08/2019 (Republicada em 03/10/2019).
299	Portaria Interministerial n.º 1, de 26/05/2020	Dispõe sobre o acompanhamento das atividades de ensino superior realizadas sem caracterização de conflito de interesse por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.	DOU de 18.6.2020.
300	Portaria Interministerial nº 10, de 12 de agosto de 2020.	Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.	DOU de 13.8.2020.

VI - Resoluções do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União e do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União

301	Resolução nº 1, de 14 de maio de 2002, do Conselho Superior da AGU	Dispõe sobre os critérios disciplinadores dos concursos públicos de provas e títulos destinados ao provimento de cargos de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria das respectivas. Carreiras da Advocacia-Geral da União. (redação alterada pelas Resoluções nºs 3, 4, 5, 1 e 2, de 26 de agosto de 2002, 29 de março de 2004, 22 de abril de 2004, 11 de janeiro de 2006 e 8 de abril de 2008, respectivamente)	D.O. de 21.11.2008
302	Resolução nº 9, de 2 de julho de 2013, do Conselho Superior da AGU	Dispõe sobre as normas a serem observadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Advocacia-Geral da União no tocante à composição das comissões de promoção.	D. O. de 3.7.2013
303	Resolução nº 11, de 30 de dezembro de 2008, do Conselho Superior da AGU	Dispõe sobre o Regulamento de promoções relativas às Carreiras da Advocacia-Geral da União. (Redação alterada pela Resolução n.º 4/CSAGU, de 18 de junho de 2009, pela Resolução nº 15/CSAGU, de 27 de dezembro de 2011, pela Resolução nº 4/CSAGU, de 03 de setembro de 2012, Resolução nº 8/CSAGU, de 26 de junho, de 2013, Resolução nº 3/CSAGU, de 30 de abril de 2014 e pela Resolução nº 4/CSAGU, de 9 de maio de 2014)	D. O. de 30.5.2014 Publicada como Anexo da Portaria nº 5, de 29.5.2014
304	Resolução CSAGU nº 1, de 17 de maio de 2011, do Conselho Superior da AGU	Edita o REGIMENTO INTERNO do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União (CSAGU).	D. O. de 27.6.2019 Publicada como Anexo da Portaria nº 5, de 26.6.2019
305	Resolução nº 3, de 5 de dezembro de 2019, do Conselho Superior da AGU	Dispõe sobre o Regulamento de promoções relativas às Carreiras da Advocacia-Geral da União	D.O.U. de 9.12.2019 Esta Resolução entra em vigor e produz seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme o seu art. 31
306	Resolução nº 01, de 29 de maio de 2020, do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União	Aprova o Plano Estratégico Institucional 2020-2023 da Advocacia-Geral da União	Suplemento do BSE Nº 23, de 09 de junho de 2020

SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO

I - Portarias

1	Portaria Conjunta nº 5, de 5 de julho de 2013	Dispõe sobre procedimentos quanto à atuação conjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com a Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT e com a Consultoria-Geral da União - CGU nos processos de natureza fiscal que tramitam junto ao Supremo Tribunal Federal - STF e que sejam de competência originária daquele Tribunal.	DOU de 10/07/2013
2	Portaria nº 1, de 11 de junho de 2016	Institui a realização de atividades e atribuições fora das dependências físicas da Secretaria Geral de Contencioso (AGU), na modalidade de trabalho remoto, pelos membros da AGU em exercício na Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT).	Suplemento C do BSE Nº 29 de 22 de julho de 2016
3	Portaria nº 3, de 2 de junho de 2017	Delegação à Chefia de Gabinete para receber as intimações eletrônicas disponibilizadas via sistema institucional.	Boletim de Serviço nº 25 de 3 de junho de 2017
4	Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2019	Delegação de poderes ao ao Secretário-Adjunto e aos Diretores de Departamentos.	DOU de 23 de janeiro de 2019
5	Portaria nº 9, de 12 de novembro de 2019	Institui o modelo de gestão judicial da Secretaria-Geral de Contencioso.	Boletim de Serviço nº 46 de 18 de novembro de 2019
6	Portaria nº 1, de 6 de março de 2020	Dispõe sobre a organização do apoio administrativo da Secretaria-Geral de Contencioso.	Suplemento C do BSE nº 9 de 6 de março de 2020

II - Ordem de serviço

Ordem de Serviço nº 2, de 30 de abril de 2010.	Dispõe sobre o arquivo setorial da Secretaria-Geral de Contencioso.	Boletim de serviço nº 20 de 21 de maio de 2010.

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

I - Portarias

1	Portaria nº 498/PGF/AGU, de 15 de setembro de 2020.	CONTENCIOSO. Subdelega as competências de que trata o Decreto nº 10.201/2020, e dispõe sobre a celebração de acordos e transações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O. de 21.9.2020. Sem alterações.
2	Portaria nº 471/PGF/AGU, de 1º de setembro de 2020.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação de Fóruns temáticos de consultoria.	B.S de 9.9.2020. Sem alterações.
3	Portaria nº 462/PGF/AGU, de 1º de setembro de 2020.	GESTÃO. Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.	B.S de 1º.9.2020. Sem alterações.
4	Portaria nº 374/PGF/AGU, de 13 de julho de 2020.	GESTÃO. Designa Membros do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 20.7.2020. Sem alterações.
5	Portaria nº 333/PGF/AGU, de 9 de julho de 2020.	COBRANÇA. Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal, conforme previsto na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria nº 249/2020/AGU.	B.S de 10.7.2020. Sem alterações.
6	Portaria nº 328/PGF/AGU, de 30 de junho de 2020.	GESTÃO. Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o projeto piloto "Linguagem Jurídica Inovadora".	B.S de 8.7.2020. Sem alterações.
7	Portaria nº 323/PGF/AGU, de 2 de julho de 2020.	GESTÃO. Institui, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cálculos Agrários para a atuação especializada na elaboração e na análise de cálculos judiciais que tenham por objeto desapropriações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.	B.S de 2.7.2020. Sem alterações.
8	Portaria nº 311/PGF/AGU, de 12 de junho de 2020.	GESTÃO. Estabelece a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal como órgão responsável pela condução da avaliação de desempenho dos órgãos de direção.	B.S de 15.6.2020. Sem alterações.
9	Portaria nº 265/PGF/AGU, de 27 de maio de 2020.	GESTÃO. Institui o PGF-Conecta como plataforma de gestão do conhecimento da Procuradoria-Geral Federal e estabelece a sua política de governança.	B.S de 29.5.2020. Sem alterações.
10	Portaria nº 263/PGF/AGU, de 25 de maio de 2020.	GESTÃO. Inclui o Estado do Rio Grande do Norte no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	B.S de 1º.6.2020. Sem alterações.



11	Portaria nº 262/PGF/AGU, de 25 de maio de 2020.	GESTÃO. Inclui o Estado do Espírito Santo no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	B.S de 1º.6.2020. Sem alterações.
12	Portaria nº 230/PGF/AGU, de 6 de maio de 2020.	CONSULTORIA. Dispõe sobre competência funcional de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 20.7.2020. Sem alterações.
13	Portaria nº 159/PGF/AGU, de 22 de março de 2020.	CONSULTORIA. Classifica como de alta prioridade os processos de consultoria jurídica que envolvam, ainda que indiretamente, questões relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente ao novo Coronavírus (COVID-19) e fixa prazos para manifestação jurídica.	B.S de 23.3.2020. Sem alterações.
14	Portaria nº 158/PGF/AGU, de 27 de março de 2020.	COBRANÇA. Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela organização mundial de saúde (OMS).	D.O de 1.4.2020. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 325, de 30 de junho de 2020; e nº 451, de 28 de agosto de 2020.
15	Portaria nº 142/PGF/AGU, de 13 de março de 2020.	GESTÃO. Institui o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal (PGF-TEC/Labs).	B.S de 23.3.2020. Sem alterações.
16	Portaria nº 122/PGF/AGU, de 4 de março de 2020.	GESTÃO. Dispõe sobre a Consulta Periódica no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 9.3.2020. Sem alterações.
17	Portaria nº 121/PGF/AGU, de 3 de março de 2020.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação do Fórum da regulação, integrado pelas procuradorias federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na regulação da atividade econômica, e dá outras providências.	B.S de 9.3.2020. Sem alterações.
18	Portaria nº 119/PGF/AGU, de 3 de março de 2020.	GESTÃO. Inclui os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	B.S de 9.3.2020. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 321, de 29 de junho de 2020.
19	Portaria nº 51/PGF/AGU, de 10 de fevereiro de 2020.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a composição da Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos.	B.S de 12.2.2020. Sem alterações.
20	Portaria nº 32/PGF/AGU, de 22 de janeiro de 2020.	GESTÃO. Aprova o plano de ação da Procuradoria-Geral Federal para o ano de 2020.	B.S de 27.1.2020. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 440, de 25 de agosto de 2020.
21	Portaria nº 999/PGF/AGU, de 6 de dezembro de 2019.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a criação de um grupo especializado para a atuação nas arbitragens conduzidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.	B.S de 10.12.2019. Sem alterações.
22	Portaria nº 984/PGF/AGU, de 4 de dezembro de 2019.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a composição da Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos.	B.S de 6.12.2019. Sem alterações.
23	Portaria nº 904/PGF/AGU, de 21 de outubro de 2019.	GESTÃO. Indica os representantes da Procuradoria-Geral Federal para integrar a Força-Tarefa em Defesa da Amazônia.	B.S de 22.10.2019. Sem alterações.
24	Portaria nº 901/PGF/AGU, de 17 de outubro de 2019.	GESTÃO. Designa os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, com a finalidade de emitir parecer sobre o desempenho de membros integrantes da carreira de Procurador Federal submetidos a estágio confirmatório, para fins de confirmação no cargo e de aquisição de estabilidade.	B.S de 18.10.2019. Sem alterações.
25	Portaria nº 856/PGF/AGU, de 1º de outubro de 2019.	CONSULTORIA. Dispõe sobre competência funcional para aprovação de manifestações jurídicas consultivas no âmbito de unidade de execução da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 4.10.2019. Sem alterações.
26	Portaria nº 855/PGF/AGU, de 27 de setembro de 2019.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a composição da Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos.	B.S de 30.9.2019. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 871, de 8 de outubro de 2019.
27	Portaria nº 667/PGF/AGU, de 19 de setembro de 2019.	GESTÃO. Inclui no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade os Estados da Bahia, do Paraná e de Santa Catarina, relativamente aos processos eletrônicos ou digitalizados que tramitam nas Comarcas Estaduais e que tratam da concessão ou restabelecimento de benefícios por incapacidade.	B.S de 23.9.2019. Sem alterações.
28	Portaria nº 566/PGF/AGU, de 18 de junho de 2019.	COBRANÇA. Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os procedimentos relativos à atuação dos Procuradores Federais em procedimentos policiais e processos judiciais de natureza criminal, envolvendo infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses das autarquias e fundações públicas federais representadas.	D.O de 24.6.2019. Sem alterações.
29	Portaria nº 556/PGF/AGU, de 14 de junho de 2019.	CONSULTORIA. Institui as Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
30	Portaria nº 542/PGF/AGU, de 11 de junho de 2019.	GESTÃO. Institui a Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho na carreira de Procurador Federal.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
31	Portaria nº 541/PGF/AGU, de 11 de junho de 2019.	GESTÃO. Institui Comissão de Promoção responsável pelo processamento de concurso de promoção na carreira de Procurador Federal.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
32	Portaria nº 532/PGF/AGU, de 7 de junho de 2019.	GESTÃO. Institui os Comitês Setoriais de Governança da Procuradoria-Geral Federal e disciplina seus funcionamentos.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
33	Portaria nº 531/PGF/AGU, de 7 de junho de 2019.	CONSULTORIA. Disciplina o funcionamento dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
34	Portaria nº 525/PGF/AGU, de 6 de junho de 2019.	GESTÃO. Institui os Comitês Estaduais de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina seu funcionamento.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
35	Portaria nº 523/PGF/AGU, de 6 de junho de 2019.	CONSULTORIA. Institui os colégios de consultoria das Procuradorias Federais junto às autarquias e funções públicas federais nos Estados.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
36	Portaria nº 522/PGF/AGU, de 6 de junho de 2019.	GESTÃO. Institui o Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.	B.S de 5.7.2019. Sem alterações.
37	Portaria nº 489/PGF/AGU, de 3 de junho de 2019.	GESTÃO. Inclui o Estado do Acre no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	B.S de 4.6.2019. Sem alterações.
38	Portaria nº 471/PGF/AGU, de 20 de maio de 2019.	GESTÃO. Inclui o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	B.S de 27.5.2019. Sem alterações.
39	Portaria nº 342/PGF/AGU, de 8 de abril de 2019.	CONTENCIOSO. Designa representante da Procuradoria-Geral Federal em demandas judiciais e administrativas que envolvam autarquia ou fundação pública federal e digam respeito ao rompimento da Barragem 01 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG.	B.S de 15.4.2019. Sem alterações.
40	Portaria nº 947/PGF/AGU, de 19 de dezembro de 2018.	DISCIPLINAR. Dispõe sobre as Comissões Permanentes Processantes e estabelece procedimentos a serem observados em Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias em curso no âmbito da Divisão de Assuntos Disciplinares.	B.S de 19.12.2018. Sem alterações.
41	Portaria nº 944/PGF/AGU, de 19 de dezembro de 2018.	COBRANÇA. Regulamenta a criação das equipes de cobrança judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e dá outras providências.	B.S de 19.12.2018. Sem alterações.
42	Portaria nº 931/PGF/AGU, de 14 de dezembro de 2018.	CONSULTORIA. Institui, em caráter definitivo, a Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 17.12.2018. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 147, de 16 de março de 2020.
43	Portaria nº 911/PGF/AGU, de 10 de dezembro de 2018.	CONSULTORIA. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores.	D.O de 12.12.2018. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 609, de 4 de julho de 2019.
44	Portaria nº 829/PGF/AGU, de 8 de novembro de 2018.	COBRANÇA. Regulamenta a Equipe Nacional de Cobrança no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 26.11.2018. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 879, de 30 de novembro de 2018; e nº 590, de 26 de junho de 2019.
45	Portaria nº 783/PGF/AGU, de 26 de outubro de 2018.	COBRANÇA. Excepciona os créditos da Anatel da obrigação do art. 8º, caput, do Decreto nº 9.194/2007.	D.O de 9.11.2018. Sem alterações.
46	Portaria nº 716/PGF/AGU, de 5 de outubro de 2018.	GESTÃO. Estabelece critérios de ingresso, permanência e encerramento do exercício de membros nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 5.10.2018. Sem alterações.
47	Portaria nº 485/PGF/AGU, de 10 de julho de 2018.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação do Fórum da regulação, integrado pelas procuradorias federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na regulação da atividade econômica, e dá outras providências.	B.S de 16.7.2018. Sem alterações.



48	Portaria nº 473/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a distribuição da força de trabalho dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 125, de 5 de março de 2020.
49	Portaria nº 472/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a reestruturação dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 617, de 4 de setembro de 2018; nº 648, de 17 de setembro de 2018; nº 792, de 29 de outubro de 2018; e nº 793, de 29 de outubro de 2018.
50	Portaria nº 471/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a reestruturação dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Sem alterações.
51	Portaria nº 470/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a reestruturação dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Sem alterações.
52	Portaria nº 469/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a reestruturação dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Sem alterações.
53	Portaria nº 468/PGF/AGU, de 4 de julho de 2018.	GESTÃO. Dispõe sobre a reestruturação dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 6.7.2018. Sem alterações.
54	Portaria nº 323/PGF/AGU, de 7 de maio de 2018.	COBRANÇA. Regulamenta a remessa eletrônica de créditos constituídos pelas autarquias e fundações públicas federais à Procuradoria-Geral Federal, dispõe sobre a forma pela qual será feito o cadastro e envio deste crédito para entes que não dispõem de sistemas informatizados de gestão do crédito e dá outras providências.	D.O de 11.5.2018. Sem alterações.
55	Portaria nº 229/PGF/AGU, de 4 de abril de 2018.	GESTÃO. Aprova o edital padrão de seleção de membros para Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade e seus anexos.	B.S de 5.4.2018. Sem alterações.
56	Portaria nº 228/PGF/AGU, de 5 de abril de 2018.	GESTÃO. Estabelece o Modelo de Governança Setorial e institui o Prêmio de Excelência em Governança da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 10.4.2018. Com as alterações da Portaria nº 518, de 05 de junho de 2019.
57	Portaria nº 35/PGF/AGU, de 18 de janeiro de 2018.	GESTÃO. Estabelece, em conformidade com a política de governança pública federal, critérios e procedimentos que fortaleçam os mecanismos de liderança, estratégia e controle na gestão dos órgãos da Direção Central da PGF, das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.	D.O de 23.1.2018. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 467, de 4 de julho de 2018; e nº 738, de 15 de outubro de 2018.
58	Portaria nº 24/PGF/AGU, de 18 de janeiro de 2018.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a celebração de acordos, o reconhecimento de pedidos e a abstenção ou desistência de recursos pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal em ações judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº 8.213/1991.	D.O de 22.1.2018. Sem alterações.
59	Portaria nº 801/PGF/AGU, de 26 de dezembro de 2017.	GESTÃO. Autoriza a criação de novas Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.	D.O de 28.12.2017. Sem alterações.
60	Portaria nº 784/PGF/AGU, de 12 de dezembro de 2017.	CONTENCIOSO. Disciplina a mensuração dos acordos judiciais por meio da utilização do SAPIENS e dá outras providências.	B.S de 20.12.2017. Sem alterações.
61	Portaria nº 783/PGF/AGU, de 19 de dezembro de 2017.	GESTÃO. Institui a Rede de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal (PGF-Tec).	B.S de 20.12.2017. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 642, de 16 de julho de 2019.
62	Portaria nº 703/PGF/AGU, de 17 de novembro de 2017.	GESTÃO. Disciplina o procedimento de remoção ou exercício provisório para Procuradores Federais, por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente.	B.S de 21.12.2017. Sem alterações.
63	Portaria nº 571/PGF/AGU, de 20 de setembro de 2017.	COBRANÇA. Aprova o manual de gerenciamento de contencioso de massa em matéria de cobrança de que trata a Portaria nº 688/PGF/AGU, de 28 de setembro de 2016, a ser implementado nos órgãos de execução em contencioso da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 20.9.2017. Sem alterações.
64	Portaria nº 539/PGF/AGU, de 8 de setembro de 2017.	GESTÃO. Dispõe sobre o Planejamento de Capacitações da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 12.9.2017. Sem alterações.
65	Portaria nº 424/PGF/AGU, de 24 de julho de 2017.	COBRANÇA. Aprova, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento operacional do programa de regularização de débitos não tributários - PRD instituído pela Medida Provisória nº 780/2017 e regulamentado pela Portaria nº 400/PGF/AGU, de 13 de julho de 2017.	B.S de 26.7.2017. Sem alterações.
66	Portaria nº 400/PGF/AGU, de 13 de julho de 2017.	COBRANÇA. Dispõe sobre o programa de regularização de débitos - PRD de que trata a Medida Provisória nº 780/2017, quanto aos créditos não tributários das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 20.7.2017. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 691, de 8 de novembro de 2017.
67	Portaria nº 338/PGF/AGU, de 14 de junho de 2017.	GESTÃO. Inclui o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes de Trabalho remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	D.O de 16.6.2017. Sem alterações.
68	Portaria nº 262/PGF/AGU, de 5 de maio de 2017.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no desempenho das atividades de consultoria jurídica.	D.O de 17.5.2017. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 338, de 4 de abril de 2019.
69	Portaria nº 261/PGF/AGU, de 5 de maio de 2017.	CONSULTORIA. Dispõe sobre o fluxo de atividades de consultoria e assessoramento jurídicos nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 17.5.2017. Sem alterações.
70	Portaria nº 255/PGF/AGU, de 2 de maio de 2017.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de atos de manifestação e orientação jurídicas e de comunicação do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 22.5.2017. Sem alterações.
71	Portaria nº 238/PGF/AGU, de 20 de abril de 2017.	GESTÃO. Reinclui o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	D.O de 26.4.2017. Sem alterações.
72	Portaria nº 209/PGF/AGU, de 6 de abril de 2017.	COBRANÇA. Dispõe sobre a concessão de acesso ao sistema de integração nacional de informações de segurança pública, justiça e fiscalização.	B.S de 24.4.2017. Sem alterações.
73	Portaria nº 155/PGF/AGU, de 15 de março de 2017.	GESTÃO. Estabelece as diretrizes para a instituição de núcleos estaduais temáticos no Estado de Santa Catarina.	B.S de 30.3.2017. Sem alterações.
74	Portaria nº 145/PGF/AGU, de 13 de março de 2017.	GESTÃO. Regulamenta o estabelecimento de colaboração entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 30.3.2017. Sem alterações.
75	Portaria nº 911/PGF/AGU, de 30 de dezembro de 2016.	CONTENCIOSO. Aprova o Manual de Gerenciamento de Contencioso, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.	B.S de 9.1.2017. Sem alterações.
76	Portaria nº 880/PGF/AGU, de 19 de dezembro de 2016.	GESTÃO. Inclui o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins no projeto piloto das equipes de trabalho remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	D.O de 13.2.2017. Sem alterações.
77	Portaria nº 875/PGF/AGU, de 14 de dezembro de 2016.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação do Fórum da educação, integrado pelas procuradorias federais junto às instituições federais de ensino, e dá outras providências.	B.S de 26.12.2016. Sem alterações.
78	Portaria nº 872/PGF/AGU, de 14 de dezembro de 2016.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação do Fórum da cultura, integrado pelas procuradorias federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na área temática da cultura, e dá outras providências.	B.S de 26.12.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 471, de 1º de setembro de 2020.
79	Portaria nº 871/PGF/AGU, de 14 de dezembro de 2016.	CONSULTORIA. Dispõe sobre a coordenação do Fórum da ciência, tecnologia e inovação, integrado pelas procuradorias federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na área temática da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências.	B.S de 26.12.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 471, de 1º de setembro de 2020.
80	Portaria nº 701/PGF/AGU, de 29 de setembro de 2016.	DISCIPLINAR. Estabelece diretrizes para as Comissões Processantes nos procedimentos de natureza disciplinar concernentes à instrução probatória mínima a ser produzida nos processos em que são investigados perda de prazo ou atuação processual deficiente.	B.S de 30.9.2016. Sem alterações.
81	Portaria nº 688/PGF/AGU, de 28 de setembro de 2016.	CONTENCIOSO. Institui e fixa as diretrizes para a implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do Gerenciamento de Contencioso.	B.S de 3.10.2016. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 911, de 30 de dezembro de 2016; nº 936, de 18 de dezembro de 2018; e nº 10, de 7 de janeiro de 2019.
82	Portaria nº 680/PGF/AGU, de 21 de setembro de 2016.	GESTÃO. Disciplina o período de permanência nos cargos de Procurador Regional Federal e de Procurador-Chefe de Procuradoria Federal nos Estados, bem como de Responsável pelas Procuradorias Seccionais Federais.	B.S de 23.9.2016. Sem alterações.



83	Portaria nº 558/PGF/AGU, de 11 de agosto de 2016.	CONTENCIOSO. Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.	D.O de 19.8.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 107, de 5 de fevereiro de 2019.
84	Portaria nº 526/PGF/AGU, de 27 de julho de 2016.	DISCIPLINAR. Delega ao Subprocurador-Geral Federal, com reserva do exercício de iguais atribuições, a competência para instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros de carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades.	B.S de 8.8.2016. Sem alterações.
85	Portaria nº 440/PGF/AGU, de 21 de junho de 2016.	COBRANÇA. Disciplina as condições de aceitação da fiança bancária e de seguro garantia pela Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 27.6.2016. Sem alterações.
86	Portaria nº 338/PGF/AGU, de 12 de maio de 2016.	GESTÃO. Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.	D.O de 20.5.2016. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 619, de 6 de outubro de 2017; nº 35, de 18 de janeiro de 2018; nº 96, de 4 de abril de 2018; nº 467, de 4 de julho de 2018; nº 911, de 10 de dezembro de 2018; nº 962, de 20 de dezembro de 2018; nº 556, de 14 de junho de 2019; e nº 722, de 13 de agosto de 2019.
87	Portaria nº 317/PGF/AGU, de 4 de maio de 2016.	GESTÃO. Inclui os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das equipes de trabalho remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	D.O de 11.5.2016. Sem alterações.
88	Portaria nº 255/PGF/AGU, de 12 de abril de 2016.	GESTÃO. Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 2.5.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 96, de 4 de abril de 2018.
89	Portaria nº 175/PGF/AGU, de 22 de março de 2016.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a equipe de pontos focais e regulamenta o seu propósito, composição e atribuições.	B.S de 2.5.2016. Sem alterações.
90	Portaria nº 173/PGF/AGU, de 21 de março de 2016.	GESTÃO. Disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal.	D.O de 23.3.2016. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 206, de 24 de março de 2016; e nº 987, de 27 de dezembro de 2018.
91	Portaria nº 172/PGF/AGU, de 21 de março de 2016.	GESTÃO. Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais, das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 23.3.2016. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 860, de 20 de novembro de 2018; nº 911, de 10 de dezembro de 2018; e nº 936, de 18 de dezembro de 2018.
92	Portaria nº 157/PGF/AGU, de 8 de março de 2016.	COBRANÇA. Cria a equipe de trabalho remoto de ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 10.3.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 428, de 10 de maio de 2019.
93	Portaria nº 156/PGF/AGU, de 8 de março de 2016.	COBRANÇA. Cria a equipe de trabalho remoto de ações de improbidade disciplinar e administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	B.S de 10.3.2016. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 684, de 26 de setembro de 2016; e nº 399, de 29 de abril de 2019.
94	Portaria nº 979/PGF/AGU, de 24 de dezembro de 2015.	GESTÃO. Institui, como projeto piloto, as Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade.	D.O de 13.1.2016. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 258, de 14 de março de 2019.
95	Portaria nº 978/PGF/AGU, de 24 de dezembro de 2015.	GESTÃO. Fixa as diretrizes para a criação de Equipes de Trabalho Remoto no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 13.1.2016. Sem alterações.
96	Portaria nº 850/PGF/AGU, de 28 de outubro de 2015.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Seccionais Federais.	D.O de 4.11.2015. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 325, de 7 de junho de 2017; e nº 270, de 13 de abril de 2018.
97	Portaria nº 838/PGF/AGU, de 23 de outubro de 2015.	GESTÃO. Consolida os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela representação judicial e extrajudicial, bem como pela consultoria e assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.	B.S de 4.11.2015. Com as alterações promovidas pela Retificação à Portaria nº 838, publicada em 10 de fevereiro de 2016; e pelas Portarias; nº 67, de 26 de janeiro de 2018; e nº 398, de 17 de maio de 2019.
98	Portaria nº 687/PGF/AGU, de 26 de agosto de 2015.	COBRANÇA. Autoriza o Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e os órgãos de execução em contencioso a manifestarem, em juízo, o desinteresse do FNDE em integrar o feito, quando citado ou intimado nas ações em que se discuta a contribuição devida à autarquia.	B.S de 31.8.2015. Sem alterações.
99	Portaria nº 998/PGF/AGU, de 28 de novembro de 2014.	COBRANÇA. Dispõe sobre procedimentos para defesa da probidade e ressarcimento ao erário no âmbito das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 15.12.2014. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 686, de 26 de setembro de 2016.
100	Portaria nº 997/PGF/AGU, de 28 de novembro de 2014.	COBRANÇA. Regulamenta no âmbito da Procuradoria-Geral Federal os procedimentos relativos à análise para inscrição em dívida e cobrança de créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do TCU, e dá outras providências.	D.O de 15.12.2014. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 300, de 3 de maio de 2016.
101	Portaria nº 563/PGF/AGU, de 15 de julho de 2014.	COBRANÇA. Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249/2010 e regulamentado pela Portaria nº 247/2014/ AGU.	D.O de 21.7.2014. Sem alterações.
102	Portaria nº 839/PGF/AGU, de 13 de dezembro de 2013.	COBRANÇA. Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 582/2013, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências.	D.O de 27.12.2013. Sem alterações.
103	Portaria nº 676/PGF/AGU, de 24 de outubro de 2013.	COBRANÇA. Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249/2010 e regulamentado pela Portaria nº 395/2013/AGU, em virtude da edição da Lei nº 12.865/2013.	D.O de 31.10.2013. Sem alterações.
104	Portaria nº 671/PGF/AGU, de 21 de março de 2013.	GESTÃO. Dispõe sobre as atribuições dos representantes estaduais da DPCDI da Procuradoria-Geral Federal e estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de violação aos direitos e prerrogativas dos procuradores federais.	B.S de 25.10.2013. Sem alterações.
105	Portaria nº 595/PGF/AGU, de 23 de setembro de 2013.	COBRANÇA. Disciplina o procedimento de conciliação prévia à propositura de execuções fiscais de crédito das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 4.10.2013. Sem alterações.
106	Portaria nº 591/PGF/AGU, de 19 de setembro de 2013.	GESTÃO. Estabelece procedimentos a serem observados nos pedidos de concessão de diárias e passagens de membros e servidores em exercício na Procuradoria-Geral Federal, nas Procuradorias Regionais Federais, nas Procuradorias Federais nos Estados e nas Procuradorias Seccionais Federais.	B.S de 23.9.2013. Sem alterações.
107	Portaria nº 526/PGF/AGU, de 26 de agosto de 2013.	CONSULTORIA. Estabelece diretrizes gerais para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestados às autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 30.8.2013. Sem alterações.
108	Portaria nº 425/PGF/AGU, de 16 de julho de 2013.	CONSULTORIA. Disciplina o acompanhamento pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais no tocante a projetos estratégicos.	D.O de 23.7.2013. Sem alterações.
109	Portaria nº 424/PGF/AGU, de 16 de julho de 2013.	CONSULTORIA. Disciplina o encaminhamento de consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 23.7.2013. Sem alterações.
110	Portaria nº 423/PGF/AGU, de 16 de julho de 2013.	CONSULTORIA. Disciplina as atividades do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 23.7.2013. Sem alterações.
111	Portaria nº 419/PGF/AGU, de 10 de julho de 2013.	COBRANÇA. Regulamenta o parcelamento extrajudicial de que trata o art. 37-b da Lei nº 10.522/2002 e a possibilidade de acordo em juízo.	D.O de 12.7.2013. Sem alterações.



112	Portaria nº 305/PGF/AGU, de 15 de maio de 2013.	CONTENCIOSO. Subdelega a competência prevista no art. 1º da Portaria nº 98/2013/AGU e dá outras providências.	D.O de 16.5.2013. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 328, de 21 de maio de 2013.
113	Portaria nº 201/PGF/AGU, de 28 de março de 2013.	CONSULTORIA. Dispõe sobre o pedido de autorização necessário para a celebração do termo de ajustamento de conduta em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromissárias.	D.O de 2.4.2013. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 640, de 16 de julho de 2019; e nº 24, de 17 de janeiro de 2020.
114	Portaria nº 157/PGF/AGU, de 20 de março de 2013.	CONTENCIOSO. Regulamenta no âmbito da Procuradoria-Geral Federal o procedimento para solicitação de intervenção das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.	D.O de 23.3.2013. Sem alterações.
115	Portaria nº 17/PGF/AGU, de 11 de janeiro de 2013.	COBRANÇA. Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 18.1.2013. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 697 de 28 de setembro de 2016; e nº 525, de 31 de agosto de 2017.
116	Portaria nº 998/PGF/AGU, de 21 de dezembro de 2012.	COBRANÇA. Disciplina os procedimentos a serem adotados em relação à utilização de informações protegidas por sigilo em processos judiciais.	D.O de 4.1.2013. Sem alterações.
117	Portaria nº 865/PGF/AGU, de 1º de novembro de 2012.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a delegação de competência ao Diretor e aos Procuradores Federais em exercício no Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.	D.O de 14.11.2012. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 910, de 19 de novembro de 2012; nº 537, de 2 de setembro de 2013; nº 904, de 22 de outubro de 2014; e nº 268, de 9 de abril de 2015.
118	Portaria nº 471/PGF/AGU, de 11 de junho de 2012.	COBRANÇA. Autoriza a inscrição em dívida ativa centralizada nas capitais.	D.O de 13.6.2012. Sem alterações.
119	Portaria nº 470/PGF/AGU, de 11 de junho de 2012.	CONTENCIOSO. Institui o Sistema de Acompanhamento de Ações Relevantes no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.	D.O de 12.6.2012. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 159, de 20 de março de 2013.
120	Portaria nº 469/PGF/AGU, de 8 de junho de 2012.	COBRANÇA. Dispõe sobre o grupo de cobrança dos grandes devedores (GCGD) das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 12.6.2012. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 46, de 21 de janeiro de 2014 - retificada no DOU de 29 de janeiro de 2014; nº 556, de 11 de julho de 2014; nº 693, de 1º de outubro de 2018; e nº 45, de 13 de fevereiro de 2020.
121	Portaria nº 1.071/PGF/AGU, de 2 de dezembro de 2011.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre os procedimentos de acompanhamento pela Procuradoria-Geral Federal de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 6.12.2011. Sem alterações.
122	Portaria nº 931/PGF/AGU, de 10 de novembro de 2011.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a elaboração, atualização, divulgação e utilização de teses de defesa mínima a serem utilizadas na defesa das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.	D.O de 11.11.2011. Sem alterações.
123	Portaria nº 916/PGF/AGU, de 31 de outubro de 2011.	COBRANÇA. Disciplina a Portaria nº 377/2011/AGU, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 3.11.2011. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 996, de 21 de dezembro de 2012; nº 419, de 10 de julho de 2013; nº 559, de 9 de setembro de 2013; nº 468, de 11 de julho de 2014; e nº 276, de 19 de março de 2019.
124	Portaria nº 690/PGF/AGU, de 16 de agosto de 2011.	COBRANÇA. Disciplina o procedimento de compensação de precatórios previsto na Lei nº 12.431/2011.	D.O de 18.8.2011. Sem alterações.
125	Portaria nº 436/PGF/AGU, de 31 de maio de 2011.	COBRANÇA. Disciplina os procedimentos na análise dos pagamentos decorrentes de decisões judiciais condenatórias por responsabilidade civil de autarquias e fundações públicas federais, para fins de propositura da ação de regresso em face de servidor público.	D.O de 2.6.2011. Sem alterações.
126	Portaria nº 400/PGF/AGU, de 24 de maio de 2011.	DISCIPLINAR. Dispõe sobre a instrução preliminar para apuração de infrações disciplinares no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 25.5.2011. Sem alterações.
127	Portaria nº 58/PGF/AGU, de 25 de janeiro de 2011.	COBRANÇA. Subdelega as competências de que trata a Portaria nº 06/2011/AGU e dá outras providências - realização de acordos ou transações nas ações regressivas acidentárias.	D.O de 28.1.2011. Sem alterações.
128	Portaria nº 861/PGF/AGU, de 27 de outubro de 2010.	COBRANÇA. Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.	D.O de 28.10.2010. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 690, de 16 de agosto de 2011.
129	Portaria nº 796/PGF/AGU, de 5 de outubro de 2010.	COBRANÇA. Disciplina o art. 1º-C da Lei nº 9.469/1997, sobre os procedimentos a serem adotados pelos procuradores federais quando da verificação da prescrição de créditos das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 6.10.2010. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 822, de 29 de novembro de 2013; e nº 569, de 19 de setembro de 2017.
130	Portaria nº 708/PGF/AGU, de 2 de setembro de 2010.	COBRANÇA. Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249/2010 e regulamentada pela Portaria nº 1.197/2010/AGU.	D.O de 3.9.2010. Sem alterações.
131	Portaria nº 702/PGF/AGU, de 1º de setembro de 2010.	COBRANÇA. Dispõe sobre a imputação de pagamento de créditos das autarquias e fundações públicas federais inscritos em dívida ativa.	D.O de 2.9.2010. Sem alterações.
132	Portaria nº 603/PGF/AGU, de 2 de agosto de 2010.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a comunicação de decisões judiciais e a competência para elaboração de parecer de força executória.	D.O de 3.8.2010. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 773, de 13 de setembro de 2011; nº 336, de 24 de maio de 2013; e nº 993, de 28 de novembro de 2014.
133	Portaria nº 24/PGF/AGU, de 21 de janeiro de 2010.	CONTENCIOSO. Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Respetivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias que especifica.	D.O de 25.1.2010. Sem alterações.
134	Portaria nº 14/PGF/AGU, de 12 de janeiro de 2010.	COBRANÇA. Dispõe sobre o acompanhamento prioritário de ações relativas à cobrança e recuperação de créditos pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.	D.O de 14.1.2010. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 33, de 26 de janeiro de 2010; e nº 608, de 3 de julho de 2019.
135	Portaria nº 164/PGF/AGU, de 20 de fevereiro de 2009.	CONTENCIOSO. Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.	D.O de 25.2.2009. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 774, de 13 de setembro de 2011.
136	Portaria nº 96/PGF/AGU, de 2 de fevereiro de 2009.	CONTENCIOSO. Dispõe que os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, sempre que houver necessidade de audiência com autoridades judiciárias, deverão encaminhar solicitação ao Procurador-Geral Federal por intermédio da Adjuntoria de Contencioso.	D.O de 3.2.2009. Sem alterações.
137	Portaria nº 1.309/PGF/AGU, de 11 de dezembro de 2008.	COBRANÇA. Disciplina a cobrança da dívida ativa do INSS na Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 12.12.2008. Sem alterações.
138	Portaria nº 1.125/PGF/AGU, de 7 de novembro de 2008.	COBRANÇA. Dispõe sobre o cadastramento de leiloeiros oficiais.	D.O de 11.11.2008. Com as alterações promovidas pela Portaria nº 658, de 9 de julho de 2009.
139	Portaria nº 1.033/PGF/AGU, de 9 de outubro de 2008.	CONTENCIOSO. Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do INSS perante o TST.	D.O de 13.10.2008. Sem alterações.
140	Portaria nº 559/PGF/AGU, de 8 de julho de 2008.	CONSULTORIA. Dispõe sobre atribuições funcionais do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 8.7.2008. Sem alterações.



141	Portaria nº 535/PGF/AGU, de 27 de junho de 2008.	CONTENCIOSO. Fixa os prazos para o encaminhamento de citações, intimações e notificações.	D.O de 1.7.2008. Sem alterações.
142	Portaria nº 520/PGF/AGU, de 25 de junho de 2008.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a responsabilidade dos procuradores federais nos casos que especifica.	D.O de 26.6.2008. Sem alterações.
143	Portaria nº 430/PGF/AGU, de 28 de maio de 2008.	CONTENCIOSO. Delega ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal atribuição funcionais.	D.O de 2.6.2008. Sem alterações.
144	Portaria nº 420/PGF/AGU, de 23 de maio de 2008.	CONTENCIOSO. Cria áreas temáticas na Adjuntoria de Contencioso e nos órgãos de execução em contencioso da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 27.5.2008. Sem alterações.
145	Portaria nº 200/PGF/AGU, de 25 de fevereiro de 2008.	GESTÃO. Delega competências ao Subprocurador-Geral Federal.	D.O de 26.2.2008. Sem alterações.
146	Portaria nº 69/PGF/AGU, de 18 de janeiro de 2008.	GESTÃO. Dispõe sobre as unidades de difícil provimento na Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 23.1.2008. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 401, de 24 de maio de 2011; nº 457, de 4 de junho de 2012; e nº 424, de 26 de maio de 2014.
147	Portaria nº 769/PGF/AGU, de 26 de setembro de 2007.	CONTENCIOSO. Regulamenta a representação judicial do FNDE pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal nas ações em que se discute a aplicação de recursos oriundos da autarquia.	D.O de 27.9.2007. Sem alterações.
148	Portaria nº 720/PGF/AGU, de 14 de setembro de 2007.	GESTÃO. Fixa a lotação e o exercício de Procuradores Federais.	D.O de 17.9.2007. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 804, de 8 de outubro de 2007; nº 835, de 16 de outubro de 2007; nº 70, de 18 de janeiro de 2008; nº 379, de 9 de maio de 2008; nº 956, de 19 de setembro de 2008; nº 472, de 13 de maio de 2009; nº 838, de 21 de agosto de 2009; nº 1.330, de 30 de dezembro de 2009; nº 947, de 26 de novembro de 2010; nº 664, de 8 de agosto de 2011; nº 317, de 30 de abril de 2012; nº 425, de 28 de maio de 2014; nº 436, de 22 de junho de 2015; nº 763, de 25 de setembro de 2015; nº 341, de 12 de maio de 2016; nº 713, de 21 de novembro de 2017; nº 35, de 18 de janeiro de 2018; nº 158, de 19 de março de 2018; nº 467, de 4 de julho de 2018; nº 581, de 22 de agosto de 2018; nº 631, de 21 de setembro de 2018; nº 402, de 17 de maio de 2019; e nº 365, de 10 de julho de 2020.
149	Portaria nº 686/PGF/AGU, de 4 de setembro de 2007.	CONTENCIOSO. Regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando do recebimento de citação, intimação e notificação por meio de carta precatória.	D.O de 5.9.2007. Sem alterações.
150	Portaria nº 532/PGF/AGU, de 13 de julho de 2007.	CONTENCIOSO. Atribui aos Escritórios de Representação a possibilidade de representar judicialmente as autarquias e fundações.	D.O de 16.7.2007. Sem alterações.
151	Portaria nº 530/PGF/AGU, de 16 de julho de 2007.	CONTENCIOSO. Define a competência dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal para a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais.	D.O de 16.7.2007. Com as alterações promovidas pelas Portarias nº 303, de 26 de março de 2009; nº 834, de 03 de outubro de 2011; nº 548, de 05 de setembro de 2013; nº 999, de 28 de novembro de 2014; nº 684, de 26 de setembro de 2016; nº 701, de 16 de novembro de 2017; nº 23, de 09 de janeiro de 2019; e nº 401, de 30 de abril de 2019.
152	Portaria nº 226/PGF/AGU, de 28 de junho de 2006.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a representação judicial do INSS pelo contencioso do órgão central da Procuradoria-Geral Federal, em matéria que especifica.	D.O de 29.6.2006. Sem alterações.
153	Portaria nº 88/PGF/AGU, de 4 de março de 2005.	GESTÃO. Dispõe sobre aplicabilidade de normas no procedimento de confirmação de estágio probatório de Procurador Federal.	B.S de 4.3.2005. Sem alterações.
154	Portaria nº 146/PGF/AGU, de 15 de maio de 2003.	GESTÃO. Dispõe sobre a lotação de portadores de deficiência no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 16.5.2003. Sem alterações.
155	Portaria nº 92/PGF/AGU, de 1º de abril de 2003.	CONTENCIOSO. Dispõe sobre a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pela Procuradoria-Geral Federal.	D.O de 2.4.2003. Sem alterações.
156	Portaria nº 86/PGF/AGU, de 31 de março de 2003.	CONTENCIOSO. Determina que as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais, Procuradorias Federais Especializadas, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das fundações e autarquias federais, inclusive as especiais, se abstenham de fixar em âmbito interno, qualquer orientação relativa ao não ajuizamento de ações ou interposições de recursos judiciais com base em jurisprudência de tribunais.	D.O de 1.4.2003. Sem alterações.

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO			
GERAL	ATO/NÚMERO/DATA	EMENTA/ASSUNTO/VERBETE	PUBLICAÇÃO

I - Portaria			
1	PORTARIA PGU Nº 16, DE 21 DE JULHO DE 2020	Disciplina a realização de pesquisas auxiliares nas execuções e cumprimentos de sentença em face da União, bem como os procedimentos aplicáveis na análise de conformidade das requisições de pagamento.	Diário Oficial da União (DOU) 21/07/2020
2	PORTARIA PGU Nº 14, DE 13 DE JULHO DE 2020.	Regulamenta o procedimento para a transação por proposta individual do devedor dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.	Diário Oficial da União (DOU) 14/07/2020
3	PORTARIA PGU Nº 10, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta o art. 8º, caput, da Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016, com a redação dada pela Portaria AGU nº 160, de 6 de maio de 2020, dispondo sobre a dispensa de atos processuais, na fase de execução.	Boletim de Serviço (BS) 29/06/2020
4	PORTARIA PGU Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, o procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais ou a prevenir a propositura destas, relativamente a débitos da União.	Diário Oficial da União (DOU) 12/06/2020
5	PORTARIA PGU Nº 9, DE 03 DE JUNHO DE 2020	Define a organização e competências do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União e dos Núcleos Executivos de Cálculos e Perícias.	Boletim de Serviço (BS) 08/06/2020
6	PORTARIA PGU Nº 8, DE 02 DE JUNHO DE 2020	Reestrutura o Grupo de Atuação em Assuntos Internacionais - GATAI, criado pela Portaria PGU nº 3, de 3 de novembro de 2011, e modificado pela Portaria PGU nº 22, de 14 de novembro de 2019.	Boletim de Serviço (BS) 03/06/2020
7	PORTARIA PGU Nº 2, DE 30 DE JANEIRO DE 2020	Torna sem efeito a Portaria nº 01, de 13 de janeiro de 2020, publicada no BSE Nº 02, de 16 de janeiro de 2020.	Boletim de Serviço (BS) 30/01/2020
8	PORTARIA PGU Nº 20, DE 07 DE AGOSTO DE 2020.	Altera a Portaria nº 1, de 1º de março de 2017 (Estabelece parâmetros mínimos para a elaboração de cálculos).	Boletim de Serviço (BS)
9	PORTARIA PGU Nº 22, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019	Reestrutura o Grupo de Atuação em Assuntos Internacionais - GATAI.	Boletim de Serviço (BS) 18/11/2019
10	PORTARIA PGU Nº 18, DE 30 DE JULHO DE 2019	Estabelece diretrizes para o cadastramento, controle e gestão do acervo de procedimentos extrajudiciais relativos às matérias de atuação dos Grupos Regionais de Atuação Proativa - GRAPs.	Boletim de Serviço (BS) 31/07/2019
11	PORTARIA PGU Nº 16, DE 25 DE JULHO DE 2019	Regulamenta o funcionamento das Centrais de Negociação	Boletim de Serviço (BS) 29/07/2019
12	PORTARIA PGU Nº 15, DE 24 DE JUNHO DE 2019	Revoga atos da Procuradoria-Geral da União em atendimento ao art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.	Boletim de Serviço (BS) 24/06/2019



13	PORTARIA PGU Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 2019	Institui Comissões Temáticas no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 24/06/2019
14	PORTARIA PGU Nº 13, DE 24 DE JUNHO DE 2019	Institui o Comitê de Governança e Gestão Estratégica no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 24/06/2019
15	PORTARIA PGU Nº 12, DE 22 DE MAIO DE 2019	Altera a Portaria PGU nº 04, de 2 de agosto de 2016 para transferir a Coordenação Nacional do NUCRE ao Diretor do Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos da PGU, e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 22/05/2019
16	PORTARIA PGU Nº 11, DE 16 DE MAIO DE 2019	Disciplina o fluxo, no âmbito da Procuradoria-Geral da União - PGU, para o encaminhamento de processos administrativos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e para a apreciação de processos oriundos da CCAF.	Boletim de Serviço (BS) 16/05/2019
17	PORTARIA PGU Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 2019	Reestrutura o Grupo Permanente de Atuação Proativa da Procuradoria-Geral da União, criando, no âmbito das Procuradorias Regionais da União, os Grupos Regionais de Atuação Proativa - GRAPs.	Diário Oficial da União (DOU) 16/05/2019
18	PORTARIA PGU Nº 11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018	Institui diretrizes, estabelece objetivos e define competências para a gestão de riscos da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 17/12/2018
19	PORTARIA PGU Nº 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018	Dispõe sobre a propositura de acordos judiciais em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso com fundamento na Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016, e dá outras providências.	Diário Oficial da União (DOU) 14/12/2018
20	PORTARIA PGU Nº 10, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018	Institui diretrizes, estabelece objetivos e define competências para a gestão do conhecimento da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 04/12/2018
21	PORTARIA PGU Nº 09, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018	Disciplina os procedimentos relativos à aplicação e efetivação da pena de perdimento prevista no art. 91 do Código Penal, decorrentes da atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução.	Diário Oficial da União (DOU) 03/12/2018
22	PORTARIA PGU Nº 08, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018	Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral da União, o Grupo de Ajuizamento decorrente de Acordos de Leniência - GRAAL	Boletim de Serviço (BS) 08/11/2018
23	PORTARIA PGU Nº 07, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018	Dispõe sobre a atuação dos Advogados da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da União - PGU e seus órgãos de execução, em inquéritos policiais e processos judiciais criminais.	Diário Oficial da União (DOU) 07/11/2018
24	PORTARIA PGU Nº 05, DE 16 DE AGOSTO DE 2018	Revoga o § 2º do art. 6º da Portaria PGU nº 4, de 2014 e dá outras providências.	Diário Oficial da União (DOU) 18/09/2018
25	PORTARIA PGU Nº 06, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018	Dispõe sobre a implantação e utilização do módulo SAPIENS DÍVIDA no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Diário Oficial da União (DOU) 06/08/2018
26	PORTARIA PGU Nº 04, DE 15 DE MAIO DE 2018	Disciplina os procedimentos relativos ao recolhimento de créditos da União, decorrentes da atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução.	Diário Oficial da União (DOU) 22/05/2018
27	PORTARIA PGU Nº 03, DE 20 DE ABRIL DE 2018	Institui o modelo de gestão judicial da Procuradoria-Geral Da União.	Boletim de Serviço (BS) 23/04/2018
28	PORTARIA PGU Nº 02, DE 13 DE ABRIL DE 2018	Institui diretrizes e define competências para a gestão de processos de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 16/04/2018
29	PORTARIA PGU Nº 01, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018	Regula, no âmbito da Procuradoria-Geral da União, os procedimentos e diligências a serem adotados para localização de bens e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 05/02/2018
30	PORTARIA PGU Nº 13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE ENVIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO PARA REALIZAÇÃO DE ACORDOS OU TRANSAÇÕES EM JUÍZO EM MATÉRIA DE DÉBITOS E CRÉDITOS DE EMPRESAS PÚBLICAS FEDERAIS DEPENDENTES, NOS TERMOS DA LEI Nº 9469/97.	Boletim de Serviço (BS) 18/12/2017
31	PORTARIA PGU Nº 11, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE A COORDENAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO (PGU).	Boletim de Serviço (BS) 11/12/2017
32	PORTARIA PGU Nº 10, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO (PGU) E DE SUAS UNIDADES DE EXECUÇÃO NAS AÇÕES JUDICIAIS REFERENTES AO SEGURO HABITACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.	Boletim de Serviço (BS) 17/10/2017
33	PORTARIA PGU Nº 09, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE SOLICITAÇÕES DE PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS DECORRENTES DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA UNIÃO.	Boletim de Serviço (BS) 16/10/2017
34	PORTARIA PGU Nº 08, DE 13 DE JULHO DE 2017	ALTERA A REDAÇÃO DO ART 14 DA PORTARIA PGU Nº 04, DE 18 DE MAIO DE 2017.	Boletim de Serviço (BS) 17/07/2017
35	PORTARIA PGU Nº 06, DE 31 DE MAIO DE 2017	DISCIPLINA, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, O PROCEDIMENTO PARA O PROTESTO DE TÍTULOS.	Boletim de Serviço (BS) 12/06/2017
36	PORTARIA PGU Nº 05, DE 19 DE MAIO DE 2017	INSTITUI O MODELO SETORIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO.	Boletim de Serviço (BS) 22/05/2017
37	PORTARIA PGU Nº 04, DE 18 DE MAIO DE 2017	DISCIPLINA, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO E DE SEUS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO, OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS.	Boletim de Serviço (BS) 22/05/2017
38	PORTARIA PGU Nº 03, DE 09 DE MAIO DE 2017	DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA OS PGU Nº 06, DE 1º DE OUTUBRO DE 2013, PARA O SUBPROCURADOR-GERAL DA UNIÃO.	Boletim de Serviço (BS) 15/05/2017
39	PORTARIA PGU Nº 02, DE 03 DE MARÇO DE 2017	ESTABELECE NOVA SISTEMÁTICA DE ATUAÇÃO DA FORÇA TAREFA CONSTITUÍDA PELA PORTARIA PGU Nº 02, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015, REFERENTE AO PROCESSO N" 00416.002644/2015-45 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Boletim de Serviço (BS) 06/03/2017
40	PORTARIA PGU Nº 01, DE 1º DE MARÇO DE 2017	DISPÕE SOBRE OS PARÂMETROS PARA SOLICITAÇÃO/ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS PELO DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS E NÚCLEOS DE CÁLCULOS E PERÍCIAS.	Boletim de Serviço (BS) 06/03/2017
41	PORTARIA PGU Nº 04, DE 02 DE AGOSTO DE 2016	INSTITUI, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, O NÚCLEO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA EM CASOS REPETITIVOS (NUCRE).	Boletim de Serviço (BS) 27/06/2017
42	PORTARIA PGU Nº 06, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016	DELEGA A COMPETÊNCIA ESTABELECIDA NO ART. 8º DA PORTARIA AGU Nº 487, DE 27 DE JULHO DE 2016.	Boletim de Serviço (BS) 26/12/2016
43	PORTARIA PGU Nº 05, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016	INSTITUI A COORDENAÇÃO NACIONAL DE REPRESENTAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO.	Boletim de Serviço (BS) 26/12/2016
44	PORTARIA Nº06-DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016	Delega a competência estabelecida no art. 8º da Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016.	Boletim de Serviço (BS) 23/12/2016
45	PORTARIA N. 04, DE 02 DE AGOSTO DE 2016	INSTITUI, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, O NÚCLEO DE ATUAÇÃO EST	Boletim de Serviço (BS) 08/08/2016
46	PORTARIA PGU Nº 03, DE 19 DE JULHO DE 2016	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO E DE SEUS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO, AS MEDIDAS JUDICIAIS DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA DESFAVORÁVEL À UNIÃO POSTERIORMENTE REVERTIDA.	Boletim de Serviço (BS) 25/07/2016
47	PORTARIA PGU Nº 01, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016	INSTITUI AS "EQUIPES VIRTUAIS DE ALTO DESEMPENHO" NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO POR RESULTADOS DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO.	Boletim de Serviço (BS) 29/02/2016
48	PORTARIA PGU Nº 02, DE 12 DE MAIO DE 2016	DISCIPLINA À ATUAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA PGU E DE SEUS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO, NOS PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, VISANDO À COBRANÇA DOS CRÉDITOS EM FAVOR DO TESOUREIRO NACIONAL OU DO FUNDO PARTIDÁRIO, EM PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS.	Boletim de Serviço (BS)
49	PORTARIA PGU Nº 01, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015	DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO RECOLHIMENTO DE CRÉDITOS DA UNIÃO, DECORRENTES DA ATUAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA PGU E DE SEUS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAIS GERAIS E CÓDIGOS DA PORTARIA SGA Nº 130/2015	Boletim de Serviço (BS) 13/10/2015
50	PORTARIA Nº 04, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014	DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DE REGISTROS NO CADIN, REFERENTES AOS DEVEDORES OU RESPONSÁVEIS POR CRÉDITOS DA UNIÃO DECORRENTES DE MULTAS ADMINISTRATIVAS APLICADAS PELO TCU, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DEMAIS ÔNUS PROCESSUAIS	Diário Oficial da União (DOU) 22/12/2014



51	PORTARIA Nº 03, DE 05 DE AGOSTO DE 2014	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA PGU, AS MEDIDAS DE ESTÍMULO À LIQUIDAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO, PREVISTAS NO ART. 8º-A DA LEI Nº 11.775/2008, ALTERADO PELA LEI Nº 13.001/214, PARA AS DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL	Diário Oficial da União (DOU) 12/08/2014
52	PORTARIA Nº 02, DE 02 DE ABRIL DE 2014	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PGU, A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS COM A FINALIDADE DE SUSPENDER OU TERMINAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES JUDICIAIS, OU AINDA, PREVENIR A PROPOSITURA DESTAS, RELATIVAMENTE A CRÉDITOS DA UNIÃO	Diário Oficial da União (DOU) 11/04/2014
53	PORTARIA Nº 01, DE 11 DE MARÇO DE 2014	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, AS MEDIDAS DE ESTÍMULO À LIQUIDAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO, PREVISTAS NO ART. 8º-B DA LEI Nº 12.844/2013, ACRESCIDO PELA LEI Nº 12.872/2013	Diário Oficial da União (DOU) 13/03/2014
54	PORTARIA Nº 03-16-DEZEMBRO-2013	Dispõe sobre o lançamento de registros de inclusões, exclusões, suspensões, reativações ou alterações no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais.	Boletim de Serviço (BS) 16/12/2013
55	PORTARIA PGU Nº 01 03-MAIO-2013	Regulamenta, no âmbito de Procuradoria-Geral da União, as medidas de estímulo à liquidação ou renegociação.	Boletim de Serviço (BS) 03/05/2013
56	PORTARIA PGU Nº 02, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012 (alterada pela Portaria PGU nº 16, de 25 de julho de 2019)	Dispõe sobre a criação das Centrais de Negociação - CN no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS)
57	Portaria nº 003 de 03 de Novembro de 2011	Dispõe sobre a criação do Grupo de Assuntos Internacionais (GATAI)	Diário Oficial da União (DOU) 03/11/2011
58	Portaria nº 002 de 14 de junho de 2011	Dispõe sobre a Subdelegação aos Procuradores Regionais, Procuradores Chefes e Procuradores Seccionais da União da competência para afirmar acordo de cooperação com Tribunais, Juízos das Varas Federais.	Diário Oficial da União (DOU) 14/07/2011
59	Portaria nº 001 de 28 de janeiro de 2011	Estabelece os procedimentos a cargo da PGU para a apuração dos descontos adicionais para a liquidação ou renegociação de operações vinculadas ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - FASE II.	Diário Oficial da União (DOU) 31/01/2011
60	Portaria nº 012 de 15 de dezembro de 2009	Aprova o propósito e os princípios do Grupo Permanente constituído no âmbito da Procuradoria- Geral da União a partir da Portaria PGU nº 15/2008, publicada no Boletim de Serviço nº 39, de 26.9.2008	Boletim de Serviço (BS) 18/12/2009
61	Portaria nº 007 de 11 de setembro de 2009	Dispõe sobre a revisão do Manual de Procedimentos do Juizado Especial Federal, e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 11/09/2009
62	Portaria nº 004 de 28 de abril de 2009	Instala e regulamenta o Colégio de Procuradores Regionais da Procuradoria-Geral da União, entre outras deliberações.	Boletim de Serviço (BS) 30/04/2009
63	Portaria nº 003 de 02 de abril de 2009	Estabelece, no âmbito da PGU, procedimento prévio de coleta de informações para a atividade extrajudicial dos grupos permanentes de atuação proativa, instituídos pela Portaria do PGU nº 15, de 25 de setembro de 2008, e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 03/04/2009

II - Portaria Conjunta

64	PORTARIA CONJUNTA PGFN/PGU/PGBACEN Nº 24, DE 25 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pela Procuradoria-Geral da União e pela Procuradoria- Geral do Banco Central para operacionalizar a sucessão do Banco Central do Brasil pela União nas ac-ões judiciais em que o Banco Central do Brasil, na qualidade de gestor do fundo formado pelas reservas monetárias, criado pelo art. 12 da Lei no 5.143, de 20 de outubro de 1966, seja autor, réu, assistente, opoente ou terceiro interessado, com fundamento no art. 4o da Lei no 14.007, de 2 de junho de 2020.	Diário Oficial da União (DOU) 25/06/2020
65	PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2020	Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União - PGU e da Procuradoria- Geral Federal - PGF nas ações judiciais envolvendo a atividade de perícia médica e a carreira de Peritos Médicos.	Diário Oficial da União (DOU) 06/04/2020
66	PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019	Define os procedimentos para negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito da Controladoria-Geral da União e dispõe sobre a participação da Advocacia-Geral da União.	Diário Oficial da União (DOU) 03/10/2019
67	PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 9 DE AGOSTO DE 2019	Define os procedimentos para negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito da Controladoria-Geral da União e dispõe sobre a participação da Advocacia-Geral da União.	Diário Oficial da União (DOU) 13/08/2019
68	PORTARIA CONJUNTA Nº 03, DE 19 DE JUNHO DE 2019	Disciplina a estruturação e o funcionamento do Núcleo Especializado em Arbitragem.	Boletim de Serviço (BS) 24/06/2019
69	PORTARIA PGU-CGU Nº 03, DE 19 DE JUNHO DE 2019	Disciplina a estruturação e o funcionamento do Núcleo Especializado em Arbitragem.	Boletim de Serviço (BS)
70	PORTARIA PGU-CGU Nº 03, DE 6 DE AGOSTO DE 2018	Altera a Portaria Conjunta PGU/CGU nº 2, de 12 de abril de 2018.	Boletim de Serviço (BS) 06/08/2018
71	PORTARIA PGU-CGU Nº 02, DE 12 DE ABRIL DE 2018	Disciplina a atuação dos órgãos que especifica no procedimento de arbitragem nº 23433/GSS	Diário Oficial da União (DOU) 12/04/2018
72	PORTARIA CONJUNTA CGU-PGU Nº 02, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017	Dispõe sobre o fluxo de informações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Da União e a Consultoria Jurídica Junto Ao Ministério Da Saúde.	Boletim de Serviço (BS) 18/12/2017
73	PORTARIA CONJUNTA CGU-PGU-PGF Nº 01, DE 21 DE AGOSTO DE 2017	Altera o art. 6º da Portaria Conjunta CGU-PGU-PGF nº 001, de 23 de março de 2016.	Boletim de Serviço (BS) 29/08/2017
74	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGF Nº 01, DE 09 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Da União - PGU E Da Procuradoria-Geral Federal - PGF nas ações judiciais que versem sobre matérias afetas ao fundo de financiamento estudantil- FIES.	Boletim de Serviço (BS) 15/05/2017
75	PORTARIA CONJUNTA CGU-PGU-PGF Nº 01, DE 23 DE MARÇO DE 2016	Estabelece a forma de comunicação para pedido de informações e de cumprimento de decisões judiciais entre os órgãos de contenciosos e de consultivo da AGU por meio do sistema AGU de inteligência jurídica (sistema SAPIENS).	Boletim de Serviço (BS) 04/04/2016
76	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGFN-STN-MME-ANEEL Nº 02, DE 23 DE MAIO DE 2016	Dispõe sobre a atuação das procuradorias vinculadas à PGU nas ações judiciais e as atribuições dos demais órgãos quanto à adoção de providências administrativas relacionadas à cobrança do adicional tarifário de que trata o art. 1º da Lei nº 10.438/02.	Boletim de Serviço (BS)
77	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGF Nº 01, DE 30 DE MARÇO DE 2016	Dispõe sobre procedimentos para a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Da União -PGU e da Procuradoria-Geral Federal PGF, nos feitos envolvendo a complementação de aposentadoria dos ferroviários de que trata a Lei 8.186/91.	Boletim de Serviço (BS)
78	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGF Nº 02, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014	Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da PGU e da PGF na representação judicial da União e do INSS, em decorrência da edição da lei nº 11.457/2007, no tocante à extinta carreira de Auditor Fiscal Da Previdência Social	Boletim de Serviço (BS) 08/09/2014
79	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGFN Nº 01, DE 05 DE JUNHO DE 2014	Dispõe sobre a competência da Procuradoria-Geral Da União e da Procuradoria-Geral Da Fazenda Nacional para a representação da União nas ações envolvendo crédito originário de operações afetas ao programa especial de saneamento de ativos (PESA)	Diário Oficial da União (DOU) 11/06/2014
80	PORTARIA CONJUNTA PGU-PGF Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014	Dispõe sobre a atuação da PGU e da PGF na representação judicial da União e do Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação - FNDE, nas ações referentes à malversação dos recursos do FUNDEB e do FUNDEF	Diário Oficial da União (DOU) 17/02/2014
81	PORTARIA CONJUNTA Nº 01 DE 30 DE ABRIL DE 2013-PGU-PGF-AGU	Altera os arts. 2º e 3º da Portaria Conjunta n.º 001, de 02 de agosto de 2010-PGU/PGF/AGU.	Boletim de Serviço (BS) 30/04/2013
82	PORTARIA CONJUNTA PGU/PGFN Nº 003, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010	representação judicial da União nas ações relativas a créditos de natureza não tributária	
83	PORTARIA CONJUNTA PGU/PGF Nº 1, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007, ALTERADA PELA PORTARIA PGU/PGF Nº 138, DE 6 DE SETEMBRO DE 2012	Dispõe sobre a representação judicial da União, do DNIT e do IPHAN nas ações que envolvam a RFFSA	
84	Portaria Conjunta PGU-PGF nº 002 de 22 de dezembro de 2009	Dispõe sobre procedimentos para a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral da União - PGU e da Procuradoria- Geral Federal PGF, nos feitos envolvendo a complementação de aposentadoria dos ferroviários de que trata a Lei 8.186/91	Boletim de Serviço (BS) 24/12/2009
85	Portaria Conjunta PGU-EAGU nº 001-2008	Constitui Núcleo Setorial de Gestão Estratégica a Procuradoria-Geral da União para orientar e acompanhar a implementação das ações do plano estratégico e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 08/08/2008

III - Ordem de Serviço

86	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 05, DE 30 DE ABRIL DE 2019	Dispõe sobre a comunicação com outros órgãos e entidades pelos meios necessários ao atendimento de demandas jurídicas.	Boletim de Serviço (BS) 06/05/2019
87	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 01, DE 14 DE JANEIRO DE 2019	Dispõe sobre a regulamentação do ar. 14 da Portaria AGU n" 487/2016, no âmbito da Procuradoria-Geral da União, disciplinado os procedimentos para registro no SAPIENS da atuação dos Advogados da União ...	Boletim de Serviço (BS) 14/01/2019



88	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 05, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018	Altera a Ordem de Serviço nº 21, de 24 de novembro de 2010, para tratar sobre ingresso no feito e defesa em mandados de segurança contra ato judicial praticado em processo no qual a União não figura como parte ou interveniente.	Boletim de Serviço (BS) 19/09/2018
89	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 03, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DESTINADO À CONSOLIDAÇÃO DE ATOS E MANIFESTAÇÕES E À ELABORAÇÃO DO BANCO DE ATOS E ORIENTAÇÕES DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - GT ATOS.	Boletim de Serviço (BS) 28/11/2017
90	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 01, DE 06 DE MARÇO DE 2017	ALTERA OS ARTIGOS 4º E 9º DA ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 10/2008, PUBLICADA NO BOLETIM DE SERVIÇO Nº 13, DE 28 DE MARÇO DE 2008	Boletim de Serviço (BS) 13/03/2017
91	ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 DE 06 DE MARÇO DE 2017	Altera os artigos 4º e 9º da Ordem de Serviço PGU nº 10/2008, publicada no Boletim de Serviço nº 13, de 28 de março de 2008.	Boletim de Serviço (BS) 06/03/2017
92	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 03, DE 25 DE JUNHO DE 2015	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE ORIENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDAS NO ÂMBITO DOS DEPARTAMENTOS DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO	Boletim de Serviço (BS) 29/06/2015
93	ORDEM DE SERVIÇO PGU Nº 02, DE 07 DE ABRIL DE 2015	ESTABELECE ENUNCIADOS DE ORIENTAÇÃO PARA ATUAÇÃO DO GRUPO PERMANENTE DE ATUAÇÃO PROATIVA E ALTERAÇÕES EM DISPOSITIVOS DA OS/PGU Nº 64/2007 E DA OS/PGU Nº 02/2012	Boletim de Serviço (BS) 13/04/2015
94	ORDEM DE SERVIÇO Nº 06 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013	Delega competência ao Subprocurador-Geral da União na forma que especifica.	Boletim de Serviço (BS) 01/10/2013
95	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02. DE 24 DE ABRIL DE 2013	Dispõe sobre a elaboração, a organização, a divulgação e a atualização das orientações da Procuradoria-Geral da união aos seus Órgãos de execução na Representação judicial da União e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 24/04/2013
96	ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, DE 19 DE ABRIL DE 2013	Dispõe sobre procedimentos referentes ao conhecimento e à comunicação de decisões judiciais pelos órgãos de representação judicial de União aos órgãos de representação judicial.	Boletim de Serviço (BS) 19/04/2013
97	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 2012	Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e dos órgãos de execução subordinados, os procedimentos relativos ao processamento de crédito da União decorrentes de acórdãos do Tribunal de Contas da União.	Boletim de Serviço (BS) 15/06/2012
98	ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, DE 17 DE ABRIL DE 2012	Estabelece critérios gerais para a distribuição de processos judiciais e administrativos no âmbito dos Departamentos da Procuradoria-Geral da União e dá outras providências.	Boletim de Serviço (BS) 17/04/2012
99	Ordem de Serviço nº 11 de 21 de julho de 2011	Dispõe sobre a Subdelegação aos Procuradores Regionais, Procuradores Chefes e Procuradores Seccionais da União da competência para afirmar acordo de cooperação com Tribunais, Juízos das Varas Federais.	Boletim de Serviço (BS) 22/07/2011
100	Ordem de Serviço nº 06 de 29 de Abril de 2011	Altera a Ordem de Serviço nº 16, de 15 de abril de 2008, que regulamenta as atribuições dos Diretores e dos Coordenadores Gerais dos Departamentos da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 29/04/2011
101	Ordem de Serviço nº 009 de 13 de agosto de 2009	Delega aos Procuradores Regionais e Procuradores Chefes da União a atribuição de autorizar acordo de parcelamento, em juízo, de créditos da União não superiores a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e dá outras providências .	Boletim de Serviço (BS) 24/08/2009
102	Ordem de Serviço nº 010 de 17 de agosto de 2009	Regulamenta a defesa de órgãos públicos federais despersonalizados do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, com capacidade judiciária, pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 21/08/2009
103	Ordem de Serviço nº 006 de 05 de junho de 2009	Dispões sobre a atuação da Procuradoria-Geral da União e seus órgãos nas ações judiciais que visem à erradicação do trabalho em condições análogas à de escravo .	Boletim de Serviço (BS) 05/06/2009
104	Ordem de Serviço nº 005 de 30 de abril de 2009	Dispõe sobre a atuação da Advocacia-Geral da União nas ações propostas em desfavor de organismos internacionais e Estados estrangeiros.	Boletim de Serviço (BS) 08/05/2009
105	Ordem de Serviço nº 004 de 20 de abril de 2009	Delega competência para solicitação e participação em audiências com membros de Tribunais Superiores para tratar de assuntos referentes a processos judiciais, conforme disciplina a Portaria AGU nº 1.862, de 31 de dezembro de 2008	Boletim de Serviço (BS) 24/04/2009
106	Ordem de Serviço nº 30 de 24 de outubro de 2008	Estabelece normas e rotinas em relação às correspondências oficiais no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 31/10/2008
107	Ordem de Serviço nº 26 de 22 de julho	Subdelega aos Procuradores-Regionais e Procuradores-Chefes da União a atribuição de autorizar a proposta de acordo de parcelamento, em juízo, de créditos da União inferiores a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).	Boletim de Serviço (BS) 25/07/2008
108	Ordem de Serviço nº 24 de 27 de junho de 2008	Estabelece critérios para distribuição de mandados judiciais e processos extrajudiciais e dispõe sobre outras providências no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 27/06/2008
109	Ordem de Serviço nº 10 de 25 de março de 2008	Regulamenta a celebração de termos de ajustamento de conduta nas lides que envolvam interesse público da União, nos termos dos artigos 11, inciso XV, 14, inciso XIV, e 17, inciso VI, alínea "c", do Ato Regimental nº 5, de 19 de junho de 2002.	Boletim de Serviço (BS) 28/03/2008
110	Ordem de Serviço nº 067 de 07 de dezembro de 2007	Regulamenta o ajuizamento de ações civis públicas e ações de Improbidade, bem como a intervenção da União nessas ações e nas populares.	Boletim de Serviço (BS) 14/12/2007
111	Ordem de Serviço nº 064 de 07 de dezembro de 2007	Regulamenta o ajuizamento de ações civis públicas e ações de improbidade, bem como a intervenção da União nessas ações e nas populares.	Boletim de Serviço (BS) 14/12/2007
112	Ordem de Serviço nº 035 de 20 de junho de 2007	Estabelece procedimentos no âmbito das Unidades de execução desta Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 22/06/2007
113	Ordem de Serviço nº 034 de 20 de junho de 2007	Estabelece procedimentos no âmbito desta Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 22/06/2007
114	Ordem de Serviço nº 027 de 29 de maio de 2007	Delega competências no âmbito da Procuradoria-Geral da União para decidir sobre a intervenção ou não em ação civil pública, popular e de improbidade administrativa.	Boletim de Serviço (BS) 29/05/2007
115	Ordem de Serviço nº 020 de 02 de maio de 2007	Delega competências no âmbito da Procuradoria-Geralda União.	Boletim de Serviço (BS) 04/05/2007
116	Ordem de Serviço nº 025 de 21 de novembro de 2006	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pela Portaria nº 1.053, de 08 de novembro de 2006.	Boletim de Serviço (BS) 24/11/2006
117	Ordem de Serviço nº 003 de 09 de março de 2006	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a necessidade de delegar atribuições no âmbito desta Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 10/03/2006
118	Ordem de Serviço nº 001 de 13 de fevereiro de 2006	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a necessidade de dinamizar a inserção de peças de orientação.	Boletim de Serviço (BS) 17/02/2006
119	Ordem de Serviço nº 002 de 16 de fevereiro de 2006	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a necessidade de disciplinar o encaminhamento das peças judiciais ao gabinete desta PGU.	Boletim de Serviço (BS) 16/02/2006
120	Ordem de Serviço nº 003 de 25 de maio de 2005	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a necessidade de disciplinar a divulgação de matérias e notícias desta PGU.	Boletim de Serviço (BS) 27/05/2008
121	Ordem de Serviço nº 007 de 30 de novembro de 2005	Dispõe sobre delegação de atribuições, no âmbito da Procuradoria-Geral da União.	Boletim de Serviço (BS) 30/11/2005
122	Ordem de Serviço nº 005 de 27 de setembro de 2005	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com o objetivo de aprimorar o controle prévio das ações relevantes, e considerando a necessidade de divisão dos trabalhos para esse fim.	Boletim de Serviço (BS) 30/09/2005
123	Ordem de Serviço nº 004 de 15 de setembro de 2005	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 5º do Decreto nº 2.839, de 06 de novembro de 1998.	Boletim de Serviço (BS) 16/09/2005
124	Ordem de Serviço nº 002 de 11 de maio de 2005	O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando a necessidade de disciplinar a divulgação de matérias e notícias desta PGU.	Boletim de Serviço (BS) 11/05/2005
125	Ordem de Serviço nº 001 de 14 de maio de 2003	Dispõe sobre os procedimentos relativos a Portaria nº 87/AGU, de 17/02/2003.	Boletim de Serviço (BS) 16/05/2003
126	Ordem de Serviço nº 003 de 17 de setembro de 1999	Visando a alcançar maior racionalização de serviços e melhor aproveitamento de recursos humanos.	Boletim de Serviço (BS) 20/09/1999



CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO			
GERAL	ATO/ NÚMERO	EMENTA/ ASSUNTO/ VERBETE	DATA
I. Ordens de Serviço			
1	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Dispõe sobre o juízo de admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito das Câmaras Locais de Conciliação, quando a questão controvertida for de interesse local e não tiver repercussão nacional.	15/03/2019
2	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Estabelece critérios complementares para a aplicação da Portaria nº 45, de 7 de dezembro de 2016, da Consultoria-Geral da União, no âmbito da Coordenação de Contencioso Administrativo do Departamento de Assuntos Extrajudiciais.	19/09/2018
3	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos - Decor da Consultoria-Geral da União.	17/08/2018
4	Ordem de Serviço CGU Nº 1	CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999; CONSIDERANDO o disposto na Portaria n. 1.399/AGU, de 5 de outubro de 2009; CONSIDERANDO a necessidade de eficiência no trato das questões sujeitas ao exame e à atuação do Departamento de Assuntos Extrajudiciais, o que demanda afastar atuações sobrepostas desnecessárias.	20/04/2018
5	Ordem de Serviço CGU Nº 3	Divulgar novo procedimento de digitalização de documentos a serem incluídos no Sapiens.	16/02/2018
6	Ordem de Serviço CGU Nº 4	Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Assessoria Especializada, integrante da Consultoria da União da Consultoria-Geral da União.	31/07/2017
7	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Dispõe sobre a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	10/03/2017
8	Ordem de Serviço CGU Nº 10	Fica revogada a Ordem de Serviço nº 8/CGU/AGU, de 5 de agosto de 2016, publicada no Boletim de Serviço nº 32, do dia 8 seguinte, p. 7.	18/10/2016
9	Ordem de Serviço CGU Nº 8	Designar o Dr. Daniel Pereira de Franco, Consultor da União, para responder pelo Núcleo de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria-Geral da União.	05/08/2016
10	Ordem de Serviço CGU Nº 7	Designar o Dr. Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos, Consultor da União, para atuar como Coordenador:	26/07/2016
11	Ordem de Serviço CGU Nº 3	Delega aos Coordenadores-Gerais do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos a análise das manifestações referentes a solicitações de subsídios e reiteração de entendimentos anteriormente adotados pela Consultoria-Geral da União.	27/06/2016
12	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Dispõe sobre os critérios de distribuição de processos no âmbito do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União.	02/03/2016
13	Ordem de Serviço CGU Nº 2	Delega ao Diretor Substituto do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos a análise das manifestações referentes a solicitações de subsídios e reiteração de entendimentos anteriormente adotados pela Consultoria-Geral da União.	02/03/2016
14	Ordem de Serviço CGU Nº 1	*REPUBLICADA CONFORME SOLICITAÇÃO DO NÚCLEO DE ASSUNTOS MILITARES DA CONSULTORIA- GERAL DA UNIÃO NÚCLEO DE ASSUNTOS MILITARES	23/02/2016
15	Ordem de Serviço CGU Nº 1	O gerenciamento dos prazos referido no item 1 do Guia do Fluxo Consultivo observará as seguintes orientações adicionais no âmbito do Nami-CGU	23/02/2016
16	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Delega as competências que especifica aos advogados integrantes do Núcleo de Assuntos Militares e Nami e aos responsáveis por assessorar o Gabinete da Consultoria-Geral da União.	01/10/2015
17	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Institui o Prêmio Boas Práticas Consultivas no âmbito da Consultoria-Geral da União (CGU)	11/11/2014
18	Ordem de Serviço CGU Nº 8	DECOR -Fica delegada aos Coordenadores-Gerais do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos - Decor a competência para aprovar as manifestações destinadas a:	20/10/2014
19	Ordem de Serviço CGU Nº 3	Altera a Portaria CGU nº 1, de 4 de março de 2011, que "Regulamenta a utilização do Sistema Consultoria (SISCON), pelo Órgão de Direção e pelos Órgãos de Execução da Consultoria-Geral da União".	24/07/2013
20	Ordem de Serviço CGU Nº 3	Institui o cadastro de Advogados da União da Consultoria-Geral da União ad hoc, para execução de trabalhos excepcionais em colaboração com a Sede Central do Órgão Consultivo.	01/03/2013
21	Ordem de Serviço CGU Nº 2	Cria o Núcleo de Assuntos Militares Estratégicos - NAME da Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro - CJU/RJ.	14/05/2012
22	Ordem de Serviço CGU Nº 1	Disciplina os critérios de pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	17/02/2012
II - Portarias			
23	Portaria CGU Nº 21	Dispõe sobre nova designação e a prorrogação da colaboração com a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para prestação de consultoria e assessoramento jurídicos no que concerne às ações da referida Pasta Governamental de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19, de que tratam as Portarias nº 10, de 20 de março de 2020, e nº 13, de 23 de março de 2020.	29/06/2020
24	Portaria CGU Nº 20	Dispõe sobre a prorrogação da colaboração com a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para prestação de consultoria e assessoramento jurídicos no que concerne às ações da referida Pasta Governamental de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19, de que tratam as Portarias nº 10, de 20 de março de 2020, e nº 13, de 23 de março de 2020.	25/06/2020
25	Portaria CGU Nº 17	Dispõe sobre a prorrogação da colaboração com a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para prestação de consultoria e assessoramento jurídicos no que concerne às ações da referida Pasta Governamental de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19, de que tratam as Portarias nº 10, de 20 de março de 2020, e nº 13, de 23 de março de 2020.	25/05/2020
26	Portaria CGU Nº 16	Dispõe sobre a prorrogação da colaboração com a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, para prestação de consultoria e assessoramento jurídicos no que concerne às ações da referida Pasta Governamental de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19, de que tratam as Portarias nº 10, de 20 de março de 2020, e nº 13, de 23 de março de 2020.	29/04/2020
27	Portaria CGU Nº 12	Classifica, no âmbito da Consultoria-Geral da União e seus órgãos de execução, como de alta prioridade os processos de consultoria jurídica que envolvam, ainda que indiretamente, questões relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19 e fixa prazos para manifestação jurídica.	23/03/2020
28	Portaria CGU Nº 11	Altera a Portaria nº 42, de 25 de outubro de 2018, que disciplina os procedimentos relativos à representação extrajudicial da União, relativamente aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo federais, este restrito à Administração Direta, e às demais Funções Essenciais à Justiça, e de seus agentes públicos pela Consultoria-Geral da União e seus órgãos de execução.	20/03/2020
29	Portaria CGU Nº 8	Altera a Portaria nº 3, de 14 de junho de 2019, para modificar o quórum das sessões das Câmaras Nacionais no âmbito da Consultoria-Geral da União.	18/02/2020
30	Portaria CGU Nº 5	Designa os Coordenadores e respectivos substitutos das Consultorias Jurídicas da União Especializadas Virtuais (e-CJUs).	06/02/2020
31	Portaria CGU Nº 6	Subdelega a competência do Advogado-Geral da União, prevista no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 2017, delegada ao Consultor-Geral da União para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a celebração de termo de ajustamento de conduta.	06/02/2020
32	Portaria CGU Nº 1	Dispõe sobre a extinção da Câmara Local de Conciliação em São José dos Campos, e dá outras providências.	14/01/2020
33	Portaria CGU Nº 2	Constitui a Câmara Nacional de Direito Eleitoral (CNDE) e altera a Portaria nº 3, de 14 de junho de 2019.	14/01/2020



34	Portaria CGU Nº 10	Reorganiza as atividades desempenhadas pela Consultoria da União, de que tratam o parágrafo único do art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), o art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e o art. 8º do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 2007, e dá outras providências.	20/12/2019
35	Portaria CGU Nº 5	Dispõe sobre a estruturação, alimentação e fiscalização das páginas das Consultorias e Assessorias Jurídicas da União em Brasília e nos Estados, contidas na Intranet da Advocacia-Geral da União.	06/09/2019
36	Portaria CGU Nº 3	Dispõe sobre a constituição, o regimento e os procedimentos para funcionamento das Câmaras Nacionais de que trata o Ato Regimental nº 1, de 22 de março de 2019, e sobre a possibilidade de designação ad hoc de membro, lotado e em exercício na Consultoria-Geral da União (CGU) ou seus órgãos de execução, para exame e emissão de manifestação jurídica em processo submetido à CGU, e dá outras providências.	14/06/2019
37	Portaria CGU Nº 2	Revoga a Portaria nº 26, de 28 de junho de 2018, e a Portaria CGU nº 45, de 12 de dezembro de 2018, que tratam da Comissão Temática Temporária de Direito Eleitoral transformada em permanente, e revoga e altera dispositivos da Portaria nº 5, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporária no âmbito da Consultoria-Geral da União.	20/02/2019
38	Portaria CGU Nº 1	Reorganiza as atividades desempenhadas pela Consultoria da União, de que tratam o art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), o art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e o art. 8º do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 2007, e dá outras providências.	30/01/2019
39	Portaria CGU Nº 48	Aprova o Manual para Gestores Consultivos.	28/12/2018
40	Portaria CGU Nº 49	Revoga a Portaria CGU nº 51, de 28 de dezembro de 2017 e institui o painel de produtividade da Consultoria-Geral da União.	28/12/2018
41	Portaria CGU Nº 45	Altera a Portaria CGU nº 05, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a organização e funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias no âmbito da Consultoria-Geral da União, para atribuir natureza permanente à Comissão Temática Temporária de Direito Eleitoral, instituída pela Portaria CGU nº 26, de 28 de junho de 2018, e dá outras providências.	12/12/2018
42	Portaria CGU Nº 42	Disciplina os procedimentos relativos à representação extrajudicial da União, relativamente aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo federais, este restrito à Administração Direta, e às demais Funções Essenciais à Justiça, e de seus agentes públicos pela Consultoria-Geral da União e seus órgãos de execução. O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 1	25/10/2018
43	Portaria CGU Nº 33	" RETIFICAÇÃO No art. 1º da Portaria nº 33, de 20 de setembro de 2018, publicada no Boletim de Serviço, Ano XXV, nº 39, de 24 de setembro de 2018, página 14, onde se lê "Câmara Nacional de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF)", leia-se "Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF)". MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS" (Ano XXV - Nº 41, de 08 de outubro de 2018 Boletim de Serviço)	20/09/2018
44	Portaria CGU Nº 33	Delega competências ao Consultor-Geral da União Substituto, aos Diretores dos Departamentos e da Câmara Nacional de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, aos Consultores da União e ao Chefe de Gabinete do Consultor-Geral da União, e dá outras providências.	20/09/2018
45	Portaria CGU Nº 34	Reorganiza as atividades desempenhadas pela Consultoria da União, de que tratam o art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), o art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e o art. 8º do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 2007, e dá outras providências.	20/09/2018
46	Portaria CGU Nº 26	Constitui a Comissão Temática Temporária de Direito Eleitoral (CTEL) para uniformização de entendimentos jurídicos em matéria eleitoral.	28/06/2018
47	Portaria CGU Nº 2	Aprova as Normas Internas para o Trâmite e Distribuição de Processos, bem como elaboração de manifestações jurídicas, no âmbito da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo.	12/06/2018
48	Portaria CGU Nº 11	Altera a Portaria nº 5, de 09 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a organização e funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias no âmbito da Consultoria-Geral da União.	03/04/2018
49	Portaria CGU Nº 12	Acresce §§ 3º a 5º ao art. 4º da Portaria nº 5/CGU/AGU, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias no âmbito da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU) e dá outras providências	29/03/2018
50	Portaria CGU Nº 6	Institui o Programa de Distribuição Nacional da Consultoria-Geral da União.	09/02/2018
51	Portaria CGU Nº 34	Cria a Comissão Temática Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU); e altera a Portaria nº 5/CGU/AGU, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias no âmbito da CGU/AGU e dá outras providências.	02/08/2017
52	Portaria CGU Nº 26	Reorganiza as atividades desempenhadas no âmbito da Consultoria da União, de que tratam a alínea "b" do inciso II do art. 2º e o parágrafo único do art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), e o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e dá outras providências.	09/06/2017
53	Portaria CGU Nº 9	Estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de assessoramento jurídico da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, enquanto não estruturada a Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Direitos Humanos.	07/04/2017
54	Portaria CGU Nº 8	Altera e revoga dispositivos da Portaria nº 45/CGU/AGU, de 7 de dezembro de 2016, que disciplina a realização de atividades e atribuições funcionais fora das dependências físicas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU), na modalidade de trabalho remoto, pelos Membros da Advocacia-Geral da União em exercício nas unidades da sede da CGU/AGU, nas Consultorias Jurídicas dos Estados e do Município de São José dos Campos e nas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e órgãos equivalentes.	20/03/2017
55	Portaria CGU Nº 5	Dispõe sobre a organização e o funcionamento de Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias no âmbito da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU) e dá outras providências.	09/02/2017
56	Portaria CGU Nº 6	Revoga a Portaria nº 5/CGU/AGU, de 1º de março de 2016, que disciplina os trabalhos do Núcleo de Assessoramento Jurídico ao Exército Brasileiro da Consultoria-Geral da União (NAEX/CGU/AGU).	09/02/2017
57	Portaria CGU Nº 4	Constitui a Comissão Temporária de Licitações para Obras e Serviços de Engenharia no âmbito do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União (DECOR/CGU/AGU).	02/02/2017
58	Portaria CGU Nº 45	Disciplina a realização de atividades e atribuições funcionais fora das dependências físicas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU), na modalidade de trabalho remoto, pelos Membros da Advocacia-Geral da União em exercício nas unidades da sede da CGU/AGU, nas Consultorias Jurídicas dos Estados e do Município de São José dos Campos e nas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e órgãos equivalentes.	07/12/2016
59	Portaria CGU Nº 46	Altera a Portaria nº 36/CGU/AGU, de 4 de outubro de 2016, que estabelece critérios objetivos para a movimentação de Membros entre as unidades da sede da Consultoria-Geral da União, e dá outras providências.	07/12/2016
60	Portaria CGU Nº 24	Revoga a Portaria nº 2/CGU/AGU, de 11 de março de 2015, o art. 14-A da Portaria nº 13/CGU/AGU, de 24 de junho de 2015, e a Portaria nº 20/CGU/AGU, de 23 de novembro de 2015.	24/11/2016



61	Portaria CGU Nº 43	Revoga a Portaria nº 2/CGU/AGU, de 11 de março de 2015, o art. 14-A da Portaria nº 13/CGU/AGU, de 24 de junho de 2015, e a Portaria nº 20/CGU/AGU, de 23 de novembro de 2015.	24/11/2016
62	Portaria CGU Nº 40	Fica delegada competência à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a interlocução e a respectiva representação referente ao Processo nº 018.441/2016-5, de interesse da União, junto ao Tribunal de Contas da União.	25/10/2016
63	Portaria CGU Nº 39	Revoga a alínea "a" do inciso II do art. 2º da Portaria nº 5/CGU/AGU, de 6 de abril de 2015, e o inciso VII do art. 1º da Portaria nº 18/CGU/AGU, de 13 de junho de 2016.	18/10/2016
64	Portaria CGU Nº 37	Revoga o art. 4º da Portaria nº 5, de 6 de abril de 2015, que disciplina os trabalhos da Consultoria- Geral da União.	13/10/2016
65	Portaria CGU Nº 38	Delega competências ao Chefe de Gabinete da Consultoria-Geral da União.	13/10/2016
66	Portaria CGU Nº 30	Redefine a composição do Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC).	16/08/2016
67	Portaria CGU Nº 27	Define a composição dos membros suplentes da Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos, a que se refere o art. 6º do Ato Regimental nº 1/AGU, de 4 de fevereiro de 2016.	18/07/2016
68	Portaria CGU Nº 18	Fica delegada competência ao Consultor-Geral da União Substituto para orientar, coordenar e apreciar, em caráter conclusivo, as manifestações jurídicas e as atividades das seguintes unidades da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU):	13/06/2016
69	Portaria CGU Nº 17	Fica delegada competência ao Chefe de Gabinete do Consultor-Geral da União	09/06/2016
70	Portaria CGU Nº 16	Dispõe, nos termos do Ato Regimental AGU nº 1, de 4 de fevereiro de 2016, sobre o Regimento Interno da Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos.	28/04/2016
71	Portaria CGU Nº 15	Constitui no âmbito do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União 2 Decor/CGU as Comissões Temáticas Permanentes de Patrimônio e Serviço Público, de Assuntos de Servidor Público, de Procedimentos Administrativos Disciplinares, e da Ordem Social e Temas Residuais, altera e acrescenta disposições à Portaria CGU nº 10, de 2 de junho de 2015, e dá outras providências.	31/03/2016
72	Portaria CGU Nº 6	Define as sedes das Câmaras Regionais de Uniformização de Entendimentos Consultivos da Consultoria-Geral da União	03/03/2016
73	Portaria CGU Nº 7	Estabelece a composição da Comissão Permanente de Licitações e Contratos Administrativos 2 CPLCA, e a vincula à coordenação e supervisão do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (Decor) da Consultoria-Geral das União (CGU).	03/03/2016
74	Portaria CGU Nº 4	Disciplina o disposto nos arts. 13 e 14 do Ato Regimental AGU no 1, de 4 de fevereiro de 2016.	25/02/2016
75	Portaria CGU Nº 2	Altera o art. 3º da Portaria CGU n. 10, de 14 de maio de 2013, modificando a coordenação e a composição do Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos	19/02/2016
76	Portaria CGU Nº 16	Revoga o art. 5º da Portaria CGU nº 05, de 6 de abril de 2015.	18/12/2015
77	Portaria CGU Nº 20	Inclui dispositivo na Portaria nº 13, de 24de junho de 2015, do Consultor- Geral da União.	23/11/2015
78	Portaria CGU Nº 20	Inclui dispositivo na Portaria nº 13, de 24de junho de 2015, do Consultor- Geral da União.	23/11/2015
79	Portaria CGU Nº 20	Inclui dispositivo na Portaria nº 13, de 24de junho de 2015, do Consultor-Geral da União. O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 12, inciso III, e 39, inciso I, do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, resolve:	23/11/2015
80	Portaria CGU Nº 19	Revoga o art. 5º da Portaria nº 9, de 16 de junho de 2009, do Consultor-Geral da União.	06/11/2015
81	Portaria CGU Nº 19	Revoga o art. 5º da Portaria nº 9, de 16 de junho de 2009, do Consultor-Geral da União.	06/11/2015
82	Portaria CGU Nº 20	Altera o art. 5º e revoga o art. 13 da Portaria nº 13, de 24 de junho de 2015, do Consultor-Geral da União.	06/11/2015
83	Portaria CGU Nº 15	Revoga o art. 3º da Portaria CGU nº 25, de 29 de setembro de 2014.	02/09/2015
84	Portaria CGU Nº 12	Institui o Grupo de Assuntos Militares Estratégicos da Consultoria-Geral da União, e dá outras providências.	31/08/2015
85	Portaria CGU Nº 9	Altera dispositivos da Portaria nº 9, de 16 de junho de 2009, do Consultor-Geral da União.	24/06/2015
86	Portaria CGU Nº 2	Aprova o Guia do Fluxo Consultivo e dá outras providências.	06/04/2015
87	Portaria CGU Nº 32	Define a competência para o assessoramento jurídico do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (SEPED), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).	11/03/2015
88	Portaria CGU Nº 26	Altera os normativos da Consultoria-Geral da União para adequação ao previsto na Portaria AGU nº 125, de 30 de abril de 2014, que institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens).	29/12/2014
89	Portaria CGU Nº 20	Disciplina a aplicação da Portaria AGU no 1.547, de 29 de outubro de 2008, no âmbito dos Órgãos de Execução da Consultoria-Geral da União.	22/09/2014
90	Portaria CGU Nº 18	O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO E O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições previstas no art. 5ºdo Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 2007, alterado pelo Ato Regimental AGU nº 2, de 9 de abril de 2009 e Decreto5.417, de 13 de abril de 2005, que aprova a estrutura regimental do Comando da Marinha	30/07/2014
91	Portaria CGU Nº 14	Recomendar às Consultorias Jurídicas da União nos Estados a instalação das Câmaras Locais de Conciliação possibilitando a instauração e a condução de procedimentos conciliatórios, com o objetivo de solucionar controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses e a Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.	11/07/2014
92	Portaria CGU Nº 31	O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO E O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições previstas no art. 5º,do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 2007, alterado pelo Ato Regimental nº 2, de 9 de abril de 2009, resolvem:	12/12/2013



93	Portaria CGU Nº 16	Dispõe sobre o encaminhamento à Consultoria-Geral da União de manifestações jurídicas sobre projetos de lei em fase de sanção.	09/12/2013
94	Portaria CGU Nº 25	Altera o art. 3º, da Portaria CGU nº 10, que institui o Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC).	17/11/2013
95	Portaria CGU Nº 16	Para fins protocolares, as Chefias dos Órgãos de Execução da Consultoria-Geral da União nos Estados e no Município de São José dos Campos (CJUs) passam a ser denominadas: Consultor Jurídico da União no Estado e Consultor Jurídico da União no Município de São José dos Campos.	21/10/2013
96	Portaria CGU Nº 18	Alterar o art. 3º, da Portaria CGU nº 10, de 14 de maio de 2013, que institui o Núcleo Especializado Sustentabilidade Licitações e Contratos (NESLIC)..	17/10/2013
97	Portaria CGU Nº 14	Institui Comissão de Atualização dos modelos e listas de verificação relativos a convênios e demais instrumentos de parceira disponibilizados pela Consultoria-Geral da União.	16/08/2013
98	Portaria CGU Nº 13	Dispõe sobre procedimentos quanto à atuação conjunta da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com a Secretaria Geral de Contencioso - SGCT e com a Consultoria-Geral da União - CGU nos processos de natureza fiscal que tramitam junto ao Supremo Tribunal Federal - STF e que sejam de competência originária daquele Tribunal.	01/07/2013
99	Portaria CGU Nº 12	Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de propor ao Consultor-Geral da União o Manual de Licitações e Contratações Administrativas.	25/06/2013
100	Portaria CGU Nº 10	Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de propor ao Consultor-Geral da União minuta de ato normativo para disciplinar o fluxo de trabalho e a distribuição de trabalho jurídico nos Órgãos da Consultoria-Geral da União-AGU.	24/06/2013
101	Portaria CGU Nº 9	Instituir o Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC).	14/05/2013
102	Portaria CGU Nº 3	O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO e o COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições previstas, no art. 5º do Ato Regimental AGU nº 5, de 27 de setembro de 1997, alterado pelo Ato Regimental nº 2, de 9 de abril de 2009.	13/03/2013
103	Portaria CGU Nº 1	Dispõe sobre as digitalizações a serem realizadas relativamente a manifestações jurídicas com vistas a arquivamento em servidor de rede da Consultoria-Geral da União.	11/05/2012
104	Portaria CGU Nº 5	Padronização dos expedientes da Consultoria-Geral da União	09/01/2012
105	Portaria CGU Nº 1	Regulamenta, para os Órgãos de Direção e de Execução da Consultoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o cumprimento da Portaria AGU nº 1.399/2009, alterada pela Portaria AGU nº 316/2010, a formatação do cabeçalho e do rodapé das manifestações jurídicas	05/05/2011
106	Portaria CGU Nº 14	Regulamenta a utilização do Sistema Consultoria (Siscon), pelo Órgão de Direção e pelos Órgãos de Execução da Consultoria-Geral da União	04/03/2011
107	Portaria CGU Nº 11	Dispõe sobre a escolha dos Representantes das Consultorias Jurídicas nos Estados no Colégio de Consultoria.	29/12/2010
108	Portaria CGU Nº 6	Alteração do art. 1º da Portaria CGU nº 06, de 2010.	21/10/2010
109	Portaria CGU Nº 23	Atribuição, no âmbito do Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas, da Consultoria-Geral da União, dos encargos dos serviços informatizados da unidade.	20/05/2010
110	Portaria CGU Nº 18	Dispõe sobre os trabalhos da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, quando o processo versar sobre controvérsia envolvendo comunidades indígenas e quilombolas.	21/12/2009
111	Portaria CGU Nº 19	Abertura de vista de processo, a fim de que os Requerentes de transposição para a Carreira da Advocacia-Geral da União possam tomar conhecimento de todo o conteúdo e análise de seu pedido.	14/10/2009
112	Portaria CGU Nº 16	Dispõe sobre o prazo para o atendimento de demandas da Corregedoria-Geral da Advocacia da União pela Consultoria-Geral da União, pelas Consultorias Jurídicas e Assessorias Jurídicas dos órgãos subordinados à Presidência da República, e pelos Núcleos de Assessoramento Jurídico.	14/10/2009
113	Portaria CGU Nº 9	Dispõe sobre o cumprimento da Portaria Interministerial nº 19, de 2009	24/08/2009
114	Portaria CGU Nº 2	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Consultoria-Geral da União nas tratativas e respectivas assinaturas de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta	16/06/2009
115	Portaria CGU Nº 4	Cria o Grupo Virtual Institucional dos Núcleos de Assessoramento Jurídico - GVI.	04/12/2008
116	Portaria CGU Nº 21	Delega, ao Chefe de Gabinete competência para proferir despachos de distribuição das matérias nos casos que especifica.	04/12/2008
III - Portarias Conjuntas			
117	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre a delegação temporária de atribuições consultivas aos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e dá outras providências.	29/01/2019
118	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre a delegação temporária de atribuições consultivas aos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e dá outras providências. O CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO e o PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 55, § 3º, da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, no art. 39, I, do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010 e no art. 168 do Decreto nº 9.769, de 2 de janeiro de 2019, e considerando o que consta do processo	29/01/2019
119	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Revoga a Portaria Conjunta nº 4/CGU-AGU/COMAER, de 24 de novembro de 2014, que instituiu o Grupo de Assuntos Militares Estratégicos da Consultoria-Geral da União (GAM-CGU/AGU) para funcionamento junto ao Comando da Aeronáutica e fixa a competência da Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando da Aeronáutica para atuação nos processos administrativos referentes às atividades finalísticas da Aeronáutica indicados como relevantes pelo Comando.	31/12/2018
120	Portaria Conjunta CGU Nº 2	Institui o Indicador de Valor do Trabalho Consultivo (IVT-Consultivo) para a Consultoria-Geral da União (CGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF).	26/12/2018
121	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Revoga a Portaria Conjunta nº 01, de 31 de agosto de 2015 e fixa a competência da Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando do Exército para os processos relevantes do Exército Brasileiro.	06/12/2018
122	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Revoga a Portaria Conjunta nº 01, de 31 de agosto de 2015 e fixa a competência da Consultoria Jurídica Adjunta ao Comando do Exército para os processos relevantes do Exército Brasileiro.	01/12/2018
123	Portaria Conjunta CGU Nº 8	Dispõe sobre a representação extrajudicial da União nos procedimentos de arbitragem em trâmite nas câmaras de arbitragem com sede em São Paulo	23/10/2018
124	Portaria Conjunta CGU Nº 9	Dispõe sobre a representação extrajudicial da União no Procedimento de Arbitragem nº 01/2003.	23/10/2018
125	Portaria Conjunta CGU Nº 3	Altera a Portaria Conjunta PGU/CGU nº 2, de 12 de abril de 2018.	06/08/2018



126	Portaria Conjunta CGU Nº 1	A Procuradoria-Regional da União da 3ª Região e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil exercerão conjuntamente a representação da União no Procedimento de Arbitragem nº 78/2016/SEC7, em trâmite perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá -CAM-CBCC, a partir da formalização do respectivo Termo de Arbitragem, ocorrida na data de 4 de setembro de 2017.	19/10/2017
127	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Altera o art. 6º da Portaria Conjunta CGU-PGU-PGF nº 001, de 23 de março de 2016.	21/08/2017
128	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.	15/02/2017
129	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Estabelece a forma de comunicação para pedido de informações e de cumprimento de decisões judiciais entre os Órgãos de contenciosos e de consultivo da AGU por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sistema Sapiens).	23/03/2016
130	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares.	01/03/2016
131	Portaria Conjunta CGU Nº 1		
132	Portaria Conjunta CGU Nº 3	Regulamenta a colaboração, em caráter temporário e emergencial, entre as Consultorias Jurídicas da União nos Estados (CJU), atendidas as condições ora fixadas.	22/09/2014
133	Portaria Conjunta CGU Nº 2	Institui e disciplina o Grupo Proteus no âmbito da Consultoria-Geral da União.	21/05/2014
134	Portaria Conjunta CGU Nº 2	Dispõe sobre a atividade de consultoria relativa a contratos que serão executados onde não haja sede de Superintendência Regional de Administração.	26/02/2014
135	Portaria Conjunta CGU Nº 2	Institui o Grupo de Assuntos Militares Estratégicos da Consultoria-Geral da União (GAM-CGU/AGU) para funcionamento junto à Marinha do Brasil (MB), visando coordenar a atuação das Consultorias Jurídicas da União nos estados federados - em especial daquelas localizadas nos estados do Rio de Janeiro (CJURJ).	12/12/2013
136	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Instituir, no âmbito da Consultoria-Geral da União, o Setor de Recepção e Distribuição Unificada - SRDU, com as seguintes atribuições.	10/07/2013
137	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Institui procedimento em forma de projeto piloto para colaboração temporária com a Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos.	29/04/2013
138	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Alteração dos artigos 1º e 2º da Portaria Conjunta nº 01, de 2012	13/03/2013
139	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Determinar ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas o mapeamento de todos os fluxos de trabalho consultivo na Sede e nos Órgãos de Execução, tendo em conta, especialmente, a disponibilidade simultânea de todas as manifestações jurídicas produzidas.	20/12/2012
140	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre a informação dos dados gerenciais no sistema CGU Gestão.	20/04/2012
141	Portaria Conjunta CGU Nº 2	Regulamenta a utilização das listas de discussão de temática jurídica e de gestão, pelo Órgão de Direção e pelos Órgãos de Execução da Consultoria-Geral da União	29/12/2011
142	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Regulamenta, para os Órgãos de Direção e de Execução da Consultoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o cumprimento da Portaria AGU nº 1.399/2009, alterada pela Portaria AGU nº 316/2010, especialmente quanto à formatação do cabeçalho e do rodapé das manifestações jurídicas.	29/07/2011
143	Portaria Conjunta CGU Nº 1	Dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares.	30/05/2011

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO			
GERAL	ATO/ NÚMERO/ DATA	EMENTA/ ASSUNTO/ VERBETE	PUBLICAÇÃO

I. Instrução Normativa			
1	IN n.1, de 04 de abril de 2018	Dispõe sobre diretrizes e procedimento do serviço de transporte CETRAN	

II. Ordem de Serviço			
2	ORDEM DE SERVIÇO 00001/2018/SGA/AGU	n. Regulamenta a gestão dos Protocolos Compartilhados	

III. Portarias			
3	Portaria AGU n. 589, de 24 de dezembro de 2019	Dispõe sobre horário de funcionamento e atendimento das unidades.	
4	Portaria AGU n. 589, de 24 de dezembro de 2019	Dispõe sobre horário de funcionamento e atendimento das unidades	
5	PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 31 DE MAIO DE 2005	Trata da gestão dos mandados de citação, intimação e notificação	
6	PORTARIA CONJUNTA Nº 15, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), e dá outras providências.	(BS º 35, de 31 de agosto de 2020)

7	Portaria n 7, de 08 de janeiro de 2020	Subdelega competência da SGA à DTI, SADs, UA/MG e EAGU para assinatura de contratos	
8	Portaria n. 158, de 04 de março de 2020	Institui Comissão Nacional Gestora do PLS na AGU	
9	Portaria n. 197, de 06 de junho de 2016	Dispõe sobre as manifestações técnicas exaradas no âmbito da SGA	
10	Portaria n.409, de 11 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a gestão compartilhada de bens e serviços pelos órgãos da AGU.	
11	Portaria n.409, de 11 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a gestão compartilhada de bens e serviços pelos órgãos da AGU	
12	PORTARIA Nº 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016	Constitui Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos - SUBCAD, no âmbito da AGU	
13	PORTARIA Nº 1.244, DE 20 DE AGOSTO DE 2010	Criar Grupo de Trabalho, no âmbito da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, com a finalidade de elaborar proposta de ato normativo referente à Tabela de Assunto e Temporalidade da atividade finalística da Advocacia-Geral da União	
14	PORTARIA Nº 1.350, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008	Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD da Advocacia-Geral da União	
15	PORTARIA Nº 1.699, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010	Altera a Portaria nº 1.244/AGU	
16	PORTARIA Nº 138, DE 12 DE ABRIL DE 2012	Ratificar os atos praticados pelo Grupo de Trabalho, criado por meio da Portaria nº 1.244/AGU	
17	PORTARIA Nº 156, DE 29 DE ABRIL DE 2020	Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.	Suplemento A do BSE nº 17, de 29 de abril de 2020
18	PORTARIA Nº 160, DE 21 DE JUNHO DE 2018	Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim da Advocacia- Geral da União - AGU	



19	PORTARIA Nº 168, DE 19 DE JULHO DE 2005	Trata da eliminação de dossiê administrativo formado para o acompanhamento de ação direta de inconstitucionalidade - ADI.	
20	PORTARIA Nº 36, DE 18 DE MARÇO DE 2004	Instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD	
21	PORTARIA Nº 409, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017	Dispõe sobre a gestão compartilhada de bens e serviços pelos órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF.	
22	PORTARIA Nº 529, DE 23 DE AGOSTO DE 2016	Regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento de acesso à informação e estabelece diretrizes relativas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública e à gestão da informação de natureza restrita e classificada	
23	PORTARIA Nº 732, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004	Trata da avaliação de processos judiciais findos	
24	PORTARIA Nº 917, de 04 de julho de 2019	Institui o Sistema de Governança e Gestão Estratégica da Secretaria-Geral de Administração, cria órgãos colegiados e dá outras providências.	
25	Portaria SGA nº 1.387, de 25/9/2017	Fixa limites de valores remuneratórios para a requisição de servidores e empregados públicos federais para as unidades da Advocacia-Geral da União - AGU	BSE nº 39, Suplemento de 28/9/2019
26	Portaria SGA nº 446, de 24 de abril de 2018	Aprova o Manual de Fiscalização de Contratos da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União	BSE nº 18, de 30 de abril de 2018
27	Portaria SGA nº 1.050, de 22 de junho de 2017	Estabelece procedimentos operacionais para execução de despesas por meio de suprimento de fundos, no âmbito da Advocacia-Geral da União	BSE nº 27, de 03 de julho de 2017
28	PORTARIA CONJUNTA AGU/PGF/Nº 10, de 12 de agosto de 2015	Trata da composição da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA - da Advocacia-Geral da União	
29	Resolução n. 5, de 23 de julho de 2019	Institui as diretrizes, as instâncias de governança e gestão e o padrão de trabalho para o gerenciamento de riscos no âmbito da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	
30	Portaria AGU n. 589, de 24 de dezembro de 2019	Dispõe sobre horário de funcionamento e atendimento das unidades.	

CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO			
GERAL	ATO/ NÚMERO/ DATA	EMENTA/ ASSUNTO/ VERBETE	PUBLICAÇÃO

I - Instruções Normativas / Instruções Normativas Conjuntas			
1	IN CGAU Nº01, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2000	Estabelece critérios e conceitos para a avaliação de desempenho dos integrantes das carreiras da AGU submetidos a estágio confirmatório	Boletim de Serviço n. 6, Ano 7, p. 6, de 11 de fevereiro de 2000.
2	IN CGAU Nº12, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011	Regulamenta a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, visando assegurar os direitos ao contraditório e à ampla defesa.	DOU, Edição 211, Seção 1, Página 26, de 3 de novembro de 2011.
3	IN CONJUNTA CGAU/PGF Nº01, DE 29 DE JULHO 2009	Trata da advocacia pro bono	DOU, Seção 1, Página 9, de 30 de julho de 2009
4	IN CONJUNTA CGAU/PGF Nº02, DE 29 DE JULHO 2009	Trata do preenchimento da folha de registro de atividades	DOU, Seção 1, Página 9, de 30 de julho de 2009
5	IN CONJUNTA CGAU/PGF Nº03, 11 DE AGOSTO DE 2009	Trata do Planejamento Individual de Atividades de Magistério	
6	IN CONJUNTA CGAU/PGF Nº04, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009	Trata do Planejamento Individual de Atividades de Magistério	Boletim de Serviço n. 37, de 11 de setembro de 2009.

I. Ordens de Serviço			
7	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº 01, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013	Disciplina as rotinas para a utilização do Sistema de Acompanhamento Correicional na CGAU.	Boletim de Serviço n. 49, Ano XXI, p. 6, de 9 de dezembro de 2013.
8	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº 02, DE 20 DE MARÇO DE 2012	Regulamenta as providências que devem ser adotadas no âmbito da Coordenação de Medidas Disciplinares para instauração de processos administrativos disciplinares e sindicâncias.	Boletim de Serviço n. 12, de 23 de março de 2012.
9	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº 11 DE 12 DE ABRIL DE 2010	Dispõe sobre a cientificação das manifestações da CGAU.	Boletim de Serviço n. 18, de 7 de maio de 2010.
10	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº 14 DE 04 DE MAIO DE 2010	Dispõe sobre estágio confirmatório	Boletim de Serviço n. 18, de 7 de maio de 2010.
11	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº02, DE 18 DE MAIO DE 2009	Dispõe sobre cópias, arquivos eletrônicos e mídias	Boletim de Serviço n. 21, de 22 de maio de 2009.
12	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº02, DE 30 DE ABRIL DE 2008	Trata da assinatura digital nos e-mails	Boletim de Serviço n. 18, de 2 de maio de 2008.
13	ORDEM DE SERVIÇO CGAU Nº04, DE 31 DE JULHO DE 2009	Dispõe sobre o ESFORÇO DE RACIONALIZAÇÃO DE ATIVIDADES	Boletim de Serviço n. 32, de 7 de agosto de 2009.
14	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº 01,DE 01 DE JANEIRO DE 2006	Trata dos documentos produzidos na CGAU	
15	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº 04, DE 2007	Trata de relatórios finais de sindicâncias e processos administrativos	Boletim de Serviço n. 32, de 6 de julho de 2007.
16	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº03, DE 2006	Disciplina os procedimentos para a realização de consultas a dados cadastrais contidos no SIAPE	
17	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº06, DE 2004	Dispõe sobre os atos de instauração de correições ordinárias	Boletim de Serviço n. 31, de 1º de agosto de 2008.
18	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº08, DE 2007	Estabelece critérios para a distribuição de vagas de garagem destinadas à CGAU no Edifício Palácio do desenvolvimento	Boletim de Serviço n. 40, de 24 de agosto de 2007.
19	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº10, DE 2006	Estabelece rotinas para utilização do sistema de acompanhamento correicional.	Boletim de Serviço n. 57, de 22 de dezembro de 2006.
20	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº11, DE 2007	Trata da conferência periódica dos processos com carga no setor	Boletim de Serviço n. 61, de 21 de dezembro de 2007.
21	ORDEM DE SERVIÇO CGAU/AGU Nº21 DE 2010	Disciplina a digitalização de processos no âmbito da CGAU	Boletim de Serviço n. 51, de 24 de dezembro de 2010.

II. Orientações Normativas			
22	ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGAU Nº 01, DE 21 DE JUNHO DE 2011	Orienta a atuação correicional e disciplinar	Boletim de Serviço n. 25, Ano 18, p. 22, de 24 de junho de 2011.
23	ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGAU Nº 02, DE 06 DE MAIO DE 2019	Vedação a chefia imediata de parente ou afim até o terceiro grau	DOU, Edição 87, Seção 1, Página 11, de 8 de maio de 2019.
24	ORIENTAÇÃO NORMATIVA CGAU Nº 03, DE 15 DE JULHO DE 2020	Sistema de Comunicação Institucional	Suplemento B do BSE Nº 28, de 16 de julho de 2020

IV. Portarias / Portarias Conjuntas			
25	PORTARIA AGU Nº 129, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019	Dispõe sobre a indicação de Procuradores Federais, estáveis no serviço público, em exercício na Procuradoria-Geral Federal, que participarão de atividades de natureza correicional da CGAU	D.O.U. de 13 de fevereiro de2019, Edição 31, Seção 1,Página 1
26	PORTARIA AGU Nº 222, DE 24 DE JUNHO DE 2013	Institui e autoriza o funcionamento do Escritório Avançado da Corregedoria-Geral da AGU da 2ª Região.	DOU, Edição n. 120, de 25 de junho de 2013.
27	PORTARIA AGU Nº 53, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020	Estabelece a competência do Corregedor-Geral da AGU em relação aos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores Federais enquanto estiverem à disposição da CGAU para definir suas unidades organizacionais e bases territoriais.	Suplemento do BSE Nº 08, de 27 de fevereiro de 2020
28	PORTARIA CGAU Nº549, DE 06 DE JULHO DE 2020	Atribui a responsabilidade pela gestão do sistema eletrônico da Portaria Interministerial AGU/ME/BACEN Nº1, DE 26 DE MAIO DE 2019 à SPPR	Suplemento A do BSE Nº 27, de 08 de julho de 2020
29	PORTARIA CGAU Nº600, DE 09 DE JULHO DE 2020	Dispõe sobre a organização e funcionamento dos Escritórios da CGAU.	Suplemento do BSE Nº 28, de 14 de julho de 2020
30	PORTARIA CGAU Nº 118, DE 11 DE ABRIL DE 2014	Estabelece a rotina interna dos serviços administrativos e jurídicos afetos à COAUX-3	Boletim de Serviço, n. 15, ano XXII, de 14 de abril de 2014.
31	PORTARIA CGAU Nº 128, DE 23 DE MARÇO DE 2011	Dispõe sobre a composição das comissões de PAD e sindicância designadas pela CGAU.	Boletim de Serviço n. 12, de 25 de março de 2011.
32	PORTARIA CGAU Nº 140, DE 10 DE JUNHO DE 2016	Revoga a Portaria nº 197, de 8 de julho de 2014 (Cria a CJI)	BSE n. 24, Ano XXIII, de 13 de junho de 2016.
33	PORTARIA CGAU Nº 159, DE 30 DE JANEIRO DE 2020	Dispõe sobre o procedimento para atendimento aos pedidos de vista ou cópia de processo ou documento no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União - CGAU.	Suplemento B do BSE Nº 04, de 31 de janeiro de 2020
34	PORTARIA CGAU Nº 174, DE 20 DE MARÇO DE 2019	Altera a Portaria nº 367, de 29 de novembro de 2016, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Escritórios da Corregedoria- Geral da Advocacia da União.	BSE Nº 12, de 25 de março de 2019
35	PORTARIA CGAU Nº 221, DE 09 DE MARÇO DE 2020	Dispõe sobre a delegação de competências para concessão de diárias e passagens e dá outras competências.	Suplemento B do BSE Nº 10, de 12 de março de 2020



36	PORTARIA CGAU Nº 229, DE 03 DE ABRIL DE 2019	Trata da ficha de avaliação individualizada utilizada nas correições ordinárias	Suplemento B do BSE Nº 13, de 04 de abril de 2019
37	PORTARIA CGAU Nº 247, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012	Altera redação da PORTARIA CGAU Nº259, DE 13 DE MAIO DE 2010.	Boletim de Serviço n. 45, de 9 de novembro de 2012.
38	PORTARIA CGAU Nº 254, DE 08 DE ABRIL DE 2019	Revoga a Portaria das diretrizes para quantificação de penas	BSE Nº 15, de 15 de abril de 2019
39	PORTARIA CGAU Nº 259 DE 13 DE MAIO DE 2010	Disciplina a apresentação de relatórios de atividades pelas Comissões de PAD e sindicâncias.	Boletim de Serviço n. 19, de 14 de maio de 2010.
40	Portaria CGAU Nº 263, DE 30 DE MARÇO DE 2020	Disciplina, no âmbito da CGAU, o procedimento de sindicância patrimonial - SINPA de que trata o Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.	BSE Nº 13, de 30 de março de 2020
41	Portaria CGAU Nº 290, DE 07 DE ABRIL DE 2020	Disciplina a realização de perícia, de assistência técnica e do incidente de sanidade mental no âmbito das atividades das comissões de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares instaurados ou acompanhados pela CGAU.	Suplemento A do BSE Nº 14, de 08 de março de 2020
42	PORTARIA CGAU Nº 300, DE 21 DE JUNHO DE 2018	Disciplina a expedição de correspondências oficiais - assinatura	BSE Nº 26, de 25 de junho de 2018
43	PORTARIA CGAU Nº 355, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.	Cria a Galeria de Corregedores-Gerais da Advocacia da União e dá outras providências.	Boletim de Serviço, n. 50, ano XXII, de 15 de dezembro de 2014.
44	PORTARIA CGAU Nº 384, DE 30 DE ABRIL DE 2020	Revoga a Portaria nº 87, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre aspectos a serem observador durante o exame das atividades de consultoria e assessoramento pelas equipes de correição ordinária.	Suplemento A do BSE Nº 18, de 06 de maio de 2020
45	PORTARIA CGAU Nº 411, DE 07 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a manutenção de restrição de acesso total ou parcial.	BSE Nº 19, de 11 de maio de 2020
46	PORTARIA CGAU Nº 440, DE 03 DE JUNHO DE 2020	Regulament os procedimentos para celebração do TAC no ambito da CGAU.	Suplemento C do BSE Nº 22, de 05 de junho de 2020
47	PORTARIA CGAU Nº 447, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Portaria CGAU nº 350, de 24 de junho de 2009, sobre análise das denúncias anônimas ou apócrifas.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
48	PORTARIA CGAU Nº 46, DE 27 DE JANEIRO DE 2017	Dispõe sobre os procedimentos preliminares no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	BSE Nº 05, de 30 de janeiro de 2017
49	PORTARIA CGAU Nº 462, DE 1º DE JULHO DE 2019	Dispõe sobre a comunicação de fato novo identificado no curso de sindicâncias, processos administrativos disciplinares ou em procedimentos preliminares	Suplemento do BSE Nº 26, de 02 de julho de 2019
50	PORTARIA CGAU Nº 464, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 05/2006-CGAU/AGU de 31 de julho de 2006 e a Ordem de Serviço nº 07/2006-CGAU/AGU, de 8 de agosto de 2006, que aprovam as planilhas eletrônicas para o acompanhamento das atividades correicionais e estabelece prazo para o seu preenchimento.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
51	PORTARIA CGAU Nº 466, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Instrução Normativa nº 01/2013-CGAU/AGU, de 27 de março de 2013, a Portaria nº 50/2013-CGAU/AGU, de 27 de março de 2013 e a Portaria nº 169/2013-CGAU/AGU, de 10 de julho de 2013 que estabelecem os procedimentos básicos a serem observados durante os trabalhos de correição eletrônica; disciplina a realização de correição eletrônica; e cria a Coordenação de Correição Eletrônica da AGU, estabelece atribuições e determina rotinas de tramitação interna dos processos de correição eletrônica	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
52	PORTARIA CGAU Nº 467, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 03/2007-CGAU/AGU, de 31 de maio de 2007, que padroniza a apresentação de documentos produzidos na Atividade Correicional.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
53	PORTARIA CGAU Nº 468, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 06/2008-CGAU/AGU, de 31 de julho de 2008, que trata dos atos de instauração de correições ordinárias e extraordinárias e a Ordem de Serviço nº 08/2010-CGAU/AGU, de 4 de fevereiro de 2010, que revoga o inciso VI do art. 1º da Ordem de Serviço nº 06/2008-CGAU/AGU, de 31 de julho de 2008.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
54	PORTARIA CGAU Nº 469, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Portaria nº 58/2005-CGAU/AGU, de 5 de agosto de 2005, que prorroga, até 16 de setembro de 2005, o termo final do prazo estabelecido no art. 8º da Instrução Normativa CGAU/AGU nº 001, de 11 de fevereiro de 2000, para envio, à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da segunda avaliação de estágio confirmatório dos Membros da carreira de Procurador da Fazenda Nacional nomeados pela Portaria Conjunta AGU/MF nº 107, de 28 de novembro de 2003.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
55	PORTARIA CGAU Nº 470, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Portaria nº 315/2008-CGAU/AGU, de 8 de julho de 2008, que constitui Grupos Correicionais Regionais (GCRs) no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
56	PORTARIA CGAU Nº 471, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Portaria nº 87/2014-CGAU/AGU, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os aspectos gerais a serem observados durante o exame das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pelas equipes de correição ordinária da CGAU.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
57	PORTARIA CGAU Nº 472, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 04/2004-CGAU/AGU, de 24 de setembro de 2004, que dispõe sobre o sigilo imprescindível à condução dos Processos Administrativos Disciplinares, bem como a necessidade de maior segurança em relação aos documentos em trâmite pela Coordenação de Medidas Disciplinares.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
58	PORTARIA CGAU Nº 473, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 01/2004-CGAU/AGU, de 22 de março de 2004, que determina a observância das orientações aos Titulares das Corregedorias Auxiliares, das Coordenações e demais Unidades da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e deverão efetuar controle do comparecimento aos locais de trabalho e outras atividades próprias do cargo.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
59	PORTARIA CGAU Nº 473, DE 21 DE AGOSTO DE 2009	Trata da retomada de exercício funcional	BSE n.35 de 28 de agosto de 2009
60	PORTARIA CGAU Nº 474, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Ordem de Serviço nº 7-CGAU/AGU, de 10 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos operacionais para emissão de passagens aéreas e concessão de diárias, e a Ordem de Serviço nº 17/2010-CGAU/AGU, de 21 de maio de 2010, que disciplina sobre a requisição de diárias e passagens pelas Comissões de Processo Disciplinar e Sindicâncias.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
61	PORTARIA CGAU Nº 477, DE 01 DE JUNHO DE 2020	Revoga a Portaria nº 339/2016-CGAU/AGU, de 21 de outubro de 2016, que revoga dispositivos da Portaria CGAU nº 21, de 27de janeiro de 2016.	Suplemento do BSE Nº 22, de 02 de junho de 2020
62	PORTARIA CGAU Nº 477, DE 1º DE JULHO DE 2019	Trata da elaboração da proposta de atualização do Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	Suplemento do BSE Nº 26, de 02 de julho de 2019
63	PORTARIA CGAU Nº 497, DE 05 DE JUNHO DE 2020	Regulamenta o uso de recursos tecnológicos para realização de comunicações em verificações correicionais e processos de natureza disciplinar no âmbito da CGAU.	BSE Nº 23, de 08 de junho de 2020
64	PORTARIA CGAU Nº 523, DE 23 DE JULHO DE 2019	Dispõe sobre o exercício das atividades correicionais no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	BSE Nº 30, de 29 de julho de 2019
65	PORTARIA CGAU Nº 524, DE 24 DE JUNHO DE 2020	Dispõe sobre as diretrizes para análise, no âmbito de procedimentos preliminares e verificações correicionais de competência da CGAU, de ocorrências de perdas de prazos em processos judiciais na atuação funcional de advogados da AGU.	Suplemento A do BSE Nº 26, de 01 de julho de 2020
66	PORTARIA CGAU Nº 539, DE 06 DE JULHO DE 2020	Gestão do sistema eletrônico previsto na Portaria Interministerial AGU/BACEN Nº01, DE 26 DE MAIO DE 2019	Suplemento A do BSE Nº 26, de 01 de julho de 2020
67	PORTARIA CGAU Nº 543, DE 30 DE JULHO DE 2019	Dispõe sobre procedimentos e critérios para a movimentação interna de advogados e servidores no âmbito da Corregedoria-Geral	BSE Nº 31, de 05 de agosto de 2019
68	PORTARIA CGAU Nº 558, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018	Institui o programa de teletrabalho no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e regulamenta a Portaria AGU nº 312, de 16 de outubro de 2018	BSE Nº 53, de 31 de dezembro de 2018
69	PORTARIA CGAU Nº 66, DE 21 DE MARÇO DE 2012	Atribuições COAUX-5	Boletim de Serviço n. 12, de 23 de março de 2012.
70	PORTARIA CGAU Nº 668, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019	Dispõe sobre a distribuição interna de processos e demais tarefas no âmbito do Gabinete da CGAU	Suplemento do BSE Nº 42, de 22 de outubro de 2019
71	PORTARIA CGAU Nº 669, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019	Disciplina a estrutura da Subcorregedoria de Medidas Disciplinares - SMD	Suplemento A do BSE Nº 36, de 11 de setembro de 2019
72	PORTARIA CGAU Nº 670, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019	Disciplina a estrutura da Subcorregedoria de Apoio a Julgamento Disciplinar - SAJD	Suplemento A do BSE Nº 36, de 11 de setembro de 2019
73	PORTARIA CGAU Nº 671, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019	Disciplina a estrutura da Subcorregedoria de Procedimentos Preliminares - SPPR	Suplemento A do BSE Nº 36, de 11 de setembro de 2019
74	PORTARIA CGAU Nº 745, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019	Altera a Portaria nº 612/2019/CGAU/AGU, de 19 de agosto de 2019	BSE Nº 42, de 21 de outubro de 2019



75	PORTARIA CGAU Nº 746, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019	Dispõe sobre a requisição de informações e documentos e de realização de outras diligências pela CGAU	Suplemento do BSE Nº 42, de 22 de outubro de 2019
76	PORTARIA CGAU Nº 791, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019	Disciplina a estrutura da Subcorregedoria de Planejamento Correcional - SPCOR	BSE Nº 44, de 04 de novembro de 2019
77	PORTARIA CGAU Nº 801, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019	Dispõe sobre a manutenção de restrição de acesso total ou parcial a processos	BSE Nº 46, de 18 de novembro de 2019
78	PORTARIA CGAU Nº 82, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019	Divulga a relação dos órgãos previstos para serem correicionados no exercício de 2019	BSE Nº 07, de 18 de fevereiro de 2019
79	PORTARIA CGAU Nº 830, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019	Dispõe sobre o controle administrativo das atividades de comissões de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares instaurados ou acompanhados pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	BSE Nº 49, de 09 de dezembro de 2019
80	PORTARIA CGAU Nº 855, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019	Divulga o Plano Trienal e o Planejamento Anual das correições a serem realizadas no exercício de 2020	BSE Nº 48, de 02 de dezembro de 2019
81	PORTARIA CGAU Nº 881, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019	Dispõe sobre o processamento de representações e denúncias, identificadas ou anônimas, no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.	BSE Nº 49, de 09 de dezembro de 2019
82	PORTARIA CGAU Nº 892, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019	Revoga a Portaria CGAU nº 83, de 25 de abril de 2016 (Supervisão e registro de atividades)	BSE Nº 50, de 16 de dezembro de 2019
83	PORTARIA CGAU Nº 90 DE 17 DE ABRIL DE 2012	Regulamenta a expedição de certidões pela Coordenação de Medidas Disciplinares da CGAU.	Boletim de Serviço n. 16, de 20 de abril de 2012.
84	PORTARIA CGAU Nº 97 DE 06 DE MAIO DE 2016	Trata da instrução de PADs	Boletim de Serviço, Ano XXIII, n. 19, de 9 de maio de 2016.
85	PORTARIA CGAU Nº 98, DE 08 DE ABRIL DE 2015	Avaliação e apresentar proposta de plano de segurança orgânico para a Corregedoria-Geral da Advocacia da União-CGAU/AGU	BSE n. 15, de 13 de abril de 2015
86	PORTARIA CGAU Nº08 DE 07 DE JANEIRO DE 2016	Suspende a remessa de autos de CPAD à autoridade julgadora	DOU, n. 5, Seção 1, de 8 de janeiro de 2016.
87	PORTARIA CGAU Nº681, DE 12 DE AGOSTO DE 2020	Regulamenta a adoção de providências decorrentes dos julgamentos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da CGAU.	Suplemento B do BSE Nº 32, de 14 de agosto de 2020
88	PORTARIA CGAU Nº722, DE 26 DE AGOSTO DE 2020	Altera Portaria CGAU N.524, de 24 de junho de 2020 que dispõe sobre diretrizes para análise, no âmbito de procedimentos preliminares e verificações correicionais, de ocorrências de perdas de prazos.	Suplemento C do BSE Nº 34, de 28 de agosto de 2020
89	PORTARIA CONJUNTA CGAU /PGF/SGA Nº15, DE 28 DE AGOSTO DE 2020	Dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), e dá outras providências.	BSE Nº 35, de 31 de agosto de 2020
90	PORTARIA CONJUNTA CGAU/PGF Nº 94, DE 4 DE MAIO DE 2016	Estabelece cooperação operacional entre a Corregedoria-Geral da Advocacia da União e a Procuradoria-Geral Federal.	Suplemento do BSE n. 23, Ano XXIII, de 07 de junho de 2016.
91	PORTARIA CONJUNTA CGAU/PGF/SGA Nº 01, DE 30 DE JANEIRO DE 2020	Dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), e dá outras providências.	BSE Nº 05, de 03 de fevereiro de 2020
92	PORTARIA CONJUNTA CGU/PGF/CGAU Nº1, DE MARÇO DE 2016	Dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados da fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da AGU em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares.	DOU, Seção 1, de 7 de março de 2016.
93	PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2019	Autoriza o acesso à VPN a membros da CGAU	D.O.U. DE 29 de maio de 2019, Edição 102, Seção 1, Página 21.
94	PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 12 DE ABRIL DE 2019	Dispõe sobre o plano de correições ordinárias no âmbito da PGBC no exercício 2019	BSE Nº 15, de 15 de abril de 2019
95	PORTARIA CONJUNTA Nº 83.355, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	Dispõe sobre a atividade de correição na PGBACEN.	Boletim de Serviço, n. 52, ano XXII, de 29 de dezembro de 2014.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

PORTARIA Nº 668, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20 do Anexo I do Decreto nº 10.445, de 30 de julho de 2020, e pelo inciso IV do art. 121 do Anexo I do Regimento Interno da ABIN, aprovado pela Portaria nº 12, de 6 e março de 2017, e, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e no Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decretos classificados como vigentes na Base de Legislação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), na forma do Anexo I.

Art. 2º Estabelecer os seguintes prazos para publicação das normas revisadas e consolidadas:

I - primeira etapa - até 30 de novembro de 2020 - portarias de instituição de colegiados internos;

II - segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021 - portarias de delegação de competência;

III - terceira etapa - até 31 de maio de 2021 - instruções normativas em matérias de competência das unidades estaduais e das unidades específicas singulares, nos termos dos incisos II e III art. 2º do Decreto nº 10.445, de 2020;

IV - quarta etapa - até 31 de agosto de 2021 - instruções normativas em matérias de competência dos órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, nos termos das alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 10.445, de 2020; e

V - quinta etapa - até 30 de novembro de 2021 - instruções normativas em matérias de competência das unidades subordinadas à Secretaria de Planejamento e Gestão, nos termos da alínea "e" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 10.445, de 2020.

Art. 3º Designar o(a) servidor(a) matrícula nº 913080 para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as unidades da Agência Brasileira de Inteligência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES

ANEXO

LISTAGEM COMPLETA DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETOS VIGENTES NA AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

Identificação
INSTRUÇÃO Nº 9 DE 10/11/2003 PUBLICADA EM 30/11/2003
INSTRUÇÃO Nº 2 DE 20/04/2004 PUBLICADA EM 30/04/2004
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 24/06/2005 PUBLICADA EM 30/06/2005
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 14/09/2005 PUBLICADA EM 15/09/2005
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 14/12/2005 PUBLICADA EM 15/12/2005
INSTRUÇÃO Nº 3 DE 22/05/2006 PUBLICADA EM 31/05/2006
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 15/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
INSTRUÇÃO Nº 7 DE 22/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 23/08/2010 PUBLICADA EM 31/08/2010
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 DE 17/08/2010 PUBLICADA EM 01/09/2010

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9 DE 01/09/2010 PUBLICADA EM 30/09/2010
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 22/03/2011 PUBLICADA EM 31/03/2011
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 05/05/2011 PUBLICADA EM 06/05/2011
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 01/09/2011 PUBLICADA EM 30/09/2011
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 23/05/2012 PUBLICADA EM 31/05/2012
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 07/08/2012 PUBLICADA EM 08/08/2012
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8 DE 13/09/2012 PUBLICADA EM 14/09/2012
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 18/12/2012 PUBLICADA EM 28/12/2012
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 20/12/2012 PUBLICADA EM 28/12/2012
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 25/02/2013 PUBLICADA EM 19/03/2013
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 06/01/2016 PUBLICADA EM 15/01/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002 DE 28/07/2016 PUBLICADA EM 29/07/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 29/11/2016 PUBLICADA EM 15/12/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 29/11/2016 PUBLICADA EM 27/12/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 17/01/2017 PUBLICADA EM 17/01/2017
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 14/08/2017 PUBLICADA EM 15/08/2017
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 DE 28/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 29/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 07/12/2017 PUBLICADA EM 11/12/2017
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 06/02/2018 PUBLICADA EM 15/02/2018
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 18/05/2018 PUBLICADA EM 30/05/2018
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 DE 24/07/2018 PUBLICADA EM 09/08/2018
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4 DE 03/08/2018 PUBLICADA EM 15/08/2018
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 04/09/2018 PUBLICADA EM 04/09/2018
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 14/06/2019 PUBLICADA EM 28/06/2019
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 12/07/2019 PUBLICADA EM 31/07/2019
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 14/08/2019 PUBLICADA EM 15/08/2019
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 DE 03/09/2019 PUBLICADA EM 04/09/2019
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 29/11/2019 PUBLICADA EM 13/12/2019
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 04/12/2019 PUBLICADA EM 16/12/2019
NORMA Nº 15 DE 28/12/2000
NORMA Nº 4 DE 28/12/2000
NORMA Nº 16 DE 28/12/2000
NORMA Nº 21 DE 28/12/2000
NORMA Nº 13 DE 28/12/2000
NORMA Nº 14 DE 28/12/2000
NORMA Nº 18 DE 28/12/2000
NORMA Nº 20 DE 28/12/2000
NORMA Nº 1 DE 28/12/2000
NORMA ADMINISTRATIVA Nº 1 DE 25/03/2009 PUBLICADA EM 31/03/2009
REGIMENTO INTERNO Nº S/N DE 17/10/2008 PUBLICADO EM 30/10/2008
RESOLUÇÃO Nº 2 DE 30/01/2003 PUBLICADA EM 28/02/2003
RESOLUÇÃO Nº 2 DE 22/02/2006 PUBLICADA EM 28/02/2006
PORTARIA Nº 365 DE 31/05/2000 PUBLICADA EM 15/06/2000
PORTARIA Nº 368 DE 05/06/2000 PUBLICADA EM 15/06/2000
PORTARIA Nº 371 DE 20/06/2000
PORTARIA Nº 393 DE 11/07/2000
PORTARIA Nº 449 DE 08/09/2000 PUBLICADA EM 15/09/2000
PORTARIA Nº 480 DE 20/10/2000 PUBLICADA EM 31/10/2000
PORTARIA Nº 479 DE 20/10/2000 PUBLICADA EM 31/10/2000
PORTARIA Nº 543 DE 13/12/2000 PUBLICADA EM 15/12/2000
PORTARIA Nº 8 DE 11/01/2001 PUBLICADA EM 15/01/2001
PORTARIA Nº 23 DE 01/03/2001 PUBLICADA EM 15/03/2001
PORTARIA Nº 25 DE 02/03/2001 PUBLICADA EM 15/03/2001
PORTARIA Nº 24 DE 01/03/2001 PUBLICADA EM 15/03/2001
PORTARIA Nº 26 DE 02/03/2001 PUBLICADA EM 15/03/2001
PORTARIA Nº 173 DE 14/05/2001
PORTARIA Nº 207 DE 06/07/2001 PUBLICADA EM 15/07/2001



PORTARIA Nº 208 DE 16/07/2001
PORTARIA Nº 217 DE 17/07/2001
PORTARIA Nº 381 DE 21/12/2001 PUBLICADA EM 31/12/2001
PORTARIA Nº 30 DE 17/01/2002 PUBLICADA EM 31/01/2002
PORTARIA Nº 117 DE 15/03/2002
PORTARIA Nº 237 DE 27/06/2002 PUBLICADA EM 30/06/2002
PORTARIA Nº 244 DE 01/07/2002 PUBLICADA EM 15/07/2002
PORTARIA Nº 245 DE 09/07/2002 PUBLICADA EM 15/07/2002
PORTARIA Nº 302 DE 28/08/2002 PUBLICADA EM 31/08/2002
PORTARIA Nº 313 DE 30/08/2002 PUBLICADA EM 31/08/2002
PORTARIA Nº 308 DE 30/08/2002 PUBLICADA EM 31/08/2002
PORTARIA Nº 329 DE 17/09/2002 PUBLICADA EM 30/09/2002
PORTARIA Nº 358 DE 29/10/2002 PUBLICADA EM 31/10/2002
PORTARIA Nº 5 DE 16/01/2003 PUBLICADA EM 22/01/2003
PORTARIA Nº 384 DE 29/10/2003 PUBLICADA EM 15/03/200
PORTARIA Nº 384 DE 29/10/2003 PUBLICADA EM 31/10/2003
PORTARIA Nº 411 DE 20/11/2003 PUBLICADA EM 24/11/2003
PORTARIA Nº 422 DE 28/11/2003 PUBLICADA EM 04/12/2003
PORTARIA Nº 17 DE 14/01/2004 PUBLICADA EM 15/01/2004
PORTARIA Nº 16 DE 09/01/2004 PUBLICADA EM 15/01/2004
PORTARIA Nº 81 DE 11/03/2004 PUBLICADA EM 31/03/2004
PORTARIA Nº 126 DE 20/04/2004 PUBLICADA EM 30/04/2004

PORTARIA Nº 132 DE 29/04/2004 PUBLICADA EM 15/05/2004
PORTARIA Nº 144 DE 12/05/2004 PUBLICADA EM 19/05/2004
PORTARIA Nº 255 DE 31/08/2004 PUBLICADA EM 15/09/2004
PORTARIA Nº 256 DE 15/09/2004 PUBLICADA EM 19/09/2004
PORTARIA Nº 642 DE 22/11/2004 PUBLICADA EM 30/11/2004
PORTARIA Nº 665 DE 30/11/2004 PUBLICADA EM 30/11/2004
PORTARIA Nº 643 DE 24/11/2004 PUBLICADA EM 30/11/2004
PORTARIA Nº 905 DE 28/12/2004 PUBLICADA EM 31/12/2004
PORTARIA Nº 882 DE 20/12/2004 PUBLICADA EM 31/12/2004
PORTARIA Nº 15 DE 10/03/2005 PUBLICADA EM 15/03/2005
PORTARIA Nº 20 DE 11/03/2005 PUBLICADA EM 15/03/2005
PORTARIA Nº 77 DE 21/03/2005 PUBLICADA EM 31/03/2005
PORTARIA Nº 49 DE 23/05/2005 PUBLICADA EM 31/05/2005
PORTARIA Nº 216 DE 23/06/2005 PUBLICADA EM 30/06/2005
PORTARIA Nº 312 DE 27/09/2005 PUBLICADA EM 30/09/2005
PORTARIA Nº 430 DE 14/11/2005 PUBLICADA EM 15/11/2005
PORTARIA Nº 427 DE 08/11/2005 PUBLICADA EM 15/11/2005
PORTARIA Nº 488 DE 29/11/2005 PUBLICADA EM 30/11/2005
PORTARIA Nº 516 DE 29/11/2005 PUBLICADA EM 30/11/2005
PORTARIA Nº 1 DE 10/02/2006 PUBLICADA EM 28/02/2006
PORTARIA Nº 9 DE 13/03/2006 PUBLICADA EM 15/03/2006
PORTARIA Nº 232 DE 12/04/2006 PUBLICADA EM 15/04/2006
PORTARIA Nº 18 DE 28/03/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA Nº 17 DE 28/03/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA Nº 15 DE 24/03/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA Nº 23 DE 05/04/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA Nº 21 DE 03/04/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA Nº 27 DE 13/04/2006 PUBLICADA EM 30/04/2006
PORTARIA DE 12/05/2006 PUBLICADA EM 31/05/2006
PORTARIA Nº 40 DE 05/05/2006 PUBLICADA EM 31/05/2006
PORTARIA Nº 35 DE 28/04/2006 PUBLICADA EM 31/05/2006
PORTARIA Nº 53 DE 05/06/2006 PUBLICADA EM 15/06/2006
PORTARIA Nº 48 DE 26/05/2006 PUBLICADA EM 15/06/2006
PORTARIA Nº 51 DE 02/06/2006 PUBLICADA EM 15/06/2006
PORTARIA Nº 60 DE 13/06/2006 PUBLICADA EM 30/06/2006
PORTARIA Nº 70 DE 14/07/2006 PUBLICADA EM 31/07/2006
PORTARIA Nº 54 DE 07/08/2006 PUBLICADA EM 15/08/2006
PORTARIA Nº 361 DE 15/08/2006 PUBLICADA EM 15/08/2006
PORTARIA Nº 78 DE 27/07/2006 PUBLICADA EM 15/08/2006
PORTARIA Nº 77 DE 26/07/2006 PUBLICADA EM 15/08/2006
PORTARIA Nº 89 DE 18/08/2006 PUBLICADA EM 31/08/2006
PORTARIA Nº 379 DE 20/08/2006 PUBLICADA EM 31/08/2006
PORTARIA Nº 88 DE 18/08/2006 PUBLICADA EM 31/08/2006
PORTARIA Nº 83 DE 11/08/2006 PUBLICADA EM 31/08/2006
PORTARIA Nº 108 DE 22/09/2006 PUBLICADA EM 15/10/2006
PORTARIA Nº 103 DE 11/09/2006 PUBLICADA EM 15/10/2006
PORTARIA Nº 396 DE 03/10/2006 PUBLICADA EM 15/10/200
PORTARIA Nº 107 DE 22/09/2006 PUBLICADA EM 15/10/2006
PORTARIA Nº 1 DE 03/09/2006 PUBLICADA EM 15/10/2006
PORTARIA Nº 102 DE 11/09/2006 PUBLICADA EM 15/10/2006
PORTARIA Nº 134 DE 23/10/2006 PUBLICADA EM 31/10/2006
PORTARIA Nº 423 DE 06/11/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 133 DE 23/10/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 421 DE 03/11/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 124 DE 06/10/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 424 DE 10/11/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 127 DE 13/10/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 128 DE 13/10/2006 PUBLICADA EM 15/11/2006
PORTARIA Nº 145 DE 16/11/2006 PUBLICADA EM 30/11/2006
PORTARIA Nº 144 DE 13/11/2006 PUBLICADA EM 30/11/2006
PORTARIA Nº 150 DE 21/11/2006 PUBLICADA EM 30/11/2006
PORTARIA Nº 468 DE 15/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
PORTARIA Nº 472 DE 14/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
PORTARIA Nº 462 DE 18/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
PORTARIA Nº 471 DE 19/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
PORTARIA Nº 469 DE 18/12/2006 PUBLICADA EM 31/12/2006
PORTARIA Nº 8 DE 27/03/2007 PUBLICADA EM 31/03/2007
PORTARIA Nº 83 DE 26/03/2007 PUBLICADA EM 31/03/2007
PORTARIA Nº 148 DE 15/05/2007 PUBLICADA EM 15/05/2007
PORTARIA Nº 187 DE 31/05/2007 PUBLICADA EM 31/05/2007
PORTARIA Nº 152 DE 18/05/2007 PUBLICADA EM 31/05/2007
PORTARIA Nº 60 DE 04/06/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 45 DE 18/05/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007

PORTARIA Nº 59 DE 04/06/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 58 DE 04/06/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 61 DE 04/06/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 46 DE 18/05/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 44 DE 18/05/2007 PUBLICADA EM 15/06/2007
PORTARIA Nº 72 DE 21/06/2007 PUBLICADA EM 30/06/2007
PORTARIA Nº 73 DE 21/06/2007 PUBLICADA EM 30/06/2007
PORTARIA Nº 76 DE 25/06/2007 PUBLICADA EM 30/06/2007
PORTARIA Nº 87 DE 03/08/2007 PUBLICADA EM 15/08/2007
PORTARIA Nº 86 DE 10/07/2007 PUBLICADA EM 15/08/2007
PORTARIA Nº 95 DE 17/08/2007 PUBLICADA EM 31/08/2007
PORTARIA Nº 94 DE 17/08/2007 PUBLICADA EM 31/08/2007
PORTARIA Nº 90 DE 09/08/2007 PUBLICADA EM 31/08/2007
PORTARIA Nº 287 DE 27/08/2007 PUBLICADA EM 31/08/2007
PORTARIA Nº 98 DE 24/08/2007 PUBLICADA EM 31/08/2007
PORTARIA Nº 103 DE 13/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 104 DE 14/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 115 DE 21/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 101 DE 03/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 116 DE 21/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 105 DE 14/09/2007 PUBLICADA EM 30/09/2007
PORTARIA Nº 120 DE 25/09/2007 PUBLICADA EM 15/10/2007
PORTARIA Nº 124 DE 05/10/2007 PUBLICADA EM 15/10/2007
PORTARIA Nº 133 DE 12/10/2007 PUBLICADA EM 31/10/2007
PORTARIA Nº 134 DE 12/10/2007 PUBLICADA EM 31/10/2007
PORTARIA Nº 137 DE 17/10/2007 PUBLICADA EM 15/11/2007
PORTARIA Nº 146 DE 05/11/2007 PUBLICADA EM 15/11/2007
PORTARIA Nº 151 DE 23/11/2007 PUBLICADA EM 30/11/2007
PORTARIA Nº 153 DE 23/11/2007 PUBLICADA EM 30/11/2007
PORTARIA Nº 76 DE 21/02/2008 PUBLICADA EM 29/02/2008
PORTARIA Nº 103 DE 25/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 3 DE 05/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 10 DE 13/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 11 DE 13/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 2 DE 05/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 4 DE 05/03/2008 PUBLICADA EM 31/03/2008
PORTARIA Nº 23 DE 04/04/2008 PUBLICADA EM 30/04/2008

PORTARIA Nº 5 DE 10/03/2008 PUBLICADA EM 31/05/2008
PORTARIA Nº 51 DE 08/07/2008 PUBLICADA EM 15/07/2008
PORTARIA Nº 428 DE 20/06/2008 PUBLICADA EM 31/07/2008
PORTARIA Nº 26A DE 04/08/2008 PUBLICADA EM 04/08/2008
PORTARIA Nº 480 DE 06/08/2008 PUBLICADA EM 15/08/2008
PORTARIA Nº 72 DE 15/08/2008 PUBLICADA EM 31/08/2008
PORTARIA Nº 591 DE 14/11/2008 PUBLICADA EM 17/11/2008
PORTARIA Nº 3 DE 13/02/2009 PUBLICADA EM 16/02/2009
PORTARIA Nº 4 DE 13/02/2009 PUBLICADA EM 16/02/2009
PORTARIA Nº 15 DE 2702/2009 PUBLICADA EM 02/03/2009
PORTARIA Nº 67 DE 26/02/2009 PUBLICADA EM 03/03/2009
PORTARIA Nº 169 DE 02/06/2009 PUBLICADA EM 10/06/2009
PORTARIA Nº 244 DE 29/07/2009 PUBLICADA EM 30/07/2009
PORTARIA Nº 270 DE 12/08/2009 PUBLICADA EM 17/08/2009
PORTARIA Nº 269 DE 12/08/2009 PUBLICADA EM 17/08/2009
PORTARIA Nº 502 DE 14/10/2009 PUBLICADA EM 15/10/2009
PORTARIA Nº 196 DE 10/06/2010 PUBLICADA EM 15/06/2010
PORTARIA Nº 282 DE 23/08/2010 PUBLICADA EM 31/08/2010
PORTARIA Nº 280 DE 17/08/2010 PUBLICADA EM 01/09/2010
PORTARIA Nº 342 DE 27/09/2010 PUBLICADA EM 30/09/2010
PORTARIA Nº 155 DE 02/09/2010 PUBLICADA EM 07/10/2010
PORTARIA Nº 375 DE 03/11/2010 PUBLICADA EM 08/11/2010
PORTARIA Nº 378 DE 04/11/2010 PUBLICADA EM 16/11/2010
PORTARIA Nº 411 DE 06/12/2010 PUBLICADA EM 31/12/2010
PORTARIA Nº 96 DE 22/03/2011 PUBLICADA EM 31/03/2011
PORTARIA Nº 119 DE 11/04/2011 PUBLICADA EM 15/04/2011
PORTARIA Nº 168 DE 05/05/2011 PUBLICADA EM 06/05/2011
PORTARIA Nº 1 DE 05/05/2011 PUBLICADA EM 06/05/2011
PORTARIA Nº 164 DE 04/05/2011 PUBLICADA EM 16/05/2011
PORTARIA Nº 2 DE 14/07/2011 PUBLICADA EM 15/07/2011
PORTARIA Nº 313 DE 23/08/2011 PUBLICADA EM 31/08/2011
PORTARIA Nº 314 DE 26/08/2011 PUBLICADA EM 31/08/2011
PORTARIA Nº 319 DE 26/08/2011 PUBLICADA EM 31/08/2011
PORTARIA Nº 355 DE 28/09/2011 PUBLICADA EM 30/09/2011
PORTARIA Nº 357 DE 30/11/2011 PUBLICADA EM 14/10/2011
PORTARIA Nº 380 DE 24/10/2011 PUBLICADA EM 31/10/2011
PORTARIA Nº 397 DE 31/102011 PUBLICADA EM 09/11/2011
PORTARIA Nº 381 DE 24/10/2011 PUBLICADA EM 14/11/2011
PORTARIA Nº 417 DE 08/11/2011 PUBLICADA EM 16/11/2011
PORTARIA Nº 426 DE 01/12/2011 PUBLICADA EM 08/12/2011
PORTARIA Nº 425 DE 01/12/2011 PUBLICADA EM 08/12/2011
PORTARIA Nº 2 DE 17/02/2012 PUBLICADA EM 29/02/2012
PORTARIA Nº 185 DE 29/03/2012 PUBLICADA EM 30/03/2012
PORTARIA Nº 259 DE 23/05/2012 PUBLICADA EM 31/05/2012
PORTARIA Nº 257 DE 18/05/2012 PUBLICADA EM 31/05/2012
PORTARIA Nº 287 DE 26/06/2012 PUBLICADA EM 29/06/2012
PORTARIA Nº 319 DE 07/08/2012 PUBLICADA EM 08/08/2012
PORTARIA Nº 336 DE 21/08/2012 PUBLICADA EM 31/08/2012
PORTARIA Nº 337 DE 23/08/2012 PUBLICADA EM 14/09/2012
PORTARIA Nº 463 DE 07/12/2012 PUBLICADA EM 14/12/2012
PORTARIA Nº 474 DE 18/12/2012 PUBLICADA EM 28/12/2012
PORTARIA Nº 473 DE 20/12/2012 PUBLICADA EM 28/12/2012
PORTARIA Nº 486 DE 28/12/2012 PUBLICADA EM 15/01/2013
PORTARIA Nº 57 DE 27/02/2013 PUBLICADA EM 28/02/2013
PORTARIA Nº 56 DE 27/02/2013 PUBLICADA EM 28/02/2013
PORTARIA Nº 7 DE 12/03/2013 PUBLICADA EM 12/03/2013
PORTARIA Nº 5 DE 12/03/2013 PUBLICADA EM 12/03/2013
PORTARIA Nº 78 DE 11/03/2013 PUBLICADA EM 12/03/2013
PORTARIA Nº 49 DE 25/02/2013 PUBLICADA EM 19/03/2013
PORTARIA Nº 11 DE 27/03/2013 PUBLICADA EM 15/04/2013
PORTARIA Nº 10 DE 27/03/2013 PUBLICADA EM 15/04/2013
PORTARIA Nº 184 DE 14/06/2013 PUBLICADA EM 28/06/2013
PORTARIA Nº 94 DE 30/09/2013 PUBLICADA EM 15/10/2013
PORTARIA Nº 259 DE 07/10/2013 PUBLICADA EM 15/10/2013



PORTARIA Nº 104 DE 17/10/2013 PUBLICADA EM 31/10/2013	PORTARIA Nº 362 DE 24/09/2018 PUBLICADA EM 28/09/2018
PORTARIA Nº 275 DE 25/10/2013 PUBLICADA EM 31/10/2013	PORTARIA Nº 363 DE 24/09/2018 PUBLICADA EM 28/09/2018
PORTARIA Nº 107 DE 17/02/2014 PUBLICADA EM 10/03/2014	PORTARIA Nº 424 DE 01/11/2018 PUBLICADA EM 14/11/2018
PORTARIA Nº 288 DE 11/06/2014 PUBLICADA EM 13/06/2014	PORTARIA Nº 462 DE 29/11/2018 PUBLICADA EM 29/11/2018
PORTARIA Nº 326 DE 28/07/2014 PUBLICADA EM 30/07/2014	PORTARIA Nº 440 DE 26/11/2018 PUBLICADA EM 29/11/2018
PORTARIA Nº 350 DE 01/08/2014 PUBLICADA EM 15/08/2014	PORTARIA Nº 460 DE 28/11/2018 PUBLICADA EM 29/11/2018
PORTARIA Nº 388 DE 10/09/2014 PUBLICADA EM 11/09/2014	PORTARIA Nº 461 DE 29/11/2018 PUBLICADA EM 30/11/2018
PORTARIA Nº 100 DE 10/11/2014 PUBLICADA EM 28/11/2014	PORTARIA Nº 466 DE 30/11/2018 PUBLICADA EM 03/12/2018
PORTARIA Nº 102 DE 11/11/2014 PUBLICADA EM 28/11/2014	PORTARIA Nº 487 DE 11/12/2018 PUBLICADA EM 11/12/2018
PORTARIA Nº 103 DE 14/11/2014 PUBLICADA EM 28/11/2014	PORTARIA Nº 163 DE 07/05/2019 PUBLICADA EM 07/05/2019
PORTARIA Nº 113 DE 28/11/2014 PUBLICADA EM 15/12/2014	PORTARIA Nº 155 DE 30/04/2019 PUBLICADA EM 15/05/2019
PORTARIA Nº 223 DE 08/12/2014 PUBLICADA EM 30/12/2014	PORTARIA Nº 224 DE 14/06/2019 PUBLICADA EM 28/06/2019
PORTARIA Nº 2 DE 30/01/2015 PUBLICADA EM 13/02/2015	PORTARIA Nº 34 DE 12/07/2019 PUBLICADA EM 31/07/2019
PORTARIA Nº 4 DE 20/02/2015 PUBLICADA EM 27/02/2015	PORTARIA Nº 294 DE 05/08/2019 PUBLICADA EM 15/08/2019
PORTARIA Nº 44 DE 09/03/2015 PUBLICADA EM 31/03/2015	PORTARIA Nº 322 DE 14/08/2019 PUBLICADA EM 15/08/2019
PORTARIA Nº 12 DE 19/03/2015 PUBLICADA EM 31/03/2015	PORTARIA Nº 349 DE 03/09/2019 PUBLICADA EM 04/09/2019
PORTARIA Nº 20 DE 07/04/2015 PUBLICADA EM 15/04/2015	PORTARIA Nº 464 DE 23/09/2019 PUBLICADA EM 30/09/2019
PORTARIA Nº 31 DE 15/05/2015 PUBLICADA EM 29/05/2015	PORTARIA Nº 400 DE 07/10/2019 PUBLICADA EM 09/10/2019
PORTARIA Nº 88 DE 23/10/2015 PUBLICADA EM 29/10/2015	PORTARIA Nº 388 DE 30/09/2019 PUBLICADA EM 15/10/2019
PORTARIA Nº 1 DE 06/01/2016 PUBLICADA EM 15/01/2016	PORTARIA Nº 433 DE 17/10/2019 PUBLICADA EM 31/10/2019
PORTARIA Nº 85 DE 14/03/2016 PUBLICADA EM 15/03/2016	
PORTARIA Nº 5 DE 08/03/2016 PUBLICADA EM 15/03/2016	PORTARIA Nº 444 DE 29/10/2019 PUBLICADA EM 31/10/2019
PORTARIA Nº 80 DE 08/03/2016 PUBLICADA EM 15/03/2016	PORTARIA Nº 493 DE 22/11/2019 PUBLICADA EM 27/11/2019
PORTARIA Nº 82 DE 03/06/2016 PUBLICADA EM 15/06/2016	PORTARIA Nº 502 DE 29/11/2019 PUBLICADA EM 13/12/2019
PORTARIA Nº 216 DE 28/07/2016 PUBLICADA EM 29/07/2016	PORTARIA Nº 514 DE 04/12/2019 PUBLICADA EM 16/12/2019
PORTARIA Nº 244 DE 23/08/2016 PUBLICADA EM 25/08/2016	PORTARIA Nº 561 DE 18/12/2019 PUBLICADA EM 18/12/2019
PORTARIA Nº 264 DE 15/09/2016 PUBLICADA EM 30/09/2016	PORTARIA Nº 576 DE 23/12/2019 PUBLICADA EM 27/12/2019
PORTARIA Nº 403 DE 14/11/2016 PUBLICADA EM 30/11/2016	PORTARIA Nº 531 DE 10/12/2019 PUBLICADA EM 31/12/2019
PORTARIA Nº 55 DE 02/12/2016 PUBLICADA EM 15/12/2016	PORTARIA Nº 6 DE 06/01/2020 PUBLICADA EM 06/01/2020
PORTARIA Nº 438 DE 29/11/2016 PUBLICADA EM 27/12/2016	PORTARIA Nº 13 DE 09/01/2020 PUBLICADA EM 13/01/2020
PORTARIA Nº 43 DE 17/01/2017 PUBLICADA EM 17/01/2017	PORTARIA Nº 63 DE 11/02/2020 PUBLICADA EM 14/02/2020
PORTARIA Nº 30 DE 16/01/2017 PUBLICADA EM 19/01/2017	PORTARIA Nº 78 DE 12/02/2020 PUBLICADA EM 14/02/2020
PORTARIA Nº 159 DE 13/02/2017 PUBLICADA EM 13/02/2017	PORTARIA Nº 126 DE 27/02/2020 PUBLICADA EM 27/02/2020
PORTARIA Nº 174 DE 02/03/2017 PUBLICADA EM 15/03/2017	PORTARIA Nº 4 DE 11/02/2020 PUBLICADA EM 28/02/2020
PORTARIA Nº 186 DE 10/03/2017 PUBLICADA EM 15/03/2017	PORTARIA Nº 80 DE 13/02/2020 PUBLICADA EM 28/02/2020
PORTARIA Nº 191 DE 16/03/2017 PUBLICADA EM 31/03/2017	PORTARIA Nº 111 DE 20/02/2020 PUBLICADA EM 27/03/2020
PORTARIA Nº 255 DE 28/03/2017 PUBLICADA EM 31/03/2017	PORTARIA Nº 176 DE 11/03/2020 PUBLICADA EM 31/03/2020
PORTARIA Nº 378 DE 27/04/2017 PUBLICADA EM 28/04/2017	PORTARIA Nº 196 DE 18/03/2020 PUBLICADA EM 17/04/2020
PORTARIA Nº 13 DE 25/04/2017 PUBLICADA EM 28/04/2017	PORTARIA Nº 271 DE 17/04/2020 PUBLICADA EM 17/04/2020
PORTARIA Nº 412 DE 11/05/2017 PUBLICADA EM 15/05/2017	PORTARIA Nº 277 DE 23/04/2020 PUBLICADA EM 30/04/2020
PORTARIA Nº 484 DE 31/05/2017 PUBLICADA EM 14/06/2017	PORTARIA Nº 328 DE 23/06/2020 PUBLICADA EM 03/07/2020
PORTARIA Nº 568 DE 14/08/2017 PUBLICADA EM 15/08/2017	PORTARIA Nº 349 DE 10/07/2020 PUBLICADA EM 13/07/2020
PORTARIA Nº 573 DE 14/08/2017 PUBLICADA EM 15/08/2017	PORTARIA Nº 15/SPG/ABIN/GSI/PR, DE 16 DE JULHO DE 2020
PORTARIA Nº 655 DE 06/10/2017 PUBLICADA EM 13/10/2017	PORTARIA Nº 22/SPG/ABIN/GSI/PR, DE 11 DE AGOSTO DE 2020
PORTARIA Nº 140 DE 23/10/2017 PUBLICADA EM 31/10/2017	PORTARIA Nº 509/DG/ABIN/GSI/PR, DE 21 DE AGOSTO DE 2020
PORTARIA Nº 738 DE 21/11/2017 PUBLICADA EM 22/11/2017	PORTARIA Nº 379 DE 27/07/2020 PUBLICADA EM 31/08/2020
	PORTARIA Nº 501 DE 19/08/2020 PUBLICADA EM 31/08/2020
PORTARIA Nº 750 DE 29/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017	PORTARIA Nº 508/DG/ABIN/GSI/PR, DE 21 DE AGOSTO DE 2020
PORTARIA Nº 748 DE 28/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017	PORTARIA Nº 511 DE 24/08/2020 PUBLICADA EM 31/08/2020
PORTARIA Nº 751 DE 29/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017	PORTARIA Nº 400 DE 05/08/2020 PUBLICADA EM 08/09/2020
PORTARIA Nº 752 DE 29/11/2017 PUBLICADA EM 30/11/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 DE 11/02/2020 PUBLICADA EM 14/02/2020
PORTARIA Nº 757 DE 07/12/2017 PUBLICADA EM 11/12/2017	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 08/06/2020 PUBLICADA EM 31/07/2020
PORTARIA Nº 53 DE 06/02/2018 PUBLICADA EM 15/02/2018	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6 DE 08/06/2020 PUBLICADA EM 31/07/2020
PORTARIA Nº 1 DE 14/03/2018 PUBLICADA EM 15/03/2018	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8 DE 21/08/2020 PUBLICADA EM 31/08/2020
PORTARIA Nº 80 DE 27/02/2018 PUBLICADA EM 15/03/2018	
PORTARIA Nº 202 DE 18/05/2018 PUBLICADA EM 30/05/2018	
PORTARIA Nº 257 DE 26/06/2018 PUBLICADA EM 26/06/2018	
PORTARIA Nº 291 DE 24/07/2018 PUBLICADA EM 09/08/2018	
PORTARIA Nº 313 DE 13/08/2018 PUBLICADA EM 15/08/2018	
PORTARIA Nº 301 DE 03/08/2018 PUBLICADA EM 15/08/2018	
PORTARIA Nº 332 DE 28/08/2018 PUBLICADA EM 31/08/2018	
PORTARIA Nº 336 DE 04/09/2018 PUBLICADA EM 04/09/2018	
PORTARIA Nº 361 DE 24/09/2018 PUBLICADA EM 28/09/2018	

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO faz saber que o COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO da CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS, no uso das competências que lhe conferem o Artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, bem como nos incisos III e XI do Artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), em obediência ao disposto no Artigo 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a divulgação da listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto, ainda em vigência, expedidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, nos termos do Artigo 12 do Decreto nº 10.139, de 2019.

Parágrafo único. Esta Resolução aplica-se a:

- I - Resoluções, de que trata o §1º do Artigo 5º da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno); e
- II - Comunicados, de que trata inciso XIII do Artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno).

Art. 2º A divulgação da listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto se dá na forma do Anexo, informando:

- I - tipo de ato;
- II - número do ato;
- III - data da publicação; e
- IV - ementa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

LISTAGEM COMPLETA DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES NO ÂMBITO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED)

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DO ATO	EMENTA
1.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2001.	Regulamenta a apresentação do Relatório de Comercialização (Apresentações e Salários e encargos) à Câmara de Medicamentos.
2.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 02, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.	Define que os processos administrativos e as investigações preliminares destinados a apurar o descumprimento das disposições da Medida Provisória nº 2.138-2, de 2000, deverão obedecer ao procedimento administrativo previsto no Capítulo V do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.
3.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 03, DE 31 DE JANEIRO DE 2001.	Exclui da incidência do regime de regulação da Medida Provisória nº 2.138-3, de 2001, os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos.
4.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 04, DE 31 DE JANEIRO DE 2001.	Disciplina sobre novos produtos e novas apresentações de medicamentos.
5.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 05, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001.	Revoga o Art. 2º da Resolução da Câmara de Medicamentos nº 3, de 31 de janeiro de 2001.



6.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 06, DE 10 DE ABRIL DE 2001.	Disciplina a sistemática prevista no § 2º, do art. 10 da Lei no 10.213, de 2001, para fins de dispensa da celebração de compromisso de ajustamento de conduta, define as novas margens de comercialização dos medicamentos sujeitos à incidência das alíquotas definidas nos artigos 1º e 2º da Lei no 10.147, de 2000; e define a publicidade dos preços de medicamentos.
7.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 07, DE 14 DE AGOSTO DE 2001.	Aprova o Regimento Interno da Câmara de Medicamentos.
8.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 08, DE 16 DE AGOSTO DE 2001.	Dispõe sobre a apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos.
9.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 09, DE 13 DE SETEMBRO DE 2001.	Disciplina as margens de comercialização dos medicamentos que não estão sujeitos à incidência das alíquotas definidas nos artigos 1º e 2º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000; e dá outras providências.
10.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 10, DE 15 DE OUTUBRO DE 2001.	Dispõe sobre a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos.
11.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 11, DE 19 DE OUTUBRO DE 2001.	Dispõe sobre a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos, estabelece a forma de definição do preço máximo ao consumidor dos medicamentos, e disciplina a publicidade dos preços de medicamentos.
12.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 12, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2001.	Estabelece nova redação para o artigo 8º do Regimento Interno da Câmara de Medicamentos.
13.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 13, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001.	Disciplina sobre novos produtos e novas apresentações de medicamentos.
14.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2002.	Dispõe sobre o reajuste de preços; a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos; estabelece a forma de definição do preço máximo ao consumidor dos medicamentos, e disciplina a publicidade dos preços de medicamentos.
15.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 02, 21 DE JANEIRO DE 2002.	Dispõe sobre a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos, estabelece a forma de definição do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos, e disciplina a publicidade dos preços de medicamentos.
16.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003.	Dispõe sobre o reajuste de preços; a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos; estabelece a forma de definição do preço máximo ao consumidor dos medicamentos, e disciplina a publicidade dos preços de medicamentos.
17.	RESOLUÇÃO CAMED Nº 02, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003.	Dispõe sobre a apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Medicamentos.
18.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, 27 DE JUNHO DE 2003.	Estabelece a lista de medicamentos a serem liberados dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços, de que trata o inciso IV do art. 6º da Medida Provisória nº 123, de 26 de junho de 2003.
19.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 29 DE JULHO DE 2003.	Aprova o Regimento Interno da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.
20.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 29 DE JULHO DE 2003.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
21.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2004.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos.
22.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 05 DE MARÇO DE 2004.	Aprova os critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de que trata o artigo 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003.
23.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 19 DE MARÇO DE 2004.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2004, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
24.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2005.
25.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 14 DE MARÇO DE 2005.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2005, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
26.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 15 DE JUNHO DE 2005.	Dispõe sobre alterações no Regimento Interno da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, anexo à Resolução CMED nº 3, de 29 de julho de 2003.
27.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 15 DE JUNHO DE 2005.	Dispõe sobre alterações no Anexo da Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004, que dispõe sobre os critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações, de que trata o art. 7º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003.
28.	RESOLUÇÃO CMED Nº 05, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2006, referente ao reajuste de preços de medicamentos.
29.	RESOLUÇÃO CMED Nº 06, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005.	Estabelece os critérios específicos para definição de preços iniciais de produtos novos e novas apresentações destinados à venda na forma fracionada.
30.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2006.
31.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 10 DE MARÇO DE 2006.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2006, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
32.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 28 DE SETEMBRO DE 2006.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2007, referente ao reajuste de preços de medicamentos.
33.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006.	Dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, sua aplicação, e altera a Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.
34.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 30 de março de 2007.
35.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 19 DE MARÇO DE 2007.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 30 de março de 2007, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
36.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2008, referente ao reajuste de preços de medicamentos.
37.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2008.
38.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 14 DE MARÇO DE 2008.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2008, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
39.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 01 DE JULHO DE 2008.	Acréscita dispositivos ao artigo 9º da Resolução nº 3, de 29 de julho de 2003, que institui o Regimento Interno da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.
40.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 07 DE AGOSTO DE 2008.	Altera o caput do artigo 1º da Resolução nº 4, de 18 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, sua aplicação, e altera a Resolução CMED nº 2, de 5 de março de 2004.
41.	RESOLUÇÃO CMED Nº 05, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2009, referente ao reajuste de preços de medicamentos.
42.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2009.
43.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 11 DE MARÇO DE 2009.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2009, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
44.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 04 DE MAIO DE 2009.	Proíbe a aplicação de Preço Máximo ao Consumidor - PMC a medicamentos de uso restrito a hospitais.
45.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 18 DE SETEMBRO DE 2009.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2010, referente ao reajuste de preços de medicamentos.
46.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2010.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2010.
47.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 08 DE MARÇO DE 2010.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante e do Preço Máximo ao Consumidor dos medicamentos em 31 de março de 2010, estabelece a forma de apresentação de Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
48.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.	Define o Fator de Produtividade - Fator X para o ano de 2011, referente ao reajuste anual dos preços de medicamentos.
49.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2011.
50.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.	Expede recomendação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
51.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 02 DE MARÇO DE 2011.	Dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, a sua aplicação, a nova forma de cálculo devido à mudança de metodologia adotada pela Organização das Nações Unidas - ONU, e sobre o Preço Máximo de Venda ao Governo - PMVG.



52.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 09 DE MARÇO DE 2011.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos em 31 de março de 2011, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
53.	RESOLUÇÃO CMED Nº 05, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.	Define o Fator de Produtividade para o ano de 2012, referente ao reajuste anual dos preços de medicamentos.
54.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 30 de março de 2012.
55.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 12 DE MARÇO DE 2012.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos em 31 de março de 2012, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
56.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 27 DE SETEMBRO DE 2012.	Define o Fator de Produtividade - Fator X para o ano de 2013, referente ao reajuste anual dos preços de medicamentos.
57.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 08 DE MARÇO DE 2013.	Estabelece critérios de composição de fatores para ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 30 de março de 2013.
58.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 03 DE ABRIL DE 2013.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
59.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos a ocorrer em 31 de março de 2014.
60.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 12 DE MARÇO DE 2014.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos em 31 de março de 2014, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
61.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.	Estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos.
62.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.	Institui o Sistema de Acompanhamento do Mercado de Medicamentos (SAMMED) a que se refere o inciso XII do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 2003.
63.	RESOLUÇÃO CMED Nº 03, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.	Aprova os critérios para definição de preços iniciais de medicamentos sujeitos aos procedimentos de registro e demais alterações elencadas na RDC Anvisa nº 31, de 29 de maio de 2014, RDC Anvisa nº 43, de 19 de setembro de 2014 e Portaria GM/MS nº 2.531, de 12 de novembro de 2014, submetidos ao controle de preços da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED.
64.	RESOLUÇÃO CMED Nº 04, DE 12 DE MARÇO DE 2015.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2015, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
65.	RESOLUÇÃO CMED Nº 05, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.	Retifica, em parte, a Resolução nº 1, de 23 de fevereiro de 2015, que estabelece os critérios de composição de fatores para o ajuste de preços de medicamentos.
66.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 14 DE MARÇO DE 2016.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2016, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
67.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.	Dispõe sobre ajuste extraordinário positivo de preços ante o risco de desabastecimento e dá diretrizes para o ajuste negativo de preços.
68.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 10 DE MARÇO DE 2017.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2017, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
69.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, 09 DE MARÇO DE 2018.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2018, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
70.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 16 DE ABRIL DE 2018.	Disciplina o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam as normas reguladoras do mercado de medicamentos.
71.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 26 DE MARÇO DE 2019.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de março de 2019, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
72.	RESOLUÇÃO CMED Nº 02, DE 26 DE MARÇO DE 2019.	Estabelece procedimentos para o monitoramento e liberação dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços de medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico.
73.	RESOLUÇÃO CMED Nº 01, DE 01 DE JUNHO DE 2020.	Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante (PF) e do Preço Máximo ao Consumidor (PMC) dos medicamentos em 31 de maio de 2020, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.
74.	COMUNICADO CAMED Nº 01, 23 DE JANEIRO DE 2001.	Comunica o prazo final para apresentação do Relatório de Comercialização e para proceder reajuste de preços de medicamentos.
75.	COMUNICADO CAMED Nº 2, 25 DE ABRIL DE 2001.	Comunica que o preço máximo ao consumidor vigente no dia 30 de abril de 2001, nos termos da Lei no 10.213, de 27 de março de 2001, deverá ser multiplicado pelos fatores de conversão apresentados nas tabelas em anexo.
76.	COMUNICADO CAMED Nº 3, 26 DE ABRIL DE 2001.	Comunica às empresas produtoras de medicamentos determinações referentes a preços de medicamentos.
77.	COMUNICADO CAMED Nº 4, DE 22 DE AGOSTO DE 2001.	Comunica que as planilhas constantes nos anexos I e II da Resolução nº 8, de 2001, da Câmara de Medicamentos, deverão ser preenchidas de acordo com as orientações do Manual de Preenchimento anexo.
78.	COMUNICADO CAMED Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2001.	Comunica às unidades varejistas informações sobre o aumento de preços de medicamentos.
79.	COMUNICADO CAMED Nº 6, DE 26 DE OUTUBRO DE 2001.	Comunica que a planilha constante do Anexo da Resolução nº 11, de 2001, da Câmara de Medicamentos, deverá ser preenchida de acordo com as orientações do Manual de Preenchimento anexo.
80.	COMUNICADO CAMED Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2002.	Comunica que a planilha constante no anexo II da Resolução nº 1, de 21 de janeiro de 2002, da Câmara de Medicamentos, deverá ser preenchida de acordo com as orientações do Manual de Preenchimento, em anexo.
81.	COMUNICADO CAMED Nº 2, DE 13 DE MARÇO DE 2002.	Comunica sobre os critérios para apuração dos ganhos relevantes e classificação da contribuição terapêutica.
82.	COMUNICADO CAMED Nº 3, DE 21 DE MARÇO DE 2002.	Trata de Pedido de Aditamento ao Requerimento de Habilitação para Concessão de Crédito Presumido e define Preço Fabricante - PF das novas apresentações e produtos novos sujeitos ao aditamento de que trata este Comunicado.
83.	COMUNICADO CAMED Nº 4, DE 17 DE JUNHO DE 2002.	Trata de Pedido de Aditamento ao Requerimento de Habilitação para Concessão de Crédito Presumido, define Preço Fabricante - PF e o Preço Máximo ao Consumidor - PMC das novas apresentações e produtos novos sujeitos ao aditamento de que trata este Comunicado.
84.	COMUNICADO CAMED Nº 5, DE 17 DE AGOSTO DE 2002.	Trata de Pedido de Aditamento ao Requerimento de Habilitação para Concessão de Crédito Presumido, define Preço Fabricante - PF e o Preço Máximo ao Consumidor - PMC das novas apresentações e produtos novos sujeitos ao aditamento de que trata este Comunicado.
85.	COMUNICADO CAMED Nº 6, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2002.	Comunica que a planilha constante da Resolução nº 2, de 2002, da Câmara de Medicamentos, deverão ser preenchidas de acordo com as orientações do Manual de Preenchimento anexo.
86.	COMUNICADO CAMED Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.	Apresenta orientações sobre a apresentação do Documento Informativo, previsto nos artigos 3º e 5º da Resolução nº 13, de 17 de dezembro de 2001.
87.	COMUNICADO CAMED Nº 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003.	Comunica sobre os fatores de conversão para cálculo do Preço Fabricante - PF.
88.	COMUNICADO CAMED Nº 2, DE 13 DE MARÇO DE 2003.	Exclui das regras de reajuste e de fixação de preços, de que trata o Protocolo de Intenções, de 27 de dezembro de 2002, os produtos e as classes terapêuticas listados na página eletrônica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.
89.	COMUNICADO CMED Nº 1, DE 1º DE AGOSTO DE 2003.	Apresenta esclarecimentos quanto ao preenchimento do Relatório de Comercialização.
90.	COMUNICADO CMED Nº 2, DE 02 DE SETEMBRO DE 2003.	Divulga as listas com Preços Máximos ao Consumidor - PMC e a lista de apresentações de medicamentos sob análise.



91.	COMUNICADO CMED Nº 3, DE 04 DE SETEMBRO DE 2003.	Trata da divulgação dos preços dos produtos farmacêuticos por meio de publicações especializadas, de forma impressa ou eletrônica.
92.	COMUNICADO CMED Nº 1, DE 04 DE MARÇO DE 2004.	Trata do cadastro dos usuários encarregados de encaminhar os relatórios de comercialização à CMED, a fim de que possam utilizar o Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamento-SAMMED.
93.	COMUNICADO CMED Nº 2, DE 19 DE MARÇO DE 2004.	Trata do preenchimento do Relatório de Comercialização.
94.	COMUNICADO CMED Nº 3, DE 26 DE MARÇO DE 2004.	Trata da transferência de titularidade e preenchimento do Relatório de Comercialização.
95.	COMUNICADO CMED Nº 4, DE 30 DE MARÇO DE 2004.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
96.	COMUNICADO CMED Nº 5, DE 20 DE ABRIL DE 2004.	Trata do Relatórios de Comercialização.
97.	COMUNICADO CMED Nº 6, DE 22 DE ABRIL DE 2004.	Divulga lista com Preço Fábrica - PF e Preço Máximo ao Consumidor - PMC; e lista de apresentações de medicamentos sob análise.
98.	COMUNICADO CMED Nº 7, DE 25 DE AGOSTO DE 2004.	Divulga lista de novas apresentações de medicamentos liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
99.	COMUNICADO CMED Nº 8, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
100.	COMUNICADO CMED Nº 1, DE 03 DE JANEIRO DE 2005.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
101.	COMUNICADO CMED Nº 2, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2005.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
102.	COMUNICADO CMED Nº 3, DE 01 DE MARÇO DE 2005.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
103.	COMUNICADO CMED Nº 4, DE 14 DE MARÇO DE 2005.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
104.	COMUNICADO CMED Nº 5, DE 17 DE MARÇO DE 2005.	Divulga a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
105.	COMUNICADO CMED Nº 6, DE 18 DE MARÇO DE 2005.	Publica as relações de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2.
106.	COMUNICADO CMED Nº 7, DE 23 DE MARÇO DE 2005.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
107.	COMUNICADO CMED Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2005.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
108.	COMUNICADO CMED Nº 9, DE 13 DE ABRIL DE 2005.	Divulga a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos que se encontravam classificados no Nível 3 e foram reclassificados para o Nível 1 ou para o Nível 2.
109.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 20 DE ABRIL DE 2005.	Divulga a relação das apresentações de medicamentos que se encontravam classificados no Nível 1 e foram reclassificados para o Nível 3.
110.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 23 DE MAIO DE 2005.	Divulga a relação das apresentações de medicamentos que foram reclassificadas entre os níveis descritos no § 1º do artigo 2º da Resolução nº 2, de 2005.
111.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 03 DE JUNHO DE 2005.	Trata de Pedido de Aditamento ao Requerimento de Habilitação para Concessão de Crédito Presumido, define Preço Fabricante - PF e o Preço Máximo ao Consumidor - PMC das novas apresentações e produtos novos sujeitos ao aditamento de que trata este Comunicado.
112.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 07 DE JUNHO DE 2005.	Trata de Pedido de Aditamento ao Requerimento de Habilitação para Concessão de Crédito Presumido, define Preço Fabricante - PF e o Preço Máximo ao Consumidor - PMC das novas apresentações e produtos novos sujeitos ao aditamento de que trata este Comunicado.
113.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 01 DE SETEMBRO DE 2005.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
114.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 1º DE JANEIRO DE 2006.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
115.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 1 DE FEVEREIRO DE 2006.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
116.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 10 DE MARÇO DE 2006.	Divulga as relações de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2.
117.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 20 DE MARÇO DE 2006.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
118.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 24 DE MARÇO DE 2006.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
119.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 30 DE MARÇO DE 2006.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
120.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 31 DE MARÇO DE 2006.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
121.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 23 DE JUNHO DE 2006.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
122.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 29 DE SETEMBRO DE 2006.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
123.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
124.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2006.	Estabelece a edição de "Orientação Interpretativa" para para tornar claro o sentido das normas atinentes à regulação econômica do mercado de medicamentos.
125.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006.	Esclarece sobre a definição do preço inicial de medicamentos novos.
126.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
127.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2007.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
128.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 19 DE MARÇO DE 2007.	Explica como é calculado o ajuste de preços de medicamentos.
129.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 19 DE MARÇO DE 2007.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
130.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 28 DE MARÇO DE 2007.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
131.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 03 DE ABRIL DE 2007.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
132.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 11 DE JULHO DE 2007.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
133.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
134.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.	Estabelece o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) para o ano de 2008.
135.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 2008.	Comunica a suspensão da aplicabilidade do Coeficiente de Ajuste de Preços - CAP no preço dos medicamentos RAPAMUNE, ERANZ e ENBREL, a fim de dar cumprimento a ordem judicial.
136.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 28 DE JANEIRO DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
137.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2008.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
138.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 14 DE MARÇO DE 2008.	Divulga a relação de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2 e a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
139.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 14 DE MARÇO DE 2008.	Informa que está disponível a correção do Sistema Sammed 2008.
140.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 27 DE MARÇO DE 2008.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
141.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 23 DE ABRIL DE 2008.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
142.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 23 DE ABRIL DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
143.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 19 DE MAIO DE 2008.	Comunica a suspensão da aplicabilidade do Coeficiente de Ajuste de Preços - CAP no preço do medicamento ERBITUX, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.
144.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 27 DE JUNHO DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
145.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
146.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
147.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 20 DE OUTUBRO DE 2008.	Divulga o novo rol de produtos em cujos preços serão aplicados o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, de acordo com a Resolução CMED nº 4, de 2006.
148.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
149.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
150.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.



151.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 12 DE MARÇO DE 2009.	Informa que as empresas produtoras de medicamentos deverão recalculas as alterações efetuadas nos preços das apresentações de medicamentos, em virtude da redução de alíquota de ICMS.
152.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 18 DE MARÇO DE 2009.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
153.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 27 DE MARÇO DE 2009.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
154.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2009.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
155.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 31 DE JULHO DE 2009.	Orienta sobre os novos procedimentos para protocolo de correspondências e documentos técnicos no âmbito da ANVISA.
156.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 13 DE AGOSTO DE 2009.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
157.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2009.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
158.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 03 DE FEVERIEIRO DE 2010.	Define o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP para o ano de 2010.
159.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2010.	Suspende os efeitos da Art. 3º da Resolução CMED nº 3, de 4 de maio de 2009.
160.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 04 DE MARÇO DE 2010.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
161.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 05 DE MARÇO DE 2010.	Divulga a relação de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2 e a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
162.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 08 DE MARÇO DE 2010.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
163.	COMUNICADO CMED Nº 06, 31 DE MARÇO DE 2010.	Divulga lista de novas apresentações de medicamentos liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
164.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 28 DE MAIO DE 2010.	Divulga lista de novas apresentações de medicamentos liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
165.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
166.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.	Restitui os efeitos da Resolução CMED nº 3, de 4 de maio de 2009, que passa a vigorar integralmente, em especial, o seu Art. 3º que volta a produzir todos os seus efeitos.
167.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 03 DE MARÇO DE 2011.	Informa sobre cadastro e atualização de dados dos representantes para acessar o Sistema SAMMED, para transmissão dos Relatórios de Comercialização à CMED.
168.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 03 DE MARÇO DE 2011.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
169.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 10 DE MARÇO DE 2011.	Divulga a relação de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2 e a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
170.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 10 DE MARÇO DE 2011.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
171.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 01 DE JUNHO DE 2011.	Divulga, no anexo, o novo rol de produtos em cujos preços serão aplicados o Coeficiente de Ajuste de Preços - CAP, de acordo com a Resolução CMED nº 3/2011; e Revoga o Comunicado nº 10, de 30.11.09, bem como o seu anexo.
172.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 20 DE JUNHO DE 2011.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
173.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.	Informa que, ante a notícia de descumprimento das normas da CMED pelas distribuidoras, poderá instaurar processo administrativo diretamente contra a empresa detentora do registro sanitário do medicamento no Brasil.
174.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
175.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
176.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 16 DE MARÇO DE 2012.	Define o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP para o ano de 2012.
177.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 16 DE MARÇO DE 2012.	Informa onde ficam divulgadas as relações de subclasses terapêuticas constantes dos níveis 1 e 2.
178.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 16 DE MARÇO DE 2012.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
179.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 29 DE MARÇO DE 2012.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
180.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 31 DE JULHO DE 2012.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
181.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 31 DE JULHO DE 2012.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
182.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 28 DE AGOSTO DE 2012.	Divulga, no anexo, o novo rol de produtos em cujos preços serão aplicados o Coeficiente de Ajuste de Preços - CAP, de acordo com a Resolução CMED nº 3/2011.
183.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
184.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 12 DE SETEBRO DE 2012.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
185.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 19 DE FEVERIRO DE 2013.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
186.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 20 DE MARÇO DE 2013.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
187.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 20 DE JUNHO DE 2013.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
188.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.	Define o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP para o ano de 2013.
189.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.	Comunica a suspensão da aplicabilidade do Coeficiente de Ajuste de Preços - CAP no preço do medicamento NAGLAZYME, a fim de dar cumprimento a ordem judicial.
191.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 26 DE MARÇO DE 2014.	Divulga a relação de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2 e a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
192.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 26 DE MARÇO DE 2014.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
193.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 31 DE MARÇO DE 2014.	Prorroga o prazo para apresentação do Relatório de Comercialização.
194.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 22 DE JULHO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
195.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 24 DE JULHO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
196.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
197.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
198.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.	Dispõe sobre a padronização prevista no Vocabulário Controlado de Formas Farmacêuticas, Vias de Administração e Embalagens de Medicamentos, com as formas farmacêuticas existentes.
199.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.	Divulga as fontes normalmente utilizadas na análise técnica para consulta e conferência dos preços internacionais.
200.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamentos liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
201.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
202.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.	Define o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP para o ano de 2015.
203.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.	Divulga lista de novas apresentações de medicamentos liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
204.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 25 DE MARÇO DE 2015.	Define o Fator de Produtividade (Fator X) e o Fator de ajuste de preços relativos entre setores (Fator Y) para o ano de 2015.
205.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 25 DE MARÇO DE 2015.	Divulga a relação de subclasses terapêuticas constantes dos Níveis 1 e 2 e a relação, por empresa, de apresentações de medicamentos classificados nos Níveis 1 e 2.
206.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 25 DE MARÇO DE 2015.	Orienta sobre o preenchimento do Relatório de Comercialização.
207.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 25 DE MARÇO DE 2015.	Dispõe que para a definição do Fator de Ajuste de Preços Relativos Intrasetores (Fator Z) será utilizado o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH), observando a conceituação dada pela Resolução CADE nº 2, de 29.05.12. Divulga, anexa, a relação dos grupos econômicos.
208.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 10 DE ABRIL DE 2015.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
209.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 15 DE JUNHO DE 2015.	Divulga lista de novas apresentações de medicamento liberadas dos critérios de ajuste e estabelecimento de Preço Fábrica - reconhecidas como similares.
210.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 29 DE JUNHO DE 2015.	Dispõe sobre a divulgação do Índice de Concentração - IHH do mercado medicamentos relativo ao ano de 2014 por subclasse terapêutica.



211.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
212.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.	Aprova a periodicidade semestral de apresentação e o novo modelo do Relatório de Comercialização. Revoga o Comunicado nº 07, de 28 de abril de 2015.
213.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.	Divulga a lista de apresentações de medicamentos que serão inativadas no Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos - SAMMED por não apresentarem comercialização nos últimos 5 anos (2010 a 2014).
214.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
215.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015.	Prorroga o prazo para envio do 2º Relatório de Comercialização de 2015.
216.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.	Divulga o Fator de Produtividade para o ano de 2016, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
217.	COMUNICADO CMED Nº 16, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
218.	COMUNICADO CMED Nº 17, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
219.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.	Comunica que será utilizada a alíquota de ICMS interna do Estado de destino para compor os cálculos do PF e do PMC, nas operações interestaduais que destinem bens a consumidor final, contribuinte ou não do imposto.
220.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
221.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 09 DE MARÇO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
222.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 09 DE MARÇO DE 2016.	Estabelece o valor do Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y).
223.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 31 DE MARÇO DE 2016.	Dispõe sobre o regime especial de utilização de crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
224.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 14 DE JUNHO DE 2016.	Define o percentual do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP para o ano de 2016.
225.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 14 DE JUNHO DE 2016.	Divulga a relação atualizada e consolidada dos grupos econômicos atuantes no mercado farmacêutico brasileiro, que serão considerados pela CMED para o cálculo do Fator Z., conforme definição constante do Comunicado nº 5, de 25.03.15.
226.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 28 DE JUNHO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
227.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga decisão do CTE sobre os critérios de precificação de medicamentos biológicos não novos.
228.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.	Comunica decisão do CTE sobre prazos de análise de recursos ao CTE, reconsiderações, medicamentos liberados e Documentos Informativos de Preço que envolvam casos omissos.
229.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
230.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga a relação atualizada e consolidada dos grupos econômicos atuantes no mercado farmacêutico brasileiro, que serão considerados pela CMED para o cálculo do Fator Z.
231.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga o índice de concentração de mercado por subclasse terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z que serão utilizados no ajuste de preços de 2017.
232.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 26 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga lista de apresentações de medicamentos que serão inativadas no SAMMED.
233.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 30 DE AGOSTO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
234.	COMUNICADO CMED Nº 16, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.	Divulga instruções para preenchimento do Relatório de Comercialização referente ao primeiro semestre de 2016.
235.	COMUNICADO CMED Nº 17, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.	Divulga o Fator de Produtividade para o ano de 2017, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
236.	COMUNICADO CMED Nº 18, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.	Divulga a lista de medicamentos liberados dos critérios de ajuste e estabelecimento de preço.
237.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 25 DE JANEIRO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
238.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
239.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.	Divulga o Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y) para o ano de 2017.
240.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 02 DE MARÇO DE 2017.	Divulga entendimentos do CTE referentes à análise de Documento Informativo de Preço de medicamento objeto de Transferência de Titularidade.
241.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 02 DE MARÇO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
242.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 30 DE MARÇO DE 2017.	Divulga o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) para o ano de 2017.
243.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 25 DE ABRIL DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
244.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 09 DE MAIO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
245.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 13 DE JUNHO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
246.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 26 DE JUNHO DE 2017.	Divulga a lista de apresentações de medicamentos que serão inativadas no SAMMED por não apresentarem comercialização nos últimos 5 anos.
247.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 21 DE JULHO DE 2017.	Atualiza a relação dos grupos econômicos, conforme definição constante do Comunicado nº 5, de 25 de março de 2015.
248.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 27 DE JULHO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
249.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.	Divulga a relação atualizada e consolidada dos grupos econômicos atuantes no mercado farmacêutico brasileiro, que serão considerados pela CMED para o cálculo do Fator Z.
250.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.	Divulga o índice de concentração de mercado por subclasse terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z que serão utilizados no ajuste de preços de 2018.
251.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.	Divulga o novo rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).
252.	COMUNICADO CMED Nº 16, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
253.	COMUNICADO CMED Nº 17, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.	Instruções para preenchimento do Relatório de Comercialização referente ao primeiro semestre de 2017.
254.	COMUNICADO CMED Nº 18, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017.	Divulga regras para informação e atualização do código de barras EAN no Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos - SAMMED.
255.	COMUNICADO CMED Nº 19, 04 DE OUTUBRO DE 2017.	Altera o Anexo do Comunicado nº 15, de 31 de agosto de 2017, que divulga o novo rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).
256.	COMUNICADO CMED Nº 20, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
257.	COMUNICADO CMED Nº 21, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.	Divulga o Fator de Produtividade para o ano de 2018, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
258.	COMUNICADO CMED Nº 22, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.	Altera o Anexo do Comunicado nº 15, de 31 de agosto de 2017, que divulga o novo rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).
259.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
260.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 06 DE MARÇO DE 2018.	Divulga o Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y) para o ano de 2018, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
261.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 09 DE MARÇO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
262.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 09 DE MARÇO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
263.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 17 DE MAIO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
264.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 22 DE JUNHO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
265.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 22 DE JUNHO DE 2018.	Divulga as hipóteses de inativação de medicamentos na base do Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos - SAMMED.

266.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 22 DE JUNHO DE 2018.	Atualiza a relação dos grupos econômicos, conforme definição constante do Comunicado nº 5, de 25 de março de 2015.
267.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 22 DE JUNHO DE 2018.	Divulga a lista de apresentações de medicamentos que serão inativadas no SAMMED por não apresentarem comercialização nos últimos 4 anos.
268.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 10 DE AGOSTO DE 2018.	Tornar insubsistente o Comunicado nº 10, de 30 de julho de 2018.
269.	COMUNICADO CMED Nº 12, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.	Divulga a relação atualizada e consolidada dos grupos econômicos atuantes no mercado farmacêutico brasileiro, que serão considerados pela CMED para o cálculo do fator Z.
270.	COMUNICADO CMED Nº 13, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.	Divulga o índice de concentração de mercado por subclasse terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z que serão utilizados no ajuste de preços de 2019.
271.	COMUNICADO CMED Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.	Divulga instruções para o preenchimento do Relatório de Comercialização referente ao primeiro semestre de 2018.
272.	COMUNICADO CMED Nº 15, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018.	Divulga o novo Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) para o ano de 2019.
273.	COMUNICADO CMED Nº 16, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
274.	COMUNICADO CMED Nº 17, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018.	Divulga o Fator de Produtividade para o ano de 2019, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
275.	COMUNICADO CMED Nº 18, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2018.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
276.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 28 DE JANEIRO DE 2019.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
277.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.	Divulga novas apresentações de medicamentos reconhecidas como similares às constantes da lista da Resolução nº 5, de 9 de outubro de 2003.
278.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 15 DE MARÇO DE 2019.	Divulga o Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y) para o ano de 2019, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
279.	COMUNICADO CMED Nº 04, DE 26 DE MARÇO DE 2019.	Divulga os grupos de medicamentos objeto da Resolução CMED nº 02, de 26 de março de 2019, que estabelece procedimentos para o monitoramento e liberação dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços de medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico.
280.	COMUNICADO CMED Nº 05, DE 25 DE ABRIL DE 2019.	Divulga os grupos de medicamentos a serem liberados dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços, nos termos da Resolução CMED nº 02, de 20 de março de 2019.
281.	COMUNICADO CMED Nº 06, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.	Divulga a lista de apresentações de medicamentos que serão inativadas no SAMMED por não apresentarem comercialização nos últimos 3 anos.
282.	COMUNICADO CMED Nº 07, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.	Atualiza a relação dos grupos econômicos, conforme definição constante do Comunicado nº 5, de 25 de março de 2015.
283.	COMUNICADO CMED Nº 08, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.	Divulga o Fator de Produtividade (Fator X) para o ano de 2020, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
284.	COMUNICADO CMED Nº 09, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.	Divulga o índice de concentração de mercado por subclasse terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do Fator Z que serão utilizados no ajuste de preços de 2020.
285.	COMUNICADO CMED Nº 10, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.	Divulga os grupos de medicamentos a serem liberados dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços, nos termos da Resolução CMED nº 02, de 20 de março de 2019.
286.	COMUNICADO CMED Nº 11, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.	Divulga o novo Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).
287.	COMUNICADO CMED Nº 01, DE 05 DE MARÇO DE 2020.	Divulga o Fator de Ajuste de Preços Relativos Entre Setores (Fator Y) para o ano de 2020, referente ao ajuste de preços de medicamentos.
288.	COMUNICADO CMED Nº 02, DE 05 DE MARÇO DE 2020.	Divulga os grupos de medicamentos a serem liberados dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços, nos termos da Resolução.
289.	COMUNICADO CMED Nº 03, DE 21 DE MAIO DE 2020.	Divulga o novo rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).

O jornalismo brasileiro nasceu com a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal impresso nos prelos da Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional.



IMPRENSA NACIONAL

Conexão com a informação oficial



Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 210, de 1º de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2020, Seção 1, pag. 2 Onde se lê: " Art. 1º Alterar a alínea "d", do inciso I, art. 6º da Portaria nº 199, de 23 de abril de 2020,...", Leia-se: "Art. 1º Alterar a alínea "d", do inciso I, art. 6º da Portaria nº 199, de 23 de junho de 2020,...".

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 12, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, considerando o disposto no artigo 8 da Instrução Normativa MAPA nº 36, de 24/11/2009, alterada pela Instrução Normativa nº 42, de 05/12/2011, e o que consta do Processo nº 21024.009430/2020-41, resolve:

Art. 1º Credenciar a Estação Experimental da empresa Proteplan Pesquisas e Assessoria Agrícola Ltda., CNPJ nº 34.761.575/0001-49, localizada na Rodovia BR-163, Km 762, Zona Rural, no município de Sorriso-MT, para a realização de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica, de fitotoxicidade e de resíduos para fins de registro de agrotóxicos e afins junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.002920/2007-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, sob o número BR-SC348, a empresa Sincol S/A Indústria e Comércio, CNPJ 83.053.660/0001-68, situada na Rua Alemanha, 197, bairro Sorgatto, Caçador/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO - HT e SECAGEM EM ESTUFA - KD.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria será provisório por um ano e em não constatada nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo por mais quatro anos, mantido o mesmo número do credenciamento provisório, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 97, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a relação de estabelecimentos que devem se registrar no Cadastro Geral de Classificadores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGC/MAPA de acordo com a Instrução Normativa SDA nº 9, de 21 de maio de 2019.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, no Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, na Instrução Normativa SDA nº 9, de 21 de maio de 2019, e o que consta do Processo nº 21000.041337/2020-07, resolve:

Art. 1º Deve-se registrar no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGC/MAPA), além das pessoas físicas e jurídicas previstas no artigo 3º da Instrução Normativa SDA nº 9, de 21/05/2019, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que por conta própria ou como intermediária:

- I - exporta grãos de soja para a China;
- II - exporta café grão cru para a China;
- III - exporta grãos de milho para a China;
- IV - exporta amendoim para a China;
- V - exporta maçã, mamão, manga, melão e uva para a União Europeia;

- VI - exporta amendoim para a União Europeia;
- VII - exporta castanha-do-Brasil para a União Europeia;
- VIII - exporta pimenta-do-Reino para a União Europeia;
- IX - exporta açúcar para a Colômbia;
- X - exporta grãos de soja para a Rússia;
- XI - exporta castanha-do-Brasil para os Países Árabes do Golfo - Arábia Saudita, Omã, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait;
- XII - distribui azeite de oliva;
- XIII - distribui óleo de bagaço de oliva;
- XIV - importa azeite de oliva; e
- XV - importa óleo de bagaço de oliva.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 03 de novembro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-19/G/Nº 15, de 11 de setembro de 2007, publicada no DOU Nº 187, de 27 de setembro de 2007, Seção 1, Página 57, que criou o Projeto de Assentamento MARIA CLEIDE DA SILVA, no Estado do Rio Grande do Norte, registrado no SIPRA sob o código RNO299000, onde se lê: "860,5560ha (oitocentos e sessenta hectares, cinquenta e cinco ares e sessenta centiares)", leia-se: "863,4118ha (oitocentos e sessenta e três hectares, quarenta e um ares e dezoito centiares)".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.393, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionado no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 15/04/2020, 12/08/2020 e 16/09/2020.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 15/04/2020, 12/08/2020 e 16/09/2020.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR BELMINO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.047703/2020-00

Proponente: Associação Brasileira de Futebol Social

Título: Copa Futebol Social

SLI: 2000566

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 11.479.792/0001-45

Cidade: São Paulo UF: SP

Valor autorizado para captação: R\$ 344.599,75

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1191 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 43694-1

Período de Captação até: 16/09/2023

2 - Processo: 71000.047282/2020-17

Proponente: Associação Comunidade do Atletismo - ACA

Título: Semente Olímpica do Atletismo - Ano IV

SLI: 2000590

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 08.586.849/0001-09

Cidade: Itajaí UF: SC

Valor autorizado para captação: R\$ 315.144,30

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4295 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25407-X

Período de Captação até: 16/09/2023

3 - Processo: 71000.047386/2020-13

Proponente: Associação Curitibana Desportiva

Título: Escolinha de Mountain Bike

SLI: 2000575

Manifestação Desportiva: Desporto Educacional

CNPJ: 00.648.686/0001-21

Cidade: Curitiba UF: PR

Valor autorizado para captação: R\$ 237.845,52

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1243 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 81214-5

Período de Captação até: 16/09/2023

4 - Processo: 71000.044023/2020-26

Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Título: Inclusão Pelo Esporte APAE Osório

SLI: 2000409

Manifestação Desportiva: Desporto Educacional

CNPJ: 88.881.198/0001-00

Cidade: Osório UF: RS

Valor autorizado para captação: R\$ 149.146,72

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0694 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35346-9

Período de Captação até: 16/09/2023

5 - Processo: 71000.045990/2020-13

Proponente: Associação dos Moradores dos Bairros Frutilandia I, II e Fulô do Mato

Título: Atleta Cidadão

SLI: 2000476

Manifestação Desportiva: Desporto Educacional

CNPJ: 40.984.593/0001-92

Cidade: Açu UF: RN

Valor autorizado para captação: R\$ 87.228,49

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0214 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 48296-X

Período de Captação até: 16/09/2023

6 - Processo: 71000.047981/2020-59

Proponente: Associação Duovizinhense de Volei de Praia

Título: Volei de Praia Dois Vizinhos

SLI: 2000521

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 27.847.676/0001-71

Cidade: Dois Vizinhos UF: PR

Valor autorizado para captação: R\$ 372.532,03

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0919 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 61645-1

Período de Captação até: 16/09/2023

7 - Processo: 71000.043459/2020-06

Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental

Título: Atividades Físicas Adaptadas e Inclusão - AFAI

SLI: 2000386

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação



CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 1.184.926,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 43410-8
Período de Captação até: 16/09/2023
8 - Processo: 71000.046979/2020-62
Proponente: Associação Projeto Vida Corrida
Título: Mulheres - Vida Corrida
SLI: 2000529
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 13.736.205/0001-81
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R\$ 521.126,32
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1744 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24822-3
Período de Captação até: 16/09/2023
9 - Processo: 71000.045190/2020-94
Proponente: Associação Recreativa e Cultural Buxa Futebol Sete
Título: AVAÍ F7
SLI: 2000443
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.523.824/0001-50
Cidade: Florianópolis UF: SC
Valor autorizado para captação: R\$ 316.497,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0016 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97071-9
Período de Captação até: 16/09/2023
10 - Processo: 71000.045317/2020-75
Proponente: Central Única das Favelas do Rio de Janeiro
Título: Taça das Favelas Nacional
SLI: 2000015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.052.228/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 1.226.909,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 02839-8
Período de Captação até: 16/09/2023
11 - Processo: 71000.045361/2020-85
Proponente: Central Única das Favelas do Rio de Janeiro
Título: Taça das Favelas
SLI: 2000031
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.052.228/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 1.461.655,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0472 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 02838-X
Período de Captação até: 16/09/2023
12 - Processo: 71000.045930/2020-92
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Participação em competições e treinamentos de ranqueamento da FIJ para participação nos JO 2024
SLI: 2000462
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 799.183,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0183 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39723-7
Período de Captação até: 16/09/2023
13 - Processo: 71000.041855/2020-91
Proponente: Confederação Brasileira de Saltos Ornamentais
Título: Saltos Brasil
SLI: 2000013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 28.119.180/0001-44
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R\$ 200.000,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3603 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62042-4
Período de Captação até: 12/08/2023
14 - Processo: 71000.047438/2020-51
Proponente: Federação Catarinense de Hipismo
Título: Etapa Final do Campeonato Catarinense de Categorias - Federação Catarinense de Hipismo
SLI: 2000586
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.889.206/0001-14
Cidade: Florianópolis UF: SC
Valor autorizado para captação: R\$ 795.008,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3174 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 30508-1
Período de Captação até: 16/09/2023
15 - Processo: 71000.046990/2020-22
Proponente: Formação - Centro de Apoio a Educação Básica
Título: Olimpíadas do Brincar ao Jogar
SLI: 2000571
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.300.957/0001-04
Cidade: São Luís UF: MA
Valor autorizado para captação: R\$ 580.496,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0020 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 102454-X
Período de Captação até: 16/09/2023
16 - Processo: 71000.045113/2020-34
Proponente: Fundação Esportiva Educacional - Pró Criança e Adolescente
Título: Uma Nova Visão do Jogo
SLI: 2000440
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 96.497.482/0001-06
Cidade: Santana de Parnaíba UF: SP
Valor autorizado para captação: R\$ 420.242,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1596 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35517-8
Período de Captação até: 16/09/2023
17 - Processo: 71000.045122/2020-25
Proponente: Instituto Barueri Paraolímpico IBP
Título: Bocha Paralímpica Barueri
SLI: 2000451
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.503.748/0001-60
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R\$ 176.876,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1529 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 68082-6
Período de Captação até: 16/09/2023

18 - Processo: 71000.041336/2020-22
Proponente: Instituto Novo Ser
Título: Praia Para Todos - Lazer e Desporto Adaptados nas Praias
SLI: 2000115
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 05.621.379/0001-70
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 878.218,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25212-3
Período de Captação até: 12/08/2023
19 - Processo: 71000.045578/2020-95
Proponente: Instituto Reação
Título: Reação Faixa Preta e Educação - Cuiabá - Ano II
SLI: 2000464
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.658.523/0001-43
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ14
Valor autorizado para captação: R\$ 1.476.033,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25814-8
Período de Captação até: 16/09/2023
20 - Processo: 71000.043986/2020-11
Proponente: Instituto Rumo Náutico
Título: Ano X - Projeto Grael - Ventos de Cidadania
SLI: 2000401
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.989.542/0001-27
Cidade: Niterói UF: RJ
Valor autorizado para captação: R\$ 3.517.216,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4767 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25679-X
Período de Captação até: 16/09/2023
21 - Processo: 71000.046974/2020-30
Proponente: Instituto Sempre Amigos
Título: Amigos do Tênis
SLI: 2000512
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 14.743.642/0001-95
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R\$ 603.134,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4328 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 4427-X
Período de Captação até: 16/09/2023
22 - Processo: 71000.046952/2020-70
Proponente: Instituto Superar
Título: Ano 2 - Lutando pela Inclusão
SLI: 2000551
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.076.111/0001-56
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R\$ 474.674,87
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3085 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 73738-0
Período de Captação até: 16/09/2023
23 - Processo: 71000.046913/2020-72
Proponente: Lacultesp - Lazer, Cultura e Esporte "Qualidade de Vida"
Título: Educ Esporte "Um passo para o Futuro" IV Edição
SLI: 2000544
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.587.710/0001-34
Cidade: Ribeirão Preto UF: SP
Valor autorizado para captação: R\$ 537.958,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 95660-0
Período de Captação até: 16/09/2023
24 - Processo: 71000.046992/2020-11
Proponente: Maestro Esporte Clube
Título: Ano 2 - Maestro da Bola - Excelência na Formação de Cidadãos
SLI: 2000539
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 28.592.200/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R\$ 601.060,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1519 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 64106-5
Período de Captação até: 16/09/2023
25 - Processo: 71000.042195/2020-65
Proponente: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico de Brumadinho
Título: Estação Conhecimento Brumadinho V
SLI: 2000335
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.206.692/0001-45
Cidade: Brumadinho UF: MG
Valor autorizado para captação: R\$ 4.229.007,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1669 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 27013-X
Período de Captação até: 12/08/2023
26 - Processo: 71000.045834/2020-44
Proponente: ONG ELite Sport Academy
Título: A caminho da Fórmula 1
SLI: 2000466
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.196.179/0001-79
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R\$ 3.046.756,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1022 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 53593-1
Período de Captação até: 16/09/2023
27 - Processo: 71000.055008/2019-70
Proponente: Praia Clube
Título: Liga Nacional Praia Clube
Registro: 02MG013842007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 25.762.741/0001-30
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor autorizado para captação: R\$ 1.799.562,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2591 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 58431-2
Período de Captação até: 15/04/2023
28 - Processo: 71000.048200/2020-43
Proponente: Prefeitura Municipal de Jacobina
Título: PEEL - Projeto Esporte - Educação
SLI: 2000647



Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 14.197.586/0001-30
Cidade: Jacobina UF: BA
Valor autorizado para captação: R\$ 213.139,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0135 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 58290-5
Período de Captação até: 16/09/2023
29 - Processo: 71000.044595/2020-13
Proponente: Uberlândia Esporte Clube - UEC
Título: Craques do Futuro VIII
SLI: 2000419
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 25.651.936/0001-03
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor autorizado para captação: R\$ 810.770,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4165 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29102-1
Período de Captação até: 16/09/2023

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.045773/2020-15
No Diário Oficial da União nº 181, de 21 de setembro de 2020, na Seção 1, página 95 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1390/2020, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para captação: R\$ 797.694,50, leia-se: Valor autorizado para captação: R\$ 807.303,94

Processo Nº 71000.042856/2020-52
No Diário Oficial da União nº 162, de 24 de agosto de 2020, na Seção 1, página 4 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1384/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0034 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 98571-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0034 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 89571-7.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 125, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 102/2020/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.082090/2017-43, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.082090/2017-43.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 32/2020, art. 2º, item 5º, de 27/02/2020, publicada no D.O.U. de 28/02/2020, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade LAR E CRECHE SÃO FRANCISCO, CNPJ 02.120.947/0001-61, IPAMERI-GO, com validade de 05 (cinco) anos, de 30/01/2018 a 29/01/2023, nos termos do artigo 5º do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 32/2020, art. 2º, item 5º, de 27/02/2020, D.O.U. de 28/02/2020.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 126, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 103/2020/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.047322/2020-12, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.047322/2020-12

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 33/2020 art. 2º, item 2º, de 27/02/2020, publicada no D.O.U. de 28/02/2020, que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MURIAÉ, CNPJ 18.990.499/0001-97, Muriaé-MG com validade de 03 (três) anos, de 30/12/2019 a 29/12/2022, nos termos do artigo 5º do Decreto 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 33/2020, art. 2º, item 2º de 27/02/2020, D.O.U. de 28/02/2020

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados; resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1. INSTITUTO PLURAL, 12.671.638/0001-33, CORNELIO PROCOPIO/PR, 71000.038271/2020-38, 56518/2020.

2. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 27.915.486/0001-44, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL, 71000.043389/2020-88, 56568/2020.

Art. 2º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico das seguinte entidades:

1. AAPECAN ASSOCIACAO DE APOIO A PESSOAS COM CANCER, 07.280.658/0001-43, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0004430/2019.

2. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECANTO NOSSO LAR, 00.320.484/0001-56, CATANDUVA/SP, 235874.0005560/2019.

3. INSTITUTO SOCIAL SAO CRISTOVAO, 66.493.909/0001-37, BAURU/SP, 235874.0005620/2019.

4. ASSOCIAÇÃO SÃO JERÔNIMO, 07.183.961/0001-28, CAPIVARI/SP, 235874.0006321/2019.

5. INSTITUTO CAMARÁ CALUNGA, 02.360.954/0001-30, SÃO VICENTE/SP, 235874.0007029/2019.

6. ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO EDUCATIVA, 17.961.032/0001-56, BARRETOS/SP, 235874.0007126/2019.

7. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BERTIOGA, 05.431.680/0001-11, BERTIOGA/SP, 235874.0007152/2019.

8. ASSOCIACAO SENSIBILIZAR - ASSEN, 08.148.044/0001-75, FRANCISCO BELTRÃO/PR, 235874.0007217/2019.

9. ASSOCIAÇÃO CENTRO DE REINTEGRAÇÃO VIAMOR, 29.088.340/0001-06, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, 235874.0008579/2019.

10. GRUPO DE AJUDA A CRIANÇA CARENTE COM CANCER DE PERNAMBUCO, 02.024.876/0001-01, RECIFE/PE, 235874.0009080/2019.

11. PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREVISÓ - PROAST, 01.834.678/0001-32, TREVISÓ/SC, 235874.0009630/2019.

12. CASA PADRE EDUARDO OBRAS UNIDAS SAO VICENTE DE PAULO, 75.500.470/0001-13, TERRA RICA/PR, 235874.0009748/2019.

13. ASSOCIAÇÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO DE FORTALEZA, 07.248.172/0001-28, FORTALEZA/CE, 235874.0009785/2019.

14. ORGANIZAÇÃO VIDA NOVA ESCOLA EXPERIMENTAL CASA DAS MANGUEIRAS, 46.940.680/0001-24, RIBEIRÃO PRETO/SP, 235874.0010391/2020.

15. ABRASOCIAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇOS SOCIAIS, 23.891.159/0001-49, BELO HORIZONTE/MG, 235874.0010558/2020.

16. ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO E APOIO AOS MENORES DE PIUMHI AVAMEP, 12.356.331/0001-48, PIUMHI/MG, 235874.0012640/2020.

17. CASA DO CAMINHO ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA, 23.773.463/0001-91, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG, 235874.0014365/2020.

18. INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DE PRAIA GRANDE-PG SOCIAL, 09.452.419/0001-59, PRAIA GRANDE/SP, 235874.0014567/2020.

19. ASSOCIAÇÃO LAR SAGRADA FAMÍLIA, 00.747.598/0001-87, MONTENEGRO/RS, 235874.0015299/2020.

20. ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ, 05.649.638/0001-71, SANTA FÉ/PR, 235874.0015527/2020.

21. ASSOCIAÇÃO INDIGENISTA - ASSINDI - MARINGÁ, 04.441.908/0001-91, MARINGÁ/PR, 235874.0015574/2020.

22. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUZIÂNIA - APAE, 04.296.788/0001-86, LUZIÂNIA/GO, 235874.0016447/2020.

23. ASSOCIAÇÃO CT CENTRO TERAPÊUTICO, 05.776.147/0001-91, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0016688/2020.

24. CLIPE ASSOCIAÇÃO CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA ESPECIALIZADA, 05.760.998/0001-46, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0016657/2020.

25. INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL CASA DO CAMINHO ANANIAS, 74.333.808/0001-27, SANTO ANDRÉ/SP, 235874.0016921/2020.

26. INAV INSTITUTO AUDIOVISAO, 10.733.963/0001-58, CAXIAS DO SUL/RS, 235874.0017178/2020.

27. CASA DOS VELHOS DE QUATÁ, 47.609.185/0001-08, QUATÁ/SP, 235874.0017760/2020.

28. LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 13.599.665/0001-05, DESTERRO DO MELO/MG, 235874.0017878/2020.

29. CASA LAR FAMÍLIA FELIZ, 24.125.892/0001-15, CIDADE GAÚCHA/PR, 235874.0016724/2020.

30. CASA DE ACOLHIMENTO RESGATAR, 02.115.984/0001-81, SUMARÉ/SP, 235874.0018267/2020.

31. ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES ESTRELA DE BELÉM, 92.395.672/0001-61, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0018470/2020.

32. CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO, 89.158.737/0001-40, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0018630/2020.

33. ASILO DE MENDICIDADE DE SÃO LUÍS, 06.296.099/0001-05, SÃO LUÍS/MA, 235874.0018617/2020.

34. ASSOCIAÇÃO COMITÊ RIO DA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME A MISÉRIA E PELA VIDA, 00.346.076/0001-73, RIO DE JANEIRO/RJ, 235874.0018887/2020.

35. ASSOCIAÇÃO CASA DE PASSAGEM DE SAPUCAIA DO SUL - ACAPASS, 06.250.462/0001-43, SAPUCAIA DO SUL/RS, 235874.0018969/2020.

36. CASA DE REPOUSO CONFRADE OLÍEN JOSÉ DO NASCIMENTO DE LAGOA FORMOSA, 04.876.858/0001-75, LAGOA FORMOSA/MG, 235874.0019243/2020.

37. MINHA CAMPINAS, 04.341.844/0001-57, CAMPINAS/SP, 235874.0014549/2020.

38. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JORGE D'OESTE, 78.687.332/0001-83, SÃO JORGE D'OESTE/PR, 235874.0003464/2019.

Art. 3º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 128, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1. EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO DE BEBEDOURO, 51.796.621/0001-64, BEBEDOURO/SP, 71000.134384/2014-15, 40909/2020, de 01/01/2015 a 31/12/2017.

2. ASSOCIAÇÃO CASA DE CONVIVENCIA NOSSA SENHORA RAINHA DA PAZ, 14.222.959/0001-86, GUARULHOS/SP, 71000.012826/2020-11, 56343/2020, de 03/03/2020 a 02/03/2025.

3. INSTITUIÇÃO DE AMPARO ARCA DE NOÉ, 25.643.313/0001-99, TRES CORACOES/MG, 71000.028550/2020-93, 56387/2020, de 17/07/2020 a 16/07/2025.

4. ASSOCIAÇÃO DA MULHER SALINENSE - AMUSA, 25.216.649/0001-75, SALINAS/MG, 71000.039922/2020-15, 56526/2020, de 09/07/2020 a 08/07/2025.

5. ESCOLA VIVA BEATRIZ DA CONCEIÇÃO, 56.355.134/0001-80, SAO JOSE DO RIO PRETO/SP, 71000.038928/2020-67, 56519/2020, de 26/06/2021 a 25/06/2024.

Art. 2º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico da seguinte entidade e período de validade de certificação:

1. CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESPIRITO SANTO - CIEE/ES, 01.219.199/0001-06, VITÓRIA/ES, 235874.0004331/2019 de 05/07/2019 a 04/07/2022.

2. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ, 83.793.083/0001-40, TIMBÓ/SC, 235874.0004713/2019 de 10/11/2019 a 09/11/2022.

3. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA SANTA BÁRBARA, 02.760.250/0001-55, NOVA SANTA BÁRBARA/PR, 235874.0005431/2019 de 30/08/2020 a 29/08/2025.



4. LAR DOS IDOSOS DR ANTONIO ANADAO, 51.882.124/0001-89, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA/SP, 235874.0006154/2019 de 03/10/2019 a 02/10/2024.

5. CENTRO SOCIAL DON JOÃO COSTA, 11.018.520/0001-48, RECIFE/PE, 235874.0005939/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2024.

6. CENTRO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS ESPECIAIS DE CHARQUEADA FERMINIO GAVA, 11.874.403/0001-86, CHARQUEADA/SP, 235874.0006384/2019 de 05/12/2019 a 04/12/2024.

7. ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PROJETO CRIANÇA FELIZ, 03.612.701/0001-70, SÃO JOÃO DE MERITI/RJ, 235874.0006427/2019 de 03/03/2020 a 02/03/2025.

8. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS DE TRIUNFO, 90.259.508/0001-00, TRIUNFO/RS, 235874.0003773/2019 de 06/09/2019 a 05/09/2022.

9. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARROIO GRANDE, 91.571.414/0001-26, ARROIO GRANDE/RS, 235874.0006563/2019 de 29/06/2020 a 28/06/2025.

10. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARILÂNDIA DO SUL, 78.975.349/0001-36, MARILÂNDIA DO SUL/PR, 235874.0006850/2019 de 30/09/2020 a 29/09/2025.

11. ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BENEFICENTE PAULO DE TARSO, 59.904.458/0001-18, SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP, 235874.0007054/2019 de 08/05/2020 a 07/05/2023.

12. LAR DOS IDOSOS MONSENHOR ROCHA DE CARATINGA, 22.057.970/0001-66, CARATINGA/MG, 235874.0007127/2019 de 22/02/2020 a 21/02/2025.

13. CIDADE DOS MENINOS, 20.626.016/0001-11, GOVERNADOR VALADARES/MG, 235874.0007147/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2024.

14. CENTRO DE REFERENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, 03.888.031/0001-19, CONTAGEM/MG, 235874.0007243/2019 de 31/10/2019 a 30/10/2024.

15. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITABIRITO, 20.067.328/0001-32, ITABIRITO/MG, 235874.0007887/2019 de 18/10/2019 a 17/10/2022.

16. ASSOCIAÇÃO SERVINDO E PROTEGENDO, 08.949.099/0001-84, BELO HORIZONTE/MG, 235874.0004605/2019 de 26/01/2020 a 25/01/2023.

17. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ, 78.276.847/0001-90, IVAIPORÃ/PR, 235874.0008618/2019 de 10/12/2020 a 09/12/2023.

18. ESCOLA ESPECIALIZADA LICA O DE VIDA, 02.828.669/0001-00, TIJUCAS DO SUL/PR, 235874.0008605/2019 de 26/10/2020 a 25/10/2025.

19. CASA DE ORAÇÃO MISSIONÁRIOS DA LUZ, 96.488.101/0001-22, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, 235874.0008691/2019 de 01/10/2020 a 30/09/2023.

20. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 23.096.506/0001-41, SANTA VITÓRIA/MG, 235874.0008746/2019 de 25/10/2020 a 24/10/2025.

21. FUNDAÇÃO LVF "LUGAR DE VIVER FELIZ DE BARRETOS", 05.144.242/0001-72, BARRETOS/SP, 235874.0008791/2019 de 14/08/2020 a 13/08/2025.

22. SANTO ÂNGELO - RETIRO DOS IDOSOS UNIVERSINA CARRERA MACHADO, 89.080.923/0001-04, SANTO ÂNGELO/RS, 235874.0008836/2019 de 01/06/2020 a 31/05/2025.

23. CASA BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO, 03.255.240/0001-25, SENADOR FIRMINO/MG, 235874.0008570/2019 de 17/07/2020 a 16/07/2025.

24. CASA LAR PARA IDOSOS ANTÔNIO ASTONE MAROTTA, 12.014.362/0001-10, DORES DO TURVO/MG, 235874.0008895/2019 de 01/06/2020 a 31/05/2025.

25. SOCIEDADE ESPÍRITA LUZ NO CAMINHO DR. FERNANDO DO Ó, 94.443.678/0001-92, SANTA MARIA/RS, 235874.0008115/2019 de 01/06/2020 a 31/05/2025.

26. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 54.132.840/0001-37, VÁRZEA PAULISTA/SP, 235874.0006387/2019 de 25/08/2020 a 24/08/2023.

27. CONSELHO CENTRAL DE ITAUNA, 21.259.197/0001-58, ITAÚNA/MG, 235874.0009112/2019 de 14/12/2020 a 13/12/2025.

28. ASSOCIAÇÃO PAULA ELIZABETE, 01.947.440/0001-13, MONTES CLAROS/MG, 235874.0008423/2019 de 28/06/2020 a 27/06/2025.

29. CASA DOS VELHOS IRMA ALICE, 49.070.097/0001-06, GUARULHOS/SP, 235874.0009277/2019 de 01/01/2020 a 31/12/2022.

30. CENTRO DE ACOLHIMENTO MARTINHO LUTERO, 01.953.014/0001-92, SANTO ÂNGELO/RS, 235874.0009353/2019 de 24/10/2020 a 23/10/2023.

31. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, 20.288.940/0001-35, BARROSO/MG, 235874.0009857/2019 de 29/07/2020 a 28/07/2023.

32. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIRADENTES, 03.558.755/0001-02, TIRADENTES/MG, 235874.0010284/2019 de 22/03/2020 a 21/03/2025.

33. ASILO DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PULO DE ALVINÓPOLIS, 16.719.445/0001-66, ALVINÓPOLIS/MG, 235874.0010476/2020 de 15/08/2020 a 14/08/2025.

34. ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DO BRASIL - AIB, 33.601.840/0001-69, GOIÂNIA/GO, 235874.0010638/2020 de 14/05/2020 a 13/05/2025.

35. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAPORÉ, 88.674.130/0001-50, GUAPORÉ/RS, 235874.0010950/2020 de 22/03/2020 a 21/03/2023.

36. LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 44.519.866/0001-89, DOIS CÔRREGOS/SP, 235874.0011100/2020 de 30/03/2020 a 29/03/2025.

37. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COTIA- APAE COTIA, 56.343.015/0001-07, COTIA/SP, 235874.0011173/2020 de 08/12/2020 a 07/12/2023.

38. CENTRO JUVENIL DOM BOSCO, 00.176.277/0001-70, FORTALEZA/CE, 235874.0011172/2020 de 27/02/2020 a 26/02/2025.

39. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 20.045.597/0001-06, SÃO GOTARDO/MG, 235874.0011153/2020 de 08/05/2020 a 07/05/2025.

40. INSTITUTO JESUS, 21.562.194/0001-99, JUIZ DE FORA/MG, 235874.0011281/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.

41. ASS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE STO A PINHAL, 00.372.186/0001-00, SANTO ANTÔNIO DO PINHAL/SP, 235874.0011340/2020 de 03/03/2020 a 02/03/2025.

42. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PINHEIROS-ES, 31.788.318/0001-02, PINHEIROS/ES, 235874.0011386/2020 de 06/11/2020 a 05/11/2025.

43. FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA COUTINHO, 03.389.507/0001-77, NOVA ANDRADINA/MS, 235874.0011432/2020 de 12/05/2020 a 11/05/2025.

44. ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE TUPI PAULISTA, 72.700.305/0001-17, TUPI PAULISTA/SP, 235874.0011473/2020 de 11/03/2020 a 10/03/2025.

45. MOVIMENTO DE AJUDA FAMILIAR DE OCARA MAFO, 07.336.571/0001-40, OCARA/CE, 235874.0011538/2020 de 16/05/2020 a 15/05/2025.

46. ASSOCIACAO PARAIBANA DE EQUOTERAPIA, 03.875.528/0001-00, JOÃO PESSOA/PB, 235874.0011522/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

47. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARIRI, 46.181.244/0001-19, BARIRI/SP, 235874.0011783/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.

48. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNIDADE DE AMOR RAINHA DA PAZ, 04.711.046/0001-70, SANTANA DE PARNAÍBA/SP, 235874.0013054/2020 de 22/12/2020 a 21/12/2023.

49. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIRAIARAS, 90.484.015/0001-65, IBIRAIARAS/RS, 235874.0014089/2020 de 04/04/2020 a 03/04/2025.

50. COASSEJE - CASA DE ORIENTAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL SEAREIROS DE JESUS, 43.266.378/0001-44, AMERICANA/SP, 235874.0014030/2020 de 01/06/2020 a 31/05/2023.

51. LEGIÃO MIRIM DE PIRATININGA, 47.640.305/0001-21, PIRATININGA/SP, 235874.0014472/2020 de 01/06/2020 a 31/05/2025.

52. CENTRO SOCIAL ACHILLES DINIZ COUTO, 97.387.476/0001-69, CURVELO/MG, 235874.0014456/2020 de 16/05/2020 a 15/05/2025.

53. ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOT, 92.410.497/0001-34, JABOTICABA/RS, 235874.0014791/2020 de 14/05/2020 a 13/05/2025.

54. AMOC, 03.831.826/0001-90, MOREILÂNDIA/PE, 235874.0014729/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

55. LAR DOS IDOSOS E CENTRO PROMOCIONAL DOM SCALABRINI, 77.815.322/0001-13, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR, 235874.0014839/2020 de 23/06/2020 a 22/06/2025.

56. INSTITUTO DE FORMAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISA SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 20.058.111/0001-66, UBERABA/MG, 235874.0015111/2020 de 18/07/2020 a 17/07/2023.

57. ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS - CASA DE PASSAGEM PANAMBI, 04.283.364/0001-87, PANAMBI/RS, 235874.0015224/2020 de 17/07/2020 a 16/07/2025.

58. CENTRO DE AÇÃO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 76.693.688/0001-02, CURITIBA/PR, 235874.0015232/2020 de 30/07/2020 a 29/07/2025.

59. CENTRO CULTURAL ESPIRITA JARDELINO RAMOS, 88.707.799/0001-00, CAXIAS DO SUL/RS, 235874.0015754/2020 de 12/06/2020 a 11/06/2025.

60. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CURITIBANA, 72.258.395/0001-38, CURITIBA/PR, 235874.0011702/2020 de 29/06/2020 a 28/06/2023.

61. ASSOCIACAO BENEFICENTE CRISTA RESTITUIR, 08.917.246/0001-34, JUIZ DE FORA/MG, 235874.0015894/2020 de 01/06/2020 a 31/05/2025.

62. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEUTONIA, 94.705.381/0001-58, TEUTÔNIA/RS, 235874.0015887/2020 de 15/05/2020 a 14/05/2023.

63. ASSOCIACAO CUIDAR BEM/MG - ACB, 10.626.829/0001-58, CONTAGEM/MG, 235874.0016017/2020 de 30/11/2020 a 29/11/2025.

64. CASA DE APOIO A CRIANÇA COM CÂNCER DURVAL PAIVA, 01.396.800/0001-36, NATAL/RN, 235874.0015984/2020 de 23/08/2020 a 22/08/2023.

65. ASSOCIACAO SAL DA TERRA - AST, 12.391.490/0001-83, SÃO CARLOS/SP, 235874.0015893/2020 de 29/12/2020 a 28/12/2023.

66. RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA PARÓQUIA SANT'ANA, 57.054.215/0001-02, ITAPEVA/SP, 235874.0016130/2020 de 10/12/2020 a 09/12/2025.

67. LAR DE CRIANÇAS SANTA RITA, 03.623.964/0001-84, DOURADOS/MS, 235874.0016121/2020 de 13/11/2020 a 12/11/2023.

68. ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE FATURENSE, 44.550.077/0001-00, FARTURA/SP, 235874.0016158/2020 de 25/11/2020 a 24/11/2025.

69. ESPAÇO GERAÇÃO CIDADÃ DE ARTE E CULTURA, 05.541.067/0001-57, FORTALEZA/CE, 235874.0010888/2020 de 29/06/2020 a 28/06/2025.

70. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - MARAVILHA SC, 78.472.545/0001-98, MARAVILHA/SC, 235874.0016456/2020 de 01/08/2020 a 31/07/2023.

71. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUA, 79.628.277/0001-13, PARANAGUÁ/PR, 235874.0011196/2020 de 11/08/2020 a 10/08/2023.

72. CARITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE, 07.628.001/0001-24, LIMOEIRO DO NORTE/CE, 235874.0016684/2020 de 28/01/2021 a 27/01/2026.

73. VILA VICENTINA EM BROTAS, 44.719.615/0001-48, BROTAS/SP, 235874.0016973/2020 de 23/04/2021 a 22/04/2024.

74. ASSOCIAÇÃO RESGATE DOS VALORES PELA ARTE - REVARTE, 03.223.058/0001-92, FORTALEZA/CE, 235874.0017006/2020 de 31/10/2020 a 30/10/2025.

75. CASA DE APOIO DOM PEDRO LUIZ, 19.579.120/0001-13, FRANCA/SP, 235874.0017034/2020 de 27/03/2021 a 26/03/2026.

76. SERVIÇO ASSISTENCIAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - SAMA, 45.626.546/0001-90, BRAGANÇA PAULISTA/SP, 235874.0017137/2020 de 29/05/2021 a 28/05/2024.

77. ASSOCIAÇÃO ACOLHIMENTO BOM PASTOR, 04.115.907/0001-57, JUNDIAÍ/SP, 235874.0017192/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

78. FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E CULTURAL JOSÉ FUGA, 06.267.616/0001-00, MARAU/RS, 235874.0017191/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

79. LAR VICENTINO CHICO NORBERTO, 19.091.602/0001-20, PERDÕES/MG, 235874.0017182/2020 de 10/08/2020 a 09/08/2025.

80. ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO SANTA CLARA, 02.067.677/0001-72, CAMPINAS/SP, 235874.0017221/2020 de 25/06/2020 a 24/06/2023.

81. ASSOCIACAO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PICARRAS, 76.707.470/0001-51, PIÇARRAS/SC, 235874.0017306/2020 de 29/06/2020 a 28/06/2025.

82. VIA PRO DOAÇÕES E TRANSPLANTES, 04.043.606/0001-65, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0015595/2020 de 26/10/2020 a 25/10/2025.

83. INSTITUTO LUCAS AMOROSO, 09.017.944/0001-46, SÃO PAULO/SP, 235874.0017381/2020 de 29/06/2020 a 28/06/2025.

84. ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DE SETE LAGOAS- ADVISETE, 18.272.211/0001-49, SETE LAGOAS/MG, 235874.0016178/2020 de 27/07/2020 a 26/07/2025.

85. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇAPAVA, 45.848.140/0001-52, CAÇAPAVA/SP, 235874.0017473/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.

86. CENTRO SOCIAL IRMÃ MADALENA, 04.693.046/0001-94, ITAPETININGA/SP, 235874.0017528/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

87. INSTITUTO TIBAGI, 05.726.562/0001-30, CURITIBA/PR, 235874.0017042/2020 de 28/09/2020 a 27/09/2025.

88. ASSOCIAÇÃO GRUPO ASSISTENCIAL LUIZ SÉRGIO, 51.440.105/0001-00, SÃO PAULO/SP, 235874.0017799/2020 de 24/04/2021 a 23/04/2026.

89. CIRCO LAHETO, 01.206.329/0001-76, GOIÂNIA/GO, 235874.0017783/2020 de 29/06/2020 a 28/06/2025.

90. COMUNIDADE DA SAGRADA FACE DE JESUS CRISTO, 02.390.402/0001-75, LUZIÂNIA/GO, 235874.0017121/2020 de 31/10/2020 a 30/10/2025.

91. FUNDAÇÃO LAR HARMONIA, 00.405.171/0001-09, SALVADOR/BA, 235874.0017580/2020 de 29/12/2020 a 28/12/2023.

92. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARIQUERA-AÇU, 04.484.544/0001-27, PARIQUERA-AÇU/SP, 235874.0018025/2020 de 26/10/2020 a 25/10/2025.

93. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGROLÂNDIA, 83.783.712/0001-51, AGROLÂNDIA/SC, 235874.0018156/2020 de 11/05/2021 a 10/05/2026.

94. INSTITUTO EDUCACIONAL FRATERNIDADE CRISTÃ, 20.181.129/0001-50, GOVERNADOR VALADARES/MG, 235874.0017198/2020 de 31/07/2020 a 30/07/2025.

95. PROJETO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE DO ADOLESCENTE, 04.925.919/0001-47, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, 235874.0018230/2020 de 20/08/2020 a 19/08/2025.

96. INSTITUTO POLITRIZ, 08.996.857/0001-15, UBERLÂNDIA/MG, 235874.0018223/2020 de 31/07/2020 a 30/07/2025.

97. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXC EPC APAE DE RONCADOR, 00.328.207/0001-90, RONCADOR/PR, 235874.0018030/2020 de 20/12/2020 a 19/12/2025.

98. NÚCLEO DE APOIO SOCIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE, 04.692.654/0001-84, ITARIRI/SP, 235874.0018273/2020 de 17/07/2020 a 16/07/2025.

99. ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR FONTE DE ÁGUA VIVA, 57.519.654/0001-43, PAULÍNIA/SP, 235874.0018412/2020 de 05/03/2021 a 04/03/2024.

100. ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPAO DA CANOA, 90.257.007/0001-86, CAPÃO DA CANOA/RS, 235874.0018461/2020 de 29/12/2020 a 28/12/2025.

101. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO, 11.712.456/0001-09, SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC, 235874.0018449/2020 de 29/12/2020 a 28/12/2023.

102. CÍRCULO DE AMIGOS DA PARÓQUIA DE SANTA MADRE CABRINI, 54.166.616/0001-66, SÃO CARLOS/SP, 235874.0018528/2020 de 09/07/2020 a 08/07/2025.

103. UNIÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO SUL, 90.299.116/0001-66, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0018568/2020 de 27/08/2020 a 26/08/2025.

104. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 86.711.637/0001-01, BRUMADINHO/MG, 235874.0018559/2020 de 20/07/2020 a 19/07/2023.

105. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DA BAIXA MOGIANA - FONTE VIVA, 04.708.024/0001-50, MOJI MIRIM/SP, 235874.0018602/2020 de 29/06/2021 a 28/06/2026.

106. FUNDAÇÃO SÃO JOAQUIM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 00.147.513/0001-20, RIO DE JANEIRO/RJ, 235874.0018623/2020 de 30/01/2021 a 29/01/2026.

107. LAR SAO VICENTE DE PAULO, 25.648.155/0001-60, CAMPOS GERAIS/MG, 235874.0018634/2020 de 13/07/2020 a 12/07/2025.

108. ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPINZAL, 83.826.370/0001-00, CAPINZAL/SC, 235874.0018683/2020 de 28/09/2020 a 27/09/2025.



109. ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL E ENSINO ESPECIAL PROFISSIONALIZANTE, 59.042.234/0001-44, OSASCO/SP, 235874.0018674/2020 de 25/07/2020 a 24/07/2025.
110. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTI, 01.425.133/0001-72, JABOTI/PR, 235874.0018739/2020 de 13/09/2020 a 12/09/2023.
111. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, 91.573.261/0001-56, SANTA BÁRBARA DO SUL/RS, 235874.0015050/2020 de 05/11/2020 a 04/11/2025.
112. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, 78.973.021/0001-80, CENTENÁRIO DO SUL/PR, 235874.0018781/2020 de 14/08/2020 a 13/08/2023.
113. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 80.624.927/0001-31, GALVÃO/SC, 235874.0018776/2020 de 14/08/2020 a 13/08/2025.
114. VILA VICENTINA DE PORTO ALEGRE/RS-OBRA UNIDA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 92.967.447/0001-52, PORTO ALEGRE/RS, 235874.0019280/2020 de 04/10/2020 a 03/10/2025.
115. APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IGUATU, 03.530.341/0001-67, IGUATU/CE, 235874.0019421/2020 de 26/07/2020 a 25/07/2025.
116. SHD - SOCIEDADE HUMANA DESPERTAR, 00.958.354/0001-43, SUMARÉ/SP, 235874.0019460/2020 de 18/07/2021 a 17/07/2024.
117. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO BONITO, 81.270.316/0001-03, CAMPO BONITO/PR, 235874.0019571/2020 de 29/10/2020 a 28/10/2025.
118. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS, 18.645.119/0001-87, POUSO ALEGRE/MG, 235874.0019537/2020 de 23/11/2020 a 22/11/2023.
119. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACAREZINHO, 78.212.271/0001-06, JACAREZINHO/PR, 235874.0019678/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.
120. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE LAGUNA, 82.579.467/0001-00, LAGUNA/SC, 235874.0019858/2020 de 25/10/2020 a 24/10/2025.
121. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CENTRALINA, 23.094.329/0001-64, CENTRALINA/MG, 235874.0019715/2020 de 07/10/2020 a 06/10/2025.
122. CENTRO DE APRENDIZAGEM METÓDICA PROFISSIONALIZANTE, 46.400.776/0001-08, MOGI GUAÇU/SP, 235874.0019931/2020 de 21/12/2020 a 20/12/2023.
123. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 19.107.754/0001-73, MONSENHOR PAULO/MG, 235874.0020064/2020 de 18/09/2020 a 17/09/2025.
124. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, 83.076.232/0001-50, CONCÓRDIA/SC, 235874.0020040/2020 de 24/07/2021 a 23/07/2024.
125. FUNDAÇÃO MONIQUE LECLERCQ, 03.152.784/0001-61, SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG, 235874.0020165/2020 de 24/08/2020 a 23/08/2025.
126. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FELIXLANDIA, 02.698.456/0001-00, FELIXLÂNDIA/MG, 235874.0020159/2020 de 06/08/2020 a 05/08/2025.
127. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE CLÁUDIO, 00.604.648/0001-77, CLÁUDIO/MG, 235874.0020297/2020 de 31/01/2021 a 30/01/2026.
128. APRENDIZADO DOMÉSTICO SANT'ANA, 46.033.080/0001-82, CAMPINAS/SP, 235874.0020296/2020 de 26/10/2020 a 25/10/2023.
129. ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - EDISCA, 69.697.662/0001-69, FORTALEZA/CE, 235874.0020286/2020 de 08/08/2020 a 07/08/2023.
130. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IGREJINHA, 90.936.584/0001-02, IGREJINHA/RS, 235874.0020407/2020 de 05/10/2020 a 04/10/2023.
131. ASSOCIACAO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ, 80.909.781/0001-70, CIANORTE/PR, 235874.0020385/2020 de 15/03/2021 a 14/03/2024.
132. SERVICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL IZILDINHA O ANJO DO SENHOR, 52.854.494/0001-75, MONTE ALTO/SP, 235874.0020495/2020 de 28/12/2020 a 27/12/2025.
133. NUCLEO DE VALORIZAÇÃO HUMANA NOVA VIDA, 46.742.557/0001-07, LIMEIRA/SP, 235874.0020529/2020 de 21/09/2020 a 20/09/2025.
134. CONSELHO COMUNITARIO DE JAGUARUNA, 83.868.794/0001-37, JAGUARUNA/SC, 235874.0020583/2020 de 28/08/2020 a 27/08/2025.
135. UNIAO ESPIRITA ALLAN KARDEC, 52.993.813/0001-23, MORRO AGUDO/SP, 235874.0020563/2020 de 30/07/2021 a 29/07/2026.
136. IEPPC - INSTITUTO SOCIAL PARQUE DOS CAMARGOS, 02.891.211/0001-97, BARUERI/SP, 235874.0020465/2020 de 27/03/2021 a 26/03/2026.
137. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ANGRA DOS REIS - APAR, 29.833.175/0001-61, ANGRA DOS REIS/RJ, 235874.0020663/2020 de 30/01/2021 a 29/01/2024.
138. ASSOCIACAO COMUNITARIA LAR ACONCHEGO, 06.087.137/0001-01, PRESIDENTE VENCESLAU/SP, 235874.0020645/2020 de 30/07/2021 a 29/07/2026.
139. UNIAO DE AMIGOS, 56.391.808/0001-00, RIO CLARO/SP, 235874.0020695/2020 de 30/11/2020 a 29/11/2023.
140. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, 92.035.179/0001-30, PASSO FUNDO/RS, 235874.0021717/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.

Art. 3º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 129, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, exarada nos autos do Processo nº 71000.073742/2017-59, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 254/2018 art. 2º, item 3º de 25/09/2018, publicada no D.O.U. dia 28/09/2018, da CASA ASSISTENCIAL NOSSO LAR AMIGOS DO BEM, CNPJ: 66.998.196/0001-63, de Colina/SP, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

PORTARIA Nº 130, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, na Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a partir do dia 30 de setembro de 2020, conforme prevê o §1º do art. 33 da Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira, referente ao exercício de 2019, estará aberto para preenchimento dos estados, municípios e Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 3.759, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTIC nº 92, de 8 de janeiro de 2020, e tendo em vista o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.059664/2019-14, de 21 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos, descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa IMS - Soluções em Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 87.723.474/0001-40, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

- Controlador de demanda de energia elétrica, baseada em técnica digital, modelo: PowerNET PX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

PORTARIA Nº 3.760, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTIC nº 92, de 8 de janeiro de 2020, e tendo em vista o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.061426/2019-79, de 29 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos, descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa HTM Indústria de Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.271.206/0001-44, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

I - Aparelho eletromédico de terapia por radiofrequência, baseado em técnica digital, modelo: EFECT.

II - Aparelho eletro-médico de terapia por meio de ondas ultrassônicas, modelos: ULTRAFOCUS; HIBRIDO.

III - Aparelho eletromédico para carboxiterapia, baseado em técnica digital, modelo: PLURIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.116/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 234ª Reunião Ordinária ocorrida em 03/09/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo: Processo: 01250.024341/2020-43

Requerente: Centro de Tecnologia Canavieira S.A

CQB: 006/96

Assunto: Solicitação de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido parecer técnico da CTNBio referente a extensão de CQB para duas áreas experimentais denominadas: Área Experimental 1 - A1 e Área Experimental 2 - A2; Casa de hibridação I1 e laboratório de beneficiamento de sementes I2 localizadas na Estação de Camamu/BA, para as atividades de pesquisa em regime de contenção, liberação Planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, descarte, armazenamento e hibridação/cruzamento com plantas geneticamente modificadas da classe de risco 01, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.130/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 234ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 03 de setembro de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo: Processo SEI nº: 01245.003067/2020-48

Requerente: Lallemand Brasil Ltda.

CQB: 409/16

Assunto: Solicitação de Parecer para Carta Consulta sobre linhagem melhorada M25319 de Saccharomyces cerevisiae com Técnicas Inovadoras de Melhoramento e Precisão (TIMP RN 16)

Extrato Prévio: 7245/2020, publicado no Diário Oficial da União em 20/08/2020

Decisão: DEFERIDO

O presidente da CIBio da Lallemand Brasil Ltda., Dr. Rudhi Colombaroli Carneiro, solicita à CTNBio parecer técnico para Carta Consulta sobre linhagem melhorada M25319 de Saccharomyces cerevisiae com Técnicas Inovadoras de Melhoramento e Precisão (TIMP RN 16). No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio, não sendo considerado um Organismo Geneticamente Modificado - OGM, e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.



A CTNBio esclarece que este extrato não exige a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 3.767, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera, excepcionalmente, o prazo de que trata o 1º da Portaria MCTIC nº 3522, de 29 de julho de 2019, no artigo 1º da Portaria nº 2.484, de 2 de junho de 2020 e no art. 33 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que disciplinam, o prazo para a elaboração e entrega dos relatórios demonstrativos anuais (RDAs) referentes ao ano base 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, § 3º, da Portaria MCTIC nº 3522, de 29 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente, até 31 de outubro de 2020, o prazo previsto no caput do art. 1º da Portaria MCTIC nº 3522, de 29 de julho de 2019, no artigo 1º da Portaria nº 2.484, de 2 de junho de 2020 e no art. 33 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, em razão de problemas técnicos apresentados pelo sistema informatizado de coleta dos Relatórios Demonstrativos Anuais (RDAs) referente ao ano base 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 341, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes na Agência Espacial Brasileira

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994 e pelo Decreto nº 10.469, de 19 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e suas alterações posteriores, que dispõem sobre a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01350.000327/2020-26, resolve:

Art. 1º Aprovar a divulgação da listagem dos atos normativos vigentes na Agência Espacial Brasileira, na forma dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE MOURA

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Tipo	Título	Descrição
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 24, DE 14 DE AGOSTO DE 1997	Aprova, no âmbito dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos do PNAE, a criação de Projeto UNIESPAÇO, para execução na AEB.
Portaria	PORTARIA Nº 61, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999	Aprova alteração na logomarca da AEB, conforme descrição técnica constante do anexo.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2 DE MARÇO DE 2000	Adota a Norma ISO-14625 para aplicação em todos os lançamentos comerciais a partir do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 45, DE 10 DE MARÇO DE 2000	Aprova diretrizes de apoio à Comissão Brasileira do CNS/ATM, concedendo especial ênfase à estratégia de implantar, assim que possível, módulos de navegação e de comunicações aeronáuticas em satélites domésticos.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 55. DE 24 DE OUTUBRO DE 2001	Para fins de expedição, fiscalização e controle de autorizações para lançamentos espaciais, de natureza comercial, a partir do território brasileiro, a AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB deverá observar as diretrizes fixadas nesta Resolução enquanto não dispuser de uma legislação específica.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 51 , DE 26 DE JANEIRO DE 2001	Para fins de concessão, fiscalização e controle de licença relativa a lançamentos espaciais, de natureza comercial, a partir do território brasileiro, a AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB deverá observar as diretrizes fixadas nesta Resolução, enquanto não dispuser de uma norma geral específica sobre as atividades de lançamentos espaciais.
Portaria	PORTARIA Nº 8, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001	Aprova o Regulamento sobre procedimentos e definição de requisitos necessários ao requerimento, avaliação, expedição, controle, acompanhamento- e fiscalização de licença para execução de atividades espaciais no território brasileiro, na forma do anexo.
Portaria	PORTARIA Nº 5, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002	Aprova o Regulamento sobre procedimentos de autorização para a operação de lançamento espacial no território brasileiro, na forma do anexo
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 59, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003	Cria uma Comissão - CO 04/03, com a incumbência de analisar o Regulamento de Segurança para Lançamentos Espaciais a partir do Território brasileiro.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 60, DE 17 DE MAIO DE 2004	Determina alterações nos planos de trabalho integrantes dos convênios firmados para execução das ações do PNAE sob sua responsabilidade.

Portaria	PORTARIA Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004	Aprova o Programa UNIESPAÇO, com o objetivo de formar, tornar operacional e aperfeiçoar uma base de pesquisa e desenvolvimento composta por núcleos especializados sediados em universidades ou instituições congêneres, capazes de realizar estudos, pesquisas e desenvolvimento de interesse da área espacial.
Portaria	PORTARIA Nº 22, DE 22 DE JUNHO DE 2004	Aprova "ad referendum" do Conselho Superior - CSP, o Núcleo Brasileiro do Programa Internacional de Medidas de Precipitação - GPM / Brasil, segundo o estabelecido no documento anexo, com objetivo de coordenar a atuação de instituições brasileiras no GPM e estimular o uso dos dados disponibilizados.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 67, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005	Aprova o Regulamento de Segurança para Lançamentos Espaciais a partir do Território brasileiro.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 69, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006	Cria, na AEB, nos termos do Art. 2º da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, um Registro de todos os objetos espaciais de responsabilidade do Estado brasileiro, toda vez que se enquadre nas categorias de Estado lançador previstas na própria Convenção.
Portaria	PORTARIA NORMATIVA Nº 76, DE 20 DE AGOSTO DE 2008	A descentralização de créditos e repasse de recursos do orçamento da AEB, destinados a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, será efetivada por meio de Nota de Crédito - NC, adotando-se como instrumento de regulação o TERMO DE COOPERAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO - TCDC, ficando dispensada a apresentação de certidões de regularidade, consulta ao SIAFI e ao Cadastro Informativo de Créditos não quitados do governo federal - CADIN, nos termos dos procedimentos estabelecidos nesta Portaria.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 74, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009	Aprova o "Regulamento do Conselho Superior", anexo à presente Resolução.
Portaria	PORTARIA Nº 160, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009	Aprova a Instrução Normativa sobre procedimentos e atribuições aplicáveis ao Operador da Segurança do Centro - OSC e ao Organismo de Certificação Espacial - OCE para execução da avaliação da conformidade pertinente ao Procedimento Integrado de Certificação e Submissão na emissão de Licença e Autorização para lançamento Espacial em território brasileiro, na forma do anexo.
Portaria	PORTARIA Nº 124, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010	Estabelece os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, instituída pelo art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterado pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no âmbito da Agência Espacial Brasileira (AEB).
Portaria	PORTARIA Nº 96, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	Aprova o Regulamento sobre os procedimentos a serem adotados para a implantação e funcionamento do Registro dos objetos espaciais lançados no espaço exterior, de responsabilidade do Governo Brasileiro, na forma do Anexo.
Portaria	PORTARIA Nº 51, DE 13 DE JULHO DE 2012	Estabelece os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, instituída pelo art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterado pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no âmbito da Agência Espacial Brasileira (AEB).
Portaria	PORTARIA Nº - 79, DE 1º DE JULHO DE 2013	Torna público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agência Espacial Brasileira, nos termos da Portaria AEB Nº 051, de 13 de julho de 2012, quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na Portaria AEB Nº 50, de 13 de julho de 2012, relativo ao período de 1 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

Portaria	PORTARIA Nº 93, DE 9 DE AGOSTO DE 2013	Estabelece os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, instituída pelo art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterado pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no âmbito da Agência Espacial Brasileira (AEB).
Portaria	RESOLUÇÃO Nº 1-CSP, DE 15 DE MAIO DE 2013	Aprova, ad-referendum, as bases operacionais do Programa MICROGRAVIDADE, (objetivos, metas, estrutura de gestão, metodologia de acompanhamento e avaliação), conforme consubstanciadas no Documento Base em Anexo.



Portaria	PORTARIA Nº 98, DE 1º DE JULHO 2013	Ficam estabelecidos, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder
		Executivo - GDPGPE, instituída pelo art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterado pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, no âmbito da Agência Espacial Brasileira (AEB).
Portaria	PORTARIA Nº 54, DE 18 DE MARÇO DE 2014	Aprova as bases operacionais do Programa UNIESPAÇO, (objetivos, metas, estrutura de gestão, metodologia de acompanhamento e avaliação), conforme consubstanciadas no Documento Base em Anexo.
Portaria	PORTARIA Nº 62, DE 9 DE MAIO DE 2017	Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão da Agência Espacial Brasileira - AEB na forma do Anexo desta Portaria.
Portaria	PORTARIA Nº 147, DE 17 DE AGOSTO DE 2018	Dispõe sobre as instâncias responsáveis pela Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da Agência Espacial Brasileira - AEB.
Portaria	PORTARIA Nº 263, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019	Institui e dá publicidade ao Programa de Integridade da AEB e ao Plano Bianual de Integridade (2019-2020) e dá outras providências.
Portaria	PORTARIA Nº 274, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019	Regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) no âmbito da Agência Espacial Brasileira, e dá outras providências.
Portaria	PORTARIA Nº 182, DE 28 DE MAIO DE 2020	Institui procedimentos e estabelece requisitos sobre licença de operador para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro.
Portaria	PORTARIA Nº 269, DE 25 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece procedimentos para a transferência de recursos da Agência Espacial Brasileira, mediante a celebração de Termo de Execução Descentralizada - TED
		com órgãos e entidades da Administração Pública integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.
Portaria	PORTARIA Nº 282, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Torna pública a meta a meta global do 11º ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial Brasileira.
Portaria	PORTARIA Nº 283, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020	Resultado da avaliação de desempenho institucional da meta global da AEB relativa ao 10º ciclo de Avaliação da Agência Espacial Brasileira.
Portaria	PORTARIA Nº 285, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020	Estabelece orientações, prazos e detalhamento para a realização do Planejamento Anual da Contratação (PAC) no âmbito da Agência Espacial Brasileira (AEB).

PORTARIA	PORTARIA Nº 14 - AEB, de 30 de abril de 2007	Delega competência ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA.
RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO Nº 71/CSP/AEB, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007	Divulga a aprovação dos Regulamentos da Segurança Espacial.
PORTARIA	PORTARIA Nº 141 AEB, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008	Aprova o Plano de Comunicação Social para a Agência Espacial Brasileira, anexo, que objetiva estabelecer linhas de atuação e procedimentos para a divulgação das atividades espaciais brasileiras.
PORTARIA	PORTARIA Nº 136 AEB, de 25 de setembro de 2008	Institui, no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB, o PROJETO DE DIAGNÓSTICO, visando ao levantamento do perfil e demandas dos servidores da AEB e a adoção de medidas administrativas corretivas ou a implementação de ações evidenciadas como necessárias para o bom e regular desempenho das atividades no âmbito das respectivas unidades.
PORTARIA	PORTARIA Nº 11 AEB, de 08 de maio de 2008	Delega competência ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração DPOA.
PORTARIA	PORTARIA Nº 160 AEB, de 16 de setembro de 2009	Aprova a Instrução Normativa sobre procedimentos e atribuições aplicáveis ao Operador da Segurança do Centro - OSC e ao Organismo de Certificação Espacial - OCE.
PORTARIA	PORTARIA Nº 152 AEB, de 03 de setembro de 2009	Cria o Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Geoposicionamento e Navegação por Satélites - GEONSAT, com o objetivo de apreciar e acompanhar a participação brasileira nesses sistemas.

PORTARIA	PORTARIA Nº 119 AEB, de 10 de julho de 2009	Aprovar as bases operacionais do Programa UNIESPAÇO, (objetivos, metas, estrutura de gestão, metodologia de acompanhamento e avaliação), conforme consubstanciadas no Documento Base em Anexo.
PORTARIA	PORTARIA Nº 124 AEB, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010	Ficam estabelecidos, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.
PORTARIA	PORTARIA Nº 21 AEB, DE 02 DE MARÇO DE 2010	Cria o Comitê Gestor de Recursos Humanos - COGES-RH, com a finalidade de prestar assessoramento na elaboração e implantação de uma Política de Recursos Humanos no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 123 AEB, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010	Torna pública a meta global do primeiro ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial Brasileira, na forma do Anexo.
PORTARIA	PORTARIA NORMATIVA Nº - 9, AEB de 29 de janeiro de 2010	Regulamentação e unificação de critérios e procedimentos no âmbito da AEB visando à descentralização de créditos e repasse para órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta para execução de programas, projetos e ações de interesse recíproco no âmbito do Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE.
PORTARIA	PORTARIA Nº 96/PRE/AEB, de 30 de novembro de 2011	Aprova o Regulamento sobre os procedimentos a serem adotados para a implantação e funcionamento do Registro dos objetos espaciais lançados no espaço exterior, de responsabilidade do Governo Brasileiro.
PORTARIA	PORTARIA Nº 87 - AEB, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.	Regulamenta a utilização dos veículos contratados para execução dos serviços de transporte terrestre dos servidores e colaboradores da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 68 AEB DE 30 DE JUNHO DE 2011	Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agência Espacial Brasileira, nos termos da Portaria AEB Nº 124, de 16 de dezembro de 2010.
PORTARIA	PORTARIA Nº 69 AEB DE 30 DE JUNHO DE 2011	Tornar pública a meta global do segundo ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 13 - AEB, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2011, conforme anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA Nº 105 AEB, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2013, conforme anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA Nº 49 AEB, DE 13 DE JULHO DE 2012	Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 50 AEB, DE 13 DE JULHO DE 2012	Tornar pública a meta global do terceiro ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial.
PORTARIA	PORTARIA Nº 51 AEB, DE 13 DE JULHO 2012	Ficam estabelecidos, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.
PORTARIA	PORTARIA Nº 37 AEB, DE 19 DE JUNHO DE 2012	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período de 2012 a 2013.
PORTARIA	PORTARIA Nº 16 - AEB, de 07 março de 2012	Institui Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de dar fiel cumprimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
PORTARIA	PORTARIA Nº 19 AEB, DE 30 DE MARÇO DE 2012	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2012, conforme anexo desta Portaria.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 1 de 13 de julho de 2012	Dispõe sobre o horário de funcionamento da Agência Espacial Brasileira, a jornada de trabalho e o controle de frequência de seus servidores.

ANEXO II
ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS EM BOLETIM INTERNO

Tipo	Título	Descrição
PORTARIA	PORTARIA Nº 070. 27 de outubro de 1994	Norma Operacional permanente de instrumentos organizacionais e normativos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 071. 27 de outubro de 1994	Norma Operacional de aquisição ou assinatura de revistas, jornais e periódicos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 109-AEB 14 de setembro de 1995	Horário de funcionamento da AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 6. 16 de janeiro de 1995	Norma Operacional permanente de Viagem.
PORTARIA	PORTARIA Nº 23- 21 de março de 1995	Norma Operacional para o manejo da Comunicação oficial da AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº001/2001, de 03 de janeiro de 2001	Regulamenta o credenciamento, requisição e utilização dos serviços de transporte terrestre executados por veículos próprios ou contratados.
PORTARIA	PORTARIA Nº. 31-AEB 27 de setembro de 2002	Aprova as normas regulamentadoras da gratificação de empenho de atividades técnico - administrativa-GDATA instituída pela a LEI nº 10.404 de 09.01.2002.
PORTARIA	PORTARIA Nº. 35-AEB 20 de setembro de 2006	Aprova estrutura operacional do Programa de Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional, ISS-Br, estabelecido no PPA 2004/2007.
PORTARIA	PORTARIA Nº 33 - AEB, de 20 de setembro de 2006	Aprova a estrutura operacional do Programa MICROGRAVIDADE.
PORTARIA	PORTARIA Nº 34 - AEB, de 20 de setembro de 2006.	Aprova a estrutura operacional do Programa UNIESPAÇO.
INSTRUÇÃO NORMATIVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 AEB, de 19 de dezembro de 2007	Estabelece modalidade de concessão da assistência à saúde suplementar destinada aos servidores da AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 001, de 30 outubro de 2007.	Estabelece procedimentos referentes à conservação das divisórias instaladas nas dependências da Agência Espacial Brasileira - Blocos "A" e "Q" localizados no Setor Policial Sul, Área 5.
PORTARIA	PORTARIA Nº 17 AEB, de 24 de maio de 2007	Cria, "ad referendum" do Conselho Superior - CSP, o Grupo de Trabalho sobre Cooperação entre o Brasil e a Índia na Área Espacial.
PORTARIA	PORTARIA Nº 12, DE 26 DE ABRIL DE 2007	Aprova o Regulamento da Política e demais procedimentos administrativos relativos à editoração, produção e distribuição da Revista Espaço Brasileiro - REB.



PORTARIA	PORTARIA Nº 04 AEB DE 11 DE JANEIRO DE 2012	Cria o Comitê de Tecnologia da Informação da AGÊNCIAESPACIAL BRASILEIRA - AEB.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02 DE 15 DE JUNHO DE 2012	Estabelece procedimento de pré-aprovação de solicitação de diárias e passagens.
PORTARIA	PORTARIA Nº 18 AEB, DE 22 DE MARÇO DE 2012	Subdelegação de competência ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA para, observada a legislação vigente, autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00.
PORTARIA	PORTARIA Nº 112 AEB, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013	Torna pública a meta global do quarto ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 136 AEB, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2014, conforme anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA Nº. 137, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Espacial Brasileira - (Posic/AEB).
PORTARIA	PORTARIA Nº 93 AEB, DE 09 DE AGOSTO 2013	Ficam estabelecidos, na forma desta Portaria, os critérios e procedimentos de atribuições a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGP.
PORTARIA	PORTARIA Nº 79 AEB, DE 1 DE JULHO DE 2013	Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agência Espacial Brasileira, nos termos da Portaria AEB Nº 051.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 03 de 26 abril de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para utilização, manutenção e controle dos serviços de telefonia no âmbito da Agência Espacial Brasileira-AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 12 - AEB, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013	Aprovar as bases operacionais do Programa UNIESPAÇO, (objetivos, metas, estrutura de gestão, metodologia de acompanhamento e avaliação).
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 1, de 24 de janeiro de 2013	Dispõe sobre as normas e procedimentos gerais para utilização dos serviços de Protocolo, no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 137 AEB, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2015, conforme anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA AEB Nº 120, DE 26 AGOSTO DE 2014	Aprova o Regulamento sobre procedimentos e definição de requisitos necessários ao requerimento, avaliação, expedição, controle, acompanhamento e fiscalização de licença para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro.
PORTARIA	PORTARIA Nº 97 AEB, DE 1 DE JULHO DE 2014	Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agência Espacial Brasileira, nos termos da Portaria AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 16 AEB, 04 DE FEVEREIRO DE 2014	Designar o Chefe de Gabinete da Presidência da Agência Espacial Brasileira - AEB como Gestor de Segurança da Informação e Comunicações.
PORTARIA	PORTARIA AEB No 02, de 06 de janeiro de 2014.	Estabelece as áreas responsáveis pela Elaboração e Revisão do Relatório de Gestão da AEB, apresentado anualmente ao Tribunal de Contas da União.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVICIO Nº 01, de 06 de janeiro de 2014	Estabelece procedimentos para pagamentos efetuados a terceiros.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 06 de janeiro de 2014	Estabelece procedimentos para as transferências voluntárias com a finalidade de celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 102 AEB, de 26 de junho de 2015	Delegar competência ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 20 de outubro de 2015	Ordem de Serviço para utilização do Sistema Monitor da Controladoria Geral da União (CGU).
PORTARIA	PORTARIA Nº 65, DE 30 DE MARÇO DE 2015	Aprovar, no âmbito da AEB, a utilização da Identidade Funcional e do Crachá de Identificação para os seus servidores, de acordo com as informações e modelos constantes dos Anexos I e II desta Portaria.

PORTARIA	PORTARIA Nº 01 DE CEAEB, DE 15 DE DEZEMBRO 2016	Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética da Agência Espacial Brasileira (CEAEB), na forma do Anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA Nº 143 AEB, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016	Aprovar o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2017, conforme anexo desta Portaria.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 02, de 03 de fevereiro de 2016	Estabelece que as manifestações exaradas pela Procuradora Federal assumam caráter de manifestação jurídica formal.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVICIO Nº 2, de 3 de março de 2016	Estabelece procedimentos de controle interno para garantir que a aprovação, contratação e pagamento nas licitações de obra e serviços de engenharia estejam em conformidade com a Súmula-TCU nº 258/2010, Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário, Acórdão TCU nº 2.440/2014-Plenário, Lei nº 10.865/2004, Decreto nº 7.983/2013.

PORTARIA	PORTARIA Nº 60 AEB, 10 DE JUNHO DE 2016	Dar publicidade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da AEB, para os anos de 2016 e 2017.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, de 3 de março de 2016	Estabelece procedimento de controle interno para garantir que processos de contratação sejam liquidados e pagos somente com pleno atendimento das formalidades legais, inclusive com manifestação jurídica conclusiva.
ORDEM DE SERVIÇO	ORDEM DE SERVIÇO Nº 01 - DPOA/AEB, de 4 de julho de 2016	Estabelece procedimentos necessários para solicitação da Retribuição por Titulação - RT e Gratificação de Qualificação - GQ, no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 02, DE 27 DE JUNHO DE 2016	Estabelece procedimentos e orientações para percepção da Retribuição por Titulação - RT e Gratificação por Qualificação - GQ no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA AEB Nº 29, DE 24 DE MARÇO DE 2016	Aprova o Código de Conduta Ética e Profissional dos Servidores e Colaboradores da Agência Espacial Brasileira - AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 1, de 23 de março de 2016	Estabelece procedimentos para requisição e concessão de diárias e passagens, e para prestação de contas dos deslocamentos a serviço no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA N º 280 AEB, 14 DE DEZEMBRO DE 2017	Constituir, no âmbito da Agência Espacial Brasileira o Comitê de Tecnologia da Informação da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 001/2017 CEAEB, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética da Agência Espacial Brasileira - AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 03, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016	Disciplina os critérios e os procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de estágio probatório de servidor nomeado para exercer cargo de provimento efetivo no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 87 AEB, DE 02 DE junho DE 2017	Estabelece os critérios e procedimentos a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo GDPGPE, e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia GDACT, no âmbito da Agência Espacial Brasileira AEB, e revoga a Portaria nº 98/AEB, de 1º de julho de 2013.
PORTARIA	PORTARIA Nº 89 DE 7 DE JUNHO DE 2017	Estabelece regras e procedimentos para o desenvolvimento do servidor da Agência Espacial Brasileira - AEB, nas carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, mediante progressão funcional e promoção.
PORTARIA	PORTARIA Nº 61 AEB, 09 DE MAIO DE 2017	Institui, no âmbito da Agência Espacial Brasileira, normas de acesso ao Sistema de Gerenciamento de Informações - PRÓTON.
PORTARIA	PORTARIA Nº 67 AEB, DE 12 DE MAIO DE 2017	Retifica o §3º do art. 14 da Norma Operacional nº 03, de 22 de novembro de 2016.
Portaria	PORTARIA Nº 114 AEB, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016	Aprovar o Plano de Dados Abertos (PDA) como o documento orientador para as ações e implementação e promoção de abertura de dados da Agência Espacial Brasileira (AEB), relativo ao biênio 2016-2017.
Portaria	PORTARIA Nº 166 AEB, DE 1º DE SETEMBRO DE 2017	Altera o parágrafo único do art. 12, da Norma Operacional nº 03, de 22 de novembro de 2016, que disciplina os critérios e os procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de estágio probatório de servidor nomeado para exercer cargo de provimento efetivo no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 5, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da AEB; define normas, rotinas e procedimentos gerais de instrução do processo eletrônico; estabelece regras e diretrizes para tratamento de informação sigilosa classificada e concessão de credenciais de segurança; e dá outras providências.
NORMA OPERACIONAL	NORMA OPERACIONAL Nº 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018	Estabelece diretrizes e define competências para a formulação, implantação e coordenação do processo de planejamento estratégico institucional no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 87 /AEB, DE 16 DE MAIO DE 2018	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC.
PORTARIA	PORTARIA Nº 258 AEB, DE 21 DE DEZEMBRO 2017	Aprova o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2018, conforme anexo desta Portaria.
PORTARIA	PORTARIA Nº 25, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019	Aprova o Plano Anual de Capacitação da Agência Espacial Brasileira, a ser executado no exercício de 2019.
PORTARIA	PORTARIA Nº 66, DE 25 DE MARÇO DE 2019	Constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 67, DE 25 DE MARÇO DE 2019	Constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 367, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019	Dispõe sobre o horário de funcionamento, a jornada de trabalho, o registro e o controle de frequência no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 179, DE 12 DE JULHO DE 2019	Aprova Portaria com o novo Regimento Interno da Comissão de Ética da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 180, DE 12 DE JULHO DE 2019	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
PORTARIA	PORTARIA Nº 47, DE 11 DE MARÇO DE 2019	Aprovar, no âmbito da AEB, a utilização da Identidade Funcional para os seus servidores.



Resolução	RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Tornar público o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital da Agência Espacial Brasileira - CGD/AEB, no anexo, aprovado em reunião ordinária do CGD/AEB realizada no dia 15 de abril de 2020.
Resolução	RESOLUÇÃO Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2020	Aprova o Relatório de Acompanhamento do PDTIC 2018/2019.
PORTARIA	PORTARIA Nº 117, DE 17 DE MARÇO DE 2020	Adota medidas preventivas e temporárias para a redução dos riscos de contaminação com o Coronavírus, causador da COVID-19, no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 27, DE 22 DE JANEIRO DE 2020	Institui o Comitê de Governança Digital da Agência Espacial Brasileira - CGD/AEB e dá outras providências.
PORTARIA	PORTARIA Nº 12, DE 09 DE JANEIRO DE 2020	Implementa o Programa de Capacitação em Línguas Estrangeiras (PCLE), sob a forma de concessão de bolsas de estudos, para o custeio parcial ou total de cursos de idiomas, aos servidores da Agência Espacial Brasileira (AEB).
PORTARIA	PORTARIA Nº 17, DE 10 DE JANEIRO DE 2020	Dispõe sobre as normas e procedimentos específicos para a utilização dos serviços de Protocolo, no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 34, DE 24 DE JANEIRO DE 2020	Institui a Política de Impressão de Documentos no âmbito da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 368, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019	Estabelece diretrizes e define competências para instituir os princípios de Gestão por Processos no âmbito da Agência Espacial Brasileira - AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 152, DE 06 DE MAIO DE 2020	Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço da Agência Espacial Brasileira no Distrito Federal e entorno.
PORTARIA	PORTARIA Nº 244, DE 22 DE JULHO DE 2020	Estabelece o Estatuto da Auditoria Interna da Agência Espacial Brasileira.
PORTARIA	PORTARIA Nº 274, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece as atribuições da equipe de planejamento das contratações da Agência Espacial Brasileira e subdelega competência.
PORTARIA	PORTARIA Nº 275, DE 31 DE AGOSTO DE 2020	Estabelece as atribuições da comissão de acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos.
INSTRUÇÃO NORMATIVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 20 DE AGOSTO DE 2020	Padroniza os procedimentos para a emissão de Atestado de Capacidade Técnica.
PORTARIA	PORTARIA Nº 270, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	Institui o Regimento Interno da Procuradoria Federal junto à Agência Espacial Brasileira - PF/AEB.
PORTARIA	PORTARIA Nº 287 AEB, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira e tendo em vista a necessidade do detalhamento e denominação dos cargos e funções.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 261, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03 de outubro de 2016, adotando a motivação constante do processo nº 01300.0010505/2020-23, e considerando as disposições do Art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam revogados expressamente os atos normativos que atingiram os objetivos para os quais foram editados, os que foram revogados tacitamente e os considerados desnecessários, constantes do anexo.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

EVALDO FERREIRA VILELA

ANEXO

Listagem de Atos Normativos Revogados, em conformidade com Art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

1. Resolução-CTI-001/2017 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações PDTIC 2017/2020 (Equipe de Elaboração)
2. Resolução-CTI-001/2014 - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI 2014/2016
3. RN-001/2015 - Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para Metrologia Científica e Industrial do INMETRO - Prometro
4. RN-052/2014 - Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD (Alteração - PDP)
5. RN-005/2014 - Bolsas FIOCRUZ - CNPq (Alteração)
6. RN-027/2012 - Bolsas no Termo de Cooperação nº 064/2011 - FIOCRUZ
7. RN-023/2010 - Bolsas no Convênio nº 07/2008 FIOCRUZ / CNPq
8. RN-005/2008 - Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD
9. RN-017/2001 - Programa Especial de Estímulo a Fixação de Doutores - PROFIX
10. RN-008/2001 - Medalha de Honra ao Mérito
11. RN-016/1998 - Programa Integrado de Ecológica - PIE
12. RN-013/1998 - Sindicante Permanente
13. RN-006/1997 - Plano de Assistência Médica, Odontológica e Psicológica do CNPq - PAMO
14. RN-009/1996 - Auxílios e Bolsas a Membros dos Comitês Assessores
15. RN-022/1994 - Medalha de Honra ao Mérito
16. RN-017/1993 - Restabelece Efeito de Ato (restabelece a Resolução Normativa RN-014/86 - Suspensão de Contrato de Trabalho)
17. RN-001/1993 - Serviço Extraordinário (Hora extra)
18. RN-013/1992 - Programa de Apoio à Competitividade e Difusão Tecnológicas - PCDT
19. RN-031/1990 - Rede Nacional de Pesquisa
20. RN-002/1990 - Manual de Organização
21. RN-001/1989 - Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI

22. RN-041/1988 - Altera dispositivos da RN-022/88
23. RN-022/1988 - Plano de Administração de Cargos e Salários - PACS
24. RN-057/1985 - Carteira de Identidade Funcional
25. RD-001/2009 - Estruturação dos comitês de Assessoramento - CAs
26. RD-003/1993 - Aperfeiçoamento do Sistema de Bolsas
27. RD-001/1993 - Participação em Projetos de Pesquisa
28. RE-030/1985 - Institui o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAC)
29. RE-126/1984 - Subprograma de Fixação de Pesquisadores na Região Amazônica

Amazônica

o Nordeste

30. RE-106/1983 - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste
31. RE-028/1983 - Prêmio Ciência e Tecnologia da Amazônia
32. RE-021/1983 - Contratação de Mão-de-Obra e Convite a Pesquisadores, Procedentes do Exterior

33. RE-036/1982 - Premio de Ciência Tecnologia do Nordeste

34. RE-013/1982 - Conceitua Programas Setoriais e Define Atribuições à sua

Formulação e Execução

35. RE-073/1981 - Cria Programa de Bolsas Institucionais de Pesquisa
36. RE-141/1980 - Ação Editorial no CNPq
37. RE-001/1979 - Premio Eureka de Inventos
38. IS-004/2007 - Passagens Aéreas de Bolsistas no País
39. IS-003/2007 - Prazo para Indicação de Bolsistas
40. IS-002/2005 - Bolsas Individuais de Pós-Graduação na Alemanha - Convênio CNPq - DAAD

41. IS-006/2004 - Parcelamento de Férias
42. IS-001/2002 - Fundos Setoriais (Auxílios Individuais na Sistemática de Fluxo Contínuo)
43. IS-006/1996 - Isenção de IPI
44. IS-003/1995 - Comissão de Sindicância e Inquérito
45. IS-013/1991 - Solicitação de Serviços de Reprografia
46. IS-002/1991 - Programa de Treinamento e Capacitação (PTC)
47. POC-001/2014 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
48. POC-002/2013 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
49. POC-006/2011 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
50. POC-002/2004 - Colégio de Consultores do Projeto Coleção Memória do Saber

PORTARIA CNPQ Nº 260, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03 de outubro de 2016, e considerando o disposto nos arts. 6º, 12 e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, e adotando a motivação constante do processo nº 01300.0010505/2020-23, resolve:

Art. 1º Fica divulgada listagem completa dos atos normativos vigentes editados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e estabelecidas as etapas e prazos para publicação das respectivas versões revisadas e consolidadas em cumprimento ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

EVALDO FERREIRA VILELA

ANEXO

Listagem de Atos Normativos Vigentes em 24 de setembro de 2020 (Arts. 6º, 12 e 14, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019)

- RN - Resolução Normativa
- IS - Instrução de Serviço
- PO - Portaria
- POC - Portaria Conjunta
1. Primeira Etapa - 30 de novembro de 2020
1. Resolução-7/2020 - Programa MAI/DAI
2. Resolução-6/2020 - Programa de Iniciação ao Trabalho
3. RN-001/2020 - Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica
4. PO-22/2020 - Exclusão, Bloqueio e Desbloqueio de Currículos da Plataforma Lattes
5. PO-212/2020 - Medidas de Prevenção à Propagação do Coronavírus (Covid-19)
6. PO-101/2020 - Comissão Especial
7. PO-94/2020 - Medidas de Prevenção à Propagação do Coronavírus (Covid-19)
8. PO-51/2020 - Medidas de Prevenção à Propagação do Coronavírus (Covid-19)
9. PO-50/2020 - Medidas de Prevenção à Propagação do Coronavírus (Covid-19)
10. RN-009/2019 - Organização Funcional da Coordenação-Geral de Apoio Operacional
11. RN-006/2019 - Termos de Outorga (Bolsas, Auxílios e Bônus Tecnológico)
12. RN-019/2015 - Ressarcimento de Bolsa e Auxílio
13. RN-016/2013 - Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial para Programas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC-FNDCT)
14. RN-009/2010 - Programa CI-BRASIL
15. RN-005/2007 - Gestão de Editais
16. IS-003/2016 - Análise de Propostas de Novação de Ex-Bolsistas no Exterior
17. PO-054/2019 - Comissão de Gestão da Política de Acompanhamento e Avaliação de Egressos
18. PO-231/2020 - Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Informações - SEI
19. IS-001/2016 - Utilização e Controle do Serviço de Transporte
20. RN-006/2012 - Comissão de Integridade na Atividade Científica
21. RN-003/1999 - Identidade Visual do CNPq
22. PO-205/2020 - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do CNPq
23. PO-086/2011 - Comissão Especial - PADRONIZA
24. RN-041/2018 - Regulamento de Importação para a Ciência, Tecnologia e Inovação
25. RN-023/2018 - Credenciamento de Instituições Gestoras de Recursos Financeiros em Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica e de Inovação
26. IS-004/2016 - Importação de Bens
27. RN-015/2017 - Processo Seletivo Interno para Provimento de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas
28. RN-001/2014 - Avaliação de Desempenho
29. RN-012/1996 - Comissão de Avaliação de Desempenho
30. IS-003/2018 - Remoção e Movimentação de Servidor
31. RN-029/2019 - Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica
32. PO-242/2019 - Comitê de Relacionamento institucional - CORI
33. RN-011/2012 - Acordos e Convênios Internacionais
34. RN-021/1987 - Ratifica a Criação do Prêmio José Reis de Divulgação Científica
35. RN-007/2015 - Comitê de Tecnologia da Informação - CTI (Regimento Interno)
2. Segunda Etapa - 26 de fevereiro de 2021
36. RN-007/2019 - Centro de Síntese em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos - SinBiose
37. RN-019/2017 - Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos - REBIOTERIO (Regimento)
38. RN-001/2017 - Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde - EPISUS
39. RN-009/2016 - Política de Dados do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - PELD
40. RN-005/2016 - Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos - REBIOTERIO



Fins Científicos e Tecnológicos - REBIOTERIO	41. RN-048/2014 - Rede Nacional de Biotérios de Produção de Animais para Fins Científicos, Didáticos e Tecnológicos - REBIOTERIO
	42. RN-023/2011 - Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - PELD
	43. RN-029/2009 - Operação Antártica
	44. RN-006/2007 - Programa de Capacitação em Taxonomia - PROTAX
	45. RN-021/2004 - Grupo de Assessoramento do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR
Controles Internos do CNPq	46. RN-013/1991 - Expedições Científicas
	47. IS-003/1991 - Expedições Científicas
	48. RN-011/2019 - Comitê Editorial
	49. RN-037/2018 - Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e
	50. RN-026/2017 - Programa de Divulgação e Disseminação Científica - PDDC/CNPq
Inovação	51. RN-012/2008 - Comissão de Assessoramento Técnico-Científico - CATC
	52. RN-037/2007 - Repositório de Publicações Científicas, Tecnológicas e de
	53. IS-006/2015 - Correspondência Institucional
	54. PO-343/2016 - Comissão Permanente de Implementação e Gestão da
	55. RN-012/2016 - Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP/CNPq
Política de Dados Abertos	56. RN-028/2014 - Estágio Probatório
	57. IS-002/2001 - Reversão de Aposentadoria
	58. IS-001/2012 - Bolsas aos Agradados com Prêmios
	59. RN-001/2020 - Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica
	60. RN-033/2019 - Projeto Agentes Locais de Inovação (ALI) SEBRAE/CNPq
CISSP/CNPq	61. RN-028/2019 - IX Prêmio de Fotografia - Ciência & Arte
	62. RN-026/2019 - Prêmio Almirante Álvaro Alberto Para Ciência e Tecnologia
	63. RN-024/2019 - Prêmio Melhor Idéia
	64. RN-006/2017 - Estrutura Organizacional do CNPq (Alteração)
	65. RN-025/2016 - Organização Funcional da Coordenação Geral da Cooperação Internacional
Internacional	66. RN-022/2016 - Menção Especial de Agradecimentos - Regulamento
	67. RN-034/2014 - Propriedade Intelectual
	68. RN-019/2007- Bolsas de Convênios com Instituição Estrangeira
	69. RN-015/2007 - Organização Funcional da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional
	70. RN-011/2005 - Título de Pesquisador Emérito do CNPq
Nacional	71. RN-022/2003 - Homenagem aos 25 anos
	72. IS-001/2012 - Bolsas aos Agradados com Prêmios
	73. RN-009/2007 - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP
	74. Resolução-CTI-002/2019 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2017-2020 (Equipe de Acompanhamento) - Alteração
	75. Resolução-CTI-001/2019 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2017-2020 (Equipe de Acompanhamento)
Lattes	76. RN-038/2018 - Política de Impressão do CNPq
	77. RN-012/2014 - Termo de Adesão e Compromisso do Sistema de Currículos
	78. RN-021/2013 - Acesso a Internet - POSIC
	79. RN-020/2013 - Uso do Correio Eletrônico Corporativo - POSIC
	80. RN-015/1998 - Uso dos Recursos Computacionais
(Procedimentos de Acesso)	81. IS-003/2015 - Suporte Remoto a Computadores da Rede do CNPq
	82. IS-001/2007 - Sistema de Currículos Lattes
	3. Terceira Etapa - 31 de maio de 2021
	83. RN-015/2018 - Procedimentos de Cobranças e Recuperação de Créditos
	(Manual)
(Manual)	84. RN-008/2018- Manual de Utilização de Recursos e Prestação de Contas
	85. RN-007/2018 - Bolsas no Exterior
	86. RN-028/2015 - Bolsas Individuais no País
	87. RN-018/2015 - Procedimentos de Parcelamento de Créditos - MPC
	(Manual)
País	88. RN-023/2014 - Tabela de Valores de Bolsas no Exterior
	89. RN-046/2013 - Tabela de Valores de Auxílio-Deslocamento para Bolsas no
	90. RN-040/2013 - Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta
	Duração
	91. RN-036/2013 - Listagem de Cidades de Alto Custo
Exterior	92. RN-023/2013 - Valor da bolsa ITI
	93. RN-015/2013 - Tabelas de Valores de Bolsas e Taxas no País
	94. RN-036/2012 - Tabela de Valores de Auxílio-Deslocamento para Bolsas no
	95. RN-017/2011 - Auxílios Individuais
	96. RN-026/2010 - Valores das Bolsas - SET
Inovadora	97. RN-016/2010 - Valores de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão
	98. RN-015/2010 - Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora
	99. RN-023/2008 - Restrição de Concessão de Bolsa Quando Houver Relação de
	Parentesco
	100. RN-017/2006 - Bolsas por Quota no País
Financeira	101. RN-012/2001 - Taxas Escolares no País
	102. IS-001/2019 - Prestação de Contas Final de Convênios
	103. IS-001/2018 - Faixas de Valores para Análise da Prestação de Contas de Auxílios
	104. IS-001/2015 - Tomada de Contas Especial (Manual)
	105. IS-003/2012 - Prestação de Contas (Auxílios)
Regime de Empreitada por Preço Global	106. IS-002/2008 - Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora
	107. IS-003/2007 - Prazo para Indicação de Bolsistas
	108. IS-005/2005 - Defesa de Tese
	109. RN-029/2016 - Sistema Eletrônico de Informações - SEI
	110. RN-025/2014 - Acesso a Documentos e Informações
Geral	111. RN-001/2009 - Concessão de Passagens e Diárias no País e no Exterior
	112. RN-007/2000 - Baixa Patrimonial de Bens em Depósito
	113. RN-027/1991 - Organização Funcional do Serviço de Licitação
	114. RN-011/1986 - Boletim de Comunicação Administrativa - BCA
	115. IS-004/2019 - Gestão de Contratos de Serviços e Obra Executados pelo
Assessores em Tecnologia e Inovação, Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e Consultoria AD HOC	116. IS-003/2019 - Gestão Administrativa de Contratos
	117. IS-005/2016 - Utilização de Vagas na Garagem
	118. IS-005/2015 - Administração de Material e Patrimônio
	119. IS-004/2015 - Utilização e Controle do Serviço de Telefonia
	120. IS-004/2011 - Acesso às Dependências do CNPq
Assessores em Tecnologia e Inovação, Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e Consultoria AD HOC	121. IS-011/2006 - Formação de Processo
	122. IS-016/2004 - Expedição de Documentos
	123. IS-015/2004 - Transferência e Empréstimo de Documentos - Arquivo
	124. IS-008/2004 - Suprimento de Fundos
	125. RN-033/2018 - Bolsa Pesquisador-Avaliador - PAV
Assessores em Tecnologia e Inovação, Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e Consultoria AD HOC	126. RN-017/2018 - Núcleo de Correição
	127. RN-002/2015 - Comitês de Assessoramento, Comitês Temáticos, Núcleo de
	128. RN-004/2003 - Reuniões da Diretoria Executiva
	129. RN-009/1987 - Protocolo de Intenções - CNPq/FUNAI/ABA
	130. PO-227/2019 - Comissão de Gestão da Plataforma Lattes - COMLATTES

Tecnologia - GDACT	131. RN-008/2016 - Registro e Controle de Frequência
	132. RN-017/2007 - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e
	133. RN-010/1995 - Cessão de Servidor
	134. IS-004/2018 - Quadro Geral do Dimensionamento da Força de Trabalho
	135. IS-002/2016 - Registro e Controle de Frequência
Computacionais (ETIR) - POSIC	136. RN-005/2018 - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes
	137. RN-031/2016 - Controles de Acesso Físico - POSIC
	138. RN-033/2012 - Política de Segurança da Informação e Comunicações -
	POSIC
	4. Quarta Etapa - 31 de agosto de 2021
PCI/MCTIC	139. RN-026/2018 - Bolsas do Programa de Capacitação Institucional -
	140. RN-009/2013 - Organização Funcional da Coordenação de Prestação de
	Contas
	141. RN-025/2011 - Crachá Funcional
	142. PO-278/2017 - Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS)
Atividades de Gestão, Acompanhamento e Avaliação	143. RN-010/2018 - Fórum de Coordenadores Gerais
	144. RN-047/2014 - Utilização de Recursos Financeiros Descentralizados em
	145. RN-033/2013 - Memorando de Entendimento e Protocolo de
	Cooperação
	146. RN-010/2012 - Serviço de Informações ao Cidadão -SIC
Cooperação	147. RN-010/2010 - Ouvidoria
	148. RN-012/2006 - Autorização para Não-Propositura de Execução Judicial
	149. RN-021/1995 - Afastamento do País
	150. RN-035/1990 - Instrumentos Negociais
	151. RN-022/1989 - Gestão de Instrumentos Negociais
Permanente de Avaliação de Recursos - COPAR	152. IS-006/1993 - Passaporte de Serviço
	153. RN-018/2019 - Capacitação Institucional
	154. RN-014/2016- Encargo de Curso
	155. RN-022/2014 - Progressão
	156. IS-001/2014 - Gratificação de Qualificação - GQ
de Avaliação de Recursos - COPAR	157. IS-005/2006 - Capacitação Institucional - Aperfeiçoamento
	158. IS-004/2001 - Programa de Incentivo à Graduação
	5. Quinta Etapa - 30 de novembro de 2021
	159. RN-024/2016 - Estrutura Organizacional do CNPq
	160. RN-015/2016 - Estrutura Organizacional da Coordenação de Comunicação Social
do Brasil - UAB	161. RN-029/2015 - Consultas e Assessoramentos Jurídicos
	162. RN-049/2014 - Avaliação de Recursos de Bolsas e Auxílios, Comissão
	163. RN-044/2014 - Auditoria Interna - AUD (Regimento Interno)
	164. RN-043/2013 - Organização Funcional da Procuradoria Federal Junto ao CNPq
	165. IS-006/2016 - Siglas das Unidades Organizacionais
ATO Nº 5.692, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	166. IS-005/2014 - Sistemática de Avaliação de Recursos Comissão Permanente
	167. IS-003/2014 - Termo de Execução Descentralizada - TED
	168. POC-001/2017 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq Nº 01, de 15 de março de 2017
	169. POC-002/2014 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq Nº 02
	170. POC-001/2013 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
ATO Nº 5.692, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020	171. POC-002/2011 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
	172. POC-002/2010 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
	173. POC-001/2010 - Portaria Conjunta CAPES/CNPq
	174. POC-001/2007 - Preservação das Bolsas de Tutores da Universidade Aberta
	175. POC-001/2004 - Bolsistas da CAPES e do CNPq

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 5.692, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53500.000268/2020-29. Extingue, por cassação, a autorização outorgada à WANCO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 00.091.977/0001-61, por meio do Despacho 269/SFO, de 22 de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações, para explorar o Serviço Móvel Especializado - SME, no Município de Belo Horizonte/MG, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro no art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A extinção da autorização não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ
E SANTA CATARINA

ATOS DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas:

Nº 5.640 - Processo nº 53516.001960/2020-03, RÁDIO BARIGUI LTDA, CNPJ nº 02.434.192/0001-70;

Nº 5.641 - Processo nº 53516.001888/2020-14, RÁDIO CIDADE DE CASCAVEL LTDA, CNPJ nº 77.308.682/0001-29.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente



ATO Nº 5.651, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.000495/2016-60. Outorga autorização para uso de radiofrequências à TELEVISAO JOACABA LTDA, executante do serviço Radiodifusão de Sons e Imagens, CNPJ nº 79.845.830/0001-70, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.652, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53500.005986/2009-86. Outorga autorização para uso de radiofrequências à CIA CATARINENSE DE RADIO E TELEVISAO, CNPJ/CPF: 82.611.617/0001-08, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 5.553, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Outorga autorização para uso de Radiofrequências ao SISTEMA CATEDRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 03.891.139/0001-60, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas, na localidade de Córrego Danta/MG.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 5.568, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Consolidar e adaptar as autorizações expedidas em favor da ANDERSON FAUSTINO MACEDO, CPF nº 273.679.188-69, processo nº 53504.005914/2020-12, habilitando a entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 5.599 - RAIZEN ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.070.508/0124-27;

Nº 5.600 - RAIZEN ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.070.508/0096-39;

Nº 5.601 - RAIZEN ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.070.508/0097-10.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 5.575, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização à Luiz Antonio do Nascimento, CPF/MF nº 009.130.384-23, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 5.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização à Carlos Augusto da Silva Almeida, CPF/MF nº 014.989.933-54, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 5.609, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização à Romulo de Sousa Carneiro, CPF/MF nº 020.637.424-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.612, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização a JORDÃO NUNES SOARES, CPF: 052.467.574-04, para explorar o Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 67, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.044731/2020-44, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 5.621, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Autoriza ROBERT BOSCH LIMITADA, CNPJ nº 45.990.181/0012-31, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Curitiba/PR, Tijucas do Sul/PR, Luís Eduardo Magalhães/BA e Riachão das Neves/BA, no período de 21/09/2020 a 19/11/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.688, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53500.046282/2020-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDO CARVALHO DE COMUNICACAO SOCIAL, CNPJ 00.805.843/0001-65, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Belém/PA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 81/GM-MD, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Portaria Normativa nº 51/GM-MD, de 21 de dezembro de 2017, que aprova, no âmbito do Ministério da Defesa, as instruções reguladoras para a atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados, conforme dispõe o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012, e considerando o que consta no processo administrativo nº 64536.016650/2020-63, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa nº 51/GM-MD, de 21 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

§ 8º A atualização cadastral anual para a prova de vida de que trata o caput poderá, a critério de cada Força, ser realizada pelo beneficiário por meio do sistema biométrico, aplicativo móvel ou por outras tecnologias que estejam disponíveis nas Forças Armadas, visando suprir a apresentação pessoal." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente à sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

PORTARIA NORMATIVA Nº 86/GM-MD, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece os cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no caput do art. 3º do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, e considerando a reestruturação da carreira militar implementada pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e o processo nº 60582.000075/2020-71, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece os cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas.

Parágrafo único. O adicional de habilitação referido no caput é a parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, nas seguintes condições:

I - de altos estudos categoria I, realizados a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, de primeiros sargentos;

II - de altos estudos categoria II, realizados a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, de segundos sargentos;

III - de aperfeiçoamento, realizados a partir de oficiais subalternos e, no caso de praças, de terceiros sargentos;

IV - de especialização, realizados a partir de guardas-marinha e aspirantes a oficial e, no caso de praças, de terceiros sargentos, cabos, taifeiros e soldados; e

V - de formação, a partir da conclusão com aproveitamento dos cursos e estágios de formação ou adaptação de oficiais e praças, realizados nas organizações militares das Forças Armadas.

Art. 2º Os cursos inerentes à progressão na carreira militar e os cursos de capacitação profissional que dão direito ao adicional de habilitação, condicionados aos postos e graduações dos militares, são ordenados da seguinte forma:

I - cursos de altos estudos, categoria I:

a) de altos estudos de política e estratégia, realizados por oficiais superiores na Escola Superior de Guerra, nas organizações militares de ensino das Forças Armadas e equivalentes no exterior;

b) de comando e estado-maior, realizados por oficiais superiores nas organizações militares de ensino das Forças Armadas e equivalentes no exterior;

c) de pós-graduação stricto sensu de doutorado, realizados por oficiais superiores nas organizações militares de ensino das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e equivalentes no exterior;

d) de pós-graduação stricto sensu de doutorado, realizados por oficiais superiores em instituições do sistema de ensino civil de ensino, por ordem dos Comandantes das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e equivalentes no exterior;

e) de atualização, capacitação e assessoria para oficiais integrantes dos Quadros em que o último posto seja Capitão-Tenente ou Capitão, realizados nas organizações militares de ensino das Forças Armadas; e

f) de atualização, capacitação ou assessoria para suboficiais, subtenentes ou primeiros sargentos, destinados a capacitá-los às funções de assessoramento especializado, realizados nas organizações militares de ensino das Forças Armadas.

II - cursos de altos estudos, categoria II:

a) de pós-graduação stricto sensu de mestrado, realizados por oficiais superiores nas organizações militares de ensino das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e equivalentes no exterior;



b) de pós-graduação stricto sensu de mestrado, realizados por oficiais superiores em instituições do sistema de ensino civil de ensino por ordem dos Comandantes das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e equivalentes no exterior;

c) de gestão e assessoramento, realizados por oficiais superiores em organizações militares de ensino das Forças Armadas, destinados a ampliar a capacitação profissional para o exercício de funções de chefia e assessoramento de estado-maior;

d) de aperfeiçoamento avançado para praças, realizados por suboficiais, subtenentes, primeiros e segundos sargentos nas organizações militares de ensino das Forças Armadas; e

e) de capacitação administrativa, realizados por suboficiais, subtenentes e primeiros sargentos nas organizações militares de ensino das Forças Armadas.

III - cursos de aperfeiçoamento:

a) de oficiais, realizados por oficiais nas organizações militares de ensino das Forças Armadas;

b) de praças, realizados nas organizações militares de ensino das Forças Armadas;

c) de pós-graduação lato sensu, realizados por oficiais nas organizações militares de ensino das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação;

d) de pós-graduação lato sensu, realizados por oficiais em instituições do sistema de ensino civil de ensino, por ordem dos Comandantes das Forças Armadas, reconhecidos pelo Ministério da Educação; e

e) programas de residência médica, residência multiprofissional em saúde e residência em área profissional da saúde, conforme legislação específica do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, realizados por oficiais de carreira, por ordem dos Comandantes das Forças Armadas ou previstos nos editais ou avisos de convocação de oficiais temporários, como requisitos obrigatórios.

IV - cursos de especialização:

a) de oficiais, realizados nas organizações militares das Forças Armadas, e equivalentes no exterior;

b) de praças, realizado nas organizações militares das Forças Armadas, e equivalentes no exterior;

c) de pós-graduação ou pós-técnico, realizados em instituições do sistema de ensino civil, respectivamente por oficiais e praças, por ordem dos Comandantes das Forças Armadas ou previstos no edital de convocação, reconhecidos pelo Ministério da Educação, e equivalentes no exterior; e

d) de especialização de praças, de carreira e temporários, realizados por cabos, taifeiros e soldados nas organizações militares das Forças Armadas; e

V - cursos de formação e estágios de formação ou de adaptação:

a) de oficiais, de carreira e temporários, realizados nas organizações militares das Forças Armadas; e

b) de praças, de carreira e temporários, realizados nas organizações militares das Forças Armadas.

Art. 3º Os cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas são aqueles estabelecidos e relacionados nos seguintes anexos a esta Portaria Normativa:

I - Anexo A: Marinha do Brasil;

II - Anexo B: Exército Brasileiro; e

III - Anexo C: Aeronáutica.

§ 1º Os cursos do sistema de ensino civil, realizados por iniciativa própria, por militares de carreira ou temporários, em qualquer situação, não dão direito ao adicional de habilitação.

§ 2º A autorização para a realização de curso do sistema de ensino civil por militar de carreira ou temporário, oficial ou praça, em qualquer situação, somente será realizada por ato dos dirigentes dos seguintes órgãos de gestão de pessoal, ou por delegação de competência, vedada a subdelegação:

I - Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha;

II - Estado-Maior do Exército; e

III - Comando-Geral do Pessoal da Aeronáutica.

§ 3º Os praças e os praças especiais temporários, incorporados em caráter obrigatório para prestação do serviço militar por força da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964:

I - não receberão qualquer adicional de habilitação durante o serviço militar inicial;

II - receberão o adicional de habilitação vinculado à formação após o primeiro engajamento; e

III - receberão o adicional de habilitação vinculado à especialização após a conclusão do curso de especialização realizado em organização militar das Forças Armadas.

§ 4º Os oficiais temporários, oriundos dos órgãos de formação de oficiais da reserva, inicialmente incorporados em caráter obrigatório como praça especial para prestação do serviço militar, por força da Lei nº 4.375, de 1964, receberão o adicional:

I - de habilitação vinculado à formação, quando convocados como oficiais; e

II - de habilitação vinculado à especialização, somente quando realizarem curso militar de especialização que seja vinculado ao seu posto, quadro e cargo ou função para o qual foi convocado, realizado em organização militar das Forças Armadas.

§ 5º Os oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, temporários, voluntários ou não, incorporados por força da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, ou com base no art. 27 da Lei nº 4.375, de 1964, receberão o adicional de habilitação:

I - relacionado aos cursos exigidos no edital ou aviso de convocação, após a conclusão da primeira fase do estágio de adaptação e serviço, ainda como guardas-marinha ou aspirantes a oficial;

II - vinculado à formação, após a conclusão da primeira fase do estágio de adaptação e serviço, ainda como guardas-marinha ou aspirantes a oficial;

III - vinculado à especialização, como oficial subalterno, por curso militar ou civil de especialização, realizado após a conclusão do estágio de adaptação e serviço, observado o § 2º;

IV - vinculado ao aperfeiçoamento, como oficial intermediário, por curso militar ou civil de residência médica ou de pós-graduação, observado o § 2º;

V - de altos estudos II, vinculados aos cursos do sistema de ensino civil de mestrado stricto sensu, desde que previstos no edital de convocação para oficiais superiores temporários; e

VI - de altos estudos I, vinculados aos cursos do sistema de ensino civil de doutorado stricto sensu, desde que previstos no edital de convocação para oficiais superiores temporários.

§ 6º Os oficiais e praças temporários incorporados voluntariamente para o serviço militar, com base no art. 27 da Lei nº 4.375, de 1964, receberão o adicional de habilitação:

I - relacionado aos cursos do sistema de ensino civil de nível técnico ou superior exigidos no edital ou aviso de convocação, ainda como guardas-marinha ou aspirantes a oficial e terceiros sargentos, após a conclusão da primeira fase do estágio de adaptação técnica ou equivalente;

II - vinculado à formação, ainda como guardas-marinha ou aspirantes a oficial e terceiros sargentos, após a conclusão da primeira fase do estágio de adaptação técnica ou equivalente;

III - vinculado à especialização, vinculados a cursos do sistema de ensino civil de nível técnico ou superior, respectivamente para terceiros sargentos ou oficiais subalternos, observado o § 2º, após a conclusão do estágio de adaptação técnica ou equivalente;

IV - de aperfeiçoamento, vinculados a cursos do sistema de ensino civil de pós-graduação lato sensu, observado o § 2º, para oficiais intermediários;

V - de altos estudos II, vinculados aos cursos do sistema de ensino civil de mestrado stricto sensu, desde que previstos no edital de convocação para oficiais superiores temporários; e

VI - de altos estudos I, vinculados aos cursos do sistema de ensino civil de doutorado stricto sensu, desde que previstos no edital de convocação para oficiais superiores temporários.

§ 7º Os alunos dos cursos de formação de oficiais e de sargentos e os alunos dos centros de instrução de Marinha Mercante não fazem jus ao adicional de habilitação durante a realização desses cursos.

Art. 4º Os Comandantes das Forças Armadas estabelecerão a equivalência entre cursos inerentes às diferentes linhas de carreira, realizados no exterior, em instituições do sistema de ensino civil ou em outras Forças Armadas.

§ 1º A portaria dos Comandantes das Forças Armadas que estabelecer ou atualizar a equivalência de cursos será encaminhada ao Ministério da Defesa, após sua publicação.

§ 2º Para a equivalência de cursos, com vistas à concessão do adicional de habilitação, serão considerados aqueles que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - sejam relacionados com o previsto no art. 2º;

II - sejam realizados por determinação do Comandante da Força Armada;

III - sejam realizados em cumprimento aos planos de cursos elaborados pela Força Armada;

IV - sejam compatíveis com a formação, a arma, o quadro, o serviço, a habilitação e a especialidade do militar; e

V - sejam relacionados com a capacitação necessária para o desempenho do cargo militar ocupado pelo militar, oficial ou praça, de carreira.

§ 3º Para a equivalência de cursos, com vistas à concessão do adicional de habilitação aos militares temporários, serão considerados aqueles que constem no aviso ou edital de convocação como requisito obrigatório, ou aqueles realizados após a incorporação, observado o art. 3º, § 2º, desta Portaria Normativa.

Art. 5º A despesa decorrente do pagamento do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas para o período do Plano Plurianual deverá obedecer aos limites anuais estabelecidos em ato da Secretaria-Geral.

§ 1º Os limites de que tratam o caput deste artigo serão individualizados por Força Armada, não sendo permitida a compensação entre elas.

§ 2º Caso haja a necessidade, em caráter excepcional, de que o limite anual previsto no caput seja ultrapassado, o valor excedente deverá ser previamente comunicado pela respectiva Força Armada à Secretaria-Geral e será ajustado no ano imediatamente subsequente, abatendo-se do limite estabelecido para o referido ano.

§ 3º A despesa gerada em razão do disposto no § 2º será comportada pelo montante de recursos destinado ao custeio de despesas com pessoal do Ministério da Defesa.

§ 4º A ocorrência da hipótese prevista no § 2º implicará a impossibilidade da inclusão de novos cursos nos Anexos A, B e C desta Portaria Normativa.

Art. 6º O adicional de habilitação será concedido aos militares das Forças Armadas a partir da data de conclusão com aproveitamento dos cursos relacionados nos Anexos A, B e C desta Portaria Normativa e daqueles considerados equivalentes por portaria dos Comandantes das Forças Armadas.

Art. 7º Não serão considerados, para efeito de pagamento do adicional de habilitação, percentuais inerentes a qualificações alcançadas pelo militar, durante sua carreira no serviço ativo, quando pertencia a arma, quadro, serviço, habilitação ou especialidade diferente da atual.

Parágrafo único. Excetuem-se os casos em que o ingresso na arma, no quadro, no serviço, na habilitação ou na especialidade atual tenha tido como pré-requisito o pertencimento, respectivamente, a outra arma, quadro, serviço, habilitação ou especialidade da mesma Força Armada.

Art. 8º O direito à percepção do adicional de habilitação é assegurado aos militares, por conta dos cursos concluídos com aproveitamento enquanto na ativa e requeridos, quando for o caso, até o ato de passagem para a inatividade, nos termos desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Os militares inativos, quando designados para o serviço ativo, não poderão ter alterado o adicional de habilitação que percebiam quando da passagem para a inatividade.

Art. 9º Haverá concessão do adicional de habilitação, em caráter excepcional:

I - de altos estudos categoria I, de altos estudos categoria II ou de aperfeiçoamento, para oficiais de carreira intermediários e subalternos, que no interesse do serviço realizem cursos de pós-graduação stricto sensu de doutorado ou de mestrado, pós-graduação lato sensu ou as residências na área de saúde, por ordem do Comandante das Forças Armadas, observado o art. 4º, § 2º, desta Portaria Normativa; e

II - de especialização, para os oficiais e sargentos temporários que realizem cursos de especialização, por ordem dos Comandantes das Forças Armadas, de acordo com a organização e estrutura de cada Força Armada.

Art. 10. Os casos omissos serão regulados pelo Ministro de Estado da Defesa, ouvidos os Comandantes das Forças Armadas.

Art. 11. Os requerimentos protocolados até a data da publicação desta Portaria Normativa serão analisados à luz das Portarias até então vigentes das Forças Armadas.

Art. 12. Esta Portaria Normativa não será aplicada a situações anteriores à sua publicação e não terá efeitos retroativos financeiros nem de qualquer outra natureza.

Art. 13. Fica revogada a Portaria nº 976/SC-5, de 19 de março de 1992, do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 14. Esta Portaria Normativa entrará em vigor a partir de 1º de outubro de 2020.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO A - MARINHA DO BRASIL

Cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação

Os seguintes cursos dão direito ao adicional de habilitação, quando realizados pelos militares da Marinha do Brasil, no Brasil ou no exterior, considerados equivalentes conforme o art. 4º desta Portaria, por determinação do Comandante da Marinha, ou quando constarem do edital ou aviso de convocação de oficiais e praças temporários:

I - Cursos de Altos Estudos, Categoria I, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de primeiros sargentos:

a) o Curso de Estado-Maior para Oficiais superiores (C-EMOS);

b) o Curso Superior (C-SUP);

c) os cursos de Altos Estudos Militares, realizados nas instituições militares de ensino da Marinha, equivalentes ao C-EMOS ou ao C-SUP;

d) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados nas instituições militares de ensino da Marinha;

e) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados em instituições do sistema de ensino civil, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Marinha; e

f) o Curso de Assessoria em Estado-Maior para Suboficiais (C-ASEMSO).

II - Cursos de Altos Estudos, Categoria II, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de segundos sargentos:

a) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados nas instituições militares de ensino da Marinha;

b) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados em instituições do sistema de ensino civil, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Marinha;

c) os Cursos Especiais de Caráter Estratégico (C-ECE); e

d) o Curso de Aperfeiçoamento Avançado para Praças (C-ApA-PR).

III - Cursos de Aperfeiçoamento, a partir de oficiais subalternos e, no caso de praças, a partir de terceiros sargentos:

a) o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI);

b) o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais (C-Ap-OF);

c) os cursos de Aperfeiçoamento para Praças do Corpo de Praças da Armada, do Corpo Auxiliar de Praças e do Corpo de Praças de Fuzileiros Navais;

d) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados por oficiais nas instituições militares de ensino da Marinha;

e) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados por oficiais em instituições do sistema de ensino civil, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Marinha;

f) o Curso de Graduação de Engenharia para Oficiais do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, ao serem transferidos para o Corpo de Engenheiros da Marinha e, por equivalência, o Curso de Formação de Oficiais e o Estágio de Aplicação para o Corpo de Engenheiros da Marinha;



g) os programas de Residência Médica, Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde, reconhecidos pelo Ministério da Educação; e

h) os cursos técnicos de nível médio, com titulação profissional, de que são portadores os sargentos pertencentes ao Corpo Auxiliar de Praças (CAP), Quadro Técnico de Praças da Armada (QTPA), Quadro de Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais, Quadro Especial de Praças da Armada (QEPA), Quadro Especial de Praças de Fuzileiros Navais (QEFN), Quadro Complementar de Praças Fuzileiros Navais (QCPFN) e Quadro Especial Auxiliar de Praças(QEAP).

IV - Cursos de Especialização, a partir de guardas-marinha e, no caso de praças, a partir de terceiros sargentos, cabos, taifeiros e soldados:

a) o Ciclo pós-escolar da Escola Naval;

b) os cursos de Especialização para Praças;

c) os cursos de Formação de Oficiais e Estágio de Aplicação de Oficiais para ingresso no Corpo de Saúde da Marinha (CSM), Quadro Complementar (QC), Quadro Técnico (QT), e Capelão Naval (CN); e

d) os cursos técnicos de nível médio, com titulação profissional, de que são portadores os praças ao ingressar no Corpo Auxiliar de Praças (CAP), no Quadro Técnico de Praças da Armada (QTPA) e no Quadro de Músicos (QMU) do Corpo de Praças de Fuzileiros Navais.

V - Cursos de Formação, realizados nas instituições militares de ensino e nas organizações militares da Marinha:

a) o Ciclo Escolar da Escola Naval;

b) o Curso de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, quando do ingresso no Quadro Complementar (QC) ou no Quadro Técnico (QT);

c) a conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) e do Estágio de Serviço Técnico (EST) realizados por oficiais temporários;

d) a conclusão da 1ª fase do Estágio técnico para Praças (ETP), do Estágio de Aprendizagem Técnica (EAT), do Estágio de Habilitação (EHP), e do Estágio de Aplicação (EAP) para praças temporárias;

e) o Curso de Formação de Marinheiros para a Ativa;

f) o Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais;

g) os cursos de Formação de Reservistas Navais;

h) o Estágio de Instrução e Adaptação de Marinheiros Recrutas; e

i) o Curso de Formação de Marinheiros RM2.

Anexo B - Exército Brasileiro

Cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação

Os seguintes cursos dão direito ao adicional de habilitação, quando realizados pelos militares do Exército Brasileiro, no Brasil ou no exterior, por determinação do Comandante do Exército, ou quando constarem do edital ou aviso de convocação de oficiais e praças temporários:

I - Cursos de Altos Estudos, Categoria I, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de primeiros sargentos:

a) o Curso de Política, Estratégia e Altos Estudos do Exército;

b) os cursos de Comando e Estado-Maior, de Comando e Estado-Maior para Oficiais Médicos, de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes e de Direção para Engenheiros Militares, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

c) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

d) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados em instituições de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante do Exército e financiadas pela Administração;

e) os cursos de Graduação do Instituto Militar de Engenharia, realizados até 31 de dezembro de 1981;

f) o Título de Livre Docente;

g) os cursos de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

h) os cursos de Atualização para Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, realizados nas instituições militares de ensino do Exército; e

i) os cursos que habilitam a Mestre de Música, realizados nas instituições militares de ensino do Exército.

II - Cursos de Altos Estudos, Categoria II, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de primeiros sargentos:

a) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

b) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados em instituições de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante do Exército e financiados pela Administração;

c) os cursos de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior, realizados por oficiais superiores nas instituições militares de ensino do Exército;

d) os cursos de Capacitação Administrativa para Subtenentes, realizados nas instituições militares de ensino do Exército; e

e) os cursos de Graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME), realizados no período de 1º de janeiro de 1982 a 19 de março de 1992.

III - Cursos de Aperfeiçoamento, a partir de oficiais subalternos e, no caso de praças, a partir de terceiros sargentos:

a) os cursos de aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

b) os cursos de aperfeiçoamento de Sargentos do Exército, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

c) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

d) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados em instituições do sistema de ensino civil, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante do Exército;

e) os programas de Residência Médica, Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde, reconhecidos pelo Ministério da Educação;

f) a conclusão do processo de Habilitação para promoção a 1º sargento músico, realizados nas instituições militares de ensino do Exército;

g) a conclusão do processo de aprovação, por militares do Exército, em concurso público de títulos e provas para ingresso no Magistério do Exército, na vigência do Decreto-Lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937, e da Lei nº 5.701, de 9 de setembro de 1971; e

h) cursos de especialização profissional, realizados nas organizações militares do Exército.

IV - Cursos de Especialização, a partir de aspirantes a oficial e, no caso de praças, a partir de terceiros sargentos, cabos e soldados:

a) o Curso de Especialização Básica;

b) cursos de especialização civis, realizados por oficiais subalternos e terceiros sargentos em instituições civis de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante do Exército e financiados pela Administração Militar; e

c) a conclusão do processo de habilitação para promoção a segundo sargento músico, exceto os sargentos formados na Escola de Sargentos de Logística.

V - Cursos de Formação, realizados nas instituições militares de ensino e nas organizações militares do Exército:

a) os cursos de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras;

b) os cursos de formação de oficiais da Escola de Formação Complementar do Exército;

c) os cursos de formação de oficiais do Instituto Militar de Engenharia;

d) os cursos de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército;

e) os cursos de formação de sargentos do Centro de Instrução de Aviação do Exército;

f) os cursos de formação de sargentos da Escola de Sargentos das Armas;

g) os cursos de formação de sargentos da Escola de Sargentos de Logística;

h) Conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação e Serviço dos oficiais médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários temporários;

i) Conclusão da 1ª fase dos cursos e estágios de formação de oficiais e sargentos técnicos temporários;

j) os cursos de formação de cabos, a partir da data do primeiro engajamento;

e

k) os cursos de formação de soldados, a partir da data do primeiro engajamento.

Anexo C - Aeronáutica

Cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação

Os seguintes cursos dão direito ao adicional de habilitação, quando realizados pelos militares da Força Aérea Brasileira, no Brasil ou no exterior, por determinação do Comandante da Aeronáutica, ou quando constarem do edital ou aviso de convocação de oficiais e praças temporários:

I - Cursos de Altos Estudos, Categoria I, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de suboficiais:

a) Os cursos de Altos Estudos Militares (CAEM), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

b) o Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CEEM), realizado nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

c) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

d) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Doutorado, realizados em instituições de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Aeronáutica;

e) o Curso de Atualização para o Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica(CA- QOEAE), realizado nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

f) o Curso de Estudos Avançados para Graduados (CEAG), realizado nas instituições militares de ensino da Aeronáutica; e

g) o Curso de Graduado-Master (CGM), realizado nas instituições militares de ensino da Aeronáutica.

II - Cursos de Altos Estudos, Categoria II, a partir de oficiais superiores e, no caso de praças, a partir de primeiros sargentos:

a) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

b) os cursos de pós-graduação stricto sensu de Mestrado, realizados em instituições de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Aeronáutica;

c) os cursos de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAM), realizados por oficiais superiores nas instituições militares de ensino da Aeronáutica; e

d) o Curso de Aperfeiçoamento Avançado (CAA), realizado por praças nas instituições militares de ensino da Aeronáutica.

III - Cursos de Aperfeiçoamento, a partir de oficiais subalternos e, no caso de praças, a partir de terceiros sargentos:

a) o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (CAP), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

b) o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

c) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

d) os cursos de pós-graduação lato sensu, realizados em instituições de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Aeronáutica; e

e) os programas de Residência Médica, Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

IV - Cursos de Especialização, a partir de aspirantes a oficial e oficiais subalternos e, no caso de praças, a partir de soldados de segunda classe:

a) o Curso de Preparação de Oficiais de Esquadrão (CPROE), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

b) o Curso Prático para os Aspirantes a Oficial Intendente (CPAINT), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

c) o Curso Prático para os Aspirantes a Oficial de Infantaria (CPAINF), realizados nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

d) o Curso de Especialização para Graduados (CEG), realizado nas instituições militares de ensino da Aeronáutica;

e) o Curso de Especialização de Soldados (CESD), realizados nas instituições militares da Aeronáutica; e

f) os cursos de especialização civis, realizados em instituições civis de ensino civis, reconhecidos pelo Ministério da Educação, por ordem do Comandante da Aeronáutica.

V - Cursos de Formação, realizados nas instituições militares de ensino e nas organizações militares da Aeronáutica:

a) o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV);

b) o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT);

c) o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF);

d) os cursos de Graduação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica;

e) o Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica (CAMAR);

f) o Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica (CADAR);

g) o Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica (CAFAR);

h) o Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (EAOEAR);

i) o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR);

j) o Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC);

k) o Estágio de Adaptação de Oficiais de Apoio (EAOAP);

l) o Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE);

m) o Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF);

n) a conclusão da primeira fase do Estágio de Adaptação para Oficiais Superiores Temporários (EAOST);

o) a partir do início Estágio de Instrução para Oficiais Superiores Temporários (EIOST);

p) o Curso de Formação de Sargentos(CFS);

q) o Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento(EAGS);

r) a conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS);

s) a partir do início do Estágio de Instrução e Serviço (EIS);

t) a conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação Técnico (EAT);

u) a partir do início do Estágio de Instrução Técnico (EIT);

v) a conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação para Praças (EAP-SGT);

w) a partir do início do Estágio de Instrução para Praças (EIP-SGT);

x) o Estágio de Adaptação à Graduação de Terceiro Sargento (EAGTS), realizado nas instituições militares da Aeronáutica;

y) o Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento de Taifa (EAGST), realizado nas instituições militares da Aeronáutica;

z) o Curso de Formação de Cabos (CFC);

aa) a conclusão da 1ª fase do Estágio de Adaptação para Praças (EAP-CB);

ab) a partir do início do Estágio de Instrução para Praças (EIP-CB);

ac) o Curso de Formação de Taifeiros (CFT); e

ad) o Curso de Formação de Soldados (CFSD).

DESPACHO Nº 41/GM-MD, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 00025.000510/2020-51

Interessados: Militares das Forças Armadas.

Assunto: EFEITOS LEGAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, NO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERMANÊNCIA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS.

Documento vinculado: Parecer nº 00576/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 18 de agosto de 2020, aprovado pelo Despacho nº 01642/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 24 de agosto de 2020.



Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA o processo administrativo NUP 00025.000510/2020-51, que versa sobre os efeitos legais da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no pagamento do adicional de permanência aos militares das Forças Armadas.

O presente Despacho Decisório tem a finalidade de conferir efeito vinculante ao Parecer nº 00576/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 93, de 1993.

DECISÃO

Adoto o entendimento constante do Parecer nº 00576/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 18 de agosto de 2020, aprovado pelo Despacho nº 01642/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 24 de agosto de 2020, que conclui:

"...49. Ante o exposto, conclui-se que:

a) o adicional de permanência não se subsume à proibição contida no art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020. A aplicação da regra proibitiva demanda a configuração de uma equivalência entre esse direito remuneratório e "anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio", o que não sói ocorrer nesta hipótese;

b) ao referir-se aos "demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço", o art. 8º, IX, da Lei Complementar não proíbe a concessão das benesses legais que dependam da perfectibilização do direito à aposentadoria/inatividade e sejam a ele posteriores, conforme se depreende da ressalva constante da parte final do dispositivo;

c) o adicional de permanência tem similitude com o abono de permanência, o qual não foi referenciado no art. 8º, IX, da LC nº 173/2020 por vontade consciente do legislador;

d) eventual inteligência que sobreleve direitos de servidores civis frente aos direitos de militares importará em vulneração do princípio da isonomia, ao menos no que tange à aplicação da LC nº 173/2020, a qual tem supedâneo em motivo de fato único e comum a todos os indivíduos, independente da natureza do cargo que ocupam;

f) o adicional de permanência, tal como hoje previsto, decorre de lei anterior ao decreto de calamidade pública, enquadrando-se, portanto, na exceção prevista no art. 8º, inciso I, in fine, da LC 173/2020 ("exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública"), razão pela qual não é vedado seu pagamento no período de que trata a norma (de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021); e

g) por força do art. 8º, inciso VI, da LC nº 73/2020, que veda a majoração de benefícios de qualquer natureza, fica proibida majoração dos percentuais de Adicional de Permanência previstos no art. 10, inciso I e II, do Decreto nº 4.307, de 2002..."

Publique-se este ato decisório.

Remetam-se cópias deste despacho decisório aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para conhecimento e ampla divulgação nas respectivas Forças.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro

ANEXO

PARECER n. 00576/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU NUP: 00025.000510/2020-51 INTERESSADOS: PRESIDENCIA DA REPUBLICA ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES EMENTA: CONSULTA ACERCA DA RESSONÂNCIA DO ART. 8º, IX, DA LC Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, SOBRE O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERMANÊNCIA, PREVISTO NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.307, DE 2002. INAPLICABILIDADE DA REGRA PROIBITIVA SOBRE O ADICIONAL DE PERMANÊNCIA. UNIFORMIZAÇÃO DE TESE. I. Consulta formulada pela SEPED. Uniformização de tese acerca da ressonância do art. 8º, IX, da LC nº 173, de 27 de maio de 2020, sobre o pagamento do adicional de permanência, previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 2002. II. O adicional de permanência não se subsume à proibição contida no art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020. A aplicação da regra proibitiva demanda a configuração de uma equivalência entre esse direito remuneratório e "anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio", o que não sói ocorrer nesta hipótese. III. Ao referir-se aos "demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço", o art. 8º, IX, da Lei Complementar não proíbe a concessão das benesses legais que dependam da perfectibilização do direito à aposentadoria/inatividade e sejam a ele posteriores, conforme se depreende da ressalva constante da parte final do dispositivo. IV. O adicional de permanência tem similitude com o abono de permanência, o qual não foi referenciado no art. 8º, IX, da LC nº 173/2020 por vontade consciente do legislador. V. Eventual inteligência que sobreleve direitos de servidores civis frente aos direitos de militares importará em vulneração do princípio da isonomia, ao menos no que tange à aplicação da LC nº 173/2020, a qual tem supedâneo em motivo de fato único e comum a todos os indivíduos, independente da natureza do cargo que ocupam. VI. O adicional de permanência, tal como hoje previsto, decorre de lei anterior ao decreto de calamidade pública, enquadrando-se, portanto, na exceção prevista no art. 8º, inciso I, in fine, da LC 173/2020 ("exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública"), razão pela qual não é vedado seu pagamento no período de que trata a norma (de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021); e VII. Por força do art. 8º, inciso VI, da LC nº 73/2020, que veda a majoração de benefícios de qualquer natureza, fica proibido o aumento dos percentuais de Adicional de Permanência previstos no art. 10, inciso I e II, do Decreto nº 4.307, de 2002. Senhor Consultor Jurídico, 1. RELATÓRIO 24/08/2020

https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 2/13 1. Trata-se de consulta formulada pela SEPED acerca da ressonância do art. 8º, IX, da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, sobre o pagamento do adicional de permanência, previsto na Medida Provisória nº 2.215- 10, de 2001, regulamentado pelo Decreto nº 4.307, de 2002. 2. Na Nota Técnica nº 5/DEPES/SEPED/SG/MD/2020, expõe a unidade consulente: 5. Com efeito, cabe ressaltar a Lei Complementar (LC) nº 173/2020, visto como instrumento de imperiosa relevância para o enfrentamento dos impactos econômicos negativos, advindos das limitações impostas pelo Coronavírus SARS-CoV-20 (Covid-19), quer seja por meio de: a) suspensão dos pagamentos de dívidas; b) reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e c) entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Covid-19. 6. Em específico, menciona-se o constante do inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020, a saber: Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: (...) IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins. 7. Nesse sentido, vale tecer as seguintes considerações: I - em primeira possibilidade, o adicional de permanência é devido ao militar (5%) que tenha permanecido ou viesse a permanecer na ativa, passado o tempo adicional (mais setecentos e vinte dias) que os anos necessários para a transferência para a inatividade remunerada, a partir da data mencionada em regulamento; II - em possibilidade subsequente, o adicional de permanência é devido ao militar (mais 5%) a cada promoção na ativa, quando satisfeito o requisito supracitado; III - o acima aludido inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 faz menção ao congelamento de período aquisitivo, entre a data de publicação da lei complementar (28 de maio de 2020) e 31 de dezembro de 2021, proibindo a contagem de tempo para as concessões que menciona, não acarretando, porém, prejuízo para o tempo de efetivo serviço, aposentadorias e outros fins correlatos. 8. Dito isso, cabe questionar se: a) a percepção do percentual relativo ao adicional de permanência, consoante disposto do inciso I do art. 10 do Decreto nº 4.307/2002, é objeto da restrição presente do inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020; b) o mesmo se aplica à percepção do percentual relativo ao adicional de permanência, consoante disposto do inciso II do art. 10 do mesmo decreto; e c) a proibição constante do inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 refere-se tão somente aos efeitos

financeiros ou repercute sobre o tempo já computado para concessão dos benefícios atingidos pelo ato legal. CONCLUSÃO 9. Do exposto, sugere-se a remessa da presente nota técnica à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, com o objetivo de se obter competente parecer a respeito de eventual 24/08/2020

https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071

https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 3/13 impacto sobre a aplicação do Adicional de Permanência, instituído na Medida Provisória nº 2215- 10, de 31 de agosto de 2001, e regulamentada no art. 10 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, decorrente das limitações da Lei Complementar (LC) nº 173/2020. 3. Antes de analisar a questão, esta CONJUR-MD solicitou subsídios das Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos Militares, haja vista o assunto interessar a todos os Comandos Militares e demandar solução uniforme. 4. A Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica, por meio do Parecer n. 00400/2020/COJAER/CGU/AGU, muito embora registre entendimento dissonante do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), manifestou tese no sentido de a vedação do inciso IX do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020 não ser aplicável ao adicional de permanência militar. Ex vi: 27. Dado ao exposto, conclui-se: 1. A norma prevista no art. 8º, inciso I, da LC 173/2020 está destinada a edição de novos atos normativos e legislativos que pretendam criar novas vantagens pecuniárias aos servidores públicos. A vantagem pecuniária descrita na consulta (Adicional de permanência) que decorre de lei anterior ao decreto de calamidade pública enquadra-se na exceção prevista no art. 8º, inciso I, in fine, da LC 173/2020 ("exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública"); [...] 4. Desse modo, entende-se quanto à ausência da vedação do inciso IX, do art. 8º, ao Adicional de Permanência militar, dada a ausência de equivalência entre anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio, e promoções, no sentido de aquisição do direito pelo simples decurso do tempo de serviço. Mostra-se aplicável ao adicional de permanência e às promoções militares o art. 8º, inciso IX, in fine, da LC 173/2020: "sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins", de modo a considerá-los incluídos nos "quaisquer outros fins" que não serão prejudicados pelo dispositivo. 5. De igual modo, a Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando do Exército, após colher informações da Secretaria de Economia e Finanças - SEF (DIEEx nº 194-ASSE1/SSEF/SEF), da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos (NOTA TÉCNICA Nº 470 - VCh/AsseApAsJurd Brasília-DF) e do Gabinete do Comandante do Exército (DIEEx nº 656-A2.3/A2/GabCmtEx), adotou o mesmo entendimento jurídico da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica. É o que se extrai da conclusão do Parecer n. 01058/2020/CONJUR-EB/CGU/AGU: 27. Ante o exposto, sob a ótica constitucional e legal, abstraídas as razões de mérito, conclui-se que: a) o escopo da proibição de aumento de despesas com pessoal, prevista na Lei Complementar nº 173/2020, é o de conter gastos com pessoal dos entes públicos que, muito embora compreensíveis diante do atual contexto de pandemia e depressão econômica, devem ser cuidadosamente interpretadas, a fim de se evitarem situações que, possivelmente, seriam revertidas pelo Poder Judiciário, ocasionando, a longo prazo, em maiores dispêndios de recursos públicos; b) o adicional de permanência não se confunde com os institutos paradigmas trazidos no art. 8º, IX, da Lei Complementar nº 173/2020, uma vez que, nada obstante exija observância de interstício mínimo de tempo (720 dias a mais que os anos necessários para a transferência para a inatividade remunerada e tempo de cada promoção na ativa), não é adquirido automaticamente em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço; c) o adicional de permanência é provisório, não incorporável e possui por objetivo exatamente a diminuição de despesas com novos concursos e com o Sistema de Proteção Social. d) ao inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 deve ser dada interpretação restritiva, de modo que ao adicional de permanência não se aplica a previsão proibitiva do referido inciso IX, não existindo vedação para a concessão deste adicional já previsto na legislação vigente no momento da publicação da LC nº 173/2020. 6. A Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Marinha, no bojo do Parecer n. 00229/2020/CJACM/CGU/AGU, em consonância com as outras Adjuntas Jurídicas, assim concluiu: 24/08/2020

https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 4/13 48. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, abstraindo as questões de oportunidade e conveniência, que são afetas à esfera administrativa, no exercício das disposições constantes no art. 131 da Constituição Federal c/c art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 73, de 1993, respondendo à consulta formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, apresenta as seguintes constatações: a) O Adicional de Permanência está previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, datada de 2001, normativo anterior à decretação do Estado de Calamidade Pública, logo a sua concessão está resguardada pela exceção prevista na parte final do inciso I, do art. 8º da LC nº 73/2020. b) Durante o prazo de restrição previsto na LC nº 73/2020 (de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021) não poderá ser majorado o Adicional de Permanência, sendo vedada a alteração dos percentuais previstos no art. 10, inciso I e II, do Decreto nº 4.307, de 2002, durante esse período. c) A restrição da contagem de tempo, prevista no art. 8º, inciso IX, da LC nº 173/2020, não alcança o prazo para a concessão do Adicional de Permanência, por não se tratar de mecanismo equivalente a anuênios, triênios, quinquênios ou licenças-prêmio. 7. Após a instrução do feito, passa-se ao exame do caso. 8. É o relato do essencial. 2. ANÁLISE 9. De início, é sempre válida a ressalva de que as apreciações jurídicas devem desconsiderar as matérias afetas à oportunidade e à conveniência (mérito administrativo), bem como as questões de índole técnica, as quais se inserem no intransponível espectro de cognição e valoração da autoridade competente para decidir (Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas). 10. Feito tal registro, antes de responder pontualmente cada uma das perguntas deduzidas pela SEPED, mostra-se pertinente tecer considerações jurídicas sobre o campo de incidência da Lei Complementar nº 173, de 2020. 2.1 Do campo de incidência da Lei Complementar nº 173, de 2020 11. A LC nº 173, de 2020, estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), como materialização do princípio do federalismo cooperativo, mais evidenciado no exercício das competências comuns previstas no art. 23 da Constituição Federal. 12. Com efeito, a norma define obrigações recíprocas entre os entes federados, de modo a permitir a adoção de medidas visando a minorar os efeitos da calamidade pública em seus respectivos territórios. Assim, ao passo em que a Lei Complementar dispõe sobre o auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios, impõe a esses últimos o dever de emprego dos recursos entregues pela União em ações destinadas ao enfrentamento da pandemia e de seus efeitos. 13. A Lei Complementar não cuidou apenas do Programa Federativo, tendo ainda promovido a alteração do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal e estabelecido diversas proibições à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19. 14. As proibições - que valerão até 31 de dezembro de 2021 - são arroladas no art. 8º da Lei, cujos incisos seguem reproduzidos: Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando 24/08/2020 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 5/13 derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública; II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares; V - realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV; VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade; VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º; VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observada a preservação do



poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal; IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins [Destacou-se.]. 15. O questionamento da SEPESD parte da leitura do inciso IX acima transcrito, que, em linhas simples, suspendeu a contagem do período compreendido entre a data de publicação da lei (momento no qual entrou em vigor) e 31 de dezembro de 2021 para a concessão de alguns direitos que, para serem aperfeiçoados, necessitam do cumprimento de um período aquisitivo. 16. A consulta em tela questiona se o adicional de permanência, previsto na MP nº 2.215-10 e regulamentado pelo Decreto nº 4.307, de 2002, seria um desses direitos remuneratórios supostamente afetados pela novel regra. 17. Sobre o adicional de permanência, assim apregoam os dispositivos acima referidos: MP nº 2215-10 Art. 1º A remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica, no País, em tempo de paz, compõe-se de: II - adicionais: e) de permanência; Art. 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se como: VI - adicional de permanência - parcela remuneratória mensal devida ao militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, conforme regulamentação; Decreto nº 4.307, de 2002 Art. 10. O adicional de permanência é a parcela remuneratória devida ao militar, mensalmente, incidente sobre o soldo do posto ou da graduação, referente ao período em que continuar ou tenha continuado em serviço, após ter completado o tempo mínimo de permanência no serviço ativo, nos seguintes percentuais e situações: I - cinco por cento: militar que, em atividade, a partir de 29 de dezembro de 2000, tenha completado ou venha a completar setecentos e vinte dias a mais que o tempo requerido para a transferência para a inatividade remunerada; e 24/08/2020 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> 6/13 II - cinco por cento a cada promoção: militar que, tendo satisfeito o requisito do inciso I deste artigo, venha a ser promovido em atividade ao posto ou graduação superior. Parágrafo único. Os percentuais previstos neste artigo são acumuláveis entre si. 18. Nesse contexto normativo, alguns pontos são dignos de registro, mesmo porque devem preceder as respostas aos questionamentos formulados pela SEPESD. 19. Em primeiro plano, tem-se que o inciso IX do art. 8º da LC restringe direitos por força de uma situação excepcional (calamidade pública), razão pela qual sua intelecção deve ser restrita e não ampliada [1] . 20. Aliás, o caráter restritivo do enunciado é reforçado por sua própria literalidade, identificado no emprego da palavra "exclusivamente". Partindo do princípio de que a lei não contém palavras inúteis, há que se garantir à regra uma leitura que promova a efetividade dos termos em si contidos [2] . 21. Nesse mesmo sentido pontuou a Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando do Exército no Parecer n. 01058/2020/CONJUR-EB/CGU/AGU, demonstrando inclusive que essa também é a compreensão que o Ministério da Economia tem da norma em questão: 23. Nesse contexto, entendemos que: a) o adicional de permanência não se confunde com os institutos paradigmas trazidos no art. 8º, IX, da Lei Complementar nº 173/2020, uma vez que, nada obstante exija observância de interstício mínimo de tempo (720 dias a mais que os anos necessários para a transferência para a inatividade remunerada e tempo de cada promoção na ativa), não é adquirido automaticamente em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço; b) a vedação não se aplica a esse tipo de adicional, pois este é provisório, não incorporável e possui por objetivo exatamente a diminuição de despesas com novos concursos e com o Sistema de Proteção Social. 24. Vale dizer que, embora, até o momento, o referido posicionamento não tenha sido objeto de análise pelo Poder Judiciário, já vem sendo adotado no âmbito da Administração Pública federal, consoante se extrai da Nota Técnica SEI 20581/2020 do Ministério da Economia e do Parecer SEI 9357/2020 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. In verbis: Nota Técnica SEI nº 20581/2020/ME Em relação ao inciso IX do art. 8º (proibição de contar o período até 31 de dezembro de 2021, como período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins), tornam-se necessários maiores esclarecimentos. Da redação desse inciso depreende-se que os servidores que tenham completado o período aquisitivo exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal até 27 de maio de 2020, terão os seus efeitos financeiros implementados. Os demais, que não tenham completado o respectivo período aquisitivo até essa data, independentemente de faltar um dia ou mais, terão a contagem suspensa até 31 de dezembro de 2021 e retomada a partir de 1º de janeiro de 2022. Importa destacar que no âmbito da União não são mais concedidos anuênios, triênios ou quinquênios, parcelas remuneratórias que acarretariam, indubitavelmente, aumento de despesa com pessoal em decorrência da aquisição de tempo de serviço. (...) Entretanto, considerando que a suspensão da contagem desse tempo, s.m.j., aplica-se exclusivamente aos institutos elencados no inciso IX do art. 8º e seus equivalentes cuja concessão acarrete aumento de despesas, questiona-se, se tal regramento se aplicaria àqueles institutos que, embora estejam condicionadas ao cumprimento de determinado interstício, o seu usufruto não acarreta aumento de despesas. É o caso da licença para capacitação, analisada no parágrafo anterior, e, também, de afastamentos para participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País e em Programa de Pós-Graduação no exterior, conforme previsto na Lei nº 8.112, de 1990, em seus arts. 87 e 96-A e seu § 7º, respectivamente. 24/08/2020 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> 7/13 (...) Ao analisar conjuntamente o disposto no inciso I e no inciso IX do art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 2020, entende-se que as progressões e promoções, por exemplo, não se enquadram na vedação apresentada em tais dispositivos, uma vez que tratam-se de formas de desenvolvimento nas diversas carreiras amparadas em leis anteriores e que são concedidas a partir de critérios estabelecidos em regulamentos específicos que envolvem, além do transcurso de tempo, resultado satisfatório em processo de avaliação de desempenho e em obtenção de títulos acadêmicos. Conclui-se, portanto, que para essa situação, tal vedação não se aplica. PARECER SEI Nº 9357/2020/ME (...) Noutro giro, verifica-se da literalidade do art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020, que o referido dispositivo possui eficácia exclusiva e, por isso, demanda interpretação restritiva, de modo que não soa possível alargar a semântica desta previsão para além da essência dos institutos paradigmas elencados na norma. Nesse viés, os institutos paradigmas eleitos pelo art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020, são: (a) adicionais incidentes sobre a remuneração do servidor decorrentes da aquisição de determinado tempo de serviço (anuênios, triênios, quinquênios) e (b) licenças-prêmio decorrentes do decurso de determinado tempo de serviço. (...) 13. Nesse sentido, nos parece que a vedação contida no art. 8º, I, da LC nº 173, de 2020, tem seu espectro de incidência limitado às ações voluntárias dos agentes públicos, isto é, às condutas positivas livremente adotadas e direcionadas ao aumento de despesa. Por esse motivo, o cumprimento de decisão judicial transitada em julgado e/ou de determinação legal anterior ao reconhecimento da calamidade pública pela União por meio do Decreto Legislativo 6, de 2020[3], não esbarra na proibição contida na norma, ainda que deste cumprimento decorra, eventualmente, aumento de despesa com pessoal. (...) 15. No mesmo sentido, destaca-se o seguinte trecho da Nota Informativa nº 21[4], de 2020, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, senão vejamos: As restrições dos incisos I e IX do caput do artigo 8º não geram propriamente uma economia (redução de despesas), vez que atuam apenas preventivamente. Não impedem, portanto, que reajustes já concedidos continuem a ser implementados. Também não vedam a progressão funcional na carreira com apoio em legislação pretérita, que é o principal fator do crescimento vegetativo da folha. Por outro lado, as proibições impedem que as despesas continuem crescendo com a concessão de novos reajustes, o que seria teoricamente pouco provável face à crise financeira de todos os entes. (...) 20. Outrossim, o raciocínio ora deduzido é aplicável às vantagens, aumentos ou reajustes concedidos por lei anterior ao reconhecimento da calamidade pública pela União por meio do Decreto Legislativo 6, de 2020, os quais deverão ser implementados no prazo e nas condições determinadas pela legislação de regência, ainda que disto resulte em aumento de despesa com pessoal. Com efeito, conforme consignado no Parecer Conjunto SEI nº 36/2020/ME, a extinta CONJUR-MP, ao analisar a interpretação a ser dada ao art. 21, p.u., da LRF, por

meio do PARECER n. 01280/2018/GCG/CGJOC/CONJUR-MP/CGU/AGU, trouxe a baila os esclarecimentos então fornecidos pela SOF (Nota Técnica nº 20827/2018-MP) no sentido de que, nessas hipóteses, não possui a Administração Pública discricionariedade sobre essas despesas. Tal entendimento parece ser aplicável ao art. 8º, inc. I, da LC nº 173, de 2020, vejamos: VI. Do aumento de despesa com pessoal sobre o qual a administração pública não possui discricionariedade 22. Em relação à projeção do aumento de despesa com pessoal sobre o qual a administração pública não possui discricionariedade naquele exercício, esta também é alocada na Lei Orçamentária Anual em reserva de contingência, em plano orçamentário específico, na unidade 71102, a qual é utilizada para suplementar as unidades orçamentárias que demonstrem, nas avaliações mensais realizadas por essa Secretaria, necessidade de reforço nas dotações de pessoal. Dentre estas estão os aumentos remuneratórios já aprovados e o crescimento vegetativo, o que inclui as progressões, promoções substituições de cargos, dentre outras. 24/08/2020 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> 8/13 II. Da proibição de contar o tempo compreendido entre 28 de maio de 2020 (data da promulgação da LC nº 173, de 2020) a 31 de dezembro de 2021 como período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins (art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020). 21. Verifica-se da literalidade do art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020, acima reproduzido, que o intuito do legislador com a referida previsão não é vedar a concessão de qualquer benefício ao servidor. Com efeito, denota-se da redação do referido dispositivo que, ao impedir a contagem de tempo como período aquisitivo, o mesmo possui eficácia exclusiva, tendo em vista que foi empregado o vocábulo "exclusivamente", além do aposto final "sem qualquer prejuízo para o efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins". O referido dispositivo, portanto, demanda interpretação restritiva, de modo que não soa possível alargar a semântica desta previsão para além da essência dos institutos paradigmas elencados na norma. 25. Diante do exposto, considerando o entendimento no sentido de que ao inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 deve ser dada interpretação restritiva, bem como que ao adicional de permanência não se aplica a previsão proibitiva do referido inciso IX, conclui-se que não há qualquer vedação para a concessão do adicional de permanência já previsto na legislação vigente no momento da publicação da LC nº 173/2020. 22. Portanto, adotando-se uma interpretação restritiva, a semântica indica que a incidência da norma terá como referência, exclusivamente, "os anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço". 23. Dessa forma, a interpretação do enunciado - e a identificação dos direitos por ele restringidos - terá como ponto de partida "os anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio", de modo que somente os institutos jurídicos a eles equivalentes serão albergados pelo dispositivo. 24. A inferência de correlação entre institutos deve ser precedida da identificação de seus fundamentos, objetos e finalidades. Assim é que o presente estudo partirá dos elementos colhidos da Lei nº 8.112, de 1990, que é o manancial normativo das referências encartadas no art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020. 25. De acordo com o revogado art. 67 da Lei nº 8.112, de 1990, anuênio e quinquênio eram espécies de adicionais por tempo de serviço, devidos ao servidor a partir do mês em que completado o período aquisitivo. O triênio não foi previsto na legislação federal, constando de estatutos jurídicos dos servidores civis de diversos Estados. 26. Por sua vez, a licença-prêmio - igualmente extinta e substituída pela licença capacitação - contemplava o servidor a cada 5 anos ininterrupto de exercício, permitindo-lhe o afastamento do cargo efetivo por 3 meses e garantido-lhe a percepção da correspondente remuneração. Também aqui se considerava, pois, o tempo de serviço como critério indeclinável para o surgimento do direito. 27. Já o adicional de permanência não guarda qualquer afinidade com "anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio", tampouco se enquadra nos "mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço". Ora bem, enquanto o adicional de permanência busca recompensar o militar que permanecer em serviço após haver completado o tempo mínimo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, as benesses encartadas no art. 8º, IX, da Lei Complementar tinham como desiderato premiar o servidor por seu tempo à disposição no serviço público ou por sua assiduidade. 28. Se comparados os institutos aplicáveis aos civis e aos militares, ter-se-á que o adicional de permanência guarda paralelismo com o abono de permanência, que não é extraído de uma leitura explícita ou implícita do art. 8º, IX, da LC nº 173/2020. 29. De tudo o quanto o dito, o raciocínio aqui desenvolvido perpassa por um simples silogismo: O abono de permanência e o adicional de permanência têm homologia entre si; O abono de permanência não foi restringido pelo art. 8º, IX, da LC nº 173/2020; logo O adicional de permanência igualmente não se submete às limitações impostas pela regra. 24/08/2020 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> 9/13 30. Qualquer solução diversa a que ora se propõe sofreria o risco de vilipendiar o princípio da isonomia. Torna-se difícil admitir que um mesmo dispositivo (art. 8º, IX, da LC nº 173/2020), oriundo de uma mesma situação de fato (calamidade pública), tenha a aplicação diferenciada apenas em razão do cargo do destinatário da regra (civis ou militares). É exatamente o que ocorrerá caso se confira tratamento não equânime entre o abono de permanência e o adicional de permanência, ao menos para os fins da LC nº 173/2020. 31. Bem postas as coisas, pode-se aduzir que o adicional de permanência é equivalente ao abono de permanência, o qual não foi referenciado no art. 8º, IX, da LC nº 173/2020. Por tudo quanto dito, tem-se que a omissão não decorre de mero lapso, sendo verdadeiro silêncio eloquente do legislador. [3] 32. Outrossim, como destacado pela Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Marinha no Parecer n. 00229/2020/CJACM/CGU/AGU, não se pode olvidar que na tramitação legislativa do Projeto de Lei Complementar que culminou na LC 173/2020 (o PLC nº 39, de 2020) foi rejeita emenda parlamentar que vedava expressamente a contagem de tempo para permanências. Ex vi: 33. A título de reforço de tese, por demonstrar a natureza distinta do Adicional de Permanência dos mecanismos previstos no inciso IX, vejamos a evolução do projeto de Lei, que resultou na publicação da LC 173/2020. 34. O inciso em análise, na redação original do Projeto de Lei Complementar nº 39/2020, possuía a seguinte redação (vide Relatório Legislativo de 30/04/2020) : IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, promoções, progressões, incorporações, permanências e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço; 35. Posteriormente, após a proposição de diversas Emendas pelos Parlamentares, o dispositivo foi alterado, adotando a seguinte redação: IX - contar esse tempo como de período aquisitivo necessário para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço; 36. Ao cotejarmos o disposto na redação original e na atual, é de fácil verificação que o legislador objetivou excluir do dispositivo a vedação da contagem de tempo para a concessão de promoções, progressão, incorporação e permanência. 33. Vê-se, portanto, que o texto que veio a ser aprovado e convertido na LC 173/2020 não menciona mais os direitos remuneratórios de permanência, sendo suprimido o trecho "promoções, progressões, incorporações, permanências". 34. Em reforço, observa-se que a parte final do art. 8º, IX, da Lei Complementar é hialino ao afastar de sua incidência a contagem do tempo para aposentadoria. Tal ressalva fomenta a intelecção de que as benesses que dependam da constituição do direito à aposentadoria (e que sejam, pois, a ele posteriores e dele dependentes) não serão afetadas pela norma, compreensão essa igualmente aplicável à transferência para a inatividade. 35. À essa altura da análise, pode-se fincar a exegese de que o adicional de permanência não tem qualquer afinidade com anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio, os quais mais se aproximam do "adicional de tempo de serviço" que, de acordo com o art. 3º, IV, da MP nº 2215-10, era "parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente ao tempo de serviço" [4] . 36. Ademais, ainda que se entendesse que o art. 8º, IX, da Lei Complementar nº 173/2020 alcança também o adicional de permanência, o inciso I dessa mesma norma colocaria a salvo a percepção desse direito remuneratório. Assim preconiza o dispositivo: 24/08/2020 <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> <https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071> 10/13 Art. 8º [...] ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e



empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública; [Grifou-se.]. 37. Pelos seus termos, portanto, conclui-se que a LC 173 não veda a concessão de vantagens remuneratórias "decorrentes de determinação legal anterior à calamidade pública", como é o caso do adicional de permanência, cuja base legal está expressa, como já mencionado, em ato normativo do ano de 2001. 38. Sobre esse ponto, destaca-se passagem do Parecer n. 00400/2020/COJAER/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica: 14. No ponto, transcreve-se o resumo do Programa Federativo de Enfrentamento ao COVID-19 confeccionado pela Câmara dos Deputados por meio da Nota Informativa nº 21 de 2020 no PLP 39/2020 na parte relacionada à contenção de despesas de pessoal de que trata a consulta encaminhada a este órgão jurídico. Vejamos: 2) Contenção das despesas de pessoal, vedação da criação de despesa obrigatória e de aumento dessas despesas acima da inflação: a nova lei complementar proibiu, até 31/12/2021, uma série de aumentos relacionados às despesas obrigatórias. O atraso na publicação desta lei possibilitou a concessão de diversos aumentos salariais em 11 Estados. Na União, houve a edição da Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020, que concedeu aumento para policiais e bombeiros do DF, e do Decreto nº 10.378, de 28 de maio de 2020, que autorizou a nomeação de candidatos aprovados em concurso para a Polícia Rodoviária Federal. Considerado o veto ao § 6º do art. 8º (que excetuava várias categorias funcionais da proibição de aumentos), a economia no país é estimada de R\$ 98 bilhões (a estimativa inicial apresentada pelo Ministério da Economia era de R\$ 130 bilhões). No caso da União, o governo apresenta estimativa de que a contenção de aumentos acima da inflação permite uma economia potencial de R\$ 31,5 bilhões. Ressalte-se, no entanto, que boa parte dessas medidas de contenção no âmbito da União já se encontrava incorporada nas disposições do PLDO para 2021, em tramitação no Congresso Nacional, e na lei orçamentária vigente (...) Considerações da Consultoria As restrições dos incisos I e IX do caput do artigo 8º não geram propriamente uma economia (redução de despesas), vez que atuam apenas preventivamente. Não impedem, portanto, que reajustes já concedidos continuem a ser implementados. Também não vedam a progressão funcional na carreira com apoio em legislação pretérita, que é o principal fator do crescimento vegetativo da folha. Por outro lado, as proibições impedem que as despesas continuem crescendo com a concessão de novos reajustes, o que seria teoricamente pouco provável face à crise financeira de todos os entes. No caso da União, em especial, os reajustes já não estavam autorizados pela LDO, além do que a existência de teto para as despesas primárias previsto na Emenda Constitucional nº 95 (Novo Regime Fiscal) já dificultava a expansão dessas despesas. Assim, reajustes concedidos de forma parcelada continuarão a ser implementados e as progressões continuarão a ocorrer. Vale lembrar ainda que a licença-prêmio e a aquisição de anuênios já foram extintos pela legislação federal. Como se sabe, o atraso na publicação da lei complementar possibilitou a concessão de diversos aumentos salariais na União e em diversos Estados, em desatendimento ao art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, sendo que algumas dessas proposições encontram-se ainda pendentes de aprovação ou sanção. Diante disso deve-se ressaltar que a Lei Complementar nº 173/2020 aplica-se imediatamente a todas as proposições pendentes de ato de aprovação ou sanção. As proibições de que trata o art. 8º da Lei Complementar vedam ato ou conduta da autoridade pública responsável que dê causa ao aumento da despesa. Sendo que, por analogia ao que dispõe o art. 7º da mesma Lei, ao dispor sobre a nulidade de atos que provocam aumento da despesa com pessoal, as proibições do art. 8º devem ser aplicadas igualmente aos atos relacionados à "aprovação, edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório 24/08/2020 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 11/13 equivalente do Poder Legislativo, por Presidente do Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados". Nesse sentido, o art. 8º veda não só a edição ou aprovação, mas também a sanção de projetos que contrariem as proibições. Tais aumentos, se concedidos, somente podem ter eficácia a partir de 01/01/2022, vedada a retroatividade. Acerca do art. 8º deve-se ressaltar ainda que as disposições ou autorizações (LDO/LOA) que venham a prever aumentos futuros, para implementação após o fim do prazo de proibição (desde a decretação do estado de calamidade pública - 20/03/2020 - até 31/12/2021), não poderão conter cláusula de retroatividade 15. Neste sentido, da leitura da Nota Informativa 21/2020 acima, fica evidenciada que a norma prevista no art. 8º, inciso I, da LC 173/2020 está destinada a edição de novos atos normativos e legislativos que pretendam criar novas vantagens pecuniárias aos servidores públicos. A vantagem pecuniária descrita na consulta (Adicional de permanência) que decorre de lei anterior ao decreto de calamidade pública enquadra-se na exceção prevista no art. 8º, inciso I, in fine, da LC 173/2020 ("exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública"). 2.2 Dos questionamentos formulados pela SEPESD 39. De acordo com a unanimidade dos entendimentos jurídicos aduzidos pelas Consultorias JurídicasAdjuntas e pela CONJUR-MD, passa-se a responder cada uma das indagações formuladas pela SEPESD na Nota Técnica nº 5/DEPES/SEPESD/SG/MD/2020. a) a percepção do percentual relativo ao adicional de permanência, consoante disposto do inciso I do art. 10 do Decreto nº 4.307/2002, é objeto da restrição presente do inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020? 40. A resposta é negativa, vez que o inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 deve ser interpretado restritivamente. 41. Assim, como o adicional de permanência não se assemelha a anuênios, triênios, quinquênios ou licençasprêmio, conclui-se que a norma não se aplica ao adicional de permanência, o qual já previsto em legislação vigente no momento da publicação da LC nº 173/2020. b) o mesmo se aplica à percepção do percentual relativo ao adicional de permanência, consoante disposto do inciso II do art. 10 do mesmo decreto? 42. O mesmo entendimento esposado na resposta anterior é aplicável ao art. 10, II, do Decreto nº 4.307, de 2002. Se não há vedação à concessão de direitos cujo período aquisitivo já se tenha completado, com muito mais razão não há proibição ao deferimento de direitos subsequentes ao primeiro, para os quais sequer se estabelece uma condicionante temporal. c) a proibição constante do inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 refere-se tão somente aos efeitos financeiros ou repercute sobre o tempo já computado para concessão dos benefícios atingidos pelo ato legal? 43. Como já mencionado, o inciso IX do art. 8º da LC nº 173/2020 não se aplica ao adicional de permanência, não gerando impacto nem sobre o efeitos financeiros, nem sobre a contagem de tempo para a concessão desse benefício. 44. Por derradeiro, registra-se que o impacto que a Lei Complementar nº 173 gera sobre o adicional de permanência não decorre do inciso do IX do seu art. 8º, mas sim do inciso VI desse dispositivo legal, que assim preconiza: Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de: 24/08/2020 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 12/13 [...] VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade; 45. Como destacado expressamente no Parecer n. 00229/2020/CJACM/CGU/AGU da Consultoria JurídicaAdjunta do Comando da Marinha, essa regra legal, ao vedar a majoração de benefícios de qualquer natureza, a norma acaba por impedir o aumento dos percentuais previstos no art. 10 do Decreto nº 4.307/2002 para pagamento do adicional de permanência. Ex vi: 48 [...] b) Durante o prazo de restrição previsto na LC nº 73/2020 (de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021) não poderá ser majorado o Adicional de Permanência, sendo vedada a alteração dos percentuais previstos no art. 10, inciso I e II, do Decreto nº 4.307, de 2002, durante esse período. 2.3 Considerações finais 46. A Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Marinha, no bojo do Parecer n. 00229/2020/CJACM/CGU/AGU, firmou posição no sentido de que para a Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço, por se tratar de benefício do gênero "anuênio", a contagem do tempo para a sua concessão deverá ficar suspensa durante o período de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021, por força do art. 8º, inciso IX, da LC nº 173/2020. Ao final, a douta CJACM solicita ainda que esse tema seja uniformizado. 47. No entanto, considerando que os outros Comandos Militares ainda não foram ouvidos a respeito do impacto do art. 8º, inciso IX, da LC nº 173/2020 sobre a Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço, deixar-se-á de analisar a questão neste parecer, ficando limitado o seu exame ao adicional de permanência. 48. Todavia, ficam as douts CONJUR-EB e COJAER instadas a se manifestarem acerca do impacto do art. 8º,

inciso IX, da LC nº 173/2020 sobre a Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço, solicitando-se resposta no prazo de 30 (trinta) dias. 3. CONCLUSÃO 49. Ante o exposto, conclui-se que: a) o adicional de permanência não se subsume à proibição contida no art. 8º, IX, da LC nº 173, de 2020. A aplicação da regra proibitiva demanda a configuração de uma equivalência entre esse direito remuneratório e "anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio", o que não só ocorrer nesta hipótese; b) ao referir-se aos "demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço", o art. 8º, IX, da Lei Complementar não proíbe a concessão das benesses legais que dependam da perfectibilização do direito à aposentadoria/inatividade e sejam a ele posteriores, conforme se depreende da ressalva constante da parte final do dispositivo; c) o adicional de permanência tem similitude com o abono de permanência, o qual não foi referenciado no art. 8º, IX, da LC nº 173/2020 por vontade consciente do legislador; d) eventual intelecção que sobreleve direitos de servidores civis frente aos direitos de militares importará em vulneração do princípio da isonomia, ao menos no que tange à aplicação da LC nº 173/2020, a qual tem supedâneo em motivo de fato único e comum a todos os indivíduos, independente da natureza do cargo que ocupam; f) o adicional de permanência, tal como hoje previsto, decorre de lei anterior ao decreto de calamidade pública, enquadrando-se, portanto, na exceção prevista no art. 8º, inciso I, in fine, da LC 173/2020 ("exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública"), razão pela qual não é vedado seu pagamento no período de que trata a norma (de 28 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2021); e 24/08/2020 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 https://sapiens.agu.gov.br/documento/480827071 13/13 g) por força do art. 8º, inciso VI, da LC nº 73/2020, que veda a majoração de benefícios de qualquer natureza, fica proibida majoração dos percentuais de Adicional de Permanência previstos no art. 10, inciso I e II, do Decreto nº 4.307, de 2002. 50. Opina-se pelo encaminhamento dos autos à SEPESD e às Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos Militares, para conhecimento deste parecer. 51. Por fim, com exceção da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Marinha, solicita-se que os destinatários deste parecer forneçam, no prazo de 30 (trinta) dias, subsídios para uniformizar questão acerca do impacto do art. 8º, inciso IX, da LC nº 173/2020 sobre a Gratificação no Exterior por Tempo de Serviço. À consideração superior. Brasília, 18 de agosto de 2020. BRUNO CORREIA CARDOSO ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO E MILITAR [1] As exceções devem ser compreendidas com extrema rigidez. Sendo possível mais de uma interpretação razoável e ajustada aos elementos sistemático e teleológico, deve prevalecer aquela que mais se aproximar do elemento literal, como ensina Hugo De Brito Machado (Curso de Direito Tributário. 22ª ed., São Paulo : Malheiros, 2003, p. 105) [2] É princípio basilar de hermenêutica jurídica aquele segundo o qual a lei não contém palavras inúteis: verba cum ef ectu sunt accipienda. Ou seja, as palavras devem ser compreendidas como tendo alguma eficácia. Não se presumem, na lei, palavras inúteis (Cf. Carlos Maximiliano, Hermenêutica e Aplicação do Direito, 8a. ed., Freitas Bastos, p. 262). [3] Silêncio eloquente é a opção do legislador em excluir, intencionalmente, certo fato do comando legal. (Zeno Veloso; Larenz) (apud DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. vol. Q-Z. pag. 392.) 2. "É o contrário de lacuna da lei, pois nessas hipóteses não se pode fazer analogia." (RE 130522, DJ 28.6.1991, pág. 529) [4] Embora extinto pelo art. 30 da MP nº 2215-10, o art. 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 13.954/2019, prevê a possibilidade de que o militar continue a receber tal parcela, caso mais vantajosa que o adicional de compensação por disponibilidade militar. Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00025000510202051 e da chave de acesso ba3047df Documento assinado eletronicamente por BRUNO CORREIA CARDOSO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 480827071 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): BRUNO CORREIA CARDOSO. Data e Hora: 21-08- 2020 18:12. Número de Série: 26759227511328821651815707379. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5. DESPACHO n. 01642/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU NUP: 00025.000510/2020-51 INTERESSADOS: PRESIDENCIA DA REPUBLICA ASSUNTOS: NORMATIZAÇÕES Aprovo o PARECER n. 00576/2020/CONJUR-MD/CGU/AGU vinculado a este Despacho, que fixa entendimento no sentido de que a proibição imposta pelo 8º, IX, da LC nº 173, de 27 de maio de 2020, referente a "suspensão de contagem de tempo de serviço para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmios e demais macanismos equivalentes", não se aplica ao adicional de permanência previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 2002. Brasília, 24 de agosto de 2020. IDERVÂNIO DA SILVA COSTA Advogado da União Consultor Jurídico do Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA Nº 153/HNRE, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, aos Termos de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, Processo Administrativo nº 63066.003213/2019-67, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

I - CARLOS SOUZA DIAGNÓSTICO UROLÓGICO.

a)CNPJ nº 03.645.549/0001-21; e

b) Valor Estimativo: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.

25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS

PORTARIA Nº 155/HNRE, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, aos Termos de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, Processo Administrativo nº 63066.003213/2019-67, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

I - PREVENCOR -CENTRO DE CARDIOLOGIA DIAGNÓSTICA LTDA.

a)CNPJ nº 35.715.085/0001-79; e

b) Valor Estimativo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.

25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS



Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.574, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5º da Portaria n. 1.025, de 13 de maio de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao Município de São Jerônimo - RS, para ações de Defesa Civil, para até 28/11/2020.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 148, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Publica os atos normativos inferiores a decreto vigentes que disciplinam as atividades da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, e considerando o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da SUDECO, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

ANEXO

ATOS NORMATIVOS	OBJETO
Portaria nº 24, de 21 de fevereiro de 2014	Estabelece critérios e procedimentos de atribuição da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 45, de 27 de março de 2014	Aprova os critérios e os procedimentos específicos para o monitoramento sistemático e contínuo do desempenho individual do servidor, para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE .
Portaria nº 95, de 18 de junho de 2014	Aprova os critérios e os procedimentos específicos para o monitoramento sistemático e contínuo do desempenho individual do servidor, para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos - GDACE.
Portaria nº 197, de 28 de agosto de 2014	Dispõe sobre a avaliação de desempenho institucional da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 212, de 8 de setembro de 2014	resolve que o servidor da SUDECO, cumprindo estágio probatório, somente poderá ser cedido em observância de dispositivo legal, de caráter irrecusável, ou para ocupar cargo em comissão ou de Natureza Especial, conforme previsto em lei.
Portaria nº 244, de 03 de outubro de 2014	Proíbi o uso de e-mail pessoal nas comunicações da Sudeco.
Portaria nº 271, de 29 de outubro de 2014	Estabelece procedimentos para avaliação dos servidores em estágio probatório no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.
Portaria nº 97, de 11 de junho de 2015	Torna obrigatório o uso de crachá por todos os colaboradores da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, durante o horário de expediente, para acesso, dentro das suas instalações e fora delas, quando a serviço.
Portaria nº 116, de 06 de julho de 2015	Institui a Comissão de Avaliação de Desempenho, para atender o disposto no art. 23 do Decreto nº 7133, de 19 de março de 2010.
Portaria nº 227, 18 de dezembro de 2015	Altera, com aprovação da Diretoria Colegiada desta Superintendência, os anexos III e V, que passam a vigorar na forma dos anexos a esta Portaria.
Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2015	Define as regras do controle eletrônico de frequência para registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos lotados e em exercício na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 48, de 19 de fevereiro de 2016	Estabelece regras e procedimentos para a concessão, indenização, parcelamento e pagamento da remuneração de férias no âmbito da SUDECO.
Portaria nº 51, de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a expedição e tramitação de documentos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 68, de 03 de abril de 2017	Institui o Comitê de Governança Digital - CGD da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 69, de 03 de abril de 2017	Altera a Portaria nº 51, de 24 de fevereiro de 2017, a qual dispõe sobre a expedição e tramitação de documentos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 119, de 05 de maio de 2017	Altera a Portaria nº 51, de 24 de fevereiro de 2017, a qual dispõe sobre a expedição e tramitação de documentos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 156, de 27 de junho de 2017	Altera a composição CGSIC - Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação.
Portaria nº 27, de 24 de janeiro de 2018	Institui a comissão de avaliação de desempenho - CAD, para atender ao disposto no art. 6º da Portaria nº 271, de 29 de outubro de 2014, que trata da Avaliação de Estágio Probatório no âmbito da SUDECO.
Portaria nº 89, de 05 de março de 2018	Altera a Portaria nº 79, de 24 de março de 2018 e disciplina procedimentos para a transferência de recursos da SUDECO, mediante Termo de Execução Descentralizada (TED).
Portaria nº 150, de 17 de maio de 2018	Institui o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade e o Programa de Integridade no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, e dá outras providências.
Portaria nº 183, de 03 de julho de 2018	Estabelece fluxo administrativo para verificação das situações de nepotismo no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Portaria nº 243, de 13 de setembro de 2018	Estabelece fluxo interno para tratamento de denúncias no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 252, de 28 de setembro de 2018	Institui o Grupo de Trabalho composto pelos servidores: Delton Silva Araújo, SIAPE 2274114; Bruno Vinhaes Rabelo, SIAPE 2067531; Huga de Abreu Gurgel Garcia, SIAPE 2273199; Hugo Ataídes Gomes, SIAPE 2069163 e Thiago Grudtner Cuerda, SIAPE 2160652, para, sob a coordenação do primeiro, atualizar a proposta de plano de cargos e salários desta Superintendência.
Portaria nº 63, de 08 de março de 2019	Autoriza os empregados terceirizados a utilizarem, em casos excepcionais, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Portaria nº 75, de 22 de março de 2019	Dispõe sobre a instituição da Política de Qualidade de Vida no Trabalho, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 139, de 28 de maio de 2019	Regulamenta a expedição do crachá de identificação e do botton por servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste -SUDECO.
Portaria nº 259, de 25 de novembro de 2019	Estabelece critérios e procedimentos para cessão de servidores da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO para o exercício de cargo em comissão, função comissionada do Poder Executivo ou gratificações dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019	Dispõe sobre a adesão à análise informatizada de prestação de contas de convênio, em conformidade com a Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018.

Portaria nº 264, de 05 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a composição do Núcleo para Assuntos Disciplinares-NAD, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO.
Portaria nº 267, de 13 de dezembro de 2019	Institui Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, para o período 2020-2022.
Portaria nº 01, de 07 de janeiro de 2020	Designa os nomes das subunidades e suas respectivas siglas para a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.
Portaria nº 03, de 14 de janeiro de 2020	Institui Grupo de Trabalho para atuar na iniciativa de Reestruturação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste -Sudeco.
Portaria nº 6, de 21 de janeiro de 2020	Delega ao Diretor de Administração as atribuições relacionadas à aprovação das prestações de contas de convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam repasse de recursos financeiros, bem como determinar a instauração de Tomada de Contas Especial.
Portaria nº 12, de 28 de janeiro de 2020	Dispõe sobre o transporte terrestre de servidores e colaboradores no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Portaria nº 59, de 12 de junho de 2020	Regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Portaria nº 63, de 17 de junho de 2020	Estabelece medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), e condições adequadas para realização das atividades laborais presenciais a serem adotadas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Portaria nº 70, de 06 de julho de 2020	Dispõe sobre a instrução de processos de pagamento de contratos administrativos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Portaria nº 91, de 15 de julho de 2020	Dispõe sobre a normatização de solicitações eletrônicas no que tange à tecnologia da informação e serviços no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Portaria nº 97, de 23 de julho de 2020	Designa, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação instituindo a equipe responsável pelo atendimento aos pedidos de informação e aos recursos. Art. 1º. Designar o Ouvidor da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste como autoridade responsável pelo monitoramento e implementação da Lei de Acesso à Informação, em atendimento ao artigo 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Resolução nº 01 de 22 de novembro de 2011.	Dispõe sobre procedimentos e rotinas aplicáveis à celebração de convênios.
Resolução nº 04, de 21 de maio de 2012	Aprova o Regimento Interno da Superintendência do Desenvolvimento do Centro- Oeste - SUDECO.
Resolução Condel/Sudeco nº 01 de 13 de novembro de 2012	Aprova, na forma da Proposição nº 001/2012, de 01.11.2012, o Regimento Interno do CONDEL/SUDECO anexo a esta Resolução.
Resolução Condel/Sudeco nº 02/2012, de 13 de novembro de 2012	Aprova, na forma da Proposição nº 002/2012, de 01.11.2012, o Regimento Interno do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais - CRIFF anexo a esta Resolução.
Resolução Condel/Sudeco nº 06 de 28 de dezembro de 2012	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2012.
Resolução Condel/Sudeco nº 08 de 17 de julho de 2013	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2012.
Resolução Condel/Sudeco nº 14 de 30 de julho de 2013	Regulamenta o art. 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.
Resolução Condel/Sudeco nº 17 de 06 de setembro de 2013	Aprova proposta da Secretaria-Executiva do Condel, no sentido de estabelecer os critérios para a exigência de contrapartida dos Estados e Municípios no que se refere aos projetos de investimento apoiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Resolução nº 12, de 12 de novembro de 2013	Altera a disposição da Resolução SUDECO nº 04, de 21 de maio de 2012.
Resolução nº 08 de 10 de dezembro de 2013.	Aprova o Manual de Procedimentos e Operacionalização de projetos de investimento concernentes ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.
Resolução nº 20 de 11 de dezembro de 2013.	Aprova o Modelo de Placa do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.
Resolução Condel/Sudeco nº 19 de 06 de dezembro de 2013	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2013.
Resolução nº 28 de 07 de fevereiro de 2014	Altera o Manual de Procedimentos e Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.
Resolução Condel/Sudeco nº 24 de 25 de março de 2014	Aprova proposta da Secretaria-Executiva, com os ajustes sugeridos pelo Comitê Técnico em reunião ocorrida no dia 20.03.2014, no sentido de fixar a assistência mínima global com recursos do FDCO em R\$ 30 milhões, por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, respeitados os limites de participação dos recursos do Fundo estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.
Resolução Condel/Sudeco nº 26 de 25 de março de 2014	Aprova proposta da Secretaria-Executiva no sentido de atribuir ao Ouvidor da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco o encargo de Ouvidor do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.
Resolução Condel/Sudeco nº 28, de 25 de março de 2014	Criar o Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE) e aprova seu Regimento Interno, na forma do Anexo a esta Resolução.
Resolução Condel/Sudeco nº 29 de 16 de julho de 2014	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2013.
Resolução nº 45 de 16 de outubro de 2014.	Altera a "Instrução e Modelo de Procedimentos para Apresentação e Análise de Consulta Prévia".
Resolução Condel/Sudeco nº 33 de 26 de novembro de 2014	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2014.
Resolução nº 53 de 29 de maio de 2015	Estabelece a Sindicalização de Operações de Créditos e de Contrato de Financiamento para projetos apoiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.
Resolução Condel/Sudeco nº 36 de 29 de julho de 2015	resolve comunicar apreciação em ato "ad referendum" do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2014, acompanhado do Parecer Conjunto nº 31/2015/SFRI/SUDECO/MI de 22/07/2015, recomendando ao Banco do Brasil S.A.
Resolução Condel/Sudeco nº 40 de 29 de dezembro de 2015	Aprova, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º Semestre de 2015.
Resolução Condel/Sudeco nº 41 de 29 de dezembro de 2015	Aprova, ad referendum do Conselho, proposta da Secretaria-Executiva do Condel, discutida na 5ª reunião do Comitê Técnico do CONDEL/SUDECO, de 09.12.2015, no sentido de estabelecer os critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, equivalentes a 2% (dois por cento) do valor de cada liberação de recursos do FDCO.
Resolução nº 63 23 de fevereiro de 2016.	Estabelece procedimentos para emissão de Certificado de Conclusão do Projeto pelo agente operador do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO
Resolução Condel/Sudeco nº 49 de 06 de julho de 2016	Aprova o Relatório Circunstanciado de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2015.
Resolução Condel/Sudeco nº 50 de 06 de julho de 2016	Aprova a alteração do Regulamento da Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 24.06.2014, da Controladoria Geral da União - CGU e à Instrução Normativa n.º 01, de 05.11.2014, da Ouvidoria-Geral da União - OGU, na forma do Anexo a esta Resolução.
Resolução Condel/Sudeco nº 51 de 06 de julho de 2016	Aprova proposta do Governo do Estado de Goiás, no sentido de estabelecer, nos municípios classificados pela Tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de renda "Estagnada" e "Dinâmica", a assistência mínima global com recursos do FDCO a empreendimentos com investimentos totais projetados iguais ou superiores a R\$ 20 milhões.
Resolução nº 70, de 08 de agosto de 2016	Aprova o Código de Ética da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Resolução nº 71, de 09 de agosto de 2016	Dispõe sobre as regras e procedimentos referentes à gestão de documentos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Resolução nº 72, de 18 de agosto de 2016	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia de Informação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Resolução nº 73, de 22 de agosto de 2016	Dispõe sobre o Plano de Dados Abertos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.
Resolução Condel/Sudeco nº 55, de 07 de dezembro de 2016	Aprova, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, o Relatório Circunstanciado do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2016.
Resolução nº 01, de 15 de maio de 2017	Dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais, a serem observados no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.



Resolução nº 12, de 13 de setembro de 2017	Aprova o regimento Interno de Governança, Riscos e Controles da SUDECO.
Resolução Condel/Sudeco nº 61, de 17 de outubro de 2017	Aprova, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n.º 04/2017, de 14.09.2017, proposta formulada pelo Ministério da Defesa no sentido de permitir o financiamento da indústria de defesa com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, observando, no caso do FDCO, a restrição ao "comércio de armas" prevista no inciso II, do § 4º, do art. 1º da Resolução CMN nº 4.171, de 20.12.2012, e alterações posteriores.
Resolução Condel/Sudeco nº 68, de 17 de outubro de 2017	Amplia os critérios de aplicação dos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, permitindo a promoção de investimentos em infraestrutura econômica, dentro do conceito de desenvolvimento, conforme ação nº 8902, do Programa de Desenvolvimento Regional nº 2029, disposta no Plano Plurianual 2016-2019 (Lei 13.249, de 13.01.2016), incluindo no art. 1º da Resolução Condel/Sudeco nº 41/2015, de 29.12.2015, o inciso VII.
Resolução Condel/Sudeco nº 69, de 17 de outubro de 2017	Aprova, nos termos do Parecer Condel/Sudeco nº 12/2017, de 14.09.2017, proposta formulada Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no sentido de aprovar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO (2017-2020), conforme texto anexo à Nota Técnica da Sudeco n.º 09/2017/COEP/CGAPPE/DPA, de 22.09.2017.
Resolução nº 16, de 23 de outubro de 2017	Retifica a Resolução n.º 1, de 15 de maio de 2017.
Resolução Condel/Sudeco nº 71, de 08 de dezembro de 2017	Aprova, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, o Relatório Circunstanciado do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2017.
Resolução Condel/Sudeco nº 75, de 08 de dezembro de 2017	Aprova, nos termos do Parecer Condel/Sudeco nº 19/2017, de 23.11.2017, os procedimentos básicos para operacionalização do financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos na região Centro-Oeste que utilizarão os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Resolução nº 17, de 11 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o parcelamento administrativo de débitos oriundos de instrumentos de transferências voluntárias de recursos, tais como convênios, contratos de repasse, termos de parceria e instrumentos congêneres, que tenham sido celebrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-SUDECO com entidades públicas ou privadas.
Resolução nº 06, de 06 de março de 2018	Dispõe sobre os procedimentos correccionais no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e dá outras providências.
Resolução Condel/Sudeco nº 76, de 30 de abril de 2018	Aprova, na forma do anexo da Proposição nº 01/2018, 21.02.2018, o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) para a concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores, não gratuitos, na região Centro-Oeste - FDCO - Fies, conforme previsto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 129, de 08.01.2009, alterada pela Lei nº 13.530, de 07.12.2017.
Resolução Condel/Sudeco nº 77, de 30 de abril de 2018	Aprova, na forma da proposição n.º 02/2018, de 15.03.2018, proposta formulada pelo Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de permitir o financiamento de micro e mini geração de energia elétrica, para pessoa física, mediante sistema de compensação, conforme Resolução nº 482/2012 - ANEEL, de 17.04.2012, utilizando os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.
Resolução nº 14, de 22 de maio de 2018	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - CGD/SUDECO.
Resolução nº 15, de 24 de maio de 2018	Dispõe sobre o Plano de Dados Abertos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Resolução Condel/Sudeco nº 79, de 26 de julho de 2018	Aprova em ato de "ad referendum" do Conselho, o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FCO, formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2017, acompanhado do Parecer n. 06/2018- CONDEL/SUDECO, de 10.07.2018, da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco.
Resolução nº 12, de 24 de abril de 2019	Dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela SUDECO, com recursos alocados no Orçamento Geral da União.
Resolução Condel/Sudeco nº 86, de 20 de maio de 2019	Aprovar, na forma da Proposição n.º 001/2019, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023, e que o Anexo III do PRDCO poderá ser complementado após o envio formal do Plano à Casa Civil da Presidência da República.
Resolução Condel/Sudeco nº 87, de 20 de maio de 2019	Aprova o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os Resultados obtidos pelo FCO, formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2018, com as recomendações constantes do Parecer Conjunto CONDEL/SUDECO/SPFI-MDR nº 01/2019, de 07.05.2019.
Resolução Condel/Sudeco nº 92, de 16 de setembro de 2019	Aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n.º 08/2019, de 10.09.2019, proposta da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, em observância ao estabelecido no art. 10, § 1º, inciso I, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, no art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no art. 8º, inciso XII, alínea "a", do Regimento Interno, com o objetivo de aprovar as diretrizes e prioridades a serem observadas na formulação da programação e na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do CentroOeste (FCO) no exercício de 2020.
Resolução Condel/Sudeco nº 93, de 16 de setembro de 2019	Aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n.º 09/2019, de 10.09.2019, proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) no sentido de rever a Resolução n.º 78/2018, a qual definiu os municípios a serem considerados prioritários para utilização do Fator de Localização - FL 0,9 (nove décimos), incidente sobre os financiamentos das operações de crédito não rural com recursos do FCO, conforme determina a alínea "a" do inciso "V" do art. 1-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001.
Resolução nº 08, de 11 de novembro de 2019	Altera dispositivos da Resolução nº 01, de 15 de maio de 2017, que dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais, a serem observados no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Resolução nº 09, de 14 de novembro de 2019	Estabelece a relação nominal dos municípios da região Centro-Oeste considerados elegíveis para integrar os espaços prioritários de atuação da SUDECO no quadriênio de 2020 a 2023 em conformidade com a PNDR e o PRDCO 2020-2023.
Resolução Condel/Sudeco nº 96, de 05 de dezembro de 2019	Estabelecer Diretrizes e Prioridades a serem observadas na aprovação de projetos de investimentos e financiamentos a estudantes com recursos do FDCO para 2020.
Resolução nº 16, de 23 de dezembro de 2019	Dispõe sobre normas e procedimentos relativos ao uso dos serviços de telefonia fixa e móvel no âmbito da SUDECO
Resolução Condel/Sudeco nº 94, de 5 de dezembro de 2019	Aprova nos termos do Parecer Condel/Sudeco n. 10/2019, de 25/11/2019, a proposta do Grupo de Trabalho, criado pela Resolução nº 88/2018, de 20/5/2019, que trata da revisão dos Indicadores e das Metas de Gestão de Desempenho do FCO, disciplinadas pela Resolução Condel/Sudeco n. 43/2015, de 29/12/2015.
Resolução Condel/Sudeco nº 97, de 5 de dezembro de 2019	Aprova parcialmente a Proposta de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2020, formulada pelo Banco do Brasil S.A., conforme o Parecer Conjunto n. 02/2019/SPFI-MDR/SUDECO, de 22/11/2019.
Resolução Condel/Sudeco nº 98, de 20 de abril de 2020	Aprova, ad referendum do Conselho, proposta de Alteração da Programação de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2020, formulada pelo Banco do Brasil S.A., com o objetivo de regulamentar a linha de crédito especial de que trata o art. 8º-A da Lei n. 10.177, de 12.01.2001, instituída pela Resolução Bacen n. 4.798, de 06.04.2020, bem como adequar às Resoluções Bacen n. 4.801 e 4.802, de 09.04.2020, e Portaria MDR n. 926, de 7/4/2020, conforme análise e recomendações constantes no Parecer Conjunto n. 01/2020/SPFI-MDR/SUDECO, de 15/4/2020.
Resolução Condel/Sudeco nº 99, de 18 de agosto de 2020	Aprova ad referendum do Conselho proposta, formulada pela Secretaria Executiva do Condel/Sudeco, conforme Parecer Condel/Sudeco n. 01/2020, de 14.08.2020, com o objetivo de aprovar as diretrizes e prioridades a serem observadas na formulação da programação e na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no exercício de 2021.
Resolução Condel/Sudeco nº 100, de 18 de agosto de 2020	Aprova, ad referendum do Conselho, proposta formulada pela Secretaria-Executiva do Condel, conforme Parecer Condel/Sudeco n. 02/2020, de 14/8/2020, no sentido de estabelecer as Diretrizes, Prioridades e Programas de Financiamento para a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), no exercício de 2021.
Resolução nº 04, de 25 de agosto de 2020	Estabelece normas e procedimentos a serem adotados para a concessão de diárias e passagens referentes às viagens no País e no exterior, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.
Ofício-Circular nº 17/2019/GAB - SUDECO, de 04 de fevereiro de 2019	Trata sobre os Cursos de Capacitação em 2019.
Ofício-Circular nº 126/2019 - ASEP-GAB/SUDECO, de 11 de dezembro de 2019.	Trata de excepcionalidade das viagens a serviço realizadas em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente da SUDECO.
Manual de Instruções de Uso de Veículos Oficiais.	Fixa regras e procedimentos no intuito de padronizar o controle, o uso e a condução da frota de veículos oficiais da SUDECO.

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 329, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes e aprova o plano de atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria publiciza a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, identificados na etapa triagem, e aprova o plano de atendimento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Comitê Estratégico de Desburocratização, Inovação, Processos e Projetos - CDIPP do Comitê Ministerial de Governança - CMG do Ministério da Economia, em consonância com os arts. 12 e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Os atos normativos inferiores a decreto vigentes, objeto de triagem, editados até 3 de fevereiro de 2020, para fins do art. 12 do Decreto nº 10.139, de 2019, são os constantes do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A relação completa dos atos normativos inferiores a decreto constantes do Anexo a esta Portaria será disponibilizada em endereço na rede mundial de computadores <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/listagem-de-atos-normativos-inferiores-a-decreto>>, com hiperlink para o inteiro teor dos normativos, informando a edição e página do Diário Oficial da União em que fora publicado.

Art. 3º Fica aprovado o plano e respectivo cronograma de atendimento ao Decreto nº 10.139, de 2019, elaborado pelo Grupo de Trabalho - GT-RCA instituído no âmbito do CDIPP do CMG do Ministério da Economia.

§ 1º Ficam estabelecidos os prazos e cronograma constantes dos atos aprovados no caput, para fins do art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019.

§ 2º Fica autorizado ao Grupo de Trabalho instituído no âmbito do CDIPP do CMG do Ministério da Economia, promover ajustes, alterar e/ou complementar o plano e respectivo cronograma para atendimento de que trata o caput, nos termos de seu ato constitutivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES



ANEXO				
Informações necessárias para a listagem dos atos normativos inferiores a decreto e gestão do estoque regulatório				
Ano	Tipo do Ato Normativo	Nome do órgão da autoridade subscritora do Ato	Número do Ato	Data de Publicação (DOU)
1966	Portaria	Ministério dos Negócios do Trabalho e Previdência Social	417	6/21/1966
1968	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	8	5/6/1968
1969	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	6	5/20/1969
1970	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	9	5/9/1970
1971	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	12	5/15/1971
1971	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.158	5/24/1971
1972	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	6	5/24/1972
1973	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	9	6/14/1973
1974	Portaria	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	10	5/15/1974
1975	Portaria CSA	Diretoria do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social	4	5/22/1975
1976	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	401	5/21/1976
1976	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	449	7/8/1976
1976	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	451	7/12/1976
1977	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	727	5/24/1977
1977	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	749	6/13/1977
1977	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	761	7/17/1977
1978	Portaria	Ministério do Trabalho	3.214	6/8/1978
1978	Portaria	Ministério do Trabalho	3.397	10/25/1978
1978	Portaria	Ministério do Trabalho	3.405	10/25/1978
1978	Portaria	Ministério do Trabalho	3.406	10/25/1978
1978	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.072	5/19/1978
1978	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.103	6/22/1978
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.540	5/21/1979
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.541	5/21/1979
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.645	6/25/1979
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.646	6/25/1979
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.901	11/16/1979
1979	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	1.902	11/16/1979
1979	Portaria	Secretaria da Previdência Social	2	6/6/1979
1979	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	2	2/8/1979
1979	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	3	2/7/1979
1979	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	12	11/23/1979
1980	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.133	5/19/1980
1980	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.134	5/19/1980
1980	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.316	11/4/1980
1981	Portaria	Departamento de Comércio Exterior -DECEX	8	5/13/1981
1981	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	130	5/27/1981
1981	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.491	4/30/1981
1981	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.689	11/5/1981
1982	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	150	7/28/1982
1982	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.840	5/4/1982
1982	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.087	11/3/1982
1982	Portaria	Ministérios da Saúde e do Trabalho	3	4/20/1982
1982	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	1	1/19/1982
1983	Instrução Normativa	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	1	5/17/1983
1983	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.155	5/2/1983
1983	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	5	2/17/1983
1983	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	24	9/15/1983
1983	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	33	10/31/1983
1983	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	34	12/29/1983
1983	Portaria	Secretaria-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social	1.542	11/3/1983
1984	Portaria	Ministério da Indústria e Comércio (MIC)	143	12/12/1984
1984	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	2	6/7/1984
1984	Portaria	Secretaria-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social	1.750	7/2/1984
1985	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.504	5/16/1985
1985	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.599	11/21/1985
1986	Instrução Normativa	Secretaria de Administração Federal	183	9/8/1986
1986	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.720	4/7/1986
1986	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.758	5/19/1986
1986	Portaria	Ministério do Trabalho	3.296	9/5/1986
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.960	3/19/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.008	5/21/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.034	6/22/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.035	6/22/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.039	6/25/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.084	9/16/1987



1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.107	10/5/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.133	11/9/1987
1987	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.155	1/5/1988
1987	Portaria	Secretaria de Emprego e Salário	2	5/12/1987
1987	Portaria	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho	34	12/16/1987
1988	Instrução Normativa	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	205	4/8/1988
1988	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	1/12/1988
1988	Norma de Execução	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	11/3/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.164	1/7/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.171	2/5/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.192	3/16/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.204	4/8/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.230	5/5/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.246	6/6/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.256	6/20/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.263	7/1/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.306	8/2/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.320	9/5/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.342	10/3/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.359	11/7/1988
1988	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.372	12/5/1988
1988	Portaria	Ministério do Trabalho	3.097	5/19/1988
1988	Portaria	Ministério do Trabalho	3.122	7/6/1988
1988	Portaria	Ministério do Trabalho	3.302	11/14/1988
1988	Portaria	Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica	3.016	2/10/1988
1988	Portaria	Ministérios do Trabalho e da Saúde	3.257	9/26/1988
1989	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	1	11/13/1989
1989	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	11	7/19/1989
1989	Norma de Execução	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	1/24/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.390	1/2/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.405	1/25/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.418	3/3/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.426	3/9/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.438	4/6/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.448	5/9/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.489	7/19/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.490	7/19/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.498	8/7/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.511	9/6/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.535	10/12/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.535	10/13/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.547	11/6/1989
1989	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.561	12/5/1989
1989	Portaria	Ministério do Trabalho	3.275	9/22/1989
1989	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	1	12/1/1989
1989	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	2	12/1/1989
1989	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	3	12/14/1989
1989	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	4	12/14/1989
1989	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	5	12/14/1989
1990	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	497	8/30/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e da Previdência Social	3.720	11/1/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e da Previdência Social	3.751	11/26/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.177	4/26/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.354	5/24/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.407	6/8/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.513	7/18/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.561	8/16/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.590	9/12/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.639	10/12/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.726	11/7/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.789	12/6/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	4.582	1/2/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	4.594	2/1/1990
1990	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	4.611	3/5/1990



1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	6	1/31/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	7	1/31/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	8	1/31/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	9	3/5/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	10	3/12/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	11	3/12/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	12	3/12/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	13	3/12/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	14	3/12/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	15	3/14/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	16	7/9/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	17	7/9/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	18	7/9/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	19	8/6/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	20	8/14/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	21	11/8/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	22	11/8/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	23	11/14/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	24	11/14/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	25	11/14/1990
1990	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	26	11/14/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	1	7/2/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	2	7/10/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	3	8/9/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	4	8/9/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	5	10/4/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	6	10/4/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	7	10/5/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	8	11/30/1990
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	9	1/8/1991
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	10	1/8/1991
1990	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	11	1/8/1991
1990	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	1	10/11/1990
1990	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	2	11/20/1990
1990	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	3	12/14/1990
1991	Instrução Normativa	Secretaria Nacional do Trabalho	8	11/4/1991
1991	Portaria	Departamento de Comércio Exterior -DECEX	8	5/13/1991
1991	Portaria	Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador	1	5/29/1991
1991	Portaria	Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador	3	6/6/1991
1991	Portaria	Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador	6	10/31/1991
1991	Portaria	Ministério da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social	4	8/9/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e da Previdência Social	3.626	11/14/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.015	1/8/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.075	2/7/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.111	3/6/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.170	4/4/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.218	5/2/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.304	6/14/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.331	7/4/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.401	8/12/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.485	9/16/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.486	9/18/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.554	10/8/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.615	11/7/1991
1991	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.668	12/5/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	27	2/13/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	28	2/13/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	29	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	30	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	31	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	32	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	33	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	34	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	35	5/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	36	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	37	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	38	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	39	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	40	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	41	5/29/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	42	6/26/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	43	7/23/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	44	9/23/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	45	9/23/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	46	9/24/1991



1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	47	9/24/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	48	9/24/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	49	11/22/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	50	11/22/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	51	11/22/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	52	11/22/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	53	11/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	54	11/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	55	11/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	56	11/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	57	11/28/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	58	12/24/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	59	12/31/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	60	12/30/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	61	12/30/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	62	12/30/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	63	12/31/1991
1991	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	64	12/31/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	31	12/4/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	32	-
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	33	12/10/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	34	12/10/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	36	12/19/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	37	12/18/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	38	12/23/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	39	12/18/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	12	3/15/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	13	3/15/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	14	3/27/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	15	5/2/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	16	7/15/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	17	7/29/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	18	8/12/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	19	8/27/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	20	10/24/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	21	10/30/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	22	10/24/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	23	10/24/1991
1991	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	24	10/24/1991
1991	Resolução	Senado Federal	20	6/20/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	5	3/14/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	6	4/9/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	7	4/9/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	8	3/31/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	9	7/15/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	10	7/22/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	11	7/22/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	12	7/22/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	13	1/21/1900
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	15	8/29/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	16	8/27/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	17	9/4/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	18	9/16/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	19	9/16/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	21	10/16/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	23	10/16/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	24	10/18/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	25	10/18/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	26	10/30/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	28	10/29/1991
1991	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	29	11/14/1991
1992	Portaria	Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador	1	1/22/1992
1992	Portaria	Diretoria do Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador	3	7/1/1992
1992	Portaria	Diretoria do Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador	6	8/20/1992
1992	Portaria	Diretoria do Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador	7	10/7/1992
1992	Portaria	Diretoria do Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador	8	10/7/1992
1992	Portaria	Diretoria do Departamento Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador	9	10/14/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	446	9/17/1992
1992	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	547	7/27/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	10	4/28/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	55	5/13/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	57	5/15/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	164	6/10/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	232	7/6/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	302	7/21/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	330	7/30/1992



1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	377	8/11/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	447	9/17/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	448	9/17/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	449	9/17/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	495	10/29/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	496	10/29/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	497	10/29/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	498	10/29/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	545	11/26/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	546	11/26/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	547	11/26/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	548	11/26/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	581	12/21/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	582	12/21/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	583	12/21/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	584	12/21/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	3.096	3/9/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	3.144	4/8/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social	3.145	4/6/1992
1992	Portaria	Ministério da Previdência Social - MPS	445	9/17/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e da Administração	384	6/22/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.002	1/2/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.003	1/6/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.037	1/27/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.038	1/27/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.060	2/12/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.063	2/12/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.076	2/19/1992
1992	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	3.097	3/9/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	65	2/28/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	66	5/21/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	67	6/23/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	68	6/23/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	69	6/23/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	70	7/24/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	71	7/24/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	72	7/24/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	73	7/24/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	74	7/29/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	75	7/29/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	76	7/29/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	77	8/21/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	78	8/21/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	79	11/30/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	80	11/30/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	81	11/30/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	82	11/30/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	83	11/30/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	84	12/14/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	85	12/17/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	86	12/17/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	87	12/17/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	88	12/17/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	89	1/8/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	90	1/11/1992
1992	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	91	1/11/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	41	1/15/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	42	-
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	44	3/6/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	45	3/30/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	47	4/8/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	48	4/20/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	50	5/5/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	51	5/22/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	52	-
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	53	5/6/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	54	5/12/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	58	6/9/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	60	6/19/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	61	6/16/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	62	6/22/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	63	7/6/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	64	7/2/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	65	7/17/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	66	7/17/1992



1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	69	7/22/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	70	8/5/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	71	7/28/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	72	8/12/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	73	9/3/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	74	9/2/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	75	9/3/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	76	9/3/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	78	-
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	79	10/7/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	80	9/18/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	81	9/21/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	82	9/23/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	83	10/2/1992
1992	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	85	10/5/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	25	3/27/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	26	4/1/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	27	4/1/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	28	7/13/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	29	7/16/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	30	9/3/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	31	9/3/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	32	9/3/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	33	9/18/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	34	9/18/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	35	9/18/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	36	10/5/1992
1992	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	37	12/16/1992
1992	Resolução	Senado Federal	7	4/30/1992
1992	Resolução	Senado Federal	98	12/23/1992
1993	Norma de Execução Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	7/9/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	470	9/6/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	522	10/4/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	696	12/3/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	41	2/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	42	2/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	43	2/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	44	2/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	76	3/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	77	3/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	78	3/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	121	4/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	123	4/1/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	210	5/4/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	256	6/3/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	259	6/3/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	260	6/3/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	261	6/3/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	337	7/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	342	7/7/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	407	8/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	408	8/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	409	8/2/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	421	8/11/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	422	8/11/1993
1993	Portaria	Ministério da Previdência Social	600	11/1/1993
1993	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	8	6/3/1993
1993	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	15	12/8/1993
1993	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	294	6/29/1993
1993	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Previdência Social	5	8/16/1993
1993	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência e Assistência Social	495	9/3/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	92	2/19/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	93	3/5/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	94	3/5/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	95	4/16/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	96	4/27/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	97	5/6/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	98	5/21/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	99	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	100	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	101	6/24/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	102	6/25/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	103	7/7/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	104	7/13/1993



1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	105	7/13/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	106	7/13/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	107	8/2/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	109	8/18/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	110	8/27/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	111	9/2/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	112	9/10/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	113	9/10/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	114	11/4/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	115	11/4/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	116	11/4/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	117	11/4/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	118	11/4/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	119	12/3/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	120	12/24/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	121	12/21/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	122	12/23/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	123	12/30/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	124	12/30/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	125	12/30/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	126	1/6/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	127	1/6/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	128	12/30/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	129	12/30/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	130	12/30/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	87	3/22/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	88	3/22/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	89	5/5/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	90	5/5/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	91	5/11/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	92	5/13/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	94	5/19/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	96	6/9/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	98	6/28/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	99	7/8/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	100	7/28/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	101	-
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	102	8/10/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	103	8/26/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	105	9/28/1993
1993	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	106	11/24/1993
1993	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	108	8/9/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	38	3/23/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	39	4/30/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	40	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	41	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	42	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	43	6/2/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	44	6/21/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	45	6/21/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	46	7/20/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	47	7/20/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	48	7/20/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	49	8/20/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	50	9/21/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	51	9/21/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	52	11/5/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	53	11/5/1993
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	54	1/4/1994
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	55	1/4/1994
1993	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	56	1/4/1994
1994	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	256	5/4/1994
1994	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	782	1/6/1994
1994	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	845	03/02/94
1994	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	22	12/27/1994
1994	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	23	12/26/1995
1994	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	25	12/30/1994
1994	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	26	12/30/1994
1994	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	506	12/16/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	131	3/11/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	132	3/11/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	133	3/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	134	3/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	135	3/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	136	4/4/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	137	4/4/1994

1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	138	4/4/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	139	4/12/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	140	7/1/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	141	7/1/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	142	7/6/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	143	7/1/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	144	7/6/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	145	7/8/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	146	7/8/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	147	8/12/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	148	9/20/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	149	9/9/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	150	9/9/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	151	9/9/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	152	9/9/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	153	11/3/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	154	11/3/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	155	11/3/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	156	11/10/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	157	11/10/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	158	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	159	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	160	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	161	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	162	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	163	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	164	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	165	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	166	12/21/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	167	1/2/1994
1994	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	168	1/2/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	107	11/25/1993
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	108	1/26/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	109	2/2/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	110	2/17/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	111	2/10/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	112	2/10/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	113	2/25/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	114	3/14/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	115	3/28/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	116	5/11/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	117	5/11/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	118	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	119	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	120	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	121	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	122	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	123	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	124	6/24/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	126	7/7/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	127	7/7/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	128	7/7/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	129	7/21/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	130	7/21/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	131	8/8/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	133	8/19/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	134	8/22/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	136	10/6/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	137	10/27/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	138	11/4/1994
1994	Resolução	Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização	139	11/10/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	57	3/22/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	58	3/30/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	59	3/30/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	60	4/12/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	61	6/7/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	62	8/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	63	8/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	64	8/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	65	8/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	66	9/15/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	67	10/4/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	68	11/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	69	11/3/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	70	11/3/1994



1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	71	11/10/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	72	11/10/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	73	12/22/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	74	12/26/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	75	12/22/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	76	12/22/1994
1994	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	77	12/26/1994
1995	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	6	11/3/1995
1995	Instrução Normativa	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	1	1/4/1996
1995	Instrução Normativa	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	2	1/4/1996
1995	Portaria	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT	334	10/19/1995
1995	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.005	5/9/1995
1995	Portaria	Ministério do Trabalho	817	8/31/1995
1995	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	14	12/22/1995
1995	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	324	12/27/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	169	3/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	170	3/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	171	3/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	172	5/3/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	173	5/3/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	174	5/3/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	175	5/3/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	176	5/5/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	177	5/5/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	178	5/5/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	179	5/9/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	180	6/7/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	181	6/7/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	182	6/7/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	183	7/7/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	184	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	185	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	186	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	187	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	188	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	189	9/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	190	9/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	191	9/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	192	9/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	193	9/1/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	194	11/8/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	195	11/8/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	196	11/8/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	197	11/8/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	198	12/15/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	199	12/15/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	200	12/22/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	201	12/13/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	202	12/18/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	203	12/15/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	204	12/19/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	205	12/15/1995
1995	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	206	12/15/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	78	4/28/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	79	4/28/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	80	4/28/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	81	4/28/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	82	5/9/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	83	5/25/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	84	5/25/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	85	5/25/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	86	8/3/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	87	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	88	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	89	8/10/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	90	8/18/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	91	9/20/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	92	22/09/95
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	93	9/20/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	94	10/27/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	95	10/24/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	96	11/17/1995
1995	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	97	11/17/1995



1995	Resolução	Senado Federal	57	11/10/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/10/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	2/22/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	2/22/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	5/5/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	5/18/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	5/19/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	7/3/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	8/2/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	8/2/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	8/29/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	8/29/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	8/29/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	8/29/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	8/29/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	22	9/21/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	23	12/28/1995
1995	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	24	1/2/1996
1995	Resolução Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	4	2/21/1995
1995	Resolução Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	10	6/9/1995
1996	Circular	Secretaria de Comercio Exterior - SECEX	19	4/8/1996
1996	Circular	Secretaria de Comercio Exterior - SECEX	20	4/8/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	12/20/1996
1996	Instrução Normativa Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - STN/INCRA	21	1/7/1996
1996	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	202	8/19/1996
1996	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.253	5/15/1996
1996	Portaria	Ministério do Trabalho	1.061	11/5/1996
1996	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	8	5/13/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	207	3/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	208	3/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	209	3/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	210	4/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	211	4/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	212	4/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	213	4/1/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	214	5/3/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	215	5/9/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	216	5/9/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	217	5/20/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	218	5/20/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	219	5/20/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	220	5/20/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	221	5/21/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	222	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	223	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	224	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	225	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	226	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	227	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	228	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	229	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	230	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	231	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	232	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	233	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	234	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	235	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	236	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	237	8/29/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	238	10/25/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	239	10/25/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	240	10/28/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	241	31/10/96
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	242	16/12/96
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	243	16/12/96



1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	244	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	245	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	246	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	247	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	248	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	249	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	250	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	251	12/16/1996
1996	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	252	12/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	98	2/12/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	99	2/12/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	100	2/12/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	101	3/13/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	102	3/13/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	103	3/20/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	104	4/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	105	4/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	106	4/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	107	5/22/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	108	6/18/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	109	05/07/96
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	110	7/22/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	111	8/1/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	112	8/9/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	113	8/9/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	114	8/14/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	115	8/9/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	116	8/9/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	117	8/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	118	8/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	119	8/23/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	120	8/26/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	121	9/26/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	122	9/26/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	123	9/30/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	124	10/15/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	125	10/28/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	126	10/28/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	127	10/28/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	128	20/11/96
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	129	11/22/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	130	11/22/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	131	11/29/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	132	11/29/1996
1996	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	133	12/20/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	3/11/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	3/26/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	3/20/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	4/17/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	4/17/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	4/26/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	7/5/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	7/12/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	7/24/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	8/5/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	10/22/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	10/22/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	22	11/6/1996
1996	Resolução	Senado Federal	69	9/12/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/16/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	1/16/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	1/24/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	1/24/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	1/31/1996
1996	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	17	7/15/1996



1996	Resolução Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	9	10/8/1996
1996	Resolução Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	10	1/24/1996
1997	Convênio ICMS	Conselho Nacional de Política Fazendária	133	02/01/98
1997	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	12	9/5/1997
1997	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.927	5/15/1997
1997	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.971	6/6/1997
1997	Portaria	Ministério do Trabalho	44	1/20/1997
1997	Portaria	Ministério do Trabalho	290	4/18/1997
1997	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	1	4/2/1997
1997	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	53	12/29/1997
1997	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	197	6/27/1997
1997	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	288	9/17/1997
1997	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	398	12/3/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.296	7/31/1997
1997	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Ministério da Fazenda (MICT/MF)	3	4/15/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	253	3/3/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	254	3/6/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	255	3/3/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	256	3/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	257	3/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	258	3/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	259	5/8/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	260	5/8/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	261	7/2/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	262	7/2/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	263	7/31/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	264	9/1/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	265	9/1/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	266	9/1/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	267	10/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	268	10/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	269	10/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	270	10/27/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	271	11/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	272	12/5/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	273	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	274	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	275	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	276	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	277	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	278	12/19/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	134	2/12/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	135	4/14/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	136	4/11/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	137	4/11/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	138	4/11/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	139	5/2/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	140	6/9/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	141	6/9/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	142	6/9/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	143	7/4/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	144	8/4/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	145	8/4/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	146	8/14/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	147	9/3/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	148	9/24/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	149	10/6/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	150	10/6/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	151	10/6/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	152	10/6/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	153	10/6/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	154	12/2/1997
1997	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	155	12/24/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	3/6/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/12/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	4/1/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	4/11/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	9/2/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	8/29/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	10/14/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	10/14/1997



1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	10/31/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	11/7/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	11/28/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	11/13/1997
1997	Resolução	Conselho Nacional de Política Fazendária	3	12/24/1997
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.179	29/07/98
1998	Portaria	Ministério da Fazenda	29	2/19/1998
1998	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	166	7/23/1998
1998	PORTARIA	Ministério da Fazenda - MF	188	8/4/1998
1998	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	194	8/6/1998
1998	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	456	11/17/1998
1998	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.478	6/5/1998
1998	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.882	12/17/1998
1998	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	19	4/22/1998
1998	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	345	12/29/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	279	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	280	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	281	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	282	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	283	4/3/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	284	4/3/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	285	5/29/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	286	5/29/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	287	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	288	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	289	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	290	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	291	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	292	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	293	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	294	7/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	295	9/9/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	296	9/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	297	9/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	298	9/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	299	9/8/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	300	10/30/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	301	12/24/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	302	12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	303	12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	304	12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	305	12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	306	12/21/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	307	12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	308	12/21/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	156	2/4/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	157	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	158	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	159	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	160	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	161	3/13/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	162	3/13/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	163	4/16/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	164	4/30/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	165	5/8/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	166	5/15/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	167	5/15/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	168	5/15/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	169	5/25/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	170	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	171	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	172	6/1/1998



1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	173	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	174	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	175	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	176	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	177	6/1/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	178	6/15/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	179	7/3/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	180	29/06/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	181	29/06/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	182	29/06/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	183	29/06/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	184	6/29/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	185	06/07/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	186	7/13/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	187	8/18/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	188	8/19/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	189	8/18/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	190	8/31/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	191	9/4/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	192	29/09/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	193	29/09/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	194	29/09/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	195	30/09/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	196	11/3/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	197	09/11/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	198	09/11/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	199	09/11/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	200	09/11/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	201	09/11/98
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	202	12/3/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	203	12/3/1998
1998	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF		12/22/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/23/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	2/5/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	2/20/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	-
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	4/1/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	6/18/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	7/16/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	7/16/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	8/20/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	10/30/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	8/20/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	9/30/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	10/9/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	10/2/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	10/8/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	11/5/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	10/30/1998
1998	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	11/23/1998
1999	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	4/26/1999
1999	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	116	-
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.956	1/14/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.992	2/8/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.032	2/12/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.116	3/18/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.154	4/12/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.188	5/10/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.190	5/18/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.320	6/15/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.441	7/15/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.620	8/13/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.749	9/16/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.833	10/14/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.110	11/17/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.202	12/15/1999
1999	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.209	17/12/1999
1999	Portaria	Ministério de Orçamento e Gestão - MOG	42	4/15/1999
1999	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.963	12/3/1999
1999	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.964	12/2/1999
1999	Portaria	Ministérios de Trabalho e Emprego, Fazenda e Saúde	5	12/3/1999
1999	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	1	5/13/1999
1999	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	8	2/24/1999
1999	Portaria	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	15	3/1/1999
1999	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	38	2/9/1999



1999	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	490	1º/12/1999
1999	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	1	12/17/1999
1999	Portaria Interministerial	MDIC/MF	12	9/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	309	3/8/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	310	4/1/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	311	5/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	312	5/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	313	5/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	314	5/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	315	5/7/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	316	6/25/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	317	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	318	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	319	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	320	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	321	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	322	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	323	9/3/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	324	9/9/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	325	9/27/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	326	9/27/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	327	9/27/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	328	10/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	329	10/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	330	10/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	331	12/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	332	12/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	333	12/29/1999
1999	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	334	12/28/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	204	17/03/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	205	3/19/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	206	03/05/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	207	03/05/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	208	03/05/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	209	5/5/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	210	5/20/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	211	6/28/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	212	02/08/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	213	02/08/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	214	02/08/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	215	8/9/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	216	9/16/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	217	9/23/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	218	9/23/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	219	9/29/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	220	9/29/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	221	9/29/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	222	10/6/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	223	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	224	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	225	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	226	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	227	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	228	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	229	12/14/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	230	12/22/1999
1999	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	231	12/24/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/8/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/15/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	4/9/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	-
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	-
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	11/9/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	11/19/1999
1999	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	12/7/1999

2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6	1/21/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	7	1/20/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	8	1/27/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	9	1/28/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	10	2/7/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	14	2/16/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	15	2/16/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	16	2/16/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	17	2/18/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	26	3/3/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	37	3/27/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	43	5/2/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	44	5/2/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	46	5/2/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	49	5/8/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	50	6/13/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	61	5/31/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	62	5/31/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	63	6/5/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	66	6/20/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	67	6/27/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	71	7/10/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	72	8/11/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	79	8/1/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	85	8/21/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	86	8/23/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	91	9/29/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	92	10/3/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	100	10/27/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	102	11/3/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	103	11/20/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	104	11/17/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	106	11/28/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	109	12/12/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	111	12/15/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	114	12/21/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	117	12/29/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	118	12/29/2000
2000	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	123	12/29/2000
2000	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	1	10/13/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	29	1/14/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	570	1/27/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.673	2/17/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.674	2/17/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.802	3/15/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	4.292	3/16/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	5.763	5/11/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.056	5/12/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.211	5/26/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	6.608	6/14/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	7.513	8/11/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	7.818	8/31/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	7.982	9/18/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	7.999	9/20/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	8.251	10/16/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	8.549	11/8/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	8.679	11/14/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	9.096	12/15/2000
2000	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	9.123	12/19/2000
2000	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	64	4/19/2000
2000	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	545	7/11/2000
2000	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	214	
2000	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	250	6/8/2000
2000	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	507	11/27/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	101	1/31/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	155	2/10/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	183	2/15/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	189	2/16/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	218	2/21/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	588	4/7/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	609	4/11/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	615	4/13/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	625	4/13/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	793	5/11/2000



2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	835	5/25/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	836	5/25/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	838	5/26/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	839	5/26/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	896	6/5/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	916	6/9/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	916	6/26/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.084	7/6/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.095	7/7/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.098	7/10/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.134	7/24/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.161	8/1/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.182	8/10/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.250	8/25/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.317	9/14/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.393	9/29/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.394	9/29/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.402	10/2/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.441	10/16/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.451	10/18/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.500	10/31/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.521	11/7/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.555	11/17/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.570	11/24/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.611	11/30/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.613	12/1/2000
2000	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.693	12/29/2000
2000	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	88	9/29/2000
2000	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	26	8/3/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	86	3/10/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	277	6/13/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	442	9/8/2000
2000	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	243	7/31/2000
2000	Portaria Interministerial	Ministérios da Fazenda, do Planejamento Orçamento e Gestão, da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário - MF/MP/MAPA/MDA	387	11/8/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	335	4/3/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	336	3/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	337	4/3/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	338	5/5/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	339	5/5/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	340	5/5/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	341	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	342	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	343	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	344	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	345	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	346	7/31/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	347	11/27/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	348	11/23/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	349	11/23/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	350	11/23/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	351	11/23/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	352	12/26/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	353	12/26/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	354	12/28/2000
2000	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	355	12/26/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	232	4/3/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	233	4/7/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	234	4/28/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	235	4/28/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	236	5/2/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	237	5/29/2000

2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	238	7/7/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	239	8/16/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	240	8/16/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	241	9/26/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	242	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	243	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	244	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	245	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	246	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	247	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	248	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	249	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	250	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	251	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	252	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	253	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	254	10/6/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	255	10/25/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	256	11/24/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	257	12/1/2000
2000	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	258	12/28/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/23/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/3/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	3/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	7/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	4/6/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	4/6/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	4/25/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	5/15/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	5/27/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	5/27/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	5/27/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	5/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	6/9/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	6/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	6/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	6/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	22	6/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	23	6/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	24	6/23/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	25	6/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	26	7/21/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	27	6/30/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	28	7/10/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	30	7/13/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	31	7/20/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	32	7/21/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	33	8/11/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	34	8/10/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	35	10/2/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	36	10/4/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	37	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	38	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	39	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	40	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	41	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	42	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	43	10/19/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	44	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	45	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	46	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	47	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	48	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	49	12/14/2000
2000	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	50	12/19/2000
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	5	1/16/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6	1/17/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	13	2/1/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	16	2/16/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	17	2/18/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	27	3/9/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	35	4/3/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	38	4/20/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	39	5/4/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	41	4/30/2001



2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	43	5/4/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	45	5/4/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	49	5/7/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	50	7/11/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	51	5/14/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	64	7/16/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	68	8/13/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	72	8/29/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	74	9/11/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	76	9/20/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	81	10/17/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	82	10/14/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	83	10/16/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	84	10/14/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	85	10/14/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	86	10/23/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	88	11/1/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	91	12/11/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	96	12/11/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	104	12/26/2001
2001	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	119	1/2/2001
2001	Norma Operacional	SPOA/MP	5	7/9/2001
2001	Orientação Normativa	Gerência de Área de Próprios Nacionais/Secretaria do Patrimônio da União (GEAPN/SPU)	1	24/01/2001
2001	Orientação Normativa	Gerência de Área de Próprios Nacionais/Secretaria do Patrimônio da União (GEAPN/SPU)	2	24/01/2001
2001	Orientação Normativa	Gerência de Área de Receitas/Secretaria do Patrimônio da União (GEARP/SPU)	2	9/21/2001
2001	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	2	6/26/2001
2001	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	101	-
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	78	1/12/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	131	1/24/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	621	2/13/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	843	3/19/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	844	3/19/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.152	4/16/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.304	5/10/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.758	5/16/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.987	6/5/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.028	6/15/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.037	6/20/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.346	12.07.2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.348	7/17/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.349	7/13/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.961	8/17/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	2.962	8/17/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.383	9/18/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.384	9/18/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.478	10/4/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.507	10/15/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.597	11/8/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.644	11/19/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.699	11/29/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.761	12/10/2001
2001	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.791	12/14/2001
2001	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	40	3/9/2001
2001	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (MPOG/SPU)	144	7/10/2001
2001	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego e da Justiça	12	2/22/2001
2001	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	528	10/10/2001
2001	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	561	10/31/2001
2001	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	593	12/10/2001
2001	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	22	1/26/2001
2001	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	346	7/2/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	33	1/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	79	1/15/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	111	1/18/2001

2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	260	2/19/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	277	2/21/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	300	3/30/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	378	4/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	379	4/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	460	5/8/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	461	5/8/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	480	5/16/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	481	5/16/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	501	6/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	502	6/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	503	6/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	504	6/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	548	6/12/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	548	7/5/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	548	7/23/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	589	6/15/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	705	8/9/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	729	8/23/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	739	8/27/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	746	8/28/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.064	9/17/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.550	9/4/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.403	9/25/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.466	9/5/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.609	9/25/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.620	9/21/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.667	9/26/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.778	10/23/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.808	10/26/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.816	10/26/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.903	11/14/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.981	11/19/2001
2001	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.011	12/20/2001
2001	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	16	5/10/2001
2001	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	23	10/11/2001
2001	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	25	10/17/2001
2001	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	34	12/9/2002
2001	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	8	2/2/2001
2001	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	10	2/2/2001
2001	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	157	21/09/2001
2001	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	162	21/09/2001
2001	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	163	9/21/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	554	12/13/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	255	7/13/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	372	9/18/2001
2001	Portaria	Secretaria Executiva	1.161	12/19/2001
2001	Portaria	Ministério Do Planejamento, Orçamento E Gestão	306	12/17/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	265	7/13/2001
2001	Portaria Conjunta	Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade/Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico (SEAE/SDE)	50	8/17/2001
2001	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)/Ministério da Fazenda (MF)	258	11/16/2001
2001	Portaria Interministerial	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - STN/MF e SOF/MP	163	5/7/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	356	4/2/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	357	4/5/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	358	4/5/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	359	4/5/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	360	4/5/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	361	7/23/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	362	7/23/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	363	7/23/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	364	7/23/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	365	7/23/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	366	10/15/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	367	10/15/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	368	10/15/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	369	10/15/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	370	10/15/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	371	10/25/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	372	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	373	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	374	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	375	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	376	12/29/2001



2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	377	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	378	12/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	259	1/11/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	260	3/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	261	3/30/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	262	4/9/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	263	5/25/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	264	5/25/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	265	5/25/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	266	8/3/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	267	06/08/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	268	9/17/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	269	9/28/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	270	9/28/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	271	11/10/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	272	11/10/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	273	11/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	274	11/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	275	11/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	276	11/29/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	277	06/12/2001
2001	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	278	12/10/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/18/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	3/7/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/26/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	4/2/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	4/3/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	4/4/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	4/5/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	4/6/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	4/7/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	4/8/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	4/9/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	4/10/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	5/16/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	5/16/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	5/16/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	5/23/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	6/4/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	7/4/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	7/9/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	7/20/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	8/2/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	22	8/2/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	23	8/2/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	24	9/25/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	25	10/9/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	26	10/9/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	27	10/11/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	28	10/19/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	29	10/19/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	30	10/19/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	31	10/19/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	32	10/19/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	33	10/26/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	34	10/26/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	35	12/21/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	36	12/26/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	37	1/4/2002
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	38	1/4/2002
2001	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	39	1/4/2002
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	4	3/26/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	5	3/26/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	3/26/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	7	3/26/2001



2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	11	4/26/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	5/29/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	16	6/1/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	17	6/8/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	6/15/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	6/28/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	21	6/28/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	24	6/29/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	27	8/21/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	28	8/31/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	29	8/31/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	8/31/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	11/1/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	39	12/5/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	41	12/21/2001
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	42	1/9/2002
2001	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	s/n	5/31/2001
2001	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	2	12/20/2001
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	99	1/9/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	112	1/31/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	114	1/4/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	116	1/4/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	117	1/4/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	121	1/16/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	141	3/5/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	148	3/27/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	156	5/13/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	158	5/17/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	159	5/20/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	160	5/29/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	161	5/29/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	162	5/29/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	165	6/12/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	168	6/19/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	172	7/10/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	181	7/26/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	192	8/28/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	197	9/12/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	198	9/13/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	201	9/16/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	205	9/26/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	208	10/1/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	213	10/8/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	216	10/11/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	228	10/23/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	234	11/6/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	241	11/8/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	242	11/8/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	245	11/20/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	246	11/21/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	248	11/27/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	249	11/26/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	253	12/11/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	256	12/13/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	259	12/20/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	261	12/23/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	262	12/23/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	263	12/24/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	266	12/24/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	267	12/27/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	31	11/21/2002
2002	Instrução Normativa	Tribunal Superior Eleitoral/Secretaria da Receita Federal (TSE/SRF)	183	7/30/2002
2002	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	7/24/2002
2002	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	3	6/26/2001
2002	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	4	10/29/2002
2002	PORTARIA	Ministério da Fazenda - MF	223	7/11/2002
2002	PORTARIA	Ministério da Fazenda - MF	235	7/25/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	57	1/17/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	58	1/17/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	159	2/21/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	231	3/13/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	336	4/15/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	341	4/16/2002



2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	419	5/3/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	439	5/10/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	452	5/14/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	525	5/31/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	575	6/11/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	609	6/18/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	763	7/9/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	787	7/16/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	897	8/12/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	913	8/16/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	951	8/28/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	987	9/10/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	996	9/13/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.075	10/15/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.137	10/28/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.178	11/11/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.212	11/19/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.257	12/11/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.269	12/18/2002
2002	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.317	12/31/2002
2002	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	132	3/22/2002
2002	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	329	8/15/2002
2002	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	366	9/16/2002
2002	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	397	10/10/2002
2002	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	451	11/11/2002
2002	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	301	05/07/2002
2002	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	476	
2002	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	496	11/27/2002
2002	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Serviço Social - PGFN/INSS	2	
2002	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	78	2/15/2002
2002	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	172	4/13/2002
2002	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	188	4/24/2002
2002	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	482	11/14/2002
2002	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	536	12/27/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	13	1/11/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	43	4/15/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	103	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	104	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	105	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	106	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	107	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	108	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	109	1/26/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	113	1/30/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	290	2/28/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	346	3/19/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	374	3/22/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	388	3/21/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	447	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	481	4/10/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	523	4/19/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	585	5/8/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	593	5/16/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	593	5/20/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	617	5/20/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	698	6/24/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	699	6/13/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	727	6/18/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	728	6/19/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	883	7/18/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	899	7/22/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	913	7/26/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	933	8/1/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	948	8/7/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	999	8/21/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	999	8/27/2002



2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.017	8/21/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.020	8/22/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.024	8/26/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.033	8/29/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.081	9/12/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.083	9/13/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.098	9/17/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.099	9/17/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.102	9/17/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.126	9/30/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.126	10/1/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.178	10/15/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.196	10/21/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.200	10/22/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.204	10/21/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.205	10/23/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.210	10/22/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.386	12/9/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.398	12/13/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.513	12/31/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.220	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.221	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.222	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.223	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.224	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.225	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	3.226	4/3/2002
2002	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico/Ministério da Fazenda (SAE/MF)	70	12/13/2002
2002	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	3	3/5/2002
2002	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	8	4/17/2002
2002	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	27	10/3/2002
2002	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	34	12/9/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	7	1/7/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	44	1/25/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	90	2/21/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	111	3/11/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	272	5/31/2002
2002	Portaria	Ministério da Fazenda	95	4/19/2002
2002	Portaria	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	4	12/19/2002
2002	Portaria Conjunta	Procurador-Geral da Fazenda Nacional/ Secretaria da Receita Federal (PGFN/SRF)	900	7/23/2002
2002	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	919	7/29/2002
2002	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MDIC/MCTIC)	177	10/23/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	379	1/17/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	380	3/15/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	381	3/15/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	382	3/15/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	383	3/15/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	384	3/15/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	385	4/8/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	386	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	387	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	388	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	389	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	390	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	391	6/4/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	392	6/10/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	393	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	394	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	395	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	396	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	397	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	398	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	399	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	400	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	401	7/1/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	402	8/21/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	403	9/6/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	404	9/6/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	405	9/6/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	406	9/6/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	407	12/5/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	408	12/5/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	409	12/5/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	410	12/5/2002



2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	411	12/5/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	412	12/5/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	413	12/23/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	414	12/23/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	415	12/23/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	416	12/23/2002
2002	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	417	12/23/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	279	28/03/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	280	5/10/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	281	5/10/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	282	5/10/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	283	5/22/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	284	7/8/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	285	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	286	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	287	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	288	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	289	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	290	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	291	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	292	7/26/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	293	8/9/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	294	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	295	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	296	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	297	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	298	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	299	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	300	9/5/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	301	17/09/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	302	10/22/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	303	11/18/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	304	11/18/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	305	11/18/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	306	11/18/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	307	11/20/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	308	11/22/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	309	12/6/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	310	12/12/2002
2002	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	311	12/12/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/11/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	2/6/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	2/7/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	2/13/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	3/22/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	3/28/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	4/23/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	5/29/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	6/12/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	7/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	7/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	7/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	7/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	10/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	22	10/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	23	10/3/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	24	10/10/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	25	10/30/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	26	12/13/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	27	12/10/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	28	12/12/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	29	12/12/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	30	12/12/2002



2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	4/26/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	8	4/26/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	10	5/20/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	6/19/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	6/26/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	14	6/26/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	15	6/27/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	8/1/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	32	12/13/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	12/20/2002
2002	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	40	1/7/2003
2002	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	6	4/16/2002
2002	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	12	9/18/2002
2003	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	1	4/9/2003
2003	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	2	7/10/2003
2003	Decisão Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	14	3/20/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	278	1/13/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	283	1/16/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	295	2/7/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	300	3/10/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	309	3/21/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	318	4/7/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	321	4/15/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	322	4/28/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	326	5/6/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	327	5/14/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	329	5/20/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	330	5/27/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	331	5/27/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	333	6/25/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	334	6/25/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	337	6/30/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	338	7/9/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	339	7/10/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	340	7/15/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	341	7/16/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	343	7/23/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	345	8/8/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	347	8/1/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	354	9/1/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	356	9/4/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	357	9/4/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	361	10/6/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	362	10/8/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	366	11/13/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	369	12/2/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	371	12/22/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	372	12/29/2003
2003	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	374	12/30/2003
2003	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	5	10/7/2003
2003	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	183	8/4/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência e Assistência Social	1.767	23/12/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	17	1/10/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	22	1/13/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	43	1/23/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	105	2/13/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	129	2/19/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	225	3/18/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	240	3/25/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	298	4/2/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	364	4/11/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	408	4/17/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	460	4/29/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	560	5/19/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	593	5/16/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	727	6/2/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	744	6/6/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	880	7/3/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	897	7/4/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	898	-
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	915	7/14/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.063	8/6/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.079	8/15/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.273	9/9/2003



2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.318	9/19/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.419	10/8/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.452	10/14/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.537	11/6/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.597	11/14/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.670	12/5/2003
2003	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.696	12/15/2003
2003	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	518	4/7/2003
2003	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.086	9/10/2003
2003	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.153	10/14/2003
2003	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.199	10/30/2003
2003	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	127	3/6/2003
2003	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	372	6/17/2003
2003	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	400	6/20/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	80	1/27/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	80	1/29/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	165	2/11/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	280	3/10/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	324	4/14/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	548	4/16/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	885	5/27/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	912	6/5/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.236	7/29/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.237	7/29/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.262	7/31/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.401	9/12/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.468	10/8/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.497	10/20/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.515	10/24/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.535	11/10/2003
2003	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.672	12/15/2003
2003	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	56	9/17/2003
2003	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	61	10/31/2003
2003	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	63	12/4/2003
2003	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	66	12/22/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	82	3/6/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	311	6/17/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	346	6/30/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	408	8/5/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	620	12/12/2003
2003	Portaria Conjunta	Procurador-Geral da Fazenda Nacional/ Secretaria da Receita Federal (PGFN/SRF)	961	6/17/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	1	6/27/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	2	8/26/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	3	9/10/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	5	10/27/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	7	1/10/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	161	6/17/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	961	6/16/2003
2003	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social - PGFN/SRF/INSS	6	1/10/2003
2003	Portaria Conjunta	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SAE/MF) e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ)	1	2/19/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	418	4/7/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	419	4/7/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	420	7/3/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	421	9/19/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	422	9/19/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	423	9/19/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	424	10/24/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	425	11/5/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	426	11/5/2003
2003	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	427	11/5/2003



ICP
Brasil

2003	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	6/13/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	6/26/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	9/15/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	3	2/12/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	4	2/12/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	8	3/31/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	9	4/1/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	10	4/1/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	17	6/11/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	6/18/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	19	7/1/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	23	7/29/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	31	10/21/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	34	12/1/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	41	12/22/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	44	12/24/2003
2003	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	48	12/31/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	2	3/10/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	3	5/26/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	4	6/30/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	5	7/28/2003
2003	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	6	11/3/2003
2004	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	3	2/10/2004
2004	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	4	2/10/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	208	3/11/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	382	1/5/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	383	1/13/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	384	1/13/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	385	1/14/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	386	1/15/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	394	2/6/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	395	2/9/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	396	2/9/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	397	2/13/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	398	2/16/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	399	2/19/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	400	3/3/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	402	3/12/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	405	3/16/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	408	3/23/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	409	3/23/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	410	3/23/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	412	3/30/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	413	3/30/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	415	4/12/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	418	4/26/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	419	5/21/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	420	5/21/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	421	5/12/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	422	5/18/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	428	6/23/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	430	7/1/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	431	7/1/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	434	7/28/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	440	8/17/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	441	8/13/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	444	8/20/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	446	9/8/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	447	9/8/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	448	9/10/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	449	9/9/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	450	9/28/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	452	9/27/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	453	10/4/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	459	10/24/2004



2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	462	10/28/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	463	10/20/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	472	11/24/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	474	12/6/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	475	12/15/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	476	12/15/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	478	12/15/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	479	12/15/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	481	12/16/2004
2004	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	8/30/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	20	1/9/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	52	1/16/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	148	2/16/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	149	2/16/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	231	3/11/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	273	3/17/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	367	4/15/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	369	4/15/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	479	5/10/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	480	5/10/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	508	5/14/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	683	6/22/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	684	6/22/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	780	7/16/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	782	7/16/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	918	8/24/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	919	8/24/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.027	9/24/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.029	9/24/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.111	10/15/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.157	10/25/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.302	11/29/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.303	11/29/2004
2004	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.376	12/13/2004
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	211	5/12/2004
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	230	5/24/2004
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	303	6/23/2004
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	486	11/21/2005
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	598	12/28/2004
2004	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	243	5/26/2004
2004	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde	775	4/29/2004
2004	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	343	
2004	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/SRF	2	
2004	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/SRF	6	
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	238	4/4/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	686	10/10/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	740	10/4/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	798	10/20/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	820	10/29/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	823	10/28/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	886	11/29/2004
2004	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	929	1/6/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	87	1/22/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	195	3/4/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	422	4/16/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	423	4/16/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	447	4/30/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	450	6/2/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	761	7/27/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	828	8/18/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.170	10/8/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.365	11/11/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.454	12/20/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.546	12/31/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	2.096	1/5/2004
2004	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	2	7/5/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	69	3/3/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	70	3/17/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	81	5/28/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	82	6/2/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	99	10/21/2004
2004	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	108	12/10/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	525	11/24/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	36	1/20/2004



2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	108	2/27/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	143	3/12/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	470	9/9/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	689	12/21/2004
2004	Portaria	Secretaria Executiva	495	5/13/2004
2004	Portaria Conjunta	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE/MJ), Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SAE/MF)	26	12/23/2004
2004	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	3	8/26/2004
2004	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	4	9/23/2004
2004	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	6	1/5/2004
2004	Portaria Conjunta	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SAE/MF) e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ)	8	2/4/2004
2004	Portaria Interministerial	Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MF/MAPA	38	3/10/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	438	3/8/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	439	4/7/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	440	4/7/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	441	4/7/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	442	5/26/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	443	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	444	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	445	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	446	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	447	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	448	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	449	6/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	450	8/25/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	451	11/5/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	452	11/5/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	453	11/5/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	454	11/5/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	455	11/5/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	456	1/13/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	457	12/8/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	458	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	459	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	460	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	461	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	462	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	463	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	464	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	465	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	466	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	467	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	377	2/26/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	378	3/18/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	379	3/18/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	380	3/18/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	381	3/18/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	382	4/19/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	383	4/29/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	384	4/29/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	385	4/29/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	386	4/29/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	387	4/29/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	388	5/4/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	389	5/19/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	390	6/11/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	391	6/15/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	392	6/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	393	6/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	394	6/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	395	7/13/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	396	9/2/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	397	9/2/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	398	9/2/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	399	9/2/2004

2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	400	9/2/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	401	9/3/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	402	9/3/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	403	9/17/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	404	9/30/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	405	11/3/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	406	11/3/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	407	11/3/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	408	11/8/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	409	11/23/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	410	11/23/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	411	11/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	412	12/8/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	413	12/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	414	12/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	415	12/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	416	12/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	417	12/24/2004
2004	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	418	12/29/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/19/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	1/19/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	2/20/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	2/20/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	2/20/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	4/23/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	6/30/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	6/30/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	9/2/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	10/4/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	10/26/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.236	5/10/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	3/2/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	9	4/1/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	5/24/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	7/1/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	7/7/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	32	11/16/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	12/15/2004
2004	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	37	12/20/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	8	2/27/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	9	2/27/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	11	6/11/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	12	6/11/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	13	10/7/2004
2004	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	14	10/6/2004
2005	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	5	2/3/2005
2005	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	6	2/3/2005
2005	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	7	8/4/2005
2005	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	8	8/4/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	8	8/15/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	9	11/25/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	10	12/16/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	491	1/13/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	493	1/17/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	494	1/17/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	495	2/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	499	1/31/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	500	1/31/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	501	2/1/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	502	2/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	505	2/14/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	506	2/14/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	508	2/14/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	509	2/15/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	510	2/15/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	513	2/21/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	514	2/21/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	515	2/21/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	518	3/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	519	3/10/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	524	3/29/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	525	3/15/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	527	3/31/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	528	3/31/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	529	3/31/2005



2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	530	3/31/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	531	4/6/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	533	4/6/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	536	4/12/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	541	5/3/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	542	5/13/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	545	8/8/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	548	6/20/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	549	6/20/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	553	7/1/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	555	8/8/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	556	8/8/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	575	12/5/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	581	12/21/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	582	12/21/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	588	12/26/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	598	12/30/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	599	12/30/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	602	12/30/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	564	8/25/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	565	9/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	566	9/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	567	9/2/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	570	9/30/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	60	12/19/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	1	1/24/2005
2005	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	-	12/6/2005
2005	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	6	1/25/2005
2005	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	314	9/15/2005
2005	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	346	10/7/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	33	1/16/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	39	1/24/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	172	14/02/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	173	2/14/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	210	2/16/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	314	3/17/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	316	3/17/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	591	4/15/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	593	4/14/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	822	5/12/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	830	5/13/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	831	5/14/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	948	6/13/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	972	6/22/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.297	7/7/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.327	7/16/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.406	8/24/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.444	8/26/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.468	8/31/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.499	9/24/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.530	9/27/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.549	10/25/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.568	10/27/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.591	11/29/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.593	11/18/2005
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.633	12/13/2004
2005	Portaria	Ministério da Previdência Social	1.639	12/19/2005
2005	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	86	3/4/2005
2005	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	393	8/16/2005
2005	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	485	11/16/2005
2005	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	488	11/24/2005
2005	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	486	11/21/2005
2005	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	560	7/12/2005
2005	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	53	2/9/2005
2005	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	216	3/28/2005
2005	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	526	6/29/2005
2005	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	919	11/24/2005
2005	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	972	11/30/2005



2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	156	3/3/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	939	4/11/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	939	4/14/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	956	4/12/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	956	4/13/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	988	4/20/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	989	4/20/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.005	4/27/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.038	5/4/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.044	5/5/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.112	6/20/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.154	6/7/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.161	6/20/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.166	6/16/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.754	7/11/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.768	7/14/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.770	7/15/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6.088	11/23/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6.117	12/6/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6.174	12/8/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	6.187	12/19/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.374	8/19/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.377	8/24/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	4.510	10/13/2005
2005	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	4.569	11/7/2005
2005	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	142	11/17/2005
2005	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	586	8/31/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	41	3/7/2005
2005	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	1	3/21/2005
2005	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional	11	1/26/2006
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	468	2/11/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	469	3/17/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	470	3/17/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	471	3/17/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	472	3/17/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	473	5/6/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	474	6/3/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	475	6/3/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	476	6/3/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	477	6/3/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	478	6/3/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	479	9/14/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	480	9/16/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	481	9/19/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	482	9/19/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	483	11/11/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	484	11/11/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	485	11/11/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	486	12/15/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	487	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	488	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	489	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	490	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	491	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	492	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	493	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	494	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	495	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	419	1/25/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	420	1/25/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	421	1/25/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	422	1/25/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	423	3/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	424	4/7/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	425	4/7/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	426	4/14/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	427	5/3/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	428	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	429	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	430	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	431	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	432	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	433	6/6/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	434	6/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	435	6/9/2005



2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	436	6/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	437	6/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	438	6/17/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	439	6/17/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	440	6/17/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	441	6/17/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	442	6/17/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	443	6/23/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	444	7/21/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	445	7/21/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	446	8/24/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	447	9/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	448	9/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	449	9/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	450	9/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	451	9/1/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	452	9/2/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	453	9/2/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	454	9/2/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	455	9/2/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	456	10/21/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	457	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	458	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	459	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	460	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	461	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	462	11/9/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	463	12/5/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	464	12/12/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	465	12/23/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	466	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	467	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	468	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	469	12/26/2005
2005	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	470	12/28/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	3/30/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/8/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	6/10/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	6/10/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	6/10/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/8/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	8/9/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	11/11/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	3/9/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	4/27/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	15	6/13/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	7/13/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	34	11/3/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	11/17/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	36	11/21/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	37	11/21/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	11/21/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	39	11/21/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	43	12/21/2005
2005	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	44	12/27/2005
2005	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	16	12/7/2005
2006	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	9	7/27/2006
2006	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	10	7/27/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	11	4/27/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	13	7/25/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	15	9/18/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	18	11/16/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	589	1/17/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	608	1/12/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	610	1/19/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	611	1/20/2006



2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	612	2/17/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	620	2/17/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	621	2/17/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	622	2/17/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	623	2/19/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	624	2/19/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	626	2/23/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	630	3/22/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	631	3/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	633	3/31/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	638	3/31/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	639	3/31/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	641	4/3/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	642	4/4/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	645	4/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	646	4/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	649	5/3/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	651	5/18/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	652	5/22/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	653	5/22/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	656	6/1/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	661	7/18/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	663	7/25/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	664	7/25/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	665	7/31/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	666	7/31/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	667	8/1/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	672	9/1/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	673	9/5/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	674	9/12/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	678	9/25/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	680	10/5/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	682	10/5/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	683	10/13/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	686	10/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	690	11/22/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	691	11/30/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	692	12/4/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	693	12/15/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	696	12/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	697	12/19/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	698	12/22/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	700	12/28/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	702	12/29/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	703	12/29/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal/Secretaria da Receita Previdenciária (SRF/SRP)	629	3/14/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	61	1/20/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	64	4/26/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	3	4/5/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	4	12/12/2006
2006	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Previdenciária (SRP)	12	7/4/2006
2006	Instrução Normativa	Tribunal Superior Eleitoral/Secretaria da Receita Federal (TSE/SRF)	685	11/6/2006
2006	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	73	8/21/2006
2006	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	7	8/29/2006
2006	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	8	9/4/2006
2006	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	9	10/11/2006
2006	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	10	11/3/2006
2006	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	215	8/11/2006
2006	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	379	11/16/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	10	1/13/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	12	1/16/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	56	2/17/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	64	01/03/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	78	3/16/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	105	4/12/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	107	4/13/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	109	4/19/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	119	4/19/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	138	5/9/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	155	5/31/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	173	6/9/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	176	6/13/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	308	7/10/2006



2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	311	7/18/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	328	8/3/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	341	8/16/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	342	8/17/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	362	9/6/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	368	9/15/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	411	10/13/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	412	10/17/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	426	11/14/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	427	11/17/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	447	12/8/2006
2006	Portaria	Ministério da Previdência Social	456	12/13/2006
2006	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2	1/11/2006
2006	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	14	2/13/2006
2006	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	21	3/10/2006
2006	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	202	12/27/2006
2006	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego, Fazenda, Saúde, Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	66	8/28/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	111	
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	434	6/9/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	645	09/08/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	745	8/31/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	753	8/31/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	821	08/09/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	900	22/09/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.032	10/31/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.041	03/11/2006
2006	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.225	22/12/2006
2006	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.068	11/14/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	73	1/11/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	80	1/18/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	81	1/18/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	182	2/17/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	190	2/23/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	259	3/14/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	274	3/20/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	442	4/18/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	443	4/18/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	505	5/9/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	522	5/16/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	523	5/17/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	528	5/19/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	544	5/23/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	561	5/30/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	754	7/12/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	874	8/23/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	874	8/25/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	915	9/4/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	967	10/2/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	968	9/26/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.031	10/16/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.150	11/13/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.171	11/21/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.195	11/28/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.202	11/29/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.224	12/12/2006
2006	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.273	12/29/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	158	4/17/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	165	5/31/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	167	5/31/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	177	9/25/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	191	12/6/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	193	12/7/2006
2006	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	194	12/28/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	340	4/28/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	632	9/8/2006



2006	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	2	8/1/2006
2006	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	3	8/28/2006
2006	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	4	10/11/2006
2006	Portaria Conjunta	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MF e SDE/MJ)	33	1/5/2006
2006	Portaria Interministerial	Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda	217	8/1/2016
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	496	2/22/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	497	3/31/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	498	4/12/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	499	4/12/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	500	4/12/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	501	4/12/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	502	5/25/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	503	5/25/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	504	5/26/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	505	5/26/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	506	7/28/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	507	8/17/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	508	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	509	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	510	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	511	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	512	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	513	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	514	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	515	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	516	9/6/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	517	11/20/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	518	11/20/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	519	11/20/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	520	11/20/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	521	12/26/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	522	12/26/2006
2006	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	523	12/26/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	471	1/25/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	472	1/25/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	473	1/25/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	474	2/16/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	475	2/16/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	476	3/7/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	477	3/28/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	478	3/29/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	479	4/4/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	480	4/6/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	481	4/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	482	4/25/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	483	4/26/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	484	4/26/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	485	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	486	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	487	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	488	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	489	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	490	5/5/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	491	5/8/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	492	5/9/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	493	5/16/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	494	5/16/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	495	6/16/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	496	6/29/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	497	6/29/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	498	6/29/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	499	6/30/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	500	7/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	501	7/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	502	7/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	503	7/28/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	504	8/9/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	505	8/23/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	506	8/23/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	507	8/24/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	508	10/19/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	509	10/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	510	10/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	511	10/20/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	512	10/26/2006



2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	513	11/21/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	514	11/21/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	515	11/21/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	516	11/23/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	517	11/27/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	518	12/13/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	519	12/14/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	520	12/15/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	521	12/28/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	522	12/28/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	523	12/29/2006
2006	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	524	12/29/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/26/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	3/23/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	5/16/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	6/12/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	6/30/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/30/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	6/30/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	8/25/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	9/4/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	9/13/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	10/5/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	11/24/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	11/24/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.269	2/21/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	1	1/20/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	6/9/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	15	6/30/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	21	8/9/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	24	8/25/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	29	9/27/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	11/3/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	11/24/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	37	11/27/2006
2006	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	43	12/26/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	19	10/9/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	20	10/9/2006
2006	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	22	10/9/2006
2007	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	11	2/7/2007
2007	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	12	2/7/2007
2007	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	13	8/7/2007
2007	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	14	8/7/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	705	1/5/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	708	1/11/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	711	2/1/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	712	2/7/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	713	2/7/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	714	2/7/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	715	2/7/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	718	2/14/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	719	2/14/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	720	3/2/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	722	2/14/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	724	2/21/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	725	2/21/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	731	4/4/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal (SRF)	732	4/11/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	21	4/17/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	22	4/17/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	23	5/2/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	735	5/2/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	736	5/16/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	737	5/2/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	738	5/2/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	741	5/4/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	743	5/28/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	744	5/31/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	752	7/10/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	756	7/25/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	759	7/27/2007



2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	760	7/27/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	764	8/3/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	765	8/9/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	767	8/17/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	769	8/24/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	770	8/24/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	771	8/27/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	772	8/31/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	775	9/19/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	776	9/17/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	777	11/30/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	779	10/13/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	783	11/22/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	791	12/12/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	792	12/21/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	793	12/19/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	797	12/24/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	799	12/27/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	800	12/28/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	801	12/28/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	802	12/28/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	70	8/14/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	72	12/6/2007
2007	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	1	7/24/2007
2007	Norma Operacional	Ministério do Planejamento (MP)	2	5/8/2007
2007	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	11	1/18/2007
2007	Portaria	Ministério da Fazenda e Ministério da Previdência Social	501	12/31/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	4	1/5/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	13	1/17/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	49	2/9/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	54	2/15/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	94	3/7/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	102	3/14/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	137	4/9/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	142	4/12/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	143	4/12/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	184	5/7/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	190	5/18/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	239	6/13/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	254	6/20/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	275	7/19/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	276	7/19/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	297	8/9/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	319	8/23/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	332	9/12/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	349	9/18/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	399	10/5/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	415	10/17/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	448	11/12/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	452	11/14/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	481	12/14/2007
2007	Portaria	Ministério da Previdência Social	482	12/14/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU)	327	9/28/2007
2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	41	3/30/2007
2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	188	7/6/2007
2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	412	9/21/2007
2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	616	12/14/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	141	2/9/2006
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	451	5/3/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	719	29/06/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	878	8/8/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.156	10/31/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.178	11/8/2007
2007	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.194	14/11/2007
2007	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	875	8/8/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	75	1/18/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	101	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	102	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	103	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	104	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	105	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	106	1/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	107	1/31/2007



2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	161	2/9/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	179	2/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	285	3/20/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	294	3/22/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	295	3/22/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	296	3/22/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	404	4/3/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	406	4/4/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	429	4/11/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	456	4/19/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	483	4/23/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	512	4/25/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal (SRF)	1.285	1/2/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	4.070	5/2/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	4.072	5/2/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.121	5/11/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.239	5/17/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.381	5/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.382	5/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.384	5/31/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.448	6/1/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.467	6/5/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.558	6/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.594	6/29/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.619	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.620	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.621	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.622	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.623	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.624	7/6/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.684	7/26/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.685	7/26/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.706	7/26/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.733	7/24/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.746	7/26/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.753	7/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.754	7/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.765	7/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.766	7/30/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.795	8/7/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.844	8/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.875	8/24/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.965	9/3/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.966	9/4/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	10.999	9/11/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.005	9/13/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.008	9/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.025	9/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.026	9/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.027	9/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.028	9/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.029	9/24/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.069	9/28/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.078	10/1/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.079	10/1/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.095	10/10/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.099	10/8/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.128	10/11/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.138	10/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.139	10/15/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.158	10/18/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.159	10/18/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.161	10/25/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.170	10/29/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.194	10/29/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.209	11/7/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.210	11/7/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.230	11/12/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.242	11/13/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.248	11/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.262	11/21/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.263	11/22/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.278	11/23/2007



2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.279	11/23/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.280	11/23/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.285	11/23/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.311	11/29/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.370	12/13/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.413	12/24/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.424	12/27/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.434	12/31/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	11.435	12/31/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Previdenciária - PGFN/SRF/SRP	2	
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral Fazenda Nacional, Procuradoria Geral Federal - RFB/PGFN/PGF	4.069	5/14/2007
2007	Portaria	Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral Fazenda Nacional, Procuradoria Geral Federal, Instituto Nacional do Seguro Social e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - RFB / PGFN / PGF / INSS / FNDE	10.895	
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	7	4/2/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	8	4/2/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	9	4/2/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	12	6/4/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	13	6/26/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	14	6/26/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	17	8/2/2007
2007	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	34	12/10/2007
2007	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	289	10/2/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	312	5/25/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	573	9/5/2007
2007	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	1	1/5/2007
2007	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	4	7/2/2007
2007	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/SRF	6	12/20/2007
2007	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e Procuradoria Geral Federal - PGFN/PGF	433	4/26/2007
2007	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral Federal - PGFN/SRF/PGF	1	7/5/2007
2007	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MDIC/MCTIC)	685	10/26/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	524	3/16/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	525	3/15/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	526	5/16/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	527	5/16/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	528	5/16/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	529	5/16/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	530	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	531	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	532	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	533	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	534	7/19/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	535	8/9/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	536	8/9/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	537	8/9/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	538	9/6/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	539	9/6/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	540	9/6/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	541	11/8/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	542	11/8/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	543	11/8/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	544	10/30/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	545	12/17/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	546	12/18/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	547	12/18/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	548	12/18/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	549	12/18/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	550	12/18/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	551	12/17/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	552	12/24/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	553	12/24/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	554	12/21/2007
2007	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	555	12/24/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	525	3/23/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	526	3/29/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	527	3/30/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	528	4/2/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	529	4/3/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	530	4/10/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	531	4/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	532	4/30/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	533	5/3/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	534	5/15/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	535	5/15/2007



2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	536	5/15/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	537	5/15/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	538	6/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	539	6/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	540	6/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	541	6/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	542	6/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	543	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	544	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	545	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	546	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	547	7/13/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	548	7/23/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	549	8/3/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	550	8/3/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	551	8/6/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	552	8/23/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	553	8/29/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	554	9/27/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	555	9/28/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	556	9/28/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	557	9/28/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	558	11/29/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	559	11/29/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	560	12/4/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	561	12/11/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	562	12/20/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	563	12/20/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	564	12/20/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	565	12/20/2007
2007	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	566	12/20/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	3/16/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	3/16/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/16/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	3/28/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	5/21/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/29/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	7/12/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	8/15/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	8/16/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	8/17/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	9/27/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	10/26/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	10/26/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	11/8/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	11/14/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	11/14/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	1/17/2008
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	1/17/2008
2007	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	12/27/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	3/9/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	8	3/9/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	4/26/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	29	7/31/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	8/7/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	9/18/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	70	12/20/2007
2007	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	74	12/26/2007
2007	Resolução	Senado Federal	48	12/24/2007
2007	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	24	3/19/2007
2008	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	15	1/14/2008
2008	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	16	2/6/2008
2008	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	17	8/6/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	811	1/29/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	812	1/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	813	1/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	814	1/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	815	1/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	821	2/13/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	825	2/28/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	826	2/25/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	827	3/3/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	828	3/19/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	832	3/20/2008



2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	835	3/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	839	4/28/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	840	4/29/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	841	4/29/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	842	5/2/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	843	5/2/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	845	5/13/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	846	5/13/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	847	5/13/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	848	5/16/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	849	5/20/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	854	7/1/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	855	7/9/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	860	7/17/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	861	7/21/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	862	8/1/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	863	7/21/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	866	8/7/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	867	8/11/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	868	8/11/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	869	8/15/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	872	8/28/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	875	9/12/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	877	9/26/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	878	10/16/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	880	10/17/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	885	11/7/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	892	12/19/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	897	12/30/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	898	12/30/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	899	12/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	902	12/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	904	12/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	905	12/31/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal/Secretaria de Defesa Agropecuária/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RFB/DAS/ANVISA_	819	2/12/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	3	5/19/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	8	7/24/2008
2008	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	9	8/8/2008
2008	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	30	2/12/2008
2008	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	41	2/21/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	4	1/8/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	14	1/17/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	40	2/18/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	54	2/22/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	68	3/6/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	99	3/28/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	106	4/4/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	133	4/28/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	148	5/12/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	150	5/14/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	154	16/05/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	155	16/05/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	175	6/5/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	181	6/17/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	199	7/2/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	204	7/11/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	217	7/18/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	245	8/5/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	251	8/13/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	277	9/5/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	286	9/12/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	308	10/3/2008



2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	324	10/15/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	345	11/5/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	361	11/13/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	385	12/3/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	402	12/11/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	403	11/12/2008
2008	Portaria	Ministério da Previdência Social	404	12/11/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	120	3/5/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	191	4/16/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	210	4/30/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	230	7/25/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	262	5/30/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	349	7/24/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	473	7/25/2008
2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	984	11/27/2008
2008	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego, Fazenda, Saúde, Previdência Social e Desenvolvimento Social e 70 Combate à Fome		7/23/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	393	6/2/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	497	
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	830	10/2/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	947	
				04/07/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.071	
				14/11/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.253	
				12/12/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.282	12/23/2008
2008	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/SRF	1	
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	34	1/8/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	35	1/8/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	145	1/17/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	157	1/23/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	164	1/25/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	167	1/30/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	204	2/12/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	222	2/13/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	231	2/14/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	277	2/19/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	336	2/25/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	339	2/26/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	340	2/26/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	434	3/11/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	491	3/19/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	509	3/26/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	535	3/31/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	556	4/4/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	564	4/7/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	639	4/18/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	689	5/7/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	690	5/5/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	708	5/8/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	725	5/14/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	761	5/19/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	819	6/3/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.125	7/11/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.213	7/25/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.237	7/31/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.252	8/4/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.298	8/18/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.301	8/21/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.404	9/5/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.405	9/5/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.472	9/25/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.573	10/16/2008
2008	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.976	11/20/2008
2008	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	11	1/31/2008
2008	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	54	7/28/2008
2008	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	51	7/1/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	36	1/30/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	39	2/23/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	43	3/13/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	57	6/24/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	58	6/24/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	62	7/23/2008
2008	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	76	11/25/2008
2008	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	233	7/25/2008



2008	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	204	4/18/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral Federal - PGFN/PGF	3	3/28/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral Federal - PGFN/PGF	8	3/27/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	3/28/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	11/17/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	10	11/17/2008
2008	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	11	12/22/2008
2008	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	77	3/12/2008
2008	Portaria Interministerial	Ministérios Do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda e Controladoria-Geral Da União	24	2/21/2008
2008	Recomendação	Conselho Nacional de Previdência Complementar	1	5/30/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	556	3/28/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	557	4/2/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	558	3/26/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	559	4/22/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	560	5/12/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	561	5/12/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	562	5/12/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	563	6/11/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	564	6/13/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	565	7/9/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	566	7/9/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	567	7/9/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	568	7/9/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	569	8/27/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	570	9/1/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	571	9/1/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	572	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	573	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	574	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	575	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	576	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	577	11/7/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	578	12/4/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	579	12/12/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	580	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	581	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	582	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	583	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	584	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	585	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	586	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	587	12/24/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	567	2/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	568	2/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	569	3/4/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	570	4/17/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	571	4/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	572	4/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	573	4/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	574	4/29/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	575	5/2/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	576	6/12/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	577	6/12/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	578	6/12/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	579	6/25/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	580	6/25/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	581	11/10/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	582	11/10/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	583	11/10/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	584	11/21/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	585	12/5/2008
2008	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	586	12/18/2008

2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/1/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	2/28/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	3/28/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	4/2/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	5/15/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/13/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	6/13/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	6/13/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	6/19/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	7/3/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	7/4/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	7/4/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	7/8/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	8/29/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	8/29/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	9/18/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	9/18/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	10/9/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	10/3/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	20	10/10/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	21	11/17/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	24	5/7/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	27	5/13/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	5/28/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	7/4/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	46	7/4/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	48	7/31/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	60	10/9/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	69	11/5/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	75	12/11/2008
2008	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	76	12/11/2008
2008	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	27	10/3/2008
2009	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	18	2/6/2009
2009	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	19	8/5/2009
2009	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	30	2/10/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	906	1/7/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	907	1/14/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	908	1/13/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	909	1/15/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	911	2/4/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	914	2/9/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	915	2/9/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	916	2/6/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	921	2/23/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	923	2/25/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	924	2/25/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	925	3/6/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	926	3/12/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	929	3/26/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	930	3/31/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	931	4/15/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	932	4/15/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	933	4/16/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	936	5/6/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	939	5/21/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	942	5/28/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	943	5/29/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	945	6/1/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	946	6/1/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	948	6/16/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	949	6/17/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	951	6/29/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	952	7/3/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	955	7/10/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	956	7/13/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	957	7/16/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	958	7/16/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	960	8/3/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	961	8/10/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	962	8/13/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	964	8/17/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	965	8/18/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	967	10/16/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	969	10/22/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	971	11/13/2009



2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	972	11/20/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	975	12/8/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	979	12/17/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	980	12/18/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	982	12/21/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	983	12/21/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	984	12/21/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	985	12/23/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	986	12/23/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	76	5/18/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	80	12/23/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	2	9/17/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	10	3/2/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	12	8/6/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	13	11/18/2009
2009	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	5/22/2009
2009	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	100	6/4/2009
2009	Portaria	Ministério da Fazenda	520	11/4/2009
2009	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	160	4/13/2009
2009	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	241	6/4/2009
2009	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	538	11/16/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	1	1/6/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	14	1/21/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	25	2/4/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	47	2/12/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	63	3/3/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	82	3/18/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	89	4/2/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	99	4/13/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	114	5/6/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	119	5/12/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	151	6/3/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	161	6/18/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	172	7/2/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	178	7/10/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	193	8/4/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	212	8/14/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	231	9/3/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	248	9/17/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	265	10/6/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	269	10/15/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	286	11/6/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	300	11/18/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	315	12/2/2009
2009	Portaria	Ministério da Previdência Social	330	12/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	32	1/9/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	688	4/27/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.510	8/25/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.233	11/18/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.535	8/24/2009
2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.715	9/22/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	125	30/01/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	694	4/13/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	809	
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	859	5/28/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.005	03/07/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.080	17/07/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.129	8/2/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.189	
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.379	16/10/2009
2009	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.387	11/5/2009

2009	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	16	18/11/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	643	4/8/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	644	4/1/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	808	5/15/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	810	5/15/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	811	5/15/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.004	1º/07/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.008	7/2/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.106	7/28/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.378	10/20/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.381	10/21/2009
2009	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.382	10/21/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	574	2/12/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	967	3/20/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.415	5/22/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.728	7/16/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.947	8/18/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.264	9/25/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.328	9/24/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.403	10/6/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.707	11/19/2009
2009	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.332	12/30/2009
2009	PORTARIA	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	6	2/16/2009
2009	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	36	8/12/2009
2009	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	43	9/30/2009
2009	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	107	8/27/2009
2009	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	125	11/13/2009
2009	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	127	12/4/2009
2009	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	128	12/14/2009
2009	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	131	12/17/2009
2009	Portaria	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	8	8/13/2009
2009	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	241	11/23/2009
2009	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	81	7/3/2009
2009	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	538	11/16/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	90	4/28/2009
2009	Portaria Conjunta	Conselho Administrativo de Defesa Econômica/Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade/Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico (CADE/SEAE/SDE)	148	11/16/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/ Receita Federal do Brasil (PGFN/RFB)	1	3/13/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	3/13/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	3/24/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	6	7/23/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	7	8/7/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	11/3/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	10	11/9/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	11	11/12/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	12	11/20/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	13	11/20/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	14	12/8/2009
2009	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria do Tesouro Nacional - PGFN/STN	8	9/8/2009
2009	Portaria Interministerial	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	436	12/3/2009
2009	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Previdência Social	410	7/30/2009
2009	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	48	2/13/2009
2009	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	254	9/25/2009
2009	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	329	12/11/2009
2009	Recomendação	Conselho Nacional de Previdência Complementar	2	5/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	588	3/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	589	3/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	590	3/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	591	4/17/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	592	3/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	593	3/27/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	594	4/17/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	595	5/25/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	596	5/25/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	597	5/25/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	598	7/17/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	599	9/4/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	600	9/10/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	601	9/4/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	602	9/4/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	603	9/4/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	604	10/9/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	605	10/9/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	606	10/9/2009



2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	607	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	608	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	609	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	610	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	611	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	612	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	613	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	614	11/12/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	615	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	616	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	617	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	618	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	619	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	620	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	621	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	622	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	623	12/18/2009
2009	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	624	12/18/2009
2009	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	6	8/17/2009
2009	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	9	14/10/2009
2009	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	10	14/10/2009
2009	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	14	28/12/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	587	2/2/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	588	2/12/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	589	2/12/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	590	2/12/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	591	2/12/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	592	2/13/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	593	3/31/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	594	3/31/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	595	3/31/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	596	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	597	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	598	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	599	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	600	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	601	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	602	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	603	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	604	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	605	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	606	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	607	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	608	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	609	5/29/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	610	7/8/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	611	7/8/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	612	7/8/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	613	7/9/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	614	7/30/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	615	7/30/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	616	7/30/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	617	8/31/2007
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	618	10/9/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	619	11/9/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	620	11/9/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	621	11/9/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	622	12/11/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	623	12/28/2009
2009	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	624	12/29/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/20/2009



2009	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	2/4/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	2/6/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	3/19/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	3/19/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.308	6/5/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.309	7/7/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	1	1/14/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	4	2/4/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	10	2/18/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	11	3/16/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	3/27/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	23	4/30/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	6/18/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	34	6/19/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	6/19/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	46	8/27/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	51	9/18/2009
2009	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	54	9/23/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	29	9/10/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	1	5/19/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	2	5/19/2009
2009	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	5	9/8/2009
2009	Resolução Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	28	2/9/2009
2009	Resolução Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	29	9/10/2009
2010	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	20	2/11/2010
2010	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	21	2/11/2010
2010	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	22	8/6/2010
2010	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	23	8/6/2010
2010	Decisão Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	18	2/10/2010
2010	Instrução Normativa	Ministério do Trabalho e Emprego	85	7/27/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	991	1/22/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	995	1/26/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	997	1/28/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	998	1/28/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	999	1/28/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.000	1/28/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.001	1/29/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.004	2/3/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.008	2/10/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.009	2/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.010	2/21/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.012	2/25/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.014	3/2/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.016	3/8/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.017	3/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.018	3/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.019	3/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.021	4/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.023	4/14/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.024	4/15/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.027	4/23/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.028	5/3/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.030	5/5/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.031	5/6/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.033	5/17/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.035	5/31/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.036	6/4/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.037	6/7/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.039	6/8/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.040	6/9/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.041	6/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.045	6/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.046	6/25/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.047	6/25/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.049	7/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.051	7/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.053	7/13/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.055	7/14/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.056	7/15/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.059	8/3/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.060	8/4/2010



2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.061	8/5/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.062	8/9/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.063	8/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.064	8/11/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.066	8/20/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.069	9/2/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.070	9/14/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.071	9/16/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.074	10/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.075	10/19/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.076	10/25/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.077	11/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.078	11/4/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.079	11/4/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.080	11/4/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.081	11/5/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.082	11/9/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.083	11/9/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.084	11/16/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.085	11/22/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.086	11/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.087	11/30/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.089	12/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.090	12/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.092	12/3/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.093	12/3/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.096	12/14/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.097	12/15/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.100	12/17/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.101	12/20/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.103	12/23/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.104	12/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.105	12/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.106	12/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.107	12/24/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.109	12/27/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.112	12/30/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.114	12/30/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.115	12/30/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.118	12/31/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	86	8/12/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	88	12/1/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	1	1/20/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	15	7/15/2010
2010	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	5	8/27/2010
2010	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)	3	2/5/2010
2010	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	12	5/31/2010
2010	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	171	2/11/2010
2010	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	562	12/6/2010
2010	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	573	12/16/2010
2010	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços -MDIC	249	12/21/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	7	1/14/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	72	2/10/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	112	3/10/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	157	4/13/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	222	5/12/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	314	6/22/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	336	7/2/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	341	7/8/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	407	8/18/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	432	9/10/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	469	10/18/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	491	11/22/2010
2010	Portaria	Ministério da Previdência Social	525	12/14/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	215	5/10/2010



2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	216	5/10/2010
2010	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.554	7/1/2010
2010	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.621	7/15/2010
2010	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.987	8/19/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	206	
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	473	5/3/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	519	5/20/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	616	18/06/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	716	09/07/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	952	13/08/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.105	01/10/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.165	19/11/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.267	10/12/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.318	24/12/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.339	31/12/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral da União e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGU/PGFN	3	24/09/2010
2010	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	9	
2010	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	17	
2010	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	18	
2010	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	21	
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	59	1/22/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	180	2/26/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	232	3/11/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	643	6/25/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	798	7/20/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	876	8/2/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	904	8/5/2010
2010	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.242	12/6/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	51	8/13/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	94	1/22/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	115	1/27/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	116	1/27/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	164	2/5/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	547	4/12/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.171	5/28/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.309	6/15/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.349	6/24/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.641	9/9/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.711	9/27/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.840	10/5/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.912	10/14/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.201	11/11/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.206	11/12/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.444	12/24/2010
2010	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.466	12/30/2010
2010	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	10	3/12/2010
2010	PORTARIA	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	33	6/14/2010
2010	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	37	7/5/2010
2010	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	73	12/24/2010
2010	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	464	8/27/2010
2010	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	194	12/8/2010
2010	Portaria	Secretaria de Relações do Trabalho	7	3/24/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	530	9/20/2010
2010	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	19	7/30/2010
2010	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	20	8/2/2010
2010	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	89	4/16/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	205	4/23/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brrasil e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - PGFN/RFB/PGFN/SPOA	10	7/19/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral da União - PGFN/PGU	7	5/18/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral Federal - PGFN/PGF	6	5/4/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral Federal - PGFN/PGF	16	03.09.2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	1/22/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	5/3/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	3	5/3/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	4	4/30/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	5	5/3/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	11	6/28/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	12	7/1/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	13	7/5/2010



2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	14	7/19/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	15	9/3/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	22	12/30/2010
2010	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral da União e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/PGU/RFB	21	11/26/2010
2010	Portaria Conjunta	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Secretaria de Comércio Exterior -RFB/SECEX	467	3/26/2010
2010	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia (MF/MDIC/MCT)	574	12/20/2010
2010	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	408	8/18/2010
2010	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	451	9/24/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	625	1/25/2011
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	627	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	628	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	629	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	630	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	631	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	632	5/7/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	633	5/12/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	634	5/12/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	635	5/12/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	636	5/12/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	637	7/20/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	638	7/9/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	639	9/3/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	640	9/3/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	641	9/3/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	642	9/3/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	643	11/11/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	644	11/11/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	645	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	646	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	647	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	648	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	649	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	650	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	651	12/21/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	652	12/21/2010
2010	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	22	7/2/2010
2010	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	23	27/10/2010
2010	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios -CGSIM	18	4/19/2010
2010	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	626	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	625	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	626	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	627	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	628	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	629	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	630	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	631	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	632	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	633	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	634	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	635	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	636	3/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	637	4/16/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	638	4/22/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	639	5/28/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	640	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	641	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	642	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	643	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	644	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	645	5/31/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	646	6/23/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	647	7/8/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	648	7/16/2010



2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	649	8/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	650	8/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	651	8/30/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	652	9/23/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	653	12/17/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	654	12/17/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	655	12/17/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	656	12/17/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	657	12/17/2010
2010	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	658	12/31/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/22/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/9/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	4/28/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	7/13/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	10/25/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	12/9/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.316	6/14/2010
2010	Resolução	Ministério do Trabalho - MTb	1	7/2/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	17	3/26/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	19	4/6/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	4/22/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	29	5/17/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	5/27/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	44	6/25/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	45	6/25/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	49	7/6/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	55	8/6/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	57	8/6/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	63	8/18/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	71	9/16/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	80	11/10/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	82	11/29/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	88	12/15/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	92	12/28/2010
2010	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	93	12/28/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	1	6/1/2010
2010	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	8	6/29/2010
2010	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	1	8/17/2010
2010	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	2	3/28/2011
2010	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	3	3/28/2011
2011	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	24	8/4/2011
2011	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	25	8/4/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.121	1/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.122	1/19/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.123	1/19/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.124	1/24/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.125	2/2/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.126	2/2/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.129	2/18/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.130	2/19/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.131	2/21/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.132	2/23/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.133	3/3/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.134	3/9/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.136	3/21/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.137	3/24/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.138	3/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.139	3/29/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.140	3/30/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.143	4/4/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.144	4/4/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.145	4/6/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.146	4/7/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.148	4/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.149	4/29/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.151	5/4/2011



2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.152	5/11/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.154	5/13/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.155	5/16/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.156	5/16/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.158	5/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.159	5/27/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.161	6/1/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.162	6/6/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.163	6/6/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.164	6/14/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.165	6/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.167	6/22/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.168	6/30/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.169	6/30/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.170	7/4/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.172	7/14/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.173	7/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.175	7/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.177	7/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.178	8/2/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.180	8/18/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.181	8/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.182	8/22/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.184	8/23/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.185	8/29/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.186	8/30/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.187	8/30/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.190	9/2/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.192	9/15/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.193	9/16/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.195	9/27/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.196	9/28/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.197	10/3/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.199	10/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.200	10/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.201	10/19/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.203	10/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.204	10/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.205	11/1/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.206	11/3/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.207	11/4/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.208	11/8/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.209	11/8/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.212	11/25/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.213	12/9/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.215	12/20/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.216	12/20/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.217	12/21/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.218	12/22/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.221	12/23/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.222	12/23/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.223	12/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.225	12/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.226	12/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.227	12/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.228	12/26/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil/Tribunal Superior Eleitoral (SRF/TSE)	1.179	8/3/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil/Tribunal Superior Eleitoral (SRF/TSE)	1.189	9/1/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	89	3/3/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	90	4/29/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	2	8/17/2011
2011	Instrução Normativa	Secretaria Executiva	1	12/28/2011
2011	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	246	5/4/2011
2011	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	423	8/31/2011
2011	Portaria	Ministério da fazenda	47	21/02/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	9	1/11/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	40	1/20/2011



2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	68	2/4/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	86	2/10/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	106	3/2/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	131	3/11/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	156	3/30/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	165	4/7/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	219	4/15/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	243	5/4/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	255	5/12/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	310	6/13/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	311	6/13/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	345	7/7/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	346	7/7/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	398	7/13/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	453	8/2/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	484	8/10/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	519	25/08/11
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	534	9/2/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	540	9/8/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	580	9/28/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	595	10/5/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	611	10/14/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	639	11/10/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	643	11/18/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	674	12/5/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	679	12/9/2011
2011	Portaria	Ministério da Previdência Social	746	12/28/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	439	10/17/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU)	58	4/29/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	197	2/4/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	239	2/10/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	373	2/28/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	793	4/28/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.748	8/31/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.752	9/1/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.959	9/30/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.979	10/3/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.982	10/6/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.159	1/3/2013
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.407	11/28/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.546	12/16/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.685	12/27/2011
2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.686	12/28/2011
2011	Portaria	MP	36	6/13/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	30	21/01/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	49	04/02/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	131	25/02/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	147	
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	174	11/03/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	266	08/04/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	294	20/04/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	341	
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	356	20/05/2012
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	452	24/06/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	486	
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	528	08/07/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	568	
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	714	14/10/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	787	
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	798	02/12/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	809	02/12/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	857	23/12/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	862	30/12/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	1	28/01/2011
2011	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	6	
2011	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	713	27/10/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	103	1/21/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	105	1/24/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	179	2/8/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.201	2/28/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.302	3/23/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.344	3/28/2011



2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.390	4/1/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.400	4/5/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.438	1/6/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.456	4/12/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.791	5/23/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.892	6/10/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.906	6/14/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.956	6/20/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.957	6/20/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.010	7/6/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.011	6/30/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.077	7/5/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.090	7/7/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.133	7/20/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.286	8/25/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.300	8/30/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.310	9/1/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.338	9/8/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.363	9/9/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.518	10/3/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.645	11/17/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.765	12/14/2011
2011	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.771	12/20/2011
2011	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior	23	7/19/2011
2011	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	23	7/19/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	200	1/21/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	202	1/27/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	203	2/1/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	207	3/17/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	221	5/10/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	222	5/10/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	223	5/10/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	227	5/26/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	228	5/27/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	229	5/27/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	232	6/10/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	236	6/13/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	246	7/1/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	247	7/13/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	253	8/8/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	273	8/17/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	291	12/9/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	292	12/9/2011
2011	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	295	12/19/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	197	3/31/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	22/06/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	538	8/3/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	647	9/20/2011
2011	Portaria	SLTI/MP	13	3/25/2011
2011	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	212	11/8/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	26	3/14/2011
2011	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	2/4/2011
2011	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	4	5/25/2011
2011	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	5	6/29/2011
2011	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	10/20/2011
2011	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	579	9/26/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	653	2/11/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	654	3/28/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	655	5/26/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	656	5/26/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	657	5/26/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	658	5/26/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	659	6/16/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	660	6/30/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	661	6/30/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	662	6/30/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	663	6/30/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	664	8/31/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	665	8/31/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	666	8/31/2011



2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	667	8/31/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	668	8/31/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	669	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	670	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	671	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	672	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	673	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	674	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	675	11/4/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	676	11/17/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	677	12/22/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	678	12/21/2011
2011	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	679	12/21/2011
2011	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	5	1/13/2011
2011	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	24	5/13/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	659	1/18/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	660	2/28/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	661	2/28/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	662	2/28/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	663	3/1/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	664	5/27/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	665	5/30/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	666	6/8/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	667	6/9/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	668	6/29/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	669	6/29/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	670	6/29/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	671	8/1/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	672	8/1/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	673	8/1/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	674	8/1/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	675	10/3/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	676	10/3/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	677	10/3/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	678	10/3/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	679	10/3/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	680	12/15/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	681	12/15/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	682	12/15/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	683	12/15/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	684	15/12/2011
2011	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	685	12/30/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	3/17/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/8/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	4/8/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	5/12/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	6/3/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/30/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	8/5/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	9/20/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	11/7/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	12/2/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	12/15/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	1	1/20/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	9	3/16/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	3/16/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	14	3/16/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	15	3/18/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	21	4/8/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	24	4/8/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	25	5/6/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	26	5/6/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	28	5/6/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	5/18/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	6/2/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	36	6/2/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	39	6/2/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	41	6/15/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	43	6/22/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	47	7/12/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	49	7/15/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	50	7/18/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	55	8/10/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	58	8/15/2011



2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	59	8/30/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	60	9/8/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	64	9/12/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	70	9/21/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	73	10/6/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	10/6/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	84	11/10/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	93	11/28/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	94	12/12/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	95	12/14/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	98	12/30/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	99	12/30/2011
2011	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	100	12/30/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	5	5/23/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	6	9/15/2011
2011	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	7	12/2/2011
2011	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	4	2/14/2011
2012	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	26	2/8/2012
2012	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	27	2/8/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.231	1/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.232	1/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.233	1/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.234	1/12/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.235	1/12/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.237	1/12/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.238	1/12/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.239	1/18/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.240	1/18/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.241	1/23/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.242	1/23/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.243	1/27/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.244	1/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.247	2/9/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.248	2/22/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.249	2/24/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.252	3/2/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.253	3/2/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.254	3/6/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.255	3/8/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.256	3/8/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.258	3/14/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.259	3/19/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.261	3/21/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.262	3/22/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.264	4/2/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.265	4/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.266	4/16/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.267	5/2/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.268	5/11/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.269	5/17/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.271	5/23/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.272	6/6/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.273	6/8/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.274	6/18/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.275	6/22/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.276	6/28/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.277	6/29/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.278	7/3/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.280	7/16/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.281	7/17/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.282	7/17/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.284	7/24/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.286	8/20/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.291	9/21/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.292	9/24/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.293	9/24/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.295	10/15/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.296	10/15/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.297	10/18/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.298	10/26/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.299	11/21/2012



2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.301	11/21/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.302	11/30/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.304	12/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.305	12/27/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.307	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.308	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.309	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.310	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.311	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.312	12/31/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	98	8/16/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	3	3/28/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	6	7/30/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	9	10/4/2012
2012	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	10	11/14/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda	75	3/29/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda	233	6/26/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda	797	11/12/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	11	1/20/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	106	3/30/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	222	6/15/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	284	8/17/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	299	8/29/2012
2012	Portaria	Ministério da Fazenda e Advocacia Geral da União - MF/AGU	249	
2012	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços -MDIC	113	5/18/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	7	1/11/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	10	1/11/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	13	6/14/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	32	2/3/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	76	2/17/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	83	3/6/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	88	3/8/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	119	3/15/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	142	4/4/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	161	4/19/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	181	5/7/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	211	5/23/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	248	6/14/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	315	7/6/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	322	7/10/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	363	8/8/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	366	8/9/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	404	9/5/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	414	9/10/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	466	10/10/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	467	10/10/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	527	11/7/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	528	11/8/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	582	12/6/2012
2012	Portaria	Ministério da Previdência Social	590	12/12/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	186	5/2/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	244	6/6/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	262	6/20/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	625	12/24/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	628	12/28/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	101	1/16/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	106	1/20/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	112	1/23/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	224	1/30/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	252	2/6/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	272	10/5/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	292	2/10/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	723	4/24/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	832	6/8/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.057	7/9/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.119	7/19/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.339	8/16/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.343	8/23/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.409	8/31/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.815	11/1/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.967	12/3/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.969	12/5/2012



2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	594	4/5/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	634	4/10/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	723	4/23/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.056	7/6/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.641	10/11/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.725	10/22/2012
2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	2.124	21/12/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	359	28/09/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	405	
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	437	25/05/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	470	6/15/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	503	29/06/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	504	
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	508	
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	600	10/08/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	638	
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	656	31/08/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	721	
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	818	16/11/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	820	16/11/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	825	23/11/2012
2012	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	7	
2012	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	802	12/12/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	4	1/4/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	89	1/25/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	877	4/4/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	896	4/9/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	900	4/12/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	915	4/23/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	916	4/13/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	924	4/16/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	925	4/16/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	947	4/27/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.109	6/8/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.182	6/27/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.277	7/11/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.943	7/30/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.952	7/30/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.225	10/8/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.242	10/11/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.257	10/15/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.337	11/26/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.347	11/9/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.358	11/21/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.379	11/22/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.441	12/4/2012
2012	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.442	12/4/2012
2012	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Mnisterio da Fazenda - SEAE/MF	3	1/10/2012
2012	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Mnisterio da Fazenda - SEAE/MF	20	2/2/2012
2012	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Mnisterio da Fazenda - SEAE/MF	25	4/9/2012
2012	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Mnisterio da Fazenda - SEAE/MF	78	9/27/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	312	3/26/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	313	3/27/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	317	5/9/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	319	5/18/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	320	5/24/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	332	8/29/2012
2012	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	335	9/17/2012
2012	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	404	12/31/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	425	5/31/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	462	7/30/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	501	8/17/2012
2012	Portaria	Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2	
2012	Portaria	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MF	103	10/22/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	249	6/14/2012
2012	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	2	2/7/2012
2012	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	27	12/13/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	370	8/24/2012
2012	Portaria Conjunta	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE/MJ), Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SAE/MF)	25	2/29/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	2/13/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	4	8/8/2012



2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	5	8/23/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	6	8/22/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	12/12/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	10	12/28/2012
2012	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral Federal, Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/PGF/INSS/RFB	3	6/26/2012
2012	Portaria Conjunta	Receita Federal do Brasil - Secretaria de Comércio e Serviços - RFB/SCS	1.908	7/20/2012
2012	Portaria Conjunta	Secretarias-Executivas dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda e, Controladoria-Geral Da União	8	11/8/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda , e Controladoria-Geral Da União	169	4/24/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	110	5/18/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	111	5/18/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	112	5/18/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	114	5/18/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	121	5/28/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	135	6/12/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	136	6/12/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	137	6/12/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	144	6/27/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	146	6/27/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	161	7/2/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	177	7/9/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	197	8/8/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	203	8/27/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	241	11/8/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	246	11/14/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	251	11/16/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	252	11/16/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	257	11/21/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	262	11/26/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	263	11/26/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	268	11/30/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	269	11/30/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	270	12/3/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	271	12/3/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	272	12/3/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	273	12/3/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	274	12/3/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	424	9/25/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Meio Ambiente (MMA)	236	5/31/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Fazenda (MF)	233	5/28/2012
2012	Portaria Interministerial	Ministérios da Fazenda, da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Secretaria de Direitos Humanos - MF/MCTI/SDH-PR	362	10/25/2012
2012	Provimento	Conselho de Recursos do Seguro Social	220	-
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	680	1/13/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	681	1/13/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	682	2/13/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	683	3/15/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	684	6/8/2012



2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	685	6/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	686	6/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	687	6/8/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	688	6/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	689	6/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	690	6/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	691	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	692	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	693	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	694	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	695	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	696	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	697	8/2/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	698	9/11/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	699	9/11/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	700	9/11/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	701	9/11/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	702	11/5/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	703	11/10/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	704	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	705	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	706	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	707	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	708	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	709	11/1/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	710	11/29/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	711	12/12/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	712	12/12/2012
2012	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	713	12/14/2012
2012	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	28	2/29/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	686	1/24/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	687	3/1/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	688	3/16/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	689	4/27/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	690	5/30/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	691	5/30/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	692	5/30/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	693	5/30/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	694	6/28/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	695	7/2/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	696	7/2/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	697	7/2/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	698	9/3/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	699	9/3/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	700	9/3/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	701	10/29/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	702	10/29/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	703	12/17/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	704	12/17/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	705	12/17/2012
2012	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	706	12/17/2012
2012	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	7/23/2012
2012	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	12/21/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	2	1/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	3	1/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	4	1/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	7	2/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	8	2/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	17	4/5/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	4/5/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	26	4/26/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	31	5/9/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	5/18/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	6/13/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	47	7/6/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	49	7/6/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	59	8/21/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	65	9/10/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	66	9/10/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	67	9/10/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	69	9/24/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	70	10/1/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	75	10/31/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	76	10/31/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	11/5/2012



2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	79	11/7/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	81	11/14/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	88	12/19/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	89	12/19/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	90	12/19/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	93	12/19/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	94	12/19/2012
2012	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	96	12/27/2012
2012	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	9	1/23/2013
2012	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	10	1/23/2013
2013	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	28	2/6/2013
2013	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	29	2/6/2013
2013	Instrução Normativa	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	6	12/6/2013
2013	Instrução Normativa	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	11	12/9/2013
2013	Instrução Normativa	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	5	12/23/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.313	1/7/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.314	1/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.315	1/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.317	1/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.318	1/16/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.319	1/16/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.320	1/16/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.321	1/18/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.322	1/18/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.324	1/24/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.325	1/31/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.326	1/31/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.327	1/31/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.328	1/31/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.329	2/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.330	2/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.331	2/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.332	2/15/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.334	2/25/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.336	2/27/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.337	3/4/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.338	3/27/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.340	4/2/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.341	4/3/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.342	4/8/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.343	4/8/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.344	4/10/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.345	4/15/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.347	4/17/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.348	4/19/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.350	4/26/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.351	4/26/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.352	5/2/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.354	4/30/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.355	5/6/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.356	5/6/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.357	5/8/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.360	5/15/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.362	6/6/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.363	6/6/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.364	6/21/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.365	6/21/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.370	7/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.371	7/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.372	7/10/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.374	7/12/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.375	7/12/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.376	7/18/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.379	8/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.380	8/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.381	8/1/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.383	8/9/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.384	8/16/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.385	8/16/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.386	8/22/2013



2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.387	8/22/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.388	8/22/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.389	9/2/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.390	9/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.391	9/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.392	9/10/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.394	9/13/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.395	9/17/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.396	9/17/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.397	9/17/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.399	9/27/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.400	9/30/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.402	10/23/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.403	10/23/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.404	10/24/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.405	10/24/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.406	10/24/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.407	11/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.408	11/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.409	11/8/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.410	11/25/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.413	11/29/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.414	12/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.415	12/5/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.416	12/9/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.417	12/11/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.418	12/12/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.421	12/20/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.422	12/20/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.423	12/20/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.424	12/20/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.426	12/23/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.428	12/23/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.430	12/26/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.431	12/26/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.432	12/27/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	102	4/2/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	5	11/8/2013
2013	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	16	10/16/2013
2013	Memorando de Entendimento	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	-	10/24/2013
2013	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	14	12/10/2013
2013	Portaria	Consultoria Jurídica	2	9/3/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	57	3/1/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	351	6/11/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	422	7/22/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	537	11/7/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	59	2/27/2019
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	62	2/26/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	131	5/3/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	186	6/5/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	261	8/23/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	303	10/4/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	1	1/8/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	16	1/16/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	54	2/6/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	66	2/15/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	90	3/4/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	124	3/13/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	179	4/10/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	181	4/12/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	215	5/8/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	226	5/10/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	300	6/13/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	301	6/14/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	313	7/3/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	325	7/11/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	354	8/9/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	355	8/9/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	384	9/4/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	394	9/9/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	400	9/17/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	428	10/3/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	442	10/11/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	473	11/6/2013



2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	478	11/8/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	500	12/6/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	501	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério da Previdência Social	509	13/12/2013
2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	106	4/12/2013
2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	113	4/17/2013
2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	267	9/2/2013
2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	280	9/5/2013
2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	297	10/2/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	8	1/8/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	16	2/1/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	304	8/28/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	333	9/20/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	355	10/7/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	388	10/23/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	81	2/27/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	100	1/18/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	117	1/24/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	366	3/14/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	369	3/14/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	555	4/19/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	650	5/15/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	855	6/17/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.320	8/26/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.378	9/5/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.405	9/16/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.885	12/3/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.892	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.894	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.895	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.896	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.897	12/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.964	12/12/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.027	12/20/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.062	1/2/2015
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	268	22/02/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	326	3/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	651	5/15/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	857	6/18/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.005	7/2/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.400	9/12/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.660	10/15/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.685	10/21/2013
2013	Portaria	Ministérios de Trabalho e Emprego e da Saúde	17	12/18/2013
2013	Portaria	Ministério do Trabalho - MTb	1.047	7/17/2013
2013	Portaria	MP	1	9/16/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	132	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	183	15/03/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	207	22/03/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	208	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	239	05/04/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	265	19/04/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	381	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	382	21/06/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	607	03/08/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	641	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	642	23/08/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	644	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	810	
2013	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.016	20/12/2013
2013	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	14	
2013	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	66	1/28/2013
2013	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	365	6/11/2013



2013	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	377	17.06.2013
2013	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	794	10/11/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	89	1/31/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	90	1/31/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	113	2/1/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	121	2/4/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	182	2/19/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	228	2/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	229	2/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	230	2/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	244	2/28/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	359	3/26/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	380	3/28/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	381	3/28/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	453	4/17/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	458	4/15/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	472	4/22/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	555	5/3/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	653	5/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	664	5/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	681	5/31/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	711	6/7/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	750	6/20/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	791	7/1/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	935	7/10/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	965	7/15/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	999	7/19/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.021	7/30/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.067	8/6/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.098	8/13/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.195	8/27/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.210	8/29/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.272	9/9/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.298	9/16/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.313	9/19/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.326	9/23/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.327	9/23/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.350	9/26/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.403	10/4/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.443	10/14/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.679	11/29/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.745	12/10/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.767	12/11/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.769	12/12/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.774	12/12/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.812	12/18/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.850	12/20/2013
2013	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.892	12/31/2013
2013	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	10	3/13/2013
2013	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	343	2/20/2013
2013	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	392	7/26/2013
2013	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	413	12/18/2013
2013	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	414	12/20/2013
2013	Portaria	Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SDP/MDIC)	1	9/19/2013
2013	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	70	3/14/2013
2013	Portaria	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST)	6	4/19/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	74	11/13/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	285	4/25/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	411	7/12/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	567	11/28/2013
2013	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	575	12/9/2013
2013	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	245	8/5/2013



2013	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	279	9/5/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	454	11/14/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria Geral do Contencioso e Consultoria Geral da União - PGFN/SGCT/CGU-AGU	5	7/10/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/Receita Federal do Brasil/Instituto Nacional do Seguro Social (PGFN/RFB/INSS)	1	3/25/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	3	5/27/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	4	5/27/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	6	8/23/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	7	10/18/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	8	10/22/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	10/22/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	10	10/30/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	11	11/26/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	12	11/27/2013
2013	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	13	12/11/2012
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração - MF/MI	543	11/14/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	4	1/8/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	23	1/29/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	25	1/29/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	26	1/29/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	31	2/8/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	32	2/8/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	33	2/8/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	34	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	35	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	38	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	39	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	40	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	41	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	42	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	43	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	44	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	45	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	46	2/15/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	47	2/21/2017
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	48	2/21/2017
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	49	2/20/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	50	2/21/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	51	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	52	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	53	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	54	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	55	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	56	2/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	60	2/26/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	61	2/26/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	91	4/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	92	4/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	93	4/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	94	4/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	95	4/2/2013

2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	104	4/4/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	105	4/4/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	118	4/25/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	119	4/25/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	127	4/30/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	143	5/16/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	144	5/16/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	214	7/1/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	247	8/6/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	254	8/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	256	8/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	257	8/22/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	263	8/26/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	264	8/26/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	268	9/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	269	9/2/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	270	9/3/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	277	9/5/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	278	9/5/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	290	9/17/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	294	9/30/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	306	12/28/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	307	12/31/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	332	10/17/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	333	10/17/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	334	10/17/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	335	10/17/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	376	12/31/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	413	9/25/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência e Tecnologia (MDIC/MCT)	772	8/13/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência, Tecnologia e Informação	102	4/4/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência, Tecnologia e Informação	103	4/4/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Saúde	206	6/21/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF)	289	8/13/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF), Controladoria Geral da União (CGU)	495	12/9/2013
2013	Portaria Interministerial	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR)	2	5/10/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	714	5/16/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	715	5/16/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	716	5/16/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	717	5/16/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	718	5/16/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	719	7/9/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	720	7/9/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	721	7/9/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	722	7/9/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	723	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	724	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	725	11/26/2013



2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	726	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	727	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	728	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	729	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	730	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	731	11/26/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	732	11/1/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	733	11/1/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	734	11/19/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	735	12/12/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	736	12/12/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	737	12/12/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	738	12/18/2013
2013	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	739	12/18/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	707	1/11/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	708	5/21/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	709	5/24/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	710	5/24/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	711	5/24/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	712	5/24/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	713	6/14/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	714	7/4/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	715	8/20/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	716	8/20/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	717	8/20/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	718	8/20/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	719	8/28/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	720	10/31/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	721	10/31/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	722	11/28/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	723	12/23/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	724	12/23/2013
2013	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	725	12/23/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	-
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	1/18/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	1/18/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	2/8/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	5/3/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	5/3/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	7/3/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	7/16/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	7/25/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	7/30/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	7/31/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	8/5/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	13	8/5/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	14	8/22/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	15	10/3/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	16	10/14/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	17	10/18/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	18	11/28/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	19	11/28/2013
2013	Resolução	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP)	1	8/20/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	11	2/7/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	2/8/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	2/28/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	19	4/1/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	4/1/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	22	4/1/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	27	4/10/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	32	4/10/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	5/14/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	40	6/4/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	41	6/13/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	42	6/17/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	44	6/20/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	54	7/23/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	62	8/5/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	63	8/5/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	66	9/10/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	73	9/17/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	10/3/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	88	10/23/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	91	11/4/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	97	11/26/2013



2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	108	12/20/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	118	12/20/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	121	12/27/2013
2013	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	126	12/30/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	11	5/24/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	12	8/30/2013
2013	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	13	11/14/2013
2014	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	317	12/18/2014
2014	Instrução Normativa	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	2	12/19/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.434	1/2/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.435	1/2/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.436	1/2/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.437	1/2/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.438	1/3/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.439	1/3/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.440	1/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.441	1/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.443	2/7/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.444	2/13/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.445	2/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.446	2/18/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.447	2/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.448	2/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.449	2/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.450	2/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.451	2/24/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.452	2/24/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.453	2/25/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.454	2/27/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.455	3/7/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.456	3/11/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.457	3/11/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.458	3/11/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.460	3/31/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.461	4/1/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.462	4/16/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.463	4/25/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.464	5/9/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.465	5/9/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.466	5/22/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.467	5/30/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.468	5/26/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.469	5/29/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.471	6/3/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.473	6/4/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.474	6/20/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.475	6/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.476	7/2/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.477	7/4/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.478	7/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.479	7/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.482	7/18/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.483	7/22/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.484	8/1/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.485	8/4/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.486	8/14/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.487	8/14/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.488	8/14/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.489	8/14/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.491	8/20/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.492	9/18/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.494	9/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.495	10/1/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.496	10/6/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.498	10/16/2014



2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.499	10/16/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.500	10/30/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.501	10/31/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.502	10/30/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.503	10/20/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.504	10/30/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.505	11/3/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.507	11/4/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.508	11/5/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.509	11/5/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.510	11/6/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.512	11/10/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.513	11/21/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.516	11/27/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.517	11/27/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.518	11/28/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.519	11/28/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.520	12/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.522	12/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.523	12/8/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.524	12/9/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.525	12/10/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.526	12/15/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.527	12/18/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.528	12/18/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.530	12/22/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.531	12/22/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.532	12/22/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.534	12/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.535	12/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.537	12/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.538	12/24/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	3	9/1/1997
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	105	4/24/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	107	5/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	108	6/5/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	109	6/5/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	110	8/7/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	112	10/23/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	113	10/31/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	114	11/12/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	2	6/5/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	5	6/30/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	6	7/28/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	7	9/1/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	17	11/13/2014
2014	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	18	11/13/2014
2014	Instrução Normativa Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Receita Federal do Brasil - STN/RFB	1.506	11/4/2014
2014	Norma Operacional Conjunta	DIRAD e DTI/MP	1	5/23/2014
2014	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	15	4/22/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda	427	9/29/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda	515	12/26/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda	515	12/26/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	195	4/17/2014
2014	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	309	12/15/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	7	1/8/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	16	1/9/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	20	1/14/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	40	2/4/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	45	2/5/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	61	2/13/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	69	3/10/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	77	3/12/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	101	3/14/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	105	3/20/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	122	4/3/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	127	4/8/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	143	4/11/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	162	4/24/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	171	5/2/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	172	5/2/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	182	5/9/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	185	5/14/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	221	6/4/2014



2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	234	6/11/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	236	6/11/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	275	6/27/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	281	7/3/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	287	7/11/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	297	7/15/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	301	7/17/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	359	8/1/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	361	8/6/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	381	8/13/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	382	8/13/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	410	9/3/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	432	9/11/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	439	10/9/2013
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	450	10/3/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	472	10/10/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	500	11/5/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	508	12/13/2013
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	509	11/12/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	530	11/25/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	532	12/5/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	537	12/10/2014
2014	Portaria	Ministério da Previdência Social	544	12/10/2014
2014	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	257	9/24/2014
2014	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	290	11/17/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	37	2/4/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	40	2/7/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	141	5/5/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	555	12/31/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1	1/11/2016
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	148	2/7/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	176	1/30/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	186	1/30/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	234	2/19/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	373	3/24/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	565	4/24/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	590	4/30/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	592	4/30/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	593	4/30/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	594	5/2/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	654	5/12/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	732	5/26/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	789	6/3/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	790	6/4/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.078	7/17/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.080	7/17/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.134	7/24/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.297	8/14/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.308	8/21/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.421	9/26/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.471	9/25/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.544	10/6/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.565	10/14/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.803	11/21/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.927	12/11/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2.018	12/24/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	129	1/21/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	768	29/05/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	944	30/06/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.744	14/11/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.780	20/11/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.927	11/12/2014
2014	Portaria	Ministérios da Fazenda e do Trabalho e Previdência Social	866	11/5/2015
2014	Portaria	Ministérios de Trabalho e Emprego, Saúde e da Previdência Social	9	10/8/2014
2014	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde	2.647	12/5/2014



2014	Portaria	Ministérios do Trabalho e Emprego e da Secretaria-Geral da Presidência da República	2	4/4/2014
2014	Portaria	Ministério do Trabalho - MTb	1.901	12/4/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	30	24/01/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	79	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	299	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	359	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	377	5/15/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	627	15/08/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	767	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	800	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	869	21/11/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	870	
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	895	28/11/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	14	02/12/2014
2014	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB		2/6/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN		
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	79	2/5/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	164	4/7/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	262	5/16/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	367	5/15/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	378	5/16/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	379	6/6/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	429	7/31/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	584	8/21/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	649	9/5/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	681	9/5/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	682	9/10/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	704	9/11/2014
2014	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	705	1/13/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	28	1/17/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	56	1/31/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	148	1/31/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	149	2/19/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	707	3/7/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	756	3/11/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	783	3/17/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	789	5/7/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.001	7/17/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.360	8/5/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.425	8/7/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.456	8/11/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.462	9/1/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.585	9/1/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.610	9/9/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.656	10/8/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.764	10/23/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.827	11/6/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.885	11/6/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.925	11/6/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.926	11/6/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.927	11/10/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.949	11/27/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.030	11/27/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.047	12/1/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.048	12/9/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.110	12/23/2014
2014	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.218	4/17/2014
2014	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	46	10/8/2014
2014	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	94	1/24/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	416	9/22/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	447	12/1/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	451	12/1/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	452	12/1/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	453	12/17/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	459	12/30/2014
2014	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	461	1/7/2014
2014	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	1	5/16/2014
2014	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	151	12/26/2014
2014	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	318	12/19/2014
2014	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	457	2/14/2014
2014	Portaria	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP)	1	29/05/2014
2014	Portaria	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SPOA/SE/MF	247	10/14/2014
2014	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	403	



2014	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	83	3/25/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	359	9/10/2014
2014	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	350	9/4/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria-Geral da União - PGFN/PGU	1	6/11/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	2/17/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	2/28/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	3	2/28/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	4	3/17/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	5	4/14/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	7	6/6/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	9	6/11/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	10	6/30/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	11	7/15/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	12	7/25/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	13	1º/08/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	14	10/24/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	15	8/25/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	16	1º/09/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	17	9/25/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	18	10/9/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	19	11/14/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	20	11/18/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	21	11/18/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	22	12/17/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	23	12/22/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.751	10/3/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.821	10/20/2014
2014	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria de Patrimônio da União - PGFN/SPU	8	6/11/2014
2014	Portaria Conjunta	Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	703	12/19/2014
2014	Portaria Conjunta	Trf-4 e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3	12/29/2014
2014	Portaria interministerial	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	210	6/16/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Educação - MF/MEC	376	9/19/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração - MF/MI	276	6/10/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional	1	10/20/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda Ministério da Cultura	506	12/19/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	8	1/23/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10	1/24/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	12	1/27/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13	1/27/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	18	1/29/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	19	1/29/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	20	1/29/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	23	2/6/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24	1/29/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24	2/6/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	25	2/6/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	26	2/6/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	27	2/7/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	62	4/3/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	63	4/3/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	70	4/10/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	79	4/16/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	80	4/16/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	81	4/16/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	84	4/30/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	85	4/30/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	109	5/30/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	110	5/30/2014



2014	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e 202 Inovação (MDIC/MCTIC)		2/18/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e 318 Inovação (MDIC/MCTIC)		12/26/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência, Tecnologia e Informação	387	1/2/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Saúde (MS)	554	12/31/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.320	12/31/2014
2014	Portaria Interministerial	Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda	441	11/21/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	1	14/11/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	2	14/11/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	3	14/11/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	4	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	5	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	6	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	7	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	8	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	9	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	10	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	11	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	12	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	13	26/12/2014
2014	Regulamento Interno	COGTI/SPOA/SE/MF	14	26/12/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	740	3/20/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	741	3/20/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	742	3/20/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	743	3/20/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	744	3/20/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	745	5/15/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	746	5/15/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	747	5/15/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	748	6/6/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	749	7/25/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	750	7/25/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	751	7/25/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	752	9/3/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	753	9/3/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	754	9/16/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	755	10/31/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	756	11/7/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	757	11/7/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	758	11/7/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	759	11/21/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	760	11/21/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	761	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	762	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	763	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	764	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	765	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	766	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	767	12/10/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	726	2/14/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	727	4/14/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	728	4/14/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	729	5/30/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	730	5/30/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	731	6/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	732	6/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	733	8/15/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	734	9/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	735	9/30/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	736	9/10/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	737	10/13/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	738	12/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	739	12/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	740	12/12/2014
2014	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	741	12/12/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	4/2/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/3/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	4/28/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	5/5/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	6/25/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	19	3/17/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	43	6/23/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	48	7/4/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	49	7/4/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	51	7/4/2014



2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	52	7/4/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	60	8/1/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	71	8/15/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	72	8/21/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	73	8/21/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	100	10/30/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	101	10/30/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	108	11/24/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	109	11/24/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	110	11/24/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	111	11/24/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	113	11/26/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	124	12/19/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	126	12/22/2014
2014	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	129	12/29/2014
2014	Resolução	Senado Federal	5	4/28/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	14	4/3/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	15	11/24/2014
2014	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	16	11/24/2014
2015	Ato Normativo Conjunto	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	30	2/4/2015
2015	Decisão Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	19	1/27/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.540	1/6/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.541	1/21/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.542	1/23/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.543	1/23/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.544	1/27/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.545	2/4/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.546	2/9/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.547	2/18/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.548	2/19/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.549	2/24/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.550	2/27/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.552	3/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.553	3/10/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.554	3/17/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.555	3/17/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.558	4/1/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.559	4/15/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.560	4/22/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.561	4/23/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.563	5/6/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.564	5/11/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.565	5/12/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.566	5/29/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.567	6/8/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.568	6/8/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.569	6/8/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.570	6/26/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.571	7/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.572	7/10/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.574	7/27/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.576	8/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.577	8/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.578	8/7/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.579	8/11/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.580	8/17/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.582	8/18/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.583	9/1/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.584	9/1/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.585	9/2/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.586	9/4/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.587	9/18/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.588	10/8/2015

2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.589	11/6/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.591	11/6/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.594	12/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.595	12/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.596	12/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.597	12/3/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.598	12/11/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.599	12/14/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.600	12/15/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.601	12/15/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.602	12/15/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.603	12/16/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.605	12/23/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.606	12/23/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	118	1/19/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	121	11/17/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	3	2/12/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	8	12/14/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria de Relações do Trabalho	20	7/29/2015
2015	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	1	4/13/2015
2015	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	1	8/24/2015
2015	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	19	5/5/2015
2015	Portaria	MDIC	1	27/08/2015
2015	Portaria	MDIC	394	12/21/2015
2015	Portaria	Ministério da Fazenda	415	6/29/2015
2015	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	74	4/29/2015
2015	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	637	8/7/2015
2015	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	644	8/18/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	1	1/7/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	9	1/12/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	53	2/3/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	62	2/11/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	79	3/6/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	80	3/6/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	82	3/10/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	83	3/10/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	116	3/24/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	135	4/2/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	150	4/9/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	156	4/24/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	176	5/5/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	184	5/12/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	185	5/15/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	214	6/2/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	228	6/12/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	229	6/12/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	290	7/2/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	310	7/10/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	328	7/23/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	349	7/31/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	352	8/5/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	365	8/12/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	386	9/2/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	415	9/15/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	435	10/2/2015
2015	Portaria	Ministério da Previdência Social	448	10/2/2015
2015	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	74	3/30/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	8	1/26/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	145	5/19/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	191	6/9/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	378	9/15/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho	707	5/28/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	2	4/1/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	5	1/8/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	220	3/4/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	392	4/2/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	505	4/17/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	509	4/20/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	595	5/8/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	698	6/1/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	701	5/29/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	702	5/29/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	704	5/29/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	706	5/29/2015



2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	707	6/1/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	709	6/1/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	751	6/11/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	752	6/12/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	854	6/26/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	888	7/2/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	943	7/9/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	945	7/9/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.013	7/22/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.116	8/19/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.137	8/5/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.151	8/13/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.152	8/13/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.180	8/25/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.262	9/25/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.278	9/30/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	1.286	10/1/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	510	20/04/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	944	09/07/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.166	19/08/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.287	01/10/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.288	10/2/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	13	10/19/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	21	10/20/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	59	11/5/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	97	11/11/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	116	11/16/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	181	12/2/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	207	12/9/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	212	12/11/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	251	12/24/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	454	10/9/2015
2015	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	491	4/29/2016
2015	Portaria	Ministérios da Fazenda, da Previdência Social e do Trabalho e Emprego	822	10/1/2015
2015	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	62	30/01/2015
2015	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	415	
2015	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	704	09/10/2015
2015	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	124	3/11/2015
2015	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	433	2/12/2015
2015	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	472	8/18/2015
2015	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	667	9/21/2015
2015	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	693	10/2/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	35	1/8/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	40	1/9/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	244	2/24/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	403	3/18/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	429	3/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	520	4/9/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	543	4/20/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	595	4/30/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	641	5/12/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	673	5/18/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	735	5/26/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	790	6/10/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	827	6/18/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	828	6/18/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	856	6/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	857	6/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	858	6/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	859	6/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	941	7/10/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	976	7/15/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.044	7/30/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.045	7/30/2015

2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.175	8/25/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.265	9/4/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.280	9/8/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.308	9/23/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.441	10/8/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.488	10/29/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.644	11/26/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.645	11/26/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.717	12/10/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.718	12/10/2015
2015	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.829	12/28/2015
2015	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	76	5/8/2015
2015	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	99	9/1/2015
2015	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	116	12/3/2015
2015	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	129	12/31/2015
2015	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	38	5/19/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	470	2/11/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	471	2/11/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	486	5/4/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	507	10/1/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	509	10/1/2015
2015	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	511	10/14/2015
2015	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	3	1/30/2015
2015	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE)	137	10/27/2015
2015	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	202	11/12/2015
2015	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	215	11/27/2015
2015	Portaria	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP)	1	5/18/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	124	3/11/2015
2015	PORTARIA	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	427	8/13/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	763	12/22/2015
2015	Portaria	Secretaria Executiva	236	6/1/2015
2015	Portaria	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP	45	8/26/2015
2015	Portaria	Subsecretária de Concorrência Internacional e Defesa da Economia Popular da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda SUDEP/SEAE/MF	65	2/26/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	20	2/12/2015
2015	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	45	4/8/2015
2015	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	46	4/8/2015
2015	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	47	4/8/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	23	2/13/2015
2015	Portaria	Secretaria Executiva, Ministério do Trabalho e Emprego (SE/MTE)	383	8/21/2015
2015	Portaria Conjunta	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	1	11/27/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	18.02.2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	2/18/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	3	12/4/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	148	1/27/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	202	2/3/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	898	7/2/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	979	7/15/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.037	7/29/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.064	8/3/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.302	9/14/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.340	9/24/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.399	1º/10/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.400	1º/10/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.427	10/8/2015
2015	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.516	10/30/2015
2015	Portaria Conjunta	Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	214	11/26/2015
2015	Portaria Conjunta	Secretarias de Logística e Tecnologia da Informação e de Orçamento Federal	8	4/20/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração - MF/MI	4	11/25/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	36	3/6/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	37	3/6/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	38	3/6/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	39	3/6/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	87	4/10/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	96	4/10/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	102	4/17/2015





2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	322	10/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	323	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	324	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	325	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	326	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	327	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	329	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	330	1/2/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	342	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	343	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	344	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	346	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	348	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	350	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	351	11/23/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	370	11/27/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	398	12/22/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	399	12/22/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	400	12/22/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	401	12/22/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Previdência Social	432	9/30/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministério da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.162	12/28/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministérios da Justiça e do Planejamento,Orçamento e Gestão	851	7/6/2015
2015	Portaria Interministerial	Ministérios da Justiça e do Planejamento,Orçamento e Gestão	1.677	10/8/2015
2015	Recomendação	Conselho Nacional de Previdência Complementar	1	11/23/2015
2015	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	32	4/29/2015
2015	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	34	7/2/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	768	4/1/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	769	4/2/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	770	4/1/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	771	4/1/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	772	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	773	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	774	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	775	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	776	7/15/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	777	7/15/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	778	7/15/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	779	7/15/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	780	9/25/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	781	10/8/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	782	10/8/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	783	10/8/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	784	10/8/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	785	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	786	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	787	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	788	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	789	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	790	10/29/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	791	11/20/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	792	12/9/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	793	12/9/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	794	12/9/2015
2015	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	795	12/9/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do FAT	742	4/1/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do FAT	743	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	744	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	745	5/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	746	7/6/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	747	7/2/2015



2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	748	7/2/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	749	7/6/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	750	7/2/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	751	8/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	752	8/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	753	8/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	754	8/28/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	755	11/11/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	756	12/17/2015
2015	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	757	12/17/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	1/16/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/30/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	4/30/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	4/30/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	5	5/6/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	6	6/29/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	7	7/10/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	8	10/1/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	9	10/9/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	10	11/4/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	11	11/19/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	12	11/26/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Social	1.327	9/25/2016
2015	Resolução	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (SPU-MP)	1	7/27/2015
2015	RESOLUÇÃO	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento / Ministério do Planejamento, Orçamento e 2 Gestão	2	6/12/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	6	1/30/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	3/6/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	5/4/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	56	6/22/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	59	6/22/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	61	6/24/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	67	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	68	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	69	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	70	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	71	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	72	7/23/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	74	8/5/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	81	8/31/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	83	8/31/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	84	9/2/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	92	9/25/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	99	10/27/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	105	11/5/2015
2015	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	120	12/18/2015
2015	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	7	12/18/2015
2015	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	8	12/18/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	17	4/13/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	18	4/13/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	19	4/16/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	20	6/26/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	21	6/26/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	22	12/3/2015
2015	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	23	12/3/2015
2015	Resolução	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/Ministério do Planejamento, Orçamento e 2 Gestão (SEPAC/MP)	2	6/12/2015
2015	Resolução CAPDA	CAPDA	8	12/18/2015
2015	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	5	10/7/2015
2015	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	6	10/7/2015
2015	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	7	10/7/2015



2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.607	1/13/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.608	1/20/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.609	1/20/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.610	1/25/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.612	1/27/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.613	2/3/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.614	2/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.615	2/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.616	2/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.617	2/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.619	2/24/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.620	2/23/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.621	2/26/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.622	2/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.623	3/1/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.624	3/3/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.625	3/7/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.626	3/10/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.627	3/15/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.628	3/21/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.629	4/1/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.630	4/4/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.631	4/26/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.632	4/26/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.633	5/4/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.635	5/9/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.636	5/10/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.637	5/10/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.638	5/11/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.639	5/12/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.640	5/12/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.641	5/16/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.642	5/16/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.643	5/25/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.644	5/31/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.645	5/31/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.646	5/31/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.647	5/31/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.648	6/1/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.649	6/9/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.650	6/13/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.651	6/13/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.652	6/21/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.653	6/30/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.654	7/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.655	8/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.656	8/2/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.657	8/30/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.658	9/14/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.659	9/14/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.660	9/19/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.662	10/3/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.663	10/11/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.664	10/13/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.665	10/20/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.666	11/7/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.668	11/9/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.670	11/14/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.671	11/23/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.672	11/24/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.673	11/25/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.674	11/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.675	11/30/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.676	12/6/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.677	12/12/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.678	12/23/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.679	12/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.680	12/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.681	12/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.682	12/29/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.683	12/30/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	1	3/30/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	2	12/8/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	124	5/13/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	125	7/22/2016



2016	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	2	11/22/2016
2016	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	3	11/14/2016
2016	Instrução Normativa Conjunta	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria Geral da União (CGU)	1	5/10/2016
2016	Norma Complementar	CGD/MDIC	1	26/12/2016
2016	Norma Complementar	CGD/MDIC	2	26/12/2016
2016	Norma Complementar	CGD/MDIC	3	26/12/2016
2016	Norma Complementar	CGD/MDIC	4	26/12/2016
2016	Nota Técnica	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	10.069	-
2016	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 784 Gestão		11/23/2016
2016	Ofícios e Avisos (ofício circular)	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	165	
2016	Ofícios e Avisos (ofício circular)	Secretaria de Tecnologia da Informação	33	1/7/2016
2016	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão	1	5/11/2016
2016	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão	2	6/8/2016
2016	Portaria	CGD/MDIC	4	26/12/2016
2016	Portaria	CGD/MDIC	6	26/12/2016
2016	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	22	8/1/2016
2016	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	68	2/29/2016
2016	Portaria	MDIC	2	30/05/2016
2016	Portaria	MDIC	3	30/05/2016
2016	Portaria	MDIC	4	26/12/2016
2016	Portaria	MDIC	5	26/12/2016
2016	Portaria	Min do Trab - GM	1.190	12/24/2018
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	130	4/18/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	144	4/29/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	158	5/6/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	162	5/9/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	187	6/13/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	201	6/17/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	307	7/15/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	308	7/15/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	328	8/24/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	329	8/24/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	370	9/16/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	373	9/19/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	385	9/23/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	390	9/30/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	409	10/24/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	410	10/24/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	426	11/17/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	427	11/17/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	430	11/17/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	437	11/21/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	457	12/9/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	461	12/19/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	462	12/19/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda	487	12/28/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	38	2/11/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	413	11/7/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	460	12/15/2016
2016	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	502	12/29/2016
2016	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1	8/18/2016
2016	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2	8/18/2016
2016	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3	8/18/2016
2016	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	156	6/1/2016
2016	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	328	12/22/2016
2016	Portaria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	117	4/18/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União (SPU- MP)	269	11/7/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	330	11/1/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	110	4/14/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	161	5/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	290	9/30/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	348	11/16/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	363	11/28/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	409	12/22/2016



2016	Portaria	Ministério do Trabalho	1.109	9/22/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho	1.112	9/22/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho	1.113	9/22/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho	1.299	11/9/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho	1.430	12/19/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	785	7/8/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	11	1/6/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	34	1/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	35	1/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	77	1/25/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	89	1/27/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	91	1/27/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	127	2/5/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	143	2/12/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	194	3/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	242	3/9/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	243	3/10/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	367	4/6/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	371	4/6/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	411	4/13/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	472	4/29/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	505	5/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	506	5/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	508	5/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	510	5/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	511	5/2/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	538	5/6/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	554	5/9/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	599	5/12/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	600	5/12/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	638	5/13/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social	643	5/13/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	491	4/29/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	527	5/6/2016
2016	Portaria	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	573	5/9/2016
2016	Portaria	Ministérios do Trabalho e Previdência Social e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos	4	5/13/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	295	
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	396	
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	450	29/04/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	472	13/05/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	500	
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	502	13/05/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	512	20/05/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	664	
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	743	05/08/2016
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	985	
2016	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	986	
2016	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	457	5/6/2016
2016	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	967	10/14/2016
2016	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.110	12/9/2016
2016	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Ministério do Trabalho e Previdência Social	1	3/11/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	73	1/19/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	78	1/19/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	120	2/1/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	121	2/1/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	122	2/1/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	361	3/15/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	457	3/30/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	500	4/4/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	579	4/15/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	662	5/2/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	719	5/6/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	728	5/10/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	729	5/10/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.045	6/30/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.284	8/26/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.384	9/14/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.453	9/30/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.454	9/30/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.473	10/3/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.540	10/26/2016



2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.639	11/24/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.668	11/30/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.674	12/6/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.707	12/22/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.713	12/23/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.714	12/23/2016
2016	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	1.525	
2016	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	24	4/22/2016
2016	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	41	6/14/2016
2016	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	42	9/15/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	535	5/13/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	540	5/27/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	541	6/1/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	555	7/28/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	559	8/5/2016
2016	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	575	11/28/2016
2016	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	1	5/4/2016
2016	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE)	3	1/28/2016
2016	Portaria	Secretaria de Tecnologia da Informação	20	6/15/2016
2016	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	54	2/22/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	108	
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	109	2/25/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	161	5/6/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	223	4/19/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	267	5/11/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	508	8/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	7	1/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	67	3/1/2016
2016	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)	3	10/3/2016
2016	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)	9	12/23/2016
2016	Portaria	Secretaria de Gestão	80	4/28/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	3/18/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2	5/24/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	550	4/12/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	727	5/9/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	922	6/9/2016
2016	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.681	12/6/2016
2017	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social - PGFN/RFB/INSS	1	3/25/2013
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e AGU	151	5/5/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	418	11/16/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Ministério da Fazenda e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MDIC/MF/MCTIC)	326	12/20/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2	10/1/2018
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	29	2/4/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	30	2/4/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	113	4/8/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS); Ministério da Saúde (MS)	3	5/12/2016
2016	Portaria Interministerial	Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Fazenda e Controladoria-Geral da União	424	1/2/2017
2016	Portaria Interministerial	Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPDP)	271	5/13/2016
2016	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	1	13/01/2016
2016	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	36	5/3/2016
2016	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	37	19/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	796	1/25/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	797	2/29/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	798	2/29/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	799	3/3/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	800	4/1/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	801	4/1/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	802	4/1/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	803	4/1/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	804	4/1/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	805	4/22/2016



2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	806	5/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	807	5/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	808	5/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	809	5/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	810	5/12/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	811	6/24/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	812	6/22/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	813	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	814	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	815	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	816	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	817	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	818	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	819	7/27/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	820	8/31/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	821	8/31/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	822	8/31/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	823	10/18/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	824	10/18/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	825	12/2/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	826	12/2/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	827	12/29/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	828	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	829	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	830	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	831	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	832	12/8/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	833	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	834	12/13/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	758	3/11/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	759	3/11/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	760	3/11/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	761	5/3/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	762	5/10/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	763	5/10/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	764	5/10/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	765	6/30/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	766	6/30/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	767	7/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	768	7/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	769	7/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	770	7/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	771	7/4/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	772	9/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	773	9/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	774	9/1/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	775	10/27/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	776	10/27/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	777	11/18/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	778	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	779	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	780	12/15/2016
2016	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	1	2/4/2016
2016	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	2	4/5/2016
2016	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	3	4/22/2016
2016	Resolução	Conselho Nacional de Desestatização	4	4/29/2016
2016	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	7	4/28/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	4	1/27/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	4/1/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	53	6/24/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	60	6/24/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	72	7/21/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	73	7/25/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	75	7/21/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	9/28/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	101	11/1/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	105	11/1/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	111	11/24/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	125	12/16/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	133	12/23/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	134	12/23/2016
2016	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	136	12/29/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	1	9/14/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	2	9/14/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	3	9/20/2016



2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	4	9/14/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	5	9/16/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	6	9/14/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	7	9/16/2016
2016	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	8	9/14/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	8	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	9	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	10	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	11	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	13	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	14	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	16	5/12/2016
2016	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	18	5/12/2016
2017	Portaria	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP	384	20/11/2017
2017	Instrução Normativa	Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio/Secretaria do Patrimônio da União (DECIP/SPU)	1	1/23/2017
2017	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2	10/10/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.685	1/23/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.686	1/27/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.687	2/1/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.689	2/21/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.690	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.691	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.692	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.693	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.694	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.695	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.696	2/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.697	3/6/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.698	3/10/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.699	3/10/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.700	3/16/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.701	3/16/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.702	3/23/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.703	4/3/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.704	4/3/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.705	4/17/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.707	4/19/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.708	5/23/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.709	5/25/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.710	6/8/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.711	6/21/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.713	6/28/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.714	6/28/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.715	7/7/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.716	7/13/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.717	7/18/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.718	7/20/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.719	7/21/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.720	7/24/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.721	7/25/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.722	7/27/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.723	7/31/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.725	8/1/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.726	8/7/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.727	8/14/2017



2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.728	8/15/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.730	8/17/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.731	8/24/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.732	8/29/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.733	9/1/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.734	9/5/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.735	9/8/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.736	9/14/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.737	9/18/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.738	9/20/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.739	9/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.740	9/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.741	9/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.742	9/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.744	9/27/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.745	9/28/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.746	9/29/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.747	10/2/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.748	10/2/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.749	10/2/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.750	10/6/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.751	10/18/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.752	10/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.753	10/31/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.754	11/1/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.755	11/3/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.756	11/6/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.757	11/13/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.758	11/13/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.759	11/14/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.760	11/20/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.761	11/21/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.762	11/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.763	11/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.764	11/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.765	12/4/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.766	12/12/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.767	12/15/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.768	12/15/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.769	12/19/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.770	12/19/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.771	12/22/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.772	12/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.773	12/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.774	12/27/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.775	12/29/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.776	12/29/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	1	2/20/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	3	4/24/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	4	7/12/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	5	5/26/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	129	1/12/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	133	8/23/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	135	9/1/2017
2017	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	22	3/1/2017
2017	Instrução Normativa Conjunta	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)	1	5/12/2017
2017	Norma Complementar	CGD/MDIC	5	13/01/2017
2017	Norma de Execução	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SPOA/SE/MF	1	31/08/2017
2017	Norma Operacional	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1	10/5/2017
2017	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 13 Gestão		1/9/2017
2017	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 433 Gestão		9/22/2017
2017	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 466 Gestão		10/10/2017
2017	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 514 Gestão		11/3/2017
2017	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e 565 Gestão		12/18/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos	1	12/21/2017
2017	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	26	2/21/2017
2017	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP/MF	4	7/5/2017
2017	Portaria	Gabinete do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	424	11/12/2017



2017	Portaria	MDIC	1.324	01/08/2017
2017	Portaria	MDIC	1.325	01/08/2017
2017	Portaria	MDIC	1.326	01/08/2017
2017	Portaria	MDIC	1.329	01/08/2017
2017	Portaria	MDIC	1.330	01/08/2017
2017	Portaria	MDIC	2.321	28/11/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	1	1/5/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	7	1/13/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	19	1/17/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	24	3/1/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	63	2/10/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	74	2/22/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	75	3/1/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	80	3/13/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	83	3/20/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	164	4/10/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	210	4/24/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	227	5/22/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	229	5/22/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	293	6/13/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	293	6/13/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	295	6/13/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	297	6/19/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	298	6/19/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	328	7/6/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	332	7/11/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	333	7/12/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	358	7/21/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	375	8/4/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	389	8/25/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	391	8/29/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	396	9/8/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	418	9/28/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	419	9/28/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	420	9/28/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	423	10/4/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	441	10/24/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	444	10/30/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	515	12/1/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	516	12/1/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	546	12/14/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	572	12/28/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda	577	12/29/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	377	8/7/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	379	8/10/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	381	8/14/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	497	11/16/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	501	11/24/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	521	12/4/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	569	8/15/2018
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	690	8/11/2017
2017	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	525	12/8/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2	1/11/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1272-SEI	7/27/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1327-SEI	8/3/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1387-SEI	8/9/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2107-SEI	10/25/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2367-SEI	12/5/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2464-SEI	12/20/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	39	10/6/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	68	2/24/2017
2017	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	133	3/10/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP	372	11/16/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	290	9/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	946	11/14/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	253	8/3/2017



2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	66	4/3/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	67	4/3/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	233	9/27/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	291	9/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	265	3/17/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	291	3/31/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	693	5/24/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	790	6/13/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	870	7/7/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	871	7/7/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	874	7/10/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	894	7/19/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	978	8/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.002	8/21/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.007	8/23/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.084	9/29/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.110	10/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.151	11/13/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.153	11/13/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho	1.293	12/29/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego	191	3/20/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	1.219	11/30/2017
2017	Portaria	Ministério do Trabalho - MTb	1.206	11/22/2017
2017	Portaria	MTb	1	8/2/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	9	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	102	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	103	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	104	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	105	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	106	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	107	1/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	134	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	280	03/03/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	285	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	286	10/03/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	565	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	617	09/06/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	638	22/06/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	742	13/07/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	958	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	969	29/09/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	991	13/10/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	999	13/10/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.017	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.082	17/11/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.126	
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.159	12/20/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.188	12/26/2017
2017	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.672	
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	152	2/3/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	592	6/5/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	645	6/16/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	690	6/30/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	826	8/9/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	893	8/28/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	894	8/28/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	902	9/5/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	948	9/19/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	970	10/2/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	976	10/4/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	990	10/10/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.032	10/26/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.052	11/10/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.069	11/10/2017
2017	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.207	12/29/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	31	1/19/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	74	1/24/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	187	2/21/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	212	2/21/2017



2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	268	3/1/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	283	3/3/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	334	3/16/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.869	4/6/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.914	4/13/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.921	4/17/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.997	5/10/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.100	5/19/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.101	5/19/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.161	5/31/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.189	6/8/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.194	6/12/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.231	6/16/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.383	7/14/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.384	7/14/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.585	8/21/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.601	8/24/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.614	8/29/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.694	9/20/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.724	9/29/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.725	9/29/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.860	10/27/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.880	10/31/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.124	11/6/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.276	12/11/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.300	12/18/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.301	12/18/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.309	12/20/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	3.338	12/27/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	6.447	12/29/2017
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	1	
2017	Portaria	Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - SRF/PGFN	2.282	
2017	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF	67	8/1/2017
2017	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	14	3/23/2017
2017	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	52	12/27/2017
2017	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	52	12/28/2017
2017	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	584	1/5/2017
2017	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	585	1/5/2017
2017	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	590	2/2/2017
2017	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	651	8/25/2017
2017	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	652	9/1/2017
2017	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	153	21/11/07
2017	Portaria	Secretaria de Tecnologia da Informação	4	3/8/2017
2017	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	88	6/2/2017
2017	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	113	7/13/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	9/1/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	1/6/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	29	1/19/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	820	10/9/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	916	11/1/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil - STN/BACEN/MF	9	06/01/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	490	1/2/2018
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	194	6/27/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	234	7/20/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	252	8/14/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	287	9/4/2017
2017	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)	36	12/22/2017
2017	Portaria	Secretaria de Gestão	213	9/25/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	495	11/13/2017
2017	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1	9/5/2017
2017	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	2.538	8/10/2017
2017	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	3.193	11/29/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministérios das Cidades e da Fazenda	299	6/19/2017





2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	64	9/11/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	65	9/11/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	66	10/9/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	67	10/9/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	68	9/25/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	69	10/16/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	70	10/16/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	71	10/13/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	72	10/13/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	76	12/22/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1001-SEI	7/3/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1056-SEI	7/7/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Fazenda (MF)	233	9/27/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP),Controladoria Geral da União (CGU)	424	1/2/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	152	5/26/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	313	10/3/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	394	11/24/2017
2017	Portaria Interministerial	Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda, da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, e Secretaria de Governo da Presidência da República	86	4/7/2017
2017	Provimento	Conselho de Recursos do Seguro Social	5	-
2017	Resolução	Comite de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Fazenda - CTIC/MF	10	10/08/2017
2017	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	39	9/15/2017
2017	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	43	12/6/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	835	2/15/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	836	2/15/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	837	2/15/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	838	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	839	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	840	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	841	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	842	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	843	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	844	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	845	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	846	3/27/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	847	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	848	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	849	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	850	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	851	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	852	5/19/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	853	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	854	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	855	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	856	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	857	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	858	7/26/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	859	8/11/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	860	10/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	861	10/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	862	8/30/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	863	10/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	864	8/30/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	865	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	866	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	867	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	868	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	869	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	870	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	871	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	872	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	873	11/3/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	874	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	875	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	876	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	877	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	878	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	879	12/18/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	781	2/24/2017



2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	782	4/28/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	783	4/28/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	784	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	785	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	786	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	787	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	788	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	789	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	790	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	791	6/29/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	792	8/4/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	793	8/4/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	794	8/4/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	795	8/4/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	796	9/1/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	797	10/4/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	798	11/6/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	799	12/1/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	800	12/14/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	801	12/14/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	802	12/26/2017
2017	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	803	12/28/2017
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência	1.329	4/27/2017
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência	1.335	12/20/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2	7/20/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	4	12/7/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	5	12/7/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	6	12/7/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	7	12/7/2017
2017	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1	7/20/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	18	3/1/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	19	3/1/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	20	3/9/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	22	3/9/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	27	4/3/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	28	4/3/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	29	4/11/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	35	5/8/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	37	5/8/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	5/8/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	42	6/30/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	50	7/7/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	51	7/7/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	53	7/7/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	54	7/7/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	58	8/14/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	64	8/17/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	69	8/22/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	70	8/22/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	77	9/22/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	9/22/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	80	10/18/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	81	10/18/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	88	11/13/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	90	12/14/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	91	12/14/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	94	12/14/2017
2017	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	95	12/20/2017
2017	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	4	9/25/2017
2017	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 1 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	-
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	9	3/9/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	10	5/3/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	11	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	12	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	13	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	14	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	15	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	16	9/1/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	17	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	18	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	19	8/29/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	20	11/9/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	21	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	22	11/17/2017



2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	23	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	24	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	25	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	26	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	27	11/17/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	28	11/23/2017
2017	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	29	12/28/2017
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	24	2/21/2017
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	25	4/3/2018
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	26	4/3/2018
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	27	4/3/2018
2017	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	28	4/3/2018
2017	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	20	9/19/2017
2018	Instrução Normativa	Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio/Secretaria do Patrimônio da União (DECIP/SPU)	5	12/6/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	4	7/26/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	6	11/28/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	2	1/25/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	2	1/26/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	2	1/30/2018
2018	Instrução Normativa	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	3	2/19/2018
2018	Instrução Normativa	Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Controladoria-Geral da União	5	11/7/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.769	1/23/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.777	1/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.778	1/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.779	1/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.780	1/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.781	1/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.782	1/12/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.783	1/12/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.784	1/22/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.785	1/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.786	1/30/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.787	2/8/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.788	2/14/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.789	2/15/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.790	2/15/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.791	2/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.792	2/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.793	2/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.794	2/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.795	2/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.796	3/5/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.797	3/12/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.798	3/16/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.799	3/19/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.800	3/22/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.801	3/27/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.802	3/28/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.803	4/10/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.804	4/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.804	4/27/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.805	5/7/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.806	5/11/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.808	6/4/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.809	6/11/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.810	6/14/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.811	6/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.812	7/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.813	7/17/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.814	7/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.815	7/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.816	7/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.817	7/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.818	7/26/2018



2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.819	7/30/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.820	7/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.821	7/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.822	8/3/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.823	8/14/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.824	8/14/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.825	8/16/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.826	8/17/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.827	9/3/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.828	9/11/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.829	9/19/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.830	9/21/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.831	9/21/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.832	9/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.833	9/26/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.834	9/28/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.835	10/5/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.836	10/8/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.837	10/11/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.839	10/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.840	10/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.841	10/25/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.842	10/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.843	11/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.844	11/20/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.845	11/23/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.846	11/29/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.847	11/29/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.848	11/29/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.849	11/30/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.850	12/3/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.851	12/3/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.852	12/4/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.853	12/4/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.854	12/7/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.855	12/10/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.856	12/14/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.857	12/18/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.858	12/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.859	12/27/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.860	12/27/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.861	12/28/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.862	12/28/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.863	12/28/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.864	12/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.865	12/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.866	12/31/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	2	4/2/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	3	4/27/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	4	6/13/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	5	7/6/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	6	7/9/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	7	9/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	11	11/30/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	139	1/24/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	144	5/21/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	145	6/18/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	146	8/1/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	147	8/1/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Inspeção do Trabalho	148	8/1/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	1	3/21/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	2	7/30/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	3	8/7/2018
2018	Instrução Normativa Interministerial	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	5	11/7/2018
2018	Norma de Execução	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - COGTI/SPOA/SE/MF	1	16/10/2018
2018	Norma de Execução	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - COGTI/SPOA/SE/MF	2	16/10/2018
2018	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	107	3/12/2018
2018	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	237	6/20/2018
2018	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	389	10/15/2018
2018	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	463	12/6/2018
2018	Orientação Normativa	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	1	4/20/2018



2018	Portaria	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN/MF	352	7/25/2018
2018	Portaria	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Trabalho	14	1/30/2018
2018	Portaria	Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio/Secretaria do Patrimônio da União (DECIP/SPU)	5.378	5/22/2018
2018	Portaria	MDIC	2.202	12/31/2018
2018	Portaria	MDIC	2.203	12/31/2018
2018	Portaria	MDIC	832-SEI	08/05/2018
2018	Portaria	MDIC/ SUFRAMA	1.753-SEI	10/23/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	33	1/29/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	34	1/29/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	85	3/12/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	116	4/4/2016
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	225	5/7/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	263	5/28/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	267	6/7/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	409	9/21/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	421	10/8/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	447	10/26/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	464	11/20/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda	480	12/7/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	101	3/28/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	151	4/16/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	213	4/23/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	265	5/30/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	344	7/19/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	345	7/17/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	361	8/2/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	477	11/30/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	498	12/27/2018
2018	Portaria	Ministério da Fazenda - MF	448	10/30/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	905	5/22/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2008-SEI	12/5/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1437-SEI	8/20/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1461-SEI	8/27/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1594-SEI	9/21/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1818-SEI	10/31/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1824-SEI	11/6/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1875-SEI	11/12/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1946-SEI	11/29/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2091-SEI	12/24/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2147-SEI	12/24/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2202-SEI	12/31/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2203-SEI	12/31/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	958	6/5/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	1.123	7/3/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	1.338	8/1/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	1.569	9/12/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	2.091	12/20/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	2.200	12/28/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	2.202	12/31/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	2.203	12/31/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Superintendência da Zona Franca de Manaus (MDIC/ SUFRAMA)	1.675	10/4/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Superintendência da Zona Franca de Manaus (MDIC/ SUFRAMA)	2.145	12/24/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Superintendência da Zona Franca de Manaus(MDIC/ SUFRAMA)	1.753	10/23/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	244	8/8/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	260	8/27/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	266	9/3/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	334	10/30/2018
2018	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2.074	3/13/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	73	4/6/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	111	5/4/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	156	6/11/2018



2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	195	7/5/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	212	7/10/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	451	1/2/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	107	5/3/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	33	1/18/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	97	2/9/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	99	2/9/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	139	01/03/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	245	4/9/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	305	5/9/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	328	5/16/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	335	5/16/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	349	5/24/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	440	7/23/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	496	7/5/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	524	7/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	634	8/10/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	751	9/13/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	787	11/29/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	836	10/10/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	876	10/25/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	877	10/25/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	884	10/29/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	937	11/8/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.031	12/10/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.082	12/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.084	12/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.085	12/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.086	12/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.087	12/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.186	12/21/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.189	12/24/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho	1.224	12/31/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho (MTr)	1.190	12/24/2018
2018	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	432	10/15/2018
2018	Portaria	Ministérios do Trabalho, Fazenda, Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Social	1	12/10/2018
2018	Portaria	MTb	456	7/19/2018
2018	Portaria	MTb	465	6/21/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	30	19/01/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	34	21/02/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	85	19/02/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	299	18/05/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	300	
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	325	6/6/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	327	6/6/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	328	6/6/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	329	6/6/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	331	6/6/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	352	13/05/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	356	22/06/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	360	25/06/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	361	22/06/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	367	19/06/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	391	21/06/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	458	27/07/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	459	03/08/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	515	22/08/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	526	28/08/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	527	28/08/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	595	28/08/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	596	8/28/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	645	11/12/2018



2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	646	09/11/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	680	
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	719	17/12/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	734	17/12/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	735	
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	736	18/12/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	737	27/12/2018
2018	Portaria	Procuradoria Geral Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal - PGFN/RFB	1	
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	21	1/10/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	27	1/15/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	28	1/15/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	29	1/15/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	31	2/5/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	32	2/9/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	33	2/9/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	36	3/7/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	38	4/27/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	39	4/27/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	40	4/27/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	41	5/4/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	42	5/28/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	43	6/4/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	71	2/16/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	375	6/21/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	376	6/21/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	455	7/27/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	660	11/9/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	681	11/16/2018
2018	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	742	12/28/2018
2018	Portaria	Subsecretaria de Orçamento e Administração	36	8/24/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	3	02/02/2018)
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	4	2/6/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	5	2/14/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	7	2/16/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	8	3/7/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	9	3/15/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	12	4/2/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	14	4/16/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	17	5/8/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	18	5/11/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	22	5/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	23	5/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	24	6/11/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	25	7/2/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	27	7/10/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	29	7/30/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	30	8/10/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	32	8/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	34	9/10/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	36	9/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	37	10/8/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	40	10/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	41	11/12/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	43	11/27/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	44	12/11/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	47	12/20/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	48	12/20/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	49	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Previdência	50	1/3/2019
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	19	1/5/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	29	1/8/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	66	1/25/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	97	1/25/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	101	1/26/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	170	2/14/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	274	3/1/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	353	3/9/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	385	3/16/2018



2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	398	3/19/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	412	3/20/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	428	3/26/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	721	5/14/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	723	5/14/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	754	5/23/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	759	5/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	788	6/1/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	824	6/7/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	871	6/15/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	880	6/20/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	898	6/25/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	947	7/9/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.017	7/6/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.087	7/20/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.091	7/23/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.170	8/8/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.171	8/7/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.278	8/10/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.339	8/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.363	8/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.414	9/12/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.456	9/24/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.520	10/10/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.562	10/15/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.569	10/16/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.653	11/5/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.658	11/6/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.750	11/14/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.768	11/16/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.788	11/21/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.897	12/5/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.936	12/18/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.994	12/18/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.040	12/21/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.045	12/24/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.064	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.123	12/28/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.131	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.164	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.176	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.177	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	6.478	1/2/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	6.480	1/2/2018
2018	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	6.483	1/2/2018
2018	Portaria	Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria,do Ministério da Fazenda - SEFEL/MF	3	5/14/2018
2018	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	30	6/8/2018
2018	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	41	7/31/2018
2018	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	72	12/20/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	656	8/23/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	688	1/17/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	737	7/24/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	752	8/31/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	758	9/10/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	759	9/10/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	760	9/10/2018
2018	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	797	12/31/2018
2018	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	85	6/20/2018
2018	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	193	9/26/2018
2018	Portaria	Secretaria de Tecnologia da Informação	46	10/4/2016
2018	Portaria	Secretaria de Tecnologia da Informação	6.432	7/13/2018
2018	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	4.192	5/2/2018
2018	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	6.446	6/22/2018
2018	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	6.636	7/2/2018
2018	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	7.145	7/16/2018
2018	Portaria	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	11.190	11/7/2018
2018	PORTARIA	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.771	3/13/2018
2018	Portaria	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP)	2.771	13/03/18
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	214	3/13/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	549	8/8/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	569	8/15/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	725	10/22/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	738	10/24/2018



2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	882	12/18/2018
2018	Portaria	Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE/MDIC)	1.007	8/1/2018
2018	Portaria	Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE/MDIC)	1.976	11/30/2018
2018	Portaria	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos	5	1/31/2018
2018	Portaria	SPOA/SE/MF	326	06/06/2018
2018	Portaria	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SPOA/SE/MF	326	06/06/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1753-SEI	10/22/2018
2018	Portaria	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1753-SEI	10/23/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	6	1/16/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	165	6/19/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	295	9/27/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	385	11/29/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	443	12/28/2018
2018	PORTARIA	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	1.352	3/14/2018
2018	Portaria	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	397	9/11/2018
2018	Portaria Conjunta	Receita Federal do Brasil - Secretaria de Comércio e Serviços - RFB/SCS	1.429	9/17/2018
2018	Portaria Conjunta	Receita Federal do Brasil - Secretaria de Comércio e Serviços - RFB/SCS	2.000	12/20/2018
2018	Portaria Conjunta	RFB e SCS	2.000	12/18/2018
2018	Portaria Conjunta	Secretaria de Gestão (SEGES) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU)	3	3/13/2018
2018	Portaria Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Previdência	7	12/19/2018
2018	Portaria Conjunta	Seges e SPU	3	3/13/2018
2018	Portaria Conjunta	Receita Federal do Brasil - Secretaria de Comércio e Serviços - RFB/SCS	2.066	12/26/2018
2018	Portaria interministerial	Gabinete do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério a Transparência e Controladoria-Geral Da União	176	6/26/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional - MF/MI	44	2/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional - MF/MI	461	11/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	38	6/22/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	47	10/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	4	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	6	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	7	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	8	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	9	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10	1/12/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10	3/28/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	11	1/12/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	11	3/28/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	12	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	14	1/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	17	26/02/108
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	19	4/6/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	20	4/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	21	4/11/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	22	5/8/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	23	5/15/2018

2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24	5/15/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	25	5/15/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	27	5/29/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	27	5/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	29	6/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	29	6/12/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	30	6/13/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	31	6/14/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	32	6/14/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	33	6/14/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	34	6/22/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	35	6/22/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	36	6/22/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	37	6/22/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	40	8/6/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	41	8/13/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	44	10/1/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	45	10/1/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	46	10/1/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	48	10/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	49	10/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	50	10/30/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	51	12/3/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	52	12/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	53	12/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	54	12/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	55	12/7/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	177	2/8/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1548-SEI	9/10/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	219	7/17/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR)	10	1/25/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	10	1/25/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	229	7/20/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Governo da Presidência da República	389	11/30/2018
2018	Portaria Normativa	SE/MP	3	2/9/2018
2018	Portaria Normativa	SE/MP	11	10/22/2018
2018	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão	2	1/31/2018
2018	Resolução	Comitê de Análise de Garantias - Comitê de Garantias (CGR)	2	4/11/2018
2018	Resolução	Comitê de Análise de Garantias - Comitê de Garantias (CGR)	3	7/25/2018
2018	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	44	2/1/2018
2018	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	46	4/24/2018
2018	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM	49	27/12/2018
2018	Resolução	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios -CGSIM	48	27/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	880	1/29/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	881	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	882	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	883	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	884	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	885	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	886	4/9/2018



2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	887	5/25/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	888	-
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	889	5/25/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	890	5/25/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	891	5/25/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	892	8/15/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	893	8/15/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	894	8/15/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	895	8/15/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	896	9/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	897	9/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	898	9/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	899	9/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	900	9/12/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	901	9/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	902	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	903	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	904	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	905	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	906	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	907	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	908	11/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	909	11/28/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	910	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	911	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	912	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	913	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	914	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - MF	915	12/19/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	804	4/25/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	805	4/25/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	806	4/25/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	807	4/27/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	808	4/27/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	809	6/26/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	810	6/28/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	811	6/28/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	812	6/28/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	813	6/28/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	814	6/28/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	815	7/12/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	816	7/18/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	817	8/29/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	818	8/29/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	819	10/17/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	820	12/4/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	821	12/4/2018
2018	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - MF	822	12/4/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	30	3/21/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	31	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	32	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	33	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	34	3/28/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	35	4/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	36	6/14/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	37	6/21/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	38	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	39	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	40	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	41	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	42	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	43	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	44	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	45	7/3/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	46	7/3/2018



2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	47	7/9/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	48	8/30/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	49	9/26/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	50	10/18/2018
2018	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	51	11/5/2018
2018	Resolução	Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)	9	6/4/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2	3/29/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	11	12/3/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	12	12/3/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	13	12/3/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	14	12/17/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	15	12/5/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1	2/5/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3	4/25/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	4	4/25/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	5	8/27/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	6	8/27/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	7	8/27/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	8	8/31/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	9	8/27/2018
2018	Resolução	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	10	8/27/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	10	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	11	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	12	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	13	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	14	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	15	3/2/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	22	3/28/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	23	3/28/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	30	5/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	31	5/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	33	5/14/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	37	6/6/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	38	6/6/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	44	6/29/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	45	6/29/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	52	8/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	54	8/13/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	55	8/13/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	56	8/13/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	58	9/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	60	9/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	61	9/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	62	9/12/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	64	9/12/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	65	9/13/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	67	9/24/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	71	10/3/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	72	10/8/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	73	10/8/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	75	10/16/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	78	10/24/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	79	10/26/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	80	10/26/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	82	10/26/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	85	11/12/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	86	11/12/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	87	11/20/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	90	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	91	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	92	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	93	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	95	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	96	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	98	12/10/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	101	12/18/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	102	12/18/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	104	12/21/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	105	12/28/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	106	12/28/2018
2018	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX CONSELHO DE MINISTROS	107	12/28/2018
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 2 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	-
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 3 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	-



2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 4 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 5 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 6 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 7 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 8 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 9 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 10 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 11 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 12 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 13 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 14 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 15 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de 16 Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	-	
2018	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	29	5/21/2018
2018	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	30	11/30/2018
2018	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	31	12/28/2018
2018	Resolução	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)	14	12/17/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	21	1/26/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	22	1/26/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	23	1/26/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	24	8/27/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	25	12/7/2018
2018	Resolução Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)	26	12/20/2018
2019	Aviso de Consulta Pública	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)	S/N	9/4/2019
2019	Aviso de Consulta Pública	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e S/N Competitividade / Ministério da Economia (SDI/SEPEC/ME)	S/N	8/27/2019
2019	Aviso de Consulta Pública	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e S/N Competitividade / Ministério da Economia (SDI/SEPEC/ME)	S/N	8/30/2019
2019	Instrução Normativa	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	65	8/7/2019
2019	Instrução Normativa	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	69	20/11/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	2	17/10/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	211	11/28/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia e da Controladoria-Geral da União	1	2/27/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Governo Digital	1	4/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Governo Digital	2	4/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Governo Digital	202	9/20/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.867	1/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.868	1/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.869	1/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.870	1/30/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.871	2/22/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.872	3/14/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.873	3/14/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.874	3/14/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.875	3/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.876	3/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.877	3/15/2019



2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.878	3/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.879	4/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.880	4/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.881	4/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.882	4/9/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.883	4/12/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.884	4/22/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.885	4/22/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.886	4/22/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.887	5/7/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.888	5/7/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.889	5/8/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.890	5/16/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.891	5/16/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.892	5/16/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.893	5/16/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.894	5/17/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.895	5/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.896	6/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.897	6/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.898	7/5/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.899	7/11/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.900	7/19/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.901	7/19/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.901	9/4/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.902	7/19/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.903	7/26/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.904	8/1/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.905	8/7/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.906	8/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.907	8/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.908	8/20/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.909	8/28/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.910	9/24/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.911	10/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.912	10/15/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.913	10/30/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.914	11/26/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.915	11/27/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.916	12/20/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.917	12/23/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.918	12/23/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.919	12/27/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	205	10/22/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	1	1/11/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	3	5/30/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	4	8/9/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	5	6/25/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	5	8/13/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	206	10/21/2019
2019	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	210	11/21/2019
2019	Instrução Normativa Conjunta	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo	1	9/12/2019
2019	Instrução Normativa Conjunta	Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - STN/INCRA	214	12/19/2019
2019	Ofício	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura / Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade	1	7/22/2019
2019	Portaria	Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (DECIP/SPU)	12.730	12/10/2019
2019	Portaria	ME	413	8/19/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	2	1/17/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	3	1/17/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	10	1/17/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	18	1/28/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	23	2/1/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	24	1/30/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	39	2/15/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	102	3/22/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	103	3/22/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	121	3/27/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	170	4/18/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	171	4/18/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	186	4/24/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	201	4/30/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	216	5/15/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	284	1/31/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	290	3/18/2019



2019	Portaria	Ministério da Economia	300	6/14/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	316	6/27/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	324	2/6/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	404	8/14/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	483	3/14/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	530	10/2/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	532	10/4/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	662	12/20/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	915	7/31/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	916	7/31/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	917	7/31/2019
2019	PORTARIA	Ministério da Economia	12.960	12/9/2019
2019	PORTARIA	Ministério da Economia	14.021	12/17/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia - ME	26	06/02/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia - ME	576	10/24/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia - ME	612	11/27/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia - ME	674	12/31/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia (ME)	86	3/13/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia (ME)	309	6/26/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia (ME)	413	8/21/2019
2019	Portaria	Ministro da Economia - ME	76	27.02.2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	3	21/01/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	32	
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	75	31/01/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	239	09/04/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	299	18/04/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	497	28/05/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	543	10/06/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	585	17/06/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	591	19/06/2018
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	648	18/07/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	692	02/08/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	763	05/09/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	2.506	04/10/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	4.502	04/10/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.013	11/21/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.311	13/12/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.469	11/26/2019
2019	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria Geral da União - PGFN/PGU	1	5/20/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	111	2/18/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	198	3/14/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	221	3/27/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	222	3/21/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	422	5/8/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	448	5/16/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	520	5/29/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	586	7/10/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	706	8/15/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	762	9/5/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	4.456	10/1/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.956	11/29/2019
2019	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	11.959	11/29/2019
2019	Portaria	Secretaria de Governo Digital	3	7/1/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	1	1/14/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	4	2/12/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	7	3/14/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	14	5/6/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	17	5/21/2019
2019	Portaria	Secretaria da Previdência	209	4/12/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	55	1/30/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	59	2/1/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	109	2/1/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	110	2/1/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	224	2/12/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	225	2/12/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	226	2/12/2019



2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	313	3/7/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	314	2/18/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	315	2/15/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	379	2/27/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	389	2/27/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	390	2/27/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	456	3/13/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	520	3/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	561	3/28/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	708	4/22/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	764	5/7/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	841	5/10/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	878	5/14/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	891	5/16/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	892	5/16/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.044	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.068	6/21/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.069	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.074	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.077	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.078	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.174	7/26/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.234	7/19/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.234	7/26/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.268	7/26/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.290	7/31/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.308	8/5/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.388	8/29/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.418	8/20/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.422	8/21/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.423	8/21/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.431	8/27/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.440	8/29/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.441	8/29/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.479	9/4/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.507	9/4/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.508	9/4/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.516	9/3/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.549	9/13/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.554	9/13/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.567	9/19/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.606	9/25/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.768	10/21/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.860	11/7/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	1.899	11/8/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.014	11/28/2019
2019	Portaria	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	2.071	12/10/2019
2019	Portaria	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias da Secretaria Especial da Fazenda - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP/FAZENDA /FAZENDA/ME	60	7/4/2019
2019	Portaria	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias da Secretaria Especial da Fazenda - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP/FAZENDA /FAZENDA/ME	85	8/14/2019
2019	PORTARIA	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias da Secretaria Especial da Fazenda - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria - SECAP/FAZENDA /FAZENDA/ME	8.061	10/31/2019
2019	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	19	7/2/2019
2019	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	49	12/5/2019
2019	Portaria	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	51	12/24/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU)	44	6/10/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	80	05/09/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	179	4/24/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	3.738	4/26/2019
2019	Portaria	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC)	324	8/30/2019
2019	Portaria	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC)	15.191	12/31/2019
2019	Portaria	Secretaria de Inspeção do Trabalho	1.069	9/24/2019
2019	Portaria	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)	6.207	10/15/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	203	4/1/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	203	4/2/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	362	6/5/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	426	6/25/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	426	6/26/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	528	8/9/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	534	8/12/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	658	9/27/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	154	2/6/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	219	2/25/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	220	2/25/2019



2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	241	3/20/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	390	5/6/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	391	5/7/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	392	5/7/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	421	5/22/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	421	5/23/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	440	6/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	441	6/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	461	6/26/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	468	6/27/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	504	7/19/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	510	7/26/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	511	7/26/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	512	7/29/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	523	8/2/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	531	8/20/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	532	8/20/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	547	8/31/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	1.683	9/11/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	2.023	9/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	2.024	9/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial da Previdência e Trabalho	503	5/13/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial da Previdência e Trabalho	585	6/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	13.400	12/6/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital	14148	12/30/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	2	2/5/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	6	3/6/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	25	23/07/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	172	3/29/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	210	4/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	211	4/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	415	5/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	462	5/3/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	479	5/7/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	554	6/4/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	604	6/19/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	716	7/5/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	766	7/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	773	7/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	933	8/2/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	955	8/13/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	972	8/22/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.001	9/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.010	9/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.065	9/23/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.066	9/24/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.067	9/24/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.068	1/23/2020
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.078	9/26/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.079	9/26/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.083	9/27/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.097	10/7/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.127	10/15/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.143	10/16/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.144	10/16/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.152	10/18/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.195	11/1/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.229	11/7/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.269	11/11/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.289	11/12/2019



2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.320	11/27/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.343	12/3/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.344	12/3/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.348	12/4/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.357	12/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.358	12/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.359	1/8/2020
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.360	12/10/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.405	12/17/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.409	12/17/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.412	12/18/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.417	12/20/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.497	12/31/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	-	24/12/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	165	7/4/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	13.873	12/17/2019
2019	Portaria	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	14.073	12/17/2019
2019	Portaria	SEPEC	13.873	12/17/2019
2019	Portaria	SEPEC	14.073	12/17/2019
2019	Portaria	Subsecretaria de Gestão Orçamentária da Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SECAD/SOF/FAZENDA/ME	15.073	12/27/2019
2019	PORTARIA	Ministério da Economia	1.417	9/17/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	179	4/23/2019
2019	Portaria	Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Economia	11	11/26/2019
2019	Portaria	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	3	3/29/2019
2019	Portaria	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	6	7/30/2019
2019	Portaria	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	8.247	11/6/2019
2019	Portaria	Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF	8.257	11/6/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	55	7/5/2019
2019	Portaria	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU)	83	9/3/2019
2019	Portaria	Secretaria de Gestão	355	8/15/2019
2019	Portaria	Secretaria de Gestão	406	8/27/2019
2019	Portaria	Secretaria de Gestão	13.623	12/12/2019
2019	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	682	4/12/2019
2019	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	895	5/16/2019
2019	Portaria Conjunta	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - PGFN/RFB	1.584	9/25/2019
2019	Portaria Conjunta	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Ministério da Cidadania	91	2/12/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia e Ministério de Minas e Energia - ME/MME	593	11/18/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia (ME) e Ministério do Turismo (Mtur)	151	4/10/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia (ME) e Ministério do Turismo (Mtur)	389	8/2/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia e Banco Central do Brasil	654	12/18/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia e Controladoria-Geral da União	261	5/31/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (ME/MCTIC)	32	7/19/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministério da Economia e Secretaria Geral da Presidência da República	78	2/27/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministérios Da Economia E da Controladoria-Geral Da União	558	10/11/2019
2019	Portaria Interministerial	Ministérios da Economia e da Controladoria-Geral da União	558	10/11/2019
2019	Provimento	Conselho de Recursos da Previdência Social	11	18/07/2019
2019	Resolução	Comitê de Análise de Garantias - Comitê de Garantias (CGR)	5	5/24/2019
2019	Resolução	Comitê de Análise de Garantias - Comitê de Garantias (CGR)	6	-
2019	Resolução	Comitê de Análise de Garantias - Comitê de Garantias (CGR)	7	-
2019	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	8	11/6/2019
2019	Resolução	Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia/Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAPDA/Suframa)	9	11/6/2019
2019	Resolução	Comitê de Garantias - CGR	4	5/21/2019
2019	Resolução	Comitê de Garantias - CGR	5	5/23/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	916	3/25/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	917	4/16/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	918	4/16/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	919	4/16/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	920	4/16/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	921	4/16/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	922	4/26/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	923	4/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	924	5/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	925	5/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	926	5/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	927	5/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	928	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	929	8/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	930	8/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	931	8/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	932	8/23/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	933	8/23/2019



2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	934	8/20/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	935	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	936	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	937	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	938	10/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	939	10/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	940	10/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	941	10/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	942	10/9/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	943	10/25/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	944	12/5/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	945	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	946	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	947	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	948	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	949	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	950	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	951	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	823	2/20/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	824	3/12/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	825	4/2/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	826	4/2/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	827	4/2/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	828	4/2/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	829	4/2/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	830	5/16/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	831	5/23/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	832	23/052019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	833	5/24/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	834	7/10/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	835	7/25/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	836	7/25/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	837	7/25/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	838	9/26/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	839	9/26/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	840	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	841	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	842	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	843	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	844	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	845	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	846	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	847	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - ME	848	12/6/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	52	5/21/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	53	5/22/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	54	5/23/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	55	5/24/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	56	5/25/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	57	5/26/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	58	5/27/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	59	5/28/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	60	6/24/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	61	8/22/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	62	9/3/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	63	8/23/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	64	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	65	9/3/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	66	9/12/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	67	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	68	8/29/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	69	8/30/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	70	8/30/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	71	8/30/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	72	9/6/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	73	9/5/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	74	9/4/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	75	9/4/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	76	9/4/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	77	9/5/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	78	9/2/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	79	9/3/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	80	9/2/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	81	9/2/2019



2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	82	9/6/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	83	9/18/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	84	9/18/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	85	10/17/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	86	12/6/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	87	12/11/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	88	12/9/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	89	12/17/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	90	12/4/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	91	12/4/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	92	10/6/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	93	11/29/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	94	12/5/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	95	12/10/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	96	12/10/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	97	12/18/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	98	12/12/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	99	12/18/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	100	12/3/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	101	12/3/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	102	12/5/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	103	12/5/2019
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	104	1/7/2020
2019	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	106	2/3/2020
2019	Resolução	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	3	7/21/2019
2019	Resolução	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	4	6/24/2019
2019	Resolução	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	5	6/24/2019
2019	Resolução	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	14	10/17/2019
2019	Resolução	Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais -SECINT	15	10/17/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - Comitê Nacional de Investimentos - CAMEX - CONINV	1	1/22/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	1	10/18/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	2	10/24/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	3	10/24/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	4	10/25/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	5	10/25/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	10	11/13/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	11	11/22/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	13	11/22/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	14	11/22/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	15	11/22/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	17	12/3/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	20	12/24/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	21	12/24/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	22	12/31/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	23	12/31/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	24	12/31/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	25	12/31/2019
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	26	1/9/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	27	1/13/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	28	1/9/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	29	1/9/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	30	1/9/2020
2019	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	32	1/10/2020
2019	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	32	1/22/2020
2019	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	33	1/22/2020



2019	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	34	1/22/2020
2019	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	35	26/02/20
2020	Instrução Normativa	Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração	75	2/19/2010
2020	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda - STN/FAZENDA/ME	193	1/3/2020
2020	Portaria	Comissão Tripartite Partária Permanente	1	28/02/20
2020	Portaria	Conselho Nacional do Trabalho	1.161	1/15/2020
2020	Portaria	Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (DECIP/SCGPU)	1.298	1/17/2020
2020	Portaria	Gabinete	4..957	19/02/20
2020	Portaria	Ministério da Economia	33	1/24/2020
2020	Portaria	Ministério da Economia	58	19/02/20
2020	Portaria	Ministério da Economia - ME	39	1/30/2020
2020	Portaria	Ministério da Economia (ME)	84	06/03/20
2020	Portaria	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN	1.884	24/01/2020
2020	Portaria	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	636	1/24/2020
2020	Portaria	Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda - SOF/FAZENDA/ME	4.142	13/02/20
2020	Portaria	Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda - SOF/FAZENDA/ME	4.512	20/02/20
2020	Portaria	Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda - SOF/FAZENDA/ME	5.509	26/02/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	7	26/02/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	918	1/14/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	950	1/14/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.393	1/17/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.419	12/24/2019
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.489	1/21/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	1.737	1/22/2020
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	3.680	11/02/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	3.731	12/02/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	3.733	11/02/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	6.730	12/03/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	6.734	13/03/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	6.735	12/03/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	3.659	11/02/20
2020	Portaria	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)	4.957	19/02/20
2020	Portaria	Departamento de Destinação Patrimonial/Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (DEDES/SPU)	2.826	10/02/20
2020	PORTARIA	Ministério da Economia	2.320	9/18/2019
2020	Portaria Conjunta	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Ministério da Cidadania	5.101	21/02/20
2020	Portaria Conjunta	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania	2.541	1/30/2020
2020	Provimento	Conselho de Recursos da Previdência Social	1	1/24/2020
2020	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	952	06/02/20
2020	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	953	21/02/20
2020	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	954	21/02/20
2020	Resolução	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - ME	956	21/02/20
2020	Resolução	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos	105	1/13/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	8	2/3/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	9	2/3/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	10	2/3/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	11	2/3/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	12	2/3/2020
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	14	20/02/20
2020	Resolução	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior - Comitê-Executivo de Gestão - CAMEX GECEX	15	20/02/20
2020	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	36	28/04/20
2020	Resolução	Conselho Nacional de Previdência Complementar	37	05/06/20
2018	Portaria	Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento	728	9/3/2018
2004	Norma Operacional	SPOA/MP	4	
2017	Portaria	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP	385	20/11/2017
2018	Norma Interna	SETIC/MP	S/N	07/05/18
2018	Portaria	Ministério do Planejamento	163	18/06/2018
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	40	29/03/1973
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	95	14/06/1973
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	105	27/06/1973
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	146	31/08/73
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	183	20/12/1973
1973	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP	179	18/06/1973
1974	Instrução Normativa	Departamento Administrativo do Serviço Público	30	27/09/1974
1974	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP	187	26/02/1975
1975	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	178	29/04/1975
1975	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	632	27/02/1976
1976	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	77	18/02/1976



1976	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	218	13/05/1976
1978	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	589	02/05/1978
1979	Orientação Normativa	Departamento Administrativo do Serviço Público	3	03/04/1979
1979	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	67	30/01/1979
1980	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	1.489	23/12/1980
1980	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	1.502	22/12/1980
1981	Instrução Normativa	Departamento Administrativo do Serviço Público	120	08/04/1981
1983	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	109	07/02/1983
1984	Instrução Normativa	Departamento Administrativo do Serviço Público	156	17/02/1984
1984	Instrução Normativa	Departamento Administrativo do Serviço Público	166	10/08/1984
1984	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	214	08/03/1984
1984	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	274	29/03/1984
1985	Instrução Normativa	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	174	20/12/1985
1985	Portaria	Departamento Administrativo do Serviço Público	634	31/07/1985
1986	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	23	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	13	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	18	-
1987	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	14	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	17	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	22	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	31	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	36	-
1987	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	39	-
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	528	17/03/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	880	22/04/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	881	22/04/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.078	19/05/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.233	17/06/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.862	12/08/1988
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.979	02/09/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.980	04/09/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.190	30/09/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.191	30/09/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.592	12/11/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.612	23/11/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.613	23/11/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.733	30/11/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.934	31/12/1987
1987	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.935	31/12/1987
1987	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	2.741	03/12/1987
1988	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	-
1988	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	-
1988	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	-
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	206	03/02/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	392	09/03/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	447	14/03/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	485	17/03/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	498	17/03/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.060	02/06/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.061	02/06/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.418	01/07/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.419	01/07/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.662	01/08/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.666	01/08/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	1.861	12/08/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.186	01/09/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.523	30/09/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	3.249	02/12/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	3.250	02/12/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	3.989	30/12/1988
1988	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	4.040	02/01/1989



1989	Instrução Normativa	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	2	12/07/1989
1989	Instrução Normativa	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	4	31/08/1989
1989	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	-
1989	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	-
1989	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	-
1989	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	-
1989	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	15	-
1989	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	21	-
1989	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	747	04/09/1989
1989	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	798	18/09/1989
1989	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	508	07/07/1989
1989	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	523	31/07/1989
1989	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	527	04/08/1988
1989	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	554	04/09/1989
1989	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	566	05/10/1989
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	3	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	7	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	9	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	10	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	12	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	13	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	20	28/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	25	28/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	32	28/12/1990
1990	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	33	28/12/1990
1990	Orientação Normativa	Secretaria da Administração Federal	4	20/12/1990
1990	Orientação Normativa	Secretaria da Administração Federal	19	28/12/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	15/03/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	15/05/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	13	-
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	19	10/10/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	03/12/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	25	31/12/1990
1990	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	54	19/09/1990
1990	Portaria	Secretaria da Administração Federal	47	09/04/1990
1990	Portaria	Secretaria da Administração Federal	85	04/05/1990
1990	Portaria	Secretaria da Administração Federal	165	21/05/1990
1990	Portaria	Secretaria da Administração Federal	777	19/10/1990
1990	Portaria	Secretaria da Administração Federal	845	05/11/1990
1990	Portaria	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	52	05/03/1990
1990	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	202	06/03/1990
1991	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	27/11/1991
1991	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	17	27/12/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	34	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	36	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	37	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	38	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	39	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	40	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	41	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	42	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	43	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	44	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	45	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	46	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	47	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	48	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	49	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	50	07/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	51	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	52	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	54	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	55	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	56	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	57	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	58	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	59	18/01/1991



1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	60	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	61	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	62	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	63	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	64	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	65	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	66	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	67	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	68	18/01/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	69	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	70	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	71	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	72	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	73	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	74	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	75	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	76	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	77	01/02/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	78	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	79	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	80	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	81	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	82	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	83	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	84	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	85	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	86	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	89	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	90	06/03/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	92	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	93	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	94	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	95	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	96	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	97	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	99	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	101	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	102	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	103	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	104	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	105	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	106	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	107	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	108	06/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	109	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	110	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	111	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	112	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	113	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	114	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Departamento de Recursos Humanos	115	27/05/1991
1991	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	101	06/06/2005
1991	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	09/01/1991
1991	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	24/01/1991
1991	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	11/04/1991
1991	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	14	24/07/1991
1991	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	25	27/12/1991
1991	Portaria	Departamento de Recursos Humanos	285	03/04/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	5	09/01/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	205	07/03/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	469	04/06/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	476	10/06/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	519	24/06/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	886	12/07/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.150	15/08/1991
1991	Portaria	Secretaria da Administração Federal	2.578	20/12/1991
1992	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	10	30/10/1992
1992	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	15	31/12/1992
1992	Portaria	Departamento de Recursos Humanos	4.116	07/10/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1	14/01/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	89	15/01/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	144	03/06/1992



1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	349	03/02/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	781	25/02/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	928	04/03/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.701	29/04/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.914	13/05/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	4.338	22/10/1992
1992	Portaria	Secretaria da Administração Federal	4.339	22/10/1992
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	6	14/06/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	7	05/07/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	8	07/07/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	9	01/11/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	10	01/12/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	11	16/11/1993
1993	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	09/11/1993
1993	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	20/07/1993
1993	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	24/12/1993
1993	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	30/12/1993
1993	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	30/12/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	411	18/02/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	815	29/03/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.000	07/04/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.121	20/04/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.360	11/06/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.443	21/06/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	1.894	22/07/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	2.424	13/09/1993
1993	Portaria	Secretaria da Administração Federal	2.973	08/11/1993
1993	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	3.589	31/12/1993
1993	Portaria	Subsecretaria de Recursos Humanos	3.130	16/11/1993
1993	Portaria Interministerial	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	3	15/07/1993
1993	Portaria Interministerial	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	6	28/12/1993
1993	Portaria Interministerial	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação	4	02/09/1993
1993	Portaria Interministerial	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação	5	01/11/1993
1994	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	4	05/05/1994
1994	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	7	15/08/1994
1994	Instrução Normativa	Secretaria da Administração Federal	12	06/10/1994
1994	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	04/11/1994
1994	Portaria	Secretaria da Administração Federal	53	07/01/1994
1994	Portaria	Secretaria da Administração Federal	82	11/01/1994
1994	Portaria	Secretaria da Administração Federal	2.285	12/07/1994
1994	Portaria	Secretaria da Administração Federal	2.380	27/07/1994
1994	Portaria	Secretaria de Administração Pública da Presidência da República	2.721	29/08/1994
1994	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	2.343	20/07/1994
1995	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3	09/03/1995
1995	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	21/11/1995
1995	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	24/11/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	993	25/04/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.561	17/08/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.782	31/08/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3.596	30/10/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	4.017	28/11/1995
1995	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	1.533	02/06/1995
1996	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	11	18/10/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	19/11/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	19/11/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	19/11/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	10	19/11/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	19/11/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	15	23/12/1996
1996	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	23/12/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	21/10/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	6	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	19/11/1996



1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	10	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	11	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	13	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	14	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	15	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	17	19/11/1996
1996	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	21	23/12/1996
1996	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	978	02/04/1996
1997	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	7	04/07/1997
1997	Orientação Consultiva	Coordenação-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação	16	10/10/1997
1997	Orientação Consultiva	Coordenação-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação	17	12/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Coordenação-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação	28	18/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	1	08/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	2	15/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	5	15/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	7	21/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	8	24/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	9	25/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	10	26/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	11	09/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	12	10/10/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	14	09/10/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	15	10/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	17	12/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	18	03/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	19	01/10/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	20	13/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	21	28/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	22	12/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	23	20/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	24	24/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	25	28/11/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	26	05/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	27	01/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	29	15/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	30	18/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	31	18/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	32	19/12/1997
1997	Orientação Consultiva	Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais	3	11/09/1997
1997	Orientação Consultiva	Secretaria de Recursos Humanos	21	28/11/1997
1997	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	17/04/1997
1997	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	06/11/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	1.526	15/05/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	1.732	26/08/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma e Reforma do Estado	3.597	11/11/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma e Reforma do Estado	3.696	21/11/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma e Reforma do Estado	3.772	25/11/1997
1997	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma e Reforma do Estado	3.821	28/11/1997
1997	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	85	04/03/1997
1998	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	1	04/05/1998
1998	Instrução Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3	05/05/1998
1998	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	04/12/1998
1998	Orientação Consultiva	Coordenação-Geral de Sistematização e Aplicação da Legislação	33	24/03/1998
1998	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	34	03/04/1998
1998	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	35	31/03/1998
1998	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	37	17/04/1998
1998	Orientação Consultiva	Departamento de Normas	38	17/04/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.498	19/08/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	2.975	09/10/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3.454	16/12/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3.472	21/12/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	1.472	21/12/1998
1998	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma e Reforma do Estado	3.264	13/11/1998
1998	Portaria	Secretaria Executiva do Mare	370	20/02/1998
1998	Portaria Interministerial	Ministério das Relações Exteriores	36	05/10/1998
1998	Portaria Normativa	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3	30/12/1998



1998	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	25/09/1998
1999	Instrução Normativa	Ministério do Orçamento e Gestão	1	19/02/1999
1999	Instrução Normativa	Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio	2	12/03/1999
1999	Instrução Normativa	Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio	5	29/04/1999
1999	Orientação Normativa	Departamento de Normas	1	09/04/1999
1999	Orientação Normativa	Departamento de Normas	5	17/05/1999
1999	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	30/04/1999
1999	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	7	25/08/1999
1999	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	8	08/10/1999
2000	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	27/04/2000
2000	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	57	17/04/2000
2000	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	181	16/08/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	470	27/09/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	471	27/09/2000
2000	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	530	23/10/2000
2000	Portaria	Secretaria Executiva do MP	562	25/10/2000
2001	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	17	07/02/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	163	07/05/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	180	23/05/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	211	05/06/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	212	05/06/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	260	06/07/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	325	28/08/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	326	28/08/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	327	28/08/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	339	31/08/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	519	28/11/2001
2001	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	559	26/12/2001
2001	Portaria	Secretaria Executiva do MP	1.191	13/12/2001
2002	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	12	24/01/2002
2002	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	201	20/05/2002
2002	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	271	01/07/2002
2002	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	406	03/10/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	109	11/03/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	211	02/05/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	300	01/07/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	379	09/08/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	447	18/09/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	448	17/09/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	516	22/10/2002
2002	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	517	23/10/2002
2002	Portaria	Secretaria Executiva do MP	655	23/10/2002
2002	Portaria	Secretaria Executiva do MP	755	18/12/2002
2003	Orientação	Secretaria de Recursos Humanos	2	01/01/2013
2003	Orientação	Secretaria de Recursos Humanos	701	07/01/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	23/01/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	72	06/06/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	109	25/07/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	111	25/07/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	135	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	136	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	137	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	139	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	140	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	141	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	142	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	143	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	146	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	147	26/08/2003
2003	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	226	06/11/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	90	17/03/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	358	04/07/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	440	29/08/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	441	29/08/2003
2003	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	504	07/10/2003
2003	Portaria	Secretaria Executiva do MP	876	18/12/2003
2004	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	89	29/04/2004
2004	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	147	28/06/2004
2004	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.080	22/12/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	78	12/02/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	108	02/03/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	219	03/05/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	470	09/09/2004
2004	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	471	09/09/2004



2004	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	14/12/2004
2005	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	14/07/2005
2005	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	5	11/08/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	38	21/02/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	158	13/07/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	211	22/07/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	212	22/07/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	233	08/08/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	315	09/11/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	336	23/11/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	337	23/11/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	379	15/12/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	394	26/12/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	398	27/12/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	406	30/12/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	412	30/12/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	763	10/06/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	939	28/06/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.789	16/11/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.854	25/11/2005
2005	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.855	25/11/2005
2005	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	113	25/02/2005
2005	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	303	29/04/2005
2005	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	586	31/08/2005
2005	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	688	17/10/2005
2005	Portaria	Secretaria Executiva do MP	971	09/11/2005
2005	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	21/11/2005
2006	Instrução Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	26/06/2006
2006	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	2	18/05/2006
2006	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	7	20/12/2006
2006	Portaria	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	1	11/05/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	78	03/04/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	121	19/05/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	208	26/07/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	229	18/08/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	286	26/09/2006
2006	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	338	07/06/2006
2006	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	469	11/04/2006
2006	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	652	28/04/2006
2006	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	1.100	10/07/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	190	13/02/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	338	28/04/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	340	28/04/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	614	22/08/2006
2006	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	632	08/09/2006
2006	Portaria	Secretaria Executiva do MP	396	26/06/2006
2006	Portaria	Secretaria Executiva do MP	708	12/12/2006
2006	Portaria	Secretaria Executiva do MP	740	28/12/2006
2007	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	6	12/11/2007
2007	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	31/01/2007
2007	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	6	21/11/2007
2007	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	7	21/11/2007
2007	Portaria	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado	3.597	10/11/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	10	15/01/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	27	01/02/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	184	19/06/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	235	31/07/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	313	17/09/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	343	25/10/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	412	30/11/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	424	12/07/2007
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	467	04/01/2008
2007	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.976	22/10/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	19/07/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	09/08/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	48	01/02/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	101	27/02/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	245	30/04/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	312	25/05/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	559	23/08/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	574	31/08/2007
2007	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	575	31/08/2007



2007	Portaria	Secretaria Executiva do MP	669	26/10/2007
2007	Portaria	Secretaria Executiva do MP	855	27/12/2007
2008	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	4	10/07/2008
2008	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	6	14/10/2008
2008	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	8	13/11/2008
2008	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	9	12/12/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	60	24/03/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	125	29/05/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	186	01/07/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	255	14/08/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	256	19/08/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	375	27/02/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	376	11/12/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	376	27/02/2008
2008	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	525	07/11/2008
2008	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	222	08/02/2008
2008	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	25	18/01/2008
2008	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	09/06/2008
2009	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	31/08/2009
2009	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	5	29/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	14	30/01/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	20	05/02/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	85	20/04/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	157	22/06/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	158	29/07/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	167	29/06/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	171	01/07/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	247	13/08/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	261	21/08/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	273	02/09/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	298	18/09/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	343	16/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	344	16/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	352	20/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	358	22/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	360	23/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	370	29/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	381	04/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	386	05/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	393	12/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	405	19/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	418	25/11/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	454	14/12/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	496	23/12/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	497	23/12/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.400	21/09/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.568	01/10/2009
2009	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.208	01/12/2009
2009	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	1	30/12/2009
2009	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	827	03/04/2009
2009	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	2.730	19/10/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	02/07/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	10/08/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	147	06/03/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	462	10/08/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	467	10/08/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	749	17/12/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	751	17/12/2009
2009	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	757	21/12/2009
2009	Portaria	Secretaria Executiva do MP	834	09/11/2009
2009	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	02/02/2009
2009	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	4	16/09/2009
2009	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	6	22/09/2009
2009	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	8	12/11/2009
2010	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão	2	08/01/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	12/01/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	24/02/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	5	11/05/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	7	16/07/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	8	08/11/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	9	08/11/2010
2010	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	11	08/11/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	07/01/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	14	11/01/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	15	11/01/2010



2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	16	11/01/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	40	09/02/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	41	09/02/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	86	03/03/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	107	08/03/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	128	19/03/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	135	22/03/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	138	23/03/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	181	15/04/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	182	15/04/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	185	16/04/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	190	19/01/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	214	06/05/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	224	13/05/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	225	13/05/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	226	13/05/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	233	19/05/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	295	30/06/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	296	30/06/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	331	23/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	332	22/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	333	22/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	336	23/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	337	23/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	338	23/07/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	351	05/08/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	358	12/08/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	375	22/02/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	393	09/09/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	405	14/09/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	415	01/10/2010
2010	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	491	08/06/2010
2010	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	3	06/10/2010
2010	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	2.649	24/09/2010
2010	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	3.353	21/12/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	29/06/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	23/08/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	02/12/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	249	03/05/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	350	22/06/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	365	30/06/2010
2010	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	665	02/12/2010
2010	Portaria	Secretaria Executiva do MP	735	02/12/2010
2010	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	3	10/05/2010
2011	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	1	02/02/2011
2011	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	2	24/02/2011
2011	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	5	20/07/2011
2011	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	6	21/07/2011
2011	Orientação Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	7	01/09/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4	08/02/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	15	18/04/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	114	27/05/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	119	01/06/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	296	19/08/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	335	05/09/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	370	22/09/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	422	06/10/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	423	06/10/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	457	31/10/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	478	08/11/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	568	19/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	572	21/12/2011

2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	573	21/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	595	26/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	598	27/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	599	27/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	601	28/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	602	28/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	603	28/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	605	29/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	606	29/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	607	29/12/2011
2011	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	609	29/12/2011
2011	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	102	14/01/2011
2011	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	189	03/02/2011
2011	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	783	08/04/2011
2011	Portaria	Secretaria de Recursos Humanos	1.547	09/06/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	22/06/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	30/08/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	07/10/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	13/12/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	22/06/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	109	22/02/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	110	22/02/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	111	22/02/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	157	10/03/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	231	30/03/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	407	22/06/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	683	07/10/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	716	25/10/2011
2011	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	833	19/12/2011
2011	Portaria	Secretaria Executiva do MP	870	24/10/2011
2011	Portaria Normativa	Secretaria de Recursos Humanos	2	09/11/2011
2012	Instrução Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	12/12/2012
2012	Orientação Normativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	5	12/07/2012
2012	Orientação Normativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	6	27/07/2012
2012	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	7	18/10/2012
2012	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	231	-
2012	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1.096	-
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	31	14/02/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	32	14/02/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	221	25/05/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	313	31/07/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	462	01/10/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	486	10/10/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	593	11/12/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	635	31/12/2012
2012	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.166	12/07/2012
2012	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	1.397	22/08/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	16/07/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	72	02/02/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	349	31/05/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	437	13/07/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	438	16/07/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	637	22/10/2012
2012	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	754	27/12/2012
2012	Portaria Normativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	5	19/10/2012
2012	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	2	13/03/2012
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	1	14/01/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	2	21/01/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	3	19/02/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	4	22/02/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	5	22/02/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	8	27/03/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	10	26/04/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	13	31/10/2013
2013	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	16	24/12/2013
2013	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	5	-
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3	04/01/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	66	14/03/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	68	14/03/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	73	18/03/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	79	19/03/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	84	27/03/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	85	27/03/2013



2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	101	09/04/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	112	24/04/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	113	24/04/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	132	25/04/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	133	25/04/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	150	06/05/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	213	10/06/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	215	13/06/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	217	21/06/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	223	21/06/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	242	05/07/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	256	15/07/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	262	22/07/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	356	08/10/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	369	22/10/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	370	22/10/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	371	22/10/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	372	22/10/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	423	04/11/2013
2013	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	557	30/12/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	1	03/04/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	216	23/04/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	465	20/08/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	509	13/12/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	537	20/09/2013
2013	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	634	21/11/2013
2013	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	2	18/01/2013
2013	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	3	27/03/2013
2013	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	4	10/07/2013
2013	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	5	06/08/2013
2014	Orientação Normativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	7	16/09/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	1	03/02/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	2	19/05/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	3	03/07/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	5	23/07/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	9	30/10/2014
2014	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	10	05/12/2014
2014	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	1	-
2014	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	2	-
2014	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	11	-
2014	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	12	-
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	06/01/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	113	04/04/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	357	13/10/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	402	14/10/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	403	14/10/2014
2014	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	483	23/12/2014
2014	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	1	07/08/2014
2014	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	110	27/05/2014
2014	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	156	25/07/2014
2014	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	236	09/12/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	1	22/12/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	2	19/12/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	86	20/02/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	261	15/05/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	510	02/09/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	511	02/09/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	553	23/09/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	702	19/12/2014
2014	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional d Ministério da Fazenda - STN/MF	733	31/12/2014
2014	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão Pública	1	28/11/2014
2015	Orientação Normativa	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4	13/06/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	1	26/03/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	2	17/04/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	3	30/04/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	7	05/08/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	9	23/11/2015
2015	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública	10	04/12/2015



2015	Orientação Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	21/12/2015
2015	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	4	-
2015	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	6	-
2015	Portaria	Comissão de Gestão de Pessoas	333	26/10/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	15	04/02/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	219	19/06/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	251	27/06/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	304	31/07/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	452	22/10/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	533	27/11/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	541	02/12/2015
2015	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	630	04/01/2016
2015	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	5	12/08/2015
2015	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	73	06/04/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	20/05/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	26/08/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	05/01/2016
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	10	08/01/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	32	21/01/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	163	24/03/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	408	05/08/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	443	21/08/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	548	29/09/2015
2015	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	860	14/12/2005
2016	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	5	21/12/2016
2016	Orientação Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	19/12/2016
2016	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	35	-
2016	Portaria	Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	223	09/08/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	270	21/09/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	335	08/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	336	08/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	357	23/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	364	29/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	369	30/11/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	382	08/12/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	06/01/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	8	14/01/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	10	14/01/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	11	14/01/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	110	14/04/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	114	18/04/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	115	18/04/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	135	28/04/2016
2016	Portaria	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	140	29/04/2016
2016	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	35	03/03/2016
2016	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	98	10/06/2016
2016	Portaria	Secretaria de Gestão Pública	35	02/03/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	23/12/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	274	17/05/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	275	17/05/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	419	04/07/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	510	12/08/2016
2016	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	841	23/12/2016
2016	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	5	01/09/2016
2016	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	6	13/10/2016
2016	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	7	27/11/2016
2017	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4	12/07/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	1	05/01/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	2	01/03/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	3	23/03/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão Pública e Relações do Trabalho	4	23/02/2017
2017	Orientação Normativa	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	14/12/2017
2017	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	-
2017	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	19	-
2017	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	-
2017	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	-
2017	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	24	-
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	8	24/01/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	90	17/04/2017



2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	91	17/04/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	100	20/04/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	110	28/04/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111	28/04/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	202	30/06/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	203	30/06/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	232	19/07/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	286	04/09/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	291	13/09/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	322	20/10/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	330	26/10/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	365	13/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	371	16/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	390	22/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	391	22/11/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	407	01/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	408	01/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	455	20/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	456	20/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	457	20/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	458	20/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	459	20/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	468	26/12/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	477	28/12/2017
2017	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	24	31/07/2017
2017	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	1.054	13/11/2017
2017	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	19	25/04/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	18/09/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	03/11/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	495	07/06/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	765	18/09/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	766	18/09/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	767	18/09/2017
2017	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	896	01/11/2017
2017	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas	2	06/12/2017
2017	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	1	10/03/2017
2017	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	2	10/04/2017
2017	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público	3	11/04/2017
2017	Portaria	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MP	388	20/11/2017
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas	1	03/09/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas	2	13/09/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas	2	21/09/2018
2018	Instrução Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4	31/12/2018
2018	Orientação Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2	19/10/2018
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	18/06/2018
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	2	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	3	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	8	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	9	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	11	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	11	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	12	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	13	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	13	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	14	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	15	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	16	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	17	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	18	-



2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	19	-
2018	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	20	-
2018	Portaria	Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento	7.674	07/08/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	73	06/04/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	108	03/05/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	155	11/06/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	157	14/06/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	174	22/06/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	193	04/07/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	195	05/07/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	350	05/11/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	412	12/12/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	442	28/01/2018
2018	Portaria	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	11.267	05/11/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	3.053	19/03/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	5.314	24/05/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	7.538	02/08/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	13.530	28/12/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	13.751	28/12/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	9	03/08/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	12	21/11/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	3.700	09/04/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4.181	17/04/2018
2018	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento,Desenvolvimento e Gestão	10.960	29/10/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	1	15/06/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	5	19/12/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	6	19/12/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7	19/12/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	345	28/05/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	388	6/15/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	389	15/06/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	390	15/06/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	518	18/07/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	549	08/08/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	875	19/12/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	877	19/12/2018
2018	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF	7.186	17/07/2018
2018	Portaria Interministerial	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	61	04/04/2018
2018	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas	6	18/06/2018
2018	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4	10/04/2018
2018	Portaria Normativa	Secretaria de Gestão de Pessoas/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	10	08/10/2018
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	1	30/08/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	2	30/08/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	4	18/06/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	201	12/09/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	207	22/10/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	213	18/12/2019
2019	Instrução Normativa	Ministério da Economia	213	20/12/2019
2019	Orientação Normativa	Ministério da Economia	3	17/07/2019
2019	Orientação Normativa	Ministério da Economia	101	29/10/2019
2019	Orientação Normativa	Ministério da Economia	102	06/11/2019
2019	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	2	4/3/2019
2019	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	4	-
2019	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	11.409	11/20/2019
2019	Outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	11.577	11/20/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	101	14/10/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	102	15/10/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	106	27/06/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	108	28/06/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	121	28/03/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	144	09/04/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	145	09/04/2019

2019	Portaria	Ministério da Economia	185	05/09/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	190	06/09/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	200	30/04/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	240	24/05/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	246	30/05/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	326	12/08/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	336	30/08/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	357	04/09/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	594	11/11/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	605	21/11/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	675	31/12/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	679	31/12/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	1.596	12/09/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	3.424	02/05/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	6.363	24/10/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	7.158	24/10/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	10.194	20/11/2019
2019	Portaria	Ministério da Economia	14.613	20/12/2019
2019	Portaria	Secretaria de Gestão de Pessoas	2.801	28/03/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	233	16/04/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	286	08/05/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	386	14/06/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	387	14/06/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	641	23/09/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	642	23/09/2019
2019	Portaria	Secretaria do Tesouro Nacional - STN/FAZENDA/ME	650	25/09/2019

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 21.527, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Disciplina o recebimento e tratamento de denúncia e comunicação de irregularidade no âmbito do Ministério da Economia

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições legais que lhe confere o disposto nos artigos 9º, caput e respectivos incisos IV, V e VI, 17, e 178 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto nos Capítulos III e IV da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, na Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, no Decreto nº10.153, de 3 de dezembro de 2019, nas Instruções Normativas nº 5, de 18 de junho de 2018, e 7, de 8 de maio de 2019, na Resolução nº 03, de 13 de setembro de 2019, todas da Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União, no artigo 8º da Portaria ME nº 146, de 8 de abril de 2019, do Ministro da Economia, e na Portaria SE nº 1.142, de 5 de setembro de 2019, da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece o fluxo e procedimentos a serem observados na tramitação e no tratamento de denúncias e comunicações anônimas de irregularidade, no âmbito do Ministério da Economia, sem prejuízo do disposto na Portaria SE nº 1.142, de 5 de setembro de 2019, da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, em especial no seu art. 1º.

§ 1º O disciplinamento estabelecido nesta Portaria alcança manifestações acerca da prestação e da fiscalização de serviços públicos e, ainda, de conduta irregular de agentes públicos no desenvolvimento de tais atividades, ainda que de forma indireta, como assédio moral, atitude antiética, conflito de interesses ou transgressões disciplinares outras.

§ 2º O disposto nesta Portaria não se aplica às hipóteses de representação e de notícia de mídia, nos termos definidos, respectivamente, nos incisos VI e VII do art. 2º.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - denúncia: relato da prática de irregularidade ou ato ilícito, cuja solução dependa da atuação das unidades de apuração competentes;

II - comunicação anônima de irregularidade: informação, de qualquer origem, acerca de suposta prática de irregularidade ou ato ilícito, em relação à qual não seja possível identificar a autoria;

III - órgão de apuração: unidade administrativa do Ministério da Economia com funções operacionais e atribuições de unidade de controle interno, investigação ou de unidade de correição;

IV - análise prévia: procedimento de trabalho realizado no âmbito da Ouvidoria do Ministério da Economia, com objetivo de verificar a existência de elementos mínimos descritivos de irregularidade ou indícios que permitam a Administração Pública federal a chegar a tais elementos;

V - pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro;

VI - representação: relato formalizado por servidores ou autoridades do Ministério da Economia ou de outros órgãos e esferas de Poder acerca de irregularidade praticada por servidor ou empregado público ou de ato lesivo praticado por pessoa jurídica contra a Administração Pública; e

VII - notícia de mídia: relato divulgado por meios de difusão de informação acerca de irregularidade praticada por servidor ou empregado público ou de ato lesivo praticado por pessoa jurídica contra a Administração Pública.

Art. 3º A Ouvidoria do Ministério da Economia constitui canal único para recebimento e tratamento das denúncias e comunicações de irregularidade de que trata esta Portaria.

§ 1º As unidades do Ministério da Economia deverão suprimir de seus sítios eletrônicos oficiais, bem como de qualquer outro meio de comunicação por eles adotados, a indicação de outros canais de recebimento de denúncias, salvo aqueles previstos em lei específica.

§ 2º Os sítios eletrônicos dos Órgãos e entidades do Ministério da Economia conterão links de redirecionamento do usuário à página do canal único referido no caput.

Art. 4º A Ouvidoria do Ministério da Economia garantirá ao denunciante a possibilidade de:

I - formular a denúncia por qualquer meio existente, inclusive oralmente, hipótese na qual será reduzida a termo;

II - ter acesso livre e gratuito a meios e canais oficiais de recebimento de denúncia, vedada a cobrança de taxas ou de emolumentos; e

III - conhecer os trâmites para fazer uma denúncia, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 5º Não será recusado o recebimento de denúncia formulada nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e do Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, sob pena de apuração de responsabilidade do agente público que a recusou.

Art. 6º Denúncias e comunicações anônimas de irregularidades serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

§ 1º Na hipótese de a denúncia ser recebida em meio físico, e-mail, telefone, presencialmente, ou qualquer outro meio de atendimento, a Ouvidoria promoverá a sua inserção imediata no sistema Informatizado de ouvidorias do Poder Executivo federal.

§ 2º A denúncia recebida por qualquer unidade do Ministério deverá ser encaminhada, obrigatória e impreterivelmente, no prazo de quinze dias, à Ouvidoria, para inserção no Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo federal.

§ 3º O envio de que trata o §2º, nas hipóteses em que se verificar a necessidade de sigilo de qualquer natureza em razão de legislação própria, ou ainda, decorrente de decisão judicial, ocorrerá assim que superada a necessidade de sigilo, ou nos limites em que for possível a sua comunicação, dada a circunstância, sem óbice do prosseguimento da apuração pelo órgão competente, respeitado o art. 1º, § 2º Lei 13.460, de 2017.

§ 4º As unidades de ouvidoria que atuem no tratamento de denúncia, com elementos de identificação do denunciante por meio de sistemas informatizados, terão controle de acesso que registre os nomes dos agentes públicos que acessem, com as respectivas datas de acesso, à denúncia, nos termos do art. 6º, § 3º, do Decreto nº 10.153, de 2019.

Art. 7º A denúncia será conhecida quando contiver elementos mínimos descritivos de irregularidade ou indícios que permitam à administração coligir tais elementos.

Art. 8º A Ouvidoria deverá apresentar resposta conclusiva ao denunciante no prazo de trinta dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por igual período.

Parágrafo Único. Entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre encaminhamento a órgãos apuratórios competentes e procedimentos a serem adotados ou, ainda, sobre arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida, motivadamente.

Art. 9º Os registros anônimos, ou quaisquer outras notícias de irregularidades de que não se possa conhecer a autoria, serão recepcionados como comunicação anônima de irregularidade, após análise prevista no inciso IV do art. 2º desta Portaria.

Parágrafo Único. Os órgãos apuratórios arquivarão a comunicação de irregularidade e, se houver elementos suficientes, procederão, por iniciativa própria, à instauração de procedimento investigatório preliminar.

Art. 10. A Ouvidoria realizará análise preliminar de denúncias e comunicações de irregularidade no prazo máximo de cinco dias e as encaminhará, conforme o caso, à unidade de apuração responsável:

I - Corregedoria, quando se tratar de assuntos disciplinares;

II - Comissão de Ética, quando se tratar de assuntos de desvio ético;

III - Assessoria Especial de Controle Interno, quando os fatos relatados remeterem à necessidade de atuação perante a Controladoria-Geral da União (CGU), com vistas a possível ação de controle interno;

IV - secretaria finalística ou órgão interno responsável, quando se tratar de respectiva competência de apuração ou de verificação do cumprimento de política pública setorial correspondente; ou

V - entidade vinculada ao Ministério detentora de autonomia administrativa e organizacional para a apuração da denúncia, quando se tratar de denúncia abrangida na respectiva esfera de competência.

Art. 11. Os órgão e entidades mencionados no art. 10, deverão, no prazo de vinte dias após o recebimento da denúncia, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, oferecer resposta conclusiva à manifestação.

Art. 12. Quando a denúncia ou comunicação de irregularidade envolver matéria alheia ou estranha às competências institucionais do Ministério da Economia, a Ouvidoria deverá:

I - no caso de denúncia:

a) reencaminhar ao destinatário, quando o órgão ou entidade competente para tratar o assunto integrar a Rede Nacional de Ouvidorias; ou

b) responder ao interessado quando não for possível identificar o órgão ou entidade competente para tratar o assunto ou, ainda, quando, mesmo identificado, o órgão ou entidade competente não integrar a Rede Nacional de Ouvidorias; e

II - no caso de comunicação de irregularidade:

a) reencaminhar ao destinatário, quando o órgão ou entidade competente para tratar o assunto integrar a Rede Nacional de Ouvidorias; ou

b) arquivar a comunicação de irregularidade quando não for possível identificar o órgão ou entidade competente para tratar o assunto ou, ainda, quando, mesmo identificado, o órgão ou entidade competente não integrar a Rede Nacional de Ouvidorias.

Parágrafo único. Caso a denúncia ou comunicação de irregularidade haja sido encaminhada aos órgãos de apuração do Ministério da Economia, no prazo máximo de cinco dias, contados a partir do seu recebimento na unidade, poderá ser declinada a competência, devolvido o expediente à Ouvidoria para providências cabíveis.

Art. 13. Quando identificada competência concorrente para apuração ou a necessidade de conhecimento da denúncia por mais de um dos órgãos ou entidades elencados no art. 10, a denúncia será encaminhada, concomitantemente, aos respectivos órgãos de apuração, tantos quantos competentes.

Parágrafo único. A Ouvidoria contará com o apoio dos órgãos mencionados no art. 10 para dirimir eventuais dúvidas quanto ao encaminhamento da denúncia.



Art. 14. A Ouvidoria ou os órgãos ou entidades responsáveis pela apuração do fato poderão solicitar ao usuário que complemente as informações no prazo de vinte dias, quando os elementos apresentados não forem suficientes para análise da denúncia.

§ 1º Não serão admitidos pedidos de complementação sucessivos, exceto se referentes a situação surgida com as novas informações ou documentação apresentadas.

§ 2º A solicitação de complementação de informações suspenderá o prazo previsto no art. 8º desta Portaria, que será computado pelo remanescente a partir da data de resposta do usuário.

§ 3º A falta de complementação de informações no prazo estabelecido no caput acarretará o não conhecimento da denúncia e consequente arquivamento.

Art. 15 O denunciante terá seus elementos de identificação preservados desde o recebimento da denúncia, nos termos do disposto no § 7º do art. 10 da Lei nº 13.460, de 2017.

§ 1º A preservação dos elementos de identificação referidos no caput será realizada por meio do sigilo do nome, endereço e de quaisquer outros elementos que possam identificar o denunciante, inclusive pelo número identificador do computador (IP) do usuário.

§ 2º Quando a manifestação contiver informações que possam identificar o denunciante, a Ouvidoria providenciará a sua pseudonimização previamente ao envio aos órgãos ou entidades competentes para apuração, conforme estabelecido no § 4º do art. 6º do Decreto nº 10.153, de 2019.

§ 3º Caso indispensável à apuração dos fatos, a Ouvidoria poderá, se solicitada pela unidade de apuração, transferir o sigilo à unidade de apuração, que, ressalvado expresso consentimento do denunciante, ficará responsável por restringir o acesso às informações pessoais ou que permitam a identificação a terceiros.

§ 4º O servidor que divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação pessoal ou à informação sigilosa, sujeitar-se-á à responsabilização civil, penal e administrativa nos termos da lei.

Art. 16. A Ouvidoria somente reencaminhará denúncia com elementos de identificação do denunciante para outros órgãos ou entidades integrantes da Rede Nacional de Ouvidoria, após consentimento expresso do denunciante.

§ 1º A solicitação de consentimento será realizada no sistema de ouvidoria do Poder Executivo federal e o denunciante terá o prazo de vinte dias, contado da notificação, para responder.

§ 2º Na hipótese de negativa ou de decurso do prazo previsto no § 1º, a Ouvidoria deverá realizar a pseudonimização antes de reencaminhar para o órgão competente, observado o art. 15.

Art. 17. A Portaria SE nº 1.142, de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.....

.....

Parágrafo único. No caso de denúncia, a Ouvidoria, após análise prévia do material recebido, encaminhará a documentação ao ponto focal responsável em até cinco dias." (NR)

"Art. 13.....

.....

Parágrafo único. No caso de denúncia alheia às respectivas competências institucionais, os pontos focais deverão restituir a demanda à Ouvidoria em até cinco dias, contados de seu recebimento." (NR)

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 21.521, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais até o 4º bimestre, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 4º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2020 foi aprovado pela Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 20.01.2020, no valor global de R\$ 121.421.955.849,00 (cento e vinte e um bilhões, quatrocentos e vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 222 projetos e 189 atividades, distribuídos em 71 empresas estatais federais. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes da LOA consolidam a denominada Dotação Inicial.

2. Foram aprovados créditos adicionais e Transposição de Dotações Orçamentárias, ao Orçamento de Investimento, promovendo suplementações ou cancelamentos em dotações de subtítulos pré-existentes. A consolidação dos valores da Dotação Inicial com o movimento decorrente dos créditos aprovados resultou na chamada Dotação Atual, que define o limite anual de gasto autorizado para cada subtítulo.

3. O Orçamento de Investimento de 2020 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura de créditos, transposições, incorporações e suplementações de créditos, no decorrer do exercício, no montante de R\$ 208.653.075,00 (duzentos e oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e setenta e cinco reais). Desse movimento resultou uma Dotação Autorizada no montante de R\$ 121.630.608.924,00 (cento e vinte um bilhões, seiscentos e trinta milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais).

4. Com a incorporação da empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento passou de 71 para 70, sendo 63 do setor produtivo e 7 do setor financeiro. Ademais, não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e nem aquelas que não programaram investimentos.

5. As 70 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 7, no setor financeiro;
- 2, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 32, no setor de energia elétrica, em atividades de geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 7, no setor de petróleo, gás natural e derivados, em atividades de extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 7, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de comunicações;
- 1, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 3, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, fertilizantes e hemoderivados;
- 8, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;
- 1, no setor de pesquisa, desenvolvimento e planejamento; e
- 1, no setor de seguros.

6. Na Tabela 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R\$ 121.630.608.924,00 (cento e vinte um bilhões, seiscentos e trinta milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e vinte e quatro reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2020 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 222 projetos e 186 atividades.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 4º bimestre

Especificação	Valores R\$ 1,00		Movimento Líquido
	Créditos Suplementação	Créditos Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020)			121.421.955.849
Portaria/Ato/Resolução P215 de 18.05.2020 (Transposição de dotações orçamentárias de uma Unidade Orçamentária para outra, no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo)	255.175.919	255.175.919	0
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	255.175.919	0	255.175.919
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	0	255.175.919	-255.175.919
Portaria/Ato/Resolução 242 de 10.06.2020 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	26.983.218	26.983.218	0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	26.983.218	26.983.218	0
Portaria/Ato/Resolução 266 de 09.07.2020 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	96.269.231	7.185.505	89.083.726
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	7.185.505	7.185.505	0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	89.083.726	0	89.083.726
Portaria/Ato/Resolução 303 de 17.08.2020 (Saldo de exercícios anteriores, suplementação de subtítulos para atender despesas relativas a ações em execução em 2013)	119.569.349	0	119.569.349
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	4.239.286	0	4.239.286
Companhia Docas do Ceará - CDC	5.500.000	0	5.500.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	9.869.398	0	9.869.398
Companhia Docas do Pará - CDP	2.809.995	0	2.809.995
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	19.520.444	0	19.520.444
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	67.630.423	0	67.630.423
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	9.999.803	0	9.999.803
Resumo dos Créditos	497.997.717	289.344.642	208.653.075
Dotação Total Autorizada			121.630.608.924

7. A Tabela 02 demonstra, em valores consolidados por setor/grupo, a evolução da dotação, comparativamente com a posição executada no bimestre e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seus ativos operacionais, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.



TABELA 02 - Demonstrativo da despesa por Setor / Grupo

Valores em R\$ 1,00						
Setor / Grupo	Dotação Inicial (a)	Crédito Líquido (b)	Dotação Final (c=a+b)	Realizado até 4º Bimestre (d)	Perc. de Realização (d/c)	Composição (%) (d/dT)
Setor Produtivo Estatal	116.048.595.137	208.653.075	116.257.248.212	56.566.546.056	48,7	97,4
Grupo Petrobras	107.783.747.406	0	107.783.747.406	55.143.754.802	51,2	94,9
Grupo Eletrobras	4.614.437.373	0	4.614.437.373	1.124.615.139	24,4	1,9
Demais Empresas do Setor Produtivo	3.650.410.358	208.653.075	3.859.063.433	298.176.115	7,7	0,5
Setor Financeiro	5.373.360.712	0	5.373.360.712	1.516.453.085	28,2	2,6
TOTAL	121.421.955.849	208.653.075	121.630.608.924	58.082.999.141	47,8	100,0

8. O Orçamento de Investimento aprovado para 2020 teve uma redução de aproximadamente 4,6% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2019. No entanto, comparando o volume executado no quarto bimestre com o mesmo período do ano anterior, houve um acréscimo de 151,4%.

TABELA 03 - Demonstrativo da despesa por Setor/Grupo (2019-2020)

Valores em R\$ 1,00						
Setor / Grupo	Dotação Final-2019 (a)	Realizado até 4º Bimestre (b)	Dotação Final-2020 (c)	Realizado até 4º Bimestre (d)	Var. % Dotação Final	Var. % Realizado
Setor Produtivo Estatal	121.742.194.513	21.783.340.078	116.257.248.212	56.566.546.056	-4,5	159,7
Grupo Petrobras	109.770.059.032	19.686.994.556	107.783.747.406	55.143.754.802	-1,8	180,1
Grupo Eletrobras	5.977.526.802	1.463.088.699	4.614.437.373	1.124.615.139	-22,8	-23,1
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.976.875.179	552.429.052	3.859.063.433	298.176.115	-22,5	-46,0
Setor Financeiro	5.714.570.117	1.321.098.413	5.373.360.712	1.516.453.085	-6,0	14,8
TOTAL	127.456.764.630	23.104.438.491	121.630.608.924	58.082.999.141	-4,6	151,4

9. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2020 (Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

10. Até o quarto bimestre de 2020, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R\$ R\$ 58.082.999.141,00 (cinquenta e oito bilhões, oitenta e dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, cento e quarenta e um reais), equivalentes a 47,8% do valor global da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

11. A Tabela 04 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2020 e os valores já realizados no período de janeiro a agosto deste ano.

TABELA 04 - Execução OI - por Órgão

Valores em R\$ 1,00				
Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4º Bimestre (b)	Realizado até 4º Bimestre (c)	% Realizado (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.260.802	15.660	190.508	1,3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	868.081.922	44.280.008	96.343.131	11,1
Ministério da Economia	5.879.107.185	528.275.871	1.537.741.099	26,2
Ministério de Minas e Energia	112.400.931.579	26.559.274.242	56.269.530.047	50,1
Ministério da Saúde	190.594.202	4.718.040	15.827.162	8,3
Ministério da Infraestrutura	787.208.583	14.842.246	150.179.023	19,1
Ministério da Defesa	1.490.424.651	1.146.015	13.188.171	0,9
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	47,8

Fontes de financiamento dos investimentos

12. A Tabela 05 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 05 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R\$ 1,00					
Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4º Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 4º Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	119.258.847.756	27.132.691.479	99,9	57.813.648.136	99,5
Geração Própria	119.258.847.756	27.132.691.479	99,9	57.813.648.136	99,5
Recursos Para Aumento Do Patrimonio Liquido	2.171.370.058	19.859.296	0,1	196.277.716	0,3
Controladora	94.800	6.056	0,0	23.888	0,0
Tesouro	2.171.275.258	19.853.240	0,1	196.253.828	0,3
Direto	359.051.165	5.419.180	0,0	6.419.180	0,0
Saldos de Exercícios Anteriores	1.812.224.093	14.434.060	0,1	189.834.648	0,3
Operações De Crédito De Longo Prazo	50.391.110	1.307	0,0	73.073.289	0,1
Internas	50.391.110	1.307	0,0	73.073.289	0,1
Outros Recursos De Longo Prazo	150.000.000	0	0,0	0	0,0
Debêntures	150.000.000	0	0,0	0	0,0
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	100,0	58.082.999.141	100,0

13. Dos gastos realizados com investimentos no quarto bimestre de 2020, a significativa parcela, equivalente a 99,54% do total, foi financiada com recursos de geração própria. A parcela restante foi paga, em parte, com recursos Tesouro direto 0,01%, Saldos de Exercícios Anteriores (0,32%), e também através de operações de crédito de longo prazo, Internas, com 0,13%. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 98,05%, em seguida vêm os grupamentos: Tesouro (1,79%), operações de crédito de longo prazo, Internas, com 0,04% e Outros Recursos de Longo Prazo, debênture, com 0,12%. Destaca-se a capacidade das empresas estatais em financiarem as despesas de investimentos com recursos próprios.

Despesa por Funções e Subfunções

14. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

15. As tabelas 06 e 07 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no quarto bimestre de 2020 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.



TABELA 06 - Execução OI - por Função

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Atual	Realizado no 4º Bimestre	Realizado até 4º Bimestre	% Realizado
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Defesa Nacional	1.490.424.651	1.146.015	13.188.171	0,9
Agricultura	14.260.802	15.660	190.508	1,3
Indústria	121.515.211	1.302.516	2.268.001	1,9
Previdência Social	150.000.000	632.964	10.356.348	6,9
Saúde	190.594.202	4.718.040	15.827.162	8,3
Comunicações	833.217.388	41.342.632	85.031.086	10,2
Transporte	787.208.583	14.842.246	150.179.023	19,1
Comércio e Serviços	5.642.456.508	529.277.767	1.536.428.795	27,2
Energia	112.400.931.579	26.559.274.242	56.269.530.047	50,1
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	47,8

TABELA 07 - Execução OI - por SubFunção

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Atual	Realizado no 4º Bimestre	Realizado até 4º Bimestre	% Realizado
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Administração Geral	3.346.130.187	97.557.879	337.842.493	10,1
Tecnologia da Informação	3.970.723.821	359.874.665	1.057.517.141	26,6
Suporte Profilático e Terapêutico	187.329.870	4.716.926	15.769.383	8,4
Produção Industrial	82.290.309	1.260.472	1.999.339	2,4
Serviços Financeiros	2.366.529.853	162.909.809	482.198.757	20,4
Comunicações Postais	360.857.777	19.223.974	41.288.035	11,4
Energia Elétrica	4.687.119.959	387.181.788	1.110.537.264	23,7
Combustíveis Minerais	104.026.778.406	25.963.605.939	54.420.354.853	52,3
Transporte Aéreo	196.818.110	6.442.451	134.087.363	68,1
Transporte Rodoviário	100.000	0	0	0,0
Transporte Hidroviário	694.668.632	25.638.833	56.930.187	8,2
Transportes Especiais	1.711.262.000	124.139.346	424.474.326	24,8
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	47,8

Despesa por Programa

16. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 08 - Execução OI - por Programa

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Atual	Realizado no 4º Bimestre	Realizado até 4º Bimestre	% Realizado
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	8.854.772.812	639.379.727	1.938.669.549	21,9
Conecta Brasil	47.386.781	12.654.887	18.667.376	39,4
Energia Elétrica	4.530.379.270	374.933.225	1.061.088.149	23,4
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	105.796.863.000	26.105.290.330	54.888.787.207	51,9
Aviação Civil	196.818.110	6.442.451	134.087.363	68,1
Transporte Aquaviário	528.277.632	8.093.788	12.972.159	2,5
Transporte Terrestre e Trânsito	100.000	0	0	0,0
Gestão e Organização do SUS	187.329.870	4.716.926	15.769.383	8,4
Defesa Nacional	1.488.681.449	1.040.748	12.957.955	0,9
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	47,8

17. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 9 programas:

- Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, 94,50%;
- Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais, 3,34%;
- Energia Elétrica, 1,83%;
- Aviação Civil, 0,23%; e
- Conecta Brasil, 0,03%.

Despesa por Órgão/Unidade

18. A Tabela 09 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação autorizada para 2020, do realizado no 4º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 09 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Atual	Realizado no 4º Bimestre	Realizado até 4º Bimestre	% Realizado
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	14.260.802	15.660	190.508	1,3
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.750.000	3.990	37.712	2,2
Ceagesp - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	12.510.802	11.670	152.796	1,2
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES	868.081.922	44.280.008	96.343.131	11,1
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	34.864.534	2.937.376	11.312.045	32,4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	833.217.388	41.342.632	85.031.086	10,2
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	5.879.107.185	528.275.871	1.537.741.099	26,2
Banco da Amazônia S.A.	46.886.492	14.229.962	16.351.243	34,9
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	210.000.000	4.403.441	14.276.781	6,8
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	112.316.400	2.811	8.741.263	7,8
Casa da Moeda do Brasil - CMB	121.515.211	1.302.516	2.268.001	1,9
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.374.476.724	334.953.396	572.712.004	24,1
Bb Tecnologia e Serviços S.A.	51.935.535	2.850.458	5.662.625	10,9
Banco do Brasil S.A.	2.759.038.754	169.886.839	897.934.833	32,5
Bbtur Viagens e Turismo Ltda em Liquidação	1.009.000	7.831	11.313	1,1
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	2.528.983	5.653	12.643	0,5
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	2.000.000	0	0	0,0
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.	1.622.278	0	12.348	0,8
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	150.000.000	632.964	10.356.348	6,9
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	45.777.808	0	9.401.697	20,5
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	112.400.931.579	26.559.274.242	56.269.530.047	50,1
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	671.365.423	161.137.502	281.363.140	41,9
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	41.455.000	13.670.450	14.365.320	34,7
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	377.390.482	29.817.432	64.767.259	17,2
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.867.972.360	78.028.054	287.337.060	15,4
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	1.194.334.506	84.424.926	284.616.090	23,8
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	98.544.810.000	25.962.264.715	53.934.243.045	54,7



Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	115.000	0	0	0,0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	116.102.000	12.792.403	35.261.638	30,4
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	760.247.000	58.565.584	174.949.972	23,0
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil	329.525.919	19.722.445	86.385.224	26,2
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	200.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	7.272.335.000	107.590.090	853.606.310	11,7
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	789.549.000	11.208.575	39.398.953	5,0
Liquigás Distribuidora S.A.	143.656.000	10.680.264	98.521.066	68,6
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	16.749.000	1.054.792	3.803.858	22,7
Eólica Mangue Seco 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	68.000	0	2.134	3,1
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	500.000	0	0	0,0
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	16.701.000	236.152	5.188.520	31,1
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	19.377.000	851.505	4.440.812	22,9
Araucária Nitrogenados S.A.	107.364.406	0	0	0,0
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	2.746.800	0	1.160.106	42,2
Transpetro International B.v.	32.667.000	1.973.910	3.967.826	12,1
Brasil Ventos Energia S/a	196.000	6.056	23.888	12,2
Transenergia Goiás S.A.	7.171.337	575.619	1.104.933	15,4
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	1.233.010	6.400	632.110	51,3
Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.	1.047.052	9.150	529.587	50,6
Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.	1.388.430	0	719.638	51,8
Geradora Eólica Arara Azul S.A.	72.900	12.000	46.944	64,4
Geradora Eólica Bentevi S.A.	26.040	4.000	16.000	61,4
Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.	62.100	11.000	42.071	67,7
Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.	52.770	8.948	34.820	66,0
Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.	70.300	5.000	19.865	28,3
Energia dos Ventos V S.A.	13.012.317	325	12.568.853	96,6
Energia dos Ventos VI S.A.	18.589.024	371	17.329.506	93,2
Energia dos Ventos VII S.A.	16.730.121	322	15.888.593	95,0
Energia dos Ventos VIII S.A.	13.012.317	0	12.683.349	97,5
Energia dos Ventos IX S.A.	14.871.219	289	14.602.988	98,2
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	3.965.742	4.615.963	19.905.401	501,9
Eólica Hermenegildo I S.A.	1.299.012	0	3.168	0,2
Eólica Hermenegildo II S.A.	1.299.012	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo III S.A.	1.096.040	0	0	0,0
Eólica Chuí IX S.A.	405.940	0	0	0,0
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S/a - IBER	100.000	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	190.594.202	4.718.040	15.827.162	8,3
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	190.594.202	4.718.040	15.827.162	8,3
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	787.208.583	14.842.246	150.179.023	19,1
Companhia Docas do Ceará - CDC	16.201.013	0	230.625	1,4
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	20.409.398	0	90.011	0,4
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	27.895.304	2.096.245	2.191.371	7,9
Autoridade Portuária de Santos S.A.	277.719.070	244.541	970.937	0,3
Companhia Docas do Pará - CDP	82.912.029	334.742	4.358.433	5,3
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	89.770.336	274.166	2.543.981	2,8
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	69.983.323	5.450.101	5.601.950	8,0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	202.318.110	6.442.451	134.191.715	66,3
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.490.424.651	1.146.015	13.188.171	0,9
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	1.490.424.651	1.146.015	13.188.171	0,9
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	47,8

19. Das 70 empresas , após privatizações e incorporações, no âmbito do Orçamento de Investimento de 2020, 16 apresentaram, até o quarto bimestre, desempenho superior, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, à média geral de 47,8%. São elas: FOTE, 501,9%; EDV IX, 98,2%; EDV VIII, 97,5%; EDV V, 96,6%; EDV VII, 95,0%; EDV VI, 93,2%; Liquigás, 68,6%; OURO VERDE I, 67,7%; Infraero, 66,3%; OURO VERDE II, 66,0%; ARARA AZUL, 64,4%; BENTEVI, 61,4%; Petrobras, 54,7%; VENTOS DE UIRAPURU, 51,8%; VENTOS DE ANGELIM, 51,3%; VENTOS DE SANTA ROSA, 50,6%.

20. As empresas TSLE, Fote e Liquigás apresentaram execução acima da dotação anual aprovada para as respectivas ações "Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul (TSLE) - No Estado do Rio Grande do Sul", "Implantação de 3 sistemas de transmissão nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Lote I do Leilão 007/2013 ANEEL - Na Região Sul" e "Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional", em 5.188,52%, 501,93% e 100,28%. Entretanto, as empresas mencionadas possuem pedidos de crédito suplementar em vias de aprovação para regularizar essas extrapolações. As empresas Araucária, Ativos S.A., EOLICA CHUI IX, EOLICA HERMENEGILDO II, EOLICA HERMENEGILDO III, Eletropar, IBER, PB-LOG, TSBE, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

21. A Tabela 10 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre e até o bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 30,7% do montante realizado até o bimestre. Os investimentos implementados no exterior participaram com 1,2% até o bimestre.

TABELA 10 - Execução OI - por Macrorregião

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4º Bimestre (b)	Realizado até 4º Bimestre (c)	Valores em R\$ 1,00	
				Composição %	
				de(a) a/Ta	de(c) c/Tc
Exterior	7.256.177.452	80.118.754	700.871.574	6,0	1,2
Nacional	43.527.201.221	3.092.731.324	17.832.058.205	35,8	30,7
Região Centro-Oeste	62.825.376	21.906	153.195	0,1	0,0
Região Nordeste	5.206.488.098	459.849.052	1.376.622.868	4,3	2,4
Região Norte	539.303.119	32.714.961	81.005.524	0,4	0,1
Região Sudeste	64.732.075.951	23.478.991.913	38.047.108.113	53,2	65,5
Região Sul	306.537.707	8.124.172	45.179.662	0,3	0,1
Total	121.630.608.924	27.152.552.082	58.082.999.141	100,0	100,0

22. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 41,0%; Exterior, 9,7%; Região Norte, 15,0%; Região Nordeste, 26,4%; Região Sudeste, 58,8%; Região Sul, 14,7%; e Região Centro-Oeste, 0,2%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

23. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 (LDO de 2020).

24. As tabelas de 11 a 15, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 4º bimestre de 2020, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 21 da LDO de 2020, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 11 a 15

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2020

(Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO 2020 - Art. 112 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS																	
Consolidado das Agências																	
Região/UF	Saldos em 31.12.2019	Saldos em 31.12.2019															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	123.596	123.596	28.161	10.081	7.098	11.292	29.790	15.001	22.172	69.002	33.093	21.502	64.671	7.437	7.489	974	43.025
AC	5.888	5.888	1.346	360	543	172	1.212	631	1.625	3.654	1.502	732	4.195	504	378	28	783
AP	4.958	4.958	129	193	309	128	1.976	444	1.778	3.643	768	547	3.253	237	257	17	1.194



AM	15.562	15.562	261	2.207	1.420	1.005	2.884	3.321	4.464	9.141	3.318	3.103	7.279	750	1.366	350	5.817
PA	49.719	49.719	8.658	4.164	2.401	6.044	16.771	5.586	6.096	26.075	13.217	10.427	20.878	3.294	2.371	320	22.856
RO	24.384	24.384	8.545	1.824	1.403	2.627	4.515	2.296	3.175	13.333	7.798	3.253	13.460	1.055	1.647	54	8.169
RR	4.089	4.089	691	58	235	113	911	623	1.456	3.039	446	604	3.177	242	303	6	360
TO	18.995	18.995	8.531	1.275	787	1.203	1.522	2.099	3.578	10.116	6.044	2.835	12.430	1.354	1.167	199	3.846
Nordeste	340.814	340.814	41.746	48.443	16.376	10.437	80.861	77.595	65.355	168.557	76.471	95.785	184.720	19.797	25.619	3.553	107.125
AL	15.045	15.045	1.596	1.654	649	282	1.178	5.546	4.140	7.196	2.377	5.472	11.646	710	858	32	1.799
BA	93.862	93.862	16.545	11.862	4.127	3.396	25.234	17.333	15.365	50.576	21.924	21.362	45.770	6.588	8.047	1.875	31.582
CE	47.902	47.902	3.669	8.558	3.479	1.603	9.514	10.345	10.734	22.343	11.783	13.776	24.579	2.649	3.708	263	16.703
MA	41.539	41.539	7.612	3.788	1.879	925	13.559	6.022	7.754	23.339	9.488	8.712	19.913	2.905	2.650	145	15.926
PB	21.753	21.753	1.375	2.164	1.106	467	2.395	9.123	5.124	8.307	3.802	9.644	16.288	1.072	1.871	76	2.446
PE	54.195	54.195	3.267	15.107	2.377	1.642	11.873	12.293	7.635	25.909	11.839	16.447	27.608	2.376	3.354	861	19.996
PI	24.438	24.438	4.237	1.903	1.294	1.124	6.142	3.840	5.898	11.772	6.454	6.212	13.123	1.512	2.110	220	7.473
RN	28.738	28.738	1.358	2.084	963	580	9.641	7.650	6.461	13.590	5.906	9.242	15.858	1.158	1.957	22	9.743
SE	13.341	13.341	2.087	1.322	502	419	1.324	5.443	2.245	5.524	2.897	4.920	9.934	827	1.065	58	1.457
Sudeste	799.842	799.842	58.280	140.932	38.510	54.718	141.329	231.752	134.321	518.236	38.746	242.861	459.006	25.935	48.907	22.085	243.909
ES	24.724	24.724	5.070	1.810	1.275	2.176	3.812	6.638	3.942	16.329	1.186	7.209	17.744	1.089	1.166	495	4.229
MG	179.350	179.350	27.621	16.007	7.883	12.161	19.188	54.754	41.736	117.456	5.854	56.040	121.419	7.684	11.239	3.545	35.463
RJ	157.104	157.104	891	31.066	6.986	2.378	52.894	35.817	27.072	116.685	9.329	31.090	74.500	2.374	8.081	4.424	67.725
SP	438.664	438.664	24.698	92.049	22.366	38.002	65.435	134.543	61.572	267.766	22.377	148.521	245.343	14.788	28.421	13.621	136.491
Sul	354.471	354.471	75.355	44.312	21.418	34.739	32.878	100.702	45.067	221.645	15.251	117.576	225.730	21.850	25.557	10.919	70.415
PR	139.097	139.097	32.450	16.915	9.894	12.828	10.528	40.340	16.143	84.276	6.207	48.614	90.585	8.732	8.642	4.104	27.035
RS	126.304	126.304	28.937	15.815	6.435	11.703	13.567	34.955	14.891	81.475	4.817	40.012	80.859	7.894	9.200	3.506	24.845
SC	89.070	89.070	13.968	11.581	5.088	10.208	8.784	25.408	14.033	55.894	4.227	28.949	54.286	5.224	7.715	3.310	18.535
Centro-Oeste	239.157	239.157	62.972	13.853	8.855	10.855	43.441	55.341	43.840	138.544	36.877	63.735	167.870	13.106	15.250	2.793	40.137
DF	61.413	61.413	1.296	2.418	1.263	1.506	20.566	16.864	17.500	43.334	4.293	13.786	45.224	1.516	1.634	565	12.475
GO	80.056	80.056	24.257	3.918	3.055	3.264	10.399	22.791	12.373	39.138	13.256	27.662	63.028	4.082	4.426	968	7.552
MT	58.130	58.130	24.680	1.749	2.652	4.036	8.707	8.011	8.295	34.016	11.469	12.645	34.340	5.066	6.721	856	11.148
MS	39.557	39.557	12.739	5.768	1.885	2.048	3.769	7.675	5.673	22.056	7.858	9.643	25.277	2.443	2.470	405	8.962
TOTAL	1.857.880	1.857.880	266.514	257.620	92.257	122.041	328.300	480.391	310.756	1.115.984	200.438	541.459	1.101.998	88.125	122.822	40.324	504.611

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2020
(Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO 2020 - Art. 112 - §3º)
Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS																	
Consolidado das Agências																	
Região/UF	Programação 2020	Realizado até o 4º Bimestre / 2020															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	59.976	27.856	5.917	4.081	2.573	324	3.138	1.481	10.342	17.162	6.951	3.743	16.019	3.584	3.077	196	4.981
AC	3.509	1.496	214	164	120	6	65	64	862	1.208	159	129	1.133	204	139	1	19
AP	3.181	1.221	21	71	84	6	45	51	942	1.101	61	59	1.038	94	70	0	18
AM	7.014	4.344	34	1.646	581	43	445	316	1.280	1.956	1.489	899	1.794	368	423	60	1.700

PA	23.299	9.691	1.701	1.394	947	84	1.667	530	3.369	5.305	2.731	1.655	5.174	1.303	920	104	2.190
RO	11.450	4.964	1.741	484	434	37	363	270	1.633	3.591	989	384	3.162	715	628	24	435
RR	2.378	1.024	136	40	101	10	34	45	658	824	92	108	832	82	103	5	1
TO	9.146	5.116	2.069	282	305	138	518	205	1.599	3.177	1.430	509	2.885	818	793	2	618
Nordeste	148.996	83.995	11.055	15.932	7.546	803	11.520	6.621	30.516	44.684	25.865	13.445	46.992	9.714	11.005	405	15.878
AL	8.063	4.054	440	827	309	29	164	410	1.875	2.549	1.016	489	2.690	400	421	0	543
BA	41.142	24.246	4.217	3.982	2.159	284	4.490	1.317	7.796	12.564	7.996	3.686	12.582	2.886	3.272	93	5.412
CE	18.343	11.282	560	2.955	1.172	58	769	962	4.807	6.172	3.265	1.845	6.267	1.356	1.466	62	2.131
MA	17.513	10.166	2.537	1.383	974	54	1.186	468	3.564	5.676	3.307	1.183	5.693	1.207	1.182	60	2.024
PB	9.620	5.687	378	1.024	491	13	923	798	2.059	2.714	1.715	1.258	3.342	594	900	13	837
PE	23.558	11.317	774	2.916	1.014	293	1.356	1.023	3.941	5.883	3.302	2.132	6.471	1.241	1.352	157	2.096
PI	11.808	6.399	1.267	893	577	10	432	581	2.639	3.528	2.015	856	3.929	794	978	0	698
RN	13.145	7.033	260	1.139	543	31	1.664	558	2.839	3.721	2.125	1.187	3.827	781	794	2	1.628
SE	5.804	3.812	621	815	308	32	535	505	996	1.878	1.124	810	2.191	455	638	18	509
Sudeste	393.664	233.167	15.128	35.771	19.220	24.871	24.901	19.450	93.828	183.251	14.316	35.600	126.015	12.098	20.995	4.883	69.175
ES	14.594	5.589	834	308	561	541	605	661	2.078	3.654	272	1.663	4.019	447	720	70	334
MG	79.433	41.661	7.056	3.788	4.391	2.063	4.324	4.234	15.805	33.777	1.518	6.366	25.734	3.689	4.516	704	7.017
RJ	63.145	39.898	514	2.937	4.225	10.076	4.936	3.150	14.059	29.164	5.161	5.573	16.257	1.509	3.300	1.100	17.732
SP	236.492	146.020	6.723	28.737	10.042	12.191	15.035	11.405	61.885	116.657	7.365	21.998	80.005	6.454	12.459	3.010	44.092
Sul	179.254	85.654	19.666	11.698	8.705	5.534	7.959	8.760	23.332	66.015	5.490	14.149	51.871	8.624	10.414	1.939	12.807
PR	68.955	33.692	8.667	4.575	3.525	1.789	2.614	3.534	8.990	24.205	2.660	6.827	20.731	3.642	3.329	696	5.294
RS	68.263	32.035	8.024	4.374	2.793	2.193	3.903	2.982	7.766	26.109	1.983	3.943	19.061	2.793	4.422	765	4.994
SC	42.035	19.928	2.976	2.749	2.387	1.553	1.442	2.244	6.576	15.701	847	3.380	12.078	2.189	2.663	478	2.519
Centro-Oeste	149.799	63.739	18.812	2.919	4.760	1.024	4.395	5.329	26.501	48.548	6.355	8.837	47.531	5.278	5.860	777	4.294
DF	42.394	18.544	702	994	902	84	960	1.932	12.970	15.424	390	2.730	15.197	818	781	130	1.620
GO	48.617	19.357	7.552	1.050	1.569	310	963	2.067	5.848	14.408	2.030	2.919	14.607	1.713	1.756	425	857
MT	34.732	15.118	6.467	541	1.434	385	1.378	722	4.191	10.584	2.623	1.911	9.876	1.757	2.343	168	974
MS	24.056	10.720	4.090	335	855	246	1.095	608	3.491	8.131	1.311	1.278	7.851	991	980	54	844
TOTAL	931.689	494.411	70.577	70.402	42.804	32.557	51.912	41.641	184.518	359.660	58.977	75.774	288.428	39.299	51.350	8.200	107.134

Amortização	6.214	3.127	1.175	250	238	150	118	93	1.104	2.387	393	347	2.076	472	299	41	239
Encargos	1.608	773	283	106	54	30	32	38	230	457	203	113	420	178	98	7	70
Nordeste	122.401	72.874	9.623	12.762	6.731	1.680	9.440	5.075	27.563	42.571	16.890	13.412	42.426	7.631	8.482	652	13.683
Amortização	95.162	59.159	8.388	10.518	5.426	1.392	7.171	3.615	22.649	35.125	14.333	9.701	34.715	6.395	7.113	520	10.415
Encargos	27.239	13.715	1.235	2.243	1.304	288	2.269	1.461	4.914	7.446	2.558	3.712	7.710	1.236	1.369	132	3.268
AL	6.680	3.341	338	601	284	40	164	316	1.597	2.220	665	456	2.382	294	329	4	330
Amortização	4.986	2.683	297	508	222	33	125	223	1.275	1.776	583	324	1.898	241	273	4	266
Encargos	1.694	658	40	93	62	7	39	93	323	444	82	132	484	53	56	1	64
BA	35.810	19.983	3.553	3.276	1.850	499	2.907	975	6.923	11.397	4.885	3.701	11.109	2.209	2.541	268	3.855
Amortização	27.976	16.275	3.088	2.714	1.462	415	2.241	689	5.665	9.409	4.183	2.683	9.099	1.850	2.130	215	2.979
Encargos	7.834	3.708	465	562	388	84	666	286	1.258	1.988	702	1.018	2.010	359	411	53	876
CE	14.363	10.296	551	2.348	1.097	207	1.124	902	4.068	5.680	2.541	2.075	5.947	1.142	1.185	57	1.965
Amortização	11.144	8.328	480	1.929	899	168	845	653	3.354	4.689	2.128	1.511	4.876	964	995	46	1.446
Encargos	3.218	1.969	71	419	197	39	280	249	714	991	414	564	1.071	178	189	11	519
MA	14.583	9.106	2.300	981	689	129	1.403	337	3.267	5.794	2.111	1.201	5.077	915	897	68	2.150
Amortização	11.516	7.430	1.967	785	566	106	1.029	240	2.737	4.767	1.786	877	4.216	764	752	57	1.641
Encargos	3.067	1.676	333	196	124	23	374	97	530	1.027	325	324	861	151	145	11	509
PB	7.186	4.474	322	738	486	61	304	503	2.061	2.589	824	1.061	3.015	502	545	20	393
Amortização	5.541	3.624	290	614	397	49	228	357	1.690	2.154	705	765	2.443	424	438	16	304
Encargos	1.645	850	32	124	89	11	76	146	371	435	119	296	572	77	107	4	89
PE	20.197	11.263	679	2.896	1.043	493	1.763	681	3.707	6.384	2.753	2.126	5.812	999	1.154	189	3.108
Amortização	15.618	9.219	605	2.368	851	421	1.450	488	3.037	5.323	2.364	1.532	4.802	843	971	145	2.458
Encargos	4.579	2.044	74	528	192	72	314	193	671	1.061	389	594	1.010	156	183	44	650
PI	9.515	5.955	1.125	644	538	120	644	538	2.345	3.310	1.587	1.058	3.704	637	797	25	793
Amortização	7.505	4.853	1.022	538	438	94	442	381	1.938	2.721	1.371	761	3.046	523	708	19	557
Encargos	2.010	1.100	102	106	100	27	203	157	407	589	215	296	657	114	88	5	235
RN	9.477	5.634	233	800	487	71	967	452	2.623	3.684	877	1.073	3.446	621	677	9	881
Amortização	7.342	4.508	209	667	398	57	687	321	2.169	3.045	686	777	2.808	530	554	7	609
Encargos	2.135	1.125	25	133	89	14	280	131	454	639	190	296	638	91	123	1	272
SE	4.589	2.822	521	479	256	60	163	370	972	1.513	648	661	1.933	312	357	11	209
Amortização	3.533	2.239	429	396	193	49	126	262	785	1.241	527	471	1.528	255	291	10	155
Encargos	1.056	583	92	83	63	10	38	109	188	272	121	190	406	57	66	1	53
Sudeste	410.224	205.141	12.848	28.446	17.783	25.335	21.180	12.516	87.033	165.744	5.855	33.542	117.352	10.702	14.964	4.872	57.251
Amortização	328.149	168.904	11.063	23.695	14.958	21.026	16.657	9.103	72.402	139.093	4.940	24.871	96.270	9.056	12.758	4.137	46.683
Encargos	82.075	36.237	1.785	4.752	2.825	4.309	4.523	3.412	14.631	26.651	915	8.671	21.083	1.646	2.206	735	10.568
ES	13.053	5.197	866	433	531	339	509	544	1.976	3.392	108	1.697	3.795	434	414	111	444
Amortização	10.324	4.152	746	353	421	285	391	384	1.573	2.837	82	1.233	3.004	355	352	94	347
Encargos	2.730	1.045	120	80	110	54	118	160	403	555	26	464	791	78	62	17	97
MG	71.301	34.253	5.749	3.540	4.095	2.168	3.058	2.648	12.994	28.102	524	5.627	22.846	2.820	3.526	893	4.169
Amortização	56.609	27.739	4.943	2.882	3.269	1.817	2.398	1.873	10.557	23.136	393	4.210	18.350	2.347	2.980	744	3.318
Encargos	14.692	6.514	806	657	826	352	660	776	2.437	4.965	131	1.418	4.495	473	546	149	851
RJ	92.670	37.881	191	3.996	4.271	9.251	6.688	2.692	10.792	28.539	3.169	6.173	14.797	1.263	1.657	482	19.681
Amortização	72.651	30.077	164	3.313	3.768	7.378	4.952	1.912	8.590	22.694	2.868	4.515	11.491	1.065	1.393	402	15.726
Encargos	20.018	7.804	26	682	503	1.873	1.736	780	2.202	5.845	302	1.657	3.306	198	264	80	3.955
SP	233.200	127.810	6.042	20.478	8.886	13.576	10.925	6.631	61.271	105.711	2.054	20.045	75.914	6.185	9.367	3.386	32.958
Amortização	188.565	106.935	5.210	17.146	7.500	11.546	8.916	4.935	51.682	90.425	1.597	14.913	63.424	5.289	8.033	2.897	27.292
Encargos	44.635	20.876	832	3.332	1.386	2.030	2.009	1.696	9.589	15.287	457	5.132	12.491	896	1.334	489	5.666
Sul	160.279	71.022	16.524	10.168	7.423	4.810	4.759	5.826	21.512	55.676	1.358	13.988	46.311	6.417	6.930	2.372	8.992
Amortização	127.442	57.648	14.074	8.406	5.993	3.960	3.744	4.127	17.343	46.090	1.023	10.535	37.222	5.281	5.861	1.982	7.302
Encargos	32.838	13.374	2.450	1.762	1.430	850	1.015	1.698	4.169	9.586	335	3.453	9.089	1.136	1.069	389	1.690
PR	62.156	28.603	7.609	3.691	3.336	1.817	1.542	2.180	8.428	21.492	532	6.579	19.219	2.455	2.303	934	3.693
Amortização	49.387	23.236	6.470	3.046	2.692	1.500	1.223	1.543	6.762	17.930	402	4.904	15.469	2.026	1.943	780	3.018
Encargos	12.769	5.367	1.139	645	644	317	319	637	1.666	3.562	130	1.675	3.749	429	360	154	675
RS	59.558	25.279	6.348	3.676	2.093	1.571	2.033	2.146	7.412	20.914	442	3.923	16.597	2.099	2.550	799	3.233
Amortização	47.361	20.524	5.424	3.051	1.692	1.288	1.572	1.517	5.979	17.185	333	3.006	13.357	1.715	2.168	674	2.609
Encargos	12.197	4.755	924	625	400	284	461	629	1.432	3.729	109	917	3.240	385	382	125	624
SC	38.565	17.139	2.567	2.801	1.995	1.421	1.183	1.500	5.672	13.269	384	3.486	10.495	1.863	2.077	639	2.065
Amortização	30.693	13.889	2.181	2.308	1.608	1.173	949	1.068	4.601	10.976	288	2.625	8.397	1.540	1.749	528	1.674
Encargos	7.872	3.252	386	493	386	249	235	432	1.071	2.294	96	862	2.099	323	328	111	391
Centro-Oeste	141.879	56.825	15.551	3.209	3.970	1.550	4.554	3.908	24.083	45.001	2.983	8.841	42.592	4.204	4.295	902	4.831
Amortização	115.766	46.524	13.344	2.646	3.299	1.285	3.545	2.787	19.619	37.490	2.521	6.513	34.774	3.531	3.641	738	3.839
Encargos	26.112	10.301	2.207	563	670	265	1.009	1.121	4.465	7.511	462	2.328	7.818	673	654	164	992
DF	51.898	17.790	357	848	763	221	1.658	1.953	11.990	14.476	446	2.868	14.099	669	661	146	2.216
Amortização	42.805	14.280	310	724	635	187	1.292	1.401	9.732	11.850	370	2.060	11.229	562	562	121	1.805
Encargos	9.093	3.510	46	125	129	34	366	552	2.258	2.626	76	808	2.870	107	98	25	411
GO	43.487	16.685	6.669	1.043	1.366	470	1.081	1.222	4.834	12.912	1.124	2.649	12.915	1.445	1.306	430	589
Amortização	35.023	13.664	5.739	864	1.129	389	839	864	3.838	10.743	959	1.962	10.539	1.206	1.107	344	467
Encargos	8.463	3.022	929	179	237	81	242	358	996	2.169	166	687	2.375	239	199	86	122
MT	26.493	12.946	5.079	607	1.087	582	1.289	353	3.949	10.099	785	2.062	8.564	1.343	1.673	257	1.109
Amortização	21.756	10.764	4.320	502	911	482	991	253	3.304	8.545	664	1.555	7.134	1.130	1.416	216	869
Encargos	4.737	2.183	759	105	175	100	298	101	645	1.555	121	507	1.430	214	257	42	240
MS	20.001	9.403	3.446	711	753	277	525	379	3.310	7.514	627	1.262	7.014	747	657	68	916
Amortização	16.182	7.817	2.974	556	624	227	422	269	2.744	6.353	528	936	5.872	633	557	57	697
Encargos	3.819	1.58															

SE	14.556	14.330	2.187	1.658	554	391	1.696	5.578	2.268	5.888	3.373	5.069	10.191	970	1.347	65	1.758
Sudeste	783.282	827.868	60.560	148.257	39.946	54.253	145.050	238.686	141.116	535.743	47.207	244.919	467.669	27.332	54.938	22.097	255.832
ES	26.265	25.116	5.039	1.686	1.305	2.378	3.909	6.755	4.044	16.590	1.351	7.175	17.968	1.102	1.471	454	4.120
MG	187.482	186.758	28.927	16.256	8.179	12.055	20.454	56.339	44.547	123.131	6.848	56.779	124.307	8.553	12.230	3.355	38.312
RJ	127.579	159.121	1.215	30.008	6.939	3.203	51.142	36.275	30.339	117.310	11.320	30.491	75.960	2.620	9.724	5.041	65.776
SP	441.957	456.875	25.378	100.308	23.523	36.617	69.545	139.318	62.186	278.712	27.689	150.474	249.434	15.057	31.513	13.245	147.625
Sul	373.446	369.104	78.497	45.842	22.700	35.463	36.078	103.637	46.887	231.984	19.383	117.737	231.290	24.057	29.040	10.487	74.229
PR	145.897	144.186	33.508	17.799	10.083	12.799	11.599	41.694	16.704	86.989	8.335	48.862	92.098	9.919	9.667	3.867	28.636
RS	135.009	133.060	30.613	16.514	7.136	12.324	15.436	35.791	15.246	86.669	6.358	40.033	83.324	8.587	11.072	3.472	26.605
SC	92.541	91.858	14.377	11.530	5.481	10.339	9.042	26.152	14.937	58.326	4.690	28.842	55.869	5.551	8.301	3.149	18.988
Centro-Oeste	247.077	246.072	66.232	13.563	9.646	10.329	43.282	56.762	46.258	142.091	40.249	63.732	172.809	14.180	16.814	2.668	39.600
DF	51.910	62.168	1.642	2.564	1.402	1.369	19.867	16.843	18.481	44.283	4.237	13.648	46.322	1.664	1.754	549	11.878
GO	85.187	82.728	25.140	3.924	3.258	3.104	10.281	23.636	13.386	40.634	14.162	27.932	64.721	4.350	4.876	962	7.819
MT	66.369	60.300	26.068	1.683	2.999	3.839	8.795	8.380	8.537	34.500	13.307	12.493	35.651	5.479	7.392	766	11.013
MS	43.611	40.873	13.383	5.392	1.987	2.017	4.339	7.904	5.854	22.673	8.542	9.658	26.114	2.687	2.793	391	8.890
TOTAL	1.905.242	1.923.028	278.660	270.738	96.836	119.939	337.636	493.579	325.640	1.150.202	229.304	543.521	1.127.757	95.910	137.193	39.427	522.739

TABELA 15 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2020
(Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO 2020 - Art. 112 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO																	
Consolidado das Agências																	
em R\$ milhão																	
Região/UF	Programação 2020	Realizado até o 4º Bimestre / 2020															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Norte	65	70	20	0	0	0	50	0	0	70	0	0	11	5	38	0	16
AM	49	39	4	0	0	0	35	0	0	39	0	0	0	3	22	0	14
PA	2	20	16	0	0	0	4	0	0	20	0	0	3	0	16	0	1
RO	15	9	0	0	0	0	9	0	0	9	0	0	8	1	0	0	0
TO	0	2	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
Nordeste	75	14	1	1	0	0	12	0	0	14	0	0	0	10	0	0	4
BA	70	8	1	0	0	0	7	0	0	8	0	0	0	8	0	0	0
MA	0	4	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
PE	4	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
PI	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Sudeste	65	40	0	1	0	0	39	0	0	40	0	0	10	16	6	0	8
ES	0	4	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	1	0	0	2
MG	36	9	0	0	0	0	9	0	0	9	0	0	0	3	6	0	1
RJ	10	19	0	0	0	0	19	0	0	19	0	0	10	6	0	0	2
SP	18	8	0	1	0	0	8	0	0	8	0	0	0	6	0	0	2
Sul	26	17	1	3	0	0	13	0	0	17	0	0	1	11	0	0	5
PR	5	3	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
RS	10	13	0	0	0	0	13	0	0	13	0	0	0	10	0	0	2
SC	10	2	1	0	0	0	1	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0
Centro-Oeste	14	11	0	1	0	0	10	0	0	11	0	0	0	0	0	0	11
GO	4	7	0	1	0	0	6	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
MS	10	4	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
TOTAL	244	153	22	5	0	0	125	0	0	153	0	0	22	44	44	0	44

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 21.524, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Transfere recursos entre categorias de programação, constantes do Orçamento Fiscal da União, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R\$ 16.950.000,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 9.575, de 9 de abril de 2020, da Secretaria Especial de Fazenda, e tendo em vista a autorização contida no art. 167, § 5o, da Constituição, resolve:

Art. 1º Transferir recursos entre categorias de programação, constantes do Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no valor de R\$ 16.950.000,00 (dezesseis milhões, novecentos e cinquenta mil reais), conforme indicado nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA

ANEXO I

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)										Outras Alterações Orçamentárias	
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
2207		Programa Espacial Brasileiro							16.950.000		
		Atividades									
19 572	2207 21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais							16.950.000		
19 572	2207 21AG 0001	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais - Nacional							16.950.000		
			F	4	2	90	0	100	16.950.000		
TOTAL - FISCAL									16.950.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									16.950.000		

ANEXO II

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO II										Outras Alterações Orçamentárias							
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO								E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
2204		Brasil na Fronteira do Conhecimento															16.950.000
19 571	2204 20US	Atividades															
		Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)															
19 571	2204 20US 0001	Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Nacional															
										F	4	2	90	0	100	10.378.150	



19 571	2204 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)								6.571.850
19 571	2204 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional								6.571.850
			F	3	2	90	0	100		6.571.850
TOTAL - FISCAL										16.950.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										16.950.000

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/PMPF Nº 29, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Ato COTEPE/PMPF 28/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais recebida por meio de mensagem eletrônica do dia 29.09.2020, registrada no processo SEI nº 12004.100772/2020-41, fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 28/20, de 24 de setembro de 2020, no item 11, referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R\$/ litro)	(R\$/ litro)	(R\$/ litro)	(R\$/ litro)	(R\$/ kg)	(R\$/ kg)	(R\$/ litro)	(R\$/ litro)	(R\$/ m³)	(R\$/ m³)	(R\$/ litro)	(R\$/ Kg)
11	MG	*4,6393	*6,5150	*3,7372	*3,6615	*5,5485	*6,7421	4,5834	*2,9875	**2,9378	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 21.233, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o art. 1º da Portaria SEPRT nº 18.084, de 29 de julho de 2020, que prorroga o prazo para comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do cumprimento dos parâmetros gerais relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "a" do inciso II do art. 71 e o art. 180 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e o inciso VII do art. 1º da Portaria ME nº 117, de 26 de março de 2019, e tendo em vista o disposto no caput e nos §§ 2º a 5º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, nos incisos I e III do art. 1º e nos arts. 2º, 3º e 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, nos incisos II, VI e XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2018, e considerando deliberação ocorrida na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - (Processo nº 10133.101237/2019-73), resolve

Art. 1º A Portaria SEPRT nº 18.084, de 29 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2020, exclusivamente para os fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, de que trata o inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, o prazo para a comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho das medidas de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I art. 1º da Portaria nº SEPRT 1.348, de 3 de dezembro de 2019.

....." (NR)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 32837/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46786.000012/2015-30, de interesse do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Rio do Antonio - Ibitira, CNPJ 21.382.565/0001-50, nos termos do art. 22, inciso XI c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica nº 35813/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46290.001367/2015-18, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São João da Aliança - STR, CNPJ 73.706.772/0001-17, nos termos do art. 22, inc. I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício, respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de São Sebastião do Passe/BA, CNPJ nº 13.038.328/0001-49, Processo nº 46204.002431/2016-91, para a apresentação no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32658/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46303.001501/2015 - 94 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares de Nova Veneza, CNPJ 82.557.968/0001 - 88, para representação da categoria Profissional de trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares aqueles que ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto 1.166/1971, limitando-se a 02 (dois) rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Nova Veneza no Estado "Santa Catarina" , nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33438/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46218.015806/2015-42, de interesse do Sindicato de Comércio Varejista de Bagé - SINDILOJAS, CNPJ 87.415.766/0001-15, para representação da categoria Categoria Econômica Integrante 2º Grupo Comércio Varejista, no município de Bagé estão excepcionadas da representação do sindicato as categorias econômicas: comércio varejista de gêneros alimentícios, comércio de vendedores ambulantes, comércio varejista dos feirantes, estabelecimentos de serviços funerários, comércio varejista de produtos farmacêuticos, empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos, comércio varejista de derivados de petróleo (inclusive lavagem de veículos), comércio varejista de combustíveis e lubrificantes (empresas que desenvolvem atividades de venda à varejo de combustíveis, minerais, gasolina, álcool, querosene ou similar, de lubrificantes, e de gás combustível automotivo/gás natural veicular - GNV, empresas distribuidoras de gás liqüefeito de petróleo, e transportador-revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene. Nos municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pinheiro Machado estão excepcionadas da representação do sindicato as categorias econômicas: comércio varejista de gêneros alimentícios, comércio varejista de veículos, comércio varejista de peças e acessórios para veículos, comércio de vendedores ambulantes, comércio varejista dos feirantes, comércio varejista de material óptico, fotográfico e cinematográfico, estabelecimentos de serviços funerários, comércio varejista de produtos farmacêuticos, empresas de garagens, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos, comércio varejista de derivados de petróleo (inclusive lavagem de veículos), comércio varejista de combustíveis e lubrificantes (empresas que desenvolvem atividades de venda à varejo de combustíveis minerais, gasolina, álcool, querosene ou similar, de lubrificantes, e de gás combustível automotivo/gás natural veicular - GNV, empresas distribuidoras de gás liqüefeito de petróleo e transportador revendedor-retalhista de óleo diesel, óleo combustível e querosene, com abrangência Intermunicipal e base territorial Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra e Pinheiro Machado no Estado de Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39075/2020/ME (10522102), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46203.002954/2016-47, de interesse do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Amapá, CNPJ 03.210.857/0001-24, para representação da categoria econômica do Comércio Atacadista de Carvão Mineral; Comércio Atacadista de Leite e Laticínios; Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas; Comércio Atacadista de Produtos de Fumo; Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral; Comércio Atacadista de Hortifrutigranjeiros; Comércio Atacadista de Artigos Descartáveis em Geral; Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos para uso Humano e Veterinário; Comércio Atacadista de Instrumentos e Materiais para uso Médico, Cirúrgico, Ortopédico e Odontológico; Comércio Atacadista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal; Comércio Atacadista de Ferragens e Ferramentas, Material Elétrico, Material Hidráulico e Material de Construção; Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, com predominância de Insumos Agropecuários; Comércio Atacadista de Equipamentos e Artigos de uso Pessoal e Doméstico; Comércio Atacadista de Carne, Produtos de Carne e Pescado e Distribuidor, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Amapá, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35090/2020/ME (SEI 10095438), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46221.008432/2015-50, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DE SANTA ROSA DE LIMA - SINTSANTA, CNPJ 12.151.980/0001-02, nos termos do inciso I do art. 22 c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coodernador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34208/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.029426/2015-35, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tacaratu - PE, CNPJ 07.416.870/0001-95, com base no art. 22, inciso XI c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35342/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.027093/2015-18, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, CNPJ 02.035.785/0001-63, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.



O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35420/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46221.013458/2015-10, de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DO SEGUIMENTO DA CONSTRUÇÃO PESADA, INFRAESTRUTURA, MONTAGEM E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO DE SERGIPE - SINPEMON-SE, CNPJ 23.786.695/0001-84, nos termos do inciso I do art. 22 c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34001/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46208.004829/2015-41, de interesse do STR de Goiás - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás, CNPJ 02.741.924/0001-74, nos termos do artigo, 22, XI, combinado com artigo 47, ambos da Portaria 17.593, de 24 de julho de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39610/2020/ME (10575337), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.000752/2017-92, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de José da Pena - RN, CNPJ 01.125.128/0001-44 o n.º), para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, no Município de José da Penha - RN, integrantes no Plano da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte-FETARN e da Confederação Nacional da Agricultura - CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no Estado do Rio Grande do Norte: José da Penha, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34066/2020/ME (9966934 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º SA02872, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE AGRICOLÂNDIA - PI, CNPJ 06.502.827/0001-80, para representação categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, no município de AGRICOLÂNDIA - PI, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial em Agricolândia/PI, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo administrativo e com fundamento na Nota Técnica 34525/2020/ME (10022127 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46207.004580/2015-83 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado do Espírito Santo - SITRAMICO, CNPJ 27.476.340/0001-40, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34543/2020/ME (10024916), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46269.003943/2015-39, SA02848, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE GUAREÍ, PORANGABA E TORRE DE PEDRA, CNPJ 08.529.385/0001-90, nos termos do Inciso I, do Art. 22 c/c 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34322/2020/ME (9995495 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46223.010106/2015-92, SC17630, de interesse do Sindicato dos Pescadores, Pescadoras, Trabalhadores na pesca em Regime de Economia Familiar do Município de Anajatuba - MA - SINDPTRAREFAMA, CNPJ 21.622.173/0001-11, nos termos do art. 22, inciso I, c/c o art. 47 da Portaria 17.593 de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 40447/2020/ME (10659288), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46312.001170/2017-45, de interesse do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos da Prefeitura Municipal de Paranhos-MS, CNPJ 15.224.747/0001-09, nos termos do artigo 21, inciso I, combinado com artigo 47, ambos da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica 34290/2020/ME, SEI 9992216, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical, processo administrativo n.º 46215.015738/2015-41, de interesse do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 22.442.635/0001-81, nos termos do art. 12 c/c o art. 22, inciso IV da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34471/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.003362/2015-53 (SA02715), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Carlos, CNPJ 82.810.029/0001-01, nos termos art. 22, XI c/c art. 47 da da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39551/2020/ME (10570531), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46217.011496/2016-88, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tangará/RN, CNPJ 12.982.005000146, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, no Município de Tangará/RN, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da Conferação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no Estado do Rio Grande do Norte: Tangará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33940/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.004604/2015-26, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE DESCANSO - SC, CNPJ 82.817.784/0001-00, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, limitando-se a 02 módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Descanso, no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41890/2020/ME SEI 10799537, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.005570/2015-97 (SA02861), de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE VEICULOS DE TRANSPORTE DE CARGA E LOGISTICA DE ITAJAI E REGIAO, CNPJ 84.307.339/0001-25,

para representação da categoria das empresas de veículos de transporte de carga e logística de Itajaí e Região, com abrangência intermunicipal base territorial em Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo, no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32050/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46214.001977/2015-24, de interesse do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nazária - PI, CNPJ 10.704.920/0001-44, nos termos do art. 22, inciso I c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 40037/2020/ME (10622992), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.000395/2017-10, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais Cívis, Resgatistas, Socorristas e Salvavidas das Empresas e Prestadoras de Serviços do Estado da Bahia, CNPJ 09.598.551/0001-73, nos termos do artigo 21, I, combinado com artigo 47, ambos da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 31860/2020/ME (9718775), resolve: PUBLICAR o processo de pedido de alteração estatutária n.º 46208.003486/2015-05, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Crixás-GO, CNPJ nº 02.553.349/0001-86, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 módulos rurais. ou outro diploma legal que a este substituir, com abrangência intermunicipal, base territorial dos municípios de Crixás e de Uirapuru, no Estado de Goiás, nos termos dos arts. 14,15 e 47 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33817/2020/ME (9939781), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.004204/2015-11, SA02757, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RUR.AIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE GRAVATAL-SC, CNPJ 82.578.709/0001-33, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles, que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, limitando-se a 02(dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Gravatal, Estado Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38034/2020/ME(10412812), resolve: PUBLICAR o processo de pedido de alteração estatutária n.º 46213.027664/2015-14 (SA03031), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Águas Belas - STR, CNPJ nº 11.239.704/0001-33, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Águas Belas, que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei nº 1.166/71, ou de lei que venha a substituí-la, com abrangência municipal e base territorial em Águas Belas no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14, 15 e 47 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34170/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46213.001055/2016-16, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E AGRICULTORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE CARPINA/PE, CNPJ 22.497.485/0001-03, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT nº 34326/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46221.008916/2015-07, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Monte Alegre de Sergipe-SE, CNPJ 13.146.212/0001-23, para representação da categoria trabalhadores rurais agricultores e agriculturas familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1 166/1971, com área inferior ou igual a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Monte Alegre de Sergipe (SE), nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34038/2020/ME (9963903), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º SA03179, de interesse do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística de Santa Maria - SINDISAMA, CNPJ 94.444.759/0001-07, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32906/2020/ME (9834454), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46208.011195/2015-82 (SC17194), de interesse do SAAF - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Pilar de Goiás-GO, CNPJ n.º 21.590.709/0001-64, nos termos do art. 22, incisos I e XI, c/c art. 47, da Portaria n.º 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34855/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º SA02955, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SURUBIM-PE, CNPJ 11.755.774/0001-49, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Surubim-PE, que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei nº 1.166/71, com abrangência Municipal e base territorial no estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34265/2020/ME (9990556), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.006698/2015-27, SA02791, de interesse do STRC - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CRUZETA, CNPJ: 07.648.306/0001-06, com fundamento no inciso XI do artigo 22, da Portaria Nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32710/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º SA03094, de interesse do Sindicato Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa dos Gatos, CNPJ 08.653.917/0001-05, para representação da categoria



profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência no Município de Lagoa dos Gatos e base territorial no Estado Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32150/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º46221.003367/2015-76, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nossa Senhora Aparecida-SE, CNPJ 13.181.615/0001-03, para representação da categoria Trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais., com abrangência municipal e base territorial no município de Nossa Senhora Aparecida no Estado de Sergipe, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39341/2020/ME (10547805), resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46213.020135/2015-81 - SC17093, de interesse do SINDARPE - Sindicato dos Artesãos de Pernambuco, CNPJ n.º40.812.463/0001-72, nos termos do art.22, I e XI, c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39478/2020/ME(10562444), resolve: PUBLICAR o processo de pedido de alteração estatutária n.º 46206.017552/2015-36 - SA02932, de interesse do SITIMMME/LUZ - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico de Luiziana - GO, CNPJ n.º 10.561.284/0001-49, para representação da categoria Trabalhadores que por suas atividades profissionais e vida singular exercem suas atividades nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, eletrônico, informática, do ferro (siderurgia), trefilação e laminação de metais ferrosos e não ferrosos, fundição, oficinas mecânicas, inclusive as de empresas concessionárias de automóveis, tratores, máquinas e implementos agrícolas, construção, reparação e manutenção de elevadores, construção aeronáutica, refrigeração, aquecimento e tratamento de ar, reparação de sucata ferrosa e não ferrosa, artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, artefatos de ferro e metais, serralheria, mecânica, proteção tratamento e transformação de superfícies, máquinas, balanças, pesos e medidas, cutelaria, estamparia de metais, móveis de metal, construção naval, materiais e equipamentos rodoviários e ferroviários (compreensiva das empresas industriais fabricantes de carrocerias para ônibus e caminhões, viaturas, reboques e semi-reboques, locomotivas, vagões, carros e equipamentos ferroviários, motocicletas, motonetas), artefatos de metais não ferrosos, geradores de vapor (caldeiras e acessórios), parafusos, porcas, rebites, tratores, caminhões, carretas, ônibus, automóveis e veículos de transporte pesado, lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação, condutores elétricos, aparelhos elétricos, e eletrônicos, aparelhos de rádio transmissão, peças para automóveis, reparação de veículos e acessórios, funilaria, e rolinhos metálicas, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Cidade Ocidental, Cristalina, Luziânia, Novo Gama, Orizona, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Valparaíso de Goiás e Vianópolis no Estado de Goiás, nos termos dos arts. 14, 15 e 47 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto nº 10.072 de 18 de outubro de 2019; com fundamento na Portaria nº 17593/2020, na Nota Técnica SEI nº 41760/2020/ME (10789147), resolve: excluir da base territorial do Sindicato dos Condomínios Comerciais, Residenciais e Mistos de Minas Gerais , Processo de Registro Sindical nº 46211.000715/2015-72, CNPJ: 25.568.882/0001-17 os municípios de Governador Valadares, Perdizes, Pratinha, Santa Juliana, Tapira, Uberaba, Uberlândia, com fundamento no art. 53 da Lei nº 9.784/1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo 0000283-0.2018.5.10.0004 em decisão proferida pela 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41868/2020/ME (10798082), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46215.093763/2016-47, CNPJ: 24.895.045/0001-30, de interesse do SINTSNIT - SINDICATO DOS TECNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DE NITEROI E REGIÃO (impugnado), nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020 e art. 22, §1º e 6º, da Portaria nº 501/2019, vigente à época do ato.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; em continuidade ao cumprimento de Decisão Judicial (10342312), Mandado de Segurança nº 1002537-73.2017.4.01.3400, procedente do TRF - Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando o imediato andamento dos autos; com fundamento na Portaria nº 326/2013, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 37400/2020/ME (10342287), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46260.001579/2016-33 (SC18136), CNPJ: 13.558.843/0001-50, de interesse do SINJURIS - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual nas Regiões de São José do Rio Preto, Votuporanga, Fernandópolis, Catanduva, Barretos, Jaboticabal, Franca, Batatais, Ituverava, Ribeirão Preto, Jales, Araçatuba, Dracena e Andradina do Estado de São Paulo (impugnado), nos termos do art. 23, § 10, da Portaria nº 326/2013, vigente à época do ato, combinado com art. 22, X, da Portaria nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 35007/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46221.002766/2016-09, de interesse do SINDICARMO - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARMÓPOLIS, CNPJ 08.491.526/0001-23, para representação da categoria dos SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARMÓPOLIS, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Estado *Sergipe*: Carmópolis, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39563/2020/ME (10571543), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46201.000542/2017-73, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Jequiá da Praia, CNPJ 04.862.184/0001-50, para representação da categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais: pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência municipal e base territorial no Estado de Alagoas: Jequiá da Praia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33985/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46085.000825/2016-16, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SALGADINHO - PB, CNPJ 23.483.503/0001-60, nos termos do no art. 22, I, c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33138/2020/ME (9862278), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º

46221.008915/2015-54 (SA 02844), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Frei Paulo-SE, CNPJ n.º 13.100.656/0001-28, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agriculturas familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei n.º 1.166/1971, com área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Estado de Sergipe, município de Frei Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15, da Portaria n.º 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34315/2020/ME (9995061), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º SA03159, de interesse do Sindicato SINDICATO DA INDUSTRIA DO FRIO NO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ 47.858.097/0001-31, nos termos do art. 22, inciso I, VI e VII c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34187/2020/ME , resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 47620.001125/2015-16, de interesse do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina - SINPESC, CNPJ 83.827.436/0001-86, para representação da categoria econômica da indústria de celulose e de pasta de madeira para papel, do papel, do papelão, de embalagens de papel e papelão, de cortiça e de artefatos de papel, papelão e cortiça, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 41615/2020/ME (SEI 10779750), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46213.022064/2015-51, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Feira Nova - PE, CNPJ 12.048.443/0001-31, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02(dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Feira Nova no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41167/2020/ME (SEI 10730994), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Vera Cruz, CNPJ nº 98.662.067/0001-96, Processo 46218.017247/2014-24, para representar a Categoria dos Agricultores Familiares com área de até 2 módulos rurais, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei nº 1.166/1971, ativos e aposentado, com abrangência municipal e base territorial em Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 30329/2020/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ANGELINA, CNPJ 86.188.513/0001-93, Processo 46220.007418/2014-68, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, limitando-se a dois módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41353/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46224.004486/2014-35, de interesse do Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Araruna Paraíba - SAFER/ Araruna, CNPJ 20.129.677/0001-31, nos termos do art, 22, inc. I e inc, XI cc art. 47 da Portaria 17.593 de 24/07/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento naNota Técnica SEI nº 41471/2020/ME (SEI 10766788) resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.002705/2015-61 (SC 17124) de interesse do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Camaçari e Dias D'Avila no Estado da Bahia, CNPJ 22.298.985/0001-16, para representação da categoria econômica de Hoteis pousada, apart-hotéis, casa de repouso, albergues, motéis, restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias, cantinas, casas de eventos, buffets, doceiras, casas de chás, cafeterias, casa fast food, rotisseries, pastelarias, choperias, serviços de alimentação preparada, drive-ins, quiosques e demais empresas de hospedagem e alimentação, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Camaçari e Dias D'Avila, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34781/2020/ME 10055559, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º SC17261, de interesse do SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA- AM, CNPJ 21.928.974/0001-00, para representação da categoria profissional de trabalhadores pescadores e pescadoras artesanais, aqueles que, ativos ou aposentados, exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, no Município de Iranduba - AM, nos termos do Decreto Lei 1166/71, com abrangência Municipal e base territorial no Estado do Amazonas, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34637/2020/ME (SEI 10034972), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 462017.005829/2015-59, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Passa e Fica/RN, CNPJ n.º 08.144.974/0001-50, para representação da categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Passa e Fica/RN, em áreas não superior a 2(dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte-FETARN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, com abrangência municipal e base territorial no município de Passa e Fica no Estado Rio Grande do Norte, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39616/2020/ME (SEI 10575729), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46205-002870/2015-11 (SC 16860), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cairu - CE, CNPJ 07.606.304/0001-46, nos termos do art. 22, inc. I e XI da Portaria 17.593 de 24/07/2020.



O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT Nota Técnica SEI nº 31395/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46214.001536/2015-22, SA02560, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ANGICAL DO PIAUI - PI, CNPJ 06.504.237/0001-96, nos termos dos incisos I e XI do art. 22 da Portaria SEPRT nº 17.593, de 24/07/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36881/2020/ME (10288423), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46213.001443/2015-90 (SC 16953), de interesse do SETASP TLMS - Sindicato dos Enfermeiros(as) e Técnicos(as) e Auxiliares de Enfermagem dos Serviços Públicos de Três Lagoas-MS, CNPJ nº 21.937.483/0001-25, nos termos do art. 22, incisos I e XI, c/c art. 47, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT n. 34410/2020/ME (SEI 10007474), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46207.009981/2015-20 , de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE BOA ESPERANÇA, MONTANHA, MUCURICI, NOVA VENECIA, PINHEIROS E PONTO BELO-ES, CNPJ 46207.009981/2015-20, para representação da categoria Trabalhadores e trabalhadoras Rurais Assalariados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Boa Esperança, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pinheiros e Ponto Belo no Estado do Espírito Santo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo administrativo e com fundamento na Nota Técnica 34972/2020/ME (SEI 10080698), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46211.005297/2015-18, de interesse do SINDICATO DOS MOTORISTAS TRANSPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDMOT/MG, CNPJ 21.888.498/0001-40, para representação da categoria: Motoristas Transportadores de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41609/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46225.003693/2015-43, de interesse do Sindicato dos Servidores no Serviço Público Municipal e nas Empresas Prestadoras de Serviços ao Município de Mucajaí - RR - SINFUMM, CNPJ 07.444.007/0001-41, nos termos do art. 22, inciso II c/c o art. 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720650/2020-23 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca BMW, modelo 328i, ano 2011, cor preta, chassi WBADW3C54BE537322, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 16/0442346-5 de 23/03/2016, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade de Amy Elizabeth Dubois, CPF nº 075.096.351-44.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720653/2020-67 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca HONDA, modelo CR-V, ano 2013, cor azul, chassi 2HKRM4H5XDH648845, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 17/1264673-9 de 31/07/2017, pela Alfândega no Porto de Rio Grande, de propriedade de Julia Harlan, CPF nº 084.413.381-75.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720704/2020-51 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca MERCEDEZ-BENZ, modelo E350, ano 2012, cor azul, chassi WDDHF5KBXCA637981, desembaraçado pela Declaração de Importação nº

13/1198118-9 de 21/06/2013, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade de Joseph Sayah, CPF nº 228.288.618-64.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Aplica a pena de perdimento de mercadorias, moeda e veículos dos processos que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, nos arts. 700, 774 e 777 a 780 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta nos processos administrativos relacionados no Anexo Único, declara:

Art. 1º A revelia dos interessados nos processos relacionados no Anexo Único, que não apresentaram impugnação no prazo legal.

Art. 2º O perdimento das mercadorias, dos valores e dos veículos tratados nos processos relacionados no Anexo Único, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação.

Art. 3º Parcialmente nulo o Ato declaratório Executivo nº 8, de 14 de julho de 2020, quanto aos processos 10142.720179/2020-14 e 10142.721095/2020-90.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

ANEXO ÚNICO

Sequência	Processo
1	10142.721348/2017-20
2	10142.720735/2018-20
3	10142.721533/2020-10
4	10142.721327/2020-18
5	10142.720326/2019-12
6	10142.721537/2020-06
7	10142.721527/2020-62
8	10142.721530/2020-86
9	10142.721522/2020-30
10	10142.721535/2020-17
11	10142.721544/2020-08
12	10142.720869/2020-65
13	10142.721173/2019-12
14	10142.721505/2020-01
15	10142.721356/2020-71
16	10142.721546/2020-99
17	10142.721545/2020-44
18	10142.721433/2020-93
19	10142.721529/2020-51
20	10142.721347/2020-81
21	10142.721419/2020-90
22	10142.721273/2020-82
23	10142.721040/2020-80
24	10142.721004/2020-16
25	10142.721002/2020-27
26	10142.721176/2020-90
27	10142.721001/2020-82
28	10142.721175/2020-45
29	10142.720978/2020-82
30	10142.720926/2020-14
31	10142.720977/2020-38
32	10142.720981/2020-04
33	10142.720875/2020-12
34	10142.720698/2020-74
35	10142.720015/2020-89
36	10142.720334/2020-94
37	10142.721473/2020-35
38	10142.721494/2020-51
39	10142.721721/2017-42
40	10142.722737/2019-34
41	10142.720939/2020-85
42	10142.721542/2020-19
43	10142.721342/2020-58
44	10142.721666/2020-96
45	10142.721364/2020-18
46	10142.721222/2020-51
47	10142.721087/2020-43
48	10142.721178/2020-89
49	10142.721177/2020-34
50	10142.720661/2017-41
51	10142.720442/2018-42
52	10142.720793/2018-53
53	10142.720803/2019-31
54	10142.721195/2017-11
55	10142.721295/2020-42
56	10142.721388/2020-77
57	10142.721416/2020-56
58	10142.721425/2020-47
59	10142.721640/2020-48
60	10142.721643/2020-81
61	10142.721706/2020-08
62	10142.722236/2019-58
63	10142.722411/2019-15
64	10142.721172/2019-78
65	10142.721696/2020-01
66	10142.721604/2020-84
67	10142.721708/2020-99
68	10142.721603/2020-30
69	10142.721602/2020-95
70	10142.721705/2020-55



71	10142.721303/2020-51
72	10142.721074/2020-74
73	10142.721179/2020-23
74	10142.720892/2020-50
75	10142.720695/2020-31
76	10142.721382/2019-66
77	10142.720893/2018-80
78	10142.721028/2018-51
79	10142.721153/2017-80
80	10142.721627/2017-93
81	10142.720242/2016-28
82	10142.720175/2018-11
83	10142.721088/2020-98
84	10142.721121/2020-80
85	10142.721308/2020-83
86	10142.721513/2020-49
87	10142.721525/2020-73
88	10142.721531/2020-21
89	10142.721601/2020-41
90	10142.721607/2020-18
91	10142.721663/2020-52
92	10142.722438/2019-08
93	10142.723136/2019-49
94	10142.723113/2019-34
95	10142.721367/2020-51
96	10142.721343/2020-01
97	10142.721071/2020-31
98	10142.721188/2020-14
99	10142.721084/2020-18
100	10142.720748/2020-13
101	10142.720742/2020-46
102	10142.720818/2020-33
103	10142.720477/2020-04
104	10142.720213/2020-42
105	10142.721023/2017-47
106	10142.721708/2017-93
107	10142.721373/2016-22
108	10142.721669/2020-20
109	10142.721641/2020-92
110	10142.721707/2020-44
111	10142.720416/2017-33
112	10142.721085/2020-54
113	10142.721534/2020-64
114	10142.721536/2020-53
115	10142.721672/2020-43
116	10142.721713/2020-00
117	10142.722413/2019-04
118	10142.722489/2019-21
119	10142.721776/2020-58
120	10142.720956/2020-12
121	10142.721771/2020-25
122	10142.721746/2020-41
123	10142.721290/2020-10
124	10142.721382/2020-08
125	10142.721299/2020-21
126	10142.721220/2020-61
127	10142.720732/2020-19
128	10142.720501/2020-05
129	10142.720343/2019-41
130	10142.720299/2018-99
131	10142.720021/2020-36
132	10142.720543/2018-13
133	10142.721245/2020-65
134	10142.721554/2020-35
135	10142.721555/2020-80
136	10142.721608/2020-62
137	10142.721610/2020-31
138	10142.721638/2020-79
139	10142.721703/2020-66
140	10142.721729/2020-12
141	10142.721787/2020-38
142	10142.721803/2020-92
143	10142.720729/2020-97
144	10142.721204/2020-79
145	10142.720179/2020-14
146	10142.721095/2020-90

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 485, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Compartilha competências regimentais e explicita a jurisdição das DRF, ALF e IRF, no âmbito da 2ª Região Fiscal, para as atividades de controle aduaneiro que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 359, inciso IV, e 364, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e no disposto no artigo 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, que dispõe sobre a jurisdição fiscal das Unidades Descentralizadas da RFB, resolve:

Art. 1º As competências regimentais das Delegacias (DRF), Alfândegas (ALF) e Inspetorias (IRF) da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 2ª Região Fiscal, para execução de atividades relacionadas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e de gestão e execução de ações de combate a fraudes aduaneiras, ficam compartilhadas e as respectivas jurisdições explicitadas na forma desta Portaria.

As competências regimentais das DRF, ALF e IRF relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro, no pré-despacho e no curso do despacho, ficam compartilhadas, de forma concorrente, complementar e subsidiária:

com a Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belém (ALF/BEL), no que se relaciona com as unidades situadas nos Estados do Pará e Amapá; e

com a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Manaus (ALF/MNS), no que se relaciona com as unidades situadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

As competências regimentais das DRF, ALF e IRF relativas à gestão e execução de ações de combate a fraude, ficam compartilhadas, de forma concorrente, complementar e subsidiária:

com a ALF/BEL, no que se relaciona com os recintos aduaneiros localizados na jurisdição das unidades situadas nos Estados do Pará e Amapá; e

com a ALF/MNS, no que se relaciona com os recintos aduaneiros localizados na jurisdição das unidades situadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A ALF/MNS tem jurisdição:

em toda 2ª Região Fiscal em relação:

à fiscalização aduaneira, inclusive ao combate às fraudes aduaneiras;

à malha aduaneira;

à promoção da conformidade tributária e aduaneira;

à habilitação de importadores, exportadores e de empresas comerciais ou industriais da Zona Franca de Manaus que promovem a internação de mercadorias para outros pontos do território nacional; e

à gestão de riscos para o controle aduaneiro, pós despacho.

nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, em relação às competências mencionadas no art. 2º.

A ALF/BEL tem jurisdição em relação:

à gestão e à execução das ações de combate à fraude nos recintos aduaneiros de que trata o inciso I do art. 3º;

à execução de ações fiscais conexas à atuação prevista no inciso I, com a anuência da ALF/MNS; e

às competências mencionadas no art. 2º, nos Estados do Pará e Amapá.

A jurisdição dos demais serviços aduaneiros e de vigilância e repressão em zona secundária estão definidas, respectivamente, nas colunas B e C do Anexo III da Portaria RFB nº 1.215/2020.

Fica delegada aos titulares da ALF/MNS e da ALF/BEL, a atribuição de gerir as atividades relativas aos processos de trabalho de controle aduaneiro, no exercício das competências compartilhadas de que tratam os art. 2º e 3º.

Fica revogada a Portaria SRRF02 nº 438, de 20 de setembro de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 184, de 24 de setembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 10265.267021/2020-16, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica E RODRIGUEZ SANTANILLA, CNPJ: 13.985.021/0001-55.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO CARNEIRO GUIMARÃES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 10265.267024/2020-41, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica L J F CAMPOS, CNPJ: 28.206.401/0001-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO CARNEIRO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10166.737.722/2020-36, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 17 S.A.

II- CNPJ nº :31.594.065/0001-36.

III- CNO nº:.90.001.76759/71

IV- Portaria nº 282/SPE, de 30 de Julho de 2020, e Anexo, do Ministério de Minas e Energia/Secretária de Planejamento e Desenvolvimento, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: EOL Ventos de São Roque 17 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.038, de 7 de julho de 2020.

VI- Período de Execução do Projeto: 12/05/2021 a 28/11/2022.

VII- Localidade do Projeto: Município de Dom Inocêncio, Estado do Piauí.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.065, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.723642/2020-99, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 250/SPE, DE 19/06/2020, publicada no DOU em 24/06/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: CENTRAL EOLICA ACAUA III S.A.
CNPJ nº : 35.842.711/0001-98

Nome do Projeto: Central Geradora Eólica Acauã III

Cadastro Nac.I de Obras/CEI: Obra não iniciada

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 30/07/2020 a 08/05/2022.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.066, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.724842/2020-69, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 305/SPE, DE 11/06/2020, publicada no DOU em 14/08/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: CENTRAL EOLICA ACAUA I S.A.
CNPJ nº : 35.842.703/0001-41

Nome do Projeto: Central Geradora Eólica Acauã I

Cadastro Nac.I de Obras/CEI: Obra não iniciada

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 30/07/2020 a 24/03/2022.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.067, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.724843/2020-11, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 303/SPE, DE 11/06/2020, publicada no DOU em 14/08/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: CENTRAL EOLICA ACAUA I S.A.
CNPJ nº : 35.842.703/0001-41

Nome do Projeto: Central Geradora Eólica Acauã II

Cadastro Nac.I de Obras/CEI: Obra não iniciada

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 30/07/2020 a 14/04/2022.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.068, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.734437/2020-63, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 36/SPE, de 23/01/2020, publicada no DOU em 24/01/2020 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Eólica Pedra do Reino V S.A., CNPJ nº 31.423.489/0001-38.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: 4FORES BRASIL LTDA

CNPJ nº : 30.634.904/0001-30

Nome do Projeto: EOL Pedra do Reino V

Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.002.75873/79

Setor de Infraestrutura: Geracao e Transmissão de Energia Elétrica

Prazo Estimado de Execução: 10/01/2020 a 20/03/2023.

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.000, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento de Bebidas Alcoólicas - Importador.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, do anexo da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário oficial da União (DOU) do mesmo dia, no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e considerando o que consta do Termo de Informação Fiscal, inserto no processo nº 13032.121951/2020-48, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, CONCEDIDO o Registro Especial nº 04101/096 para a atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas ao estabelecimento de CNPJ nº 17.530.779/0003-11 da pessoa jurídica BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, situada à Rua Riachão, 807 GP D módulo 2D parte E e módulo 7D parte 2 - Muribeca - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP 54355-057.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Declara alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, o Terminal Portuário da Enseada Industria Naval no período de 30/09/2020 a 30/10/2020.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através das Portaria SRF nº 13, de 9 de janeiro de 2002 e Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 12689.720169/2020-29, declara:

Art. 1º Fica alfandegado, a título extraordinário e em caráter eventual, o Terminal Portuário da Enseada Industria Naval, operado pela própria empresa, inscrita no CNPJ sob o nº 12.243.301/0001-25, localizado na na Rua A, Fazenda Boa Vista do Gurjão e Dendê, Anexo 2, Enseada do Paraguaçu, Maragogipe-BA, CEP 44420-000, para proceder ao recebimento, atracação e carregamento do navio MV REGO, face às características da carga a ser exportada, que impossibilita o seu armazenamento e carregamento em outro local, e para que, sob controle aduaneiro, se proceda, no período de 30/09/2020 a 30/10/2020, às operações previstas nos incisos I e II do art. 5º do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e incisos I, II, IV e VI do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 2º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 3º Fica mantido o código Siscomex 5.92.14.04-0 ao recinto.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR



PORTARIA Nº 253, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Anexo III da Portaria SRRF05 nº 152, de 31 de julho de 2020, que estabelece as atividades das Equipes Regionais Especializadas da 5ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 1.070, de 24 de junho de 2020, bem como o disposto nos artigos 290 e 348 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, resolve:

Art. 1º O Anexo III da Portaria SRRF05 nº 152, de 31 de julho de 2020, publicada no DOU de 03/08/2020, Seção 1, página 48, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

Equipes Regionais Especializadas - ATIVIDADES

Denominação Temática	Atividades
Equipe de Auditoria do Direito Creditório (EQAUD)	a) gerir o direito creditório do contribuinte, em especial o reconhecimento do direito creditório; b) analisar pedido de habilitação de crédito tributário reconhecido em decisão judicial transitada em julgado, de que trata o art. 100 da IN RFB nº 1.717/2017; c) proceder ao lançamento de ofício, na área de sua competência, em especial as multas de DCOMP não homologadas; d) realizar diligência, especialmente para cumprimento de solicitações dos órgãos julgadores, na área de sua competência.
Equipe de Execução do Direito Creditório (EQCRE)	a) executar os procedimentos operacionais relativos ao direito creditório já reconhecido, em especial a compensação, a pedido e de ofício, e a emissão de ordens bancárias; b) preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade ou de impugnação de lançamento, no âmbito de sua competência; c) preparar, instruir e acompanhar processos de consulta, nos termos da IN RFB nº 1.396/2013; d) realizar a revisão de cobrança dos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências; e) executar os procedimentos relativos à Malha Débito, no âmbito de sua competência; f) operacionalizar a conversão de DARF em GPS e vice-versa nos termos do art. 16-A da IN SRF nº 672/2006.
Equipe de Garantia do Credito Tributário (EGAR)	a) gerir e executar procedimentos de garantia do crédito tributário e de monitoramento patrimonial, em especial os relativos aos arrolamentos de bens e direitos e representação para propositura de medida cautelar fiscal a que alude a IN RFB nº 1.565/2015; b) combater a fraude fiscal e realizar a responsabilização tributária em defesa do crédito tributário constituído e de repressão de condutas que impedem ou dificultam sua realização.
Equipe de Contencioso Administrativo (EOCA)	a) gerir e executar as atividades do contencioso fiscal decorrentes de lançamento de ofício ou eletrônico; b) gerir e executar os procedimentos de controle dos processos de representação fiscal para fins penais; c) operacionalizar os processos de revisão da malha da pessoa física, oriundos de decisão pela projeção de fiscalização.
Equipe de Cadastros (ECAD)	Gerir e executar os procedimentos necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB, bem como gerir as demais atividades relativas aos cadastros da RFB.
Equipe de Órgãos do Poder Público (EOPP)	a) acompanhar a arrecadação dos órgãos do poder público, tanto de obrigações correntes como de créditos parcelados e, sendo o caso, proceder à retenção, bloqueio e desbloqueio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), de valores devidos e não recolhidos; b) monitorar o recolhimento de obrigações correntes em busca de distorções; c) executar auditoria da compensação em GFIP; d) trata os parcelamentos dos órgãos do poder público; e) executar medidas coercitivas para recuperação de créditos tributários detectados no monitoramento de distorções ou na auditoria de compensação em GFIP; f) realizar reuniões de conformidade com os órgãos do poder público; g) acompanhar a situação fiscal dos órgãos públicos e atuar preventivamente na manutenção da regularidade fiscal; h) proporcionar ponto de contato único aos órgãos do poder público e atender seus expedientes, visando facilitar-lhes o cumprimento das obrigações tributárias e a autorregularização; i) proceder ao lançamento do crédito tributário, no âmbito de sua competência; j) gerir e executar os procedimentos de controle dos processos de representação fiscal para fins penais, no âmbito de sua competência.
Equipe de Contencioso Judicial (ECOJ)	a) prestar informações em Mandado de Segurança impetrados contra os Delegados da Receita Federal do Brasil encarregados da gestão do crédito tributário e do direito creditório; b) gerenciar as demandas judiciais acerca de laudos periciais, encaminhando aos setores competentes, se necessário; c) analisar pedidos de revisão de débitos, quando decorrentes de decisão ou depósito judicial e elaborar cálculos decorrentes de demandas judiciais relativas a tributos administrados pela RFB.;; d) analisar e acompanhar as ações judiciais, particularmente controlar os créditos tributários com exigibilidade suspensa por medida judicial e acompanhar as demais ações judiciais de interesse da Administração Tributária e informar as providências necessárias aos setores competentes; e) realizar a auditoria interna dos crédito tributários declarados com suspensão por ação judicial.
Equipe de Benefícios Fiscais (EBEN)	a) analisar imunidades, isenções e incentivos fiscais e proceder à inclusão e à exclusão de contribuintes em regimes especiais ou diferenciados de tributação; b) preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade ou impugnação, no âmbito de sua competência; c) tratar os Atestados de Residência Fiscal no Brasil, os Atestados de Rendimentos Auferidos no Brasil por Não Residentes e os Atestados de Residência Fiscal no Exterior, a que aludem a IN RFB nº 1.226/2011.
Equipe de Cobrança (ECOB)	a) gerir e executar as atividades de controle e cobrança do crédito tributário, além de preparar e encaminhar processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência; b) executar diligências e proceder ao lançamento do crédito tributário, no âmbito de sua competência; c) analisar e tratar as Malhas GFIP e DCTF; d) realizar o procedimento de cobrança relativa às obras, inclusive realizando a revisão do crédito tributário, quando comprovado erro de fato; e) tratar os casos de omissões de obrigações acessórias; f) gerir e executar as atividades de controle e cobrança do crédito tributário dos contribuintes sujeitos à cobrança administrativa especial a que alude a Portaria RFB nº 1.265/2015, inclusive com aplicação das medidas coercitivas previstas normativamente; g) gerir e executar os procedimentos de controle dos processos de representação fiscal para fins penais, no âmbito de sua competência.
Equipe de Revisão do Crédito Tributário (EQREV)	a) realizar a revisão do crédito tributário fazendário constituído por declaração da pessoa física e jurídica (exceto DCOMP), do crédito tributário previdenciário constituído por declaração ou por confissão de dívida, e também do crédito tributário fazendário ou previdenciário constituído por multa por atraso na entrega da declaração , quando comprovado, em todos os casos, erro de fato; b) realizar a revisão de ofício dos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências; c) realizar a análise de conversão de DARF em GPS e vice-versa (exceto de códigos relativos aos parcelamentos), encaminhando à EQCRE para operacionalização, nos termos do art. 16-A da IN SRF nº 672/2006; d) cancelar e reativar declarações (exceto DCOMP) de pessoas físicas e jurídicas; e) realizar a revisão do crédito tributário, se for o caso, oriundo das Malhas GFIP e DCTF, quando comprovado erro de fato; f) realizar a revisão do crédito tributário fazendário ou previdenciário, por erro de pagamento; g) operacionalizar as revisões do crédito tributário nos sistemas de controle da RFB.
Equipe de Parcelamento (EQPAR)	a) gerir e executar procedimentos referentes a todas as modalidades de parcelamentos fazendários e previdenciários, convencionais e especiais; b) preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade, no âmbito de sua competência; c) realizar a revisão de cobrança dos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência; d) realizar a análise de conversão de DARF em GPS e vice-versa relativamente aos códigos de receita de parcelamentos, no âmbito de sua competência, encaminhando à EQCRE para operacionalização, nos termos do art. 16-A da IN SRF nº 672/2006; e) gerir e executar os procedimentos de controle dos processos de representação fiscal para fins penais, no âmbito de sua competência
Equipe de Fiscalização Pessoa Física (EFI-PF)	Realizar a fiscalização de pessoas físicas.
Equipe de Fiscalização PJ Fazendária (EFI-Faz)	Realizar a fiscalização de pessoas jurídicas referente a tributos fazendários.
Equipe de Fiscalização PJ Previdenciária (EFI-Prev)	Realizar a fiscalização de pessoas jurídicas referente a tributos previdenciários.
Equipe de Malha Fiscal (EFI-MF)	a) revisar as Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) que se encontram retidas na Malha Fiscal; b) efetuar a revisão de ofício dos créditos tributários lançados em decorrência dessa atividade, inscritos ou não em Dívida Ativa da União.
Equipe de Fiscalização Mista (EFI-Mista)	Realizar a fiscalização de pessoas jurídicas referente a tributos fazendários e previdenciários.



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela Registro Especial na atividade de produtor de bebidas alcoólicas, prevista na IN RFB/1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no disposto no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo fiscal nº 10640.001534/2001-61, declara:

Art.1º. Cancelado, de ofício, o Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas sob o nº 06104/045, da empresa DESTILARIA MARABÔ LTDA, 03.596.934/0001-26, estabelecida na Estrada Belmiro Braga s/nº, Cotegipe, Matias Barbosa, MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 6, de 30 de abril de 2003.

Art. 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 6, publicado na Seção 1 do DOU de 07 de maio de 2003.

Art.3º. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela Registro Especial na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas, prevista na IN RFB/1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no disposto no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo fiscal nº 10640.001534/2001-61, declara:

Art.1º. Cancelado, de ofício, o Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas sob o nº 06104/033, da empresa DESTILARIA MARABÔ LTDA, 03.596.934/0001-26, estabelecida na Estrada Belmiro Braga s/nº, Cotegipe, Matias Barbosa, MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 12, de 31 de agosto de 2001.

Art. 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 12, publicado na Seção 1 do DOU de 4 de novembro de 2001.

Art.3º. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO COUTO SOBRAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA - ES, no exercício das atribuições legais previstas no artigo 360, Inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020, bem como nos artigos 9º e 11º da Instrução Normativa RFB nº 1800, de 21 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo de que trata o Edital ALF/VIT nº 42/2020, para as áreas de especialização identificadas neste artigo, ficando credenciados, a título precário, por 02 (dois) anos, no período de 28/09/2020 a 27/09/2022, para a prestação de assistência técnica na identificação de mercadorias importadas ou a exportar, no âmbito desta Alfândega da Receita Federal do Brasil, os profissionais selecionados e qualificados, nas respectivas áreas de especialização:

a) Área de especialização MECÂNICA

Classificação	Nome	Dossiê
1º	FABIO CAMPOS FATALLA	13031.248578/2020-81
2º	HUGO VICENTE DA SILVA	13031.239097/2020-85
3º	MARCIO TILLY MOUTINHO DA SILVA	13031.265554/2020-97
4º	ALEXANDRE MARTINS DE F. JUNIOR	13031.239471/2020-42

b) Área de especialização ELÉTRICA

Classificação	Nome	Dossiê
1º	EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA	13031.250907/2020-54
2º	JOSE RICARDO GUEDES FREI	13031.240824/2020-57
3º	ACACIO FARINELLA	13031.247527/2020-32

c) Área de especialização INFORMÁTICA

Classificação	Nome	Dossiê
1º	BORIS LARGMAN	13031.245622/2020-00
2º	JOSE CARLOS SENCINI	13031.246140/2020-60
3º	LEONARDO VINICIUS DE ALMEIDA LEANDRO	13031.245287/2020-31

d) Área de especialização TÊXTIL

Classificação	Nome	Dossiê
1º	ALEXANDRE EDUARDO S. RATTON	13031.237348/2020-97
2º	JOSE ANTONIO BAUAB FILHO	13031.249761/2020-02
3º	GUILHERME VENANCIO DE OLIVEIRA	13031.256212/2020-86

e) Área de especialização QUÍMICA

Classificação	Nome	Dossiê
1º	LUIZ AURELIO ALONSO	13031.252529/2020-43
2º	ELIANE SIQUEIRA RAZZOTO	13031.257987/2020-79
3º	JOSÉ CARLOS SPERANDEO	13031.252529/2020-43

f) Área de especialização TELECOMUNICAÇÕES

Classificação	Nome	Dossiê
1º	RUI BARBOSA BOANOVA	13031.256620/2020-38

Art. 2º considerando que a seleção dos candidatos da área de especialização quantificação (mensuração) de mercadorias a granel, sólido, líquido ou gasoso (arqueação de embarcações e plataformas flutuantes) encontra-se em fase de conclusão e visando evitar a descontinuidade na realização dos serviços de perícia técnica para essa especialidade, no âmbito da jurisdição da unidade, prorroga-se, em caráter extraordinário e por mais trinta dias, a partir de 27 de setembro de 2020, a validade do credenciamento outorgado pelo Ato Declaratório Executivo (ADE) ALF/VIT nº 15, de 21 de setembro de 2016, prorrogado pelo Ato Declaratório Executivo nº 7, de 5 DE Julho de 2018, aos candidatos selecionados por meio do Edital de Seleção de Peritos nº 23, de 1º de junho de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de publicação.

JAQUES MAURO DE MORAES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Alfandega o recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com base no inciso VIII do artigo 4º dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.720771/2019-14, declara:

Art. 1º. Fica alfandegado, até 12/07/2032, o TERMINAL DE AVIAÇÃO GERAL administrado pela GATGRU SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 28.643.946/0001-95, situado no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - André Franco Montoro, na Rodovia Hélio Smidt, Pátio VIP - Aeroporto, com área total de 530 m², para realizar exclusivamente operações de embarque e desembarque ou trânsito de passageiros e dos bens que consigo portem.

Art. 2º. A fiscalização aduaneira será eventual, realizada segundo a conveniência e necessidade do interessado, ainda que fora do horário de funcionamento do recinto, em decorrência de situação específica (Portaria RFB nº 3.419/2011, artigo 28, §4º, inciso I, letra c).

Art. 3º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-lei nº 1.437/75 e suas alterações conforme legislação específica.

Art. 4º. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da ALF/GRU, que poderá estabelecer normas para adequação dos serviços ali prestados.

Art. 5º. Permanece atribuído ao recinto o código SISCOMEX nº 8.91.11.02-8.

Art. 6º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 162, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de produtor.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho de 2020, publicada no DOU de 17 de junho de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo administrativo nº 13032.150658/2020-98, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0078 ao estabelecimento DESTILARIA PORTAL DA BARACEIA LTDA, CNPJ nº 33.256.913/0001-22, situado na Estrada do Barreiro, 820, Bairro São Gonçalo, Taubaté / SP, para a atividade específica de PRODUTOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 163, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho de 2020, publicada no DOU de 17 de junho de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo administrativo nº 13032.463962/2020-01, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0079 ao estabelecimento DESTILARIA PORTAL DA BARACEIA LTDA, CNPJ nº 33.256.913/0001-22, situado na Estrada do Barreiro, 820, Bairro São Gonçalo, Taubaté / SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 164, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Conceder registro referente à suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o constante do processo administrativo nº 18186.728312/2013-49, resolve:

Art. 1º - Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a concessão de registro ao benefício fiscal de suspensão do IPI, incidentes sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens, destinados aos seus estabelecimentos, nos termos do artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o disciplinamento contido nos artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009:

Nome empresarial: Louis Dreyfus Company Sucos S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 00.831.373/0001-04

Condição da Pessoa Jurídica: Preponderantemente Exportadora, nos termos do artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude de incorrer em vedações previstas na Lei Complementar 123/2006.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, abaixo identificado, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e considerando o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso I do artigo 83 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.725517/2020-99 declara:

Art. 1º - A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa ultrapassou o limite de receita bruta anual, nos termos do artigo 3º da LC 123/2006.

Pessoa Jurídica	CNPJ	Data de início dos efeitos de Exclusão
QUALITY - SERVICOS EM GRANJAS AVICOLAS EIRELI	05.985.654/0001-35	01/09/2015

Art. 2º - Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, conforme determina o §9 e §9-A do artigo 3º da LC 123/2006 e o artigo 84, inciso I, da Resolução CGSN nº 140/2018.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e artigo 121 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, e nos termos do artigo 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JHEFFERSON ARAÚJO GUERREIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude de incorrer em vedações previstas na Lei Complementar 123/2006.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, abaixo identificado, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e considerando o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso I do artigo 83 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.725518/2020-33 declara:

Art. 1º - A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa ultrapassou o limite de receita bruta anual, nos termos do artigo 3º da LC 123/2006, como também incorrer em caso que acarreta a exclusão de ofício nos termos do artigo 29, IX, da LC 123/2006.

Pessoa Jurídica	CNPJ	Data de início dos efeitos de Exclusão
QUALITY - SERVICOS EM AVIARIOS LTDA	09.426.004/0001-00	01/09/2015

Art. 2º - Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, conforme determina o §9 e §9-A do artigo 3º da LC 123/2006 e o artigo 84, inciso I, da Resolução CGSN nº 140/2018.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e artigo 121 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, e nos termos do artigo 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JHEFFERSON ARAÚJO GUERREIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude de incorrer em vedações previstas na Lei Complementar 123/2006.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA/SC, abaixo identificado, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e considerando o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso I do artigo 83 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.725519/2020-88 declara:

Art. 1º - A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa ultrapassou o limite de receita bruta anual, nos termos do artigo 3º da LC 123/2006, como também incorrer em caso que acarreta a exclusão de ofício nos termos do artigo 29, IX, da LC 123/2006.

Pessoa Jurídica	CNPJ	Data de início dos efeitos de Exclusão
QUALITY - COLETA DE AVES LTDA	11.472.389/0001-94	01/09/2015

Art. 2º - Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, conforme determina o §9 e §9-A do artigo 3º da LC 123/2006 e o artigo 84, inciso I, da Resolução CGSN nº 140/2018.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e artigo 121 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, e nos termos do artigo 15 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JHEFFERSON ARAÚJO GUERREIRO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIONÍSIO CERQUEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIONÍSIO CERQUEIRA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Autorizar a inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa:

NOME	CPF	PROCESSO
ADRIANO JOSE FIUZA	089.859.939-33	19315.720673/2020-16

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro retromencionado também deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior CADADUANA, para fins da sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudante de Despachante Aduaneiro, de acordo com o art. 9º, § 1º da IN RFB 1.273, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER SOLON DURIGON

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

PORTARIA Nº 83, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Disciplina o atendimento ao contribuinte, o agendamento e a disponibilização de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 360, inciso III, da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, Seção 1-B, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, e considerando a Portaria SRRF09 nº 202, de 25 de março de 2020, a Portaria RFB 4.261 de 28 de agosto de 2020, a Portaria SRRF09 nº 578, de 28 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º O atendimento aos contribuintes será realizado preferencialmente, à distância, pela internet, nas seguintes modalidades: Dossiê Digital de Atendimento - DDA, Portal e-CAC (<http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual>), ChatRFB ou Fale Conosco.

Art. 2º Estabelecer que todos os serviços referentes às pessoas jurídicas serão atendidos exclusivamente mediante agendamento prévio do serviço demandado no sítio da RFB na internet.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput às pessoas jurídicas de direito público do Estado e dos Municípios, para as quais deverão ser disponibilizadas senhas de ofício, de modo a se estabelecer o atendimento institucional diferenciado.

Art. 3º Estabelecer que todos os serviços referentes às pessoas físicas serão atendidos exclusivamente mediante agendamento do serviço demandado, que pode ser no sítio da RFB na internet ou presencialmente, na unidade de atendimento, quando poderá ser para o mesmo dia caso haja capacidade de atendimento.

Art. 4º O atendimento presencial aos cidadãos no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) desta Alfândega será das 8 às 12 horas.

Parágrafo único. O horário de expediente no CAC será das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Art. 5º O atendimento presencial fica restrito à prestação dos seguintes serviços:

I - atos cadastrais de pessoas físicas, inclusive orientações sobre situação cadastral;

II - emissão de cópia de documentos relativos à Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e aos rendimentos informados em Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf);

III - recepção de documentos, requerimentos, defesas e recursos cujos protocolos não estejam disponíveis por meio do Dossiê Digital de Atendimento (DDA), previsto no Ato Declaratório Cogeia nº 3, de 19 de junho de 2020, publicado no DOU de 22/06/2020;

IV - parcelamentos não disponíveis no sítio eletrônico da RFB, na internet;

V - emissão de documentos de arrecadação não disponíveis no sítio eletrônico da RFB, na internet; e

VI - consulta de débitos e pendências fiscais de pessoa física e do Microempreendedor Individual (MEI).

§ 1º O Chefe da CAC poderá autorizar, em caráter excepcional, o atendimento presencial de serviço não relacionado.

§ 2º Não será prestado atendimento presencial caso o CPF, o CNPJ ou o serviço pretendido seja distinto daquele indicado no agendamento.

Art. 6º Todos os atendimentos prestados deverão ser registrados no Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento (Saga).

Art. 7º Terão atendimento prioritário, nos termos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas acompanhadas por crianças de colo e os obesos.

§ 1º Terão atendimento Especial, nos termos do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, os idosos com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos.

§ 2º A prioridade de que trata esse artigo é assegurada à pessoa que se apresentar para o atendimento.

Art. 8º O CAC observará as recomendações oficiais relativas a estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal, situação de emergência e estado de calamidade pública.

Parágrafo único. O impedimento de prestação de serviços presenciais ocasionado pelas situações as quais se refere o caput deverá ser suprido:

I - com o redirecionamento de servidores para atividades de atendimento remotas ou canais virtuais de atendimento; e

II - quando autorizado por atos normativos da Superintendência Regional da 9ª Região Fiscal ou de instâncias superiores, com a adoção do protocolo de serviços por meio de envelopamento.

Art. 9º Para os casos de serviços não disponíveis nos canais elencados no art. 1º bem assim outras situações extraordinárias ou dúvidas urgentes, os contribuintes poderão encaminhar as suas solicitações pelo endereço eletrônico atendimento@rfb.gov.br.

§ 1º As solicitações, quando for o caso de serviços, devem ser encaminhadas com a documentação, digitalizada, que fundamente o solicitado, de acordo com as instruções e formulários específicos disponíveis na Lista de Serviços RFB no endereço <http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos> e somente serão verificados, nos dias úteis, das 8h00 às 17h30.

§ 2º Na mensagem deverá ser informado o nome completo, CPF, telefone e descrição sucinta do que foi solicitado.



§3º Este serviço de recebimento de solicitações pela internet, de que trata o caput deste artigo, será disponibilizado enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 10. Ficam revogadas a Portaria ALF/ITJ nº 1, de 2 de janeiro de 2018 e a Portaria ALF/ITJ nº 43, de 30 de março de 2020.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor dia 01/10/2020.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 422, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Delega competência para designação de Comissões de Alfandegamento, no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o que estabelece o art. 39 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e considerando o que dispõem os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Fica delegada para os titulares das delegacias e alfândegas da 10ª Região Fiscal, e, nas suas ausências e impedimentos, para os respectivos substitutos, a competência para designação das Comissões de Alfandegamento de que trata o art. 39 da Portaria RFB nº 3.518, de 2011.

Parágrafo único. Cada titular deverá constituir uma única Comissão, que terá atuação nos recintos alfandegados de sua unidade e das inspetorias subordinadas, conforme anexo X da Portaria ME nº 284, de 2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 111, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Prorroga comissão de processo administrativo de responsabilização.

O CORREGEDOR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 16 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º da Portaria ME nº 8, de 13 de janeiro de 2020, no art. 8º e nos §§ 3º e 4º do art. 10 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no art. 3º do Decreto 8.420, de 18 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 180 dias, contados do término do período inicial, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 14044.720046/2017-01, designada pela Portaria nº 34 de 2 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2020, ante as razões apresentadas no Ofício nº 01/2020 CPAR 14044.720046/2017-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

PORTARIA Nº 110, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Prorroga comissão de processo administrativo de responsabilização.

O CORREGEDOR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do parágrafo único, do art. 16 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º da Portaria ME nº 8, de 13 de janeiro de 2020, no art. 8º e nos §§ 3º e 4º do art. 10 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no art. 3º do Decreto 8.420, de 18 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 180 dias, contados do término do período inicial, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 14044.720045/2017-59, designada pela Portaria nº 33, de 2 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2020, ante as razões apresentadas no Ofício nº 01/2020 CPAR 14044.720045/2017-59.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Desliga o Banco Pan S/A da Rede Arrecadadora de Receitas Federais.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no uso da atribuição que lhe confere o § 4º do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, e nos arts. 11 e 14 da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001, e considerando o que consta no Processo nº 16327.720318/2019-86, resolve:

Art. 1º Desligar da Rede Arrecadadora de Receitas Federais o Banco Pan S/A, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 59.285.411/0001-13, e na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 623, por haver solicitado seu desligamento, e por não estar mais prestando, desde 19 de maio de 2020, os serviços de arrecadação de receitas federais via Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Art. 2º Eventuais valores relativos às receitas arrecadadas e ainda em poder da instituição financeira referida no art. 1º deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Portaria MF nº 479, de 29 de dezembro de 2000, e da Portaria SRF nº 2.609, de 20 de setembro de 2001.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINÍCIUS MARTINS QUARESMA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Revoga o Ato Declaratório Executivo Coaef nº 8, de 31 de julho de 2016.

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 80 e o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I do §2º do art. 11 da Portaria RFB nº 4261, de 28 de agosto de 2020, declara:

Art. 1º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Coaef nº 8, de 31 de julho de 2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HUMBERTO VALENTINO VIEIRA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 100, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
DESPESAS COMUNS ENTRE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA. LIVRO-CAIXA. DEDUTIBILIDADE.

As despesas comuns entre médico, que aufera rendimentos de trabalho não assalariado, e pessoa jurídica, com pluralidade de sócios, que atuem no mesmo endereço podem ser rateadas e escrituradas no livro-caixa da pessoa física, para fins de dedução, desde que sejam despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora do médico, e que os critérios de rateio utilizados sejam razoáveis e objetivos, previamente ajustados entre as partes, devendo ser mantida a documentação comprobatória do efetivo dispêndio do médico para apresentar em eventual fiscalização.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.134, de 1990, art. 6º, inciso III e § 2º; Decreto nº 9.580, de 2018 - Regulamento do Imposto de Renda, arts. 68 e 69; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 2014, art. 104.

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.
É ineficaz a consulta na parte em que não preencher os requisitos para sua apresentação.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 e 52, inciso I; Decreto nº 7.574, de 2011, arts. 88 e 94, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 2º, inciso I, e 18, inciso I.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 101, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
LUCRO REAL. DÉBITOS CONSOLIDADOS EM PARCELAMENTO. PERT. JUROS DE MORA. DESPESA FINANCEIRA. CARACTERIZAÇÃO. DEDUTIBILIDADE.

Na apuração do Lucro Real, os juros à taxa Selic sobre o saldo devedor e os juros à taxa Selic incidentes sobre cada prestação a que se refere o art. 8º, §3º da Lei nº 13.496, de 2017, são considerados despesas financeiras e, regra geral, dedutíveis. Todavia, tais juros somente são dedutíveis quando incidentes sobre despesas dedutíveis, sendo, por conseguinte, indedutíveis quando incidentes sobre o próprio imposto, assim como quando incidentes sobre as multas de ofício a que se refere o art. 41, §5º da Lei nº 8.981, de 1995.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, art. 17, caput e §1º; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 41, caput e §5º; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 61, caput e §3º; Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, art. 8º, §3º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
BASE DE CÁLCULO. DÉBITOS CONSOLIDADOS EM PARCELAMENTO. PERT. JUROS DE MORA. DESPESA FINANCEIRA. CARACTERIZAÇÃO. DEDUTIBILIDADE.

Na apuração da base de cálculo da CSLL, os juros à taxa Selic sobre o saldo devedor e os juros à taxa Selic incidentes sobre cada prestação a que se refere o art. 8º, §3º da Lei nº 13.496, de 2017, são considerados despesas financeiras e, regra geral, dedutíveis. Todavia, tais juros somente são dedutíveis quando incidentes sobre despesas dedutíveis, sendo, por conseguinte, indedutíveis quando incidentes sobre a própria contribuição, assim como quando incidentes sobre as multas de ofício a que se refere o art. 41, §5º da Lei nº 8.981, de 1995.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, art. 17, caput e §1º; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 41, caput e §5º, art. 57; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 61, caput e §3º; Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, art. 8º, §3º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 107, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Normas de Administração Tributária
REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE TERRENO. INAPLICABILIDADE.

A tributação de valores recebidos em decorrência de venda de terreno para outra pessoa jurídica incorporadora não pode ser realizada no âmbito do RET.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.931, de 2004, art. 1º e IN RFB nº 1.435, de 2013, art. 2º, § 1º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 114, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
DESPESAS MÉDICAS. SEGURO-SAÚDE EMPRESARIAL. DEDUTIBILIDADE.

Podem ser deduzidos pelo contribuinte, na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física, os valores pagos a empresas domiciliadas no Brasil relativos a sua participação em planos de saúde que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica ou hospitalar, em benefício próprio ou de seus dependentes relacionados na Declaração, ainda que se trate de seguro-saúde empresarial, observado que esses valores devem ser por ele reembolsados à empresa contratante do seguro-saúde e que o reembolso deve ser devidamente comprovado.

Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de dezembro de 2018, art. 73, § 1º, inciso I.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.
Não produz efeitos a consulta sobre situação em que a consultante não é o sujeito passivo da obrigação tributária.



Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 2º e 18, inciso I.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 118, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. CLIENTES DOMICILIADOS NO EXTERIOR. DEDUTIBILIDADE. CONDICIONANTES. NECESSIDADE.

Na determinação do lucro real, as condicionantes previstas no art. 71 da IN RFB nº 1.700, de 2017, que permitem a dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos como despesas, nas situações ali previstas, devem ser observadas inclusive em relação àqueles decorrentes de vendas para o exterior.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 71; Decreto nº 9.580, de 2018 (RIR/2018), art. 347.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. CLIENTES DOMICILIADOS NO EXTERIOR. DEDUTIBILIDADE. CONDICIONANTES. NECESSIDADE.

Na determinação do resultado ajustado, as condicionantes previstas no art. 71 da IN RFB nº 1.700, de 2017, que permitem a dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos como despesas, nas situações ali previstas, devem ser observadas inclusive em relação àqueles decorrentes de vendas para o exterior.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, arts. 9º e 28; e Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 3º e 71.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
SERVIÇOS PARTICULARES DE VIGILÂNCIA. OUTRAS ATIVIDADES. REGIME DE APURAÇÃO.

As pessoas jurídicas que exercem serviços particulares de vigilância, referidas na Lei nº 7.102, de 1983, mesmo quando exerçam outras atividades, estão incluídas no regime de apuração cumulativa da Cofins.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.102, de 1983; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º e 10, I; Lei nº 11.901, de 2009; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 6º, 118, 119, X, e 150.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
SERVIÇOS PARTICULARES DE VIGILÂNCIA. OUTRAS ATIVIDADES. REGIME DE APURAÇÃO.

As pessoas jurídicas que exercem serviços particulares de vigilância, referidas na Lei nº 7.102, de 1983, mesmo quando exerçam outras atividades, estão incluídas no regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.102, de 1983; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 1º e 8º, I; Lei nº 11.901, de 2009; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 6º, 118, 119, X, e 150.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 105, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins-IMPORTAÇÃO

Na importação por conta e ordem de terceiros de bens destinados à revenda, a importadora por conta e ordem equipara-se a estabelecimento industrial quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem e, por conseguinte, deve recolher o IPI interno.

Existe ainda para a importadora por conta e ordem de terceiros a possibilidade de recuperar, a título de crédito, o valor relativo ao IPI vinculado à importação.

Este último, portanto, não integra o custo de aquisição da mercadoria, e, por conseguinte, também não integra a base de cálculo de creditamento da Cofins-Importação pelo adquirente (encomendante), sendo, ainda, vedado o aproveitamento dos créditos da referida contribuição pela importadora por conta e ordem.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 46, I e II, e 51, I a III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 15, 17 e 18; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), arts. 9º, I e IX; § 2º; 24, I e III; 35, I e II, 190 e 226, V; Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 2018; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017; Parecer PGFN/CRJ/nº 492, de 2011.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2014, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 579, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep-IMPORTAÇÃO

Na importação por conta e ordem de terceiros de bens destinados à revenda, a importadora por conta e ordem equipara-se a estabelecimento industrial quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem e, por conseguinte, deve recolher o IPI interno.

Existe ainda para a importadora por conta e ordem de terceiros a possibilidade de recuperar, a título de crédito, o valor relativo ao IPI vinculado à importação.

Este último, portanto, não integra o custo de aquisição da mercadoria, e, por conseguinte, também não integra a base de cálculo de creditamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação pelo adquirente (encomendante), sendo, ainda, vedado o aproveitamento dos créditos da referida contribuição pela importadora por conta e ordem.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2014, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 579, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 46, I e II, e 51, I a III; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 15, 17 e 18; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), arts. 9º, I e IX; § 2º; 24, I e III; 35, I e II, 190 e 226, V; Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 2018; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017; Parecer PGFN/CRJ/nº 492, de 2011.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

A expressão "obras de construção civil", para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

Os serviços de construção civil submetem-se ao regime de apuração não cumulativa da Cofins, porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculadas ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, portanto, ao regime de apuração cumulativa.

A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

Serviços de construção civil como os de manutenção sujeitam-se à não cumulatividade das contribuições em tela. Para se submeterem ao regime de apuração cumulativa da Cofins, é necessário que estejam vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 05, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 43, DE 27 DE MAIO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, inc. XX; Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 1999; e Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 322, I e X, e Anexo VII.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

A expressão "obras de construção civil", para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

Os serviços de construção civil submetem-se ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculadas ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, portanto, ao regime de apuração cumulativa.

A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

Serviços de construção civil como os de manutenção sujeitam-se à não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep. Para se submeterem ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, é necessário que estejam vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 05, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 43, DE 27 DE MAIO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, inc. XX, e art. 15, inc. V; Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 1999; e Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 322, I e X, e Anexo VII.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 113, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
BASE DE CÁLCULO. FOLHA DE SALÁRIOS. ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO. PRAZO DE PAGAMENTO.

O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários (da qual tanto o décimo terceiro salário quanto o seu adiantamento fazem parte) deve ocorrer até o 25º dia do mês subsequente ao da constituição da obrigação de pagar salários, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 18 da MP nº 2.158-35, de 2001.

No caso de adiantamentos ou antecipações de décimo terceiro salário que compõem a folha de salários da pessoa jurídica de que trata o art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001, em determinado mês, entende-se que sofrerá a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep naquele mês, e deverá ser paga ou recolhida até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente.

Dispositivos Legais: arts. 13 e 18 da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, inciso I do caput e § 2º do art. 22, e § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e arts. 275 a 277 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 117, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. ROYALTIES. DIREITOS AUTORAIS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

O pagamento de despesas de royalties a pessoa jurídica domiciliada no País, em decorrência de contrato de licença de uso de marca e imagem, inclusive a chamada remuneração mínima, não permite a apuração de créditos da Cofins na modalidade aquisição de insumos, conquanto não se trata de aquisição de serviços.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, arts. 22 e 23; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput, II.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. ROYALTIES. DIREITOS AUTORAIS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

O pagamento de despesas de royalties a pessoa jurídica domiciliada no País, em decorrência de contrato de licença de uso de marca e imagem, inclusive a chamada remuneração mínima, não permite a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na modalidade aquisição de insumos, conquanto não se trata de aquisição de serviços.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, arts. 22 e 23; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, caput, II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. MAE. CCEE. GERADORAS. BASE DE CÁLCULO. MERCADO DE CURTO PRAZO. MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA (MRE). DEMAIS RECEITAS.

O regime especial de tributação da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, é aplicável, mediante opção por pessoa jurídica integrante da CCEE, sucessora do MAE;

A opção pelo referido regime especial implica, para o agente integrante da CCEE que exerceu a opção, a partir do mês subsequente, aplicação das regras a ele inerentes em relação a todas as suas operações no Mercado de Curto Prazo, abrangendo todas as suas compras e todas as suas vendas de energia elétrica nesse segmento;

Apenas as receitas auferidas pela pessoa jurídica no âmbito do Mercado de Curto Prazo da CCEE é que podem ser submetidas ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, considerando-se o estabelecido no art. 47, § 6º, inc. I, da Lei nº 10.637, de 2002;



Às demais receitas, inclusive aquelas auferidas no âmbito do ACR e do ACL, aplicam-se as normas gerais previstas na legislação de regência da Contribuição para o PIS/Pasep, do que decorre, como regra, o regime de apuração não cumulativa;

É vedada, na apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep no âmbito do regime especial de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, a dedução de valores decorrentes de resultado negativo das operações realizadas no mercado de curto prazo;

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado de Curto Prazo;

A exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, do valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do MRE, nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019, só é permitida à geradora optante no âmbito do regime especial, cuja característica é a incidência cumulativa das contribuições; e

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do MRE, independentemente do regime de apuração das contribuições a que se submete a pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

Dispositivos Legais: inciso II do § 2º do art. 3º e art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002; § 4º do art. 5º da Lei nº 10.848, de 2004; arts. 1º e 56 do Decreto nº 5.163, de 2004; art. 2º do Decreto nº 5.177, de 2003; e arts. 658 a 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. MAE. CCEE. GERADORAS. BASE DE CÁLCULO. MERCADO DE CURTO PRAZO. MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA (MRE). DEMAIS RECEITAS.

O regime especial de tributação da Cofins de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, é aplicável, mediante opção por pessoa jurídica integrante da CCEE, sucessora do MAE;

A opção pelo referido regime especial implica, para o agente integrante da CCEE que exerceu a opção, a partir do mês subsequente, aplicação das regras a ele inerentes em relação a todas as suas operações no Mercado de Curto Prazo, abrangendo todas as suas compras e todas as suas vendas de energia elétrica nesse segmento;

Apenas as receitas auferidas pela pessoa jurídica no âmbito do Mercado de Curto Prazo da CCEE é que podem ser submetidas ao regime de apuração cumulativa da Cofins, considerando-se o estabelecido no art. 47, § 6º, inc. I, da Lei nº 10.637, de 2002, e no inciso X do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003;

Às demais receitas, inclusive aquelas auferidas no âmbito do ACR e do ACL, aplicam-se as normas gerais previstas na legislação de regência da Cofins, do que decorre, como regra, o regime de apuração não cumulativa;

É vedada, na apuração da base de cálculo da Cofins no âmbito do regime especial de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, a dedução de valores decorrentes de resultado negativo das operações realizadas no mercado de curto prazo;

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Cofins, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado de Curto Prazo;

A exclusão da base de cálculo da Cofins, do valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do MRE, nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019, só é permitida à geradora optante no âmbito do regime especial, cuja característica é a incidência cumulativa das contribuições; e

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Cofins, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do MRE, independentemente do regime de apuração das contribuições a que se submete a pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

Dispositivos Legais: art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002; § 4º do art. 5º da Lei nº 10.848, de 2004; inciso II do § 2º do art. 3º e inciso X do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003; arts. 1º e 56 do Decreto nº 5.163, de 2004; art. 2º do Decreto nº 5.177, de 2003; e arts. 658 a 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ DEDUTIBILIDADE DE DESPESAS. PLANO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.

As despesas com planos de assistência jurídica, disponibilizados indistintamente a empregados e dirigentes, não atendem aos requisitos para dedução como despesa operacional, na apuração da base de cálculo do IRPJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 74, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, V; Decreto nº 9.580, de 2018, art. 258, 259, 289, 311, §§ 1º, 2º e 3º, e 372, §§ 1º e 2º; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 68, 69 e 134.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 108, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA (CPRB). FABRICAÇÃO E VENDA NO VAREJO. OPÇÃO. POSSIBILIDADE.

A empresa que fabrica e vende, no atacado ou no varejo, produtos que permitem sua opção pelo regime da CPRB, como os do capítulo 63 da Tabela de incidência do IPI, poderá contribuir com base neste regime até 31 de dezembro de 2020, a despeito de a empresa que atua na venda a varejo do mesmo produto, quando fabricado por terceiro, ter sido excluída desse regime de tributação.

O regime da CPRB não é aplicado por estabelecimento, mas para a empresa como um todo, observadas as regras do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, quando a empresa atua em atividades que permitem opção pelo regime da CPRB e também em atividades que não permitem.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 2011, art. 8º, inciso VIII, alínea "a"; Lei nº 13.670, de 2018, art.12, alíneas "b" e "c".

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.010, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

A remessa de valores para pagamentos de serviços técnicos e de assistência técnica prestados por pessoas jurídicas situadas na República da Finlândia, independentemente de pertencerem ao mesmo grupo econômico da contratante no País, não sofre retenção do Imposto sobre a Renda na Fonte, segundo o Acordo Fino-Brasileiro para Evitar a Dupla Tributação e os critérios estabelecidos pela RFB para classificação desses pagamentos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SC COSIT Nº 109, de 2 DE AGOSTO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 98; Decreto nº 2.465, de 1998, art. 7; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 2014; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2014.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS SILVA
Coordenadora

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 de abril de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplica-se o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 114, DE 26 de março de 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput, § 1º, III, "a", e § 2º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, § 1º, II, "a", §§ 3º e 4º, art. 215, § 2º; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 28 de agosto de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 de abril de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

RESULTADO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo da CSLL devida pela pessoa jurídica tributada com base no resultado presumido, aplica-se o percentual de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 114, DE 26 de março de 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, "a", § 2º, e art. 20, caput; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, § 1º, II, "a", §§ 3º e 4º, art. 34, § 2º, art. 215, §§ 1º e 2º; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 28 de agosto de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

FABIO CEMBRANEL
Coordenador

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 21, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III do referido Regimento, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, nas Resoluções ns. 4.571, de 26 de maio de 2017, e 4.847, de 24 de agosto de 2020, na Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e na Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, resolve:



Art. 1º Entram em vigor, a partir da data-base de outubro de 2020, as novas versões do Leiaute e das Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdoc3040>.

Art. 2º Foram feitas as seguintes modificações no "Anexo 37: Tipo de Uso Regulatório":

I - alteração da descrição do domínio 02 para "Operações concedidas no âmbito do FGI PEAC (Lei nº 14.042 - Programa Emergencial de Acesso a Crédito)";

II - inclusão do domínio 05 com a descrição "Operações concedidas no âmbito do PEAC-Maquinhas (Lei nº 14.042 - Programa Emergencial de Acesso a Crédito)".

Art. 3º Admite-se o envio da informação de que trata o inciso II do art. 2º para a data-base de setembro de 2020, em regime de produção assistida.

Art. 4º Esta Instrução Normativa BCB entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 306, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a lista dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no Estoque Regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 3º, incisos I a IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4.1, alínea "a", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

Considerando o que estabelece o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o que consta no Processo nº 0052600.006303/2020-22, resolve:

Art 1º Disponibilizar a lista dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no Estoque Regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, concernentes à Diretoria de Avaliação da Conformidade (Dconf), à Diretoria de Metrologia Legal (Dimel); à Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) e ao Gabinete da Presidência (Gabin), acessíveis na página <http://www.inmetro.gov.br/legislacao/>.

Parágrafo único. A listagem inclui apenas os atos normativos que serão objeto de exame, nos termos do art. 2º da Portaria nº 244, de 20 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2020, seção 1, página 20, que dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, alterada pela Portaria nº 296, de 11 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2020, seção 1, página 54.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 307, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Delega competência ao Diretor de Metrologia Científica e Tecnologia para a aprovação de portarias afetas à Rede de Metrologia Química do Inmetro - Remeq-l.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso I do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016.

Considerando a Lei nº 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em especial, os artigos 11 a 14;

Considerando os princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Pública Federal, em especial, planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle, discriminados no Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967;

Considerando a proposta de delegação de competência para que o Diretor de Metrologia Científica e Tecnologia (Dimci) possa assinar as Portarias, que tratam de questões operacionais, da Rede de Metrologia Química do Inmetro (Remeq-l);

Considerando que nenhuma das decisões tomadas e publicadas pela Rede envolvem a transferência de recursos financeiros e/ou atividades que possam sobrepor às outras Diretorias do Inmetro; e

Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.015625/2019-29; resolve:

Art. 1º Instituir esta Portaria para dispor sobre a delegação de competência ao Diretor de Metrologia Científica e Tecnologia, quanto à aprovação das Portarias da Rede de Metrologia Química do Inmetro (Remeq-l).

Parágrafo único: O âmbito desta delegação compreende os atos previstos como questões operacionais da Rede de Metrologia Química do Inmetro (Remeq-l).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 999, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Alocação de Funções Gratificadas da Superintendência-Regional Norte/Centro-Oeste.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 35014.165556/2020-28, resolve:

Art. 1º Alocar as seguintes Funções Gratificadas - FG vinculadas à Superintendência-Regional Norte/Centro-Oeste - SR-V:

I - uma FG-1 de Chefe Setor de Benefícios, da Agência da Previdência Social -

APS Na Hora - Ceilândia, código 23.001.09.0, para a APS CEAB Reconhecimento de Direito da SR-V, código 23.001.80.0;

II - duas FG-3 de Supervisor Operacional de Benefícios:

a) da APS Asa Sul, código 23.001.04.0, para a APS CEAB Manutenção da SR-V, código 23.001.86.0; e

b) da APS Taguatinga, código 23.001.06.0, para a APS CEAB Demandas Judiciais da SR-V, código 23.001.84.0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 6 de outubro de 2020.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 655, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002607/2020-22, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da ABBprev - Sociedade de Previdência Privada, CNPJ nº 03.407.728/0001-20, como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social nº 5.438, de 09/07/1999, publicada no Diário Oficial da União de 12/07/1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 658, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.003315/2020-15, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento do Plano de Aposentadoria AbbottPrev, CNPB nº 1999.0033-65, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 16 de fevereiro de 2005, exclusivamente com relação ao plano citado.

Art.2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 1999.0033-65 do Plano de Aposentadoria AbbottPrev, administrado pela AbbottPrev Previdência Privada.

Art. 3º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da AbbottPrev Previdência Privada, CNPJ nº 03.443.973/0001-93, como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria nº 5.630, de 17 de agosto de 1999, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 1999 .

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 659, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005117/2019-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão do Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD, CNPB nº 2001.0017-38, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial - ITAUSAINDL, e a transferência de gerenciamento da parcela cindida para o Icatu Fundo Multipatrocinado - ICATUFMP.

Art. 2º Autorizar a aplicação do regulamento do Plano de Benefícios de Contribuição Definida Elekeiroz, a ser administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado - ICATUFMP.

Art. 3º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB o Plano de Benefícios de Contribuição Definida Elekeiroz, sob o nº 2020.0021-83.

Art. 4º Autorizar o convênio de adesão firmado entre a Elekeiroz S/A, CNPJ nº 13.788.120/0001-47, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios de Contribuição Definida Elekeiroz, CNPB nº 2020.0021-83, e o Icatu Fundo Multipatrocinado - ICATUFMP.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 661, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003535/2020-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a cisão do Plano de Aposentadoria da ABBprev, CNPB nº 1999.0022-29, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Aprovar a aplicação do regulamento do Plano de Aposentadoria ABBprev II, a ser administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 3º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB o Plano de Aposentadoria ABBprev II, sob o nº 2020.0020-19.

Art. 4º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a ABB Power Grids Brasil Ltda., CNPJ nº 61.074.829/0001-23, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria ABBprev II, CNPB nº 2020.0020-19, e o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DELIBERAÇÃO Nº 241, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o estatuto da Auditoria Interna da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 9º do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.613089/2016-50, deliberou:

Art. 1º Aprovar o Estatuto da Auditoria Interna da Superintendência de Seguros Privados - Susep, na forma a seguir.

CAPÍTULO I

DA MISSÃO E DO PROPÓSITO

Art. 2º A missão da Auditoria Interna (Audit) é prestar serviços de avaliação e consultoria, auxiliando, de forma independente, o aperfeiçoamento do controle interno implantado na Susep, agregando valor às práticas administrativas, particularmente as relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos, e contribuindo para o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional com maior eficiência.

Parágrafo único. O Conselho Diretor deve prover recursos humanos e materiais, inclusive capacitação, bem como a estrutura organizacional para garantir a autonomia funcional necessária ao cumprimento da missão da auditoria interna.

Art. 3º O escopo do trabalho é determinado pelo grau de risco atribuído à atividade objeto da auditoria, por meio de metodologia apropriada que se propõe a:

I - identificar os riscos das atividades praticadas pela Autarquia e avaliar a capacidade dos controles internos em minimizar, evitar ou corrigir eventuais falhas ou irregularidades;

II - verificar se a ação praticada pelos servidores e gestores demonstra a observância às leis, normas e políticas aplicáveis;

III - colaborar com o aperfeiçoamento do controle interno visando assegurar que os programas, planos e objetivos institucionais sejam realizados;

IV - promover a qualidade e a melhoria contínua do controle interno da Autarquia.



CAPÍTULO II
DA VINCULAÇÃO E ABRANGÊNCIA
Art. 4º A Audit é a unidade especializada e específica à qual cabe a execução da atividade de auditoria interna no âmbito da Susep.
§ 1º A Audit se reporta funcionalmente ao Conselho Diretor da Susep, a quem cabe supervisionar a unidade, sendo vedada a delegação a outra autoridade.
§ 2º Os assuntos de natureza administrativa relacionados ao funcionamento da unidade de Auditoria Interna, tais como aprovação de viagens, cursos e afastamentos, serão submetidos diretamente ao Superintendente para apreciação, nos casos em que houver necessidade.
§ 3º O Conselho Diretor deve avaliar anualmente o desempenho do Auditor-Chefe.
§ 4º Para o cumprimento do disposto no § 3º, a Audit deve efetuar, no mínimo uma vez ao ano, pesquisa de feedback da alta administração a respeito dos trabalhos de auditoria interna, como parte integrante do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ, de que trata o Capítulo X desta Deliberação.
Art. 5º A autonomia para o desenvolvimento, execução e apresentação dos trabalhos de auditoria estende-se aos servidores da Audit, que devem reportar-se funcional e administrativamente ao Auditor-Chefe.
Art. 6º Tendo em vista o disposto no artigo 24, inciso IX, da Lei 10.180, de 6/2/2001, nos artigos 14, 15 e 20 do Decreto 3.591, de 6/9/2000, a AUDIT fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria Geral da União (CGU).
Art. 7º A ação da auditoria interna abrange todas as atividades, programas, operações e controles existentes na Susep.
Art. 8º A Audit apresentará à CGU, anualmente, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, nos termos dos normativos vigentes.
Art. 9º A designação ou dispensa do Auditor-Chefe será submetida, pelo Superintendente, à aprovação do Conselho Diretor, e após, à aprovação da CGU, nos termos estabelecidos na Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, ou em norma que vier a sucedê-la.
§ 1º Fica dispensada de consulta à CGU a designação de substituto para a função de Auditor-Chefe, mantida a exigência de aprovação pelo Conselho Diretor.
§ 2º A permanência no cargo de Auditor-Chefe deve ser limitada a três anos consecutivos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.
Art. 10. A CGU poderá utilizar os serviços da Audit conforme previsto no Decreto 3591/2000.
CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES
Seção I
Da Auditoria Interna
Art. 11. Não obstante as competências previstas no Regimento Interno da Susep, o Auditor-Chefe, com o apoio do corpo funcional da Audit, deve:
I - desenvolver proposta de Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT com base na metodologia de avaliação de risco desenvolvida pela Unidade, contemplando, inclusive, a visão do gestor;
II - executar o PAINT como aprovado ou justificar sua eventual execução parcial em decorrência de circunstâncias ou trabalhos não previstos;
III - realizar serviços de avaliação e de consultoria, apoiando a estruturação e o funcionamento da primeira e da segunda linhas de defesa da gestão;
IV - encaminhar relatórios de auditoria para as chefias das unidades auditadas, após a discussão prévia dos achados e recomendações da auditoria realizada, bem como encaminhar síntese dos assuntos tratados nos relatórios aos diretores aos quais as unidades estejam subordinadas e ao Superintendente;
V - encaminhar relatórios de auditoria para a CGU, nos termos das normas vigentes;
VI - emitir parecer, conforme previsto nas normas legais, no que tange ao processo de prestação de contas anual e às tomadas de contas especiais;
VII - manter relacionamento com órgãos externos de controle;
VIII - apresentar ao Conselho Diretor da Susep, periodicamente, relatórios gerenciais sobre as recomendações efetuadas pela Audit e pelos órgãos externos de controle, que ainda não tenham sido implementadas pelas unidades da Susep;
IX - manter o corpo funcional com nível de conhecimento suficiente à execução de suas funções, propondo, para tanto, treinamento compatível no país e no exterior;
X - avaliar proposta de inovações tecnológicas e de alterações de rotinas para a auditoria interna e implantá-las quando julgar necessário à melhoria das atividades desenvolvidas pela Audit;
XI - manter o Conselho Diretor da Susep informado tempestivamente dos assuntos que, por sua relevância e/ou materialidade, imponham uma ação imediata por parte daquela instância administrativa;
XII - convocar a unidade auditada para participar de reunião de busca conjunta de soluções, referente aos apontamentos contidos nos Relatórios Preliminares de Auditoria;
XIII - encaminhar o Relatório Final de Auditoria ao Conselho Diretor, para ciência;
XIV - informar sobre eventuais situações de conflito de interesses, existentes ou supervenientes, que possam comprometer os trabalhos de auditoria;
XV - avaliar objetivamente as evidências levantadas nos trabalhos de auditoria, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões isentas na execução de suas atividades; e
XVI - buscar identificar potenciais riscos de fraude e realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes, quando houver indícios suficientes de fraudes ou de ilegalidades.
§ 1º A proposta do Paint, prevista no Inciso I, e a descrição dos recursos necessários ao cumprimento do plano, deverão ser submetidos pela Audit à CGU; e, posteriormente, ao Conselho Diretor da Susep, para aprovação, observados os procedimentos e os prazos estabelecidos na Instrução Normativa SFC/CGU nº 9, de 9 de outubro de 2018, ou em norma que venha a sucedê-la.
§ 2º A justificativa prevista no inciso II poderá ser feita quando da apresentação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN.
Seção II
Das Unidades Auditadas
Art. 12. Compete às unidades auditadas:
I - atender e dar o suporte necessário para a equipe de auditores designados para a realização das auditorias, bem como prestar informações e apresentar a documentação pertinente dentro do prazo estabelecido, quando solicitada;
II - participar das reuniões de busca conjunta de soluções;
III - fornecer, dentro do prazo estabelecido, informações e evidências pertinentes, em relação aos fatos apontados no Relatório Preliminar de Auditoria;
IV - preencher e enviar para avaliação da Audit, dentro do prazo estabelecido, o Plano de Ação, de forma clara e objetiva, contemplando as ações, responsáveis e prazos para a implementação das recomendações contidas no Relatório Final de Auditoria; e
V - cumprir efetivamente as ações e prazos estabelecidos no Plano de Ação, fornecendo as evidências quanto à sua implementação.
CAPÍTULO IV
DAS AUTORIZAÇÕES
Art. 13. O Auditor-Chefe, com o apoio do corpo funcional da Audit, está autorizado a:
I - ter acesso a todas as informações, registros, propriedades, sistemas, bancos de dados, processos, servidores e terceiros ligados à Autarquia necessários à execução dos trabalhos para os quais esteja designado;
II - alocar os recursos disponíveis para a Unidade, estabelecer frequências, selecionar tópicos, determinar escopo de trabalho e aplicar as técnicas julgadas necessárias para atingir os objetivos da auditoria;
III - ter acesso aos membros da Diretoria Colegiada da SUSEP sempre que necessário para discutir assuntos relacionados à Auditoria Interna; e
IV - obter a necessária assistência dos servidores na unidade onde a auditoria é efetuada, bem como de outros serviços especializados dentro ou fora da SUSEP.

§ 1º Em relação aos incisos I e IV, caso a equipe de auditoria interna encontre restrição à execução dos trabalhos, o Superintendente e o Diretor da unidade auditada deverão ser comunicados pelo Auditor-Chefe, para as providências cabíveis.
§ 2º Na ausência de providências por parte das autoridades a que se refere o parágrafo anterior, a CGU deverá ser informada.
CAPÍTULO V
DAS VEDAÇÕES
Art. 14. É vedado ao pessoal da Audit:
I - participar de qualquer atividade, no âmbito da Susep, que possa ser caracterizada como ato de gestão, ou que possa vir a ser avaliada pela Auditoria Interna, no exercício de suas competências;
II - participar de comissões de sindicância, processos administrativos disciplinares ou grupos de trabalho;
III - propor ou aprovar transações contábeis no âmbito da Autarquia;
IV - ordenar despesas de qualquer natureza;
V - exercer autoridade hierárquica fora do âmbito da Audit, exceto com relação a servidores de outras unidades atuando como especialistas em missão de auditoria; e
VI - substituir titulares de unidades sujeitas à auditoria.
§ 1º Os servidores transferidos para a unidade de Auditoria Interna não poderão auditar qualquer atividade que previamente tenham diretamente executado em outra unidade da Autarquia.
§ 2º Os servidores transferidos para a unidade de Auditoria Interna somente poderão auditar atividades relativas ao seu setor de lotação anterior, após decorrido o período de 24 (vinte e quatro) meses de sua transferência, ressalvadas situações excepcionais, devidamente justificadas.
CAPÍTULO VI
FORMAS DE ATUAÇÃO DA AUDIT
Art. 15. As ações de auditoria são classificadas em ordinária e especial.
Art. 16. A auditoria ordinária é aquela prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT).
Art. 17. A auditoria especial consiste na realização de uma ação não prevista na programação anual de auditoria, e objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes.
Parágrafo único. A determinação pela execução de auditoria especial ficará a cargo do Auditor-Chefe, podendo ser solicitada pelo Conselho Diretor da Susep ou pelos órgãos externos de controle.
CAPÍTULO VII
DOS PADRÕES DA PRÁTICA DE AUDITORIA INTERNA
Art. 18. A Audit adotará, no que couber, os padrões para o exercício profissional da auditoria interna constantes das Instruções Normativas SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017, e nº 8, de 6 de dezembro de 2017, ou de normas que venham a sucedê-las, sem prejuízo do acompanhamento das práticas recomendadas pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil/AUDIBRA) e pelo Conselho Federal de Contabilidade.
CAPÍTULO VIII
DO CÓDIGO DE CONDUTA
Art. 19. Os servidores lotados na Audit e designados para realizar os trabalhos de auditoria interna, têm a responsabilidade de observar o Código de Conduta do Servidor Público e do Servidor da SUSEP.
Parágrafo único. Aplica-se, subsidiariamente, o Código de Ética instituído pelo IIA/Audibra.
CAPÍTULO IX
DO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
Art. 20. Cada auditor, incluindo o Auditor-Chefe, deve realizar, no mínimo, 40 horas de treinamento por ano, visando manter-se atualizado no que se refere ao desempenho de suas atividades. Esta capacitação pode incluir cursos formais, seminários, workshops, encontros, visitas técnicas, cursos de pós-graduação, cursos a distância, dentre outros.
CAPÍTULO X
DO PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE - PGMQ
Art. 21. A Audit deve estabelecer, por meio de ato específico, um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental; observados os preceitos legais aplicáveis, especialmente as disposições da Instrução Normativa SFC/CGU nº 3, de 2017, assim como as boas práticas nacionais e internacionais relativas ao tema.
Art. 22. O PGMQ deve conter as atividades de monitoramento contínuo, avaliação interna periódica e avaliação externa.
Art. 23. Visando a aprimorar a qualidade dos trabalhos desempenhados no âmbito da unidade, a Audit deve estabelecer indicadores de desempenho que considerem, no mínimo:
I - o desempenho da UAIG em relação ao Plano Anual de Auditoria Interna;
II - o grau de atendimento às recomendações emitidas pela UAIG;
III - pesquisa de feedback da alta administração a respeito dos trabalhos de auditoria interna; e
IV - pesquisa de feedback dos gestores a respeito dos trabalhos de auditoria interna.
CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 24. O Conselho Diretor deve revisar, uma vez ao ano, o estatuto da atividade de auditoria interna, para assegurar a conformidade do documento com o arcabouço normativo vigente.
Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, a Audit deve submeter ao Conselho Diretor, no mínimo uma vez ao ano, exposição de motivos opinando pela manutenção ou alteração do estatuto; e, se for o caso, minuta de Deliberação abrangendo a alteração proposta.
Art. 25. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 26. Fica revogada a Deliberação Susep nº 207, de 8 de maio de 2018.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 242, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece rito sumário, no âmbito do processo administrativo normativo da SUSEP, para atender ao disposto no § 2º do art. 1º da Deliberação SUSEP nº 238 e no § 2º do art. 1º da Instrução SUSEP nº 114, ambas de 22 de maio de 2020.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 9º do anexo à Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, considerando o disposto no § 2º do art. 1º da Deliberação SUSEP nº 238, de 2020, e do § 2º do art. 1º da Instrução SUSEP nº 114, de 2020, e o que consta do Processo Susep nº 15414.612955/2020-71, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o rito sumário para, no âmbito do processo administrativo normativo da SUSEP, ser aplicado nas propostas de atos normativos que integrem processos instaurados para atender ao disposto no § 2º do art. 1º da Deliberação SUSEP nº 238 e no § 2º do art. 1º da Instrução SUSEP nº 114, ambas de 22 de maio de 2020, que visem, exclusivamente, a republicação de normativo revogado e que não se enquadre nas hipóteses do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.



CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 2º Se durante a tramitação do processo administrativo normativo for verificada a sua incompatibilidade com o rito sumário, este convolar-se-á no rito previsto na Deliberação SUSEP nº 222, de 2019, aproveitando-se os atos praticados que não acarretem prejuízo ao regular andamento do processo.
Art. 3º Para os fins do disposto nesta Deliberação, proponente é a parte legitimada para a abertura de processo administrativo normativo em rito sumário, sendo responsável pela elaboração e consolidação da minuta de ato normativo.

CAPÍTULO II
DAS FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NORMATIVO
Seção I
Da Iniciativa
Art. 4º O Superintendente, os Diretores, os Chefes de Departamentos e os Coordenadores-Gerais possuem legitimidade para dar início ao processo administrativo normativo em rito sumário, respeitando-se a pertinência temática com as respectivas atribuições regimentais.

Seção II
Da Instrução
Art. 5º O processo administrativo normativo em rito sumário deverá ser instruído, necessariamente com:
I - despacho do proponente, justificando a necessidade da republicação e informando as normas alcançadas;
II - minuta do ato normativo, propondo a republicação da norma revogada, conforme modelos apresentados nos Anexos I e II desta Deliberação;
III - voto submetendo a minuta de ato normativo à aprovação do Conselho Diretor, quando for o caso; e
IV - termo de julgamento da reunião do Conselho Diretor com a deliberação sobre a proposta normativa.

Parágrafo único. Caso a norma objeto da republicação tenha sido editada em meio físico, deverá ser realizada a digitalização do respectivo processo e conversão para processo eletrônico no Sei.

Seção III
Da Deliberação do Conselho Diretor
Art. 6º As deliberações do Conselho Diretor e seus efeitos serão processados, na forma estabelecida na Seção IV, do Capítulo II, da Deliberação SUSEP nº 222, de 2019.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 7º Os casos omissos serão decididos pelo Superintendente, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2020.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

ANEXO I

Modelo de Minuta do Ato Normativo Propondo a Republicação de Deliberação Susep revogada pela Deliberação Susep 238, de 22 de maio de 2020.

MINUTA DE DELIBERAÇÃO
Estabelece a republicação da Deliberação Susep nº XXX, de (dia) de (mês) de (ano).
A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em ____ de ____ de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 9º da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019 e considerando o que consta do Processo SEI nº 15414.XXXXXX/20XX-XX, resolve:
Art. 1º Fica republicada a Deliberação Susep nº XXX, de (dia) de (mês) de (ano), revogada pela Deliberação Susep nº 238, de 22 de maio de 2020.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir de (dia) de (mês) de (ano).

ANEXO II
Modelo de Minuta do Ato Normativo Propondo a Republicação de Instrução Susep revogada pela Instrução Susep 114, de 22 de maio de 2020

MINUTA DE INSTRUÇÃO
Estabelece a republicação da Instrução Susep nº XXX, de (dia) de (mês) de (ano).
A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em ____ de ____ de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 9º da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019 e considerando o que consta do Processo SEI nº 15414.XXXXXX/20XX-XX, resolve:
Art. 1º Fica republicada a Instrução Susep nº XXX, de (dia) de (mês) de (ano), revogada pela Instrução Susep nº 114, de 22 de maio de 2020.
Art. 2º Esta Instrução entra em vigor a partir de (dia) de (mês) de (ano).

PORTARIA Nº 7.680, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Publica a Lista de Atos Normativos inferiores a Decreto, de acordo com o disposto no Art. 12 do Decreto 10.139 de 28 de novembro 2019.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CNSP nº 374/2019, considerando o disposto no Art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e o que consta do Processo Susep nº 15414.601257/2020-41, resolve:
Art. 1º Publicar as listagens dos Atos Normativos inferiores a Decreto que constam nos Anexos I, II, III e IV desta Portaria, de forma a atender ao disposto no Art. 12 do Decreto nº 10.139, 28 de novembro de 2019.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

ANEXO I

LISTAGEM DE INSTRUÇÕES

Norma	Data de Publicação	Ementa
INSTRUÇÃO 0001/2003	21/11/2003	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0001/2004	01/01/2004	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0001/2005	03/06/2005	Aprova as normas de execução e modelo do formulário denominado Guia de Recolhimento da União - GRU, em anexo, destinados a consignar as operacoes de arrecadacao de recursos financeiros processados pela Sede da Autarquia e revoga a INSTRUÇÃO SUSEP/DEAFI nº 002, de 30.06.99.
INSTRUÇÃO 0001/2006	10/03/2006	Aprova os critérios de avaliação a serem adotados pelo comite criado atraves da Portaria SUSEP nº 2395, de 09.03.06, na forma do anexo desta INSTRUÇÃO.
INSTRUÇÃO 0001/2006	20/10/2006	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0001/2007	04/05/2007	Disciplina os procedimentos para a realização de reuniões entre agentes publicos, em exercicio no DECON, e representantes de interesses de particulares, sejam ou nao das sociedades ou entidades supervisionadas.
INSTRUÇÃO 0001/2009	30/04/2009	Estabelece procedimentos relativos a concessão de Suprimento de Fundos.
INSTRUÇÃO 0001/2010	01/01/2010	Disciplina e uniformiza os procedimentos a serem adotados pelos servidores da CGFIS no tratamento das infrações relacionadas ao módulo "lavagem de dinheiro".
INSTRUÇÃO 0001/2013	14/06/2013	Disciplina procedimentos para o Processo de Gestão da Central de Serviços e de Incidentes de Tecnologia da Informação (CSI-TI), em consonância com a Instrução SUSEP 62/2012.
INSTRUÇÃO 0001/2013	08/11/2013	Revoga a Instrução SUSEP/DETEC/Nº 001/2006.
INSTRUÇÃO 0001/2016	24/06/2016	Estabelece os critérios e procedimentos relativos à concessão de férias aos servidores da Susep.
INSTRUÇÃO 0001/2017	03/02/2017	Padroniza os procedimentos a serem adotados na análise de pedidos de concessões de registro e alterações de dados cadastrais de corretores de seguros, de planos de previdência e de capitalização, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO 0001/2017	31/03/2017	Disciplina, no âmbito da Coordenação Geral de Fiscalização de Conduta - CGCOF, o procedimento relativo à correlação entre as infrações descritas nos itens do auto de infração, da representação ou do parecer conclusivo de denúncia e sua documentação comprobatória, para fins de instrução do respectivo processo administrativo sancionador.
INSTRUÇÃO 0001/2018	23/03/2018	Dispõe sobre o rodízio de fiscais nas fiscalizações da CGFIP.
INSTRUÇÃO 0001/2018	27/04/2018	Estabelece os procedimentos referentes ao planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de auditoria, no âmbito da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO 0002/2006	24/03/2006	Aprova os critérios de avaliação a serem adotados pelo comite criado atraves da Portaria nº 2398 de 22.03.06, na forma do anexo desta INSTRUÇÃO.
INSTRUÇÃO 0002/2007	26/10/2007	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0002/2008	07/11/2008	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para as comemorações de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0002/2009	30/10/2009	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para as comemorações de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0002/2015	19/11/2015	Dispõe sobre rotina de trabalho, mediante delegação de atribuições, no âmbito da Coordenação - Geral de Julgamentos e revoga a Instrução SUSEP/DIFIS/CGJUL nº 01, de 14 de maio de 2013.
INSTRUÇÃO 0002/2018	06/04/2018	Dispõe sobre o mapeamento dos processos e a manualização dos procedimentos e rotinas relacionados à Fiscalização de DPVAT.
INSTRUÇÃO 0002/2018	21/12/2018	Dispõe sobre a análise de produtos.
INSTRUÇÃO 0002/2019	26/04/2019	Institui os indicadores e as metas de desempenho globais no âmbito da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO 0002/2020	12/03/2020	Estabelece competência à Coordenação-Geral de Supervisão Consolidada (CGCON) para autorizar a utilização e manutenção de fatores reduzidos de risco no cálculo dos capitais de risco das sociedades e entidades supervisionadas, no âmbito de suas atribuições.
INSTRUÇÃO 0003/2005	14/10/2005	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recesso para comemoração de fim de ano.
INSTRUÇÃO 0003/2013	01/01/2013	Disciplina a rotina de penalização a ser promovida pelas equipes de fiscalização direta.
INSTRUÇÃO 0003/2013	14/06/2013	Disciplina os procedimentos para a realização de reuniões entre agentes públicos em exercício na CGETI e representantes de interesses de particulares.
INSTRUÇÃO 0003/2019	07/06/2019	Institui a sistemática de quantificação e registro de benefícios decorrentes da atividade da Auditoria Interna da Susep.
INSTRUÇÃO 0003/2019	05/04/2019	Institui e disciplina a supervisão contínua de conduta, no âmbito da Coordenação-Geral de Fiscalização de Conduta - CGCOF, das sociedades seguradoras e de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais.
INSTRUÇÃO 0003/2019	17/09/2019	Define os critérios de distribuição e as alçadas de julgamento em primeira instância dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Coordenação-Geral de Julgamentos, com base no inciso IX do artigo 10 da Instrução SUSEP nº 103, de 29 de agosto de 2019.
INSTRUÇÃO 0004/2015	17/04/2015	Disciplina os procedimentos das fiscalizações realizadas pela Coordenação Geral de Fiscalização Direta.
INSTRUÇÃO 0004/2018	13/07/2018	Disciplina os procedimentos da CGFIP para a elaboração do relatório que subsidiará o COPRI na definição da proposta do Plano de Fiscalização Prudencial e os procedimentos para a distribuição dos trabalhos de fiscalização entre as unidades tecnicamente subordinadas à CGFIP.
INSTRUÇÃO 0004/2019	08/01/2020	Altera o art. 1º da Instrução CGJUL Nº 3, de 17 de Setembro de 2019
INSTRUÇÃO 0005/2013	14/06/2013	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na atualização de sistemas de software desenvolvidos no âmbito da Superintendência de Seguros Privados.
INSTRUÇÃO 0005/2017	27/01/2017	Dispõe sobre a confecção e uso de carimbos institucionais no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO 0005/2018	06/11/2018	Altera a Instrução CGFIP nº 1º de 2018.
INSTRUÇÃO 0006/2008	01/01/2018	Institui o Procedimento DEFIS 001, que trata da elaboração, apresentação, aprovação e controle de Procedimentos, Rotinas, Checklists e Modelos, para garantir que sejam consistentes e que tenham as autorizações necessárias para serem utilizados.
INSTRUÇÃO 0006/2015	06/11/2015	Altera e consolida a Instrução CGETI nº 06, de 02 de outubro de 2013, que disciplina procedimentos para o processo de Gestão de Mudanças no âmbito da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGETI.
INSTRUÇÃO 0006/2018	14/09/2018	Estabelece procedimentos de solicitação e alteração da Licença para Capacitação no âmbito da SUSEP, regulamentada pela Deliberação SUSEP nº 210 de 05 de setembro de 2018.
INSTRUÇÃO 0007/2014	18/07/2014	Disciplina procedimentos para o Processo de Gestão de Programas e Equipamentos de Tecnologia da Informação.
INSTRUÇÃO 0007/2014	17/10/2014	Dispõe sobre a metodologia de avaliação de bens materiais a ser utilizada pela Comissão Especial de Avaliação.
INSTRUÇÃO 0007/2018	14/12/2018	Dispõe sobre o mapeamento do processo de Acompanhamento da Direção Fiscal pela CGFIP.
INSTRUÇÃO 0008/2015	02/04/2015	Estabelece os procedimentos para Controle dos Bens Patrimoniais da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0008/2018	21/12/2018	Dispõe sobre o mapeamento do processo de Acompanhamento da Intervenção pela CGFIP.
INSTRUÇÃO 0009/2015	02/04/2015	Normatiza os procedimentos para uso dos microcomputadores portáteis Notebooks.
INSTRUÇÃO 0009/2017	02/06/2017	Disciplina procedimentos para o processo de contratação de bens e serviços de TI - Tecnologia da Informação, em consonância com a Instrução SUSEP 63/2012, no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia Informação - CGETI.
INSTRUÇÃO 0010/2015	10/04/2015	Padroniza a cobrança de cópias reprográficas através de Guia de Recolhimento da União - GRU.



INSTRUÇÃO 0010/2017	01/12/2017	Disciplina procedimentos para o processo de Gerenciamento de Projetos, no âmbito da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGETI.
INSTRUÇÃO 0010/2018	19/10/2018	Dispõe sobre as ações de capacitação sem ônus.
INSTRUÇÃO 0010/2020	11/05/2020	Aprova o mapeamento de processos de fiscalização prudencial.
INSTRUÇÃO 0011/2020	11/05/2020	Aprova manuais, orientações e procedimentos, que devem ser observados nas fiscalizações prudenciais.
INSTRUÇÃO 0012/2020	11/05/2020	Aprova o mapeamento de processos para o tratamento de não conformidades.
INSTRUÇÃO 0032/2002	14/03/2003	Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para apresentação de relatórios emanados de Grupo de Trabalho.
INSTRUÇÃO 0036/2005	25/02/2005	Estabelece procedimentos e rotinas administrativas a serem observadas nas viagens a serviço ao exterior.
INSTRUÇÃO 0042/2006	28/07/2006	Dispõe sobre os procedimentos internos para a análise dos pedidos de aprovação prévia de atos societários realizados pelas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, nos termos da Resolução CNSP nº 121, de 29.04.05 e da Circular SUSEP nº 298, de 18.07.05.
INSTRUÇÃO 0043/2006	06/10/2006	Revoga o Enunciado nº 17 do anexo a INSTRUÇÃO SUSEP nº 19, de 19.02.99.
INSTRUÇÃO 0044/2007	30/03/2007	Disciplina os procedimentos a serem adotados nas fiscalizações com foco na avaliação dos sistemas de controles internos a que se refere o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º dos artigos 5º, de 26 a 33 da Resolução CNSP nº 60/01.
INSTRUÇÃO 0047/2008	03/10/2008	Cria o Termo de Responsabilidade dos estagiários alocados na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
INSTRUÇÃO 0048/2009	15/05/2009	Regulamenta a concessão de licença para tratar de assuntos particulares, prevista na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
INSTRUÇÃO 0049/2009	31/12/2009	Dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores para fins de aprovação no estágio probatório e aquisição de estabilidade, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados, previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
INSTRUÇÃO 0052/2011	29/04/2011	Dispõe sobre a logomarca institucional da Susep, disciplina seu uso e dá outras providências.
INSTRUÇÃO 0054/2011	29/04/2011	Altera o anexo à Instrução Susep/Deafi nº 002, de 12 de setembro de 2005.
INSTRUÇÃO 0055/2011	13/10/2011	Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Transporte aos servidores da SUSEP, conforme Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
INSTRUÇÃO 0056/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da Instrução Susep nº 30, de 5 de setembro de 2002.
INSTRUÇÃO 0057/2012	16/03/2012	Dispõe sobre a utilização do Sistema de Controle de Processos.
INSTRUÇÃO 0058/2012	27/03/2012	Define procedimentos e competências para atualização periódica do site eletrônico da Susep.
INSTRUÇÃO 0060/2012	15/06/2012	Estabelece procedimentos relativos à utilização, administração e especificação dos veículos oficiais da Susep.
INSTRUÇÃO 0062/2012	06/07/2012	Dispõe sobre a implantação do Processo de Gestão da Central de Serviços e de Incidentes de Tecnologia da Informação no âmbito da Superintendência de Seguros Privados e sobre o Sistema de Gestão de Incidentes de Tecnologia da Informação - SGI.
INSTRUÇÃO 0063/2012	05/07/2012	Dispõe o processo de contratação e de gestão de contratos de bens e serviços de TI - Tecnologia da Informação, em consonância com a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 4/2010 - IN 4/2010 e suas alterações.
INSTRUÇÃO 0065/2013	20/06/2013	Disciplina os critérios para concessão de indenização de transporte aos servidores da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0066/2013	22/08/2013	Disciplina os procedimentos operacionais a serem seguidos pelos servidores da SUSEP no fornecimento de informações confidenciais para autoridades estrangeiras de supervisão das atividades de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta por meio de memorandos de entendimento de cooperação e troca de informações.
INSTRUÇÃO 0067/2013	22/08/2013	Disciplina os procedimentos operacionais a serem seguidos pelos servidores da Susep na solicitação e no tratamento de informações confidenciais obtidas de autoridades estrangeiras de supervisão das atividades de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta por meio de memorandos de entendimento de cooperação e troca de informações.
INSTRUÇÃO 0070/2013	26/11/2013	Altera dispositivos da Instrução SUSEP nº 64, de 6 de março de 2013.
INSTRUÇÃO 0071/2014	21/05/2014	Revoga a Instrução Susep nº 19, de 19 de fevereiro de 1999.
INSTRUÇÃO 0073/2014	29/09/2014	Dispõe sobre a reunião interna de coordenação no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO 0074/2014	07/11/2014	Dispõe sobre o cadastramento dos Processos Administrativos Sancionadores no Sistema de Penalidades - Sispn.
INSTRUÇÃO 0075/2015	08/10/2015	Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos servidores da SUSEP na comunicação de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.
INSTRUÇÃO 0076/2015	15/12/2015	Dispõe sobre orientações pertinentes à instauração e procedimentos operacionais a serem adotados em relação a processo administrativo sancionador e revoga a Instrução Susep n.º 69, de 4 de outubro de 2013.
INSTRUÇÃO 0077/2016	01/04/2016	Estabelece as regras para a utilização dos serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e de acesso à internet móvel fornecidos pela Susep.
INSTRUÇÃO 0079/2016	04/04/2016	Dispõe sobre o uso do certificado digital no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
INSTRUÇÃO 0080/2016	27/05/2016	Revoga a Instrução nº 8, de 06 de março de 1998.
INSTRUÇÃO 0081/2016	23/12/2016	Disciplina o fluxo e os procedimentos internos da Superintendência de Seguros Privados - Susep quanto ao atendimento às consultas.
INSTRUÇÃO 0083/2017	07/04/2017	Estabelece os Critérios de Acesso aos Recursos Computacionais da Superintendência de Seguros Privados.
INSTRUÇÃO 0084/2017	06/04/2017	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin, de acordo com a Lei 10.522/2002.
INSTRUÇÃO 0085/2017	09/08/2017	Dispõe sobre a divulgação no site eletrônico da Superintendência de Seguros Privados das decisões de primeira instância proferidas no âmbito dos processos administrativos sancionadores.
INSTRUÇÃO 0088/2018	12/01/2018	Institui o Sistema de Priorização de Empresas da Disol - SPE - e dá outras providências.
INSTRUÇÃO 0089/2018	06/04/2018	Dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e o uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Susep.
INSTRUÇÃO 0090/2018	06/04/2018	Revoga o art. 3º da Instrução Susep nº 79, de 28 de março de 2016.
INSTRUÇÃO 0091/2018	10/09/2018	Disciplina o processo de revisão tarifária anual do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - seguro DPVAT e dá outras providências.
INSTRUÇÃO 0092/2018	24/10/2018	Disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
INSTRUÇÃO 0093/2018	28/12/2018	Dispõe sobre o Manual do Liquidante de que trata o inciso IX, do artigo 27 da Resolução CNSP nº 335, de 2015, com os procedimentos, esclarecimentos e orientações, aprovados pelo Conselho Diretor da Susep, a serem observados pelos liquidantes na condução dos trabalhos de liquidação extrajudicial.
INSTRUÇÃO 0094/2019	18/01/2019	Dispõe sobre o Manual de Procedimentos e Rotinas de Supervisão, aprovado pelo Conselho Diretor da SUSEP, que deverá ser observado pelas Coordenações da SUSEP responsáveis pelo monitoramento e pela fiscalização das liquidações na condução dos seus trabalhos.
INSTRUÇÃO 0102/2019	30/08/2019	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.
INSTRUÇÃO 0103/2019	30/08/2019	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 1.
INSTRUÇÃO 0104/2019	30/08/2019	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 2.
INSTRUÇÃO 0105/2019	30/08/2019	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria Técnica 3.
INSTRUÇÃO 0106/2019	30/08/2019	Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito da Diretoria 4.
INSTRUÇÃO 0107/2019	20/09/2019	Disciplina os procedimentos para lotação de servidores afastados temporariamente da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0108/2019	30/10/2019	Institui procedimento para apuração e eventual desconto de abate-teto pelos servidores ou empregados públicos ocupantes de funções em supervisionadas em regimes especiais.
INSTRUÇÃO 0109/2019	30/10/2019	Estabelece critérios e procedimentos para a realização do 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da Susep.
INSTRUÇÃO 0110/2019	26/11/2019	Alterar a Instrução Susep nº 107, que disciplina os procedimentos para lotação de servidores afastados temporariamente da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0111/2020	20/03/2020	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0112/2020	14/04/2020	Altera a Instrução Susep nº 102/19, que disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito dos órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente.
INSTRUÇÃO 0113/2020	20/04/2020	Altera a Instrução nº 111, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da SUSEP.
INSTRUÇÃO 0114/2020	25/05/2020	Revoga expressamente as Instruções publicadas em data anterior a 1º de janeiro de 2003.
INSTRUÇÃO 0115/2020	08/07/2020	Estabelece os procedimentos para a reconfiguração do Módulo de Consulta Pública do Sei/Susep.
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA 0001/2014	17/11/2014	Dispõe sobre as regras de portabilidade de recursos de planos de benefícios de Entidades Abertas para planos de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa, e dá outras providências.

ANEXO II

LISTAGEM DE DELIBERAÇÕES

Norma	Data de Publicação	Ementa
DELIBERAÇÃO 0082/2003	16/01/2003	Dispõe sobre a extinção, transformação e transferência de cargos em comissão e da outras providências.
DELIBERAÇÃO 0084/2003	24/03/2003	Aprova Parecer Normativo da Procuradoria Geral da SUSEP, que trata dos reflexos da Lei nº 10.406, de 2002, nos contratos e planos de seguro.
DELIBERAÇÃO 0086/2003	30/04/2003	Dispõe sobre a transferência de cargos em comissão e da outras providências.
DELIBERAÇÃO 0088/2003	15/07/2003	Dispõe sobre o Programa Pedagógico de Formação Profissional e de Integração de Adolescente no âmbito da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0089/2003	16/12/2003	Aprova as Normas para Concessão de licenças ao servidores da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0093/2004	07/07/2004	Revoga as Deliberações SUSEP nºs 007 de 12 de agosto de 1997; 025 de 15 de maio de 1998 e 028 de 21 de agosto de 1998.
DELIBERAÇÃO 0098/2004	29/09/2004	Institui e regula o funcionamento do comitê de avaliação de qualificação de consultores, para elaborar diagnóstico e apresentar sugestão de plano de ação, visando a aplicação dos princípios básicos de seguros editados pela Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS, a SUSEP e ao mercado segurador brasileiro.
DELIBERAÇÃO 0103/2004	16/12/2004	Torna sem efeito o artigo 5º da DELIBERAÇÃO SUSEP N° 79, de 8 de novembro de 2002.
DELIBERAÇÃO 0107/2005	27/05/2005	Disciplina procedimentos para solicitação, por meio eletrônico, de audiências e reuniões, com agentes públicos em exercício na SUSEP, formulada por representantes de interesses de particulares, sejam ou não das sociedades ou entidades supervisionadas.
DELIBERAÇÃO 0108/2005	24/06/2005	Altera o artigo 5º da DELIBERAÇÃO SUSEP nº 104, de 20 de dezembro de 2004.
DELIBERAÇÃO 0111/2005	29/11/2005	Altera a DELIBERAÇÃO SUSEP nº 94, de 07/07/04.
DELIBERAÇÃO 0114/2006	20/04/2006	Dispõe sobre a criação de Escritórios Regionais da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0128/2008	27/06/2008	Altera o Art. 3º da DELIBERAÇÃO SUSEP nº 126, de 9 de maio de 2008.



DELIBERAÇÃO 0129/2008	04/07/2008	Dispõe sobre as normas para capacitação dos servidores da SUSEP e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0130/2008	05/09/2008	Dispõe sobre procedimentos para utilização de serviços de telefonia fixa na SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0135/2009	28/05/2009	Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0136/2009	28/05/2009	Aprova o Regimento Interno da comissão de Ética Pública da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0138/2009	26/06/2009	Altera e consolida o Regimento Interno da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0141/2010	28/12/2010	Dispõe sobre a revogação da Deliberação SUSEP nº 36, de 23 de fevereiro de 1999.
DELIBERAÇÃO 0142/2011	29/04/2011	Altera as Deliberações Susep nºs 05, de 2 de fevereiro de 1996, e 001, de 24 de janeiro de 1997.
DELIBERAÇÃO 0145/2011	21/07/2011	Estabelece Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Software no âmbito da Susep.
DELIBERAÇÃO 0150/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da deliberação Susep nº 67, de 30 de janeiro de 2002.
DELIBERAÇÃO 0151/2012	13/01/2012	Dispõe sobre a revogação da deliberação Susep nº 115, de 29 de maio de 2006.
DELIBERAÇÃO 0152/2012	16/03/2012	Dispõe sobre designação de um Assistente Técnico em cada processo de liquidação extrajudicial em tramitação na Susep.
DELIBERAÇÃO 0153/2012	15/03/2012	Institui a Política de Comunicação, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0157/2013	24/05/2013	Aprova a Carta de Serviços ao Cidadão da Superintendência de Seguros Privados - Susep
DELIBERAÇÃO 0161/2013	26/11/2013	Altera dispositivos da Deliberação SUSEP nº 156, de 6 de março de 2013.
DELIBERAÇÃO 0164/2014	28/05/2014	Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores da Susep no desempenho de suas funções. Revoga a Deliberação Susep nº 137 de 25 de maio de 2009.
DELIBERAÇÃO 0165/2014	02/07/2014	Disciplina a execução do processo de compras, contratações de serviços, de obras e de serviços de engenharia, e a celebração de contratos, convênios e seus ajustes no âmbito da Susep.
DELIBERAÇÃO 0166/2014	23/07/2014	Altera, em parte, o Regulamento para Concessão de progressões e promoções aprovado pela Deliberação Susep nº 003, de 26 de janeiro de 1996.
DELIBERAÇÃO 0171/2015	26/03/2015	Altera e consolida a Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic, da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0175/2015	16/12/2015	Institui a Política de Gestores da Susep.
DELIBERAÇÃO 0176/2016	18/01/2016	Revoga os atos normativos que menciona.
DELIBERAÇÃO 0177/2016	27/05/2016	Dispõe sobre a revogação da Deliberação Susep nº 008, de 13 de maio de 1993.
DELIBERAÇÃO 0178/2016	29/06/2016	Altera a Deliberação SUSEP N.º 171, de 19 de março de 2015.
DELIBERAÇÃO 0180/2016	01/08/2016	Dispõe sobre os atos administrativos editados pela Susep.
DELIBERAÇÃO 0183/2016	26/12/2016	Disciplina os procedimentos de atendimento a consultas por parte da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
DELIBERAÇÃO 0186/2017	19/01/2017	Altera e complementa a Deliberação Susep nº 164, de 20 de maio de 2014 que versa sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores da Susep no desempenho de suas funções.
DELIBERAÇÃO 0188/2017	27/01/2017	Dispõe sobre as ações de capacitação sem ônus para a Susep com carga horária de até 40 horas.
DELIBERAÇÃO 0191/2017	23/02/2017	Estabelece o Guia de Elaboração de Plano Tático e Operacional e estabelece a obrigação da elaboração de plano tático e operacional para as Coordenações - Gerais e a Secretaria Geral da Susep.
DELIBERAÇÃO 0192/2017	26/05/2017	Altera a Deliberação SUSEP nº 140, de 13 de dezembro de 2010 e revoga a Deliberação SUSEP nº 181, de 23 de agosto de 2016.
DELIBERAÇÃO 0198/2017	30/06/2017	Dispõe sobre a jornada de trabalho, controle de frequência, horário especial e redução da jornada de trabalho dos servidores da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0205/2018	15/03/2018	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Priorização da Supervisão Prudencial Direta - COPRI.
DELIBERAÇÃO 0207/2018	11/05/2018	Dispõe sobre o estatuto da Auditoria Interna da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
DELIBERAÇÃO 0208/2018	21/08/2018	Estabelecer a Metodologia de Tarificação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
DELIBERAÇÃO 0210/2018	10/09/2018	Estabelece o Regulamento da Licença para Capacitação na Susep.
DELIBERAÇÃO 0211/2018	11/10/2018	Regula o acesso a informações previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep.
DELIBERAÇÃO 0212/2018	12/11/2018	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Solvência.
DELIBERAÇÃO 0216/2018	12/12/2018	Altera a DELIBERAÇÃO SUSEP nº 182, de 20 setembro de 2016, que aprovou o Plano Estratégico da SUSEP para o período de 2016 a 2020, e revoga a DELIBERAÇÃO SUSEP nº 203, de 28 de dezembro de 2017, que alterou o "Quadro 2 - Indicadores dos Objetivos Estratégicos" do Anexo Único da Deliberação nº 182/2016.
DELIBERAÇÃO 0218/2019	19/02/2019	Estabelece a Política de Gestão de Continuidade de Serviços de TI da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0219/2019	01/03/2019	Estabelece a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0222/2019	06/08/2019	Disciplina o processo administrativo normativo da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0223/2019	07/08/2019	Disciplina o funcionamento interno das reuniões deliberativas do Conselho Diretor da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0224/2019	07/08/2019	Estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores públicos da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0225/2019	17/09/2019	Altera a Deliberação Susep nº 223, de 02 de agosto de 2019.
DELIBERAÇÃO 0226/2019	17/09/2019	Disciplina os procedimentos de exame, vista e fornecimento de cópias de processos administrativos em suporte físico e de acesso a processos administrativos em suporte eletrônico, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep, e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0229/2019	12/11/2019	Altera a Deliberação Susep nº 224, que estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores públicos da SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0230/2019	13/11/2019	Dispõe sobre o Peticionamento Eletrônico no âmbito da Susep e estabelece procedimentos de gestão documental específicos do processo eletrônico.
DELIBERAÇÃO 0231/2019	13/11/2019	Disciplina o procedimento administrativo de propositura de regime especial em supervisionada da Susep.
DELIBERAÇÃO 0232/2019	28/11/2019	Institui os indicadores e as metas de desempenho globais e intermediárias, para fins do 9º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da Superintendência de Seguros Privados, e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0233/2019	16/12/2019	Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
DELIBERAÇÃO 0234/2020	06/03/2020	Disciplina a elaboração do plano de regulação no âmbito da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e aprova o plano de regulação para o exercício de 2020.
DELIBERAÇÃO 0235/2020	06/03/2020	Dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC.
DELIBERAÇÃO 0236/2020	06/03/2020	Dispõe sobre os procedimentos de arrecadação e compensação de créditos e parcelamento de débitos relativos à taxa de fiscalização, multas administrativas, pecuniária, cominatória, multa aplicada em inquérito administrativo e outras exações fiscais, no âmbito da SUSEP, e dá outras providências.
DELIBERAÇÃO 0238/2020	25/05/2020	Revoga expressamente as Deliberações publicadas em data anterior a 1º de janeiro de 2003.
DELIBERAÇÃO 0239/2020	16/06/2020	Altera a Deliberação Susep nº 224, que estabelece os critérios e procedimentos para a remoção e movimentação de pessoal dos servidores da SUSEP.

ANEXO III

LISTAGEM DE CIRCULARES

Norma	Data de Publicação	Ementa
CIRCULAR 0001/1990	08/01/1990	Dispõe sobre o recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguros, de capitalização e de Previdência Privada Aberta.
CIRCULAR 0002/1990	15/01/1990	Aprova Condições Gerais para Seguros de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional - Danos a Carga Transportada.
CIRCULAR 0006/1978	14/02/1978	Extingue o Cartão de Registro Provisório de Corretor de Seguros - Pessoa Jurídica.
CIRCULAR 0008/1989	25/04/1989	Aprova as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional.
CIRCULAR 0010/1994	15/06/1994	Dispõe sobre o cálculo do IDTR para o dia 30 de junho.
CIRCULAR 0010/1995	21/06/1995	Aprova as Condições Gerais e o Certificado de Apólice Única, para o Seguro de Responsabilidade Civil do Proprietário e/ou conduta de Veículos Terrestres (automóvel de passeio particular ou de aluguel) não Matriculados no País de Ingresso em Viagem Internacional - Danos Causados a Pessoas ou Objetos não Transportados (Seguro Carta Verde - Mercosul).
CIRCULAR 0011/1982	15/04/1982	Dispõe sobre o encaminhamento a SUSEP, pelos corretores de seguros, da relação de prepostos.
CIRCULAR 0012/1996	16/10/1996	Divulga no anexo I a esta Circular os valores da taxa de Fiscalização constantes da tabela anexa a Lei n. 8.981/95, que alterou o art. 4 da Lei n. 7.944/89, convertidos em reais pelo valor da UFIR vigente em 01/01/96, de acordo com o disposto nos arts. 1 e 30 da Lei n. 9.249/95 e do artigo 96 do Código Tributário Nacional.
CIRCULAR 0015/1991	02/08/1991	Veda às sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência privada e sociedades corretoras de seguros a contabilização dos efeitos da correção monetária de sua demonstrações financeiras de que trata L. nº 8.200/91, com excessão ao disposto no seu art. 1º, no balanço patrimonial de 30/06/91.
CIRCULAR 0038/1970	23/09/1970	Dispõe sobre a instrução dos processos de Assembleias Gerais das sociedades seguradoras.
CIRCULAR 0040/1998	03/06/1998	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Operador de Transporte Multimodal - OTM.
CIRCULAR 0044/1974	04/11/1974	Revoga artigos da Por. DNSPC nº 39/65, referente a Limite Legal.
CIRCULAR 0047/1975	11/12/1975	Prorroga ate 28 de fevereiro de cada ano, a data de encaminhamento, a SUSEP, dos questionários cadastrais e financeiros.
CIRCULAR 0052/1976	19/10/1976	Revoga a Cir. SUSEP nº 55/71, que aprova normas para aplicação de penalidades.
CIRCULAR 0076/1999	12/02/1999	Altera a Cláusula 11 - Vigência e Cancelamento do Contrato da Circular SUSEP 8/89.
CIRCULAR 0111/1999	07/12/1999	Dispõe sobre as Condições Especiais, Particulares e as Normas de Rotinas para a Apólice de Seguros Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e dá outras providências.
CIRCULAR 0114/2000	19/01/2000	Estabelece procedimentos a serem adotados pelas sociedades seguradoras para envio de informacoes à SUSEP relativas as pendências do Seguro Habitacional do SFH para fins de novação de dívida do FCVS.
CIRCULAR 0120/2000	14/03/2000	Ratifica os valores relativos aos prêmios do Seguro Habitacional e revoga as Circulares SUSEP 24/89, 08/92, 06/94, e 16/94.
CIRCULAR 0121/2000	14/03/2000	Dispõe sobre as taxas de prêmios referentes ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e dá outras providências.
CIRCULAR 0124/2000	29/03/2000	Dispõe sobre o cadastramento, manutenção e cancelamento de cadastro de Ressegurador Admitido, e dá outras providências.
CIRCULAR 0125/2000	29/03/2000	Dispõe sobre as agências classificadoras e classificações mínimas para resseguradores admitidos e eventuais, e dá outras providências
CIRCULAR 0153/2001	29/03/2001	Altera a Circular SUSEP nº 10, de 16 de junho de 1995, e divulga a obrigatoriedade de contratação do Seguro Carta Verde para os veículos que ingressarem na República do Paraguai.
CIRCULAR 0168/2001	05/11/2001	Dispõe sobre Cláusula Adicional nos Contratos de Seguro de Exclusão para Atos de Terrorismo.
CIRCULAR 0171/2001	02/01/2002	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional de que trata o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, internalizado através do Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990.
CIRCULAR 0179/2001	10/01/2002	Altera as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do SFH.
CIRCULAR 0191/2002	26/06/2002	Altera os anexos 21 e 21-A das Normas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do SFH de que trata a Circular SUSEP nº 111/99.
CIRCULAR 0205/2002	28/10/2002	Dispõe sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização e a obrigatoriedade da remessa de documentos complementares pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de Previdência complementar e sociedades de capitalização.
CIRCULAR 0215/2002	17/12/2002	Dispõe sobre os critérios mínimos que deverão ser observados pelas sociedades seguradoras para a operação do seguro "stop loss".
CIRCULAR 0219/2002	17/12/2002	Estabelece regras e critérios complementares de funcionamento e de operação de planos de benefícios de Previdência complementar aberta e de seguro do ramo vida que, no momento da contratação, prevejam cobertura por sobrevivência e cobertura, ou coberturas, de risco, com o instituto da comunicabilidade.
CIRCULAR 0227/2003	25/02/2003	Altera a Cláusula 22 das Condições Especiais e os itens 2.5, 5.6 do anexo 34 das Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do SFH, aprovados pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0234/2003	04/09/2003	Regulamenta a Atribuição de Funções Específicas aos Diretores das Sociedades Seguradoras, das Sociedades de capitalização e das Entidades de Previdência Complementar Aberta.



CIRCULAR 0239/2003	24/12/2003	Altera e consolida as normas que dispõem sobre o pagamento de prêmios relativos a contratos de seguros de danos.
CIRCULAR 0246/2004	20/01/2004	Aprova a tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-melo e atividades-fim da SUSEP e dá outras providências.
CIRCULAR 0249/2004	27/02/2004	Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas sociedades seguradoras, nas sociedades de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar.
CIRCULAR 0251/2004	16/04/2004	Dispõe sobre a aceitação da proposta e sobre o início de Vigência da cobertura, nos contratos de seguros e dá outras providências.
CIRCULAR 0254/2004	24/05/2004	Altera os subitens 5.1, 11.2 e 19.7.2 das Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do SFH, aprovadas pela Circular SUSEP nº 111 de 03.12.99.
CIRCULAR 0255/2004	08/06/2004	Dispõe sobre a atualização de valores relativos as operações de seguro, de Previdência complementar aberta e de capitalização, e dá outras providências.
CIRCULAR 0256/2004	17/06/2004	Dispõe sobre a estruturação mínima das Condições Contratuais e das Notas Técnicas Atuariais dos Contratos de Seguros de Danos e dá outras providências.
CIRCULAR 0257/2004	22/06/2004	Regulamenta o direito do companheiro ou companheira homossexual a percepção de indenização em caso de morte do outro, na condição de dependente preferencial da mesma classe dos companheiros heterossexuais, como beneficiário do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
CIRCULAR 0258/2004	08/07/2004	Revoga as Circulares SUSEP nºs 028 de 02.03.98 e 029 de 18.03.98.
CIRCULAR 0261/2004	12/07/2004	Dispõe sobre o seguro de cédula de produto rural - CPR e dá outras providências.
CIRCULAR 0264/2004	02/08/2004	Dispõe sobre a publicação de atos administrativos e societários, por parte das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de Previdência complementar e dá outras providências.
CIRCULAR 0265/2004	17/08/2004	Disciplina os procedimentos relativos a adoção, pelas sociedades seguradoras, das Condições contratuais e das respectivas disposições tarifárias e notas Técnicas atuariais dos planos padronizados, não-padronizados e singulares, não sujeitos a aprovação prévia pela SUSEP.
CIRCULAR 0269/2004	04/10/2004	Estabelece, altera e consolida as regras e critérios complementares de funcionamento e de operação dos contratos de seguros de automóveis, com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros.
CIRCULAR 0270/2004	15/10/2004	Altera o Art. 26 da Circular SUSEP n° 256, de 16 de junho de 2004.
CIRCULAR 0271/2004	18/10/2004	Altera os subitens 3.2.2.1 e 3.2.2.2 e o anexo 34 das Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do SFH, aprovadas pela Circular SUSEP n° 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0277/2004	02/12/2004	Faculta a utilização da assinatura digital, nos documentos eletrônicos relativos as operações de seguros, de capitalização e de Previdência complementar aberta, por meio de certificados digitais emitidos no ambito da Infra-estrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), e dá outras providências.
CIRCULAR 0278/2004	08/12/2004	Altera o Art. 4° da Circular SUSEP N° 256, de 16 junho de 2004.
CIRCULAR 0285/2005	23/03/2005	Estabelece cadastro de recursos e mapa de saldos, referentes às áreas de tecnologia da informação e contabil, a serem preenchidos pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de Previdência complementar e sociedades de capitalização, e dá outras providências.
CIRCULAR 0290/2005	13/05/2005	Regulamenta o credenciamento das instituições certificadoras para certificação tecnica de empregados e assemelhados das sociedades de capitalização e das entidades abertas de Previdência complementar e dá outras providências.
CIRCULAR 0291/2005	17/05/2005	Disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as Condições contratuais do seguro compreensivo padronizado para operadores portuários e dá outras providências.
CIRCULAR 0292/2005	20/05/2005	Disciplina o atendimento ao consumidor dos mercados supervisionados e a transformação de suas denúncias em processos administrativos sancionadores - PAS.
CIRCULAR 0297/2005	13/07/2005	Altera a Circular SUSEP 285 de 21.03.05 e seus anexos.
CIRCULAR 0302/2005	20/09/2005	Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas, e dá outras providências.
CIRCULAR 0305/2005	07/11/2005	Dispõe sobre seguro de benfeitorias e produtos agropecuários, nos termos constantes nesta Circular.
CIRCULAR 0308/2005	05/12/2005	Dispõe sobre seguro de penhor rural e dá outras providências.
CIRCULAR 0310/2005	21/12/2005	Regulamenta a oferta, pelas sociedades seguradoras, de serviços de assistência, caracterizados como atividades complementares aos contratos de seguros e estabelece a diferenciação entre estes serviços e as garantias similares oferecidas em contratos de seguro.
CIRCULAR 0311/2005	30/12/2005	Dispõe sobre os elementos mínimos que deverão ser observados na elaboração do plano de negócios a ser apresentado a SUSEP pelas sociedades seguradoras, de capitalização e pelas entidades abertas de Previdência complementar.
CIRCULAR 0313/2005	30/12/2005	Altera as Condições Particulares para os Riscos de Morte e Invalidez Permanente e as Normas e Rotinas para a Apólice de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, aprovadas pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0316/2006	16/01/2006	Altera o art. 108 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005.
CIRCULAR 0317/2006	16/01/2006	Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em planos de seguros coletivos de pessoas, e dá outras providências.
CIRCULAR 0318/2006	06/02/2006	Altera dispositivo da Circular SUSEP nº 310, de 19 de dezembro de 2005.
CIRCULAR 0320/2006	06/03/2006	Dispõe sobre a concessão, pelas entidades abertas de Previdência complementar e sociedades seguradoras de assistência financeira a participante de plano de benefícios de Previdência complementar aberta e a segurado de seguro de pessoas e sobre a atuação dessas empresas como correspondente no País de instituições financeiras.
CIRCULAR 0321/2006	22/03/2006	Disponibiliza no sítio da SUSEP as Condições contratuais do plano padronizado para os Seguros Compreensivos e dá outras providências.
CIRCULAR 0326/2006	30/05/2006	Regulamenta o registro das Apólices e endossos emitidos diretamente pelas sociedades seguradoras em contas Específicas e exclusivas para este fim.
CIRCULAR 0328/2006	18/07/2006	Dispõe sobre a remuneração de liquidante, interventor, diretor-fiscal e assistente em exercício nas sociedades seguradoras, de capitalização e em entidades abertas de Previdência complementar, submetidas a um dos regimes especias. [ver Cir SUSEP nº 478/2013]
CIRCULAR 0329/2006	18/07/2006	Altera as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do SFH, aprovadas pela Circular SUSEP nº 111, de 03 de dezembro de 1999, nos casos de sinistro de danos físicos atingindo partes comuns e instalações em condomínios.
CIRCULAR 0330/2006	27/07/2006	Altera as Normas e Rotinas para a Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, aprovadas pela Circular SUSEP nº 111, de 03.12.99.
CIRCULAR 0336/2007	25/01/2007	Dispõe sobre a operacionalização das Apólices de seguro de responsabilidade civil a base de reclamações ("claims made basis").
CIRCULAR 0340/2007	28/03/2007	Disciplina os paragrafos 1°, 2° e 3° dos artigos 5°, 26 e 23 da Resolução CNSP n° 60, de 03.09.01.
CIRCULAR 0343/2007	12/06/2007	Altera as Condições Especiais e as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro Habitação - SFH, aprovadas pela Circular SUSEP n° 111, de 03.12.99.
CIRCULAR 0348/2007	06/08/2007	Altera dispositivos da Circular SUSEP N° 336/2007.
CIRCULAR 0353/2007	08/11/2007	Altera as Condições Particulares para os Riscos de Danos físicos, Condições Particulares para os Riscos de Morte e de Invalidez Permanente e as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do SFH, divulgadas pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0354/2007	03/12/2007	Disponibiliza no sítio da SUSEP as Condições contratuais do plano padronizado para o seguro de transportes e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro.
CIRCULAR 0358/2007	31/12/2007	Reduz a zero o percentual de encargo de saída cobrado sobre valores resgatados ou portados dos planos de Previdência complementar aberta e dos planos de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência.
CIRCULAR 0361/2008	14/03/2008	Altera as Condições Particulares para os Riscos de Morte e de Invalidez Permanente e as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, divulgadas pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0363/2008	26/05/2008	Altera o caput do art. 1º; o art. 2º; o inciso IV do art. 2º; o art. 3º, os incisos I, II, IV do art. 3º; os paragrafos 4º e 5º do art. 3º; o art. 5º; e o parágrafo único do art. 10, da Circular SUSEP nº 249, de 20 de fevereiro de 2004, e dá outras providências.
CIRCULAR 0367/2008	11/06/2008	Dispõe sobre os procedimentos de registro de sociedades cooperativas de corretores de seguros, e dá outras providências.
CIRCULAR 0369/2008	03/07/2008	Altera o parágrafo único, artigo 2º, anexo I, da Circular SUSEP nº 256, de 16 de junho de 2004.
CIRCULAR 0374/2008	27/10/2008	Altera a Circular SUSEP nº 367, de 9 de junho de 2008.
CIRCULAR 0376/2008	27/11/2008	Regula a operacionalização, a emissão de autorizações e a Fiscalização das operações de distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vinculadas a doação de títulos de capitalização ou a cessao de direitos sobre os sorteios inerentes aos títulos de capitalização.
CIRCULAR 0382/2009	19/01/2009	Altera as Condições Especiais e Particulares dos Riscos de Morte e de Invalidez Permanente, e as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, divulgadas pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0384/2009	26/06/2009	Altera a Circular SUSEP nº 376, de 25 de novembro de 2008.
CIRCULAR 0388/2009	10/09/2009	Altera as Condições Particulares para os Riscos de Morte e de Invalidez Permanente e as Normas e Rotinas Aplicáveis a Cobertura Compreensiva Especial da Apólice de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, divulgadas pela Circular SUSEP nº 111, de 3 de dezembro de 1999.
CIRCULAR 0389/2009	24/09/2009	Altera a Circular SUSEP nº 269, de 30 de setembro de 2004.
CIRCULAR 0390/2009	01/10/2009	Altera a Circular SUSEP nº 328, de 13 de julho de 2006, e revoga a Circular SUSEP nº 377, de 16 de dezembro de 2008, reajustando a remuneração de Liquidante, Interventor e Diretor-Fiscal das Sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
CIRCULAR 0394/2009	03/11/2009	Inclui paragrafo 7º ao artigo 2º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004, que Dispõe sobre a aceitação da proposta e sobre o início de Vigência da cobertura, nos contratos de seguros.
CIRCULAR 0400/2010	12/02/2010	Dispõe sobre a informação e a divulgacao do Custo Efetivo do Seguro Habitacional - CESH, em relação as coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente - MIP e Danos físicos ao Imóvel - DFI.
CIRCULAR 0402/2010	19/03/2010	Dispõe sobre a aprovação dos critérios de elaboração e atualização das tábuas biométricas BR-FMSsb-V.2010-m, BR-FMSmt-V.2010-m, BR-FMSsb-V.2010-f e BR-FMSmt-V.2010-f.
CIRCULAR 0404/2010	26/03/2010	Dispõe sobre a adoção de tábua biométrica específica na estruturação de planos de seguros de pessoas e Previdência complementar, com cobertura por sobrevivência, e dá outras providências.
CIRCULAR 0417/2011	14/01/2011	Dispõe sobre os planos de seguros do ramo Riscos Diversos e dá outras providências.
CIRCULAR 0418/2011	14/01/2011	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação das coberturas por morte e invalidez oferecidas em planos de previdência complementar aberta e revoga a Circular SUSEP nº 213, de 9 de dezembro de 2002.
CIRCULAR 0420/2011	16/03/2011	Altera a Circular SUSEP nº 376, de 25 de novembro de 2008.
CIRCULAR 0421/2011	04/04/2011	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil do Operador de Transporte Multimodal - Cargas (RCOTM-C) e disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR 0422/2011	04/04/2011	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), e disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR 0423/2011	02/05/2011	Altera a Circular SUSEP nº 320, de 2 de março de 2006.
CIRCULAR 0427/2011	16/12/2011	Dispõe sobre a definição de pendência.
CIRCULAR 0428/2012	17/02/2012	Dispõe sobre a realização de Curso de Habilitação de Corretores de Vida, de Capitalização e de Previdência e dá outras providências.
CIRCULAR 0435/2012	28/05/2012	Dispõe sobre as condições para constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras, na condição de órgãos auxiliares da Susep, e para o exercício das atividades de autorregulação do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, de que trata a Resolução CNSP n.º 233, 1º de abril de 2011.
CIRCULAR 0437/2012	15/06/2012	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil Geral, e disponibiliza, no endereço eletrônico da Susep, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR 0438/2012	19/06/2012	Dispõe sobre o sistema de Registro Eletrônico de Produtos aplicável aos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, e dá outras providências.
CIRCULAR 0439/2012	28/06/2012	Estabelece as condições para autorização e funcionamento das sociedades e entidades que venham a operar com microsseguro e dá outras providências.
CIRCULAR 0440/2012	28/06/2012	Estabelece parâmetros obrigatórios para planos de microsseguro, dispõe sobre as suas formas de contratação, inclusive com a utilização de meios remotos, e dá outras providências.
CIRCULAR 0441/2012	28/06/2012	Disciplina a oferta de planos de microsseguro por intermédio de correspondentes de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
CIRCULAR 0442/2012	28/06/2012	Disciplina a atividade do correspondente de microsseguro.
CIRCULAR 0443/2012	28/06/2012	Disciplina sobre o registro e a atividade dos corretores de microsseguro.
CIRCULAR 0444/2012	28/06/2012	Dispõe sobre a cessão de direitos dos títulos de capitalização para incentivo à aquisição do microsseguro.
CIRCULAR 0445/2012	04/07/2012	Dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coibição do financiamento ao terrorismo.
CIRCULAR 0449/2012	02/10/2012	Revoga o Art. 4º Circular Susep nº 438, de 15 de junho de 2012.
CIRCULAR 0451/2012	19/10/2012	Altera e consolida as instruções complementares para operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
CIRCULAR 0456/2012	17/12/2012	Dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar, estabelece seus efeitos nos produtos/ planos e dá outras providências.
CIRCULAR 0458/2012	21/12/2012	Revoga a modalidade de Seguros Singulares.
CIRCULAR 0460/2012	15/01/2013	Estabelece normas sobre a distribuição, a cessão, a subscrição e a publicidade na comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências.
CIRCULAR 0466/2013	23/05/2013	Altera a Circular Susep nº 438, de 15 de junho de 2012.
CIRCULAR 0470/2013	03/07/2013	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação das coberturas oferecidas em plano de seguro de Riscos de Petróleo, e dá outras providências.
CIRCULAR 0471/2013	03/07/2013	Altera dispositivos da Circular Susep nº 008/1989.
CIRCULAR 0473/2013	26/08/2013	Estabelece que os documentos dirigidos às sociedades seguradoras ou de capitalização, aos resseguradores locais, admitidos ou eventuais, às entidades abertas de previdência complementar e às empresas em regime especial expedidos pela Susep exclusivamente por meio do sítio Eletrônico da Susep na Internet, disponibilizados na subseção "Documentos para o Mercado", na seção "Informações ao Mercado", têm a mesma validade que os documentos expedidos por meio físico, e dá outras providências.



CIRCULAR 0476/2013	16/09/2013	Altera dispositivos da Circular Susep nº 437/2012.
CIRCULAR 0477/2013	01/10/2013	Dispõe sobre o Seguro Garantia, divulga Condições Padronizadas e dá outras providências.
CIRCULAR 0478/2013	03/10/2013	Dispõe sobre os critérios, condições e requisitos referentes à designação, à atuação e à remuneração dos liquidantes nomeados pela Susep, estabelece os respectivos deveres e dá outras providências.
CIRCULAR 0479/2013	13/11/2013	Dispõe sobre alteração da Circular Susep nº 440, de 27 de junho de 2012.
CIRCULAR 0480/2013	20/12/2013	Disciplina a oferta de planos de seguro por organizações varejistas em nome de sociedades seguradoras.
CIRCULAR 0482/2013	09/01/2014	Altera dispositivos da Circular Susep nº 473, de 22 de agosto de 2013.
CIRCULAR 0488/2014	28/05/2014	Altera dispositivos da Circular Susep nº 171/2001.
CIRCULAR 0489/2014	29/05/2014	Altera a Circular Susep nº 277, de 30 de novembro de 2004.
CIRCULAR 0490/2014	02/07/2014	Dispõe sobre alteração da Circular Susep n.º 440, de 27 de junho de 2012.
CIRCULAR 0491/2014	11/07/2014	Estabelece os elementos mínimos que devem ser observados pelas sociedades seguradoras na emissão de apólices e certificados de seguro.
CIRCULAR 0496/2014	02/10/2014	Altera a Circular Susep nº 450, de 17 de outubro de 2012.
CIRCULAR 0497/2014	08/10/2014	Estabelece exceção à vedação a que se refere o §3º do artigo 5º da Circular Susep nº 480/2013.
CIRCULAR 0503/2014	23/12/2014	Altera a Circular Susep nº 427, de 15 de dezembro de 2011; a Circular Susep nº 457, de 14 de dezembro de 2012; e a Circular Susep nº 452, de 4 de dezembro de 2012.
CIRCULAR 0505/2014	24/12/2014	Altera dispositivos da Circular SUSEP nº 491/2014.
CIRCULAR 0506/2014	24/12/2014	Altera a Circular SUSEP nº 376, de 25 de novembro de 2008.
CIRCULAR 0510/2015	27/01/2015	Dispõe sobre o registro de corretor de seguros, de capitalização e de previdência, pessoa física e pessoa jurídica, e sobre a atividade de corretagem de seguros, de capitalização e de previdência, e dá outras providências.
CIRCULAR 0512/2015	09/03/2015	Altera a Circular Susep nº 402, de 18 de março de 2010.
CIRCULAR 0513/2015	26/03/2015	Estabelece os elementos mínimos que devem constar nas apólices de averbação, vinculadas aos seguros de transporte nacional e internacional, de crédito interno e à exportação, e de riscos diversos, e dá outras providências.
CIRCULAR 0514/2015	15/06/2015	Altera a Circular SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR 0515/2015	15/07/2015	Dispõe sobre a aprovação dos critérios de elaboração e atualização das tábuas biométricas.
CIRCULAR 0516/2015	14/07/2015	Altera a Circular SUSEP n.º 302, de 19 de setembro de 2005.
CIRCULAR 0517/2015	11/08/2015	Dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
CIRCULAR 0520/2015	16/10/2015	Altera a Circular SUSEP nº 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR 0521/2015	18/12/2015	Altera a Circular Susep nº 517 de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0522/2015	18/12/2015	Dispõe sobre o envio de arquivos de dados pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, resseguradores locais e admitidos, corretores de resseguro.
CIRCULAR 0524/2016	21/01/2016	Esclarece e Dispõe sobre critérios adicionais relacionados ao art. 37 da Resolução CNSP n.º 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
CIRCULAR 0525/2016	04/02/2016	Estabelece critérios para a estruturação dos planos de seguro do ramo Aeronáuticos (Casco).
CIRCULAR 0526/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de eleição, nomeação, destituição e renúncia de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais, escritório de representação de resseguradores admitidos, entidades abertas de previdência complementar e corretoras de resseguros e da consulta de que trata o § 1.º do artigo 1.º do Anexo II da Resolução CNSP n.º 330, de 2015.
CIRCULAR 0527/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos para obtenção de autorização prévia para instalação de escritório de representação, cadastramento, atualização cadastral e demais alterações de resseguradores admitidos e eventuais.
CIRCULAR 0528/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de autorização para funcionamento, alterações do controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, transferência de sede, abertura ou encerramento de filiais, transformação da forma jurídica, suspensão e cancelamento da autorização para funcionamento e qualquer alteração do estatuto social, ato constitutivo ou contrato social das corretoras de resseguros.
CIRCULAR 0529/2016	29/02/2016	Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, cancelamento da autorização para funcionamento, aumento e redução do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPC).
CIRCULAR 0530/2016	04/03/2016	Dispõe sobre as condições tarifárias do seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por sua carga - seguro DPPEM.
CIRCULAR 0531/2016	01/04/2016	Altera a Circular Susep n.º 447, de 9 de agosto de 2012.
CIRCULAR 0532/2016	01/04/2016	Altera a Circular SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR 0533/2016	01/04/2016	Altera a Circular SUSEP n.º 438, de 15 de junho de 2012.
CIRCULAR 0534/2016	11/04/2016	Altera, inclui e revoga dispositivos da Circular SUSEP n.º 456, de 13 de dezembro de 2012, que Dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar.
CIRCULAR 0535/2016	27/05/2016	Estabelece a codificação dos ramos de seguro e Dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguro, para fins de contabilização.
CIRCULAR 0536/2016	30/05/2016	Dispõe sobre o Pedido de Revisão em processo administrativo sancionador, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 243/2011
CIRCULAR 0538/2016	30/05/2016	Altera o prazo previsto no artigo 3.º da Circular SUSEP n.º 533, de 17 de março de 2016.
CIRCULAR 0539/2016	04/07/2016	Altera a Circular SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.
CIRCULAR 0540/2016	17/10/2016	Dispõe sobre regras e critérios para operação das coberturas oferecidas em plano de seguro de Riscos de Engenharia, e dá outras providências.
CIRCULAR 0543/2016	29/12/2016	Altera a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0544/2016	29/12/2016	Dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais.
CIRCULAR 0545/2017	30/01/2017	Estabelece critérios adicionais para oferta preferencial de riscos aos resseguradores locais, atendimento ao caput do artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
CIRCULAR 0547/2017	16/03/2017	Dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TCAC no âmbito das atividades relacionadas aos mercados de seguros, capitalização, previdência complementar aberta, resseguros e corretagem de seguros.
CIRCULAR 0548/2017	16/03/2017	Altera a Circular SUSEP nº 328, de 13 de julho de 2006.
CIRCULAR 0549/2017	27/04/2017	Estabelece na forma do parágrafo único do art. 109 da Resolução CNSP nº 243/11, o procedimento para intimação, por meio de equipamento de transmissão remota nos Processos Administrativos Sancionadores dirigidos às sociedades seguradoras, empresas de capitalização, resseguradores locais, admitidos ou eventuais, às entidades abertas de previdência complementar e às empresas em regime especial, mediante sua realização através da disponibilização na subseção "Documentos para o Mercado", na seção "Informações ao Mercado" no sítio Eletrônico oficial da Superintendência de Seguros Privados - Susep na Internet (www.susep.gov.br), e dá outras providências.
CIRCULAR 0550/2017	15/05/2017	Altera a Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR 0553/2017	24/05/2017	Estabelece diretrizes gerais aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas (seguro de RCD&O), e dá outras providências.
CIRCULAR 0554/2017	23/06/2017	Altera a Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR 0555/2017	20/07/2017	Dispõe sobre o Manual do Interventor.
CIRCULAR 0556/2017	20/07/2017	Dispõe sobre o Manual do Diretor Fiscal.
CIRCULAR 0557/2017	20/07/2017	Revoga a Circular SUSEP nº 368, de 1º de julho de 2008, e a Circular SUSEP nº 493, de 8 de agosto de 2014.
CIRCULAR 0559/2017	30/10/2017	Estabelece as regras básicas para a comercialização do Seguro de Responsabilidade Civil de Hangares e Operações Aeroportuárias, e disponibiliza, no endereço eletrônico da SUSEP, as condições contratuais do Plano Padronizado deste seguro.
CIRCULAR 0560/2017	09/11/2017	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação das coberturas do seguro de Lucros Cessantes, e dá outras providências.
CIRCULAR 0561/2017	29/12/2017	Altera a Circular SUSEP Nº 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0562/2017	29/12/2017	Dispõe sobre o limite de cessão em resseguro e a forma de apuração do percentual fixado no art. 16 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
CIRCULAR 0563/2017	29/12/2017	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de previdência complementar aberta e dá outras providências.
CIRCULAR 0564/2017	29/12/2017	Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de seguro de pessoas e dá outras providências.
CIRCULAR 0565/2017	29/12/2017	Dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Riscos Nomeados e Operacionais e dá outras providências.
CIRCULAR 0568/2018	27/04/2018	Altera a Circular SUSEP n.º 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0570/2018	24/05/2018	Determina o envio de informações de convênios estabelecidos com seguradoras estrangeiras, referentes aos seguros Carta Verde, Carta Azul e RCTR-VI-C.
CIRCULAR 0571/2018	25/06/2018	Dispõe sobre o seguro pecuário e o seguro de animais.
CIRCULAR 0572/2018	11/07/2018	Altera a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, que Dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária-IBA.
CIRCULAR 0573/2018	08/08/2018	Altera a Circular Susep n.º 435, de 25 de maio de 2012.
CIRCULAR 0574/2018	20/08/2018	Dispõe sobre a natureza e as características essenciais relacionadas às despesas que serão custeadas pelas receitas do Seguro DPVAT.
CIRCULAR 0575/2018	21/08/2018	Altera a Circular SUSEP n.º 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0576/2018	29/08/2018	Altera a Circular Susep nº 569, de 02 de maio de 2018, e estabelece regras para a elaboração, a operação e a propaganda e material de comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências.
CIRCULAR 0577/2018	28/09/2018	Altera a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013.
CIRCULAR 0578/2018	28/09/2018	Altera a Circular SUSEP nº 574, de 17 de agosto de 2018.
CIRCULAR 0579/2018	16/11/2018	Altera a Circular Susep n.º 535, de 28 de abril de 2016.
CIRCULAR 0581/2018	21/12/2018	Dispõe sobre a adoção de tábua biométrica específica na estruturação das coberturas de risco oferecidas em planos de previdência complementar aberta e em planos de seguro de pessoas e dá outras providências.
CIRCULAR 0582/2018	21/12/2018	Altera as Circulares Susep nº 569, 2 de maio de 2018, e n.º 576, 28 de agosto de 2018.
CIRCULAR 0583/2018	21/12/2018	Altera a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0585/2019	20/03/2019	Altera as Circulares SUSEP nº 563 e nº 564, de 24 de dezembro de 2017.
CIRCULAR 0586/2019	20/03/2019	Altera os itens 13.1 e 13.1.1 das Condições Contratuais Padronizadas do Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC), estabelecido pela Circular SUSEP Nº 422, de 1º de abril de 2011.
CIRCULAR 0587/2019	11/06/2019	Dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Fiança Locatícia.
CIRCULAR 0588/2019	26/06/2019	Suspende o prazo de recadastramento para as sociedades corretoras de seguros.
CIRCULAR 0589/2019	08/07/2019	Altera a Circular Susep nº 529, de 2016.
CIRCULAR 0590/2019	31/07/2019	Altera a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015, e revoga a Circular Susep nº 344, de 21 de junho de 2007.
CIRCULAR 0592/2019	29/08/2019	Dispõe sobre a estruturação de planos de seguros com vigência reduzida e/ou com período intermitente.
CIRCULAR 0593/2019	27/11/2019	Altera a Circular Susep n.º 574, de 17 de agosto de 2018.
CIRCULAR 0594/2019	27/11/2019	Altera a Circular SUSEP n.º 587, de 10 de junho de 2019.
CIRCULAR 0595/2019	31/12/2019	Alterar a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.
CIRCULAR 0596/2020	17/01/2020	Dispõe sobre a criação de contas para registro da operação DPVAT.
CIRCULAR 0597/2020	17/03/2020	Altera a Circular Susep nº 10, de 16 de junho de 1995.



CIRCULAR 0598/2020	20/03/2020	Dispõe sobre autorização, funcionamento por tempo determinado, regras e critérios para operação de produtos, transferência de carteira e envio de informações das sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) que desenvolvam projeto inovador mediante o cumprimento de critérios e limites previamente estabelecidos.
CIRCULAR 0599/2020	01/04/2020	Estabelece as regras de homologação dos sistemas de registro e de credenciamento das entidades registradoras de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
CIRCULAR 0600/2020	14/04/2020	Disciplina a concessão de assistência financeira pelas entidades abertas de previdência complementar e sociedades seguradoras e a atuação dessas empresas como correspondentes, no País, de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
CIRCULAR 0601/2020	14/04/2020	Dispõe sobre as condições para o registro das operações de seguro garantia em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Susep.
CIRCULAR 0602/2020	24/04/2020	Dispõe sobre o recadastramento dos corretores de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoa natural ou jurídica, e dá outras providências.
CIRCULAR 0603/2020	14/05/2020	Dispõe sobre procedimentos operacionais para contratação de seguro no exterior, e dá outras providências.
CIRCULAR 0604/2020	25/05/2020	Revoga Circulares da SUSEP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
CIRCULAR 0605/2020	29/05/2020	Estipula prazo para guarda de documentos e Dispõe sobre armazenamento de documentos das operações de seguro, cosseguro, resseguro, capitalização, retrocessão, previdência complementar aberta e intermediação.
CIRCULAR 0606/2020	22/06/2020	Altera a Circular Susep nº 527, de 25 de fevereiro de 2016, e dá outras providências.
CIRCULAR 0607/2020	22/06/2020	Revoga a Circular Susep nº 569, de 2 de maio de 2018, e artigos das Circulares Susep nº 576, de 28 de agosto de 2018, e nº 582, de 19 de dezembro de 2018.
CIRCULAR 0608/2020	22/06/2020	Dispõe sobre os elementos mínimos do bilhete do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (seguro DPVAT).

ANEXO IV

LISTAGEM DE RESOLUÇÕES

Norma	Data de Publicação	Ementa
RESOLUÇÃO 0001/1968	28/02/1968	Aprova normas e tabelas provisórias de vencimentos de funcionários da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0001/1973	01/11/1973	Revoga a Res. CNSP nº 05/72, que aprovou o Regulamento de Pessoal da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0001/1980	15/02/1980	Altera as normas reguladoras da criação, instalação, funcionamento e encerramento de sucursais, agentes, emissores e representações de sociedades seguradoras estrangeiras e sociedades seguradoras brasileira no exterior.
RESOLUÇÃO 0001/1981	04/03/1981	Altera item das normas reguladoras da criação, instalação, funcionamento e encerramento de sucursais, agentes gerais emissores e representações de sociedades seguradoras estrangeiras e sociedades seguradoras brasileiras no exterior.
RESOLUÇÃO 0001/1994	06/04/1994	Cria Grupo de Trabalho para implementação das atribuições previstas na Resolução CNSP nº 02/93 relativas acompanhamento e controle do Seguro Habitacional.
RESOLUÇÃO 0002/1993	01/11/1993	Aprova as normas reguladoras da organização e funcionamento do Seguro Habitacional do SFH.
RESOLUÇÃO 0002/1998	08/05/1998	Dispõe sobre a apuração das Margens de Solvencia para fins de enquadramento na Tabela constante da Lei 7944, de 20 de dezembro de 1989.
RESOLUÇÃO 0003/1968	14/03/1968	Permite que a exigibilidade da prova da contratação do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres, por parte das pessoas jurídicas de direito público da administração direta, ocorra a partir do instante em que houver dotação própria, com aplicabilidade restrita ao exercício de 1968.
RESOLUÇÃO 0003/1975	03/11/1975	Aprova minuta de decreto para regulamentação da L. nº 5488/68, que institui a correção monetária na liquidação de Sinistro.
RESOLUÇÃO 0003/1976	10/03/1976	Dispõe sobre cosseguro Obrigatório.
RESOLUÇÃO 0003/1980	15/02/1980	Dispõe sobre limites de indenização para contratação dos Seguros Obrigatórios.
RESOLUÇÃO 0003/1984	29/06/1984	Prorroga o início da vigência da Resolução CNSP nº 02/84, que dispõe sobre cosseguro e cobertura de resseguro.
RESOLUÇÃO 0003/1998	08/05/1998	Estabelece procedimentos com vistas a adequação dos sitemas eletrônicos de informação automatizados, em face da mudança de data na passagem do ano de 1999 para o ano de 2000.
RESOLUÇÃO 0005/1967	15/02/1967	Dispõe sobre os Seguros de Bens do Poder público e de terceiros a ele vinculados até a regulamentação do artigo respectivo do Decreto-lei nº 73/66.
RESOLUÇÃO 0005/1984	25/07/1984	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Vida para Vigilantes, estabelecido pela L. nº 7102/83.
RESOLUÇÃO 0005/1987	04/06/1987	Altera Regimento Interno do CNSP.
RESOLUÇÃO 0005/1989	07/04/1989	Delega a SUSEP competência para processar e opinar sobre os pedidos de autorização para funcionamento de sociedades seguradoras ou de capitalização.
RESOLUÇÃO 0006/1968	27/03/1968	Encaminha ao Ministério da Indústria e Comércio, projeto de decreto que atribui competência ao CNSP para fixar novos prazos de início da obrigatoriedade de contratar seguros regulamentados pelo Decreto nº 61.867/67.
RESOLUÇÃO 0006/2000	08/03/2000	Referenda a Resolução CNSP 01/99, que dispõe sobre a remuneração de Liquidante, Interventor, Diretor - Fiscal e Assistente das sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0007/1988	05/10/1988	Aprova o Quadro de Pessoal da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0008/1967	05/04/1967	Aprova o projeto de legislação da capitalização com transferência de controle do Banco Central para o CNSP e SUSEP.
RESOLUÇÃO 0008/1997	03/12/1997	Remete ao Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CFCVSV os processos encaminhados para deliberação do CNSP relativos a litígios envolvendo segurados, seguradoras e agentes financeiros, decorrentes da aplicação das condições de cobertura, normas e rotinas do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, cujo equilíbrio da apólice esteja sob a garantia do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, conforme constitui o anexo a esta Resolução.
RESOLUÇÃO 0008/1998	08/05/1998	Revoga a Resolução 19, de 17 de julho de 1992, que dispõe sobre auditoria atuarial independente.
RESOLUÇÃO 0009/1967	05/04/1967	Aprova o projeto de legislação do Seguro de Riscos de Acidentes do Trabalho.
RESOLUÇÃO 0009/1970	05/11/1970	Altera o Regimento Interno do CNSP.
RESOLUÇÃO 0009/1975	02/12/1975	Dispõe sobre a garantia do Governo Federal para cobertura do seguro de instalação e montagem da primeira usina nuclear brasileira localizada em Angra dos Reis.
RESOLUÇÃO 0009/1976	12/07/1976	Delega competência a SUSEP para submeter diretamente ao Ministério da Indústria e Comércio os processos referentes a transferência de controle acionario de sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO 0009/1983	05/01/1984	Prorroga, por 60 dias, a vigência da Resolução CNSP nº 04/83, que dispõe sobre cosseguro Obrigatório antes da cessão de riscos em resseguro.
RESOLUÇÃO 0010/1967	05/04/1967	Aprova a regulamentação do Decreto-lei nº 73/66 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de Seguros e Resseguros e dá outras providências e encaminha ao MIC projeto de decreto.
RESOLUÇÃO 0010/1976	09/07/1976	Suspende os efeitos da Resolução CNSP nº 03/76, que dispõe sobre cosseguro Obrigatório.
RESOLUÇÃO 0010/1995	07/11/1995	Autoriza a SUSEP a divulgar ao público dados das demonstrações contábeis consolidadas das entidades por ela supervisionadas, obtidos através do Formulário de Informações Periódicas (FIP).
RESOLUÇÃO 0011/1967	28/06/1967	Aprova o Regimento Interno da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0012/1976	01/01/1976	Dispõe sobre verbas específicas destinadas ao FESR.
RESOLUÇÃO 0012/1986	15/07/1986	Revoga a Resolução CNSP nº 19/79, que dispõe sobre financiamento de prêmio e adimplemento de apólice.
RESOLUÇÃO 0012/1994	28/12/1994	Referenda as Resoluções CNSP nº 27/92 e 01/93, que dispõe sobre Seguro DPEN.
RESOLUÇÃO 0013/1994	28/12/1994	Referenda a Resolução CNSP nº 02/93, que dispõe sobre Seguro Habitacional do SFH.
RESOLUÇÃO 0014/1994	28/12/1994	Referenda a Resolução CNSP nº 01/94, que criou o Grupo de Trabalho temporário relativo ao Seguro Habitacional.
RESOLUÇÃO 0014/1998	19/06/1998	Revoga a Resolução CNSP 14, de 03 de julho de 1986.
RESOLUÇÃO 0015/1981	07/01/1982	Suspende, temporariamente, a vigência das Resoluções CNSP nº 14/78 e 09/79, que tratam das condições gerais do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Hidroviário.
RESOLUÇÃO 0015/1991	12/05/1992	Aprova as normas reguladoras das operações de capitalização no país.
RESOLUÇÃO 0016/1976	17/09/1976	Dispõe sobre Seguro de Penhor Rural.
RESOLUÇÃO 0016/1992	23/07/1992	Dispõe sobre a instituição de Plano de Benefício de Pecúlio pelas entidades abertas de previdência privada.
RESOLUÇÃO 0016/1998	10/09/1998	Referenda a Resolução 15/98 que delega a SUSEP a atribuição de definir os critérios para cobrança de apólice, faturas e endosso.
RESOLUÇÃO 0017/1968	28/05/1968	Estabelece que os Seguros Obrigatórios de Transporte, no País, de bens pertencentes a pessoas jurídicas e de riscos de Incêndio de bens pertencentes a pessoas jurídicas, situados no País reger-se-ao pelas normas, condições e tarifas vigentes para esses ramos.
RESOLUÇÃO 0017/1978	18/07/1978	Prorroga início de vigência da Resolução CNSP nº 11/78, que dispõe sobre Seguro de RCTR-C.
RESOLUÇÃO 0017/1992	23/07/1992	Dispõe sobre a instalação e o encerramento de dependências ou representações de sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO 0018/1967	15/09/1967	Fixa percentual de comissão de corretagem a ser recolhido ao IRB para credito do FESR, decorrentes dos seguros de órgãos do Poder público e a eles vinculados, realizados mediante sorteio.
RESOLUÇÃO 0018/1978	25/07/1978	Referenda a Resolução CNSP n.º 17, de 1978.
RESOLUÇÃO 0018/1988	29/12/1988	Estende aos corretores de seguros a faculdade de uso de chancela impressa ou mecânica.
RESOLUÇÃO 0019/1968	15/07/1968	Determina que a parcela de dez por cento do montante de prêmios arrecadados dos Seguros Obrigatórios de Responsabilidade Civil relativos aos Transportes Terrestres, previstos no art. 20 alínea "b" do D.L. nº 73/66, so poderá ser cobrada mediante autorização orçamentária.
RESOLUÇÃO 0019/1978	25/07/1978	Aprova as normas reguladoras da criação, instalação, funcionamento e encerramento de sucursais, agentes emissores e representações de sociedades seguradoras estrangeiras e sociedade seguradoras brasileiras no exterior.
RESOLUÇÃO 0020/1998	10/09/1998	Dispõe sobre o envio de dados necessários a elaboração e atualização de tábuas biométricas, pelas Sociedades de Seguros, Estipulantes de Seguros e Sociedades de Previdência Privada Aberta, com e sem fins lucrativos.
RESOLUÇÃO 0021/1978	20/09/1978	Prorroga início de vigência da Res. CNSP nº 11/78, que dispõe sobre Seguro de RCTR-C.
RESOLUÇÃO 0021/1987	27/11/1987	Aprova destinação de recursos do FESR para custeio da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0022/1976	09/02/1977	Aprova minuta de decreto relacionada aos seguros Obrigatórios previstos no D.L nº 73/66.
RESOLUÇÃO 0023/1967	21/12/1967	Aprova a regulamentação dos seguros Obrigatórios e encaminha ao Ministro da Indústria e Comércio como projeto de Decreto.
RESOLUÇÃO 0023/1968	15/07/1968	Esclarece que a subordinação a existência de dotação própria da exigibilidade de prova de contratação do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil, de que trata o capítulo II do D. nº 61867/67, por parte das pessoas jurídicas de Direito público da Administração Direta, so e permitida durante o exercício de 1968.
RESOLUÇÃO 0023/1978	20/11/1978	Prorroga início de vigência da Resolução CNSP nº 11/78, que dispõe sobre Seguro de RCTR-C.
RESOLUÇÃO 0023/2000	08/03/2000	Altera dispositivos da Resolução CNSP 15/91, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0024/1978	01/12/1978	Referenda a Resolução CNSP nº 23, de 1978.
RESOLUÇÃO 0025/1968	16/07/1968	Confirma a responsabilidade das instituições financeiras públicas quanto a verificação da situação de seus clientes no que respeita aos Seguros Obrigatórios.
RESOLUÇÃO 0026/1992	29/07/1992	Dispõe sobre o fundo de constituição das entidades abertas de previdência privada sem fins lucrativos
RESOLUÇÃO 0027/1992	18/12/1992	Suspende, por 120 dias, os efeitos do item 1 das normas disciplinadoras do Seguro DPEN.
RESOLUÇÃO 0044/2000	18/12/2000	Altera a redação do inciso I do art. 5º da Resolução CNSP 2/98.
RESOLUÇÃO 0047/2001	26/02/2001	Revoga as Resoluções CNSP que tratam de Seguro Saúde.
RESOLUÇÃO 0051/2001	13/09/2001	Revoga a Resolução CNSP nº 17, de 21 julho de 1989.
RESOLUÇÃO 0053/2001	13/09/2001	Dispõe sobre as condições que as entidades abertas de previdência complementar, sem fins lucrativos, devem observar para a realização de suas atividades e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0063/2001	13/09/2001	Revoga as Resoluções CNSP que tratam de Comissões Consultivas deste Conselho, regulamentadas nos termos do art. 34 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
RESOLUÇÃO 0066/2001	09/01/2002	Altera as Resoluções CNSP nº 25, de 22.12.94, nº 6, de 17.11.97, nº 21, de 17.02.00, e nº 49, de 12.02.01.
RESOLUÇÃO 0068/2001	09/01/2002	Estabelece regras e critérios para a operação de seguro denominada cosseguro, na hipótese de que trata o art. 32, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
RESOLUÇÃO 0069/2001	09/01/2002	Revoga normas que dispõem sobre Comissões tarifárias de seguros vultosos.
RESOLUÇÃO 0070/2001	09/01/2002	Revoga normas que dispõem sobre Limite Técnico e Limite Operacional.
RESOLUÇÃO 0076/2002	29/07/2002	Extingue a Comissão Permanente para o Seguro Habitacional - COSEHA, constituída pela Resolução CNSP nº 24/87.



RESOLUÇÃO 0077/2002	03/09/2002	Referenda a Resolução CNSP nº 76, de 2002.
RESOLUÇÃO 0078/2002	03/09/2002	Estabelece regras e critérios para a estruturação e comercialização de planos de Benefícios de previdência complementar aberta e de seguro do ramo vida que, no momento da contratação, prevejam cobertura por sobrevivência e cobertura, ou coberturas, de risco, com o instituto da comunicabilidade, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0079/2002	03/09/2002	Dispõe sobre a transferência de carteira entre as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0084/2002	03/09/2002	Revoga as Resoluções CNSP que dispõem sobre a administração do então Instituto de Resseguros do Brasil - IRB.
RESOLUÇÃO 0090/2002	03/09/2002	Anula a Resolução CNSP nº 16, de 1992, e revoga as Resoluções CNSP que menciona, referentes a previdência complementar aberta e ao seguro do ramo vida.
RESOLUÇÃO 0094/2002	18/10/2002	Revoga a Resolução CNSP nº 37, de 2000, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0097/2002	18/10/2002	Regula o processo administrativo e estabelece critérios de julgamento a serem adotados pelo Conselho Diretor da SUSEP para aplicação de sanção as sociedades seguradoras, de capitalização, as entidades abertas de previdência complementar e as corretoras de seguros, por descumprimento ao disposto nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.
RESOLUÇÃO 0100/2004	09/01/2004	Revoga a Circular SUSEP nº 35/78 e Resolução CNSP nº 20/87.
RESOLUÇÃO 0101/2004	09/01/2004	Altera dispositivo da Resolução CNSP nº 15 de 03 de dezembro de 1991.
RESOLUÇÃO 0102/2004	09/01/2004	Regulamenta a oferta, pelas sociedades seguradoras, de serviços de assistência, caracterizados como atividades complementares ao seguro.
RESOLUÇÃO 0103/2004	13/01/2004	Altera e consolida as normas de atualização e recálculo de valores relativos as operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0107/2004	19/01/2004	Altera e consolida as normas que dispõem sobre estipulação de seguros, responsabilidades e obrigações de estipulantes e seguradoras.
RESOLUÇÃO 0111/2004	11/05/2004	Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0115/2004	07/10/2004	Estabelece Condições Mínimas para a Certificação Técnica de Empregados e Assemelhados das Sociedades Seguradoras, das Sociedades de Capitalização e das Entidades Abertas de Previdência Complementar.
RESOLUÇÃO 0117/2004	23/12/2004	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0119/2004	24/12/2004	Estabelece as regras a serem observadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar para a contratação de seguros e planos de Benefícios por entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0128/2005	06/05/2005	Aprova as Normas Disciplinadoras e os Elementos Mínimos que, obrigatoriamente, devem constar do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - Seguro DPEM.
RESOLUÇÃO 0129/2005	06/07/2005	Altera o art. 2º e 71 da Resolução CNSP 117 de 22.12.04.
RESOLUÇÃO 0130/2005	17/10/2005	Referenda a Resolução CNSP nº 129/05.
RESOLUÇÃO 0133/2005	17/10/2005	Revoga as Resoluções CNSP que menciona.
RESOLUÇÃO 0137/2005	23/11/2005	Altera o art. 2º da Resolução CNSP nº 117, de 22 de dezembro de 2004.
RESOLUÇÃO 0142/2005	30/12/2005	Altera e consolida as normas disciplinadoras para operação de transformação de entidades abertas de previdência complementar, sem fins lucrativos - EAPC/SFL - em entidades abertas de previdência complementar, com fins lucrativos - EAPC/CFL, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0143/2005	30/12/2005	Estabelece a obrigatoriedade de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas para este fim e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0145/2006	06/07/2006	Referenda a Resolução CNSP nº 144, de 2006.
RESOLUÇÃO 0147/2006	06/07/2006	Revoga as Resoluções CNSP que menciona.
RESOLUÇÃO 0148/2006	06/07/2006	Altera o parágrafo único do art. 4º, incisos XXVI e XXXIII do art. 5º, art. 7º, incisos IV, V, VI, VII e VIII e § 1º, § 2º, § 3º e § 4º do art. 7º, art. 29, § 3º e § 4º do art. 35, art. 50, alínea "a" do inciso I do art. 52, § 6º do art. 54, art. 56, § 5º e § 6º do art. 60, parágrafo único dos arts. 74 e 75, arts. 89, 98, 99, 100, 101 e 102 da Resolução CNSP No 140, de 27 de dezembro de 2005, consolidando esse normativo.
RESOLUÇÃO 0149/2006	20/07/2006	Estabelece Condições Mínimas para a Certificação Técnica de Empregados e Assemelhados, inclusive Prepostos, vinculados a Corretores de Seguros, e altera dispositivos das Resoluções CNSP nº 115, de 2004, e 60, de 2001.
RESOLUÇÃO 0152/2006	01/12/2006	Altera os valores de indenização para as coberturas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga - Seguro DPEM.
RESOLUÇÃO 0160/2006	29/12/2006	Acrescenta parágrafo único ao artigo 10 da Resolução CNSP nº 142, de 2005.
RESOLUÇÃO 0161/2006	29/12/2006	Altera o art. 98 da Resolução do CNSP nº 140, de 27 de dezembro de 2005 e consolida seus anexos.
RESOLUÇÃO 0168/2007	19/12/2007	Dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0173/2007	19/12/2007	Dispõe sobre a atividade de corretagem de resseguros, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0175/2007	19/12/2007	Dispõe sobre cooperativas de corretores de seguros.
RESOLUÇÃO 0179/2007	19/12/2007	Altera dispositivos das Resoluções CNSP nºs 115, de 6 de outubro de 2004, e 149, de 18 de julho de 2006, que tratam da certificação Técnica dos empregados e assemelhados, de Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades Corretoras de Seguros.

RESOLUÇÃO 0180/2007	19/12/2007	Revoga a Resolução CNSP nº 03, de 18 de janeiro de 1971.
RESOLUÇÃO 0182/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Aquaviário - Carga (RCA-C).
RESOLUÇÃO 0183/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - Carga (RCTF-C).
RESOLUÇÃO 0184/2008	18/04/2008	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo - Carga (RCTA-C).
RESOLUÇÃO 0189/2008	13/10/2008	Altera o art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0191/2008	18/12/2008	Referenda a Resolução CNSP nº 189, de 2008.
RESOLUÇÃO 0194/2008	19/12/2008	Dispõe sobre o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares e sobre o limite maximo de cessão a resseguradores eventuais, de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.499, de 1º de julho de 2008, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0197/2008	19/12/2008	Estabelece disposições para a contratação de seguro em moeda estrangeira e para contratação do seguro no exterior, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0201/2008	22/12/2008	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas por morte e invalidez oferecidas em planos de previdência complementar aberta e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0202/2008	23/12/2008	Fixa as características gerais dos contratos de seguro de fiança locatícia e revoga a Resolução CNSP nº 14/79.
RESOLUÇÃO 0203/2009	29/04/2009	Dispõe sobre o limite maximo de cessão a resseguradores eventuais, de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.499, e 1º de julho de 2008, e altera o caput do artigo 37 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0205/2009	19/11/2009	Dispõe sobre o Seguro Habitacional e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0206/2009	18/12/2009	Altera o parágrafo único do art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0209/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 203, de 2009.
RESOLUÇÃO 0210/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 206, de 2009.
RESOLUÇÃO 0212/2010	10/12/2010	Referenda a Resolução CNSP nº 205, de 2009.
RESOLUÇÃO 0216/2010	10/12/2010	Dispõe sobre a avaliação de imóveis que passarão a incorporar o patrimônio das sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0218/2010	10/12/2010	Estabelece critérios para a estruturação do seguro obrigatório de condomínio.
RESOLUÇÃO 0219/2010	10/12/2010	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C).
RESOLUÇÃO 0220/2010	10/12/2010	Altera a Resolução CNSP nº 53, de 2001.
RESOLUÇÃO 0225/2010	10/12/2010	Altera os arts. 15 e 39 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0233/2011	04/04/2011	Dispõe sobre as condições de constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, na condição de auxiliares da SUSEP, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0234/2011	10/08/2011	Dispõe sobre as condições, critérios e requisitos para a homologação no âmbito da SUSEP da deliberação da sociedade pela liquidação ordinária e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0235/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 231, de 2011.
RESOLUÇÃO 0236/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 232, de 2011.
RESOLUÇÃO 0237/2011	02/12/2011	Altera o art. 18 do Anexo I da Resolução CNSP nº 128, de 05 de maio de 2005.
RESOLUÇÃO 0239/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 234, de 2011.
RESOLUÇÃO 0240/2011	02/12/2011	Referenda a Resolução CNSP nº 229, de 2010.
RESOLUÇÃO 0241/2011	07/12/2011	Dispõe sobre transferências de riscos, em operações de resseguro e de retrocessão, com pessoas não abrangidas pelos incisos I e II do art. 9º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e sobre os critérios para comprovação da insuficiência de oferta de capacidade do mercado ressegurador.
RESOLUÇÃO 0243/2011	07/12/2011	Dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da SUSEP e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0244/2011	07/12/2011	Dispõe sobre as operações de microseguro, os corretores e os correspondentes de microseguro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0245/2011	07/12/2011	Revoga o § 2º do artigo 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0247/2011	07/12/2011	Revoga dispositivos da Resolução CNSP nº 182, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 183, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 184, de 15 de abril de 2008; da Resolução CNSP nº 219, de 6 de dezembro de 2010 e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0248/2011	09/12/2011	Altera o art. 7º da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0249/2012	16/02/2012	Dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.
RESOLUÇÃO 0251/2012	11/04/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 233, de 2011.
RESOLUÇÃO 0252/2012	20/04/2012	Altera a Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.
RESOLUÇÃO 0253/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 250, de 2012.
RESOLUÇÃO 0256/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 247, de 2011.
RESOLUÇÃO 0257/2012	09/07/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 248, de 2011.
RESOLUÇÃO 0258/2012	09/07/2012	Referenda as Resoluções CNSP nºs. 249 e 252, de 2012.
RESOLUÇÃO 0259/2012	09/07/2012	Altera a Resolução CNSP nº 243, de 6 de dezembro de 2011, que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da Susep e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0260/2012	09/07/2012	Torna sem efeito a Resolução CNSP nº 246, de 2011.
RESOLUÇÃO 0264/2012	08/10/2012	Dispõe sobre a vedação da cobrança do custo de emissão de apólice, fatura e endosso apartado do prêmio.
RESOLUÇÃO 0267/2012	24/12/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 261, de 2012.
RESOLUÇÃO 0270/2012	24/12/2012	Referenda a Resolução CNSP nº 264, de 2012.
RESOLUÇÃO 0275/2013	18/02/2013	Referenda a Resolução CNSP nº 274, de 2012.



RESOLUÇÃO 0278/2013	18/02/2013	Dispõe sobre a restituição de comissões de corretagem às seguradoras, no caso de cancelamento ou devolução de prêmio.
RESOLUÇÃO 0279/2013	18/02/2013	Dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização e revoga a Resolução CNSP nº 110/ 2004.
RESOLUÇÃO 0285/2013	18/02/2013	Estabelece os elementos mínimos que devem ser observados pelas sociedades seguradoras na contratação de planos de seguro por meio de bilhete.
RESOLUÇÃO 0286/2013	29/04/2013	Dispõe sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. - A B G F.
RESOLUÇÃO 0289/2013	23/09/2013	Referenda a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013.
RESOLUÇÃO 0291/2013	23/09/2013	Referenda a Resolução CNSP nº 288, de 9 de agosto de 2013.
RESOLUÇÃO 0293/2013	23/09/2013	Altera a Resolução CNSP nº 243, de 06 de dezembro de 2011 que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0294/2013	23/09/2013	Dispõe sobre a utilização de meios remotos nas operações relacionadas a planos de seguro e de previdência complementar aberta.
RESOLUÇÃO 0295/2013	28/10/2013	Dispõe sobre a atividade de Preposto de Corretor de Seguros e de Previdência Complementar Aberta, e requisitos básicos para sua nomeação e registro.
RESOLUÇÃO 0296/2013	28/10/2013	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro de garantia estendida, quando da aquisição de bens ou durante a vigência da garantia do fornecedor, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0297/2013	28/10/2013	Disciplina as operações das sociedades seguradoras por meio de seus representantes de seguros, pessoas jurídicas, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0303/2013	23/12/2013	Dispõe sobre o cadastramento dos corretores de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta e a emissão da carteira de corretores.
RESOLUÇÃO 0304/2013	23/12/2013	Altera a Resolução CNSP nº 286, de 26 de abril de 2013.
RESOLUÇÃO 0306/2014	04/04/2014	Disciplina o pagamento de prêmios de seguros de garantia estendida e de seguros contratados junto a representantes de seguros, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0307/2014	25/04/2014	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 295, de 25 de outubro de 2013.
RESOLUÇÃO 0308/2014	25/04/2014	Altera o inciso VIII do artigo 2º, artigos 18 e 21 da Resolução CNSP nº 297, de 25 de outubro de 2013.
RESOLUÇÃO 0309/2014	25/06/2014	Referenda a Resolução CNSP nº 306, de 02 de abril de 2014.
RESOLUÇÃO 0310/2014	25/06/2014	Referenda a Resolução CNSP nº 307, de 23 de abril de 2014.
RESOLUÇÃO 0313/2014	26/09/2014	Altera a Resolução CNSP nº 243, de 6 de dezembro de 2011, que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - Susep e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem.
RESOLUÇÃO 0314/2014	26/09/2014	Inclui o ramo 0542 - Assistência e outras coberturas - Auto no rol de ramos de que trata o Art. 3º da Resolução CNSP nº 297/2013.
RESOLUÇÃO 0315/2014	29/09/2014	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro viagem.
RESOLUÇÃO 0318/2014	23/12/2014	Altera a Resolução CNSP nº 249, de 15 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores.
RESOLUÇÃO 0319/2014	23/12/2014	Revoga resoluções relacionadas a Ativos Garantidores, Provisões Técnicas, Imposto de Renda dos Ativos Garantidores e Patrimônio Líquido Ajustado.
RESOLUÇÃO 0321/2015	17/07/2015	Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores.
RESOLUÇÃO 0322/2015	21/07/2015	Altera a redação do § 4º do art. 14 e do art. 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e revoga a Resolução nº 232, de 25 de março de 2011.
RESOLUÇÃO 0323/2015	24/07/2015	Torna sem efeito a publicação da Resolução nº 321, de 20/7/2015, feita no Diário Oficial da União do dia 22/07/2015, Seção 1, p.21.
RESOLUÇÃO 0324/2015	03/08/2015	Altera o art. 49 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e revoga o art. 1º da Resolução CNSP nº 206, de 17 de dezembro de 2009.
RESOLUÇÃO 0325/2015	03/08/2015	Referenda a Resolução CNSP n.º 322, de 2015, com alterações.
RESOLUÇÃO 0326/2015	03/08/2015	Referenda a Resolução CNSP n.º 323, de 2015.
RESOLUÇÃO 0328/2015	24/09/2015	Revoga as resoluções que menciona.
RESOLUÇÃO 0329/2015	24/09/2015	Dispõe sobre a prorrogação por até 180 (cento e oitenta) dias do prazo previsto no artigo 26 da Resolução CNSP n.º 315 de 26 de setembro de 2014.
RESOLUÇÃO 0330/2015	15/12/2015	Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cadastro, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das entidades que especifica e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0331/2015	15/12/2015	Dispõe sobre o rito sumário no âmbito do processo administrativo sancionador na Superintendência de Seguros Privados e altera dispositivos da Resolução CNSP n.º 243, de 6 de dezembro de 2011.
RESOLUÇÃO 0332/2015	15/12/2015	Dispõe sobre os danos pessoais cobertos, indenizações, regulação dos sinistros, prêmio, condições tarifárias e administração dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
RESOLUÇÃO 0334/2015	15/12/2015	Altera dispositivo da Resolução CNSP Nº 295, de 25 de outubro de 2013.
RESOLUÇÃO 0335/2015	15/12/2015	Dispõe sobre os Regimes Especiais de Direção Fiscal e de Liquidação Extrajudicial e Ordinária aplicáveis às seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais.
RESOLUÇÃO 0336/2016	01/04/2016	Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro popular de automóvel com permissão de utilização de peças usadas oriundas de empresas de desmontagem, conforme lei específica, para a recuperação de veículos sinistrados com cobertura securitária, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0337/2016	04/04/2016	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 279, de 30 de janeiro de 2013.
RESOLUÇÃO 0339/2016	02/06/2016	Dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR, de sua administração e controle por seu gestor, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0340/2016	03/10/2016	Altera o art. 11 da Resolução CNSP Nº 336, de 31 de março de 2016.
RESOLUÇÃO 0341/2016	17/10/2016	Dispõe sobre o seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de passageiros e cargas entre o Brasil e a Guiana Francesa, e divulga as condições contratuais deste seguro para veículos matriculados na Guiana Francesa.
RESOLUÇÃO 0342/2016	21/12/2016	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 332, de 9 de dezembro de 2015.
RESOLUÇÃO 0343/2016	27/12/2016	Altera a Resolução CNSP nº 321/2015, a Resolução CNSP nº 332/2015 e a Resolução CNSP nº 335/2015.
RESOLUÇÃO 0344/2016	27/12/2016	Dispõe sobre as regras e os critérios para estruturação, comercialização e operacionalização do Seguro de Vida Universal.
RESOLUÇÃO 0345/2017	03/05/2017	Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguro de pessoas e sobre os correspondentes planos de seguro ou de pecúlio.
RESOLUÇÃO 0347/2017	27/09/2017	Altera os artigos 32 a 36, do Anexo I da Resolução CNSP nº 346/2017, que dispõe sobre o Regimento interno da Susep.
RESOLUÇÃO 0348/2017	27/09/2017	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de seguro de pessoas e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0349/2017	27/09/2017	Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de previdência complementar aberta e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0350/2017	27/09/2017	Dispõe sobre as operações de aceite de retrocessão por sociedades seguradoras e sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0351/2017	22/12/2017	Altera dispositivos da Resolução CNSP nº 332, de 9 de dezembro de 2015.
RESOLUÇÃO 0352/2017	22/12/2017	Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação do seguro funeral por sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO 0353/2017	22/12/2017	Altera a Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0354/2017	26/12/2017	Altera a Resolução CNSP nº 336, de 31 de março de 2016.
RESOLUÇÃO 0355/2017	26/12/2017	Dispõe sobre as Condições Contratuais do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo - RETA.
RESOLUÇÃO 0356/2017	26/12/2017	Revoga a Resolução CNSP nº 163/2007 e o parágrafo único do artigo 13 da Resolução nº CNSP 336/2016.
RESOLUÇÃO 0359/2017	26/12/2017	Dispõe sobre a alteração da Resolução CNSP nº 294, de 06 de dezembro de 2013.
RESOLUÇÃO 0360/2017	04/01/2018	Altera a Resolução CNSP Nº 321, de 15 de julho de 2015.
RESOLUÇÃO 0361/2018	25/06/2018	Altera a Resolução CNSP Nº 219, de 2010.
RESOLUÇÃO 0362/2018	25/06/2018	Altera a Resolução CNSP nº 117, de 22 de dezembro de 2004 e a Resolução CNSP nº 201, de 22 de dezembro de 2008.
RESOLUÇÃO 0363/2018	17/10/2018	Dispõe sobre as operações de aceite de resseguro e retrocessão de cedentes no exterior por resseguradoras locais, sua intermediação e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0364/2018	17/10/2018	Dispõe sobre o Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Passageiros.
RESOLUÇÃO 0365/2018	17/10/2018	Dispõe sobre as regras e critérios para operação do seguro prestamista e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0366/2018	30/10/2018	Altera a Resolução CNSP nº 241, de 1º de dezembro de 2011.
RESOLUÇÃO 0368/2018	19/12/2018	Altera a Resolução CNSP Nº 321, de 15 de julho de 2015.
RESOLUÇÃO 0369/2018	19/12/2018	Altera as Resoluções CNSP n.º 296, de 25 de outubro de 2013, e n.º 306, de 2 de abril de 2014.
RESOLUÇÃO 0370/2018	19/12/2018	Dispõe sobre as condições para operação de sociedades seguradoras especializadas em anuidades e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0371/2018	19/12/2018	Altera dispositivos da Resolução CNSP n° 332, de 9 de dezembro de 2015.
RESOLUÇÃO 0372/2018	19/12/2018	Dispõe sobre as características mínimas a serem adotadas no plano de seguro agrícola denominado Seguro Rural de Risco Variado ("MultiSeg-Rural").
RESOLUÇÃO 0373/2019	08/07/2019	Altera dispositivos da Resolução CNSP n° 330, de 9 de dezembro de 2015.
RESOLUÇÃO 0374/2019	30/08/2019	Dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP.
RESOLUÇÃO 0376/2019	30/12/2019	Altera a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.
RESOLUÇÃO 0377/2019	30/12/2019	Dispõe sobre a constituição das Provisões Técnicas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0378/2019	30/12/2019	Altera dispositivos da Resolução CNSP n° 332, de 9 de dezembro de 2015.
RESOLUÇÃO 0379/2020	06/03/2020	Altera a Resolução CNSP nº 197, de 16 de dezembro de 2008.
RESOLUÇÃO 0380/2020	09/03/2020	Altera a Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.
RESOLUÇÃO 0381/2020	06/03/2020	Estabelece as condições para autorização e funcionamento, por tempo determinado, de sociedades seguradoras participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) que desenvolvam projeto inovador mediante o cumprimento de critérios e limites previamente estabelecidos e dá outras providências.[Em vigor em 01/04/20]
RESOLUÇÃO 0382/2020	10/03/2020	Dispõe sobre princípios a serem observados nas práticas de conduta adotadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e intermediários, no que se refere ao relacionamento com o cliente, e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da Susep, na forma definida por esta Resolução, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0383/2020	24/03/2020	Dispõe sobre o registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.
RESOLUÇÃO 0384/2020	10/06/2020	Dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 0385/2020	10/06/2020	Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras.
RESOLUÇÃO 0386/2020	10/06/2020	Revoga Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.
RESOLUÇÃO 0387/2020	10/06/2020	Revogar o parágrafo único e o caput do art. 14 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015.



DIRETORIA TÉCNICA 1

PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 21, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609968/2020-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de CAIXA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 34.020.354/0001-10, e CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 03.730.204/0001-76, ambos com sede na cidade de Brasília - DF, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 1º de julho de 2020:

I - cisão parcial do patrimônio de CAIXA SEGURADORA S.A., com versão da parcela cindida composta dos bens, direitos e obrigações relativos à operação de seguros de pessoas para CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., na forma do instrumento de protocolo e justificação de cisão parcial celebrado de 22 de junho de 2020;

II - redução do capital social de CAIXA SEGURADORA S.A. em R\$ 753.649.830,52, alterando-o para R\$ 1.081.350.169,48, dividido em 8.465.054 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

III - aumento do capital social de CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. em R\$ 753.649.830,52, elevando-o para R\$ 1.263.649.830,52, dividido em 1.314.494.988 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

IV - reforma e consolidação dos estatutos sociais da CAIXA SEGURADORA S.A. e CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO MACEDO MOURA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 550, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609449/2020-03, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 04.046.576/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de junho de 2020:

I - aumento do capital social em R\$ 40.000.865,38, elevando-o para R\$ 156.273.793,37, representado por 532.711 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25, da Lei nº 8.666/93 e, considerando o contido na Proposição nº 22, de 16/03/2020, na Resolução CAS nº 30, de 15/05/2020, aprovada na 291ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, de 07/05/2020, no Parecer Técnico nº 279/2019/COAPA/CGPRI/SPR, de 28/11/2019, no Parecer Jurídico nº 00004/2020/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 05/02/2020, e no Parecer Técnico Conclusivo COAPA, de 03/03/2020, além do cumprimento da Decisão nº 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo nº TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote nº 12-A-7, com área de 13.330,01 m², localizado na Rua Hibisco, s/n - Expansão do Distrito Industrial, à empresa ZILLI TRANSPORTES LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único, do Decreto-lei nº 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo administrativo nº 52710.000205/2009-29.

Manaus-AM, 21 de setembro de 2020.
DOWER JERÔNIMO MORINI BORGES
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN
Superintendente

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 373, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Portaria Enap nº 168, de 06 de maio de 2020, e dá publicidade à listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o constante no processo 04600.001248/2020-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dá publicidade, na forma do anexo único, à listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, nos termos do art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Alterar os arts. 6º e 8º da Portaria Enap nº 168, de 06 de maio de 2020, que passam a constar com a seguinte redação:

"Art. 6º A Enap divulgará, por meio de portaria de seu dirigente máximo, até 30 de setembro de 2020, a listagem com os atos normativos inferiores a decreto." (NR)

"Art. 8º O exame de atos normativos será dividido nas seguintes etapas:

I - primeira etapa - até 30 de novembro de 2020, com prioridade para a revogação de atos normativos;

II - segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021, com prioridade para a consolidação de atos normativos relacionados a governança;

III - terceira etapa - até 31 de maio de 2021, com prioridade para consolidação de atos normativos relacionados a procedimentos;

IV - quarta etapa - até 31 de agosto de 2021, com prioridade para a atualização de atos normativos; e

V - quinta etapa - até 30 de novembro de 2021, para revisão e solução de atos normativos pendentes." (NR)

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO G. R. COSTA

PORTARIA Nº 671, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa PLASTMASTER COPOLÍMEROS DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso I do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 231/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002858/2020-58, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa PLASTMASTER COPOLÍMEROS DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ nº 10.292.152/0001-69) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 231/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA 1306, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US\$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS)	2,897,472	3,259,656	4,346,208

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR Nº 927, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11/05/1990, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08/11/1990, com redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13/06/1995, e em atendimento ao disposto na Resolução do CCFGTS nº 977, de 08/09/2020, e na Instrução Normativa do MDR nº 26, de 16/09/2020, suas alterações e aditamentos, resolve:

1 Divulgar os Manuais de Fomento do Agente Operador, que consolidam as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação, nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS, cujas alterações estão descritas nos respectivos Manuais: 1.1 Manual de Fomento Pessoa Jurídica - versão 1.30. 1.2 Manual de Fomento Pró-Moradia - versão 3.20.

2 Os citados Manuais de Fomento estão disponíveis no sítio da CAIXA na internet, no endereço eletrônico: <http://www.caixa.gov.br>, na área de downloads, item FGTS Manual de Fomento do Agente Operador.

2.1 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

3 Ficam revogados os subitens 1.2 e 1.5 da circular CAIXA nº 919, de 31 de julho de 2020, publicada no DOU nº 147, de 03/08/2020, seção 1, página 56.

4 Esta circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

LUCÍOLA AOR VASCONCELOS
Diretora-Executiva
Em exercício



ANEXO ÚNICO

Ato normativo	nº	Data
Portaria	6	10 de janeiro de 1996
Portaria	63	16 de maio de 1997
Portaria	90	10 de julho de 2001
Resolução	412	05 de agosto de 2003
Portaria	66	12 de agosto de 2004
Portaria	3	18 de janeiro de 2011
Portaria	31	15 de fevereiro de 2011
Portaria	164	25 de agosto de 2011
Portaria	240	06 de dezembro de 2012
Resolução	3	25 de março de 2013
Resolução	5	25 de abril de 2013
Resolução	50006	25 de agosto de 2015
Resolução	50007	25 de agosto de 2015
Resolução	50008	21 de setembro de 2015
Resolução	50013	30 de novembro de 2015
Resolução	12	13 de abril de 2016
Portaria	113	03 de maio de 2016
Portaria	214	29 de agosto de 2016
Portaria	84	31 de março de 2017
Resolução	15	28 de abril de 2017
Portaria	178	23 de maio de 2017
Portaria	180	25 de julho de 2017
Portaria	324	16 de outubro de 2017
Resolução	22	27 de outubro de 2017
Portaria	353	27 de outubro de 2017
Resolução	25	30 de outubro de 2017
Portaria	377	17 de novembro de 2017
Portaria	381	06 de dezembro de 2017
Resolução	27	07 de dezembro de 2017
Portaria	61	14 de fevereiro de 2018
Portaria	57	26 de fevereiro de 2018
Portaria	67	28 de fevereiro de 2018
Portaria	93	15 de março de 2018
Resolução	5	12 de abril de 2018
Resolução	6	17 de abril de 2018
Resolução	16	29 de maio de 2018
Portaria	182	29 de maio de 2018
Portaria	178	01 de junho de 2018
Portaria	336	24 de julho de 2018
Resolução	26	06 de agosto de 2018
Portaria	456	14 de setembro de 2018
Resolução	30	26 de setembro de 2018
Portaria	483	26 de setembro de 2018
Resolução	36	30 de outubro de 2018
Resolução	37	30 de outubro de 2018
Resolução	38	30 de outubro de 2018
Resolução	40	07 de novembro de 2018
Portaria	507	19 de novembro de 2018
Resolução	44	11 de dezembro de 2018
Portaria	35	17 de janeiro de 2019
Resolução	4	12 de fevereiro de 2019
Portaria	131	18 de março de 2019
Resolução	8	08 de abril de 2019
Resolução	12	10 de junho de 2019
Portaria	342	11 de junho de 2019
Resolução	13	27 de junho de 2019
Resolução	18	29 de julho de 2019
Portaria	602	20 de setembro de 2019
Resolução	27	08 de outubro de 2019
Resolução	35	30 de outubro de 2019
Instrução Normativa	2	12 de dezembro de 2019
Resolução	28	20 de janeiro de 2020
Resolução	8	30 de março de 2020
Resolução	9	13 de abril de 2020
Portaria	147	17 de abril de 2020
Portaria	143	19 de maio de 2020

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 776, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Credencia a Faculdade ITPAC Santa Inês

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em conformidade com a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e a Portaria MEC nº 572, de 18 de junho de 2018, e tendo em vista o Parecer Final SERES/DISUP/CGMES, constante do Processo e-MEC nº 201915319, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade ITPAC Santa Inês (código e-MEC nº 24550), localizada no Contorno da BR 316, nº 346, Bairro Vila Olímpica, no município de Santa Inês/MA, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves S.A - IPTAN (código e-MEC nº 1050), com sede na Avenida Leite de Castro, nº 1101, Bairro das Fábricas, no município de São João Del Rei/MG (CNPJ 03.219.494/0001-98).

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de três anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 778, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 377/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416739.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia SENAC Minas - Unidade Barbacena, com sede na Rua Mucuri, nº 201, bairro Caiçaras, no município de Barbacena, no estado de Minas Gerais, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC MINAS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 1.086, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais (CNPJ 03.447.242/0001-16).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 779, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 379/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201718825.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Santa Rita de Cássia (IFASC), mantida pela Dinâmica Organização Projetos e Consultoria Ltda. - ME, ambas com sede na Avenida Adelina Alves Vilela, nº 393, bairro Jardim Primavera, no município de Itumbiara, no estado de Goiás (CNPJ 02.124.897/0001-90).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 780, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 385/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201615424.

Art. 2º Recredenciar o Centro Universitário São Judas Tadeu (CSJT), mantido pelo Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A, ambos com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 99, bairro Vila Mathias, no município de Santos, no estado de São Paulo (CNPJ 44.952.711/0001-31).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO



PORTARIA Nº 781, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 445/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710838.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Centro Mato-Grossense, mantida pela Fundação Educacional Claudino Francio, ambas com sede na Rua Rui Barbosa, nº 380, Centro, no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso (CNPJ 01.392.802/0001-57).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 782, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 384/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814437.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Educação Física de Foz do Iguaçu, mantida pela AEI Ensino Superior de Iguaçu Ltda., ambas com sede na Avenida Paraná, nº 3.695, Centro, no município de Foz de Iguaçu, no estado do Paraná (CNPJ 75.432.153/0001-07).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHOS DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 44/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o qual conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria nº 491, de 24 de outubro de 2019, para autorizar o funcionamento do curso superior de Odontologia, bacharelado, a ser oferecido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 2.125, Bairro Flor da Serra, no município de Joaçaba, no estado de Santa Catarina, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede no mesmo município e estado, com quarenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000796/2020-98 (e-MEC nº 201711434).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 00992/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - MEC, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 284/2020, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 796/2018, ambos da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que tratou do pedido de autorização do curso superior de Pedagogia, licenciatura, da Faculdade de Ensino Paschoal Dantas, com sede na Rua Frei Inocêncio, nº 40, bairro Jardim São Gabriel, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Nova Geração Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.001307/2019-81 (e-MEC nº 201508551).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 00868/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério da Educação, cujos fundamentos se adota, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer CNE/CES nº 288/2020, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 780/2019, que deferiu o pedido de credenciamento da Faculdade Americas International College - FAMG, a ser instalada no Conjunto Nacional, nº 2.073, Bairro Bela Vista, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional IBS Americas, juntamente ao pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Administração, bacharelado (e-MEC nº 201803140), em trâmite pelo sistema e-MEC sob o nº 201803139, conforme consta do Processo nº 00732.003502/2019-46.

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 969/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério da Educação - MEC, cujos fundamentos se adota, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer CNE/CES nº 367/2020, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 798/2018, ambos da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, cujo objeto tratou do pedido de autorização do curso superior de Nutrição, bacharelado, da Faculdade Uninassau Parnamirim, mantida pela Sociedade Universitária Mileto Ltda, com sede no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, conforme consta do Processo nº 00732.000187/2019-03 (e-MEC nº 201601880).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 01026/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 285/2020, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 873/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que deferiu o pedido de credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau Paulo Afonso, a ser instalada na Avenida José Hemetério de Carvalho, nº 750, Centro, no município de Paulo Afonso, no estado da Bahia, mantida pela Ser Educacional S.A, com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco, em trâmite pelo sistema e-MEC sob o nº 201702193, conforme consta do Processo nº 00732.003542/2019-98

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 343/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Master do Pará - Famap Xinguara, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 137, de 6 de maio de 2020, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Agronomia, bacharelado, da referida Instituição, conforme consta do Processo nº 00732.002299/2020-24 (e-MEC nº 201717183).

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 279, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre os prazos para fins de aprovação tácita dos atos públicos de liberação, de responsabilidade da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, conforme o disposto no caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; considerando a competência prevista no inciso IX do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019; e tendo em vista o disposto nas Notas Técnicas nº 707/2020/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, e nº 744/2020/CGLNRS/DPR/SERES/SERES, ambas da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os prazos para fins de aprovação tácita dos atos públicos de liberação, de responsabilidade da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, conforme o disposto no caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

Art. 2º Os prazos fixados na forma do Anexo desta Portaria terão início de contagem a partir da data de apresentação de todos os elementos necessários à instrução do respectivo processo de requerimento do ato de liberação, conforme disposto no art. 12 do Decreto nº 10.178, de 2019.

§ 1º O requerente será informado, de maneira clara e exaustiva, acerca de todos os documentos e condições necessárias para complementação da instrução processual.

§ 2º A presença de todos os elementos necessários à instrução do processo poderá ser verificada por meio de mecanismos tecnológicos automatizados.

Art. 3º A contagem do prazo para decisão administrativa acerca de ato público de liberação que possua como requisito obrigatório a avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, de que trata esta Portaria, inicia-se após a apresentação pelo requerente de todos os elementos necessários à conclusão da referida avaliação externa in loco, nos termos dos arts. 42 e 49 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 4º Implicará aprovação tácita, nos termos do art. 10, § 1º, do Decreto nº 10.178, de 2019, a ausência de manifestação conclusiva do órgão ou da entidade acerca do deferimento do ato público de liberação requerido, depois de transcorridos os prazos estabelecidos no Anexo desta Portaria.

Art. 5º A contagem do prazo para decisão administrativa acerca de ato público de liberação de que trata esta Portaria ficará suspensa, a partir do envio pela Seres, até o recebimento pelo Ministério da Educação do Relatório do Inep.

Art. 6º O prazo para a decisão administrativa acerca do ato público de liberação para fins de aprovação tácita poderá ser suspenso uma vez, se houver necessidade de complementação da instrução processual, conforme previsto no art. 13 do Decreto nº 10.178, de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO - PRAZOS DOS ATOS REGULATÓRIOS

ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO	PRAZO EM DIAS
Aditamento - transferência de manutenção	365
Aditamento - unificação de mantidas	365
Aditamento - aumento de vagas	365
Aditamento - extinção voluntária de curso	365
Autorização presencial e EaD	540
Autorização presencial e EaD vinculada ao credenciamento	540
Autorização vinculada a credenciamento de campus fora de sede	540
Reconhecimento de curso presencial e EaD	600
Renovação de reconhecimento de curso presencial e EaD	600

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 1.717-GAB/REI/IFPI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do Anexo, a listagem completa dos atos normativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, vigentes e passíveis de revisão, conforme determina o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 1º As informações foram levantadas pela comissão responsável, instituída pela Portaria Reitoria nº 318, de 27 de janeiro de 2020, e são de sua responsabilidade.

§ 2º Os atos estão ordenados cronologicamente.

Art. 2º Eventuais ajustes necessários serão realizados pela comissão responsável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 1.303, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 09/12/2019, publicado no DOU de 10/12/2019, Seção 2, Página 1, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Em atendimento ao artigo 12 do Decreto 10.139 de 28 de novembro de 2019, divulgamos os atos normativos inferiores a decreto existentes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro:

RESOLUÇÕES	
NÚMERO	RESUMO
RESOLUÇÃO Nº 004-2010	Aprova o Regulamento do Processo Eleitoral para a Escolha dos Representantes do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 006-2010	Aprova a Diretrizes Gerais que regulamentarão o Processo de Consulta para Escolha do Diretor Geral do Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, "Gestão 2010/2011", conforme Art. 2º da Portaria MEC 210/2010 C/C Art. 2º do Decreto 6986/2009.
RESOLUÇÃO Nº 007-2010	Aprova a Diretrizes Gerais que regulamentarão o Processo de Consulta para Escolha do Diretor Geral do Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, "Gestão 2010/2011", conforme Art. 2º da Portaria MEC 210/2010 C/C Art. 2º do Decreto 6986/2009.
RESOLUÇÃO Nº 002-2010	Aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 003-2010	Aprova as alterações do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, referentes aos incisos VI e VII do artigo 8º do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 010-2010	Aprovar as alterações da Regulamentação do processo de escolha do Diretor Geral do Campus Uberaba do IFTM - "Gestão 2010/2011".
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 011-2010	Aprovar o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IF Triângulo.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM 142010	Aprovar a Regulamento do Programa de Pós- Graduação em Ciências Agrárias.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM 162010	Aprovar a Regulamento do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos.
RESOLUÇÃO Nº 029-2010	Aprovar o Regulamento do Programa de Pós Graduação em Educação.
RESOLUÇÃO Nº 032-2010	Aprovar o Regulamento do Programa de Pós Graduação em Ciências Agrárias do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 034-2010	Aprovar o Regulamento do Programa de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do IFTM.
RESOLUÇÃO 19-2010	Aprovação das alterações da Regulamentação do processo de escolha do Diretor Geral do Campus Uberaba.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM 392010	Dispõe sobre o regulamento para concessão de auxílio financeiro a estudantes do IFTM para custear a participação em atividades acadêmicas diversas.
Resolução 41-2010	Aprova o Regimento Geral do IFTM.
Resolução nº 42/2010	Regulamento para a Atividade Docente.
Resolução 40 de 29-12-2010	Aprova o Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 001-2011	Dispõe sobre a criação da Coordenação de Extensão - Código FG-05, da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 002-2011	Dispõe sobre a exclusão da Coordenação de Desenvolvimento Organizacional - Código FG-02, do quadro de funções da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 003/2011	Dispõe sobre os procedimentos para a emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 004-2011	Altera a redação da Resolução "Ad Referendum" nº 01/2011, de 10 de janeiro de 2011.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 005-2011	Revoga a Resolução "Ad Referendum" nº 02/2011, de 04 de fevereiro de 2011.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 006/2011	Dispõe sobre o Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 007/2011	Dispõe sobre o Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 009/2011	Dispõe sobre o Regulamento de Estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 010/2011	Dispõe sobre as Normas para Elaboração de Relatório de Estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 011/2011	Dispõe sobre as Normas para o Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 015/2011	Dispõe sobre os procedimentos para a emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 016/2011	Dispõe sobre os procedimentos para a emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 020/2011	Aprova o Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 021/2011	Aprova o Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 024/2011	Aprova as Normas para Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 23/2011	Normas para Elaboração de Relatório de Estágio.
RESOLUÇÃO Nº 013-2011	Aprova a criação e as atribuições da Coordenação de Extensão da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 014-2011	Revoga a Resolução "Ad Referendum" nº 02/2011, de 04 de fevereiro de 2011.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 025-2011	Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 30/2011	Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM. - Revogada pela Resolução Ad Referendum 02 de 29/02/2012.
RESOLUÇÃO Nº 31/2011	Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 32/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 35/2011	Dispõe sobre o Regulamento das Atividades de Pesquisa e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 27/2011	Estabelece procedimentos preliminares para instauração e regulamentação do processo de consulta eleitoral para a escolha dos cargos de Reitor do IFTM e do Diretor-Geral do Campus Uberaba.
RESOLUÇÃO Nº 28/2011	Dispõe sobre o regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009 e composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 29/2011	Dispõe sobre a criação da Coordenação de Acompanhamento de Contratos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 26/2011	Alteração do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "Ad Referendum" Nº 26/2011	Alteração do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
Resolução nº 36/2011	Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos do IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 59/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto-sensu em Educação Tecnológica e Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 61/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto-sensu em Ciência e Tecnologia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 63/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto-sensu em Produção Vegetal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 65/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Bolsas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 55/2011	Dispõe sobre a alteração Regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009 bem como, a composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução nº 28/2011, de 21/06/2011.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 56/2011	Dispõe sobre a alteração Regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009 bem como, a composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução nº 28/2011, de 21/06/2011.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 57/2011	Dispõe sobre o Regulamento do processo de eleição dos membros das comissões eleitorais de campus.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 64/2011	Dispõe sobre a alteração do Regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009 bem como, a composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução nº 28/2011, de 21/06/2011.
RESOLUÇÃO Nº 28/2011	Dispõe sobre o regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009 e composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 68/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do processo de consulta para os cargos de Reitor do IFTM e de Diretor Geral do IFTM-Campus Uberaba.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 68/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do processo de consulta para os cargos de Reitor do IFTM e de Diretor Geral do IFTM-Campus Uberaba.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 70/2011	Dispõe sobre o Regulamento Geral para com funcionamento das Comissões Eleitorais dos Processos de Consulta Eleitoral do IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 71/2011	Dispõe sobre a regulamentação de retribuição por titulação em nível de aperfeiçoamento no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 72/2011	Dispõe sobre a alteração do Regulamento do processo de consulta para os cargos de Reitor do IFTM e de Diretor Geral do IFTM-Campus Uberaba, aprovada pela Resolução nº 68/2011, de 11 de agosto de 2011.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 80/2011	Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução no 30/2011, de 21/06/2011.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 88 /2011	Dispõe sobre a alteração da denominação da Coordenação de Ensino à Distância da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 130/2011	Procedimentos e valores de cobrança de multas e indenizações pelo setor de biblioteca.
RESOLUÇÃO 131/2011	Regulamento do Colegiado dos Cursos.
RESOLUÇÃO 132/2011	Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação - NDE.
RESOLUÇÃO 134/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO 138/2011	Dispõe sobre a aprovação da Norma Regulamentadora Interna de Estágio Curricular não Obrigatório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO 139/2011	Dispõe sobre a aprovação da Regulamentação das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 102/2011	Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução nº 30/2011, de 21/06/2011.
RESOLUÇÃO Nº 90/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Tecnológica e Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 92/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciência e Tecnologia Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 94/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Produção Vegetal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 95/2011	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Bolsas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO Nº 96/2011	Dispõe sobre a aprovação da regulamentação de retribuição por titulação em nível de aperfeiçoamento no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 110 /2011	Dispõe sobre a alteração da denominação da Coordenação de Ensino à Distância da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO 136/2011	Dispõe sobre a criação da Comissão de Ética na Utilização de Animais - CEUA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO 135/2011	Dispõe sobre a Criação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos - CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 01/2012	Dispõe sobre os procedimentos para a emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO 001/2012	Dispõe sobre os procedimentos para a emissão de certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO 05/2012	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento para elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 06/2012	Dispõe sobre a aprovação do Manual para Normatização de Trabalhos de Conclusão de Curso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 02/2012	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM - Revoga a Resolução nº 30, de 21 de junho de 2011.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 03/2012	Dispõe sobre a criação de Coordenações na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 04/2012 DE 11 DE ABRIL DE 2012	Dispõe sobre a criação de Coordenações na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 05/2012 DE 13 DE ABRIL DE 2012	Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 07/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012	Dispõe sobre a criação da Coordenação de Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 08/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012	Dispõe sobre a criação da Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 09 DE 19/2012 DE ABRIL DE 2012	Dispõe sobre a alteração de denominação e criação de unidades na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 13/2012 DE 09/05/2012	Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 12/2012 DE 09 DE MAIO DE 2012	Estabelece as normas referentes a deflagração do processo eleitoral para a escolha do Diretor Geral do Campus Uberlândia.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 14/2012 DE 11 DE MAIO DE 2012	Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para as solenidades de colação de grau e de conclusão de cursos de pós-graduação, técnicos, de ensino médio e de formação inicial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 16/2012 DE 17 DE MAIO DE 2012	Dispõe sobre a criação da Coordenação de Relações Internacionais na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 18/2012	Dispõe sobre a regulamentação dos cursos de formação inicial e continuada - FIC.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 17/2012 DE 21 DE MAIO DE 2012	Dispõe sobre a criação de Coordenação na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 21/2012	Aprova o Regulamento para eleição de representantes dos segmentos discente, docente, técnico-administrativo e egresso do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 22/2012	Dispõe sobre a representatividade dos membros do Colégio de Dirigentes no Conselho Superior.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 23/2012	Estabelece normas e retifica cronograma referente ao Processo de Consulta Eleitoral ao Cargo de Diretor Geral do IFTM - Campus Uberlândia.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 20/2012	Dispõe sobre a criação de unidade na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 24/2012	Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Incentivo à Pesquisa, Inovação e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 25/2012	Dispõe sobre a alteração de denominação e atribuições de unidade da estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 26/2012	Dispõe sobre a alteração de denominação e criação de unidades na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 11/2012	Aprova as Resoluções Ad Referenduns 21/2012 e 22/2012 que tratam da eleição de representantes dos segmentos discente, docente, técnico-administrativo e egresso do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 14/2012	Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.



RESOLUÇÃO Nº 18/2012	Regulamento Disciplinar do Corpo Discente.
RESOLUÇÃO Nº 20/2012	Aprova a regulamentação do Programa de Incentivo à Pesquisa, Inovação e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 21/2012	Aprova a regulamentação dos procedimentos para as solenidades de colação de grau e de conclusão de cursos de pós-graduação, técnicos, de ensino médio e de formação inicial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 09/2012	Aprova as Resoluções Ad Referenduns 10/2012, 10-A/2012, 12/2012, 19/2012 e 23/2012 que tratam do processo de escolha para o cargo de Diretor-Geral do IFTM - Campus Uberlândia.
RESOLUÇÃO Nº 13/2012	Aprova as Resoluções Ad Referenduns 03/2012, 04/2012, 07/2012, 08/2012, 09/2012, 16/2012, 17/2012, 20/2012, 25/2012 e 26/2012 que tratam de alterações na estrutura organizacional da Reitoria.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 27/2012	Dispõe sobre a regulamentação do programa institucional de incentivo à participação em cursos e/ou eventos científicos e tecnológicos do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 40/2012	Regulamento do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Cursos e/ou Eventos Científicos e Tecnológicos.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 28/2012	Dispõe sobre a criação, extinção e alteração de unidades organizacionais da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 31/2012	Dispõe sobre o regulamento do programa de ações afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Resolução Ad Referendum nº 33-2012 - Regulamento Programa Bolsas Acadêmicas	Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Resolução Ad Referendum nº 34-2012 - Regulamento Premiação Feira de Novos Produtos	Dispõe sobre a regulamentação da Premiação Destaques na Feira de Novos Produtos e Processos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 35/2012	Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NAPNE/IFTM).
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 36/2012	Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - NEABI/IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 37/2012	Dispõe sobre a regulamentação das Atividades de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 38/2012	Dispõe sobre o regimento interno da Comissão de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - CEUA/IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 41/2012	Dispõe sobre o regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 39/2012	Dispõe sobre o regulamento de estágio curricular dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 40/2012	Dispõe sobre o regulamento da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico dos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 42/2012	Dispõe sobre a criação e extinção de Coordenações na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 38/2012	Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica.
RESOLUÇÃO Nº 027/2012	Dispõe sobre a aprovação do regulamento das atividades de Extensão do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 26/2012	Regulamento do Programa de Bolsas Acadêmicas.
RESOLUÇÃO Nº 28/2012	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 33/2012	Dispõe sobre a aprovação do regulamento de estágio curricular dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 34/2012	Dispõe sobre a aprovação do regimento interno da Comissão de Ética no Uso de Animaisdo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (CEUA/IFTM).
RESOLUÇÃO Nº 37/2012	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 39/2012	Regulamento do Programa de Ações Afirmativas.
RESOLUÇÃO Nº 41/2012	Dispõe sobre a regulamentação da Premiação Destaques na Feira de Novos Produtos e Processos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 42/2012	Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE.
RESOLUÇÃO Nº 43/2012	Dispõe sobre a regulamentação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (NEABI/IFTM).
RESOLUÇÃO Nº 44/2012	Regulamento da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico - CRCA.
Resolução nº 45/2012	Regulamento das Bibliotecas.
RESOLUÇÃO Nº 29/2012	Dispõe sobre a aprovação da Resolução "Ad Referendum" 28/2012 que trata da alteração na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 02/2013	Dispõe sobre a aprovação do regulamento de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 03/2013	Dispõe sobre a revogação de artigos da Resolução IFTM 28/2012.
Resolução Ad Referendum nº 02/2013	Dispõe sobre a aprovação do regulamento de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 23/2013	Dispõe sobre a adoção, em caráter excepcional, do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho sem dedicação exclusiva, aos ocupantes do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 02/2013	Dispõe sobre a revogação de artigos da Resolução IFTM 28/2012 - Regulamento do Programa Assistência Estudantil.
RESOLUÇÃO Nº 04/2013	Dispõe sobre o regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (CEP/IFTM).
RESOLUÇÃO Nº 05/2013	Regulamento de Certificação do Ensino Médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.
RESOLUÇÃO Nº 01/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução "Ad Referendum" 42/2012 que trata de alteração na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 27/2013	Dispõe sobre o Regulamento de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 34/2013	Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 36/2013	Regulamenta a nomeação e aproveitamento de candidatos aprovados em Concursos Públicos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, cujos Editais de Abertura e/ou Homologação do certame ocorreram antes de 1º de março de 2013, data de eficácia da Lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 31 de dezembro de 2012.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 37/2013	Dispõe sobre o regulamento de premiação no seminário de iniciação científica e inovação tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 38/2013	Dispõe sobre o Regulamento de Empresa Júnior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 40/2013	Dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico dos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 43/2013	Revoga a Resolução nº 04 de 05 de março de 2013, que dispõe sobre o regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (CEP/IFTM).
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 45/2013	Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 48/2013	Dispõe sobre o Regimento Interno a Comissão Permanente de Pessoal Docente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 49/2013	Dispõe sobre a revisão do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 50/2013	Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 16/2012	Aprova a regulamentação dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.
RESOLUÇÃO Nº 56/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 48/2013 - Regimento Interno Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD.
RESOLUÇÃO Nº 28/2013	Procedimentos para cobrança de taxas para emissão de segunda via de documentos acadêmicos.
RESOLUÇÃO Nº 48/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 23/2013 - Regime excepcional de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.
RESOLUÇÃO Nº 49/2013	Regulamento de Monitoria.



RESOLUÇÃO Nº 50/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 36/2013 - Nomeados pós 01-03-2013.
RESOLUÇÃO Nº 51/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 38/2013 - Regulamento de Empresa Júnior.
RESOLUÇÃO Nº 52/2013	Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP.
RESOLUÇÃO Nº 53/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 43/2013 - Revogação da Resolução nº 04 de 05 de março de 2013, que dispõe sobre o regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - com Seres Humanos do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 55/2013	Dispõe sobre a aprovação das Resoluções Ad Referendum nº 45/2013 e nº 50/2013 - Programa Assistência Estudantil.
RESOLUÇÃO Nº 57/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 49/2013 - Revisão do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu.
RESOLUÇÃO Nº 58/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 37/2013 - Regulamento de premiação no seminário de iniciação científica e inovação tecnológica.
RESOLUÇÃO Nº 62/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 34/2013 - Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Resolução Nº 1063/2013	Portaria que estabelece, no âmbito do IFTM, o valor relativo à taxa para emissão de segunda via de alguns documentos acadêmicos.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 65/2013	Dispõe sobre o regulamento do programa institucional de auxílio financeiro à tradução de artigos científicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 73/2013	Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 86/2013	Dispõe sobre a aprovação do Manual para Normatização de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 72/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 65/2013, que versa sobre o regulamento do programa institucional de auxílio financeiro à tradução de artigos científicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 80/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 73/2013, que versa sobre alteração no regulamento do programa de assistência estudantil e demais alterações.
RESOLUÇÃO Nº 93/2013	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 86/2013, que versa sobre a aprovação do Manual para Normatização de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 01/2014	Dispõe sobre a criação, alteração de denominação e alteração de subordinação de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 03/2014	Dispõe sobre a criação, extinção e alteração de subordinação de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 04/2014	Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 05/2014	Dispõe sobre a aprovação do regulamento interno dos Laboratórios de Química e Agroindústria no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM - Campus Ituiutaba.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 09/2014	Dispõe sobre a criação de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 11A/2014	Dispõe sobre a criação e alteração de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 09/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 04/2014, que versa sobre a exclusão da expressão "por unidade curricular" dos artigos 37, "c" e 39, "f" na Resolução 28/2012.
RESOLUÇÃO Nº 10/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 05/2014, que versa sobre o regulamento interno dos Laboratórios de Química e Agroindústria no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 16/2014	Dispõe sobre a aprovação das Resoluções Ad Referenduns nº 01/2014, 03/2014 e 09/2014, que versam sobre alterações na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 14/2014	Dispõe sobre o regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de promoção à classe de titular na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 15/2014	Dispõe sobre o regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de progressão ou promoção na carreira do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 16/2014	Dispõe sobre a criação de unidade organizacional na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 39/2014	Dispõe sobre a aprovação "ad referendum" do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 41/2014	Dispõe sobre a aprovação do regulamento da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores Técnicos-Administrativos em Educação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 17/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 14/2014, que versa sobre o regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de promoção à classe de titular na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 21/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 15/2014, que versa sobre regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de progressão ou promoção na carreira do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 45/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 39/2014, que versa sobre o regulamento do programa de pós-graduação em produção vegetal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 25/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 41/2014, que versa sobre o regulamento da flexibilização da jornada de trabalho dos servidores Técnicos-Administrativos em Educação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 18/2014	Dispõe sobre a aprovação das Resoluções Ad Referenduns nº 11-A/2014 e 16/2014, que versam sobre alterações na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 42/2014	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 44/2014	Dispõe sobre a revisão do Regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 45/2014	Dispõe sobre a aprovação do Manual para Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 47/2014	Dispõe sobre a criação e alteração de denominação de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 50/2014	Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos ao processo de avaliação de desempenho de estágio probatório para a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 22/2011	Aprova o Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 47/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 42/2014, que versa sobre o Regulamento do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 49/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 44/2014, que versa sobre a revisão do Regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 50/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 45/2014, que versa sobre o o Manual para Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 55/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 50/2014, que versa sobre a regulamentação dos procedimentos relativos ao processo de avaliação de desempenho de estágio probatório para a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 52/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 47/2014, que versa sobre alterações na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 53/2014	Dispõe sobre o Regulamento para utilização do cartão BB pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 58/2014	Dispõe sobre a aprovação do regulamento para concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 59/2014	Dispõe sobre a extinção de unidade na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 60/2014	Dispõe sobre a aprovação do regulamento para concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 61/2014	Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Resolução "Ad Referendum" Nº 63/2014	Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação - RÔD.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 74/2014	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Centro de Qualificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 75/2014	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 83/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 74/2014, que versa sobre a aprovação do Regulamento do Centro de Qualificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 62/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 53/2014, que versa sobre o Regulamento para utilização do cartão BB pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

RESOLUÇÃO Nº 72/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 63/2014, que versa sobre o regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 84/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 75/2014, que versa sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 68/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 59/2014, que versa sobre a extinção da Diretoria de Educação à Distância da estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 70/2014	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 61/2014, que versa sobre a extinção de unidades organizacionais na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 85/2014	Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 62/2014 que dispõe sobre o Regulamento para utilização do cartão BB pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 01/2015	Dispõe sobre a aprovação de normas de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 06/2015	Dispõe sobre a revisão/atualização do regulamento das atividades complementares dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 01/2015	Estabelece procedimentos preliminares para instauração e regulamentação do processo de consulta eleitoral para a escolha dos cargos de Reitor do IFTM e do Diretor-Geral dos Campi Uberaba, Uberlândia, Paracatu e Ituiutaba.
RESOLUÇÃO Nº 02/2015	Dispõe sobre o regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009, composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 03/2015	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do processo de consulta para os cargos de Reitor do IFTM e de Diretores Gerais dos Campi Uberaba, Uberlândia, Paracatu e Ituiutaba.
RESOLUÇÃO Nº 12/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 85/2014, que versa sobre o Regulamento para utilização do cartão BB pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 18/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 01/2015, que versa sobre a aprovação de normas de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 08/2015	Dispõe sobre a aprovação de alterações na Resolução 40/2010, que dispõe sobre o Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 09/2015	Dispõe sobre alterações na Resolução 02/2015, que dispõe sobre o regulamento que disciplina o processo de escolha dos representantes de cada segmento para as comissões eleitorais.
RESOLUÇÃO Nº 26/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 09/2015, que versa sobre alterações na Resolução 02/2015.
RESOLUÇÃO Nº 24/2015	Dispõe sobre a alteração das Resoluções 22/2011 e 33/2012 - Estágio.
RESOLUÇÃO Nº 27/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 08/2015, que versa sobre alterações na Resolução 40/2010 (Gratificação por encargo curso e concurso).
RESOLUÇÃO Nº 28/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 06/2015, que versa sobre a revisão/atualização do regulamento das atividades complementares dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 42/2015	Dispõe sobre alteração da Resolução 60/2014 - Reconhecimento de Saberes e Competências.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 20/2015	Dispõe sobre alterações na Resolução 72/2014 - Regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação do Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 22/2015	Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 24/2015	Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Agronomia, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 27/2015	Dispõe sobre o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 30/2015	Dispõe sobre alterações na Resolução 49/2014 - Regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 55/2015	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Interno do Conselho Superior do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 51/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 27/2015, que versa sobre o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 44/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 20/2015, que versa sobre a alteração do art. 164 da Resolução n.º 72/2014 - Regulamento da Organização Didático-Pedagógica.
RESOLUÇÃO Nº 46/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 22/2015, que versa sobre o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Produção Vegetal, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 48/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 24/2015, que versa sobre o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Agronomia, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 54/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 30/2015, que versa sobre a alteração do art. 53 da Resolução 49/2014 - Regulamento Cursos Pós-Graduação Lato Sensu.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 49/2015	Dispõe sobre a extinção e criação de unidade na estrutura organizacional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Editora do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 80/2015	Dispõe sobre o Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).
RESOLUÇÃO Nº 74/2015	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 49/2015, que versa sobre a extinção da Coordenação de Periódicos e sobre a criação da Editora do IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 05/2016	Dispõe sobre a aprovação de normas de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 09/2016	Dispõe sobre normas para participação de docentes, em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, em colaboração esporádica remunerada ou não, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 14/2016	Dispõe sobre alteração da Resolução 84/2014 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 15/2016	Dispõe sobre a extinção, alteração de subordinação e alteração de denominação de unidade organizacional na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 16/2016	Dispõe sobre a alteração de subordinação de unidades organizacionais na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Pró Reitoria de Administração.
RESOLUÇÃO Nº 07/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 05/2016 - Normas ENEM 2015.
RESOLUÇÃO Nº 11/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 09/2016, que versa sobre as normas para participação de docentes, em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, em colaboração esporádica remunerada ou não, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 16/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 14/2016, que versa sobre a exclusão do § 2º do artigo 29 da Resolução 84/2014.
RESOLUÇÃO Nº 23/2016	Dispõe sobre o regulamento de funcionamento dos laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberaba.
RESOLUÇÃO Nº 25/2016	Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial do IFTM.

RESOLUÇÃO Nº 17/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 15/2016, que versa sobre alterações na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO Nº 18/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 16/2016, que versa sobre a alteração da subordinação da Coordenação Geral de Infraestrutura e Aquisições e Coordenação Geral de Material e Logística, da Pró-Reitoria de Administração para a Diretoria de Administração.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 22/2016, DE 25 DE ABRIL DE 2016 Regulamento do Programa de PósGraduação em "Sistemas de Produção Agrícola"	Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em "Sistemas de Produção Agrícola" do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia - 2016/1.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 24/2016, de 06 de Maio De 2016. Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFTM	Dispõe sobre a revisão/atualização do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFTM, vigorar a partir do segundo semestre letivo de 2016.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 26/2016	Dispõe sobre alteração da Resolução 55/2015 - Regulamento Interno do Conselho Superior do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 33/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 26/2016, que versa sobre a extinção do §5º do art. 4º do Regulamento Interno do Conselho Superior do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 27/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 22/2016, que versa sobre o Regulamento do Programa de Pós-graduação em "Sistemas de Produção Agrícola" do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia - 2016/1.
RESOLUÇÃO Nº 29/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 24/2016, que versa sobre a revisão/atualização do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 31/2016	Dispõe sobre a aprovação da Norma Operacional relativa à Gestão de Imóveis.



RESOLUÇÃO Nº 32/2016	Dispõe sobre a aprovação da Orientação Normativa para Estágios dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação do IFTM realizados no Exterior.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 28/2016	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Premiação Destaques na Olimpíada de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 29/2016	Dispõe sobre alteração do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 30/2016	Dispõe sobre a atualização do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 32/2016	Dispõe sobre alteração do Manual para Normatização de Trabalhos de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 06/2012.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 33/2016	Dispõe sobre alteração do Regulamento para elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 05/2012.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 35/2016	Dispõe sobre a alteração de denominação de unidades organizacionais na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 36/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 28/2016, que versa sobre o Regulamento de Premiação Destaques na Olimpíada de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 37/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 29/2016, que versa sobre a alteração do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 39/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 33/2016, que versa sobre a alteração do Regulamento para elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 40/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 33/2016, que versa sobre a alteração do Regulamento para elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 42/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 35/2016, que versa sobre a alteração na estrutura organizacional da reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 42/2016	Dispõe sobre a alteração de subordinação de unidade organizacional na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 43/2016	Dispõe sobre a criação da Editoria IFTM e aprovação de Regimento Interno
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 44/2016	Dispõe sobre a alteração do Regulamento para Utilização do Cartão BB Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 46/2016	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Aplicação de Exames de Proficiência em Leitura de Língua Estrangeira e Materna (PROLIF) do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 51/2016	Dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros (pretos e pardos) e indígenas na Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 55/2016	Dispõe sobre a extinção e criação de unidade organizacional na estrutura da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 56/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 46/2016, que versa sobre o Regulamento de Aplicação de Exames de Proficiência em Leitura de Língua Estrangeira e Materna (PROLIF) do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 54/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 44/2016, que versa sobre a alteração do Regulamento para Utilização do Cartão BB Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, aprovado pela Resolução 62/2014.
RESOLUÇÃO Nº 61/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 51/2016, que versa sobre o Regulamento de ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 52/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 42/2016, que versa sobre a alteração da subordinação da Coordenação da Editora do IFTM da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação para a Diretoria de Comunicação Social e Eventos.
RESOLUÇÃO Nº 53/2016	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 43/2016, que versa sobre a criação da Editoria IFTM e aprovação do Regimento Interno.
RESOLUÇÃO Nº 72/2016	Dispõe sobre alteração do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 41/2010.
RESOLUÇÃO Nº 73/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Avançado Campina Verde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO Nº 74/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Ituiutaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 75/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Paracatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 76/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Patos de Minas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 77/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Patrocínio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 78/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 79/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 80/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Uberlândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 81/2016	Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Campus Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Resolução "AD REFERENDUN" nº 01/2017	Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução nº 84/2014.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 005/2017	Dispõe sobre a aprovação de normas de certificação do ensino médio com base no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM - no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 008/2017	Dispõe sobre o Regulamento da Diretoria de Comunicação Social e Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 010/2017	Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 011/2017	Dispõe sobre a atualização do Regulamento do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 012/2017	Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 022/2017	Dispõe sobre normas para redação de dissertações dos programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO AD REFEREDUM Nº 025/2017	Dispõe sobre alteração do Regulamento do Centro de Idiomas - Resolução nº 47/2014.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 26/2017	Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 40/2010 - Gratificação por Encargo de Curso e Concurso.
RESOLUÇÃO Nº 11/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 08/2017, que versa sobre o Regulamento da Diretoria de Comunicação Social e Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 05/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 01/2017, que versa sobre alterações no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução nº 84/2014.
RESOLUÇÃO Nº 09/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 05/2017, que versa sobre as normas para Certificação no Nível de Conclusão do Ensino Médio com base no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2016.
RESOLUÇÃO Nº 13/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 10/2017, que versa sobre o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 14/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 11/2017, que versa sobre a atualização do Regulamento do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 19/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 22/2017, que versa sobre as normas para redação de dissertações dos programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 02/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 55/2016, que versa sobre alteração na estrutura organizacional da Reitoria do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 15/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 12/2017, que versa sobre a criação da Vice-Reitoria.



RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 38/2017	Dispõe sobre alteração do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 72/2016.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 44/2017	Dispõe sobre a revisão/atualização do regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 46/2017	REVOGADA PELA RESOLUÇÃO AD REFERENDUM 52/2017 Dispõe sobre procedimentos para celebração de instrumentos jurídicos entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e entidades públicas e/ou privadas.
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 47/2017	Dispõe sobre alteração do Regulamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 84/2014.
RESOLUÇÃO Nº 25/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 25/2017, que versa sobre alteração da Resolução nº 47/2014, que dispõe sobre o Regulamento do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 49/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do processo simultâneo de consulta eleitoral dos representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 50/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do processo simultâneo de consulta eleitoral dos representantes do Comitê de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 48/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do processo simultâneo de consulta eleitoral dos representantes do Conselho Gestor dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 47/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do processo de consulta eleitoral para Coordenadores de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 52/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento dos processos simultâneos de consulta eleitoral aos cargos de Diretores Gerais dos campi Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 26/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 26/2017, que versa sobre a alteração da Resolução nº 40/2010 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

RESOLUÇÃO Nº 44/2017	Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 45/2017	Dispõe sobre a aprovação da atualização do Regimento Interno do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 46/2017	Dispõe sobre a aprovação da revisão/atualização do do Regulamento das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 54/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento de afastamento de servidores para participação em programas de capacitação e qualificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 38/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 38/2017, que versa sobre a alteração do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução 72/2016.
RESOLUÇÃO Nº 51/2017	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do processo de eleição dos membros das comissões eleitorais dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 53/2017	Dispõe sobre a aprovação da Regulamentação da Atividade Docente - RAD - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 049/2017	Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 051/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução 48/2017 - regulamento do processo simultâneo de consulta eleitoral dos representantes do Conselho Gestor dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 052/2017	Dispõe sobre a revogação da Resolução Ad Referendum nº 46/2017 - procedimentos para celebração de instrumentos jurídicos.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 062/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução 52/2017 - regulamento dos processos simultâneos de consulta eleitoral aos cargos de Diretores Gerais dos campi Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 065/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução 52/2017 - regulamento dos processos simultâneos de consulta eleitoral aos cargos de Diretores Gerais dos campi Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 067/2017	Dispõe sobre a criação e aprovação do regulamento da incubadora de empresas Möbius gerida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 068/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução 52/2017 - regulamento dos processos simultâneos de consulta eleitoral aos cargos de Diretores Gerais dos campi Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 069/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução 48/2017 - regulamento do processo simultâneo de consulta eleitoral dos representantes do Conselho Gestor dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 62/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 52/2017, que versa sobre revogar a Resolução Ad Referendum nº 46/2017 - procedimentos para celebração de instrumentos jurídicos entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e entidades públicas e/ou privadas.
RESOLUÇÃO Nº 61/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 51/2017, que versa sobre alterações na Resolução 48/2017 - Eleição Conselho Gestor dos campi.
RESOLUÇÃO Nº 72/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 62/2017, que versa sobre alterar o anexo I, da Resolução 52/2017.
RESOLUÇÃO Nº 55/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 44/2017, que versa sobre a revisão/atualização do regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 57/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 47/2017, que versa sobre as alterações no Regulamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução nº 84/2014.
RESOLUÇÃO Nº 77/2017	Dispõe sobre alteração do Regulamento das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 59/2017	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 49/2017, que versa sobre alterações na estrutura organizacional da Reitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 077/2017	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 39/2012 - Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 009/2018	Dispõe sobre aprovação das normas para Certificação no Nível de Conclusão do Ensino Médio com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA - no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 012/2018	Dispõe sobre o regulamento do uso do nome social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 013/2018	Dispõe sobre alterações no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução nº 84/2014.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 014/2018	Dispõe sobre alterações no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução n. 38/2017.
RESOLUÇÃO Nº 06/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 69/2017, que versa sobre a inclusão do § 1º no art. 4º na Resolução 48/2017.
RESOLUÇÃO Nº 02/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 65/2017, que versa sobre alteração do anexo I da Resolução 52/2017 - regulamento dos processos simultâneos de consulta eleitoral aos cargos de Diretores Gerais dos campi Patos de Minas, Patrocínio e Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 05/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 68/2017, que versa sobre a alteração do art. 40 da Resolução 52/2017.
RESOLUÇÃO Nº 014/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 77/2017, que versa sobre a alteração da Resolução n. 39/2012 - Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 04/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 67/2017, que versa sobre a criação e aprovação do regulamento da incubadora de empresas Möbius gerida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 23/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 09/2018, que versa sobre as normas para Certificação no Nível de Conclusão do Ensino Médio com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA - no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
RESOLUÇÃO Nº 26/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 12/2018, que versa sobre o regulamento do uso do nome social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 019/2018	Dispõe sobre alteração da Resolução 40/2010 - Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.



RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 020/2018	Dispõe sobre o regulamento para utilização do cartão BB pesquisa.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 024/2018	Dispõe sobre procedimentos relativos à utilização dos espaços físicos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 026/2018	Dispõe sobre o regulamento do processo de consulta eleitoral para coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu PPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 028/2018	Dispõe sobre alteração da Resolução 51/2015 - Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.
RESOLUÇÃO Nº 29/2018	Dispõe sobre a aprovação das normas que regulam a relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM e Fundações de apoio credenciadas, quanto ao suporte de projetos específicos e procedimentos operacionais para a execução.
RESOLUÇÃO Nº 28/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 24/2018, que versa sobre os procedimentos relativos à utilização dos espaços físicos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 33/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 19/2018, que versa sobre a alteração da Resolução 40/2010 - Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.
RESOLUÇÃO Nº 36/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 13/2018, que versa sobre as alterações no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução nº 84/2014.
RESOLUÇÃO Nº 42/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 19/2018, que versa sobre a alteração da Resolução 40/2010 - Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.
RESOLUÇÃO Nº 43/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 20/2018, que versa sobre o regulamento para utilização do cartão BB pesquisa.
RESOLUÇÃO Nº 48/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 26/2018, que versa sobre o regulamento do processo de consulta eleitoral para coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu PPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 32/2018	Dispõe sobre o Regulamento do Conselho Gestor dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 50/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 28/2018, que versa sobre as alterações na Resolução 51/2015 - Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.
RESOLUÇÃO Nº 37/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 14/2018, que versa sobre alterações na Resolução n. 38/2017 - Regimento Geral do IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 030/2018	Dispõe sobre alterações no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução n. 38/2017.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 32/2018	Dispõe sobre a orientação normativa para Celebração de Convênio de Estágio com Produtores Rurais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 034/2018	Dispõe sobre procedimentos relativos à realização do inventário no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 035/2018	Dispõe sobre a aprovação do regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 036/2018	Dispõe sobre procedimentos relativos ao planejamento, contratação e gestão das contratações de serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 038/2018	Aprova as normas para Certificação no Nível de Conclusão do Ensino Médio com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Enceja.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 040/2018	Revogada - Dispõe sobre aprovação do Regulamento da Frente Pró IFTM no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 041/2018	Dispõe sobre as normas de funcionamento para o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 54/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 32/2018, que versa sobre a orientação normativa para Celebração de Convênio de Estágio com Produtores Rurais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 56/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 34/2018, que versa sobre os procedimentos relativos à realização do inventário no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 57/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 35/2018, que versa sobre o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 58/2018	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 36/2018, que versa sobre os procedimentos relativos ao planejamento, contratação e gestão das contratações de serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 64/2018	Dispõe sobre as diretrizes institucionais da organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 52/2018	Dispõe sobre a revogação da Resolução Ad Referendum n. 30/2018.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 054/2018	Dispõe sobre aprovação da instrução que orienta os procedimentos referentes à certificação por terminalidade específica para estudantes dos cursos Técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 055/2018	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 54/2017 que dispõe sobre o regulamento de afastamento de servidores para participação em programas de capacitação e qualificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 057	Dispõe sobre alterações no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Resolução n. 38/2017.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 003/2019	Dispõe sobre aprovação do regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Revoga Resolução n. 49/2014.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 004/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 58/2018 - Norma Operacional de Planejamento, Contratação e Gestão das Contratações de Serviços.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 005/2019	Revogada - Dispõe sobre alteração da Resolução n. 53/2017 - Regulamento de Atividade Docente - RAD.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 006/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 27/2013 - Regulamento de Monitoria.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 008/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 53/2017 - Regulamento de Atividade Docente - RAD (Esta Resolução não foi aprovada na reunião do CONSUP de 27/03/2019, perdendo portanto sua eficácia e passando a vigorar a Resolução n. 29/2019).

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 010/2019	Dispõe sobre aprovação do Regulamento das atividades teórico-práticas de aperfeiçoamento profissional - ATEPAP - do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 011/2019	Dispõe sobre revogação da Resolução n. 40/2018 - Regulamento da Frente Pró-IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 33/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 10/2019, que versa sobre a aprovação do Regulamento das atividades teórico-práticas de aperfeiçoamento profissional - ATEPAP - do Centro de Idiomas.
RESOLUÇÃO Nº 34/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 11/2019, que versa sobre a revogação da Resolução n. 40/2018 - Regulamento da Frente Pró IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 23/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 57/2018, que versa sobre alterações no Regimento Geral.
RESOLUÇÃO Nº 05/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 38/2018, que versa sobre a Certificação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCJEJA 2018.
RESOLUÇÃO Nº 07/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 41/2018, que versa sobre as normas de funcionamento para o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT).
RESOLUÇÃO Nº 20/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 54/20182018, que versa sobre a aprovação da instrução que orienta os procedimentos referentes à certificação por terminalidade específica para estudantes dos cursos Técnicos.
RESOLUÇÃO Nº 21/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 55/2018, que versa sobre a alteração da Resolução n. 54/2017 que dispõe sobre o regulamento de afastamento de servidores para participação em programas de capacitação e qualificação.
RESOLUÇÃO Nº 27/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 03/2019, que versa sobre a alteração do regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu.
RESOLUÇÃO Nº 28/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 4/2019, que versa sobre alteração da Resolução n. 58/2018 - Norma Operacional de Planejamento, Contratação e Gestão das Contratações de Serviços.
RESOLUÇÃO Nº 30/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 06/2019, que versa sobre a alteração da Resolução n. 27/2013, que trata do Regulamento de Monitoria.
RESOLUÇÃO Nº 29/2019	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 5/2019, que versa sobre a alteração da Resolução n. 53/2017 - Regulamento de Atividade Docente - RAD.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 12/2019	Altera a Resolução n. 3/2019, que dispõe sobre o processo de constituição das Comissões Eleitorais de Campus e da Comissão Eleitoral Central, suas composições e os locais de votação do Colégio Eleitoral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 02/2019	Estabelece procedimentos preliminares para instauração e regulamentação do processo de consulta à comunidade escolar para a escolha dos cargos de reitor do IFTM e de diretor-geral dos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Uberlândia Centro.
RESOLUÇÃO Nº 04/2019	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do processo simultâneo de consulta para os cargos de reitor do IFTM e de diretor-geral dos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Uberlândia Centro.
RESOLUÇÃO Nº 3/2019	Dispõe sobre o regulamento que disciplina o processo de constituição das comissões eleitorais dos campi, comissão eleitoral central previstas no decreto nº 6.986/2009, composição e locais de votação do colégio eleitoral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 14/2019	Dispõe sobre a revisão/atualização da Resolução n. 20/2012 - Regulamento do Programa de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 018/2019	Dispõe sobre alteração do Anexo I da Resolução n. 004/2019 - Cronograma do regulamento do processo simultâneo de consulta para os cargos de reitor do IFTM e de diretor-geral dos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Uberlândia Centro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 20/2019	Dispõe sobre o Regulamento dos Projetos de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.



RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 23/2019	Dispõe sobre a revisão do regulamento das atividades de pesquisa e inovação tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 24/2019	declara nulas ex tunc as Resoluções Nº 02/2019, 03/2019 e 04/2019 e revoga a Resolução Nº 01/2019 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 025/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 17/2014 - Regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de promoção à classe de titular na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 026/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 38/2012 - Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 028/2019	Dispõe sobre alteração da Resolução n. 42/2018 - Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 39/2019	
RESOLUÇÃO Nº 40/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 12/2019, que versa sobre a alteração da Resolução n. 3/2019, que dispõe sobre o processo de constituição das Comissões Eleitorais de Campus e da Comissão Eleitoral Central, suas composições e os locais de votação do Colégio Eleitoral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 52/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 24/2019, que versa sobre anular ex tunc as Resoluções Nº 02/2019, 03/2019 e 04/2019 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e revogar a Resolução Nº 01/2019 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 42/2019	Aprovar a Resolução "Ad Referendum" n. 14/2019, que versa sobre a revisão/atualização da Resolução n. 20/2012 - Regulamento do Programa de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 48/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 20/2019, que versa o Regulamento dos Projetos de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 50/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 22/2019, que versa sobre o Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 51/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 23/2019, que versa sobre a revisão do regulamento das atividades de pesquisa e inovação tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 46/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 18/2019, que versa sobre a alteração do Anexo I da Resolução n. 004/2019 - Cronograma do regulamento do processo simultâneo de consulta para os cargos de reitor do IFTM e de diretor-geral dos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Uberlândia Centro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 036/2019	Dispõe sobre aprovação do Regulamento do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia Centro.

RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 037/2019	Dispõe sobre aprovação da revisão do Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 044/2019	Dispõe sobre aprovação do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 045/2019	Dispõe sobre aprovação do Regulamento do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 046/2019	Dispõe sobre aprovação do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 053/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 025/2019, 2019, que versa sobre a alteração da Resolução n. 17/2014 - Regulamento do processo de avaliação de desempenho docente para fins de promoção à classe de titular na carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 054/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 026/2019, que versa sobre a alteração da Resolução n. 38/2012 - Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 056/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 028/2019, que versa sobre o Regulamento da Concessão da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 065/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 037/2019, que versa sobre a revisão do Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 067/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Avançado Campina Verde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 068/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Ituiutaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 069/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Paracatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 070/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Patos de Minas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 071/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Patrocínio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 072/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 073/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberlândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 074/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 075/2019	Dispõe sobre a revisão do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 92/2019	Dispõe sobre a atualização do Regulamento da Diretoria de Comunicação Social e Eventos.
RESOLUÇÃO Nº 75/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 36/2019, que versa sobre o Regulamento do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Tecnologia e Sociedade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 76/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 44/2019, que versa o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 77/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 45/2019, que versa o Regulamento do Programa acesso, permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 78/2019	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 46/2019, que versa o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Curso de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 90/2019	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa Institucional de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 93/2019	Dispõe sobre a revisão do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 001/2020	Dispõe sobre alteração da Resolução Ad Referendum n. 075/2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 002/2020	Dispõe sobre aprovação do Regulamento do Processo de Consulta Eleitoral para Coordenadores de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 003/2020	Dispõe sobre a alteração da Resolução Ad Referendum n. 002/2020, que dispõe sobre o Regulamento do Processo de Consulta Eleitoral para Coordenadores de Curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 002/2020	Dispõe sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas remotas, aprova o calendário acadêmico para o término do primeiro semestre de 2020 e estabelece outras orientações no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 050/2020	Dispõe sobre a Política Institucional de Propriedade Intelectual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 013/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 67/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Avançado Campina Verde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 014/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 68/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Ituiutaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 015/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 69/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Paracatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 016/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 70/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Patos de Minas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 017/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 71/2019 , que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Patrocínio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 018/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 72/2019, que versa sobre a a revisão do Regimento Interno do Campus Uberaba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 019/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 73/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberlândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.



RESOLUÇÃO Nº 020/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 74/2019, que versa sobre a revisão do Regimento Interno do Campus Uberlândia Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 021/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação das Resoluções Ad Referendum n. 75/2019 e 01/2020, que versam sobre a revisão do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 041/2020	Dispõe sobre a aprovação das Resoluções Ad Referendum n. 02/2020 e 03/2020 - Regulamento do Processo de Consulta Eleitoral para Coordenadores de Cursos.
RESOLUÇÃO Nº 047/2020	Dispõe sobre alterações no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos - Resolução n. 76/2019.
RESOLUÇÃO Nº 048/2020	Dispõe sobre alterações no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação - Resolução n. 78/2019.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 009/2020	Dispõe sobre o Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 010/2020	Dispõe sobre os procedimentos de verificação da auto declaração de candidatos auto identificados negros (pretos e pardos) e indígenas para ingresso em vagas iniciais dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação do IFTM.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 033/2020	Dispõe sobre o Regulamento das atividades de ensino remoto dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, adotadas em razão da pandemia (Covid-19).
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 34/2020	Dispõe sobre aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2020-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 35/2020	Dispõe sobre aprovação do Plano de Transformação Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 43/2020	Dispõe sobre o regulamento da realização de consulta à comunidade acadêmica via remota com utilização de recursos de tecnologia da informação para indicação de membros de colegiados e/ou funções elegíveis regimentalmente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
RESOLUÇÃO Nº 088/2020	Dispõe sobre o Regulamento da Residência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia.
RESOLUÇÃO Nº 089/2020	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 43/2020, que versa sobre o regulamento da realização de consulta à comunidade acadêmica via remota com utilização de recursos de tecnologia da informação para indicação de membros de colegiados e/ou funções elegíveis regimentalmente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 077/2020	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 33/2020,, que versa sobre o regulamento das atividades de ensino remoto dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, adotadas em razão da pandemia (Covid-19).
RESOLUÇÃO Nº 053/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 09/2020, que versa sobre o Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 054/2020	Dispõe sobre sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 10/2020, que versa sobre o Regulamento dos procedimentos de verificação da auto declaração de candidatos auto identificados negros (pretos e pardos) e indígenas para ingresso em vagas iniciais dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação do IFTM.
RESOLUÇÃO Nº 078/2020	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 34/2020, que versa sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2020-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
RESOLUÇÃO Nº 079/2020	Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 35/2020, que versa sobre o Plano de Transformação Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

PORTARIAS NORMATIVAS	
NÚMERO	RESUMO
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2012	Disciplina os procedimentos operacionais para Contratação de Professor Substituto e/ou Temporário no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 002/2012	Institui a prestação voluntária de serviço no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM e disciplina procedimentos operacionais.
PORTARIA NORMATIVA Nº 003/2012	Dispõe sobre a progressão funcional por titulação e desempenho acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA Nº 1323/2013	Regulamentar o somatório de certificados em eventos de capacitação para fins de progressão por capacitação.
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de tramitação de processos por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - Administrativo (SIGA-ADM).
PORTARIA NORMATIVA Nº 002/2015	Disciplina os procedimentos operacionais para Contratação de Professor Substituto e/ou Temporário no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 003/2015	Dispõe sobre a criação do Cadastro Permanente de Reserva e disciplina os procedimentos internos subsidiários aos processos de Movimentação, Ocupação e Gestão do Quadro de Pessoal no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 004/2015	Dispõe sobre a Colaboração Técnica, o Exercício Compartilhado entre Câmpus e Cessão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA Nº 1.325/2015	Dispõe sobre as regras para concessão da licença para capacitação.
PORTARIA NORMATIVA Nº 005/2015	Dispõe sobre a alteração da Portaria Normativa IFTM nº 3 de 20 de Julho de 2015.
PORTARIA Nº 94/2016	Dispõe sobre as regras para a concessão de licença para capacitação.
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2016	Dispõe sobre a alteração da Portaria Normativa IFTM nº 3 de 20 de Julho de 2015.
PORTARIA NORMATIVA Nº 002/2016	Dispõe sobre a alteração da Portaria Normativa Nº 003 de 20/07/2015 que trata da criação do Cadastro Permanente de Reserva e disciplina os procedimentos internos subsidiários aos processos de Movimentação, Ocupação e Gestão do Quadro de Pessoal no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2017	Dispõe sobre a alteração dos procedimentos de programação, reprogramação, interrupção e homologação de férias no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
PORTARIA NORMATIVA Nº 003/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do Módulo CFV para a solicitação de serviços e viagens no âmbito do IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 02/2017	Trata da obrigatoriedade da abertura, formalização e tramitação de processos e documentos oficiais, exclusivamente por meio eletrônico, através dos módulos DOCS e PEI, no âmbito do IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2018	Dispõe sobre os procedimentos relativos à confecção e publicação do Boletim de Serviço do IFTM..
PORTARIA Nº 1.598/2019	Estabelece o valor referente à taxa de ocupação para utilização de espaços públicos, regulamentados pela Resolução nº 028/2018.
PORTARIA NORMATIVA Nº 002/2018	Dispõe sobre a alteração da Portaria Normativa IFTM nº 1, de 1º de novembro de 2017
PORTARIA NORMATIVA Nº 001/2019	Dispõe sobre vedação a integrantes de bancas examinadoras dos processos seletivos e concursos públicos no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
PORTARIA NORMATIVA Nº 002/2019	Institui a carteira de Identidade Funcional para os agentes públicos que especifica e dá outras providências.
PORTARIA NORMATIVA Nº 003/2019	Dispõe sobre a alteração da Portaria Normativa Nº 003 de 20/07/2015, e atualizações posteriores, para tratar da criação do Cadastro Permanente de Reserva e disciplinar os procedimentos internos subsidiários aos processos de Movimentação, Ocupação e Gestão do Quadro de Pessoal no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
PORTARIA NORMATIVA Nº 05/2019	Disciplina e operacionaliza o funcionamento da consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da PF- IFTM. Publicado no BS Extraordinário nº 43/2019 de 17/09/2019.
PORTARIA NORMATIVA Nº 07/2019	Dispõe sobre procedimentos relativos às obras e serviços de engenharia no âmbito do IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, e dá outras providências.
PORTARIA NORMATIVA Nº 06/2019	Dispõe sobre procedimentos de aplicação de sanções administrativas no âmbito das licitações e contratações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
PORTARIA Nº 907/2020	Estabelece, em caráter excepcional, normas para outorga de grau coletiva, de forma remota, por meio de web conferência, e para outorga de grau especial (individual), de forma documental virtual, dos estudantes concluintes dos cursos de graduação do IFTM, por ocasião das medidas de proteção e segurança decorrentes da situação da pandemia da COVID-19.



ORIENTAÇÕES NORMATIVAS	
NÚMERO	RESUMO
Orientação Normativa 01/2018 PROPI	Normatiza a distribuição de bolsas e recursos financeiros da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFTM.
Orientação Normativa 02/2016 PROPI	Regulamenta as ações do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (CPPI) dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
Orientação Normativa 03/2014 PROPI	Normatiza a distribuição de cota de bolsa e auxílio moradia do Programa de Formação Doutoral Docente, Prodoutoral CAPES.
Orientação Normativa 04/2015	Procedimentos de Defesa Mestrado.
Orientação Normativa 01/2013 - PROPI	Institui e regulamenta o Programa Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - PIVIC IFTM.
Orientação Normativa 02/2013- PROPI	Estabelece os procedimentos para solicitação de defesa de Dissertação do Curso de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triangulo Mineiro.
Orientação Normativa 03/2013- PROPI	Dispõe sobre credenciamento e recredenciamento de professores no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos.
Orientação Normativa 01/2014- PROPI	Modifica os critérios de avaliação (itens avaliados) da Resolução no37/2013 que Regulamenta a Premiação Destaques no Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFTM.
Orientação Normativa 02/2014- PROPI	Modifica a Orientação Normativa 01/2013 que institui e regulamenta o Programa Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - PIVIC IFTM.
Orientação Normativa 04/2014- PROPI	Normatiza a distribuição de bolsas e recursos financeiros da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFTM.
Orientação Normativa 01/2015- PROPI	Divulga os valores de premiação dos estudantes destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM (Resolução no58/2013 e Orientação normativa 01/2014 PROPI que Regulamentam a Premiação Destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM).
Orientação Normativa 02/2015- PROPI	Estabelece os procedimentos para solicitação de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Pós-graduação Lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triangulo Mineiro.
Orientação Normativa 03/2015- PROPI	Modifica a Orientação Normativa 02/2014 que institui e regulamenta o Programa Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - PIVIC IFTM.
Orientação Normativa 01/2016- PROPI	Divulga os valores de premiação dos estudantes destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM (Resolução no58/2013 e Orientação normativa 01/2014 PROPI que Regulamentam a Premiação. Destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM).
Orientação Normativa 02/2016- PROPI	Regulamenta as ações do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (CPPI) dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
Orientação Normativa 03/2016- PROPI	Dispõe sobre as normas para Defesa de Dissertação dos Programas de Pós-Graduação de nível Stricto sensu dos Mestrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Orientação Normativa 04/2016- PROPI	Dispõe sobre as normas para concessão de incentivo à qualificação na forma de Auxílio Financeiro aos servidores selecionados capacitação nas áreas de assessoria de administração e empreendedorismo e internacionalização por meio do Convênio de Cooperação entre o IFTM e o INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA 01/2017- PR	Dispõe sobre as normas para concessão de incentivo à qualificação na forma de Auxílio Financeiro aos servidores selecionados capacitação nas áreas de assessoria de administração e empreendedorismo e internacionalização por meio do Convênio de Cooperação entre o IFTM e o INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO.
Orientação Normativa 02/2017- PROPI	Divulga os valores de premiação dos estudantes destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM (Resolução no58/2013 e Orientação normativa 01/2014 PROPI que Regulamentam a Premiação. Destaques no Seminário de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica do IFTM).
Orientação Normativa 03/2017 - PROPI	Dispõe sobre critérios para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal.
Orientação Normativa 01/2019- PROPI	Modifica a Orientação Normativa 03/2015 que institui e regulamenta o Programa Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - PIVIC IFTM.
Orientação Normativa 01/2011 - PROEN	Estabelece os procedimentos para a elaboração e submissão dos Projetos Pedagógicos de Cursos para apreciação da Pró-Reitoria de Ensino, aprovação pelo Conselho Superior e oferta e extensão de cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Orientação Normativa 02/2011 - PROEN	Estabelece orientações para o acompanhamento das atividades didático-pedagógicas dos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Orientação Normativa 03/2011 - PROEN	Normatiza as funções de professores para cada curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro que contemplem as atividades de Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e Atividades Complementares.
Orientação Normativa 01/2012 - PROEN	Estabelece orientações para estudos em regime de dependência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
Orientação Normativa 02/2012 - PROEN	Institui e regulamenta o Fórum de Ensino no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
Orientação Normativa 01/2015 - PROEN	Estabelece orientações para procedimentos de certificação do Programa de Educação Tutorial (PET) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
Orientação Normativa 02/2015 - PROEN	Estabelece orientações para procedimentos de certificação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.

NORMAS OPERACIONAIS	
NÚMERO	RESUMO
NORMA OPERACIONAL nº 01/2011	Dispõe sobre procedimentos relativos à supervisão, fiscalização e a gestão dos contratos celebrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 02/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos à formalização e pagamento dos contratos firmados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 03/2012	Altera a Norma Operacional/IFTM nº 01, de 13/06/2011.
NORMA OPERACIONAL nº 01/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 05/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pelo CAMPUS UBERLÂNDIA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 04/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pelo CAMPUS PARACATU do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 10/2012	Altera os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Norma Operacional nº 05, de 14 de maio de 2012 que dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pelo CAMPUS UBERLÂNDIA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 09/2012	Altera os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Norma Operacional nº 04, de 14 de maio de 2012 que dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pelo CAMPUS PARACATU do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 08/2012	Altera os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Norma Operacional nº 01, de 03 de abril de 2012 que dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços celebrados pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 07/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços e obras celebrados pelo CAMPUS UBERABA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 06/2012	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições de bens e contratações de serviços e obras celebrados pelo CAMPUS ITUIUTABA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 02/2013	Altera a Norma Operacional/IFTM nº 01, de 13 de junho de 2011 e Norma Operacional/IFTM nº 03, de 03 de abril de 2012.
NORMA OPERACIONAL nº 01/2016	Dispõe sobre procedimentos relativos à gestão de imóveis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 03/2016	Altera a Norma Operacional/IFTM nº 02, de 03 de abril de 2012.
NORMA OPERACIONAL nº 02/2016	Altera a Norma Operacional/IFTM nº 01, de 13 de junho de 2011.
NORMA OPERACIONAL nº 01/2017	Dispõe sobre procedimentos de protocolo e arquivo no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
NORMA OPERACIONAL nº 03/2017	Dispõe sobre procedimentos relativos às aquisições, contratações de serviços e obras no âmbito do IFTM, via contratação direta (dispensa e inexigibilidade.
NORMA OPERACIONAL nº 02/2017	Dispõe sobre procedimentos relativos à verificação prévia das condições fiscais de habilitação para contratação, emissão de nota de empenho e realização de pagamentos no âmbito do IFTM.
NORMA OPERACIONAL nº 01/2018	Dispõe sobre procedimentos relativos ao transporte no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.



REGULAMENTOS	
NÚMERO	RESUMO
REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO E DAS SUBCOMISSÕES PERMANENTES DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	Regulamenta a estrutura e o funcionamento da comissão e das subcomissões permanentes de avaliação de documentos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
NÚMERO	RESUMO
Instrução Normativa 01/2019 - PROEN	Dispõe sobre o aproveitamento de carga horária, para os estudantes dos cursos de licenciatura que participarem do programa institucional de residência pedagógica da CAPES, enquanto estágio curricular supervisionado no IFTM.
Instrução Normativa 02/2019 - PROEN	Estabelece orientações para a admissão de estudante na condição de aluno ouvinte, nos cursos de graduação presenciais do IFTM.
Instrução Normativa 03/2019 - PROEN	Estabelece orientações a serem observadas em situações de transição, decorrente da revisão/atualização do regulamento da organização didáticopedagógica dos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM e adequações nos respectivos Projetos Pedagógicos.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 01/2020	Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
Instrução Normativa 01/2020 - PROEN	Estabelece orientações para a Recuperação da Aprendizagem e para a Reprovação nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFTM.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 02/2020	Instrução Normativa para enfrentamento à COVID-19.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 03/2020	Estabelece a suspensão das atividades presenciais acadêmicas por prazo indeterminado, e sua substituição por atividades remotas, digitais ou não, em todas as unidades da instituição, contemplando os ensinos regulares e os cursos de idiomas.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 04/2020	Estabelece orientações para atividades do Centro de Idiomas de todos os campi do IFTM, a serem realizadas no período de suspensão das aulas presenciais devido à pandemia causada pelo COVID-19.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 05/2020	Dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios no período de suspensão de atividades acadêmicas presenciais decorrentes da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 06/2020	Altera a Instrução Normativa nº 002, de 18 de março de 2020, que suspende por prazo indeterminado as atividades presenciais acadêmicas e administrativas, e dispõe sobre orientações gerais, medidas temporárias e cuidados básicos de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19).
Instrução Normativa 02/2020 - PROEN	Estabelece orientações para os estudos de recuperação e avaliação da aprendizagem a serem seguidas pelos campi, por ocasião das medidas de proteção e enfrentamento da emergência de saúde pública decorrentes da situação de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que ocasionou a suspensão das atividades presenciais e a sua substituição por atividades remotas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
Instrução Normativa IFTM 07/2020	Dispõe sobre o pagamento de benefícios vinculados ao programa de assistência estudantil face à suspensão do calendário acadêmico em razão da COVID-19.
Instrução Normativa IFTM 08/2020	Dispõe sobre a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios no período de suspensão de atividades acadêmicas presenciais decorrentes da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do IFTM.
Instrução Normativa 03/2020 - PROEN	Estabelece normas para o desenvolvimento das Atividades Complementares (AC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a serem seguidas pelos campi, no período de suspensão das atividades presenciais e a sua substituição por atividades remotas, por ocasião das medidas de proteção e enfrentamento da emergência de saúde pública decorrentes da situação de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 09/2020	Estabelece orientações para atividades do Centro de Idiomas de todos os campi do IFTM, a serem realizadas no segundo semestre letivo de 2020, no período de suspensão das aulas presenciais devido à pandemia causada pelo COVID-19.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 10/2020	Dispõe sobre orientações gerais, medidas temporárias e cuidados básicos de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19) nos casos específicos de atividades essenciais, estratégicas ou esporádicas que requerem a presença de servidores em suas unidades enquanto perdurar o estado de pandemia.
Instrução Normativa 04/2020 - PROEN	Estabelece normas para o funcionamento das bibliotecas, a serem seguidas pelos servidores dos campi e usuários, no período de suspensão das atividades presenciais e a sua substituição por atividades remotas, por ocasião das medidas de proteção e enfrentamento da emergência de saúde pública decorrentes da situação de pandemia do novo coronavírus (Covid-19), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 11/2020	Instrução normativa sobre os direitos autorais e de imagem dos servidores de todos os campi participantes do ensino remoto, instituído em caráter excepcional durante a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19).
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 12/2020	Orienta quanto ao uso da marca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM.
INSTRUÇÃO NORMATIVA IFTM 13/2020	Estabelece procedimentos para atendimento e flexibilização curricular aos estudantes com necessidades específicas do IFTM.

ATOS NORMATIVOS DOS CAMPI	
NÚMERO	RESUMO
PORTARIA Nº 28, DE 03 DE MARÇO DE 2020	Aprovar regulamento para providências em relação aos objetos perdidos e/ou achados em áreas deste IFTM - Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 21, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020	Estabelecer normas e cronograma referentes ao processo de consulta eleitoral para escolha dos representantes do Conselho Gestor do IFTM - Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 140, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019	Estabelecer procedimentos de identificação, acompanhamento e avaliação de discentes com Necessidades Educacionais Específicas deste IFTM - Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 98, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018	Regulamentar procedimento para criação de comissões no IFTM Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 44, DE 05 DE ABRIL DE 2018	Aprovar o regulamento dos representantes de turma do IFTM Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 34, DE 03 DE MAIO DE 2017	Regulamentar os procedimentos para a Política de Seleção e Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca do IFTM Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 06, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017	CONSIDERANDO os ditames contidos nos princípios elencados na Constituição Federal de 1988, artigo 37 que regem a Administração e primam, dentre outros, pela observância da legalidade, publicidade, eficiência, imparcialidade e moralidade; e considerando a necessidade de disciplinar o uso dos murais de comunicação do IFTM Campus Uberlândia Centro, de maneira a garantir a proteção patrimonial, resolve: Classificar os murais do IFTM Campus Uberlândia Centro em duas categorias: "Setoriais" e "Gerais".
PORTARIA Nº 39, DE 14 DE ABRIL DE 2016	Regular o processo de distribuição de disciplinas e elaboração de horários para o Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 35, DE 06 DE ABRIL DE 2016	Regulamentar procedimento para classificação de candidatos docentes a afastamento para capacitação em cursos de mestrado e doutorado, neste IFTM Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 41, DE 10 de AGOSTO DE 2015	Aprovar o regulamento para utilização do auditório do IFTM - Câmpus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 17, DE 25 DE MARÇO DE 2015	Aprovar o regulamento dos representantes de turma deste IFTM Câmpus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 11, DE 03 DE MARÇO DE 2015	Estabelecer como uniforme escolar padrão para todos os estudantes dos Cursos Técnicos, em todas as dependências e atividades acadêmicas do IFTM Câmpus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 13, DE 03 DE ABRIL DE 2014	Regulamentar e normatizar as atribuições da Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE) do Câmpus Uberlândia Centro, bem como determinar os procedimentos pertinentes a esta Coordenação.
PORTARIA Nº 53, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013	Regulamentar o empréstimo de livros e revistas para funcionários de empresa terceirizada prestadora de serviços no Câmpus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 38, DE 30 DE AGOSTO DE 2013	Estabelecer a normatização interna para uso dos Laboratórios de Informática do Campus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 36, DE 12 DE AGOSTO DE 2013	O regulamento sobre a confecção e instalação de placas comemorativas de formaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, Câmpus Uberlândia Centro.
PORTARIA Nº 23, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012	Estabelecer normas para Gestão do Contrato 13/2012 firmado ente o IFTM - Reitoria e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Processo nº 23199.00426/2012-31 - mediante à adesão aos anexos do Instrumento Contratual que, individualmente, caracterizam cada modalidade envolvida.
Normativa Interna nº 002, de 04 de outubro de 2013.	Dispõe sobre procedimentos relativos ao Serviço de Atendimento ao Estudante no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia.
Portaria nº 12, de 12 de fevereiro de 2016.	Estabelece o Sistema Pré-Pago para comercialização de refeições e o controle do acesso ao refeitório por meio de carteirinha estudantil para alunos e crachás funcionais e biometria para servidores.
Portaria nº 15, 15 de fevereiro de 2016.	Normativa para uso do uniforme discente no Campus Uberlândia.
Portaria nº 23, de 06 de fevereiro de 2020.	Cria a Comissão de Assessoramento Técnico Educacional - CATE.
Portaria nº 28, de 11 de fevereiro de 2020.	Cria a Comissão de Assessoramento Técnico da Fazenda (CATF) no IFTM Campus Uberlândia.



Portaria nº 93, de 03 de outubro de 2017.	Dispõe sobre os procedimentos de emissão de documentos de "nada consta" da Coordenação Geral de Extensão e Apoio ao Estudante.
Portaria nº 110, de 01 de dezembro de 2015.	Dispõe sobre procedimentos e composição do Conselho de Ética do Corpo Discente, conforme Resolução nº 18/2012 de 14 de agosto de 2012 do IFTM Campus Uberlândia.
Portaria nº 157, de 20 de dezembro de 2019.	Estabelece o tempo de hora/aula do IFTM Campus Uberlândia.
Portaria nº 118, de 07 de outubro de 2014.	Dispõe sobre orientação quanto à utilização dos setores de produção e de sustentabilidade ambiental do IFTM - Câmpus Uberlândia para fins pedagógicos.
Portaria nº 36, de 07 de abril de 2015.	Aprova as novas Normas de Uso de Laboratórios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia.
Orientação Normativa 02/2019	Estabelece procedimentos para acompanhamento e avaliação de processos seletivos de profissionais para atuar em programas de fomento na modalidade de Educação a Distância.
Orientação Normativa 01/2019	Estabelece os procedimentos para a organização e formação de tutores para atuar na modalidade de Educação a Distância.
Instrução Normativa 01/2018	Estabelece os procedimentos para a atualização e manutenção do acervo da Biblioteca.
Regulamento do laboratório de eletrotécnica	Informações referentes às Normas Regulamentares que deverão ser seguidas para o bom funcionamento dos mesmos.
Regulamento do laboratório de mineração	Informações referentes às Normas Regulamentares que deverão ser seguidas para o bom funcionamento dos mesmos.
Regulamento dos Laboratórios de Eletrônica	O presente regulamento dos Laboratórios de Eletrônica registra informações referentes às Normas Regulamentares que deverão ser seguidas para o bom funcionamento dos mesmos.
Regulamento dos Laboratórios de Informática	O presente regulamento dos Laboratórios de Informática registra informações referentes às Normas Regulamentares que deverão ser seguidas para o bom funcionamento dos mesmos.
Normas de utilização da área de Educação Física e Treinamento Desportivo	O presente regulamento estabelece as normas de utilização da Quadra Coberta.
Orientação Suplementar para os Discentes	Complementa orientações associadas ao Regulamento Disciplinar Discente.
Portaria nº 005/2013	Dispõe sobre aprovação geral para acesso de pessoas e veículos ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba.
Portaria nº 127/2013	Dispõe sobre aprovação do Plano de Manutenção de Bens Imóveis do campus Ituiutaba.
Portaria nº 031/2014	Estabelece os prazos de empréstimo dos materiais da Biblioteca do campus Ituiutaba, tendo por base a Resolução nº 46/2012 de 26 de novembro de 2012 que dispõe o regulamento das Bibliotecas do IFTM.
Portaria nº 047/2014	Estabelece o horário de funcionamento regular do campus Ituiutaba.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DEBORAH SANTESSO BONNAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 552, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Publica a listagem dos atos normativos vigentes do Inep.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso VI do art. 16, do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020, e pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, e o que consta do processo nº 23036.007208/2019-66, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos vigentes do Inep nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES

ANEXO

LISTAGEM DE ATOS NORMATIVOS VIGENTES DO INEP

Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais	
Portaria nº 282, de 11 de agosto de 2011	Instituir e aprovar a Política de Segurança da Informação (POSI) do Inep.
Portaria nº 399, de 31 de outubro de 2011	Institui o processo de contratação e de gestão de contratos de bens e serviços de tecnologia da informação (TI) do Inep, bem como o processo de demandas de serviços à Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE).
Portaria nº 400, de 31 de outubro de 2011	Estabelece a Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas (MGDS) do Inep.
Portaria nº 509, de 27 de agosto de 2013	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Inep para o período 2013-2015.
Portaria nº 97, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Processos de Negócio (EGPN/DTDIE/Inep).
Portaria nº 98, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Projetos (EGPTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 99, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Governança de Tecnologia da Informação (GOVTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 100, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (EGSTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 297, de 1º de abril de 2020	Torna público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Inep para o período 2020-2022.
Portaria nº 315, de 15 de abril de 2020	Aprova a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) do Inep.
Diretoria de Estudos Educacionais	
Portaria nº 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para avaliação do PNE (2014-2024).
Portaria nº 637, de 17 de julho de 2019	Disciplina o acesso às bases de dados protegidos no âmbito do Inep.
Portaria nº 598, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições da editoria científica da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).
Portaria nº 600, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições do comitê editorial da revista Em Aberto.
Diretoria de Gestão e Planejamento	
Portaria nº 50, de 20 de junho de 2002	Aprova critérios e procedimentos para a realização da Avaliação de Desempenho Institucional e Individual para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA).
Portaria nº 32, de 6 de abril de 2004	Delegar ao Diretor de Gestão e Planejamento competência para autorizar viagens e conceder diárias a servidores, consultores e colaboradores eventuais, incluindo as custeadas com recursos de projetos de cooperação com organismos internacionais.
Portaria nº 46, de 16 de março de 2009	Regulamenta procedimentos para avaliação do estágio probatório.
Portaria nº 67, de 23 de março de 2010	Definir os serviços que se enquadram como de natureza contínua.
Portaria nº 263, de 10 de agosto de 2011	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, no âmbito do Inep.
Portaria nº 248, de 13 de julho de 2012	Normatiza e uniformiza os procedimentos funcionais e critérios para a utilização dos serviços terceirizados, que sustentam as atividades de apoio operacional administrativo, no âmbito do Inep.
Portaria nº 379, de 15 de outubro de 2012	Regulamenta o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) no Inep.
Portaria nº 729, de 27 de dezembro de 2012	Normatização de procedimentos de licitação.
Portaria nº 23, de 29 de janeiro de 2013	Regulamenta o custeio de cursos e eventos de curta duração.
Portaria nº 529, de 10 de setembro de 2013	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos de Aplicação dos Exames e Avaliações no âmbito do Inep.
Portaria nº 732, de 30 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Inep.
Portaria nº 26, de 21 de janeiro de 2014	Regulamenta promoção e progressão no Inep.
Portaria nº 282, de 5 de junho de 2014	Regulamenta procedimentos para solicitação de férias.
Portaria nº 501, de 10 de outubro de 2014	Regulamenta cessão no âmbito do Inep.
Portaria nº 399, de 17 de setembro 2015	Regulamenta a remoção interna.
Portaria nº 118, de 14 de abril de 2015	Regulamenta a redução de jornada dos servidores.
Portaria nº 686, de 24 de agosto de 2016	Regulamenta pagamento da Retribuição por Titulação e da Gratificação de Qualificação.
Portaria nº 564, de 11 de novembro de 2016	Regulamenta o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.
Portaria nº 579, de 25 de novembro de 2016	Publica Protocolo de Acesso (Ambiente Seguro).
Portaria nº 413, de 16 de maio de 2017	Dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com os Operadores de Segurança Pública dos Estados para o apoio nas operações logísticas de sigilo e segurança dos exames e avaliações educacionais.
Portaria nº 507, de 13 de junho de 2018	Institui o Banco de Supervisores do Inep (BSI).
Portaria nº 650, de 31 de julho de 2018	Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar, previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Inep.
Ofício-circular nº 0452820, de 11 de dezembro de 2019	Procedimentos de Desburocratização.
Portaria nº 397, de 10 de maio de 2019	Disciplina os procedimentos de audiências públicas sobre os editais de avaliações e exames realizados pelo Inep.



Portaria nº 537, de 11 de junho de 2019	Institui a Rede Nacional de Certificadores (RNC), composta por servidores públicos do Poder Executivo Federal e os docentes da rede pública estadual e municipal, para atuar no âmbito da aplicação das avaliações e exames sob a responsabilidade do Instituto.
Portaria nº 697, de 8 de agosto de 2019	Regulamenta e unifica o Comitê de Gestão de Pessoas.
Portaria nº 804, de 10 de setembro de 2019	Institui o Comitê Gestor do Ambiente Físico Integrado Seguro (Afis) no âmbito do Inep.
Portaria nº 902, de 29 de outubro de 2019	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Inep e dá outras providências.
Portaria nº 908, de 1º de novembro de 2019	Dispõe sobre a utilização das vagas de garagem existentes no estacionamento interno do edifício-sede do Inep.
Portaria nº 1.044, de 27 de dezembro de 2019	Delega competência ao Diretor de Gestão e Planejamento praticar atos de ordenador de despesas.
Portaria nº 43, de 9 de janeiro de 2020	Dispõe sobre normas e procedimentos de segurança adotados para controle de acesso e permanência nas dependências do Inep.
Portaria nº 236, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e os procedimentos necessários para a transferência de qualquer material sigiloso de exames e avaliações no âmbito do Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Inep para o ambiente seguro de empresa responsável pelos serviços de produção gráfica contratada pelo Instituto para os serviços de impressão dos instrumentos de aplicação de cada exame e avaliação sob seu domínio.
Portaria nº 237, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e procedimentos necessários para o retorno de qualquer material sigiloso de exames, avaliações e pré-testes do Inep sob custódia da gráfica contratada para o Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Instituto, bem como o descarte de material sigiloso em meio físico e/ou digital pela gráfica contratada.
Portaria nº 238, de 18 de fevereiro de 2020	Formalização das Transferências Voluntárias de Recursos aos Estados.
Portaria nº 272, de 12 de março de 2020	Delega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Inep para os fins que especifica.
Portaria nº 298, de 2 de abril de 2020	Disciplina, no âmbito do Inep, o recolhimento dos valores relativos ao ressarcimento dos serviços e materiais utilizados na reprodução de documentos, postagem e fornecimento de mídia óptica (CD-ROM) a terceiros.
Portaria nº 304, de 9 de abril de 2020	Dispõe sobre a utilização, no âmbito do Inep, do serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço, realizado por meio de táxi, no Distrito Federal e entorno (TAXIGOV).
Portaria nº 344, de 14 de maio de 2020	Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, no âmbito do Inep.
Portaria nº 444, de 15 de julho de 2020	Disciplina a concessão de licença e afastamento de servidores para participação em ações de desenvolvimento de pessoas, no âmbito do Inep.
Presidência - Organizacional	
Portaria nº 74, de 4 de abril de 1997	Institui o Boletim de Serviço (BS).
Portaria nº 189, de 11 de setembro de 2007	Dispõe sobre a participação do Inep em comitês instituídos no âmbito do Ministério da Educação.
Portaria nº 212, de 1º de novembro de 2007	Ações em informação e em comunicação Web do Inep.
Portaria nº 93, de 13 de abril de 2010	Publicidade de utilidade pública.
Portaria nº 131, de 3 de maio de 2010	Delega função ao Assessor Técnico responsável pela Comunicação Social do Inep.
Portaria nº 68, de 15 de março de 2012	Delega competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Inep e, em sua ausência, ao seu substituto legal, para receber intimações e notificações em mandados de segurança e habeas data, dirigidos ao Presidente e aos dirigentes da Autarquia.
Portaria Conjunta PF (Inep) nº 1, de 16 de dezembro de 2013	Estabelece diretrizes para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Inep.
Portaria nº 643, de 23 de dezembro de 2016	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Inep.
Portaria nº 35, de 16 de janeiro de 2017	Adotar, como bandeira institucional do Inep, o modelo e respectivo estudo conceitual apresentados pela Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto.
Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2017	Institui o Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais, no contexto das comemorações alusivas aos 80 anos do Inep).
Portaria nº 372, de 8 de maio de 2017	Dispõe sobre o pagamento, no âmbito do Inep, do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE).
Portaria nº 637, de 26 de julho de 2018	Institui o Prêmio Calouro-Destaque.
Portaria nº 648, de 31 de julho de 2018	Institui o Prêmio Honra ao Mérito Educacional do Inep.
Portaria nº 230, de 2 de abril de 2018	Dispõe sobre o 2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais.
Portaria nº 330, de 6 de maio de 2020	Realoca funções de confiança entre unidades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
Portaria nº 503, de 21 de agosto de 2020	Dispõe sobre normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
Portaria nº 504, de 27 de agosto de 2020	Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos editados pelo Inep.
Presidência - Gestão	
Portaria nº 44, de 14 fevereiro de 2012	Apresenta estrutura do modelo de gestão estratégica do Inep.
Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017	Aprova o Regimento Interno do Inep.
Portaria nº 492, de 7 de junho de 2018	Institui a Política de Divulgação de Estatísticas, Exames e Avaliações, Estudos e Pesquisas Educacionais do Inep.
Portaria nº 82, de 7 de fevereiro de 2019	Institui a Política de Gestão de Risco do Inep.
Portaria nº 380, de 15 de junho de 2020	Atualiza a Política de Dados Abertos do Inep e aprova o Plano de Dados Abertos para o biênio 2020-2021, na forma do anexo.
Presidência - Comissão de Ética	
Portaria nº 207, de 14 de novembro de 2008	Constitui a Comissão de Ética.
Portaria nº 118, de 3 de maio de 2012	Designa membros da Comissão de Ética do Inep e dá orientações.
Portaria nº 34, de 28 de janeiro de 2014	Estabelece normas para consulta de conflitos de interesse no exercício de atividades privadas por parte dos servidores do Inep.

Resolução nº 1, de 30 de abril de 2018	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Inep.
Portaria nº 579, de 4 de julho de 2018	Institui o Código de Ética dos Servidores do Inep.
Presidência - Comitê de Governança Institucional	
Portaria nº 105, de 19 de fevereiro de 2019	Atribui ao Comitê de Governança Institucional (CGI) as competências estabelecidas na Portaria CGU n.º 1.089/2018.
Portaria nº 899, de 23 de outubro de 2019	Recria o Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.
Portaria nº 1.039, de 19 de dezembro de 2019	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.
Presidência - Projetos de Cooperação Internacional	
Portaria nº 430, de 3 de novembro de 2010	Extingue a Comissão Permanente de Análise de Contratações de Consultoria por Produto (CCPD) e delega a competência aos diretores.
Portaria nº 165, de 22 de abril de 2013	Altera artigo da Portaria n.º 430/2010.
Portaria nº 26, de 18 de janeiro de 2016	Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito dos acordos de cooperação internacional para contratação de consultoria.
Portaria nº 251, de 20 de março de 2019	Reorganiza o Comitê Executivo de Planejamento e Monitoramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (CEPCT/Inep).
Portaria nº 538, de 11 de junho de 2019	Designa os coordenadores do Projeto PNUD BRA/15/002.
Presidência - Auditoria Interna	
Portaria nº 96, de 10 de março de 2014	Garantia de acesso de servidores da Auditoria Interna (Audin).
Portaria nº 97, de 10 de março de 2014	Atendimento de requisições de informações e monitoramento de demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).
Portaria nº 98, de 10 de março de 2014	Gerenciamento de informações no CGU-PAD.
Presidência - Medidas de Enfrentamento ao Covid-19	
Ofício-circular nº 0500169/2020/COGEP/DGP-INEP, de 13 de março de 2020	Medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus
Ofício-circular nº 0501457/2020/GAB-Inep, de 16 de março de 2020	Dispõe sobre medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - COVID-19.
Ofício-circular nº 0502286/2020/GAB-Inep, de 18 de março de 2020	Medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus.
Ofício-circular nº 0507166/2020/COGEP/DGP-INEP, de 26 de março de 2020	Concessão do auxílio-transporte, alteração de férias e reversão de jornada de servidores que executam suas atividades remotamente
Ofício-circular nº 0508594/2020/COGEP/DGP-INEP, de 31 de março de 2020	Alteração de férias de servidores em caráter excepcional
Ofício-circular nº 0515378/2020/GAB-INEP, de 16 de abril de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus.
Portaria nº 326, de 4 de maio de 2020	Dispõe sobre procedimentos relativos a servidores efetivos do Inep a outros órgãos durante o período de isolamento social.
Ofício-circular nº 0531602/2020/GAB-Inep, de 27 de maio de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - COVID-19.



Ofício-circular nº 0543179/2020/GAB-INEP, de 24 de junho 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Ofício-circular nº 0555603/2020/GAB-INEP, de 28 de julho de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Portaria nº 479, de 3 de agosto de 2020	Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas dependências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Ofício-circular nº 0567150/2020/GAB-INEP, de 26 de agosto de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Ofício-circular nº 0579625/2020/GAB-INEP, de 25 de setembro de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Presidência - Metas Institucionais	
Portaria nº 92, de 11 de setembro de 2002	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de setembro de 2002 e 28 de fevereiro de 2003.
Portaria nº 6, de 13 de março de 2003	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de março de 2003 e 29 de fevereiro de 2004.
Portaria nº 58, de 17 de abril de 2008	Fixa as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.
Portaria nº 348, de 23 de setembro de 2011	Retifica as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2011.
Portaria nº 182, de 15 de maio de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep, para o período compreendido entre 1º de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015
Portaria nº 541, de 30 de novembro de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016
Portaria nº 429 de 5 de agosto de 2016	Revisa a Portaria n.º 541, de 30 de novembro de 2015.
Portaria nº 603, de 12 de julho de 2017	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017.
Portaria nº 56, de 1º de fevereiro de 2018	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.
Portaria nº 155, de 28 de fevereiro de 2019	Fixa as metas institucionais globais e intermediárias do Inep para o ciclo 2018/2019.
Portaria nº 646, de 22 de julho de 2019	Publica a revisão das metas institucionais do Inep, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.
Portaria nº 260, de 6 de março de 2020	Fixar as metas institucionais globais do Inep para o ciclo 2020, de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
Diretoria de Estatísticas Educacionais - Censo Escolar da Educação Básica	
Portaria nº 2, de 24 de janeiro de 2003	Dispõe sobre o Censo Escolar 2003.
Portaria nº 12, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as diversas etapas do processo de execução do Censo Escolar 2004.
Portaria nº 156, de 20 de outubro de 2004	Determina às unidades escolares a adequação de suas fichas de matrícula aos quesitos do questionário do Censo Escolar.
Portaria nº 9-A, de 14 de fevereiro de 2005	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2005.
Portaria nº 14, de 16 de fevereiro de 2006	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2006.
Portaria nº 46, de 27 de abril de 2007	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 264, de 26 de março de 2007	Institui o Dia Nacional do Censo Escolar como a última quarta-feira do mês de maio de cada ano.
Portaria nº 316, de 4 de abril de 2007	Regulamenta o Censo Escolar da educação básica e a competência do Inep durante esse processo.
Portaria nº 68, de 30 de abril de 2008	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2008, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.
Nota Técnica nº 004, de 2008	Procedimentos para notificar as escolas que não informarem os dados do Censo Escolar.
Nota Técnica nº 005, de 2008	Divulgação de informações constantes no Banco de Dados do Censo Escolar 2007.
Nota Técnica nº 006, de 2008	Processos da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep referentes ao Censo Escolar.
Nota Técnica nº 002, de 2009	Sigilo de informações constantes no banco de dados do Censo Escolar.
Nota Técnica Conjunta nº 001/2011	Reestrututação da base de dados de cadastro do Sistema Educacenso.
Nota Técnica pesquisa de controle de qualidade do Censo da educação básica 2011	Dispõe sobre a metodologia utilizada na pesquisa e os principais resultados do Censo da Escolar 2011.
Nota Técnica nº 003, de 2013	Dispõe sobre as ações realizadas com os dados coletados pelo Censo Escolar para o cálculo das taxas de rendimento escolar.
Nota Técnica nº 004, de 2013	Procedimentos para a realização da Avaliação in loco das informações prestadas ao Censo Escolar da educação básica quanto à fidedgnidade dos dados com base nos registros escolares.
Portaria nº 58, de 3 de abril de 2009	Torna as informações do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec) parte integrante do banco de dados do Censo Escolar.
Portaria nº 84, de 6 de maio de 2009	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2009, realizado via Internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.
Portaria nº 45, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2010.
Portaria nº 98, de 29 de abril de 2011	Estabelece para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2011, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os respectivos responsáveis.
Portaria nº 235, de 4 de agosto de 2011	Estabelece parâmetros para a validação e a publicação das informações declaradas ao Censo Escolar com vistas ao controle de qualidade e define as atribuições dos responsáveis pela declaração das informações.
Portaria nº 138, de 4 de abril de 2013	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolare 2013, realizado via Internet em todo o território nacional.
Portaria nº 105, de 14 de março de 2014	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 109, de 17 de março de 2014	Prorroga as datas estabelecidas no art. 1º da Portaria n.º 138, de 4 de abril de 2013, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2013.
Portaria nº 196, de 27 de maio de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 355, de 11 de agosto de 2015	Prorroga as datas estabelecidas nas alíneas "b", "c", "l" e "m" do inciso I, artigo 1º da Portaria n.º 196, de 26 de maio de 2015, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 120, de 7 de março de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
Portaria nº 105, 14 de março de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 286, de 7 de junho de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
Portaria nº 1.017, de 19 de novembro de 2018	Torna sem efeito a Portaria n.º 733, de 17 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 136, seção 1, pp. 26 e 27, de 20 de julho de 2015, que retifica dados do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 269, de 23 de março de 2017	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2017.
Portaria nº 254, de 11 de abril de 2018	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2018, realizado via internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território nacional.
Portaria nº 503, de 11 de junho de 2018	Verificação in loco do Censo Escolar.
Portaria nº 249, de 20 de março de 2019	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2019.
Portaria nº 357, de 22 de maio de 2020	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2020.
Diretoria de Estatísticas Educacionais - Convênios	
Portaria nº 12, de 16 de abril de 2003	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal.
Portaria nº 10, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2004.
Portaria nº 35, de 28 de fevereiro de 2005	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2005.
Portaria nº 181, de 31 de agosto de 2005	Determina repasse orçamentário e financeiro ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando à execução da pesquisa de verificação dos dados declarados ao Censo Escolar 2005.
Portaria nº 45, de 19 de abril de 2006	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).
Portaria nº 46, de 19 de abril de 2006	Estabelece o critério para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).



Portaria nº 38, de 10 de abril de 2007	Estabelece critério de Transferência de Recursos para Despesa de Capital aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para realização do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 39, de 10 de abril de 2007	Estabelece a Tabela de Valores de Transferência de Recursos para Despesa Corrente aos Estados e ao Distrito Federal, segundo o critério de faixas por unidade de coleta, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 147, de 20 de maio de 2010	Estabelece os limites máximos de valores para a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2010.
Portaria nº 47, de 10 de março de 2011	Estabelece limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, referentes ao ano letivo de 2011.
Portaria nº 39, de 8 de fevereiro de 2012	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2012, em todos os levantamentos.
Portaria nº 143, de 9 de abril de 2013	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2013, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
Portaria nº 148, de 4 de maio de 2015	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência Voluntária aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a execução do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 45, de 2 de fevereiro de 2016	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2016, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
Portaria nº 104, de 18 de fevereiro de 2019	Dispõe sobre as transferências de recursos para estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo Escolar 2019 e 2020.
Diretoria de Estatísticas Educacionais - Censo da Educação Superior	
Portaria nº 44, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2009.
Portaria nº 80, de 6 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.
Portaria nº 130, de 30 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.
Portaria nº 13, de 14 de janeiro de 2011	Fixa as etapas do Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 85, de 12 de abril de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 107 de 16 de maio de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 437, de 22 de dezembro de 2011	Ficam estabelecidas as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
Portaria nº 99, de 16 de abril de 2012	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 437, de 20 de dezembro de 2011, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
Portaria nº 9, de 14 de janeiro de 2013	Ficam estabelecidos para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e respectivos responsáveis.
Portaria nº 200, de 26 de abril de 2013	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 9, de 14 de janeiro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional.
Portaria nº 794, de 23 de agosto de 2013	Dispõe sobre o Censo da Educação Superior.
Portaria nº 523, de 6 de setembro de 2013	Prorroga o prazo estabelecido no art. 1º, alínea "h", da Portaria n.º 200, de 26 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2013, relativo à divulgação dos dados consolidados do Censo da Educação Superior 2012, para a data de 16 de setembro de 2013.
Portaria nº 699, de 9 de dezembro de 2013	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas no censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria nº 174, de 22 de abril de 2014	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º, incisos I, II e III, da Portaria n.º 699, de 6 de dezembro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013.
Portaria nº 597, de 16 de dezembro de 2014	Cronograma do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria nº 85, de 25 de março de 2015	Prorroga os prazos relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014, conforme o cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria nº 132, de 23 de abril de 2015	Prorroga os prazos para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais), relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria nº 563, de 17 de dezembro de 2015	Cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria nº 576, de 24 de novembro de 2016	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2016 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas pelo censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria nº 911, de 22 de novembro de 2017	Cronograma do Censo da Educação Superior 2017.
Portaria nº 945, 26 de outubro de 2018	Cronograma do Censo da Educação Superior 2018.
Portaria nº 417, de 14 maio de 2019	Institui o Banco de Colaboradores dos Censos Educacionais do Inep.
Portaria nº 911, de 6 de novembro de 2019	Cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
Portaria nº 319, de 23 de abril de 2020	Altera o cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
Diretoria de Estatísticas Educacionais - Outros	
Nota Técnica Conjunta nº 003/2014	Matrículas do Segmento Profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada.
Nota Técnica nº 25/2014	Considerações acerca da minuta de Portaria Interministerial MEC/MDS (atribuições do Inep); NIS.
Portaria nº 91, de 2 de fevereiro de 2017	Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e a divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep.
Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Enem	
Portaria nº 110, de 4 de dezembro de 2002	Fica estabelecida, na forma desta Portaria e de seu Anexo I, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2003, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 61, de 22 de agosto de 2003	Altera o art. 15 da Portaria n.º 110, de 4 de dezembro de 2002.
Portaria nº 53, de 19 de maio de 2004	O período de inscrição do Enem, estipulado no art. 6º da Portaria Inep n.º 24, de 23 de março de 2004, fica prorrogado para o período de 20 a 26 de maio de 2004 em todas as escolas de ensino médio.
Portaria nº 6, de 2 de fevereiro de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2005, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 152, de 10 de agosto de 2005	Altera o caput do art. 15 da Portaria Inep n.º 6, de 2 de fevereiro de 2005.
Portaria nº 7, de 19 de janeiro de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 26, de 23 de março de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 8, de 6 de fevereiro de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2007, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 55, de 3 de abril de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2008, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 99, de 3 de julho de 2008	Reabrir as inscrições para participação no Enem 2008, exclusivamente via internet, no período compreendido entre as 8 horas do dia 7 de julho de 2008 e 23 horas e 59 minutos do dia 11 de julho de 2008, observado o horário oficial de Brasília (DF).
Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2009, como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 244, de 22 de outubro de 2009	Altera a Portaria n.º 109, de 27 de maio de 2009, republicada no Diário Oficial da União n.º 107, de 8 de julho de 2009, seção 1, pp. 14 a 20.
Portaria nº 317, de 2 de dezembro de 2009	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2010	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais constantes no rol formalizado pela Diretoria de Tratamento Penal dos estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, devidamente protocolizados até 8 de janeiro de 2010, que atendam aos requisitos.
Portaria nº 202, de 8 de julho de 2010	Prorroga para as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de julho de 2010 o término das inscrições do Enem 2010, constante no item 1.2 do Edital n.º 1, de 18 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, seção 3, p. 59.



Portaria nº 42, de 14 de fevereiro de 2012	Revoga a Portaria n.º 110, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 96, de 20 de maio de 2011, seção 1, p. 16.
Portaria nº 47, de 23 de fevereiro de 2012	Instituir a realização de oficinas centralizadas e/ou descentralizadas de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI) nos ambientes seguros do Inep ou das instituições de educação superior credenciadas, conforme procedimentos descritos em editais próprios.
Portaria nº 144, de 24 de maio de 2012	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Enem.
Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2012	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para cálculo e divulgação da proficiência média dos estudantes que realizaram o Enem 2011, por unidade escolar.
Portaria nº 15, de 21 de janeiro de 2013	Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de dados e resultados dos participantes do Enem, por parte de instituições de educação superior, como mecanismo de acesso ao ensino superior ou em processos seletivos.
Portaria nº 179, de 28 de abril de 2014	Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das instituições certificadoras e do Inep e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do ensino médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Enem.
Portaria nº 436, de 5 de setembro de 2014	Estabelece procedimentos e prazos para a utilização dos resultados no Enem em processos seletivos de acesso a vagas em instituições de educação superior, nacionais e estrangeiras, e em processos de certificação de conclusão do ensino médio realizados pelas Secretarias de Estado da Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Portaria nº 533, de 30 de outubro de 2014	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2013 por escola.
Portaria nº 572, de 26 de novembro de 2014	Alterar o prazo estabelecido para divulgação preliminar dos resultados do Enem 2013 por escola, previsto no art. 4º, da Portaria n.º 533, de 30 de outubro de 2014, para 1º de dezembro de 2014.
Portaria nº 267, de 19 de junho de 2015	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2014 por escola.
Portaria nº 501, de 27 de setembro de 2016	Estabelece critérios e procedimentos de cálculo e de divulgação dos resultados do Enem 2015 por escola.
Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Comissões	
Portaria nº 244, 19 de março de 2019	Constituir comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no BNI, para montagem das provas do Enem 2019.
Portaria nº 727, de 19 de agosto de 2019	Institui as Comissões de Assessoramento Técnico-Pedagógico da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
Portaria nº 728, de 19 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico em Adaptação para Exames e Avaliações da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
Portaria nº 771, de 30 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento em Psicometria do Inep.
Portaria nº 900, de 25 de outubro de 2019	Recria a Comissão Assessora em Educação Especial e Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica, instituída pela Portaria n.º 438, de 9 de setembro de 2014, extinta pelo Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019.
Portaria nº 533, de 15 de setembro de 2020	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Novo Ensino Médio da DAEB.
Diretoria de Avaliação da Educação Básica - SAEB	
Portaria nº 69, de 4 de maio de 2005	Estabelece a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) no ano de 2005.

Portaria nº 89, de 25 de maio de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) no ano de 2005.
Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e da Aneb no ano de 2007.
Portaria nº 87, de 7 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2009.
Portaria nº 149, de 16 de junho de 2011	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2011.
Portaria nº 403, de 31 de outubro de 2011	Realização de edição especial da Anresc/Prova Brasil 2011 em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e municípios.
Portaria nº 410, de 3 de novembro de 2011	Os municípios que implantaram o ensino fundamental de nove anos em 2008 poderão requerer ao Inep a não divulgação de seus resultados na Anresc/Prova Brasil 2011 e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011 até o final do mês de fevereiro de 2012.
Portaria nº 152, de 31 de maio de 2012	Resultados preliminares do Saeb/Prova Brasil 2011 disponíveis para os gestores educacionais no dia 4 de junho de 2012.
Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013	Fica estabelecida a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc, a Aneb e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), no ano de 2013.
Portaria nº 414, de 29 de julho de 2013	Dispõe sobre a divulgação dos requerimentos deferidos para realização da Anresc no ano de 2013.
Portaria nº 456, de 31 de julho de 2013	Referente à quantidade exigida de alunos presentes para realizar a ANA ou a Prova Brasil.
Portaria nº 174, de 13 de maio de 2015	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc e a Aneb, no ano de 2015.
Portaria nº 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para o aprimoramento dos indicadores selecionados para o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação (2014-2024).
Portaria nº 410, de 22 de Julho de 2016	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a estratégia para a realização da ANA, no ano de 2016.
Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017	Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Saeb no ano de 2017.
Portaria nº 271, de 22 de março de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
Portaria nº 328, de 5 de maio de 2020	Indicação dos interlocutores das avaliações da educação básica.
Portaria nº 497, de 18 de agosto de 2020	Estabelece nova redação aos Artigos 20, 21 e 23 da Portaria Inep nº 366, de 29 de abril de 2019.
Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Enceja	
Portaria nº 77, de 16 de agosto de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2002.
Portaria nº 111, de 4 de dezembro de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos I e II, a realização do Enceja 2003.
Portaria nº 44, de 10 de março de 2005	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos, a realização do Enceja 2005.
Portaria nº 195, de 26 de setembro de 2005	Altera o artigo primeiro da Portaria n.º 145, de 3 de agosto de 2005: Art. 1º - A realização do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (Enceja), estipulado no art. 10º da Portaria Inep n.º 44, de 10 de março de 2005, fica transferido para o período de 19 e 20 de novembro de 2005, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
Portaria nº 93, de 7 de julho de 2006	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2006.
Portaria nº 102, de 13 de julho de 2006	O período de realização do Enceja, estipulado no art. 8º da Portaria Inep n.º 93, de 7 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2006, fica transferido para o período de 18 a 19 de novembro de 2006, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
Portaria nº 131, de 4 de agosto de 2006	Fica estabelecido o período de adesão pelas Secretarias de Educação (estaduais, do Distrito Federal ou municipais) ao Enceja, estipulado no artigo 1º desta Portaria.
Portaria nº 164, de 17 de outubro de 2006	Estabelece as condições para aprovação em cada prova e as referências para a certificação dos participantes aprovados nas modalidades do Enceja 2006, em estudo pelo Inep, disponível em cada Secretaria de Educação (estaduais, municipais e do Distrito Federal) e instituições que aderiram ao exame, a partir de 20 de outubro de 2006.
Portaria nº 44, de 20 de abril de 2007	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2007.
Portaria nº 100, de 4 de julho de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enceja 2008, no Brasil.
Portaria nº 136, de 8 de agosto de 2008	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Enceja 2008 para brasileiros residentes no exterior.
Portaria nº 192, de 22 de outubro de 2008	Altera o caput do art. 5º, da Portaria Inep n.º 100, de 4 de julho de 2008.
Portaria nº 147, de 4 de setembro de 2008	Regulamenta o art. 3º da Portaria Ministerial n.º 3.415, de 21 de outubro de 2004, no que tange à fundamentação teórico-metodológica do Enceja.
Portaria nº 173, de 31 de julho de 2009	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Enceja para brasileiros residentes no exterior.
Portaria nº 174, de 31 julho de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enceja 2009.
Portaria nº 252, de 30 de outubro de 2009	Prorroga as inscrições do Enceja 2009. Altera o caput do artigo 5º, 10º, 23 e 24 da Portaria Inep n.º 174, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2009.
Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Celpe-Bras	
Portaria nº 218, de 23 de setembro de 2009	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas - postos aplicadores - pelo MEC.
Portaria nº 29, de 27 de janeiro de 2010	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas (postos aplicadores) pelo MEC.



Portaria nº 63, de 10 de março de 2010	Altera a Portaria Inep n.º 29, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Celpe-Bras.
Portaria nº 334, de 2 de julho de 2013	Dispõe sobre credenciamento, credenciamento e credenciamento de postos aplicadores e define procedimentos para aplicação do Celpe-Bras.
Portaria nº 392, de 9 de setembro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras o Centro Cultural Brasil-Líbano, Beirute (Líbano).
Portaria nº 415, de 9 de outubro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras a Universidade da Califórnia-Davis (EUA).
Portaria nº 205, de 2 de maio de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto LH Idiomas, situado na Rua Juscelino Barbosa, 1597-A Campus 1 (Avenida Amazonas, 5253, Centro, Alfenas - MG).
Portaria nº 351, de 22 de junho de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia - MG).
Portaria nº 1.049, de 11 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
Portaria nº 1.103, de 27 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
Portaria nº 356, de 21 de maio de 2020	Dispõe sobre credenciamento, credenciamento e credenciamento de postos aplicadores; define procedimentos para a realização do Celpe-Bras e determina outras providências.
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Indicadores de Qualidade da Educação Superior	
Portaria nº 1890, de 3 de julho de 2002	Estabelece os cursos avaliados pelo Enade 2003.
Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008	Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008	Institui o Índice Geral de Cursos da instituição de educação superior (IGC).
Portaria nº 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007.
Portaria nº 599, de 17 de dezembro de 2014	Publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
Portaria nº 58, de 12 de março de 2015	Publica o resultado do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
Portaria nº 35, de 9 de fevereiro de 2015	Publica os resultados do Conceito Enade e do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referentes ao ano de 2013.
Portaria nº 23, de 20 de dezembro de 2016	Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Nota Técnica nº 19/2017/CGCQES/DAES	Esclarece o procedimento de divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior de cursos e instituições de educação superior, referentes à edição de 2015, que estejam direta ou indiretamente relacionados a situações de questionamento de instituições apresentadas judicialmente, sem decisão judicial final.
Nota Técnica nº 22/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017.
Nota Técnica nº 11/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos a serem adotados em relação ao cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Conceito Enade, CPC e IGC) referentes ao ano de 2015, dos cursos de graduação e/ou instituições de educação superior afetados pelos problemas ocorridos durante a aplicação do Enade 2015, descritos na Nota Técnica DAES/INEP n.º 62, de 23 de dezembro de 2016.
Nota Técnica nº 2/2017/CGCQES/DAES	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade 1 referente ao ano de 2015.
Nota Técnica nº 3/2017/CGCQES/DAES	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso 1 (CPC), indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação.
Nota Técnica nº 4/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2015.
Nota Técnica nº53/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação das bases de insumos de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano 2016.
Nota Técnica nº 32/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2016. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010, e alterada pela Portaria Normativa n.º 23, de 20 de dezembro de 2016.
Nota Técnica nº 33/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), referente ao ano de 2016.
Nota Técnica nº 39/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2016.
Nota Técnica nº 44/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
Nota Técnica nº 46/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2016.
Portaria nº 550, de 20 de junho de 2017	Estabelece aspectos gerais e procedimentos relativos à manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e à divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, referentes ao ano de 2016.
Portaria nº 209, de 7 de março de 2017	Publica os resultados do IGC 2015, conforme Anexo I, e os resultados do Conceito Enade 2015 e do CPC 2015, conforme Anexo II.
Nota Técnica nº 12/2017/CGCQES/DAES	Esclarece o procedimento de cálculo da nota final do Enade.
Nota Técnica nº 2/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2015.
Nota Técnica nº4/2018/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano 2016.
Nota Técnica nº 16/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 17/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 18/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 19/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Portaria nº 515, de 14 de junho de 2018	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2017, estabelece os aspectos gerais de cálculo, procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados.
Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Nota Técnica nº 18/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC).
Portaria nº 901, de 8 de outubro de 2018	Publicar os resultados do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2017
Portaria nº 1.074, de 17 de dezembro de 2018	Publicar os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2017 (IGC 2017), e os resultados do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2017 (CPC 2017)
NotaTécnica nº 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 3 de setembro de 2018.
Nota Técnica nº 37/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.



Nota Técnica nº 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
Nota Técnica nº 45/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
Portaria nº 586, de 9 de julho de 2019	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
Nota Técnica nº 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
Nota Técnica nº 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018.
Portaria nº 429, de 2 de julho de 2020	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2019, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Enade	
Portaria nº 990, de 2 de abril de 2002	Estabelece as diretrizes para organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação.
Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituição.
Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004	O Enade será aplicado a uma amostra de estudantes de cada curso, nas áreas selecionadas a cada ano, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo máximo de três anos.
Portaria nº 108, de 22 julho de 2004	O Enade será aplicado no ano de 2004, para as áreas de conhecimento definidas na Portaria n.º 1606, de 1º de junho de 2004, do Ministério da Educação, relacionadas a seguir: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional E Zootecnia.
Portaria nº 2.648, de 31 de agosto de 2004	Dispõe sobre a dispensa dos estudantes
Portaria nº 23, de 5 de janeiro de 2007	Dispensar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, os alunos inscritos como voluntários e que tenham deixado de comparecer à prova.
Portaria nº 760, de 1º de agosto de 2007	Regularização da situação de estudantes concluintes habilitados no Enade 2005 e 2006 que não compareceram às provas realizadas em 6 de novembro de 2005 e 12 de novembro de 2006.
Portaria normativa nº 5, de 20 de março de 2007	Determina as áreas avaliadas pelo Enade 2007.
Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), o Enade e outras disposições.
Portaria nº 3, de 1º de abril de 2008	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2008 e dá outras providências.
Portaria nº 124, de 7 de agosto de 2008	Dispõe sobre o Enade 2008.
Portaria nº 129, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria nº 128, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria nº 166 ,de 30 de janeiro de 2008	Dispensar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2007:
Portaria nº 1.366, de 12 de novembro de 2008	Estudantes habilitados e selecionados para o Enade 2008, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Portaria Normativa n.º 3/2008, que não participaram na prova realizada no dia 9 de novembro de 2008 poderão apresentar solicitação de dispensa do Enade 2008 no período de 13 a 27 de novembro de 2008.
Portaria nº 1, de 29 de janeiro de 2009	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria nº 8, de 26 de junho de 2009	Altera os critérios de habilitação de estudantes das áreas e cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria nº 145, de 25 de junho de 2009	Dispõe sobre os critérios para inscrição junto ao Enade 2009.
Portaria nº 5, de 22 de fevereiro de 2010	Determina os estudantes avaliados pelo Enade 2010.
Portaria nº 1.421, de 20 de dezembro de 2010	Determinadas as regras para a solicitação de dispensa e os critérios de análise.
Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a solicitação de dispensa para o Enade 2010.
Portaria nº 9, de 26 de abril de 2010	Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo em cursos de pós-graduação stricto sensu aos estudantes concluintes dos cursos de graduação que obtiveram as melhores notas no Enade 2007 e 2008.
Portaria nº 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), o Enade e outras disposições.
Portaria nº 6, de 6 de janeiro de 2011	Prorrogação até o dia 31 de janeiro de 2011 do prazo para solicitação de dispensa do Enade 2010.
Portaria nº 436, de 20 de dezembro de 2011	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2011, nos termos do art. 3º, § 2º da Portaria Normativa MEC n.º 8/2011, que não participaram da prova realizada no dia 6 de novembro de 2011 poderão solicitar dispensa do Enade 2011, nos termos e prazos estabelecidos na presente Portaria.
Portaria nº 338, de 16 de setembro de 2011	Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
Portaria nº 8, de 15 de abril de 2011	Avaliação dos estudantes pelo Enade 2011.
Portaria nº 188, de 12 de julho de 2011	Diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral.
Portaria nº 216, de 26 de julho de 2011	Dispõe sobre a prova do Enade.
Portaria nº 419, de 27 de novembro de 2012	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2012, nos termos do art. 5º, § 1º da Portaria Normativa MEC n.º 6/2012, que não participaram da prova realizada no dia 25 de novembro de 2012 poderão solicitar dispensa do Enade 2012, nos termos e prazos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria nº 386, de 17 de outubro de 2012	Estabelecer os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
Portaria normativa nº 13, de 27 de junho de 2012	Retifica a Portaria Normativa n.º 6/2012.
Portaria normativa nº 6, de 14 de março de 2012	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2012.
Ofício de Dispensa Realização Enade 2012 Nº 000107	Dispensa da realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2012, em razão da greve.
Portaria nº 46, de 7 de fevereiro de 2013	Publica os resultados do Conceito ENADE 2011 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2011 (CPC-2011)
Portaria nº 683, de 26 de novembro de 2013	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
Portaria nº 238, de 10 de maio de 2013	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
Portaria nº 252, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Portaria nº 248, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Odontologia.
Portaria nº 250, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
Portaria nº 239, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Educação Física.
Portaria nº 247, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Nutrição.
Portaria nº 251, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
Portaria nº 245, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina.
Portaria nº 240, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Enfermagem.
Portaria nº 237, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Agronomia.
Portaria nº 246, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina Veterinária.
Portaria nº 242, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fisioterapia.
Portaria nº 253, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
Portaria nº 243, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fonoaudiologia.
Portaria nº 249, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Serviço Social.
Portaria nº 254, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Zootecnia.
Portaria nº 241, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Farmácia.
Portaria nº 6, de 27 de março de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2013.
Nota de esclarecimento nº1 - DAES/INEP - 09/07/2013	Estudantes irregulares de anos anteriores - Dispensa Enade 2013
Portaria nº 46, de 7 de fevereiro de 2013	Publica os resultados do Conceito Enade 2011 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2011 (CPC 2011)
Portaria nº 584, de 3 de dezembro de 2014	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
Portaria nº 530, de 27 de outubro de 2014	Estabelecer os procedimentos de divulgação do Conceito Enade, do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano de 2013, às instituições de educação superior.



Portaria nº 471, de 22 de setembro de 2014	Publica os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC 2011, CPC 2012 e IGC).
Portaria nº 536, de 20 de junho de 2014	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
Portaria nº 233, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 255, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 548, de 4 de dezembro de 2015	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 347, de 5 de agosto de 2015	Dispensa membro da Comissão Assessora de Área de Direito.
Portaria normativa nº 3, de 6 de março de 2015	Estabelece as regras do Enade 2015.
Portaria nº 239, de 10 de junho de 2015	Dispõe sobre o Enade 2015.
Portaria normativa nº 5, de 9 de março de 2016	O Enade 2016 será aplicado para fins de avaliação de desempenho dos estudantes dos cursos.
Portaria nº 624, de 14 de dezembro de 2016	Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Enade 2016.
Nota de esclarecimento nº 1 DAES/INEP, de 30 de junho de 2016	Dispensa Enade 2016: estudantes irregulares de anos anteriores.
Portaria nº 1.442, de 9 de dezembro de 2016	Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas instituições de educação superior no Enade.
Portaria nº 287, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Agronomia.

Portaria nº 298, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Odontologia.
Portaria nº 294, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Formação Geral.
Portaria nº 300, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
Portaria nº 303, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Portaria nº 295, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina.
Portaria nº 293, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fonoaudiologia.
Portaria nº 289, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Educação Física - Bacharelado.
Portaria nº 302, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
Portaria nº 305, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Zootecnia.
Portaria nº 288, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Biomedicina.
Portaria nº 297, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Nutrição.
Portaria nº 292, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fisioterapia.
Portaria nº 296, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina Veterinária.
Portaria nº 301, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Estética e Cosmética.
Portaria nº 291, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Farmácia.
Portaria nº 299, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Serviço Social.
Portaria nº 290, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Enfermagem.
Portaria nº 304, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
Portaria normativa nº 8, de 26 de abril de 2017	Estabelece o regulamento do Enade para o ano de 2017.
Ofício-Circular nº 5/2017/GAB-Inep	Prorrogação do período de manifestação sobre a revisão e atualização da classificação dos cursos.
Portaria nº 493, de 6 de junho de 2017	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2017.
Portaria nº 507, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
Portaria nº 494, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
Portaria nº 480, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação.
Portaria nº 475, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
Portaria nº 496, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física - Bacharelado.
Portaria nº 471, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
Portaria nº 478, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.
Portaria nº 484, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia.
Portaria nº 492, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Química.
Portaria nº 493, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Formação Geral.
Portaria nº 473, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
Portaria nº 485, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Civil.
Portaria nº 500, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
Portaria nº 503, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.
Portaria nº 489, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Florestal.
Portaria nº 511, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.
Portaria nº 513, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Sistemas de Informação.
Portaria nº 476, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
Portaria nº 495, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
Portaria nº 509, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Música.
Portaria nº 508, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
Portaria nº 472, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
Portaria nº 474, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
Portaria nº 477, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Portaria nº 482, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Alimentos.
Portaria nº 479, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Redes de Computadores.
Portaria nº 490, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Mecânica.
Portaria nº 491, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Produção.
Portaria nº 483, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Ambiental.
Portaria nº 497, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física - Licenciatura.
Portaria nº 506, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras - Português-Inglês.
Portaria nº 469, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Arquitetura e Urbanismo.
Portaria nº 481, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Educação Física.
Portaria nº 488, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Elétrica.
Portaria nº 498, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
Portaria nº 486, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Computação.
Portaria nº 504, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.
Portaria nº 487, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Controle e Automação.
Portaria nº 502, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Inglês.
Portaria nº 501, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
Portaria nº 512, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.
Portaria nº 470, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Artes Visuais.
Portaria nº 499, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
Portaria nº 510, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Pedagogia.
Portaria normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Portaria nº 501, de 25 de maio de 2018	Estabelece o regulamento do Enade 2018.
Portaria nº 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2018.
Portaria nº 437, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração Pública para o Enade 2018.
Portaria nº 438, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração para o Enade 2018.
Portaria nº 439, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis para o Enade 2018.
Portaria nº 440, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Econômicas para o Enade 2018.
Portaria nº 441, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda para o Enade 2018.
Portaria nº 442, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Design para o Enade 2018.
Portaria nº 443, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Direito para o Enade 2018.
Portaria nº 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Formação Geral para o Enade 2018.
Portaria nº 445, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia para o Enade 2018.
Portaria nº 446, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo para o Enade 2018.
Portaria nº 447, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Psicologia para o Enade 2018.
Portaria nº 448, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Relações Internacionais para o Enade 2018.
Portaria nº 449, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Secretariado Executivo para o Enade 2018.
Portaria nº 450, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Serviço Social para o Enade 2018.



Portaria nº 451, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior para o Enade 2018.
Portaria nº 452, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores para o Enade 2018.
Portaria nº 453, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda para o Enade 2018.
Portaria nº 454, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico para o Enade 2018.
Portaria nº 455, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial para o Enade 2018.
Portaria nº 456, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade para o Enade 2018.
Portaria nº 457, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos para o Enade 2018.
Portaria nº 458, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública para o Enade 2018.
Portaria nº 459, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Logística para o Enade 2018.
Portaria nº 460, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Marketing para o Enade 2018.
Portaria nº 461, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais para o Enade 2018.
Portaria nº 462, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Teologia para o Enade 2018.
Portaria nº 463, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Turismo para o Enade 2018.
Portaria nº 473, de 5 de junho de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Financeira para o Enade 2018.
Portaria nº 489, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Agronomia para o Enade 2019.
Portaria nº 490, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Arquitetura e Urbanismo para o Enade 2019.
Portaria nº 491, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Biomedicina para o Enade 2019.
Portaria nº 492, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Educação Física - Bacharelado para o Enade 2019.
Portaria nº 493, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Enfermagem para o Enade 2019.
Portaria nº 494, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Ambiental para o Enade 2019.
Portaria nº 495, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Civil para o Enade 2019.
Portaria nº 496, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Controle e Automação para o Enade 2019.
Portaria nº 497, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Computação para o Enade 2019.
Portaria nº 498, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Alimentos para o Enade 2019.
Portaria nº 499, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Produção para o Enade 2019.
Portaria nº 500, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Elétrica para o Enade 2019.
Portaria nº 501, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Florestal para o Enade 2019.
Portaria nº 502, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Mecânica para o Enade 2019.
Portaria nº 503, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Química para o Enade 2019.

Portaria nº 504, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Farmácia para o Enade 2019.
Portaria nº 505, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fisioterapia para o Enade 2019.
Portaria nº 506, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fonoaudiologia para o Enade 2019.
Portaria nº 507, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina para o Enade 2019.
Portaria nº 508, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina Veterinária para o Enade 2019.
Portaria nº 509, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Nutrição para o Enade 2019.
Portaria nº 510, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Odontologia para o Enade 2019.
Portaria nº 511, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Zootecnia para o Enade 2019.
Portaria nº 512, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Agronegócio para o Enade 2019.
Portaria nº 513, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Estética e Cosmética para o Enade 2019.
Portaria nº 514, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Ambiental para o Enade 2019.
Portaria nº 515, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Hospitalar para o Enade 2019.
Portaria nº 516, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Radiologia para o Enade 2019.
Portaria nº 517, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Segurança no Trabalho para o Enade 2019.
Portaria nº 518, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2019.
Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019	Estabelece o regulamento do Enade 2019.
Portaria nº 654, de 24 de julho de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames da Educação Superior: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019
Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019	Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019.
Portaria nº 771, de 30 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento em Psicometria do Inep.
Portaria nº 974, de 14 de novembro de 2019	Altera o artigo 3º, da Portaria nº 654 de 24 de julho de 2019 que institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames da Educação Superior: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019.
Portaria nº 14, de 3 de janeiro de 2020	Estabelece o regulamento do Enade 2020.
Portaria nº 261, de 6 de março de 2020	Institui as Comissões Assessoras de Área (CAA) para realização de atividades referentes ao Enade 2020.
Nota Técnica nº 2/2020 CGENADE/DAES	Constituição de normatização da CAT (Nota Técnica 02/2020/CGENADE/DAES).
Portaria nº 225, de 13 de fevereiro de 2020	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames e avaliações no âmbito da educação superior.
Nota Técnica nº 3/2020/CGENADE/DAES	Subsidia a constituição e a nomeação das Comissões Assessoras de Área para realização de atividades referentes ao Enade 2020, com solicitação de empenho para pagamento de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) às referidas comissões.
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Avaliação in loco de Cursos de Graduação e IES	
Portaria nº 73, de 9 de agosto de 2002	Dispõe sobre a designação de profissionais para participar de processos de avaliação de instituições de educação superior.
Nota Técnica Conjunta nº 9/2011/DAES/INEP e SERES/MEC	Avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento do Sinaes.
Nota Técnica nº 28/2013/DAES	Consolidação do instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica nº 62/2014/DAES	Definição da estrutura do relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica nº 65/2014/DAES	Roteiro para relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica nº 68/2014/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica nº 14/2014/DAES	Instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica nº 12/2014/DAES	Análise das sugestões de alteração do novo instrumento de avaliação institucional externa.
Nota Técnica nº 25/2015/DAES	Requisitos legais e normativos elencados nos IAIE; credenciamento e credenciamento de organização acadêmica (presencial); orientações aos avaliadores institucionais do BASis.
Nota Técnica nº 23/2015/DAES	Esclarecimento sobre o indicador 3.6 IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 31/2015/DAES	Orientações para aplicação do indicador 2.10 do IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 44/2015/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica nº 40/2015/DAES	Adequação do IACG - presencial e a distância - ao curso de graduação em Medicina - Comissão Técnica de Medicina (consulta pública).
Nota Técnica nº 22/2015/DAES	Retificação de alterações realizadas para o IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 8/2015/DAES	Revisão do IACG nos graus de superior em tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sinaes.
Nota Técnica nº 34/2016/DAES	Documentos orientadores de referência aos processos de avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 2017	Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das portarias n.ºs 1.382 e 1.383, de 31 de outubro de 2017.
Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES	Novos instrumentos de avaliação externa: instrumentos de avaliação institucional externa - presencial e a distância (IAIE); instrumentos de avaliação de cursos de graduação - presencial e a distância (IACG).
Portaria nº 19, de 20 de dezembro de 2017	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Instrução Normativa nº 2, de 22 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017.
Instrução Normativa nº 2, de 21 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.
Instrução Normativa nº 4, de 29 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.
Instrução Normativa nº 5, de 29 de novembro de 2018	Disciplina a capacitação dos integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) vinculados aos instrumentos anteriores aos previstos nas portarias n.ºs 1.382 e 1.383.
Nota Técnica nº 2/2018/CGACGIES/DAES	Revisão dos itens 4.9 e 5.5 da Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES.



Portaria nº 536, de 16 de setembro de 2020	Regulamenta a Gestão do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis e do Banco de Avaliadores do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - SAEG.
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Revalida	
Nota Técnica nº 3/2018/CGENADE/DAES	Metodologia de elaboração das provas do Revalida.
Nota Técnica DAES/INEP nº 23/2016	Metodologia de composição da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM).
Nota Técnica nº 4/2018/CGENADE/DAES	Descreve os procedimentos e métodos adotados na definição das notas de corte das provas escrita e prática do Revalida.
Portaria nº 144, de 11 de abril de 2013	Instituído o Comitê Coordenador da Subcomissão do Revalida.
Portaria nº 168, de 1 de abril de 2016	Institui a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem).
Portaria nº 483, de 8 de setembro de 2016	Estabelece, para o ano de 2016, a aplicação da Anasem aos estudantes do 2º ano.
Portaria nº 430, de 2 de julho de 2020	Institui a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), para realização de atividades referentes às edições do Revalida.
Portaria nº 508, de 24 de agosto de 2020	Institui a Comissão de Análise de Itens (CAI) para aplicação do Método de Angoff modificado, com intuito de estabelecer o padrão de desempenho mínimo esperado (nota de corte) para a avaliação escrita e para a avaliação de habilidades clínicas no exame Revalida 2020.
Portaria nº 540, de 17 de setembro de 2020	Institui a Matriz de Referência do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).
Portaria nº 436, de 8 de julho de 2020	Designa os membros que comporão a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica - CAAFM, de caráter consultivo, para prestar suporte na realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras - Revalida 2020 de competência do Inep.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

PORTARIA REITORIA/UFR Nº 88, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a revisão dos atos normativos em cumprimento do Decreto 10.139 de 28 de novembro de 2019.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do Art. 11 da Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018, e a Portaria MEC nº 2.112, de 10 de dezembro de 2019, CONSIDERANDO, o atendimento de adequação dos atos normativos descritos no do Decreto 10.139 de 28 de novembro de 2019, , resolve

Art. 1º Relacionar os atos administrativos da Universidade Federal de Rondonópolis que serão revisados de acordo com as diretrizes orientativas do Decreto 10.139 de 28 de novembro de 2019, sendo eles:

- I - Conselho Universitário:
- a) RESOLUÇÃO Nº 01, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020;
 - b) RESOLUÇÃO Nº 02, DE 02 DE MARÇO DE 2020;
 - c) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 03, DE 06 DE ABRIL DE 2020;
 - d) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 04, DE 06 DE ABRIL DE 2020;
 - e) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 05, DE 06 DE ABRIL DE 2020;
 - f) RESOLUÇÃO Nº 006 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO;
 - g) RESOLUÇÃO CONSUNI N.º 07, DE 04 DE MAIO DE 2020;
 - h) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 08, DE 24 DE ABRIL DE 2020;
 - i) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 09, DE 04 DE MAIO DE 2020;
 - j) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 10, DE 25 DE MAIO DE 2020;
 - k) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 2020;
 - l) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 12, DE 25 DE MAIO DE 2020;
 - m) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 2020;
 - n) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 14, DE 12 DE AGOSTO DE 2020;
 - o) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 15, DE 12 DE AGOSTO DE 2020;
 - p) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 2020;
 - q) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 17, DE 31 DE AGOSTO DE 2020; e
 - r) RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 18, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.
- II - Reitoria:
- a) PORTARIA Nº. 001/REITORIA/UFR/2020;
 - b) PORTARIA Nº. 003/REITORIA/UFR/2020;
 - c) PORTARIA Nº. 006/REITORIA/UFR/2020;
 - d) PORTARIA Nº. 007/REITORIA/UFR/2020;
 - e) PORTARIA Nº 020/REITORIA/UFR, DE 05 DE MARÇO DE 2020;
 - f) PORTARIA Nº 31 REITORIA, DE 04 DE MAIO DE 2020;
 - g) PORTARIA Nº 46 REITORIA, DE 10 DE AGOSTO DE 2020;
 - h) PORTARIA Nº 47 REITORIA, DE 10 DE AGOSTO DE 2020;
 - i) PORTARIA Nº 48 REITORIA, DE 10 DE AGOSTO DE 2020;
 - j) PORTARIA Nº 49 REITORIA, DE 10 DE AGOSTO DE 2020; e
 - k) PORTARIA Nº 50 REITORIA, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.
- III - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:
- a) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/PROEG/2020;
 - b) INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2020 - PROEG/UFR;
 - c) Ofício-Circular nº 4/2020/CUR - GGE/UFMT;
 - d) Ofício nº 20/2020/CUR - GGE/UFMT;
 - e) Ofício nº 32/2020/CUR - GGE/UFMT; e
 - f) Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI.
- IV - Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Tecnológica:

- a) PORTARIA Nº. 01/PROPPIT/UFR/2020;
- b) PORTARIA Nº. 02/PROPPIT/UFR/2020;
- c) PORTARIA Nº 03 PROPPIT, DE 19 DE AGOSTO DE 2020;
- d) PORTARIA Nº 04 PROPPIT, DE 19 DE AGOSTO DE 2020;
- e) PORTARIA Nº 05 PROPPIT, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020; e
- f) DECISÃO PROPPIT Nº 01/2020/UFR.

V - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura, Esportes e Assuntos

Estudantis:

- a) PORT. 001 - Gerência do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade - NEATI; e
- b) Instrução Normativa 01/Coordenadoria de Extensão/PROECE/UFR/2020.

VI - Instituto de Ciências Agrárias e Tecnológicas:

- a) PORTARIA 29/ICAT/CUR/UFMT/2019;
- b) PORTARIA 30/ICAT/CUR/UFMT/2019;
- c) PORTARIA 01/ICAT/UFR/2020;
- d) PORTARIA 02/ICAT/UFR/2020;
- e) PORTARIA 03/ICAT/UFR/2020;
- f) PORTARIA 04/ICAT/UFR/2020;
- g) PORTARIA 05/ICAT/UFR/2020;
- h) PORTARIA 06/ICAT/UFR/2020; e
- i) PORTARIA 07/ICAT/UFR/2020.

VII - Instituto de Ciências Exatas e Naturais

- a) PORTARIA Nº 01/ICEN/CUR/UFMT/2020; e
- b) PORTARIA Nº 22/ICEN/CUR/UFMT/2020.

VII - Instituto de Ciências Humanas e Sociais:

- a) PORT. 003 Revogação portaria PDD 11/02/2020.
- VIII - Faculdade de Ciências Políticas e Aplicadas
- a) PORTARIA Nº 04/FACAP/UFR, DE 03 DE MARÇO DE 2020;
- b) PORTARIA Nº 05/FACAP/UFR, DE 03 DE MARÇO DE 2020; e
- c) PORTARIA Nº 10/FACAP/UFR, DE 17 DE JULHO DE 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de outubro de 2020.

ANALY CASTILHO POLIZEL DE SOUZA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

PORTARIA Nº 452, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Dar publicidade nos termos do Art. 12 do Decreto nº 10.437 à listagem dos atos normativos da UFSJ a serem revogados, revisados ou consolidados, a saber:

- 1.RESOLUÇÃO 002/1987 CONDI/UFSJ - Aprova o Orçamento Próprio da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI, autoriza sua execução e dá outras providências.
- 2.RESOLUÇÃO 002/1987 CONDS/UFSJ - Fixa normas sobre a constituição de Comissão paritária para elaboração de minuta do Regimento Geral e dá outras providências.
- 3.RESOLUÇÃO 006/1987 CONDS/UFSJ - Fixa normas para Regime de Trabalho do Docente 20 horas.
- 4.RESOLUÇÃO 001/1988 CONDI/UFSJ - Autorizar o Diretor Executivo a reprogramar o saldo do exercício anterior, no período que modeia entre 01 de janeiro e a primeira reunião do Conselho Diretor.
- 5.RESOLUÇÃO 003/1988 CONDI/UFSJ - Orçamento de 1989.
- 6.RESOLUÇÃO 006/1988 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre gratificações.
- 7.RESOLUÇÃO 008/1988 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução no 004, de 23/05/88

- CONDI.

- 8.RESOLUÇÃO 001/1988 CONAC/UFSJ - Dispõe sobre a prática de Educação Física nos cursos da FUNREI.
- 9.RESOLUÇÃO 002/1988 CONAC/UFSJ - Dispõe sobre Matrícula, Trancamento de Matrícula e Transferência de alunos nos cursos de graduação da FUNREI.
- 10.RESOLUÇÃO 002/1988 CONAC/UFSJ - Dispõe sobre a composição e competência dos Colegiados de Curso da FUNREI.
- 11.RESOLUÇÃO 005/1988 CONAC/UFSJ - Dispõe sobre as competências dos Coordenadores de Curso.
- 12.RESOLUÇÃO 006/1988 CONAC/UFSJ - Modifica a Resolução nº 02/88 do Conselho Acadêmico da FUNREI.
- 13.RESOLUÇÃO 007/1988 CONAC/UFSJ - Revoga Resolução nº 01, de 04/11/87.
- 14.RESOLUÇÃO 009/1988 CONAC/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras sobre as competências dos Departamentos da FUNREI, bem como de seus respectivos Chefes e Subchefes.

- 15.RESOLUÇÃO 010/1988 CONAC/UFSJ - Modifica a Res.002/88 de 10/02/88, do Conselho Acadêmico.
- 16.RESOLUÇÃO 005/1988 CONDS/UFSJ - Modifica Resolução nº 002,de 07 de dezembro de 1987
- 17.RESOLUÇÃO 009/1988 CONDS/UFSJ - Modifica o parágrafo único do art. 3º da Res. 02/87 e amplia as atribuições dadas à Comissão Paritária por ela constituída.
- 18.RESOLUÇÃO 011/1988 CONDS/UFSJ -Ratifica o regime de trabalho de Docentes no exercício de funções de confiança; uniformiza critérios para concessão de Dedicção Exclusiva, e dá outras providências.
- 19.RESOLUÇÃO 004/1989 CONDI/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras para concessão de gratificação de produtividade para professores da carreira do magistério superior da FUNREI.
- 20.RESOLUÇÃO 005/1989 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1990.
- 21.RESOLUÇÃO 002/1989 CONDI/UFSJ - Define a expressão "Chefia Imediata" de um servidor.

- 22.RESOLUÇÃO 001/1989 CONAC/UFSJ - Modifica o Art. 1º da Resolução nº 002/88, de 10/02/88 e a redação dada ao Art. 29 da mesma Resolução, pela Resolução nº 010/88, de 14/12/88.

- 23.RESOLUÇÃO 008/1989 CONDS/UFSJ - Aprova Calendário Eleitoral da FUNREI.

- 24.RESOLUÇÃO 009/1989 CONDS/UFSJ - Cria Comissão Eleitoral da FUNREI e fixa normas regulamentadoras de suas competências, composição e funcionamento.
- 25.RESOLUÇÃO 002/1989 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Membros de Colegiado de Curso, e dá outras providências.
- 26.RESOLUÇÃO 012/1989 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Membros de Colegiado de Curso, e dá outras providências.
- 27.RESOLUÇÃO 015/1989 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo do Membro Técnico-administrativo do Conselho de Ensino, e dá outras providências.
- 28.RESOLUÇÃO 016/1989 CONDS/UFSJ -Dispõe sobre o processo eletivo de Conselheiros de Órgãos Colegiados Superiores da FUNREI, e dá outras providências.
- 29.RESOLUÇÃO 004/1990 CONDI/UFSJ - Aprova o Quadro de Pessoal da FUNREI.

- 30.RESOLUÇÃO 001/1990 CONAC/UFSJ - Dispõe sobre a sistemática de Avaliação do Rendimento Escolar.
- 31.RESOLUÇÃO 003/1990 CONAC/UFSJ - Altera o art. 2º da Resolução no 001/88 de 10 de fevereiro de 1988.
- 32.RESOLUÇÃO 003/1990 CONDS/UFSJ - Constitui Comissão para desenvolver o processo eletivo de Diretor do Centro Científico da FUNREI e dá outras providências.
- 33.RESOLUÇÃO 006/1990 CONDS/UFSJ - Fixa normas para concessão de Licença Sabática para os docentes da carreira de Magistério Superior da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI - e dá outras providências.
- 34.RESOLUÇÃO 001/1991 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1991.
- 35.RESOLUÇÃO 002/1991 CONDI/UFSJ - Aprova o Quadro de Detalhamento das Despesas relativas ao Orçamento de 1991 da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei.

- 36.RESOLUÇÃO 003/1991 CONDI/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras de estágio interno, na FUNREI.
- 37.RESOLUÇÃO 008/1991 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1992.
- 38.RESOLUÇÃO 010/1991 CONDI/UFSJ - Transforma Cargos Técnicos-administrativos da FUNREI.
- 39.RESOLUÇÃO 011/1991 CONDI/UFSJ - Disciplina a forma de contagem de tempo de serviço dos docentes da FUNREI, em atividades comuns e no magistério, para fins de aposentadoria.



40.RESOLUÇÃO 002/1991 CONDS/UFSJ - Fixa normas para homologação de matérias pendentes de regulamentação pelos Conselhos Superiores.

41.RESOLUÇÃO 004/1991 CONDS/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras para contratação de Professor Visitante e dá outras providências.

42.RESOLUÇÃO 007/1991 CONDS/UFSJ - Fixa as férias de docentes e do pessoal técnico-administrativo e recesso escolar nas condições que especifica.

43.RESOLUÇÃO 001/1992 CONDI/UFSJ - Disciplina a forma de contagem de tempo de serviço dos servidores da FUNREI, em atividades comuns e no magistério, para fins de aposentadoria.

44.RESOLUÇÃO 002/1992 CONDI/UFSJ - Reajusta os valores de taxas escolares.

45.RESOLUÇÃO 003/1992 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre local e horário de trabalho dos Servidores da FUNREI .

46.RESOLUÇÃO 009/1992 CONDI/UFSJ - Define normas e procedimentos para despesas com Pesquisas.

47.RESOLUÇÃO 010/1992 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Interno da FUNREI para o exercício de 1993, e dá outras providências.

48.RESOLUÇÃO 011/1992 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre a liberação do comparecimento de Docentes ocupantes de Cargos Comissionados às Assembléias Departamentais, nas condições que especifica e dá outras providências.

49.RESOLUÇÃO 001/1992 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Diretor e Vice-diretor do Centro de Ensino da FUNREI, e dá outras providências.

50.RESOLUÇÃO 002/1992 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Coordenador de Curso e Vice-coordenador de Curso da FUNREI, e dá outras providências.

51.RESOLUÇÃO 003/1992 CONDI/UFSJ - Retifica Resolução nº 001/CONDS de 12 de março de 1992.

52.RESOLUÇÃO 008/1992 CONDS/UFSJ - Modifica a Resolução 006, de 05/11/90.

53.RESOLUÇÃO 009/1992 CONDS/UFSJ - Cria o cargo de Vice-diretor do Centro Científico e dá outras providências.

54.RESOLUÇÃO 010/1992 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Diretor e Vice-diretor do Centro Científico da FUNREI, e dá outras providências.

55.RESOLUÇÃO 012/1992 CONDS/UFSJ - Revoga as Resoluções nº 03/87, 04/87, 04/88, 010/88 e 14/88 do CONDS.

56.RESOLUÇÃO 014/1992 CONDS/UFSJ - Dispõe sobre a suspensão das atividades na FUNREI nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 1992.

57.RESOLUÇÃO 015/1992 CONDI/UFSJ - Revoga as Resoluções nº 05/87 e 01/88.

58.RESOLUÇÃO 001/1993 CONDS/UFSJ - Modifica Resolução nº 012/89, de 07/12/89 - CONDS.

59.RESOLUÇÃO 002/1993 CONDS/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras de Concurso Público, para investidura nos cargos técnicos-administrativos da FUNREI e dá outras providências.

60.RESOLUÇÃO 001/1994 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Interno da FUNREI para o exercício de 1994, e dá outras providências.

61.RESOLUÇÃO 001/1994 CONDS/UFSJ - Fixa tabela de gratificação por serviços prestados no Vestibular/95 e dá outras providências.

62.RESOLUÇÃO 002/1994 CONDS/UFSJ - Suspende as atividades da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI, no período de 26 a 30/12/94.

63.RESOLUÇÃO 001/1995 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Interno para o exercício de 1995, e dá outras providências.

64.RESOLUÇÃO 002/1995 CONAC/UFSJ - Altera o Calendário Escolar 1995.

65.RESOLUÇÃO 007/1995 CONAC/UFSJ - Complementa Calendário Escolar 1995 - 2º semestre.

66.RESOLUÇÃO 002/1995 CONAC/UFSJ - Regulamenta a concessão de Licença-Prêmio aos Docentes e Servidores Técnicos- Administrativos da FUNREI e dá outras providências.

67.RESOLUÇÃO 004/1995 CONDS/UFSJ - Estabelece normas para o funcionamento do Plano Institucional de Capacitação dos servidores técnico-administrativos da FUNREI.

68.RESOLUÇÃO 006/1995 CONDS/UFSJ - Suspende as atividades administrativas e acadêmicas da FUNREI.

69.RESOLUÇÃO 001/1996 CONAC/UFSJ - Suspende as atividades acadêmicas dos alunos ingressantes na FUNREI nos dias 06, 07, 08 e 09 de março de 1996.

70.RESOLUÇÃO 003/1996 CONDS/UFSJ - Normatiza a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos da FUNREI durante o estágio probatório e dá outras providências.

71.RESOLUÇÃO 004/1996 CONDS/UFSJ - Normatiza o apoio à mudança de moradia dos alunos da FUNREI.

72.RESOLUÇÃO 005/1996 CONDS/UFSJ - Modifica e reedita com alteração o texto da Resolução nº 002, de 15 de julho de 1996, que autoriza os Departamentos da FUNREI a criarem Comissões Editoriais.

73.RESOLUÇÃO 006/1996 CONDS/UFSJ - Fixa critérios mínimos e procedimentos a serem adotados para alteração do Regime de Trabalho de Docentes de 20 para 40 horas semanais e dá outras providências.

74.RESOLUÇÃO 002/1997 CONAC/UFSJ - Normatiza a extinção da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros - EPB nos cursos de graduação da FUNREI.

75.RESOLUÇÃO 002/1997 CONDS/UFSJ - Ratifica a criação do Departamento de Engenharia Biomédica - DEPEB

76.RESOLUÇÃO 003/1997 CONDS/UFSJ - Aprova a divisão de encargos didáticos entre o DMATE e DEPEB.

77.RESOLUÇÃO 005/1997 CONDS/UFSJ - Modifica o nome do Departamento de Física Aplicada, alterando a redação do inciso XII, do art. 19, da seção III - DOS DEPARTAMENTOS DA FUNREI, do Regimento Geral.

78.RESOLUÇÃO 008/1997 CONDS/UFSJ - Fixa normas regulamentadoras da relação entre a FUNREI e as Fundações Gestoras de Projetos de Pesquisa.

79.RESOLUÇÃO 015/1997 CONDS/UFSJ - Aprova o regulamento do processo de escolha de Diretor e Vice-diretor Executivo da FUNREI.

80.RESOLUÇÃO 004/1998 CONDI/UFSJ - Cria o Subcentro de Custo MINTER EDUCAÇÃO - Mestrado Interinstitucional.

81.RESOLUÇÃO 005/1998 CONDI/UFSJ - Aprova Tabela de Gratificações por serviços prestados durante o vestibular 99.

82.RESOLUÇÃO 002/1998 CONAC/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 1999.

83.RESOLUÇÃO 005/1998 CONAC/UFSJ - Revoga a Resolução 001 de 26 de março de 1997.

84.RESOLUÇÃO 001/1998 CONDS/UFSJ - Referenda Prazos e Comissão e autoriza prorrogação de mandato do Diretor e Vice-diretor do Centro Científico.

85.RESOLUÇÃO 002/1998 CONDS/UFSJ - Dá nova redação à Resolução 009 de 10/09/97 que institui o Sistema de Atividades Docente (SAD) da FUNREI.

86.RESOLUÇÃO 004/1998 CONDS/UFSJ -Suspende as atividades da FUNREI nos dias 24 e 31 de dezembro.

87.RESOLUÇÃO 005/1998 CONDS/UFSJ -Referenda Portaria nº 812 de 17/11/98.

88.RESOLUÇÃO 001/1999 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre o acesso, o uso e a administração da rede INTERNET via ponto de acesso da FUNREI.

89.RESOLUÇÃO 002/1999 CONDI/UFSJ - Estabelece responsabilidade sobre carga patrimonial da FUNREI.

90.RESOLUÇÃO 003/1999 CONDI/UFSJ - Calendário Administrativo 2000.

91.RESOLUÇÃO 004/1999 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução 008, de 14 de dezembro de 1992.

92.RESOLUÇÃO 005/1999 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução 001, de 1º de março de 1993.

93.RESOLUÇÃO 006/1999 CONDI/UFSJ - Aprova tabela de gratificações por serviços prestados durante o vestibular 2.000.

94.RESOLUÇÃO 007/1999 CONDI/UFSJ - Aprova Plano de Assistência à saúde dos Servidores da FUNREI.

95.RESOLUÇÃO 008/1999 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução 004, de 1º de março de 1993.

96.RESOLUÇÃO 009/1999 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução 001, de 4 de setembro de 1990.

97.RESOLUÇÃO 010/1999 CONDI/UFSJ - Aprova Rotina para Apuração de Débitos em Dívida Ativa.

98.RESOLUÇÃO 011/1999 CONDI/UFSJ - Proposta Orçamentária 2000.

99.RESOLUÇÃO 012/1999 CONDI/UFSJ - Estabelece normas de funcionamento das reuniões do Conselho Diretor.

100.RESOLUÇÃO 015/1999 CONDI/UFSJ - Fixa normas de execução dos serviços de manutenção em equipamentos de informática da FUNREI.

101.RESOLUÇÃO 004/1999 CONAC/UFSJ - Define Laboratórios de Informática, sua administração e gerenciamento.

102.RESOLUÇÃO 002/1999 CONDS/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho da FUNREI, conhecido como NEPET/FUNREI.

103.RESOLUÇÃO 006/1999 CONDS/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Vice-diretoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários - VICOM.

104.RESOLUÇÃO 010/1999 CONDS/UFSJ - Institui normas para a concessão de licença para capacitação dos servidores Técnico-administrativos da FUNREI.

105.RESOLUÇÃO 012/1999 CONDS/UFSJ - Aprova diretrizes para subsidiar as discussões sobre Autonomia Universitária.

106.RESOLUÇÃO 017/1999 CONDS/UFSJ - Modifica a Resolução nº 016, de 14 de outubro de 1999, que estabeleceu os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho docente para pagamento da GED - Gratificação de Estímulo à docência no ano de 1999 - na Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI.

107.RESOLUÇÃO 001/2000 CONDI/UFSJ - Cria suprimimento de fundos.

108.RESOLUÇÃO 002/2000 CONDI/UFSJ - Estabelece os critérios para Progressão por Titulação para os servidores técnicos-administrativos da FUNREI.

109.RESOLUÇÃO 005/2000 CONDI/UFSJ - Estabelece diretrizes para as matérias de natureza econômica, administrativa e financeira, da FUNREI.

110.RESOLUÇÃO 006/2000 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2001.

111.RESOLUÇÃO 009/2000 CONDI/UFSJ - Reconhece procedimentos da COPEVE/FUNTIR e a tabela de gratificações por serviços prestados durante o vestibular 2001.

112.RESOLUÇÃO 010/2000 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de reuniões CONDI/2001.

113.RESOLUÇÃO 003/2000 CONAC/UFSJ - Aprova Calendário Especial para o ano de 2000.

114.RESOLUÇÃO 004/2000 CONAC/UFSJ - Modifica data relacionada ao pedido de afastamento de docente para Cursos de Pós-graduação, no ano de 2000.

115.RESOLUÇÃO 005/2000 CONAC/UFSJ - Referenda Portaria do Diretor Executivo

116.RESOLUÇÃO 006/2000 CONAC/UFSJ - Aprova Calendário Escolar para o ano de 2001.

117.RESOLUÇÃO 009/2000 CONAC/UFSJ - Aprova modificação curricular dos cursos de graduação da FUNREI, em atendimento ao disposto no art. 65 da Lei 9394/96

118.RESOLUÇÃO 012/2000 CONAC/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONAC/2001.

119.RESOLUÇÃO 001/2000 CONDS/UFSJ - Paralisa aulas na FUNREI no dia três de março de 2000.

120.RESOLUÇÃO 002/2000 CONDS/UFSJ - Aprova Regimento da Assessoria Jurídica da FUNREI - ASJUR.

121.RESOLUÇÃO 003/2000 CONDS/UFSJ - Revoga a Resolução 013, de 11 de dezembro de 1997. 2000 003 CONSU

122.RESOLUÇÃO 004/2000 CONDS/UFSJ -Estabelece critérios complementares à Resolução nº 011/88/CONDS, referentes à alteração de regime de trabalho Docente, nas hipóteses que especifica.

123.RESOLUÇÃO 005/2000 CONDS/UFSJ - Aprova criação do Curso de Mestrado.

124.RESOLUÇÃO 006/2000 CONDS/UFSJ - Aprova criação do Curso de Mestrado.

125.RESOLUÇÃO 011/2000 CONDS/UFSJ - Revoga Resolução nº 011, de 31 de maio de 1999.

126.RESOLUÇÃO 012/2000 CONDS/UFSJ -Define formas de recrutamento de pessoal para trabalhar nas eleições FUNREI.

127.RESOLUÇÃO 015/2000 CONDS/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDS/2001.

128.RESOLUÇÃO 016/2000 CONDS/UFSJ - Autoriza a suspensão das aulas na FUNREI, a partir de 14h, no dia 13/12/2000.

129.RESOLUÇÃO 018/2000 CONDS/UFSJ - Suprime o inciso VI do artigo 18 do regulamento geral da Pós-graduação Stricto Sensu aprovado pela Resolução treze, de dezoito de setembro de 2000.

130.RESOLUÇÃO 001/2001 CONDI/UFSJ - Modifica Res. 002/00/CONDI em seus artigos 4º e 2º.

131.RESOLUÇÃO 002/2001 CONDI/UFSJ - Aprova prestação de contas 2000.

132.RESOLUÇÃO 003/2001 CONDI/UFSJ - Proposta Orçamentária 2001.

133.RESOLUÇÃO 004/2001 CONDI/UFSJ - Calendário de Reuniões CONAC.

134.RESOLUÇÃO 001/2001 CONAC/UFSJ - Aprova Calendário Escolar stricto sensu para o ano de 2001.

135.RESOLUÇÃO 004/2001 CONAC/UFSJ - Revoga a Resolução nº 004/95.

136.RESOLUÇÃO 005/2001 CONEP/UFSJ - Calendário de Reuniões CONAC.

137.RESOLUÇÃO 006/2001 CONAC/UFSJ - Calendário Escolar Especial 2001.

138.RESOLUÇÃO 007/2001 CONAC/UFSJ - Calendário Escolar Pós-Graduação Stricto Sensu.

139.RESOLUÇÃO 001/2001 CONDS/UFSJ - Estabelece normas para participação de servidores da FUNREI em atividades de prestação de serviços esporádicos, remuneradas ou não, em assuntos de sua especialidade.

140.RESOLUÇÃO 002/2001 CONDS/UFSJ - Aprova criação da habilitação em Biologia no Curso de Ciências da FUNREI.

141.RESOLUÇÃO 004/2001 CONDS/UFSJ - Aprova criação do Curso de Matemática na FUNREI.

142.RESOLUÇÃO 005/2001 CONDS/UFSJ - Aprova criação do Curso de história na FUNREI.

143.RESOLUÇÃO 006/2001 CONDS/UFSJ - Aprova a formulação do "Plano Estratégico e do Diagnóstico Institucional" e dá outras providências.

144.RESOLUÇÃO 009/2001 CONDS/UFSJ - Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho docente para pagamento da GED - Gratificação de Estímulo à Docência no ano de 2000 - na Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei - FUNREI.

145.RESOLUÇÃO 001/2002 CONDI/UFSJ - Aprova calendário administrativo 2002.

146.RESOLUÇÃO 002/2002 CONDI/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDI 2002.

147.RESOLUÇÃO 003/2002 CONDI/UFSJ - Aprecia proposta orçamentária 2002.

148.RESOLUÇÃO 004/2002 CONDI/UFSJ - Autoriza criação de Centro de Custos.

149.RESOLUÇÃO 005/2002 CONDI/UFSJ - Aprova prestação de contas 2001.

150.RESOLUÇÃO 006/2002 CONDI/UFSJ - Aprecia proposta orçamentária.

151.RESOLUÇÃO 007/2002 CONDI/UFSJ - Aprova calendário administrativo 2003.

152.RESOLUÇÃO 001/2002 CONAC/UFSJ - Aprova calendário escolar 2002.

153.RESOLUÇÃO 002/2002 CONAC/UFSJ - Fixa novas datas no calendário escolar Stricto sensu.

154.RESOLUÇÃO 004/2002 CONAC/UFSJ - Fixa critérios para seleção e priorização de projetos de cooperação para o PQI/CAPEs.



155.RESOLUÇÃO 006/2002 CONAC/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2003.
156.RESOLUÇÃO 001/2002 CONDS/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDS/2002.
157.RESOLUÇÃO 002/2002 CONDS/UFSJ - Anexa termo de Compromisso à Res.004/CONDS/00.
158.RESOLUÇÃO 003/2002 CONDS/UFSJ - Reconhece a criação do Curso de Ciências Biológicas.
159.RESOLUÇÃO 004/2002 CONDS/UFSJ - Autoriza a DICON/VIDAC a proceder o registro dos diplomas dos alunos concluintes de curso na Universidade Federal de São João del-Rei.
160.RESOLUÇÃO 005/2002 CONDS/UFSJ - Aprova lançamento do concurso de Sigla para Universidade de São João del-Rei e seu regulamento.
161.RESOLUÇÃO 006/2002 CONDS/UFSJ - Autoriza modificação de procedimentos dos RADOCs no primeiro semestre de 2002.
162.RESOLUÇÃO 007/2002 CONDS/UFSJ - Autoriza redução de intervalo entre a publicação do edital e início de inscrições para concurso de docente.
163.RESOLUÇÃO 008/2002 CONDS/UFSJ - Cria comissão Estatuinte para levantar e organizar sugestões de normas e elaborar o Anteprojeto do Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei .
164.RESOLUÇÃO 009/2002 CONDS/UFSJ - Define normas para Comissão Eleitoral responsável pela eleição da Comissão Estatuinte e dá outras providências.
165.RESOLUÇÃO 010/2002 CONDS/UFSJ - Aprova Sigla da Universidade. 2002 010 CONSU
166.RESOLUÇÃO 011/2002 CONDS/UFSJ - Estabelece a Política do Ensino de Graduação na UFSJ.
167.RESOLUÇÃO 012/2002 CONDS/UFSJ - Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho docente para pagamento da GED.
168.RESOLUÇÃO 013/2002 CONDS/UFSJ - Autoriza suspensão das atividades administrativas da UFSJ, no dia 25/10/2002.
169.RESOLUÇÃO 014/2002 CONDS/UFSJ - Revoga a Resolução 010/92/Conds e prorroga o mandato do Diretor e Vice Diretor do Centro Científico.
170.RESOLUÇÃO 017/2002 CONDS/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDS/2003.
171.RESOLUÇÃO 018/2002 CONDS/UFSJ - Aprova Regimento do Colegiado do Curso de História.
172.RESOLUÇÃO 001/2003 CONDI/UFSJ - Aprova prestação de contas 2002.
173.RESOLUÇÃO 002/2003 CONDI/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDI.
174.RESOLUÇÃO 003/2003 CONDI/UFSJ - Aprova calendário administrativo 2004.
175.RESOLUÇÃO 004/2003 CONDI/UFSJ - Aprecia proposta orçamentária.
176.RESOLUÇÃO 006/2003 CONAC/UFSJ - Propõe a transformação do Curso de Ciências/ habilitações em Física e Química em cursos específicos e dá outras providências.
177.RESOLUÇÃO 011/2003 CONAC/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.
178.RESOLUÇÃO 013/2003 CONAC/UFSJ - Modifica o nome dos Cursos relacionados ao projeto pedagógico do Curso de Letras e fixa o número de vagas para o referido curso.
179.RESOLUÇÃO 014/2003 CONAC/UFSJ - Aprova calendário Escolar Especial 2003.
180.RESOLUÇÃO 015/2003 CONAC/UFSJ - Aprova calendário Escolar 2004.
181.RESOLUÇÃO 016/2003 CONAC/UFSJ - Aprova mudança de nome de disciplina do Curso de Ciências Econômicas.
182.RESOLUÇÃO 019/2003 CONAC/UFSJ - Modifica carga horária de unidades curriculares do Curso de Psicologia e valida ações praticadas.
183.RESOLUÇÃO 020/2003 CONAC/UFSJ - Aprova projeto pedagógico do Curso de Psicologia.
184.RESOLUÇÃO 024/2003 CONAC/UFSJ - Aprova calendário Escolar 2004 Stricto Sensu.
185.RESOLUÇÃO 001/2003 CONDS/UFSJ - Revoga a Resolução 007/Conds, de 12/07/2001.
186.RESOLUÇÃO 004/2003 CONDS/UFSJ - Aprova a transformação do Curso de Ciências/Habilitações em Física e 187.Química em cursos específicos e dá outras providências.
188.RESOLUÇÃO 007/2003 CONDS/UFSJ - Estabelece a sistemática para uso da logomarca da UFSJ.
189.RESOLUÇÃO 008/2003 CONDS/UFSJ - Aprova Regimento do Programa da Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras - Teoria Literária e Crítica da Cultura da UFSJ.
190.RESOLUÇÃO 009/2003 CONDS/UFSJ - Cria novo setor na Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico (DICON).
191.RESOLUÇÃO 010/2003 CONDS/UFSJ - Estabelece os critérios e os procedimentos para a avaliação do desempenho para pagamento da GED no ano de 2003 na UFSJ.
192.RESOLUÇÃO 011/2003 CONDS/UFSJ - Aprova criação do Curso de Ciências Contábeis na UFSJ.
193.RESOLUÇÃO 001/2004 CONDI/UFSJ - Aprova calendário de Reuniões do CONDI.
194.RESOLUÇÃO 002/2004 CONDI/UFSJ - Aprova prestação de contas 2003.
195.RESOLUÇÃO 004/2004 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2005.
196.RESOLUÇÃO 005/2004 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Condi 2005.
197.RESOLUÇÃO 006/2004 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI/2005.
198.RESOLUÇÃO 007/2004 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas da FAUF - 2003.
199.RESOLUÇÃO 002/2004 CONEP/UFSJ - Aprova calendário de Reuniões do Conep/2004.
200.RESOLUÇÃO 003/2004 CONEP/UFSJ - Modifica calendário escolar 2003.1 e 2003.2 ano/2003/2004 - Especial.
201.RESOLUÇÃO 005/2004 CONEP/UFSJ - Modifica Calendário Escolar do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, aprovado pela Res. 023/CONAC, de 26/11/2003, referendando a Portaria no 101/04/Reitoria.
202.RESOLUÇÃO 006/2004 CONEP/UFSJ - Fixa a contagem em dobro da carga horária referente à participação de aluno de curso de licenciatura em programas de alfabetização de jovens e adultos.
203.RESOLUÇÃO 008/2004 CONEP/UFSJ - Institui, na UFSJ, o "Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil".
204.RESOLUÇÃO 009/2004 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica.
205.RESOLUÇÃO 011/2004 CONEP/UFSJ - Aprova calendário escolar stricto sensu 2005.
206.RESOLUÇÃO 013/2004 CONEP/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do Conep/2005.
207.RESOLUÇÃO 001/2004 CONSU/UFSJ - Aprova calendário de Reuniões do Conselho Universitário/2004.

208.RESOLUÇÃO 004/2004 CONSU/UFSJ - Cria a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e aprova suas normas de funcionamento.
209.RESOLUÇÃO 005/2004 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Educação Física.
210.RESOLUÇÃO 007/2004 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Serviço de Psicologia Aplicada - SPA da UFSJ.
211.RESOLUÇÃO 008/2004 CONSU/UFSJ - Aprova calendário de reuniões da Conselho Universitário/2005.
212.RESOLUÇÃO 001/2005 CONDI/UFSJ - Aprova prestação de contas 2004.
213.RESOLUÇÃO 005/2005 CONDI/UFSJ - Dispensa de publicação os convênios da UFSJ relativos a estágio curricular e dá outra providências.
214.RESOLUÇÃO 006/2005 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento 2005 e dá outras providências.
215.RESOLUÇÃO 007/2005 CONDI/UFSJ - Homologa listagem dos servidores técnico-administrativos.
216.RESOLUÇÃO 008/2005 CONDI/UFSJ - Referenda Portaria 202, de 13/04/2005.
217.RESOLUÇÃO 009/2005 CONDI/UFSJ - Estabelece o valor das taxas de inscrição e do manual do candidato no Processo Seletivo da UFSJ.
218.RESOLUÇÃO 010/2005 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas da FAUF - 2004.
219.RESOLUÇÃO 011/2005 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões 2006.
220.RESOLUÇÃO 012/2005 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2006.
221.RESOLUÇÃO 001/2005 CONEP/UFSJ - Altera horário do turno integral para o primeiro semestre do ano escolar de 2005.
222.RESOLUÇÃO 002/2005 CONEP/UFSJ - Aprova calendário escolar 2005. (alterou data da inscrição periódica).
223.RESOLUÇÃO 004/2005 CONEP/UFSJ - Aloca bolsas PICDT para o ano de 2005.
224.RESOLUÇÃO 006/2005 CONEP/UFSJ - Estende a validade dos arts. 1o ao 3o da Res. 001/2005/Conep para o 2o semestre do ano escolar de 2005.
225.RESOLUÇÃO 007/2005 CONEP/UFSJ - Aprova o calendário para o Processo Seletivo 2006.
226.RESOLUÇÃO 009/2005 CONEP/UFSJ - Altera Calendário Escolar 2005.
227.RESOLUÇÃO 010/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2006.
228.RESOLUÇÃO 011/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do CONEP 2006.
229.RESOLUÇÃO 012/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar Stricto Sensu 2006 Aprova Calendário Escolar Stricto Sensu 2006.
230.RESOLUÇÃO 014/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica.
231.RESOLUÇÃO 015/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica.
232.RESOLUÇÃO 001/2005 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento do Curso de Mestrado em Física, Química e Neurociência da UFSJ.
233.RESOLUÇÃO 002/2005 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2003.
234.RESOLUÇÃO 003/2005 CONSU/UFSJ - Referenda as Portarias 761 e 762, de 09/12/04.
235.RESOLUÇÃO 004/2005 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas da FAUF 2003.
236.RESOLUÇÃO 006/2005 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da CPA-UFSJ.
237.RESOLUÇÃO 007/2005 CONEP/UFSJ - Aprova Proposta de Auto-Avaliação Institucional da UFSJ - 1o. Ciclo Avaliativo Referenda a Portaria 158, de 21/03/2005.
238.RESOLUÇÃO 008/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 158, de 21/03/2005.
239.RESOLUÇÃO 009/2005 CONSU/UFSJ - Estabelece a política da extensão da UFSJ. 2005 009 CONSU
240.RESOLUÇÃO 010/2005 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2004.
241.RESOLUÇÃO 012/2005 CONSU/UFSJ - Estabelece que a Port. 540, de 13/10/2003, regulamentará os procedimentos de Concurso Público para admissão de docentes, estabelecidos pela Port. 777, de 10/03/2005, do MEC.
242.RESOLUÇÃO 013/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 183, de 04/04/2005.
243.RESOLUÇÃO 014/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 280, de 20/05/2005.
244.RESOLUÇÃO 015/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 298, de 06/06/2005.
245.RESOLUÇÃO 016/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 316, de 04/06/2005.
246.RESOLUÇÃO 017/2005 CONSU/UFSJ - Confere à Biblioteca do Campus Santo Antônio o nome "Biblioteca Otto Lara Resende".
247.RESOLUÇÃO 019/2005 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 337, de 26/09/2005.
248.RESOLUÇÃO 020/2005 CONSU/UFSJ - Confere ao Prédio do DEMEC e DCTEF o nome "Professor Gilberto Pereira de Oliveira. 2005 020 CONSU
249.RESOLUÇÃO 021/2005 CONSU/UFSJ - Estabelece normas p/ redistribuição de docentes e técnicos administrativos. da UFSJ p/ outras instituições e dá outras providências.
250.RESOLUÇÃO 022/2005 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas da FAUF - 2004.
251.RESOLUÇÃO 023/2005 CONSU/UFSJ - Altera o Estatuto da UFSJ
252.RESOLUÇÃO 001/2006 CONDI/UFSJ - Referenda a Portaria no. 081, de 26/01/2006.
253.RESOLUÇÃO 002/2006 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI 2006.
254.RESOLUÇÃO 003/2006 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2005.
255.RESOLUÇÃO 007/2006 CONDI/UFSJ - Referenda a Portaria 244, de 07/04/06.
256.RESOLUÇÃO 008/2006 CONDI/UFSJ - Estabelece o valor das taxas de inscrição e do manual do candidato no Processo Seletivo da UFSJ.
257.RESOLUÇÃO 009/2006 CONDI/UFSJ - Referenda a Portaria 471, 07/07/2006.
258.RESOLUÇÃO 010/2006 CONDI/UFSJ - Aprova demonstrativo financeiro do Processo Seletivo 2006.
259.RESOLUÇÃO 011/2006 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas da FAUF 2005.
260.RESOLUÇÃO 012/2006 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do CONDI 2007.
261.RESOLUÇÃO 013/2006 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2007.
262.RESOLUÇÃO 001/2006 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria 696, de 09/12/2005.
263.RESOLUÇÃO 002/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Matemática Pura e Aplicada.
264.RESOLUÇÃO 003/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Programa de Pós-Graduação Lato Sensu MBA UFSJ 2006-2007.
265.RESOLUÇÃO 004/2006 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Música e aprova seu projeto pedagógico.
266.RESOLUÇÃO 005/2006 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação.
267.RESOLUÇÃO 007/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo 2006 para o Curso de Graduação em Música da UFSJ.



268.RESOLUÇÃO 008/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo 2007.

269.RESOLUÇÃO 009/2006 CONEP/UFSJ - Estabelece normas de funcionamento das Reuniões do CONEP.

270.RESOLUÇÃO 010/2006 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Departamento de Música - DMUSI.

271.RESOLUÇÃO 011/2006 CONEP/UFSJ - Propõe a criação da Coordenadoria do Curso de Música - COMUS.

272.RESOLUÇÃO 012/2006 CONEP/UFSJ - Retifica Res. 008/CONEP/2006 - Processo Seletivo 2007.

273.RESOLUÇÃO 014/2006 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Engenharia.

274.RESOLUÇÃO 015/2006 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 633, de 23/08/2006.

275.RESOLUÇÃO 016/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2007.

276.RESOLUÇÃO 017/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do CONEP 2007.

277.RESOLUÇÃO 018/2006 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2007 - Pós-Graduação Stricto Sensu.

278.RESOLUÇÃO 020/2006 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Departamento das Ciências da Atividade Física, Saúde e Esportes.

279.RESOLUÇÃO 021/2006 CONEP/UFSJ - Fixa normas para expedição de certificados na UFSJ.

280.RESOLUÇÃO 022/2006 CONEP/UFSJ - Fixa normas para a inscrição em unidades curriculares isoladas.

281.RESOLUÇÃO 001/2006 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2005.

282.RESOLUÇÃO 002/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 596, de 21/10/2005.

283.RESOLUÇÃO 004/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 706, de 14/12/2005.

284.RESOLUÇÃO 005/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria 080, de 26/01/2006.

285.RESOLUÇÃO 006/2006 CONSU/UFSJ - Cria a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação - CISPE - da UFSJ.

286.RESOLUÇÃO 007/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Universitário 2006.

287.RESOLUÇÃO 008/2006 CONSU/UFSJ - Altera Res. 008/CONDS/2001 - Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

288.RESOLUÇÃO 009/2006 CONSU/UFSJ - Altera Res. 004/2004/CONSU e o anexo da Res. 006/2005/CONSU - CPA/UFSJ.

289.RESOLUÇÃO 011/2006 CONSU/UFSJ - Estabelece critérios de distribuição de vagas de docentes na carreira de Magistério Superior entre os departamentos da UFSJ.

290.RESOLUÇÃO 012/2006 CONSU/UFSJ - Distribuição do provimento de vagas de docentes, estabelecidos pela Port. MEC 384/2006.

290.RESOLUÇÃO 013/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Música na UFSJ.

291.RESOLUÇÃO 014/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Gestão da UFSJ 2004/2008.

292.RESOLUÇÃO 016/2006 CONSU/UFSJ - Aprova o Código de Ética da UFSJ.

293.RESOLUÇÃO 018/2006 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 199, de 20/03/06.

294.RESOLUÇÃO 019/2006 CONSU/UFSJ - Altera Nome de Departamento (DECIS).

295.RESOLUÇÃO 020/2006 CONSU/UFSJ - Normatiza a avaliação de desempenho dos servidores técnicos administrativos da UFSJ durante o estágio probatório e dá outras providências.

296.RESOLUÇÃO 026/2006 CONSU/UFSJ - Confere ao Prédio do Setor de Gráfica o nome "Roberto Neves".

297.RESOLUÇÃO 027/2006 CONSU/UFSJ - Estabelece normas de funcionamento das reuniões do Conselho Universitário (CONSU).

298.RESOLUÇÃO 028/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Programa de Melhora das Condições de Acesso e de Permanência dos Ingressantes na UFSJ.

299.RESOLUÇÃO 030/2006 CONSU/UFSJ - Estabelece regras de constituição e as atribuições da Comissão de Informática - COINF - da UFSJ.

300.RESOLUÇÃO 031/2006 CONSU/UFSJ - Referenda as Portarias 337 e 338, de 29/05/06.

301.RESOLUÇÃO 032/2006 CONSU/UFSJ - Homologa Relatório Final de Avaliação Institucional da UFSJ.

302.RESOLUÇÃO 033/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão de Informática da Universidade Federal de São João del-Rei - COINF/UFSJ.

303.RESOLUÇÃO 034/2006 CONSU/UFSJ - Dá publicidade e põe em vigor o Regimento Geral da UFSJ.

304.RESOLUÇÃO 035/2006 CONSU/UFSJ - Confere a Medalha Tancredo Neves ao Dr. Miguel Reale.

305.RESOLUÇÃO 036/2006 CONSU/UFSJ - Confere distinção ao Dr. Tancredo de Almeida Neves.

306.RESOLUÇÃO 037/2006 CONSU/UFSJ - Regulamenta a Reunião de Caráter Solene do CONSU.

307.RESOLUÇÃO 039/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria nº 457, de 06/07/2006, que criou o Departamento de Música (DMUSI).

308.RESOLUÇÃO 040/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria nº 458, de 06/07/2006, que criou a Coordenadoria do Curso de Música (CMUSI).

309.RESOLUÇÃO 041/2006 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria nº 467, de 07/07/2006, que extinguiu a Comissão Permanente de Pessoas Técnico-administrativo (CPPTA).

310.RESOLUÇÃO 042/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão Permanente de Vestibular da Universidade Federal de São João del-Rei - COPEVE/UFSJ.

311.RESOLUÇÃO 043/2006 CONSU/UFSJ - Regulamenta a Concessão da Medalha Tancredo Neves. 2006 043 CONSU

312.RESOLUÇÃO 044/2006 CONSU/UFSJ - Regulamenta a Concessão de Distinções pela UFSJ.

313.RESOLUÇÃO 045/2006 CONSU/UFSJ - Altera Nome de Departamento.

314.RESOLUÇÃO 046/2006 CONSU/UFSJ - Estabelece regras para utilização do sítio da UFSJ.

315.RESOLUÇÃO 047/2006 CONSU/UFSJ - Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

316.RESOLUÇÃO 048/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Atividades 2006.

317.RESOLUÇÃO 051/2006 CONSU/UFSJ - Cria a Central de Empresas Juniores - CENJE - vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de São João del-Rei, estabelece suas competências e dá outras providências.

318.RESOLUÇÃO 052/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação da UFSJ.

319.RESOLUÇÃO 053/2006 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas da FAUF - 2005.

320.RESOLUÇÃO 054/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Central de Empresas Juniores - CENJE.

321.RESOLUÇÃO 05/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação da UFSJ - CISPE (atual CIS).

322.RESOLUÇÃO 056/2006 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Universitário 2007.

323.RESOLUÇÃO 058/2006 CONSU/UFSJ - Regulamenta a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de natureza administrativa e acadêmica.

324.RESOLUÇÃO 060/2006 CONSU/UFSJ - Cria o Departamento das Ciências da Educação Física e Saúde - DCEFS.

325.RESOLUÇÃO 001/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2006.

326.RESOLUÇÃO 002/2007 CONDI/UFSJ - Regulamenta o pagamento de adicional por serviço extraordinário na Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

327.RESOLUÇÃO 009/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Política de Uso de Impressoras na UFSJ.

328.RESOLUÇÃO 011/2007 CONDI/UFSJ - Fixa normas para serviços de telefonia e protocolo.

329.RESOLUÇÃO 012/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas da FAUF - 2006.

330.RESOLUÇÃO 013/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2007.

331.RESOLUÇÃO 013/2007 CONDI/UFSJ - Cria o Fundo de Apoio ao Intercâmbio Discente Internacional para participação de alunos carentes da UFSJ.

332.RESOLUÇÃO 014/2007 CONDI/UFSJ - Fixa normas para utilização das dependências da UFSJ e dá outras providências.

333.RESOLUÇÃO 015/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Diretor/2008.

334.RESOLUÇÃO 016/2007 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2008.

335.RESOLUÇÃO 017/2007 CONDI/UFSJ - Dá nova redação à Resolução/CONDI nº 008, de 05/03/2007, que regulamenta o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) e altera seu anexo.

336.RESOLUÇÃO 002/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia.

337.RESOLUÇÃO 003/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica.

338.RESOLUÇÃO 004/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia.

339.RESOLUÇÃO 005/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História.

340.RESOLUÇÃO 006/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação.

341.RESOLUÇÃO 007/2007 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia da Energia.

342.RESOLUÇÃO 008/2007 CONEP/UFSJ -Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. 2007 008 CONEP

343.RESOLUÇÃO 009/2007 CONEP/UFSJ -Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração para o período 2007/2008.

344.RESOLUÇÃO 010/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade à Distância.

345.RESOLUÇÃO 011/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade à Distância. \

346.RESOLUÇÃO 012/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo 2008.

347.RESOLUÇÃO 013/2007 CONEP/UFSJ -Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Educacional: Administração e Supervisão Escolar.

348.RESOLUÇÃO 016/2007 CONEP/UFSJ - Institui o Programa de Intercâmbio Acadêmico (PAINT) no âmbito da UFSJ.

349.RESOLUÇÃO 019/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2008.

350.RESOLUÇÃO 021/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do CONEP 2008.

351.RESOLUÇÃO 022/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2008 - Pós-Graduação Stricto Sensu.

352.RESOLUÇÃO 023/2007 CONEP/UFSJ - Institui mova habilitação no Curso de Música da UFSJ.

353.RESOLUÇÃO 024/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão de Pessoas.

354.RESOLUÇÃO 025/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Controladoria e Finanças, MBA em Gestão de Negócios no Contexto Empreendedor e MBA em Gestão Estratégica de Operações e Logística.

355.RESOLUÇÃO 026/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Auditoria e Perícia Contábil.

356.RESOLUÇÃO 027/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Ambiental.

357.RESOLUÇÃO 028/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Estratégica em Marketing.

358.RESOLUÇÃO 029/2007 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Economia.

359.RESOLUÇÃO 031/2007 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia.

360.RESOLUÇÃO 034/2007 CONEP/UFSJ - Altera Planejamento Financeiro do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia.

361.RESOLUÇÃO 001/2007 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2006.

362.RESOLUÇÃO 002/2007 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 910, de 11/12/06, que suspendeu atividades administrativas.

363.RESOLUÇÃO 004/2007 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 980, de 27/12/06, que aprovou o PCA-PCCTAE.

364.RESOLUÇÃO 005/2007 CONSU/UFSJ - Confere distinção ao Serviço de Transporte da UFSJ.

365.RESOLUÇÃO 006/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia.

366.RESOLUÇÃO 007/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica.

367.RESOLUÇÃO 008/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia.

368.RESOLUÇÃO 009/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História.

369.RESOLUÇÃO 010/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação.

370.RESOLUÇÃO 011/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia da Energia.

371.RESOLUÇÃO 012/2007 CONSU/UFSJ - Estabelece normas de concessão de títulos honoríficos.

372.RESOLUÇÃO 015/2007 CONSU/UFSJ - Autoriza Criação do Campus Alto Paraopeba.

373.RESOLUÇÃO 017/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Pró-Reitoria de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas - PROGP.

374.RESOLUÇÃO 018/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Física.

375.RESOLUÇÃO 020/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Naturais - DCNAT.

376.RESOLUÇÃO 021/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento das Ciências da Educação Física e Saúde - DCEFS.

377.RESOLUÇÃO 022/2007 CONSU/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Coordenador e Vice-Coordenador de Curso de Graduação da UFSJ, e dá outras providências.

378.RESOLUÇÃO 024/2007 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas da FAUF - 2006.

379.RESOLUÇÃO 025/2007 CONSU/UFSJ - Aprova credenciamento da FAUF junto ao MEC e MCT.

380.RESOLUÇÃO 026/2007 CONSU/UFSJ - Autoriza criação do Campus Avançado do Alto Paraopeba e de Campus Avançado no município de Divinópolis.

381.RESOLUÇÃO 027/2007 CONSU/UFSJ - Dispõe sobre o processo eletivo de Chefes e Subchefes de Departamentos da UFSJ, e dá outras providências.



382.RESOLUÇÃO 029/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Congregação.

383.RESOLUÇÃO 030/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Matemática, Estatística e Ciências da Computação - DEMAT.

384.RESOLUÇÃO 031/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão de Ética da Universidade Federal de São João del-Rei (COETI/UFSJ).

385.RESOLUÇÃO 033/2007 CONSU/UFSJ - Aprova a adesão da UFSJ ao REUNI.

386.RESOLUÇÃO 034/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Química.

387.RESOLUÇÃO 035/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Ciências Biológicas.

388.RESOLUÇÃO 036/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

389.RESOLUÇÃO 037/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Universitário 2008.

390.RESOLUÇÃO 038/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Pedagogia.

391.RESOLUÇÃO 039/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Administração.

392.RESOLUÇÃO 040/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Administração.

393.RESOLUÇÃO 041/2007 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Atividades 2007.

394.RESOLUÇÃO 043/2007 CONSU/UFSJ - Cria a Ouvidoria da UFSJ.

395.RESOLUÇÃO 001/2008 CONDI/UFSJ - Estabelece o valor da taxa de inscrição de candidatos a concursos públicos da UFSJ.

396.RESOLUÇÃO 002/2008 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2007.

397.RESOLUÇÃO 005/2008 CONDI/UFSJ - Estabelece o valor da taxa de inscrição no processo seletivo dos cursos oferecidos pelo NEAD.

398.RESOLUÇÃO 008/2008 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas da FAUF - 2007.

399.RESOLUÇÃO 009/2008 CONDI/UFSJ - Aprova calendário administrativo 2009.

400.RESOLUÇÃO 010/2008 CONDI/UFSJ - Aprova calendário de reuniões do CONDI 2009.

401.RESOLUÇÃO 012/2008 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2009 e dá outras providências.

402.RESOLUÇÃO 001/2008 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica.

403.RESOLUÇÃO 002/2008 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Mecânica.

404.RESOLUÇÃO 003/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Telecomunicações.

405.RESOLUÇÃO 005/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Mecatrônica.

406.RESOLUÇÃO 008/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2008 para o Campus Avançado Alto Paraopeba.

407.RESOLUÇÃO 009/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2008 para o Campus Avançado de Divinópolis.

408.RESOLUÇÃO 010/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Matemática - Modalidade a Distância.

409.RESOLUÇÃO 011/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo 2009.

410.RESOLUÇÃO 013/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2009.

411.RESOLUÇÃO 015/2008 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 859, de 19/08/2008, que aprovou a criação da habilitação Educação Musical no Curso de Música.

412.RESOLUÇÃO 018/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2009 - Pós-Graduação Stricto Sensu.

413.RESOLUÇÃO 021/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / 2009.

414.RESOLUÇÃO 026/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Geografia.

415.RESOLUÇÃO 027/2008 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso das Engenharias Biológicas - Programa Institucional de Bioengenharia.

416.RESOLUÇÃO 001/2008 CONSU/UFSJ - Autoriza implantação, no âmbito da UFSJ, de uma Emissora de Rádio FM Educativa.

417.RESOLUÇÃO 002/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Diretrizes Gerais para o Campus da UFSJ em Divinópolis.

418.RESOLUÇÃO 003/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Diretrizes Gerais para o Campus Alto Paraopeba da UFSJ.

419.RESOLUÇÃO 008/2008 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 784, de 20/12/2007, que suspendeu as atividades administrativas.

420.RESOLUÇÃO 009/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica.

421.RESOLUÇÃO 010/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Mecânica.

422.RESOLUÇÃO 011/2008 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2007.

423.RESOLUÇÃO 012/2008 CONSU/UFSJ - Cria o Núcleo de Educação à Distância e aprova seu regimento interno.

424.RESOLUÇÃO 013/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Atividades 2008.

425.RESOLUÇÃO 014/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Projeto Institucional de Iniciação à Docência no âmbito do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID.

426.RESOLUÇÃO 015/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Elétrica.

427.RESOLUÇÃO 016/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno de Departamento de Música - DMUSI.

428.RESOLUÇÃO 017/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Sociais - DECIS. 2008 017 CONSU

429.RESOLUÇÃO 018/2008 CONSU/UFSJ - Autoriza Criação do Campus Avançado no Município de Sete Lagoas.

430.RESOLUÇÃO 022/2008 CONSU/UFSJ - Confere ao Campus da UFSJ no município de Divinópolis o nome "Campus Centro-Oeste Dona Lindu - CCO".

431.RESOLUÇÃO 023/2008 CONSU/UFSJ - Regulamenta o serviço voluntário no âmbito da UFSJ.

432.RESOLUÇÃO 024/2008 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Ciências Térmicas e dos Fluidos - DCTEF.

433.RESOLUÇÃO 025/2008 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Letras, Artes e Cultura - DELAC.

434.RESOLUÇÃO 026/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Programa de Assistência Estudantil - Auxílio Alimentação 2008.

435.RESOLUÇÃO 028/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Econômicas - DCECO.

436.RESOLUÇÃO 029/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Psicologia.

437.RESOLUÇÃO 030/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Letras.

438.RESOLUÇÃO 032/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Filosofia e Métodos - DFIME.

439.RESOLUÇÃO 033/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Engenharia Elétrica - DEPEL.

440.RESOLUÇÃO 034/2008 CONSU/UFSJ - Altera Nome de Departamento (DEPEB).

441.RESOLUÇÃO 035/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Engenharia de Biosistemas - DEPEB.

442.RESOLUÇÃO 036/2008 CONSU/UFSJ - Dá nova redação ao § 1º e aos artigos 10, 11, e 17 da Resolução/CONSU nº 010, de 06/03/2006, que estabelece normas para a realização de concursos públicos para docentes na UFSJ.

443.RESOLUÇÃO 037/2008 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas da FAUF - 2007.

444.RESOLUÇÃO 038/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do CONSU 2009.

445.RESOLUÇÃO 039/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Filosofia.

446.RESOLUÇÃO 040/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Educação Física.

447.RESOLUÇÃO 041/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Mecânica.

448.RESOLUÇÃO 042/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas. 2008 042 CONSU

449.RESOLUÇÃO 043/2008 CONSU/UFSJ - Suspende, até 17/03/2009, eficácia da Resolução/CONSU nº 011, de 08/03/2006, que estabelece critérios de distribuição de vagas docentes na carreira do Magistério Superior entre os departamentos da UFSJ.

450.RESOLUÇÃO 045/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências da Educação - DECED. 2008 045 CONSU

451.RESOLUÇÃO 046/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Música.

452.RESOLUÇÃO 048/2008 CONSU/UFSJ - Altera Nome de Departamento (DEMEC).

453.RESOLUÇÃO 049/2008 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Engenharia Mecânica - 454.DEMEC.

455.RESOLUÇÃO 001/2009 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2008.

456.RESOLUÇÃO 002/2009 CONDI/UFSJ -Aprova Prestação de Contas 2008 da Fundação Koellreuter - FK.

457.RESOLUÇÃO 003/2009 CONDI/UFSJ -Fixa taxa de inscrição em Processo Seletivo de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.

458.RESOLUÇÃO 004/2009 CONDI/UFSJ -Aprova Prestação de Contas 2008 da FAUF.

459.RESOLUÇÃO 005/2009 CONDI/UFSJ -Estabelece normas para o uso de dependências físicas com recursos audiovisuais na UFSJ pela comunidade acadêmica e externa, fixa taxas de utilização e dá outras providências.

460.RESOLUÇÃO 006/2009 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2010.

461.RESOLUÇÃO 007/2009 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões para o Conselho Diretor.

462.RESOLUÇÃO 008/2009 CONDI/UFSJ - Estabelece normas para utilização dos Laboratórios de Informática de Ensino e de Prática de Ensino e dá outras providências.

463.RESOLUÇÃO 009/2009 CONDI/UFSJ - Define critérios para o acesso de conteúdos da Internet pela comunidade universitária da UFSJ.

464.RESOLUÇÃO 010/2009 CONDI/UFSJ - Autoriza a implantação do software público livre (BrOffice) em toda a UFSJ em sistema operacional Linux ou sistema operacional Windows.

465.RESOLUÇÃO 011/2009 CONDI/UFSJ -Dispõe sobre novos valores para bolsas por modalidade.

466.RESOLUÇÃO 012/2009 CONDI/UFSJ -Regulamenta a execução do orçamento de 2010 e dá outras providências.

467.RESOLUÇÃO 001/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 042, de 12/01/2009, que aprovou a proposta de reposição das atividades acadêmicas para os alunos dos Cursos de Enfermagem e Medicina.

468.RESOLUÇÃO 002/2009 CONEP/UFSJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde.

469.RESOLUÇÃO 003/2009 CONEP/UFSJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Bioengenharia. 2009 003 CONEP

470.RESOLUÇÃO 004/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 045, de 13/01/2009, que alterou o Calendário Escolar 2009 para o Campus Centro-Oeste Dona Lindu.

471.RESOLUÇÃO 005/2009 CONEP/UFSJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física e Química Aplicadas. 2009 005 CONEP

472.RESOLUÇÃO 006/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 058, de 15/01/2009, que alterou o Calendário Escolar 2009 para o Campus Sete Lagoas.

473.RESOLUÇÃO 007/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 044, de 13/01/2009, que alterou o Calendário Escolar 2009 para o Campus Alto Paraopeba.

474.RESOLUÇÃO 008/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 147, de 06/02/2009, que alterou o Calendário Escolar 2009 para os Cursos do REUNI.

475.RESOLUÇÃO 009/2009 CONEP/UFSJ - Proíbe expressamente toda e qualquer forma de trote.

476.RESOLUÇÃO 011/2009 CONEP/UFSJ -Estabelece alterações no Calendário Escolar 2009 dos Cursos de Graduação da UFSJ.

477.RESOLUÇÃO 013/2009 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 563, de 12/05/2009, que propôs a criação de Coordenadorias de Curso e Departamentos.

478.RESOLUÇÃO 014/2009 CONEP/UFSJ - Altera e Reedita o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina.

479.RESOLUÇÃO 015/2009 CONEP/UFSJ - Altera e Reedita o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem.

480.RESOLUÇÃO 016/2009 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso Bacharelado em Administração Pública - Modalidade a Distância e aprova seu projeto pedagógico.

481.RESOLUÇÃO 017/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Dependência Química - Modalidade a Distância. 2009 017 CONEP

482.RESOLUÇÃO 018/2009 CONEP/UFSJ -Aprova Calendário para o Processo Seletivo Vestibular 2010.

483.RESOLUÇÃO 020/2009 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

484.RESOLUÇÃO 021/2009 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

485.RESOLUÇÃO 023/2009 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.172, de 15/09/2009, que aprovou o Acordo de Cooperação Internacional entre a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ e a Universidade de Arte de Braunschweig - UBK, na Alemanha.

486.RESOLUÇÃO 027/2009 CONEP/UFSJ - Normatiza a extinção das unidades curriculares de Educação Física dos cursos Administração, Ciências Econômicas, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica e Psicologia.

487.RESOLUÇÃO 028/2009 CONEP/UFSJ - Altera Resolução nº 016/CONEP, de 05/09/2007, que Institui o Programa de Intercâmbio Acadêmico Internacional (PAINT) no âmbito da UFSJ.

488.RESOLUÇÃO 029/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental - Modalidade a Distância.

489.RESOLUÇÃO 030/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Educação Continuada para Professores/Educadores e Gestores em Relações Étnico-Raciais - Modalidade a Distância.

490.RESOLUÇÃO 032/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2010.

491.RESOLUÇÃO 033/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / 2010. 2009 033 CONEP

492.RESOLUÇÃO 034/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica.

493.RESOLUÇÃO 036/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2010 - Pós-Graduação Stricto Sensu.

494.RESOLUÇÃO 037/2009 CONEP/UFSJ - Altera planilha orçamentária do Projeto de Pós-Graduação Lato Sensu em Dependência Química - Modalidade a Distância.



495.RESOLUÇÃO 038/2009 CONEP/UFSJ - Aprova Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração - MBAs Turma 2010 2009 038 CONEP

496.RESOLUÇÃO 001/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEN.

497.RESOLUÇÃO 002/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Divisão de Apoio e Procedimentos Administrativos - DIAPA.

498.RESOLUÇÃO 003/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Divisão de Biblioteca - DIBIB.

499.RESOLUÇÃO 004/2009 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.226, de 05/12/2008, que suspendeu as atividades administrativas.

500.RESOLUÇÃO 005/2009 CONSU/UFSJ - Estabelece normas para redistribuição de docentes de outras IFES para a UFSJ e dá outras providências.

501.RESOLUÇÃO 006/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Auditoria Interna.

502.6RESOLUÇÃO 007/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Núcleo de Tecnologia da Informação.

503.RESOLUÇÃO 008/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde.

504.RESOLUÇÃO 009/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física e Química Aplicadas.

505.RESOLUÇÃO 010/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Bioengenharia.

506.RESOLUÇÃO 011/2009 CONSU/UFSJ - Estabelece normas regulamentadoras do Sistema de Gestão de Desempenho dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ e dá outras providências.

507.RESOLUÇÃO 012/2009 CONSU/UFSJ - Prorroga suspensão, até 23/05/2009, da eficácia da Resolução/CONSU nº 011, de 08/03/2006, que estabelece critérios de distribuição de vagas docentes na carreira do Magistério Superior entre os departamentos da UFSJ.

508.RESOLUÇÃO 013/2009 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2008.

509.RESOLUÇÃO 014/2009 CONSU/UFSJ - Altera Resolução/CONSU nº 030, de 29/05/06, que estabelece regras de constituição e as atribuições da Comissão de Informática - COINF - da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

510.RESOLUÇÃO 015/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPE.

511.RESOLUÇÃO 016/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da pró-Reitoria de Administração - PROAD.

512.RESOLUÇÃO 017/2009 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria nº 536, de 08/05/2009, que decretou luto oficial.

513.RESOLUÇÃO 018/2009 CONSU/UFSJ - Prorroga suspensão, até 15/08/2009, da eficácia da Resolução/CONSU nº 011, de 08/03/2006, que estabelece critérios de distribuição de vagas docentes na carreira do Magistério Superior entre os departamentos da UFSJ.

514.RESOLUÇÃO 019/2009 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 563, de 12/05/2009, que aprovou a criação de Coordenadorias de Curso e Departamentos.

515.RESOLUÇÃO 020/2009 CONSU/UFSJ - Altera nome do SETEC.

516.RESOLUÇÃO 021/2009 CONSU/UFSJ - Altera resolução nº 001, de 03/01/2005, que Aprova regimento do Curso de mestrado em Física, Química e Neurociências da UFSJ.

517.RESOLUÇÃO 024/2009 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2008 da Fundação Koellreutter.

518.RESOLUÇÃO 025/2009 CONSU/UFSJ - Altera Resolução/CONSU nº 004, de 10/11/2004, alterada pela Resolução/CONSU nº 009, de 20/02/2006, que cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA-UFSJ.

519.RESOLUÇÃO 027/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Plano Piloto Físico Territorial do Campus Tancredo Neves da UFSJ - CTAN.

520.RESOLUÇÃO 028/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Curso Bacharelado em Administração Pública - Modalidade a Distância na UFSJ (COADPP).

521.RESOLUÇÃO 029/2009 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2008 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

522.RESOLUÇÃO 030/2009 CONSU/UFSJ - Referenda Estatuto da FAUF e Aprova seu Credenciamento junto ao MEC e MCT.

523.RESOLUÇÃO 031/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC.

524.RESOLUÇÃO 034/2009 CONSU/UFSJ - Aprova ampliação do Projeto Institucional de Iniciação à Docência no âmbito do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID.

525.RESOLUÇÃO 036/2009 CONSU/UFSJ - Estabelece prazo mínimo para submissão de processos à Comissão de Ética em Pesquisa Envolvendo Animais - CEPEA/UFSJ e a previsão de início da atividade experimental.

526.RESOLUÇÃO 037/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Universitário / 2010.

527.RESOLUÇÃO 038/2009 CONSU/UFSJ - Altera Resolução/CONSU nº 003, de 26/02/2007, que estabelece Nomenclaturas, Siglários e Subordinações dos Órgãos da UFSJ.

528.RESOLUÇÃO 039/2009 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Medicina.

529.RESOLUÇÃO 042/2009 CONSU/UFSJ - Referenda a Portaria no 1.192, de 21/09/2009, que aprovou redistribuição de servidor técnico-administrativo.

530.RESOLUÇÃO 001/2010 CONDI/UFSJ - Cria o Programa "Auxílio Hospedagem para Estudantes Estrangeiros".

531.RESOLUÇÃO 002/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2010.

532.RESOLUÇÃO 003/2010 CONDI/UFSJ - Referenda Portaria nº 344, de 30/03/2010, que reajustou o valor da bolsa de iniciação científica.

533.RESOLUÇÃO 004/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Relatório de Gestão - Exercício 2009 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

534.RESOLUÇÃO 005/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Tabela de Temporalidade e Procedimentos de Eliminação dos Documentos das Atividades-Fim da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

535.RESOLUÇÃO 006/2010 CONDI/UFSJ - Altera Res. 003/CONDI, de 16/06/2009, que fixa taxa de inscrição em Processo Seletivo de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.

536.RESOLUÇÃO 007/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2009 da FAUF.

537.RESOLUÇÃO 008/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2011.

538.RESOLUÇÃO 009/2010 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Diretor 2011.

539.RESOLUÇÃO 010/2010 CONDI/UFSJ - Estabelece normas para utilização do Laboratório de Informática dos Programas de Pós-Graduação da UFSJ.

540.RESOLUÇÃO 001/2010 CONEP/UFSJ - Altera e Reedita Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia.

541.RESOLUÇÃO 002/2010 CONEP/UFSJ - Altera e Reedita Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo.

542.RESOLUÇÃO 003/2010 CONEP/UFSJ -Referenda Portaria nº 1.270, de 08/10/2009, que aprovou o Convênio entre a UFSJ e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR.

543.RESOLUÇÃO 005/2010 CONEP/UFSJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Básica.

544.RESOLUÇÃO 006/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Software.

545.RESOLUÇÃO 007/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Matemática - Modalidade a Distância.

546.RESOLUÇÃO 010/2010 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 409, 15/04/2010, que aprovou a celebração de Convênio de Cooperação Técnica e Institucional entre a UFSJ e a Fundação Biominas.

547.RESOLUÇÃO 011/2010 CONEP/UFSJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPADM).

548.RESOLUÇÃO 012/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

549.RESOLUÇÃO 013/2010 CONEP/UFSJ - Regulamenta a extensão na UFSJ.

550.RESOLUÇÃO 014/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

551.RESOLUÇÃO 015/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Modalidade a Distância e aprova seu projeto pedagógico.

552.RESOLUÇÃO 016/2010 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Especialização Lato Sensu de Residência em Área Profissional da Saúde - Enfermagem na Atenção Básica / Saúde da Família.

553.RESOLUÇÃO 017/2010 CONEP/UFSJ -Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Modelagem Matemática e Computacional (PROMMAC).

554.RESOLUÇÃO 018/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física e Química dos Materiais.

555.RESOLUÇÃO 019/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPCF).

556.RESOLUÇÃO 020/2010 CONEP/UFSJ - Aprova a terceira edição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

557.RESOLUÇÃO 021/2010 CONEP/UFSJ - Aprova a segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental -Modalidade a Distância.

558.RESOLUÇÃO 022/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologias do Desenvolvimento Sustentável.

559.RESOLUÇÃO 023/2010 CONEP/UFSJ - Aprova a segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento em Relações Étnico-Raciais - Modalidade a Distância.

560.RESOLUÇÃO 024/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia.

561.RESOLUÇÃO 025/2010 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

562.RESOLUÇÃO 026/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo Vestibular 2011/1.

563.RESOLUÇÃO 027/2010 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 660, de 10/06/2010, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares dos Cursos de Engenharia do Campus Alto Paraopeba (CAP/UFSJ).

564.RESOLUÇÃO 028/2010 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 739, de 24/06/2010, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares do Curso de Engenharia Elétrica.

565.RESOLUÇÃO 029/2010 CONEP/UFSJ - Estabelece definições, princípios, graus acadêmicos, critérios e padrões para organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFSJ.

566.RESOLUÇÃO 030/2010 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 817, de 14/07/2010, que aprovou o Acordo de Confidencialidade Recíproca entre a UFSJ e a University of Bristol, na Inglaterra. 2010 030 CONEP

567.RESOLUÇÃO 031/2010 CONEP/UFSJ - Aprova a Unificação de Ementas e Nomes de Unidades Curriculares do Ciclo Básico de Cursos da UFSJ.

568.RESOLUÇÃO 032/2010 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Licenciatura em Geografia - Modalidade a Distância e aprova seu projeto pedagógico.

569.RESOLUÇÃO 033/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar da Graduação 2011.

570.RESOLUÇÃO 035/2010 CONEP/UFSJ -Referenda Portaria nº 1.145, de 01/10/2010, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares do Curso de Engenharia Elétrica.

571.RESOLUÇÃO 036/2010 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão / 2011.

572.RESOLUÇÃO 038/2010 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.272, de 18/11/2010, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares dos Cursos do Bacharelado Interdisciplinar em Biosistemas e Zootecnia, Engenharia Agrônômica e Engenharia de Alimentos.

573.RESOLUÇÃO 001/2010 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.551, de 15/12/09, que suspendeu as atividades administrativas.

574.RESOLUÇÃO 002/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Bioquímica.

575.RESOLUÇÃO 003/2010 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 202, de 23/02/2010, que aprovou redistribuição de docente.

576.RESOLUÇÃO 004/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Comunicação Social - Jornalismo.

577.RESOLUÇÃO 005/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Teatro.

578.RESOLUÇÃO 006/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Enfermagem.

579.RESOLUÇÃO 009/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Ciência da Computação.

580.RESOLUÇÃO 010/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciência da Computação - DCOMP.

581.RESOLUÇÃO 011/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Básica.

582.RESOLUÇÃO 013/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

583.RESOLUÇÃO 014/2010 CONSU/UFSJ - Aprova a criação, em caráter especial e temporário, do Curso de Licenciatura em Matemática - Modalidade a Distância (COMED) na UFSJ.

584.RESOLUÇÃO 015/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPADM).

585.RESOLUÇÃO 016/2010 CONSU/UFSJ - Aprova a criação, em caráter especial e temporário, do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Modalidade a Distância (CPEAD) na UFSJ.

586.RESOLUÇÃO 019/2010 CONSU/UFSJ - Cria o Setor de Apoio Logístico (SALOG) na Divisão de Prefeitura de Campus (DIPRE) e altera Resoluções/CONSU nº 003/2007 e nº 016/2009.

587.RESOLUÇÃO 020/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Atividades 2010.

588.RESOLUÇÃO 021/2010 CONSU/UFSJ - Institui o Programa de Formação Pedagógica Continuada para o Corpo Docente da UFSJ (PFPC).

589.RESOLUÇÃO 023/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais do Campus Centro-Oeste Dona Lindu da Universidade Federal de São João del-Rei (CEUA-CCO/UFSJ).

590.RESOLUÇÃO 024/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia (PPGBiotec).

591.RESOLUÇÃO 025/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPCF).

592.RESOLUÇÃO 026/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável.

593.RESOLUÇÃO 027/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Modelagem Matemática e Computacional (PROMMAC).

594.RESOLUÇÃO 028/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física e Química de Materiais (FQMat).



595.RESOLUÇÃO 029/2010 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação e o Regimento Interno do Núcleo de Apoio Pedagógico - NAPE - e dá outras providências. 2010 029 CONSU

596.RESOLUÇÃO 031/2010 CONSU/UFSJ - Aprova a Proposta de Auto-Avaliação Institucional da UFSJ - Ciclo 2009.

597.RESOLUÇÃO 032/2010 CONSU/UFSJ - Homologa Relatório de Gestão da UFSJ - Exercício 2009.

598.RESOLUÇÃO 033/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia de Bioprocessos.

599.RESOLUÇÃO 035/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Química.

600.RESOLUÇÃO 037/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Farmácia.

601.RESOLUÇÃO 038/2010 CONSU/UFSJ - Cria o Colegiado Geral de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFSJ e aprova seu Regimento Interno.

602.RESOLUÇÃO 039/2010 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação, em caráter especial e temporário, do Curso de Licenciatura em Geografia - Modalidade a Distância (COGED) na UFSJ.

603.RESOLUÇÃO 040/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões do Conselho Universitário / 2011.

604.RESOLUÇÃO 041/2010 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2009 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

605.RESOLUÇÃO 042/2010 CONSU/UFSJ - Altera nome de Departamento (DEMAT).

606.RESOLUÇÃO 043/2010 CONSU/UFSJ - Dá nova redação ao anexo da Resolução/CONSU nº 035, de 06/08/2008, que aprova Regimento Interno do Departamento de Engenharia de Biosistemas - DEPEB.

607.RESOLUÇÃO 044/2010 CONSU/UFSJ - Altera nome do FIQUIAP para FQMat.

608.RESOLUÇÃO 045/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Artes Aplicadas.

609.RESOLUÇÃO 046/2010 CONSU/UFSJ - RESOLUÇÃO 016/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

610.RESOLUÇÃO 047/2010 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas - DAUAP.

611.ORDEM DE SERVIÇO 015/2010/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO determinando que A manutenção de qualquer tipo de equipamento que não esteja mais no período de garantia, ficará sob a total responsabilidade do centro de custo no qual está o patrimônio e deverá ser precedida das seguintes providências.

612.PORTARIA 1228/2010/REITORIA/UFSJ - Fixar as datas, a seguir, para encerramento da execução das despesas do exercício de 2010.

613.PORTARIA 1266/2010/REITORIA/UFSJ - Retificar a Portaria/ Reitoria nº 1.228 de 5 de novembro de 2010 que fixou as datas para encerramento da execução das despesas do exercício de 2010.

614.PORTARIA 1285/2010/REITORIA/UFSJ - Estabelecendo a data de 15 de fevereiro de 2011, como prazo final para lançamento dos docentes e demais unidades informadoras no Sistema INTELECTO. 2010 1285 Reitoria

615.PORTARIA 1362/2010/REITORIA/UFSJ - Suspendendo as atividades administrativas da UFSJ, não referentes ao Processo Seletivo UFSJ 2011/1, a partir das 18 horas do dia 10 (dez) de dezembro de 2010, até às 19 horas do dia 12 (doze) de dezembro de 2010.

616.PORTARIA 1386/2010/REITORIA/UFSJ - Indicar o Chefe do Setor de Tesouraria, lotado na Divisão de Contabilidade e Finanças, como membro titular e como membro suplente o Chefe do Setor de Atendimento do Campus Santo Antônio, lotado na Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico, para representantes da UFSJ junto a Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) do Ministério da Educação.

617.RESOLUÇÃO 001/2011 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre novos valores para bolsas por modalidade.

618.RESOLUÇÃO 002/2011 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2011 e dá outras providências.

619.RESOLUÇÃO 003/2011 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 013, de 09/07/2007, que Cria o Fundo de Apoio ao Intercâmbio Discente Internacional para participação de alunos carentes da UFSJ.

620.RESOLUÇÃO 005/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT 2011.

621.RESOLUÇÃO 006/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2009 da Fundação Koellreuter.

622.RESOLUÇÃO 007/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas - Exercício 2010 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. 2011 007 CONDI

623.RESOLUÇÃO 008/2011 CONDI/UFSJ - Estabelece procedimentos para o desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informação na UFSJ.

624.RESOLUÇÃO 009/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2010 da FAUF.

625.RESOLUÇÃO 010/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas 2010 da Fundação Koellreutter.

626.RESOLUÇÃO 011/2011 CONDI/UFSJ - Cria bolsa internato para estudantes dos Cursos de Enfermagem e Medicina.

627.RESOLUÇÃO 012/2011 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 006, de 08/09/2008, que regulamenta o programa de auxílio financeiro para atividades esportivas aos membros da comunidade acadêmica da UFSJ.

628.RESOLUÇÃO 013/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões 2012 do Conselho Diretor - CONDI.

629.RESOLUÇÃO 015/2011 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário Administrativo 2012.

630.RESOLUÇÃO 016/2011 CONDI/UFSJ - Institui taxa de inscrição no Programa de Acesso Seriado - PAS.

631.RESOLUÇÃO 018/2011 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 013, de 09/07/2007, que Cria o Fundo de Apoio ao Intercâmbio Discente Internacional para participação de alunos carentes da UFSJ.

632.RESOLUÇÃO 021/2011 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2012 e dá outras providências.

633.RESOLUÇÃO 001/2011 CONEP/UFSJ - Aprova novo Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia.

634.RESOLUÇÃO 002/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2011 - Pós-Graduação Stricto Sensu. 2011 002 CONEP

635.RESOLUÇÃO 003/2011 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.127, de 23/09/2010, que autorizou o cadastro das novas unidades curriculares dos Cursos de Engenharia do CAP.

636.RESOLUÇÃO 004/2011 CONEP/UFSJ - Altera e reedita Projeto Pedagógico do Curso de Artes Aplicadas.

637.RESOLUÇÃO 005/2011 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 149, de 17/02/2011, que aprovou Projeto de Pesquisa.

638.RESOLUÇÃO 006/2011 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 023, de 13/12/2006, que regulamenta o horário institucional.

639.RESOLUÇÃO 007/2011 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.356, de 07/12/2010, que aprovou a adesão da UFSJ ao PROFMAT.

640.RESOLUÇÃO 008/2011 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Estratégica de Pessoas.

641.RESOLUÇÃO 009/2011 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Controladoria e Finanças.

642.RESOLUÇÃO 010/2011 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Pública.

643.RESOLUÇÃO 011/2011 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.413, de 22/12/2010, que aprovou o Cronograma da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA - 02/2010.

644.RESOLUÇÃO 012/2011 CONEP/UFSJ - Aprovar o Programa de Educação Permanente para Médicos de Família - PEP, do Campus Centro-Oeste Dona Lindu da Universidade Federal de São João del-Rei.

645.RESOLUÇÃO 013/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 214, de 04/03/2011, que determinou a rematrícula de todos os ingressantes do primeiro semestre de 2011 dos cursos de graduação presencial da UFSJ.

646.RESOLUÇÃO 015/2011 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica.

647.RESOLUÇÃO 017/2011 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Agrárias (PPGCA).

648.RESOLUÇÃO 020/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 420, de 26/04/2011, que aprovou projeto de pesquisa.

649.RESOLUÇÃO 021/2011 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia (PGFIL).

650.RESOLUÇÃO 022/2011 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPCF).

651.RESOLUÇÃO 023/2011 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física (PPGF).

652.RESOLUÇÃO 025/2011 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Especialização Lato Sensu de Residência em Área Profissional da Saúde - Enfermagem na Atenção Básica / Saúde da Família - Turma 2/2011.

653.RESOLUÇÃO 026/2011 CONEP/UFSJ - Altera planilha orçamentária do Projeto de Pós-Graduação Lato Sensu em Dependência Química - Modalidade a Distância.

654.RESOLUÇÃO 027/2011 CONEP/UFSJ -Referenda Portaria nº 501, de 16/05/2011, que autorizou o início dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática - Modalidade a Distância a partir de 18/06/2011.

655.RESOLUÇÃO 028/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 541, de 25/05/2011, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares do Curso de Engenharia Agrônômica.

656.RESOLUÇÃO 029/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 542, de 25/05/2011, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares do Curso de Engenharia de Alimentos.

657.RESOLUÇÃO 306/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 573, de 02/06/2011, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares dos Cursos de Engenharias do CAP.

658.RESOLUÇÃO 032/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 526, de 19/05/2011, que autorizou o cadastro das novas Unidades Curriculares do Curso de Educação Física.

659.RESOLUÇÃO 033/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física.

660.RESOLUÇÃO 034/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Processo Seletivo Vestibular 2012/1 e 2012/2.

661.RESOLUÇÃO 035/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio - Modalidade a Distância.

662.RESOLUÇÃO 036/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio - Modalidade a Distância

663.RESOLUÇÃO 038/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 761, de 28/07/2011, que prorrogou e alterou as datas previstas para a 2ª etapa da inscrição periódica no Calendário Escolar 2011.

664.RESOLUÇÃO 041/2011 CONEP/UFSJ - Revoga a Resolução/CONAC nº 001, de 26/04/2000, que "Fixa normas e condições de afastamento de técnicos administrativos do quadro da FUNREI, para cursos de pós-graduação em Instituição nacional ou estrangeira.

665.RESOLUÇÃO 042/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciência e Tecnologia.

666.RESOLUÇÃO 043/2011 CONEP/UFSJ - Modifica Resolução CONEP nº 029, de 15/09/2010, que estabelece definições, princípios, graus acadêmicos, critérios e padrões para organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFSJ.

667.RESOLUÇÃO 045/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Química.

668.RESOLUÇÃO 046/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecatrônica.

669.RESOLUÇÃO 048/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Telecomunicações.

670.RESOLUÇÃO 049/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar da Graduação 2012.

671.RESOLUÇÃO 050/ 2011 CONEP/UFSJ - Modifica e Reedita Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação.

672.RESOLUÇÃO 051/2011 CONEP/UFSJ - Altera Calendário Escolar 2011 para os Cursos de Medicina e Enfermagem.

673.RESOLUÇÃO 052/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar 2012 da Pós-Graduação Stricto Sensu.

674.RESOLUÇÃO 053/2011 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões 2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP.

675.RESOLUÇÃO 054/2011 CONEP/UFSJ -Referenda Portaria nº 1.056, de 13/10/2011, que aprovou a adesão da UFSJ à Chamada Pública nº 001/2011 da CAPES, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

676.RESOLUÇÃO 056/2011 CONEP/UFSJ - Autoriza início da segunda oferta dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia - Modalidade a Distância em maio de 2012.

677.RESOLUÇÃO 058/2011 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.170, de 18/11/2011, que autorizou o cadastro das novas unidades curriculares do Curso de Engenharia Agrônômica.

678.RESOLUÇÃO 061/2011 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.172, de 18/11/2011, que autorizou o cadastro das novas unidades curriculares do Curso de Zootecnia.

679.RESOLUÇÃO 001/2011 CONSU/UFSJ - Altera as Resoluções/CONSU nº 014/2010 e 016/2010, que cria os Cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia - Modalidade a Distância.

680.RESOLUÇÃO 002/2011 CONSU/UFSJ - Aprova organização do Campus Alto Paraopeba (CAP) por departamentos acadêmicos.

681.RESOLUÇÃO 003/2011 CONSU/UFSJ - Concede ao Campus Centro-Oeste Dona Lindu (CCO) e ao Campus Sete Lagoas (CSL) a possibilidade de escolherem sua estrutura administrativa.

682.RESOLUÇÃO 004/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 134, de 15/02/2011, que aprova as Normas de Funcionamento dos Centros como Unidades Acadêmicas da UFSJ.

683.RESOLUÇÃO 005/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.277, de 22/11/2010, que suspendeu as atividades administrativas.

684.RESOLUÇÃO 008/2011 CONSU/UFSJ - Regulamenta o empréstimo e uso dos equipamentos do Núcleo Itinerante e Apoio Pedagógico e Cultural aos alunos de graduação regularmente matriculados na UFSJ.

685.RESOLUÇÃO 009/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão de Extensão da UFSJ (COMEX/UFSJ).

686.RESOLUÇÃO 010/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Civil.

687.RESOLUÇÃO 011/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia de Telecomunicações.

688.RESOLUÇÃO 013/2011 CONSU/UFSJ - Altera o Estatuto da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

689.RESOLUÇÃO 014/2011 CONSU/UFSJ - Estabelece Siglas para as Coordenadorias de Cursos lotadas nos Campi Fora de Sede da UFSJ.

690.RESOLUÇÃO 015/2011 CONSU/UFSJ - Revoga a Resolução/CONSU nº 043, 14/12/2009, e Restabelece a Resolução/CONDS nº 015, de 11/11/2002, que fixa normas e critérios para avaliação do desempenho acadêmico do docente, para fins de progressão vertical e dá outras providências.



691.RESOLUÇÃO 017/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 236, de 15/03/2011, que removeu o professor Rogério Antônio Picoli do CAP para o DFIME.

692.RESOLUÇÃO 019/2011 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 021, de 14/06/2010, que Institui o Programa de Formação Pedagógica Continuada para o Corpo Docente da UFSJ (PPFC).

693.RESOLUÇÃO 020/2011 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2010 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

694.RESOLUÇÃO 021/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Estatuto da FAUF e Aprova seu Credenciamento junto ao MEC e MCT.

695.RESOLUÇÃO 022/2011 CONSU/UFSJ - Modifica Regimento Interno do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), aprovado pela Resolução/CONSU nº 012, de 27/03/2008.

696.RESOLUÇÃO 023/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Plano de Atividades 2011.

697.RESOLUÇÃO 024/2011 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Agrárias (PPGCA).

698.RESOLUÇÃO 025/2011 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2010 da Fundação Koellreutter - FK.

699.RESOLUÇÃO 026/2011 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas 2009 da Fundação Koellreutter - FK. 2011 026 CONSU

700.RESOLUÇÃO 027/2011 CONSU/UFSJ - Extingue a Coordenadoria do Bacharelado Interdisciplinar em Biosistemas e Zootecnia (COBIZ) e Institui a Coordenadoria do Curso de Zootecnia (COZOO).

701.RESOLUÇÃO 028/2011 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 027, de 05/05/2006, que estabelece normas de funcionamento das reuniões do Conselho Universitário.

702.RESOLUÇÃO 029/2011 CONSU/UFSJ - Confere homenagem a servidores da UFSJ recém-aposentados.

703.RESOLUÇÃO 031/2011 CONSU/UFSJ - Modifica e Reedita a Resolução/CONSU nº 045, de 26/11/2007, que aprova o protocolo a ser submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA-UFSJ) da UFSJ para aprovação do projeto quanto aos seus aspectos éticos.

704.RESOLUÇÃO 032/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia de Alimentos.

705.RESOLUÇÃO 033/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Agrônômica.

706.RESOLUÇÃO 034/2011 CONSU/UFSJ - Aprova a adesão da UFSJ ao PROFMAT e seu Regimento Interno.

707.RESOLUÇÃO 035/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 1.375, de 15/12/2010, que suspendeu as atividades administrativas.

708.RESOLUÇÃO 038/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 572, de 01/06/2011, que suspendeu as atividades administrativas.

709.RESOLUÇÃO 039/2011 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia (PGFIL).

710.RESOLUÇÃO 040/2011 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Física (PPGF).

711.RESOLUÇÃO 041/2011 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPCF).

712.RESOLUÇÃO 042/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Administração Pública.

713.RESOLUÇÃO 043/2011 CONSU/UFSJ - Altera nome do Departamento de Geografia para Departamento de Geociências - DEGEO.

714.RESOLUÇÃO 044/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Geociências - DEGEO.

715.RESOLUÇÃO 045/2011 CONSU/UFSJ - Define os casos que se admite a deliberação em regime simplificado.

716.RESOLUÇÃO 046/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Relatório de Atividades Desenvolvidas em 2010.

717.RESOLUÇÃO 047/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 716, de 08/07/2011, que autorizou permanência de vaga docente no Campus Alto Paraopeba - CAP.

718.RESOLUÇÃO 048/2011 CONSU/UFSJ - Referenda Portaria nº 718, de 08/07/2011, que autorizou abertura de concurso público para reposição de vaga docente no Campus Alto Paraopeba - CAP. 2011 048 CONSU

719.RESOLUÇÃO 049/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia de Produção. 2011 049 CONSU

720.RESOLUÇÃO 052/2011 CONSU/UFSJ - Aprova adesão da UFSJ ao Consórcio das Universidades do Sul e Sudeste de Minas Gerais. 2011 052 CONSU

721.RESOLUÇÃO 053/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Colegiado do Curso de Geografia. 2011 053 CONSU

722.RESOLUÇÃO 054/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento de Engenharia Química e Estatística - DEQUE (Nome e sigla alterados para: Departamento de Engenharia Química - DEQUI) 2011 054 CONSU

723.RESOLUÇÃO 055/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento de Química, Biotecnologia e Engenharia de Bioprocessos - DQ BIO.

724.RESOLUÇÃO 056/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento de Física e Matemática - DEFIM.

725.RESOLUÇÃO 057/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento das Engenharias de Telecomunicações e Mecatrônica - DETEM.

726.RESOLUÇÃO 058/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento Multidisciplinar de Tecnologia, Ciências Humanas e Sociais - DTECH (Nome alterado para: Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades - DTECH).

727.RESOLUÇÃO 059/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Comissão de Acessibilidade da UFSJ - COACE/UFSJ.

728.RESOLUÇÃO 060/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno da Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico - DICON.

729.RESOLUÇÃO 061/2011 CONSU/UFSJ - Modifica Regimento Interno do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), aprovado pela Resolução/CONSU nº 012, de 27/03/2008, criando a Coordenação de Mídias.

730.RESOLUÇÃO 062/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Regulamento dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

731.RESOLUÇÃO 063/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Departamento de Zootecnia - DEZOO.

732.RESOLUÇÃO 064/2011 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões 2012 do Conselho Universitário - CONSU.

733.RESOLUÇÃO 065/2011 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas - Exercício 2010 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

734.ORDEN DE SERVIÇO 018/2011/REITORIA/UFSJ - ORDEN DE SERVIÇO determinando que Os processos que ensejarem a compra de materiais de consumo e permanente e a contratação de obras e serviços devem tramitar, observando-se o disposto na presente ordem de serviço.

735.PORTARIA 054/2011/REITORIA/UFSJ - Tornar sem efeito a Portaria/Reitoria nº 035, de 12 de janeiro de 2011.

736.PORTARIA 127/2011/REITORIA/UFSJ - Prorrogar até o dia 2 de março de 2011, o prazo final para os lançamentos de informações pelos docentes no Sistema INTELECTO.

737.PORTARIA 197/2011/REITORIA/UFSJ - Cancelando a Ordem de Serviço No 023, de 11 de fevereiro de 2011, que autorizou a abertura de processo seletivo simplificado para contratação de 1 (um) cargo de professor substituto, na área de Química.

738.PORTARIA 208/2011/REITORIA/UFSJ - Estabelecendo o prazo até o dia 29 de fevereiro de 2012, para que o Núcleo de Apoio Pedagógico - NAPE possa emitir parecer quanto à adequação das práticas pedagógicas definidas no Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

739.PORTARIA 506/2011/REITORIA/UFSJ - Suspendendo as atividades administrativas da Universidade Federal de São João del-Rei, não referentes ao Processo Seletivo UFSJ 2011/2, a partir das 18 horas do dia 3 (três) de junho de 2011, até às 19 horas do dia 5 (cinco) de junho de 2011 - nos Campi Santo Antônio, Dom Bosco, Centro Oeste Dona Lindu e Alto Paraopeba.

740.PORTARIA 540/2011/REITORIA/UFSJ - Reconhecer a Associação das Repúblicas Universitárias Associadas - RUA, CNPJ no 12.107.055/0001-84, como entidade estudantil no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

741.PORTARIA 606/2011/REITORIA/UFSJ - Designar o Pró-reitor de Administração para autorizar a concessão de diárias, passagens e locomoção de servidores e colaboradores eventuais junto ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

742.PORTARIA 1026/2011/REITORIA/UFSJ - Fixando as datas para encerramento da execução das despesas do exercício de 2011.

743.PORTARIA 1206/2011/REITORIA/UFSJ - Suspendendo as atividades administrativas e acadêmicas da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, a partir das 13 horas do dia 28 novembro de 2011, exclusivamente nos campi da sede em São João del-Rei.

744.PORTARIA 1208/2011/REITORIA/UFSJ - Suspendendo as atividades administrativas da Universidade Federal de São João del-Rei, não referentes ao Processo Seletivo UFSJ 2012/1, a partir das 18 horas do dia 9 (nove) de dezembro de 2011, até às 19 horas do dia 11 (onze) de dezembro de 2011 - nos Campi Santo Antônio, Dom Bosco, Tancredo Neves, Centro- Oeste Dona Lindu, Alto Paraopeba e Sete Lagoas.

745.RESOLUÇÃO 001/2012 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 011, de 06/09/2011, que cria bolsa internato para estudantes dos Cursos de Enfermagem e Medicina da UFSJ.

746.RESOLUÇÃO 002/2012 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 014, de 28/11/2011, que disciplina o processo de afastamento de técnico administrativo do quadro da UFSJ para curso de pós-graduação em instituição nacional ou estrangeira.

747.RESOLUÇÃO 003/2012 CONDI/UFSJ - Autoriza remoção de servidor técnico-administrativo.

748.RESOLUÇÃO 004/2012 CONDI/UFSJ - Normatiza o parcelamento de férias.

749.RESOLUÇÃO 007/2012 CONDI/UFSJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ-PAINT 2012.

750.RESOLUÇÃO 009/2012 CONDI/UFSJ - Referenda a Portaria nº 550, de 24/05/2012, que reajustou os valores das bolsas pagas pela UFSJ aos alunos de graduação e pós-graduação. 2012 009 CONDI

751.RESOLUÇÃO 010/2012 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas - Exercício 2011 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

752.RESOLUÇÃO 011/2012 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor - CONDI para o ano de 2013.

753.RESOLUÇÃO 012/2012 CONDI/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2011 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

754.RESOLUÇÃO 013/2012 CONDI/UFSJ - Define os valores das refeições praticados pelo Restaurante Universitário e demais providências.

755.RESOLUÇÃO 001/2012 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.171, de 18/11/2011, que autorizou o cadastro das novas unidades curriculares do Curso de Engenharia de Alimentos.

756.RESOLUÇÃO 002/2012 CONEP/UFSJ - Referenda a Portaria nº 1.306, de 22/12/2011, que autorizou alteração da carga horária máxima para inscrição periódica dos Cursos de Engenharia do CAP.

757.RESOLUÇÃO 003/2012 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Estratégica de Pessoas.

758.RESOLUÇÃO 005/2012 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Curso de Licenciatura em Filosofia - Modalidade a Distância e aprova seu projeto pedagógico.

759.RESOLUÇÃO 006/2012 CONEP/UFSJ -Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

760.RESOLUÇÃO 007/2012 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

761.RESOLUÇÃO 008/2012 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

762.RESOLUÇÃO 009/2012 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Controladoria e Finanças.

763.RESOLUÇÃO 010/2012 CONEP/UFSJ - Altera Estrutura Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Currículo 2010.

764.RESOLUÇÃO 011/2012 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 048, de 19/01/2012, que autorizou o cadastro de alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo.

765.RESOLUÇÃO 012/2012 CONEP/UFSJ - Modifica e Reedita Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Comunicação Social - Habilitação Jornalismo.

766.RESOLUÇÃO 013/2012 CONEP/UFSJ -Aprova Calendário do Internato do Curso de Medicina para o ano de 2012.

767.RESOLUÇÃO 014/2012 CONEP/UFSJ - Altera estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública - Modalidade a Distância.

768.RESOLUÇÃO 015/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Programa de Especialização Lato Sensu de Residência em Área Profissional da Saúde - Enfermagem na Atenção Básica / Saúde da Família - Turma 3/2012.

769.RESOLUÇÃO 017/2012 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem (PPG-ENF).

770.RESOLUÇÃO 018/2012 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Animal (PPG CIA).

771.RESOLUÇÃO 019/2012 CONEP/UFSJ - Autoriza a DICON a cadastrar no Sistema de Controle Acadêmico alterações na carga horária das unidades curriculares do Curso de Medicina do CCO.

772.RESOLUÇÃO 020/2012 CONEP/UFSJ - Fixa datas para o Processo Seletivo Vestibular 2013/1 e para o Programa de Acesso Seriado - PAS.

773.RESOLUÇÃO 021/2012 CONEP/UFSJ - Aprova recomposição do Calendário Escolar da Graduação de 2012.

774.RESOLUÇÃO 022/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Matemática do CAP/UFSJ.

775.RESOLUÇÃO 023/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Educacional - Modalidade a Distância.

776.RESOLUÇÃO 0278/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Zootecnia.

777.RESOLUÇÃO 029/2012 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 622, de 21/06/2012, que propõe a criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Matemática (PROMM).

778.RESOLUÇÃO 030/2012 CONEP/UFSJ - Referenda Portaria nº 066, de 30/01/2012, que aprova a celebração de Convênio entre e UFMG e a UFSJ para oferecimento do Curso de Doutorado Interinstitucional em Enfermagem - Projeto DINTER UFMG/UFSJ.

779.RESOLUÇÃO 032/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Acordo de Transferência de Material a ser firmado entre a EMBRAPA Gado de Corte e a UFSJ.

780.RESOLUÇÃO 033/2012 CONEP/UFSJ - Prorroga o prazo para fechamento dos Diários e Atas Finais.

781.RESOLUÇÃO 034/2012 CONEP/UFSJ - Aprova o Convênio de Cooperação entre a UFSJ e o Instituto Euro-americano de Educação e Motricidade Humana (IEEMH).

782.RESOLUÇÃO 035/2012 CONEP/UFSJ - Referenda o Calendário para o Processo Seletivo Vestibular 2013/1 e para o Programa de Acesso Seriado - PAS.

783.RESOLUÇÃO 036/2012 CONEP/UFSJ - Autoriza Modificação no Calendário Escolar do Curso de Medicina.

784.RESOLUÇÃO 037/2012 CONEP/UFSJ - Aprova recomposição do Calendário Escolar dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de 2012.

785.RESOLUÇÃO 038/2012 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para o ano de 2013.



786.RESOLUÇÃO 039/2012 CONEP/UFESJ - Modifica Resolução/CONEP nº 013, de 06/05/2010, que regulamenta a extensão na UFESJ.

787.RESOLUÇÃO 040/2012 CONEP/UFESJ - Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP para o ano de 2013.

788.RESOLUÇÃO 001/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 1.270, de 15/12/2011, que suspendeu as atividades administrativas.

789.RESOLUÇÃO 002/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 080, de 01/02/2012, que autorizou abertura de concurso público docente para o CCO.

790.RESOLUÇÃO 003/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 087, de 01/02/2012, que autorizou abertura de concurso público docente para o DAUAP.

791.RESOLUÇÃO 004/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 137, de 14/02/2012, que autorizou abertura de concurso público docente para o CCO.

792.RESOLUÇÃO 006/2012 CONSU/UFESJ - Confere ao Laboratório de Ensino de Química do DCNAT o nome "Tiago Ferreira Campos".

793.RESOLUÇÃO 010/2012 CONSU/UFESJ - Altera nome do Departamento Multidisciplinar de Tecnologia, Ciências Humanas e Sociais para Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades.

794.RESOLUÇÃO 011/2012 CONSU/UFESJ - Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ.

795.RESOLUÇÃO 013/2012 CONSU/UFESJ - Aprova o Plano Piloto Físico Territorial do Campus Alto Paraopeba - CAP da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ.

796.RESOLUÇÃO 014/2012 CONSU/UFESJ - Aprova a criação do Curso de Geografia - Modalidade Bacharelado e a reestruturação do Curso de Geografia - Modalidade Licenciatura.

797.RESOLUÇÃO 016/2012 CONSU/UFESJ - Aprova a Criação, em caráter especial e temporário, do Curso de Licenciatura em Filosofia - Modalidade a Distância (COFID) na UFESJ.

798.RESOLUÇÃO 017/2012 CONSU/UFESJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Zootecnia - DEZOO.

799.RESOLUÇÃO 018/2012 CONSU/UFESJ - Altera Regimento Interno do Colegiado do Curso de Bioquímica, aprovado pela Resolução CONSU nº 002, de 08/03/2010.

800.RESOLUÇÃO 019/2012 CONSU/UFESJ - Ratifica a Resolução/CONSU nº 033, de 22/10/2007, que aprova a adesão da UFESJ ao REUNI.

801.RESOLUÇÃO 020/2012 CONSU/UFESJ - Aprova Regimento Interno do Departamento das Engenharias de Telecomunicações e Mecatrônica - DETEM.

802.RESOLUÇÃO 022/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza transferência do acervo do CEREM para a UFESJ e cria Fundação de Apoio.

803.RESOLUÇÃO 023/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza aquisição pela UFESJ de lotes no município de Divinópolis para ampliação do Campus Centro-Oeste Dona Lindu.

804.RESOLUÇÃO 025/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza abertura de concurso público docente no CSL.

805.RESOLUÇÃO 026/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza abertura de concurso público docente no CSL.

806.RESOLUÇÃO 027/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza abertura de concurso público docente no DCOMP.

807.RESOLUÇÃO 028/2012 CONSU/UFESJ - Aprova Criação do Bacharelado Interdisciplinar em Biosistemas (BIB) como Curso de Graduação do Campus Sete Lagoas (CSL).

808.RESOLUÇÃO 029/2012 CONSU/UFESJ - Autoriza abertura de concurso público docente no DTECH (Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades).

809.RESOLUÇÃO 030/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 444, de 26/04/2012, que autorizou contratação de professor para o DEQUE/CAP. (Departamento de Engenharia Química e Estatística).

810.RESOLUÇÃO 032/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 583, de 04/06/2012, que suspendeu as atividades administrativas.

811.RESOLUÇÃO 035/2012 CONSU/UFESJ - Referenda Portaria nº 580, de 04/06/2012, que autorizou a reposição de vaga docente para o Curso de Farmácia, do Campus Centro-Oeste Dona Lindu.

812.RESOLUÇÃO 036/2012 CONSU/UFESJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem (PPG-ENF).

813.RESOLUÇÃO 037/2012 CONSU/UFESJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Animal (PPG CIA).

814.RESOLUÇÃO 038/2012 CONSU/UFESJ - Modifica Resolução/CONSU nº 058, de 27/11/2006, que regulamenta a celebração de contrato, acordo, convênio, ajuste, protocolo, compromisso ou de qualquer outro termo de natureza administrativa e acadêmica.

815.RESOLUÇÃO 039/2012 CONSU/UFESJ - Modifica Resolução/CONSU nº 047, de 16/10/2006, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

816.RESOLUÇÃO 040/2012 CONSU/UFESJ - Cria o Setor de Extensão Universitária e Inclusão Social - SEUIN.

817.RESOLUÇÃO 042/2012 CONSU/UFESJ - Estabelece norma para a elaboração de editais e realização de Processos Seletivos para candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado dos programas stricto sensu da Universidade Federal de São João del-Rei.

818.RESOLUÇÃO 043/2012 CONSU/UFESJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Engenharia Química e Estatística - DEQUE (Nome e sigla alterados para: Departamento de Engenharia Química - DEQUI - Res. 034/16).

819.RESOLUÇÃO 044/2012 CONSU/UFESJ - Altera o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ.

820.RESOLUÇÃO 046/2012 CONSU/UFESJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Química, Biotecnologia e Engenharia de Bioprocessos - DQBIO.

821.RESOLUÇÃO 047/2012 CONSU/UFESJ - Regulamenta e institui parâmetros mínimos para a Assembleia Departamental ou Congregações de Centro aprovarem as normas de funcionamento e segurança dos laboratórios da unidade acadêmica, e dá outras providências.

822.RESOLUÇÃO 050/2012 CONSU/UFESJ - Revoga o Formulário de Encaminhamento de Projeto de Pesquisa, Ensino ou Extensão Envolvendo Animais (CEUA).

823.RESOLUÇÃO 051/2012 CONSU/UFESJ - Suspende atividades administrativas no dia 16/11/2012.

824.RESOLUÇÃO 052/2012 CONSU/UFESJ - Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Universitário - CONSU para o ano de 2013.

825.RESOLUÇÃO 053/2012 CONSU/UFESJ - Suspende atividades administrativas da UFESJ nos dias 26, 27, 28 e 31 de dezembro de 2012.

826.RESOLUÇÃO 054/2012 CONSU/UFESJ - Aprova a reestruturação dos Setores da UFESJ, alterando as Resoluções nº 003, de 26/02/2007; e nº 040, de 24/09/2012, do Conselho Universitário.

827.ORDEN DE SERVIÇO 012/2012/REITORIA/UFESJ - ORDEN DE SERVIÇO para Determinar a vinculação do Laboratório de Química de Biosistemas, que funciona nas salas 2.13 e 2.13A, ao Departamento de Zootecnia (DEZOO), com todos os materiais permanentes nele lotados e materiais de consumo nele existentes.

828.ORDEN DE SERVIÇO 054/2012/REITORIA/UFESJ - ORDEN DE SERVIÇO determinando a instituição no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ - o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

829.PORTARIA 135/2012/REITORIA/UFESJ - Reconhecendo provisoriamente os bacharelados interdisciplinares (BI's) da UFESJ como cursos de graduação, nos termos da presente Portaria.

830.PORTARIA 503/2012/REITORIA/UFESJ - Convalidando os atos praticados pelo Grupo do Programa Especial de Treinamento - PET Ciências Humanas, Estética e Artes do Curso de Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ, no período de 01.08.2002 a 14.05.2012. 2012 503 Reitoria

831.PORTARIA 562/2012/REITORIA/UFESJ - Suspendendo as atividades administrativas da Universidade Federal de São João del-Rei, não referentes ao Processo Seletivo UFESJ 2012/2, a partir das 18 horas do dia 8 (oito) de junho de 2012, até às 19 horas do dia 10 (dez) de junho de 2012 - nos Campi Santo Antônio, Dom Bosco, Tancredo Neves, Centro- Oeste Dona Lindu, Alto Paraopeba e Sete Lagoas.

832.PORTARIA 847/2012/REITORIA/UFESJ - Anulando o Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto - Edital No 50, de 12.06.2012.

833.PORTARIA 900/2012/REITORIA/UFESJ - Fixando datas para encerramento da execução das despesas do exercício de 2012.

834.PORTARIA 1049/2012/REITORIA/UFESJ - Alterando os prazos estabelecidos na Portaria/Reitoria nº 900, de 24.09.2012 que fixou as datas para encerramento da execução das despesas do exercício de 2012.

835.RESOLUÇÃO 001/2013 CONDI/UFESJ - Aprova Calendário Administrativo 2013.

836.RESOLUÇÃO 003/2013 CONDI/UFESJ - Aprova Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFESJ - PAINT 2013.

837.RESOLUÇÃO 004/2013 CONDI/UFESJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2013 e dá outras providências.

838.RESOLUÇÃO 006/2013 CONDI/UFESJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2012 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

839.RESOLUÇÃO 007/2013 CONDI/UFESJ - Aprova Relatório de Desempenho - Exercício 2012 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

840.RESOLUÇÃO 001/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação - Extensão - Modalidade a Distância.

841.RESOLUÇÃO 002/2013 CONEP/UFESJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Matemática - Modalidade a Distância.

842.RESOLUÇÃO 003/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal.

843.RESOLUÇÃO 004/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública - Modalidade a Distância.

844.RESOLUÇÃO 005/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico de Especialização Lato Sensu em Gestão em Saúde - Modalidade a Distância.

845.RESOLUÇÃO 006/2013 CONEP/UFESJ - Autoriza docente a prestar serviço voluntário no DCNAT.

846.RESOLUÇÃO 007/2013 CONEP/UFESJ - Autoriza a PROEN a adotar as medidas necessárias para a inclusão do tema "Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" em disciplinas que constam dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFESJ em vigor.

847.RESOLUÇÃO 008/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Calendário Escolar da Graduação 2013.

848.RESOLUÇÃO 009/2013 CONEP/UFESJ - Regulamenta a Sessão Solene de Colação de Grau dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ.

849.RESOLUÇÃO 010/2013 CONEP/UFESJ - Aprova o Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de São João del-Rei - UFESJ e a Université de Reims Champagne-Ardenne - França.

850.RESOLUÇÃO 011/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Teatro - Grau Acadêmico: Bacharelado.

851.RESOLUÇÃO 012/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Teatro - Grau Acadêmico: Licenciatura. 2013 012 CONEP

852.RESOLUÇÃO 013/2013 CONEP/UFESJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGeog).

853.RESOLUÇÃO 014/2013 CONEP/UFESJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sistemas e Processos Industriais (PPGSI).

854.RESOLUÇÃO 015/2013 CONEP/UFESJ - Propõe Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPADM).

855.RESOLUÇÃO 016/2013 CONEP/UFESJ - Referenda Portaria nº 330, de 30/03/2012, que aprovou a adesão da UFESJ ao projeto do Curso de Especialização em Extensão Universitária.

856.RESOLUÇÃO 017/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Calendário para o Programa de Acesso Seriado - PAS - Edição 2013/1.

857.RESOLUÇÃO 018/2013 CONEP/UFESJ - Propõe Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde.

858.RESOLUÇÃO 020/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

859.RESOLUÇÃO 022/2013 CONEP/UFESJ - Regulamenta a duração da hora-aula nos Cursos de Graduação e estabelece o horário institucional da UFESJ.

860.RESOLUÇÃO 023/2013 CONEP/UFESJ - Determina aos Colegiados de Curso que façam o ajuste da carga horária dos Cursos de Graduação.

861.RESOLUÇÃO 024/2013 CONEP/UFESJ - Torna obrigatória a unidade curricular "Práticas de Grandes Conjuntos Instrumentais: Orquestra" no Projeto Pedagógico do Curso de Música.

862.RESOLUÇÃO 025/2013 CONEP/UFESJ - Propõe a Criação do Curso de Medicina, em São João del-Rei, e aprova seu projeto pedagógico.

863.RESOLUÇÃO 026/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Calendário para o Programa de Acesso Seriado - PAS - Edição 2013/2.

864.RESOLUÇÃO 027/2013 CONEP/UFESJ - Estabelece definições, princípios, graus acadêmicos, critérios e padrões para organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFESJ.

865.RESOLUÇÃO 029/2013 CONEP/UFESJ - Aprova o Convênio entre a Câmara Municipal de São João del-Rei e a UFESJ.

866.RESOLUÇÃO 030/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica.

867.RESOLUÇÃO 031/2013 CONEP/UFESJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Infantil.

868.RESOLUÇÃO 032/2013 CONEP/UFESJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas - Integral e Noturno.

869.RESOLUÇÃO 033/2013 CONEP/UFESJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM).

870.RESOLUÇÃO 034/2013 CONEP/UFESJ - Propõe a Criação de Departamentos no Campus Sete Lagoas - CSL.

871.RESOLUÇÃO 035/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

872.RESOLUÇÃO 037/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

873.RESOLUÇÃO 038/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

874.RESOLUÇÃO 039/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública - Modalidade a Distância.

875.RESOLUÇÃO 040/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal - Modalidade a Distância.

876.RESOLUÇÃO 041/2013 CONEP/UFESJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Saúde - Modalidade a Distância.

877.RESOLUÇÃO 043/2013 CONEP/UFESJ - Regulamenta a abreviação da integralização dos Cursos de Graduação da UFESJ 2013 043 CONEP

878.Resolução ativa Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP para o ano de 2014.

879.RESOLUÇÃO 001/2013 CONSU/UFESJ - Suspende as atividades acadêmicas da UFESJ no dia 25/01/2013.

880.RESOLUÇÃO 002/2013 CONSU/UFESJ - Modifica Resolução/CONSU nº 047, de 16/10/2006, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.



881.RESOLUÇÃO 004/2013 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas - Exercício 2011 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

882.RESOLUÇÃO 005/2013 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades - DTECH.

883.RESOLUÇÃO 006/2013 CONSU/UFSJ - Aprova Relatório de Atividades Desenvolvidas em 2011.

884.RESOLUÇÃO 007/2013 CONSU/UFSJ - Altera o Regimento Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução/CONSU nº 006, de 09/03/2009.

885.RESOLUÇÃO 008/2013 CONSU/UFSJ - Altera a Resolução/CONSU nº 018, de 16/06/2008, que autoriza a criação do Campus Avançado no Município de Sete Lagoas.

886.RESOLUÇÃO 009/2013 CONSU/UFSJ - Altera a Resolução/CONSU nº 019, de 03/05/2012, que ratifica a Resolução/CONSU nº 033, de 22/10/2007, que aprova a adesão da UFSJ ao REUNI.

887.RESOLUÇÃO 010/2013 CONSU/UFSJ - Fixa critérios de gestão da propriedade intelectual, cria o Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei, estabelece suas competências e dá outras providências.

888.RESOLUÇÃO 012/2013 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas - Exercício 2011 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

889.RESOLUÇÃO 013/2013 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Zootecnia.

890.RESOLUÇÃO 017/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia (PPGeog).

891.RESOLUÇÃO 018/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sistemas e Processos Industriais (PPGSPi).

892.RESOLUÇÃO 019/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPADM).

893.RESOLUÇÃO 020/2013 CONSU/UFSJ - Altera a Resolução/CONSU nº 045, de 04/07/2011, que define os casos que se admite a deliberação em regime simplificado.

894.RESOLUÇÃO 022/2013 CONSU/UFSJ - Aprova Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Ciências da Saúde.

895.RESOLUÇÃO 023/2013 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades acadêmicas e administrativas da UFSJ no dia 31/05/2013.

896.RESOLUÇÃO 025/2013 CONSU/UFSJ - Altera a Resolução/CONSU nº 021, de 26/09/2005, que estabelece normas para redistribuição de docentes e técnicos administrativos da UFSJ para outras instituições e dá outras providências.

897.RESOLUÇÃO 026/2013 CONSU/UFSJ - Altera a Resolução/CONSU nº 045, de 04/07/2011, que define os casos que se admite a deliberação em regime simplificado.

898.RESOLUÇÃO 027/2013 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas - Exercício 2012 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

899.RESOLUÇÃO 030/2013 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno da Congregação da Unidade do Campus Centro-Oeste Dona Lindu da Universidade Federal de São João del-Rei - CCO/UFSJ.

900.RESOLUÇÃO 031/2013 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Biosistemas.

901.RESOLUÇÃO 033/2013 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas nos campi da UFSJ em São João del-Rei no dia 16/08/2013.

902.RESOLUÇÃO 034/2013 CONSU/UFSJ - Altera o Código de Ética da UFSJ.

903.RESOLUÇÃO 035/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a reorganização administrativa do Campus Sete Lagoas (CSL) por departamentos acadêmicos.

904.RESOLUÇÃO 036/2013 CONSU/UFSJ - Designa a Congregação do CCO como o Colégio Eleitoral para o processo de escolha para Diretor e Vice-Diretor da referida Unidade.

905.RESOLUÇÃO 037/2013 CONSU/UFSJ - Aprova criação do Curso e do Departamento de Medicina em São João del-Rei (DEMED). 2013 037 CONSU

906.RESOLUÇÃO 038/2013 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 004, de 14/03/2011, que aprova as Normas de Funcionamento dos Centros como Unidades Acadêmicas da UFSJ.

907.RESOLUÇÃO 040/2013 CONSU/UFSJ - Aprova reoferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Modalidade a Distância.

908.RESOLUÇÃO 041/2013 CONSU/UFSJ - Altera Resolução/CONSU nº 004, de 10/11/2004, que cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA-UFSJ, e anexo da Resolução/CONSU nº 006, de 24/01/2005, que aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação - CPA-UFSJ.

909.RESOLUÇÃO 042/2013 CONSU/UFSJ - Altera Resolução/CONDS nº 007, de 30/06/2003, que estabelece a sistemática para uso da logomarca da UFSJ.

910.RESOLUÇÃO 043/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação de Departamentos no Campus Sete Lagoas - CSL (Departamento de Ciências Agrárias - DCIAG); Departamento de Ciências Exatas e Biológicas - DECEB; e Departamento de Engenharia de Alimentos - DEALI).

911.RESOLUÇÃO 044/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM).

912.RESOLUÇÃO 046/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Estrutura Administrativa do Campus Sete Lagoas - CSL.

913.RESOLUÇÃO 048/2013 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas no Campus Alto Paraopeba - CAP no dia 13/12/2013.

914.RESOLUÇÃO 049/2013 CONSU/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Universitário - CONSU para o ano de 2014.

915.RESOLUÇÃO 050/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação de Setores no Campus Centro-Oeste Dona Lindu - CCO.

916.RESOLUÇÃO 051/2013 CONSU/UFSJ - Autoriza recesso de final de ano.

917.RESOLUÇÃO 052/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação de Setores na UFSJ.

918.RESOLUÇÃO 053/2013 CONSU/UFSJ - Aprova, ad referendum, a criação do Curso de Engenharia Biomédica, com a oferta de 40 vagas anuais, no Campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei - CDBUFSJ.

919.RESOLUÇÃO 054/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Engenharia de Controle e Automação, com a oferta de 40 vagas anuais, no Campus Sete Lagoas da Universidade Federal de São João del-Rei - CSL/UFSJ.

920.RESOLUÇÃO 055/2013 CONSU/UFSJ - Aprova, ad referendum, a criação do Curso de Engenharia Ferroviária e Metroviária, com a oferta de 40 vagas anuais, no Campus Sete Lagoas da Universidade Federal de São João del-Rei - CSL/UFSJ.

921.RESOLUÇÃO 056/2013 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Engenharia Florestal, com a oferta de 40 vagas anuais, no Campus Sete Lagoas da Universidade Federal de São João del-Rei - CSL/UFSJ.

922.ORDEM DE SERVIÇO 118/2013/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO determinando que Toda compra e/ou licitação na UFSJ deverá ser precedida de providências.

923.ORDEM DE SERVIÇO 001/2013/PROJU/UFSJ - Ordem de serviço do PROCURADOR FEDERAL-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFSJ que visa disciplinar e operacionalizar o funcionamento da consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da PF/UFSJ.

924.PORTARIA 022/2013/REITORIA/UFSJ - Suspendendo as atividades administrativas da Universidade Federal de São João del-Rei, não referentes ao Processo Seletivo UFSJ 2013/1, a partir das 18 horas do dia 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2013, até às 20 horas do dia 27 (vinte e sete) de janeiro de 2013.

925.PORTARIA 464/2013/REITORIA/UFSJ - Interditando os Campi Santo Antônio, Dom Bosco e Alto Paraopeba da Universidade Federal de São João del-Rei, no dia 5 (cinco) de maio de 2013, para realização da prova de seleção do Programa Jovens Talentos.

926.PORTARIA 554/2013/REITORIA/UFSJ - Tornando sem efeito a Portaria/Reitoria nº 492, de 7 de maio de 2013.

927.PORTARIA 607/2013/REITORIA/UFSJ - Criando uma UGR - Unidade Gestora Responsável no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI para a operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal - SCDP.

928.PORTARIA 035/2013/CCO/UFSJ - Criar a Comissão Permanente de Espaço Físico do Campus CentroOeste Dona Lindu.

929.PORTARIA 038/2013/CCO/UFSJ - Aprovar o projeto "Estudo de formulação, validação de processo e avaliação da dissolução de carvedilol a partir de cápsulas preparadas em uma farmácia de manipulação da cidade de Divinópolis".

930.PORTARIA 114/2013/CCO/UFSJ - Aprovar o projeto "Bem Cuidar: promoção de alta hospitalar segura através da educação em saúde para pacientes oncológicos, críticos e em cuidados paliativos, e seus cuidadores".

931.RESOLUÇÃO 001/2014 CONDI/UFSJ - Resolução ativa Aprova Calendário Administrativo 2014. 2014 002 CONDI

932.RESOLUÇÃO 003/2014 CONDI/UFSJ - Aprova Prestação de Contas - Exercício 2012 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

933.RESOLUÇÃO 004/2014 CONDI/UFSJ - Aprova Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor - CONDI para o ano de 2014.

934.RESOLUÇÃO 005/2014 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2014 e dá outras providências.

935.RESOLUÇÃO 006/2014 CONDI/UFSJ - Estabelece os valores para o Programa de Assistência Estudantil.

936.RESOLUÇÃO 007/2014 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2013 da Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ. 2014 007 CONDI

937.RESOLUÇÃO 008/2014 CONDI/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2013 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del Rei - FAUF.

938.RESOLUÇÃO 009/2014 CONDI/UFSJ - Regulamenta o Programa de Auxílio à Publicação de Textos Científicos da UFSJ.

939.RESOLUÇÃO 010/2014 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT 2014. 2014 010 CONDI

940.RESOLUÇÃO 011/2014 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT 2015 2014 011 CONDI

941.RESOLUÇÃO 012/2014 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor - CONDI para o ano de 2015.

942.RESOLUÇÃO 013/2014 CONDI/UFSJ - Disciplina o processo de afastamento de técnico-administrativo do quadro da UFSJ para curso de pós-graduação em instituição nacional ou estrangeira.

943.RESOLUÇÃO 015/2014 CONDI/UFSJ - Regulamenta o Programa de Dimensionamento do Quadro de Servidores Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei e dá outras providências.

944.RESOLUÇÃO 001/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente.

945.RESOLUÇÃO 002/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar da Graduação 2014.

946.RESOLUÇÃO 003/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Calendários Escolares dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para o ano de 2014.

947.RESOLUÇÃO 004/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Química de Minas Gerais (PPGMQ-MG).

948.RESOLUÇÃO 005/2014 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Estratégica de Pessoas - Turma 2014/2015.

949.RESOLUÇÃO 006/2014 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Controladoria e Finanças - Turma 2014/2015.

950.RESOLUÇÃO 007/2014 CONEP/UFSJ - Aprova projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Ambiental - Turma 2014/2015.

951.RESOLUÇÃO 008/2014 CONEP/UFSJ - Dispõe sobre o Regime de Recuperação - RER - para os Cursos Regulares de Graduação da UFSJ.

952.RESOLUÇÃO 009/2014 CONEP/UFSJ - Aprova reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Matemática - Modalidade a Distância.

953.RESOLUÇÃO 012/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Programa de Residência Profissional em Enfermagem na Atenção Básica/ Saúde da Família - Turma 4/2014.

954.RESOLUÇÃO 013/2014 CONEP/UFSJ - Prorroga prazo para fechamento dos Diários e Atas Finais e altera as datas para pré-inscrição.

955.RESOLUÇÃO 014/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário para o Programa de Acesso Seriado - PAS - Edição 2014/1.

956.RESOLUÇÃO 015/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Computação - Integral. (Adequado à Res. 027/2013).

957.RESOLUÇÃO 017/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologia e Inovação na Saúde da Criança e do Adolescente.

958.RESOLUÇÃO 019/2014 CONEP/UFSJ - Revoga a Resolução/CONAC nº 002, de 27/05/1992.

959.RESOLUÇÃO 020/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Especialização em Ensino de Ciências nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Modalidade a Distância.

960.RESOLUÇÃO 021/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão de Processos e Ética (PROFGE).

961.RESOLUÇÃO 022/2014 CONEP/UFSJ - Autoriza o discente em mobilidade acadêmica nacional ou internacional, cujo afastamento ocorra durante o semestre letivo, a solicitar o trancamento de matrícula e/ou exclusão de Unidades Curriculares, fora dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

962.RESOLUÇÃO 024/2014 CONEP/UFSJ - Regulamenta a oferta de unidades curriculares e a inscrição dos discentes dos Cursos de Graduação da UFSJ.

963.RESOLUÇÃO 025/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras.

964.RESOLUÇÃO 026/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ecologia (PGE).

965.RESOLUÇÃO 027/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Zootecnia.

966.RESOLUÇÃO 028/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Computação Aplicada (PROMCA).

967.RESOLUÇÃO 029/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia.

968.RESOLUÇÃO 030/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia.

969.RESOLUÇÃO 031/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Farmácia Hospitalar e Farmácia Clínica.

970.RESOLUÇÃO 032/2014 CONEP/UFSJ - Propor a desativação dos Cursos de Bacharelado em Letras: Português, e Bacharelado em Letras: Inglês.

971.RESOLUÇÃO 033/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Aperfeiçoamento em Culturas e História dos Povos Indígenas - Modalidade a Distância.

972.RESOLUÇÃO 034/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo - Modalidade a Distância.

973.RESOLUÇÃO 036/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História - Grau Acadêmico: Bacharelado.

974.RESOLUÇÃO 037/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Graduação 2015.

975.RESOLUÇÃO 038/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Hospitalar.

976.RESOLUÇÃO 039/2014 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Engenharia de Controle e Automação, aprova o seu Projeto Pedagógico e propõe a criação de um Departamento no CSL.

977.RESOLUÇÃO 040/2014 CONEP/UFSJ - Aprova Calendários Escolares dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para o ano de 2015.



978.RESOLUÇÃO 041/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Cosmetologia e Manipulação Farmacêutica - Farmácia Magistral.

979.RESOLUÇÃO 042/2014 CONEP/UFSJ - Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência em Enfermagem na Atenção Básica/Saúde da Família - Turma 4/2014.

980.RESOLUÇÃO 043/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Residência em Enfermagem na Atenção Básica/Saúde da Família - Turma 5.

981.RESOLUÇÃO 044/2014 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente - Turma 2.

982.RESOLUÇÃO 001/2014 CONSU/UFSJ -Aprova a criação do Setor de Apoio a Ações Culturais Institucionais (SAACI), vinculado à Divisão de Projetos e Apoio à Comunidade Universitária (DIPAC) da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX).

983.RESOLUÇÃO 003/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Química de Minas Gerais (PPGMQ-MG).

984.RESOLUÇÃO 004/2014 CONEP/UFSJ -Aprova Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

985.RESOLUÇÃO 005/2014 CONSU/UFSJ - Modifica e Reedita o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Campus Centro-Oeste Dona Lindu da Universidade Federal de São João del-Rei (CEPES-CCO/UFSJ).

986.RESOLUÇÃO 006/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica - PPMEC. 2014 006 CONSU

987.RESOLUÇÃO 007/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável - PPGTDS.

988.RESOLUÇÃO 008/2014 CONSU/UFSJ - Altera nome do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sistemas e Processos Industriais (PPGSPi) para Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPGEQ).

989.RESOLUÇÃO 010/2014 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas e acadêmicas no Campus Alto Paraopeba - CAP no dia 14/04/2014.

990.RESOLUÇÃO 005/2014 CONSU/UFSJ - Altera sigla do Departamento de Ciências Agrárias de DEPCA para DCIAG.

991.RESOLUÇÃO 013/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologia e Inovação na Saúde da Criança e do Adolescente (MPSCA).

992.RESOLUÇÃO 014/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão de Processos e Ética (PROFGE).

993.RESOLUÇÃO 015/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regulamento Geral da Moradia Estudantil da UFSJ.

994.RESOLUÇÃO 016/2014 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas da UFSJ no dia 20/06/2014.

995.RESOLUÇÃO 018/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas - PPGCF.

996.RESOLUÇÃO 019/2014 CONSU/UFSJ - Homologa Prestação de Contas - Exercício 2012 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

997.RESOLUÇÃO 020/2014 CONSU/UFSJ -Modifica e reedita a Resolução/CONSU nº 008, de 05/03/2012, que institui o laboratório multiusuário no âmbito da UFSJ.

998.RESOLUÇÃO 021/2014 CONSU/UFSJ - Aprova Regimento Interno do Departamento de Ciências Exatas e Biológicas - DECEB.

999.RESOLUÇÃO 022/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Física e Química de Materiais - FQMat.

1000.RESOLUÇÃO 023/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ecologia (PGE).

1001.RESOLUÇÃO 024/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras.

1002.RESOLUÇÃO 025/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Zootecnia (PPZOO).

1003.RESOLUÇÃO 026/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Computação Aplicada (PROMCA).

1004.RESOLUÇÃO 027/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia.

1005.RESOLUÇÃO 028/2014 CONSU/UFSJ - Revoga as Resoluções/CONSU nº 021, de 10/04/2006; e nº 049, de 16/10/2006.

1006.RESOLUÇÃO 029/2014 CONSU/UFSJ - Dispõe sobre a progressão funcional de Docentes da UFSJ integrantes da Carreira do Magistério Superior.

1007.RESOLUÇÃO 033/2014 CONSU/UFSJ - Institui a política e estabelece os programas de assistência estudantil no âmbito da UFSJ.

1008.RESOLUÇÃO 034/2014 CONSU/UFSJ - Regulamenta as disposições para processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção de docentes entre as classes A, B, C, D e E da carreira do Magistério Superior da UFSJ.

1009.RESOLUÇÃO 035/2014 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 042, de 02/10/2012, que estabelece norma para a elaboração de editais e realização de Processos Seletivos para candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado dos programas stricto sensu da Universidade Federal de São João del-Rei.

1010.RESOLUÇÃO 036/2014 CONSU/UFSJ -Aprova o Regimento Interno do Departamento de Física e Matemática - DEFIM.

1011.RESOLUÇÃO 037/2014 CONSU/UFSJ -Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Medicina da Sede - CMEDI.

1012.RESOLUÇÃO 038/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias - PPGCA.

1013.RESOLUÇÃO 040/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Departamento Politécnico - DPOLI.

1014.RESOLUÇÃO 041/2014 CONSU/UFSJ - Aprova a desativação dos Cursos de Bacharelado em Letras: Português, e Bacharelado em Letras: Inglês.

1015.RESOLUÇÃO 042/2014 CONSU/UFSJ - Altera o nome e a sigla do Núcleo de Editoração Eletrônica (NEELE) para Setor de Editoração Eletrônica (SEDIT) e sua vinculação.

1016.RESOLUÇÃO 043/2014 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Setor de Editoração Eletrônica (SEDIT).

1017.ORDEM DE SERVIÇO 003/2014/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO determinando que Fica instituído SIG - Sistema Integrado de Gestão da UFSJ, que tem por finalidade a realização de procedimentos administrativos e seus trâmites.

1018.ORDEM DE SERVIÇO 062/2014/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando a estabelecer critérios e uniformizar os procedimentos relativos à programação de férias, para garantir o funcionamento adequado das atividades administrativas e acadêmicas no âmbito da Instituição.

1019.ORDEM DE SERVIÇO 063/2014/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando SUBSTITUIR o item 10 da Ordem de Serviço nº 062, de 21 de agosto de 2014, que estabelece critérios e uniformiza os procedimentos relativos à programação de férias, para garantir o funcionamento adequado das atividades administrativas e acadêmicas no âmbito da Instituição.

1020.ORDEM DE SERVIÇO 089/2014/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando ALTERAR, com efeito a partir do dia 1º de janeiro de 2015, o item 5 da Ordem de Serviço nº 062, de 21 de agosto de 2014, que estabelece critérios e uniformiza os procedimentos relativos à programação de férias, para garantir o funcionamento adequado das atividades administrativas e acadêmicas no âmbito da Instituição.

1021.RESOLUÇÃO 001/2015 CONDI/UFSJ - Estabelece o valor mínimo por metro quadrado para a cessão de espaço físico não edificado nas unidades educacionais da UFSJ em São João del-Rei.

1022.RESOLUÇÃO 002/2015 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário administrativo 2015.

1023.RESOLUÇÃO 003/2015 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 013, de 25/11/2014, que disciplina o processo de afastamento de técnico-administrativo do quadro da UFSJ para curso de pós-graduação em instituição nacional ou estrangeira.

1024.RESOLUÇÃO 005/2015 CONDI/UFSJ - Revoga a Resolução/CONDI nº 003, de 05/06/1992.

1025.RESOLUÇÃO 006/2015 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2014 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1026.RESOLUÇÃO 007/2015 CONDI/UFSJ - Regulamenta a criação, a solicitação e o fornecimento de animais de laboratório no âmbito da UFSJ e dá outras providências.

1027.RESOLUÇÃO 008/2015 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2015 e dá outras providências.

1028.RESOLUÇÃO 009/2015 CONDI/UFSJ - Aprova as Ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2015) até junho de 2015.

1029.RESOLUÇÃO 010/2015 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT/2016.

1030.RESOLUÇÃO 004/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas - Grau Acadêmico: Bacharelado.

1031.RESOLUÇÃO 006/2015 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 024, de 09/07/2014, que regulamenta a oferta de unidades curriculares e a inscrição dos discentes dos Cursos de Graduação da UFSJ.

1032.RESOLUÇÃO 007/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o novo Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia.

1033.RESOLUÇÃO 008/2015 CONEP/UFSJ - Define e estabelece normas para o oferecimento de estágios de pós-doutorado na UFSJ.

1034.RESOLUÇÃO 009/2015 CONEP/UFSJ - Regulamenta o Programa de Iniciação Científica da UFSJ.

1035.RESOLUÇÃO 010/2015 CONEP/UFSJ - Regulamenta as condições de afastamento de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ e dá outras providências

1036.RESOLUÇÃO 011/2015 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência da Computação (PROPCC).

1037.RESOLUÇÃO 012/2015 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes Cênicas (PPGAC).

1038.RESOLUÇÃO 013/2015 CONEP/UFSJ - Regulamenta a equivalência entre unidades curriculares e o aproveitamento de estudos nos cursos de graduação da UFSJ.

1039.RESOLUÇÃO 014/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis.

1040.RESOLUÇÃO 004/2015 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia (PPGBiotec).

1041.RESOLUÇÃO 017/2015 CONEP/UFSJ - Autoriza o cadastro de unidades curriculares do Curso de Medicina, em São João del-Rei.

1042.RESOLUÇÃO 018/2015 CONEP/UFSJ - Altera as datas das Colações de Grau da UFSJ do segundo semestre de 2015 previstas no Calendário Escolar da Graduação.

1043.RESOLUÇÃO 019/2015 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Civil (PPGEC).

1044.RESOLUÇÃO 020/2015 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS).

1045.RESOLUÇÃO 021/2015 CONEP/UFSJ - Suspende cerimônia de colação de grau.

1046.RESOLUÇÃO 022/2015 CONEP/UFSJ - Aprova Calendário Escolar da Graduação 2016.

1047.RESOLUÇÃO 023/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Unidades Educacionais de São João del-Rei (CEPSJ).

1048.RESOLUÇÃO 024/2015 CONEP/UFSJ - Altera o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia - Nível Mestrado.

1049.RESOLUÇÃO 025/2015 CONEP/UFSJ - Regulamenta a política de estágio dos discentes de graduação da UFSJ.

1050.RESOLUÇÃO 026/2015 CONEP/UFSJ - Transfere encargo didático do Curso de Engenharia de Alimentos do DECEB para o DEALI.

1051.RESOLUÇÃO 027/2015 CONEP/UFSJ - Transfere encargo didático do Curso de Engenharia Agrônômica do DECEB para o DCIAG.

1052.RESOLUÇÃO 004/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo.

1053.RESOLUÇÃO 029/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Residência em Enfermagem na Atenção Básica/Saúde da Família - Turma 6.

1054.RESOLUÇÃO 030/2015 CONEP/UFSJ - Aprova os Calendários Escolares dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu para o ano de 2016

1055.RESOLUÇÃO 031/2015 CONEP/UFSJ - Autoriza o cadastro de unidades curriculares do Curso de Medicina do Campus Dom Bosco.

1056.RESOLUÇÃO 032/2015 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente - Turma 3.

1057.RESOLUÇÃO 001/2015 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas da UFSJ nos dias 16, 17 e 18/02/2015.

1058.RESOLUÇÃO 002/2015 CONSU/UFSJ - Estabelece nomenclaturas, finalidades, siglas e subordinções das unidades organizacionais da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. 2015 002 CONSU

1059.RESOLUÇÃO 003/2015 CONSU/UFSJ - Normatiza a Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório para Concessão de Estabilidade ao Servidor Docente da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1060.RESOLUÇÃO 004/2015 CONSU/UFSJ - Regulamenta a utilização do nome social no âmbito da UFSJ e dá outras providências.

1061.RESOLUÇÃO 005/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Engenharia de Alimentos - DEALI.

1062.RESOLUÇÃO 006/2015 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão (Prestação de Contas) - Exercício 2013 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1063.RESOLUÇÃO 007/2015 CONSU/UFSJ - Homologa a Prestação de Contas - Exercício 2013 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1064.RESOLUÇÃO 008/2015 CONSU/UFSJ - Revoga a Resolução/CONDS nº 008/1991 e a Resolução/CONSU nº 035/2009.

1064.RESOLUÇÃO 009/2015 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno do Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades - DTECH.

1065.RESOLUÇÃO 010/2015 CONSU/UFSJ - Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira de Magistério Superior no âmbito da UFSJ, e dá outras providências.

1066.RESOLUÇÃO 011/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes Cênicas (PPGAC).

1067.RESOLUÇÃO 012/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2014 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1068.RESOLUÇÃO 013/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Relatório de Avaliação de Desempenho - Exercício 2014 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1069.RESOLUÇÃO 014/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o credenciamento da FAUF junto ao MEC e MCT.

1070.RESOLUÇÃO 015/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência da Computação (PROPCC).

1071.RESOLUÇÃO 016/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biotecnologia.

1072.RESOLUÇÃO 017/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Civil (PPGEC).

1073.RESOLUÇÃO 018/2015 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS).

1074.RESOLUÇÃO 019/2015 CONSU/UFSJ - Regulamenta os Comitês de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos no âmbito da UFSJ e dá outras providências.

1075.RESOLUÇÃO 020/2015 CONSU/UFSJ - Altera o Regimento Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução/CONSU nº 006, de 09/03/2009.

1076.RESOLUÇÃO 021/2015 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 027, de 15/05/2006, que estabelece normas de funcionamento das reuniões do Conselho Universitário.



1077.RESOLUÇÃO 022/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Química.

1078.RESOLUÇÃO 023/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Psicologia - DPSIC.

1079.RESOLUÇÃO 024/2015 CONSU/UFSJ - Cria a Comissão de Residência Médica (COREME) dos Cursos de Medicina da UFSJ e aprova o seu Regimento Interno.

1080.RESOLUÇÃO 025/2015 CONSU/UFSJ - Estabelece a Política de Esportes da UFSJ.

1081.RESOLUÇÃO 026/2015 CONSU/UFSJ - Cria a Editora da UFSJ e aprova o seu Regimento Interno.

1082.RESOLUÇÃO 027/2015 CONSU/UFSJ - Revoga a Resolução/CONDS nº 001, de 11/03/1996.

1083.RESOLUÇÃO 028/2015 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras.

1084.RESOLUÇÃO 030/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Medicina - DEMED.

1085.RESOLUÇÃO 031/2015 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 011, de 19/03/2012, que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos Cursos de Graduação da UFSJ.

1086.RESOLUÇÃO 032/2015 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 034, de 13/10/2014, que regulamenta as disposições para processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção de docentes entre as classes A, B, C, D e E da carreira do Magistério Superior da UFSJ.

1087.RESOLUÇÃO 033/2015 CONSU/UFSJ - Retifica a Resolução/CONSU nº 002, de 03/03/2015, que estabelece nomenclaturas, finalidades, siglas e subordinações das unidades organizacionais da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

1088.RESOLUÇÃO 034/2015 CONSU/UFSJ - Autoriza recesso de final de ano.

1089.RESOLUÇÃO 035/2015 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão (Prestação de Contas) - Exercício 2014 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1090.RESOLUÇÃO 036/2015 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Comitê Local de Avaliação e Acompanhamento (CLAA) do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

1091.ORDEM DE SERVIÇO 019/2015/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO determinando que O relatório estabelecido no inciso III do artigo 6º da Resolução CONSU nº 034/2014 será o Relatório de Atividades do Docente (RADOC) do sistema Intellecto até que seja implantado o módulo acadêmico (SIGAA) do SIG/UFSJ.

1092.ORDEM DE SERVIÇO 054/2015/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando padronizar a fiscalização dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão-de-obra no âmbito da UFSJ.

1093.ORDEM DE SERVIÇO 069/2015/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando alterar a Ordem de Serviço 054 de 20 de agosto de 2015, que trata sobre a fiscalização dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão-de-obra no âmbito da UFSJ.

1094.ORDEM DE SERVIÇO 070/2015/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando normatizar a divulgação das decisões emanadas dos órgãos colegiados e os registros em áudio e vídeo das reuniões dos referidos órgãos colegiados no âmbito da UFSJ.

1095.ORDEM DE SERVIÇO 006/2015/PROEN/UFSJ - Ordem de serviço Estabelece que as solicitações dos discentes deverão ser por requerimento eletrônico .

1096.RESOLUÇÃO 001/2016 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - RAIN/2015.

1097.RESOLUÇÃO 002/2016 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 013, de 25/11/2014, que disciplina o processo de afastamento de técnico-administrativo da UFSJ para curso de pós-graduação em instituição nacional ou estrangeira.

1098.RESOLUÇÃO 003/2016 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2015 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1099.RESOLUÇÃO 004/2016 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário Administrativo 2016.

1100.RESOLUÇÃO 006/2016 CONDI/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas e o Relatório de Desempenho - Exercício 2015da Fundação de Apoio da Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1101.RESOLUÇÃO 007/2016 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - e fundações de apoio.

1102.RESOLUÇÃO 008/2016 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - e fundações de apoio.

1103.RESOLUÇÃO 011/2016 CONDI/UFSJ -Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT/2017.

1104.RESOLUÇÃO 001/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do Campus Centro-Oeste Dona Lindu.

1105.RESOLUÇÃO 002/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do Campus Dom Bosco.

1106.RESOLUÇÃO 003/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a proposta de adesão da UFSJ à Rede do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP.

1107.RESOLUÇÃO 004/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade - Turma 1.

1108.RESOLUÇÃO 005/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Produção Agroecológica (PGAPA).

1109.RESOLUÇÃO 006/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPGCF).

1110.RESOLUÇÃO 007/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Computação (PPGEC).

1112.RESOLUÇÃO 008/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Sistemas Complexos (PPGESC).

1113.RESOLUÇÃO 009/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Morfofuncionais (PPGCM).

1114.RESOLUÇÃO 010/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência da Computação (PROPCC).

1115.RESOLUÇÃO 011/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

1116.RESOLUÇÃO 012/2016 CONEP/UFSJ - Regulamenta as condições de afastamento para participação e colaboração esporádicas, de credenciamento em programas de pós-graduação de outras instituições e de qualificação profissional de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ, e dá outras providências.

1117.RESOLUÇÃO 013/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes Cênicas (PPGAC).

1118.RESOLUÇÃO 014/2016 CONEP/UFSJ - Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior.

1119.RESOLUÇÃO 017/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia da Energia (PPGEE).

1120.RESOLUÇÃO 018/2016 CONEP/UFSJ - Regulamenta a Certificação de Atividades de Iniciação Científica Voluntária e com Financiamento Externo pelas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1121.RESOLUÇÃO 019/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o novo Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia.

1122.RESOLUÇÃO 020/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Especialização em Gestão Pública - Modalidade a Distância.

1123.RESOLUÇÃO 021/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento - Modalidade a Distância.

1124.RESOLUÇÃO 022/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

1125.RESOLUÇÃO 023/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Saúde - Modalidade a Distância.

1126.RESOLUÇÃO 024/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública - Modalidade a Distância.

1127.RESOLUÇÃO 025/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal - Modalidade a Distância.

1128.RESOLUÇÃO 026/2016 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 004, de 29/02/2012, que Regulamenta os processos seletivos para ingresso de discentes por transferência e como portadores de diploma de curso superior.

1129.RESOLUÇÃO 027/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Artes Aplicadas.

1130.RESOLUÇÃO 028/2016 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Graduação em Biotecnologia e aprova o seu Projeto Pedagógico.

1131.RESOLUÇÃO 030/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Alimentos.

1132.RESOLUÇÃO 031/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica.

1133.RESOLUÇÃO 032/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Química.

1134.RESOLUÇÃO 033/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Residência em Enfermagem na Atenção Básica / Saúde da Família - Turma 7.

1135.RESOLUÇÃO 034/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente - Turma 4.

1136.RESOLUÇÃO 035/2016 CONEP/UFSJ - Determina procedimentos sobre as atividades acadêmicas dos cursos de graduação da UFSJ ao final dos movimentos grevistas.

1137.RESOLUÇÃO 036/2016 CONEP/UFSJ - Aprova a Recomposição do Calendário de Graduação 2016 da UFSJ.

1138.RESOLUÇÃO 037/2016 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Graduação 2017 da UFSJ.

1139.RESOLUÇÃO 001/2016 CONSU/UFSJ - Atesta que a FAUF cumpre a previsão contida no Art. 4º-A da Lei nº 8.958/1994.

1140.RESOLUÇÃO 002/2016 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas da UFSJ nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 2016.

1141.RESOLUÇÃO 003/2016 CONSU/UFSJ - Aprova alteração no Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem (PGENF).

1142.RESOLUÇÃO 004/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a adesão da UFSJ à Rede PROFIAP, adota o Regulamento do Curso e cria a Coordenação Local.

1143.RESOLUÇÃO 005/2016 CONSU/UFSJ - Modifica o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFSJ, aprovado pela Resolução/CONSU nº 062, de 07/11/2011.

1144.RESOLUÇÃO 006/2016 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas da UFSJ no dia 24 de março de 2016.

1145.RESOLUÇÃO 007/2016 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão - Exercício 2015 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1146.RESOLUÇÃO 009/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Sistemas Complexos (PPGESC).

1147.RESOLUÇÃO 010/2016 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades administrativas da UFSJ no dia 22 de abril de 2016.

1148.RESOLUÇÃO 011/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas (PPGCF).

1149.RESOLUÇÃO 012/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Produção Agroecológica (PGAPA).

1150.RESOLUÇÃO 013/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia de Computação (PPGEC).

1151.RESOLUÇÃO 014/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Morfofuncionais (PPGCM).

1152.RESOLUÇÃO 015/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência da Computação (PROPCC).

1153.RESOLUÇÃO 016/2016 CONSU/UFSJ - Autoriza a dispensa da titulação de Mestre para o corpo docente dos Programas de Residência em Saúde da UFSJ.

1154.RESOLUÇÃO 017/2016 CONSU/UFSJ - Autoriza a mudança de endereço de oferta do Curso de Ciências Econômicas.

1155.RESOLUÇÃO 018/2016 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica - PPMEC.

1156.RESOLUÇÃO 020/2016 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes Cênicas (PPGAC).

1157.RESOLUÇÃO 021/2016 CONSU/UFSJ - Aprova, ad referendum, a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia da Energia (PPGEE).

1158.RESOLUÇÃO 022/2016 CONSU/UFSJ - Confere ao saguão do terceiro andar do Bloco C do DCNAT o nome "Murilo Cruz Leal". 2016 022 CONSU

1159.RESOLUÇÃO 023/2016 CONSU/UFSJ - Autoriza a reoferta do Curso de Graduação em Filosofia, Licenciatura, modalidade Educação a Distância para o segundo semestre de 2016.

1160.RESOLUÇÃO 024/2016 CONSU/UFSJ - Autoriza, ad referendum, a reoferta do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado, modalidade Educação a Distância para o segundo semestre de 2016 e dá outras providência.

1161.RESOLUÇÃO 025/2016 CONSU/UFSJ - Regulamenta a Comissão de Ética da UFSJ e dá outras providências (COETI).

1162.RESOLUÇÃO 026/2016 CONSU/UFSJ - Homologa a Prestação de Contas e o Relatório de Desempenho - Exercício 2015 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1163.RESOLUÇÃO 027/2016 CONSU/UFSJ - Delega competência ao CONDI para regulamentar a relação entre a UFSJ e as fundações de apoio credenciadas.

1164.RESOLUÇÃO 028/2016 CONSU/UFSJ - Institui a Política de Inovação Tecnológica para a Universidade Federal de São João del-Rei, cria o Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica e dá outras providências.

1165.RESOLUÇÃO 029/2016 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1166.RESOLUÇÃO 030/2016 CONSU/UFSJ - Regulamenta a jornada de trabalho de 30 horas semanais e 6 horas diárias para servidores técnico-administrativos em educação no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ e dá outras providências.

1167.RESOLUÇÃO 031/2016 CONSU/UFSJ - Modifica e reedita, ad referendum, a Resolução/CONSU nº 030, de 20/06/2011, que cria a Comissão de Ética no Uso de Animais da UFSJ, estabelece as suas competências e dá outras providências.

1168.RESOLUÇÃO 032/2016 CONSU/UFSJ - Modifica e reedita, ad referendum, a Resolução/CONSU nº 049, de 05/11/2012, que aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais da UFSJ - CEUA/UFSJ.

1169.RESOLUÇÃO 033/2016 CONSU/UFSJ - Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2016-2018 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1170.RESOLUÇÃO 034/2016 CONSU/UFSJ - Altera o Nome, a Sigla e o Regimento Interno do Departamento de Engenharia Química e Estatística - DEQUE (para Departamento de Engenharia Química DEQUI). 2016 034 CONSU

1171.RESOLUÇÃO 035/2016 CONSU/UFSJ - Regulamenta a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) no âmbito da UFSJ e dá outras providências.

1172.RESOLUÇÃO 036/2016 CONSU/UFSJ - Autoriza recesso de final de ano 2016.

1173.RESOLUÇÃO 037/2016 CONSU/UFSJ - Cria, ad referendum, o Setor de Segurança Institucional (SSEGI) na Divisão de Prefeitura de Campus (DIPRE) e altera as Resoluções/CONSU nº 016/2009 e nº 002/2015.

1174.ORDEM DE SERVIÇO 001/2016/PROPE/UFSJ - Estabelece que as aulas deverão ser distribuídas de 2ª a 6ª feiras.

1175.ORDEM DE SERVIÇO 001/2016/PROEN/UFSJ - Estabelece que informações e consultas acadêmicas deverão ser encaminhadas à PROEN.

1176.PORTARIA 001/2016/CÂMARA DE GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ - Aprova Regimento de Laboratório.

1177.PORTARIA 008/2016/CÂMARA DE GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ - Aprova Termo de Adesão e Compromisso.



1178.PORTARIA 009/2016/CÂMARA DE GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ - Aprova manutenção de vaga para o Curso de Medicina.

1179.PORTARIA 010/2016/CÂMARA DE GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ - Altera Regimento dos Grupos de Atuação Docente.

1180.PORTARIA 001/2016/CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ - Aprova Contrato de Cotitularidade.

1181.PORTARIA 002/2016/CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ -Aprova proposta de Convênio de Cooperação Técnico-Científica.

1182.PORTARIA 003/2016/CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO/CCO/UFSJ -Aprova Projeto de Criação da área de concentração Saúde Coletiva.

1183.RESOLUÇÃO 001/2017 CONDI/UFSJ - Aprova, ad referendum, o Calendário Administrativo 2017.

1184.RESOLUÇÃO 002/2017 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - RAIN/2016.

1185.RESOLUÇÃO 004/2017 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2016 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1186.RESOLUÇÃO 005/2017 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2017 e dá outras providências.

1187.RESOLUÇÃO 010/2017 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano de Dados Abertos da UFSJ para o biênio 2017-2018

1188.RESOLUÇÃO 011/2017 CONDI/UFSJ - Regulamenta a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-X ou substâncias radioativas no âmbito da UFSJ e dá outras providências

1189.RESOLUÇÃO 013/2017 CONDI/UFSJ - Regulamenta o Programa de Qualificação e Educação Profissional dos Servidores da UFSJ (PQUALIS) e dá outras providências.

1190.RESOLUÇÃO 014/2017 CONDI/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2016 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1191.RESOLUÇÃO 015/2017 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário Administrativo 2018 da UFSJ.

1192.RESOLUÇÃO 016/2017 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 005, de 12/08/2009, que estabelece normas para o uso de dependências físicas com recursos audiovisuais na UFSJ pela comunidade acadêmica e externa, fixa taxas de utilização e dá outras providências e a Resolução/CONDI nº 014, de 19/11/2007, que fixa normas para utilização das dependências da UFSJ e dá outras providências.

1193.RESOLUÇÃO 017/2017 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT/2018.

1194.RESOLUÇÃO 018/2017 CONDI/UFSJ - Modifica, ad referendum, a Resolução/CONDI nº 005, de 12/08/2009, modificada pela Resolução/CONDI nº 016, de 11/12/2017, que estabelece normas para o uso de dependências físicas com recursos audiovisuais na UFSJ pela comunidade acadêmica e externa, fixa taxas de utilização e dá outras providências.

1195.RESOLUÇÃO 001/2017 CONEP/UFSJ - Aprova os Calendários Escolares da Pós-Graduação Stricto Sensu 2017 da UFSJ.

1196.RESOLUÇÃO 002/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Produção.

1197.RESOLUÇÃO 003/2017 CONEP/UFSJ - Cria a área de concentração "Saúde Coletiva" no PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde).

1198.RESOLUÇÃO 004/2017 CONEP/UFSJ - Aprova adequação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica - PPMEC.

1199.RESOLUÇÃO 005/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a desativação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BCT.

1200.RESOLUÇÃO 006/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Controladoria e Finanças - Turma 2017/2018.

1201.RESOLUÇÃO 007/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Estratégica de Pessoas - Turma 2017/2018.

1202.RESOLUÇÃO 008/2017 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 009, de 18 de março de 2015, que Regulamenta o Programa de Iniciação Científica da UFSJ.

1203.RESOLUÇÃO 009/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia (PPGFIL).

1204.RESOLUÇÃO 010/2017 CONEP/UFSJ - Autoriza troca de disciplina no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora.

1205.RESOLUÇÃO 011/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia da Computação (PROEC).

1206.RESOLUÇÃO 012/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGPSI).

1207.RESOLUÇÃO 013/2017 CONEP/UFSJ - Dispõe sobre os procedimentos para a realização de defesas fechadas de dissertações e teses na UFSJ.

1208.RESOLUÇÃO 014/2017 CONEP/UFSJ - Modifica o Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Unidades Educacionais de São João del-Rei (CEPSJ), aprovado pela Resolução/CONEP nº 023, de 28/10/2015.

1209.RESOLUÇÃO 015/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática - Modalidade a Distância

1210.RESOLUÇÃO 016/2017 CONEP/UFSJ - Prorroga o prazo para fechamento dos Diários e Atas Finais.

1211.RESOLUÇÃO 017/2017 CONEP/UFSJ - Trata, ad referendum, das atividades avaliativas durante a semana do Congresso de Produção Científica e Acadêmica da UFSJ.

1212.RESOLUÇÃO 018/2017 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

1213.RESOLUÇÃO 019/2017 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal - Modalidade a Distância

1214.RESOLUÇÃO 020/2017 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública - Modalidade a Distância.

1215.RESOLUÇÃO 021/2017 CONEP/UFSJ - Aprova a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Saúde - Modalidade a Distância.

1216.RESOLUÇÃO 022/2017 CONEP/UFSJ - Aprova, ad referendum, a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Empreendedora - Modalidade a Distância.

1217.RESOLUÇÃO 023/2017 CONEP/UFSJ - Aprova, ad referendum, a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

1218.RESOLUÇÃO 024/2017 CONEP/UFSJ - Aprova, ad referendum, a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Filosofia no Ensino Médio - Modalidade a Distância.

1219.RESOLUÇÃO 025/2017 CONEP/UFSJ - Aprova, ad referendum, a reedição do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Sociologia no Ensino Médio - Modalidade a Distância.

1220.RESOLUÇÃO 026/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem (PGENF).

1221.RESOLUÇÃO 028/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas.

1222.RESOLUÇÃO 029/2017 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Educação Física, Grau Acadêmico Bacharelado, e aprova o seu projeto pedagógico.

1223.RESOLUÇÃO 030/2017 CONEP/UFSJ - Aprova a alteração do número de vagas do Curso de Educação Física, Grau Acadêmico Licenciatura.

1224.RESOLUÇÃO 031/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Graduação 2018 da UFSJ.

1225.RESOLUÇÃO 034/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física - Grau Acadêmico Licenciatura.

1226.RESOLUÇÃO 035/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil - Grau Acadêmico Bacharelado.

1227.RESOLUÇÃO 036/2017 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Bioprocessos - Grau Acadêmico Bacharelado.

Resolução ativa Aprova o Programa de Residência Médica em Clínica Médica - PRMCM.

1228.RESOLUÇÃO 001/2017 CONSU/UFSJ - Autoriza, ad referendum, a reoferta do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado, modalidade Educação a Distância para o primeiro semestre de 2017.

1229.RESOLUÇÃO 002/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Graduação em Biotecnologia e da Coordenadoria do Curso de Biotecnologia - COBIT.

1230.RESOLUÇÃO 004/2017 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão - Exercício 2016 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1231.RESOLUÇÃO 006/2017 CONSU/UFSJ -Suspende as atividades acadêmicas da UFSJ no dia 28/04/2017.

1232.RESOLUÇÃO 007/2017 CONSU/UFSJ - Aprova o Regulamento dos Programas de Pós-graduação Lato Sensu de Residência Médica, Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde, da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1233.RESOLUÇÃO 008/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a extinção/desativação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BCT.

1234.RESOLUÇÃO 009/2017 CONSU/UFSJ - Cria o Setor de Suporte a Projetos Estudantis (SESPE) vinculado à Divisão de Assistência Estudantis (DIAAF) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE).

1235.RESOLUÇÃO 010/2017 CONSU/UFSJ - Regulamenta o processo de afastamento do País no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ e dá outras providências.

1236.RESOLUÇÃO 011/2017 CONSU/UFSJ - Autoriza, ad referendum, a reoferta do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado, modalidade Educação a Distância para o segundo semestre de 2017.

1237.RESOLUÇÃO 012/2017 CONSU/UFSJ - Autoriza, ad referendum, a reoferta do Curso de Graduação em Matemática, Licenciatura, modalidade Educação a Distância para o segundo semestre de 2017.

1238.RESOLUÇÃO 013/2017 CONSU/UFSJ - Estabelece a Política de Artes e cria o Comitê de Criação e Circulação Artística da UFSJ, e dá outras providências.

1239.RESOLUÇÃO 014/2017 CONSU/UFSJ -Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia (PPGFIL).

1240.RESOLUÇÃO 015/2017 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Biotecnologia - PPGBiotec.

1241.RESOLUÇÃO 016/2017 CONSU/UFSJ - Altera, ad referendum, a Resolução nº 003, de 30/03/2015, que normatiza a avaliação de desempenho em estágio probatório para concessão de estabilidade ao servidor docente da UFSJ, e dá outras providências.

1242.RESOLUÇÃO 001/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia da Computação (PROEC). Nível: Mestrado Profissional. 2017 017 CONSU

1243.RESOLUÇÃO 018/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGPSI).

1244.RESOLUÇÃO 019/2017 CONSU/UFSJ - Estabelece as formas de admissão aos cursos de graduação da UFSJ.

1245.RESOLUÇÃO 020/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem (PGENF).

1246.RESOLUÇÃO 021/2017 CONSU/UFSJ - Altera a subordinação do Núcleo de Criação de Animais de Laboratório (NUCAL) e dá outras providências.

1247.RESOLUÇÃO 023/2017 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências Morfofuncionais - PPGCM.

1248.RESOLUÇÃO 025/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas e da Coordenadoria do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas (COLIL).

1249.RESOLUÇÃO 026/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Educação Física, Grau Acadêmico Bacharelado.

1250.RESOLUÇÃO 027/2017 CONSU/UFSJ - Aprova a alteração do número de vagas do Curso de Educação Física, Grau Acadêmico Licenciatura.

1251.RESOLUÇÃO 028/2017 CONSU/UFSJ - Altera o nome e aprova o Regimento Interno do Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade - PIPAUS.

1252.RESOLUÇÃO 029/2017 CONSU/UFSJ - Autoriza a reoferta do Curso de Graduação em Filosofia, Licenciatura, modalidade Educação a Distância para o primeiro semestre de 2018.

1253.ORDEM DE SERVIÇO 002/2017/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando uniformizar os procedimentos relacionados ao cancelamento, interrupção e reprogramação de férias, para garantir o funcionamento adequado das atividades administrativas e acadêmicas no âmbito da Instituição .

1254.ORDEM DE SERVIÇO 008/2017/REITORIA/UFSJ - Ordem de serviço em casos de comprovada necessidade, o membro da Comunidade Acadêmica com transtorno do espectro autista, independente do segmento a que pertença, terá direito a acompanhante especializado.

1255.ORDEM DE SERVIÇO 001/2017/PROAD/UFSJ - Ordem de Serviço visando regulamentar os procedimentos quanto à concessão, aplicação e correta prestação de contas de Suprimento de Fundos do âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1256.ORDEM DE SERVIÇO 002/2017/PROAD/UFSJ - Ordem de Serviço visando uniformizar e disciplinar os procedimentos referentes à utilização, guarda, controle e entrega de chaves de acesso às dependências da UFSJ.

1257.ORDEM DE SERVIÇO 001/2017/PROPE/UFSJ - Ordem de serviço visa uniformizar os procedimentos relacionados a utilização dos equipamentos de videoconferências, no âmbito da Instituição.

1258.ORDEM DE SERVIÇO 002/2017/PROPE/UFSJ - Ordem de serviço Visa formalizar as matrículas de discentes nos cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu da Universidade Federal de São João del-Rei

1259.ORDEM DE SERVIÇO 001/2017/DIPRE/PROAD/UFSJ - Dispõe sobre o planejamento e organização das ações referentes ao acesso de veículos ao Campus Santo Antônio bem como a utilização dos estacionamentos.

1260.ORDEM DE SERVIÇO 002/2017/DIPRE/PROAD/UFSJ - Dispõe sobre a uniformização e disciplina dos procedimentos referentes à utilização, guarda, controle e entrega de chaves de acesso às dependências da UFSJ (Controle de Claviculario da UFSJ).

1261.RESOLUÇÃO 001/2018 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - RAIN/2017.

1262.RESOLUÇÃO 002/2018 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2017 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1263.RESOLUÇÃO 003/2018 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2018 e dá outras providências.

1264.RESOLUÇÃO 004/2018 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 011, de 06/09/2011, modificada pela Resolução/CONDI nº 001, de 26/03/2012, que cria bolsa internato para estudantes dos cursos de Enfermagem e Medicina da UFSJ.

1265.RESOLUÇÃO 007/2018 CONDI/UFSJ - Aprova a Prestação de Contas - Exercício 2017 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1266.RESOLUÇÃO 008/2018 CONDI/UFSJ - Institui o Fundo de Auxílio à Permanência de Discentes em Vulnerabilidade Socioeconômica (FDiVS) vinculados à pós-graduação stricto sensu da UFSJ.

1267.RESOLUÇÃO 094/2018 CONDI/UFSJ - Regulamenta a concessão de Auxílio Financeiro ao Pesquisador da Pós-graduação Stricto Sensu da UFSJ, destinado à Revisão, Tradução ou Publicação de Conteúdos Científico-acadêmicos no âmbito dos Programas de Pós-graduação da UFSJ.



1268.RESOLUÇÃO 010/2018 CONDI/UFSJ - Altera a Resolução/CONDI nº 013, de 25/11/2014, que disciplina o processo de afastamento de técnico-administrativo do quadro da UFSJ para curso de pós-graduação em instituição nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

1269.RESOLUÇÃO 012/2018 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário Administrativo 2019 da UFSJ.

1270.RESOLUÇÃO 013/2018 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT/2019. 2018 013 CONDI

1271.RESOLUÇÃO 014/2018 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2019 e dá outras providências.

1272.RESOLUÇÃO 001/2018 CONEP/UFSJ - Resolução ativa Altera o Calendário Escolar da Graduação 2018 da UFSJ, aprovado pela Resolução/CONEP nº 031 de 08/11/2017.

1273.RESOLUÇÃO 002/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Pós-graduação 2018 da UFSJ.

1274.RESOLUÇÃO 003/2018 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT).

1275.RESOLUÇÃO 004/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática para Professores - Modalidade a Distância.

1276.RESOLUÇÃO 005/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Computação Aplicada à Educação Básica - Modalidade a Distância.

1277.RESOLUÇÃO 006/2018 CONEP/UFSJ - Institui o regime simplificado de deliberação nas reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEP).

1278.RESOLUÇÃO 007/2018 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais (PGFLO).

1279.RESOLUÇÃO 008/2018 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM).

1280.RESOLUÇÃO 009/2018 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSSA)

1281.RESOLUÇÃO 010/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Campus Centro-Oeste Dona Lindu (CEPCO)

1282.RESOLUÇÃO 011/2018 CONEP/UFSJ - Aprova a proposta de adesão da UFSJ à Rede PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

1283.RESOLUÇÃO 012/2018 CONEP/UFSJ - Institui e regulamenta procedimentos acadêmicos no âmbito dos Cursos de Graduação da UFSJ e dá outras providências.

1284.RESOLUÇÃO 013/2018 CONEP/UFSJ - Regulamenta a dispensa de disciplinas nos cursos de graduação da UFSJ e dá outras providências.

1285.RESOLUÇÃO 014/2018 CONEP/UFSJ - Aprova a utilização da carga horária de atividades realizadas no Programas de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em unidades curriculares dos cursos de graduação da UFSJ.

1286.RESOLUÇÃO 015/2018 CONEP/UFSJ - Aprova a Reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável (PPGTDS).

1287.RESOLUÇÃO 016/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Plano de Internacionalização da UFSJ para o quadriênio 2018-2021.

1288.RESOLUÇÃO 017/2018 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS).

1289.RESOLUÇÃO 018/2018 CONEP/UFSJ - Altera o Calendário Escolar da Graduação 2018 da UFSJ.

1290.RESOLUÇÃO 019/2018 CONEP/UFSJ - Altera o Calendário Escolar da Graduação 2018 da UFSJ.

1291.RESOLUÇÃO 020/2018 CONEP/UFSJ - Propõe o desmembramento do Departamento de Letras, Artes e Cultura - DELAC.

1292.RESOLUÇÃO 021/2018 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 013, de 29/04/2015, que regulamenta a equivalência entre unidades curriculares e o aproveitamento de estudos nos cursos de graduação da UFSJ.

1293.RESOLUÇÃO 022/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Especialização Lato Sensu para Formação de Professores em Ciências Ambientais - Modalidade a Distância.

1294.RESOLUÇÃO 023/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Especialização Promoção da Saúde de Crianças e Adolescentes no Contexto da Educação Básica - Modalidade a Distância.

1295.RESOLUÇÃO 024/2018 CONEP/UFSJ - Regulamenta a participação da UFSJ no Programa Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, estabelece normas para fixação do número de vagas anuais e para os pedidos de transferência externa, e dá outras providências

1296.RESOLUÇÃO 025/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho - Modalidade a Distância.

1297.RESOLUÇÃO 026/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Curso de Especialização em Mundos Nativos: Saberes, Cultura e História dos Povos Indígenas - Modalidade a Distância.

1298.RESOLUÇÃO 027/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Graduação 2019 da UFSJ.

1299.RESOLUÇÃO 029/2018 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 027, de 11/09/2013, que estabelece definições, princípios, graus acadêmicos, critérios e padrões para organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFSJ.

1300.RESOLUÇÃO 030/2018 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 012, de 08/04/2016, que regulamenta as condições de afastamento para participação e colaboração esporádicas, de credenciamento em programas de pós-graduação de outras instituições e de qualificação profissional de docentes integrantes da carreira de Magistério Superior da UFSJ, e dá outras providências.

1301.RESOLUÇÃO 031/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Teatro - Grau Acadêmico Bacharelado.

1302.RESOLUÇÃO 032/2018 CONEP/UFSJ - Propõe o desmembramento do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT.

1303.RESOLUÇÃO 033/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia - Grau Acadêmico Licenciatura.

1304.RESOLUÇÃO 034/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia - Grau Acadêmico Bacharelado.

1305.RESOLUÇÃO 035/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Física - Grau Acadêmico Licenciatura. 2018 035 CONEP

1306.RESOLUÇÃO 036/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História - Grau Acadêmico Licenciatura.

1307.RESOLUÇÃO 037/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia - Grau Acadêmico Licenciatura. 2018 037 CONEP

1308.RESOLUÇÃO 038/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química - Grau Acadêmico Licenciatura.

1309.RESOLUÇÃO 039/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química - Grau Acadêmico Bacharelado.

1310.RESOLUÇÃO 040/2018 CONEP/UFSJ - Aprova a Reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPGEQ).

1311.RESOLUÇÃO 041/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas - Grau Acadêmico Licenciatura.

1312.RESOLUÇÃO 042/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Florestal - Grau Acadêmico Bacharelado.

1313.RESOLUÇÃO 043/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Música - Grau Acadêmico Licenciatura.

1314.RESOLUÇÃO 044/2018 CONEP/UFSJ - Modifica a Resolução/CONEP nº 006, de 07/03/2018, que institui o regime simplificado de deliberação nas reuniões do CONEP.

1315.RESOLUÇÃO 045/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Escolar da Pós-Graduação Stricto Sensu 2019 da UFSJ.

1316.RESOLUÇÃO 046/2018 CONEP/UFSJ - Altera o Calendário Escolar da Graduação 2019 da UFSJ, aprovado pela Resolução/CONEP nº 027, de 26/09/2018.

1317.RESOLUÇÃO 047/2018 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Administração - Grau Acadêmico Bacharelado.

1318.RESOLUÇÃO 001/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT).

1319.RESOLUÇÃO 002/2018 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão - Exercício 2017 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1320.RESOLUÇÃO 003/2018 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 010, de 06/05/2015, que dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira de Magistério Superior no âmbito da UFSJ, e dá outras providências.

1321.RESOLUÇÃO 004/2018 CONSU/UFSJ - Aprova nova logomarca da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1322.RESOLUÇÃO 005/2018 CONSU/UFSJ - Homologa a Prestação de Contas - Exercício 2016 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1323.RESOLUÇÃO 006/2018 CONSU/UFSJ - Cria o Setor de Convênios e Apoio a Projetos (SECAP) vinculado à Divisão de Planejamento e Gestão (DPLAG) da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN).

1324.RESOLUÇÃO 007/2018 CONSU/UFSJ - Regulamenta a concessão de afastamento a servidor técnico-administrativo para prestação de serviços e para capacitação profissional no âmbito da UFSJ.

1325.RESOLUÇÃO 008/2018 CONSU/UFSJ - Cria a Comissão de Integração para Políticas de Formação de Professores de Educação Básica - CIPROF - da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - e dá outras providências.

1326.RESOLUÇÃO 009/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM).

1327.RESOLUÇÃO 010/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o desmembramento do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT.

1328.RESOLUÇÃO 011/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (PPGSSA).

1329.RESOLUÇÃO 012/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS).

1330.RESOLUÇÃO 013/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a adesão da UFSJ à Rede PROFNIT - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, adota o Regimento do Curso e cria a Coordenação Local.

1331.RESOLUÇÃO 014/2018 CONSU/UFSJ - Cria a Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) da UFSJ e aprova o seu Regimento Interno.

1332.RESOLUÇÃO 015/2018 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno da Comissão de Acessibilidade da UFSJ - COACE/UFSJ, aprovado pela Resolução/CONSU nº 059, de 17/11/2011.

1333.RESOLUÇÃO 016/2018 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 028, de 19/09/2016, que institui a Política de Inovação Tecnológica para a UFSJ, cria o Núcleo de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica e dá outras providências.

1334.RESOLUÇÃO 017/2018 CONSU/UFSJ - Cria o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) da UFSJ, aprova seu Regimento Interno e dá outras providências

1335.RESOLUÇÃO 018/2018 CONSU/UFSJ - Institui a Política Linguística da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1336.RESOLUÇÃO 019/2018 CONSU/UFSJ - Institui o prêmio de Dissertações e Teses Milton Santos.

1337.RESOLUÇÃO 020/2018 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades acadêmicas da UFSJ nos dias 24 e 25 de maio nos campi de São João del-Rei, no CAP e CSL.

1338.RESOLUÇÃO 021/2018 CONSU/UFSJ - Suspende as atividades acadêmicas e administrativas da UFSJ. (a partir das 14h de 28/05 até 30/05/2018).

1339.RESOLUÇÃO 022/2018 CONSU/UFSJ - Institui a Política de Internacionalização da UFSJ da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1340.RESOLUÇÃO 023/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciência da Computação (PPGCC).

1341.RESOLUÇÃO 024/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Artes Cênicas (PPGAG).

1342.RESOLUÇÃO 025/2018 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno da Editora da UFSJ (EdUFSJ), aprovado pela Resolução/CONSU nº 026, de 05/10/2015.

1343.RESOLUÇÃO 026/2018 CONSU/UFSJ - Modifica e reedita o Regimento Interno da Comissão de Residência Médica (COREME) dos Cursos de Medicina da UFSJ, aprovado pela Resolução/CONSU nº 024, de 28/09/2015.

1344.RESOLUÇÃO 027/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Biotecnologia.

1345.RESOLUÇÃO 028/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o desmembramento do Departamento de Letras, Artes e Cultura - DELAC.

1346.RESOLUÇÃO 029/2018 CONSU/UFSJ - Institui as Conferências em Direitos Humanos Marielle Franco.

1347.RESOLUÇÃO 030/2018 CONSU/UFSJ - Estabelece a Política de Sustentabilidade da UFSJ, cria a Comissão Permanente de Sustentabilidade e dá outras providências.

1348.RESOLUÇÃO 031/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS) da UFSJ.

1349.RESOLUÇÃO 032/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Ciências Agrárias (DCIAG).

1350.RESOLUÇÃO 033/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde (PPGCS).

1351.RESOLUÇÃO 034/2018 CONSU/UFSJ - Altera nome do Departamento de Física e Matemática para Departamento de Estatística, Física e Matemática - DEFIM.

1352.RESOLUÇÃO 035/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o desmembramento dos Graus Acadêmicos Licenciatura e Bacharelado do curso de Filosofia em cursos distintos.

1353.RESOLUÇÃO 036/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a alteração do número de vagas do Curso de Filosofia - Grau Acadêmico Licenciatura.

1354.RESOLUÇÃO 037/2018 CONSU/UFSJ - Aprova a alteração do número de vagas do Curso de Filosofia - Grau Acadêmico Bacharelado.

1355.RESOLUÇÃO 038/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Plano de Integridade da UFSJ.

1356.RESOLUÇÃO 039/2018 CONSU/UFSJ - Homologa a Prestação de Contas - Exercício 2017 da Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - FAUF.

1357.RESOLUÇÃO 040/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o desmembramento do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT.

1358.RESOLUÇÃO 041/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - Campus Santo Antônio - PROFMAT-CSA.

1359.RESOLUÇÃO 042/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - Campus Alto Paraopeba - PROFMAT-CAP.

1360.RESOLUÇÃO 043/2018 CONSU/UFSJ - Regulamenta a operação, o tratamento e o uso de imagens, dados e informações produzidos no circuito fechado de TV - CFTV - por videomonitoramento, e dá outras providências.

1361.RESOLUÇÃO 044/2018 CONSU/UFSJ - Prorroga o prazo de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

1362.RESOLUÇÃO 045/2018 CONSU/UFSJ - Cria o Núcleo de Meio Ambiente (NUAMB) vinculado à Pró-reitoria de Administração (PROAD).

1363.RESOLUÇÃO 046/2018 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Integração para Políticas de Formação de Professores de Educação Básica da UFSJ (CIPROF).

1364.RESOLUÇÃO 047/2018 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 033, de 22/09/2014, que institui a política e estabelece os programas de assistência estudantil no âmbito da UFSJ.

1365.ORDEM DE SERVIÇO 005/2018/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando regulamentar os procedimentos fundamentais para a publicação de atos oficiais da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

1366.ORDEM DE SERVIÇO 001/2018/PROAD/UFSJ - Ordem de serviço visando planejar e organizar as ações referentes ao acesso de veículos ao Campus Santo Antônio bem como a utilização dos estacionamentos.



1367.PORTARIA 173/2018/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Universitário - CONSU para o ano de 2018.

1368.PORTARIA 248/2018/GABINETE/UFSJ - Delegar competência ao Pró-reitor de Ensino de Graduação, vedada subdelegação, para expedir os atos administrativos relacionados.

1369.PORTARIA 271/2018/GABINETE/UFSJ - Constituir a Unidade de Gestão de Integridade (UGI), com a atribuição de coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1370.PORTARIA 332/2018/GABINETE/UFSJ - Estabelecer o Calendário de Planejamento de Compras da Universidade Federal de São João del-Rei para o período de 12 meses.

1371.PORTARIA 359/2018/GABINETE/UFSJ - Determinar que as nomeações para funções de confiança (FG) e cargos em comissão (CD) de quaisquer níveis remuneratórios, que não sejam eleitos, sejam precedidas de preenchimento de formulário administrativo (conforme Anexo I) para declarar a inexistência de vínculo decorrente de casamento, união estável ou parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com os seguintes colaboradores no âmbito da UFSJ.

1372.PORTARIA 419/2018/GABINETE/UFSJ - Prorrogar, até 27 de julho de 2018, o prazo estabelecido na Portaria/Reitoria nº 332/2018, que fixou a data para o cadastramento de requisição de compra de material de consumo, da Universidade Federal de São João del-Rei.

1373.PORTARIA 450/2018/GABINETE/UFSJ - Fixar as datas a seguir para remanejamento, requisições, solicitação de emissão de notas de empenho e encerramento da execução das despesas do exercício de 2018.

1374.PORTARIA 492/2018/GABINETE/UFSJ - Instituir o Comitê Executivo para coordenar o processo de elaboração participativa do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019 a 2023.

1375.PORTARIA 559/2018/GABINETE/UFSJ - Delegar poderes à Secretária dos Conselhos Superiores para: - Autorizar as requisições de diárias e passagens dos conselheiros do Conselho Universitário - CONSU, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP e Conselho Diretor - CONDI; - Autorizar a concessão de diárias e passagens em prazo inferior a 15 dias da atividade, uma vez que a periodicidade das reuniões dos Conselhos Superiores não permite o cumprimento do prazo mínimo de 15 dias imposto pela norma que versa sobre o assunto.

1376.ORDEM DE SERVIÇO 056/2018/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando regulamentar, no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei, o cumprimento da obrigatoriedade de apresentação de documentação geral e de habilitação, para instrução dos processos que visem à celebração de contratos, convênios, acordos e afins para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico,

1377.ORDEM DE SERVIÇO 059/2018/REITORIA/UFSJ - ORDEM DE SERVIÇO visando alterar a Ordem de Serviço no 009 de 15 de fevereiro de 2017, que trata sobre a regulamentação da concessão de Auxílio Emergencial no âmbito da UFSJ.

1378.PORTARIA 670/2018/GABINETE/UFSJ - Estabelecer, nos termos da Portaria em epígrafe, que o recesso para comemoração das festividades de fim de ano deva ocorrer preferencialmente no período de 24 a 28 de dezembro de 2018, admitindo-se revezamento entre este período e o período de 31 de dezembro de 2018 a 4 de janeiro de 2019. Parágrafo único. Ficam autorizados os Pró-reitores e o Diretor do Campus CentroOeste Dona Lindu a convocarem, neste período, os servidores que julgarem necessários para manutenção das atividades essenciais.

1379.PORTARIA 673/2018/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP para o ano de 2019.

1380.PORTARIA 714/2018/GABINETE/UFSJ - Estabelecer a ordem de priorização de pagamentos entre as obrigações da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, inclusive das categorias contratuais contidas nos incisos do art. 2º da Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 02, de 6 de dezembro de 2016.

1381.PORTARIA 730/2018/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor - CONDI para o ano de 2019.

1382.PORTARIA 731/2018/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Universitário - CONSU para o ano de 2019.

1383.PORTARIA 748/2018/GABINETE/UFSJ - Criar comissão para apuração de denúncias de fraude nos processos seletivos de admissão aos cursos da Universidade Federal de São João del-Rei.

1384.PORTARIA 750/2018/GABINETE/UFSJ - Adotar o regime de trabalho de turno único no período de 2 de janeiro de 2019 a 1º de fevereiro de 2019, das 8 às 14 horas.

1385.RESOLUÇÃO 001/2019 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório de Gestão - Exercício 2018 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1386.RESOLUÇÃO 002/2019 CONDI/UFSJ - Aprova o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - RAIINT/2018.

1387.RESOLUÇÃO 003/2019 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 003, de 16/06/2009, que fixa taxa de inscrição em Processo Seletivo de cursos de Pós-graduação Stricto Sensu.

1388.RESOLUÇÃO 004/2019 CONDI/UFSJ - Estabelece os critérios para concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) para participação em eventos nacionais e internacionais.

1389.RESOLUÇÃO 005/2019 CONDI/UFSJ - Altera o Calendário Administrativo 2019 da UFSJ incluindo, nos campi da Sede, o dia 14 de junho de 2019 como feriado religioso no Município de São João del-Rei.

1390.RESOLUÇÃO 006/2019 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano de Dados Abertos da UFSJ para o biênio 2019-2020.

1391.RESOLUÇÃO 007/2019 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 007, de 29/08/2016, que Dispõe sobre o relacionamento entre a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - e fundações de apoio.

1392.RESOLUÇÃO 008/2019 CONDI/UFSJ - Regulamenta a gestão das bolsas institucionais e dá outras providências.

1393.RESOLUÇÃO 009/2019 CONDI/UFSJ - Atualiza os valores das taxas escolares.

1394.RESOLUÇÃO 010/2019 CONDI/UFSJ - Modifica a Resolução/CONDI nº 013, de 10 de julho de 2017, que Regulamenta o Programa de Qualificação e Educação Profissional dos Servidores da UFSJ (PQUALIS) e dá outras providências.

1395.RESOLUÇÃO 011/2019 CONDI/UFSJ - Regulamenta a concessão de Auxílio Financeiro a pesquisador ou a Discente para a participação em eventos acadêmicos no âmbito dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu da UFSJ.

1396.RESOLUÇÃO 012/2019 CONDI/UFSJ - Aprova o Calendário Administrativo 2020 da UFSJ.

1397.RESOLUÇÃO 013/2019 CONDI/UFSJ - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da UFSJ - PAINT/2020.

1398.RESOLUÇÃO 014/2019 CONDI/UFSJ - Regulamenta a execução do orçamento de 2020 e dá outras providências.

1399.RESOLUÇÃO 015/2019 CONDI/UFSJ - Estabelece procedimentos para utilização de veículos oficiais da UFSJ, e dá outras providências.

1400.RESOLUÇÃO 016/2019 CONDI/UFSJ - Dispõe sobre o pagamento de multas e taxas à Divisão de Biblioteca da UFSJ.

1401.RESOLUÇÃO 001/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Teatro - Grau Acadêmico Licenciatura.

1402.RESOLUÇÃO 001/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Biosistemas - Grau Acadêmico Bacharelado.

1403.RESOLUÇÃO 003/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-graduação em Matemática Aplicada (PPMAP).

1404.RESOLUÇÃO 004/2019 CONEP/UFSJ - Aprova a reoferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Filosofia no Ensino Médio - Modalidade a Distância.

1405.RESOLUÇÃO 005/2019 CONEP/UFSJ - Aprova a reoferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Sociologia no Ensino Médio - Modalidade a Distância.

1406.RESOLUÇÃO 006/2019 CONEP/UFSJ - Aprova a reoferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Mídias na Educação - Modalidade a Distância.

1407.RESOLUÇÃO 007/2019 CONEP/UFSJ - Aprova a reoferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Práticas de Letramento e Alfabetização - Modalidade a Distância.

1408.RESOLUÇÃO 008/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a criação do Curso de Matemática - Grau Acadêmico Bacharelado e aprova o seu Projeto Pedagógico.

1409.RESOLUÇÃO 009/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Grau Acadêmico Licenciatura.

1410.RESOLUÇÃO 010/2019 CONEP/UFSJ - Altera os Calendários Escolares da Graduação e da Pós-graduação 2019 da UFSJ incluindo, nos campi da Sede, o dia 14 de junho de 2019 como feriado religioso no Município de São João del-Rei.

1411.RESOLUÇÃO 011/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica (PPMEC).

1412.RESOLUÇÃO 012/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Energia (PPGEE).

1413.RESOLUÇÃO 013/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a Criação do Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais (PGCFA).

1414.RESOLUÇÃO 014/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Física - Grau Acadêmico Bacharelado.

1415.RESOLUÇÃO 015/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o projeto pedagógico simplificado do Curso de Pós-graduação Lato Sensu MBA Controladoria e Finanças - Turma 2019.

1416.RESOLUÇÃO 016/2019 CONEP/UFSJ - Altera as datas da Segunda Etapa da Inscrição Periódica previstas no Calendário Escolar da Graduação 2019 da UFSJ.

1417.RESOLUÇÃO 017/2019 CONEP/UFSJ - Altera datas do 2º semestre letivo de 2019 previstas no Calendário Escolar da Graduação 2019 da UFSJ.

1418.RESOLUÇÃO 018/2019 CONEP/UFSJ - Propõe a mudança de nome do Curso de Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas para Curso de Letras e aprova o seu projeto pedagógico.

1419.RESOLUÇÃO 019/2019 CONEP/UFSJ - Autoriza a oferta da Segunda Licenciatura do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas e aprova o seu Projeto Pedagógico.

1420.RESOLUÇÃO 020/2019 CONEP/UFSJ - Regulamenta a concessão de bolsas de Pós-graduação Stricto Sensu da UFSJ.

1421.RESOLUÇÃO 021/2019 CONEP/UFSJ - Altera datas do 2º semestre letivo de 2019 previstas no Calendário Escolar da Graduação 2019 da UFSJ.

1422.RESOLUÇÃO 022/2019 CONEP/UFSJ - Regulamenta os processos seletivos de admissão aos cursos de graduação da UFSJ e dá outras providências.

1423.RESOLUÇÃO 023/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bioquímica - Grau Acadêmico Bacharelado.

1424.RESOLUÇÃO 024/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Calendário Acadêmico da Graduação e da Pós-graduação 2020 da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

1425.RESOLUÇÃO 025/2019 CONEP/UFSJ - Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas - Grau Acadêmico Licenciatura.

1426.RESOLUÇÃO 026/2019 CONEP/UFSJ - Autoriza a oferta da Segunda Licenciatura do Curso de Letras e aprova o seu Projeto Pedagógico 2019 026 CONEP

1427.RESOLUÇÃO 027/2019 CONEP/UFSJ - Dispõe sobre a prorrogação do prazo máximo de integralização nos cursos de graduação da UFSJ.

1428.RESOLUÇÃO 028/2019 CONEP/UFSJ - Estabelece normas para criação, funcionamento e desativação de Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa - NIP.

1429.RESOLUÇÃO 001/2019 CONSU/UFSJ - Modifica o Anexo I da Resolução/CONSU nº 034, de 13/10/2014, que regulamenta as disposições para processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção de docentes entre as classes A, B, C, D e E da carreira do Magistério Superior da UFSJ.

1430.RESOLUÇÃO 002/2019 CONSU/UFSJ - Altera o nome e a sigla do Departamento Politécnico (DPOLI) para Departamento de Engenharia Florestal (DEFLO).

1431.RESOLUÇÃO 003/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Engenharia Florestal (DEFLO).

1432.RESOLUÇÃO 004/2019 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 022, de 11/06/2007, que dispõe sobre o Processo Eletivo de Coordenador e Vice-coordenador de Curso de Graduação da UFSJ, e dá outras providências.

1433.RESOLUÇÃO 005/2019 CONSU/UFSJ - Homologa o Relatório de Gestão - Exercício 2018 da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1434.RESOLUÇÃO 006/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Engenharia Química - PPGEQ. 2019 006 CONSU

1435.RESOLUÇÃO 007/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFAP.

1436.RESOLUÇÃO 008/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Educação: Processos Socioeducativos e Práticas Escolares (PPEDU).

1437.RESOLUÇÃO 009/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Engenharia Mecatrônica.

1438.RESOLUÇÃO 011/2019 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 019, de 04/09/2017, que estabelece as formas de admissão aos cursos de graduação da UFSJ.

1439.RESOLUÇÃO 012/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Criação de Animais de Laboratório (NUCAL).

1430.RESOLUÇÃO 013/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PPLAN).

1441.RESOLUÇÃO 014/2019 CONSU/UFSJ - Regulamenta os procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos - PP), para fins de preenchimento das vagas reservadas nos cursos de graduação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1442.RESOLUÇÃO 015/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ.

1443.RESOLUÇÃO 016/2019 CONSU/UFSJ - Prorroga o prazo de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018.

1444.RESOLUÇÃO 017/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGCF).

1445.RESOLUÇÃO 018/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a criação do Curso de Matemática - Grau Acadêmico Bacharelado.

1446.RESOLUÇÃO 019/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-graduação em Matemática Aplicada (PPMAP).

1447.RESOLUÇÃO 020/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (PPMEC).

1448.RESOLUÇÃO 021/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia (PPGEE).

1449.RESOLUÇÃO 022/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a Criação do Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais (PGCFA).

1450.RESOLUÇÃO 023/2019 CONSU/UFSJ - Prorroga o prazo de vigência do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2016-2018.

1451.RESOLUÇÃO 024/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regulamento Interno do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação Tecnológica (PROFINT).

1452.RESOLUÇÃO 025/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSJ.

1453.RESOLUÇÃO 026/2019 CONSU/UFSJ - Modifica a Resolução/CONSU nº 034, de 13/10/2014, que regulamenta as disposições para processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção de docentes entre as classes A, B, C, D e E da carreira do Magistério Superior da UFSJ.

1454.RESOLUÇÃO 027/2019 CONSU/UFSJ - Modifica o Regimento Interno do Departamento de Ciências da Educação (DECED), aprovado pela Resolução/CONSU nº 045, de 17/11/2008.

1455.RESOLUÇÃO 028/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Comunicação Social - DCOMS.



1456.RESOLUÇÃO 029/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Letras - Língua Inglesa e suas Literaturas.

1457.RESOLUÇÃO 030/2019 CONSU/UFSJ - Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração e publicação de consolidação de resoluções ao Reitor, Coordenadores de Cursos ou Programas e dá outras providências.

1458.RESOLUÇÃO 031/2019 CONSU/UFSJ - Estabelece a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFSJ, e dá outras providências.

1459.RESOLUÇÃO 032/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Departamento de Estatística, Física e Matemática - DEFIM.

1460.RESOLUÇÃO 033/2019 CONSU/UFSJ - Reestrutura a Comissão de Espaço Físico - COESF - da Universidade Federal de São João del-Rei e dá outras providências.

1461.RESOLUÇÃO 034/2019 CONSU/UFSJ - Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFIL).

1462.RESOLUÇÃO 035/2019 CONSU/UFSJ - Regulamenta a jornada de trabalho de 30 horas semanais e 6 horas diárias e o Programa de Gestão para servidores técnico-administrativos em educação no âmbito da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e dá outras providências.

1463.RESOLUÇÃO 036/2019 CONSU/UFSJ - Reestrutura a Comissão Permanente de Flexibilização da Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (COFLEX) da UFSJ e aprova o seu Regimento Interno.

1464.RESOLUÇÃO 037/2019 CONSU/UFSJ - Aprova a mudança do nome do curso Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas para Letras.

1465.RESOLUÇÃO 038/2019 CONSU/UFSJ - Regulamenta o processo de organização da lista tríplice para o cargo de Reitor(a) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

1466.ORDEN DE SERVIÇO 052/2019/REITORIA/UFSJ - ORDEN DE SERVIÇO visando padronizar a fiscalização dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão-de-obra no âmbito da UFSJ.

1467.ORDEN DE SERVIÇO 052/2019/PROEN/UFSJ - Estabelece guarda religiosa.

1468.PORTARIA 217/2019/GABINETE/UFSJ - Delegar à Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, vedada subdelegação, poderes para assinatura dos documentos especificados.

1469.PORTARIA 310/2019/GABINETE/UFSJ - Fixar as datas, a seguir, para remanejamento, requisições, solicitação de emissão de notas de empenho e encerramento da execução das despesas do exercício de 2019.

1470.PORTARIA 438/2019/GABINETE/UFSJ - Estabelecer o Calendário de Planejamento de Compras da Universidade Federal de São João del-Rei para o período de 12 meses. 2019 438 GABINETE

1471.PORTARIA 468/2019/GABINETE/UFSJ - Prorrogar o prazo estabelecido no artigo 4º da Portaria/Reitoria nº 438, de 26 de agosto de 2019, que estabelece o Calendário de Planejamento de Compras da Universidade Federal de São João del-Rei para o período de 12 meses.

1472.PORTARIA 491/2019/GABINETE/UFSJ - Atribuir aos subordinadores de despesa poderes para aplicar as sanções abaixo listadas.

1473.PORTARIA 522/2019/GABINETE/UFSJ - Estabelecer, nos termos da Portaria em epígrafe, que o recesso para comemoração das festividades de fim de ano deva ocorrer preferencialmente no período de 23 a 27 de dezembro de 2019, admitindo-se revezamento entre este período e o período de 30 de dezembro de 2019 a 3 de janeiro de 2020.

1474.PORTARIA 649/2019/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor - CONDI para o ano de 2020.

1475.PORTARIA 650/2019/GABINETE/UFSJ - Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP para o ano de 2020.

1476.PORTARIA 664/2019/GABINETE/UFSJ - Adotar o regime de trabalho de turno único no período de 2 de janeiro de 2020 a 21 de fevereiro de 2020, das 8 às 14 horas.

1477.PORTARIA 286/2019/GABINETE/UFSJ - O registro e controle da jornada de trabalho dos servidores em exercício nesta Universidade, incluindo os cedidos, os com lotação provisória e aqueles que prestam colaboração técnica, deve ser realizado no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH.

1478.ORDEN DE SERVIÇO 001/2020/PROEX/UFSJ - ORDEN DE SERVIÇO, durante a pandemia da COVID-19, com a finalidade de estabelecer padrões de funcionamento da PROEX e das ações institucionais de Acessibilidade e Inclusão, Extensão, Artes e Cultura desenvolvidas no âmbito da UFSJ.

1479.ORDEN DE SERVIÇO 002/2020/PROEX/UFSJ - Estabelece padrões de funcionamento da PROEX e das ações institucionais de acessibilidade e inclusão, extensão, artes e cultura desenvolvidas no âmbito da UFSJ durante a pandemia da covid-19.

1480.ORDEN DE SERVIÇO 001/2020/PROPE/UFSJ - Plano de trabalho da PROPE. Em atendimento às Portarias 113/2020/UFSJ de 17 de março de 2020 e 122/2020/UFSJ, de 21 de março de 2020, em função da pandemia de COVID-19.

1481.ORDEN DE SERVIÇO 001/2020/PROEN/UFSJ - ORDEN DE SERVIÇO 002/2020/PROEX/UFSJ - Suspende colação de grau nas antigas habilitações duplas, concomitantes e no extinto BCT.

1482.ORDEN DE SERVIÇO 002/2020/PROEN/UFSJ - Estabelecer as condições de funcionamento e de comunicação das unidades acadêmicas e administrativas vinculadas à PROEN no período de emergência em saúde pública em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

1483.PORTARIA 010/2020/PROEN/UFSJ - Estabelece condições de funcionamento e de comunicação das Unidades acadêmicas e administrativas vinculadas à PROEN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO PEREIRA DE ANDRADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 761, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.018815/2019-91;resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Direito/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 011/2019, publicado no D.O.U. em 12/07/2019, e publicado no Correio de Sergipe em 13/07/2019, retificado através dos Editais de Retificação nº 01, nº 02, nº 03 e Edital Complementar nº 01, publicados no D.O.U. em 29/10/2019, 08/11/2019, 24/09/2020 e 13/11/2019, respectivamente, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Introdução ao Direito, Direito do Trabalho e Direito Civil
Disciplinas	Instituições do Direito, Direito e Legislação Social; Direito Civil I, Ética Geral e Profissional; Teoria Geral do Direito Civil; Direito das Obrigações; Direito dos Contratos; Direitos Reais; Direito de Família; Direito das Sucessões; Responsabilidade Civil; Direito do Consumidor; Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais

Resultado Final		
Ampla Concorrência	1º	LUGAR: JADSON CORREIA DE OLIVEIRA - 89,03
	2º	LUGAR: ILZVER DE MATOS OLIVEIRA - 82,33
	3º	LUGAR: RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA - 70,63
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	nº	1º LUGAR: ILZVER DE MATOS OLIVEIRA - 82,33
Cotas (Decreto nº 3.298/1999)	nº	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 1.989, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os §§ 4º e 15 do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 149, de 12 de julho de 2018, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.034038/2019-72, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, a empresa CAPPTA S.A., inscrita no CNPJ nº 13.966.572/0001-71, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1609, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP 04.547-006, para exercer a atividade de SUBADQUIRENTE, de acordo com o § 4º do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, para atuar junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo com cartões de débito ou crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 2.509, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição outorgada pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo nº 00065.030973/2020-71, resolve:

Art. 1º Alterar na Portaria nº 3.869/SIA, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2018, Seção 1, página 249 e 259, que concede Certificado Operacional de Aeroporto nº 09/SBFZ/2018 à Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Fortaleza, operador do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (SBFZ):

I - Alterar a alínea "e" do inciso I do art. 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....
I)
.....
e) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 9 (nove)" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.521, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.032709/2020-61, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 981, de 21 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2017, Seção 1, página 130 que autorizou o Centro de Instrução EP Cabral Empresa de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. ME, CNPJ nº 08.868.381/0001-37, a ministrar cursos em Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC), na modalidade de ensino presencial, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 110.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.500, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.025617/2020-35, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Mundico Coelho;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0097;
III - município (UF): Itaituba (PA);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 6º 50' 10" S / 56º 50' 42" W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2506/SIA, de 27 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2014, Seção 1, página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES



PORTARIA Nº 2.515, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.035169/2020-88, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

- I - Nome da plataforma/embarcação: PLATAFORMA FIXA PARGO 1;
- II - Indicador de localidade: 9PPR;
- III - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Fixa;
- IV - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;
- V - Altitude em relação ao nível do mar: 52 metros;
- VI - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;
- VII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 21,6 metros;
- VIII - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;
- IX - Classe: 1;
- X - Categoria: H2; e
- XI - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 18 de setembro de 2023.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3744/SIA, de 9 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2017, Seção 1, página 94.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.519, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.035059/2020-16, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

- I - Nome da plataforma/embarcação: FPSO CIDADE DE MANGARATIBA;
- II - Indicador de localidade: 9PIV;
- III - Indicativo de chamada da EPTA: C6AD5;
- IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;
- V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Santos;
- VI - Altitude em relação ao nível do mar: 24,6 metros;
- VII - Resistência do pavimento: 12,8 toneladas;
- VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 20,88 metros;
- IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;
- X - Classe: 1;
- XI - Categoria: H2; e
- XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 30 de setembro de 2023.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1138/SIA, de 10 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2018, Seção 1, página 201.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.522, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 2748, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.034966/2020-48, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

- I - Nome da plataforma/embarcação: FPSO CIDADE DE ILHABELA;
- II - Indicador de localidade: 9PIT;
- III - Indicativo de chamada da EPTA: C6YX9;
- IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;
- V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Santos;
- VI - Altitude em relação ao nível do mar: 49,3 metros;
- VII - Resistência do pavimento: 12,9 toneladas;
- VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,2 metros;
- IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;
- X - Classe: 1;
- XI - Categoria: H2; e
- XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 30 de setembro de 2023.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 402/SIA, de 6 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 58.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 8.058-ANTAQ, DE 29 DE SETEMBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000813/2016-69, e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção do presente processo, por esaurimento de finalidade, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, com o consequente arquivamento dos autos.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 117, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 50300.021715/2019-16. Fiscalizada: ATLÂNTICA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., CNPJ nº 07.333.400/0001-68. Objeto e Fundamento legal: por conhecer o recurso, dada a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de advertência, pelo cometimento da infração disciplinada no artigo 24, inciso XIII da Norma aprovada pela Resolução 1.558-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

DESPACHO Nº 118, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 50300.022664/2019-31. Fiscalizada: F. ANDREIS & CIA. LTDA., CNPJ nº 76.476.050/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: deciso por conhecer o Recurso Administrativo (SEI 1127228), dada a sua tempestividade, para, no mérito, deferir-lhe parcial provimento, reconhecendo a subsistência do Auto de Infração nº 4213-7 (SEI 0960903), mas alterando o valor da multa aplicada à empresa para R\$ 1.464,10 (mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), conforme planilha dosimétrica (SEI 1140760), pela prática da infração descrita no art. 23, inciso XXXII, da norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 762, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, em cumprimento à Ação de Tutela de Urgência nº 1004246-66.2020.4.01.4200, constante do processo nº 00466.002628/2020-24, e considerando o que consta no processo nº 50500.370766/2019-12, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 473, de 29.7.2020, publicada no DOU de 10.8.2020, que indeferiu o pedido da empresa Amatur Amazônia Turismo Ltda, CNPJ nº 34.805.903/0001-61 para operar mercados.

Art. 2º Deferir o pedido da empresa Amatur Amazônia Turismo Ltda, CNPJ nº 34.805.903/0001-61, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 65:

- I - De: Porto Velho/RO Para: Lábrea/AM.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 771, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, considerando o que consta no processo nº 50500.011667/2020-27 e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1035942-95.2020.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 4:

- I - De: GOIÂNIA (GO) Para: SANTARÉM (PA), VÁRZEA GRANDE (MT), JANGADA (MT), NOBRES (MT), NOVA MUTUM (MT), SORRISO (MT), ITAÚBA (MT), NOVA SANTA HELENA (MT), TERRA NOVA DO NORTE (MT), PEIXOTO DE AZEVEDO (MT), MATUPÁ (MT), GUARANTÃ DO NORTE (MT), ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA), TRAIRÃO (PA), ITAITUBA (PA) e RUOPÓLIS (PA);
- II - De: ITABERAI (GO) e JUSSARA (GO) Para: BARRA DO GARÇAS (MT), PRIMAVERA DO LESTE (MT), CAMPO VERDE (MT), CUIABÁ (MT), VÁRZEA GRANDE (MT), JANGADA (MT), ROSÁRIO OESTE (MT), NOBRES (MT), NOVA MUTUM (MT), LUCAS DO RIO VERDE (MT), SORRISO (MT), SINOP (MT), ITAUBA (MT), NOVA SANTA HELENA (MT), TERRA NOVA DO NORTE (MT), PEIXOTO DE AZEVEDO (MT), MATUPA (MT), GUARANTÃ DO NORTE (MT), ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA), TRAIRÃO (PA), ITAITUBA (PA), RUOPÓLIS (PA) e SANTARÉM (PA);
- III - De: Para: ARAGARÇAS (GO) Para: PRIMAVERA DO LESTE (MT), CAMPO VERDE (MT), CUIABÁ (MT), VÁRZEA GRANDE (MT), JANGADA (MT), ROSÁRIO OESTE (MT), NOBRES (MT), NOVA MUTUM (MT), LUCAS DO RIO VERDE (MT), SORRISO (MT), SINOP (MT), ITAUBA (MT), NOVA SANTA HELENA (MT), TERRA NOVA DO NORTE (MT), MATUPA (MT), GUARANTÃ DO NORTE (MT), ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA), TRAIRÃO (PA), ITAITUBA (PA), RUOPÓLIS (PA) e SANTARÉM (PA);
- IV - De: BARRA DO GARÇAS (MT) Para: ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA) e SANTARÉM (PA);
- V - De: PRIMAVERA DO LESTE (MT), CAMPO VERDE (MT), CUIABÁ (MT), VÁRZEA GRANDE (MT), JANGADA (MT), ROSÁRIO OESTE (MT), NOBRES (MT), NOVA MUTUM (MT), LUCAS DO RIO VERDE (MT), SORRISO (MT), ITAUBA (MT), NOVA SANTA HELENA (MT), TERRA NOVA DO NORTE (MT), PEIXOTO DE AZEVEDO (MT), MATUPA (MT) e GUARANTÃ DO NORTE (MT) Para: ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA), TRAIRÃO (PA), ITAITUBA (PA), RUOPÓLIS (PA) e SANTARÉM (PA);
- VI - De: SINOP (MT) Para: ALTAMIRA (PA), NOVO PROGRESSO (PA) e SANTARÉM (PA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I, do Artigo 69, Estatuto Social da CODERN, e

Considerando a Portaria DP nº 244/2019 e 016/2020, de 16 de Dezembro de 2019;

Considerando a Decisão DIREXE nº. 139/2020, em sua 1.664ª Reunião Extraordinária, realizada em 25-09-2020, resolve:

Aprovar o Regulamento de Exploração do Porto de Natal com as regras de funcionamento das atividades portuárias, de forma a garantir condições para o seu eficiente desempenho, melhor utilização das instalações e equipamentos portuários, estímulo à concorrência na prestação de serviços portuários e o zelo pela segurança patrimonial, pessoal e ambiental.

A íntegra do Regulamento de Exploração do Porto de Natal encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.codern.com.br.

Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

ELIS TREIDLER ÖBERG



Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.241, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/15860 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRO INDUSTRIAL TABU S.A, CNPJ nº 09.053.646/0001-01 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1891/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.242, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/21969 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUDÁ SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.212.548/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 1940/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.243, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23362 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES - EIRELI, CNPJ nº 15.752.934/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1904/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.244, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/24063 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.389.621/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1874/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.245, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29989 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 00.865.761/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1909/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.246, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/33570 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Autorizar a empresa CARAJÁS SEGURANÇAS LTDA, CNPJ nº 29.758.317/0001-73, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser CARAJÁS SEGURANÇA EIRELI

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.247, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/34785 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.957/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1939/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.248, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/36270 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ÁGUIA DE FOGO SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 28.547.185/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1884/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.249, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/36944 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVISAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA- ME, CNPJ nº 24.973.857/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1864/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.250, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38300 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSNACIONAL - TRANSPORTES NACIONAL DE PASSAGEIROS LTDA, CNPJ nº 12.613.006/0001-13 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1893/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.251, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38689 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMBATE SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 02.322.136/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1894/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.252, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38691 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1865/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.253, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40124 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENESY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 05.338.024/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1868/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.254, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/42389 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA SANTA RITA SA ACUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 45.353.547/0001-09 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1879/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.255, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/46652 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:



Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REICON - REBELO INDUSTRIA COMERCIO E NAVEGACAO LTDA, CNPJ nº 05.685.961/0001-09 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1914/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.256, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/46907 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0003-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1583/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.257, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50297 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MOTOCA MOTORES TOCANTINS LTDA, CNPJ nº 06.694.681/0001-11 para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1876/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.258, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/51115 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TERRENOS E CONSTRUÇÕES RG LTDA, CNPJ nº 05.826.390/0001-77 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.259, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/52120 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIANA NELIDA ZAZZETTA EIRELI - EPP, CNPJ nº 10.592.795/0001-28 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.260, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/53056 - DPF/PTS/RS, resolve:

Conceder autorização, à empresa PELOTENSE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 24.593.498/0001-01, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.261, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57512 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FALCÃO CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 60.012.499/0001-89, sediada em São Paulo, para adquirir:

- Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
- 2000 (duas mil) Munições calibre 12
- 10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
- 4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
- 10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
- 5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
- 5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
- Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.262, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57603 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA EIRELI, CNPJ nº 04.808.914/0001-34, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

300 (trezentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.263, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/43097 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 35.290.931/0002-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1933/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.264, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/56648 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALVO COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 00.640.071/0001-59 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.265, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/56659 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 61.116.828/0001-02 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.269, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50275 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ZEPIM SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 02.282.727/0001-34, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1773/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.270, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/52011 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 92.653.666/0001-67, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

29 (vinte e nove) Revólveres calibre 38

522 (quinhentas e vinte e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.271, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/56827 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRITZ INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA., CNPJ nº 25.076.027/0001-99 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.272, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57109 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 73.946.238/0001-88, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente ONSER SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 83.411.025/0001-05:

2 (duas) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.273, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57557 - DPF/VDC/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa MSA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 26.664.333/0002-90, sediada na Bahia, para adquirir:



Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.274, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57842 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0001-83, sediada na Paraíba, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece as comissões especiais no âmbito do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, no uso e atribuições previstas nos arts. 3º, I e 9º do Decreto nº 10.417, de 7 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Resolução trata da instituição das Comissões Especiais, com a finalidade de realizar tarefas e estudos específicos destinados à defesa do consumidor na ordem econômica constitucional brasileira, nos termos do art. 9º do Decreto nº 10.417, de 7 de julho de 2020.

Art. 2º Ficam instituídas as seguintes Comissões Especiais:

I - Comissão sobre pirâmides financeiras;
II - Comissão sobre a atualização do serviço de atendimento ao consumidor - SAC;
III - Comissão sobre métodos alternativos de solução de litígios;
IV - Comissão voltada para avaliar o sistema regulatório brasileiro realizando diagnóstico do funcionamento das agências regulatórias brasileiras com ênfase na sua interação com o consumidor; e
V - Comissão sobre Supostos Preços Abusivos.

Art. 3º Ficam designados para compor a Comissão sobre Pirâmides Financeiras:

I - um representante da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor do Estado de Goiás, que atuará como relator;
II - um representante da Comissão de Valores Mobiliários;
III - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia;
IV - um representante do Ministério Público Federal;
V - um representante do Ministério Público Estadual; e
VI - um representante do Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

VII - um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

§ 1º A Secretaria Nacional do Consumidor, por intermédio do Coordenador-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, exercerá a função de secretaria-executiva da Comissão de que trata o caput.

§ 2º Participarão, na condição de convidados, da Comissão de que trata o caput:

I - Luciano Benetti Timm, na condição jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação;

II - Laura Schertel Mendes, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação;

Art. 4º Ficam designados para compor a Comissão sobre a Atualização do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC:

I - Luciano Benetti Timm, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação, que atuará como relator;

II - um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica;
III - um representante do órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul;

IV - um representante da Agência Nacional de Telecomunicações;
V - um representante da Agência Nacional de Aviação Civil;

VI - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Tocantins; e

VII - um representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

§1º A Secretaria Nacional do Consumidor, por intermédio do Coordenador de Monitoramento de Mercado, exercerá a função de secretaria-executiva da Comissão de que trata o caput.

§ 2º Participarão, na condição de convidados, da Comissão de que trata o caput:

I - um representante da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

II - um representante da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro;

III - um representante do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná;

IV - um representante da Comissão de Valores Mobiliários;
V - um representante da Confederação Nacional da Indústria;

VI - um representante do Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor;

VII - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia;

VIII - um representante do Banco Central do Brasil; e
IX - Laura Schertel Mendes, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação.

Art. 5º Ficam designados para compor a Comissão sobre Métodos Alternativos de Solução de Litígios;

I - um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica;

II - um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo;

III - um representante do Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor;

IV - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Tocantins.

V - um representante da Agência Nacional de Aviação Civil, que atuará como relator;

VI - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia; e

VII - um representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

§ 1º A Secretaria Nacional do Consumidor, por intermédio da Coordenadora-Geral de Articulação e Relações Institucionais, atuará como secretaria-executiva da Comissão de que trata o caput.

§2º Participarão, na condição de convidados, da Comissão de que trata o caput:

I - um representante do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná;

II - Luciano Benetti Timm, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação;

III - Laura Schertel Mendes, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, do consumidor e regulação;

IV - um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

V - um representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais;

VI - um representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e

VII - um representante da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro;

Art. 6º Ficam designados para compor a Comissão para Avaliação do Sistema Regulatório Brasileiro, visando a realizar diagnóstico do funcionamento das agências reguladoras brasileiras, com ênfase na sua relação com o consumidor:

I - um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, que atuará como relator;

II - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia;

III - um representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

IV - um representante da Agência Nacional de Telecomunicações;

V - um representante da Agência Nacional de Aviação Civil;

VI - um representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; e

VII - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Tocantins.

§ 1º A Secretaria Nacional do Consumidor, por intermédio da Coordenadora de Análise e Orientação Técnica em Defesa do Consumidor, exercerá a função de secretaria-executiva da Comissão de que trata o caput.

§ 2º Participarão, na condição de convidados, da Comissão de que trata o caput:

I - um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

II - um representante da Confederação Nacional da Indústria;

III - um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo;

IV - um representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais;

V - um representante da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia;

VI - um representante do Banco Central do Brasil

VII - um representante do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná;

VIII - Luciano Benetti Timm, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação; e

IX - Laura Schertel Mendes, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação.

Art. 7º Ficam designados para compor a Comissão sobre Supostos Preços Abusivos.

I - um representante do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul;

II - um representante do Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor;

III - um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo;

IV - um representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

V - um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

VI - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia;

VII - um representante da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia.

§ 1º Os representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade e da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo atuarão como relatores da Comissão de que trata o caput.

§ 2º A Secretaria Nacional do Consumidor, por intermédio do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, atuará como secretaria-executiva da Comissão de que trata o caput.

§ 3º Participarão, na condição de convidados, da Comissão de que trata o caput:

I - Luciano Benetti Timm, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação;

II - Laura Schertel Mendes, jurista de notório saber e reconhecida atuação em direito econômico, direito do consumidor e regulação;

III - um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pela Secretaria de Política Agrícola;

IV - um representante do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná;

V - um representante da Confederação Nacional da Indústria;

VI - um representante da Associação Brasileira de Supermercados;

VII - um representante da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Tocantins; e

VIII - um representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Art. 8º As Comissões de que trata esta Resolução poderão solicitar a participação de outros representantes, inclusive de outras Pastas e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessários para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 9º A participação dos integrantes nas comissões especiais será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na sua data de publicação.

JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.543, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AIMAN ABDULRAHMAN - G112496-G, natural da Síria, nascido em 20 de setembro de 1985, filho de Ahmad Abdulrahman e de Khadijeh Abdulrahman, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.000679/2020-93);

ANTON ALKHOURY - F037637-2, natural da Síria, nascido em 06 de setembro de 1992, filho de Ragueda Antackly e de Fahed Alkhoury, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.002598/2020-18);

ASHRAK MOHAMED SALIM ALGOOL - G301690-H, natural da Líbia, nascida em 15 de junho de 1989, filha de Mohamed Salim Algool e de Naeimah Alhadi Alghoul, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.005923/2020-53);

CARLOS TABARE RIBEIRO BACHINO - W427938-F, natural do Uruguai, nascido em 09 de dezembro de 1967, filho de Hugo Ribeiro Alvarez e de Hipolita L Berta B Tejera de Ribeiro, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08124.000565/2020-54);

DANIEL JUNCO REYNOSO - G375387-U, natural do Peru, nascido em 23 de dezembro de 1986,, filho de Onix Manuel Junco Barzola e de Mary Judith Reynoso Ayvar, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.002248/2019-16);

DARWIN IGOR CORZO MORE - V753448-L, natural do Peru, nascido em 26 de novembro de 1985, filho de German Antonio Corzo Milla e de Maria Doris More de Corzo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.007676/2019-37);

DAVILUS JEAN FRANCOIS - V974410-O, natural do Haiti, nascido em 17 de dezembro de 1980, filho de Jean Francois Cinelus e de Aristil Aricia, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08096.003344/2020-12);

DIEGO SEBASTIAN VAZQUEZ MARTIN - G006064-1, natural da Argentina, nascido em 28 de abril de 1986, filho de Jesus Nazero Vazquez e de Liliana Martin, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.010676/2019-24);

ELISA DULCE JOAO FUNDANGA - V806820-Z, natural da Angola, nascida em 08 de setembro de 1991, filha de Joao Fundanga e de Maria Joao, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000361/2019-61);

FARID KMACH - G052484-6, natural do Líbano, nascido em 12 de março de 1991, filho de Salim Kmach e de Milya Abou Ltaif, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08295.005520/2020-12);

FRANCISCA SHELLEY DILGER- V343378-D, natural da Alemanha, nascida em 05 de fevereiro de 1994, filha de Gerhard Dilger e de Gerhild Maria Schiller, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.002217/2019-65);

GERARDO BOCANEIRA ARISTA - V592769-X, natural do peru, nascido em 26 de maio de 1973, filho de Virgilio Bocanegra Inga e de Lilia Arista Leveau, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000198/2020-76);

GUERBISSON SIMONVIL - G087727-O, natural da República do Haiti, nascido em 05 de janeiro de 1995, filho de Ciledoit Simonvil e de Fertilia Madais, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.001933/2019-25);

HAMZE EL KHATIB - V640285-E, natural do Líbano, nascido em 17 de dezembro de 1984, filho de Noha Zein e de Abd El Hussein El Khatib, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.001717/2019-91);

HASSAN YOUNES - G091887-2, natural do Líbano, nascido em 27 de julho de 1990, filho de Khalil Younes e de Najwa Haidar Ahmad, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.008433/2019-26);

IDRIS ADEKUNLE ADEMOLA - G436104-6, natural da Nigéria, nascido em 01 de abril de 1984, filho de Akimola Ademola e de Idiaty Tawakality, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.001474/2020-65);

JAVIER MAURICIO PIZARRO VELASTEGUI - V870731-M, natural do Equador, nascido em 26 de dezembro de 1986, filho de Eduardo Karolis Pizarro Perez e de Jesus Bethania Velastegui Marmol, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.001020/2019-37);

KHALID JAMAL JABIR - V480680-Z, natural do Iraque, nascido em 01 de novembro de 1983, filho de Jamal Jabir e de Qasma Mudhir, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000140/2020-22);

LOUIS PERGAUD SANDJO - G062686-P, natural de Camarões, nascido em 14 de dezembro de 1977, filho de Jacobine Simen, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000785/2019-26);

MAYSAA AL SHAER - G323873-O, natural da Síria, nascida em 26 de fevereiro de 1964, filha de Hameed Al Shaer e de Loftia Zainb, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08322.000030/2020-47);

MISSAEL ALEXIS PINTOS ABELLA - V559275-A, natural do Uruguai, nascido em 28 de janeiro de 1964, filho de Juan Jose Pintos e de Rosa Del Carmen Abella, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08340.000195/2020-09);

NICOGHOS AROSH KOLAJIAN - G039071-8, natural da Síria, nascido em 20 de março de 1964, filho de Abraham Kolajian e de Achkhine Mhjian, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.008415/2019-34);

VERONICA SEGOVIA PAREDES - V095318-C, natural do Paraguai, nascida em 09 de março de 1969, filha de Sixto Felicismo Segovia e de Felina Paredes de Segovia, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.001914/2019-07);

VICTOR JORDAN REVETH TURBAY - V954149-C, natural da Venezuela, nascido em 08 de fevereiro de 1977, filho de Victor Ramon Reveth e de Xiomara Antonia Turbay Perez de Reveth, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.008436/2019-50);

VICTORIA SHCHERBAKOVA - V687113-L, natural da Rússia, nascida em 14 de janeiro de 1973, filha de Valery Nikolaevitch Shcherbakov e de Natalya Aleksandrovna Shcherbakova, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.002597/2020-73) e

WALEED SHMMA - G323868-H, natural da Síria, nascido em 20 de janeiro de 1960, filho de Khaled Shmma e de Najat Shmma, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08322.000036/2020-14).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.544, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

EUN CHUL HWANG que ao amparo no artigo 71, § 1º, da Lei 13.445 de 2017, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se MOISÉS EUN CHUL HWANG - W064351-T, natural da Coreia, nascido em 02 de outubro de 1960, filho de Ki Oh Hwang e de Sang Soon Chang, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.013923/2017-17);

DANIEL OSVALDO BELMONTE - Y242825-2, natural da Argentina, nascido em 18 de novembro de 1987, filho de Juan Pedro Belmonte e de Elena Aurora Vezgarra, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.007248/2017-75);

LUCIA ELIZABETH BUCHAILLOT - V343078-P, natural da Argentina, nascida em 16 de agosto de 1998, filha de Antonio Francisco Buchailot e de Elizabeth Marisa Marino, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000192/2020-07);

VITOR DOMINGOS MARTINS DE ARAUJO - V162883-7, natural de Portugal, nascido em 26 de julho de 1972, filho de Domingos Oliveira de Araujo e de Maria Manuela Pinto Soares M de Araujo, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08255.001071/2020-00);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que o exato nome dos genitores de ANGHAM RASHRASH, incluído na Portaria da SNJ nº 2.420, de 9 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 10 de Setembro de 2020, é Mohammad Kher Rshrash e Ilham Abdullah e não como constou. 08212.001028/2020-32

Declara que o exato nome de LAITH AL SALEH, incluído na Portaria CPMIG nº 119, de 8 de Junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de Junho de 2018, é LAITH ALSALEH, bem como a correta grafia do nome de seu genitor é Abdulsattar Alsaleh e não como constou. 08505.009596/2017-91

Declara que a correta grafia do nome da genitora de EDWIN ALEJANDRO BACARREZA ROJAS, incluída na Portaria Naturalização nº 2.221, de 11 de Agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de Agosto de 2020, é Benjamina Rojas Solares e não como constou. 08460.000263/2019-21

Declara que a correta grafia do nome do genitor de UMAR BILAL, incluído na Portaria Naturalização nº 2.354, de 31 de Agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 1 de Setembro de 2020, é Raja Muhammad Akram e não como constou. 08280.000955/2020-21

Declara que a correta grafia do nome do genitor de ARIEL AUGUSTO TERRAZAS MENDEZ, incluído na Portaria Naturalização nº 779, de 11 de Outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Outubro de 2019, é Efrain Augusto Terrazas Vargas e não como constou. 08505.010207/2019-31

Declara que o exato nome de OYGE DIB, incluída na Portaria CPMIG nº 2.464, de 16 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de Setembro de 2020, é JOYCE DIB, bem como a correta grafia do nome de sua genitora é Sawssan Hanna e não como constou. 08385.008110/2020-14

Declara que a naturalidade de MICHAEL MOLEKELA EBENE, incluído na Portaria CPMIG nº 1.661, de 18 de Junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de Junho de 2020, é República Democrática do Congo e não como constou. 08018.031686/2020-55

Declara que a correta grafia do nome da genitora de JAQUELINE MACHADO GONZALEZ, incluída na Portaria Naturalização nº 2.220, de 11 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2020, é Olga Emeteria Gonzalez Gonzalez e não como constou. 08270.007261/2019-09.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DESPACHOS

Declara que o exato nome dos genitores de ANGHAM RASHRASH, incluído na Portaria da SNJ nº 2.420, de 9 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 10 de Setembro de 2020, é Mohammad Kher Rshrash e Ilham Abdullah e não como constou. 08212.001028/2020-32

Declara que o exato nome de LAITH AL SALEH, incluído na Portaria CPMIG nº 119, de 8 de Junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de Junho de 2018, é LAITH ALSALEH, bem como a correta grafia do nome de seu genitor é Abdulsattar Alsaleh e não como constou. 08505.009596/2017-91

Declara que a correta grafia do nome da genitora de EDWIN ALEJANDRO BACARREZA ROJAS, incluída na Portaria Naturalização nº 2.221, de 11 de Agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de Agosto de 2020, é Benjamina Rojas Solares e não como constou. 08460.000263/2019-21

Declara que a correta grafia do nome do genitor de UMAR BILAL, incluído na Portaria Naturalização nº 2.354, de 31 de Agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 1 de Setembro de 2020, é Raja Muhammad Akram e não como constou. 08280.000955/2020-21

Declara que a correta grafia do nome do genitor de ARIEL AUGUSTO TERRAZAS MENDEZ, incluído na Portaria Naturalização nº 779, de 11 de Outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Outubro de 2019, é Efrain Augusto Terrazas Vargas e não como constou. 08505.010207/2019-31

Declara que o exato nome de OYGE DIB, incluída na Portaria CPMIG nº 2.464, de 16 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de Setembro de 2020, é JOYCE DIB, bem como a correta grafia do nome de sua genitora é Sawssan Hanna e não como constou. 08385.008110/2020-14

Declara que a naturalidade de MICHAEL MOLEKELA EBENE, incluído na Portaria CPMIG nº 1.661, de 18 de Junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de Junho de 2020, é República Democrática do Congo e não como constou. 08018.031686/2020-55

Declara que a correta grafia do nome da genitora de JAQUELINE MACHADO GONZALEZ, incluída na Portaria Naturalização nº 2.220, de 11 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2020, é Olga Emeteria Gonzalez Gonzalez e não como constou. 08270.007261/2019-09.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe



SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 836, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 139ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.000695/2019-11, onde o RELATÓRIO CONCLUSIVO Nº4/2019/CESPORTOS-SP (9409113) aponta para ausências de não conformidades, deliberaram:

a) Homologar o Estudo de Avaliação de Risco (EAR) e o Plano de Segurança Portuária (PSP), de que trata a Resolução nº 52, de 20 de dezembro de 2018, da empresa ULTRAFERTIL S/A. - CNPJ Nº 02.476.026/0008-02, localizada na a Rodovia SP 55, KM 65,8 Estrada Guarujá - Cubatão - Santos - SP, também analisados e aprovados no âmbito daquela Comissão Estadual;

b) Conceder por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO, sob a numeração 20/2020, de que trata a Resolução Conportos nº 53 de 2020, para a empresa ULTRAFERTIL S/A. - CNPJ Nº 02.476.026/0008-02, localizada na localizada na a Rodovia SP 55, KM 65,8 Estrada Guarujá - Cubatão - Santos - SP, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS, bem como o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

ERIC DO VAL LACERDA SOGOCIO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

DELIBERAÇÃO Nº 837, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 139ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.004611/2020-52, onde consta o Parecer nº 1/2020/CESPORTOS-SP (12165410), favorável ao credenciamento, posteriormente aprovado e registrado por meio da Ata da 78ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 29 (vinte e nove) de julho de 2020 (12261242), deliberaram:

a) Aprovar, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a empresa ACSPORT SEGURANÇA PORTUÁRIA - EIRELI - CNPJ Nº 37.286.832/0001-26, situada na Rua República de San Marino nº 59 - Casa 04 - Burgo Paulista - São Paulo - SP, como Organização de Segurança (OS), de acordo com a Resolução Conportos nº 53 de 2020;

b) Credenciar como integrantes do corpo técnico da referida Organização de Segurança (OS) EDER FRANCO D'ÁVILA, CPF 034.243.238-96 e MARCELO FIOREZZI TABORDA VIEIRA, CPF 002.577.118-30, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento e, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança (OS) respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

ERIC DO VAL LACERDA SOGOCIO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

DELIBERAÇÃO Nº 838, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, presentes na 139ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2020, após apreciação do Processo SEI/MJSP nº 08020.005447/2020-09, onde consta a Ata da 78ª Reunião Plenária Ordinária da Cesportos-PE, realizada no dia 30 de junho de 2020 (12176513), deliberaram:

a) Aprovar, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União e de acordo com a Resolução Conportos nº 53 de 2020, a alteração no quadro técnico da empresa ALVES & GAMA LTDA. - CNPJ Nº 13.307.466/0001-86, Organização de Segurança (OS), situada na Rua Ernesto de Paula Santos nº 960 - Sala 102 - Boa Viagem - Recife - PE;

b) Descredenciar como integrante do corpo técnico da referida Organização de Segurança (OS) CONSÓRCIA LUNGUINHO, CPF nº 144.053.264-87, ficando certo que esta não poderá mais ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto do credenciamento desta OS;

c) Credenciar como integrante do corpo técnico da referida Organização de Segurança (OS) LAURENICE SILVA FREIRE, CPF nº 363.612.164-20, ficando certo que esta deverá ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento e, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança (OS) respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

c) Determinar que a Secretaria-Executiva da Conportos promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, comunicando a deliberação à Comissão Coordenadora para Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil, e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente da Comissão
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS
Pelo Ministério da Defesa/Marinha do Brasil

ANTÔNIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Economia

EDIGAR JUNIO DA SILVA MARTINS
Pelo Ministério da Infraestrutura

ERIC DO VAL LACERDA SOGOCIO
Pelo Ministério das Relações Exteriores

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Pará (Cesportos-PA).

O Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Por deliberação da Comissão Nacional, em sua 138ª reunião ordinária, fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Pará (Cesportos-PA), na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO JOÃO DA SILVA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS NO ESTADO DO PARÁ (CESPORTOS-PA)

CAPÍTULO I
FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado do Pará (Cesportos-PA), criada pelo Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, é um órgão colegiado deliberativo, de caráter permanente, subordinado à Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), que tem por finalidade implantar sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis subordinado à Conportos.

§ 1º O sistema de prevenção e repressão de que trata o caput tem por base as Resoluções da Conportos, a legislação nacional, os tratados, as convenções, os códigos internacionais e as respectivas emendas das quais o País seja signatário, que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis.

§ 2º A Cesportos-PA será responsável pela execução das ações da Conportos no Estado do Pará.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO
Seção I
Composição

Art. 2º A Cesportos-PA é composta por um representante de cada órgão e entidades a seguir:

I - Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que a coordenará;

II - Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, da Marinha do Brasil;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V - Unidade de Segurança da Autoridade Portuária; e

VI - Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual, como membro convidado, com direito a voto.

§ 1º Cada membro do Colegiado terá, no mínimo, um suplente, que os substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Cesportos-PA e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares locais dos órgãos representados e designados por ato do Presidente da Conportos.

§ 3º A representação da Secretaria de Segurança Pública será solicitada ao Governo Estadual pelo coordenador da Cesportos-PA.

Seção II
Funcionamento

Art. 3º A Cesportos-PA se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu coordenador ou por requerimento de um terço dos membros.

§ 1º O quórum de reunião e de deliberação são de quatro membros.

§ 2º A aprovação de deliberação se dará por consenso de seus membros e, não sendo este possível, pelo mínimo de quatro votos dos membros.

§ 3º Na impossibilidade de comparecer à reunião, o membro titular oficiará ao seu suplente, solicitando sua presença para o exercício eventual de suas funções na Comissão.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades que possam contribuir para o esclarecimento das matérias tratadas.

§ 5º A pauta da reunião deverá ser divulgada por e-mail encaminhado aos membros da Cesportos-PA, com a antecedência mínima de sete dias da data de sua realização, com a indicação da data, local e horário da reunião, o resumo das matérias que serão tratadas, a identificação dos interessados, e outras informações consideradas relevantes.

Art. 4º As deliberações da Cesportos-PA, assinadas por seu coordenador, serão registradas em atas e expressas em portarias, pareceres, resoluções, recomendações, propostas de consolidação e de aperfeiçoamento de leis e regulamentos.

§ 1º Além do voto ordinário, o coordenador da Cesportos-PA terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º O voto contrário será registrado na ata da respectiva reunião.

§ 3º As atas e demais documentos, mencionados no caput, serão encaminhadas à Conportos no prazo de cinco dias úteis, sendo vedada a divulgação das discussões sem a prévia anuência do coordenador, ouvidos os demais membros.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da Cesportos-PA será exercida pela Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual prestará o apoio técnico e jurídico ao funcionamento da Comissão.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades representados na Conportos poderão contribuir com os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º Os membros da Cesportos-PA que se encontrarem em sua sede se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros municípios ou entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.



Art. 7º Os processos da Cesportos-PA deverão tramitar, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SEI/MJSP, devendo ser concedido acesso aos membros titulares e suplentes do Colegiado, bem como para os componentes da Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. O acesso ao SEI/MJSP deverá ser solicitado pela Cesportos-PA à Secretaria-Executiva da Conportos, mediante o envio de formulário padrão preenchido pelo interessado.

Art. 8º A Cesportos-PA poderá instituir subcomissões na hipótese de portos organizados e instalações portuárias localizadas em pontos distintos de sua circunscrição.

Parágrafo único. As subcomissões instituídas pela Cesportos-PA:

I - Serão compostas na forma de ato do coordenador da Cesportos-PA;

II - Não poderão ter mais de cinco membros;

III - Terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - Estão limitadas a três operando simultaneamente.

Art. 9º A Cesportos-PA poderá instituir grupos de trabalho temáticos para a avaliação de matérias específicas e para o acompanhamento da execução das ações desta Comissão.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho temáticos instituídos pela Cesportos-PA estão sujeitos às mesmas disposições apresentadas para as subcomissões, no parágrafo único do art. 8º.

Seção III

Competências

Art. 10. As competências da Cesportos-PA estão descritas no art. 11 do Decreto nº 9.861, de 2019.

Seção IV

Atribuições dos Membros da Cesportos-PA

Art. 11. Ao coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Cesportos-PA, conforme disposto em Resoluções e no Regimento Interno da Conportos.

Parágrafo único. A Cesportos-PA será responsável pela execução, em sua circunscrição, das ações da Conportos.

Art. 12. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - Prover o apoio administrativo, técnico e jurídico necessário ao funcionamento do Colegiado;

II - Coordenar a implementação pelas subcomissões e Secretaria-Executiva das deliberações aprovadas nas reuniões do Colegiado;

III - Coordenar os trabalhos administrativos e técnicos da Secretaria-Executiva, distribuindo atribuições dentre seus componentes ou servidores designados para prestar tais apoios;

IV - Elaborar as minutas de pauta das reuniões do Colegiado para aprovação do coordenador, incluindo de ofício, independente de despacho, Estudos de Avaliação de Riscos (EAR); Planos de Segurança Portuária (PSP); credenciamento de Organizações de Segurança (OS), de seus técnicos e dirigentes; e documentos recebidos das subcomissões e grupos de trabalho; e

V - Compilar e apresentar em reunião do Colegiado os indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico Organizacional da Cesportos-PA, fomentando debate acerca das medidas necessárias para o alcance das metas estabelecidas.

Art. 13. Aos Membros da Cesportos-PA incumbe o exercício das atribuições dispostas em Resoluções e no Regimento Interno da Conportos.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 15. Eventuais despesas com os deslocamentos dos membros titulares ou suplentes para participar das reuniões da Cesportos-PA, de suas subcomissões ou dos grupos de trabalho temáticos correrão por conta dos órgãos e entidades representados ou, na hipótese de haver disponibilidade orçamentária e financeira, da Polícia Federal.

Art. 16. O presente Regimento Interno poderá ser alterado em reunião de caráter ordinário ou extraordinário e deverá ser aprovado por ato do Presidente da Conportos, ouvido o Colegiado Nacional.

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo coordenador, ouvido os demais membros.

Art. 18. Este Regimento Interno entra em vigor na data de emissão do seu respectivo ato de aprovação.

PORTARIA Nº 7, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Bahia (Cesportos-BA).

O Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - Conportos, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Por deliberação da Comissão Nacional, em sua 139ª reunião ordinária, fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Bahia (Cesportos-BA), na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO JOÃO DA SILVA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS NO ESTADO DA BAHIA (CESPORTOS-BA)

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Bahia (Cesportos-BA), criada pelo Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019, é um órgão colegiado deliberativo, de caráter permanente, subordinado à Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), que tem por finalidade implantar sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis subordinado à Conportos.

§ 1º O sistema de prevenção e repressão de que trata o caput tem por base as Resoluções da Conportos, a legislação nacional, os tratados, as convenções, os códigos internacionais e as respectivas emendas das quais o País seja signatário, que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis.

§ 2º A Cesportos-BA será responsável pela execução das ações da Conportos no Estado da Bahia.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Seção I

Composição

Art. 2º A Cesportos-BA é composta por um representante de cada órgão e entidades a seguir:

I - Polícia Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que a coordenará;

II - Capitania dos Portos da Bahia, do Comando da Marinha;

III - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Economia;

IV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

V - Unidade de Segurança da Autoridade Portuária; e

VI - Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual, como membro convidado, com direito a voto.

§ 1º Cada membro do Colegiado terá, no mínimo, um suplente, que os substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Cesportos-BA e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares locais dos órgãos representados e designados por ato do Presidente da Conportos.

§ 3º A representação da Secretaria de Segurança Pública será solicitada ao Governo do Estado da Bahia pelo coordenador da Cesportos-BA.

Seção II

Funcionamento

Art. 3º A Cesportos-BA se reunirá em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu coordenador ou por requerimento de um terço dos membros.

§ 1º O quórum de reunião e de deliberação são de quatro membros.

§ 2º A aprovação de deliberação se dará por consenso de seus membros e, não sendo este possível, pelo mínimo de quatro votos dos membros.

§ 3º Na impossibilidade de comparecer à reunião, o membro titular oficiará ao seu suplente, solicitando sua presença para o exercício eventual de suas funções na Comissão.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades que possam contribuir para o esclarecimento das matérias tratadas.

§ 5º A pauta da reunião deverá ser divulgada por e-mail encaminhado aos membros da Cesportos-BA, com a antecedência mínima de sete dias da data de sua realização, com a indicação da data, local e horário da reunião, o resumo das matérias que serão tratadas, a identificação dos interessados, e outras informações consideradas relevantes.

Art. 4º As deliberações da Cesportos-BA, assinadas por seu coordenador, serão registradas em atas e expressas em portarias, pareceres, resoluções, recomendações, propostas de consolidação e de aperfeiçoamento de leis e regulamentos.

§ 1º Além do voto ordinário, o coordenador da Cesportos-BA terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º O voto contrário será registrado na ata da respectiva reunião.

§ 3º As atas e demais documentos, mencionados no caput, serão encaminhadas à Conportos no prazo de cinco dias úteis, sendo vedada a divulgação das discussões sem a prévia anuência do coordenador, ouvidos os demais membros.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da Cesportos-BA será exercida pela Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual prestará o apoio técnico e jurídico ao funcionamento da Comissão.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades representados na Conportos poderão contribuir com os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º As reuniões da Cesportos-BA serão realizadas presencialmente ou por meio de videoconferência.

Art. 7º Os processos da Cesportos-BA deverão tramitar, preferencialmente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SEI/MJSP, devendo ser concedido acesso aos membros titulares e suplentes do Colegiado, bem como para os componentes da Secretaria-Executiva.

Parágrafo único. O acesso ao SEI/MJSP deverá ser solicitado pela Cesportos-BA à Secretaria-Executiva da Conportos, mediante o envio de formulário padrão preenchido pelo interessado.

Art. 8º A Cesportos-BA poderá instituir subcomissões na hipótese de portos organizados e instalações portuárias localizadas em pontos distintos de sua circunscrição.

Parágrafo único. As subcomissões instituídas pela Cesportos-BA:

I - Serão compostas na forma de ato do coordenador da Cesportos-BA;

II - Não poderão ter mais de cinco membros;

III - Terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - Estão limitadas a três operando simultaneamente.

Art. 9º A Cesportos-BA poderá instituir grupos de trabalho temáticos para a avaliação de matérias específicas e para o acompanhamento da execução das ações desta Comissão.

Parágrafo único. A Cesportos-BA poderá instituir grupos de trabalho temáticos para avaliação de matérias específicas e para o acompanhamento da implementação de suas ações.

Seção III

Competências

Art. 10. As competências da Cesportos-BA estão descritas no art. 11º do Decreto nº 9.861, de 2019.

Seção IV

Atribuições dos Membros da Cesportos-BA

Art. 11. Ao coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Cesportos-BA, conforme disposto em Resoluções e no Regimento Interno da Conportos.

Parágrafo único. A Cesportos-BA será responsável pela execução, em sua circunscrição, das ações da Conportos.

Art. 12. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - Prover o apoio administrativo, técnico e jurídico necessário ao funcionamento do Colegiado;

II - Coordenar a implementação pelas subcomissões e Secretaria-Executiva das deliberações aprovadas nas reuniões do Colegiado;

III - Coordenar os trabalhos administrativos e técnicos da Secretaria-Executiva, distribuindo atribuições dentre seus componentes ou servidores designados para prestar tais apoios;

IV - Elaborar as minutas de pauta das reuniões do Colegiado para aprovação do coordenador, incluindo de ofício, independente de despacho, Estudos de Avaliação de Riscos (EAR); Planos de Segurança Portuária (PSP); credenciamento de Organizações de Segurança (OS), de seus técnicos e dirigentes; e documentos recebidos das subcomissões e grupos de trabalho; e

V - Compilar e apresentar em reunião do Colegiado os indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico Organizacional da Cesportos-BA, fomentando debate acerca das medidas necessárias para o alcance das metas estabelecidas.

Art. 13. Aos Membros da Cesportos-BA incumbe o exercício das atribuições dispostas em Resoluções e no Regimento Interno da Conportos.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 15. Eventuais despesas com os deslocamentos dos membros titulares ou suplentes para participar das reuniões da Cesportos-BA, de suas subcomissões ou dos grupos de trabalho temáticos correrão por conta dos órgãos e entidades representados ou, na hipótese de haver disponibilidade orçamentária e financeira, da Polícia Federal.

Art. 16. O presente Regimento Interno poderá ser alterado em reunião de caráter ordinário ou extraordinário, por maioria absoluta dos membros da Cesportos-BA.

Art. 17. O presente Regimento Interno e suas eventuais modificações serão aprovados por meio de ato do Presidente da Conportos, ouvido o Colegiado Nacional.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo coordenador, ouvido os demais membros.

Art. 19. Este Regimento Interno entra em vigor na data de emissão do seu respectivo ato de aprovação.



CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.046, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Ato de concentração nº 08700.003294/2020-06. Requerentes: Diagnósticos da América S.A. (DASA) e São Marcos Saúde e Medicina Diagnóstica S.A. Advogados: Maria Eugênia Novis de Oliveira, Thalita Novo, Bruno Herwig R. Augustin, Leonardo Canabrava Turra e Lucas E. F. A. Spadano. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 22/2020 (SEI 0806777) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 2.275, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga a listagem completa dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, e o art. 132, inciso VI, aprovado pela Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, e em cumprimento ao disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, considerando o disposto no Processo nº 02001.035907/2019-23, resolve:

Art. 1º Divulgar a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto que, na presente data, encontram-se vigentes e no âmbito de competência do Ibama, conforme art. 12 do Decreto nº 10.139, de 2019, nos termos do Anexo.

§ 1º Consideram-se vigentes para fins do caput deste artigo os atos normativos que:

I - tenham sido publicados até a data da publicação desta Portaria, ainda que se encontrem em período de vacância.

II - estejam total ou parcialmente vigentes;

§ 2º Os atos normativos cujo conteúdo limitou-se à modificação outro ato consideram-se incluídos nesses.

§ 3º Para fins da fixação do âmbito de competência do Ibama prevista no caput deste artigo, consideram-se:

I - Incluídos aqueles atos normativos cuja atribuição, na corrente data, pertença ao Ibama, ainda que editados por outro órgão ou entidade anteriormente à sucessão.

II - Excluídos aqueles atos normativos, editados pelo Ibama ou não, cuja atribuição na corrente data não pertence à autarquia, não constituindo-se em atribuição de triagem dessa a teor na forma do art. 12 do Decreto nº 10.139/2019.

§ 4º A inclusão de atos normativos no Anexo à presente Portaria não altera sua condição hierárquica e alcance.

Art. 2º Além dos atos expressamente revogados por outras normas, não se consideram vigentes para os fins da presente Portaria aqueles revogados tacitamente, aqueles cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou aqueles cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado, conforme os incisos I a III do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 3º Para os fins do art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019, deverão ser revisadas e consolidadas as normas de competência do Ibama observando-se as seguintes etapas:

I - primeira etapa: atos pertinentes a organização e estrutura regimental do Ibama;

II - segunda etapa: atos concernentes ao acesso e utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

III - terceira etapa: atos editados pelas Superintendências;

IV - quarta etapa: atos referentes a matéria tributária;

V - quinta etapa: demais atos normativos.

Parágrafo único. Os prazos previstos no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019, poderão ser antecipados, caso se afigure tecnicamente possível.

Art. 4º Qualquer pessoa poderá solicitar a retificação do Anexo da presente portaria mediante requerimento endereçado à Diretoria ou órgão correspondente ao tema.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

ANEXO

1. Portaria Ibama nº 2.231, de 24 de setembro de 2020.
2. Despacho nº 7036900/2020-GABIN/Ibama, de 25 de fevereiro de 2020.
3. Despacho nº 6299093/2019-GABIN/Ibama, de 20 de novembro de 2019.
4. Despacho nº 6409091/2019-GABIN/Ibama, de 14 de novembro de 2019.
5. Despacho nº 6309610/2019-GABIN/Ibama, de 31 de outubro de 2019.
6. Despacho nº 8122009/2020-GABIN Ibama, de 6 de agosto de 2020.
7. Portaria Ibama nº 1.929, de 19 de agosto de 2020.
8. Portaria Ibama nº 3.171, de 03 de setembro de 2019.
9. Portaria Ibama nº 596, de 21 de fevereiro de 2019.
10. Portaria Ibama nº 3.739, de 17 de dezembro de 2018.
11. Portaria Ibama nº 3.540, de 03 de dezembro de 2018.
12. Portaria Ibama nº 661, de 13 de março de 2018.
13. Portaria Ibama nº 2.298, de 21 de junho de 2019.
14. Portaria Ibama nº 2.534, de 11 de julho de 2019.
15. Ofício-Circular nº 3/2020/COMISSÃO-ÉTICA/GABIN/Ibama, de 25 de maio de 2020.
16. Instrução Normativa Conjunta nº 1 MMA, Ibama e ICMBio, de 29 de janeiro de 2020.
17. Instrução Normativa Conjunta nº 2 MMA, Ibama e ICMBio, de 29 de janeiro de 2020.
18. Instrução Normativa Conjunta nº 3 MMA, Ibama e ICMBio, de 29 de janeiro de 2020.
19. Ofício-Circular nº 4/2019/GABIN, de 16 de abril de 2019.
20. Despacho nº 5510363/2019-GABIN.
21. Ofício-Circular nº 1/2019/Ciam/Cgfin/Diplan.
22. Ofício-Circular nº 2/2019/Ciam/Cgfin/Diplan.
23. Despacho nº 8325335/2020-Ciam/Gabin.
24. Ofício-Circular nº 4/2020/CIAM/GABIN.
25. Portaria Ibama nº 1.369, de 16 de junho de 2020.
26. Instrução Normativa Ibama nº 19, de 19 de dezembro de 2014.
27. Instrução Normativa Ibama 12, de 6 de agosto de 2014.
28. Portaria Ibama nº 3.910, de 24 de outubro de 2019.
29. Portaria Ibama nº 1.338, de 15 de maio de 2018.
30. Portaria Ibama nº 3.767, de 11 de outubro de 2019.
31. Portaria Ibama nº 1.154, de 12 de junho de 2017.
32. Portaria Normativa Ibama nº 9, de 24 de abril de 2017.
33. Instrução Normativa Ibama nº 2, de 30 de janeiro de 2013.
34. Portaria Ibama nº 355, de 06 de fevereiro de 2020.
35. Portaria Ibama nº 4.534, de 19 de dezembro de 2019.
36. Resolução CTI/Ibama nº 2, de 10 de dezembro de 2019.
37. Resolução CTI/Ibama nº 3, de 10 de dezembro de 2019.
38. Resolução CTI/Ibama nº 4, de 10 de dezembro de 2019.

39. Resolução CTI/Ibama nº 5, de 10 de dezembro de 2019.
40. Portaria Ibama nº 4.364, de 05 de dezembro de 2019.
41. Resolução CTI/Ibama nº 1, de 23 de março de 2018.
42. Portaria Ibama nº 7, de 21 de agosto de 2015.
43. Portaria Ibama nº 9, de 29 de abril de 2013.
44. Portaria Ibama nº 9, de 05 de junho de 2012.
45. Portaria Ibama nº 3.767, de 11 de outubro de 2019.
46. Instrução Normativa Ibama nº 12, de 14 de dezembro 2012.
47. Instrução Normativa Ibama nº 17, de 30 de dezembro de 2011.
48. Portaria Ibama nº 02, de 7 de janeiro de 2011.
49. Portaria Ibama nº 275, de 23 de março de 2010.
50. Portaria Ibama nº 827, de 22 de março de 2020.
51. Portaria Ibama nº 4.352, de 4 de dezembro de 2019.
52. Portaria Ibama nº 25, de 4 de abril de 2007.
53. Portaria Ibama nº 21 de 12 de agosto de 2016.
54. Portaria Ibama nº 1.812, de 04 de agosto de 2020.
55. Portaria Ibama nº 1.989, de 25 de agosto de 2020.
56. Portaria Ibama nº 418, de 08 de fevereiro DE 2019.
57. Portaria Ibama nº 1.581, de 10 de julho de 2020.
58. Portaria Ibama nº 2.068, de 03 de setembro de 2020.
59. Portaria Ibama nº 1.812, de 04 de agosto de 2020.
60. Portaria Ibama nº 3.903 de 24 de dezembro de 2018.
61. Portaria Ibama nº 3 de 24 de dezembro de 2018.
62. Portaria Ibama nº 7 de 21 de maio de 2012.
63. Portaria Ibama nº 271 de 12 de março de 2012.
64. Portaria Ibama nº 272 de 12 de março de 2012.
65. Portaria Ibama nº 273 de 12 de março de 2012.
66. Portaria Ibama nº 433 de 16 de abril de 2013.
67. Portaria Ibama nº 3 de 19 de junho de 2015.
68. Instrução Normativa Ibama nº 3 de 7 de abril de 2017.
69. Instrução Normativa Ibama nº 5 de 16 de maio de 2017.
70. Portaria Ibama nº 1.533 de 28 de julho de 2017.
71. Portaria Ibama nº 2.358 de 6 de novembro de 2017.
72. Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019.
73. Portaria Conjunta MMA/ICMbio/Ibama/JBRJ nº 266, de 17 de junho de 2020.
74. Portaria Ibama nº 1, de 26 de janeiro de 2017.
75. Portaria Ibama nº 17, de 27 de dezembro de 2012.
76. Portaria Ibama nº 3.869, de 18 de outubro de 2019.
77. Instrução Normativa Ibama nº 10, de 20 de março de 2020.
78. Portaria Ibama nº 1.920, de 18 de agosto de 2020.
79. Instrução Normativa Ibama nº 26, 06 de dezembro de 2019.
80. Instrução Normativa Conjunta Ibama-ICMBio nº 8, 27 de setembro de 2019.
81. Despacho nº 5540547/2019-GABIN/Ibama, de 22 de julho de 2019.
82. Instrução Normativa Ibama nº 8, 20 de fevereiro de 2019.
83. Instrução Normativa Ibama nº 11, 14 de março de 2019.
84. Instrução Normativa Ibama nº 19, 20 de agosto de 2018.
85. Instrução Normativa Ibama nº 7, 14 de junho de 2017.
86. Instrução Normativa Ibama nº 8, 14 de julho de 2017.
87. Instrução Normativa Ibama nº 12, 08 de dezembro de 2017.
88. Instrução Normativa Ibama nº 1, de 23 de fevereiro de 2015.
89. Instrução Normativa Ibama nº 9, 08 de maio de 2015.
90. Portaria Ibama nº 23, 27 de novembro de 2014.
91. Instrução Normativa Ibama nº 11, 05 de junho de 2013.
92. Instrução Normativa Ibama nº 13, 19 de julho de 2013.
93. Instrução Normativa Ibama nº 2, de 27 de março de 2012.
94. Instrução Normativa Ibama nº 8, 14 de julho de 2011.
95. Instrução Normativa Ibama nº 14, 27 de outubro de 2011.
96. Portaria Ibama nº 16, 23 de novembro de 2011.
97. Instrução Normativa Ibama nº 2, 18 de março de 2010.
98. Instrução Normativa Ibama nº 6, 07 de abril de 2009.
99. Instrução Normativa Ibama nº 7, 13 de abril de 2009.
100. Portaria Ibama nº 10, 22 de maio de 2009.
101. Instrução Normativa Ibama nº 22, 10 de julho de 2009.
102. Instrução Normativa Ibama nº 184, de 17 de julho de 2008.
103. Instrução Normativa Ibama nº 183, 17 de julho de 2008.
104. Instrução Normativa 146, 10 de janeiro de 2007.
105. Portaria Ibama nº 101, 23 de setembro de 1993.
106. Portaria Conjunta Ibama/PFE-IBAMA n. 1, de 16 de dezembro de 2013.
107. Portaria PFE-IBAMA nº 01, de 31 de agosto de 2009.
108. Portaria PFE-IBAMA nº 01 de 2012.
109. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 02/2009.
110. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 03/2009.
111. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 04/2009, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
112. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 05/2009, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
113. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 06/2009, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
114. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 08/2010.
115. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 09/2010.
116. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 10/2010.
117. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 12/2010.
118. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 13/2010.
119. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 14/2010.
120. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 16/2010.
121. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 17/2010.
122. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 18/2010.
123. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 21/2010.
124. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 22/2010.
125. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 24/2010, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
126. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 25/2010.
127. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 27/2011.
128. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 28/2011, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
129. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 29/2011.
130. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 30/2012.
131. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 31/2012.
132. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 33/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
133. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 34/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
134. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 35/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
135. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 37/2012.
136. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 39/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
137. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 40/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
138. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 41/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
139. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 43/2012, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
140. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 44/2012.
141. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 45/2013, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.



142. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 47/2013, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
143. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 48/2013, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
144. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 49/2013, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
145. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 50/2013, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
146. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 51/2015, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
147. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 52/2015, aprovada pelo Presidente do Ibama como Parecer Normativo.
148. Orientação Jurídica Normativa PFE-IBAMA nº 53/2020.
149. Ordem de Serviço GAB/PFE-Sede/IBAMA/ICMBio Nº 007/2008.
150. Portaria PFE-IBAMA nº 3/2010.
151. Ordem de Serviço PFE-IBAMA nº 07, de 17 de abril de 2012.
152. Ordem de Serviço PFE-IBAMA nº 09, de 27 de outubro de 2015.
153. Ordem de Serviço PFE-IBAMA nº 01, de 01 de março de 2016.
154. Ordem de Serviço PFE-IBAMA n. 00002, de 17 de março de 2016.
155. Ordem de Serviço n. 00004/2016/GABIN/PFEIBAMASEDE/PGF/AGU.
156. Ordem de Serviço n. 00005/2016/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
157. Ordem de Serviço n. 00009/2017/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
158. Ordem de Serviço n. 00006/2018/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
159. Ordem de Serviço n. 00008/2018/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
160. Ordem de Serviço n. 00001/2019/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
161. Ordem de Serviço n. 00002/2019/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
162. Ordem de Serviço n. 00003/2019/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
163. Portaria Conjunta n. 00001/2018/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU.
164. Portaria Conjunta Ibama/PFE-IBAMA n. 00001, de 22 de março de 2016.
165. Portaria Ibama nº 630, de 4 de março de 2020.
166. Portaria Ibama nº 64, de 19 de junho de 1992.
167. Portaria Ibama nº 1219, de 22 de julho de 1994.
168. Portaria Ibama nº 45, de 29 de junho de 1995.
169. Portaria Normativa Ibama nº 84, de 15 de outubro de 1996.
170. Portaria Ibama nº 85, de 17 de outubro de 1996.
171. Portaria Ibama nº 86, de 17 de outubro de 1996.
172. Portaria Ibama nº 167, de 26 de dezembro de 1997.
173. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 07 de dezembro de 1999.
174. Instrução Normativa Ibama nº 1, de 14 de julho de 2000.
175. Instrução Normativa Ibama nº 7, de 06 de julho de 2001.
176. Portaria Normativa Ibama nº 10, de 21 de fevereiro de 2001.
177. Portaria Ibama nº 59, de 24 de abril de 2001.
178. Instrução Normativa Ibama nº 28, de 27 de dezembro de 2002.
179. Instrução Normativa Ibama nº 25, de 07 de novembro de 2002.
180. Instrução Normativa Ibama nº 17, de 28 de agosto de 2002.
181. Instrução Normativa Ibama nº 15, de 23 de agosto de 2002.
182. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de julho de 2002.
183. Portaria Ibama nº 37, de 27 de junho de 2003.
184. Instrução Normativa Ibama nº 55, de 19 de novembro de 2004.
185. Instrução Normativa Ibama nº 53, de 19 de novembro de 2004.
186. Instrução Normativa Ibama nº 54, de 19 de novembro de 2004.
187. Instrução Normativa Ibama nº 15, de 18 de fevereiro de 2004.
188. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 25, de 14 de setembro de 2005.
189. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 32, de 26 de outubro de 2005.
190. Instrução Normativa Ibama nº 131, de 10 de novembro de 2006.
191. Instrução Normativa Ibama nº 132, de 10 de novembro de 2006.
192. Instrução Normativa Ibama nº 142, de 22 de dezembro de 2006.
193. Instrução Normativa Ibama nº 126, de 24 de outubro de 2006.
194. Instrução Normativa Ibama nº 127, de 24 de outubro de 2006.
195. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 1, de 23 de janeiro de 2006.
196. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 2, de 27 de setembro de 2006.
197. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 2, de 23 de janeiro de 2006.
198. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 3, de 10 de março de 2006.
199. Portaria Ibama nº 80, de 24 de outubro de 2006.
200. Norma de Execução DIQUA/Ibama nº 1, de 5 de abril de 2007.
201. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 2, de 20 de junho de 2008.
202. Instrução Normativa Ibama nº 207, de 19 de novembro de 2008.
203. Portaria Ibama nº 25, de 15 de setembro de 2008.
204. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 18 de fevereiro de 2009.
205. Instrução Normativa Ibama nº 16, de 29 de maio de 2009.
206. Instrução Normativa Ibama nº 24, de 28 de agosto de 2009.
207. Instrução Normativa Ibama nº 23, de 11 de julho de 2009.
208. Instrução Normativa Ibama nº 5, de 17 de maio de 2010.
209. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 08 de junho de 2010.
210. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 12 de maio de 2010.
211. Instrução Normativa Ibama nº 1, de 18 de março de 2010.
212. Portaria Conjunta Ibama/Inmetro nº 1, de 29 de março de 2010.
213. Portaria Conjunta Ibama/Inmetro nº 2, de 16 de dezembro de 2010.
214. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 1, de 24 de maio de 2011.
215. Instrução Normativa Ibama nº 7, de 02 de julho de 2012.
216. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2012.
217. Instrução Normativa Ibama nº 8, de 03 de setembro de 2012.
218. Instrução Normativa Conjunta MAPA/Ibama nº 1, de 28 de dezembro de 2012.
219. Portaria Ibama nº 6, de 17 de maio de 2012.
220. Instrução Normativa Ibama nº 18, de 30 de outubro de 2013.
221. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013.
222. Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013.
223. Instrução Normativa Ibama nº 17, de 03 de setembro de 2013.
224. Instrução Normativa Ibama nº 12, de 16 de julho de 2013.
225. Instrução Normativa Ibama nº 5, de 06 de fevereiro de 2013.
226. Instrução Normativa Ibama nº 1, de 25 de janeiro de 2013.
227. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 1, de 18 de abril de 2013.
228. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014.
229. Instrução Normativa Ibama nº 11, de 25 de julho de 2014.
230. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 1, de 16 de junho de 2014.
231. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 3, de 19 de agosto de 2014.
232. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 11, de 30 de junho de 2015.
233. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de julho de 2015.
234. Instrução Normativa Ibama nº 8, de 08 de maio de 2015.
235. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de abril de 2015.
236. Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/Ibama nº 2, de 14 de dezembro de 2015.
237. Instrução Normativa Ibama nº 2, de 09 de fevereiro de 2017.
238. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 13 de junho de 2017.
239. Ofício nº 1/2017/COASP/CGASQ/DIQUA, de 12 de maio de 2017.
240. Ofício nº 966/2017/COASP/CGASQ/DIQUA, de 20 de novembro de 2017.
241. Instrução Normativa Ibama nº 27, de 27 de dezembro de 2018.
242. Instrução Normativa Ibama nº 11, de 13 de abril de 2018.
243. Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018.
244. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 14 de fevereiro de 2018.
245. Instrução Normativa Ibama nº 5, de 14 de fevereiro de 2018.
246. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 8 de novembro de 2019.
247. Instrução Normativa Ibama nº 3, de 21 de janeiro de 2019.
248. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 27 de março de 2019.
249. Instrução Normativa Ibama nº 25, de 02 de dezembro de 2019.
250. Instrução Normativa Ibama nº 24, de 21 de novembro de 2019.
251. Ofício nº 493/2019/COASP/CGASQ/DIQUA, de 25 de fevereiro de 2019.
252. Ofício nº 555/2019/COASP/CGASQ/DIQUA, de 12 de março de 2019.
253. Instrução Normativa Ibama nº 11, de 23 de março de 2020.
254. Instrução Normativa Ibama nº 9, de 20 de março de 2020.
255. Instrução Normativa Ibama nº 12, de 25 de março de 2020.
256. Portaria Ibama nº 938, de 9 de abril de 2020.
257. Portaria DIQUA/Ibama nº 1.325, de 8 de junho de 2020.
258. Portaria DIQUA/Ibama nº 1.326, de 8 de junho de 2020.
259. Portaria DIQUA/Ibama nº 1.328, de 8 de junho de 2020.
260. Portaria DIQUA/Ibama nº 1.907, de 14 de agosto de 2020.
261. Ofício nº 120/2020/COASP/CGASQ/DIQUA, de 07 de fevereiro de 2020.
262. Instrução Normativa Ibama nº 20 de 14 de setembro de 2020.
263. Instrução Normativa Ibama nº 22 de 24 de setembro de 2020.
264. Instrução Normativa Ibama nº 23 de 24 de setembro de 2020.
265. Portaria Ibama n.º 83-N, de 26 de setembro de 1991.
266. Portaria Ibama nº 149, de 30 de dezembro de 1992.
267. Portaria Ibama nº 113, de 29 de dezembro de 1995.
268. Portaria Ibama nº 117, de 15 de outubro de 1997.
269. Portaria Ibama nº 118, de 15 de outubro de 1997.
270. Portaria Ibama nº 93, de 07 de julho de 1998.
271. Portaria Ibama nº 102, de 15 de julho de 1998.
272. Instrução Normativa Ibama nº 02, de 02 de março de 2001.
273. Instrução Normativa nº 31, de 31 de dezembro de 2002.
274. Instrução Normativa Ibama nº 7, de 22 de agosto de 2003.
275. Norma de Execução DIREF/Ibama n.º 1, de 18 de dezembro de 2006.
276. Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006.
277. Norma de Execução DBFLO/Ibama n.º 1, de 24 de abril de 2007.
278. Norma de Execução DBFLO/Ibama n.º 2, de 26 de abril de 2007.
279. Instrução Normativa Ibama nº 202, de 22 de outubro de 2008.
280. Instrução Normativa Ibama nº 204, de 22 de outubro de 2008.
281. Instrução Normativa Ibama nº 6, de 7 de abril de 2009.
282. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 8 de setembro de 2009.
283. Instrução Normativa Ibama nº 4, DE 13 DE ABRIL DE 2011.
284. Instrução Normativa Ibama nº 10, de 20 de setembro de 2011.
285. Instrução Normativa Ibama nº 15 de 06 de dezembro de 2011.
286. Instrução Normativa Ibama nº 03/2013, de 31 de janeiro de 2013, em consonância com a Portaria Interministerial nº 232, de 28 de junho de 2017.
287. Instrução Normativa Ibama nº 14, de 303 de outubro de 2014.
288. Instrução Normativa Ibama nº 19, de 19 de dezembro de 2014.
289. Instrução Ibama Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014.
290. Instrução Normativa Ibama nº 23, de 31 de dezembro de 2014.
291. Instrução Normativa Ibama nº 07, de 30 de abril de 2015.
292. Instrução Normativa Ibama nº 10, de 8 de maio de 2015.
293. Portaria Ibama nº 351, de 23 de março de 2016.
294. Instrução Normativa Ibama nº 02, de 09 de maio de 2016.
295. Instrução Normativa Ibama nº 9, de 12 de dezembro de 2016.
296. Instrução Normativa Ibama nº 1, de 30 de janeiro de 2017.
297. Instrução Normativa Ibama nº 14, de 26 de abril de 2018.
298. Portaria Ibama nº 1.611, de 7 de junho de 2018.
299. Instrução Normativa Ibama 21, de 04 de outubro de 2018.
300. Portaria Ibama nº 3.639, de 10 de dezembro de 2018.
301. Portaria Ibama nº 3.642, de 10 de dezembro de 2018.
302. Instrução Normativa Ibama nº 4, de 22 de janeiro de 2019.
303. Instrução Normativa Ibama nº 9, de 25 de fevereiro de 2019.
304. Instrução Normativa Ibama nº 12, de 25 de março de 2019.
305. Instrução Normativa Ibama nº 20, de 4 de julho de 2019.
306. Instrução Normativa Ibama nº 01, de 21 de janeiro de 2020.
307. Instrução Normativa Ibama nº 2, de 23 de janeiro de 2020.
308. Instrução Normativa Ibama nº 03, de 23 de janeiro de 2020.
309. Instrução Normativa Ibama nº 05, de 18 de fevereiro de 2020.
310. Instrução Normativa Ibama nº 07, de 21 de fevereiro de 2020.
311. Instrução Normativa Ibama nº 08, de 21 de fevereiro de 2020.
312. Portaria Ibama nº 878, de 31 de março de 2020.
313. Instrução Normativa Ibama nº 19, de 21 de agosto de 2020.
314. Portaria Ibama nº 2.089, de 08 de setembro de 2020.
315. Instrução Normativa Ibama nº 21, de 18 de setembro de 2020.
316. Portaria Ibama nº 3.813, de 16 de outubro de 2019.
317. Despacho nº 8262864/2020-DIPRO, de 28 de agosto de 2020.
318. Portaria Ibama nº 119, de 06 de fevereiro de 1990.
319. Portaria Ibama nº 93, de 21 de agosto de 1992.
320. Portaria SUPES-MS/Ibama nº 1, de 29 de julho de 1993.
321. Portaria Ibama nº 1.056, de 19 de agosto de 1993.
322. Portaria Dipro/Ibama nº 3, de 27 de agosto de 1991.
323. Portaria Dipro/Ibama nº 6, de 16 de setembro de 1991.
324. Portaria SUPES-MT/Ibama nº 1, de 17 de agosto de 1995.
325. Portaria SUPES-MT/Ibama nº 16, de 12 de setembro de 1996.
326. Portaria SUPES-MT/Ibama nº 18, de 04 de agosto de 1997.
327. Portaria SUPES-MT/Ibama nº 10, de 25 de junho de 1998.
328. Portaria Ibama nº 94, de 09 de julho de 1998.
329. Portaria Ibama nº 135, de 21 de setembro de 1998.
330. Portaria Ibama nº 128, de 04 de setembro de 1998.
331. Portaria Ibama nº 122, de 28 de agosto de 1998.
332. Instrução Normativa Diplan nº 2, de 14 de setembro de 1998
333. Portaria Ibama nº 144, de 23 de outubro de 1998.
334. Portaria Ibama nº 164, de 08 de dezembro de 1998.
335. Portaria SUPES-XX/Ibama nº 18, de 18 de fevereiro de 1999.
336. Portaria SUPES-MS/Ibama nº 1, de 29 de julho de 1993.
337. Portaria SUPES-MT/Ibama nº 1, de 09 de agosto de 1999.
338. Portaria Dbflo/Ibama nº 6, de 27 de março de 2000.
339. Portaria Dipro/Ibama nº 1, de 05 de março de 2001.
340. Portaria Dbflo/Ibama nº 2, de 20 de julho de 2001.
341. Portaria SUPES-MS/Ibama nº 1, de 20 de julho de 2001.
342. Portaria Dbflo/Ibama nº 2, de 15 de agosto de 2001.
343. Portaria Ibama nº 144, de 11 de outubro de 2001.
344. Portaria SUPES-XX/Ibama nº 7, de 07 de dezembro de 2001.
345. Portaria SUPES-MS/Ibama nº 2, de 24 de maio de 2002.
346. Portaria SUPES-RO/Ibama nº 1, de 25 de julho de 2002.
347. Portaria SUPES-XX/Ibama nº 5, de 29 de julho de 2002.
348. Portaria SUPES-RO/Ibama nº 1, de 01 de setembro de 2002.
349. Portaria GE-MT/Ibama nº 1, de 28 de março de 2003.
350. Portaria SUPES-MS/Ibama nº 2, de 31 de julho de 2003.
351. Portaria GE-MS/Ibama nº 1, de 20 de agosto de 2004.
352. Portaria GE-MS/Ibama nº 1, de 29 de junho de 2005.
353. Portaria GE-RO/Ibama nº 1, de 18 de julho de 2005.
354. Portaria SUPES-MS nº 1, de 29 de junho de 2007.
355. Portaria SUPES-MS nº 2, de 27 de setembro de 2007.
356. Portaria SUPES-MS nº 1, de 26 de junho de 2008.
357. Portaria Ibama nº 23, de 01 de agosto de 2008.
358. Portaria Ibama nº 12, de 02 de julho de 2009.
359. Portaria SUPES-MS nº 1, de 17 de julho de 2009.
360. Portaria Ibama nº 13, de 30 de julho de 2009.
361. Portaria Ibama nº 19, de 24 de setembro de 2009.
362. Portaria Ibama nº 4, de 19 de abril de 2012.
363. Portaria Ibama nº 5, de 09 de maio de 2012.
364. Portaria Ibama nº 8, de 25 de abril de 2013.



365. Portaria Ibama nº 4, de 10 de abril de 2014.
366. Portaria Ibama nº 8, de 23 de março de 2016.
367. Portaria Ibama nº 08, de 06 de abril de 2017.
368. Portaria Ibama nº 3.020, de 21 de agosto de 2019.
369. Portaria Ibama nº 1.543 de 23 de dezembro de 2010.
370. Portaria Dipro/Ibama nº 1 de 16 de agosto de 2016.
371. Portaria Ibama nº 3.326 de 12 de setembro de 2019.
372. Portaria Ibama nº 60 de 06 de janeiro de 2020.
373. Portaria Ibama nº 561, de 27 de fevereiro de 2020.
374. Portaria Ibama nº 149 de 30 de dezembro de 1992.
375. Instrução Normativa Ibama nº 7, de 22 de agosto de 2003.
376. Instrução Normativa Ibama nº 2, de 23 de janeiro de 2020.
377. Instrução Normativa Ibama nº 3, de 23 de janeiro de 2020.
378. Portaria Ibama nº 8, de 02 de fevereiro de 1996.
379. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 25 de outubro de 2011.
380. Portaria SUPES-AM/Ibama nº 1, de 13 de março de 2001.
381. Portaria DIPRO/Ibama nº 01, de 14 de maio de 2015.
382. Instrução Normativa Ibama nº 28, de 27 de dezembro 2018.
383. Instrução Normativa Ibama nº 26 de 18 de dezembro de 2018.
384. Instrução Normativa Ibama nº 5 de 09 de maio de 2012
385. Instrução Normativa Ibama nº 16 de 26 de agosto de 2013
386. Portaria Normativa Ibama nº 24, de 04 dezembro de 2014
387. Portaria Ibama nº 162, de 19 de janeiro de 2018.
388. Portaria Ibama nº 1.893, de 02 de julho de 2018.
389. Portaria Ibama nº 2.690, de 24 de julho de 2019.
390. Instrução Normativa Ibama nº 24 de 22 de novembro de 2019.
391. Portaria Ibama nº 3.625/2018, de 07 de dezembro de 2018.
392. Portaria SUPES-PA/Ibama nº 1.629, de 29 de dezembro de 1989.
393. Instrução Normativa SUPES-AM/Ibama nº 1, de 1º de junho de 2005.
394. Portaria SUPES-AM/Ibama nº 1, de 18 de agosto de 1998.
395. Portaria SUPES-ES/Ibama nº 123, de 23 de novembro 1992.
396. Portaria SUPES-ES/Ibama nº 127, de 26 de novembro de 1992.
397. Portaria Ibama nº 14, de 05 de novembro de 2012.
398. Portaria Ibama nº 17, de 31 de julho de 2013.
399. Portaria SUPES-RN/Ibama nº 8, de 02 de março de 2012.
400. Portaria SUPES-MG/Ibama nº 6, de 29 de março de 2010.
401. Portaria SUPES-MG/Ibama nº 21, de 14 de outubro de 2009.
402. Portaria SUPES-MG/Ibama nº 1620, de 26 de dezembro de 1989.
403. Portaria SUPES-MG/Ibama nº 1622, de 26 de dezembro de 1989.
404. Portaria SUPES-MG/Ibama nº 303, de 23 de maio de 1989.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 354, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 21, inciso IX, e o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1º, do Anexo ao Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, e o que consta do Processo nº 48390.000108/2020-34, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa Mineração e Desenvolvimento - PMD, conforme Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O documento de que trata o caput encontra-se disponível na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico: www.mme.gov.br.

Art. 2º Designar a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME como coordenadora da observância no cumprimento e no acompanhamento do Programa Mineração e Desenvolvimento - PMD.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

PROGRAMA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - PMD
DESENVOLVER A MINERAÇÃO PARA DESENVOLVER O BRASIL
BRASIL: UMA MINA DE OPORTUNIDADES
PLANO DE METAS E AÇÕES 2020/2023

1. AGENDA:

EXPANSÃO QUANTITATIVO-QUALITATIVA DO SETOR MINERAL BRASILEIRO

Transformar o patrimônio mineral em riqueza para o desenvolvimento sustentável do país em suas bases sócio-econômico-ambiental.

2. PILAR:

O BRASIL É UMA POTÊNCIA MINERAL E A MINERAÇÃO É VETOR DO PROGRESSO E SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO

O País dispõe de relevante potencial mineral e precisa desses bens para atender às suas demandas e às necessidades da sociedade mundial.

3. PLANOS:

3.1. QUALIFICAR O CONHECIMENTO ECONÔMICO SOBRE O SETOR MINERAL

PROJETO: "ECONOMIA MINERAL"

METAS

A. Gerar, obter, processar e difundir os dados sobre a mineração em todas as fases da atividade mineral;

B. Projetar cenários e conjunturas para melhor subsidiar a definição de políticas públicas e a tomada de decisões do setor mineral brasileiro, mantendo sua permanente adequação e atualização;

C. Monitorar e avaliar, de forma mais efetiva, o desempenho do setor mineral nacional, propondo e adotando medidas para o seu regular funcionamento e desenvolvimento;

D. Aprimorar e compartilhar o conhecimento sobre o setor mineral externo e propor melhorias ao setor mineral brasileiro a partir de experiências internacionais exitosas.

3.2. COMPROMISSO SÓCIO-ECONÔMICO-AMBIENTAL NA MINERAÇÃO

PROJETO: "CRESCER COM RESPONSABILIDADE"

METAS

A. Promover ações para o alcance da sustentabilidade social, ambiental e econômica na mineração;

B. Promover o desenvolvimento socioeconômico, local e regional, com responsabilidade ambiental;

C. Contribuir para o bem-estar social das localidades do empreendimento mineral;

D. Promover estudos e articulação interinstitucional visando a redução de desigualdades regionais por meio do desenvolvimento de projetos minerários em regiões menos favorecidas e com elevado potencial para a mineração;

E. Estimular a implantação de empreendimentos minerários com tecnologia de baixo impacto ambiental e elevado retorno social;

F. Aprimorar e fortalecer as ações para o manejo responsável, a redução e o reaproveitamento de resíduos e rejeitos de mineração;

G. Aprimorar parâmetros para segurança de barragens, sua regulação, controle, fiscalização, monitoramento e responsabilidades;

H. Adotar medidas para a segurança de pilhas de rejeito e estéril e para o fechamento de minas;

I. Promover a formalização e incentivar o cooperativismo na atividade garimpeira;

J. Adoção de boas práticas na lavra garimpeira;

K. Estimular a recuperação de áreas afetadas pela mineração;

L. Monitorar as medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores na mineração e contribuir para o seu aperfeiçoamento;

M. Estimular a capacitação técnica de trabalhadores e o extensionismo tecnológico;

N. Promover economia circular na mineração;

O. Fomentar o uso de tecnologias e a inovação nas múltiplas etapas da atividade mineral;

P. Estimular a aplicação de tecnologias para a gestão sustentável de água no processamento mineral;

Q. Adotar parâmetros de sustentabilidade na aferição de resultados da produção mineral;

R. Propor políticas que auxiliem a diversificação da atividade econômica de municípios e regiões mineradoras;

S. Propor a inclusão da mineração nos planos diretores municipais e na lei de uso e ocupação do solo;

T. Promover a identificação e a estruturação da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (MAPE);

U. Fomentar a verticalização das cadeias produtivas minerais como promotora do desenvolvimento industrial do país;

V. Estimular e apoiar a eficiência energética na mineração;

W. Promover as práticas e tecnologias de redução dos gases do efeito estufa e de atendimento aos princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

X. Contribuir para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS;

Y. Garantir o cumprimento, pelo setor, das políticas e programas sócio-econômico-ambientais definidos pela legislação brasileira;

Z. Atender aos com promissos sócio-econômico-ambientais internacionais assumidos pelo país.

3.3. AMPLIAR O CONHECIMENTO GEOLÓGICO

PROJETO: "PATRIMÔNIO MINERAL BRASILEIRO"

METAS

A. Ampliar a realização de levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos;

B. Estimular a prospecção e a pesquisa geológica de bens minerais considerados prioritários para o país;

C. Promover e estimular as empresas dedicadas à pesquisa mineral;

D. Aprofundar o conhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras;

E. Ampliar o conhecimento geológico na Plataforma Continental brasileira;

F. Contribuir para o aumento da oferta hídrica no semiárido do Nordeste;

G. Promover a formulação, ampliação e diversificação dos projetos de PD&I nas áreas de geociências e pesquisa mineral;

H. Ampliar o zoneamento agrogeológico, realizando a integração de dados de geologia e solo;

I. Ampliar o conhecimento dos riscos geológicos para a prevenção de desastres naturais;

J. Ampliar e aperfeiçoar os sistemas de alertas de cheias;

K. Modernizar os recursos tecnológicos da CPRM;

L. Ampliar a capacitação técnico-funcional da CPRM/SGB;

M. Promover o intercâmbio de conhecimentos e tecnologia com serviços geológicos de outros países, visando aprimorar e modernizar o Serviço Geológico do Brasil, bem como difundir os benefícios resultantes;

N. Integrar o banco de dados da Agência Nacional de Mineração com o da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM/SGB;

O. Organizar o patrimônio e a memória da pesquisa geológica nacional.

3.4. AVANÇO DA MINERAÇÃO EM NOVAS ÁREAS

PROJETO: "MINERA BRASIL"

METAS

A. Ampliar as áreas de aproveitamento mineral;

B. Promover a regulamentação da mineração em terra indígena;

C. Implementar novas oportunidades de mineração em faixa de fronteira;

D. Aprimorar a regulação que trata de cavidades naturais;

E. Aprimorar a regulação sobre zonas de amortecimento;

F. Dinamizar a pesquisa e lavra de minerais nucleares;

G. Agilizar as outorgas de títulos minerários;

H. Realizar a oferta pública de áreas em disponibilidade da ANM;

I. Realizar a oferta pública de títulos minerários da CPRM.

3.5. INVESTIMENTO NO SETOR MINERAL

PROJETO: "MINERAÇÃO GARANTIDA"

METAS

A. Promover a adoção de mecanismos de financiamento para atividades de pesquisa e produção mineral;

B. Implementar a utilização do título minerário em garantia financeira;

C. Permitir a mineração como atividade para emissão de debêntures incentivadas e participação nos fundos de infraestrutura;

D. Adotar medidas para a atração de investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais;

E. Promover e estimular novos empreendedores e mercados.

3.6. SELETIVIDADE DE AÇÕES PARA O SETOR

PROJETO: "MINERAÇÃO DO PRESENTE PARA O FUTURO"

METAS

A. Definir a política para os minerais de interesse estratégico para o país, com o fortalecimento das ações para geologia, regulação e desenvolvimento tecnológico e sua aplicação nas cadeias produtivas de metais e minerais para inovação tecnológica e de interesse estratégico, como o nióbio, níquel, cobalto, cobre, enxofre, grafite, lítio, silício, tântalo, terras raras, titânio, tungstênio, urânio, vanádio, zinco;

B. Promover a adoção de novas tecnologias da indústria 4.0 nas atividades do setor mineral;

C. Estimular a geração de novos produtos e mercados;

D. Agregação de valor aos bens minerais produzidos no país;

E. Estímulo à instalação de fábricas de produtos de alta tecnologia que utilizam o insumo mineral;

F. Buscar a inserção de novas tecnologias no aproveitamento de carvão energético e recuperação de passivos ambientais;

G. Promover a pesquisa tecnológica e a inovação na produção de remineralizadores e sua aplicação na agricultura;

H. Incentivar a inserção tecnológica nas pequenas e médias empresas de mineração;

I. Contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento dos centros de tecnologia e inovação relacionados à mineração;

J. Promover a atração de investimentos na cadeia de transformação mineral com tecnologia agregada.

3.7. GOVERNANÇA NA MINERAÇÃO

PROJETO: "AÇÃO, ESTRATÉGIA E CREDIBILIDADE"

METAS

A. Adotar as melhores práticas de integridade, ética e transparência na prestação dos serviços públicos do setor mineral;

B. Promover e estimular a adoção das melhores práticas de integridade, ética e transparência pelas empresas do setor mineral;

C. Realizar a gestão minerária com segurança jurídica, previsibilidade, confiabilidade e credibilidade;

D. Adotar métodos de gestão e redução de riscos;

E. Explicitar as políticas públicas para o setor mineral;

F. Preservar o regular funcionamento das atividades minerárias;

G. Buscar solução para os entraves nas atividades do setor mineral;

H. Desenvolver políticas específicas para os segmentos do setor mineral em função de suas peculiaridades;



I. Estimular a prática de certificação de recursos e reservas minerais segundo padrões internacionais;

J. Promover a redução da dependência de bens minerais importados;

K. Alcançar maior eficiência no controle e fiscalização da atividade minerária;

L. Aumentar a eficiência na arrecadação vinculada à atividade minerária;

M. Intermediar a busca de solução de conflitos em questões do setor mineral;

N. Acompanhar as medidas de proteção ao trabalho e ao trabalhador na mineração;

O. Estabelecer canais de interlocução da sociedade com o setor mineral e com as autoridades minerárias;

P. Aprimorar a interação com entidades e órgãos internacionais para disseminar conhecimento sobre o setor mineral brasileiro e obter conhecimento sobre o setor mineral externo;

Q. Promover parcerias internacionais para o desenvolvimento do setor mineral;

R. Intensificar a interação com fóruns internacionais como o Mercosul, IGF, OCDE, Kimberley, Aço/Siderurgia, GFSEC, e Grupos Internacionais de Estudos do chumbo, zinco, cobre e níquel;

S. Promover um ambiente favorável para atração do setor mineral brasileiro;

T. Difundir o conhecimento e promover o intercâmbio de estudos, pesquisas e experiências do setor mineral brasileiro no âmbito internacional.

3.8. GESTÃO E EFICIÊNCIA

PROJETO: "MINERAÇÃO DE RESULTADOS"

METAS

A. Aprimorar a eficiência do setor nos ambientes público e privado;

B. Alcançar melhoria dos resultados do setor em produtividade com sustentabilidade;

C. Reestruturar e modernizar a Agência Nacional de Mineração-ANM;

D. Reestruturar e modernizar a CPRM/SGB;

E. Alcançar maior otimização e celeridade na tramitação dos processos minerários;

F. Reduzir a quantidade de processos minerários pendentes de decisão administrativa;

G. Adequar as modalidades de outorga minerária aos segmentos do setor;

H. Promover e contribuir para aprimorar o licenciamento ambiental para a mineração;

I. Promover e acompanhar as ações de governo em infraestrutura e energia no interesse do setor mineral;

J. Incentivar as pequenas e médias empresas e o aprimoramento de seus processos produtivos;

K. Alcançar efetividade à Lei 13.874/19 (Lei da Liberdade Econômica) no setor minerário;

L. Estimular a cultura geológica e da mineração e preservar sua história.

3.9. COMBATER AS PRÁTICAS ILÍCITAS NA ATIVIDADE MINERAL

PROJETO: "MINERAÇÃO LEGAL"

METAS

A. Criar e ampliar oportunidades para a atividade minerária regular;

B. Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e controle;

C. Auxiliar os órgãos de controle, fiscalização, segurança e de justiça na definição de ações para reprimir ilícitos na atividade mineral.

3.10. MINERAÇÃO NA SOCIEDADE

PROJETO: "MINERAÇÃO EM FOCO"

METAS

A. Melhorar a percepção social do setor mineral;

B. Divulgar a mineração como atividade essencial para a sociedade e a sua importância para o país;

C. Realizar divulgação permanente das ações do MME, ANM e CPRM;

D. Promover a participação da SGM/MME, ANM e CPRM em eventos do setor mineral;

E. Estimular, promover e auxiliar a participação da mineração brasileira em feiras e eventos nacionais e internacionais;

F. Aprofundar a interação da sociedade com o setor mineral.

PORTARIA Nº 358, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 6º e 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo nº 48330.000152/2020-59, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos vigentes, editados no âmbito do Ministério de Minas e Energia, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

Gabinete do Ministro

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	GM/MME	503	28/12/1999	Regulamenta o art. 20, inciso II, §§ 1º e 3º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código da Mineração
PORTARIA	GM/MME	043	25/02/2000	Define as usinas termelétricas integrantes do Programa Prioritário, de acordo com os critérios de enquadramento estabelecidos pelo Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica - CAET, e prorroga o prazo estabelecido pela Portaria MME 391, de 19.10.1999.
PORTARIA	GM/MME	551	06/12/2000	Define que as usinas termelétricas de cogeração, qualificadas pela ANEEL que entrem em operação até 31.12.2003, serão integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade 2000 - 2003.
PORTARIA	GM/MME	052	14/04/2004	Inclui no Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, a Usina Termelétrica AES Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.
PORTARIA	GM/MME	303	18/11/2004	Definir, nos termos do § 2º do art. 2º e do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 2004, conforme critérios gerais de garantia de suprimento, os montantes da garantia física dos empreendimentos de geração de energia elétrica
PORTARIA	GM/MME	483	03/10/2005	Estabelece as diretrizes para a realização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP de leilões públicos de aquisição de biodiesel de que trata o art. 3º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE no 3, de 23 de setembro de 2005
PORTARIA	GM/MME	112	16/05/2006	Estabelece os critérios e fórmulas de reajuste tarifário a serem utilizados pela ANEEL, para fins de elaboração do Edital de Leilão de energia elétrica, proveniente de novos empreendimentos de geração, e dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, e inclui parágrafo único no art. 9º da Portaria MME 328 de 29.07.2005; Revoga as Portarias MME 510 de 20.10.2005 e 561 de 14.12.2005
PORTARIA	GM/MME	147	27/06/2006	decide que os agentes de geração de energia elétrica, que venderem energia elétrica nos Leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, poderão solicitar à ANEEL a substituição do Índice de Atualização Monetária, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto no Contrato de Concessão para Uso de Bem Público - UBP.
PORTARIA	GM/MME	294	28/11/2006	decide que a ANEEL deverá analisar e decidir sobre eventuais modificações, de obrigações de entrega da energia elétrica, decorrentes de fatos alheios à vontade dos agentes de distribuição e respectivos agentes vendedores, referentes aos contratos de importação de energia elétrica e as causas que originaram a redução da garantia física.
PORTARIA	GM/MME	42	01/03/2007	Estabelece os critérios e reajuste de receitas de termelétricas que tenham celebrado CCEAR por disponibilidade.
PORTARIA	GM/MME	42	01/03/2007	Estabelece os critérios e reajuste de receitas de termelétricas que tenham celebrado CCEAR por disponibilidade. Alterada pelas Ports. 152 de 16.4.2008 e 175 de 16.4.2009. (Alterada pela Portaria nº 175, de 16/04/2009)
PORTARIA	GM/MME	46	09/03/2007	Estabelece as diretrizes para a definição da garantia física de energia e dos parâmetros de cálculo do ICB de empreendimentos a serem contratados na modalidade disponibilidade em leilões de energia.
PORTARIA	GM/MME	46	09/03/2007	Estabelece as diretrizes para a definição da garantia física de energia e dos parâmetros de cálculo do ICB de empreendimentos a serem contratados na modalidade disponibilidade em leilões de energia. Alterada pela Port. 175 de 16.4.2009. (Alterada pela Portaria nº 175, de 16/04/2009)
PORTARIA	GM/MME	292	19/10/2007	Aprova a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD, para o gerenciamento das informações inerentes aos processos disciplinares instaurados, no âmbito do MME.
PORTARIA	GM/MME	374	31/12/2007	Aprova o Código de Ética e Conduta do MME.
PORTARIA	GM/MME	372	05/10/2009	Determina ser condição necessária para aprovação dos estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e suas eventuais revisões, que sejam realizados de acordo com os critérios, procedimentos e instruções, estabelecidos no Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas, disponibilizado no endereço eletrônico citado; e revoga a Portaria MME 356 de 28.09.2009.
PORTARIA	GM/MME	404	09/10/2009	Estabelece os procedimentos para aprovação de projetos de dutovias de escoamento, de transferência, de transporte de petróleo, gás natural, derivados de petróleo e de gás natural ou biocombustíveis e de dutovias de distribuição dos serviços locais de gás canalizado, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e dá outra providência. Alterada pela Port. GM/MME nº 127 de 23 de fevereiro de 2011.
PORTARIA	GM/MME	406	09/10/2009	Estabelece os procedimentos para aprovação de projetos de investimento em infraestrutura de produção ou de processamento de gás natural, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e dá outra providência. Alterada pela Port. GM/MME nº 127 de 23 de fevereiro de 2011.
PORTARIA	GM/MME	463	03/12/2009	Definição da metodologia de cálculo e revisão da garantia física de energia
PORTARIA	GM/MME	058	10/02/2010	Reconhece, com base na manifestação do CMSE, a inviabilidade de realização da licitação prevista no art. 1º, parág. 2º do Decreto 7.093 de 02.02.2010, em razão do comprometimento do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor da concessionária de distribuição Boa Vista Energia S.A.
PORTARIA	GM/MME	67	01/03/2010	Estabelece os procedimentos gerais para a obtenção de autorização com vistas à exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito - GNL no mercado de curto prazo, denominado <i>spot</i> .
PORTARIA	GM/MME	1004	28/12/2010	As instalações de transmissão de energia elétrica, relacionadas no Anexo I à presente Portaria poderão ser enquadradas nos termos do art. 17, § 7º, da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995. (Equiparação)
PORTARIA	GM/MME	1004	28/12/2010	Enquadra no parág. 7º do art. 17 da Lei 9.074 de 07.07.1995, as instalações de transmissão energia elétrica que poderão ser enquadradas nos intercâmbios internacionais de energia elétrica e equiparadas, para efeitos técnicos e comerciais, aos concessionários de serviço público de transmissão, conforme regulação da Aneel, que definirá, em especial, a receita do agente, as tarifas, e a forma de ajuste dos contratos atuais de importação e exportação de energia, conforme condições em anexo. Alterada pela Port. 126, de 23.02.2011.
PORTARIA	GM/MME	121	08/02/2011	Aprova o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030, o qual se encontra disponível no sítio do Ministério de Minas e Energia, na rede mundial de computadores, www.mme.gov.br .



PORTARIA	GM/MME	454	26/07/2011	Autoriza a celebração de contratos específicos, no âmbito do Programa "LUZ PARA TODOS", para as obras de eletrificação rural integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS Xingu, nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, todos da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte.
PORTARIA	GM/MME	472	05/08/2011	Estabelece as diretrizes para o Processo de Chamada Pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural, e dá outras providências
PORTARIA	GM/MME	514	02/09/2011	Estabelece procedimentos de qualificação econômico-financeira para fins de participação em Leilões de Energia, bem como para a elaboração de CCEARs.
PORTARIA	GM/MME	514	02/09/2011	Estabelece procedimentos de qualificação econômico-financeira para fins de participação em Leilões de Energia, bem como para a elaboração de CCEARs.
PORTARIA	GM/MME	564	30/9/2011	Estabelece regras, critérios e procedimentos específicos de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE
PORTARIA	GM/MME	565	30/9/2011	Aprova as normas que regulamentam a realização da Avaliação de Desempenho Institucional
PORTARIA	GM/MME	594	18/10/2011	Aprovado o Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf - Premissas e Diretrizes Básicas.
PORTARIA	GM/MME	596	19/10/2011	A autorização para importação e exportação de energia elétrica será outorgada à pessoa jurídica constituída, sob os ditames das leis brasileiras, com o objetivo de importar, exportar ou comercializar energia elétrica no mercado brasileiro
PORTARIA	GM/MME	689	27/12/2011	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2020, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	7	05/01/2012	Revisão da garantia física de energia em razão da mudança de combustível
PORTARIA	GM/MME	94	05/03/2012	Estabelece os procedimentos de provocação por terceiros para a construção ou a ampliação de gasodutos de transporte de que trata o art. 4º, inciso I, da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009
PORTARIA	GM/MME	232	13/04/2012	Estabelece os procedimentos gerais para a obtenção de autorização com vistas ao exercício da atividade de importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita. Alterada pela Port. GM/MME nº 412 de 22 de novembro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	295	17/05/2012	Estabelece diretrizes para o suprimento de energia elétrica aos Países vizinhos nas situações de emergência.
PORTARIA	GM/MME	484	24/08/2012	Revisão da garantia física de energia em razão de alteração da potência instalada
PORTARIA	GM/MME	107	25/03/2013	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2021, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	116	04/04/2013	Estabelece diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no País
PORTARIA	GM/MME	117	05/04/2013	Aprovar, na forma do Anexo à presente Portaria, os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
PORTARIA	GM/MME	123	17/04/2013	resolve que os Editais dos Leilões para licitação de concessões de usinas hidrelétricas e a alocação de suas garantias físicas de energia e de potência, os contratos de concessão, de cotas de garantia física de energia e de potência e seus anexos, deverão ser elaborados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em conformidade com as diretrizes indicadas, além de outras que vierem a ser definidas pelo Ministério de Minas e Energia. Alterada pela Port. GM/MME 384 de 18.8.2015.
PORTARIA	GM/MME	130	24/04/2013	Estabelece as regras e os procedimentos para a solicitação e o recebimento, pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, de dados dos agentes da indústria do gás natural e demais interessados para fins de elaboração dos Estudos de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário.
PORTARIA	GM/MME	243	12/07/2013	Aprovar as Diretrizes para rescisão dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica, que compreendam aproveitamentos hidrelétricos outorgados até 15 de março de 2004 e que não entraram em operação até 30 de junho de 2013.
PORTARIA	GM/MME	258	02/08/2013	Determina que a Interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional fica condicionada à efetiva operação comercial das instalações de transmissão necessárias à interligação plena dos sistemas, inclusive as instalações de âmbito da distribuição, com atendimento de condições técnicas, conforme regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
PORTARIA	GM/MME	279	22/08/2013	Revisão da garantia física de energia de UTE a carvão mineral, beneficiária da CDE e submetida a processo de modernização
PORTARIA	GM/MME	311	13/09/2013	Define o Critério de Mínimo Custo Global de Interligação e Reforço nas Redes provenientes do acesso à Rede Básica por Consumidores Livres, de acordo com o Decreto 5.597, de 28 de novembro de 2005.
PORTARIA	GM/MME	317	13/09/2013	Propõe, mediante provocação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, a construção de Gasoduto de Transporte entre os Municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, sob regime de concessão precedido de licitação, conforme descrito no Anexo à presente Portaria
PORTARIA	GM/MME	396	05/11/2013	Reconhece, com deliberação do CMSE, a inviabilidade de realização da licitação em razão da emergenciabilidade de contratação de geração, em razão do comprometimento do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor da concessionária de distribuição Boa Vista Energia S.A.
PORTARIA	GM/MME	418	27/11/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá regulamentar a realização de investimentos com vistas a manter a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas Usinas Hidrelétricas, cujas concessões foram prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	418	27/11/2013	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá regulamentar a realização de investimentos com vistas a manter a qualidade e a continuidade da prestação do serviço pelas Usinas Hidrelétricas, cujas concessões foram prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
PORTARIA	GM/MME	450	12/12/2013	Estabelece diretrizes para a licitação do Gasoduto Itaboraí-Guapimirim.
PORTARIA	GM/MME	24	16/01/2014	Aprova e determina a aplicação do "Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, com a definição dos procedimentos de solicitação de acesso aos sistemas de transmissão pelos consumidores livres e autoprodutores
PORTARIA	GM/MME	32	24/01/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2022, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	128	26/03/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País - PEMAT 2022 e determina a continuidade do aperfeiçoamento do processo de elaboração do PEMAT.
PORTARIA	GM/MME	378	29/7/2014	Aprova as normas regulamentares para as Avaliações de Desempenho Individual e de Desempenho Institucional, bem como para a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura - GDAIE, instituída pela Lei nº 11.539, de 8/11/207, regulamentada pelo Decreto nº 8.107, de 6/9/2013
PORTARIA	GM/MME	484	11/09/2014	Atualização dos índices de referência de indisponibilidades forçada e programada de usinas hidrelétricas. Procedimentos para emprego do TEIF e do IP nas revisões extraordinária e ordinárias de garantia física de energia
PORTARIA	GM/MME	492	12/09/2014	Revisão da garantia física de energia em razão de alteração da potência instalada
PORTARIA	GM/MME	564	17/10/2014	Cálculo e revisão da garantia física de energia com base na geração de energia elétrica verificada Revisão da garantia física de energia com base no aumento da disponibilidade de aumento de combustível e/ou eficiência energética, sem aumento da capacidade instalada
PORTARIA	GM/MME	303	18/11/2014	Vigência das garantias físicas de energia das UHEs até 31 de dezembro de 2014. Definição das garantias físicas de energia das UTEs existentes.
PORTARIA	GM/MME	655	16/12/2014	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2023, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	671	19/12/2014	resolve que o montante anual de energia contratada em leilões de ajuste, por agente de distribuição, não poderá exceder a cinco por cento da respectiva carga total contratada.
PORTARIA	GM/MME	679	29/12/2014	Aprova a Política de Segurança da Informação - PSI, no âmbito do MME.
PORTARIA	GM/MME	041	26/02/2015	Reconhece a necessidade de geração de energia elétrica, de forma excepcional e temporária, disponível do Parque de Usinas Termoelétricas, na região de Manaus, Estado do Amazonas, inclusive as provenientes de contratos de locação, pelo prazo determinado.
PORTARIA	GM/MME	044	10/03/2015	resolve que os agentes de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para incentivo à geração própria de unidades consumidoras, de acordo com as diretrizes detalhadas. Alterada pela Port. 381 de 12.08.2015.
PORTARIA	GM/MME	376	05/08/2015	Constituição do GT para analisar e propor aprimoramentos na Portaria MME nº 463/2009. Suspensão da revisão da garantia física de energia com base na energia gerada. Prorrogação conforme Portaria GM/MME nº 107 de 31 de março de 2016.
PORTARIA	GM/MME	416	01/09/2015	Estabelece procedimentos e metodologias, para as Usinas Eólicas, visando a revisão dos montantes de garantia física de energia, com base nas alterações de características técnicas, e do cálculo e revisão anual dos montantes de garantia física de energia, com base na geração de energia elétrica verificada.
PORTARIA	GM/MME	516	11/11/2015	Fixação dos percentuais autorizados de mistura voluntária de biodiesel ao óleo diesel, previstos no art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE
PORTARIA	GM/MME	538	15/12/2015	Cria o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica - ProGD, e institui Grupo de Trabalho, no âmbito do ProGD.
PORTARIA	GM/MME	555	28/12/2015	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2024, disponível na página do Ministério de Minas e Energia - MME, no sítio citado.
PORTARIA	GM/MME	015	20/01/2016	Reconhece a necessidade de contratação emergencial de geração termelétrica adicional, nos montantes citados e de forma excepcional e temporária, na região metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas
PORTARIA	GM/MME	025	11/02/2016	Reconhece a necessidade de contratação de locação de unidades geradoras no montante citado, em caráter excepcional, para atender as noventa e uma localidades dos sistemas isolados atendidos pela Amazonas Distribuidora de Energia



PORTARIA	GM/MME	101	22/03/2016	Definição da metodologia de cálculo da garantia física de energia de novos empreendimentos de geração do Sistema Interligado Nacional - SIN
PORTARIA	GM/MME	102	22/03/2016	Estabelece as condições para cadastramento e habilitação técnica para leilões de energia nova, de fontes alternativas e de reserva.
PORTARIA	GM/MME	102	22/03/2016	Estabelece as condições para cadastramento e habilitação técnica para leilões de energia nova, de fontes alternativas e de reserva.
PORTARIA	GM/MME	120	20/04/2016	Determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, parág. 2º, da Lei 12.783, de 11.01.2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas
PORTARIA	GM/MME	120	20/04/2016	Determina que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, parág. 2º, da Lei 12.783, de 11.01.2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.
PORTARIA	GM/MME	179	10/05/2016	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba e Usina de São José, para atender a Região Metropolitana de Manaus (AM), até a conclusão das adequações na Rede de Distribuição e a entrada em operação da primeira unidade da Usina Termelétrica Mauá 3, assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoeleétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A Alterada pela Port. nº 395 de 10.10.2017.
PORTARIA	GM/MME	180	10/05/2016	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba e Usina de São José, para atender a Região Metropolitana de Manaus (AM), até a conclusão das adequações na Rede de Distribuição e a entrada em operação da primeira unidade da Usina Termelétrica Mauá 3, assim como a permanência da geração atualmente disponível no Bloco IV da Usina Termoeleétrica de Mauá, pertencente à Eletrobras Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A
PORTARIA	GM/MME	444	25/08/2016	Estabelece diretrizes para a definição de capacidade remanescente de escoamento do SIN para fins de realização de leilões de energia nova, de reserva e de fontes alternativas.

PORTARIA	GM/MME	27	25/01/2017	Estabelece a adoção do processo eletrônico no âmbito do Ministério de Minas e Energia e institui o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências.
PORTARIA	GM/MME	41	07/02/2017	Atualização dos Parâmetros de Aversão a Risco a Cadeia de Modelos Computacionais de Suporte o Planejamento e à Programação da Operação Eletroenergética e de Formação de Preço no Setor de Energia Elétrica
PORTARIA	GM/MME	128	30/03/2017	Os títulos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira e registros de licença) regularmente outorgados em áreas situadas dentro da Reserva Nacional de Cobre e Associados -RENCA permanecem em vigor e sujeitam-se às condições gerais estabelecidas no Decreto-lei nº 227, de 28de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)
PORTARIA	GM/MME	178	03/05/2017	Aprovação da metodologia, dos critérios, das premissas e das configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 25 abril de 2017. Definição dos valores revistos de garantia física de energia das UHEs Despachadas Centralizadamente no SIN
PORTARIA	GM/MME	217	05/06/2017	Delega competência ao Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia para a prática de atos que visem estabelecer diretrizes específicas não previstas no Manual de Operacionalização do Programa "LUZ PARA TODOS" e no Manual para Atendimento às Regiões Remotas dos Sistemas Isolados, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS"
PORTARIA	GM/MME	245	27/06/2017	As Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia a aprovação de Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica como prioritário, para fins do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011
PORTARIA	GM/MME	213	01/7/2017	Política de Gestão de Riscos, Integridade e Controles Internos.
PORTARIA	GM/MME	364	13/09/2017	As Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica e as Concessionárias e Autorizatórias de Geração de Energia Elétrica, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia a aprovação de Projeto de Infraestrutura de Energia Elétrica, como prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.
PORTARIA	GM/MME	403	16/10/2017	Estabelece a metodologia para cálculo do Benefício Indireto de Novas Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, que possuam reservatório de regularização mensal.
PORTARIA	GM/MME	406	16/10/2017	Definição da metodologia de revisão da garantia física de energia
PORTARIA	GM/MME	463	29/11/2017	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2026.
PORTARIA	GM/MME	464	29/11/2017	Dispensa a aplicação das condicionantes relativas aos contratos precedentes do Manual de Operacionalização do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", período 2015 a 2018, para as liberações de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, no âmbito do Contrato de Operacionalização ECOT 002 de 2017, firmado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e a Companhia Energética do Piauí - Cepisa
PORTARIA	GM/MME	492	19/12/2017	Reconhece a necessidade de contratação de Geração Termelétrica no montante citado em locais eletricamente equivalentes aos das atuais Usinas de Flores, Iranduba, na Região Metropolitana de Manaus, (AM), até a conclusão da obra e entrada em operação do transformador da Subestação Manaus.
PORTARIA	GM/MME	496	21/12/2017	Torna pública a Nota Técnica CGCE/DGSE/SEE 11/2017, que apresenta o plano de redução estrutural das despesas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o parág. 2º-A, da Lei 10.438, de 26.04.2002; altera a Portaria MME 484, de 04.10.2016; e revoga a Portaria MME 466, de 30.11.2017
PORTARIA	GM/MME	501	28/12/2017	Reconhece a necessidade de manutenção, da capacidade instalada citada, em Boa Vista, estado de Roraima, até a efetiva interligação do Sistema Isolado de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional ou até a entrada em operação de outras soluções de suprimento; e revoga a Portaria MME 276, de 29.06.2016
PORTARIA	GM/MME	048	09/02/2018	Estabelece diretrizes específicas para a continuidade da atuação da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, no Programa "LUZ PARA TODOS", no Estado do Amapá. Alterada pela Port. 233 de 27.05.2019.
PORTARIA	GM/MME	67	01/03/2018	Define o rito para planejamento do atendimento aos Sistemas Isolados, bem como as diretrizes gerais para realização de leilões para contratação de soluções de suprimento.
PORTARIA	GM/MME	103	22/03/2018	Define o funcionamento do Comitê RenovaBio
PORTARIA	GM/MME	175	17/05/2018	Designa a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras como Entidade Operacionalizadora do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", com as atribuições estabelecidas no Manual de Operacionalização do Programa
PORTARIA	GM/MME	311	27/07/2018	Estabelece diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos destinados à contratação do biodiesel necessário para atendimento à adição obrigatória ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
PORTARIA	GM/MME	318	03/08/2018	A pessoa jurídica de direito privado, titular de projeto para implantação de infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica, poderá requerer à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos das seguintes categorias
PORTARIA	GM/MME	339	15/08/2018	Estabelecer, nos termos desta Portaria, as seguintes diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai
PORTARIA	GM/MME	339	15/08/2018	Estabelece diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível da República Argentina e da República Oriental do Uruguai, por meio das Estações Conversoras de Garabi I e II e Uruguaiana, nos municípios de Garruchos e Uruguaiana, (RS); e da República Oriental do Uruguai, por meio das Estações Conversoras de Rivera e de Melo, no Uruguai. Alterada pela Port. 304 de 13.08.2020.
PORTARIA	GM/MME	353	21/08/2018	Alterar o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE do Programa "LUZ PARA TODOS", para o ano de 2018, aprovado pela Portaria MME nº 363, de 13 de setembro de 2017, na forma do Anexo à presente Portaria.
PORTARIA	GM/MME	371	28/08/2018	Aprova o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, para o período de 2018 a 2022
PORTARIA	GM/MME	468	31/10/2018	Reconhece a necessidade de manutenção da capacidade citada de geração termelétrica em Boa Vista, (RR), até a efetiva interligação do Sistema Isolado de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional ou até a entrada em operação de outras soluções de suprimento
PORTARIA	GM/MME	481	26/11/2018	Diretrizes para alterações de características técnicas para empreendimentos de geração outorgados pelo MME em decorrência de terem comercializado energia em leilões de energia nova, de reserva ou de fontes alternativas.
PORTARIA	GM/MME	504	19/12/2018	Autoriza, em caráter excepcional e temporário, a inclusão de custos fixos ao Custo Variável Unitário - CVU para geração de energia elétrica, de usinas termelétricas - UTEs a gás natural despacháveis centralizadamente, operacionalmente disponíveis e sem Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e cuja representação da disponibilidade seja nula no horizonte de planejamento do Programa Mensal de Operação - PMO. Alterada pela Portaria 128 de 25.03.2020.
PORTARIA	GM/MME	520	27/12/2018	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 - PDE 2027.
PORTARIA	GM/MME	514	27/12/2018	Regulamenta o disposto no artigo 15, parágrafo 3º, da Lei 9.074, de 07.07.1995, com o objetivo de diminuir os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores



PORTARIA	GM/MME	131	13/02/2019	Atribui ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a execução das funções relacionadas ao suprimento eletroenergético dos Sistemas Isolados de Boa Vista e Localidades Conectadas.
PORTARIA	GM/MME	152	01/03/2019	Estabelece o cronograma estimado de promoção dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional - SIN, para os anos de 2019, 2020 e 2021.
PORTARIA	GM/MME	252	17/06/2019	Regulamenta a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, considerados prioritários, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011
PORTARIA	GM/MME	273	03/07/2019	Autoriza aditamentos aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados - CCESI relativos ao suprimento de localidades situadas nos estados do Acre e de Rondônia, para fins extensão do período de suprimento até a efetiva interligação ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme Anexo.
PORTARIA	GM/MME	301	31/07/2019	Estabelece o cronograma estimado para entrada em operação do Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo - Modelo DESSEM, com foco na adoção nas atividades de programação da operação e na formação do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD horário no Mercado de Curto Prazo - MCP
PORTARIA	GM/MME	358	12/09/2019	Aprova a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE do Programa LUZ PARA TODOS, para o ano de 2020, na forma do Anexo.
PORTARIA	GM/MME	389	14/10/2019	Estabelece as Diretrizes para a realização do Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominados A-4 e A-5, de 2020, na qual a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente. Alterada pela Port. 428 de 22.11.2019.
PORTARIA	GM/MME	412	07/11/2019	Instituição e normas de funcionamento do Comitê de Governança.
PORTARIA	GM/MME	418	19/11/2019	Estabelecer, nos termos desta Portaria, as Diretrizes para a Exportação de Energia Elétrica Interruptível Sem Devolução, destinada à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, proveniente de Usinas Termoeletricas em Operação Comercial Despachadas Centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Alterada pela Portaria GM/MME nº 87 de 9 de março de 2020
PORTARIA	GM/MME	418	19/11/2019	Estabelece as Diretrizes para a Exportação de Energia Elétrica Interruptível Sem Devolução, destinada à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, proveniente de Usinas Termoeletricas em Operação Comercial Despachadas Centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN e não despachadas por ordem de mérito nem por garantia de suprimento energético. Alterada pela Port. 87 de 09.03.2020. Alterada pela Port. 305 de 14.08.2020.
PORTARIA	GM/MME	419	20/11/2019	Regulamenta a emissão, a escrituração, o registro, a negociação e a aposentadoria do CBIO (RenovaBio).
PORTARIA	GM/MME	448	04/12/2019	Institui o Comitê de Governança Digital no Ministério de Minas e Energia - CGD/MME.
PORTARIA	GM/MME	449	04/12/2019	Institui o Subcomitê de Tecnologia da Informação e Comunicações - STIC
PORTARIA	GM/MME	6	07/01/2020	Fica instituída a publicação periódica do Plano Nacional de Energia - PNE.
PORTARIA	GM/MME	021	27/01/2020	Aprova a Sistemática a ser aplicada na realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes A-4 e A-5, de 2020, bem como, altera as Portarias MME 389 de 14.10.2019 e 428 de 22.11.2019.
PORTARIA	GM/MME	38	11/02/2020	Aprova o Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 - PDE 2029.
PORTARIA	GM/MME	59	20/02/2020	Define os parâmetros que devem ser utilizados na aplicação das métricas do critério geral de garantia de suprimento para aferição da adequabilidade no atendimento à energia no Sistema, estabelecidas no art. 1º da Resolução CNPE nº 29, de 12 de dezembro de 2019.
PORTARIA	GM/MME	60	21/02/2020	Define procedimentos e metodologias para revisão de Garantia Física de Usinas Solares
PORTARIA	GM/MME	74	02/03/2020	Define as premissas gerais a serem utilizadas na aplicação da metodologia no que diz respeito ao cálculo da garantia física de energia de novas Usinas Hidrelétricas - UHE e de novas Usinas Termelétricas - UTE despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e revoga a Portaria MME 150, de 28.02.2019
PORTARIA	GM/MME	071	02/03/2020	Define o prazo para que sejam informados os parâmetros e preços que formam a parcela do Custo Variável Unitário - CVU, a Receita Fixa vinculada ao custo do combustível - RFcomb e a Inflexibilidade Operativa, sob responsabilidade dos empreendedores e que se trata o art. 3º, § 14, da Portaria MME 389, de 14.10. 2019, por meio do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia - AEGE.
PORTARIA	GM/MME	086	09/03/2020	Designa a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás como órgão operacionalizador do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia.
Portaria	GM/MME	117	18/03/2020	Institui o Comitê Setorial de Crise, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, para articular, coordenar, monitorar, orientar e supervisionar as providências e medidas a serem adotadas pela Administração Central deste Ministério, pelos Órgãos e Entidades vinculadas, bem como pelos Agentes dos Setores cujas atividades são reguladas pelas Agências afetas a esta Pasta
PORTARIA	GM/MME	134	28/03/2020	Posterga a realização dos Leilões de Energia Existente, Leilões de Energia Nova, Leilões para Contratação de Soluções de Suprimento a Sistemas Isolados e Leilões para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica;
PORTARIA	GM/MME	134	28/03/2020	Posterga, por tempo indeterminado, a realização dos Leilões de Energia Existente A-4 e A- 5, de 2020; de Energia Nova A-4 e A-6, de 2020; para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica; e para Contratação de Soluções de Suprimento a Sistemas Isolados.
PORTARIA	GM/MME	135	28/03/2020	É considerada essencial a disponibilização dos insumos minerais necessários à cadeia produtiva das atividades essenciais arroladas nos incisos do § 1º, do art. 3º, do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, e realizada, dentre outros, pelos seguintes serviços e atividades: I pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como atividades correlatas; II beneficiamento e processamento de bens minerais; III transformação mineral; IV comercialização e escoamento de produtos gerados na cadeia produtiva mineral; e V transporte e entrega de cargas e abastecimento da cadeia produtiva.
PORTARIA	GM/MME	133	28/04/2020	Institui o Comitê do Setor Elétrico para acompanhamento do Covid-19, de caráter executivo, no âmbito da Secretaria de Energia Elétrica, para articular as demandas do setor afetas ao fornecimento de energia elétrica nacional, considerando os efeitos do novo corona vírus.
PORTARIA	GM/MME	215	11/05/2020	Estabelece as Diretrizes para a elaboração do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTE do Ministério de Minas e Energia, desde a concepção dos Estudos de Planejamento da Transmissão até a realização dos Leilões para a Ampliação dos Sistemas de Transmissão, bem como para a autorização de Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão existentes.
PORTARIA	GM/MME	240	12/06/2020	Cabará à Agência Nacional de Mineração - ANM, no exercício da atividade de fiscalização e poder de polícia, elaborar relatório pormenorizado da atividade de lavra ilegal ou irregular constatada por meio de vistoria, com a indicação dos autores, da substância lavrada ilegalmente ou irregularmente, a indicação da quantidade lavrada e a sua qualidade, bem assim o valor por unidade e o valor global do recurso mineral usurpado.
PORTARIA	GM/MME	244	16/06/2020	Aprova o Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia.
PORTARIA	GM/MME	254	23/06/2020	Autorizar a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Agente Operacionalizador do Programa Mais Luz para a Amazônia, a transferir o Contrato ECO 014/2019 celebrado com a distribuidora Equatorial Pará, do Programa Luz para Todos para o Programa Mais Luz para a Amazônia, de acordo com o estabelecido no art. 8º do Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020, mantidos os custos e a meta física do Contrato ECO 014/2019.
PORTARIA	GM/MME	279	07/07/2020	Estabelece o cronograma para a realização das Licitações para a Concessão de Serviço Público para Transmissão de Energia Elétrica para os anos de 2020, 2021 e 2022.
PORTARIA	GM/MME	278	07/07/2020	decide que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2020, denominado Leilão de Energia Existente "A-1", de 2020; bem como, altera a Portaria MME 152, de 1º de março de 2019.
PORTARIA	GM/MME	302	05/08/2020	Estabelece diretrizes específicas para a atuação da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, no Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia, no Estado do Amapá.
PORTARIA	GM/MME	342	14/09/2020	Aprova a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos Programas "Mais Luz Para a Amazônia" e "Luz Para Todos" para o ano de 2021.
Portaria Interministerial	MME/MMA	475	19/12/2019	Dispõe sobre a responsabilidade dos produtores e os importadores de óleo lubrificante acabado pela coleta de todo óleo lubrificante usado ou contaminado, ou alternativamente, pelo correspondente custeio da coleta efetivamente realizada, bem como sua destinação final de forma adequada.

Consultoria Jurídica

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	CONJUR/MME	1	28/06/2017	Delega competência aos Coordenadores-Gerais da CONJUR/MME para a prática de atos de distribuição de processos e aprovação de pareceres, notas, cotas, informações e outras manifestações jurídicas.

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SGM/MME	21	31/01/2019	Determinar à Agência Nacional de Mineração-ANM que notifique os empreendedores de barragens de rejeitos de mineração para que informem, em 3 dias corridos, se houve e quais foram as providências adotadas quanto à segurança das Barragens em razão do risco e do dano potencial associado, de que trata a Lei 12.334/10, após o dia 26/01/2019, data do rompimento da Barragem B1 do Complexo da Mina Córrego Feijão, no Município de Brumadinho/MG.



PORTARIA	SGM/MME	40	18/02/2019	A ANM deverá encaminhar à SGM todos os atos normativos expedidos para fins de regulação de política pública do setor mineral, de forma que possam ser avaliadas sua adequação, conveniência, oportunidade e pertinência temática, inclusive para fins das devidas correções que se fizerem necessárias pelo Ministério de Minas e Energia, no campo de sua competência.

Secretaria-Executiva

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SE/MME	456	20/09/2002	Estabelece critérios destinados ao uso do telefone móvel celular e de vagas para veículos na garagem no âmbito do MME.
PORTARIA	SE/MME	6	20/4/2015	Dispõe sobre procedimentos e atuação da Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD/GDAIE.
PORTARIA	SE/MME	18	17/12/2019	Fixa as Metas Globais de Desempenho Institucional do MME, para o período de 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.
PORTARIA	SE/MME	14	24/07/2020	Instituir Grupo de Trabalho denominado GT-PPSA, de natureza consultiva e temporária, com a finalidade de examinar e propor alternativas de encaminhamentos e soluções para as questões relativas aos seguintes temas inerentes à Pré-Sal Petróleo S. A. - PPSA: I - revisão, aperfeiçoamentos e proposição de soluções acerca do Contrato de Remuneração da PPSA com o Ministério de Minas e Energia; II - identificação de medidas que possam viabilizar soluções necessárias para o Pagamento do Bônus de Assinatura, à PPSA, pela União.
INSTRUÇÃO NORMATIVA	SE/MME	1	31/10/2005	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para orientar a participação de servidores em programa de capacitação, no âmbito do MME.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	SPOA/SE/MME	56	10/5/2006	Estabelece critérios destinados à circulação de veículos e ao uso de vagas na garagem do MME.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	118	18/12/2006	Estabelece os procedimentos referentes à instauração de processo administrativo disciplinar, a serem observados pelos titulares das unidades organizacionais do MME, nas respectivas áreas de atuação. O novo Manual de Processo Administrativo Disciplinar/CGU, versão janeiro/2017, já está disponível no Portal da CGU.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	72	02/12/2010	Aprova o Manual do Programa de Estágio no MME que consolida os procedimentos técnicos e administrativos relacionados à operacionalização do Programa de Estágio, no âmbito do Ministério.

PORTARIA	SPOA/SE/MME	48	04/04/2012	Norma de Funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)
PORTARIA	SPOA/SE/MME	78	10/9/2012	Dispõe sobre procedimentos e atuação da Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho - CAD.
PORTARIA	SPOA/SE/MME	7	09/01/2013	Regimento Interno da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério de Minas e Energia (SubSIGA-MME)
PORTARIA	SPOA/SE/MME	45	15/08/2019	Determina a identificação visual das áreas de acesso restrito e de acesso sensível no âmbito do MME
PORTARIA	SPOA/SE/MME	48	23/08/2019	Disciplina, de acordo com o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), os procedimentos para utilização dos limites de empenho e de pagamento relativos a dotações constantes da Lei Orçamentária Anual e aos Restos a Pagar no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) e suas unidades vinculadas.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	22/9/2000	Estabelece procedimentos para controlar o acesso e a saída de pessoas e materiais, no âmbito das dependências do Ministério.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/02/2006	Estabelece regras e procedimentos para administração e uso dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), no âmbito do MME (alterada pela NO SPOA nº 007, de 7/10/2009, e NO/SPOA nº 3, de 20/2/2019).
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	17/11/2006	Dispõe sobre o controle das produções bibliográficas do Ministério.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	5	11/3/2008	Estabelece critérios para administração de bens patrimoniais móveis, no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	6	2/10/2009	Estabelece procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores do MME, por motivo de afastamento a serviço, no País ou no exterior. (Alterada pela NO SPOA nº 008, de 23/12/2009).
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/9/2010	Dispõe sobre as regras básicas para a gestão de documentos e processos (DocFlow), no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	18/07/2012	Dispõe sobre o ressarcimento de custo dos serviços de reprodução de documentos no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	1	15/07/2013	Dispõe sobre o acesso e o uso da rede sem fio no âmbito do MME.
Norma Operacional	SPOA/SE/MME	2	04/02/2019	Estabelece orientação, critérios e procedimentos para uso dos equipamentos e serviços de impressão no MME
Nota Informativa	SPOA/SE/MME	10	21/10/2015	Resumo das medidas de racionalização do gasto público estabelecidas nos Decretos nº 8.540, de 9/1/2015 e 8.541, de 13/10/2015, sobre a utilização de telefones celulares corporativos, uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.
Ofício-Circular	SPOA/SE/MME	9	25/9/2019	Medidas de contenção de gastos no âmbito do MME.
Memorando	SPOA/SE/MME	17	18/12/2015	Procedimentos Operacionais sobre Utilização de Celulares Corporativos, dirigido aos titulares do MME.
Manual do Serviço Médico			2011	Dispõe sobre os serviços prestados pela Unidade de Assistência Médica, Psicológica, Odontológica e de Enfermagem do MME.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Humanos

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
PORTARIA	CGRH/SPOA/SE/MME	36	03/04/2013	Dispõe sobre os procedimentos relativos à entrega, devolução, perda ou dano do "button" e do crachá funcional, no âmbito do MME.
PORTARIA	CGRH/SPOA/SE/MME	68	19/08/2015	Define o valor a ser cobrado na emissão de 2ª via do "button" e do crachá funcional referente a perda, extravio, dano e não devolução à CGRH/SPOA.
Norma Operacional	CGRH/SPOA/SE/MME	4	22/09/2000	Estabelece procedimentos relacionados à jornada de trabalho e administração de frequência de servidores do MME, por meio de controle eletrônico.

Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	17/09/2001	Dispõe sobre o reconhecimento do interesse estratégico da Usina Hidrelétrica Belo Monte, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	17/09/2001	Propõe medidas governamentais de fomento a programas de eficiência energética, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	05/12/2001	Autoriza a ELETRONUCLEAR a retomar ações relativas ao empreendimento de geração termonuclear da Usina de ANGRA III, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	21/08/2002	Propõe diretrizes para a proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de energia nos Leilões Públicos de Energia Elétrica. (alterada pela Resolução CNPE nº 20, de 17 de dezembro de 2002)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	21/08/2002	Propõe diretrizes para regulamentar a redução do número de submercados de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	21/08/2002	Propõe a aplicação dos Valores Normativos vigentes até a data da edição da Resolução ANEEL no 248, de 6 de maio de 2002, para a energia gerada pelos empreendimentos que especifica, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	17/09/2002	Estabelece condições para a retomada do empreendimento de Angra III pela Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	17/09/2002	Estabelece diretrizes para celebração, substituição e aditamento de contratos de fornecimento de energia e para política tarifária e de preços da energia vendida pelas concessionárias ou permissionárias de serviço público de geração ou de distribuição de energia elétrica. (alterada pela Resolução CNPE nº 20, de 17 de dezembro de 2002)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	13	22/11/2002	Estabelece regulamentação para o disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 64, de 26 de agosto de 2002.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	22/11/2002	Estabelece diretrizes para revisão da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	19	17/12/2002	Determina a continuidade na análise dos reflexos da aplicação da metodologia de revisão tarifária periódica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e os seus impactos na capacidade de investimento e de prestação de serviço por parte das concessionárias de distribuição
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	04/04/2003	Estabelece diretrizes para a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na definição de critérios para cálculo do fator "X", quando da revisão tarifária periódica, a ser aplicado nos reajustes tarifários anuais dos Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica, na forma estabelecida nas Leis nos 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nos Contratos firmados entre o Poder Concedente e as Concessionárias.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	22/05/2003	Estabelece diretrizes para o suprimento emergencial de energia elétrica para atendimento dos Sistemas Isolados do Norte do Brasil, em especial na região metropolitana de Manaus - AM.



RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	22/05/2003	Define diretriz para a realização de leilões de excedentes de energia elétrica das concessionárias e autorizadas de geração, a serem realizados exclusivamente com consumidores finais, nos termos do inciso I, § 5o do art 27 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pelo art. 6o da Lei no 10.604, de 17 de dezembro de 2002.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	16/12/2003	Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a fixação do Mecanismo de Representação de Aversão a Risco de Racionamento, previsto na Resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE nº 109, de 24 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	17/11/2004	Define o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do sistema elétrico interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	08/12/2004	Autoriza a realização da 7ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de gás natural e petróleo em 2005, bem como a elaboração de estudos, os quais serão aprovados previamente pelo Conselho Nacional de Política Energética, com vistas a seleção das áreas a serem oferecidas nesta rodada
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	13/04/2005	Define os blocos exploratórios e campos marginais a serem ofertados na 7ª Rodada de Licitações para exploração e produção de gás natural e petróleo em 2005.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	23/09/2005	Reduz o prazo de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	23/02/2006	Autoriza a realização da 2ª Rodada de Licitações de Áreas Inativas com Acumulações Marginais - Campos Marginais - para a produção de petróleo e gás natural em 2006
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	06/04/2006	Autoriza a elaboração de estudos visando à realização da 8a Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural em 2006
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	18/05/2006	Autoriza a realização da 8a Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, em 2006.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	21/11/2006	Autoriza a elaboração de estudos visando à realização da 9a Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	25/04/2007	Estabelece diretrizes visando garantir a coerência e a integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	25/06/2007	Autoriza a realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural em 2007.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	28/09/2007	Indica a Usina Hidrelétrica denominada UHE Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, no Estado de Rondônia, como projeto de geração com prioridade de licitação, e dá outras providências
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	03/10/2007	Estabelece diretrizes gerais para a realização de leilões públicos para aquisição de biodiesel, em razão da obrigatoriedade legal prevista na Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	08/11/2007	Estabelece diretrizes específicas para a realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e dá outras providências
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	05/12/2007	Estabelece diretrizes para a formação de estoques de biodiesel
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	20/12/2007	Estabelece diretrizes para a utilização da Curva de Aversão ao Risco - CAR, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	24/04/2008	Estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina, no ano de 2008, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	03/07/2008	Dispõe sobre o aproveitamento do potencial hidráulico para fins energéticos do rio Xingu, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	22/07/2008	Determina que as instalações de transmissão integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN e de distribuição de energia elétrica, amortizadas ou depreciadas, sejam incluídas nos estudos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução CNPE no 4, de 13 de maio de 2008, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	22/07/2008	Dispõe sobre a decisão relativa à Oitava Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	28/07/2008	Define o critério de cálculo das garantias físicas de energia e potência de novos empreendimentos de geração e do planejamento da expansão da oferta de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	03/09/2008	Autoriza a realização da Décima Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e da Terceira Rodada de Campos Marginais.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	02/12/2008	Dispõe sobre a decisão relativa à Oitava Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	16/09/2009	Estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	08/12/2009	Estabelece diretrizes para a exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito - GNL
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	08/12/2009	Dispõe sobre a decisão relativa à 8ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	01/09/2010	Aprova os termos do contrato a ser firmado para a cessão onerosa pela União à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de que trata a Lei no 12.276, de 30 de junho 2010.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	25/03/2011	Estabelece o número de submercados de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	03/05/2011	Indica os projetos de geração de energia elétrica denominados Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão como projetos estratégicos de interesse público, estruturantes e prioritários para efeito de licitação e implantação, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	28/03/2012	Autoriza a inclusão da modalidade de suprimento de energia elétrica interruptível, com necessidade de devolução da energia suprida, para a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, e estabelece diretrizes específicas para seu fornecimento.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	18/12/2012	Cancela a 8ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	18/12/2012	Autoriza a realização da Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	07/02/2013	Estabelece política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	19/02/2013	Autoriza a inclusão de novos blocos na Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	06/03/2013	Estabelece diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	22/05/2013	Autoriza a realização da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sa
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	25/06/2013	Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção para a Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	25/06/2013	Autoriza a realização da Décima Segunda Rodada de Licitações de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	09/10/2013	Estabelece diretriz para os contratos da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	24/06/2014	Aprovar a contratação direta da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal, no regime de partilha de produção, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	03/06/2015	Autoriza a realização da Décima Terceira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, em 2015.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	18/09/2015	Estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	21/09/2015	Autoriza e define diretrizes para comercialização e uso voluntário de biodiesel.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	08/12/2015	Cria o Comitê Técnico para Eficiência Energética com o objetivo de propor estratégias para a promoção da eficiência energética, bem como sua inserção no conjunto de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	20/01/2016	Dispõe sobre a sistemática de apuração dos preços mínimos do petróleo para o cálculo de royalties e Participação Especial, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	03/03/2016	Dispõe sobre medidas de incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural em território brasileiro e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	3	07/04/2016	Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	02/08/2016	Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações de Campos Marginais.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	02/08/2016	Autoriza a realização de estudos para a Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural e para a Segunda Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	14/12/2016	Dispõe sobre as competências e diretrizes para alteração dos dados de entrada, dos parâmetros e das metodologias da cadeia de modelos computacionais utilizados pelo setor elétrico, e dá outras providências.



RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	14/12/2016	Estabelece diretrizes para os procedimentos de individualização da produção em situações onde as jazidas de petróleo e gás natural se estendam para áreas não contratadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	14/12/2016	Estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural, cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, com o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	14/12/2016	Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	14/12/2016	Estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	11/01/2017	Instituir o Comitê Gestor de Informações Energéticas, com a finalidade de garantir a integração, coerência, qualidade e oportunidade de informações e estatísticas energéticas, necessárias à formulação de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável do País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	02/02/2017	Autoriza a realização da segunda rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos respectivos contratos.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	02/02/2017	Recomenda à ANP que analise a prorrogação da Fase de Exploração dos contratos de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural da 11ª Rodada de Licitações.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	16/03/2017	Estabelece diretrizes para alteração da metodologia de cálculo do Preço de Referência do Petróleo pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	11/04/2017	Autoriza a realização da Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	7	11/04/2017	Estabelece diretrizes para definição de Conteúdo Local em áreas unitizáveis e aprova as exigências de Conteúdo Local para Rodadas de Licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural a serem conduzidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	11/04/2017	Recomenda à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP que analise a prorrogação da Fase de Exploração dos Contratos de Blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural da 12ª Rodada de Licitações.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	11/04/2017	Autoriza a realização da Terceira Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção na Área do Pré-Sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	11/04/2017	Estabelece diretrizes para o planejamento plurianual de licitações de blocos e campos para exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como para a realização das mesmas no biênio 2018 - 2019, nos termos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	11/04/2017	Dispõe sobre diretrizes para a importação de biocombustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	12/05/2017	Estabelece os parâmetros técnicos e econômicos de licitação de concessões de geração de energia elétrica. (Alterada pela Resolução nº 19, de 22.8.2017)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	13	08/06/2017	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras nos blocos da Segunda e da Terceira Rodadas de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	08/06/2017	Estabelece diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis a ser proposta pelo Poder Executivo, cria o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol e o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	08/06/2017	Estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis, com o objetivo de embasar a proposição de medidas que contribuam para a garantia do abastecimento nacional, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	08/06/2017	Altera o plano plurianual de rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural para o biênio 2018 - 2019, aprovado pela Resolução CNPE nº 10, de 11 de abril de 2017. (Alterada pela Resolução nº 9, de 05/06/2018)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	08/06/2017	Estabelece a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações, nos termos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e dá outra providência.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	18	08/06/2017	Estabelece diretrizes relativas à aplicação de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	21	09/11/2017	Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações sob o regime de partilha da produção na área do pré-sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos das áreas ofertadas.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	22	09/11/2017	Autoriza a realização da Décima Quinta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	23	09/11/2017	Estabelece a adição obrigatória, em volume, de dez por cento de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	25	19/12/2017	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Quarta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	21/03/2018	Estabelece diretrizes para que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP avalie a possibilidade de adotar exigências de Conteúdo Local distintas daquelas vigentes nos Contratos assinados até a Décima Terceira Rodada de Concessão, da Primeira e Segunda Rodadas de Partilha de Produção e da Cessão Onerosa.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	21/03/2018	Estabelece diretrizes para definição de Conteúdo Local na Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios sob o Regime de Concessão, no âmbito do processo de Oferta Permanente de áreas a ser iniciado em 2018, sob condução da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	04/05/2018	Definir como estratégicas as áreas de Saturno e Titã, autoriza a realização da Quinta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, aprova os parâmetros técnicos e econômicos do certame e atualiza o planejamento plurianual de rodadas. (Alterada pela Resolução nº 11, de 27.7.2018)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	05/06/2018	Estabelece as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	05/06/2018	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Quinta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	05/06/2018	Autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a incluir na licitação, sob o regime de concessão, no sistema de Oferta Permanente, as áreas que foram objeto das Rodadas Zero a Seis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	05/06/2018	Estabelece diretrizes para o planejamento plurianual de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural no biênio 2020 - 2021.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	11/09/2018	Recomendar ao Ministério de Minas e Energia o envio prévio, para análise do Tribunal de Contas da União, das minutas do Edital e do Contrato da Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados sob regime de Cessão Onerosa, bem como da minuta de Aditivo ao referido Contrato.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	09/10/2018	Estabelece condições iniciais para a viabilização da usina nuclear Angra 3, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	29/10/2018	Estabelece a política de comercialização do petróleo e do gás natural da União.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	29/10/2018	Dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	17/12/2018	Autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Décima Sexta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão. (Alterada pela Resolução nº 3, de 20/03/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	18	17/12/2018	Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, aprovar os parâmetros técnicos e econômicos do certame e definir como estratégica a área denominada Bumerangue. (Alterada pela Resolução nº 7, de 09/05/2019 e pela Resolução nº 19, de 05/09/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	19	17/12/2018	Autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a Sétima e a Oitava Rodadas de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção, nos anos de 2020 e 2021, respectivamente.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	1	11/02/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	28/02/2019	Estabelece diretrizes para a realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de Cessão Onerosa.(Alterada pela Resolução nº 13, de 11/06/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	5	09/04/2019	Aprova os termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e recomenda à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP que analise o processo administrativo referente ao ressarcimento dos gastos efetivamente incorridos pela Petrobras com a perfuração do Poço 2-ANP-1-RJS.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	17/04/2019	Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção. (Alterada pela Resolução nº 8, de 09/05/2019, e pela Resolução nº Resolução nº 20, de 06/09/2019.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	9	09/05/2019	Estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no País.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	10	21/05/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa sob o regime de partilha de produção.



RESOLUÇÃO	SE/CNPE	11	21/05/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	12	04/06/2019	Estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis no País, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	14	24/06/2019	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, e dá outras providências. (Alterada pela Resolução nº 28, de 12/12/2019)
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	15	24/06/2019	Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	16	24/06/2019	Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	17	29/08/2019	Revoga a Resolução CNPE nº 4, de 24 de novembro de 2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o gás liquefeito de petróleo - GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg, e dá outra providência.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	21	13/09/2019	Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	24	18/10/2019	Autoriza a realização da Décima Sétima Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	25	22/10/2019	Aprova as alterações nos termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, firmado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	27	12/12/2019	Institui o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	29	12/12/2019	Define o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e do planejamento da operação do sistema elétrico interligado, bem como ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	2	04/06/2020	Estabelece diretrizes para a comercialização, por produtor, de etanol hidratado combustível - EHC diretamente com Revendedor Varejista de Combustíveis Automotivos e Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR, na hipótese deste poder vir a comercializar EHC
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	4	04/06/2020	Dispõe sobre a redução de royalties e o incentivo às empresas de pequeno ou médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	6	18/08/2020	Dispõe sobre a prorrogação de Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em território brasileiro.
RESOLUÇÃO	SE/CNPE	8	18/08/2020	Define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

ATO	UNIDADE	NÚMERO	DATA	EMENTA
RESOLUÇÃO	GM/CMSE	1	2005	Estabelece diretrizes para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS proponha medidas especiais de segurança a fim de garantir o suprimento eletroenergético em situações decorrentes de eventos de grande relevância.
RESOLUÇÃO	GM/CMSE	1	2016	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 358, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso III e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, e pelo art. 16, inciso XVIII, do Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, considerando o disposto nos arts. 2º, inciso I e 3º, inciso I, do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005, considerando o constante dos autos do processo nº 48340.001527/2020-89:

Art. 1º Reconhecer que a alternativa de acesso à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, definida pelos estudos para a conexão da Unidade Consumidora A100 Row Serviços de Dados Brasil LTDA., localizada na Rua Av. 02 S/N, Lote 04 e 05, Parque Industrial RM, Jundiá - São Paulo, de propriedade da empresa A100 Row Serviços de Dados Brasil LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.147.176/0018-06, atende aos critérios de mínimo custo global de interligação e reforço nas redes e está compatível com o planejamento da expansão do setor elétrico para um horizonte mínimo de cinco anos.

Art. 2º Nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005, o referido acesso na Rede Básica compreende as seguintes instalações:

I - Construção de novo pátio de transformação, em 440/34,5 kV, e respectivas conexões, a ser implantado em local inscrito na poligonal que delimita a área da Subestação Bom Jardim, sob responsabilidade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP, sendo o referido transformador conectado na barra de 440 kV da mesma subestação, em arranjo disjuntor e meio, com dois disjuntores para conexão dos transformadores e um disjuntor para interligação de barras, com as respectivas chaves seccionadoras; e

II - Os secundários dos transformadores da A100 ROW em 440/34,5 kV serão conectados em cabos isolados em 34,5 kV, e seguirão por via subterrânea diretamente aos cubículos de distribuição interna na área da A100 ROW.

Parágrafo único. As instalações relacionadas neste artigo deverão observar os Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na sua última revisão, aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e os padrões técnicos da concessionária de transmissão acessada bem como não deverão inviabilizar espaços na SE Bom Jardim para instalação futura a ser indicada pelo planejamento setorial do 2º TR, em 440/138 kV ou 2 conexões futuras no setor de 440 kV.

Art. 3º O acesso pretendido pelo consumidor livre deverá ser precedido de Parecer de Acesso emitido pelo ONS e de Autorização expedida pela ANEEL, conforme estabelece o Decreto nº 5.597, de 2005.

Art. 4º As instalações descritas no art. 2º, até a data de 31 de dezembro de 2029, deverão:

I - entrar em Operação Comercial; e

II - atender efetivamente a demanda da Unidade Consumidora.

Parágrafo único. Fica revogada esta Portaria caso não ocorram as condições e prazo estabelecidos neste artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLVIO NEVES GUERRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 894, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, com vistas a excluir a classe SPR entre as opções de repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Contratação Regulada - ACR e estabelecer os valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do ACR para 2021, referenciados à data-base de janeiro de 2020.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e o que consta do Processo nº 48500.003661/2020-34, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução Normativa nº 684, 11 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º
....."

§ 2º Para as classes P e SP, o gerador deverá definir o nível de insuficiência de geração do MRE que suportará, por meio de fator, denominado f, estabelecido entre zero e 11%, com variação por ponto percentual.

....." (NR)

"Art. 12

.....

§ 3º Excepcionalmente para o ano de 2020, a opção pela repactuação de risco hidrológico de que trata o caput poderá ser protocolada pelo agente gerador até 30 de outubro de 2020, para repactuação em 2020 e início de vigência a partir de 2021." (NR)

"Art. 17-A. Os resultados desta Resolução serão analisados pela ANEEL até 31 de dezembro de 2022." (NR)

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo I, os valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do Ambiente de Contratação Regulada ACR, referenciados à data-base de janeiro de 2020, válidos para opções de repactuação realizadas em 2020, com vigência a partir de 2021.

Parágrafo único. Esses valores substituem os prêmios unitários estabelecidos no Anexo I da Resolução Normativa nº 684, de 2015.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015:

I - o inciso III do § 1º e o § 3º do art. 4º; e

II - os §§ 5º e 6º do art. 6º.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em trinta de setembro de dois mil e vinte.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

Valores dos prêmios unitários do mecanismo do ACR para cada classe de produto e fator F, referenciados à data-base de janeiro de 2020, para os geradores que optarem pela repactuação em 2020, com vigência a partir de 2021.

Classe de Produto	Fator f	Produto	Prêmio unitário (R\$/MWh)
P	0	P100	27,65
P	1	P99	26,00
P	2	P98	24,40
P	3	P97	22,85
P	4	P96	21,37
P	5	P95	19,91
P	6	P94	18,53
P	7	P93	17,21
P	8	P92	15,97
P	9	P91	14,78
P	10	P90	13,62
P	11	P89	12,49
SP	0	SP100	24,20
SP	1	SP99	22,55
SP	2	SP98	20,94
SP	3	SP97	19,40
SP	4	SP96	17,92
SP	5	SP95	16,46
SP	6	SP94	15,07
SP	7	SP93	13,76
SP	8	SP92	12,52
SP	9	SP91	11,33
SP	10	SP90	10,17
SP	11	SP89	9,03



DESPACHO Nº 2.783, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003044/2020-39, decide: prorrogar as tarifas vigentes, aprovadas em 2019, para as vinte e uma permissionárias de distribuição de energia elétrica com aniversário em 30 de setembro de 2020, até a deliberação dos respectivos processos tarifários de 2020, que terão efeito retroativo à data de aniversário contratual.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.752, DE 28 DE SETEMBRO 2020

Processo nº 48500.003408/2018-66. Interessada: Celesc Geração S.A. Decisão: (i) aprovar a Revisão dos Estudos de Inventário do rio Caveiras , afluente do rio Canoas, no trecho entre o canal de fuga da PCH A. M. Dias e o remanso do reservatório da PCH Pinheiro, integrante da sub-bacia 71, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina; e (ii) determinar que a Interessada poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 875, de 10 de março de 2020, referente ao aproveitamento PCH Caveiras, com 8.170 kW, observada as condições especificadas nessa Resolução. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 2.760. Processo nº 48500.000260/2018-16. Interessado: EOL Potiguar B141 SPE S.A. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Vila Maranhão I, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.RN.038325-2.01.

Nº 2.761. Processo nº 48500.000261/2018-52. Interessado: EOL Potiguar B142 SPE S.A. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Vila Maranhão II, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.RN.038326-0.01.

Nº 2.762. Processo nº 48500.007687/2008-65. Interessada: Pinhal Geradora de Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da CGH Pito, cadastrada sob o CEG CGH.PH.SC.030794-7.02.

A íntegra destes Despachos e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.779, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.005399/2018-48. Interessados: Asja Pernambuco Serviços Ambientais Ltda. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 30 de setembro de 2020. Usina: UTE Asja Jaboatão. Unidade Geradora: UG11 de 1.426 kW. Localização: Município de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.751, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº: 48500.002711/2019-22. Decisão: resolve informar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE as diferenças identificadas no processo de fiscalização da Diferença Mensal de Receita - DMR da RGE Sul, constantes do Anexo I, conforme Despacho nº 1.300, de 12 de maio de 2020, para que atualize esses valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e inclua os montantes atualizados recebidos a menor e desconto os recebidos a maior nas homologações de DMR da distribuidora subsequentes, tantas quantas forem necessárias, conforme §4º do art. 3º da Resolução Normativa nº 472/2012. Período: janeiro de 2010 a dezembro de 2011. A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

DESPACHO Nº 2.767, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada, por meio da Portaria 4.845/2017, e no que consta dos processos 48500.001418/2020-81 e 48500.006895/2019-08 resolve conhecer os pedidos interpostos pela Move Energia Renovável Ltda. para postergação da cobrança do MUSD da UFV Porteirinha e, no mérito, negar-lhes provimento.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 2.780, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005057/2020-42, decide indeferir o pleito da distribuidora Elektro Redes S.A. de aplicação da regra utilizada aos novos acessos para a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST e aplicação da PIS no ponto Cedasa, conforme disposição dada pelo art. 19, § 8º, da Resolução Normativa nº 666/2015, a fim de que a eventual sobrecontratação apurada possa ser expurgada proporcionalmente à demanda da unidade consumidora Cerâmica Delta II no ano de sua energização.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 28/2020

Concessão de Lavra: (Cod. 5.49) Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48403.931538-2018-99 Titular: Gerdau Açominas S.A. CNPJ/CPF: 17.227.422/0001-05 NFDLP Nº: 745/2018 Valor: R\$8.355.787,80 (oito milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).

LUCIANO RIBEIRO DA SILVA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 29/2020

Concessão de Lavra: (Cod. 5.49)Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48403.931539-2018-33 Titular: Gerdau Açominas S.A CNPJ/CPF: 17.227.422/0001-05 NFDLP Nº: 746/2018 Valor: R\$ 207.037,11 (duzentos e sete mil e trinta e sete reais e onze centavos).

LUCIANO RIBEIRO DA SILVA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 3.785, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323) 48061.860508/2020-23-Diego Araújo Godinho Leal (Documento SEI: 1775474)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 273/2020

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
890.225/2014-RODOLFO AZEVEDO GAMA CERÂMICA ME- Registro de Licença Nº 2914/2016-Onde se lê "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 2914/2016, de 01/08/2016" , leia-se "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 055/2019, de 23/12/2019"
890.131/2015-CERÂMICA NOGUEIRA JUNIOR LTDA ME- Registro de Licença Nº 2979/2017-Onde se lê "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 2979/2017, de 20/07/2017" , leia-se "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 56/2019, de 23/12/2019"
890.312/2016-J.A. E N. FAGUNDES LTDA EPP- Registro de Licença Nº 2971/2017- Onde se lê "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 2971/2017, de 21/06/2017" , leia-se "I - Autorizar a(s) prorrogação(ões) do(s) registro(s) da(s) licença(s) n.o(s) 0748/2020, de 06/02/2020"

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 405/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3813/2020-860.405/2019-DOMINGOS MENDES SANTIAGO-
3823/2020-860.424/2020-MINERADORA SERRA GERAL LTDA-
3822/2020-860.423/2020-MINERADORA SERRA GERAL LTDA-
3821/2020-860.422/2020-MINERADORA SERRA GERAL LTDA-
3819/2020-860.419/2020-MINERADORA SERRA GERAL LTDA-
3820/2020-860.421/2020-MARINGÁ FERRO LIGA S.A.-
3818/2020-860.415/2020-ATAUALPA INCA REZENDE-
3817/2020-860.410/2020-LOURIVAL JOSÉ ADRIANO-
3816/2020-860.409/2020-LOURIVAL JOSÉ ADRIANO-
3815/2020-860.408/2020-LOURIVAL JOSÉ ADRIANO-
3814/2020-860.397/2020-3 S LTDA-
3827/2020-860.442/2020-GF GOLD MINERACAO EIRELI-
3826/2020-860.440/2020-GF GOLD MINERACAO EIRELI-
3825/2020-860.430/2020-JOSE MARIA PEDROSO-
3824/2020-860.425/2020-KELITON DE SOUSA BARBOSA-
3839/2020-860.461/2020-SAMUEL CINTRA ASSIS-
3838/2020-860.459/2020-SAMUEL CINTRA ASSIS-
3837/2020-860.458/2020-SAMUEL CINTRA ASSIS-
3836/2020-860.457/2020-SAMUEL CINTRA ASSIS-
3835/2020-860.456/2020-SAMUEL CINTRA ASSIS-
3834/2020-860.454/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3833/2020-860.452/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3832/2020-860.451/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3831/2020-860.449/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3830/2020-860.448/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3829/2020-860.446/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3828/2020-860.445/2020-SUPERCAL EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO E BRITA LTDA.-
3842/2020-860.474/2020-GF GOLD MINERACAO EIRELI-
3841/2020-860.473/2020-GF GOLD MINERACAO EIRELI-
3840/2020-860.471/2020-LAZARO ANTONIO DA COSTA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322) 3812/2020-860.536/2020-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO-



3811/2020-860.414/2020-JG AREIAS ARGILAS E BRITAS LTDA-
3810/2020-860.407/2020-FMX LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3809/2020-860.404/2020-BIOFORTE MINERACAO E EMPREENDIMENTOS EIRELI-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 431/2020

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.705/2010-PRATINHA TRANSPORTES, COMERCIO E MINERACAO LTDA-IGUATAMA/MG - Guia nº 305/2020-500.000Toneladas/ano-FILITO- Duração da Guia:Vencimento em 24/06/2021; 0 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 432/2020

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
846.255/2016-INCONGEL INDUSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS NAO METALICOS LTDA EPP-JUNCO DO SERIDÓ/PB - Guia nº 342/2020-12.000toneladas / ano-Caulim- Duração da Guia:3 anos a partir da publicação no DOU ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 441/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3788/2020-831.913/2018-MALD ENGENHARIA E PROJETOS LTDA-
3787/2020-831.117/2018-VIA FLORA E CONSERVAÇÃO LTDA ME-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3794/2020-832.118/2018-ALTO DA SERRA COMERCIO DE MINERIOS LTDA-
3793/2020-831.993/2018-MARTINHO PINTO BARBOSA-
3796/2020-831.322/2019-MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS MANDEMBE

LTDA-

3792/2020-831.770/2018-MAURÍCIO INDIO DO BRASIL-
3791/2020-831.754/2018-LILIANA APARECIDA LANZI DE SOUZA-
3790/2020-831.753/2018-LILIANA APARECIDA LANZI DE SOUZA-
3789/2020-831.752/2018-LILIANA APARECIDA LANZI DE SOUZA-
3799/2020-830.420/2020-DENIS DONIZETE FERREIRA-
3798/2020-830.111/2020-BARREIRO E TRANSPORTADORA R & K LTDA ME-
3797/2020-831.490/2019-CHEVEL IMOBILIÁRIA LTDA-
3795/2020-830.098/2019-ALTO DA SERRA COMERCIO DE MINERIOS LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3801/2020-830.779/2019-LUIZ VASCONCELOS BORGES JUNIOR-
3800/2020-831.515/2018-ANDRE RODRIGUES TOLEDO-
3804/2020-830.413/2020-GEOVANE RAMOS-
3803/2020-830.021/2020-D.A. RODRIGUES MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAL-
3802/2020-831.607/2019-ANTÔNIO JOSÉ MANSUR-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 442/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3786/2020-886.043/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 443/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3805/2020-850.886/2019-METMAN MINERADORA LTDA-
3806/2020-850.954/2019-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA-
3807/2020-850.562/2020-BRITAMIL MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.-
3808/2020-850.595/2020-BR COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MINERAIS

EXPOR-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 23/2020

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Itaminas Comercio de Minerios sa Cpf/cnpj :18.752.824/0001-83 - Processo minerário: 5960/56 - Processo de cobrança: 930235/20 Valor: R\$.52.305.075,41, Processo minerário: 5962/56 - Processo de cobrança: 930237/20 Valor: R\$.40.336,12, Processo minerário: 3035/63 - Processo de cobrança: 930236/20 Valor: R\$.1.047.801,44

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 27/2020

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Empresa de Mineração Esperança sa Cpf/cnpj :33.300.971/0001-06 - Processo minerário: 2508/40 - Processo de cobrança: 930522/20 Valor: R\$.24.417.541,18, Processo minerário: 4212/40 - Processo de cobrança: 930523/20 Valor: R\$.2.295.366,80, Processo minerário: 4212/40 - Processo de cobrança: 930524/20 Valor: R\$.3.434.037,51, Processo minerário: 830061/04 - Processo de cobrança: 930525/20 Valor: R\$.63.412,96

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 161/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.360/2017-UARIAN FERREIRA DA SILVA- Cessionário:HANUMAN MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 37.079.592/0001-99- Alvará nº5.247/2017
860.030/2017-RIALMA FERTILIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- Cessionário:ANDRÉ LUIZ DE DEUS MACIEL- CPF ou CNPJ 486.437.501-15- Alvará nº4.455/2017
860.031/2017-RIALMA FERTILIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- Cessionário:ANDRÉ LUIZ DE DEUS MACIEL- CPF ou CNPJ 486.437.501-15- Alvará nº4.861/2017
860.032/2017-RIALMA FERTILIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- Cessionário:ANDRÉ LUIZ DE DEUS MACIEL- CPF ou CNPJ 486.437.501-15- Alvará nº4.456/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
860.974/2014-ANTONIO SANTA BARBARA AZEVEDO- Cessionário:RUBENS MARTINS MOURÃO- CNPJ 300.131.601-25- PLG nº02/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 90/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.435/2019-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. Nº89/2020/GER-SC
815.093/2020-PACHECO TERRAPLENAGEM DEMOLICAO E LOCAAO DE MAQU-OF. Nº123/2020/GER-SC
815.099/2020-NILSON CESAR COLOMBO-OF. Nº154/2020/GER-SC
815.100/2020-VALENTIM COLOMBO-OF. Nº155/2020/GER-SC
815.098/2020-NILSINEI COLOMBO-OF. Nº153/2020/GER-SC
815.446/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº149/2020/GER-SC
815.448/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº146/2020/GER-SC
815.449/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº145/2020/GER-SC
815.450/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº144/2020/GER-SC
815.457/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº143/2020/GER-SC
815.451/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº142/2020/GER-SC
815.452/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº141/2020/GER-SC
815.453/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº140/2020/GER-SC
815.454/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº139/2020/GER-SC
815.455/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº138/2020/GER-SC
815.011/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº136/2020/GER-SC
815.010/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº135/2020/GER-SC
815.009/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº134/2020/GER-SC
815.008/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº133/2020/GER-SC
815.007/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº132/2020/GER-SC
815.005/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº131/2020/GER-SC
815.006/2020-ACC TRANSPORTES, TERRAPLENAGEM E LOCAÇÃO LTDA-OF. Nº130/2020/GER-SC
815.434/2019-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. Nº129/2020/GER-SC
815.447/2019-BALT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. Nº148/2020/GER-SC
815.398/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº128/2020/GER-SC
815.397/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº127/2020/GER-SC
815.396/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº126/2020/GER-SC
815.443/2019-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. Nº92/2020/GER-SC
815.075/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº122/2020/GER-SC
815.089/2020-PACHECO TERRAPLENAGEM DEMOLICAO E LOCAAO DE MAQU-OF. Nº124/2020/GER-SC
815.088/2020-PACHECO TERRAPLENAGEM DEMOLICAO E LOCAAO DE MAQU-OF. Nº125/2020/GER-SC
815.078/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº121/2020/GER-SC
815.079/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº120/2020/GER-SC
815.080/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº119/2020/GER-SC
815.081/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº118/2020/GER-SC
815.082/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. Nº117/2020/GER-SC



815.083/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF.
Nº116/2020/GER-SC
815.084/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF.
Nº115/2020/GER-SC
815.085/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF.
Nº114/2020/GER-SC
815.077/2020-MLR MINERACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF.
Nº113/2020/GER-SC
815.545/2016-GEO CASTRO CONSULTORIA EIRELI-OF. Nº112/2020/GER-SC
815.058/2020-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-OF. Nº111/2020/GER-SC
815.057/2020-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-OF. Nº110/2020/GER-SC
815.035/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº109/2020/GER-SC
815.036/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº108/2020/GER-SC
815.037/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº107/2020/GER-SC
815.039/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº106/2020/GER-SC
815.038/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-OF. Nº105/2020/GER-SC
815.456/2019-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF.
Nº137/2020/GER-SC
815.097/2020-NIDSON COLOMBO-OF. Nº151/2020/GER-SC
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.006/2017-VANERIA MULLER BENACI- Alvará nº1.883/2017 -
Cessionario:815.070/2020 e 815.071/2020-Terraplanagem e Transportes Augusto Ltda.- CPF
ou CNPJ 1.185.136/0001-86
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30
dias.(1713)
815.456/1999-CERÂMICA OURO BLANCO EIRELI EPP- AI Nº307/2020/GER -
SC/DIFAM - SC
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.783/1987-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. Nº1193/2020/DIFAM-
SC/GER-SC
815.034/2006-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA FARIAS LTDA-OF.
Nº1201/2020/DIFAM-SC/GER-SC
815.604/1997-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA FARIAS LTDA-OF.
Nº1217/2020/DIFAM-SC/GER-SC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
815.072/2016-RODRIGO CUSTODIO LINO ME-OF. Nº1226/2020/DIFAM-SC/GER-
SC
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.077/2016-JOIAIA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI EPP- Cessionário:DME
OBRAS DE ALVENARIA LTDA- CNPJ 13.657.103/0001-70- Registro de Licença Nº 2177/2020
- GERÊNCIA REGIONAL/SC- Vencimento da Licença: 04/05/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.557/2010-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA-OF. Nº1218/2020/DIFAM-SC/GER-
SC
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA EIRELI-OF. Nº1227/2020/DIFAM-
SC/GER-SC
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.045/2020-LEOPOLDO CLAUDINEI JANUÁRIO-OF. Nº150/2020/GER-SC

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 67/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
820.142/2019-KETLYN PAOLA ARANHA AGUIAR- DOU de 17/09/2019, seção 1,
pág. 59, relação 100/2019, evento 133
Retificação de despacho(1387)
821.260/2011-VALE S A - Publicado DOU de 25/06/2018, Relação nº 63/2018,
Seção 1, pág. 52- onde se lê "CNPJ 33.391.486.0001/55", leia-se "CNPJ 33.931.486/0014-
55"
820.532/2017-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP - Publicado DOU de
04/09/2020, Relação nº 68/2020, Seção 1, pág. 54- Onde se lê: "820.307/2020 - TORRE DE
MARFIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Alvará nº6.302/2018
- Cessionário: 820.307/2020 - TORRE DE MARFIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS LTDA - CPF ou CNPJ 21.583.389/0001-15" Leia-se: "820.532/2017 - PORTO DE
AREIA GRAMINHA LTDA EPP - Alvará nº6.302/2018 - Cessionário: 820.307/2020 - TORRE DE
MARFIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ
21.583.389/0001-15"
820.532/2017-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP - Publicado DOU de
04/09/2020, Relação nº 68/2020, Seção 1, pág. 54- Onde se lê: "820.532/2017 - PORTO DE
AREIA GRAMINHA LTDA EPP - Alvará nº6.302/2018 - Cessionário: 820.313/2020 - ORRE DE
MARFIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ
21.583.389/0001-15" Leia-se: "820.532/2017 - PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP -
Alvará nº6.302/2018 - Cessionário: 820.313/2020 - TORRE DE MARFIM PARTICIPAÇÕES E
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CPF ou CNPJ 21.583.389/0001-15"
820.532/2017-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP - Publicado DOU de
04/09/2020, Relação nº 68/2020, Seção 1, pág. 54- Onde se lê: "820.532/2017 - PORTO DE
AREIA GRAMINHA LTDA. EPP - Alvará nº6.302/2018 - Cessionário: 820.311/2020 - TORRE DE
MARFIM PARTICIPAÇÕES E EMPEENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CPF ou CNPJ
21.583.389/0001-1" Leia-se: "820.532/2017 - PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA. EPP -
Alvará nº6.302/2018 - Cessionário: 820.311/2020 - TORRE DE MARFIM PARTICIPAÇÕES E
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CPF ou CNPJ 21.583.389/0001-15"

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 70/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.889/2016-FAZENDA SETE LAGOAS AGRÍCOLA S.A
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.874/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8045/2017
820.873/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº1500/2018.
820.866/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8040/2017
820.844/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8028/2017
820.846/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8030/2017
820.848/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8032/2017
820.872/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº7716/2017
820.870/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8044/2017

820.869/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8043/2017
820.868/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8042/2017
820.867/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8041/2017
820.851/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8035/2017
820.085/2019-SID GILBERTO ORTIZ DE CAMARGO -Alvará Nº5068/2019
820.875/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8046/2017
820.876/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8047/2017
820.877/2011-RYDIEN MINERAÇÃO, EMPREENDIMENTOS, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA. -Alvará Nº8048/2017
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de
pesquisa(325)
821.025/2015-PEDREIRA CARRASCOZA LTDA-ALVARÁ Nº2373/2016
820.095/2017-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-
ALVARÁ Nº3.253/2018
820.940/2016-CONCREBASE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA-ALVARÁ
Nº1.485/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.011/2013-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-ARGILA (cer.
vermelha), AREIA e ARGILA VERDE (industrial).-São Paulo/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.985/2013-JORGE ABUKATER- Cessionário:AQUA CALIDA MINERIAS LTDA-
CPF ou CNPJ 36.550.120/0001-00- Alvará nº8.381/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.586/2005-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Alvará
nº164/2008 - Cessionario:820.294/2020-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA.- CPF ou CNPJ
07.209.879/0001-63
820.586/2005-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- Alvará
nº164/2008 - Cessionario:820.294/2020-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- CPF ou CNPJ
7.209.879/0001-63
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
821.247/2001-MINERAÇÃO E ENGARRAFAMENTO DE ÁGUA SÃO GERALDO DE
FRANCA LTDA-OF. Nº1011/2020/DIFAM-SP/GER-SP
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.339/2008-SAMIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA. EPP- "Fonte
Samia" (Poço) - Marca "Estância de Cristal", "Estância de Prata" e "Polar": Recipientes de
20 L, sem gás.- ITAQUAQUECETUBA/SP
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
820.954/2014-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SERRA AZUL LTDA-
Cessionário:MINERAÇÃO ANGICO LTDA- CNPJ 30.669.639/0001-25- Registro de Licença Nº
3.680/2018- Vencimento da Licença: 12/05/2024
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.382/1998-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1012/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.382/1998-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1013/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.030/2014-JOAO FRANCISCO BRUNO-OF. Nº1022/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.487/2009-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1023/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.487/2009-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1024/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.401/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.-OF. Nº1028/2020/DIFAM-
SP/GER-SP
820.119/2002-MINERAÇÃO ITAPEVA LTDA-OF. Nº1029/2020/DIFAM-SP/GER-SP
821.876/1998-LENA & CIA. LTDA-OF. Nº1030/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.991/2011-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-OF. Nº1038/2020/DIFAM-
SP/GER-SP
820.109/2003-JOSE LUIZ MESSIAS RIVERSUL - ME-OF. Nº1040/2020/DIFAM-
SP/GER-SP
820.029/2005-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1041/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.029/2005-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1042/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.387/2003-BOM JESUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF.
Nº1044/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.387/2003-BOM JESUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF.
Nº1045/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.085/2008-BOM JESUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF.
Nº1046/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.085/2008-BOM JESUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA-OF.
Nº1047/2020/DIFAM-SP/GER-SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.382/1998-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1014/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.645/2011-TAKURU MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA-OF.
Nº1021/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.487/2009-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1025/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.991/2011-SANTA TERESA DI RIVA LTDA ME-OF. Nº1039/2020/DIFAM-
SP/GER-SP
820.029/2005-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF.
Nº1043/2020/DIFAM-SP/GER-SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de
Lavra(1043)
820.642/2006-CONCREBASE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA- Alvará nº
1.102/2007 - Cessionário: EXTRAMIX CONCRETO LTDA- CNPJ 11.517.262/0001-44
820.555/2002-CERÂMICA CITY LTDA- Alvará nº 2.518/2004 - Cessionário:
CERÂMICA ENDO II EIRELI- CNPJ 11.875.550/0001-70
820.874/2009-REOMAR MUCARE- Alvará nº 7.724/2015 - Cessionário: REOMAR
MUCARE ME- CNPJ 34.472.554/0001-03
820.872/2009-REOMAR MUCARE- Alvará nº 7.722/2015 - Cessionário: REOMAR
MUCARE ME- CNPJ 34.472.554/0001-03
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.887/2010-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-OF. Nº1037/2020/DIFAM-SP/GER-
SP-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.714/2018-RENATO HERMIÑO GIARETTA ME-OF. Nº1016/2020/DIFAM-
SP/GER-SP
820.228/2019-RAÍZEN ENERGIA S.A.-OF. Nº1017/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.227/2019-RAÍZEN ENERGIA S.A.-OF. Nº1018/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.226/2019-RAÍZEN ENERGIA S.A.-OF. Nº1019/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.281/2019-BIOTUBE AMBIENTAL EIRELI-OF. Nº1020/2020/DIFAM-SP/GER-SP
820.378/2020-CÉSAR RODRIGO ZUMSTEIN MARCHI TRANSPORTE ME-OF.
Nº1031/2020/DIFAM-SP/GER-SP
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.265/2020-LUIZ ANTONIO FIORENTINO-OF. NºOfício nº 967/2020/DIREM-
SP/GER-SP

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente



GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 269/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Andorra Participações e Empreendimentos Ltda - 850114/15 - Not.161/2020 - R\$ 24.544,82

Elvina Nunes de Sousa - 850748/17 - Not.166/2020 - R\$ 30.409,16

Jose da Silva Leite - 850537/16 - Not.164/2020 - R\$ 844,02

Redstone Mineração do Brasil Ltda me - 850832/17 - Not.157/2020 - R\$ 11.297,44

Sal da Terra Mineração e Representação Mineral Eireli me - 850651/18 - Not.159/2020 - R\$ 3.216,61

w b s Mineração Eireli - 850761/16 - Not.153/2020 - R\$ 36.302,22, 850762/16 - Not.155/2020 - R\$ 16.080,52

Wilson de Alcântara Farias - 850853/17 - Not.168/2020 - R\$ 11.099,98

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 268/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

a m s Mineração Ltda me - 850008/16 - Not.163/2020 - R\$ 8.133,30

Andorra Participações e Empreendimentos Ltda - 850114/15 - Not.162/2020 - R\$ 4.145,37

Elvina Nunes de Sousa - 850748/17 - Not.167/2020 - R\$ 8.158,33

Jose da Silva Leite - 850537/16 - Not.165/2020 - R\$ 4.126,60

Redstone Mineração do Brasil Ltda me - 850832/17 - Not.158/2020 - R\$ 8.421,96

Sal da Terra Mineração e Representação Mineral Eireli me - 850651/18 - Not.160/2020 - R\$ 4.210,98

w b s Mineração Eireli - 850761/16 - Not.154/2020 - R\$ 8.421,96, 850762/16 - Not.156/2020 - R\$ 8.421,96

Wilson de Alcântara Farias - 850853/17 - Not.169/2020 - R\$ 8.158,33

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 270/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

850.762/2019-NELZIVAN PEREIRA DE ALMEIDA

850.492/2020-HENRIQUE E GUIMARAES LTDA

850.825/2019-ATILA ARAÚJO DA SILVA

850.826/2019-ATILA ARAÚJO DA SILVA

850.962/2019-DENYS CARLOS ARAGÃO DE MORAIS

850.993/2019-MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA

851.026/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.027/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.028/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.029/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.030/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.031/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.032/2019-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA

851.036/2019-AGUA DU VALE EIRELI

850.072/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA

850.075/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA

850.076/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA

850.077/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA

850.078/2020-CARVALHO & BEZERRA MINERADORA LTDA

850.080/2020-CLEBER EDUARDO DE LIMA FERREIRA

850.103/2020-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.

850.104/2020-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.

850.106/2020-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.

850.107/2020-ANTONIO BATISTA NETO

850.108/2020-ALEXANDRE FERREIRA SILVA

850.124/2020-E DAROIT IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP

850.157/2020-DAVID AMORIM NETO

850.194/2020-C S ALVES MINERACAO, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE

850.198/2020-M P O TRANSPORTADORA DE CARGAS EIRELI

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 26/2020

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

896.378/2003-AROGRAO GRANITOS LTDA. - Publicado DOU de 04/11/2014, Relação nº 98/2016, Seção 1, pág. 53- acrescenta reserva indicada na aprovação do Relatório Final de Pesquisa e onde se lê: Município de Pancas, Estado do Espírito Santo, leia-se: municípios de Baixo Guandu/ES e Itueta/MG.

890.150/1979-VIGRAMAR STONE MARMORES E GRANITOS EIRELI ME - Publicado DOU de 14/04/1988, Relação nº -, Seção Seção 1, pág. -- Onde se Lê: "Em virtude de não ter sido totalmente pesquisada a área fica reduzida de 368,81ha para 350,52ha, cuja descrição é a seguinte:....." Leia-se: "Em virtude de não ter sido totalmente pesquisada a área fica reduzida de 368,81ha para 350,47ha, cuja descrição é a seguinte: delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de coordenadas geográficas: Lat. -20°42'45"646 e Long. -41°01'13"602 em SIRGAS2000, e os lados à partir deste vértice, com as seguintes coordenadas geodésicas: (Lat/Long): -20°42'45"646/-41°01'13"602 -20°43'24"503/-41°01'13"602 -20°43'24"503/-41°01'30"743 -20°43'10"324/-41°01'44"987 -20°43'23"725/-41°02'00"058 -20°43'37"904/-41°01'45"814 -20°43'24"506/-41°01'30"746 -20°43'24"506/-41°01'13"602 -20°43'53"280/-41°01'13"602 -20°43'53"280/-41°02'29"639 -20°43'22"065/-41°02'29"639 -20°43'22"065/-41°02'10"282 -20°42'50"199/-41°02'10"282 -20°42'50"199/-41°01'49"544 -20°42'45"646/-41°01'49"544 -20°42'45"646/-41°01'13"602

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 130/2020

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)

810.146/1985-BASALTO SEGALOTTO LTDA- Publicado DOU de 07/05/2019

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 54/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Felix Jayme Nunes da Cunha - 868116/18 - A.I. 6112/20

Hidroplan Extração Mineral LTDA. - 868185/17 - A.I. 6111/20

Juacyr Guilherme da Silva - 868123/18 - A.I. 6116/20

Lúcio Pereira de Souza - 868042/19 - A.I. 6117/20

Mineração Santa Maria Ltda - 868070/17 - A.I. 5904/20

Thiago Carim Buckner - 868122/18 - A.I. 6113/20

JANDUCI DUTRA FERNANDES
P/ Divisão Regional de Arrecadação do MS, MT, GO e TO

DESPACHO
Relação nº 56/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Agropecuária Feliz Ltda - 868127/17 - A.I. 6487/20

Andre I Dos Santos Eireli - 868071/19 - A.I. 6461/20, 868072/19 - A.I. 6462/20, 868073/19 - A.I. 6463/20, 868074/19 - A.I. 6464/20, 868075/19 - A.I. 6465/20, 868076/19 - A.I. 6466/20, 868077/19 - A.I. 6467/20, 868078/19 - A.I. 6470/20, 868079/19 - A.I. 6471/20, 868080/19 - A.I. 6474/20, 868081/19 - A.I. 6476/20

Carlos Gabriel Olyntho de Arruda Villaça - 868251/16 - A.I. 6428/20

Luiz Lozan Dos Santos Eireli me - 868062/19 - A.I. 6460/20

Oronaldo Del Valle Palhano - 868146/19 - A.I. 6479/20

Pavisérvice Serviços de Pavimentação Ltda - 868044/18 - A.I. 6450/20, 868174/18 - A.I. 6458/20, 868175/18 - A.I. 6457/20

JANDUCI DUTRA FERNANDES
P/ Divisão Regional de Arrecadação do MS, MT, GO e TO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 26/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Aldir da Silva Gonçalves - 886407/10 - Not.67/2020 - R\$ 31.048,84

Mineração Jaciara s a - 886465/10 - Not.68/2020 - R\$ 81.528,22

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 44/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

a v Cordeiro - me - 864134/16 - A.I. 5651/20

Aldo César de Oliveira - 864047/19 - A.I. 6211/20

Alex Sandro de Souza Rodrigues - 864173/18 - A.I. 43/19

Ama Construções e Incorporações Ltda - 864194/18 - A.I. 5730/20, 864319/18 - A.I. 6188/20

Anilton Coelho Mendes Eireli me - 864183/18 - A.I. 5702/20

Benones Dias Moreira - 864338/18 - A.I. 6195/20

Blue Mining Comercio e Exportacao de Gemas Ltda - 864276/18 - A.I. 6180/20, 864277/18 - A.I. 6181/20, 864309/18 - A.I. 6185/20

Calcário Milenium Ltda Epp - 864028/16 - A.I. 5647/20, 864029/16 - A.I. 5648/20, 864195/19 - A.I. 6229/20

Construtora Silva & Soares Ltda - 864041/20 - A.I. 6239/20

Dacaza Comércio e Industria de Granitos Ltda - 864147/16 - A.I. 5652/20

David Aires Filho - 864209/18 - A.I. 5958/20

Eliano Rodrigues da Silva - 864239/18 - A.I. 6124/20, 864238/18 - A.I. 6121/20

Elias Assad Chedid Neto - 864344/18 - A.I. 6202/20

f. r. Rodrigues me "draga do Português" - 864302/18 - A.I. 6184/20

Fernando Cavalheiro Machado - 864190/19 - A.I. 6225/20

Flavio Rodrigues Correia - 864120/19 - A.I. 6215/20

g n Mineradora e Comércio de Minérios e Serviços Ltda - 864083/18 - A.I. 5695/20

gd Locação de Maquinas, Veiculo e Comércio de Peças Ltda - 864229/18 - A.I. 6120/20

Granimarbelle Brazil Ltda me - 864193/18 - A.I. 5728/20

Granunes Mineração e Exportação LTDA. - 864114/16 - A.I. 5650/20

Guilherme de Freitas Camilo - 864214/18 - A.I. 6057/20

Guilherme Salgado Cardozo - 864325/15 - A.I. 5645/20

Ilma Batista Borges Vilela - 864280/18 - A.I. 6182/20

Izelmon de Sousa Barbosa - 864310/18 - A.I. 6186/20

Jefferson Ferreira Batista - 864489/13 - A.I. 5610/20

Joao Carlos Pereira da Luz - 864200/18 - A.I. 5956/20

José Diomar Lopes de Araújo - 864154/16 - A.I. 5671/20, 864032/16 - A.I. 5649/20

Jose Diomar Soares Dos Santos - 864105/17 - A.I. 5685/20

Juraci Florencio de Souza - 864215/18 - A.I. 6059/20

Kennia Azevedo de Sousa - 864191/19 - A.I. 6227/20

Kensana Desenvolvimento Mineral Ltda - 864048/19 - A.I. 6212/20

Klenio Brito Oliveira - 864121/18 - A.I. 5696/20

Land Gold Mineração Ltda - 864189/18 - A.I. 5725/20, 864190/18 - A.I. 5727/20

Laudemiro Pereira da Silva - 864223/18 - A.I. 6061/20

Lauro Andrade Assunção - 864023/20 - A.I. 6237/20

m p o Transportadora de Cargas Eireli - 864033/20 - A.I. 6238/20

Marcio Ferreira Gontijo - 864224/19 - A.I. 6235/20



6174/20 Marcos Correia da Silva - 864238/19 - A.I. 6236/20
Marcos de Souza Costa - 864157/17 - A.I. 5692/20
Marlene Paula de Melo Gonçalves - 864242/18 - A.I. 6173/20, 864243/18 - A.I.

6187/20 Martha Melgaço Silva Luz - 864186/16 - A.I. 5677/20
Mauricio Marcio Marins - 864001/19 - A.I. 6205/20, 864316/18 - A.I.

5687/20 Mauro Heleno Sobreira - 864073/14 - A.I. 5634/20, 864008/12 - A.I. 6381/20
Minas Mais Brasil Indústria e Comércio Ltda - 864140/19 - A.I. 6216/20
Mineração Santa Luzia Limitada - 864191/11 - A.I. 6379/20
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 864187/16 - A.I. 5678/20
Mineradora Tabocao Ltda - 864130/17 - A.I. 5686/20, 864131/17 - A.I.

864335/18 Moacir Moreira de Miranda - 864284/18 - A.I. 6183/20
Murilo Ricardo Paro - 864173/17 - A.I. 5693/20
Neuza Pereira da Silva - 864241/18 - A.I. 6172/20, 864240/18 - A.I. 6126/20
Ozeias Luiz Pereira - 864337/18 - A.I. 6194/20, 864336/18 - A.I. 6193/20,
- A.I. 6192/20, 864334/18 - A.I. 6191/20
Patium Beneficiamento de Minerio 1 Ltda - 864204/19 - A.I. 6234/20,
864203/19 - A.I. 6233/20, 864202/19 - A.I. 6232/20
Physical Extração Industria e Comércio de Minérios LTDA. - 864177/10 - A.I.

6378/20 Posto Nerópolis Ltda - 864323/18 - A.I. 6190/20, 864045/19 - A.I. 6209/20,
864275/18 - A.I. 6179/20
ps Assessoria e Consultoria Empresarial Eireli me - 864184/18 - A.I. 5704/20,
864185/18 - A.I. 5706/20
r. s. de Azevedo & Cia Ltda Epp - 864238/17 - A.I. 5694/20
Rafael Braga Silva - 864155/18 - A.I. 5698/20
Ramos e Fernandes Ltda - 864314/16 - A.I. 5683/20
Roberto de Andrade Lira - 864175/18 - A.I. 5701/20
Rogerio de Freitas Leda Barros - 864328/16 - A.I. 5684/20
Ronaldo Mendes Borges - 864173/19 - A.I. 6217/20
Sal da Terra Mineração e Representação Mineral Eireli me - 864339/18 - A.I.

6196/20 Sergio Gomes Cardoso - 864004/19 - A.I. 6207/20
Sergio Henrique Canuto de Oliveira - 864196/19 - A.I. 6231/20
Sideral do Brasil Mineração Eireli - 864050/19 - A.I. 6213/20
Sol Agropastoril Ltda - 864264/18 - A.I. 6178/20
Sônia Menelik da Costa - 864218/15 - A.I. 5636/20
Tales de Melo - 864208/18 - A.I. 5957/20, 864251/18 - A.I. 6175/20, 864253/18
- A.I. 6177/20, 864252/18 - A.I. 6176/20
Vergilio Fraga Borges - 864012/16 - A.I. 5646/20
Vitor Darkoubi Investimentos Ltda - 864178/19 - A.I. 6223/20
w b s Mineração Eireli - 864353/13 - A.I. 6382/20
Waldson Alves Pereira Junior - 864210/18 - A.I. 6056/20, 864150/15 - A.I.

5635/20 Watva Engenharia e Inovação Ltda - 864137/17 - A.I. 5688/20
Wilson Jose de Carvalho - 864343/18 - A.I. 6197/20
Xtz Minerium Ltda - 864214/16 - A.I. 5682/20, 864213/16 - A.I. 5681/20

JANDUCI DUTRA FERNANDES
P/ Divisão Regional de Arrecadação do MS, MT, GO e TO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 54/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
800.209/2018-RODOLFO COSTA SAMPAIO EIRELI EPP- DOU de 05/08/2019.
800.094/2019-CERAMICA CRIANCO LTDA- DOU de 29/06/2020

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 55/2020

- CE. Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.626/2012-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. Nº309/2020/SEFAM - CE/GER

CE; 800.107/2009-PYLA PEDREIRA YOLITA LTDA-OF. Nº313/2020/SEFAM - CE/GER -
CE; 315/2020/SEFAM - CE/GER - CE e 316/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.107/2009-PYLA PEDREIRA YOLITA LTDA-OF. Nº311/2020/SEFAM - CE/GER -
CE; OF. Nº 314/2020/SEFAM - CE/GER - CE
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(445)
800.654/1995-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA- Início:A CONTAR DE
02/07/2019-Término:EM 02/07/2022.
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
800.376/2016-DANISIO CORREA JUNIOR
801.010/2010-F S M MANO ME
800.874/1996-CEAGRA CERÂMICA E AGROPECUÁRIA ASSUNÇÃO LTDA.
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
800.577/2009-CERAMICA GOMES DE MATOS
801.010/2010-F S M MANO ME
800.016/2015-C SOUSA FURTADO
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.493/2010-PAULO CEZAR DE OLIVEIRA MONTEIRO- Registro de Licença Nº
1172/2011-DNPM/CE - Vencimento em 14/08/2021
800.218/2019-F R ALVES RODRIGUES ME- Registro de Licença Nº 32/2020-
ANM/CE - Vencimento em 10/06/2024
800.498/2015-CONSTRUTORA LAYSA LTDA- Registro de Licença Nº 110/2015-
DNPM/CE - Vencimento em 03/07/2023
800.268/2006-CERÂMICA PIRINEUS LTDA ME- Registro de Licença Nº 755/2006-
DNPM/CE - Vencimento em 08/08/2021.
800.425/2015-F MOTA FILHO ME- Registro de Licença Nº 72/2016-DNPM/CE -
Vencimento em 28/07/2025.
800.717/2012-CERÂMICA RUFINO LTDA- Registro de Licença Nº 1266/2012-
DNPM/CE - Vencimento em 28/11/2029.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
800.489/2007-M T DE SOUSA SILVA ME-OF. Nº293/2020-SEFAM-CE/GER-CE
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.575/2015-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF.
Nº312/2020-SEFAM-CE/GER-CE.
800.201/2003-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA-OF. Nº322/2020-SEFAM-CE/GER-CE;
OF. Nº 323/2020-SEFAM-CE/GER-CE.
800.352/2003-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA-OF. Nº320/2020-SEFAM-CE/GER-CE;
OF. Nº 321/2020-SEFAM-CE/GER-CE.
800.659/2010-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº296/2020/SEFAM-CE/GER-
CE.
800.229/2013-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF.
Nº289/2020/SEFAM - CE/GER - CE; Nº 290/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
800.752/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
LTDA.-OF. Nº327/2020/SEFAM-CE/GER-CE.

800.492/1989-MONT GRANITOS S A-OF. NºOF. Nº 29/2020/SEFAM - CE/GER -
CE; Nº 30/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
800.056/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. Nº242/2020/SEFAM -
CE/GER - CE; Nº 243/2020/SEFAM - CE/GER - CE; Nº 244/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
800.140/2016-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. Nº330/2020/SEFAM-CE/GER-
CE.
800.111/1993-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF.
Nº302/2020/SEFAM - CE/GER - CE; Nº 303/2020/SEFAM - CE/GER - CE.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.351/2010-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-OF. Nº318/2020-
SEFAM-CE/GER-CE-60 (sessenta) dias
Despacho publicado(356)
800.755/2007-DPA MINERAÇÃO LTDA ME-Chamada do requerente para
comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. nº
9406/2018, Art. 31, Parág. 4º - OFÍCIO Nº 317/2020/SEFAM - CE/GER - CE. Prazo para
atendimento: 06 (seis) meses.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
800.209/2018-RODOLFO COSTA SAMPAIO EIRELI EPP
800.094/2019-CERAMICA CRIANCO LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.081/2020-TAIRAN CARNEIRO DE CASTRO ME
800.090/2020-ANTONIO HELDER MONTEIRO DE BRITO
800.126/2020-SAULO DAVID LOPES DE FIGUEIREDO
800.019/2020-EDILSON CARNEIRO SOARES FILHO
800.069/2020-M A M DE PAIVA
800.293/2012-CARLOS VITOR MACEDO CRUZ
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.526/2017-ANTÔNIO CIPRIANO MONTEIRO FILHO-Registro de Licença Nº
77/2020-ANM/CE - Vencimento em 24/06/2023
800.077/2019-LOC SERVICE COMÉRCIO DE PREMOLDADOS E SERVIÇOS DE
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.-Registro de Licença Nº 78/2020-ANM/CE - Vencimento em
02/08/2030
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.071/2020-F. A. DAMASCENO SALES ME-OF. Nº304/2020-SEFAM-CE/GER-CE
800.021/2020-TOPCAR USINA E SERV LTDA-OF. Nº307/2020-SEFAM-CE/GER-CE
800.085/2020-KASSIA TAMILLES CAMPOS MARTINS-OF. Nº319/2020-SEFAM-
CE/GER-CE
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.275/2015-ZETA LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
800.159/2019-M E DE OLIVEIRA CERAMICA-OF. Nº308/2020-SEFAM-CE/GER-CE

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 16/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Rmb Manganês LTDA. - 803054/18, 803055/18, 803056/18, 803057/18,
803058/18, 803059/18, 803060/18, 803063/18

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 17/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.141/2017-ÁGUA VIENA LTDA ME-OF. Nº81/2020/NPFAM-PI/GER-PI
Fase de Licenciamento
Determina a cassação do Registro de Licença(1289)
803.284/2010-W D C E CIA LTDA- Registro de Licença Nº25/2010- Publicado no
DOU de 01/12/2010
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para
defesa 30 dias.(1287)
803.284/2010-W D C E CIA LTDA- NOT Nº15/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de
Lavra(1043)
803.077/2000-NEXA RECURSOS MINERAIS S A- Alvará nº 2604/2001 -
Cessionário: Gesso Integral Ltda- CNPJ 00.913.051/0001-04
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.107/2020-CERAMICA ATALAIA LTDA-Registro de Licença Nº 8/2020 -
Vencimento em 10/08/2025
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.126/2020-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF.
Nº20/2020/CAREAS - PI/NPFAM-PI/GER-PI

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL
E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 690, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a empresa SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.683.557/0001-37, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação. Ficam revogados os Despachos do Superintendente nº 1.176 de 19/06/2009 e nº 1.562 de 12/08/2009 e as Autorizações ANP nº 522 de 28/10/2009 e nº 632 de 27/08/2019.

CEZAR CARAM ISSA



AUTORIZAÇÃO Nº 691, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a filial da empresa SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.683.557/0002-18, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 692, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a filial da empresa SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDRA LTDA., CNPJ nº 01.387.400/0009-11, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação. Fica revogada a Autorização ANP nº 371, de 05/05/2015.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 695, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a empresa SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.683.557/0002-18, a operar a instalação compartilhada de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada na Rodovia BA 523, s/nº, km 07 - Bairro Caipe - São Francisco do Conde/BA, CEP: 43900-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -12:42:57,600; -38:35:30,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 6.867,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP nº 895 de 04/09/2015. Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas:

Distribuidora	CNPJ	Participação	
		(m³)	(%)
Soll Distribuidora de Petróleo (Responsável)	01.683.557/0002-18	1.716,75	25,00%
SP Indústria e Distribuidora	01.387.400/0009-11	2.069,03	30,13%
Distribuidora de Combustível Torrão	01.902.563/0011-00	1.534,09	22,34%
Petrosalvador Distribuidora	11.361.333/0003-24	1.547,13	22,53%

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	9,55	13,70	980,00	I, II e III	Aéreo Vertical
02	9,55	13,70	980,00	I, II e III	Aéreo Vertical
03	9,55	13,70	980,00	I, II e III	Aéreo Vertical
04	9,55	13,70	980,00	I, II e III	Aéreo Vertical
05	9,55	13,70	980,00	I, II e III	Aéreo Vertical
06	7,64	12,20	559,00	I, II e III	Aéreo Vertical
07	5,73	11,29	290,00	I, II e III	Aéreo Vertical
08	7,64	12,20	559,00	I, II e III	Aéreo Vertical
09	7,64	12,20	559,00	I, II e III	Aéreo Vertical

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 696, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265 de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.214853/2020-27, autoriza a empresa QUIMICAMAR INDUSTRIA E COM DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ 94.464.914/0001-57, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 698, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.206754/2020-71, autoriza a empresa DANPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO SA, CNPJ nº 05.315.244/0001-87, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada a Rua das Tapirai, 300, bairro Humildes, Feira de Santana - BA, CEP 44.135-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -12:19:11,168; -38: 52: 52,885 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 2.750,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 300/2008, 308/2004 e 301/2008.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1	7,64	6,00	275,00	I, II e III	Vertical aéreo
2	7,64	6,00	275,00	I, II e III	Vertical aéreo
3	7,64	6,00	275,00	I, II e III	Vertical aéreo
4	7,64	6,00	275,00	I, II e III	Vertical aéreo
5	4,80	5,90	105,00	III	Vertical aéreo
6	9,00	5,90	375,00	I, II e III	Vertical aéreo
7	7,50	5,90	265,00	I, II e III	Vertical aéreo
8	9,00	5,90	375,00	I, II e III	Vertical aéreo
9	7,50	5,90	265,00	I, II e III	Vertical aéreo
10	7,50	5,90	265,00	I, II e III	Vertical aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 699, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo nº 48610.215213/2020-34, autoriza a empresa SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 60.872.306/0001-60, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 693, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a filial da empresa DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL TORRÃO LTDA, CNPJ nº 01.902.563/0011-00, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 694, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, autoriza a filial da empresa PETROSALVADOR DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 11.361.333/0003-24, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 697, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.215009/2020-13, autoriza a empresa SYNTHETIC LUBRIFICANTES ESPECIAIS EIRELI - CNPJ 16.675.337/0001-39, a exercer a atividade de agente de comércio exterior. Fica revogada a Autorização ANP nº 114/2017.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 811, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.203775/2018-11, declara habilitada a empresa SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.683.557/0001-37, como distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA



DESPACHO Nº 812, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO BARUK LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 33.286.065/0001-02, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5014109-30.2020.4.04.7001.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 813, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRR0362641	A. JOSE SOARES AMORIM	28.651.213/0002-83	48610.005504/2020-16
GLPES0362646	ALMEIDA COMERCIO DE GAS E RACOES LTDA	37.165.300/0001-30	48610.005511/2020-18
GLPSP0362655	DANILO ALVES DE LIMA OLIVEIRA	23.123.648/0003-12	48610.005515/2020-04
GLPMG0362657	DEPOSITO DE GAS PAULISTAS LTDA	37.213.025/0001-83	48610.005517/2020-95
GLPES0362609	DISTRIBUIDORA DE GAS DO ALEMAO LTDA	22.561.628/0001-07	48610.005488/2020-61
GLPMG0362667	EDILSON E LUCINETE DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	34.908.720/0001-71	48610.005520/2020-17
GLPCE0362659	F T F DE OLIVEIRA COMERCIAL GAS EIRELI	37.435.862/0001-57	48610.005087/2020-10
GLPMG0362601	GERALDA CAETANO DE FREITAS	34.976.000/0001-43	48610.005483/2020-39
GLPGO0362639	IGOR COSTA SANTOS DEPOSITO DE GAS	36.382.062/0001-52	48610.005501/2020-82
GLPSP0362650	IONARA COSTA DOS SANTOS	35.716.424/0001-31	48610.004070/2020-37
GLPMG0362643	LEANDRO FONSECA SILVERIO 09376203607	35.356.209/0001-77	48610.005508/2020-02
GLPTO0362652	M B SALMENTE	37.462.759/0001-04	48610.005499/2020-41
GLPMS0362607	MAK E. P. PRUDENTE	38.084.958/0001-80	48610.005487/2020-17
GLPPA0362599	PACHECO GAS LTDA	19.969.531/0014-30	48610.005482/2020-94
GLPGO0362634	PINGUIM COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	37.552.725/0001-00	48610.005495/2020-63
GLPTO0362605	R PROPERCIO LIRA COMERCIO DE GAS	37.989.930/0001-20	48610.005486/2020-72
GLPGO0362636	UELITO OLIVEIRA DOS SANTOS	37.860.536/0001-97	48610.005500/2020-38
GLPRR0362611	VALDENY BARBOSA DA CRUZ - GAS	04.016.509/0001-83	48610.005494/2020-19

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 814, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/PA0202756	R M DA CONCEICAO JASTE COMERCIO EIRELI	16.848.052/0001-52	48610.007136/2019-15

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 815, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PRO202716	AUTO POSTO CAMPO MOURAO LTDA	35.166.581/0001-10	48610.001828/2020-85
PR/MGO202703	AUTO POSTO CARRETAO LTDA	23.982.336/0001-00	48610.005196/2020-29
PR/ESO202700	AUTO POSTO FORTALEZA LTDA	12.998.858/0001-76	48610.005611/2020-44
PR/GO0202702	GLOBO COMBUSTIVEIS LTDA	37.219.004/0001-75	48610.005637/2020-92
PR/CE0202757	M R C FERNANDES COMBUSTIVEIS EIRELI	32.783.695/0001-11	48610.005386/2020-46
PR/RS0202701	SANDER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	91.411.256/0003-09	48610.005644/2020-94
PR/PE0202758	TORRES & COSTA COMBUSTIVEIS LTDA	18.548.631/0002-96	48610.005672/2020-10

CEZAR CARAM ISSA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ nº 42.540.211/001-67

NIRE nº 33300158006

EXTRATO DA ATA 427ª

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2020

Considerando o recebimento, em 21/09/2020, do ofício nº16696/2020/SE/CGU, de 18/09/2020, da Controladoria Geral da União - CGU, com a aprovação do nome da Sra. Adriana Esther Asenjo Silva, como a nova auditora chefe da Eletronuclear, o Conselho de Administração da Eletronuclear deliberou por unanimidade pela homologação da designação, visando a imediata posse, bem como a publicação desta decisão no DOU.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.551, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga os atos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, conforme disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Divulgar os seguintes atos normativos inferiores a decreto vigentes:

I. Portaria nº 382, de 18 de maio de 2000;

II. Portaria nº 3162, de 29 de agosto de 2001;

III. Portaria nº 836, de 12 de setembro de 2001;

IV. Portaria nº 1.773, de 21 de setembro de 2001;

V. Portaria nº 998, de 29 de outubro de 2001;

VI. Resolução nº 10, de 10 de junho de 2002;

VII. Portaria nº 35, de 29 de dezembro de 2003;

VIII. Portaria nº 1, de 12 de janeiro de 2004;

IX. Portaria nº 54, de 28 de abril de 2004;

X. Resolução nº 27, de 5 de maio de 2004;

XI. Portaria nº 67, de 16 de junho de 2004;

XII. Portaria nº 64, de 14 de junho de 2004;

XIII. Portaria nº 48, de 28 de junho de 2004;

XIV. Portaria nº 53, de 10 de agosto de 2004;

XV. Portaria nº 115, de 31 de agosto de 2004;

XVI. Portaria nº 82, de 20 de outubro de 2004;

XVII. Portaria nº 166, de 10 de dezembro de 2004;

XVIII. Portaria nº 168, de 15 de dezembro de 2004;

XIX. Portaria nº 28, de 21 de março de 2005;

XX. Resolução nº 1, de 7 de novembro de 2005;

XXI. Portaria nº 80, de 14 de novembro de 2005;

XXII. Portaria nº 88, de 16 de dezembro de 2005;

XXIII. Portaria nº 7, de 9 de janeiro de 2006;

XXIV. Portaria nº 40, de 30 de março de 2006;

XXV. Portaria nº 51, de 10 de maio de 2006;

XXVI. Portaria nº 62, de 24 de maio de 2006;

XXVII. Portaria nº 63, de 24 de maio de 2006;

XXVIII. Portaria nº 95, de 30 de junho de 2006;

XXIX. Portaria nº 49, de 7 de julho de 2006;

XXX. Portaria nº 63, de 22 de agosto de 2006;

XXXI. Portaria nº 126, de 12 de setembro de 2006;

XXXII. Portaria nº 155, de 11 de dezembro de 2006;

XXXIII. Portaria nº 16, de 6 de fevereiro de 2007;

XXXIV. Portaria nº 17, de 6 de fevereiro de 2007;

XXXV. Portaria nº 40, de 21 de março de 2007;

XXXVI. Portaria nº 41, de 21 de março de 2007;

XXXVII. Portaria nº 56, de 18 de abril de 2007;

XXXVIII. Portaria nº 64, de 4 de maio de 2007;

XXXIX. Portaria nº 73, de 17 de maio de 2007;

XL. Portaria nº 85, de 6 de junho de 2007;

XLI. Portaria nº 47, de 3 de julho de 2007;

XLII. Portaria nº 151, de 20 de setembro de 2007;

XLIII. Portaria nº 168, de 25 de outubro de 2007;

XLIV. Portaria nº 187, de 14 de novembro de 2007;

XLV. Portaria nº 197, de 28 de novembro de 2007;

XLVI. Portaria nº 77, de 8 de fevereiro de 2008;

XLVII. Portaria nº 155, de 14 de março de 2008;

XLVIII. Portaria nº 156, de 14 de março de 2008;

XLIX. Portaria nº 221, de 14 de abril de 2008;

L. Portaria nº 858, de 13 de maio de 2008;

LI. Portaria nº 3, de 9 de junho de 2008;

LII. Portaria nº 440, de 11 de julho de 2008;

LIII. Portaria nº 39, de 15 de julho de 2008;

LIV. Portaria nº 41, de 15 de julho de 2008;

LV. Portaria nº 43, de 17 de julho de 2008;

LVI. Portaria nº 492, de 23 de julho de 2008;

LVII. Portaria nº 551, de 7 de agosto de 2008;

LVIII. Portaria nº 53, de 28 de agosto de 2008;

LIX. Portaria nº 8, de 29 de agosto de 2008;

LX. Portaria nº 643, de 10 de setembro de 2008;

LXI. Portaria nº 57, de 24 de setembro de 2008;

LXII. Portaria nº 669, de 30 de setembro de 2008;

LXIII. Portaria nº 59, de 10 de outubro de 2008;

LXIV. Portaria nº 769, de 20 de outubro de 2008;

LXV. Portaria nº 65, de 29 de outubro de 2008;

LXVI. Portaria nº 68, de 1º de dezembro de 2008;

LXVII. Portaria nº 1.026, de 3 de dezembro de 2008;

LXVIII. Portaria nº 2.523, de 17 de dezembro de 2008;

LXIX. Portaria nº 1.161, de 2 de janeiro de 2009;

LXX. Portaria nº 4, de 29 de janeiro de 2009;

LXXI. Portaria Conjunta nº 1, de 17 de fevereiro de 2009;

LXXII. Portaria nº 295, de 19 de fevereiro de 2009;

LXXIII. Portaria nº 297, de 27 de fevereiro de 2009;

LXXIV. Portaria nº 303, de 5 de março de 2009;

LXXV. Portaria nº 704, de 31 de março de 2009;

LXXVI. Portaria nº 705, de 31 de março de 2009;

LXXVII. Portaria nº 757, de 8 de abril de 2009;

LXXVIII. Portaria nº 959, de 8 de maio de 2009;

LXXIX. Portaria nº 1.456, de 26 de junho de 2009;

LXXX. Portaria nº 1.598, de 1º de julho de 2009;

LXXXI. Portaria nº 1.609, de 22 de julho de 2009;

LXXXII. Portaria nº 6, de 16 de julho de 2009;

LXXXIII. Portaria nº 1.851, de 5 de agosto de 2009;
LXXXIV. Portaria nº 2.391, de 2 de setembro de 2009;
LXXXV. Portaria nº 49, de 16 de setembro de 2009;
LXXXVI. Portaria nº 2.745, de 30 de setembro de 2009;
LXXXVII. Portaria nº 3.024, de 28 de outubro de 2009;
LXXXVIII. Portaria nº 63, de 6 de novembro de 2009;
LXXXIX. Portaria nº 3.307, de 23 de novembro de 2009;
XC. Portaria nº 3.592, de 10 de dezembro de 2009;
XCI. Portaria nº 3.593, de 10 de dezembro de 2009;
XCII. Portaria nº 203, de 9 de fevereiro de 2010;
XCIII. Portaria nº 407, de 10 de março de 2010;
XCIV. Portaria nº 598, de 31 de março de 2010;
XCV. Portaria nº 600, de 1º de abril de 2010;
XCVI. Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010;
XCVII. Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010;
XCVIII. Portaria nº 880, de 28 de abril de 2010;
XCIX. Portaria nº 1, de 31 de maio de 2010;
C. Portaria nº 1.298, de 7 de julho de 2010;
CI. Portaria nº 1.416, de 21 de julho de 2010;
CII. Portaria nº 1.479, de 28 de julho de 2010;
CIII. Portaria nº 1.480, de 28 de julho de 2010;
CIV. Portaria nº 1361, de 26 de agosto de 2010;
CV. Portaria nº 2.039, de 20 de setembro de 2010;
CVI. Portaria nº 2.065, de 11 de outubro de 2010;
CVII. Portaria nº 54, de 13 de outubro de 2010;
CVIII. Portaria nº 11, de 20 de janeiro de 2011;
CIX. Portaria nº 348, de 11 de março de 2011;
CX. Portaria nº 31, de 17 de março de 2011;
CXI. Portaria nº 581, de 1º de abril de 2011;
CXII. Portaria nº 7, de 5 de maio de 2011;
CXIII. Portaria nº 1.125, de 1º de junho de 2011;
CXIV. Portaria nº 1.126, de 1º de junho de 2011;
CXV. Portaria nº 67, de 8 de junho de 2011;
CXVI. Portaria nº 4, de 14 de junho de 2011;
CXVII. Resolução nº 4, de 14 de junho de 2011;
CXVIII. Portaria nº 77, de 8 de julho de 2011;
CXIX. Portaria nº 79, de 8 de julho de 2011;
CXX. Portaria nº 1.509, de 2 de agosto de 2011;
CXXI. Portaria nº 2.234, de 13 de setembro de 2011;
CXXII. Portaria nº 2.824, de 26 de outubro de 2011;
CXXIII. Portaria nº 2.825, de 26 de outubro de 2011;
CXXIV. Portaria nº 133, de 3 de novembro de 2011;
CXXV. Portaria nº 40, de 8 de maio de 2012;
CXXVI. Portaria nº 68, de 27 de junho de 2012;
CXXVII. Portaria nº 839, de 9 de julho de 2012;
CXXVIII. Portaria nº 840, de 9 de julho de 2012;
CXXIX. Portaria nº 87, de 31 de julho de 2012;
CXXX. Portaria nº 95, de 18 de setembro de 2012;
CXXXI. Portaria nº 1.293, de 3 de outubro de 2012;
CXXXII. Portaria nº 109, de 11 de outubro de 2012;
CXXXIII. Portaria nº 110, de 11 de outubro de 2012;
CXXXIV. Portaria Interministerial nº 362, de 24 de outubro de 2012;
CXXXV. Portaria nº 135, de 27 de novembro de 2012;
CXXXVI. Portaria nº 2, de 6 de dezembro de 2012;
CXXXVII. Portaria nº 138, de 6 de dezembro de 2012;
CXXXVIII. Portaria nº 1.465, 20 de dezembro de 2012;
CXXXIX. Portaria nº 1.466, 20 de dezembro de 2012;
CXL. Portaria nº 17, de 19 de dezembro de 2012;
CXLI. Portaria Interministerial nº 5, de 21 de novembro de 2012;
CXLII. Resolução nº 1, de 26 de dezembro de 2012;
CXLIII. Portaria nº 93, de 24 de janeiro de 2013;
CXLIV. Portaria nº 17, de 27 de fevereiro de 2013;
CXLV. Portaria nº 19, de 4 de março de 2013;
CXLVI. Portaria nº 15, de 20 de fevereiro de 2013;
CXLVII. Portaria nº 226, 7 de março de 2013;
CXLVIII. Portaria nº 265, de 12 de março de 2013;
CXLIX. Portaria nº 269, de 12 de março de 2013;
CL. Portaria nº 23, de 11 de março de 2012;
CLI. Portaria nº 320, de 2 de abril de 2013;
CLII. Portaria nº 326, de 5 de abril de 2013;
CLIII. Portaria nº 396, de 18 de abril de 2013;
CLIV. Portaria Interministerial nº 29, de 21 de maio de 2013;
CLV. Portaria nº 71, de 21 de junho de 2013;
CLVI. Portaria nº 72, de 21 de junho de 2013;
CLVII. Portaria nº 73, de 27 de junho de 2013;
CLVIII. Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013;
CLIX. Portaria nº 767, de 3 de julho de 2013;
CLX. Portaria nº 76, de 5 de julho de 2013;
CLXI. Portaria nº 35, de 9 de julho de 2013;
CLXII. Portaria nº 912, de 26 de julho de 2013;
CLXIII. Portaria nº 42, de 2 de agosto de 2013;
CLXIV. Portaria Interministerial nº 1.679, de 12 de agosto de 2013;
CLXV. Portaria nº 962, de 14 de agosto de 2013;
CLXVI. Portaria nº 963, de 14 de agosto de 2013;
CLXVII. Portaria nº 1.034, de 29 de agosto de 2013;
CLXVIII. Portaria nº 1.078, de 10 de setembro de 2013;
CLXIX. Portaria nº 1.146, de 24 de setembro de 2013;
CLXX. Portaria nº 1.199, de 26 de setembro de 2013;
CLXXI. Portaria nº 1.266, de 6 de novembro de 2013;
CLXXII. Portaria nº 1.269, de 6 de novembro de 2013;
CLXXIII. Portaria nº 1.347, de 13 de novembro de 2013;
CLXXIV. Portaria nº 1.384, de 11 de dezembro de 2013;
CLXXV. Portaria Interministerial nº 604, de 24 de dezembro de 2013;
CLXXVI. Portaria nº 1.437, de 30 de dezembro de 2013;
CLXXVII. Portaria nº 8, de 11 de fevereiro de 2014;
CLXXVIII. Portaria nº 127, de 11 de março de 2014;
CLXXIX. Portaria nº 512, de 11 de março de 2014;
CLXXX. Portaria nº 139, de 13 de março de 2014;
CLXXXI. Portaria nº 140, de 13 de março de 2014;
CLXXXII. Portaria nº 254, de 15 de abril de 2014;
CLXXXIII. Portaria nº 337, de 15 de maio de 2014;
CLXXXIV. Portaria nº 504, de 29 de maio de 2014;
CLXXXV. Portaria nº 403, de 6 de junho de 2014;
CLXXXVI. Portaria nº 418, de 24 de junho de 2014;
CLXXXVII. Portaria nº 438, de 10 de julho de 2014;
CLXXXVIII. Portaria nº 749, de 19 de dezembro de 2014;
CLXXXIX. Portaria nº 503, de 11 de agosto de 2014;
CXC. Portaria nº 510, de 18 de agosto de 2014;
CXCI. Portaria nº 511, de 18 de agosto de 2014;
XCII. Portaria nº 574, de 9 de setembro de 2014;
XCIII. Portaria nº 575, de 9 de setembro de 2014;
XCIV. Portaria nº 638, de 20 de outubro de 2014;
XCV. Portaria nº 640, de 20 de outubro de 2014;
XCVI. Portaria nº 32, de 31 de outubro de 2014 ;
XCVII. Portaria nº 754, de 29 de dezembro de 2014;
XCVIII. Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2014;
XCIX. Portaria nº 15, de 28 de janeiro de 2015;

CC. Portaria nº 30, de 9 de fevereiro de 2015;
CCI. Portaria Interministerial nº 3, de 8 de abril de 2015;
CCII. Portaria nº 78, de 11 de agosto de 2015;
CCIII. Portaria nº 336, de 12 de agosto de 2015;
CCIV. Portaria nº 3, de 12 de agosto de 2015;
CCV. Portaria nº 348, de 19 de agosto de 2015;
CCVI. Portaria nº 72, de 10 de agosto de 2015;
CCVII. Portaria nº 372, de 25 de agosto de 2015;
CCVIII. Portaria nº 102, de 26 de agosto de 2015;
CCIX. Portaria nº 103, de 26 de agosto de 2015;
CCX. Portaria nº 387, de 31 de agosto de 2015;
CCXI. Resolução nº 3, de 1º de setembro de 2015;
CCXII. Portaria nº 395, de 3 de setembro de 2015;
CCXIII. Portaria nº 389, de 8 de setembro de 2015;
CCXIV. Portaria nº 390, de 2 de setembro de 2015;
CCXV. Portaria nº 456, de 24 de julho de 2014;
CCXVI. Portaria nº 130, de 15 de setembro de 2015;
CCXVII. Portaria nº 427, de 23 de setembro de 2015;
CCXVIII. Portaria nº 41, de 12 de novembro de 2015;
CCXIX. Portaria nº 52, de 18 de novembro de 2015;
CCXX. Portaria nº 25, de 6 de novembro de 2015;
CCXXI. Portaria nº 20, de 12 de janeiro de 2016;
CCXXII. Portaria nº 34, de 21 de janeiro de 2016;
CCXXIII. Portaria nº 81, de 16 de fevereiro de 2016;
CCXXIV. Portaria nº 31, de 15 de março de 2006;
CCXXV. Portaria nº 152, de 29 de março de 2016;
CCXXVI. Resolução nº 1, de 20 de abril de 2016;
CCXXVII. Portaria nº 209, de 28 de abril de 2016;
CCXXVIII. Portaria nº 229, de 6 de maio de 2016;
CCXXIX. Portaria nº 262, de 11 de maio de 2016;
CCXXX. Resolução nº 4, de 9 de maio de 2016;
CCXXXI. Portaria Interministerial nº 271, de 11 de maio de 2016;
CCXXXII. Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016;
CCXXXIII. Portaria nº 268, de 11 de maio de 2016;
CCXXXIV. Portaria nº 896, de 7 de outubro de 2016;
CCXXXV. Portaria nº 905, de 11 de outubro de 2016;
CCXXXVI. Portaria nº 947, de 25 de outubro de 2016;
CCXXXVII. Portaria nº 1.302, de 14 de novembro de 2016;
CCXXXVIII. Portaria nº 2.463, de 16 de novembro de 2016;
CCXXXIX. Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016;
CCXL. Portaria nº 1, de 30 de novembro de 2016;
CCXLI. Portaria nº 1.365, de 14 de dezembro de 2016;
CCXLII. Portaria nº 1, de 22 de dezembro de 2016;
CCXLIII. Portaria nº 29, de 10 de janeiro de 2017;
CCXLIV. Portaria nº 33, de 11 de janeiro de 2017;
CCXLV. Portaria nº 34, de 11 de janeiro de 2017;
CCXLVI. Portaria nº 68, de 14 de janeiro de 2017;
CCXLVII. Portaria nº 80, de 19 de janeiro de 2017;
CCXLVIII. Portaria nº 95, de 24 de janeiro de 2017;
CCXLIX. Portaria nº 110, de 24 de janeiro de 2017;
CCL. Portaria nº 9, de 16 de fevereiro de 2017;
CCLI. Portaria nº 18, de 24 de fevereiro de 2017;
CCLII. Portaria nº 30, de 15 de março de 2017;
CCLIII. Portaria nº 1, de 14 de março de 2017;
CCLIV. Portaria nº 33, de 16 de março de 2017;
CCLV. Portaria nº 34, de 16 de março de 2017;
CCLVI. Portaria nº 142, de 21 de julho de 2017;
CCLVII. Resolução nº 6, de 9 de fevereiro de 2017;
CCLVIII. Portaria nº 123, de 19 de junho de 2017;
CCLIX. Portaria nº 139, de 12 de julho de 2017;
CCLX. Portaria Interministerial nº 44, de 29 de junho de 2017;
CCLXI. Portaria nº 652, de 4 de agosto de 2017;
CCLXII. Portaria nº 59, de 14 de agosto de 2017;
CCLXIII. Portaria nº 338, de 13 de setembro de 2017;
CCLXIV. Portaria nº 290, de 13 de setembro de 2017;
CCLXV. Portaria nº 346, de 19 de setembro de 2017;
CCLXVI. Portaria nº 398, de 26 de outubro de 2017;
CCLXVII. Resolução nº 8, de 21 de novembro de 2017;
CCLXVIII. Resolução nº 6, de 22 de junho de 2017;
CCLXIX. Portaria nº 466, de 4 de dezembro de 2017;
CCLXX. Resolução nº 9, de 28 de dezembro de 2017.
CCLXXI. Portaria nº 29, de 17 de janeiro de 2018;
CCLXXII. Portaria nº 53, de 31 de janeiro de 2018;
CCLXXIII. Portaria nº 49, de 26 de janeiro de 2018;
CCLXXIV. Portaria nº 72, de 7 de fevereiro de 2018;
CCLXXV. Portaria nº 121, de 26 de fevereiro de 2018;
CCLXXVI. Portaria nº 156, de 6 de março de 2018;
CCLXXVII. Portaria nº 168, de 16 de março de 2018;
CCLXXVIII. Portaria nº 170, de 16 de março de 2018;
CCLXXIX. Portaria nº 173, de 21 de março de 2018;
CCLXXX. Portaria nº 178, de 2 de abril de 2018;
CCLXXXI. Portaria nº 179, de 5 de abril de 2018;
CCLXXXII. Resolução nº 10, 2 de março de 2018;
CCLXXXIII. Portaria nº 189, de 20 de abril de 2018;
CCLXXXIV. Portaria nº 192, de 26 de abril de 2018;
CCLXXXV. Portaria nº 7, de 27 de abril de 2018;
CCLXXXVI. Portaria nº 10, de 14 de maio de 2018;
CCLXXXVII. Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018;
CCLXXXVIII. Portaria nº 203, de 14 de maio de 2018;
CCLXXXIX. Portaria nº 9, de 14 de maio de 2018;
CCXC. Portaria nº 152, de 23 de maio de 2018;
CCXCI. Portaria nº 207, de 22 de maio de 2018;
CCXCII. Portaria nº 210, de 29 de maio de 2018;
CCXCIII. Portaria nº 215, de 7 de junho de 2018;
CCXCIV. Portaria nº 213, de 5 de junho de 2018;
CCXCV. Portaria nº 219, de 13 de junho de 2018;
CCXCVI. Resolução nº 12, de 12 de junho de 2018;
CCXCVII. Resolução nº 13, de 12 de junho de 2018;
CCXCVIII. Portaria nº 1, de 15 de junho de 2018;
CCXCIX. Portaria nº 223, de 19 de junho de 2018;
CCC. Portaria nº 20, de 28 de junho 2018;
CCCI. Portaria nº 227, de 26 de junho de 2018;
CCCII. Portaria nº 264, de 10 de julho de 2018;
CCCIII. Portaria nº 266, de 11 de julho de 2018;
CCCIV. Portaria nº 263, de 10 de julho de 2018;
CCCV. Portaria nº 267, de 19 de julho de 2018;
CCCVI. Portaria nº 232, de 4 de julho de 2018;
CCCVII. Portaria nº 278, de 26 de julho de 2018;
CCCVIII. Portaria nº 298, de 23 de julho de 2018;
CCCIX. Portaria nº 281, de 30 de julho de 2018;
CCCX. Portaria nº 283, de 31 de julho de 2018;
CCCXI. Portaria nº 3, de 2 de agosto de 2018;
CCCXII. Portaria nº 285, de 3 de agosto de 2018;
CCCXIII. Portaria Interministerial nº 1, de 17 de julho de 2018;
CCCXIV. Portaria nº 287, de 9 de agosto de 2018;
CCCXV. Portaria nº 288, 10 de agosto de 2018;
CCCXVI. Portaria nº 289, de 10 de agosto de 2018;
CCCXVII. Resolução nº 14, de 13 de agosto de 2018;
CCCXVIII. Portaria nº 295, de 21 de agosto de 2018;
CCCXIX. Portaria nº 297, de 24 de agosto de 2018;
CCCXX. Portaria nº 300, de 3 de setembro de 2018;
CCCXXI. Portaria nº 303, de 6 de setembro de 2018;



CCCXXII. Portaria nº 304, de 11 de setembro de 2018;
CCCXXIII. Portaria Interministerial nº 3, de 11 de setembro de 2018;
CCCXXIV. Portaria nº 308, de 21 de setembro de 2018;
CCCXXV. Portaria nº 323, de 3 de outubro de 2018;
CCCXXVI. Portaria nº 326, de 5 de outubro de 2018;
CCCXXVII. Portaria nº 333, de 19 de outubro de 2018;
CCCXXVIII. Portaria nº 334, de 22 de outubro de 2018;
CCCXXIX. Portaria nº 325, de 22 de outubro de 2018;
CCCXXX. Portaria nº 26, de 9 de outubro de 2018;
CCCXXXI. Resolução nº 1, de 24 de outubro de 2018;
CCCXXXII. Portaria nº 35, de 14 de novembro de 2018;
CCCXXXIII. Portaria nº 346, de 14 de novembro de 2018;
CCCXXXIV. Portaria nº 347, de 16 de novembro de 2018;
CCCXXXV. Portaria nº 337, de 31 de outubro de 2018;
CCCXXXVI. Portaria nº 350, de 20 de novembro de 2018;
CCCXXXVII. Portaria nº 29, de 23 de novembro de 2018;
CCCXXXVIII. Portaria nº 354, de 22 de novembro de 2018;
CCCXXXIX. Portaria nº 361, de 27 de novembro de 2018;
CCCL. Recomendação nº 5, de 29 de novembro de 2018;
CCCLI. Recomendação nº 6, de 29 de novembro de 2018;
CCCLII. Resolução nº 16, de 3 de dezembro de 2018;
CCCLIII. Portaria nº 10, de 7 de dezembro de 2018;
CCCLIV. Portaria nº 365, de 11 de dezembro de 2018;
CCCLV. Portaria nº 30, de 11 de dezembro de 2018;
CCCLVI. Portaria nº 366, de 12 de dezembro de 2018;
CCCLVII. Portaria nº 8, de 20 de dezembro de 2018;
CCCLVIII. Portaria Interministerial nº 272, de 26 de agosto de 2019;
CCCLIX. Portaria nº 356, de 17 de dezembro de 2018;
CCCL. Portaria nº 360, de 17 de dezembro de 2018;
CCCLI. Resolução nº 18, de 29 de novembro de 2018;
CCCLII. Portaria nº 376, de 19 de dezembro de 2018;
CCCLIII. Portaria nº 377, de 19 de dezembro de 2018;
CCCLIV. Resolução nº 17, de 29 de novembro de 2018;
CCCLV. Portaria nº 38, de 21 de dezembro de 2018;
CCCLVI. Portaria nº 621, de 28 de dezembro de 2018;
CCCLVII. Portaria nº 11, de 18 de janeiro de 2019 (*);
CCCLVIII. Portaria nº 14, de 29 de janeiro de 2019;
CCCLIX. Portaria nº 132, de 8 de fevereiro de 2019;
CCCLX. Portaria nº 21, de 11 de fevereiro de 2019;
CCCLXI. Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2019;
CCCLXII. Portaria nº 24, de 15 de fevereiro de 2019;
CCCLXIII. Portaria nº 101, de 14 de março de 2019;
CCCLXIV. Portaria nº 344, de 26 de março de 2019;
CCCLXV. Portaria nº 376, de 27 de março de 2019;
CCCLXVI. Portaria nº 391, de 11 de abril de 2019;
CCCLXVII. Portaria nº 387, de 9 de abril de 2019;
CCCLXVIII. Portaria nº 369, de 17 de abril de 2019;
CCCLXIX. Portaria nº 501, de 26 de abril de 2019;
CCCLXX. Portaria nº 797, de 9 de maio de 2019;
CCCLXXI. Portaria nº 1.157, de 23 de maio de 2019;
CCCLXXII. Portaria nº 1.217, de 3 de junho de 2019;
CCCLXXIII. Portaria nº 647, de 19 de junho de 2019;
CCCLXXIV. Resolução nº 1, de 5 de julho de 2019;
CCCLXXV. Portaria nº 669, de 5 de julho de 2019;
CCCLXXVI. Portaria nº 1.464, de 9 de julho de 2019;
CCCLXXVII. Resolução nº 218, de 27 de junho de 2019;
CCCLXXVIII. Portaria nº 1.467, de 15 de julho de 2019;
CCCLXXIX. Portaria nº 22, de 18 de julho de 2019;
CCCLXXX. Portaria nº 1.468, de 19 de julho de 2019;
CCCLXXXI. Portaria nº 713, de 26 de julho de 2019 ;
CCCLXXXII. Portaria nº 1.847, de 9 de agosto de 2019;
CCCLXXXIII. Portaria nº 2.046, de 15 de agosto de 2019;
CCCLXXXIV. Portaria nº 2.070, de 16 de agosto de 2019;
CCCLXXXV. Portaria nº 2.071, de 21 de agosto de 2019;
CCCLXXXVI. Portaria nº 2.456, de 3 de setembro de 2019;
CCCLXXXVII. Portaria nº 2.462, de 5 de setembro de 2019;
CCCLXXXVIII. Portaria nº 2.467, de 6 de setembro de 2019;
CCCLXXXIX. Resolução nº 295, de 13 de setembro de 2019;
CCCXC. Portaria nº 2.754, de 27 de setembro de 2019;
CCCXCI. Portaria nº 861, de 27 de setembro de 2019;
CCCXCII. Portaria nº 1, de 3 de outubro de 2019;
CCCXCIII. Portaria nº 2.842, de 3 de outubro de 2019;
CCCXCIV. Portaria nº 2.846, de 11 de outubro de 2019;
CCCXCV. Portaria nº 2.861, de 31 de outubro de 2019;
CCCXCVI. Portaria nº 2.867, de 6 de novembro de 2019;
CCCXCVII. Portaria nº 13, de 11 de novembro de 2019;
CCCXCVIII. Portaria nº 2.941, de 2 de dezembro de 2019;
CCCXCIX. Portaria nº 3.034, de 10 de dezembro de 2019;
CD. Resolução nº 1, de 9 de dezembro de 2019;
CDI. Resolução nº 19, de 22 de novembro de 2019;
CDII. Portaria nº 3.075, de 16 de dezembro de 2019;
CDIII. Portaria nº 3.076, de 16 de dezembro de 2019;
CDIV. Portaria nº 3.084, de 18 de dezembro de 2019;
CDV. Portaria nº 1.034, de 17 de dezembro de 2019;
CDVI. Portaria nº 3.133, de 26 de dezembro de 2019;
CDVII. Portaria nº 1.059, de 30 de dezembro de 2019;
CDVIII. Portaria nº 3.184, de 30 de dezembro de 2019;
CDIX. Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2020;

CDX. Portaria nº 11, de 7 de janeiro de 2020;
CDXI. Portaria nº 13, de 9 de janeiro de 2020;
CDXII. Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 2020;
CDXIII. Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019 (*);
CDXIV. Portaria nº 133, de 17 de janeiro de 2020;
CDXV. Portaria nº 39, de 17 de janeiro de 2020;
CDXVI. Portaria nº 20, de 13 de janeiro de 2020;
CDXVII. Portaria nº 89, de 4 de fevereiro de 2020;
CDXVIII. Portaria nº 149, de 10 de fevereiro de 2020;
CDXIX. Portaria nº 148, de 10 de fevereiro de 2020;
CDXX. Portaria nº 102, de 12 de fevereiro de 2020;
CDXXI. Portaria nº 304, de 18 de fevereiro de 2020;
CDXXII. Portaria nº 407, de 19 de fevereiro de 2020;
CDXXIII. Portaria nº 432, de 28 de fevereiro de 2020;
CDXXIV. Portaria nº 465, de 4 de março de 2020;
CDXXV. Portaria nº 137, de 4 de março de 2020;
CDXXVI. Portaria nº 142, de 5 de março de 2020;
CDXXVII. Portaria nº 466, de 4 de março de 2020;
CDXXVIII. Portaria nº 1, de 17 de fevereiro de 2020;
CDXXIX. Portaria nº 146, de 6 de março de 2020;
CDXXX. Portaria nº 512, de 5 de março de 2020;
CDXXXI. Resolução nº 1, de 5 de março de 2020;
CDXXXII. Portaria nº 562, de 10 de março de 2020;
CDXXXIII. Portaria nº 584, de 11 de março de 2020;
CDXXXIV. Portaria nº 629, de 13 de março de 2020;
CDXXXV. Portaria nº 683, de 19 de março de 2020;
CDXXXVI. Portaria nº 3, de 7 de março de 2019;
CDXXXVII. Portaria nº 170, de 23 de março de 2020;
CDXXXVIII. Portaria nº 196, de 2 de abril de 2020;
CDXXXIX. Portaria nº 183, de 30 de março de 2020;
CDXL. Portaria nº 102, de 14 de fevereiro de 2020;
CDXLI. Portaria nº 189, de 31 de março de 2020;
CDXLII. Resolução nº 5, de 16 de abril de 2020;
CDXLIII. Portaria nº 2, de 17 de abril de 2020;
CDXLIV. Portaria nº 13, de 23 de abril de 2020;
CDXLV. Portaria nº 1.149, de 24 de abril de 2020;
CDXLVI. Portaria nº 240, de 27 de abril de 2020;
CDXLVII. Portaria nº 246, de 27 de maio de 2020;
CDXLVIII. Resolução nº 219, de 17 de abril de 2020;
CDXLIX. Portaria nº 1.240, de 30 de abril de 2020;
CDL. Portaria nº 1.242, de 8 de maio de 2020;
CDLI. Portaria nº 1.241, de 8 de maio de 2020;
CDLII. Portaria nº 1.243, de 8 de maio de 2020;
CDLIII. Resolução nº 20, de 16 de abril de 2020;
CDLIV. Portaria nº 1.245, de 12 de maio de 2020;
CDLV. Portaria nº 13, de 19 de maio de 2020;
CDLVI. Portaria nº 1.254, de 19 de maio de 2020;
CDLVII. Portaria nº 1.255, de 21 de maio de 2020;
CDLVIII. Portaria nº 1.256, de 22 de maio de 2020;
CDLIX. Portaria nº 1.259, de 26 de maio de 2020;
CDLX. Portaria nº 15, de 4 de junho de 2020;
CDLXI. Portaria nº 1.576, de 5 de junho de 2020;
CDLXII. Portaria nº 1.581, de 8 de junho de 2020 (*);
CDLXIII. Resolução nº 2, 8 de junho de 2020;
CDLXIV. Resolução nº 2, de 28 de maio de 2020;
CDLXV. Resolução nº 3, de 28 de maio de 2020;
CDLXVI. Resolução nº 3, de 9 de junho de 2020;
CDLXVII. Resolução nº 4, de 28 de maio de 2020;
CDLXVIII. Resolução nº 5, de 28 de maio de 2020;
CDLXIX. Resolução nº 22, de 15 de junho de 2020;
CDLXX. Portaria nº 1.643, de 19 de junho de 2020;
CDLXXI. Portaria nº 1.756, de 19 de junho de 2020;
CDLXXII. Portaria nº 1.899, de 23 de junho de 2020; e
CDLXXIII. Portaria nº 2.022, de 18 de agosto de 2020.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:
Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Cargo	Órgão	Expediente Solicitação	de	Validade do Passaporte
Mônica Sifuentes	Desembargadora Federal	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Memorando MRE 09113.000074/2020-00		2 anos

ERNESTO ARAÚJO

PORTARIA Nº 336, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Modifica a Portaria nº 82, de 14 de fevereiro de 2020, lista os atos normativos inferiores a decreto que serão revisados e declara revogados os atos normativos já examinados, nos termos do Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do artigo 87 da Constituição Federal e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 82, de 14 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações.

"Art. 2º
.....
I - Triagem, que se desdobrará nas seguintes fases:

b) publicação dos atos previstos na alínea anterior em Portaria do Ministro das Relações Exteriores, até 30 de setembro de 2020;

.....
III - Publicação, que se desdobrará nas seguintes fases:

.....
b) efetiva publicação dos atos normativos, que ocorrerá nos seguintes prazos:
1. Primeira etapa - até 30 de novembro de 2020;
2. Segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021;
3. Terceira etapa - até 31 de maio de 2021;
4. Quarta etapa - até 31 de agosto de 2021; e
5. Quinta etapa - até 30 de novembro de 2021." (NR)

Art. 3º Tornar pública, no Anexo I, a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, que serão objeto de revisão e consolidação conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.



Art. 4º Declarar revogados os atos normativos listados no Anexo II porquanto enquadrados nas hipóteses previstas no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNESTO ARAÚJO

ANEXO I

Instrução de Serviço nº 01/90	Sobre férias e afastamentos
Portaria de 9 de setembro de 1993	Trata de subdelegação de competências ao Chefe da Divisão do Pessoal
Portaria de 12 de Setembro de 1995	Dispõe sobre o processo seletivo para contratação de Auxiliares Locais
Portaria de 13 de junho de 1996	Trata de subdelegação de competências ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para praticar atos de remoção de servidores não integrantes da carreira de diplomata, autorização de férias e afastamentos de chefes de posto, interrupção de férias de servidores em razão de relevante interesse de serviço.
Portaria de 21 de junho de 1996	Subdelegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar os atos de aposentadoria de servidores não pertencentes à carreira de Diplomata.
Portaria de 21 de junho de 1996	Delegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar atos de cessão de servidores não integrantes da carreira de Diplomata, no âmbito do Poder Executivo, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
Portaria de 21 de junho de 1996	Delegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar atos de nomeação para as Chefias de Setores das Missões Diplomáticas e Repartições consulares de servidores da carreira de Diplomata do Serviço Exterior
Portaria de 23 de janeiro de 1998	Subdelegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar atos de exoneração, a pedido, ou dispensa de servidores de determinadas naturezas
Portaria Conjunta MRE/MPAS nº 4, de 29 de julho de 1999	Dispõe sobre a regularização da situação previdenciária dos brasileiros contratados no exterior pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras como auxiliares locais
Portaria de 5 de junho de 2000	Criar o Consulado Honorário em Cusco, Peru
Portaria de 14 de julho de 2000	Estabelece, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que terá por função precípua assessorar, em nível nacional, a implementação de políticas e projetos que estejam em conformidade com os objetivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vistas a subsidiar o trabalho da Secretaria Executiva da CPLP
Portaria de 5 de abril de 2001	Extingue o Consulado Honorário em Turim, República Italiana
Portaria de 10 de abril de 2002	Estabelece os órgãos que integram a SENEUROPA
Portaria de 17 de abril de 2002	Extingue o Consulado Honorário em Kumamoto, Japão
Portaria de 15 de agosto de 2002	Extingue o Consulado Honorário em Estrasburgo, França
Portaria de 15 de agosto de 2002	Cria o Consulado Honorário em Santarém, Portugal
Portaria nº 265, de 22 de abril de 2003	Estabelece regras para a tramitação de pedidos de licença de saúde
Portaria de 4 de novembro de 2003	Regulamenta as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros
Portaria de 4 de novembro de 2003	Aprova o anexo capítulo referente à Renda Cultural, que deverá integrar o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria MRE de 19 de junho de 2001.
Portaria de 27 de maio de 2004	Estabelece regras específicas para a remoção de servidores para a Embaixada em Porto Príncipe no segundo semestre de 2004.
Portaria nº 357, de 26 de agosto de 2004	Aprova o Formulário de Avaliação de Desempenho, modelo anexo, a ser utilizado para a avaliação de desempenho do Oficial de Chancelaria e do Assistente de Chancelaria candidatos à promoção, nos termos do artigo 44 do Decreto n.º 1.565, de 21 de julho de 1995
Portaria nº 467, de 7 de dezembro de 2004	Estabelecer as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática
Portaria nº 76, de 17 de março de 2005	Aprova o anexo Regimento Interno da Fundação Alexandre de Gusmão e determina sua relação com o Arquivo Histórico do Itamaraty
Portaria de 12 de agosto de 2005	Criar Grupo de Trabalho, presidido pelo Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, para preparar a 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (GT-CASA), a ser realizada em Brasília, Distrito Federal, em 29 e 30 de setembro de 2005
Portaria nº 77, de 27 de janeiro de 2006	Inclui, na Tabela de Emolumentos Consulares, aprovada pela Portaria nº 619, de 16 de dezembro de 1991, no item "100 - Documentos de viagem", os subitens 140, 141 e 142, com o respectivo valor em Reais-ouro
Portaria Interministerial nº 1, de 20 de março de 2006	Cria a definição de leitor brasileiro, regulamenta a contratação, auxílio financeiro e estabelece o papel do MRE a respeito do tema.
Protocolo (sem número) entre o MRE, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 5 de maio de 2006	Regulamenta o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)
Regimento Interno da Biblioteca Central do Itamaraty	Regimento Interno da Biblioteca Central do Itamaraty
Portaria nº 718 de 9 de dezembro de 2006	Consolida e atualiza o Quadro de Jurisdição e Subordinação do Serviço Consular do Brasil constante da Portaria nº 608, de 16 de novembro de 1990.
Portaria de 23 de fevereiro de 2007	Delega a função de autorizar a emissão de passaporte diplomáticos e oficiais, em sua ausência
Portaria Interministerial MDIC/MRE nº 5, de 11 de janeiro de 2008	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial Permanente com a finalidade de, em conjunto, elaborar e editar anualmente o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras.
Portaria Interministerial MDIC/MRE nº 45, de 25 de fevereiro de 2008	Designa os representantes titulares e suplentes do Grupo de Trabalho Interministerial Permanente instituído pela Portaria Interministerial MDIC/MRE nº 5/2008.
Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008	Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE)
Portaria Interministerial nº 286, de 18 de junho de 2008	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de fortalecimento e regulamentação das atividades das film commissions nacionais, e dá outras providências
Portaria de 04 de setembro de 2008	Cria o Consulado Honorário em Boké, República da Guiné, com jurisdição sobre as Prefeituras de Boké, Boffa, Koundara, Gaoual e Fria, subordinado à Embaixada em Conacri
Portaria nº 555, de 10 de outubro de 2008	Estabelece procedimentos operacionais a serem adotados pelo Diretor Nacional, pelos Coordenadores Nacionais e Gerentes de subprojetos e atividades isoladas dos Projetos de cooperação técnica Sul-Sul implementados com a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
Portaria nº 625, de 28 de novembro de 2008	Estabelece normas para o Programa de Estágio no MRE a estudantes do nível médio e superior na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e em seus Escritórios de Representação e Comissões no território brasileiro
Portaria nº 644, de 10 de dezembro de 2008	Modifica o artigo 163 do Anexo único da Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008
Portaria nº 332, de 10 de junho de 2009	Alocar na Fundação Alexandre de Gusmão, órgão seccional, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, 14 Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE de Nível Superior e 04 de Nível Intermediário
Portaria de 14 de maio de 2009	Cria o Consulado Honorário em Koper, República da Eslovênia, com jurisdição sobre os municípios de Koper, Piram Sezana, Ilirska Bistrica, Pivka, Postojna, Ajdovscina, Bovec, Brda, Cerklno, Idrija, Kanal, Kobarid, Miren-Kostanjevica, Nova Gorica, Rence-Vogrsko, Sempeter-Vrtojba, Tolmin, Vipava, Divaca, Hrpelje-Kozina, Izola e Komen, subordinado à Embaixada em Liubliana.
Portaria de 23 de outubro de 2009.	Estabelece a implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos - SIGAP, com a finalidade de organizar informações gerenciais referentes ao acompanhamento da execução de projetos de cooperação técnica internacional.



Portaria nº 105, de 1º de março de 2010	Regulamenta o transporte aéreo e a hospedagem dos convidados oficiais do Governo brasileiro para a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e suas atividades correlatas (Brasília, de 25 de março a 1º de abril de 2010) providenciados pelo Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010	Aprovar a nova edição do Manual do Serviço Consular e Jurídico (MSCJ) do Ministério das Relações Exteriores, composto por 12 capítulos, cujas normas constituem o Regulamento Consular Brasileiro, de aplicação obrigatória na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e nas Repartições Consulares e demais Postos do Governo brasileiro no exterior. Criar a Comissão Permanente de Revisão do MSCJ, a ser organizada no âmbito da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), que contará com a participação de representantes da Divisão de Assistência Consular, da Divisão de Imigração, da Divisão de Documentos de Viagens, da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional e, a critério da SGEB, de servidores com comprovado conhecimento e experiência em assuntos consulares. Criar o Curso de Especialização em Assuntos Consulares, com base no conteúdo do MSCJ e nos Manuais relativos à utilização do Sistema Consular Integrado (SCI), a ser organizado pela SGEB, em coordenação com a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA) e com o Instituto Rio Branco (IRBr), que terá como objetivo a formação dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro que atuam ou venham a atuar na área consular, nas unidades da SGEB e nos Postos no exterior, notadamente aqueles que desempenham ou venham a desempenhar a função de Vice-Cônsul
Portaria nº 475, de 12 de agosto de 2010	Delegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar atos relativos à concessão do Adicional por Participação em Missão no Exterior aos servidores que cumprirem as exigências legais
Portaria nº 475, de 12 de agosto de 2010	Delegar competência ao Subsecretário-Geral do Serviço Exterior para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar atos relativos à concessão do Adicional por Participação em Missão no Exterior aos servidores que cumprirem as exigências legais
Portaria Conjunta RFB/ INSS /MRE Nº 2	Dispõe sobre a regularização previdenciária dos auxiliares locais, de nacionalidade brasileira, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.
Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011	Estabelece critérios para pedidos de concessão de passaporte diplomático em função do interesse do País conforme previsto no §3º do art. 6º do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006
Portaria de 02 de maio de 2011	Estabelece a Tabela de Valores da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) e o correspondente Quadro de Especificações das atividades de capacitação a serem executadas, de modo a permitir a participação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), conforme instituído pela Portaria SRH/MPOG nº 102, de 18 de fevereiro de 2008, bem como a participação de servidores de outros órgãos público federais em programas de treinamento do MRE
Portaria nº 497, de 6 de junho de 2010	Regulamenta a atualização de dados cadastrais de servidores aposentados, bem como de pensionistas civis vinculados ao Ministério das Relações Exteriores será realizada por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Portaria
Portaria Interministerial nº 35, de 27 de janeiro de 2012	Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia dos povos indígenas e tribais
Portaria nº 200, de 20 de março de 2012	Não há índice/preâmbulo. A Portaria 200/2012 estabelece critérios e parâmetros para a concessão de bolsas a participantes do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e dá outras providências
Portaria nº 239, de 29 de março de 2012	Delega ao Secretário Nacional do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNO Rio+20) a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos em vigor com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
Portaria de 10 de janeiro de 2013	Definir as atribuições e responsabilidades dos diversos agentes envolvidos na execução da despesa do Ministério das Relações Exteriores no exterior. Estabelecer critérios e procedimentos sobre aspectos da execução orçamentário-financeira e patrimonial do Ministério das Relações Exteriores no exterior.
Portaria Interministerial nº 9, de 19 de fevereiro de 2013	Altera a Portaria Interministerial nº 35, de 31 de janeiro de 2012
Portaria nº 326, de 7 de junho de 2013	Regulamenta o Curso de Especialização de Oficial de Chancelaria (CEOC) como forma de aferir os conhecimentos necessários para a promoção à Classe Especial dos servidores da carreira de Oficial de Chancelaria
Portaria Interministerial nº 1.808, de 12 de junho de 2013	Constitui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com as finalidades de: I - fundamentar o processo de aquisição de um sistema antiaéreo de média e baixa altura, de origem russa, para atender às necessidades estratégicas do Estado brasileiro; e II - propor medidas de fomento para ampliar a capacidade da indústria nacional e garantir a essa autonomia no fornecimento de produtos às Forças Armadas, em relação ao Sistema de Defesa Antiaérea. O GTI teve prazo de trinta dias para conclusão de suas atividades.
Portaria Normativa DCD nº 3/2013	Disciplina os procedimentos gerais referentes à utilização e à guarda dos aparelhos e dos serviços de telefonia móvel celular, providos no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para uso a serviço no país e no exterior
Portaria Interministerial nº 12 de 15 de agosto de 2013	Institui, em âmbito nacional, a Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP
Portaria nº 471, de 21 de agosto de 2013	Define os parâmetros de conversão da Retribuição no Exterior em moeda nacional, para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.
Instrução de Serviço de 25 de novembro de 2013	Segurança de Áreas e Instalações Normas de Acesso à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.
Portaria nº 359, de 23 de julho de 2014	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 563, de 6 de outubro de 2014	Estabelece procedimentos para a análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e de pedidos de autorização para o exercício de atividade privada por servidor do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 6, de 6 de janeiro de 2015	Cria o Grupo de Trabalho para Organização de Eventos (GTOEV), responsável pela preparação e coordenação logística contínua de Encontros Multilaterais, Reuniões de Chefes de Estado ou de Governos e Reuniões de Ministros das Relações Exteriores
Portaria nº 43, de 26 de janeiro de 2015	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério das Relações Exteriores - POSIC/MRE, que estabelece normas para o tratamento das informações produzidas, processadas, transmitidas ou armazenadas no âmbito deste Ministério e em seus sistemas de informação
Portaria nº 179, de 14 de abril de 2015	Aprova o Manual de Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral.
Portaria nº 182, de 14 de abril de 2015	Aprova o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul.
Portaria nº 205, de 27 de abril de 2015	Normas para cessão e uso dos Imóveis Funcionais administrados pelo Ministério das Relações Exteriores
Portaria CSIC nº 1, de 19 de junho de 2015	Estabelece as normas para uso do correio eletrônico corporativo
Portaria nº 552, de 17 de setembro de 2015	Estabelece mecanismo de coordenação entre as vertentes e as modalidades de cooperação internacional do Brasil sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, por meio de Grupo de Trabalho integrado por representantes das unidades relacionadas no Art. 2º da presente Portaria e presidido pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação.
Portaria nº 692, de 10 de dezembro de 2015	Norma Institucional de Controle de Acesso aos Recursos e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações
Portaria nº 19, de 7 de janeiro de 2016	Regulamenta o acesso de estagiários, de funcionários terceirizados e de visitantes às dependências do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 64, de 22 de janeiro de 2016	Estabelece as condições e os procedimentos para a análise de pedidos de comissionamento de diplomatas nas Missões Diplomáticas dos grupos C e D.
Portaria nº 292, de 11 de maio de 2016	Homologa o Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty e dá outras providências
Portaria nº 292, de 11 de maio de 2016	Homologa o Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty e dá outras providências
Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016	Aprova o Guia de Administração dos Postos - GAP-2016 - do Ministério das Relações Exteriores
Circular Postal Nº 8/2016	Institui procedimentos, no âmbito do MRE, para assinatura, apreciação parlamentar, ratificação e promulgação de atos internacionais.



Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 235	Estabelece, no âmbito do MAPA e MRE, normas, diretrizes e procedimentos para a seleção, a designação e a atuação dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior, na forma como dispõe o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008
Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017	Dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebido, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
Portaria de 22 de fevereiro de 2017	Cria o Consulado Honorário em Victoria, na República de Seicheles, com jurisdição sobre todo o território da República de Seicheles, e subordinação à Embaixada em Dar es Salam
Portaria de 4 de abril de 2017	Delegar competência à Diretora do Departamento de Administração e, nos seus impedimentos e afastamentos, a seu substituto legal para: I - Solicitar à Secretária de Patrimônio da União senha para o acesso ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União- SISREI; II - Designar servidores para operar o SISREI; e III - Regulamentar os procedimentos de consulta e requerimento de imóveis da União pelo SISREI no âmbito da Administração central e unidades descentralizadas
Portaria de 29 de junho de 2017	Cria o Consulado Honorário em Orlando, nos Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Broward, Palm Beach, Martin, St. Lucie, Indian River, Brevard, Osceola e Orange, e subordinação ao Consulado-Geral em Miami

Portaria de 29 de junho de 2017	Cria o Consulado Honorário em Edinburg, nos Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Hidalgo e Cameron, e subordinação ao Consulado-Geral em Houston
Portaria nº 531, de 5 de julho de 2017	Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria de 26 de junho de 2017	Estabelece critérios e procedimentos de avaliação especial de desempenho dos servidores pertencentes às carreiras do Serviço Exterior Brasileiro em estágio probatório
Portaria nº 707, de 18 de setembro de 2017	Estabelece os procedimentos de administração do TaxiGov no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria de 30 de outubro de 2017	Aprova o Planejamento Gerencial da Divisão de Licitações, bem como os objetivos e as ações propostas
Portaria de 30 de outubro de 2017	Cria o Consulado Honorário em Míconos, República Helênic, com jurisdição sobre a região das ilhas Cíclades, subordinado à Embaixada em Atenas
Portaria nº 888, de 31 de outubro de 2017	Dispõe sobre o horário de funcionamento do Ministério das Relações Exteriores, a jornada de trabalho e o acompanhamento da frequência dos servidores
Portaria nº 921, de 10 de novembro de 2017	Estabelece, no Ministério das Relações Exteriores, política de combate ao assédio, discriminação e condutas inadequadas ao ambiente de trabalho
Portaria nº 940, de 29 de novembro de 2017	Altera a Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016, que aprova o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores
Portaria de 12 de dezembro de 2017	Institui o Grupo de Trabalho com o objetivo de estabelecer um sistema integrado de planejamento da política externa brasileira no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 980, de 15 de dezembro de 2017	Altera a Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, que dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal Direta ou Indireta para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida decorrentes de acordos básicos firmados entre o governo brasileiro e organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos
Portaria Interministerial de 8 de dezembro de 2017	Instituir a Comissão de Coordenação em Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito dos Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para atuar como órgão consultivo
Portaria nº 25, de 11 de janeiro de 2018	Delega ao diretor-geral do Instituto Rio Branco competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
Portaria nº 86, de 25 de janeiro de 2018	Apostilar a Portaria de 26 de junho de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 132, de 13 de julho de 2017 (Estágio Probatório)
Portaria de 7 de fevereiro de 2018	Extingue o Consulado Honorário em Comodoro Rivadavia, República Argentina
Portaria nº 141, de 9 de fevereiro de 2018	Institui Código de Conduta sobre as relações entre servidores do Ministério das Relações Exteriores e o setor empresarial
Portaria nº 157, de 15/02/2018	Aprova o regulamento do Curso de Altos Estudos
Portaria Interministerial nº 2 de 21 de fevereiro de 2018	Nomeia os integrantes para compor a Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - CN-IILP, para mandato de dois anos
Portaria nº 3, de 22 de março de 2018	Norma de utilização de "tokens" para autenticação
Portaria nº 270, de 22 de março de 2018	Institui o grupo de trabalho do bicentenário da Independência ("Grupo de Trabalho"), incumbido de propor e organizar atividades comemorativas do bicentenário da Independência do Brasil, vinculado ao Gabinete do MERE das Relações Exteriores
Portaria nº 270, de 22 de março de 2018	Institui o grupo de trabalho do bicentenário da Independência ("Grupo de Trabalho"), incumbido de propor e organizar atividades comemorativas do bicentenário da Independência do Brasil, vinculado ao Gabinete do MERE das Relações Exteriores
Portaria de 9 de abril de 2018	Delega competência ao Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais para, observadas as disposições legais e regulamentares, praticar todos os atos necessários referentes à celebração de termo de colaboração entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Cultural Filarmônica para a realização de gravações de obras de compositores Brasileiros
Circular nº 3, de 27 de abril de 2018	Regras para controle de ponto no Ererio
Portaria nº 385, de 9 de maio de 2018	Altera o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008
Portaria nº 385, de 9 de maio de 2018	Altera a Portaria nº 212, de 2008, Regimento Interno da Secretaria de Estado, para redefinir as competências da ISEX, entre elas a de gestora da integridade do MRE
Portaria de 29 de maio de 2018	Cria o Consulado Honorário em Filadélfia, República do Paraguai, com jurisdição sobre os Departamentos de Presidente Hayes e Boquerón, subordinado ao Consulado-Geral em Assunção
Portaria Normativa nº 376, de 26 de junho de 2018	Altera a Portaria Normativa nº 3, de 17 de julho de 2017, que disciplina os procedimentos gerais referentes à utilização e à guarda dos aparelhos e dos serviços de telefonia móvel celular, no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores
Portaria de 1º de julho de 2018	Altera o art. 10 da Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017
Portaria nº 490, de 06/07/2018	Delega ao diretor-geral do Instituto Rio Branco competência para assinar Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Brasileira de Inteligência, a Polícia Federal e o Centro de Inteligência do Exército, para promover cooperação na oferta de curso de pós-graduação lato sensu pela Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência.
Portaria nº 491, de 9 de julho de 2018	Revoga o parágrafo único do art. 10 da Portaria nº 287, de 5 de maio de 2016
Portaria nº 509, de 12 julho de 2018	Delega a competência para ser o representante do CNPJ nº 00.349.536/0001-39, do MRE, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Regulamenta o uso.
Circular nº 6, de 31 de julho de 2018	Regras adicionais de controle de ponto no ERERIO
Portaria nº 599, de 2 de agosto de 2018	Estabelece normas complementares sobre o uso de veículos oficiais, próprios ou contratados de prestadores de serviços, do Ministério das Relações Exteriores, com base no que dispõe o art. 9º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018
Portaria de 17 de agosto de 2018	Estabelece mecanismo de coordenação e articulação entre as unidades da Agência Brasileira de Cooperação, por meio de Grupo de Trabalho para Incorporação das Perspectivas de Gênero, Raça e Etnia nas Ações de Cooperação Técnica Internacional.
Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 1.305, de 17 de agosto de 2018	Estabelece os procedimentos para a contratação de auxiliares locais, o compartilhamento de despesas e de cessão de uso de espaços físicos destinados à missão de assessoramento em assuntos agrícolas no exterior
Portaria nº 898, de 07 de novembro de 2018	Dispõe sobre o afastamento de servidores do Ministério das Relações Exteriores para estudos de pós-graduação stricto sensu, no Brasil, e de pós-graduação lato e stricto sensu no exterior.



Portaria nº 898, de 7 de novembro de 2018	Disciplina o afastamento de servidores do Ministério das Relações Exteriores para estudos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , no Brasil, e de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> , no exterior
Portaria nº 927, de 16 de novembro de 2018	Dispõe sobre os prazos de trânsito, desligamento e instalação dos funcionários do Serviço Exterior e das carreiras do PCC/PGPE removidos.
Portaria de 23 de novembro de 2018	Cria o Consulado Honorário em San Andrés, República da Colômbia, com jurisdição sobre o Departamento de San Andrés, Providência e Santa Catalina, subordinado à Embaixada em Bogotá
Portaria nº 994, de 7 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a expedição de carteira de identidade funcional pelo Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 1.057, de 27 de dezembro de 2018	Altera a Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016, que aprova o Guia de Administração dos Postos do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria de 28 de dezembro de 2018	Cria o Consulado Honorário em HOBART, Comunidade da Austrália, com jurisdição sobre o estado da Tasmânia, subordinado à Embaixada em Camberra
Portaria de 20 de dezembro de 2018	Dispõe sobre os vistos diplomático, oficial e de cortesia e dá outras providências
Retificação da Portaria de 20 de dezembro de 2018	Retifica a Portaria de 20 de dezembro de 2018 (sobre vistos)
Portaria de 18 de janeiro de 2019	Aprova o Regulamento do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty (MHD),
Portaria nº 187, de 23 de janeiro de 2019	Estabelece critérios para a substituição de Secretários e Chefes de Gabinete dos Secretários em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.
Portaria de 18 de fevereiro de 2019	Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que deverá atuar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), nos Escritórios Regionais e nos Postos no Exterior
Portaria de 27 de fevereiro de 2019	Altera a Portaria nº 531, de 5 de julho de 2017, que institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências
Portaria de 27 de fevereiro de 2019	Altera a Portaria nº 325, de 2 de junho de 2009, que institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências
Portaria nº 341, de 7 de março de 2019	Institui o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), com o objetivo de capacitar Diplomatas, Oficiais de Chancelaria, Assistentes de Chancelaria e servidores do Ministério das Relações Exteriores pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
Portaria nº 344, de 11 de março de 2019	Institui a Comissão Especial de Desfazimento, Avaliação e Classificação de Bens Patrimoniais, com competência para propor ações em relação a bens considerados antieconômicos ou irrecuperáveis, passíveis de doação, abandono ou inutilização, conforme determinado nos arts. 7º, 8º e 14 do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018
Retificação da Portaria nº 341, de 7 de março de 2019	Retificação da Portaria nº 341, de 7 de março de 2019
Portaria nº 439, de 2 de abril de 2019	Cria o Setor de Recapacitação Profissional no âmbito da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, subordinada ao Departamento do Serviço Exterior, da Secretaria de Gestão Administrativa
Retificação da Portaria nº 326, de 7 de junho de 2013	Retifica a Portaria nº 326, de 7 de junho de 2013 (sobre CEOC)
Portaria de 08 de abril de 2019	Cria o Setor Auxiliar de Finanças e Contratos (SAF) no âmbito do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação da Secretaria de Gestão Administrativa

Portaria 449, de 9 de abril de 2019	Altera o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008
Portaria nº 483, de 25 de abril de 2019	Cria o Grupo de Coordenação do Plano Plurianual 2020-2023 (GCPP), subordinado à Secretaria de Gestão Administrativa
Portaria nº 548, de 16 de maio de 2019	Delega competência ao Secretário de Gestão Administrativa e aos ordenadores de despesa para exercer as atribuições afetas ao Plano Anual de Contratações
Portaria Interministerial nº 1, de 20 de maio de 2019	Dispõe sobre o recebimento de diplomas, ementas e histórico escolar por egressos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) de que trata o Decreto nº 7.948
Portaria nº 560, de 29 de maio de 2019	Fixa a lotação numérica máxima dos postos no exterior.
Retificação da Portaria de 29 de maio de 2019	Altera a Portaria de 29 de maio de 2019, que designou as comissões de heteroidentificação e recursal do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco em 2019
Portaria nº 587, de 7 de junho de 2019	Estabelece os percentuais de gratificação devidos ao servidor pelo desempenho eventual em atividades contratadas pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento de: instrutoria; elaboração de material; coordenação pedagógica; tutoria em curso a distância; correção de prova; e participação em bancas examinadoras regulamentadas por Portaria para treinamento, aperfeiçoamento, concursos de admissão de Oficiais de Chancelaria; e cursos de promoção de servidores do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 588, de 10 de junho de 2019	Estabelecimento de normas para a capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à promoção às Classes B, C e Especial dos funcionários da carreira de Oficial de Chancelaria
Portaria nº 587, com retificação do Anexo III	Estabelecer os percentuais de gratificação devidos aos servidores pelo desempenho eventual em atividades de instrutória e participação em bancas examinadoras regulamentada para o treinamento de servidores do MRE
Portaria nº 589, de 10 de junho de 2019	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à promoção às Classes B, C e Especial dos funcionários da carreira de Assistente de Chancelaria
Portaria nº 618, de 28 de junho de 2019	Altera a Portaria, de 20 de dezembro de 2018, do Ministério das Relações Exteriores (que trata de vistos)
Portaria de 05 de julho de 2019	Disciplina a contratação de serviços prestados no âmbito do Instituto Rio Branco
Portaria nº 692, de 12 de julho de 2019	Aprova a Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho da Apex-Brasil e institui a Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA).
Portaria de 24 de julho de 2019	Modifica o Anexo V da Portaria de 5 de julho de 2019
Portaria Interministerial nº 3, de 30 de julho de 2019	Amplia o número de Adidos Agrícolas junto às Missões Diplomáticas Permanentes e Repartições Consulares, observando o limite do art. 4º do Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008
Retificação da Portaria nº 587, de 7 de junho de 2019	Substitui a tabela de valores de remuneração pelos serviços prestados em atividades contratadas pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento - DTA
Portaria de 9 de agosto de 2019	Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM EL PASO, Texas, Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de El Paso, Huldspeth e Culberston, no estado do Texas; Dona Ana, Otero e Luna, no estado do Novo México; subordinado ao Consulado-Geral em Houston. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM BATON ROUGE, Louisiana, Estados Unidos da América, com jurisdição sobre os condados de Acadia, Allen, Ascension, Assumption, Avoyelles, Beauregard, Bienville, Bossier, Caddo, Calcasieu, Caldwell, Cameron, Catahoula, Claiborne, Concordia, De Soto, East Baton Rouge, East Carroll, East Feliciana, Evangeline, Franklin, Grant, Iberia, Iberville, Jackson, Jefferson Davis, La Salle, Lafayette, Lafourche, Lincoln, Livingston, Madison, Morehouse, Natchitoches, Ouachita, Pointe Coupee, Rapides, Red River, Richland, Sabine, St. Helena, St. James, St. John The Baptist, St. Landry, St. Martin, St. Mary, St. Tammany, Tangipahoa, Tensas, Terrebonne, Union, Vermilion, Vernon, Washington, Webster, West Baton Rouge, West Carroll, West Feliciana e Winn, subordinado ao Consulado-Geral em Houston. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM HOWELL, Michigan, Estados Unidos da América, com jurisdição sobre o estado de Michigan, subordinado ao Consulado-Geral em Chicago. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM SANTA MARIA, República de Cabo Verde, com jurisdição sobre a ilha do Sal, subordinado à Embaixada do Brasil em Praia. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM SAL REI, República de Cabo Verde, com jurisdição sobre a ilha de Boavista, subordinado à Embaixada do Brasil em Praia. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM SAPPORO, Japão, com jurisdição sobre a província de Hokkaido, subordinado ao Consulado-Geral em Tóquio. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM SENDAI, Japão, com jurisdição sobre as províncias de Fukushima, Yamagata, Miyagi, Akita, Iwate e Aomori, subordinado ao Consulado-Geral em Tóquio. Criar o CONSULADO HONORÁRIO EM UTRECHT, Reino dos Países Baixos, com jurisdição sobre a província de Utrecht, subordinado ao Consulado-Geral em Amsterdã.



	Ampliar a jurisdição do CONSULADO HONORÁRIO EM WILLEMSTAD, Curaçao, subordinado à Embaixada em Port-of-Spain, de modo a abranger Curaçao e São Martinho, países constituintes do Reino dos Países Baixos, e as municipalidades especiais de Bonaire, Saba e Santo Eustáquio.
Portaria nº 847, de 2 de setembro de 2019	Altera o disposto no Art. 6º, Cap. III, Tít. III, do Anexo da Portaria nº 692/2019, a respeito da composição da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) da Apex-Brasil.
Portaria nº 868, de 9 de setembro de 2019	Fixa metas institucionais globais do Ministério das Relações Exteriores - período 2019/2020, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE)
Portaria nº 867, de 9 de setembro de 2019	Estabelece critérios e procedimentos para aferição de desempenho individual e institucional para efeito de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.
Apostila da Portaria nº 670, de 10 de julho de 2019	Apostila a Portaria nº 670 de 10 de julho de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 134, de 15 de julho de 2019, conforme abaixo
Portaria nº 969, de 8 de outubro de 2019	Apostilar a Portaria de 26 de junho de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 132, de 13 de julho de 2017
Portaria nº 919, de 19 de setembro de 2019	Aprova o regulamento do Instituto Rio Branco
Portaria nº 961, de 4 de outubro de 2019	Aprova o regulamento do Curso de Formação de Diplomatas (CFD) do Instituto Rio Branco
Portaria nº 1.012, de 16 de outubro de 2019	Nomeia os componentes titulares da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) da Apex-Brasil.
Portaria nº 1.011, de 16 de outubro de 2019	Altera o artigo 3º da Portaria nº 270, de 22 de março de 2018
Portaria de 25 de outubro de 2019	Cria o Consulado Honorário em Fátima, República Portuguesa, com jurisdição sobre o Concelho de Ourém, subordinado ao Consulado-Geral em Lisboa.
Portaria nº 1.056, de 30 de outubro de 2019	Estabelece critérios para alocação de Funções Gratificadas e a distribuição de tais Funções entre as diversas unidades da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 1.134, de 18 de dezembro de 2019	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.
Portaria nº 1.144, de 19 de dezembro de 2019	Altera o art. 20 da Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017
Portaria nº 7, de 23 de dezembro de 2019	Institui, no âmbito da Embaixada do Brasil em Madri, o Comitê de Redução de Custos do Posto - CRCP
Portaria nº 21, de 21 de janeiro de 2019	Publica o Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) da Apex-Brasil.
Portaria nº 23, de 21 de janeiro de 2020	Aprova o regulamento do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Portaria nº 29, de 27 de janeiro de 2020	Fixa a taxa de câmbio aplicada à Retribuição no Exterior para fins de verificação do limite remuneratório constitucional
Portaria nº 71, de 4 de fevereiro de 2020	Estabelecer os critérios para contagem de tempo de serviço na Secretaria de Estado (SERE) dos integrantes do Serviço Exterior Brasileiro, exclusivamente para fins de contagem de tempo para remoção.
Portaria nº 67, de 04 de fevereiro de 2020	Estabelece normas para o Plano de Remoções de Oficiais e Assistentes de Chancelaria válido para o primeiro semestre de 2020.
Portaria nº 68, de 04 de fevereiro de 2020	Estabelece normas para o Plano de Remoções de servidores das carreiras do PCC/PGPE válido para o primeiro semestre de 2020.
Portaria nº 69, de 04 de fevereiro de 2020	Estabelece normas para o Plano de Remoções de Diplomatas das classes de Terceiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Conselheiro válido para o primeiro semestre de 2020.
Portaria nº 82, de 14 de fevereiro de 2020	Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos hierarquicamente inferiores a Decreto no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 144, de 15 de abril de 2020	Suspende os prazos dos Ciclos de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE) no Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 166, de 15 de abril de 2020	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores no contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)
Portaria nº 168, de 23 de abril de 2020	Acrescenta dispositivo ao regulamento do Curso de Altos Estudos.
Portaria nº 184, de 21 de maio de 2020	Dispõe sobre os quantitativos de vagas para promoção às classes de segundo secretário e primeiro secretário no segundo semestre de 2020 e em 2021.
Portaria nº 208, de 05 de junho de 2020	Retoma os mecanismos de remoções de diplomatas das classes de terceiro-secretário, segundo-secretário, primeiro-secretário e conselheiro, oficiais e assistentes de chancelaria, e servidores das carreiras do PCC/PGPE válidos para o primeiro semestre de 2020.
Portaria nº 207, de 5 de junho de 2020	Delega à Diretora-Geral do Instituto Rio Branco a competência para autorizar a celebração e prorrogação de contratos administrativos.
Portaria nº 283, de 27 de julho de 2020	Retoma o 7º Ciclo de Avaliação de Desempenho Individual e Institucional para fins de atribuição da GDPGPE

ANEXO II

Portaria nº 608, de 16 de novembro de 1990	Consolidar e atualizar o Quadro de jurisdição e Subordinação do Serviço Consular do Brasil constante da Portaria s/n, de 21 de novembro de 1988
Portaria de 12 de julho de 1996	Regulamento do Curso de Altos Estudos
Portaria nº 00 de 31 de dezembro de 1998	Modificação de modalidade de aplicação das dotações orçamentárias das Unidades Orçamentárias 35101 - Ministério das Relações Exteriores e 35201 - Fundação Alexandre Gusmão
Portaria nº 18, de 16 de setembro de 1999	FIXAR os valores da remuneração dos professores, professores assistentes e conferencistas dos Cursos oferecidos pelo Instituto Rio Branco

Portaria de 15 de fevereiro de 2000	Institui o Comitê Executivo Setorial de Desburocratização do Ministério de Estado das Relações Exteriores
Portaria de 27 de abril de 2000	Modifica a composição do Comitê Executivo Setorial de Desburocratização do Ministério das Relações Exteriores
Portaria de 5 de junho de 2000	Criar o Consulado Honorário em Vancouver, Canadá
Portaria de 13 de julho de 2000	Criar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria de 11 de agosto de 2000	Criar o Núcleo de Redação e Divulgação, destinado à produção de textos a serem utilizados no âmbito do Programa de Divulgação da Realidade Brasileira no Exterior
Portaria de 26 de setembro de 2000	Fixar a lotação das unidades descentralizadas do Ministério das Relações Exteriores, na forma do Anexo Único a esta Portaria.
Portaria de 17 de novembro de 2000	Modificar o item 4 do Quadro de Jurisdição e Subordinação do Serviço Consular do Brasil, constante da Portaria n.º 608, de 16 de novembro de 1990.
Portaria nº 29, de 28 de novembro de 2000	FIXAR o valor da remuneração a ser paga a conferencistas do IRBr, por palestra proferida no exterior
Portaria nº 363, de 10 de outubro de 2002	Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho Individual e Institucional dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria do Serviço Exterior brasileiro.
Portaria nº 29, de 5 de setembro de 2002	Aprovar as normas regulamentadoras da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA
Portaria nº 158, de 11 de março de 2003	Fixa as metas de desempenho institucional do Ministério das Relações Exteriores conforme disposto no Decreto nº 4.403, de 3 de outubro de 2002
Portaria de 28 de março de 2003	Determinar as regras para os cursos de idiomas oferecidos pela Divisão de Desenvolvimento dos Recursos Humanos



Portaria de 23 de abril de 2003	Constitui competência para incorporação de obras representativas da história e da arte brasileiras ao acervo da Secretaria de Estado e das Repartições no exterior
Portaria de 21 de julho de 2003	Fixa o valor da bolsa de estudos para os alunos estrangeiros do Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I)
Portaria nº 589, de 22 de setembro de 2003	Institui sistema de lotação de servidores da Carreira de Diplomata na Secretaria de Estado
Portaria de 2 de dezembro de 2003	FIXAR os valores da remuneração, por trabalho avaliado, do Presidente e dos integrantes da Banca Examinadora de Monografias do Curso de Formação de Diplomatas
Portaria nº 106, de 23 de março de 2004	Regimento do curso de pós-graduação em diplomacia do Instituto Rio Branco
Portaria de 30 de maio de 2004	Constitui, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal
Portaria de 23 de junho de 2004	Criar Grupo de Trabalho incumbido de preparar a Conferência de Cúpula América do Sul - Países Árabes, a ser realizada em Brasília, Distrito Federal, no início de 2005
Portaria nº 335, de 27 de julho de 2004	Altera a redação do artigo 9º da Portaria de 12 de julho de 1996, relativo ao prazo de afastamento de serviço dos candidatos para pesquisa ou redação de sua tese no âmbito do Curso de Altos Estudos
Portaria de 6 de novembro de 2004	Regulamenta a gestão do Plano Plurianual no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dá cumprimento ao Decreto 5.233, de 06 de outubro de 2004.
Portaria nº 14, de 10 de janeiro de 2005	Regulamenta a prestação de contas dos Institutos Culturais Bilaterais
Portaria nº 205, de 7 de julho de 2005	Dá nova redação ao artigo 11 da Portaria de 12 de julho de 1996, que regulamenta o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco
Portaria de 15 de agosto de 2005	Aprova a distribuição das Funções Gratificadas entre as diversas unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, na forma indicada no Anexo I
Portaria de 15 de agosto de 2005	Determina que os setores das repartições no exterior, conforme definidos no Anexo desta Portaria, serão preferencialmente chefiados por servidor da categoria funcional de Oficiais de Chancelaria, com prioridade aos ocupantes das Classes A e Especial
Portaria de 29 de novembro de 2005	Aprova o Guia de Administração dos Postos - GAP-2006
Portaria de 29 de novembro de 2005	Aprova o Manual do Patrimônio e Inventário - Revisão 2006
Portaria de 25 de janeiro de 2006	Cria Grupo de Trabalho incumbido de preparar a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul, a ser realizada em Brasília, no período de 6 a 7 de setembro de 2006
Portaria nº 172, de 11 de abril de 2006	Cria o Grupo de Trabalho, presidido pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e das Comunidades Brasileiras no Exterior, para preparar a II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (GT-II CIAD), a ser realizada em Salvador, Bahia, de 12 a 14 de julho de 2006
Ato da D-DSE de 30 de junho de 2006	Determina regras para os cursos de idiomas oferecidos pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento
Portaria nº 385, de 29 de junho de 2006	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos dos servidores da Carreira de Diplomata em primeira remoção, com vistas ao exercício no exterior
Portaria nº 386, de 29 de junho de 2006, alterada por Apostila de 30 de junho de 2006	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à habilitação para o exercício, no exterior, dos servidores das carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, bem como para os servidores de nível superior e de nível médio do Plano de Classificação de Cargos, de acordo com o disposto no art. 68 da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 1º do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, e no art. 2º da Portaria Interministerial nº 5, de 18 de agosto de 1995
Portaria de 30 de junho de 2006	Determinar regras para os cursos de idiomas oferecidos pela DTA
Portaria de 30 de março de 2007	Fixar o percentual devido por hora trabalhada, pelo servidor, como instrutor dos cursos que se configurem pré-requisitos para o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior, instituído pela Lei n.º 8.829, de 22 de dezembro de 1993, a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
Portaria de 15 de maio de 2007	Autoriza o cumprimento de jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais aos servidores lotados na Divisão de Documentos de Viagem - DDV, dispensado o intervalo para as refeições
Portaria de 06 de setembro de 2007	Divulga tabela contendo classificação dos cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano de Classificação de Cargos - PCC, exclusivamente para fins do disposto no inciso II, parágrafo 2º, do artigo 58, da Lei nº11.440, de 29 de dezembro de 2006
Portaria de 29 de outubro de 2007	Fixa o percentual devido ao servidor, por hora trabalhada, como instrutor no Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), e nos cursos pré-requisito para o CHSE, no Curso de Contabilidade para o Serviço Exterior (CCSE) e nos Cursos de Preparação à Carreira de Oficial e de assistente de Chancelaria, a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
Portaria de 07 de novembro de 2007	Determina as normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à habilitação na área de Informática, Comunicações e Documentação, dos servidores das carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, bem como para os servidores de nível superior e de nível médio do Plano de Classificação de Cargos e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de acordo com o disposto no art. 58 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, no art. 1º do Decreto n.º 4.004, de 8 de novembro de 2001, e no art. 2º da Portaria Interministerial n.º 5, de 18 de agosto de 1995
Portaria nº 14, de 23 de janeiro de 2008	Cria Comissão de Avaliação dos Postos no Exterior, à qual caberá, até a segunda quinzena de fevereiro, de cada ano, apresentar ao MERE das Relações Exteriores proposta de lotação e classificação dos postos no exterior, válida por 1 (um) ano
Portaria nº 149, de 13 de março de 2008	Institui Grupo de Trabalho com a incumbência de preparar projetos de legislação para o Código de Processo Penal Militar e para o Código Penal Militar de Timor-Leste
Portaria de 09 de maio de 2008	FIXAR os valores de remuneração para atividades acadêmicas prestadas no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Portaria de 28 de agosto de 2008	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à promoção à Classe A dos funcionários da carreira de Oficial de Chancelaria.
Portaria de 04 de setembro de 2008	Cria o Consulado Honorário em Varna, República da Bulgária, com jurisdição sobre as Regiões de Varna, Dobritch, Burgos, Silistra, Shumen, Yambo, Rasgrat, Targoviste, Siliven e Ruse, subordinado à Embaixada em Sófia
Portaria nº 585, de 6 de novembro de 2008	Regulamenta a gestão do Plano Plurianual no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dar cumprimento ao Decreto 6.601, de 10 de outubro de 2008
Portaria nº 584, de 06 de novembro de 2008	Normas complementares para uso de veículos especiais e veículos de transporte institucional, no que se refere às atividades peculiares do Ministério das Relações Exteriores, conforme definido no artigo 4º do Decreto nº 6.403/08, e em consonância com os artigos 5º e 8º da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008
Portaria nº 587, de 13 de novembro de 2008	Regula o transporte aéreo e a hospedagem dos integrantes das mesas de debate e Chefes de Delegação de países em desenvolvimento participantes da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável - CIB - (São Paulo, 17 a 21 de novembro de 2008)
Portaria nº 643, de 10 de dezembro de 2008	Estabelece normas para o transporte aéreo e a hospedagem dos participantes da XXXVI Reunião de Cúpula do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC, que serão realizadas na Costa do Sauípe, Bahia, nos dias 15 a 18 de dezembro de 2008
Portaria nº 654, de 22 de dezembro de 2008	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a Avaliação de Desempenho Individual e Institucional dos integrantes das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria do Serviço Exterior brasileiro
Portaria nº 205, de 20 de março de 2009	Disciplina a atualização de dados cadastrais de servidores aposentados e de pensionistas civis do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 325, de 2 de junho de 2009	Institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, vinculado à Secretaria-Geral, observadas as diretrizes estabelecidas na Política de Tecnologia da Informação do Órgão Central do SISP e do Comitê Executivo do Governo Eletrônico
Portaria nº 332, de 10 de junho de 2009	Alocar na Fundação Alexandre de Gusmão, órgão seccional, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, 14 Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE de Nível Superior e 04 de Nível Intermediário
Portaria nº 391, de 13 de julho de 2009	Estabelece os índices de remuneração no exterior para Retribuição Básica dos Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria de acordo com os índices estabelecidos no Anexo I da Lei nº- 5.809
Portaria nº 392, de 13 de julho de 2009	Estabelece os índices de remuneração no exterior para IREX dos Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria de acordo com os índices estabelecidos no Anexo I da Lei nº- 5.809
Portaria nº 445, de 30 de julho de 2009	Estabelece os índices de remuneração no exterior para IREX dos PGPE de acordo com os índices estabelecidos no Anexo I da Lei nº- 5.809
Portaria nº 446, de 30 de julho de 2009	Estabelece os índices de remuneração no exterior para Retribuição Básica dos PGPE de acordo com os índices estabelecidos no Anexo I da Lei nº- 5.809



Portaria nº 392, de 1º de agosto de 2009	Cria Grupo de Trabalho para preparar a XXXVI Reunião de Cúpula do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a Reunião de Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC, a serem realizadas em Salvador, Bahia, nos dias 16 a 17 de dezembro de 2008
Portaria nº 465, de 6 de agosto de 2009	Criar o Grupo de Trabalho encarregado da preparação logística da 24ª Reunião Plenária Anual do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), a ser realizada no Rio de Janeiro, RJ, no período de 5 a 13 de novembro de 2009, bem como o Grupo de Trabalho encarregado da preparação logística do III Fórum da Aliança de Civilizações, a ser realizado no Rio de Janeiro, RJ, no período de 27 a 29 de maio de 2010
Portaria nº 590, de 9 de setembro de 2009	Alterar os Artigos 2º e 7º da Portaria de 30 de maio de 2004, publicada no D.O.U. em 3 de junho de 2004
Portaria nº 657, de 1º de outubro de 2009	Determina as regras para o financiamento de cursos de idiomas a serem realizados pelos servidores do Serviço Exterior Brasileiro e pelos integrantes do Plano de Classificação de Cargos lotados nos Postos
Portaria nº 17, de 13 de janeiro de 2010	Cria o Grupo de Trabalho para preparar a Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), a ser realizada em Brasília, em 25 de março de 2010
Portaria nº 52, de 3 de fevereiro de 2010	Confere ao Coordenador do Grupo de Trabalho designado para preparar a Reunião de Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM) pela Portaria nº17, de 13 de janeiro de 2010, poderes para, a partir deste momento, nomear os futuros integrantes do Grupo de Trabalho encarregado de preparar a mesma Reunião
Portaria de 10 de maio de 2010	Cria Grupo de Trabalho encarregado de examinar a questão da contabilização e registro de Bens Móveis do Ministério das Relações Exteriores no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI
Portaria nº 317, de 27 de maio de 2010	Regulamenta o transporte aéreo e a hospedagem dos convidados oficiais do Governo brasileiro para o III Fórum da Aliança de Civilizações: (Rio de Janeiro, de 27 a 29 de maio de 2010) providenciados pelo Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 486, de 18 de agosto de 2010	Cria Grupo de Trabalho encarregado de coordenar as ações, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, relacionadas à organização da Copa do Mundo FIFA 2014
Portaria de 31 de agosto de 2010	Divulga tabela contendo classificação dos cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano de Classificação de Cargos - PCC, exclusivamente para fins do disposto no inciso II, parágrafo 2º, do artigo 58, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006
Portaria nº 657, de 26 de outubro de 2010	Aprova o Regimento Interno do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE)
Portaria nº 716, de 30 de novembro de 2010	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à promoção às Classes B, C e Especial dos funcionários da carreira de Oficial de Chancelaria
Portaria nº 717, de 30 de novembro de 2010	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos com vistas à promoção às Classes B, C e Especial dos funcionários da carreira de Assistente de Chancelaria
Portaria de 20 de dezembro de 2010	Fixa os percentuais devidos aos servidores que trabalham na tutoria ou preparação de material de cursos da DTA
Portaria nº 767, de 9 de dezembro de 2010	Autoriza o cumprimento da jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais aos servidores lotados na Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - CGPC, dispensado o intervalo para as refeições
Portaria de 10 de março de 2011	Estabelece os percentuais de gratificação devidos ao servidor pelo desempenho eventual em atividades de instrutoria e participação em bancas examinadoras regulamentadas por Portaria para o treinamento de servidores do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria nº 907, de 17 de novembro de 2011	Autoriza o cumprimento da jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais aos servidores lotados na Seção de Carteira de Entrada da Divisão de Comunicação e Arquivo e no Setor de Biblioteca da Coordenação de Documentação Diplomática, dispensado o intervalo para refeições
Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2012	Constitui Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos, com a finalidade de analisar, avaliar e validar as informações do Ministério das Relações Exteriores inseridas no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC
Portaria de 05 de março de 2012	Regulamenta os cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento
Portaria de 25 de abril de 2012	Estabelece normas para capacitação e aferição de conhecimentos dos servidores das carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, bem como para os servidores de nível superior e de nível médio do Plano de Classificação de Cargos
Portaria nº 553, de 31 de agosto de 2012	Cria Grupo de Trabalho para preparar a XLIV Reunião de Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Estados Associados a ser realizada em Brasília, no dia 7 de dezembro de 2012, precedida de reuniões de Chanceleres no dia 6 de dezembro de 2012 e de reuniões preparatórias nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2012
Portaria nº 738, de 12 de novembro de 2012	Estabelece o plano anual de capacitação dos servidores do DA
Portaria nº 121, de 4 de março de 2013	Dispõe sobre a concessão da licença para capacitação no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.
Portaria de 2 de abril de 2013	Atualiza a composição e cria regras para a Comissão de Ética do MRE
Retificação da Portaria nº 121, de 4 de março de 2013	Corrige erro material
Portaria nº 336, de 11 de junho de 2013	Cria o Grupo de Trabalho da Antártida (GTA), encarregado da preparação logística da XXXVII Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártida (XXXVII ACTM), a se realizar em Brasília, de 12 a 21 de maio de 2014
Portaria nº 356, de 19 de junho de 2013	Cria o Grupo de Trabalho para preparar a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ser realizada em Brasília, nos dias 8 a 10 de outubro de 2013
Portaria nº 443, de 1º de agosto de 2013	Cria o Grupo de Trabalho encarregado da organização e da coordenação logística da VI Cúpula BRICS (GT BRICS), a se realizar em Fortaleza, em março de 2014
Portaria nº 474, de 23 de agosto de 2013	Fixa o câmbio de conversão, para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição, o valor da Retribuição no Exterior paga ao servidor do Ministério das Relações Exteriores em missão transitória ou permanente no exterior, excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei
Portaria nº 540, de 30 de setembro de 2013	Cria Grupo de Trabalho encarregado de coordenar as ações, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, relacionadas à organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (GTCOPA)
Portaria de 8 de janeiro de 2014	Fixa o câmbio de conversão, para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição, o valor da Retribuição no Exterior paga ao servidor do Ministério das Relações Exteriores em missão transitória ou permanente no exterior, excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei
Portaria nº 363, de 25 de julho de 2014	Institui o Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e dispõe sobre sua competência e composição
Portaria nº 327, de 2 de julho de 2014	Fixa o câmbio de conversão, para fins de verificação do limite remuneratório de que trata o artigo 37, inciso XI, da Constituição, o valor da Retribuição no Exterior paga ao servidor do Ministério das Relações Exteriores em missão transitória ou permanente no exterior, excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei
Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014	Institui o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), de caráter permanente e consultivo, com o objetivo de coordenar, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
Portaria nº 521, de 19 de setembro de 2014	Institui o Conselho de Gestão no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, como instância permanente e consultiva
Portaria nº 44, de 26 de janeiro de 2015	Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério das Relações Exteriores, para o período 2014-15
Portaria nº 68, de 6 de fevereiro de 2015	Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR) no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que deverá atuar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), nos Escritórios Regionais e nos Postos no Exterior
Portaria nº 281, de 1º de junho de 2015	Estabelece os quantitativos de vagas para promoção às classes de Segundo e Primeiro Secretários, no período de 2015 a 2018
Portaria nº 554, de 21 de setembro de 2015	Reestruturar o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR), de caráter permanente e consultivo, cujo objetivo é coordenar, no âmbito do MRE, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
Portaria nº 228, de 24 de março de 2016	Atualiza as normas relativas à capacitação e aferição de conhecimentos dos servidores da carreira de diplomata, com vistas ao exercício no exterior (Portaria nº 194, de 20 de abril de 2015)
Portaria nº 15, de 5 de janeiro de 2017	Aprova o mecanismo extraordinário de remoções conjuntas para diplomatas das classes de Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro-Secretários
Portaria nº 250, de 6 de março de 2017	Grupo de Trabalho com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de medidas de desburocratização nas ações e processos de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 251, de 07 de março de 2017	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2017



Portaria nº 367, de 4 de maio de 2017	Aprova o mecanismo de remoções conjuntas para diplomatas das classes de Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro-Secretários
Portaria nº 368, de 4 de maio de 2017	Aprovar o mecanismo de remoções conjuntas para Oficiais de Chancelaria e servidores de nível superior das carreiras PCC/PGPE
Portaria nº 369, de 4 de maio de 2017	Aprova o mecanismo de remoções conjuntas para Assistentes de Chancelaria e servidores de nível médio das carreiras PCC/PGPE
Portaria nº 687, de 08 de setembro de 2017	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2017
Portaria nº 748, de 27 de setembro de 2017	Retifica artigos da Portaria nº 687, de 08 de setembro de 2017
Portaria nº 840, de 17 de outubro de 2017	Institui o Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), com o objetivo de capacitar os Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria em primeira remoção, ou em missão transitória por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, bem como servidores do Ministério pertencentes ao PCC/PGPE que desejem se candidatar à remoção ou missão transitória por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, para o exercício de funções nos Postos no exterior
Portaria nº 976, de 18 de dezembro de 2017	Mecanismo de remoções conjuntas para diplomatas das classes de Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro-Secretários
Portaria nº 977, de 15 de dezembro de 2017	Mecanismo de remoções conjuntas para Oficiais de Chancelaria e servidores de nível superior das carreiras do PCC/PGPE
Portaria de 17 de janeiro de 2018	Apostilar a Portaria de 12 de dezembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 240, de 15 de dezembro de 2017 (GAOA)
Portaria nº 171, de 20 de fevereiro de 2018	Aprova o Plano de Trabalho e define competências do Grupo de Assistência Operacional e Administrativa - GAOA, subordinado à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior.
Portaria nº 228, de 08 de março de 2018	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2018
Portaria nº 280, de 29 de março de 2018	Retifica artigos da Portaria nº 228, de 08 de março de 2018
Portaria nº 611, de 06 de agosto de 2018	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2018
Portaria nº 735, de 17 de setembro de 2018	Retifica artigos da Portaria nº 611, de 06 de agosto de 2018
Portaria nº 1.053, de 26 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a concessão da licença para capacitação no âmbito do Ministério das Relações Exteriores
Portaria nº 16, de 4 de janeiro de 2019	Fixa a taxa de câmbio aplicada à Retribuição no Exterior para fins de verificação do limite remuneratório constitucional
Portaria nº 315, de 25 de fevereiro de 2019	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2019
Portaria nº 365, de 19 de março de 2019	Retifica artigos da Portaria nº 315, de 25 de fevereiro de 2019
Portaria nº 821, de 26 de agosto de 2019	Regulamenta o mecanismo de promoções do segundo semestre de 2019
Portaria nº 884, de 18 de setembro de 2019	Retifica artigos da Portaria nº 821, de 26 de agosto de 2019
Portaria nº 96, de 28 de fevereiro de 2020	Regulamenta o mecanismo de promoções do primeiro semestre de 2020
Portaria nº 129, de 13 de março de 2020	Retifica artigos da Portaria nº 96, de 28 de fevereiro de 2020

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 98, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.021483/2020-69, interposto pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE COSTA OESTE DO PARANÁ/PR, CNPJ nº 73.449.977/0001-64, contra a decisão de cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, ante o descumprimento dos requisitos, aferidos em Processo de Supervisão, por não ter atendido aos requisitos obrigatórios para a manutenção da certificação, conforme estabelecidos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 2.630, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita Municípios a receber incentivos financeiros referentes às equipes de Atenção Básica Prisional (eABP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Título I e II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando o Anexo XVIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, da Regulamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do SUS (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial MS-MJ nº1, de 2 de janeiro de 2014; e

Considerando a Seção IV do Capítulo II do Título II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, do Incentivo Financeiro de Custeio Mensal aos Entes Federativos que Aderirem à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os municípios descritos no anexo a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente às equipes de Atenção Básica Prisionais (eABP), com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, do Bloco de Atenção Básica, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS - EQUIPE DE SAÚDE QUE ATUA NO SISTEMA PRISIONAL

Proposta SAIPS	UF	IBGE PAGAMENTO	IBGE LOCALIZAÇÃO DA EQUIPE	Município	CNES	INE	Equipe	Gestão	Valor mensal
110642	BA	290000	291920	LAURO DE FREITAS	6428193	201413	53	Estadual	R\$ 33.214,64
113018	BA	290000	292740	SALVADOR	5590043	212342	53	Estadual	R\$ 30.351,31
114856	CE	230000	230625	ITAETINGA	9459634	1659030	52	Estadual	R\$ 25.332,98
107455	CE	230000	231290	SOBRAL	7533365	1677977	52	Estadual	R\$ 21.302,73
104006	DF	530000	530010	BRASILIA	3027635	1593544	54	Estadual	R\$ 47.674,46
109787	ES	320000	320150	COLATINA	6430090	280976	52	Estadual	R\$ 22.454,23



109790	ES	320000	320320	LINHARES	9901485	1688782	54	Estadual	R\$ 49.821,95
109791	ES	320000	320510	VIANA	9887857	1686062	52	Estadual	R\$ 24.373,40
103095	ES	320000	320520	VILA VELHA	7354673	1494333	54	Estadual	R\$ 48.103,96
103096	ES	320000	320520	VILA VELHA	7354630	1494325	54	Estadual	R\$ 48.103,96
116776	GO	521523	521523	NOVO GAMA	9381694	1658263	53	Municipal	R\$ 46.099,63
103041	GO	521830	521830	POSSE	2382784	1637975	52	Municipal	R\$ 27.060,23
104220	GO	521880	521880	RIO VERDE	6476910	1665561	52	Municipal	R\$ 25.141,06
111680	MG	315690	315690	SACRAMENTO	7298161	1690469	53	Municipal	R\$ 37.509,64
115655	MG	315700	315700	SALINAS	9935266	1690248	52	Municipal	R\$ 27.060,23
107374	MG	316860	316860	TEOFILO OTONI	5873819	1687441	51	Municipal	R\$ 9.573,90
107378	MG	316860	316860	TEOFILO OTONI	6023657	1687433	53	Municipal	R\$ 40.372,97
107381	MG	316860	316860	TEOFILO OTONI	6023657	1687417	54	Municipal	R\$ 60.559,44
100908	MS	500190	500190	BATAGUASSU	6325637	438480	52	Municipal	R\$ 28.979,39
104334	PB	250440	250440	CONCEICAO	9926720	1688952	51	Municipal	R\$ 9.573,90
109635	PB	250600	250600	ESPERANCA	3689	1697757	53	Municipal	R\$ 40.372,97
105894	PB	250690	250690	ITABAIANA	9911650	1687662	53	Municipal	R\$ 40.372,97
109797	PE	260000	260410	CARUARU	6647456	1690493	54	Estadual	R\$ 47.674,46
109780	PE	260000	260780	ITAQUITINGA	9590536	1688030	54	Estadual	R\$ 45.526,96
102279	PE	261230	261230	SALOA	2631881	1661485	50	Municipal	R\$ 6.371,58
109775	PE	260000	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	9590471	1688014	54	Estadual	R\$ 45.526,96
109778	PE	260000	261470	TACAIMBO	9590501	1688022	54	Estadual	R\$ 56.264,45
116411	PR	411950	411950	PIRAQUARA	18376	1615696	50	Municipal	R\$ 5.777,95
110095	SC	420830	420830	ITAPEMA	6478204	1687840	50	Municipal	R\$ 5.975,83
109557	SC	421930	421930	VIDEIRA	2302071	1684035	51	Municipal	R\$ 8.894,90
106794	TO	170310	170310	BARROLANDIA	6463274	1688553	50	Municipal	R\$ 6.371,58
108857	TO	171610	171610	PARAISO DO TOCANTINS	2469057	1670921	50	Municipal	R\$ 5.184,33
TOTAL		-	-	29 MUNICÍPIOS	-	32 EQUIPES	-	-	R\$ 976.978,95

PORTARIA Nº 2.631/GM/MS, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Palmas/TO, Estado do Tocantins, em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, especialmente no que tange a descumprimento de carga horária, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Primária;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria Consolidada nº 02, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Primária transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro de Custeio da Atenção Primária à Saúde para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Suspender a transferência do incentivo financeiro referente às equipes de Saúde da Família, a partir da competência financeira setembro/2020, do Município Palmas/TO, Estado de Tocantins.

Art. 2º - Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 6 (seis) equipes de Saúde da Família 2 (duas) equipes de Saúde Bucal e 1 (um) Agente Comunitário de Saúde do Município de Palmas/TO e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 2.632, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a alteração do prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no art. 4º da Portaria nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabelece o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 2.636, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Exclui procedimentos e inclui e altera atributos de procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos municípios, estados e Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando a competência prevista nos art. 324 a 335, seção VII, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários de saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o processo constante de qualificação da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS; e

Considerando a avaliação das áreas técnicas do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (DRAC/SAES/MS), resolve:

Art. 1º Ficam excluídos os seguintes procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS:

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
06.03.02.006-2	IMUNOGLOBULINA EQUINA ANTITIMOCITOS HUMANOS 100 MG INJETAVEL (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)
06.03.02.007-0	IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS 200 MG INJETAVEL (POR FRASCO-AMPOLA DE 10 ML)
06.03.02.008-9	IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 100 MG INJETAVEL (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)
0603.03.002-5	IMUNOGLOBULINA G 250 MG INJETAVEL (POR FRASCO)
06.03.03.004-1	IMUNOGLOBULINA HUMANA 320 MG INJETAVEL (POR FRASCO)
06.03.08.007-3	IMUNOGLOBULINA EQUINA ANTILINFOCITOS 100 MG INJETAVEL P/TRANSPLANTE (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)
06.03.08.009-0	IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 100 MG INJETAVEL P/ TRANSPLANTE (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)
06.03.08.011- 1	IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS HUMANOS 200 MG INJETAVEL P/ TRANSPLANTE (POR FRASCO-AMPOLA 10 ML)



Art. 2º Ficam alterados, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, os atributos dos procedimentos relacionados no Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (CGSI/DRAC/SAES) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e o Repositório de Terminologias em Saúde - RTS, com vistas a implantar o determinado nesta Portaria.

Art. 4º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante de R\$ 5.884.023,59 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil vinte e três reais e cinquenta e nove centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O recurso referido no caput corresponde à complementação dos valores do procedimento 06.03.03.003-3 - IMUNOGLOBULINA HUMANA 1,0 G INJETAVEL (POR FRASCO) constante do Anexo I a esta Portaria, em virtude do aumento concedido.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 4º aos respectivos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e operacionais a partir da 10ª (décima) parcela de 2020.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

CÓDIGO PROCEDIMENTO/NOME	ALTERAÇÕES
06.03.02.009-7 - IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS	Nome: IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMÓCITOS HUMANOS 25 MG INJETÁVEL (POR FRASCO-AMPOLA) Descrição (incluir): Imunoglobulina de coelho antitimócitos humanos administrada por via endovenosa no âmbito de protocolos terapêuticos estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a prevenção da doença do enxerto versus hospedeiro e para o tratamento de anemia aplástica, em hematologia
HUMANOS 25 MG INJETAVEL (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)	
06.03.03.001-7 - IMUNOGLOBULINA ANTI RH (D)	Nome: IMUNOGLOBULINA ANTI-RHO (D) (FRASCO AMPOLA DE 2 ML E 1.250 UI) Descrição (incluir): Imunoglobulina humana anti-Rho (D) administrada por via muscular no âmbito de protocolos terapêuticos estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a prevenção da imunização Rh em mulheres Rh parcial ou Rh negativo, ou como profilaxia pré-natal ou como profilaxia pós-parto
06.03.03.003-3 - IMUNOGLOBULINA HUMANA 1,0 G INJETAVEL (POR FRASCO)	Descrição (incluir): Imunoglobulina humana administrada por via endovenosa ou via subcutânea no âmbito de protocolos terapêuticos estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para indicações diversas, como, por exemplo, hipogamaglobulinemia por causas variadas, terapia de reposição para pacientes com síndrome de deficiência de síntese primária ou secundária de anticorpos, síndromes de imunodeficiência primária, imunodeficiências secundárias em pacientes com infecções graves ou recorrentes, trombocitopenia imune primária, síndrome de Guillain Barré, Doença de Kawasaki, entre outras previstas na bula dos produtos Complexidade: Alta Complexidade Quantidade máxima: 99 Valor serviço hospitalar: R\$ 164,96 Valor total hospitalar: R\$ 164,96
06.03.08.008-1 - IMUNOGLOBULINA HIPERIMUNE ANTI-HBS	Nome: IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-HEPATITE B (POR DOSE DE 500 UI) Descrição (incluir): Imunoglobulina humana anti-hepatite B administrada por via endovenosa no âmbito dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos
- P/ TRANSPLANTE (FRASCO-AMPOLA 2 ML E 10 ML)	pelo Ministério da Saúde para a profilaxia da reinfecção pelo vírus da hepatite B pós-transplante hepático Quantidade máxima: 16
06.03.08.010-3 - IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMOCITOS	Nome: IMUNOGLOBULINA OBTIDA/COELHO ANTITIMÓCITOS HUMANOS 25 MG INJETÁVEL P/TRANSPLANTE (POR FRASCO-AMPOLA) Descrição (incluir): Imunoglobulina de coelho antitimócitos humanos administrada por via endovenosa no âmbito de protocolos terapêuticos estabelecidos pelo estabelecimento de saúde para a prevenção e tratamento de rejeição de enxerto na imunossupressão em transplante Valor serviço hospitalar: R\$ 212,30 Valor total hospitalar: R\$ 212,30
HUMANOS 25 MG INJETAVEL P/TRANSPLANTE (POR FRASCO-AMPOLA 0,5 ML)	

ANEXO II

UF	IBGE	GESTÃO	VALOR ANUAL
AL	270000	GESTAO ESTADUAL ALAGOAS	123,72
	270430	MACEIO	946,77
BA	290000	GESTAO ESTADUAL BAHIA	294.407,13
	290460	BRUMADO	613,35
	292740	SALVADOR	6.776,23
	293330	VITORIA DA CONQUISTA	4.449,72
CE	230440	FORTALEZA	115.309,20
DF	530000	GESTAO DISTRITO FEDERAL	25.567,68
ES	320000	GESTAO ESTADUAL ESPIRITO SANTO	18.268,14
	320150	COLATINA	1.237,20
	320320	LINHARES	40,89
GO	520110	ANAPOLIS	820,96
	520870	GOIANIA	6.062,28
	521930	SANTA HELENA DE GOIAS	32,84
MA	210000	GESTAO ESTADUAL MARANHAO	775,16
	210300	CAXIAS	65,68
	211130	SAO LUIS	3.464,16

MG	310000	GESTAO ESTADUAL MINAS GERAIS	32,84
	310160	ALFENAS	3.711,60
	310560	BARBACENA	8.660,40
	310620	BELO HORIZONTE	1.747.190,32
	310670	BETIM	2.474,40
	311860	CONTAGEM	1.732,08
	312610	FORMIGA	2.058,16
	312770	GOVERNADOR VALADARES	15.959,88
	313240	ITAJUBA	618,60
	313420	ITUIUTABA	123,72
	313670	JUIZ DE FORA	4.451,62
	313820	LAVRAS	3.093,00
	313940	MANHUACU	1.237,20
	314330	MONTES CLAROS	3.797,87
	314520	NOVA SERRANA	40,89
	314710	PARA DE MINAS	2.474,40
	314800	PATOS DE MINAS	2.845,56
	315180	POCOS DE CALDAS	1.237,20
	315250	POUSO ALEGRE	21.462,77
	316720	SETE LAGOAS	123,72
	317010	UBERABA	19.671,48
	317020	UBERLANDIA	627.622,92
MS	500270	CAMPO GRANDE	3.785,33

	500370	DOURADOS	1.724,73
MT	510180	BARRA DO GARCAS	313,12
	510340	CUIABA	8.126,49
	510760	RONDONOPOLIS	2.966,13
	510795	TANGARA DA SERRA	2.474,40
	510840	VARZEA GRANDE	4.455,77
PA	150000	GESTAO ESTADUAL PARA	19.493,94
	150140	BELEM	5.847,68
PB	250750	JOAO PESSOA	122.008,01
PE	260000	GESTAO ESTADUAL PERNAMBUCO	353.168,45
	260800	JATAUBA	123,72
	261100	PETROLANDIA	123,72
	261410	SERTANIA	65,68
PI	221100	TERESINA	19.795,20
PR	410000	GESTAO ESTADUAL PARANA	9.567,33
	410430	CAMPO MOURAO	3.851,01
	410690	CURITIBA	263.879,82
	410880	GUAIRA	32,84
	411370	LONDRINA	36.373,68
	411850	PATO BRANCO	1.215,02
RJ	330000	GESTAO ESTADUAL RIO DE JANEIRO	123,72
	330170	DUQUE DE CAXIAS	2.474,40
	330240	MACAE	371,16
	330350	NOVA IGUACU	371,16
	330455	RIO DE JANEIRO	42.458,23
	330600	TRES RIOS	32,84
	330630	VOLTA REDONDA	81,78
RN	240810	NATAL	3.459,55
RO	110000	GESTAO ESTADUAL RONDONIA	1.113,48
	110011	JARU	32,84
RS	430000	GESTAO ESTADUAL RIO GRANDE DO SUL	141.435,99
	430210	BENTO GONCALVES	3.617,25
	430510	CAXIAS DO SUL	35.567,29
	430780	ESTRELA	247,44
	430910	GRAMADO	1.237,20
	431140	LAJEADO	4.488,20
	431440	PELOTAS	35.604,74
	431490	PORTO ALEGRE	333.223,04
	431720	SANTA ROSA	11.075,04
	432000	SAPUCAIA DO SUL	4.529,09
	432260	VENANCIO AIRES	5.072,52
SC	420000	GESTAO ESTADUAL SANTA CATARINA	490.397,32
	420200	BALNEARIO CAMBORIU	98,52
	420240	BLUMENAU	123,72
	420420	CHAPECO	2.331,53
	420430	CONCORDIA	65,68
	420890	JARAGUA DO SUL	1.113,48
	420910	JOINVILLE	176.729,17
	420930	LAGES	989,76
SE	280030	ARACAJU	9.437,00
SP	350000	GESTAO ESTADUAL SÃO PAULO	506.115,67
	350050	AGUAS DE LINDOIA	32,84
	350570	BARUERI	659,49
	350590	BATATAIS	131,35
	350650	BIRIGUI	40,89
	350850	CACAPAVA	32,84
	350950	CAMPINAS	34.139,25
	351050	CARAGUATATUBA	1.707,60
	351350	CUBATAO	3.711,60
	351870	GUARUJA	1.237,20
	351880	GUARULHOS	2.103,24
	352230	ITAPETININGA	1.237,20
	352590	JUNDIAI	1.333,41
	352670	LEME	6.186,00
	353050	MOCOCA	8.784,12
	353070	MOJI-GUACU	6.557,16
	353650	PAULINIA	1.237,20
	353870	PIRACICABA	87.887,08
	354070	PORTO FERREIRA	1.237,20
	354520	SALTO	123,72
	354780	SANTO ANDRE	8.041,80
	354850	SANTOS	8.784,12
	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	54.536,65
	354880	SAO CAETANO DO SUL	123,72
	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	81,78
	355030	SAO PAULO	15.740,25
	355040	SAO PEDRO	65,68
	355220	SOROCABA	1.050,83
	355250	SUZANO	40,89
	355280	TABOAO DA SERRA	81,78
	355410	TAUBATE	13.856,64
TO	170000	GESTAO ESTADUAL TOCANTINS	247,44
TOTAL			R\$ 5.884.023,59



PORTARIA Nº 2.637, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 3.194/GM/MS, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde do Sistema Único de Saúde - PRO EPS - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição da República, resolve:
Art. 1º A Portaria GM/MS nº 3.194, de 28 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 10.....
§ 3º O recurso de que trata este artigo poderá ser executado até o final de julho de 2021." (NR)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

DESPACHO Nº 90, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 25000.218359/2018-08
Interessado: RAV - RENOVANDO A VIDA
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 112/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00878/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGÓ PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 918, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Defere a Concessão do CEBAS da Irmandade de Misericórdia de Campinas, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 371/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.210981/2019-41, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia de Campinas, CNPJ nº 46.045.290/0001-90, com sede em Campinas (SP).
Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica anulada a Portaria nº 856/SAES/MS, de 9 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 177, de 15 de setembro de 2020, seção 1, página 101, que indefere a Concessão do CEBAS da Irmandade de Misericórdia de Campinas, com sede em Campinas (SP).

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 928, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela o CEBAS da Associação Beneficente Assistencial Hospital das Clínicas de Denise, com sede em Denise (MT).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;
Considerando a Portaria nº 1.431/SAS/MS, de 18 de dezembro de 2012, constante do SIPAR/SEI nº 25000.066656/2010-04, que concedeu a Concessão do CEBAS, para o período de 20 de dezembro de 2012 a 19 de dezembro de 2015;
Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;
Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e
Considerando o Parecer nº 816/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1155, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.012322/2018-60, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:
Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido à Associação Beneficente Assistencial Hospital das Clínicas de Denise, CNPJ nº 03.509.072/0001-57, com sede em Denise (MT).
Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 20 de dezembro de 2012, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.
Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 929, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Reconsidera a decisão que cancela o CEBAS da Associação Beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José, com sede em Cachoeira Paulista (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;
Considerando a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e altera as Leis nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;
Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a Nota Técnica nº 112/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.052091/2019-16, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que Cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José, CNPJ nº 45.889.623/0001-03, com sede em Cachoeira Paulista (SP).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 636/SAES/MS, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 3 de agosto de 2020, Seção 1, página 70.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 931, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Reconsidera a decisão que cancela o CEBAS da Associação Espirita Beneficente Paulo de Tarso/MT, com sede em Rondonópolis (MT).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;
Considerando a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nº s 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992;
Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;
Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a Nota Técnica nº 106/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS. Nº: 2683, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.114359/2019-11, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Espirita Beneficente Paulo de Tarso/MT, CNPJ nº. 00.176.040/0001-99, com sede em Rondonópolis (MT).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 689/SAES/MS, de 30 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 148 de 4 de agosto de 2020, Seção 1, página 60.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 932, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, com sede em Machado (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 379/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.127454/2020-18, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, CNPJ nº 22.228.571/0001-10, com sede em Machado (MG).
Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de dezembro de 2020 a 7 de dezembro de 2023..
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 933, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela o CEBAS da Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo, com sede em Muriaé (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;
Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;



Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 780/SAS/MS, de 13 de abril de 2017, constante do SIPAR/SEI nº 25000.200953/2016-72, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2019;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 814/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS nº 3230, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.079517/2020-12, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área da Saúde, concedido à Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo, CNPJ nº 22.780.498/0001-95, com sede em Muriaé (MG).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 934, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Hospitalar Santo Antônio, com sede em Jaboticatubas (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 380/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.049953/2020-59, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Santo Antônio, CNPJ nº 17.394.610/0001-10, com sede em Jaboticatubas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de abril de 2020 a 24 de abril de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 935, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS da Casa de Caridade e Assistência à Maternidade e Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, com sede em Itanhandu (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 381/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.078301/2020-21, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade e Assistência à Maternidade e Infância de Itanhandu Dr. Rubens Nilo, CNPJ nº 21.204.276/0001-61, com sede em Itanhandu (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de setembro de 2020 a 18 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 936, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Fundação Gregório Franklin Barembliitt, com sede em Uberaba (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 304/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS constante do Processo nº 25000.174347/2018-56, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Gregório Franklin Barembliitt, CNPJ nº 26.034.397/0001-26, com sede em Uberaba (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 451/SAES/MS, de 19 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 97, de 22 de maio de 2020, Seção 1, página 178.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 937, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela o CEBAS da Associação Renascer para Vida, com sede em São Sebastião do Paraíso (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispôr sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 13/SAS/MS, de 03 de janeiro de 2017, constante do SIPAR/SEI nº 25000.093645/2015-01, que concedeu a concessão do CEBAS, para o período 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2020;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 813/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS. nº 3241, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.093546/2020-89, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área da Saúde, concedido à Associação Renascer para Vida, CNPJ nº 03.638.128/0001-73, com sede em São Sebastião do Paraíso (MG).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos I e II da Portaria nº 526/SAES/MS, de 24 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 125, de 02 de julho de 2020, Seção 1, página 49,

ANEXO I:

Onde se lê:

Procedimento	03.07.01.010-4- RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO POSTERIOR COM IONÔMERO DE VIDRO
Descrição	CONSISTE NA RESTAURAÇÃO DE DENTES DECÍDUOS COM USO DE INSTRUMENTOS MANUAIS OU ROTATÓRIOS. O MATERIAL UTILIZADO NESSA RESTAURAÇÃO É O IONÔMERO DE VIDRO.

Leia-se:

Procedimento	03.07.01.010-4- RESTAURAÇÃO DE DENTE DECÍDUO POSTERIOR COM IONÔMERO DE VIDRO
Descrição	CONSISTE NA RESTAURAÇÃO DE DENTES DECÍDUOS UTILIZANDO INSTRUMENTOS ROTATÓRIOS. O MATERIAL UTILIZADO NESSA RESTAURAÇÃO É O IONÔMERO DE VIDRO.

Onde se lê:

Procedimento	03.07.01.013-9 - REMOÇÃO/RESTAURAÇÃO COM AMÁLGA DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR

Leia-se:

Procedimento	03.07.01.013-9 - RESTAURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE POSTERIOR COM AMÁLGA

ANEXO II:

Onde se lê:

03.07.02.006-1 OBTURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE UNIRRADICULAR	Alterar nome para: TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTE PERMANENTE ANTERIOR

Leia-se:

03.07.02.006-1 OBTURAÇÃO DE DENTE PERMANENTE UNIRRADICULAR	Alterar nome para: TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTE PERMANENTE UNIRRADICULAR



SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 52, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde da Família, descritas no Anexo I;

b) Equipes de Atenção Primária, descritas no Anexo II.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes nos Anexos deverão observar os critérios estabelecidos no art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO I

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Saúde da Família (eSF) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AC	120040	RIO BRANCO	0002058472	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0002058499	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0002058502	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0002058510	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0002058529	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0000006009	Equipe de Saúde da Família
AP	160015	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	0002086468	Equipe de Saúde da Família
BA	291005	DIAS D'ÁVILA	0002074559	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001870432	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0002083213	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0002039052	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0002052288	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0002052296	Equipe de Saúde da Família
BA	293050	SERRINHA	0002079275	Equipe de Saúde da Família
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002082241	Equipe de Saúde da Família
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002074591	Equipe de Saúde da Família
CE	230120	ARACOIABA	0002072750	Equipe de Saúde da Família
CE	230170	AURORA	0001598996	Equipe de Saúde da Família
CE	230390	CHAVAL	0002098148	Equipe de Saúde da Família
CE	230440	FORTALEZA	0000086940	Equipe de Saúde da Família
CE	230440	FORTALEZA	0000087289	Equipe de Saúde da Família
CE	230820	MERUOCA	0002088231	Equipe de Saúde da Família
CE	230820	MERUOCA	0002089483	Equipe de Saúde da Família
CE	231130	QUIXADÁ	0001955349	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0000280445	Equipe de Saúde da Família
ES	320332	MARATAÍZES	0001692224	Equipe de Saúde da Família
MA	210200	BOM JARDIM	0002088649	Equipe de Saúde da Família
MA	210207	BOM LUGAR	0001988573	Equipe de Saúde da Família
MA	210220	BURITI	0002076357	Equipe de Saúde da Família
MA	211300	VITORINO FREIRE	0002094657	Equipe de Saúde da Família
MA	211300	VITORINO FREIRE	0002094665	Equipe de Saúde da Família
MG	311140	CAMPO FLORIDO	0001705288	Equipe de Saúde da Família
MG	313600	JOAÍMA	0002075792	Equipe de Saúde da Família
MG	314330	MONTES CLAROS	0002065126	Equipe de Saúde da Família
MG	314330	MONTES CLAROS	0002065355	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717766	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717340	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001717391	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447374	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447420	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447447	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447501	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447536	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447560	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447587	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0000447722	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0001585223	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0001586262	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0001587757	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002083337	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002083892	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0002083906	Equipe de Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0001519247	Equipe de Saúde da Família
PA	150080	ANANINDEUA	0001477005	Equipe de Saúde da Família
PA	150420	MARABÁ	0000025690	Equipe de Saúde da Família
PA	150420	MARABÁ	0001481010	Equipe de Saúde da Família
PA	150420	MARABÁ	0000025569	Equipe de Saúde da Família
PE	260510	CUSTÓDIA	0002043696	Equipe de Saúde da Família
PE	260750	ITAÍBA	0002097753	Equipe de Saúde da Família
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074931	Equipe de Saúde da Família
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074923	Equipe de Saúde da Família
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	0002074915	Equipe de Saúde da Família
PI	220840	PIRIPIRI	0002086980	Equipe de Saúde da Família
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0000380210	Equipe de Saúde da Família
RJ	330045	BELFORD ROXO	0002083795	Equipe de Saúde da Família
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	0000291145	Equipe de Saúde da Família
RJ	330420	RESENDE	0000299847	Equipe de Saúde da Família
RJ	330420	RESENDE	0000299677	Equipe de Saúde da Família
RJ	330420	RESENDE	0000299669	Equipe de Saúde da Família
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001714635	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0001467069	Equipe de Saúde da Família
RN	240810	NATAL	0000113492	Equipe de Saúde da Família
RO	110034	ALVORADA D'OESTE	0001590553	Equipe de Saúde da Família
RS	430210	BENTO GONÇALVES	0002083353	Equipe de Saúde da Família



RS	431490	PORTO ALEGRE	0001860658	Equipe de Saúde da Família
SC	420420	CHAPECÓ	0002083248	Equipe de Saúde da Família
SC	420930	LAGES	0000411248	Equipe de Saúde da Família
SC	420930	LAGES	0000411221	Equipe de Saúde da Família
SC	420930	LAGES	0000411035	Equipe de Saúde da Família
SE	280070	BREJO GRANDE	0002081229	Equipe de Saúde da Família
SE	280350	LAGARTO	0002097613	Equipe de Saúde da Família
SP	350030	AGUAÍ	0002081091	Equipe de Saúde da Família
SP	350460	BADY BASSITT	0002070553	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331872	Equipe de Saúde da Família
SP	352940	MAUÁ	0000339385	Equipe de Saúde da Família
SP	352940	MAUÁ	0000339326	Equipe de Saúde da Família
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0000351482	Equipe de Saúde da Família
TOTAL	47 MUNICÍPIOS		87 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

ANEXO II

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às equipes de Atenção Primária (eAP) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AL	270030	ARAPIRACA	0002095459	Equipe de Atenção Primária
AL	270030	ARAPIRACA	0002095440	Equipe de Atenção Primária
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	0001699792	Equipe de Atenção Primária
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	0001699784	Equipe de Atenção Primária
AM	130060	BENJAMIN CONSTANT	0001699806	Equipe de Atenção Primária
AM	130255	MANAQUIRI	0002084880	Equipe de Atenção Primária
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002084856	Equipe de Atenção Primária
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0002084864	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001464825	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001652168	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001652109	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064693	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001464795	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064677	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001652133	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064626	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0000280402	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0001652125	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064464	Equipe de Atenção Primária
GO	520850	GOIANDIRA	0002074095	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082144	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082152	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082233	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082217	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082225	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082187	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082179	Equipe de Atenção Primária
MA	211130	SÃO LUÍS	0002082195	Equipe de Atenção Primária
MG	311160	CAMPOS GERAIS	0002076438	Equipe de Atenção Primária
MG	311860	CONTAGEM	0002075067	Equipe de Atenção Primária
MG	315210	PONTE NOVA	0002080338	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0001729594	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0002067420	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0002067331	Equipe de Atenção Primária
MG	317020	UBERLÂNDIA	0002067323	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058944	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058960	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002072343	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058936	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058952	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058901	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002071053	Equipe de Atenção Primária
PA	150420	MARABÁ	0002058979	Equipe de Atenção Primária
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0000384631	Equipe de Atenção Primária
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002017156	Equipe de Atenção Primária
PR	411750	PAIÇANDU	0002066955	Equipe de Atenção Primária
PR	412340	SANTA FÉ	0001968424	Equipe de Atenção Primária
PR	412625	SARANDI	0002072718	Equipe de Atenção Primária
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001748262	Equipe de Atenção Primária
RJ	330390	PETRÓPOLIS	0001748416	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002088134	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002088223	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002088215	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002088207	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086999	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002088096	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086921	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002087057	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002087030	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002087111	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002087081	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086883	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086891	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086875	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086867	Equipe de Atenção Primária
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0002086905	Equipe de Atenção Primária
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002077590	Equipe de Atenção Primária
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002077620	Equipe de Atenção Primária
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002077604	Equipe de Atenção Primária
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002077639	Equipe de Atenção Primária
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002077582	Equipe de Atenção Primária
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0002070499	Equipe de Atenção Primária
RS	430930	GUAÍBA	0002071010	Equipe de Atenção Primária
RS	430930	GUAÍBA	0002069350	Equipe de Atenção Primária
RS	430930	GUAÍBA	0002069377	Equipe de Atenção Primária
RS	431140	LAJEADO	0002091011	Equipe de Atenção Primária
RS	431140	LAJEADO	0002076667	Equipe de Atenção Primária
RS	431330	NOVA PRATA	0002070707	Equipe de Atenção Primária
RS	431330	NOVA PRATA	0002070685	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0001646370	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089734	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089750	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089637	Equipe de Atenção Primária
RS	431580	ROCA SALES	0002072777	Equipe de Atenção Primária
RS	431580	ROCA SALES	0002072912	Equipe de Atenção Primária
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0002089890	Equipe de Atenção Primária



RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002055082	Equipe de Atenção Primária
RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002053624	Equipe de Atenção Primária
RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002056410	Equipe de Atenção Primária
RS	431750	SANTO ÂNGELO	0002056364	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002074605	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002075229	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002075296	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002075261	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002075342	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002074737	Equipe de Atenção Primária
RS	431830	SÃO GABRIEL	0002075318	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002066599	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002076314	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002066610	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002066629	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002078139	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002076306	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002076322	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002076330	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002076349	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002067773	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002067757	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002067730	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002067781	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002067749	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002038676	Equipe de Atenção Primária
SC	420240	BLUMENAU	0002066602	Equipe de Atenção Primária
SE	280620	SALGADO	0001698079	Equipe de Atenção Primária
SP	350120	ÁLVARES FLORENCE	0002056445	Equipe de Atenção Primária
SP	350460	BADY BASSITT	0001795333	Equipe de Atenção Primária
SP	350590	BATATAIS	0002018403	Equipe de Atenção Primária
SP	350590	BATATAIS	0002018276	Equipe de Atenção Primária
SP	350590	BATATAIS	0002018551	Equipe de Atenção Primária
SP	350600	BAURU	0001698095	Equipe de Atenção Primária
SP	350600	BAURU	0001698060	Equipe de Atenção Primária
SP	351015	CANITAR	0002072904	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083469	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083434	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083442	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083477	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083515	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083426	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083485	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083493	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083507	Equipe de Atenção Primária
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002083450	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064669	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064650	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064510	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064596	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064553	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064987	Equipe de Atenção Primária
SP	351500	EMBU DAS ARTES	0002064561	Equipe de Atenção Primária
SP	351820	GUARARAPES	0002030403	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002075695	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751484	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751530	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749943	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751042	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002081679	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751166	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749803	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001748610	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749641	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001748904	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749919	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749684	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749617	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749587	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751190	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751522	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002075776	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002081482	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751581	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002076276	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749927	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002081415	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749773	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001749781	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0002081423	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751565	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751557	Equipe de Atenção Primária
SP	351880	GUARULHOS	0001751603	Equipe de Atenção Primária
SP	351885	GUATAPARÁ	0002084279	Equipe de Atenção Primária
SP	352180	ITAÍ	0001692585	Equipe de Atenção Primária
SP	352180	ITAÍ	0002094983	Equipe de Atenção Primária
SP	352180	ITAÍ	0001792261	Equipe de Atenção Primária
SP	352180	ITAÍ	0002094967	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081687	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081660	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081695	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081652	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081725	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081636	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081733	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081644	Equipe de Atenção Primária
SP	352230	ITAPETININGA	0002081628	Equipe de Atenção Primária
SP	353010	MIRANDÓPOLIS	0002064537	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002093081	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002092077	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002088630	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002092670	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002093960	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002093308	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094274	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091542	Equipe de Atenção Primária



SP	353440	OSASCO	0002091623	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091054	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091771	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002092069	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002094029	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091062	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091410	Equipe de Atenção Primária
SP	353440	OSASCO	0002091372	Equipe de Atenção Primária
SP	353770	PIACATU	0001804405	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072475	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072459	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072491	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072440	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072513	Equipe de Atenção Primária
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0002072505	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081776	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081997	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081784	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002091348	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081962	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002082012	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081954	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002091208	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081768	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081946	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081938	Equipe de Atenção Primária
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002081989	Equipe de Atenção Primária
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	0002082829	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940775	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938851	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001940252	Equipe de Atenção Primária
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0001938436	Equipe de Atenção Primária
SP	354790	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	0001692658	Equipe de Atenção Primária
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0002085216	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078937	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078988	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079003	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078929	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079062	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079089	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079119	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079135	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079143	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079097	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079100	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079046	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079054	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078910	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078953	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078848	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079038	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078864	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079127	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078899	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078880	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002079011	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078945	Equipe de Atenção Primária
SP	355410	TAUBATÉ	0002078872	Equipe de Atenção Primária
SP	355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	0002073358	Equipe de Atenção Primária
SP	355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	0002073374	Equipe de Atenção Primária
SP	355670	VINHEDO	0001716603	Equipe de Atenção Primária
TOTAL	55 MUNICÍPIOS		253 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 342, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a publicação da lista de atos normativos inferiores a decreto e das competências e detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 4º do art. 4º, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, com a redação dada pela Lei nº 13.848, de 25 de julho de 2019, combinado com o art. 12 e art. 14, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, na forma do, inc. II do art. 29 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017, e que consta no Processo nº 33910.018565/2019-58, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Dispor sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, atendendo aos artigos 12 e 14 do Decreto 10.139/2019, com a publicação de todos dos atos normativos que constam no Anexo desta Portaria em seu sítio eletrônico e divulgação das etapas de revisão e consolidação.

§ 1º Esta Portaria aplica-se a:

I - todo ato com conteúdo normativo de caráter geral e abstrato, interno e externo, sobre matéria de competência da Agência, com estabelecimento de obrigações ou previsão de sanções em caso de descumprimento;

II -resoluções que expressam decisão normativa, operacional e administrativa, de alcance interno e externo, de que trata o inciso II do art. 30 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017;

III - súmulas normativas contendo interpretação da legislação de saúde suplementar, com efeito vinculante a todos órgãos e agentes públicos da ANS, de que trata o inciso III, do art. 30 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017;

IV- instruções que expressem decisões de caráter normativo e de serviço, de que trata o Inciso I, do art. 29 da Resolução Regimental nº 1, de 17 de março de 2017; e

V- Resoluções do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) editadas até a publicação da Medida Provisória nº 1.976-30, de 28 de agosto de 2000.

§ 2º Esta Portaria não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

CAPÍTULO II

DAS FASES DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO

Art. 2º O processo de revisão e consolidação dos atos normativos ocorrerá nas seguintes fases:

I - triagem, que objetiva a identificação e divulgação dos atos normativos previstos no § 1º do art. 1º que serão objeto de exame para fins de revisão e consolidação;

II - exame, que objetiva verificar a adequação dos atos normativos identificados na fase de triagem à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos, nos termos do § 1º do art. 2º; e

III - consolidação ou revogação, que resultará:

a) na revogação expressa do ato, nos casos previstos no § 2º do art. 2º desta

Portaria;

b) na revisão e edição de novo ato consolidado sobre a matéria, com revogação expressa dos atos anteriores; ou

c) na conclusão de que o ato vigente atende ao disposto no § 1º do art. 2º.

§ 1º Para efeitos do processo de revisão e consolidação previsto no caput do art. 2º, a forma dos atos normativos classificados como vigentes será avaliada quanto à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos, considerando o artigo 3º, 3º-A e 3º-B do Decreto 10.139, de 2019, e em especial:

I - as disposições do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017;

II - as disposições sobre elaboração normativa, em especial aquelas previstas na:

a) Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

c) Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e

d) Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

III - a isonomia, a prospectividade, a controlabilidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 2º Será revogado expressamente o ato normativo que:

I - tenha sido revogado tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se esgotado no tempo; ou

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS PARA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 3º Na fase de triagem, compete à Secretaria Geral (SEGER/DICOL), em articulação com as unidades organizacionais da ANS com competência sobre a matéria do ato normativo, em conjunto ou isoladamente:

I - identificar os atos normativos de que trata o § 1º do art. 1º; e

II - divulgar no sítio eletrônico da ANS, até 30 de setembro de 2020, listagem com os atos normativos identificados nos termos do inciso I do caput.

Art. 4º Na fase de exame, compete à Secretaria Geral, em articulação com as unidades organizacionais da ANS com competência sobre a matéria do ato normativo, classificar os atos normativos identificados na fase de triagem como:

I - passíveis de revogação expressa, nos casos do § 2º do art. 2º;

II - não passíveis de consolidação, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º; ou



III - passíveis de consolidação.

Art. 5º Na fase de exame, compete às unidades organizacionais da ANS com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - analisar e validar o resultado da classificação dos atos normativos; e

II - indicar os atos normativos que serão objeto de consolidação, compatibilizando-os com as etapas previstas no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019.

Art. 6º Na fase de consolidação ou revogação, compete à Secretaria Geral, em articulação com as unidades organizacionais com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - instruir Processo Administrativo no SEI necessário para revogação expressa dos atos classificados nos termos do inciso I do art. 4º;

II - elaborar proposta de ato normativo para revogação dos atos normativos classificados como passíveis de revogação expressa;

III - publicar os atos normativos consolidados no sítio eletrônico da ANS, de acordo com etapas, pertinências temáticas e prazos previstos no art. 15; e

IV - divulgar, no sítio eletrônico da ANS, relatório com os resultados do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, de acordo com etapas, pertinências temáticas e prazos previstos no art. 15 desta Portaria, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) atos vigentes ou não expressamente revogados incluídos naquela etapa de consolidação;

b) atos expressamente revogados após o exame;

c) atos revisados e considerados vigentes ao final daquela etapa de consolidação; e

d) atos consolidados naquela etapa.

Art. 7º Na fase de consolidação ou revogação, compete às unidades organizacionais da ANS com competência sobre a matéria do ato normativo:

I - instruir Processo Administrativo no SEI necessário para consolidação dos atos normativos classificados nos termos do inciso IV do art. 4º;

II - elaborar proposta de ato normativo consolidado para os atos classificados como passíveis de consolidação;

III - analisar e validar a proposta de revogação de que trata o inciso II do art. 6º; e

IV - colaborar com a SEGER/DICOL nos procedimentos relativos à fase de revisão e consolidação, no que for necessário.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 8º Os Processos Administrativos de que tratam o inciso I do art. 6º e o inciso I do art. 7º seguirão as seguintes etapas:

I - abertura de Processo Administrativo no SEI específico para a revogação dos atos classificados nos termos do inciso I do art. 4º ou para a consolidação de cada conjunto de atos a serem consolidados;

II - realização de estudos e elaboração das propostas de atos normativos para revogação ou consolidação dos atos normativos; e

III - apreciação e deliberação pela Diretoria Colegiada, após exame da Procuradoria Geral junto à ANS - PROGE.

§ 1º Tendo em vista tratar de revogação e consolidação de atos normativos sem alteração de mérito, a deliberação pela Diretoria adotará as seguintes condições:

I - dispensa da Análise de Impacto Regulatório - AIR, conforme previsão contida no inciso IV do art. 4º do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, justificada em Nota Técnica; e

II - dispensa de Consulta Pública ou qualquer outro instrumento de participação social.

§ 2º A dispensa de Consulta Pública prevista no inciso II do § 1º do art. 8º não impede que, durante o processo de revisão ou consolidação dos atos normativos, sejam utilizados mecanismos de participação social que possam auxiliar na execução das atividades propostas nesta Portaria e suportem a tomada de decisão da ANS.

§ 3º Na hipótese do projeto de consolidação envolver também a revisão do mérito da Norma, não se aplicam as dispensas previstas no § 1º do art. 8º, seguindo-se o fluxo previsto para propositura normativa da ANS e os procedimentos preconizados pelo Manual de Boas Práticas Regulatórias da ANS.

Art. 9º Após a triagem e o exame dos atos normativos, a SEGER/DICOL encaminhará os resultados às unidades organizacionais da ANS com competência sobre as matérias dos atos normativos para validação da classificação realizada nos termos do art. 4º.

Parágrafo único. Após a validação de que trata o caput, as unidades organizacionais da ANS com competência sobre as matérias dos atos normativos deverão elaborar as propostas de consolidação para os atos normativos identificados como de sua competência.

Art. 10. As propostas de atos normativos de que tratam o inciso II do art. 6º e o inciso II do art. 7º serão elaboradas em linguagem simples e de fácil entendimento, fornecerão orientações claras e precisas e obedecerão à ordem lógica para permitir a adequada compreensão de seu conteúdo e conhecimento de direitos e obrigações por toda a sociedade.

§ 1º Preservado o mérito do ato normativo original, a consolidação incluirá a melhora da técnica legislativa do ato consolidado, inclusive com:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

III - reorganização e renumeração de artigos consolidados;

IV - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

V - atualização de termos e de linguagem antiquados;

VI - atualização de valores monetários, com base na indexação padrão;

VII - eliminação de ambiguidades;

VIII - homogeneização terminológica do texto; e

IX - supressão de dispositivos obsoletos, caducos, que tenham sido revogados tacitamente ou cuja necessidade ou significado não pôde ser identificado.

§ 2º A consolidação poderá ser realizada:

I - Por compilação, quando existirem duas ou mais normas sobre o mesmo tema e estas serão unificadas em ato normativo único, com revogação expressa das normas anteriores; ou

II - Por inserção, quando, apesar de haver apenas uma norma sobre o tema, é necessária a consolidação de suas alterações, com revogação expressa dos atos normativos alteradores.

Art. 11. Após a elaboração das propostas de atos normativos pelas áreas técnicas competentes, os processos serão encaminhados à SEGER/DICOL com posterior envio para apreciação da Diretoria Colegiada - DICOL.

Art. 12. A deliberação final quanto às propostas de revogação expressa e consolidação de atos normativos é de competência da Diretoria Colegiada da ANS, após manifestação jurídica da Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE.

Parágrafo único. A Diretoria deliberará também quanto à conclusão da desnecessidade de consolidação dos atos vigentes por atenderem ao disposto no § 1º do art. 2º.

Art. 13. Serão adotados mecanismos que garantam a transparência e previsibilidade no processo de revisão e consolidação de que trata esta Portaria.

Art. 14. Será criado no sítio eletrônico da ANS, até o dia 30 de setembro de 2020, espaço específico e de fácil acesso para divulgação das ações relacionadas ao processo de revisão e consolidação de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso IV do art. 6º e a listagem com os atos normativos de que trata o inciso II do art. 3º serão disponibilizados no espaço específico mencionado no caput.

CAPÍTULO V

DAS PERTINÊNCIAS TEMÁTICAS, ETAPAS E PRAZOS

Art. 15. Os resultados do processo de revisão e consolidação de atos normativos no âmbito da ANS serão publicados em etapas, de acordo com os seguintes critérios, observados os prazos previstos no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 2019:

I - primeira etapa, a ser concluída até 30 de Novembro de 2020, envolvendo:

a) revogação expressa de normas classificadas conforme inciso I do art. 4º;

II - segunda etapa, a ser concluída até 26 de fevereiro de 2021, envolvendo:

a) declaração de desnecessidade de consolidação de atos vigentes que atendem ao disposto no § 1º do art. 2º;

III - terceira etapa, a ser concluída até 31 de maio de 2021, envolvendo a consolidação de no mínimo 30% dos atos normativos remanescentes classificados em cada um dos temas ou grupo de temas listados abaixo:

a) normas do tema "Regulação econômico-financeira";

b) normas do tema "Regulação assistencial";

c) normas do tema "Regulação da estrutura de produtos";

d) normas do tema "Fiscalização";

e) normas do tema "Qualidade na saúde suplementar";

f) normas do tema "Integração com o SUS";

g) normas do tema "Relacionamento com Operadoras, Prestadores e Consumidores";

h) normas dos temas "Gestão estratégica" e "Qualidade regulatória";

i) normas do tema "Comunicação e relacionamento institucional";

j) normas dos temas "Participação e controle social", "Consultoria jurídica" e "Controle interno";

k) normas dos temas "Gestão de processos" e "Gestão financeira, contábil e de custos"; e

l) normas dos temas "Gestão de logística", "Gestão da tecnologia da informação" e "Gestão da informação".

IV - quarta etapa, a ser concluída até 31 de agosto de 2021, envolvendo a consolidação de no mínimo 60% dos atos normativos remanescentes classificados em cada um dos temas ou grupo de temas listados no inciso III do art. 15; e

V - quinta etapa, a ser concluída até 31 de novembro de 2021, envolvendo a revisão e consolidação da totalidade dos atos normativos da ANS.

Parágrafo único. A revogação expressa de normas poderá ocorrer em todas as etapas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Mediante validação da Diretoria, as metas e os resultados das etapas e as pertinências temáticas definidas no art. 15 desta Portaria poderão sofrer alterações, de acordo com o andamento das atividades do processo de revisão e consolidação dos atos normativos.

§ 1º As eventuais alterações descritas no caput do art. 16 serão devidamente motivadas e não poderão comprometer o prazo final do processo de revisão e consolidação dos atos normativos.

§ 2º Todas as alterações descritas no caput do art. 16 serão divulgadas no espaço específico criado no sítio eletrônico da ANS de que trata o art. 14.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL
Substituto

ANEXO

LISTAGEM DE ATOS NORMATIVOS VIGENTES INFERIORES A DECRETO

CONSU 01 de 23/05/2000

CONSU 04 de 04/11/1998

CONSU 06 de 04/11/1998

CONSU 08 de 04/11/1998

CONSU 13 de 04/11/1998

CONSU 15 de 29/03/1999

CONSU 16 de 25/03/1999

CONSU 19 de 25/03/1999

IN 01 DIPRO de 09/04/2002

IN 01 DIGES de 11/06/2002

IN 01 OUVID de 08/09/2004

IN 01 PRESI de 09/03/2020

IN 02 DIPRO de 03/06/2002

IN 02 DIGES de 20/01/2003

IN 02 DIOPE de 13/11/2003

IN 02 OUVID de 19/12/2014

IN 03 DIPRO de 07/06/2002

IN 03 DIGES de 30/04/2009

IN 03 PRESI de 10/03/2017

IN 04 DIDES de 11/06/2002

IN 04 DIPRO de 22/07/2002

IN 04 DIOPE de 02/09/2005

IN 05 DIPRO de 19/08/2002

IN 05 DIOPE de 26/05/2006

IN 05 DIFIS de 10/07/2007

IN 06 DIPRO de 30/08/2002

IN 06 DIOPE de 06/07/2006

IN 07 DIDES de 10/12/2002

IN 07 DIPRO de 12/12/2002

IN 08 DIPRO de 30/12/2002

IN 10 DIPRO de 24/03/2005

IN 11 DIOPE de 01/06/2007

IN 11 DIPRO de 13/11/2013

IN 12 DIDES de 04/11/2003

IN 12 DIOPE de 01/09/2007

IN 12 DIFIS de 26/01/2016

IN 13 DIPRO de 24/07/2006

IN 13 DIOPE de 31/12/2007

IN 13 DIFIS de 29/07/2016

IN 14 DIPRO de 31/07/2007

IN 14 DIFIS de 14/11/2016

IN 15 DIOPE de 03/03/2008

IN 15 DIFIS de 26/04/2017

IN 16 DIDES de 24/03/2005

IN 16 DIPRO de 16/12/2008

IN 16 DIFIS de 03/04/2019

IN 17 DIDES de 10/11/2005

IN 18 DIPRO de 22/12/2008

IN 20 DIDES de 28/03/2006

IN 20 DIOPE de 29/10/2008

IN 20 DIPRO de 30/09/2009

IN 21 DIDES de 14/08/2006

IN 21 DIPRO de 13/10/2009

IN 22 DIPRO de 13/10/2009

IN 23 DIDES de 27/12/2006

IN 23 DIPRO de 02/12/2009

IN 24 DIDES de 30/07/2007

IN 24 DIPRO de 10/12/2009

IN 26 DIDES de 11/05/2007

IN 27 DIDES de 29/10/2007

IN 27 DIPRO de 08/04/2010

IN 28 DIDES de 11/01/2008

IN 28 DIOPE de 04/06/2009

IN 28 DIPRO de 30/07/2010

IN 29 DIPRO de 06/12/2010

IN 31 DIOPE de 09/09/2009

IN 32 DIDES de 10/10/2008

IN 32 DIPRO de 05/07/2011



IN 33 DIDES de 19/02/2009
IN 33 DIOPE de 06/10/2009
IN 34 DIOPE de 06/10/2009
IN 34 DIPRO de 29/07/2011
IN 35 DIPRO de 22/08/2011
IN 36 DIDES de 04/06/2009
IN 36 DIPRO de 22/08/2011
IN 37 DIPRO de 07/12/2011
IN 38 DIDES de 18/11/2009
IN 39 DIOPE de 24/02/2010
IN 39 DIPRO de 01/06/2012
IN 40 DIDES de 03/05/2010
IN 43 DIPRO de 06/06/2013
IN 44 DIOPE de 06/08/2010
IN 44 DIPRO de 14/02/2014
IN 45 DIOPE de 15/12/2010
IN 45 DIPRO de 06/10/2014
IN 46 DIPRO de 06/10/2014
IN 47 DIOPE de 22/07/2011
IN 47 DIPRO de 08/12/2014
IN 48 DIOPE de 21/10/2011
IN 48 DIPRO de 11/09/2015
IN 49 DIDES de 18/05/2012
IN 49 DIOPE de 19/07/2012
IN 49 DIPRO de 23/12/2016
IN 50 DIDES de 26/09/2012
IN 50 DIOPE de 28/11/2012
IN 50 DIPRO de 23/12/2016
IN 51 DIDES de 10/10/2012
IN 51 DIOPE de 19/05/2015
IN 51 DIPRO de 30/01/2017
IN 52 DIOPE de 22/09/2016
IN 52 DIPRO de 23/01/2017
IN 53 DIOPE de 14/03/2017
IN 53 DIPRO de 20/07/2017
IN 54 DIDES de 01/12/2014
IN 54 DIOPE de 10/04/2017
IN 54 DIPRO de 07/02/2018
IN 55 DIDES de 04/12/2014
IN 55 DIPRO de 08/02/2018
IN 55 DIOPE de 04/03/2020
IN 56 DIDES de 12/12/2014
IN 56 DIPRO de 05/12/2018
IN 57 DIDES de 29/04/2015
IN 57 DIPRO de 10/12/2019
IN 58 DIDES de 11/05/2015
IN 59 DIDES de 07/10/2015
IN 60 DIDES de 13/10/2015
IN 62 DIDES de 15/02/2016
IN 65 DIDES de 13/02/2017
IN 67 DIDES de 10/03/2017
IN 68 DIDES de 16/05/2017
IN 69 DIDES de 22/07/2019
INC 01 DIOPE e DIPRO de 19/12/2008
INC 04 DIPRO e DIOPE de 25/02/2011
INC 05 DIDES e DIOPE de 03/10/2011
INC 06 DIOPE e DIPRO de 17/04/2012
INC 07 DIPRO e DIOPE de 28/11/2012
INC 08 DIPRO e DIOPE de 27/11/2018
IS 18 DIFIS de 02/04/2019
IS 01 DIFIS de 01/07/2002
IS 01 PROGE de 16/10/2002
IS 01 PPCOR de 28/04/2003
IS 01 DIOPE de 02/06/2004
IS 01 AUDIT de 09/05/2005
IS 01 DIGES de 11/10/2005
IS 01 PRESI de 01/11/2006
IS 01 PRESI de 22/11/2011
IS 01 PRESI de 03/12/2011
IS 02 DIFIS de 15/05/2002
IS 02 DIDES de 16/10/2002
IS 02 PROGE de 16/10/2002
IS 02 DIOPE de 09/10/2012
IS 02 PRESI de 19/09/2013
IS 03 DIFIS de 06/06/2002
IS 03 PROGE de 30/10/2002
IS 03 DIGES de 18/12/2003
IS 03 DIGES de 11/06/2008
IS 03 PPCOR de 10/07/2008
IS 03 DIDES de 30/05/2011
IS 03 DIOPE de 01/11/2012
IS 04 DIFIS de 01/07/2002
IS 04 DIGES de 07/01/2005
IS 04 PROGE de 30/03/2006
IS 04 DIDES de 22/01/2013
IS 04 DIGES de 05/06/2013
IS 05 DIFIS de 01/07/2002
IS 05 DIGES de 31/10/2005
IS 05 PROGE de 17/03/2007
IS 06 DIFIS de 01/07/2002
IS 06 DIGES de 25/08/2006
IS 06 PROGE de 25/03/2008
IS 07 DIFIS de 25/09/2002
IS 07 DIGES de 25/08/2006
IS 07 PROGE de 26/07/2011
IS 08 DIFIS de 02/09/2003
IS 09 DIFIS de 17/09/2002
IS 09 PROGE de 16/12/2013
IS 10 DIFIS de 01/01/2003
IS 11 DIFIS de 02/04/2004
IS 11 DIGES de 27/03/2008
IS 11 DIGES de 17/04/2009
IS 12 DIFIS de 30/06/2004
IS 12 DIGES de 21/09/2009
IS 13 DIGES de 01/04/2010
IS 13 DIFIS de 10/08/2010
IS 14 DIFIS de 16/09/2010
IS 14 DIGES de 17/03/2014
IS 15 DIGES de 18/04/2014
IS 16 DIFIS de 26/01/2016
IS 17 DIFIS de 26/01/2016
ISC 01 DIGES e PROGE de 22/12/2009
ISC 01 DIGES e PROGE de 26/06/2013
ISC 02 DIGES e PROGE de 19/02/2015
RA 02 de 03/10/2002
RA 03 de 25/07/2003
RA 04 de 14/01/2004

RA 05 de 10/05/2004
RA 07 de 07/01/2005
RA 08 de 07/04/2005
RA 09 de 20/10/2005
RA 10 de 20/12/2005
RA 11 de 17/04/2006
RA 13 de 19/06/2006
RA 14 de 14/08/2006
RA 17 de 29/12/2006
RA 19 de 02/07/2007
RA 20 de 20/07/2007
RA 23 de 13/12/2007
RA 24 de 27/12/2007
RA 25 de 27/02/2008
RA 26 de 27/06/2008
RA 28 de 13/08/2008
RA 30 de 24/09/2009
RA 31 de 19/01/2010
RA 33a de 31/03/2010
RA 33b de 13/04/2010
RA 34 de 13/04/2010
RA 36 de 28/06/2010
RA 37 de 01/10/2010
RA 38 de 01/10/2010
RA 39 de 29/11/2010
RA 40 de 27/12/2011
RA 41 de 09/02/2011
RA 42 de 06/06/2011
RA 43 de 22/06/2011
RA 44 de 14/07/2011
RA 45 de 01/09/2011
RA 46 de 13/12/2011
RA 47 de 19/12/2011
RA 48 de 10/02/2011
RA 49 de 13/04/2012
RA 50 de 26/04/2012
RA 51 de 28/06/2012
RA 52 de 17/09/2012
RA 53 de 07/03/2013
RA 54 de 17/04/2013
RA 55 de 28/06/2013
RA 56 de 28/06/2013
RA 57 de 26/04/2014
RA 58 de 10/04/2014
RA 59 de 09/04/2014
RA 60 de 14/07/2014
RA 61 de 03/06/2015
RA 62 de 03/06/2015
RA 63 de 10/07/2015
RA 64 de 29/09/2015
RA 65 de 01/12/2016
RA 66 de 17/03/2017
RA 67 de 11/05/2017
RA 68 de 05/06/2017
RA 69 de 05/02/2020
RDC 07 de 22/02/2000
RDC 08 de 22/02/2000
RDC 09 de 22/02/2000
RDC 13 de 01/04/2000
RDC 15 de 01/04/2000
RDC 20 de 28/04/2000
RDC 26 de 23/06/2000
RDC 28 de 28/06/2000
RDC 29 de 28/06/2000
RDC 32 de 25/08/2000
RDC 35 de 26/09/2000
RDC 38 de 30/10/2000
RDC 39 de 30/10/2000
RDC 43 de 19/12/2000
RDC 46 de 29/12/2000
RDC 66 de 04/05/2001
RDC 78 de 23/07/2001
RDC 85 de 25/09/2001
RDC 88 de 03/12/2001
RE 01 de 03/05/2000
RE 01 de 15/05/2000
RE 02 de 27/09/2000
RE 02 de 07/12/2000
RE 02 de 09/07/2001
RE 03 de 03/01/2001
RE 03 de 10/08/2001
RE 03 de 21/12/2001
RE 04 de 10/05/2001
RE 04 de 10/08/2001
RE 05 de 20/06/2001
RE 05 de 30/08/2001
RE 06 de 14/12/2001
RN 0001 de 13/02/2002
RN 0002 de 25/02/2002
RN 0003 de 19/04/2002
RN 0004 de 22/04/2002
RN 0008 de 27/05/2002
RN 0016 de 06/11/2002
RN 0018 de 22/11/2002
RN 0019 de 13/12/2002
RN 0021 de 13/12/2002
RN 0034 de 14/04/2003
RN 0035 de 14/04/2003
RN 0036 de 22/04/2003
RN 0037 de 07/05/2003
RN 0039 de 30/05/2003
RN 0040 de 09/06/2003
RN 0044 de 28/07/2003
RN 0044 de 28/07/2003
RN 0045 de 28/07/2003
RN 0046 de 08/09/2003
RN 0047 de 15/09/2003
RN 0056 de 04/12/2003
RN 0059 de 22/12/2003
RN 0061 de 22/12/2003
RN 0062 de 23/12/2003
RN 0063 de 23/12/2003
RN 0069 de 20/02/2004
RN 0072 de 25/03/2004
RN 0074 de 11/05/2004
RN 0076 de 01/06/2004
RN 0085 de 08/12/2004



RN 0089 de 16/02/2005
RN 0094 de 24/03/2005
RN 0095 de 24/03/2005
RN 0098 de 15/04/2005
RN 0099 de 30/05/2005
RN 0100 de 06/06/2005
RN 0101 de 06/06/2005
RN 0103 de 20/06/2005
RN 0104 de 21/06/2005
RN 0105 de 01/07/2005
RN 0106 de 04/07/2005
RN 0107 de 25/07/2005
RN 0112 de 28/09/2005
RN 0113 de 13/10/2005
RN 0117 de 30/11/2005
RN 0118 de 07/12/2005
RN 0119 de 07/12/2005
RN 0122 de 16/12/2005
RN 0123 de 23/01/2006
RN 0124 de 04/03/2006
RN 0127 de 12/05/2006
RN 0128 de 19/05/2006
RN 0137 de 20/11/2006
RN 0144 de 04/01/2007
RN 0145 de 16/01/2007
RN 0148 de 02/04/2007
RN 0156 de 11/06/2007
RN 0161 de 21/09/2007
RN 0162 de 18/10/2007
RN 0165 de 14/12/2007
RN 0168 de 14/01/2008
RN 0171 de 30/04/2008
RN 0172 de 09/07/2008
RN 0173 de 11/07/2008
RN 0174 de 20/08/2008
RN 0175 de 23/09/2008
RN 0179 de 05/12/2008
RN 0183 de 22/12/2008
RN 0188 de 25/03/2009
RN 0189 de 06/04/2009
RN 0190 de 04/05/2009
RN 0193 de 10/06/2009
RN 0195 de 15/07/2009
RN 0196 de 15/07/2009
RN 0200 de 17/08/2009
RN 0202 de 17/09/2009
RN 0203 de 02/10/2009
RN 0204 de 02/10/2009
RN 0205 de 09/10/2009
RN 0206 de 03/12/2009
RN 0208 de 22/12/2009
RN 0212 de 19/01/2010
RN 0215 de 14/04/2010
RN 0218 de 26/05/2010
RN 0224 de 29/07/2010
RN 0227 de 20/08/2010
RN 0229 de 06/09/2010
RN 0234 de 14/10/2010
RN 0237 de 22/10/2010
RN 0238 de 04/11/2010
RN 0242 de 08/12/2010
RN 0243 de 17/12/2010
RN 0244 de 12/01/2011
RN 0246 de 25/02/2011
RN 0248 de 02/03/2011
RN 0252 de 29/04/2011
RN 0254 de 06/05/2011
RN 0255 de 27/05/2011
RN 0259 de 20/06/2011
RN 0260 de 28/07/2011
RN 0261 de 29/07/2011
RN 0263 de 02/08/2011
RN 0264 de 22/08/2011
RN 0265 de 22/08/2011
RN 0268 de 02/09/2011
RN 0269 de 29/09/2011
RN 0270 de 11/10/2011
RN 0272 de 21/10/2011
RN 0274 de 24/10/2011
RN 0276 de 04/11/2011
RN 0279 de 25/11/2011
RN 0284 de 23/12/2011
RN 0285 de 26/12/2011
RN 0287 de 22/02/2012
RN 0289 de 28/02/2012
RN 0294 de 04/05/2012
RN 0295 de 10/05/2012
RN 0296 de 14/05/2012
RN 0297 de 24/05/2012
RN 0298 de 14/06/2012
RN 0299 de 18/07/2012
RN 0300 de 20/07/2012
RN 0301 de 08/08/2012
RN 0303 de 03/09/2012
RN 0304 de 20/09/2012
RN 0305 de 10/10/2012
RN 0307 de 24/10/2012
RN 0309 de 25/10/2012
RN 0310 de 31/10/2012
RN 0311 de 05/11/2012
RN 0313 de 28/11/2012
RN 0314 de 28/11/2012
RN 0315 de 29/11/2012
RN 0316 de 03/12/2012
RN 0318 de 10/01/2013
RN 0320 de 07/03/2013
RN 0322 de 28/03/2013
RN 0323 de 04/04/2013
RN 0324 de 19/04/2013
RN 0326 de 23/04/2013
RN 0328 de 23/04/2013
RN 0329 de 27/05/2013
RN 0330 de 06/06/2013
RN 0334 de 02/08/2013
RN 0335 de 27/09/2013
RN 0340 de 27/11/2013
RN 0341 de 28/11/2013

RN 0344 de 23/12/2013
RN 0347 de 04/04/2014
RN 0351 de 17/06/2014
RN 0353 de 29/07/2014
RN 0355 de 15/09/2014
RN 0356 de 06/10/2014
RN 0358 de 01/12/2014
RN 0359 de 01/12/2014
RN 0361 de 04/12/2014
RN 0362 de 22/12/2014
RN 0363 de 12/12/2014
RN 0364 de 12/12/2014
RN 0365 de 12/12/2014
RN 0367 de 19/12/2014
RN 0368 de 07/01/2015
RN 0369 de 26/01/2015
RN 0372 de 31/03/2015
RN 0373 de 08/04/2015
RN 0375 de 29/04/2015
RN 0376 de 29/04/2015
RN 0377 de 11/05/2015
RN 0379 de 03/06/2015
RN 0380 de 12/06/2015
RN 0382 de 02/07/2015
RN 0384 de 08/09/2015
RN 0385 de 09/09/2015
RN 0386 de 13/10/2015
RN 0388 de 26/11/2015
RN 0389 de 27/11/2015
RN 0390 de 03/12/2015
RN 0391 de 07/12/2015
RN 0392 de 10/12/2015
RN 0393 de 10/12/2015
RN 0394 de 10/12/2015
RN 0395 de 15/01/2016
RN 0396 de 26/01/2016
RN 0398 de 11/02/2016
RN 0399 de 15/02/2016
RN 0400 de 26/02/2016
RN 0401 de 26/02/2016
RN 0402 de 07/03/2016
RN 0403 de 10/03/2016
RN 0405 de 10/05/2016
RN 0408 de 07/06/2016
RN 0409 de 25/07/2016
RN 0410 de 19/08/2016
RN 0411 de 22/09/2016
RN 0412 de 11/11/2016
RN 0413 de 14/11/2016
RN 0414 de 14/11/2016
RN 0416 de 23/12/2016
RN 0417 de 23/12/2016
RN 0418 de 28/12/2016
RN 0419 de 28/12/2016
RN 0420 de 15/02/2017
RN 0421 de 24/03/2017
RN 0422 de 26/04/2017
RN 0423 de 16/05/2017
RN 0424 de 27/06/2017
RN 0425 de 20/07/2017
RN 0426 de 28/08/2017
RN 0427 de 26/09/2017
RN 0428 de 08/11/2017
RN 0429 de 13/11/2017
RN 0430 de 08/12/2017
RN 0431 de 11/12/2017
RN 0432 de 28/12/2017
RN 0434 de 04/09/2018
RN 0435 de 27/11/2018
RN 0436 de 03/12/2018
RN 0437 de 05/12/2018
RN 0438 de 05/12/2018
RN 0439 de 12/12/2018
RN 0440 de 14/12/2018
RN 0441 de 20/12/2018
RN 0442 de 21/12/2018
RN 0443 de 28/01/2019
RN 0444 de 17/05/2019
RN 0445 de 08/07/2019
RN 0446 de 04/11/2019
RN 0447 de 10/02/2020
RN 0448 de 04/03/2020
RN 0449 de 09/03/2020
RN 0450 de 12/03/2020
RN 0451 de 12/03/2020
RN 0452 de 25/03/2020
RN 0453 de 13/03/2020
RN 0454 de 17/03/2020
RN 0455 de 31/03/2020
RN 0456 de 31/03/2020
RN 0457 de 29/05/2020
RN 0459 de 04/08/2020
RN 0460 de 14/08/2020
RR 01 de 20/03/2017
RR 02 de 18/07/2017
RR 03 de 07/12/2017
RR 04 de 08/03/2018
RR 05 de 16/04/2018
RR 06 de 10/10/2018
RR 07 de 21/12/2018
RR 08 de 17/05/2019
RR 09 de 08/07/2019
RR 10 de 19/07/2019
RR 11 de 19/07/2019
RR 12 de 19/07/2019
RR 13 de 04/05/2020
RR 14 de 04/08/2020
RR 15 de 21/09/2020
RR 16 de 21/09/2020
Súmula 01 de 21/02/2001
Súmula 01 de 06/03/2002
Súmula 02 de 16/12/2002
Súmula 03 de 21/09/2001
Súmula 03 de 04/06/2003
Súmula 04 de 18/07/2003
Súmula 05 de 05/12/2003
Súmula 06 de 01/03/2004



- Súmula 07 de 28/06/2005
- Súmula 08 de 28/06/2005
- Súmula 09 de 10/11/2005
- Súmula 10 de 01/11/2006
- Súmula 11 de 21/08/2007
- Súmula 12 de 05/05/2010
- Súmula 13 de 04/11/2010
- Súmula 14 de 18/02/2011
- Súmula 15 de 12/04/2011
- Súmula 16 de 13/04/2011
- Súmula 17 de 14/04/2011
- Súmula 18 de 22/07/2011
- Súmula 19 de 29/07/2011
- Súmula 21 de 15/08/2011
- Súmula 22 de 24/01/2012
- Súmula 23 de 28/02/2012
- Súmula 24 de 24/07/2012
- Súmula 25 de 14/09/2012
- Súmula 26 de 02/03/2015
- Súmula 27 de 11/06/2015
- Súmula 28 de 01/12/2015
- Súmula 29 de 17/12/2015

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.921, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

- Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;
- Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - 60.831.658/0001-77
Nintedanibe
55/2017
25351.655836/2019-13 2861234/20-5
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
FARMOQUÍMICA S/A - 33.349.473/0001-58
Nitazoxanida
29/2020
25351.592520/2020-39 2038397/20-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA - 45.987.013/0001-34
Pembrolizumabe
18/2016
25351.107147/2016-46 0965182/20-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA - 45.987.013/0001-34
Sugamadex sódico
13/2020
25351.447906/2019-53 1309717/20-2
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
Ivosedenibe
82/2017
25351.580899/2017-39 1324124/20-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
VAC31518
68/2020
25351.723536/2020-08 3231769/20-7
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
WCT Serviços de Pesquisa Clínica LTDA. - 11.334.242/0001-38
APL-9
61/2020
25351.677298/2020-43 3216209/20-0
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.909, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;
Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:
Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Internacional Científica Ltda. CNPJ: 04.912.061/0001-86
Endereço: Avenida Shishima Hifumi 2911, Módulos M306/M309, Urbanova, São José Dos Campos - SP CEP: 12.244-000
Autorização de Funcionamento: 8.01.737-0 Expediente: 2421692/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.910, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;
Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:
Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa constante no anexo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Zhuhai Livzon Diagnostics Inc.
Endereço: Nº. 266 Tongchang Road, Xiangzhou District, 519060 Zhuhai, Guangdong, China
Solicitante: Four Med Importação de Produtos Médicos Hospitalares Eireli CNPJ: 15.464.380/0001-92
Autorização de Funcionamento: 8.09.191-3 Expediente: 1260342/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação do plano de ação com aceite do organismo auditor ou novo relatório que cumpra os requisitos de BPF descritos na RDC 16/2013 para as não conformidades apresentadas na Lista de Achados da Auditoria, Ordem n. SH2029513, referente à auditoria realizada entre os dias 19 a 21/02/2020, conforme Notificação de Exigência nº 1423536/20-6.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.922, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;
Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:
Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa constante no anexo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Nantong Egens Biotechnology Co., Ltd.
Endereço: No.15 building No. 1692 Xinghu Avenue Nantong Economy & Development Zone, Xinghu, 226010, China
Solicitante: Dhionatan Borges Mendes CNPJ: 36.767.490/0001-01
Autorização de Funcionamento: não possui Expediente: 1222582/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: em atendimento ao Art. 11 da RDC nº204/2005, não apresentação de AFE válida, conforme notificação de exigência nº 1247471/20-1.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.911, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:
Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SUALL NORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 14.636.264/0001-40
25351.791073/2020-07 / 3096755
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2652495208

ALL COOL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA / 36.847.509/0001-11
25351.812507/2020-10 / 4023735
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2713916208

MIURA FABRICACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA / 38.346.647/0001-42
25351.963475/2020-10 / 4023888
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3152191201

RODO360 TRANSPORTES LTDA ME / 26.651.574/0001-13
25351.796800/2020-14 / 3096790
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2668591204

Zanini & Lima Transportes Ltda / 03.547.127/0001-13
25351.796430/2020-15 / 4023874
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2667787200

ALL IN LTDA / 26.470.292/0001-10
25351.791226/2020-16 / 8206554
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2652667203

BIO DUTRA COSMETICOS EIRELI / 00.211.734/0001-10
25351.796790/2020-17 / 4023843
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2668569208

Buckminster Química Ltda / 03.662.398/0001-10
25351.578394/2020-18 / 4023826
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1995242209

FL Brasil Holding, Logística e Transporte LTDA / 18.233.211/0036-60
25351.791222/2020-20 / 8206541
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2652663208



CASTELO ALIMENTOS S.A. / 07.814.284/0001-07
25351.773681/2020-21 / 3096738
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2599725208

SONNE DA AMAZONIA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 17.957.456/0001-47
25351.796407/2020-21 / 1242701
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2667763203

AMH FARMA LTDA / 18.173.548/0001-07
25351.888681/2020-25 / 1242638
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2939261202

APROVI - ARTIGOS DE PROVIMENTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI / 28.346.390/0001-75
25351.033442/2020-35 / 4023830
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0163206200

EC BRAND COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE VESTUARIO LTDA / 27.461.236/0001-81
25351.791171/2020-36 / 3096769
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2652604201

MIURA FABRICACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA / 38.346.647/0001-42
25351.963448/2020-39 / 3096772
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3152163207

TRANSPORTADORA ARENA LTDA. - EPP / 21.348.302/0001-25
25351.877585/2020-51 / 4023857
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2904714201

TECNO MED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA / 33.866.196/0001-50
25351.791065/2020-52 / 8206523
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2652485202

DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PARAÍBA LTDA / 07.238.005/0001-04
25351.796223/2020-61 / 4023861
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2667527208

CAVALCANTE SOUSA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA / 32.323.443/0001-00
25351.773719/2020-66 / 4023812
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2599808201

FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda / 18.233.211/0062-51
25351.791024/2020-66 / 8206510
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2652437208

ANDRE INACIO DOS SANTOS EIRELI / 26.659.793/0001-49
25351.791172/2020-81 / 8206537
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2652605208

EXPRESSO MASTER LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA EPP / 06.927.621/0001-00
25351.773747/2020-83 / 8206481
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2599817200

PUREVAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 32.411.611/0001-19
25351.779442/2020-85 / 8206506
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2615790200

TRANSPORTADORA ARENA LTDA. - EPP / 21.348.302/0001-25
25351.796796/2020-94 / 3096786
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2668583203

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.912, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AMH FARMA LTDA / 18.173.548/0001-07
25351.888681/2020-25 / 1242638
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2968948202

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.913, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBICAO EIRELI / 23.405.990/0001-43
25351.791041/2020-01 / 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2652457209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

CIRURGICA MODELO COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 13.444.848/0001-51

25351.773773/2020-10 / 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2599866201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

SOMMAPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 00.519.577/0001-04
25351.790950/2020-14 / 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2652337203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

CIRURGICA MODELO COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 13.444.848/0001-51
25351.773822/2020-14 / 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2599917204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

portal med comercio de produtos medicos hospitalares ltda / 35.205.853/0001-44
25351.773796/2020-16 / 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2599889201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário. Adicionalmente, não foi apresentado o Formulário de Petição completo e devidamente preenchido.

TC GOUVEA TRANSPORTES E SOLUÇÕES LOGISTICAS / 13.896.655/0001-31
25351.790941/2020-23 / 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2652319205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário. Adicionalmente, o formulário de petição não está completamente preenchido e assinado, faltam os dados e assinatura do Responsável Técnico.

W J DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA / 37.269.205/0001-87
25351.779480/2020-38 / 861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2615829203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Adicionalmente, o formulário de petição não consta com os dados da empresa e atividades requeridas.

CIRURGICA MODELO COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 13.444.848/0001-51
25351.773751/2020-41 / 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2599841208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.914, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MaltaCare Distribuidora Eireli / 29.412.918/0001-20
25351.796459/2020-05 / 1242715
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2667817206

ALFA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 31.175.808/0001-33
25351.796289/2020-51 / 1242690
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2667633202

AMH FARMA LTDA / 18.173.548/0001-07
25351.899138/2020-53 / 1242655
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2968675206

E P NETO TRANSPORTES EIRELI ME / 25.015.936/0001-17
25351.779460/2020-67 / 1242624
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2615809202

FL Brasil Holding, Logística e Transporte LTDA / 18.233.211/0036-60



25351.791221/2020-85 / 1242669
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2652662201

FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda / 18.233.211/0062-51
25351.791212/2020-94 / 1242641
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2652649205

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.915, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AMH FARMA LTDA / 18.173.548/0001-07
25351.899138/2020-53 / 1242655
7093 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3056647207

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.916, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2378-36
25351.951943/2020-03 / 7749386
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121484203

KS DROGARIA LTDA / 36.608.740/0001-52
25351.940747/2020-03 / 7749160
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087107207

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0521-34
25351.951950/2020-05 / 7749446
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121498203

JC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME / 12.322.387/0006-96
25351.828474/2020-11 / 7749082
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2762920201

AMETHA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO 1 LTDA. / 36.208.630/0001-01
25351.951941/2020-14 / 7749355
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121480201

CR DAGUANI LTDA / 37.616.191/0001-20
25351.905175/2020-16 / 7749494
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3243408201

S G MONTELES - FARMACIA / 22.288.140/0001-40
25351.828476/2020-19 / 7749108
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2762924204

FONSECA & PINTO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.579.831/0001-70
25351.940750/2020-19 / 7749191
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087113201

DROGARIA IRACEMA- EIRELI / 30.821.146/0001-69
25351.951948/2020-28 / 7749429
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121494201

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2460-70
25351.951953/2020-31 / 7749477
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121504201

CALENDULA FARMACIA DE MANIPULÇÃO LTDA ME / 13.588.190/0002-32
25351.951939/2020-37 / 7749311
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121476202

DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A. / 07.781.007/0043-96
25351.951858/2020-37 / 7749281
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121331206

FARMACIAS BRAVA LTDA / 09.597.446/0021-63
25351.951946/2020-39 / 7749401
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121490208

DROGARIA TEIXEIRA LTDA / 37.015.372/0001-00
25351.940748/2020-40 / 7749173
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087109203

EMPREENDEIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0118-57
25351.951951/2020-41 / 7749450
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121500209

DIAS & ROCHA LTDA / 04.315.972/0014-40
25351.950725/2020-43 / 7749251
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3119330207

JACIRAMY DE SOUSA RODRIGUES / 36.065.133/0001-93
25351.951937/2020-48 / 7749295
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121472200

rs empreendimentos farmaceutico ltda / 33.217.745/0001-66
25351.940746/2020-51 / 7749156
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087105201

J.N. RAYMUNDO DROGARIA / 11.880.769/0003-20
25351.951942/2020-51 / 7749372
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121482207

RAMOS & GOUVEA FILHO LTDA / 37.760.413/0001-84
25351.905176/2020-52 / 7749537
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3282458201

SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 17.182.581/0005-56
25351.867368/2020-53 / 7749506
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3249688205

ECOPHARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME / 22.168.115/0003-94
25351.951940/2020-61 / 7749338
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121478209

F C de Oliveira Melo / 37.484.107/0001-62
25351.876935/2020-62 / 7749481
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3220431201

AILTON DE SA ROSA EIRELI / 38.146.075/0001-58
25351.905174/2020-63 / 7749510
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3258204208

A C S DA SILVA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 37.130.973/0001-55
25351.940751/2020-63 / 7749216
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087115208

DROGARIA ATIVA EIRELI / 37.266.266/0001-90
25351.951949/2020-72 / 7749432
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121496207

MATEUS OLIVEIRA DOS SANTOS / 14.100.272/0001-78
25351.951868/2020-72 / 7749278
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121126207

FSG SILVA DROGARIA / 35.729.213/0001-33
25351.823651/2020-73 / 7749523
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3268278206

DROGARIA ALAMEDA LTDA / 01.276.256/0063-91
25351.779740/2020-75 / 7749096
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2616648208

DIAS E ROCHA LTDA / 04.315.972/0015-21
25351.950799/2020-80 / 7749264
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3119454201

DROGARIA SOUZA E VIANA LTDA / 36.535.257/0001-95
25351.951947/2020-83 / 7749415
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121492204

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2479-80
25351.951938/2020-92 / 7749307
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121474206

ELIAS ROCHA DOS SANTOS & CIA LTDA / 08.114.438/0001-02
25351.940749/2020-94 / 7749187
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087111205

EMPREENDEIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 63.503.007/0121-52
25351.951945/2020-94 / 7749390
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121488206

DROGARIA BARROSO ANDRADE LTDA / 37.062.992/0001-91
25351.924700/2020-94 / 7749541
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3305001205

FARMAVIDA CARIRI LTDA / 21.538.952/0002-14
25351.951952/2020-96 / 7749463
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3121502205

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.917, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

phormula nutri farmacia de manipulação LTDA / 35.834.715/0001-24
25351.833830/2020-19 / 7742388
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2970327201

DROGARIA GAUCHA LTDA / 33.413.162/0001-00
25351.208952/2014-24 / 7164511
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2419485209

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.918, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIG DROGAO DRUGSTORE LTDA / 37.911.999/0001-30
25351.935388/2020-64 / 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072398201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.



RESOLUÇÃO-RE Nº 3.919, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LPM MEDICAMENTOS LTDA ME / 00.680.338/0001-31
25351.952124/2020-75 / 1242686
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3122159209

SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE FARMACOTECNICA LTDA / 35.711.415/0003-10
25351.952122/2020-86 / 1242672
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3122155206

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.920, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

R.M. FERNANDES - FARMACIA / 34.290.078/0001-00
25351.952123/2020-21 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3122157202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE ou AE vigente, nº 1.24231-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 1.226 de 4 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 7 de abril de 2014, Seção 1, Pag. 41, e em Suplemento, Págs. 67 e 94.

Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
BAIRRO: GRADIM CEP: 24431130 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 07.467.651/0001-35
PROCESSO: 25351.698675/2013-59 AUTORIZ/MS: 7.08000.9
AT I V I D A D E / C L A S S E:
COMÉRCIO ALIMENTOS
PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE ITAUNA NÚMERO 1835
BAIRRO: GRADIM CEP: 24431130 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 07.467.651/0001-35
PROCESSO: 25351.698675/2013-59 AUTORIZ/MS: 7.08000.9
AT I V I D A D E / C L A S S E:
COMÉRCIO ALIMENTOS
PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

Na Resolução - RE nº 290, de 30 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2020, Seção 1, Pag. 106.

Onde se lê:
EMPRESA: NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A. ENDEREÇO: AV PAULISTA 867 BAIRRO: BELA VISTA CEP: 01311100 - SÃO PAULO/SP CNPJ: 44.649.812/0001-38 PROCESSO: 25351.145703/2012-26 AUTORIZ/MS: 2.06651.4 AT I V I D A D E / C L A S S E ARMAZENAR: COSMÉTICOS DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
Leia-se:
EMPRESA: NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A. ENDEREÇO: AV PAULISTA 867 BAIRRO: BELA VISTA CEP: 01311100 - SÃO PAULO/SP CNPJ: 44.649.812/0001-38 PROCESSO: 25351.145703/2012-26 AUTORIZ/MS: 2.06651.4 AT I V I D A D E / C L A S S E ARMAZENAR: COSMÉTICOS DISTRIBUIR: COSMÉTICOS EXPEDIR: COSMÉTICOS

Na Resolução - RE nº 1.226 de 4 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 7 de abril de 2014, Seção 1, Pag. 41, e em Suplemento, Págs. 67 e 94.

Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
BAIRRO: GRADIM CEP: 24431130 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 07.467.651/0001-35
PROCESSO: 25351.698675/2013-59 AUTORIZ/MS: 7.08000.9
AT I V I D A D E / C L A S S E:
COMÉRCIO ALIMENTOS
PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA MARINHO BRANDÃO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE ITAUNA NÚMERO 1835
BAIRRO: GRADIM CEP: 24431130 - SÃO GONÇALO/RJ
CNPJ: 07.467.651/0001-35
PROCESSO: 25351.698675/2013-59 AUTORIZ/MS: 7.08000.9
AT I V I D A D E / C L A S S E:
COMÉRCIO ALIMENTOS
PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 6 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203832 - ZOO URBANO 3
MOSAIKY EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.486.796/0001-30
Processo: 01400003823202007
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 676.724,40
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O ZOO URBANO é um evento de continuidade, teve sua primeira edição em 2016 e diversos desdobramentos. O ZOO URBANO 3 é uma exibição de artes visuais, esculturas, aberta ao público em locais de grande circulação que demonstra através da ótica e das diferentes técnicas de 06 artistas uma nova concepção com difusão cultural e formação de público transformando o lixo produzido em uma expressão de arte reaproveitando, reciclando e ressignificando esses materiais. São esculturas de animais GIGANTES expostas em locais públicos na paisagem urbana. O projeto se enquadra plenamente nos incisos do Artigo 1º da Lei 8313/91 I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais utilizando a globalização da informação e a gratuidade. II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais usando artistas nacionais para tal.

203833 - Espaço K 18 anos - Uma Viagem no Tempo
Associação Beneficente Cultural De Juventude Judaica Bracha Caroline
CNPJ/CPF: 05.600.632/0001-00
Processo: 01400003824202043
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 650.000,00
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Em comemoração aos 18 anos do Espaço K, será realizada uma exposição com fotos tiradas no decorrer desses anos dos cursos, eventos, festas, palestras, projetos culturais, viagens e muito mais, juntamente com a publicação de um livro onde terá depoimentos dos ex-presidentes que tiveram grande participação na história da associação e relatos pertinentes a essa trajetória que faz parte de nossa história. E a Contrapartida Social que o projeto proporcionará aos alunos do ensino público e a comunidade em geral.

203834 - A fotografia fazendo história
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE CHABAD ITAIM
CNPJ/CPF: 03.997.922/0001-03
Processo: 01400003825202098
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 610.165,27
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "A fotografia fazendo história" propõe realizar uma exposição e produzir um livro fotográfico, criados a partir de um trabalho de formação artística e histórica visando oferecer aos jovens ensinamentos de técnicas de fotografia, orientadas para o registro histórico da cultura judaica. Desta maneira o projeto será realizado em 3 etapas, sendo: O curso de fotografia, produção de um livro fotográfico, e a realização de uma exposição com as principais das imagens registradas pelos alunos.

203835 - Oficina de Artes e Bordado
FERNANDA NADAL 00664155944
CNPJ/CPF: 34.545.783/0001-00
Processo: 01400003826202032
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R\$ 100.006,50
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo oferecer formação cultural e artística para mulheres em situação de vulnerabilidade social, com a realização de oficinas de artes e bordado.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203836 - A Arte de Bordar
FERNANDA NADAL 00664155944
CNPJ/CPF: 34.545.783/0001-00
Processo: 01400003827202087
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R\$ 384.554,50
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo elaborar, produzir e distribuir o livro "A Arte de Bordar", da autora Fernanda Nadal.

203837 - "Arte para Todos - Eduardo Kobra"
Karin Aquino Exposições e Eventos Culturais
CNPJ/CPF: 13.219.321/0001-23
Processo: 01400003828202021
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 199.713,73
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Arte para Todos" pretende criar, desenvolver, editar e distribuir livros infantojuvenis com a temática "arte urbana", uma arte criada por todos e para todos, pois suas obras são apresentadas a céu aberto para que qualquer pessoa possa apreciá-las, sem exclusões. Escritos com linguagem simples e acessível, trazendo ilustrações e fotografias, os livros objetivam levar às crianças a história de uma modalidade de arte que a cada dia que passa ganha mais reconhecimento, apresentando-as renomados artistas, tanto no Brasil quanto no contexto mundial, e também incentivando o tão importante hábito da leitura. O primeiro livro bilíngüe (Português/Inglês) vai apresentar a obra de Eduardo Kobra. Além do livro teremos a realização de encontros com estudantes e professores, como forma de contrapartida social.

203838 - FLIR - Festa Literária do Renascença
RENASCENÇA CLUBE
CNPJ/CPF: 31.444.151/0001-62
Processo: 01400003829202076
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;



Valor Aprovado: R\$ 186.758,00
Prazo de Captação: 30/09/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto consiste em um evento de incentivo à leitura por 2 (dois) dias resgatando a cultura afro através de lançamento, divulgação de livros e debate de escritores negros, concomitantemente com rodas de samba, exposição de artistas negros e workshop de bonecas Abayomi.

PORTARIA Nº 584, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 6 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA
ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
176950 - Arte na Comunidade (Título Provisório)
COOPERATIVA DOS PRODUTORES CULTURAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - COOPCESP
CNPJ/CPF: 18.659.166/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R\$ 89.925,00
Valor total atual: R\$ 293.397,50

PORTARIA Nº 585, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 6 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA
ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
191631 - 14º Festival Se Rasgum
SE RASGUM PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.185.350/0001-72
Cidade: Belém - PA;
Valor Reduzido: R\$ 368.717,70
Valor total atual em: R\$ 1.051.235,64

PORTARIA Nº 586, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 542, de 6 de agosto de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 183482 - Santander Cultural Instrumental 2019, publicado na portaria nº 0601/18 de 12/09/2018, no D.O.U. de 13/09/2018, para Oficina de Choro.
Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 176950 - Arte na Comunidade (Título Provisório), publicado na portaria nº 0646/17 de 24/10/2017, publicada no D.O.U. de 25/10/2017.
Onde se lê: O projeto pretende realizar três intervenções artísticas (murais), em cidades paulistas com a participação de núcleos de artistas convidados por cidade.
Leia-se: O projeto pretende realizar cinco intervenções artísticas (murais), em cidades paulistas com a participação de núcleos de artistas convidados por cidade.
PRONAC: 176955 - MÚSICA NAS ESCOLAS - Descobrimos talentos, publicado na portaria nº 0656/17 de 27/10/2017, publicada no D.O.U. de 30/10/2017.
Onde se lê: O projeto prevê apresentações de música instrumental em escolas públicas de Minas Gerais e a realização das seguintes oficinas: 1) "Despertando Talentos"; 2) "Conhecendo e Experimentando a Música - Teoria e Prática no Instrumento"; 3) "Gravação de uma música - como funciona?"; 4) "Cultura Popular - Identidade e Inclusão". Após as oficinas, será realizado uma apresentação de música instrumental por artistas convidados, com a participação dos alunos. Os eventos serão gratuitos.
Leia-se: O projeto prevê apresentações de música instrumental em escolas públicas de Minas Gerais e a realização das seguintes oficinas: 1) "Despertando Talentos"; 2) "Conhecendo e Experimentando a Música - Teoria e Prática no Instrumento"; 3) "Gravação de uma música - como funciona?"; 4) "Cultura Popular - Identidade e Inclusão". Após as oficinas, será realizada uma apresentação de música instrumental por artistas convidados, com a participação dos alunos. Os eventos serão gratuitos e realizados de maneira virtual.

PRONAC: 191619 - 30ª Expobento, publicado na portaria nº 0478/19 de 14/08/2019, publicada no D.O.U. de 15/08/2019.
Onde se lê: O Projeto consiste em realizar e promover apresentações culturais sublimes durante a 30ª Expobento 2020. Farão parte da programação cultural espetáculos em diferentes segmentos, como: música instrumental, teatro, dança e circo com variada programação, além de muitas atrações paralelas como desfiles das últimas tendências da moda e atelier gastronômico com oficinas, proporcionando a população momentos de lazer com diversas atrações destinadas a públicos de todas as faixas etárias.
Leia-se: O Projeto consiste em realizar e promover apresentações culturais sublimes durante a 30ª Expobento 2021. Farão parte da programação cultural espetáculos em diferentes segmentos, como: música instrumental, teatro, dança e circo com variada programação, além de muitas atrações paralelas como desfiles das últimas tendências da moda e atelier gastronômico com oficinas, proporcionando a população momentos de lazer com diversas atrações destinadas a públicos de todas as faixas etárias.
PRONAC: 191631 - 14 Festival Se Rasgum, publicado na portaria nº 0489/19 de 19/08/2019, publicada no D.O.U. de 20/08/2019.
Onde se lê: O Festival Se Rasgum chega à sua 14ª edição consecutiva, com mais e 500 shows realizados em Belém, entre grandes nomes da música nacional, internacional, além de ter sido a principal vitrine para a música paraense que apareceu para o Brasil nos últimos 10 anos. A edição de Belém será realizada em 2019 em quatro dias de programação musical, sendo um deles um dia gratuito com o Palco Petrobras. O Festival Se Rasgum terá também uma edição no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, em 2020, misturando atrações paraenses com de outros estados no mesmo palco.

Leia-se: O Festival Se Rasgum chega a mais uma edição, com mais e 500 shows já realizados em Belém, entre grandes nomes da música nacional, internacional, além de ter sido a principal vitrine para a música paraense que apareceu para o Brasil nos últimos 10 anos. A edição de Belém será um conjunto de ações digitais integradas, realizada em 2020, com três dias de programação musical e mais 15 dias de programação reunindo talk-shows, painéis, workshops, masterclass com lives em formato de showcases de artistas paraenses e de artistas nacionais. As etapas São Paulo e Rio de Janeiro serão realizadas presencialmente com shows de artistas paraenses e nacionais.
PRONAC: 193283 - "Darwin: Origens & Evolução - itinerância Brasília", publicado na portaria nº 0667/19 de 19/11/2019, publicada no D.O.U. de 20/11/2019.
Onde se lê: O projeto visa a realização da itinerância para cidade de Brasília da exposição de arte, ciência e história titulada "Darwin - Origens e Evolução". A 1ª edição foi realizada no Rio de Janeiro (de 30 de agosto a 30 de outubro de 2019, no Museu do Meio Ambiente). A curadoria é da M'Baraká, que, junto a especialistas apresentará em cerca de 300m², desta vez em Brasília, a teoria de Darwin e seu impacto sociocultural, a partir de uma seleção de peças de acervos nacionais de arte e de história natural. Com o mesmo grau de importância, a curadoria também irá apresentar obras de artistas visuais que tratam de temas correlatos à pesquisa de Darwin. Textos críticos e uma narrativa expográfica lúdica e inovadora, contribuem para apresentar os impactos globais nos campos das ciência e cultura das pesquisas de Darwin. Devido ao sucesso de público da 1ª edição, principalmente pela adesão de escolas, universidades e grupos sociais a produção planeja a itinerância para Brasília.
Leia-se: O projeto visa a virtualização da exposição de artes, ciência e história, "Darwin: Origens & Evolução". Devido a pandemia da Covid-19 e o fechamento dos museus e espaços culturais em todo Brasil, e da adoção do isolamento social como medida de contenção à proliferação do vírus, o projeto oferece aos brasileiros que possuem acesso à internet uma experiência expositiva virtual inédita, que poderá ser consumida sem sair de casa. A teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, um dos maiores cientistas do mundo, será disponibilizada gratuitamente no website do projeto (www.mostradarwin.com.br), programado para proporcionar ao público uma experiência expositiva virtual multimídia, através de áudios, vídeos, obras de acervos diversos, textos e demais recursos interativos. Prevê-se a estreia da exposição para outubro de 2020. Como ação complementar a exposição virtual, será desenvolvido um catálogo com os conteúdos da exposição com tiragem de 650 unidades, que serão distribuídas gratuitamente para instituições de ensino.
PRONAC: 193541 - PLANO BIANUAL DO MUSEU DA VIDA - 2020-2021, publicado na portaria nº 0712/19 de 06/12/2019, publicada no D.O.U. em 09/12/2019.
Onde se lê: O projeto visa dar continuidade ao processo de qualificação do serviço de atendimento ao visitante do Museu da Vida da Casa de Oswaldo/Fiocruz, por meio de investimento na da sua programação permanente, a saber: peças teatrais, exposições, mostra e evento, possibilitando a ampliação e aprimoramento do atendimento à população da cidade do Rio de Janeiro, em especial da zona norte e da baixada Fluminense, ampliando o acesso gratuito a bens culturais de qualidade e garantindo que o Museu se estabeleça como um espaço para as relações entre cultura e arte da Região.
Leia-se: ESTE PLANO BIANUAL visa dar continuidade ao processo de qualificação do serviço de atendimento ao visitante do Museu da Vida da Casa de Oswaldo/Fiocruz, por meio de investimento na da sua programação permanente, a saber: peças teatrais, evento popular, edição de livros, realização de vídeos, aplicativo gratuito e exposições permanentes, possibilitando a ampliação e aprimoramento do atendimento à população da cidade do Rio de Janeiro, em especial da zona norte e da baixada Fluminense, ampliando o acesso gratuito a bens culturais de qualidade e garantindo que o Museu se estabeleça como um espaço para as relações entre cultura e arte da Região.
Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HOMERO GUSTAVO REGINALDO LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 452-E, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014, ratificado no Regimento Interno da ANCINE pelos incisos III e V do art. 17, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão de que trata a PORTARIA ANCINE Nº 305-E, DE 10 DE JUNHO DE 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2020, em atendimento à Resolução de Diretoria Colegiada nº 99, de 23 de julho de 2020, conforme quadro abaixo:

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE CARGOS COMISSIONADOS DA ANCINE

CÓDIGO	QTDE.	VALOR FINANCEIRO TOTAL
CD I	1	R\$ 17.432,15
CD II	3	R\$ 49.681,62
CGE I	5	R\$ 78.444,60
CGE II	14	R\$ 195.239,94
CGE III	2	R\$ 26.148,20
CGE IV	15	R\$ 130.740,90
CA I	9	R\$ 125.511,39
CA II	1	R\$ 13.074,10
CA III	8	R\$ 29.118,72
CAS I	2	R\$ 5.506,84
CAS II	5	R\$ 11.931,45
SUBTOTAL I	65	R\$ 682.829,91
CCT V	56	R\$ 185.600,80
CCT IV	34	R\$ 82.346,64
CCT III	12	R\$ 14.747,28
CCT II	1	R\$ 1.083,38
CCT I	1	R\$ 959,29
SUBTOTAL II	104	R\$ 284.737,39
TOTAL	169	R\$ 967.567,30

Art. 2º Esta alteração não resulta em aumento de despesa, permanecendo um saldo financeiro remanescente de R\$ 816,69 (oitocentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX BRAGA



INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 297, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Publica a relação dos atos normativos inferiores a Decreto vigentes no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, inciso IV do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e considerando o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Publicar, por meio desta Portaria, a relação dos atos normativos inferiores a Decreto identificados durante a fase de triagem, conforme Anexo.

Art. 2º Em razão do cumprimento dos prazos estabelecidos no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

ANEXO

LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES

ITEM	TIPO DE ATO	NÚMERO DO ATO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EMENTA
1	Portaria	216	08/11/2010	Constitui o Conselho Científico do MBML
2	Portaria	160	20/05/2011	Cria a Câmara Técnica de Normas e Padrões de Sistemas Informatizados de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico Brasileiro, cuja finalidade é fomentar o estudo e estabelecer normas, diretrizes, padrões, procedimentos técnicos e instrumentos legais para o desenvolvimento e a integração de sistemas informatizados de catalogação e gestão de acervos museológicos, no âmbito brasileiro
3	Portaria	170	27/05/2011	Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do Instituto Brasileiro de Museus
4	Portaria	231	02/08/2011	Estabelece procedimentos técnicos e administrativos para compra de acervos no âmbito dos museus vinculados ao Ibram
5	Portaria	232	02/08/2011	Estabelece padrões mínimos para dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
6	Portaria	265	12/09/2011	Dispõe sobre o estágio probatório dos servidores do Ibram
7	Portaria	268	12/09/2011	Dispõe sobre a Gestão de Informações no âmbito da Administração Central e Unidades Museológicas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
8	Portaria	372	29/12/2011	Dispõe sobre a criação do Comitê de Pesquisa no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
9	Portaria	64	27/02/2012	Dispõe sobre o afastamento do país de servidores civis de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com ônus ou ônus limitado
10	Portaria	72	05/03/2012	Constitui, no âmbito do Ibram, a Comissão Gestora do Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P"
11	Portaria	164	14/05/2012	Institui os Escritórios de Representações Regionais do Instituto Brasileiro de Museus, nas cidades do Rio de Janeiro - RJ e Belo Horizonte - MG
12	Ordem de Serviço	1	04/12/2012	Dispõe sobre os procedimentos para recebimento de citações, intimações e notificações encaminhadas pelo Poder Judiciário
13	Portaria	424	04/12/2012	Institui o Programa de Serviço Voluntário do Ibram e aprova critérios para participação no programa
14	Portaria	425	04/12/2012	Dispõe sobre os procedimentos para o atendimento das demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal ou Estadual, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria-Geral da União
15	Portaria	457	26/12/2012	Institui programa de incentivo ao estudo de idioma estrangeiro no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
16	Portaria	63	11/03/2013	Institui o Programa Acervo em Rede no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram e dá outras providências
17	Instrução Normativa	1	16/04/2013	Disciplina o requerimento e a emissão de autorização de uso de imagem e de reprodução dos bens culturais e documentos que constituem o acervo das unidades museológicas do Ibram
18	Portaria	198	10/06/2013	Institui o Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito do Ibram
19	Portaria	208	24/06/2013	Dispõe sobre os Procedimentos para Remoção,em suas várias modalidades, no âmbito do quadro de pessoal do Instituto Brasileiro de Museus
20	Portaria	225	08/07/2013	Procedimentos para o atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo
21	Ordem de Serviço	1	29/07/2013	Dispõe sobre a padronização do entendimento do caráter da atividade eminentemente jornalística, constante do Art 2º, § 7º da Instrução Normativa Ibram nº 01/2013
22	Portaria	309	06/09/2013	Constitui Comissão Gestora com as atribuições de elaborar, monitorar, avaliar e revisar Plano de Gestão de Logística Sustentável -PLS/IBRAM com o objetivo de estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração da instituição
23	Instrução Normativa	2	23/09/2013	Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a utilização e operacionalização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF, no âmbito do IBRAM e de suas Unidades Museológicas
24	Portaria	64	11/03/2014	Altera a Portaria nº 372, de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a criação do Comitê de Pesquisa no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
25	Portaria	120	17/04/2014	Altera a Portaria nº 232, de 29 de julho de 2011, que estabelece padrões mínimos para os dias e horários de abertura das exposições nas unidades museológicas que integram a estrutura do IBRAM
26	Portaria	167	09/06/2014	Indicção da autoridade responsável pelo monitoramento de implementação da Lei de Acesso à Informação no IBRAM
27	Portaria	174	09/06/2014	Delega competência ao Chefe de Gabinete, para atestar o encaminhamento das folhas de frequência e formulários de férias do Procurador-Chefe, do Auditor-Chefe, do Assessor Especial da Presidência, dos Diretores dos Departamentos e das Unidades Museológicas
28	Portaria	205	03/07/2014	Referenda o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM)
29	Ordem de Serviço	1	07/07/2014	Dispõe sobre a Gestão dos Procedimentos Operacionais das Despesas com Diárias e Passagens e designa os usuários para o acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
30	Resolução Normativa	1	01/08/2014	Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados em consonância com o Decreto nº 8.124
31	Portaria	294	01/09/2014	Constitui a Comissão de Ética do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público
32	Resolução Normativa	2	01/09/2014	Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em conso- nância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013
33	Instrução Normativa	3	20/10/2014	Dispõe sobre o uso da Carteira Institucional do Conselho Internacional de Museus - ICOM, por servidores do Instituo Brasileiro de Museus - IBRAM e das Unidades Museológicas componentes de sua estrutura organizacional, nos termos previstos nos artigos 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009
34	Instrução Normativa	2	27/10/2014	Dispõe sobre a sistematização de procedimentos para a elaboração, formatação e encaminhamento de propostas de atos administrativos no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
35	Resolução Normativa	3	21/11/2014	Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos do Decreto nº 8.124/2013 quanto à obrigatoriedade do envio ao Instituto Brasileiro de Museus do quantitativo anual de visitação dos museus e estabelece outras providências
36	Portaria	457	22/12/2014	Dispõe sobre a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
37	Portaria	50	28/01/2015	Fixa as atribuições da Assessoria de Gestão Estratégica e dá outras providências
38	Portaria	103	12/03/2015	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus - SBM
39	Portaria	130	24/03/2015	Estabelece normas regimentais de funcionamento do Conselho do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico
40	Portaria	162	20/04/2015	Institui o Núcleo de Assessoria de Comunicação - ASCOM da Presidência do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências
41	Portaria	223	08/06/2015	Dispõe sobre o horário de funcionamento do Instituto Brasileiro de Museus, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores
42	Portaria	224	08/06/2015	Dispõe sobre a criação e atribuições da Ouvidoria do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM
43	Portaria	241	25/06/2015	Estabelece medidas voltadas para a desconcentração de atividades de gestão no âmbito da administração do Ibram, define as unidades museológicas compreendidas na área de abrangência territorial dos Escritórios de Representação Regional, e dá outras providências.
44	Portaria	342	31/08/2015	Estabelece procedimentos específicos para o envio do quantitativo mensal de visitação das unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus ao órgão da Entidade responsável pela coleta, análise e monitoramento de dados de visitação
45	Portaria	411	13/10/2015	Altera a Portaria nº 232, de 29 de julho de 2011, que estabelece padrões mínimos para dias e horários de abertura das exposições nas Unidades Museológicas que integram a estrutura do Ibram
46	Portaria	70	25/02/2016	Institui o Núcleo de Relações Institucionais e dá outras providências
47	Portaria	157	18/04/2016	Regulamenta a utilização institucional de telefonia fixa e móvel, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
48	Portaria Conjunta	1	27/06/2016	Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, levados a efeito pela Procuradoria Federal junto ao IBRAM.
49	Portaria	263	29/06/2016	Regulamenta e consolida os procedimentos a serem observados pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM para a tramitação e a gestão dos Projetos de Cooperação Técnica com organismos e agências internacionais, na contratação de serviços de consultoria de pessoa física
50	Portaria	324	08/08/2016	Delega competência aos Dirigentes das Unidades Museológicas, dos Escritórios de Representação Regional do IBRAM, e do Departamento de Planejamento e Gestão Interna, para, no desempenho de suas atividades, quando aplicável, praticarem atos de gestão
51	Portaria	378	12/09/2016	Designa servidores para exercerem as funções de responsável e substituto, respectivamente, na Ouvidoria do Ibram.
52	Portaria	402	26/09/2016	Designa servidor, lotado no Museu Imperial, para atuar junto ao Museu Imperial, Palácio Rio Negro, Museu Casa da Hera e Casa Geyer.
53	Portaria	403	26/09/2016	Designa servidor, lotado no Museu Histórico Nacional, para atuar junto ao Museu Histórico Nacional, bem como nos Projetos do PAC - Cidades Históricas dos Museus da República, Nacional de Belas Artes e Histórico Nacional.
54	Portaria	404	26/09/2016	Designa servidor para atuar junto ao Museu Nacional de Belas Artes, Museu Villa Lobos, Museu Arte Sacra de Paraty, Museu Forte Defensor Perpetuo e Museu de Arqueologia de Itaipu
55	Portaria	405	26/09/2016	Designa servidor para atuar junto ao Museu da República, Museu Castro Maya: Museu do Açude e Museu Chácara do Céu, Museu Casa de Benjamin Constant e Museu de Arte Religiosa e Tradicional
56	Portaria Conjunta	2	24/10/2016	Torna obrigatória a utilização, como parâmetro, das minutas padronizadas de editais de licitação, de contratos administrativos e dos roteiros de instrução processual ("Cheklists"), oriundos da Advocacia-Geral da União.
57	Resolução Normativa	1	15/12/2016	Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes
58	Portaria	6	10/01/2017	Institui a plataforma Museusbr como sistema nacional de identificação de museus e plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros
59	Portaria	7	10/01/2017	Institui a Rede Nacional de Identificação de Museus - RENIM, como forma de arranjo de governança pública colaborativa, voltada à interação e cooperação entre os seus componentes para o desenvolvimento do setor de museus brasileiro
60	Portaria	112	17/04/2017	Altera a Portaria nº 457, de 21 de dezembro de 2012, que institui o programa de incentivo ao estudo de idioma estrangeiro no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus



61	Portaria	138	02/05/2017	Institui a Comissão Especial para opinar sobre a conveniência de se destinar bens oriundos das notificações da Receita Federal do Brasil aos museus, de acordo com o §1º do Art. 5º a Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013
62	Instrução Normativa	1	12/05/2017	Dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro de Museus para execução da Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013, e da Portaria Interministerial MF/MinC n.º 506, de 16 de dezembro de 2014, que tratam da destinação de bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil aos museus brasileiros
63	Portaria	157	15/05/2017	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos do Instituto Brasileiro de Museus
64	Portaria	170	29/05/2017	Dispõe sobre o processo eleitoral para representante do Colegiado Setorial de Museus no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC
65	Portaria	171	29/05/2017	Torna pública a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações PoSIC, do Instituto Brasileiro de Museus
66	Portaria	172	29/05/2017	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Brasileiro de Museus - POSIC/IBRAM, na forma do Anexo a esta Portaria
67	Portaria	85	12/07/2017	Designa representantes, titulares e suplentes do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
68	Resolução Normativa	1	26/07/2017	Regulamenta, junto ao do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, o Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017
69	Portaria	280	21/08/2017	Altera a Portaria nº 157, de 15 de maio de 2017, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico do Ibram nº 464, Edição Semanal, de 15/05/2017, editada pelo Presidente Substituto do IBRAM, que "Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos do Instituto Brasileiro de Museus, define normas, rotinas e procedimentos de instrução de processo eletrônico e dá outras providências."
70	Portaria Conjunta	1	11/09/2017	Altera a Portaria Conjunta nº 01, de 22 de junho de 2016, que disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, levados a efeito pela Procuradoria Federal junto ao IBRAM
71	Portaria	319	05/10/2017	Cria Grupo de Trabalho - GT responsável por receber e dar tratamento às denúncias, representações e outras demandas que versem sobre infrações disciplinares atribuídas a servidores públicos efetivos e comissionados ou atos lesivos de pessoas jurídicas no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram e designa os servidores abaixo identificados como seus membros titulares
72	Portaria	315	11/11/2017	Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências
73	Portaria	385	14/11/2017	Designa membros titulares e suplentes para compor o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
74	Portaria	429	08/12/2017	Constitui a Comissão de Ética do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM com o objetivo de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público
75	Portaria	422	13/12/2017	Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências
76	Portaria Conjunta	1	18/12/2017	Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, levados a efeito pela Procuradoria Federal junto ao IBRAM
77	Portaria	53	05/02/2018	Define o funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação
78	Portaria	65	23/02/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu Histórico Nacional
79	Instrução Normativa	1	21/05/2018	Dispõe sobre as relações entre os museus e as associações de amigos de museus, no âmbito do Poder Execu
80	Instrução Normativa	3	29/05/2018	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração dos Planos Museológicos pelos museus administrados pelo Instituto Brasileiro de Museus- Ibram
81	Portaria	206	01/06/2018	Cria o Comitê de Gestão do Programa de Integridade - CGPI no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
82	Portaria	226	25/06/2018	Dispõe sobre o TAXIGOV, serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, realizado por meio de táxi no Distrito Federal - DF e entorno
83	Portaria	234	05/07/2018	Altera a Portaria nº 223, de 8 de junho de 2015, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Instituto Brasileiro de Museus, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos servidores
84	Portaria	271	27/07/2018	Aprova o Regimento Interno do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) do Instituto Brasileiro de Museus
85	Portaria	282	30/07/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio - MART
86	Portaria	327	31/08/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu da Abolição
87	Portaria	329	03/09/2018	Aprova o Regimento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória - CCPPM
88	Portaria	337	04/09/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu do Açude e do Museu da Chácara do Céu, que compõem os Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya - MCM
89	Portaria	360	02/10/2018	Aprova o Estatuto da Auditoria Interna do Instituto Brasileiro de Museus - AUDIN/Ibram
90	Portaria	364	04/10/2018	Estabelece procedimentos a serem adotados para a divulgação da agenda de compromissos públicos dos agentes mencionados nos incisos II a IV do art. 2º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, e atribui competência para a publicação das agendas
91	Portaria	374	15/10/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu Regional Casa dos Ottoni - MRCO
92	Instrução Normativa	6	03/12/2018	Define diretrizes a serem observadas pelas unidades arrecadadoras administradas diretamente pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, no que tange à arrecadação e recolhimento de receitas ou rendas próprias
93	Portaria	465	24/12/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu Regional de Caeté
94	Portaria	466	24/12/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu Histórico de Alcântara
95	Portaria	467	24/12/2018	Aprova o Regimento Interno do Museu Casa de Benjamin Constant
96	Portaria	13	21/01/2019	Define as competências dos agentes que atuam nos processos de Tomadas de Contas Especiais no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
97	Portaria	82	28/02/2019	Altera a Portaria Ibram nº 138, de 28 de abril de 2017, que institui a Comissão Especial para opinar sobre a conveniência de se destinar bens oriundos das notificações da Receita Federal do Brasil aos museus, de acordo com o §1º do art. 5º da Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013
98	Portaria	83	01/03/2019	Dispõe sobre a utilização dos sistemas de telefonia fixa do Instituto Brasileiro de Museus
99	Portaria	118	27/03/2019	Dispõe sobre a concessão de licença para capacitação e de afastamento para participação em programa de pós-graduação no país ou no exterior a servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
100	Portaria	127	02/04/2019	Aprova o Regimento Interno do Museu do Diamante - MD
101	Portaria	128	02/04/2019	Aprova o Regimento Interno do Museu das Missões - MM
102	Portaria	133	04/04/2019	Redesigna os membros do Grupo de Trabalho de Processo Administrativo Disciplinar do Ibram, na forma do Anexo desta Portaria
103	Portaria	159	23/04/2019	Estabelece as atribuições da Assessoria Parlamentar do Núcleo de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
104	Portaria	182	20/05/2019	Institui o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles e demais instâncias de supervisão, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, e dá outras providências
105	Resolução Normativa	2	07/06/2019	Regulamenta a Declaração de Interesse Público de bens culturais musealizados ou passíveis de musealização
106	Portaria	225	24/06/2019	Dispõe sobre a nomeação de servidores das unidades museológicas administradas pelo Ibram, para serem pontos focais na gestão de riscos nos museus onde estão lotados
107	Portaria	246	15/07/2019	Institui o Núcleo Especial de Planejamento, Contratação e de Gerenciamento de Obras de Restauo no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
108	Instrução Normativa	2	23/07/2019	Disciplina e estabelece modelos para a formalização de autorização de uso e cessão de direitos autorais e patrimoniais em publicações, a título gratuito, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
109	Portaria	251	23/07/2019	Dispõe sobre a utilização das vagas das garagens da Sede do IBRAM
110	Instrução Normativa	3	13/08/2019	Altera a Instrução Normativa Ibram nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que define diretrizes a serem observadas pelas unidades arrecadadoras administradas diretamente pelo Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, no que tange à arrecadação e recolhimento de receitas ou rendas próprias
111	Portaria	301	11/09/2019	Dispõe sobre a instituição do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória
112	Portaria	313	20/09/2019	Institui a Política de Gestão de Riscos - PGR no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
113	Portaria	333	17/10/2019	Institui o Comitê de Gestão do Instituto Brasileiro de Museus e dá outras providências
114	Instrução Normativa	6	23/12/2019	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos a serem observados pelas Unidades Museológicas componentes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, para a cessão de uso de bens culturais musealizados, em todo o território nacional
115	Resolução Normativa	1	04/02/2020	Institui a Rede de Bibliotecas, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus
116	Portaria	95	03/03/2020	Altera a composição da Comissão Permanente de Avaliação De Documentos do Instituto Brasileiro de Museus, designada anteriormente pela Portaria Ibram n° 179, de 11 de junho de 2014
117	Portaria	116	13/03/2020	Dispõe sobre a adoção de medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com o coronavírus
118	Portaria	117	17/03/2020	Dispõe sobre medidas complementares de prevenção para a redução dos riscos de contaminação com o Coronavírus (COVID-19)
119	Despacho	256	14/07/2020	Plano de Integridade do Instituto Brasileiro de Museus
120	Portaria	239	23/07/2020	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações-PDTIC do Instituto Brasileiro de Museus para o período de julho de 2020 a julho de 2022.
121	Portaria	244	24/07/2020	Designa os servidores para compor o Núcleo de Governança, Gestão de Riscos e Controles, com o objetivo de apoiar e assessorar os atos e ações do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ibram, e dá outras providências.
122	Portaria	265	26/08/2020	Definição de serviços considerados de natureza contínua

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 370, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, editados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso V do art. 26 do Anexo I do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo desta Portaria, em cumprimento à fase de triagem dos trabalhos de revisão e consolidação, a listagem dos atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e não revogados expressamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LARISSA PEIXOTO



ANEXO I			
LISTAGEM DOS ATOS NORMATIVOS INFERIORES A DECRETO VIGENTES, EDITADOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN			
Espécie de ato	Número do ato	Data do ato	Matéria
Portaria IPHAN	07	01/12/1988	Permissão e Autorização de Pesquisa Arqueológica
Portaria IPHAN	241	19/12/1998	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
Portaria IPHAN	230	17/12/2002	Estudos Preventivos de Arqueologia no âmbito do Licenciamento Ambiental
Portaria IPHAN	28	31/01/2003	Pesquisa Arqueológica na Faixa de Depleção de Empreendimentos Hidrelétricos como Condição à Renovação de Licença de Operação
Portaria IPHAN	341	13/08/2015	Autorização e Permissão de Pesquisa Arqueológica
Portaria IPHAN	159	11/05/2016	Termo de Ajuste de Conduta
Portaria IPHAN	195	18/05/2016	Movimentação de Bens Arqueológicos no Território Nacional
Portaria IPHAN	196	18/05/2016	Guarda e Conservação de Bens Arqueológicos Móveis
Portaria IPHAN	197	18/05/2016	Remessa de Bens Arqueológicos para o Exterior
Portaria IPHAN	316	04/11/2019	Identificação, Reconhecimento e Cadastro de Sítios Arqueológicos
Portaria IPHAN	317	04/11/2019	Idoneidade Técnico-Científica na Permissão e Autorização de Pesquisa Arqueológica
Instrução Normativa	01	25/03/2015	Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural no âmbito do Licenciamento Ambiental
Ofício-Circular	01	22/02/2013	Idoneidade Técnico-Científica na Permissão e Autorização de Pesquisa Arqueológica
Ofício	58	05/03/2018	Diretrizes para Emissão de Permissões de Pesquisa Arqueológica Concomitantes para o Mesmo Arqueólogo Responsável
Ordem de Serviço	03	09/09/2016	Arqueologia no Licenciamento Ambiental
Ordem de Serviço	02	20/05/2016	Guarda e Conservação de Bens Arqueológicos
Memorando Circular	14	2012	Arqueologia no Licenciamento Ambiental
Memorando Circular	06	2016	-
Portaria IPHAN	241	19/12/1998	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
Nota Técnica DEPAM	01	21/03/2011	Fiscalização
Nota Técnica IPHAN/BA	01	22/07/2009	Licenciamento ambiental
Nota Técnica IPHAN/BA	02	16/03/2010	Intervenções em bens e conjuntos tombados e em área de entorno
Nota Técnica IPHAN/BA	03	12/05/2010	Restauração de patrimônio azulejar
Nota Técnica IPHAN/BA	04	08/04/2011	Intervenções em bens e conjuntos tombados e em área de entorno
Nota Técnica IPHAN/BA	05	11/04/2013	Intervenções em bens e conjuntos tombados
Parecer COTEC/IPHAN/BA	218	23/05/2013	Delimitação de entorno de bens tombados
Parecer COTEC/IPHAN/BA	274	13/06/2013	Delimitação de entorno de bens tombados
Parecer COTEC/IPHAN/BA	256	10/09/2013	Poligonal de tombamento e de entorno de Conjunto Tombado
Parecer COTEC/IPHAN/BA	376	10/09/2013	Poligonal de tombamento e de entorno de Conjunto Tombado
Parecer COTEC/IPHAN/BA	378	10/09/2013	Poligonal de tombamento e de entorno de Conjunto Tombado
Parecer COTEC/IPHAN/BA	255	20/09/2013	Poligonal de entorno de bens tombados
Parecer COTEC/IPHAN/BA	257	25/09/2013	Poligonal de tombamento e de entorno de Conjunto Tombado
Norma Operacional IPHAN/BA	11	04/04/2014	Organização Administrativa
Portaria IPHAN/BA	26	12/06/2018	Organização Administrativa
Portaria IPHAN	437	17/09/2013	Mestrado Profissional
Portaria IPHAN	285	07/07/2015	Mestrado Profissional
Portaria IPHAN	421	02/10/2015	Mestrado Profissional
Resolução	01	03/08/2006	Bens culturais de natureza imaterial
Resolução	01	05/06/2009	Apoio à inscrição de bens culturais imateriais nas listas da convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da humanidade
Portaria Conjunta SPU/IPHAN	214	25/11/2015	Normas complementares à política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
Portaria IPHAN	299	17/07/2015	Bens culturais de natureza imaterial
Portaria IPHAN	200	18/06/2016	Bens culturais de natureza imaterial
Portaria IPHAN	194	18/05/2016	Normas complementares à política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
Portaria IPHAN	188	18/05/2016	Normas complementares à política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
Resolução	05	12/07/2019	Bens culturais de natureza imaterial
Portaria IPHAN	72	16/07/2014	Tombamento de Conjunto.
Portaria IPHAN	59	26/02/2019	Delimitação da poligonal de entorno de bem material.
Portaria IPHAN	231	13/07/2007	Normativa definidora de critérios de intervenção no conjunto tombado da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e seu entorno
Portaria IPHAN	108	28/12/2006	Homologa o tombamento do pátio ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, bens móveis e imóveis, no município de Porto Velho, estado de Rondônia
Portaria IPHAN	09	03/02/2016	Homologa o tombamento dos Postos Telegráficos da Comissão Rondon, em Rondônia
Norma Operacional SRBM	01	2012	Visitação
Portaria SRBM	18	28/05/2018	Horário de Funcionamento do Sítio Roberto Burle Marx
Portaria IPHAN	134	20/04/2015	-
Portaria IPHAN/AC	01	19/11/2018	-
Instrução Normativa	-	1994	Regulação de patrimônio tombado em conjunto e respectivas áreas de entorno.
Instrução Normativa	-	-	Regulação de patrimônio tombado isoladamente e setores de entorno (do bem tombado)
Portaria IPHAN	383	20/08/2013	-
Manual	-	-	PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Edificações de Uso Público
Manual	-	-	PAC Cidades Históricas - Manual para Execução de Ações em Espaços Públicos Urbanos
Manual	-	-	PAC Cidades Históricas - Manual de Orientações e Normas ao Compromissário para Elaboração de Prestação de Contas
Portaria Interdepartamental	01	13/08/2002	Plano de Ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 2003
Portaria IPHAN	375	19/09/2018	Política de Patrimônio Cultural Material
Portaria Normativa	01	-	Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC
Portaria IPHAN	20	24/01/2012	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
Portaria IPHAN	29	16/01/2014	Acordos de cooperação técnica
Portaria IPHAN	307	30/07/2018	Grupo de Trabalho Interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de Matriz Africana - GTMAF
Portaria IPHAN	177	07/05/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	299	27/07/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	317	02/08/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	347	28/08/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	362	03/09/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	363	04/09/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	364	04/09/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	365	04/09/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	384	27/09/2018	Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Cultural da Humanidade
Portaria IPHAN	134	17/03/2014	Conselho Editorial
Portaria IPHAN	234	15/05/2014	Regimento Interno Conselho Editorial
Edital de Tombamento IPHAN/AM	01	11/10/2010	Poligonal Encontro das Águas
Edital de Tombamento IPHAN/AM	02	22/11/2010	Poligonal do Centro Histórico de Manaus
Portaria IPHAN	421	23/11/2011	Delimitação e diretrizes
Portaria IPHAN	314	08/10/1992	Proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB)
Portaria IPHAN	166	11/05/2016	Complementação detalhamento da Portaria IPHAN nº 314/1992 e outras providências.
Portaria IPHAN	421	31/10/2018	Altera a Portaria IPHAN nº 166 e estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria IPHAN nº 314/1992.
Portaria IPHAN	184	18/05/2016	Critérios e procedimentos para a autorização de instalações provisórias na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes e adjacências para eventos temporários.
Portaria IPHAN	68	15/02/2012	Delimitação e diretrizes para a área de entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília.
Portaria IPHAN/DF	01	26/02/2018	Institui o horário de atendimento ao público externo da SE-DF.
Portaria IPHAN	134	20/04/2016	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	421	23/11/2011	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	422	23/11/2011	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	364	29/11/2019	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	211	08/08/2019	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	314	08/10/1992	Normas de preservação para área de tombamento

Portaria IPHAN	68	15/02/2012	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	184	18/05/2016	Normas de preservação para área de tombamento
Portaria IPHAN	166	11/05/2016	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	421	31/10/2018	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	44	03/02/2015	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	45	03/02/2015	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	68	22/02/2013	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	312	20/10/2010	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	253	28/07/2011	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	444	27/10/2016	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	437	19/11/2018	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	04	16/03/1987	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	297	04/10/2010	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	446	29/11/2018	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	34	06 /02/1997	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	08	11/01/2019	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	59	26/02/2019	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	231	13/07/2007	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	09	05/09/1986	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	479	15/10/2013	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	27	15/01/2014	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	483	06/12/2016	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	15	21/01/2019	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	03	13/03/1990	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	08	15/06/1977	Normas de preservação para área de tombamento
Portaria IPHAN	08	29/01/1980	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	12	18/09/1986	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	15	17/10/1986	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	29	15/08/1980	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	135	13/03/2013	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	402	13/09/2012	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	104	22/05/2000	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	48	19/02/2016	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	213	15/05/1996	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	455	01/12/2017	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	352	31/07/2012	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	16	16/01/2013	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	691	23/11/2009	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	500	20/10/2014	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	438	21/10/2016	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	319	11/11/2019	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	291	17/10/2019	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	210	25/05/2016	Normas de preservação para área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	69	22/02/2013	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	318	07/11/2019	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	70	22/02/2013	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	87	02/04/2019	Normas de preservação para área de tombamento e área de entorno de bem tombado
Portaria IPHAN	407	21/12/2010	Procedimento de valoração
Portaria IPHAN	127	30/04/2009	Procedimento de Chancela da paisagem
Portaria IPHAN	11	11/09/1986	Procedimento do tombamento
Portaria IPHAN	262	14/08/1992	Autorização de exportação de bens culturais tombados e sob enquadramento da Lei nº 4.485/1965.
Instrução Normativa	01	11/06/2007	Implantação do Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros.
Portaria IPHAN	187	11/06/2010	Regula os procedimentos para imposição de penalidades decorrentes de infrações contra o patrimônio cultural edificado, tipificadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, os meios de defesa dos autuados, o sistema recursal, bem como a forma de cobrança dos créditos decorrentes das infrações.
Portaria IPHAN	420	22/12/2010	Estabelece as disposições gerais que regulam a aprovação de propostas e projetos de intervenção nos bens integrantes do patrimônio cultural tombado pelo IPHAN, incluídos os espaços públicos urbanos, e nas respectivas áreas de entorno.
Portaria IPHAN	44	19/02/2016	Estabelece procedimento administrativo a ser observado pelas Superintendências Estaduais e Distrital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instadas a se manifestar sobre a saída do país de bens culturais.
Portaria IPHAN	396	15/09/2016	Obrigações das pessoas físicas ou jurídicas que comercializem Antiguidades e/ou Obras de Arte de Qualquer Natureza, na forma da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998
Portaria IPHAN	80	07/03/2017	Regular os procedimentos para imposição de penalidades decorrentes de infrações praticadas por comerciantes e leiloeiros de antiguidades e obras de arte de qualquer natureza, tipificadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998
Portaria IPHAN	188	18/05/2016	Ações para Preservação de Bens Culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, disposto nos eixos de Identificação e Reconhecimento, Formação e Capacitação, Apoio e Fomento e Valorização, na forma do Anexo I, que assume compromisso junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.
Portaria IPHAN	194	18/05/2016	Referencia as diretrizes e princípios para identificação, reconhecimento e preservação de bens culturais relacionados a povos e comunidades tradicionais de matriz africana, e orienta a forma como deverão ser consideradas as demandas relacionadas a esses bens culturais imateriais e materiais no âmbito do IPHAN.
Ordem de Serviço	06	06/05/1997	Administração patrimonial
Portaria IPHAN	542	14/11/2014	Convênios (aplicada apenas aos instrumentos regidos pela PI 507/2011 que não foram encerrados).
Norma Interna DPA	01	16/11/2018	Publicidade legal
Orientação Administrativa	01	03/05/2019	Termo de Execução Descentralizada
Portaria IPHAN	199	25/07/2019	Convênios
Orientação Administrativa	02	02/08/2019	Gestão Contratual
Portaria IPHAN	217	16/08/2019	Termo de Colaboração/Termo de Fomento
Orientação Administrativa	03	06/09/2019	Administração patrimonial de bens de consumo, móveis e imóveis.
Portaria IPHAN	312	04/11/2019	Uso estacionamento Sede.
Portaria IPHAN	168	13/03/2020	Concessão de diárias e passagens
Portaria IPHAN	179	26/03/2020	Concessão de diárias e passagens
Portaria IPHAN	197	03/04/2020	Plano Anual de Contratações (PAC)
Orientação Administrativa	01	17/04/2020	Transporte de Pessoal
Portaria IPHAN	133	05/04/2012	Comitê Nacional de Monitoramento (Planejamento)
Norma interna	18	13/04/2011	Contabilidade
Norma interna	16	07/05/2010	Contabilidade/Responsabilização
Norma interna	12	28/11/2007	Conformidade de Registros de Gestão
Portaria IPHAN	82	24/02/2012	Regimento Interno COGESTI
Portaria IPHAN	412	09/09/2014	Criação da CGTP
Portaria IPHAN	424	13/11/2017	Revisão COGESTI
Portaria IPHAN	43	26/04/2018	Política de Segurança e Normas Complementares
Portaria IPHAN	45	26/04/2018	Política de Governança de TIC
Portaria IPHAN	161	16/04/2012	Aperfeiçoamento dos processos de trabalho, sua padronização, normatização e habilitação de pessoas.
Portaria IPHAN	576	12/12/2013	Institui o Padrão de Modelagem de Processos Organizacionais
Portaria IPHAN	227	30/04/2014	Instituir a Coordenação Técnica do Escritório de Processos - CTEP, unidade organizacional responsável pelo assessoramento, acompanhamento e monitoramento da gestão por processo no IPHAN.
Portaria IPHAN	356	15/08/2016	Alterar o art. 3º da Portaria IPHAN nº 161, de 16 de abril de 2012
Portaria IPHAN	38	18/02/2010	Normatização do acompanhamento/gerenciamento dos trabalhos das Comissões Disciplinares



FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

PORTARIA Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, no uso das suas atribuições, e nos termos da Lei nº 4.943, de 6 de abril de 1996, do Decreto nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2017, que aprovou o Estatuto da FCRB e considerando o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública, nos termos do Anexo Único a esta Portaria, a relação dos atos normativos vigentes inferiores a decreto editados pela FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LETICIA DORNELLES

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS VIGENTES INFERIORES A DECRETO (ART. 12 DO DECRETO Nº 10.139, DE 2019)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004, DE 31 DE JULHO DE 1968

ORDEM DE SERVIÇO Nº DT/02, DE 22 DE JULHO DE 1974

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1976

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003, DE 07 DE JANEIRO DE 1976

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 1976

PORTARIA Nº 402, DE 15 DE SETEMBRO DE 1977

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1977

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13, DE 31 DE OUTUBRO DE 1977

ORDEM DE SERVIÇO Nº 014, DE 11 DE SETEMBRO DE 1978

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007, DE 28 DE ABRIL DE 1978

PORTARIA Nº 138, DE 01 DE AGOSTO DE 1978

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008, DE 28 DE MARÇO DE 1979

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1979

PORTARIA Nº 476, DE 10 DE MAIO DE 1979

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1980

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003 DE 12 DE AGOSTO DE 1980

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 14 DE JULHO DE 1980

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001 DE 09 DE MAIO DE 1980

PORTARIA Nº 503 DE 03 DE SETEMBRO DE 1980

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003 DE 17 DE AGOSTO DE 1981

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 15 DE MAIO DE 1981

PORTARIA Nº 558, DE 14 DE SETEMBRO DE 1981

PORTARIA Nº 177, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1982

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05 DE 20 DE JUNHO DE 1983

PORTARIA Nº 594, DE 31 DE AGOSTO DE 1983

PORTARIA Nº 587, DE 24 DE MAIO DE 1983

PORTARIA Nº 233, DE 28 DE JUNHO DE 1983

PORTARIA Nº 637, DE 12 DE JULHO DE 1985

PORTARIA Nº 700, DE 24 DE MARÇO DE 1988

PORTARIA Nº 694, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1988

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 31 DE JANEIRO DE 1989

PORTARIA Nº 755, DE 03 DE MAIO DE 1990

PORTARIA Nº DE/658, DE 04 DE AGOSTO DE 1986

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 01 DE MARÇO DE 1991

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007 DE 07 DE OUTUBRO DE 1992

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003 DE 16 DE OUTUBRO DE 1995

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 05 DE JUNHO DE 1995

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008 DE 02 DE JANEIRO DE 1996

PORTARIA Nº 20 DE 18 DE JULHO DE 2003

PORTARIA Nº 21, DE 06 DE OUTUBRO DE 2004

PORTARIA Nº 25, DE 11 DE MAIO DE 2005

PORTARIA Nº 38 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005

PORTARIA Nº 40 DE 07 DE OUTUBRO DE 2005

PORTARIA Nº 48, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005

PORTARIA Nº 51, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005

PORTARIA Nº 01 de 01 DE JANEIRO DE 2006

PORTARIA Nº 22 de 20 DE JULHO DE 2006

PORTARIA Nº 21, de 20 DE JULHO DE 2006

PORTARIA Nº 37, de 27 DE OUTUBRO DE 2006

PORTARIA Nº 107, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

PORTARIA Nº 10 DE 30 MARÇO DE 2007

PORTARIA Nº 37 de 15 DE SETEMBRO DE 2008

PORTARIA Nº 34 DE 03 DE SETEMBRO DE 2008

PORTARIA Nº 40 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009

PORTARIA Nº 02 DE 27 DE JANEIRO DE 2009

PORTARIA Nº 30 DE 07 DE JULHO DE 2010

PORTARIA Nº 46 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

PORTARIA Nº 55, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013

PORTARIA Nº 44, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

PORTARIA Nº 41, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

PORTARIA Nº 36, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

PORTARIA Nº 35, DE 23 DE AGOSTO DE 2013

PORTARIA Nº 30, DE 10 DE JULHO DE 2013

PORTARIA Nº 29, DE 10 DE JULHO DE 2013

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE ABRIL DE 2013

PORTARIA Nº 15, DE 18 DE ABRIL DE 2013 -

PORTARIA Nº 56 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 56, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 52, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 44, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 43, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº 38, DE 30 DE JULHO DE 2014

PORTARIA Nº 34, DE 30 DE JUNHO DE 2014

PORTARIA Nº 30, DE 06 DE MAIO DE 2014

PORTARIA Nº 22, DE 4 DE ABRIL DE 2014

PORTARIA Nº 14, DE 7 DE MARÇO DE 2014

PORTARIA Nº 93, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 74, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 70, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 61, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 55, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 52, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 46, DE 21 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 45, DE 17 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 43, DE 17 DE JULHO DE 2015

PORTARIA Nº 23, DE 15 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 22, DE 06 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 17, DE 16 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 7, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 3, DE 09 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 105 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 107, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 106, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 105, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 102, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 99, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 98, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 97, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 82, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 81, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 62, DE 14 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº 59, DE 06 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº 42, DE 16 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 40, DE 10 DE MAIOR DE 2016

PORTARIA Nº 39, DE 10 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 36, DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 35, DE 03 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 32, DE 13 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 22, DE 29 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 21, DE 29 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 20, DE 30 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 18, DE 15 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 15, DE 07 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nºº 123, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 114, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 101, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 99, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017

PORTARIA Nº 96 B, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 95, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 76, DE 30 DE JUNHO DE 2017

PORTARIA Nº 66, DE 5 DE JUNHO DE 2017

PORTARIA Nº 62, DE 31 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº 57, DE 17 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº 55, DE 5 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº 54, DE 5 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº 48, DE 3 DE MAIO DE 2017

POTARIA Nº 47, DE 3 DE MAIO DE 2017

PORTARIA Nº 43, DE 20 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 42, DE 12 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 40, DE 10 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 32, DE 29 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 8, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA Nº 7, DE 30 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 112, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 108, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 99, DE 19 DE OUTUBRO DE 2018

PORTARIA Nº 97, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

PORTARIA Nº 96, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

PORTARIA Nº 90, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 87, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 85, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA Nº 81, DE 31 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 80, DE 31 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 77, DE 25 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 73, DE 12 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE MAIO DE 2018

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE MAIO DE 2018

PORTARIA Nº 32, DE 04 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA Nº 29, DE 20 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 23, DE 19 DE MARÇO DE 2018

PORTARIA Nº 16, DE 13 DE FEVEREIRO 2018

PORTARIA Nº 122, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 117, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 113, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 112, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 96, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 95, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 94, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

PORTARIA Nº 78, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 75, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 74, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 68, DE 09 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 40, DE 14 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 37, DE 13 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 28, DE 29 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 21, DE 20 DE MARÇO DE 2019

PORTARIA Nº 08, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019

PORTARIA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2019

PORTARIA Nº 111, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 110, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 107, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 102, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 100, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 97, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 94, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 86, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 81, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 80, DE 04 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº 78, DE 30 DE JULHO DE 2020

PORTARIA Nº 76, DE 24 JULHO DE 2020

PORTARIA Nº 75, DE 16 JULHO DE 2020

PORTARIA Nº 55, DE 05 JUNHO DE 2020

PORTARIA Nº 32, DE 26 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 31, DE 26 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 28, DE 16 DE MARÇO DE 2020

PORTARIA Nº 27, DE 16 DE MARÇO DE 2020

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 295, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrição do edital do Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020

O Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, designado através da Portaria nº 585, de 21 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 24 de agosto de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037, de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004, em conformidade com a portaria nº 270 de 02 de setembro de 2020 publicada no D.O.U em 03 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO:

a Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1º - Prorrogar até o dia 13/10 o período de inscrição do edital do Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

JEFFERSON DA FONSECA COUTINHO



PORTARIA Nº 297, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrição do edital do Prêmio Funarte de Apoio ao Espetáculo Circense 2020

O Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, designado através da Portaria nº 585, de 21 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 24 de agosto de 2020, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037, de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004, em conformidade com a portaria nº 270 de 02 de setembro de 2020 publicada no D.O.U em 03 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO:

a Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1º - Prorrogar até o dia 09/10 o período de inscrição do edital do Prêmio Funarte de Apoio ao Espetáculo Circense 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

JEFFERSON DA FONSECA COUTINHO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 13, DE 29 DE JUNHO DE 2020

Instauração de Inquérito Civil Público, referente ao Ofício n: 517/2020 - RA XV/GAB (tabularium n: 08191.068364/2020-51)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, na forma do artigo 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 13, parágrafo único, da Resolução nº 66/2005 do CSMPDFT, resolve:

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração de irregularidades, praticadas, no âmbito da Administração Regional de Recanto das Emas, relacionadas à permanência em imóvel, situado na Quadra 1, Lote 21, Condomínio Salomão Elias, Recanto das Emas/DF, sem o devido respaldo contratual e sem a realização de pagamentos, para sediar a Gerência Regional de Água Quente e/ou Gerência dos Núcleos Habitacionais da Região Sul, documentada no Processo Administrativo n: 145.000.0676/2009, o que pode, em tese, configurar a prática de atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei n: 8.429/1992.

Registre-se no SISPRO e anote-se na capa do procedimento:

Interessado: Administração Regional de Recanto das Emas

Assunto: Possíveis praticadas, no âmbito da Administração Regional de Recanto das Emas, relacionadas à permanência em imóvel, sem o devido respaldo contratual e sem a realização de pagamentos, para sediar a Gerência Regional de Água Quente e/ou Gerência dos Núcleos Habitacionais da Região Sul, documentada no Processo Administrativo n: 145.000.0676/2009.

Após a devida autuação desta Portaria, promovidas as comunicações, publicações e anotações de estilo (artigo 2º da Resolução nº 66/2005), providencie a secretaria desta Promotoria de Justiça a realização das diligências elencadas no despacho.

HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 584, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) noticiante(s), autuada sob o número 000158.2020.20.000/8, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a ASSÉDIO MORAL; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA. (CNPJ 34.405.597/0002-57, localizada na Avenida do Gari, 77, Distrito Industrial de Aracaju, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju, CEP 49041-159). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 595, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por: 1º) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES MOTORES DE SERGIPE (CNPJ 32.715.906/0001-89); e 2º) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SERGIPE (CNPJ 13.128.798/0013-37); autuada sob o número 000227.2020.20.000/8, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a INOBSERVÂNCIA DA RESERVA DE VAGAS PARA TRABALHADORES REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA. (CNPJ 33.931.486/0033-18). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 596, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por: 1º) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES MOTORES DE SERGIPE (CNPJ 32.715.906/0001-89); e 2º) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SERGIPE (CNPJ 13.128.798/0013-37); autuada sob o número 000228.2020.20.000/4, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a DISCRIMINAÇÃO DE TRABALHADORES; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de SACEL- SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA (CNPJ 16.207.888/0001-78). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 597, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);



7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por: 1º) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES MOTORES DE SERGIPE (CNPJ 32.715.906/0001-89); e 2º) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SERGIPE (CNPJ 13.128.798/0013-37); autuada sob o número 000229.2020.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a INOBSERVÂNCIA DA RESERVA DE VAGAS PARA TRABALHADORES REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de C&A MODAS S.A. (CNPJ 45.242.914/0086-96). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 598, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por: 1º) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES MOTORES DE SERGIPE (CNPJ 32.715.906/0001-89); e 2º) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SERGIPE (CNPJ 13.128.798/0013-37); autuada sob o número 000232.2020.20.000/3, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a INOBSERVÂNCIA DA RESERVA DE VAGAS PARA TRABALHADORES REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de TMA NORDESTE TRANSPORTE LOTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA (CNPJ 20.352.049/0001-10). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 605, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por: 1º) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES MOTORES DE SERGIPE (CNPJ 32.715.906/0001-89); e 2º) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SERGIPE (CNPJ 13.128.798/0013-37); autuada sob o número 000235.2020.20.000/2, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a INOBSERVÂNCIA DA RESERVA DE VAGAS PARA TRABALHADORES REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de: 1º) ULTRA SOM SERVIÇOS MÉDICOS S.A.; e 2º) HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA (CNPJ 63.554.067/0001-98). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 455-CJF DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2020, nos termos previstos no § 2º, art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como no Processo Administrativo n. 0001602-30.2019.4.90.8000, , resolve:

Art. 1º Tornar público, nos termos dos anexos a esta portaria:

I - O Relatório de Gestão Fiscal, constituído do Demonstrativo da Despesa com Pessoal, do Conselho da Justiça Federal, referente ao 2º quadrimestre de 2020, de que trata a alínea "a", inciso I, art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000;

II - O Demonstrativo dos Limites da Despesa com Pessoal referente ao 2º quadrimestre de 2020, em cumprimento à determinação contida no Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMINSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETENBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS															
	(Últimos 12 Meses)															TOTAL EXECUTADO = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.379.261,37	5.344.018,85	8.277.578,41	6.604.283,75	7.386.766,61	5.748.959,44	5.645.836,16	5.770.373,89	5.966.935,75	5.727.545,84	5.682.221,89	5.639.808,94	73.173.590,90	583.953,63		73.757.544,53
Pessoal Ativo	4.177.710,24	4.142.467,72	6.348.799,17	5.347.099,59	5.530.642,98	4.468.612,75	4.356.027,86	4.459.643,41	4.653.890,86	4.414.643,43	4.369.319,48	4.326.906,53	56.595.764,02	583.953,63		57.179.717,65
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.606.087,64	3.572.683,68	5.227.950,89	4.748.539,83	4.925.898,96	3.866.545,28	3.757.611,51	3.868.355,25	4.062.775,84	3.819.475,79	3.767.985,82	3.727.247,82	48.951.158,31	350.126,71		49.301.285,02
Obrigações Patronais	571.622,60	569.784,04	1.120.848,28	598.559,76	604.744,02	602.067,47	598.416,35	591.288,16	591.115,02	595.167,64	601.333,66	599.658,71	7.644.605,71	233.826,92		7.878.432,63
Benefícios Previdenciários													0,00			0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas	1.201.551,13	1.201.551,13	1.928.779,24	1.257.184,16	1.856.123,63	1.280.346,69	1.289.808,30	1.310.730,48	1.313.044,89	1.312.902,41	1.312.902,41	1.312.902,41	16.577.826,88	0,00	16.577.826,88
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.137.145,67	1.137.145,67	1.826.245,99	1.192.778,70	1.759.515,43	1.214.429,41	1.223.891,02	1.244.813,20	1.247.127,61	1.246.985,13	1.246.985,13	1.246.985,13	15.724.048,09		15.724.048,09
Pensões	64.405,46	64.405,46	102.533,25	64.405,46	96.608,20	65.917,28	65.917,28	65.917,28	65.917,28	65.917,28	65.917,28	65.917,28	853.778,79		853.778,79
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.201.551,13	0,00	-365.257,08	551.914,57	1.874.934,31	1.294.028,13	1.321.875,21	1.424.444,95	1.763.334,78	1.312.939,08	1.316.744,77	1.312.902,41	13.009.412,26	0,00	13.009.412,26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	18.810,68	13.681,44	32.066,91	113.714,47	450.289,89	36,67	3.842,36	0,00	632.442,42		632.442,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.201.551,13	0,00	-365.257,08	551.914,57	1.856.123,63	1.280.346,69	1.289.808,30	1.310.730,48	1.313.044,89	1.312.902,41	1.312.902,41	1.312.902,41	12.376.969,84		12.376.969,84
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.177.710,24	5.344.018,85	8.642.835,49	6.052.369,18	5.511.832,30	4.454.931,31	4.323.960,95	4.345.928,94	4.203.600,97	4.414.606,76	4.365.477,12	4.326.906,53	60.164.178,64	583.953,63	60.748.132,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	60.748.132,27	0,007940%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	188.515.827,41	0,024639%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	179.090.036,04	0,023407%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	169.664.244,67	0,022175%

Fonte: Sistema Tesoura Gerencial SAD/SUOFI/SEORCA 21/09/2020 e 09:00

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S)

Nota: 1: Nota 1: O valor negativo de R\$ 365.257,08 constante no mês de nov/2019, refere-se ao acerto no pagamento de 13º salário dos Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados. O adiantamento dos inativos, realizado em jan/2019, foi liquidado na fonte 169, e, ao efetuar o pagamento da 2ª parcela, em nov/2019, o adiantamento foi anulado na fonte 169 e liquidado integralmente na fonte 100.

Nota 2: Anexo elaborado de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, 9ª edição, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 3: Limite máximo fixado pela Resolução CJF nº 250/2013.

Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral

JODELMIR PEREIRA DE SOUZA
Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária de Auditoria Interna

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL				73.757.544,53	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				13.009.412,26	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				60.748.132,27	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,007940%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,018089%	138.401.022,85
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm. SIGED nº 2001160727 \4	0,018071%	138.263.302,78
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2012/00184 \4	0,024685%	188.867.778,71
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-RES-2013/00250 \4	0,024639%	188.515.827,41
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral

JODELMIR PEREIRA DE SOUZA
Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária de Auditoria Interna



\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS

Ministro-Presidente

SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING

Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO

Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº PRESI - 11295564, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2020, na forma dos Anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")															R\$1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	(Últimos 12 Meses)															
	LIQUIDADAS															
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	225.991.765,45	224.958.693,31	350.008.051,52	238.140.228,68	320.951.769,56	224.390.495,03	231.238.599,06	229.820.339,07	231.174.373,19	231.793.835,75	229.963.157,91	232.052.600,38	2.970.483.908,91	107.342,17	2.970.591.251,08	
Pessoal Ativo	184.921.983,73	183.497.076,01	288.122.601,60	195.054.632,23	261.389.213,56	182.631.677,28	189.536.706,05	187.994.943,56	188.329.097,10	189.717.780,17	187.825.367,73	190.008.301,10	2.429.029.380,12	105.589,47	2.429.134.969,59	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	157.561.805,24	157.004.612,85	235.187.247,17	168.288.642,35	234.921.555,71	156.087.735,42	155.837.376,70	154.449.467,30	154.734.327,27	155.784.653,08	154.157.095,26	156.315.412,22	2.040.329.930,57	105.405,46	2.040.435.336,03	
Obrigações Patronais	27.360.178,49	26.492.463,16	52.935.354,43	26.765.989,88	26.467.657,85	26.543.941,86	33.699.329,35	33.545.476,26	33.594.769,83	33.933.127,09	33.668.272,47	33.692.888,88	388.699.449,55	184,01	388.699.633,56	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.069.781,72	41.461.617,30	61.885.449,92	43.085.596,45	59.562.556,00	41.758.817,75	41.701.893,01	41.825.395,51	42.845.276,09	42.076.055,58	42.137.790,18	42.044.299,28	541.454.528,79	1.752,70	541.456.281,49	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	35.586.387,58	35.762.539,76	53.428.582,20	37.149.931,16	51.594.425,46	35.980.199,94	36.075.766,05	36.168.857,47	37.188.632,42	36.440.142,57	36.469.709,39	36.310.977,92	468.156.151,92	0,00	468.156.151,92	
Pensões	5.483.394,14	5.699.077,54	8.456.867,72	5.935.665,29	7.968.130,54	5.778.617,81	5.626.126,96	5.656.538,04	5.656.643,67	5.635.913,01	5.668.080,79	5.733.321,36	73.298.376,87	1.752,70	73.300.129,57	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	28.195.680,54	23.723.090,83	37.963.080,91	8.059.663,39	59.572.806,27	42.027.617,89	41.875.707,79	41.998.987,29	43.096.230,92	42.250.910,31	42.330.740,55	42.275.506,52	453.370.023,21	1.936,71	453.371.959,92	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	613.129,89	784.380,26	141.479,18	530.461,85	10.250,27	268.800,14	171.831,89	175.574,67	250.954,83	174.854,73	192.950,37	231.207,24	3.545.875,32		3.545.875,32	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184,01	184,01	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.582.550,65	22.938.710,57	37.821.601,73	7.529.201,54	59.562.556,00	41.758.817,75	41.703.875,90	41.823.412,62	42.845.276,09	42.076.055,58	42.137.790,18	42.044.299,28	449.824.147,89	1.752,70	449.825.900,59	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	197.796.084,91	201.235.602,48	312.044.970,61	230.080.565,29	261.378.963,29	182.362.877,14	189.362.891,27	187.821.351,78	188.078.142,27	189.542.925,44	187.632.417,36	189.777.093,86	2.517.113.885,70	105.405,46	2.517.219.291,16	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	2.517.219.291,16	0,329000%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.499.574.185,89	0,457394%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.324.595.476,60	0,434524%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.149.616.767,30	0,411655%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial. Unidade Responsável: Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc/Secor, 23/09/2020, 8h59

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Nas deduções, não foram incluídas as despesas liquidadas de exercícios anteriores de fontes não vinculadas (no período de setembro/2019 a agosto/2020), em razão de dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilitou a identificação das parcelas de períodos anteriores ao de referência porventura existentes. Somente considerado o valor inscrito em restos a pagar, dada a certeza de se referir à competência de períodos anteriores ao do RGF.

2 - Nas deduções, não foram incluídas as despesas liquidadas e de restos a pagar de sentenças judiciais de fontes não vinculadas, em razão de dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilitou a identificação das parcelas de períodos anteriores ao de referência porventura existentes.

3 - Em relação aos restos a pagar não processados inscritos no encerramento do exercício de 2019, foram deduzidas parcelas referentes a cancelamentos ocorridos no período de janeiro a abril de 2020, no total de R\$ 88.414,26.

2) Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN Nº 504/2020 de 21 de setembro de 2020, publicada no DOU de 22/09/2020, Seção 1, pag.45.
3) Inclusão de valores na despesa bruta com pessoal não executados orçamentariamente de competência do período, nos meses de setembro a dezembro de 2019, no valor total de R\$ 96.127,64

Des. VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Presidente do Tribunal

ROSIMEIRE LIMA GREGÓRIO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças
Em exercício

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

					R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS						
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.328.173.486,86		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				189.044.604,60		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					1.139.128.882,26	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,148884%		
				% DA RCL		VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III					
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm SIGED nº 201160727	0,167993%		1.285.333.795,79
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2012/00184	0,229255%		1.754.056.415,18
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CJF-res-2013/00250	0,228829%		1.750.797.040,10
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJ/T/2015 \3					

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Presidente do Tribunal

ROSIMEIRE LIMA GREGÓRIO
Diretora da Subsecretaria de Orçamento e Finanças
Em exercício

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PORTARIA JP Nº 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O DESEMBARGADOR DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral, resolve:
Determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro/2019 a agosto/2020, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Des. SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")															R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RPNP (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LIQUIDADAS															
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	74.037.066,09	73.830.023,01	113.723.402,66	83.041.960,29	104.476.667,57	72.842.309,47	75.055.971,18	74.564.235,32	71.450.443,80	73.077.910,20	77.748.707,38	75.857.586,53	969.706.283,50	3.676.311,22	973.382.594,72	
Pessoal Ativo	55.970.485,70	55.731.975,46	86.550.784,89	61.291481,77	77.042.100,54	54.405.935,88	56.658.358,66	56.149.317,31	52.928.871,96	54.632.559,39	59.276.398,73	57.374.990,12	728.013.260,41	2.172.501,06	730.185.761,47	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	48.139.976,43	47.940.882,86	71.037.045,01	53.382.972,10	69.329.280,76	46.605.085,89	46.832.531,08	46.296.074,66	46.112.196,03	46.298.703,23	47.948.124,76	47.474.898,27	617.397.771,08	1.814.223,67	619.211.994,75	
Obrigações Patronais	7.830.509,27	7.791.092,60	15.513.739,88	7.908.509,67	7.712.819,78	7.800.849,99	9.825.827,58	9.853.242,65	6.816.675,93	8.333.856,16	11.328.273,97	9.900.091,85	110.615.489,33	358.277,39	110.973.766,72	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.066.580,39	18.098.047,55	27.172.617,77	21.750.478,52	27.434.567,03	18.436.373,59	18.397.612,52	18.414.918,01	18.521.571,84	18.445.350,81	18.472.308,65	18.482.596,41	241.693.023,09	1.503.810,16	243.196.833,25	
Aposentadorias, Reservas e Reformas	16.012.787,80	15.970.647,40	24.010.319,40	19.573.793,11	24.301.668,62	16.233.830,11	16.232.253,51	16.242.465,03	16.353.944,33	16.269.466,48	16.304.431,80	16.312.228,65	213.817.836,24	1.503.810,16	215.321.646,40	
Pensões	2.053.792,59	2.127.400,15	3.162.298,37	2.176.685,41	3.132.898,41	2.202.543,48	2.165.359,01	2.172.452,98	2.167.627,51	2.175.884,33	2.167.876,85	2.170.367,76	27.875.186,85	0,00	27.875.186,85	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	18.763.329,76	15.441.953,26	1.114.866,23	7.251.575,29	27.486.279,15	18.458.837,10	18.410.684,21	18.507.314,87	18.573.130,16	18.452.939,40	18.472.308,65	18.538.203,79	199.471.421,87	2.397.891,09	201.869.312,96	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	683.500,22	657.085,08	1.109.226,04	732.169,83	49.592,62	24.583,01	13.071,69	92.396,86	51.558,32	7.588,59	0,00	55.607,38	3.476.379,64	0,00	3.476.379,64	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	13.249,15	0,00	24.812,11	6.492.392,72	2.119,50	-2.119,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.530.453,98	2.397.891,09	8.928.345,07	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.066.580,39	14.784.868,18	-19.171,92	27.012,74	27.434.567,03	18.436.373,59	18.397.612,52	18.414.918,01	18.521.571,84	18.445.350,81	18.472.308,65	18.482.596,41	189.464.588,25	0,00	189.464.588,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	55.273.736,33	58.388.069,75	112.608.536,43	75.790.385,00	76.990.388,42	54.383.472,37	56.645.286,97	56.056.920,45	52.877.313,64	54.624.970,80	59.276.398,73	57.319.382,74	770.234.861,63	1.278.420,13	771.513.281,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)		765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)		771.513.281,76	0,100837%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.150.498.192,66	0,150370%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.092.973.283,03	0,142852%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.035.448.373,39	0,135333%

FONTE: Tesouro Gerencial-Siafi-Secof/TRT 9ª REGIÃO-16/set/2020-15h50m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inseridos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 2.161.315,18

b) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 1.479.439,34

c) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 3.153.717,17

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

				R\$ 1,00	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				973.382.594,72	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)				201.869.312,96	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				771.513.281,76	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,100837%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,131673%	1.007.445.291,76
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,131635%	1.007.154.549,38
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,115872%	886.550.020,48
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,115657%	884.905.030,71
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015				0,150370%

Des. SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Presidente do Tribunal

EDSON MITSUO ITO
Ordenador da Despesas

FABRÍCIO TEILO DE ARAÚJO
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

RESOLUÇÃO CFB Nº 226, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a campanha de conciliação de débitos anteriores ao exercício de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 26 da Lei n.º 4.084/1962, Art. 4º e artigo 42 do Decreto n.º 5.6725/1965, artigo 38 da Lei n.º 9.674/1998 e Art. 6º da Lei n.º 12.514/2011,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer critérios para a cobrança de débitos anteriores ao exercício de 2020 para com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia;

CONSIDERANDO o nível de inadimplentes do Sistema CFB/CRB, o que tem prejudicado o cumprimento das atividades fins dos Conselhos de Fiscalização Profissional,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020; e

CONSIDERANDO as medidas preventivas adotadas pelas autoridades competentes, resultantes da pandemia; a restrição ao exercício de diversas atividades empresariais e profissionais com impactos diretos na capacitada financeira e econômica de cada um, resolve:

Art. 1º - Os débitos de pessoas físicas e jurídicas anteriores ao exercício de 2020, atualizados monetariamente, calculados até a data do recolhimento pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), serão pagos:

I - À vista, com desconto de 90% dos acréscimos;

II - Parceladamente e com redução dos acréscimos referidos no caput, respeitadas as seguintes condições:

- a) em até 4 (quatro) vezes, com desconto de 80% dos acréscimos;
- b) em até 8 (oito) vezes, com desconto de 60% dos acréscimos;
- c) em até 12 (doze) vezes, com desconto de 40% dos acréscimos;

- d) em até 16 (dezesseis) vezes, com desconto de 20% dos acréscimos;
 - e) em até 24 (vinte e quatro) vezes, com desconto de 10% dos acréscimos.
- § 1º - A concessão de parcelamento deverá ser em até 24 parcelas mensais de no mínimo R\$ 70,00 (setenta reais) cada.

Art. 2º - O Conselho Regional de Biblioteconomia poderá conceder redução relativa aos acréscimos no valor das multas decorrentes de infração e de eleição, respeitando a correção monetária:

- a) à vista, com desconto de 90% dos acréscimos;
- b) em até 4 (quatro) vezes, com desconto de 80% dos acréscimos;
- c) em até 8 (oito) vezes, com desconto de 60% dos acréscimos;
- d) em até 12 (doze) vezes, com desconto de 40% dos acréscimos;
- e) em até 16 (dezesseis) vezes, com desconto de 20% dos acréscimos;
- f) em até 24 (vinte e quatro) vezes, com desconto de 10% dos acréscimos

Parágrafo único - No caso de pessoa física ou jurídica ficar inadimplente por mais de 90 (noventa) dias todas as parcelas ainda não vencidas perderão os descontos e incidirão multa pelo atraso de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Os débitos que foram inscritos em Dívida Ativa da União e aqueles que são objeto de cobrança judicial poderão ser incluídos no parcelamento de que trata esta Resolução.

§ 1º - O parcelamento dos débitos que são objeto de ação judicial, não excluem a obrigação da pessoa física ou jurídica de pagar os honorários advocatícios e as custas judiciais devidas.

§ 2º - O Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição do profissional que aderir ao parcelamento deverá solicitar a suspensão do processo judicial até a quitação integral do débito.

Art. 4º - A campanha de conciliação terá início na data da publicação desta Resolução e será encerrada em 20 de dezembro de 2020.

MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA - CRB-7/4166
Presidente do Conselho



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.601, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o inciso IX do Art. 4º da Resolução CFC n.º 1.328/2011, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais;

Considerando que os organismos internacionais da profissão, responsáveis pela edição das normas internacionais atualizam e editam novas normas, de forma continuada;

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), em 8 de agosto de 2019, com o intuito de fortalecer a aplicação, no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros, das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e das Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA);

Considerando que a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) recomenda, pelos órgãos de controle, a adoção das ISSAI Financial Audit Standards (ISSAI 2000-2899), que correspondem às International Standards on Auditing (ISA) aprovadas pelo Comitê de Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração (IAASB), da Federação Internacional de Contadores (Ifac);

Considerando que essas normas do IAASB/Ifac correspondem às Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA), aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

Considerando que o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o seu Comitê Técnico de Normas de Auditoria do Setor Público emitem as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), cujo objetivo é convergir o marco normativo das fiscalizações dos Tribunais de Contas Brasileiros ao da Intosai;

Considerando que o Instituto Rui Barbosa (IRB) decidiu recomendar aos Tribunais de Contas, quando efetuarem auditorias independentes de informação contábil histórica (auditoria financeira para a Intosai), a exemplo da Intosai, a adoção das Normas Internacionais de Auditoria (ISA), editadas pelo IAASB/Ifac;

Considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - NBC TA são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela Ifac;

Considerando que "Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Governamental - NBC TAG" foram o nome e a abreviação determinados para as normas brasileiras convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), resolve:

Art. 1º Ficam inseridas, na estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pela Resolução CFC n.º 1.328/2011, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP, em substituição à expressão Normas de Auditoria Governamental - NBC TAG.

Art. 2º As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA), incluída a norma que trata da estrutura conceitual (NBC TA EC), convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria, emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), aplicada ao ambiente de auditoria do setor público, no que couber.

Art. 3º O inciso IX do Art. 4º da Resolução CFC n.º 1.328/2011 passa a ter a seguinte redação:

IX - de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Art. 4º A adoção dessas Normas passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024, sendo a adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, no todo ou em parte.

ZULMIR IVÂNIO BREDAPresidente do Conselho

PORTARIA CFC Nº 252, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respectivas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.579/2019, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2020;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falha de previsão no planejamento para o exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Aprova o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2020, no valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão cento e vinte mil reais) para as seguintes rubricas:

SUPLEMENTAÇÃO
CONTA DESCRIÇÃO VALOR
6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA 1.120.000,00
6.3.1 DESPESAS CORRENTES 770.000,00
6.3.1.3 USO DE BENS E SERVIÇOS 220.000,00
6.3.1.3.02 SERVIÇOS 220.000,00
6.3.1.3.02.01.010 SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO 220.000,00
6.3.1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 550.000,00
6.3.1.5.01.01 SUBVENÇÕES 550.000,00
6.3.1.5.01.01.001 SUBVENÇÕES 550.000,00
6.3.2 DESPESAS DE CAPITAL 350.000,00
6.3.2.4.01 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 350.000,00
6.3.2.4.01.01.001 AUXÍLIOS 350.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.120.000,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

ANULAÇÃO
CONTA DESCRIÇÃO VALOR
6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA 1.120.000,00
6.3.1 DESPESAS CORRENTES 1.120.000,00
6.3.1.3.02 SERVIÇOS 1.120.000,00
6.3.1.3.02.03 DIÁRIAS 1.120.000,00
6.3.1.3.02.03.001 FUNCIONÁRIOS - DIÁRIAS 318.000,00
6.3.1.3.02.03.002 CONSELHEIROS - DIÁRIAS 595.000,00
6.3.1.3.02.03.003 COLABORADORES - DIÁRIAS 207.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES 1.120.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ZULMIR IVÂNIO BREDAPresidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 403, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares, conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, com base na análise dos autos do Processo Administrativo nº 0029/2020, que foi distribuído para a Conselheira Relatora Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo, que emitiu o seu voto nos seguintes termos:

"RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por RAPHAEL MARTINS FERRIS, representante da Chapa "OPOSIÇÃO-SP MERECE MUDANÇA!" contra a decisão da Comissão Eleitoral, que habilitou a candidatura do profissional Luiz Fernando de Oliveira Moderno.

Em síntese, a Comissão entendeu por bem indeferir a impugnação do profissional, Dr. Marcelo Sidney Gonçalves, que impugnara perante a Comissão Eleitoral a candidatura do profissional Luiz Fernando de Oliveira Moderno, por considerar que este não seria elegível, por má conduta comprovada, invocando o art. 530, inciso VII, da CLT.

A má conduta consistiria na visão do impugnante e, agora, do recorrente na condenação trabalhista suportada pelo referido profissional, de forma solidária, em ação trabalhista aviada pela profissional Ivana Hernandes Esteves contra a empresa SEFUN SERVIÇO DE FISIOTERAPIA INTEGRADOS S/S LTDA.

A Comissão Eleitoral indeferiu a impugnação e manteve a candidatura do profissional ao argumento de que a condenação recaía sobre a empresa, o que fizera nos seguintes termos (fl. 3.649 dos autos originais e 2.263 E 2.263v na autuação do COFFITO):

Contra o candidato LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA MODERNO (fls. 1938/1958) foi alegada má conduta, devidamente comprovada, em virtude de condenação em processo trabalhista (77500-80.2006.5.02.0090). Em sua defesa (fls. 2169/2220 e 2846/2959), o mesmo aduziu que a análise de questões trabalhistas não são exigidas pela norma eleitoral, que as condições de elegibilidade devem se basear no 'que diga respeito à gestão pública ou a débitos de natureza tributária ou cujo credor seja pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, dentre outras que tenham participação acionária do poder público' e fez juntar aos autos certidões negativas trabalhistas em nome do candidato. Com razão o impugnado, visto que a ação judicial citada se dá contra pessoa diversa do candidato. Destaca-se, por oportuno, que não compete a esta comissão eleitoral julgar a conduta de candidato que não esteja devidamente comprovada e individualizada, ou seja, sem que haja condenação em seu nome.

Nessa assentada, inconformado com o resultado da impugnação ofertada pelo Dr. Marcelo Sidney, o Dr. Raphael Martins Ferris, representante da Chapa 02, interpõe recurso, onde sustenta basicamente que a condenação se dera também em face do candidato e não somente da pessoa jurídica e, assim sendo, que a Lei nº 6.316/75 reputa a necessidade de verificar a má conduta e que no caso vertente estaria configurada a má conduta devidamente comprovada na forma do art. 530, inciso VII. Da CLT.

É o relatório.

VOTO

A questão versada nos autos se refere a configuração ou não da denominada 'má conduta devidamente comprovada', contida no inciso VII do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O ponto central é entender se a condenação na seara trabalhista, havida há muitos anos, é suficiente para alijar do processo eleitoral, candidato que trouxera todos os documentos exigidos pelo §1º do art. 9º da Resolução-COFFITO nº 519/2020.

O caso em apreço é questão eminentemente técnica. Neste sentido, os autos foram submetidos à Procuradoria Jurídica do COFFITO, que, ao final, opinou pelo conhecimento do recurso e pelo não provimento.

Trago a colação trecho do referido Parecer Jurídico com a análise do recurso: '(...)

3.4 - A Chapa 2 - OPOSIÇÃO-SP MERECE MUDANÇA!, como alhures exposto, entende ser inelegível candidato que teve contra ele sentença condenatória, transitada em julgado, proferida pela Justiça do Trabalho. Por sua vez, a Comissão Eleitoral entendeu que a condenação não se deu em nome do candidato, visto que a relação jurídica tratada na ação judicial recaía sobre uma profissional e uma pessoa jurídica.

3.5 - De fato o vínculo jurídico se dava com terceiro - pessoa jurídica - e não com a pessoa do candidato impugnado, sob a qual recaiu a condenação solidária em virtude da necessidade, muito comum na justiça laboral, da determinação judicial acerca da desconsideração da personalidade jurídica. Este instituto com origem no direito americano que visa responsabilizar pessoalmente os integrantes de uma sociedade empresária com seu patrimônio, assegurando assim a efetividade da determinação judicial.

3.6 - Corroborar com este entendimento a determinação judicial contida na sentença laboral, juntada aos autos do processo eleitoral às fls. 4.223, fls. 118 (autuação do COFFITO) dos presentes autos, onde o magistrado determina que a pessoa jurídica, SERVIÇO DE FISIOTERAPIA INTEGRADA - SEFIN, efetue a anotação do contrato de trabalho na CTPS da reclamante. Assim, a condenação recai sobre a sociedade empresária a qual mantinha relação jurídica com a empregada, sendo os sócios, responsáveis solidários.

3.7 - A verdade é que o desenvolvimento de atividade empresarial, com o estabelecimento de uma pessoa jurídica faz nascer com o registro da referida entidade, ato de natureza constitutiva, uma nova pessoa (jurídica), com personalidade jurídica própria, com obrigações e direitos distintos de seus sócios, que, de regra, para o Código Civil podem responder episodicamente em caso de desconsideração da personalidade jurídica, por confusão patrimonial ou desvio de finalidade. Em princípio, a pessoa jurídica deve responder por suas obrigações e não os seus sócios. No caso em comento, figurou o candidato como corréu em ação trabalhista, por entender o Juízo da causa trabalhista que os autores seriam solidários por serem sócios da empresa (1ª reclamada).

3.8 - Inobstante tal constatação, de que o candidato impugnado era sócio da empresa condenada e, portanto, não poderia deixar de constar no polo passivo, não lhe impõe, ao meu juízo, necessariamente o reconhecimento de má conduta, para finalidade pretendida pelo recorrente. Explica-se!

3.9 - Antes, porém, de aprofundar sobre a relevância jurídica da condenação imposta ao candidato é cogente reconhecer que a má conduta está intimamente relacionada com a presença de conduta dolosa e, no caso sob oculi, não há qualquer digressão sobre a presença de dolo do candidato na condução de sua relação laboral com a referida profissional, constando obviamente nos autos por ser sócio da empresa que empreendera uma fraude trabalhista uma pessoa jurídica da qual era sócio.

3.10 - Todavia, não cabe aqui em sede administrativa versar sobre as razões que levaram o Juízo competente a impor a condenação ao candidato Luiz Fernando de Oliveira Moderno. Se a sentença é justa ou não é justa! De pronto, pode-se o recorrido discordar do comando judicial de anos atrás, no entanto, no sistema unitário de Jurisdição não cabe ao administrador, em sede de julgamento administrativo, analisar as razões de convencimento do juízo para impor ou não uma determinada condenação. A formação do convencimento judicial somente é atacável na via própria e não na seara administrativa.

3.11 - Lado outro, as instâncias são absolutamente distintas e o resultado obtido lá (Juízo Trabalhista) não necessariamente é capaz de conduzir o resultado do procedimento aqui, no processo administrativo eleitoral. Logo, o juízo da conduta na ocasião, que fizera contra ele pesar uma condenação de cunho trabalhista, por si só, não é assaz de fazer incidir sobre este profissional o mesmo juízo aqui no processo eleitoral, quicá, em processo ético-deontológico.

3.12 - Inobstante toda a relação laboral e, até mesmo se houve ou não em virtude de tal comportamento, medida contrária a ética profissional, tais condutas mereceriam maior investigação, não sendo possível afirmar peremptoriamente o desejo deliberado do candidato, na sua então relação com colega, de prejudicá-la; se tal relação resta vinculada ou articulada ou não com falta de ética profissional; se tal conduta resta adstrita a natureza empresarial empreendida pelo candidato; se houve falta ética e se está prescrita ou não! Ou seja, para a apuração do dolo, há que se verificar de fato o desejo deliberado de pretender ter uma conduta inadequada, o que até o momento não restou consignado, s.m.j., pelos elementos dos autos.



3.13 - Todavia, a questão posta sob análise perpassa por uma avaliação ainda preliminar à existência ou não de intenção do profissional de se comportar inadequadamente, com a inobservância de normas da legislação trabalhista. Vejamos!

3.14 - A pergunta que se deve fazer é se a condenação, independente da sua motivação, se desferir em razão de ato ou em virtude de relação com a Fazenda Pública; com o Estado? Em sendo negativa a resposta é de se entender que o inciso VII do art. 530 da CLT não pode ser imputado ao candidato para alijá-lo do processo eleitoral.

3.15 - Na análise do caso é importante separar as relações privadas do candidato das relações travadas com o Estado. A má conduta há que se dar em matéria vinculada a assunção de cargo público ou na gestão pública e não se relaciona com a vida privada do candidato. A interpretação de norma de caráter restritivo (critérios de elegibilidade) deve ser de forma a não ampliar seu espectro de aplicação, sob pena de restringir direitos, o que não parece ser o objetivo da disputa eleitoral, que deve ser premida de decisões que permitam a concorrência. Aliás, consta nos autos e não pende contra o candidato a falta de qualquer documento comprobatório segundo decisão da própria Comissão Eleitoral, não tendo inclusive o recorrente agora e nem mesmo o impugnante resistido à respectiva candidatura de Luiz Fernando de Oliveira Moderno por falta dos documentos obrigatórios constantes do art. 9º da Resolução-COFFITO nº 519/2020.

3.16 - Ou seja, a má conduta deve encontrar interpretação sistemática e teleológica com a norma eleitoral e deve se referir, é verdade, às relações dos candidatos com res pública. Não por outro motivo, a norma exige dos interessados que comprovem que sua relação com o Estado é saudável e imaculada, especialmente no tocante à probidade administrativa e ao cumprimento de seus deveres como cidadão, a exemplo do pagamento de tributos; assim como condenações em ações em que a fazenda seja parte; questões relacionadas à Justiça Eleitoral. Enfim, a norma encaminha dispositivos que se imbricam com a vida pública do candidato e não com as suas relações privadas.

3.17 - Neste sentido tem-se que a norma não fez incluir entre os documentos exigidos, por exemplo, certidões de execuções cíveis. Assim, mesmo que haja dívida sendo executada judicialmente contra algum candidato, esta não maculará sua elegibilidade para o exercício de mandato como Conselheiro Regional. No mesmo sentido se dão as relações trabalhistas, eminentemente privadas e que não guardam qualquer relação com os critérios de elegibilidade para as eleições dos Conselhos Regionais.

3.18 - O novel regimento eleitoral com o fito de não deixar dúvida sobre a finalidade das condições de elegibilidade, excluiu do rol de documentos exigidos algumas certidões que poderiam induzir e desvirtuar o entendimento. Assim era o texto da norma anterior:

'§ 1º O atendimento dos requisitos e exigências que tratam este artigo deverá ser efetuado por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Declaração pessoal de inexistência de vínculo empregatício com os Conselhos Federal e Regionais nos últimos 04 (quatro) anos;
- b) Declaração pessoal de inexistência de destituição, definitiva, de cargo, função ou emprego em razão de má conduta profissional em órgão da administração pública;
- c) Certidões da Justiça Estadual (Varas Cíveis, Vara da Família e Sucessões, Execuções Fiscais e Criminais);
- d) Certidões da Justiça Federal (Cível, Execuções Fiscais e Criminais);
- e) Certidão de inexistência de reprovação de contas do Tribunal de Contas da

União;

- f) Certidão negativa de débitos junto à Receita Federal;
- g) Certidão negativa de débitos para com a Justiça Eleitoral (Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral);
- h) certidão negativa do Superior Tribunal Militar;
- i) Cópia do(s) seguinte(s) documento(s): RG e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação ou Cédula de Identidade Profissional emitida pelo CREFITO de origem.'

3.19 - Para evitar qualquer distorção interpretativa, o § 3º do artigo 9º da norma que regulamenta as Eleições Diretas para os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional deixou claro o intuito de que seja avaliada a qualidade do relacionamento do candidato com o Poder Público, não importando, para fins de elegibilidade, a relação que detém com terceiros. Vejamos:

'§ 1º O atendimento dos requisitos e exigências de que trata este artigo deverá ser efetuado por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Declaração pessoal de inexistência de vínculo empregatício com os Conselhos Federal e Regionais nos últimos 2 (dois) anos;
- b) Declaração pessoal de inexistência de destituição, definitiva, de cargo, função ou emprego em razão de má conduta profissional em órgão da administração pública;
- c) Certidões da Justiça Estadual (Ações de Improbidade, Vara de Fazenda Pública, Execuções Fiscais e Criminais);
- d) Certidões da Justiça Federal (Ações de Improbidade, Cível, Execuções Fiscais e Criminais);
- e) Certidão de inexistência de reprovação de contas do Tribunal de Contas da

União;

- f) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos junto à Receita Federal;
- g) Certidão negativa de débitos para com a Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral);
- h) Certidão negativa do Superior Tribunal Militar;
- i) Cópia do(s) seguinte(s) documento(s): RG e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação ou Cédula de Identidade Profissional emitida pelo CREFITO de origem.

(...)

§ 3º As certidões a que aludem as alíneas "c" e "d" do § 1º deste artigo referem-se ao domicílio do candidato, no âmbito da Justiça Estadual ou Federal que tenha por objeto matéria que diga respeito à gestão pública ou a débitos de natureza tributária ou cujo credor seja pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, dentre outras que tenham participação acionária do poder público.'

3.20 - Lado outro, apesar da objetividade do texto quanto aos documentos, a norma eleitoral vigente manteve a previsão de que fossem atendidas as exigências constantes da norma do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, onde se encontram dispostos critérios de elegibilidade para as eleições dos sindicatos, a qual traz conceito aberto ao prever em seu inciso VII a 'má conduta, devidamente comprovada'.

3.21 - Todavia, repise-se que a 'má conduta, devidamente comprovada' é aquela que possui relação com vida pública e as relações mantidas entre o candidato e o Estado, em todas as três esferas da Federação. Aliás, em sede de interpretação teleológica, repita-se mais uma vez, para se realizar a correta subsunção do texto normativo aqui em testilha é necessário compreender que a norma eleitoral não tem como objetivo restringir a participação no processo eleitoral, pelo contrário, seu objetivo é permitir que todos os interessados possam participar, excluindo apenas aqueles que tiverem pendências ou atitudes irregulares perante o Poder Público. Assim, tal dispositivo deve ser interpretado de forma restritiva para se assegurar a maior amplitude possível de candidatos, portanto, o termo 'má conduta devidamente comprovada' não pode albergar as relações pessoais ou de cunho empresarial do candidato, que não se relacionem com as instituições públicas.

3.22 - A visão aqui sustentada encontra ressonância na exigência de certidões relacionadas à vida pública do candidato, como se viu. Ao contrário, entendimento diverso permitiria a exclusão de profissionais interessados por estarem no polo passivo de ações de família, sucessões ou até mesmo no polo passivo em ações trabalhistas relacionadas à sua atividade profissional ou não.

3.23 - Repita-se, finalmente, que não cabe aqui a análise da justeza ou não da decisão judicial; mas a simples conclusão de que os fatos desta natureza não revolvem matéria relacionada à administração pública ou a interesses do Estado, sendo indiferente para fins de candidatura ao cargo, de natureza administrativa, de Conselheiro Regional.

CONCLUSÃO

Considerando que o art. 530, inciso VII, da Consolidação das Leis do Trabalho impõe a comprovação de má conduta;

Considerando que as normas do Regulamento Eleitoral somente exigem documentos que demonstrem a conduta do profissional diante de relações havidas com a Administração Pública, o que não é caso da irrisignação ora em análise;

Considerando que o candidato trouxe a documentação completa e exigida no Regulamento Eleitoral pelo art. 9º da Resolução-COFFITO nº 519/2020;

Considerando que o objetivo das normas eleitorais é permitir as candidaturas e não o contrário e, nesse sentido, as normas eleitorais de elegibilidade por imporem restrições hão de ser interpretadas de forma restritiva, sendo vedada a interpretação extensiva para ampliar as exigências para a habilitação das candidaturas,

OPINO pelo conhecimento e desprovimento do recurso interposto pela Chapa 02 'OPOSIÇÃO-SP MERECE MUDANÇA'!

É o parecer.'

Razão assiste ao posicionamento do órgão consultivo deste Plenário.

Isto porque se verifica que o caso em comento (condenação trabalhista) se relaciona com a vida profissional, empresarial, do profissional que pretende se candidatar ao cargo de conselheiro do CREFITO-3, não vertendo contra esta situação relacionada às certidões originariamente exigidas, visto que são estas as que interessam ao processo eleitoral.

Logo, ainda que se admita que toda certidão possua presunção relativa, os temas que merecem cuidado por parte dos órgãos eleitorais (Comissão Eleitoral e Plenário do COFFITO) são justamente os temas eleitos pela NORMA ELEITORAL que impedem o registro de candidatura.

Ora, na ausência de demonstração de que a questão julgada pelo Juízo competente (na seara trabalhista) não se referia às matérias elencadas como situações a serem demonstradas pelos candidatos por ocasião da habilitação de candidatura, ou seja, temas afetos às certidões do art. 9º do regulamento eleitoral, é de se obstaculizar pretensão de alijar candidatura por tema diverso do previsto no § 3º do art. 9º dessa mesma Resolução, pois que a má conduta deve restar circunscrita a temas relacionados a gestão ou a relação do candidato com o Estado e a administração pública.

Qualquer interpretação diversa autorizaria o reconhecimento de que qualquer conduta, mesmo aquelas que interessam apenas ao candidato, poderia impor restrições a tais pessoas, que regulares com o seu Conselho de Classe não poderiam se lançar como candidatas. A interpretação não pode ampliar a mens legis do art. 9º, § 1º e § 3º, da Resolução-COFFITO nº 519/2020, logo, a má conduta que admite prova em contrário às certidões carreadas aos autos é aquela que se relaciona justamente com as matérias determinadas como essenciais para que os profissionais façam prova por meio dos documentos exigidos para as suas respectivas habilitações. Nesse sentido, se o regulamento não exige certidão negativa da Justiça do Trabalho, ainda que tenha trazido aos autos o candidato no caso concreto uma certidão de "nada consta", não se pode desvelar irrisignação por má conduta em matéria que não é relevante segundo a própria da norma eleitoral.

Sendo assim, com as considerações acima, acolho o Parecer Jurídico pelos seus próprios fundamentos acrescentando-os os argumentos que aqui se expõe, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei Federal nº 9.784/99 para manter a candidatura do profissional Luiz Fernando Moderno de Oliveira.

Ademais disso, mesmo que o posicionamento desta relatoria fosse inverso, eventual provimento do recurso não imporia o indeferimento da candidatura da Chapa 01, como pretende o recorrente, mas sim a devolução dos autos ao momento anterior, com a possibilidade de substituição do referido candidato, tendo em vista a possibilidade de recall prevista no regulamento eleitoral (art. 12, § 3º da Resolução-COFFITO nº 519/2020).

Ante todo o exposto conheço do recurso interposto pelo profissional Dr. Raphael Martins Ferris, representante da Chapa 02 'OPOSIÇÃO-SP MERECE MUDANÇA', pois que presentes os requisitos, e no mérito NEGOU PROVIMENTO.

Mantenho incólume a decisão de habilitação prolatada pela Comissão Eleitoral do CREFITO-3 e torno definitiva a decisão da Comissão Eleitoral, com o deferimento definitivo e homologação das inscrições das Chapas 1 - 'PARA O CREFITO SEGUIR MUDANDO' e da CHAPA 2 'OPOSIÇÃO -SP MERECE MUDANÇA'!

Retornem os autos à Comissão Eleitoral para o prosseguimento do processo eleitoral do CREFITO-3 na forma do art. 14 da Resolução-COFFITO nº 519/2020, considerando encerrada a fase de habilitação com a publicação no Diário Oficial da União da decisão do Plenário do COFFITO.

É como voto."

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos em sessão virtual da 333ª Reunião Plenária Extraordinária, nos termos da Resolução-COFFITO nº 519, de 13 de março de 2020, em:

Acompanhar o voto da Relatora para conhecer do Recurso interposto pelo Dr. Raphael Martins Ferris contra a candidatura da Chapa 01 -"PARA O CREFITO-3 SEGUIR MUDANDO", para no mérito negar provimento, bem como tornar definitiva e homologar as candidaturas da Chapa 1 - "PARA O CREFITO-3 SEGUIR MUDANDO" e da Chapa 02 - "OPOSIÇÃO-SP MERECE MUDANÇA!".

Determinar a comunicação da Comissão Eleitoral para que dê prosseguimento ao processo eleitoral do CREFITO-3, na forma do art. 14 da Resolução-COFFITO nº 519/2020;

QUÓRUM: Dr. Roberto Mattar Cepeda, Presidente; Dra. Ana Carla de Souza Nogueira, Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva, Diretor-Secretário; Dr. Abidiel Pereira Dias, Diretor-Tesoureiro; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo Braga, Relatora; Dr. Leandro Lazzareschi, Conselheiro Efetivo; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior, Conselheiro Efetivo; Dr. Maurício Lima Poderoso Neto, Conselheiro Efetivo; e Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima, Conselheira Efetiva.

Suspeição: Conselheiro Dr. Leandro Lazzareschi.

ANA RITA COSTA DE SOUZA LOBO BRAGA
Conselheira-Relatora

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO COREN/SE Nº 14, DE 5 DE JUNHO DE 2020

Aprova a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Superávit Financeiro do Exercício 2019 ao orçamento do corrente exercício, no valor de R\$ 675.909,30.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe COREN-SE, no uso da competência consignada no inciso VI, do art.15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra "b" do Art.13 da Resolução COFEN - nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000;

- Considerando, a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam com saldos insuficientes no Orçamento do exercício de 2020;

- Considerando, o que dispõe a Lei nº 4.320/64, Art.43, de 17 de março de 1964, c/c artigos 8º, Parágrafo Único e 50 Inciso I da Lei Complementar 101/2000;

- Considerando, ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício;; decide:

I - Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Superávit Financeiro do exercício 2019 às diversas dotações que se apresentam com saldos insuficientes, necessárias aos suportes das despesas a serem realizadas até o término do exercício, no valor de R\$ 675.909,30 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e nove reais e trinta centavos).

II - Os recursos indispensáveis para cobertura dos créditos ora abertos são os provenientes das seguintes fontes:



-Crédito Adicional Suplementar Superávit Financeiro do exercício 2019 considerando, no que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, c/c artigos 8º, Parágrafo Único e 50, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.

III - O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, terá sua dotação atualizada para R\$ 4.832.860,72 (Quatro milhões, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e dois centavos).

IV - As decisões do presente Ato produzirão efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES
Presidente do Conselho

CLARICE FONSECA MANDARINO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MATO GROSSO DO SUL

ATO NORMATIVO Nº 9, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de descontos no valor da anuidade de pessoas físicas a serem pagas ao Crea-MS.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL - CREA-MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, alínea "k", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em cumprimento ao decidido na Sessão Plenária Ordinária nº 444, realizada em 18 de setembro de 2020, e

Considerando que a anuidade é devida a partir de 1º de janeiro de cada ano, nos termos do art. 63, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 5.194, de 1966, alterada pela Lei Federal nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978;

Considerando o disposto na Resolução 1.066, de 25 de setembro de 2015 do Confea, que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas, a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas, registradas no Sistema Confea/Crea, decide:

Art. 1º Conceder o desconto de 90% (noventa por cento) no valor da anuidade de pessoa física, para os seguintes casos:

I - na primeira anuidade do recém-formado em curso das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, desde que solicitado até cento e oitenta dias após a data de conclusão do curso, que será concedido de forma automática;

II - ao profissional do sexo masculino a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou 35 (trinta e cinco) anos de registro no Sistema Confea/Crea, e à profissional do sexo feminino a partir de 60 (sessenta) anos de idade ou 30 (trinta) anos de registro no Sistema Confea/Crea, sendo o desconto concedido de forma automática, para o exercício seguinte à integralização do período ou idade mencionados.

III - ao portador de doença grave, que resulte em incapacitação temporária para o exercício profissional, comprovada mediante laudo médico;

IV - empresário individual, desde que a respectiva empresa esteja quite com o Crea-MS;

Parágrafo único. No caso da constatação de irregularidade dos documentos referenciados no inciso III, o Crea-MS efetuará a cobrança do pagamento da anuidade no seu valor integral acrescido dos consectários legais, sem prejuízo do enquadramento do profissional no Código de Ética Profissional.

Art. 2º O presente Ato entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Aprovado na Sessão Plenária Ordinária nº 444 do Crea-MS, de 18 de setembro de 2020

DIRSON ARTUR FREITAG
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CRMV-RJ Nº 59, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Cria emprego comissionado no âmbito do CRMV-RJ.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio De Janeiro - CRMV-RJ, no uso das atribuições legais e regimentais; Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 37, inciso II; Considerando a Resolução CFMV nº 1204, de 25/01/2018, com as alterações descritas pela Resolução CFMV nº 1301, de 20/12/2019; Considerando a decisão da XXXIV Sessão Plenária Ordinária, de 04/08/2020; resolve:

Art. 1º. Criar emprego comissionado no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro - Assessor de Imprensa.

Art. 2º. A presente Resolução entra em vigor nesta data.

ROMULO CEZAR SPINELLI RIBEIRO DE MIRANDA
Presidente do Conselho

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:



Acesso livre e gratuito
às edições



Disponibilidade imediata
no momento da publicação



Pesquisa avançada por palavra, data, órgão, ato, etc.



Edições completas e
certificadas



Disponibilizado em **diferentes**
formatos de leitura (*pdf*, *html*) e
em **dados abertos** (*xml*)



Novas funcionalidades e
serviços no **App DOU**

Acesse o portal da
Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas

